

REVISTA

Katálysis

Revista de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação em Serviço Social
Universidade Federal de Santa Catarina



A Revista Katálysis é editada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pelo Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi indexada na *Scientific Electronic Library Online* – SciELO – em 2006. Recebe desde o ano de 2008, pelo Sistema de Avaliação e Qualificação da Capes/Qualis, a classificação A1. A Revista Katálysis tem o objetivo de publicar produções científicas atuais e relevantes, relacionadas ao Serviço Social, abrangendo temáticas das ciências sociais aplicadas, ciências humanas, política social, trabalho, questão social, saúde pública, cidadania, democracia, ética, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, questão urbana e agrária e globalização, bem como temas cuja interdisciplinaridade lhe são inerentes. É uma Revista científica, de publicação contínua, arbitrada, indexada, de circulação nacional e internacional. De natureza acadêmica, é voltada para o Serviço Social e áreas afins, para professores, pesquisadores, profissionais e para os segmentos da sociedade civil e política. Por seu vínculo com uma universidade pública, contribui para a construção de espaços públicos de socialização do conhecimento científico, acumulando, desde 1997, um rico acervo de informações, análises, fontes teóricas, debates, pesquisas e experiências.

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Irineu Manoel de Souza – Reitor
Joana Célia dos Passos – Vice-Reitora

Centro Socioeconômico – CSE
Maria Denize Henrique Casagrande – Diretora
Daniel Ricardo Castelan – Vice-Diretor

Departamento de Serviço Social – DSS
Fabiana Luiza Negri – Chefe
Maria Teresa dos Santos – Subchefe

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS
Liliane Moser – Coordenadora
Maria del Carmen Cortizo – Subcoordenadora

Revista Katálysis – PPGSS – UFSC
Telefone: +55 48 3721 6524
E-mail: revistakatalysis@gmail.com
Websites:
<https://katalysis.ufsc.br>
<http://www.scielo.br/rk>
Redes sociais:
[@revistakatalysis](https://www.instagram.com/revistakatalysis)

Avaliadores da Edição
Adriana Lucinda de Oliveira – Universidade Federal do Paraná – UFPR- Matinhos – PR, Brasil
Alan de Lóiola Alves – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Toledo- PR, Brasil
Alexandre Aranha Arbia - Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Juiz de Fora – MG, Brasil

Alessandra Ximenes da Silva – Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande-PB, Brasil
Aline de Andrade Rodrigues – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Ana Carla Werneque Ribas – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis-SC, Brasil
Analú dos Santos Lopes – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Ana Paula da Rosa Deon – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista – RR, Brasil
Ana Paula Procópio da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Andressa Torinelli – Instituto Federal Catarinense – IFC, São Bento – SC, Brasil
Antônio Gabriel Santana Martins - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis - SC, Brasil
Ariane Simioni - Instituto Federal Farroupilha – IF FAR, Santa Maria – RS, Brasil
Bruno Dandolini Colombo - Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF, Florianópolis – SC, Brasil
Clara Martins do Nascimento – Universidade de Pernambuco – UPE, Palmares – PE, Brasil
Cláudia Maria Costa Gomes – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa – PB, Brasil
Cláudia Priscila C. dos Santos – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Cláudia March Frota de Souza – Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ, Brasil
Davi Antunes da Luz – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Edilane Bertelli – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Edivane de Jesus - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Ednéia Alves de Oliveira – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – MG, Brasil
Eliane Fransieli Müller - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Eliete Cibele Cipriano Vaz – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Elizabeth Regina Negri Barbosa – Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP – Ribeirão Preto – SP, Brasil
Giovanna Martins Sampaio – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, Brasil
Haidée de Caez Pedroso Rodrigues – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre - RS
Hélder Boska de Moraes Sarmiento - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Helena Lúcia Augusto Chaves – Universidade Federal de Pernambuco – UPFE, Recife – PE, Brasil
Jaqueline Carvalho Quadrado – Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, Carazinho – RS, Brasil
Joana Valente Santana – Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém – PA, Brasil
Jolinda de Moraes Alves – Universidade Estadual de Londrina – Londrina – PR, Brasil

Juliane Tenório de Albuquerque - Programa de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa do Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC), Recife – PE, Brasil
Leandro Nunes – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Lesliane Caputi – Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, Uberaba – MG, Brasil
Lila Cristina Xavier Luz – Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina – PI, Brasil
Lizara Sarmiento Portella – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis - SC
Lobelia da Silva Faceira – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Luciane Pinho de Almeida – Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande – MS, Brasil
Maria Lúcia Teixeira Garcia – Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória – ES, Brasil
Maria Odete Simão – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, São Paulo – SP, Brasil
Maria Ozanira da Silva e Silva – Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís – MA, Brasil
Marilda Merência Rodrigues – Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Chapecó – SC, Brasil
Marília Carbonari – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Marina da Cruz Silva – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, Brasil
Marisa Camargo - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Marli Elisa Nascimento Fernandes – Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina – PR, Brasil
Marlon Garcia da Silva – Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto – MG, Brasil
Mary Garcia Castro – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, Brasil
Mary Kazue Zanfra – Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF, Florianópolis – SC, Brasil
Michel Goulart da Silva – Instituto Federal Catarinense – IFC, Blumenau – SC, Brasil
Míriam Thais Guterres Dias – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – RS, Brasil
Nathalia Diogenes Ferreira Lima – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, Redenção – CE, Brasil
Patrícia de Lima Felix – Chapecó – SC, Brasil
Patricia Maccarini Moraes – Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC, Caçador – SC, Brasil
Pedro Roberto Jacobi – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP, Brasil
Priscila Keiko Cosual Sakurada – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói – RJ, Brasil
Rai Vieira Soares – Universidade Federal de Tocantins – Palmas – TO, Brasil
Ranieri Carli de Oliveira – Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio das Ostras – RJ, Brasil

Apoio:



Regina Célia Tomaso Mioto – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, Brasil
Reginaldo Pereira França Junior – Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Sousa – PB, Brasil
Rodrigo Fernandes Ribeiro – Universidade Federal de Ouro Preto – Ouro Preto – MG, Brasil
Rosa Lúcia Prêdes Trindade – Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Maceió – AL
Rosana Mirales – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Toledo – PR, Brasil
Rosângela Nair de Carvalho Barbosa – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil
Rosemeire dos Santos – Fundação Universidade Federal de Tocantins – Palmas – TO, Brasil
Rubia dos Santos Ronzoni – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Sabrina Aparecida da Silva – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Samira Safadi Bastos – Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, Brasil
Sheyla Paranaguá Santos – Universidade Estadual de Tocantins – UNITINS, Palmas – TO, Brasil
Solange Maria Gayoso da Costa – Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém – PA, Brasil
Sofia Laurentino Barbosa Pereira – Universidade Federal do Piauí – Teresina – PI, Brasil
Sueli Bulhões da Silva – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RIO, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Tânia Suely Antonelly Marcelino Brabo – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, São Paulo – SP, Brasil
Tiago Camarinha Lopes – Universidade Federal de Goiás – UFGO, Goiânia – GO
Tiago Martinelli – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre – RS, Brasil
Valter Martins – Universidade Federal Fluminense – UFF, Campos dos Goytacazes – RJ, Brasil
Vera Maria Ribeiro Nogueira – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Vini Rabassa da Silva – Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, Pelotas – RS, Brasil
Virgínia Alves Carrara – Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto – MG, Brasil
Virgínia Rosário Baptista – Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE, Lisboa – LX, Portugal

Comissão Editorial

Cristiane Luiza Sabino de Souza, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
Fabiana Luiza Negri, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
Heloísa Teles, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
Keli Regina Dal Prá, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
Mailiz Garibotti Lusa – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
Maria Regina de Ávila Moreira – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Suplentes

Carla Rosane Bressan, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
Clara Martins do Nascimento, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
Laís Duarte Corrêa, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, Santa Catarina Brasil
Maria del Carmen Cortizo, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
Tânia Regina Krüger – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, Brasil

Conselho Editorial Científico

Aldaíza Sposati – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo – SP, Brasil
Ana Elizabeth Mota – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE, Brasil
Ângela Maria Quintero Velásquez – Universidad de Antioquia – UdeA, Medellín, Colômbia
Beatriz Gershenson – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre – RS, Brasil
Berenice Rojas Couto – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre – RS, Brasil
Claudia Sandra Krmpotic – Universidad Nacional de La Matanza – UNLAM, Buenos Aires, Argentina
Cristina González – Universidad Nacional de Córdoba – UNC, Córdoba, Argentina
Denise Bomtempo Birche de Carvalho – Universidade de Brasília – UnB, Brasília – DF, Brasil
Edvânia Ângela de Souza Lourenço, Universidade do Estado de São Paulo – UNESP – Franca – SP, Brasil
Estela Grassi – Universidad de Buenos Aires – UBA, Buenos Aires, Argentina
Fábio Machado Pinto, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Educação, Departamento de Metodologia de Ensino, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil., Brasil
Fernanda Rodrigues – Universidade Católica Portuguesa – UCP, Braga, Portugal
Helena Lúcia Augusto Chaves – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE, Brasil
Hélia Augusta Bracons, Instituto Serviço Social Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal
Irene Rizzini – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Ivanete Boschetti – Universidade de Brasília – UnB, Brasília – DF, Brasil
Jorge Manoel Leitão Ferreira – Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa – Lisboa, Portugal
Jussara Maria Rosa Mendes – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre – RS, Brasil
Lígia Helena Hahn Lückmann – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Manuel Jesús Sabariego Gómez – Universidad Pablo de Olavide – UPO, Sevilha, Espanha

Maria Carmelita Yazbek – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo – SP, Brasil
Maria da Glória Gohn – Universidade Nove de Julho – UNINOVE, São Paulo – SP, Brasil
Maria do Rosário de Fátima e Silva – Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina – PI, Brasil
Mariângela Belfiore Wanderley – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo – SP, Brasil
Marilda Villela Yamamoto – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Marta Silva Campos – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo – SP, Brasil
Mônica Solange De Martino Bermúdez – Universidad de la República – UDELAR, Montevideu, Uruguai
Nora Aquín – Universidad Nacional de Córdoba – UNC, Córdoba, Argentina
Paulo Marques Alves, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Departamento de Sociologia, Lisboa, Portugal, Portugal
Potyara Amazoneida Pereira – Universidade de Brasília – UnB, Brasília – DF, Brasil
Raquel Cardeira Varela, IHC/UNL (Instituto de História Contemporânea/Universidade Nova de Lisboa), Portugal
Ronaldo Vielmi Fortes, Universidade Federal de Juiz de Fora – Faculdade de Serviço Social Sergio Lessa – Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Maceió – AL, Brasil
Sueli Bulhões da Silva – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Susana Cazzaniga – Universidad Nacional de Entre Ríos – UNER, Entre Ríos, Argentina
Susana Malacalza – Universidad Nacional de la Plata – UNLP, Buenos Aires, Argentina
Yolanda Aparecida Demetrio Guerra – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil

Editora-Chefe

Michelly Laurita Wiese

Vice-Editor Chefe

Jaime Hillesheim

Editora Técnica

Michelly Laurita Wiese

Projeto Gráfico

Pedro Paulo Delpino
Editoração Eletrônica
Editora Cubo

Formatação e Revisão da Normalização

Mariana Lick

Tradução

A2Z Serviços de Idiomas – Inglês

Assistente em Administração

Newton de Mendonça Barbosa Jr.

ISSN 1982-0259

Revista Katálysis | Florianópolis | v. 27 volume único | 2024

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da UFSC

Revista Katálysis / Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Curso de Graduação em Serviço Social. – n.1 (junho 1997) – .

– Florianópolis; 1997 mv. ; 28 cm

Fluxo contínuo

Resumo em português e inglês

Até 2003 vinculada ao Departamento de Serviço Social.

A partir de 2004 vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e ao Curso de Graduação em Serviço Social.

A partir de 2006, disponível na SciELO em: <www.scielo.br/rk>

A partir de 2008, disponível no Portal Periódicos UFSC em:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/index>>

Versão impressa ISSN 1414-4980 até edição v. 18, n. 1 2015.

Versão online ISSN 1982-0259

1. Serviço Social. 2. Periódico. I. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. II. Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Graduação em Serviço Social.

CDU 36

Publicação indexada em:

SciELO - Scientific Electronic Library Online

DOAJ - Directory of Open Access Journals

REDALYC - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal

DIALNET - Difusión de Alertas en la Red - Universidad de La Rioja/España

LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

vLEX - Base de Dados da Área de Direito

OEI - Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura

ULRICHSWEB – Global Serials Directory

CAPES - Portal de Periódicos da Capes

PKP - Public Knowledge Project Index

REDIB - Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico

Sumário

Editorial

A produção de conhecimento do Serviço Social e a relação com o projeto ético-político: o enfrentamento da área ao conservadorismo

Hamida Assunção Pinheiro 1

A importância da teoria social crítica das ciências na atualidade

Roberto Fineschi 9

Artigo Original

A terceirização fragmenta, a luta unifica: a unificação sindical como um caminho para o enfrentamento à terceirização

Josias de Oliveira Porto Neto 17

Gênese e consolidação da “questão social” na particularidade brasileira

Davi Machado Perez 27

Novas estratégias para velhos dilemas: autópsia verbal, instrumento pericial do Trabalho Perícia Social

Carla Calce Yannotti 38

“Aprender com”: ecologia dos saberes e a obra de Davi Kopenawa

Marcus Abilio Pereira, Rogério Duarte do Pateo 48

Violência contra a mulher: um modelo de avaliação de desempenho de políticas públicas

Carlos Felipe de Melo Costa, Claudelino Martins Dias Junior 58

Intervenção precoce com crianças e famílias: desafio colaborativo para o serviço social

Manuel Menezes; Eugénia Ribeiro 68

PINK TAX: Por que as mulheres pagam mais do que os homens pelos mesmos serviços? Um estudo exploratório nas cinco maiores regiões metropolitanas do Brasil

Brena Paula Magno Fernandez; Lara Pinheiro e Silva 79

Sumário

Ela, Linn da Quebrada: travestilidade e representatividade no Big Brother Brasil 22	
Jaqueline Carvalho Quadrado; Júlio Sylvester Vasconcelos Belchior, Bárbara Dutra Fonseca	91
Acesso de mulheres bissexuais e lésbicas em serviços públicos de saúde	
Pablo Cardozo Rocon, Kallen Dettmann Wandekoken e Dominique da Silva Reis	100
Celso Furtado, crítico da “colonialidade”	
Henrique Viana; Isadora Pelegrini	110
Adoção internacional e o princípio da proteção integral no Brasil e Portugal	
Thais de Conto; Idir Canzi	120
As tendências teóricas metodológicas das produções sobre família e os fundamentos do serviço social	
Claudio Henrique Miranda Horst; Ludimilla da Anunciação Tomaz	131
Autocracia burguesa, racismo e encarceramento à luz do pensamento social brasileiro	
Gabrielle Paula de Oliveira; Giovanni Simon Machado	144
Arte e desfetichização na obra tardia de György Lukács	
Ronaldo Vielmi Fortes	155
Crianças e adolescentes sujeitos de direito à luz da crítica marxista do direito	
Camila Gibin Melo	165
FUNPRESP: a privatização da previdência social dos servidores públicos federais	
Viviane Aparecida Pereira Peres	175
A ética na práxis freireana: educação para a liberdade e emancipação humana	
Rubens Luiz Rodrigues	186
Marcas identitárias do ser mãe na prisão	
Kalliny Mirella Gonçalves Barbosa; Michelle Christini Araújo Vieira, Ana Áurea Alécio de Oliveira Rodrigues	196

Sumário

Entregadores de aplicativo nas charges “Os empreendedores”: uma análise discursiva	207
Ilka de Oliveira Mota; Vitória Lourdes Brito de Souza	
Curricularização da extensão: realidade da Regional Sul I da ABEPSS	218
Diego Tabosa da Silva; Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira Coelho; Monique Bronzoni Damascena; Sandra Lourenço de Andrade Fortuna	
Carvão, economia e política no sul catarinense: um ensaio inspirado em Gramsci	228
Hoyêdo Nunes Lins	
A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios	239
Iolanda Carvalho Fontenele	
Primeiras análises do serviço social brasileiro sobre a questão racial	249
Simone Sobral Sampaio	
Produção de conhecimentos no serviço social e o debate sobre drogas	259
Daniella Borges Ribeiro; Nara Lourdes Azevedo Silva	
Individualização e neoliberalismo: uma contribuição à investigação da emergência do neoliberalismo	270
Henrique Pereira Braga	
A teoria do estado na obra de István Mészáros: breve aproximação	281
Frederico Daia Firmiano	
Como morreu Althusser? ensaio sobre marxismo e serviço social	291
Michael Gonçalves Cordeiro	
Punção do fundo público na política de educação superior brasileira	300
Antonio Israel Carlos da Silva	
A regulação ética em pesquisa e sua repercussão no serviço social	309
Daniele Batista Brandt	

Sumário

Democracia e reacionarismo na trajetória brasileira	
Pablo Ramon Diogo	319
Pandemia e emprego: impactos da covid-19 sobre o mercado formal de trabalho em Santa Catarina	
Lauro Francisco Mattei; Vicente Loeblein Heinen; Andrey de Paula Silva; Pedro Henrique Batista Otero	329
Sistema de justiça, dogma do controle social penal e naturalização da barbárie	
Helena Schiessl Cardoso; Luciene Dal Ri	343
Notas sobre democracia para interpretar a realidade	
Daniela Neves de Sousa	352
Institucionalização do serviço social português (Estado Novo) e a figura de M^a Leonor Sampaio	
Ernesto Candeias Martins	362
Acumulação por espoliação e estado neoliberal: o caso do Paraná (2003–2018)	
Ivo Marcos Theis e Luis Claudio Krajevski	372
Complexidades do INSS-digital na pandemia: restrições de direitos e denúncias sindicais	
Maria Lucia Lopes da Silva e Murilo Oliveira Souza	381
As bases materiais do ser social a partir de a ideologia alemã	
Sandra Rodrigues dos Santos	390
Resenhas	
A reforma empresarial da educação – nova direita, velhas ideias	
Clara Franco Neiva	401
Karl Marx, um cidadão do mundo	
Alexandre Braga	405
Pessimismo da razão e otimismo da vontade: colapso socioambiental e revolução no decênio decisivo	
José Roberto Porto de Andrade Júnior; Everton Rodrigues da Silva; Fernando Batista Pereira	412

Sumário

Por uma nova gramática da vida social: o conceito ampliado de capitalismo e socialismo de Nancy Fraser	
Ana Paula Fregnani Colombi	417
Relato de Experiência	
Estágio supervisionado em serviço social no período pós-pandemia: novos desafios?	
Miriam de Souza Leão Albuquerque e Raquel Rodrigues da Silva Barbosa	422
Entrevista	
Entrevista com José Manuel Santos: história mundial e União Ibérica (1580–1640)	
Ricardo Lara	431
Errata	
Arte e desfeticização na obra tardia de György Lukács (título no manuscrito: ERRATA)	441

Contents

Editorial

- The production of knowledge in Social Work and the relationship with the ethical-political project: the field's confrontation with conservatism**
Hamida Assunção Pinheiro 8

- The importance of critical social theory of science today**
Roberto Fineschi 13

Original Article

- Outsourcing fragments, the struggle unifies: union unification as a way to combat outsourcing**
Josias de Oliveira Porto Neto 17

- Genesis and consolidation of the “social question” in Brazilian particularities**
Davi Machado Perez 27

- New strategies for old dilemmas: Verbal autopsy, an expert instrument of Forensic Social Work**
Carla Calce Yannotti 38

- “Learning with”: ecology two knowledges and the work of Davi Kopenawa**
Marcus Abilio Pereira, Rogério Duarte do Pateo 48

- Violence against women: a model for evaluating public policy performance**
Carlos Felipe de Melo Costa, Claudelino Martins Dias Junior 58

- Early intervention with children and families: a collaborative challenge for social work**
Manuel Menezes; Eugénia Ribeiro 68

- PINK TAX: Why do women pay more than men for the same services? An exploratory study in the five largest metropolitan regions of Brazil**
Brena Paula Magno Fernandez; Lara Pinheiro e Silva 79

Contents

She, Linn da Quebrada: transvestility and representation in Big Brother Brazil 22	
Jaqueline Carvalho Quadrado; Júlio Sylvester Vasconcelos Belchior, Bárbara Dutra Fonseca	91
Access by bisexual and lesbian women to public health services	
Pablo Cardozo Rocon, Kallen Dettmann Wandekoken e Dominique da Silva Reis	100
Celso Furtado, critic of “coloniality”	
Henrique Viana; Isadora Pelegrini	110
International adoption and the principle of full protection in Brazil and Portugal	
Thais de Conto; Idir Canzi	120
The theoretical and methodological tendencies of family production and the foundations of social service	
Claudio Henrique Miranda Horst; Ludimilla da Anunciação Tomaz	131
Bourgeois autocracy, racism and incarceration in the light of Brazilian social thought	
Gabrielle Paula de Oliveira; Giovanni Simon Machado	144
Art and de-fetishization in the late work of György Lukács	
Ronaldo Vielmi Fortes	155
Children and adolescents as subject of law in the light of the Marxist critique of law	
Camila Gibin Melo	165
FUNPRESP: the privatization of social security of federal public servants	
Viviane Aparecida Pereira Peres	175
The ethics in Freirean praxis: education for freedom and human emancipation	
Rubens Luiz Rodrigues	186
Identity marks of being mother in prison	
Kalliny Mirella Gonçalves Barbosa; Michelle Christini Araújo Vieira, Ana Áurea Alécio de Oliveira Rodrigues	196

Contents

App deliverers drivers in “The Entrepreneur’s” cartoons: a discursive analysis	
Ilka de Oliveira Mota; Vitória Lourdes Brito de Souza	207
Curricularization of extension: the reality of ABEPSS Southern Region I	
Diego Tabosa da Silva; Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira Coelho; Monique Bronzoni Damascena; Sandra Lourenço de Andrade Fortuna	218
Coal, economy and politics in South of Santa Catarina: an essay inspired by Gramsci	
Hoyêdo Nunes Lins	228
The curricularization of extension in Brazil: history, concepts and challenges	
Iolanda Carvalho Fontenele	239
First analyzes of the Brazilian Social Service on the racial issue	
Simone Sobral Sampaio	249
Knowledge production in Social Work and the debate on drugs	
Daniella Borges Ribeiro; Nara Lourdes Azevedo Silva	259
Individualization and neoliberalism: a contribution to the investigation of the emergence of neoliberalism	
Henrique Pereira Braga	270
The theory of the State in the István Mészáros work: a brief approach	
Frederico Daia Firmiano	281
How did Althusser die? An essay on Marxism and social work	
Michael Gonçalves Cordeiro	291
Puncture of the public funds in Brazilian higher education policy	
Antonio Israel Carlos da Silva	300
The ethical regulation in research and its repercussions in Social Work	
Daniele Batista Brandt	309
Democracy and reaction in Brazilian history	
Pablo Ramon Diogo	319

Contents

Pandemic and employment: impacts of covid-19 on the formal labor market in Santa Catarina	
Lauro Francisco Mattei; Vicente Loeblein Heinen; Andrey de Paula Silva; Pedro Henrique Batista Otero	329
The justice system, the dogma of penal social control and the naturalization of barbarism	
Helena Schiessl Cardoso; Luciene Dal Ri	343
Notes on democracy for interpreting reality	
Daniela Neves de Sousa	352
Institutionalization of Portuguese social service (Estado Novo) and the figure of M^a Leonor Sampaio	
Ernesto Candeias Martins	362
Accumulation by spoliation and the neoliberal state: the case of Paraná (2003-2018)	
Ivo Marcos Theis e Luis Claudio Krajevski	372
Complexities of INSS-digital in the pandemic: restrictions on rights and union complaints	
Maria Lucia Lopes da Silva e Murilo Oliveira Souza	381
The material basis of social being from The German Ideology	
Sandra Rodrigues dos Santos	390
Review	
The corporate reform of education - new right, old ideas	
Clara Franco Neiva	401
Karl Marx, a citizen of the world	
Alexandre Braga	405
Pessimism of reason and optimism of will: socio-environmental collapse and revolution in the decisive decade	
José Roberto Porto de Andrade Júnior; Everton Rodrigues da Silva; Fernando Batista Pereira	412
Towards a new grammar of social life: Nancy Fraser's expanded concept of capitalism and socialismo	
Ana Paula Fregnani Colombi	417

Contents

Experience Report

- Supervised internship in social work in the post-pandemic period: new challenges?**
Miriam de Souza Leão Albuquerque e Raquel Rodrigues da Silva Barbosa 422

Interview

- Interview with José Manuel Santos: world history and the Iberian Union (1580-1640)**
Ricardo Lara 431

Erratum

- Art and de-fetishization in the late work of György Lukács (título no manuscrito: ERRATA)** 441

EDITORIAL

A produção de conhecimento do Serviço Social e a relação com o projeto ético-político: o enfrentamento da área ao conservadorismo

Hamida Assunção Pinheiro¹

<https://orcid.org/0000-0001-7881-2605>

¹Universidade Federal do Amazonas, Docente da Graduação e da Pós-Graduação em Serviço Social, Manaus, AM, Brasil.

No Brasil, o Serviço Social figura como uma das primeiras profissões da área social a ser reconhecida e regulamentada, o que ocorreu nos idos da década de 1950¹. Ao longo de quase nove décadas de existência no país — considerando a fundação da primeira Escola de Serviço Social em 1936² como o grande marco inicial — a profissão vem delineando uma trajetória marcada por muitos avanços do ponto de vista ético-político, teórico metodológico e técnico-operativo, mas também são caminhos permeados por contradições, tensões e rupturas com as posturas e posicionamentos conservadores, os quais foram determinantes na origem da profissão, dominantes durante o processo de institucionalização e que ainda persistem tanto no âmbito da formação e do trabalho até os dias atuais.

Na esteira dos avanços, a produção do conhecimento da área tem sido uma grande aliada, configurando-se como espaço de fortalecimento da crítica da realidade e de afirmação do projeto ético-político profissional. Entretanto, o conservadorismo é persistente e seu enfrentamento não é privilégio dos tempos atuais, na realidade este se faz presente na história do Serviço Social brasileiro desde tempos pretéritos, ainda que o projeto profissional vigente não dialogue com ele. Na análise de Boschetti (2015, p. 639), “foi na história de resistência e luta contra esse conservadorismo, que sempre quis subordinar e colocar a profissão a serviço da reprodução do capital, que o Projeto Ético-Político [...] se constituiu como processo dinâmico e vivo”.

Em sua trajetória histórica, a produção de conhecimento na área de Serviço Social tem avançado expressivamente nas últimas décadas em termos qualitativos e quantitativos, sobretudo a partir da criação dos primeiros programas de pós-graduação, que ocorreu na década de 1970. Kameyama (1998, p. 4), ao fazer um balanço da produção de conhecimento do período de 1975 a 1997, destaca que “as temáticas do Serviço Social estão intimamente imbricadas com os acontecimentos que ocorrem na sociedade e que rebatem na profissão em termos de demandas ou requisições”. Essa anotação se revela como um ato contínuo na produção de conhecimento da área de Serviço Social até os tempos atuais.

A pós-graduação *stricto sensu* brasileira é bastante jovem³, tendo um pouco mais de 50 anos da origem dos primeiros cursos de mestrado e cerca de 40 anos da implantação dos primeiros cursos de doutorado. Apesar da juventude, a área possui um crescente e reconhecido acúmulo teórico-metodológico alinhado à teoria social crítica, construído de forma gradativa e democrática ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, o qual dá sustentação ao projeto profissional hegemônico vigente.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Como bem assinalam Netto (2006) e Mota (2013), o Serviço Social não é uma Ciência que dispõe de teoria própria, mas seus profissionais desenvolvem pesquisas, estudos e investigações e têm produzido conhecimento de natureza teórica que são incorporados pelas ciências sociais e humanas. Sendo assim, é nesse movimento que o Serviço Social tem sido reconhecido enquanto área de produção de conhecimento.

Como área de conhecimento, o Serviço Social pertence às Ciências Sociais Aplicadas, sendo reconhecido pelas agências de regulação e fomento à pesquisa e pós-graduação (Mota, 2013). Conforme registram Garcia e Fernandez (2018), o Serviço Social em 1976 foi incluído pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES) como área de conhecimento, o que se configura como muito importante para o reconhecimento do *status* acadêmico-científico da profissão. Em consonância com Sposati (2007, p. 18), vale enfatizar que “o reconhecimento da pesquisa no Serviço Social na institucionalidade científica no CNPq como área de conhecimento e na CAPES como área de produção de conhecimentos foi e ainda, de certa forma, o é resultante de inúmeras lutas”.

Como profissão, o Serviço Social tem formação generalista e requisita ao profissional uma dupla dimensão, a investigativa e a interventiva, as quais devem estar alinhadas numa mesma direção social e política, além de serem interdependentes e complementares. Para a sociedade, a dimensão interventiva é a mais notada, é aquela que gera percepções sobre quem é e o que faz o assistente social que, nas palavras de Guerra (2017), é a forma de aparecer da profissão. Essa corresponde, principalmente, à dimensão técnico-operativa, que é aquela que dá visibilidade social à profissão, mas sem desconsiderar as dimensões teórico-metodológica e ético-política.

Já a produção de conhecimento está ligada mais diretamente a uma das dimensões necessárias ao trabalho e à formação profissional, que é a dimensão investigativa. Vale mencionar que, na origem da profissão, esta dimensão não tinha a centralidade que possui hoje, a pesquisa nem mesmo era considerada como algo relevante. A exemplo disso, Sposati (2007) destaca que a pesquisa só se torna disciplina obrigatória na formação de assistentes sociais em 1982.

Da década de 1980 para cá, o desafio tem sido evidenciar cada vez mais que a pesquisa não é exclusividade daqueles que estão no ambiente acadêmico, seja na graduação ou na pós-graduação, e que ela deve ser encarada como parte importante do trabalho profissional. Para além disso, conforme salienta Carvalho e Silva (2005), é pela pesquisa que se pode formar novos pesquisadores e fortalecer os vínculos entre graduação e pós-graduação.

Pesquisa e intervenção profissional necessariamente devem caminhar lado a lado numa relação de reciprocidade e de retroalimentação do trabalho e da formação. Na visão de Bourguignon (2008, p. 118), “a base da pesquisa para o Serviço Social é a prática profissional, e a possibilidade que a pesquisa coloca à profissão é a de superar os entraves que o cotidiano dessa prática impõe a ela”.

Sendo assim, para a referida autora, é preciso romper com a ideia de que a pesquisa é processo restrito a alguns profissionais e que requer domínio de técnicas sofisticadas para o seu desenvolvimento. A pesquisa precisa ser assimilada como questionamento sistemático, fruto de diálogos criativos e permanentes com a realidade cotidiana. Ela deve ser entendida como atividade orgânica ao trabalho de assistentes sociais e também como matéria-prima para a produção de conhecimento. A pesquisa é constitutiva do trabalho profissional, devendo, inclusive, conter caminhos que deem concretude ao projeto ético-político profissional rumo à construção de uma sociedade justa.

Santana e Miranda (2022), ao analisarem a produção do conhecimento da área de Serviço Social mais recente e privilegiando os 2.293 artigos científicos publicados em 814 periódicos no quadriênio 2017–2020, evidenciam que “o Serviço Social, ao persistir no campo da tradição marxista, se coloca como uma área de interlocução com as Ciências Sociais e com as lutas sociais anticapitalistas” (Santana; Miranda, 2022, p. 185). Tal compreensão dos autores demonstra que, mesmo diante do contexto de avanços do conservadorismo, do ultraneoliberalismo e do desfinanciamento da educação pública, dentre tantas outras políticas sociais, a área de Serviço Social tem mantido no âmbito da produção de conhecimento a defesa dos princípios que orientam a formação e o trabalho numa perspectiva alinhada à Teoria Social crítica marxista.

A produção bibliográfica da área expressa nos principais periódico, de acordo com os autores, tem realizado de forma explícita uma crítica radical à ordem burguesa, assim como tem coberto um leque abrangente que envolve as mais diversas expressões da questão social, contemplando ainda as discussões de antagonismo de classe, desigualdade racial, opressão de gênero, sexual, étnica, geracional etc. O tema mais presente nos artigos verificados foi a saúde, com 223 produções, o que, possivelmente, é decorrente da pandemia de coronavírus que afetou profundamente o Brasil e o mundo entre março de 2020 e maio de 2023. Acrescenta-se a isso

o fato de assistentes sociais serem considerados trabalhadores da saúde pública desde 1998 — quando foi estabelecida a Resolução nº 287 — e que ao lado da Assistência Social, a saúde é a área que mais emprega os profissionais, conforme apontam Pinheiro e Bellini (2021).

Diante do exposto, a partir de uma visão panorâmica, é possível afirmar que a produção de conhecimento na área de Serviço Social tem sido um potente celeiro de resistência tanto para a formação como para o trabalho profissional. Resistência esta muito necessária à defesa do projeto ético-político. Nessa perspectiva, ganha relevo a criação e consolidação dos cursos de pós-graduação em nível de mestrado e de doutorado em várias regiões do País. A área possui, no ano de 2023, 38 programas, sendo 36 em funcionamento e dois em processo de abertura. Desses, 22 têm cursos de mestrado e de doutorado concomitantemente (CAPES, 2023).

Apesar de ser uma área pequena em número de programas, quando se compara com as 50 áreas de conhecimento na CAPES, o Serviço Social tem posicionamento firme no que se refere aos princípios e interesses que são basilares para o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação com qualidade. Como exemplo disso, explicita-se que é a única área que não possui curso de pós-graduação do tipo profissional. Todos os programas da área são acadêmicos e funcionam na modalidade presencial.

A pós-graduação tem cumprido um papel de grande proeminência para a área de Serviço Social desde a década de 1970, contribuindo de modo singular para a ampliação da produção de conhecimento, tanto bibliográfica como técnica. Na atualidade, são produções com grande potencial no que se refere aos estudos críticos à ordem burguesa, ao adensamento da teoria social, assim como aqueles ligados à formação e ao trabalho profissional e às mais diversas expressões da questão social. Em tempos marcados pela ascensão do ultraneoliberalismo (e toda pressão sobre a proteção social que lhe é intrínseca) e suas práticas negacionistas do conhecimento científico, tais produções têm ainda mais relevância na medida em que fazem o enfrentamento necessário ao conservadorismo na área de Serviço Social, e, conseqüentemente, à defesa do projeto ético-político.

Referências

- BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 124. out./dez. 2015.
- BOURGUIGNON, J. A. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. São Paulo: Veras Editora; Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2008.
- BRASIL. Lei n. 1.889, de 13 de junho de 1953. Dispõe sobre os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11889.htm#:~:text=LEI%20No%201.889%2C%20DE%2013%20DE%20JUNHO%20DE%201953.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20os%20objetivos%20do,Assistentes%20Sociais%20e%20Agentes%20Sociais. Acesso em: 29 abr. 2024.
- BRASIL. Lei n. 3.252, de 27 de agosto de 1957. Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3252.htm. Acesso em: 2 maio 2024.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Relatório do Seminário de Meio Termo: Serviço Social área 32. Diretoria de avaliação, 2023.
- CARVALHO, D. B. B.; SILVA, M. O. S. (org.). *Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.
- GARCIA, M. L. T.; FERNANDEZ, C. B. Graduação e pós-graduação em serviço social no Brasil. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 262–275, ago./dez. 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/30253>. Acesso em: 2 maio 2024.
- GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
- IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 14. ed. São Paulo: Cortez; CELATS, 2001.
- KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975 a 1997). *Cadernos Abess*, São Paulo, n. 8, p. 33–76, 1998.
- MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. *Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17–27, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/9kN3x6tySLZWBNGKsHk4rbS/?format=pdf>. Acesso em: 30 abr. 2024.
- NETTO, J. A construção do Projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA et al. (org.). *Serviço Social e Saúde*. São Paulo: OPAS; OMS; Ministério da Saúde, 2006.

PINHEIRO, H. A.; BELLINI, M. I. B. Crise sanitária e compromisso ético-político do assistente social: dilemas do trabalho profissional na Saúde Pública em tempos de pandemia da Covid-19. *In*: BELLINI, M. I. B.; PINHEIRO, H. A. (org.). Serviço Social e Saúde Pública em tempos sombrios: (in)certezas no presente e perspectivas para o futuro. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2021.

SANTANA, J. V.; MIRANDA, L. C. Produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. *Temporalis*, Brasília, jul./dez. ano 2022, n. 44, p. 169–188, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38856>. Acesso em: 2 maio 2024.

SPOSATI, A. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. *Katálysis*, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 15–25, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/vdTf77kKdcRQKfjKY9qrgjF/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

Notas:

- ¹ Na década de 1950 foi publicada a Lei nº 1.889, em 13 de junho de 1953, a qual dispõe sobre os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais. Em seguida, foi publicada a primeira Lei de regulamentação (n. 3.252, de 7 agosto de 1957) de Assistentes Sociais no Brasil.
- ² De acordo com Iamamoto e Carvalho (2001), a primeira Escola de Serviço Social foi fundada em 1936 em São Paulo e surge como fruto dos esforços do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), órgão este criado em 1932 com o objetivo de promover a formação dos seus membros voltada para a doutrina social da Igreja e para o aprofundamento da compreensão e intervenção nos problemas sociais. O propósito do CEAS era de tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais.
- ³ Conforme Garcia e Fernandez (2018), os pioneiros foram os cursos de mestrado da Região Sudeste (PUC-Rio e PUC-SP em 1972; e UFRJ em 1976). No final da década de 1970 houve a criação dos seguintes mestrados: a) da PUC-RS, em 1977, b) na UFPB-JP, em 1978; e c) na UFPE, em 1979. Quanto aos cursos de doutorado, Kameyama (1998) assinala que o primeiro é de 1981 na PUC-SP, seguido da UFRJ no mesmo ano, da UnB em 1991 e da UNESP-Franca em 1993.

Hamida Assunção Pinheiro

hamida@ufam.edu.br

Professora da Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

UFAM

Av. General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1200
Coroado I, Manaus, AM, Brasil
CEP: 69067-005

Agradecimentos

Este texto foi elaborado com apoio da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Editores responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe
Jaime Hillesheim – Comissão Editorial

EDITORIAL

The production of knowledge in social work and the relationship with the ethical-political project: the field's confrontation with conservatism

Hamida Assunção Pinheiro¹<https://orcid.org/0000-0001-7881-2605>

¹Federal University of Amazonas, Professor of Undergraduate and Graduate Programs in Social Work, Manaus, AM, Brazil.

In Brazil, Social Work was one of the first occupations in the social field to be granted recognition and regulation in the 1950s¹. Over almost nine decades of existence - considering the founding of the first Faculty of Social Work in 1936² as the great milestone – the profession has been charting a course marked by many breakthroughs from the ethical-political, theoretical-methodological and technical-operational perspectives, but they are also paths permeated by contradictions, tensions and ruptures with conservative approaches and stances, which were decisive in the origins of the profession, dominant during the institutionalization process and which still persist both in the sphere of training and work.

In the wake of these progresses, the production of knowledge in the area has been of great help, becoming a sphere for strengthening the critique of the contemporary context and affirming the professional ethical-political project. However, conservatism is persistent and its confrontation is not a privilege of current times; in fact, it has appeared in the history of Brazilian Social Work since the past, even though the current professional project is no longer under its influence. In Boschetti's analysis (2015, p. 639), "it was in the history of resistance and struggle against this conservatism, which always wanted to subordinate and place the profession at the service of the reproduction of capital, that the Ethical-Political Project [...] was constituted as a dynamic and living process".

In its historical path, the production of knowledge in the area of Social Work has improved significantly in recent decades in both qualitative and quantitative terms, especially since the creation of the first postgraduate programs in the 1970s. Kameyama (1998, p. 4), assessing the production of knowledge from 1975 to 1997, highlights that "the themes of Social Work are closely intertwined with the events that occur in society and that impact on the profession in terms of demands or requirements". This observation reveals a fact that is continually unfolding in the production of knowledge in the field of Social Work right up to the present day.

The Brazilian *stricto sensu* postgraduate program is quite recent,³ having been in existence for just over 50 years since the first master's degree courses were created, and around 40 years since the first doctorate courses were introduced. Despite its early days, the field has a growing and recognized theoretical-methodological background consistent with critical social theory, built up gradually and democratically throughout the 1970s, 1980s and 1990s, which underpins the current hegemonic professional project.



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution license, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

As correctly noted by Netto (2006) and Mota (2013), Social Work is not a science with its own independent theory. However, its professionals engage in research, studies, and investigations, contributing theoretical knowledge that is integrated into the broader social and human sciences. It is within this framework that Social Work has gained recognition as a field of knowledge production.

As a field of research, Social Work belongs to the Applied Social Sciences and is recognized by the agencies that regulate and promote research and postgraduate studies (Mota, 2013). As Garcia and Fernandez (2018) note, in 1976 Social Work was included by the Coordination of Superior Level Staff Improvement (CAPES) as an area of knowledge, which is very important for recognizing the academic-scientific status of the profession. In line with Sposati (2007, p. 18), it is worth emphasizing that “the recognition of Social Work research in the scientific institutions of CNPq as an area of study and CAPES as an area of knowledge production was and still is, in a way, the result of countless struggles”.

As a profession, Social Work has a generalist training that requires professionals to have a dual skill, investigative and interventional, guided by the same social and political direction, and which are interdependent and complementary. For society, the interventional dimension is the most noticeable, it is the one that generates perceptions about whom the social worker is and what they do, which, in the words of Guerra (2017), is the profession’s way of presenting itself. This corresponds mainly to the technical-operative dimension, giving the profession social visibility, but without disregarding the theoretical-methodological and ethical-political dimensions.

The production of knowledge, on the other hand, is more directly linked to one of the necessary dimensions of professional work and training, namely the investigative dimension. It is worth mentioning that, at the origins of the profession, this dimension was not as key as it is today, and research was not even considered relevant. For example, Sposati (2007) emphasized that research only became a compulsory subject in the training of social workers in 1982.

Since the 1980s, the challenge has been to show that research is not just an activity for the academic environment and professors, whether at undergraduate or postgraduate level, and that it should be seen as an important part of professional work. Furthermore, as Carvalho and Silva (2005) stress, it is through research that new scholars can be trained and the links between undergraduate and postgraduate courses strengthened.

Research and professional work must necessarily go hand in hand in a relationship of reciprocity and feedback on work and training. According to Bourguignon (2008, p. 118), “the basis of research for Social Work is professional practice, and the possibility that research offers the profession is to overcome the obstacles that the daily routine of this practice places in its way”.

Therefore, according to the author, it is necessary to reject the idea that research is a practice restricted to a few professionals and that it requires mastery of sophisticated techniques. Research needs to be assimilated as systematic questioning, resulting from creative and permanent dialogues with everyday reality. It must be understood as an activity that is organic to the role of social workers and also as raw material for the production of knowledge. Research is an integral component of professional practice, and it should include means to translate the ethical-political project of the profession into concrete outcomes, aimed at building a just society.

When analyzing the most recent production of knowledge in the field of Social Work, Santana and Miranda (2022), focusing on the 2,293 scientific articles published in 814 journals during the four-year period 2017-2020, show that “Social Work, by persisting in the field of the Marxist tradition, places itself as an area of interaction with the Social Sciences and with anti-capitalist social struggles” (Santana; Miranda, 2022, p. 185). This perspective by the authors illustrates that, despite the rise of conservatism, ultra-neoliberalism, and the reduction of funding for public education and other social policies, the field of Social Work has continued to uphold the principles guiding education and practice, in alignment with Marxist critical social theory.

According to the authors, the bibliographic production in the field, as reflected in the leading journals, has been explicitly critical of the bourgeois order. It addresses a broad spectrum of issues encompassing various expressions of the social question, including class antagonisms, racial inequality, and oppression related to gender, sexuality, ethnicity, and age. The predominant theme in the articles was health, with 223 publications, likely due to the significant impact of the coronavirus pandemic on Brazil and the world from March 2020 to May 2023. Moreover, since the establishment of Resolution No. 287 in 1998, social workers have been recognized as public health workers. Health, along with Social Assistance, is one of the primary sectors employing social work professionals, as noted by Pinheiro and Bellini (2021).

In view of the above, from a broad perspective, it is fair to say that the production of knowledge in the field of Social Work has been a powerful source of resistance against conservatism, for both training and professional work. This resistance is very necessary for the preservation of the ethical-political project. From this perspective, the creation and consolidation of postgraduate courses at the master's and doctoral levels across various regions of the country have been significant. In 2023, there were 38 programs in the field, with 36 in operation and two in the process of being launched. Of these, 22 offer both master's and doctoral programs concurrently (CAPES, 2023).

Despite being relatively small in terms of the number of programs compared to the other 50 fields of knowledge recognized by CAPES, Social Work has firmly upheld principles and interests essential to maintaining high-quality postgraduate courses. Notably, Social Work is the only field without a professional Master's course at the specialization level. All programs in this area are academic and conducted face-to-face.

Since the 1970s, postgraduate studies have played a crucial role in the field of Social Work, significantly contributing to the expansion of both bibliographical and technical knowledge. Today, these studies have immense potential in advancing critical analyses of the bourgeois order, deepening social theory, and enhancing professional training and practice across various expressions of the social question. In an era characterized by the rise of ultra-neoliberalism, which exerts pressure on social protection and promotes the denial of scientific knowledge, these academic endeavors are particularly important. They provide essential opposition to conservatism within Social Work and uphold the ethical-political project of the profession.

References

- BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 124. out./dez. 2015.
- BOURGUIGNON, J. A. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. São Paulo: Veras Editora; Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2008.
- BRASIL. Lei n. 1.889, de 13 de junho de 1953. Dispõe sobre os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11889.htm#:~:text=LEI%20No%201.889%2C%20DE%2013%20DE%20JUNHO%20DE%201953.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20os%20objetivos%20do,Assistentes%20Sociais%20e%20Agentes%20Sociais. Acesso em: 29 abr. 2024.
- BRASIL. Lei n. 3.252, de 27 de agosto de 1957. Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3252.htm. Acesso em: 2 maio 2024.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Relatório do Seminário de Meio Termo: Serviço Social área 32. Diretoria de avaliação, 2023.
- CARVALHO, D. B. B.; SILVA, M. O. S. (org.). *Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.
- GARCIA, M. L. T.; FERNANDEZ, C. B. Graduação e pós-graduação em serviço social no Brasil. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 262–275, ago./dez. 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/30253>. Acesso em: 2 maio 2024.
- GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
- IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 14. ed. São Paulo: Cortez; CELATS, 2001.
- KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975 a 1997). *Cadernos Abess*, São Paulo, n. 8, p. 33–76, 1998.
- MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. *Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17–27, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/9kN3x6tySLZWBNGKsHk4rbS/?format=pdf>. Acesso em: 30 abr. 2024.
- NETTO, J. A construção do Projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA et al. (org.). *Serviço Social e Saúde*. São Paulo: OPAS; OMS; Ministério da Saúde, 2006.
- PINHEIRO, H. A.; BELLINI, M. I. B. Crise sanitária e compromisso ético-político do assistente social: dilemas do trabalho profissional na Saúde Pública em tempos de pandemia da Covid-19. In: BELLINI, M. I. B.; PINHEIRO, H. A. (org.). *Serviço Social e Saúde Pública em tempos sombrios: (in)certezas no presente e perspectivas para o futuro*. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2021.
- SANTANA, J. V.; MIRANDA, L. C. Produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. *Temporalis*, Brasília, jul./dez. ano 2022, n. 44, p. 169–188, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38856>. Acesso em: 2 maio 2024.

SPOSATI, A. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. *Katálysis*, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 15–25, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/vdTf77kKdcRQKfjKY9qrgjF/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

Notes:

- ¹ In the 1950s, Law No. 1,889 was enacted on June 13, 1953, outlining the objectives of social work education, its structure, and the roles of individuals holding Social Worker and Social Agent diplomas. This was followed by the publication of the first regulatory law for Social Workers in Brazil (Law No. 3,252) on August 7, 1957.
- ² According to Iamamoto and Carvalho (2001), the first Faculty of Social Work was established in 1936 in São Paulo, thanks to the efforts of the São Paulo Center for Studies and Social Action (CEAS). Founded in 1932, CEAS aimed to train its members in the social doctrine of the Catholic Church and to enhance their understanding and intervention in social problems. The primary goal of CEAS was to increase the efficiency of social workers' activities.
- ³ According to Garcia and Fernandez (2018), the first master's programs in Social Work were launched in the southeast, with PUC-Rio and PUC-SP starting in 1972 and UFRJ following in 1976. By the late 1970s, additional master's programs were established: PUC-RS in 1977, UFPB-JP in 1978, and UFPE in 1979. Regarding doctoral programs, Kameyama (1998) notes that the first was created at PUC-SP in 1981, followed by UFRJ in the same year, UnB in 1991, and UNESP-Franca in 1993.

Hamida Assunção Pinheiro

hamida@ufam.edu.br

Professor of the Undergraduate Program in Social Work and the Postgraduate Program in Social Work and Sustainability in the Amazon at the Federal University of Amazonas (UFAM).

UFAM

General Rodrigo Octavio Jordão Ramos Avenue, 1200
Coroado I, Manaus, AM, Brazil
ZIP CODE: 69067-005

Acknowledgments

This text was prepared with support from the Federal University of Amazonas (UFAM), the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) and the Amazonas State Research Support Foundation (FAPEAM).

Responsible Editors

Michelly Laurita Wiese – Editor-in-Chief
Jaime Hillesheim – Editorial Committee

EDITORIAL

A importância da teoria social crítica das ciências na atualidade

Roberto Fineschi¹<https://orcid.org/0009-0005-6995-7788>

¹Siena School for Liberal Arts - ISLA, Professor de História da Filosofia e Filosofia Política Italiana da Escola de Artes Liberais de Siena, Siena, Itália.

A crítica da economia política formulada por Kar Marx constitui pedra angular da cultura moderna e ainda continua sendo uma das análises mais fecundas da sociedade capitalista. Compreender qual é a função dessa crítica para a apreensão da atualidade política, social e econômica é fundamental. Alguns aspectos que gostaríamos esquematicamente de abordar neste editorial para a Revista *Katálysis* são os seguintes: 1) a relação entre essência e aparência; 2) a relação entre realidade e possibilidade; 3) o tema do sujeito e da transformação social.

No que se refere ao primeiro aspecto mencionado, a relação entre essência e aparência, nos reportamos a uma famosa passagem de Marx no terceiro livro de *O Capital*, onde ele afirma que se a essência e a aparência coincidissem, a ciência não seria necessária¹. A investigação do que se vê permite entender que essa é a manifestação de algo mais profundo; se nos limitamos a reconstruir só as regularidades da aparência sem conectá-las com as leis que as regulam, ficamos presos ao fetiche da mercadoria e do capital e às suas máscaras fenomênicas. Estas máscaras nos aparecem como naturais, como se não pudesse existir uma alternativa ao sistema capitalista, como se as formas correntes fossem eternas, uma “natureza social”. A crítica nos permite entender que as organizações sociais humanas nem sempre têm sido as mesmas, que formas diferentes se alternavam na sua história e que o capitalismo é só uma dessas. Se tem um presente e teve um passado diferente, poderá também ter um futuro alternativo. Em particular, a crítica nos permite explicar que as categorias fundamentais sem as quais não nos parece possível conceber a realidade contemporânea não são condições da natureza, pelo contrário, são produtos do desenvolvimento social e, como tais, podem ser transformados. Por exemplo, nos parece “natural” que todos os produtos — incluindo os seres humanos — sejam mercadorias, ou que o dinheiro tenha poder social, ou que o capital se torne o sujeito de cada ação social; trata-se, ao invés disso, de relações sociais historicamente determinadas.

Um elemento fundamental da crítica marxiana da mercadoria e do dinheiro² é a desestruturação da centralidade do indivíduo como sujeito social privilegiado, como se a sociedade fosse o resultado da soma de decisões individuais. Ao contrário, as pessoas que interagem no sistema mercantil se definem

Recebido em 13.09.2024. Aprovado em 07.10.2024. Revisado em 17.11.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

como tais só enquanto membros, partes de uma unidade social. Marx mostra como o que aparece à superfície — os indivíduos atomizados que constroem a sociedade como uma soma de decisões individuais — é exatamente a inversão da essência, a sociedade como totalidade de inter-relações estruturais de interdependência. Toda ideologia burguesa, agora dominante, está baseada sobre este assunto do indivíduo substancial, sobre a destruição do conceito de sociedade e, por conseguinte, da sua responsabilidade relativamente aos seus membros. A aparência da existência atomizada dos indivíduos é exatamente o efeito necessário das leis essenciais do modo de produção capitalista, a conexão universal dos seus membros aparece como a independência autonomizada deles; e a sua conexão aparece como relação de coisas com poder social, coisas sociais e indivíduos independentes. A crítica deverá não só mostrar a falsidade dos temas ideológicos do pensamento dominante, mas também explicar como a estrutura do capitalismo propõe essas ideologias como formas necessárias de sua manifestação (MARX, 2013, p. 154).

O capitalismo tem leis muito rígidas de funcionamento que implicam passagem lógicas e históricas necessárias; contudo, a existência de mecanismos necessários na reprodução capitalista não significa que essa necessidade seja natural; trata-se de uma necessidade historicamente determinada que pode ser transformada pelos mesmos atores que a realizam numa nova estrutura social mais racional e justa. Porém essa transformação não pode ser causal, mas tem que respeitar e direcionar a necessidade histórica. Outro assunto fundamental é que, segundo Marx, na história os seres humanos não atuam como indivíduos, mas como classes (contra a ideologia do indivíduo sujeito).

Avançando em nossa análise, passemos a problematizar a relação entre a realidade e a possibilidade. A viabilidade desta transformação, ou seja, da passagem de uma forma historicamente determinada à outra é real. Graças às modificações que o modo de produção capitalista tem determinado na história da humanidade ficou possível a passagem a um novo sistema social mais racional. A compreensão crítica do seu desenvolvimento real dá-nos as condições necessárias desta passagem. Graças ao capitalismo temos resultados históricos que nos permitem conceber um futuro diferente: 1) a interconexão universal da reprodução humana (ideologicamente transformada na globalização) que pela primeira vez na história determina um conceito de humanidade que não é só intelectual ou teórico, uma abstração, mas uma realidade prática, a reprodução de cada indivíduo em cada parte do mundo depende estruturalmente da reprodução de indivíduos em outras partes; 2) a incrível produtividade do trabalho que permitiu superar a dramática dependência do passado e da necessidade, a possibilidade existente de superar a necessidade externa (criou também a possibilidade da destruição total da natureza), 3) o conhecimento científico, as técnicas e tecnologias para que seja possível gerir a complexidade do processo global de reprodução. A crítica nos permite distinguir o lado progressista do desenvolvimento capitalista e o seu lado destrutivo. Esse conteúdo material positivo se desenvolveu graças ao capitalismo na sua fase progressista. Contudo, isso agora fica limitado à sua forma despótica porque o capitalismo alcançou uma fase na qual não é capaz de progresso ulterior. As possibilidades que foram produzidas pelo capitalismo na sua fase progressista, agora estão bloqueadas pelas mesmas leis imanentes. A forma capitalista da reprodução tem entrado em contradição com o conteúdo que essa mesma gerou (MAZZONE, 1987).

É um fato que uma diversa organização da reprodução humana seja possível. A possibilidade real não é, contudo, a realidade em curso. A passagem da possibilidade real à realidade em curso pode ser um objetivo político, social. O tema das formas políticas, da organização para que uma nova sociedade possa nascer da velha, está ao centro do interesse teórico e prático da análise crítica. Esse elemento do sujeito é essencial tanto como as suas transformações objetivas.

Por fim, importa refletir sobre o tema do sujeito e da transformação social. A compreensão crítica dos processos permite individuar os sujeitos da transformação social? Parece que a interpretação tradicional que considerava só a classe operária como sujeito privilegiado tem que ser revista. Não só porque o desenvolvimento do capitalismo tem criado uma articulação muito mais complexa do que no tempo de Marx. Acho também que não é correto reduzir a própria teoria de Marx desta maneira. O “outro” do capital na sua teoria não é o operário, mas o trabalhador assalariado. A tradução do termo alemão “Arbeiter” é literalmente “trabalhador” que pode ser o operário, mas também mais geralmente trabalhador. As características das formas de trabalhar que o modo de produção capitalista determina se articulam de maneira formalmente coerente em diferentes figuras e períodos históricos: mudam as figuras históricas, mas não mudam as formas lógicas, as determinações funcionais. As formas que se mantêm nas diferentes figuras são: o caráter cooperativo do trabalho, seu caráter parcial, e, finalmente, o caráter de apêndice do trabalhador no processo de valorização do capital;

essas formas são comuns às várias figuras históricas nas quais o processo de valorização se apresenta em períodos diferentes. Portanto, não só na fábrica tradicional se encontram essas formas, mas em muitas figuras contemporâneas “irregulares” da produção. O processo de valorização do capital permanece a finalidade total numa dinâmica que se desenvolve da mesma forma (no sentido da lógica do sistema), mas em figuras historicamente determinadas como diferentes. A crítica permite reconhecer as formas sob as figuras ou ainda as figuras como exemplos das formas.

Ao mesmo tempo, se esta é a maneira na qual se apresenta a modalidade do trabalho pelos trabalhadores que estão incluídos no processo de produção, muitos outros estão excluídos. Com efeito, a taxa de desemprego causada pelo capitalismo aumenta cada vez mais, determinando a questão da inclusão no processo de emancipação de indivíduos que, mesmo que não sejam trabalhadores, estão, contudo, incluídos no processo numa posição de exclusão relativa por causa do capital. A sua exclusão do processo se determina pelo processo mesmo e a impossibilidade estrutural deles de atuarem na reprodução da coletividade com um papel ativo. A dinâmica regressiva do capitalismo na sua fase crepuscular não permite uma repetição da sua momentânea fase progressista como ocorreu na Europa. Ao lado dos trabalhadores explorados, há uma massa sempre maior de trabalhadores sem emprego; estas duas categorias se encontram nos centros onde a economia capitalista se desenvolve. Contudo, tem também uma terceira categoria: todos os trabalhadores em países que nunca foram incluídos plenamente na reprodução capitalista e que nunca o serão porque o capitalismo não tem mais capacidade de expansão pela crise estrutural de valorização na qual se encontra. Esses trabalhadores não entraram e não entrarão na fase progressista do capitalismo e as suas figuras de trabalho permanecerão pré-capitalistas num contexto de desenvolvimento mundial caracterizado pela crise do capitalismo crepuscular³.

Uma grande parte do mundo conheceu e conhecerá só a face da sua brutalidade e barbaridade. Uma reação possível, que porém acho equivocada, seria uma recusa total do capitalismo, incluindo os elementos positivos que o capitalismo produziu na via dum primitivismo que representaria uma recusa também dos aspectos positivos e das possibilidades que existem só graças a ele mesmo. A crítica permite uma distinção do conteúdo progressista da forma regressiva. O risco é aceitar ideologias antimodernistas e um (anti)anticapitalismo reacionário que pode levar à direita em vez de à esquerda.

O desafio da teoria crítica é compreender quais são as formas práticas e institucionais adequadas para que todos esses sujeitos possam se organizar politicamente como força unitária. Os sujeitos possíveis então se articulam em graus diferentes: 1) os trabalhadores assalariados que valorizam o capital em formas cooperativas, de trabalhador parcial ou como apêndice (não só nas fábricas), 2) os desempregados funcionais que existem como excluídos do capital no interior do sistema capitalista, 3) todos eles no mundo que foram parte diretamente do capitalismo só tangencialmente e que nunca o serão porque ele não mais possui capacidades expansivas. Como unir todos esses sujeitos antagonistas possíveis é o grande desafio histórico e político que está à nossa frente e que é um dos temas fundamentais da crítica.

Em síntese, considerando o conjunto das questões apresentadas, queremos enfatizar que a dinâmica do capitalismo crepuscular, do capitalismo na sua fase tardia, implica contradições estruturais que podem tanto destruir o sistema mesmo, como também permitir uma saída progressiva dele. As condições dessa saída estão na capacidade de organização da classe trabalhadora que, por um lado, precisa identificar as modalidades de unificação de sujeitos que aparentemente ficam muito distantes e, por outro, colocar esta luta no desenvolvimento das tendências históricas do modo de produção capitalista. Ao nosso ver, a teoria marxiana do capital continua atual e nos permite uma fecunda abordagem sobre a realidade social, política e econômica contemporânea.

Itália, junho de 2024.

Referências

- FINESCHI, R. Un nuevo Marx: filología e interpretación tras la nueva edición histórico-crítica. Barcelona: El viejo topo, 2023a.
- FINESCHI, R. Violência e estrutura social no capitalismo crepuscular. In: BOSCHETTI, I, et al. (ORG.). Os direitos não cabem no estado: trabalho e política social no capitalismo. Rio de Janeiro: Usina, 2023b.
- HEGEL, G. W. F. Wissenschaft der Logik, vol. I, t. I, Die objektive Logik: Erstes Buch; vol. II, t. I, Die objektive Logik: Zweites Buch; t. II, Die subjektive Logik, Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1996.

JAMESON, F. *Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism (Post-Contemporary Interventions)*, Duke University Press; First Edition, 1992.

MARX, K. (1867), *O capital. Crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital*, São Paulo, Boitempo, 2013.

MARX, K. (1894), *O Capital. Crítica da Economia Política, Livro III: O Processo Global da Produção Capitalista*, São Paulo, Boitempo, 2017.

MAZZONE A. 'La temporalità specifica del modo di produzione capitalistico', *Marx e i Suoi Critici*, Urbino: Quattro Venti, 1987.

Notas

¹ MARX, K. (1894), *O Capital. Crítica da Economia Política, Livro III: O Processo Global da Produção Capitalista*, São Paulo, Boitempo, 2017, p. 1061 (MARX, 2017). Uma distinção inspirada na lógica da essência hegeliana: HEGEL, G. W. F. *Wissenschaft der Logik*, vol. I, t. I, *Die objektive Logik: Erstes Buch*; vol. II, t. I, *Die objektive Logik: Zweites Buch*; t. II, *Die subjektive Logik*, Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1996, II, p. 161 (HEGEL, 1996).

² Para uma apresentação geral sobre a novidade na pesquisa marxiana depois da nova edição histórico-crítica ver: FINESCHI, R. *Un nuevo Marx: filología e interpretación tras la nueva edición histórico-crítica*. Barcelona: El viejo topo, 2023 (FINESCHI, 2023a)

³ Sobre esta categoria, cf. FINESCHI, R. *Violência e estrutura social no capitalismo crepuscular*. In: *Os direitos não cabem no estado: trabalho e política social no capitalismo*. Unisa, 2023 (FINESCHI, 2023b). Um tema que também foi abordado por JAMESON, F. *Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism (Post-Contemporary Interventions)*, Duke University Press; First Edition, 1992 (JAMESON, 1992).

Roberto Fineschi

r.fineschi@sienaschool.com

Professor de História da Filosofia e Filosofia Política Italiana da Escola de Artes Liberais de Siena, Siena, Itália.

Siena School For Liberal Arts - ISLA srl

Via E. S. Piccolomini 2 • 53100 Siena (Italy) • Part.IVA 01112810526

Tel. +39 0577 573086 • www.sienaschool.com

Agradecimentos

Não se aplica

Contribuições dos autores

O autor é responsável por todas as etapas da elaboração do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

O autor consente a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe

Jaime Hillesheim – Comissão Editorial

EDITORIAL

The importance of critical social theory of the sciences today

Roberto Fineschi¹<https://orcid.org/0009-0005-6995-7788>¹Professor of History of Philosophy and Italian Political Philosophy of the Siena School for Liberal Arts - ISLA, Siena, Italy.

Kar Marx's critique of political economy is a cornerstone of modern culture and is and remains one of the most fruitful analyses of capitalist society. Understanding the role of this critique in grasping current political, social and economic issues is essential. The following are some of the aspects we would like to address in this editorial for *Katálysis Journal*: 1) the relationship between essence and appearance; 2) the relationship between reality and possibility; 3) the matter of the subject and social transformation.

Regarding the first point mentioned, the relationship between essence and appearance, we refer to a well-known line from Marx in the third volume of *The Capital*, where he states that if essence and appearance coincided, science would not be necessary¹. The investigation of what is visible allows us to understand that it is the manifestation of a deeper thing; if we confine ourselves to reconstructing merely the regularities of appearance without connecting them to the laws that rule them, we are trapped in the capital and commodity fetishism and its phenomenal disguises. These disguises appear to us as natural, as if there could not be any alternative to the capitalist system, as if current forms were permanent, a "social nature". The critique enables us to learn that human social organizations have not always been identical, that different forms have alternated in their history and that capitalism is just one of them. If capitalism has a different present and past, it could also have an alternative future. Particularly, the critique explains the fundamental categories, without which we don't believe it is possible to conceptualize contemporary reality, are not inherent conditions of nature; on the contrary, they are products of social unfolding and, as such, can be modified. For example, it seems "natural" to us that all products - human beings included - are commodities, or that money has a social power, or that capital becomes the subject of every social act; rather, they are historically determined social relations.

A fundamental component of the Marxian critique of the commodity and money² is the undermining of the individual's centrality as the prime social subject, as if society resulted from the sum of individual decisions. On the contrary, the people interacting in the mercantile system define themselves as such

Recebido em 13.09.2024. Aprovado em 07.10.2024. Revisado em 17.11.2024.



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution license, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

only as members, parts of a social unit. Marx shows how the surface appearance - the atomized subjects who build society as a collection of individual choices - is precisely the reversal of the essential nature of society as a totality of structural connections and interdependence. The entire bourgeois ideology, now dominant, is founded on this matter of the substantial individual, on destroying the very concept of society and, hence, its responsibility towards its members. The appearance of the atomized being of individuals is the exact necessary result of the essential laws of the capitalist mode of production, the universal connection between its members appears as their autonomized independence; and their connection appears as a relationship of things with social power, social things and independent individuals. The critique must not only show the false nature of the ideological issues of dominant thought, but equally provide an explanation of how the structure of capitalism proposes these ideologies as inevitable forms of its manifestation (MARX, 2013, p. 154).

Capitalism operates under stringent laws that drive inevitable logical and historical changes. However, the presence of these necessary mechanisms within capitalist reproduction does not mean that this imperative is natural. Rather, it is a historically determined necessity that can be reshaped by the very actors who perpetuate it, leading to the creation of a new, more rational, and equitable social structure. This transformation, though, cannot happen by chance; it must respond to and fulfill the demands of historical necessity. Marx also emphasizes that throughout history, humans do not act merely as individuals but as members of broader social classes, challenging the ideology centered on the individual subject.

Continuing with our analysis, it is important to examine the relationship between reality and possibility. The viability of this transformation—specifically, the shift from one historically determined form to another—is indeed real. The changes introduced by the capitalist mode of production have paved the way for the potential transition to a new, more rational social system. A critical examination of capitalism's actual development equips us with the essential prerequisites for this transition. Capitalism has produced historical outcomes that enable us to conceive of a more varied future: 1) the universal interdependence of human reproduction (which has been ideologically reframed as globalization). For the first time in history, this interconnectedness has established a concept of humanity that transcends intellectual or theoretical abstraction and becomes a practical reality: the survival and reproduction of individuals in one region are structurally dependent on the reproduction of individuals in other regions; 2) the remarkable productivity of labor, which has made it feasible to break free from the severe dependence on the past and on necessity, and has created the potential to transcend external necessity (although it has also introduced the risk of complete environmental destruction); 3) the advancement of scientific knowledge, techniques, and technologies that enable the management of the complex global process of reproduction. Critique helps us differentiate the progressive side of capitalist development from its destructive one. This positive material content emerged during capitalism's progressive phase. However, it is now constrained by its despotic form, as capitalism has reached a point where it is no longer compatible with further progress. The possibilities created during capitalism's progressive phase are now obstructed by its own inherent laws. The capitalist mode of reproduction has entered into conflict with the very content it once produced (MAZZONE, 1987).

It is evident that an alternative organization of human reproduction is achievable. However, the mere existence of this real possibility does not mean it is currently being realized. The challenge lies in turning this potential into a reality in process, which can be pursued as a political and social goal. The issue of political structures and organizational methods that enable a new society to emerge from the old is central to the theoretical and practical focus of critical analysis. This element of the subject is as essential as its objective transformations.

Finally, it is crucial to reflect on the relationship between the subject and social transformation. Does a critical understanding of the processes make it possible to individualize the subjects of social transformation? It appears that the traditional view, which regarded the working class as the sole privileged subject, requires reassessment. This reconsideration is necessary not only because capitalism has evolved into a far more complex system than in Marx's era but also because reducing Marx's theory to such a narrow interpretation seems inadequate. In his theory, the "other" of capital is not the factory worker but rather the wage laborer. The German term "Arbeiter" translates literally to "laborer," which can refer to both workers and, more broadly, to laborers. The capitalist mode of production shapes the characteristics of labor practices, and while the historical figures and periods may vary, the underlying logical forms and functional determinations remain consistent. The consistent forms across different scenarios are: the cooperative nature of work, its partial nature, and the role of the worker as an appendage in the capital valorization process. These forms are present in various

historical contexts where capital valorization manifests differently over time. As a result, these forms are observable not only in traditional factories but also in many modern “irregular” production settings. Despite the historical variations in figures, the process of capital valorization remains the overarching goal, evolving in a manner consistent with the system’s logic. Critique enables us to identify these forms within different figures or to view figures as specific examples of these forms.

At the same time, while this is the way in which work is presented to laborers who are included in the production process, many others are left out. In fact, the unemployment rate caused by capitalism is increasing steadily, determining the question of inclusion in the process of emancipation of individuals who, even if they are not laborers, are nevertheless included in the process as a whole, in a position of relative exclusion because of capital. Their exclusion from the process is determined by the process itself and their structural inability to play an active role in the reproduction of the collectivity. In its declining phase, capitalism cannot replicate the progressive period it experienced earlier in Europe. Alongside exploited laborers, there is an expanding group of unemployed workers in regions where the capitalist economy is active. Additionally, there is a third category: workers in countries that have never been fully integrated into capitalist reproduction and likely never will be, as capitalism now lacks the capacity for further expansion due to the structural crisis of valorization it faces. These laborers have not and will not experience the progressive phase of capitalism; their working conditions will remain pre-capitalist. This situation persists within a global context marked by the crisis of twilight capitalism³.

Much of the world has only experienced the brutality and barbarism of capitalism. One misguided response might be a complete rejection of capitalism, including its positive contributions, leading to a primitivism that negates the advancements and possibilities created by capitalism itself. Critique allows us to differentiate between the progressive aspects and the regressive forms of capitalism. The danger lies in embracing anti-modernist ideologies and reactionary (anti) anti-capitalism, which could potentially shift toward right-wing rather than left-wing outcomes.

The challenge for critical theory is to identify practical and institutional forms that enable these diverse subjects to unite politically as a cohesive force. These subjects include: 1) wage laborers who contribute to capital in cooperative roles, partial work, or as appendage (beyond factory settings), 2) the functionally unemployed who are marginalized by the capitalist system, and 3) those who have been only marginally involved in capitalism and will remain so due to its limited capacity for expansion. Uniting these potentially antagonistic groups represents a major historical and political challenge and is a central concern of critical theory.

In summary, the dynamics of twilight capitalism involve structural contradictions that could either lead to the system’s collapse or facilitate a progressive transition out of it. The potential for this transition depends on the working class’s ability to organize effectively. This requires not only finding ways to unify seemingly disparate groups but also situating this struggle within the broader historical development of capitalism. We believe that Marxian theory remains relevant and offers a valuable perspective for understanding contemporary social, political, and economic realities.

Italy, June 2024.

References

- FINESCHI, R. Un nuevo Marx: filología e interpretación tras la nueva edición histórico-crítica. Barcelona: El viejo topo, 2023a.
- FINESCHI, R. ‘Violência e estrutura social no capitalismo crepuscular’. In: BOSCHETTI, I, et al. (ORG.). Os direitos não cabem no estado: trabalho e política social no capitalismo. Rio de Janeiro: Usina, 2023b.
- HEGEL, G. W. F. Wissenschaft der Logik, vol. I, t. I, Die objektive Logik: Erstes Buch; vol. II, t. I, Die objektive Logik: Zweites Buch; t. II, Die subjektive Logik, Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1996.
- JAMESON, F. Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism (Post-Contemporary Interventions), Duke University Press; First Edition, 1992.
- MARX, K. (1867), O capital. Crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital, São Paulo, Boitempo, 2013.
- MARX, K. (1894), O Capital. Crítica da Economia Política, Livro III: O Processo Global da Produção Capitalista, São Paulo, Boitempo, 2017.
- MAZZONE A. ‘La temporalità specifica del modo di produzione capitalistico’, Marx e i Suoi Critici, Urbino: Quattro Venti, 1987.

Notes

- ¹ MARX, K. (1894), *O Capital. Crítica da Economia Política, Livro III: O Processo Global da Produção Capitalista*, São Paulo, Boitempo, 2017, p. 1061 (MARX, 2017). Uma distinção inspirada na lógica da essência hegeliana: HEGEL, G. W. F. *Wissenschaft der Logik*, vol. I, t. I, *Die objektive Logik: Erstes Buch*; vol. II, t. I, *Die objektive Logik: Zweites Buch*; t. II, *Die subjektive Logik*, Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1996, II, p. 161 (HEGEL, 1996).
- ² For a general presentation of the novelty in Marxian research after the new historical-critical publication, see: FINESCHI, R. *Un nuevo Marx: filología e interpretación tras la nueva edición histórico-crítica*. Barcelona: El viejo topo, 2023 (FINESCHI, 2023a).
- ³ On this category, see: FINESCHI, R. *Violência e estrutura social no capitalismo crepuscular*. In: *Os direitos não cabem no estado: trabalho e política social no capitalismo*. Unisa, 2023 (FINESCHI, 2023b). Um tema que também foi abordado por JAMESON, F. *Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism (Post-Contemporary Interventions)*, Duke University Press; First Edition, 1992 (JAMESON, 1992).

Roberto Fineschi

Professor of History of Philosophy and Italian Political Philosophy of the Siena School for Liberal Arts - ISLA, Siena, Italy.

e-mail: r.fineschi@sienaschool.com

Siena School For Liberal Arts - ISLA srl

Via E. S. Piccolomini 2 • 53100 Siena (Italy) • Part.IVA 01112810526

Tel. +39 0577 573086 • www.sienaschool.com

Thanks

Does not apply.

Funding agency

Does not apply.

Author contributions

The author is responsible for all stages of preparing the manuscript.

Approval by Ethics Committee and consent to participate

Does not apply.

Consent for publication

The author consents to the publication of this manuscript.

Conflict of interest

There is no conflict of interest.

Responsible Editors

Michelly Laurita Wiese – Editor-in-Chief
Jaime Hillesheim – Editorial Committee

ARTIGO ORIGINAL

A terceirização fragmenta, a luta unifica: a unificação sindical como um caminho para o enfrentamento à terceirização

Josias de Oliveira Porto Neto¹

<https://orcid.org/0000-0002-5909-4684>

¹Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Salvador, BA, Brasil

A terceirização fragmenta, a luta unifica: a unificação sindical como um caminho para o enfrentamento à terceirização

Resumo: Este artigo aprofunda as reflexões de um estudo de caso que tem como objeto a relação entre: (i) uma greve no ramo do cultivo de eucalipto no estado da Bahia; (ii) um processo parcial de reversão das terceirizações (primarizações) no mesmo setor. O artigo parte de uma discussão teórica sobre o papel da terceirização dentro da estratégia atual de dominação do capital sobre o trabalho. Na sequência, trata da relação entre a terceirização e o sindicalismo, abordando as suas implicações para a organização e resistência dos trabalhadores. Em seguida, realiza uma breve reconstituição da greve e da luta pela primarização. Para isso, se baseia em uma pesquisa de campo (entrevistas com dez sindicalistas) e documental. A análise conduz à conclusão de que uma característica central do sindicato trabalhista foi essencial para o relativo êxito da greve no enfrentamento à terceirização: a organização conjunta entre trabalhadores terceirizados e nucleares.

Palavras-chave: Sindicalismo. Trabalhadores. Greve. Terceirização. Primarização.

Outsourcing fragments, the struggle unifies: union unification as a way to confront outsourcing

Abstract: This article delves into the reflections of a case study that focuses on the relationship between: (i) a strike in the eucalyptus cultivation sector in the state of Bahia; (ii) a partial process of reversing outsourcing (primarization) in the same sector. The article starts with a theoretical discussion of the role of outsourcing in the current strategy of capital domination over labor. It then looks at the relationship between outsourcing and trade unionism, addressing its implications for workers' organization and resistance. It then briefly recounts the strike and the fight against primarization. To do this, it is based on field research (interviews with ten trade unionists) and documents. The analysis leads to the conclusion that a central feature of the labor union was essential to the relative success of the strike in confronting outsourcing: the joint organization of outsourced and nuclear workers.

Keywords: Trade unionism. Workers. Strikes. Outsourcing. Primarization.

Recebido em 29.05.2023. Aprovado em 21.08.2023. Revisado em 04.12.2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Foi a partir dessa greve justamente que [o sindicato] despertou para a questão da terceirização. Porque esses trabalhadores, [que começaram a mobilização] eram terceirizados. Aí a gente pode perceber, e eles também começaram a entender, a responsabilidade que tinha o tomador [a empresa nuclear] [...]. (depoimento de Marcos¹, dirigente sindical entrevistado²).

A epígrafe acima — trecho de uma entrevista sobre uma greve que envolveu trabalhadores terceirizados e nucleares, objeto deste estudo —, sinaliza a principal conclusão que aqui se pretende apresentar: que a organização sindical conjunta entre trabalhadores nessas duas condições pode ser um mecanismo central para o enfrentamento à terceirização.

Neste artigo, aprofundam-se as análises e reflexões de um estudo de caso em que se reconstituiu uma greve no setor cultivado de eucalipto na região do litoral Norte da Bahia em 2010. Reconstituiu-se também um processo de reversão parcial de terceirizações, a partir do ano 2011, no mesmo setor, e investigou-se a relação entre esses dois eventos.

As técnicas de pesquisa utilizadas foram: (i) uma pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas realizadas com dez sindicalistas que estiveram envolvidos nos dois eventos; (ii) uma pesquisa documental com análise de documentos da empresa, de Acordos Coletivos firmados entre a empresa e o sindicato e de três importantes documentos jurídicos: o Dissídio Coletivo de Greve (Brasil, 2010), um Inquérito Civil do Ministério Público do Trabalho (Brasil, 2011) e uma Ação Civil Pública Cível na Justiça do Trabalho (Brasil, 2019); (iii) uma revisão bibliográfica de trabalhos teóricos e empíricos a respeito do tema.

Este trabalho justifica-se pela relevância das reflexões que tal análise pode oferecer na busca de caminhos possíveis para o enfrentamento ao problema da terceirização, em especial por parte do movimento sindical. Desafio cada vez mais urgente, diante da aprovação da Lei nº 13.429/2017 (Brasil, 2017), que estabeleceu uma liberação indiscriminada para terceirizações no país. E também diante da intensificação das descobertas de trabalho análogo ao trabalho escravo no Brasil, que muitas vezes se relaciona a uma forma tradicional de terceirização em nossas terras, o chamado sistema de “gato” (Druck et al., 2017)³.

Nas seções seguintes se abordará: (1) uma breve discussão sobre o conceito de terceirização, que iluminou esta investigação. Conceito que dá ênfase ao seu aspecto político, considerando a terceirização como parte importante de uma estratégia maior de dominação do capital sobre o trabalho, vigente no capitalismo contemporâneo; (2) as principais implicações da relação entre a terceirização e a ação sindical, sistematizada a partir da literatura sobre o tema. Uma síntese dos principais resultados e análises da pesquisa, dividida em duas partes: (3) a reconstituição histórica da greve e (4) a reversão de parte das terceirizações no setor e luta pela sua primarização; (5) as principais reflexões e conclusões a partir da pesquisa, com ênfase nos desdobramentos de uma característica que se demonstrou muito singular e muito central neste estudo de caso: a vinculação de trabalhadores terceirizados e nucleares a um mesmo sindicato e a sua luta conjunta.

Terceirização e estratégia de dominação

O controle da força de trabalho é, historicamente, um grande desafio ao capital. É este desafio que estimula, segundo Braverman (1983) o desenvolvimento da chamada “administração científica”. Taylorismo, Fordismo, Toyotismo e seus desdobramentos se constituem não apenas em padrões técnicos e científicos voltados para desenvolver a melhor forma de realizar o trabalho, ou de organizar a produção, mas em respostas “ao problema específico de como controlar melhor o trabalho alienado, a força de trabalho” (Braverman, 1983, p. 61).

Mas cada modelo, cada padrão, cada tendência histórica no que diz respeito às formas de organização do trabalho e da produção são diferentes. É diferente a proporção dos componentes de um binômio sempre presente para esse controle, para essa dominação. Binômio identificado por Gramsci (1976) como força e consentimento. Em cada momento histórico, diferentes táticas, mais coercitivas ou mais persuasivas, se articulam em uma dada estratégia de dominação. O chamado “padrão fordista” caracterizou-se, em certa medida, por ser um modelo em que altos salários e benefícios previdenciários e sociais “compensavam” a monotonia da veloz e frenética “esteira de produção”. É verdade que este alto padrão de condições salariais e de direitos não era universal.

O Fordismo, na sua versão clássica, vigorou apenas nos países capitalistas centrais. E mesmo nestes, havia enormes desigualdades entre categorias e segmentos da classe trabalhadora. Mas havia um modelo, um exemplo, uma referência utilizada para persuadir o conjunto dos trabalhadores.

O momento atual é marcado por um outro “espírito”. Para Harvey (1992), a rigidez que marca a época fordista passou a ser substituída pela flexibilidade. A lógica da acumulação, baseada na produção em massa de mercadorias parecidas, produzidas em grande escala, passa a ser “superada” (não sem combinações) por outra. A acumulação no capitalismo contemporâneo obedece a uma outra dinâmica. Ela se sustenta muito mais na diversificação do que é produzido e na sua descartabilidade, bem como no formato “enxuto” (com estoque mínimo) das plantas produtivas. Mas não são só as mercadorias e plantas produtivas que passam a ser descartáveis, enxutas e flexíveis. O atual padrão de acumulação se sustenta em relações de trabalho muito mais frágeis. O capital necessita aumentar suas taxas de lucro a partir das clássicas estratégias de ampliação da mais-valia: de forma absoluta e relativa (Marx, 2006) ainda que com novas formas (Harvey, 1992). A precarização social do trabalho ganha, nesse contexto, uma grande centralidade (Alves, 2000).

O capital consegue impor o controle do trabalho, hoje, utilizando como referência, como marco: as péssimas condições de trabalho, a precariedade, o desemprego estrutural, a perda de direitos. A persuasão se manifesta na narrativa que amedronta: “É preciso escolher entre ter direitos ou ter empregos”⁴. O medo de cair no trabalho precário, para os que ainda tem direitos, e o medo de cair no desemprego, para os já bastante precarizados, é o que faz o trabalhador se submeter aos imperativos do capital.

A terceirização é, por sua vez, um dos principais instrumentos de precarização social do trabalho nesse contexto, especialmente no Brasil, afirma Druck (1999). Ela se constitui em um eficiente mecanismo para ampliar a exploração do trabalhador e reduzir seus direitos. É a terceirização que permite um enorme “enxugamento” de plantas, reduzindo os trabalhadores diretos de uma determinada empresa, e ampliando um quadro de trabalhadores que atuam indiretamente no seu processo produtivo.

É o que defende também Filgueiras e Cavalcanti (2015), que aprofundam o debate contestando uma definição muito comum, porém equivocada, de que a terceirização seria simplesmente a transferência de atividades de uma empresa para ser realizada por outras. Ou seja, seria uma “externalização” de atividades, transferindo-se para as terceirizadas parte do processo produtivo. O que acontece, na prática, é que não existe uma autonomia por parte das terceirizadas na realização das atividades. Não há, de fato, a externalização. O processo produtivo segue sob o controle da empresa contratante. É ela que impõe, não raro, a forma e até os ritmos do processo de produção. O que há na verdade, defende Filgueiras e Cavalcanti (2015), é uma externalização não das atividades, mas dos custos, conflitos e direitos trabalhistas. A terceirização permite, na verdade, ainda segundo os autores (Filgueiras; Cavalcanti, 2015, p. 19), a “contratação diferenciada da força de trabalho por parte da empresa tomadora de serviços” através de um ente interposto.

Terceirização e ação sindical

A terceirização, além disso, atinge os coletivos de trabalho, fragmentando-os (Alves, 2000). A precarização social do trabalho e a terceirização atingem, assim, a dimensão política da classe trabalhadora, no sentido de enfraquecer o seu poder de ação enquanto classe, bem como seus instrumentos de organização.

É possível afirmar que a precarização tem, portanto, um duplo objetivo: (1) ampliar a exploração da classe, aumentar a mais-valia, ou, na linguagem empresarial, “reduzir o custo da mão de obra”; bem como, (2) enfraquecer o poder de ação político dos trabalhadores, atingir as “identidades individual e coletiva” com a “desvalorização real e simbólica” do trabalhador (Druck, 2011).

E nesse sentido a terceirização também é central. Primeiro porque ela inferioriza os trabalhadores que estão nesta condição, segmentando-os, criando os de “primeira” e os de “segunda” categoria, como afirma Druck (1999). A velha e eficiente tática de dividir para melhor dominar. Além disso, se pensarmos sobre o ponto de vista da organização sindical, a terceirização é muito eficaz em dificultar (ou mesmo inviabilizar totalmente) o envolvimento e a participação dos terceirizados. A própria condição mais flexível, instável e precária desencoraja o envolvimento desses trabalhadores. Sua condição mais frágil os torna mais suscetíveis a perseguições políticas por parte do patronato. É o que indica Silva e Franco (2007, p. 135) refletindo sobre uma pesquisa no polo petroquímico de Camaçari:

Na indústria da RMS/Bahia, verifica-se, também, que a terceirização facilita a alta rotatividade nas empresas, dificultando a organização coletiva e as ações reivindicatórias nos locais de trabalho, na medida em que a empresa utiliza o instrumento da demissão seja devido ao término/descumprimento do contrato de trabalho, seja para neutralizar trabalhadores militantes. Assim, no que tange ao primeiro aspecto, a empresa, ao demitir os trabalhadores por descontinuidade/término do trabalho, introduz uma cortina de fumaça no mundo sindical e os sindicatos que representam os trabalhadores terceirizados possuem extrema dificuldade para estimar sua base devido à rotatividade na categoria [...].

A terceirização também provoca uma separação política dos trabalhadores que, muitas vezes atuando em um mesmo espaço físico, são representados por sindicatos diferentes. Isso porque de acordo com a estrutura sindical brasileira é o Estado quem define as categorias para uma base sindical (Boito, 1991) e essa definição tem como critério a atividade declarada pela empresa contratante. A consequência disso é uma pulverização imensa de trabalhadores em inúmeros sindicatos, mesmo estando diariamente lado a lado e até em um mesmo espaço físico (embora não tenham muitas vezes sem nenhuma relação).

Quase sempre os sindicatos aos quais correspondem as atividades das empresas nucleares tem uma tradição de organização e luta maior, sendo por isso mais fortes e acumulando Acordos Coletivos mais robustos (Marcelino, 2008). Já com os terceirizados, além de sindicatos de menor tradição, também as empresas são em geral menores e mais frágeis. E há um distanciamento ainda maior entre o terceirizado e a empresa que o contrata, já que muitas vezes se trabalha na empresa contratante.

Pode-se, assim, sistematizar três dificuldades centrais que a terceirização impõe à organização e à luta sindical: 1) a inferiorização dos terceirizados, dividindo e dificultando a solidariedade entre eles e os nucleares; 2) a condição mais precária, que limita o envolvimento com os sindicatos e com as lutas; 3) a divisão dos trabalhadores em categorias diferentes.

Essas dificuldades não são, contudo, intransponíveis. O movimento sindical pode e deve encontrar caminhos para enfrentar essas condições desfavoráveis. Caminhos que ajudem a minar esses mecanismos persuasivos e coercitivos que a terceirização impõe à organização dos trabalhadores. Carelli (2007) identifica o que chama de “três dispositivos básicos” que podem ser adotados como mecanismos de enfrentamento à terceirização, tanto para um combate aos seus efeitos mais imediatos, quanto como parte de uma luta maior contra toda essa estratégia de dominação da qual a terceirização é parte. São eles: 1) responsabilizar a empresa contratante pelas condições de trabalho e cumprimento dos direitos trabalhistas dos empregados terceirizados”; 2) lutar por isonomia de direitos e condições de trabalho entre nucleares e terceirizados; 3) lutar pela sindicalização dos terceirizados nos sindicatos dos trabalhadores nucleares (Carelli, 2007, p. 66).

Como será abordado nas próximas seções, esta pesquisa sinaliza uma atuação do Sindiflora sintonizada com essas três perspectivas, que Carelli (2007) sistematizou muito bem. Indica também que a experiência de sindicalização, organização e luta conjunta entre terceirizados e nucleares foi a condição mais importante para as outras duas. Foi central para que o sindicato orientasse sua luta pela busca de isonomia de direitos. Foi central para pressionar o sindicato a responsabilizar a empresa contratante pelas precárias condições de trabalho e pelo descumprimento dos direitos trabalhistas por parte das terceirizadas.

Uma greve de terceirizados que enfrenta a empresa nuclear

No ano 2010 o Sindiflora realiza uma greve muito marcante contra a principal empresa⁵ de produção de eucalipto na região Litoral Norte da Bahia e as terceirizadas que prestavam serviço a ela. Pelo que relatam os entrevistados, os problemas gerados pela terceirização consistiam nas questões centrais enfrentadas pelo sindicato desde suas origens. E a terceirização (e seus desdobramentos) vinha se intensificando enormemente nos anos anteriores à greve. A partir de 1995, não só as atividades-meio, mas o conjunto das atividades centrais da empresa (plantio, manutenção dos eucaliptos e colheita), passaram a ser terceirizadas (Brasil, 2011). Os poucos trabalhadores contratados diretamente se ocupavam apenas com o “gerenciamento das atividades prestadas pelas empresas terceirizadas” (Brasil, 2011, [doc. 02]). Para se ter uma ideia mais precisa, ao final de 2009 a empresa nuclear tinha apenas 107 trabalhadores próprios (BSC, 2010), chegando a alcançar cerca de 4 mil terceirizados neste ano, considerando as contratações temporárias no período de colheita (Brasil, 2011; BSC, 2010).

Nessas empresas terceirizadas ocorriam muitas situações de descumprimento de direitos trabalhistas mínimos, além de diversos outros problemas. Mas o sindicato já vinha conseguindo algumas conquistas no enfrentamento a estes descumprimentos. Em 2009, por exemplo, uma terceirizada que possuía quase 900 empregados abriu falência e só pagou rescisão aos trabalhadores porque o sindicato entrou com uma ação e conseguiu uma ordem judicial de bloqueio de fatura na empresa denunciada (Brasil, 2011, [doc. 01]). Os sindicalistas relatam que esta conquista foi muito importante para aumentar o respaldo do sindicato na base. Até então a entidade sindical ainda tinha pouca força, mas foi crescendo uma repercussão positiva na categoria à medida que esses trabalhadores vinham conseguindo tais rescisões. Isto também foi importante para a deflagração da greve no ano seguinte, e para sua força e ampla adesão.

A greve começou por conta de uma insatisfação na empresa terceirizada que gerenciava o viveiro⁶ de produção de mudas. Ao que tudo indica, uma pressão da empresa contratante para aumento da produtividade (esta é uma interpretação dos sindicalistas, que parece muito pertinente e coerente inclusive com o desenrolar da greve) incidiu para que a terceirizada impusesse uma nova dinâmica de distribuição da carga horária semanal, estabelecendo trabalho aos sábados, o que não acontecia antes. Após a realização de duas assembleias, o envio de três ofícios à empresa, não tendo havido resposta, os trabalhadores do viveiro iniciam uma paralisação. Desde esse primeiro momento, o movimento já se choca com a empresa nuclear, inclusive impedindo a entrada dos trabalhadores nucleares deste setor.

Foi quando a gente falou que pra a gente ter êxito não era pra ninguém entrar, mesmo que um nosso, um supervisor, um encarregado, viesse falar com a gente. E eles vieram, diziam que a gente tinha que trabalhar, se não a empresa ia mandar a gente embora, e ameaçavam a gente de toda maneira. O sindicato veio e disse: “Olha, vocês não vão trabalhar, se vocês trabalharem perdem o direito de vocês. Aí a gente vai acabar sem força. Então, ninguém pode entrar. Não deixe ninguém entrar.” Então eu e outras colegas fomos lá e tomamos a frente do portão da empresa até pra não deixar o próprio pessoal que era da [empresa nuclear] entrar, na época a gente era terceirizado (depoimento de *Maria*, dirigente sindical entrevistada, trabalhadora do viveiro na época da greve).

Como o sindicato estava em campanha salarial e negociação com as empresas para um Acordo Coletivo, articula uma associação da pauta da paralisação do viveiro com as demais pautas da categoria. Os segmentos das outras áreas também tinham várias demandas acumuladas. Isso levou a um processo de adesão e unificação dos trabalhadores das diversas empresas terceirizadas, e inclusive da empresa nuclear (que à época, como já mencionado, eram bem poucos).

Foi uma época de Acordo Coletivo. Aí juntamos uma coisa com a outra. Como já estava o movimento para tirar o dia de sábado, como não tinha negociado, as empresas estavam amarrando, aí unificamos as lutas para retirar o dia de sábado e também para negociar acordo coletivo. (depoimento de *José*, dirigente sindical entrevistado).

Nisso apresentamos a pauta [da negociação do Acordo Coletivo]. Os trabalhadores começaram a se interessar pela pauta reivindicatória. Aí outros trabalhadores que iam chegando de outros setores, da colheita, do plantio, da manutenção, iam chegando e iam vendo a pauta lá e foram também aderindo aos que já estavam paralisados. (depoimento de *Paulo*, dirigente sindical entrevistado).

[Os] outros trabalhadores, inclusive trabalhadores de outras empresas [terceirizadas], além dos trabalhadores do viveiro empregados pela [terceirizada que gerenciava o viveiro], começaram a aderir ao movimento, e eles pararam também, porque eles também tinham reclamações nos seus setores de trabalho. (depoimento de *Marcos*, dirigente sindical entrevistado)⁷.

Assim, como as empresas resistiam em negociar, a paralisação se desdobrou em uma greve, que durou oito dias. À interrupção das atividades do viveiro, se somaram outras ações para pressionar, tendo como desfecho a interrupção total do carregamento de madeira para uma fábrica de celulose (fábrica essa também ligada à empresa principal, e para a qual se destinava a quase totalidade da produção). Só assim, depois também de uma disputa judicial, se chegou a um acordo. Foi aceita a retirada do trabalho aos sábados, além de incorporadas algumas outras reivindicações no Acordo Coletivo.

Houve duas táticas do sindicato na greve que, na interpretação deste pesquisador, foram muito importantes para o desfecho favorável aos trabalhadores: (1) articular as diferentes pautas para unir e mobilizar o conjunto da categoria; (2) o envolvimento do conjunto das empresas no conflito, em especial a empresa nuclear. O primeiro já foi abordado acima. Ele se relaciona com o segundo, porque a unidade das pautas direciona a luta e as reivindicações não apenas para as empresas terceirizadas, mas especialmente para a nuclear.

O fato de o sindicato lidar cotidianamente com o conjunto das empresas o permitia visualizar o poder que a contratante exercia sobre as demais. Inclusive para ser possível o atendimento das demandas:

[...] Sem contar que a empresa [terceirizada] fica meio que refém da ‘tomadora’ [do serviço]. No contrato tem o valor do serviço que tem que cobrir tudo. Então, “se eu tiver que garantir qualquer direito, tenho que negociar com a ‘tomadora’ e com o trabalhador”. A ‘tomadora’ por sua vez diz que a relação com a terceira é comercial, que não tem como discutir relação. (depoimento de *Marcos*, dirigente sindical entrevistado).

Há várias evidências do esforço desta estratégia do sindicato, de trazer a empresa principal para o conflito. Ainda antes do início da paralisação do viveiro o sindicato passa a incorporar como destinatário dos ofícios de comunicado do movimento a empresa nuclear e o sindicato patronal (os dois primeiros ofícios foram destinados especificamente à empresa terceirizada) (Brasil, 2010). Depois, passa a reivindicar a incorporação do atendimento da pauta “do sábado”, no Acordo Coletivo. Além disso, as ações da greve deixam de focar apenas o viveiro de produção de mudas, e tentam incidir em todo o processo produtivo.

As empresas, por outro lado, adotam a estratégia oposta: agem conjuntamente, mas fazem parecer que o conflito é individualizado, como evidenciam os fatos. Vamos a alguns deles. A empresa nuclear entra com uma ação de Interdito Proibitório (quatro dias após o início da greve) para liberar o piquete à frente do viveiro, alegando se tratar de um conflito entre os trabalhadores e a terceirizada, com a qual ela não tinha a ver (Brasil, 2010). Contudo, assim que a ação é negada (no dia seguinte), a empresa terceirizada faz um requerimento de Dissídio Coletivo de Greve postulando, por um lado, a abusividade da greve, por outro solicitando uma audiência de conciliação. Este requerimento imediatamente após a negativa do Interdito Proibitório, bem como após o avanço do movimento para paralisação de outros setores da empresa nuclear, sinaliza uma atuação conjunta. Esta atuação conjunta fica ainda mais evidente nas participações na audiência e na assinatura do Termo de Acordo de Conciliação. Ainda que se identifique como parte no Dissídio apenas a empresa terceirizada, quem assina o Termo é uma Comissão de Negociação do sindicato patronal (Brasil, 2010).

A concepção de terceirização na qual este trabalho se baseia, a entende não como uma externalização do processo de trabalho, mas dos custos, direitos e *conflitos* (Filgueiras; Cavalcante, 2015). O Sindiflora atinge este, que é um dos objetivos políticos da terceirização, ao trazer a empresa nuclear para dentro do conflito. Além disso, atua em consonância com o primeiro dispositivo de enfrentamento à terceirização (responsabilizar a empresa contratante pelas condições de trabalho e cumprimento de direitos de suas terceirizadas), sistematizado por Carelli (2007), também mencionado anteriormente.

Ainda com base em Carelli (2007), identifica-se uma atuação deste sindicato norteadora pelo segundo dispositivo (lutar por isonomia entre nucleares e terceirizados). E essa luta é levada às últimas consequências quando o sindicato parte para uma batalha pela primarização das atividades terceirizadas pela empresa central.

A luta pela primarização

Em abril de 2011 o sindicato faz uma denúncia ao Ministério Público do Trabalho (MPT) das terceirizações na empresa, alegando ilicitude. Em maio, o MPT instaura um Inquérito Civil (Brasil, 2011) e conclui, em parecer, que as terceirizações são ilícitas, tanto por se tratar de atividades-fim⁸, mas também por haver precarização nas condições de trabalho. Para isso recolhe depoimentos em audiências administrativas e documentos das partes envolvidas. Por isso, a empresa se comprometeu, em Acordo Coletivo de Trabalho, em apresentar um plano gradual de primarização das suas atividades, como ela mesma declara ao MPT:

[...] manifesta interesse do grupo econômico em projeto de primarização das atividades fins da empresa [...], notadamente silvicultura, viveiro, pesquisa e desenvolvimento e colheita; que tal projeto será implementado de forma gradativa, respeitando-se a capacidade econômica do grupo e disponibilidade de recursos humanos, haja vista a necessidade de qualificação para execução dos serviços; que no referido projeto existe intenção da empresa em aproveitar o máximo dos quadros das empresas terceirizadas; que já foi feito estudo de viabilidade, o qual já foi apresentado ao Sindicato; que acredita que em 2013 consegue concluir esse projeto; que a primarização iniciará com a colheita, posteriormente viveiro, pesquisa e desenvolvimento, por fim silvicultura [...]. (Brasil, 2011, [doc. 02]).

Houve, de fato, o início desta primarização. Ainda em 2011 foram contratados e treinados 60 trabalhadores para operarem os tratores de colheita (BSC, 2011). Entre 2011 e 2012, o viveiro deixou de operar temporariamente⁹ e novas instalações passaram a funcionar em outro município próximo, já com empregados diretos da empresa nuclear¹⁰. Ao final deste processo a empresa saltou de cerca de 100 para próximo a 600 trabalhadores diretos. Porém, a primarização parou nestes dois setores, que são os que empregam o menor número de trabalhadores e ainda foram os setores que passaram por uma maior automação neste período (o que implicou em redução de funcionários, e uma necessidade de maior qualificação destes). (BSC, 2013).

Foi realizada uma nova audiência, em agosto, entre a empresa e o MPT, e este propôs a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para um compromisso de avanços e prazos nas primarizações. A empresa pediu um prazo maior para estudar a proposta. Novas audiências foram realizadas. A empresa seguiu pedindo mais prazos. Um prazo final foi estabelecido pelo MPT e a empresa não mais respondeu. Logo após a aprovação da Lei das Terceirizações (Lei nº 13.429/2017), em julho de 2017, a empresa reivindica o arquivamento do Inquérito alegando perda do objeto do procedimento, reivindicação não atendida. (Brasil, 2011).

Em 2019 o MPT, partindo deste inquérito, e atualizando o seu parecer, em base à novos contratos solicitados à empresa, ingressa com uma petição de Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho. Argumenta que, ainda que a nova lei possibilite a terceirização de atividades fins, as terceirizações referidas continuariam sendo ilícitas, porque, com base nas análises dos contratos, compreende-se que não há de fato “prestação de serviços”, mas “intermediação de mão-de-obra”, que segue sendo impedido pela legislação vigente (Brasil, 2019, p. 11):

A análise dos contratos firmados pelas reclamadas demonstra que elas exercem total controle das atividades, ditando todas as ordens técnicas, operacionais e de pessoal das prestadoras de serviços, não havendo qualquer autonomia de gestão, inclusive quanto aos trabalhadores, pelas contratadas.

O processo segue tramitando, desde então, com vários procedimentos e audiências, mas até a data da escrita deste texto, ainda não tinha sido julgado.

Algumas conclusões e reflexões

A primarização que aconteceu no setor até então é bastante parcial e ilimitada. Mas, ainda que limitada, significou uma conquista importante, especialmente no fortalecimento da luta travada por este sindicato, e por todos os agentes que combatem a precarização do trabalho. O contexto imediatamente posterior à greve impôs uma resposta da empresa, que além de concordar com a primarização e elaborar um plano inicial para isso, incorpora esse compromisso no Acordo Coletivo de Trabalho. Com o passar do tempo, com o desenvolvimento de uma conjuntura maior desfavorável a esta causa, especialmente com aprovação da Lei das Terceirizações (Brasil, 2017), a postura da empresa muda.

A força da greve, assim, incidiu na forma como a empresa respondeu ao tema das primarizações. Mas, antes disso, a greve foi importante para impulsionar o sindicato na iniciativa de lutar, e recorrer ao MTP pela primarização das atividades. Como mencionado na epígrafe deste artigo, para os sindicalistas, a greve os “despertou” para a centralidade da terceirização. O enfrentamento às consequências da terceirização já existia desde o início da atuação do Sindiflora, mas é com a greve que o entendimento passa a ser da necessidade de enfrentar a própria terceirização. Como afirmado anteriormente, a experiência de atuação cotidiana do Sindicato no enfrentamento ao conjunto das empresas, incluindo a nuclear, os fez perceber desde o início da mobilização a necessidade de trazer a empresa principal para o centro do conflito e de responsabilizá-la pelas demandas pleiteadas pela greve, que na sua maioria decorriam da terceirização.

É perceptível, no decorrer das entrevistas, que há uma *concepção* do sindicato (que a greve fortaleceu, ou mesmo desenvolveu) que corresponde aos dois primeiros “dispositivos” de enfrentamento à terceirização sistematizados por Carelli (2007), como já aqui abordado¹¹. Mas nos parece que é o terceiro dispositivo, uma *condição* já vivenciada por este sindicato, que está na base desta orientação maior de sua atuação. A “sindicalização conjunta de terceirizados e nucleares” é uma condição fundamental para uma atuação consequente do sindicalismo no enfrentamento às terceirizações. Esta condição é importante porque reduz o impacto da fragmentação dos coletivos de trabalhadores e de sua solidariedade que a terceirização impõe. Importante também porque direciona o enfrentamento das lutas destes terceirizados contra a empresa nuclear, confrontando assim a “externalização dos conflitos”. E acaba por direcionar a atuação do sindicato ao enfrentamento contra a própria condição terceirizada, e a luta pela primarização, com evidência esta experiência e esta greve.

Contudo, é preciso fazer uma ressalva importante: esta condição encontrada neste estudo de caso é excepcional. A estrutura sindical corporativa e atrelada ao estado (Boito, 1991), impõe que cabe ao estado determinar a quais sindicatos os trabalhadores podem pertencer. Como já mencionado, essa determinação tem como um dos critérios a definição das categorias dos trabalhadores a partir da atividade econômica declarada por cada empresa à qual se vinculam estes trabalhadores. Na maioria das vezes as empresas terceirizadas declaram atividades totalmente diferentes daquelas exercidas pelas empresas nucleares. No caso em questão, todas as empresas pertenciam ao ramo da silvicultura, e, por isso, tanto elas faziam parte de um mesmo sindicato patronal, quanto seus empregados, de um mesmo sindicato trabalhista.

É preciso pensar e debater como enfrentar este elemento (e não só este) da estrutura sindical, para buscar uma sindicalização conjunta entre trabalhadores terceirizados e nucleares. É preciso pensar formas de articulação, mas também de unificação, de sindicatos que representam e organizam trabalhadores fragmentados por essa estratégia política da atual fase do capitalismo. A organização conjunta entre trabalhadores terceirizados e nucleares, assim, parece ser um grande desafio e mesmo uma necessidade para o sindicalismo na sua luta contra a terceirização.

Este artigo sistematiza, desenvolve e aprofunda os resultados de uma pesquisa finalizada em 2020 e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2017/1711947).

Referências

- ALVES, G. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BOITO Jr., A. O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm. Acesso em: 15 mar. 2023.
- BRASIL. Ministério Público do Trabalho. Procuradoria do Trabalho no Município de Feira de Santana. Inquérito Civil. Processo nº 000194.2011.05.006/1 IC. Inquirido: Bahia Specialty Cellulose SA, Copener Florestal Ltda. 2011.
- BRASIL. Poder Judiciário. Justiça do Trabalho. Tribunal Regional da 5ª Região. Ação Civil Pública Cível. Processo nº 0000417-42.2019.5.05.0221 APCiv. Polo Ativo: Ministério Público do Trabalho. Polo Passivo: Bracell Bahia Florestal Ltda. 2019.
- BRASIL. Poder Judiciário. Justiça do Trabalho. Tribunal Regional da 5ª Região. Dissídio Coletivo de Greve. Processo nº 0000135-03.2010.5.05.0000 DCG. Suscitante: Enflors Empreendimentos Florestais Ltda. Suscitado: Sindiflora. 2010.
- BRAVERMAN, H. Trabajo y capital monopolista: La degradación del trabajo en el siglo XX. Mexico: Editorial Nuestro Tempo, 1983.
- BSC. Relatório de Sustentabilidade. 2010. Disponível em: <http://www.bahiaspeccell.com/shared/relatorio-de-sustentabilidade-2010.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- BSC. Relatório de Sustentabilidade. 2013. Disponível em: <http://www.bahiaspeccell.com/shared/relatorio-de-sustentabilidade-2013.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- CARELLI, R. L. Terceirização e direitos trabalhistas no Brasil. In: Druck, G.; Franco, T. (ed.). A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. Boitempo, 2007. p. 59–68.
- DRUCK, G. et al. A terceirização no serviço público: particularidades e implicações. In: IPEA. A terceirização do trabalho no Brasil. 2017.

- DRUCK, G. Terceirização: (des)fordizando a fábrica. São Paulo: Boitempo, 1999.
- DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. spe. 01, p. 35-57, 2011.
- FILGUEIRAS, V. A.; CAVALCANTE, S. M. Terceirização: debate conceitual e conjuntura política. *Revista da ABET*, João Pessoa, v. 14, n. 1, p. 15-36, 2015.
- GONÇALVES, M. T.; MACHADO, C. W. da C. Reflorestamento e mudanças nas condições de vida no Litoral Norte da Bahia. *Caderno do CEAS*, Salvador, n. 161, p. 23-34, jan./fev. 1996.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- MARCELINO, P. *Terceirização e Ação Sindical: A singularidade da reestruturação do capital no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 1.
- SILVA, S.; FRANCO, T. Flexibilização do trabalho: vulnerabilidade da prevenção e fragilização sindical. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (org.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. Boitempo, 2007. p. 119-146.

Notas

- 1 Os nomes aqui utilizados são fictícios.
- 2 Todos os dirigentes sindicais entrevistados participaram da greve investigada, no ano de 2010, realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores de Reflorestamento, Carvoejamento e Beneficiamento de Madeira (SINDIFLORA), da região do Litoral Norte da Bahia, contra uma empresa de cultivo de eucalipto e suas terceirizadas.
- 3 O sistema “gato” é uma forma de exploração de trabalho muito comum em atividades rurais, em que um intermediador alicia pessoas para trabalhar em troca praticamente de alojamento e alimentação, em condições degradantes e em geral privados de liberdade. Este sistema esteve muito presente no campo investigado nesta pesquisa, nas primeiras plantações de eucalipto na região do Litoral Norte da Bahia (década de 1970 e 1980), e foi uma das primeiras grandes questões enfrentadas pelo Sindiflora (Gonçalves; Machado, 1996).
- 4 Fala do ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro (PL) ainda enquanto candidato no primeiro debate entre presidenciais em setembro de 2018, na rede Band. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9EnJeUKwX_c. Acesso em: 04 abr. 2023.
- 5 Opta-se, neste artigo, por não citar nominalmente as empresas, tanto por não se considerar central para as reflexões, quanto porque houve diversas mudanças dos seus nomes ao longo do tempo, o que tornaria os relatos muito confusos.
- 6 O viveiro faz parte da empresa nuclear, embora fosse gerido por uma terceirizada.
- 7 Há sintonia entre os trechos citados, mas as entrevistas foram realizadas separada e individualmente.
- 8 Ainda vigorava como entendimento maior sobre o tema a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, que não legitimava a terceirização em atividades fins.
- 9 De acordo com informações dos entrevistados por conta da contaminação por um fungo.
- 10 Os entrevistados afirmaram que parte dos incorporados eram terceirizados do viveiro anterior, atendendo a reivindicação do sindicato.
- 11 São eles: (1) responsabilizar a empresa contratante pelas condições de trabalho e cumprimento de direitos de suas terceirizadas; (2) lutar por isonomia entre nucleares e terceirizados (Carelli, 2007).

Josias de Oliveira Porto Neto

josias.oliveira@ufba.br; josias@ufrb.edu.br

Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

Docente Substituto no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

UFBA

Av. Reitor Miguel Calmon, s/n, Vale do Canela

Salvador – Bahia – Brasil

CEP: 40110-905

Agradecimentos

Esse artigo se desdobra de uma dissertação de mestrado e por isso cabe o reconhecimento às reflexões estimuladas pelo orientador Prof. Dr. Jair Batista da Silva e pela coorientadora Prof. Dra. Selma Cristina Silva de Jesus. Pelas componentes da banca avaliadora, a Prof. Dra. Maria das Graças Druck de Faria e a Prof. Dra. Renata Queiroz Dutra. Foi também fundamental o apoio dado pelo sindicato Sindiflora para a realização das entrevistas e acesso a documentos. A todos eles registram-se aqui profundos agradecimentos.

Agência financiadora

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2017/1711947) (março de 2017 a março de 2019).

Contribuições de autores

Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Autorizo a publicação do presente trabalho.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ARTIGO ORIGINAL

Gênese e consolidação da “questão social” na particularidade brasileira

Davi Machado Perez¹<http://orcid.org/0000-0003-0267-2380>

¹Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social, Professor do curso de graduação em Serviço Social, Mariana, MG, Brasil

Gênese e consolidação da “questão social” na particularidade brasileira

Resumo: O presente artigo objetiva revisitar de modo abrangente e ensaístico o debate sobre as protoformas, a gênese e a consolidação da “questão social” no Brasil, tendo como base o materialismo histórico-dialético de Marx e resgatando as contribuições de Florestan Fernandes e Octavio Ianni a respeito da formação social brasileira, com alguns aportes das obras de Jacob Gorender, Clóvis Moura e Carlos Nelson Coutinho. Seu percurso expositivo parte da dimensão universal da gênese e desenvolvimento da sociabilidade burguesa para considerar a particularidade nacional inserida neste contexto. No primeiro tópico são abordadas as protoformas da “questão social” no Brasil e, no segundo tópico, trabalha-se a gênese e a consolidação da “questão social” brasileira. Conclui-se, por fim, a pertinência e atualidade da caracterização florestaniana do capitalismo dependente, conformado através da dupla articulação segregação interna e dominação externa, reafirmando também o racismo enquanto marca social negativa que constitui uma das dimensões da essência da “questão social” em nossa particularidade.

Palavras-chave: Questão social. Formação social brasileira. Escravidão. Capitalismo dependente. Racismo.

Genesis and consolidation of the “social question” in Brazilian particularities

Abstract: This article aims to revisit in a comprehensive and essayistic way the discussion on the protoforms, genesis and consolidation of the “social question” in Brazil, based on Marx’s historical-dialectical materialism and rescuing the contributions of Florestan Fernandes and Octavio Ianni regarding Brazilian social formation, with some contributions from the works of Jacob Gorender, Clóvis Moura and Carlos Nelson Coutinho. Its expository path starts from the universal dimension of the genesis and development of bourgeois sociability to consider the national particularity inserted in this context. The first topic addresses the proto-forms of the “social question” in Brazil and, in the second topic, the genesis and consolidation of the Brazilian “social question” are discussed. Finally, the relevance of Florestan’s characterization of dependent capitalism is concluded, formed through the double articulation of internal segregation and external domination, also reaffirming racism as a negative social mark that constitutes one of the dimensions of the essence of the “social question” in our particularity.

Keywords: Social question. Brazilian social formation. Slavery. Dependent capitalism. Racism.

Recebido em 13.06.2023. Aprovado em 21.08.2023. Revisado em 04.12.2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Este trabalho se propõe a desenvolver de modo ensaístico aproximações a respeito *das protoformas, da gênese e da consolidação* da “questão social” no Brasil. Seu percurso expositivo coincide com as diretrizes curriculares do Serviço Social brasileiro quando afirmam o núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos da vida social como ponto de partida para o desdobramento do núcleo que aborda as particularidades da formação sócio-histórica brasileira (Abepss, 1996). Percorrendo, deste modo, a dimensão universal da gênese e desenvolvimento da sociabilidade burguesa para considerar a particularidade nacional inserida neste contexto.

O pressuposto aqui trabalhado enquanto concepção de mundo é a ontologia materialista histórico-dialética marxista, confluindo na análise da particularidade brasileira prioritariamente com as obras de Florestan Fernandes e Octávio Ianni, com alguns aportes de Jacob Gorender, Clóvis Moura e Carlos Nelson Coutinho. Autores esses que partilham, mesmo com diferenças entre si, pontos importantes de convergência na análise de nossa formação social escravista e seu trânsito para uma sociedade capitalista dependente.

Trabalhamos aqui com especial atenção o fardo histórico da escravidão, do colonialismo e do racismo, considerando a transição do escravismo para o capitalismo. No primeiro tópico focamos em compreender as protoformas da “questão social” no Brasil, e para isso abordamos primeiramente, a partir da obra marxiana, o significado histórico, social e econômico da assim chamada acumulação primitiva de capital, e em seguida trabalhamos nossa formação social escravista inserida nesse contexto. No segundo tópico, tratamos da gênese e consolidação da “questão social” brasileira através de nossa via não clássica de revolução burguesa e a conformação do capitalismo dependente. Pontuamos brevemente ao final, embora não seja o foco deste trabalho, alguns dados contemporâneos que confirmam a atualidade dos elementos analisados.

Protoformas da “questão social” no Brasil

Partindo do pressuposto de que a “questão social”¹ se faz presente somente nas sociedades tipicamente capitalistas, ou seja, aquelas sociedades que já generalizaram o trabalho assalariado conformando o modo de produção capitalista como economicamente dominante, torna-se imperioso considerar os processos prévios à conformação da “questão social” na particularidade brasileira, identificando os elementos estruturantes que constituíram suas protoformas. Porém, antes de adentrarmos propriamente na consideração dos elementos dinâmicos e estruturais de nosso período colonial e escravista, convém fazermos algumas considerações sobre o processo histórico global no qual estávamos inseridos naquele contexto: a assim chamada acumulação primitiva do capital. Nas palavras de Octavio Ianni (1978, p. 6, grifos nossos):

[...] para compreender em que medida o mercantilismo “prepara” o capitalismo, é necessário que a análise se detenha nos desenvolvimentos das *forças produtivas* e das *relações de produção*. Mas para compreender esses desenvolvimentos é preciso situá-los no âmbito das transformações estruturais englobadas na categoria *acumulação primitiva*. Nesse sentido é que a acumulação primitiva expressa as condições históricas da transição para o capitalismo. Foi esse o contexto histórico no qual se criou o trabalhador livre, na Europa, e o trabalhador escravo, no Novo Mundo.

A *expropriação*² e a paulatina *separação entre produtor e meios de produção* foram elementos centrais da acumulação primitiva. E quando falamos de expropriação, podemos considerar tanto a expulsão dos camponeses, recém libertos da servidão, de suas terras, algo que ocorreu primeiramente na Inglaterra, quanto também todo o processo do colonialismo, da escravidão, do genocídio de povos nativos e do saque de riquezas na América, África e Oriente. A acumulação originária resultante desta expropriação tornou possível o estabelecimento futuro de duas pré-condições necessárias para a emergência do modo de produção capitalista: massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho à disposição da burguesia em ascensão (Marx, 2013, I, p. 785).

Para compreender o significado econômico e histórico da acumulação primitiva cabe fazermos a necessária distinção entre capital e capitalismo. Marx (2013, I) trata da gênese e desenvolvimento do capital (enquanto uma relação social) como algo anterior à sociedade tipicamente capitalista, chegando a afirmar que na Idade Média já havia duas formas distintas do capital “que amadureceram nas mais diversas formações socioeconômicas e, antes da era do modo de produção capitalista, já valiam como capital *quand même* [em geral]: o capital usurário e o capital comercial.” (Marx, 2013, I, p. 820). Até na Roma Antiga em sua época republicana tardia, Marx (2017, III, p. 376) observa que “o capital comercial foi desenvolvido num grau maior do que jamais havia sido em todo o mundo antigo”.

Karl Marx (2017, III, p. 365) é bastante explícito em suas considerações históricas sobre o capital comercial - seja na forma do capital de comércio de mercadorias, seja na do capital de comércio de dinheiro - em diferenciá-lo do capital industrial, adjetivando de absurdas e toscas as análises que consideram o capital mercantil somente como um tipo particular do capital industrial, afirmando ainda que “[...] não só o comércio, como também o capital comercial, é mais antigo que o modo de produção capitalista; ele é, na realidade, a forma mais antiga de existência livre que o capital apresenta na história” (Marx, 2017, III, p. 369).

O movimento da produção capitalista, que consiste num processo de transformação do dinheiro em capital, em que por meio do capital é produzido mais-valor e com o mais-valor se obtém mais capital, só poderia realizar-se pressupondo a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho. Para Marx (2013, I, p. 785, grifos nossos) “todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação “primitiva” [...] *prévia* à acumulação capitalista”.

Para a compreensão do papel do mercantilismo no contexto da acumulação primitiva é necessário superar as concepções que não diferenciam capital comercial de capitalismo, priorizando a circulação e não o modo de produção para caracterizar uma estrutura econômico-social. Afinal, “[...] *nada pode ser mais absurdo do que considerar o capital comercial, seja na forma do capital de comércio de mercadorias, seja na do capital de comércio de dinheiro, como um tipo particular do capital industrial*” (Marx, 2017, III, p. 365, grifos nossos).

Carlos Nelson Coutinho (2011, p. 227) demonstra a imprecisão de Caio Prado Jr. quando define a natureza econômico-social de nosso passado colonial “[...] atribuindo à circulação a prioridade ontológica na definição de uma estrutura econômica, uma atribuição que contradiz claramente a lição marxiana”. Esse circuncionismo prejudica a imagem caiopradiana do Brasil “não só no que se refere ao passado, mas também ao presente”, terminando por “subestimar as novidades introduzidas em nosso país e por construir assim uma imagem do Brasil contemporâneo onde o que predomina não é a emergência do novo, mas sim a conservação do velho” (Coutinho, 2011, p. 227).

Diferenciar o capital comercial, demonstrando sua gênese e desenvolvimento histórico pretéritos³, e o capital industrial tipicamente capitalista, é característica central do historicismo radical de Marx. Reside justamente na compreensão da gênese e da transitoriedade histórica das categorias a distinção da obra de Marx em relação às concepções contratualistas e liberais que derivam a economia nacional de um *pecado original* ou *Estado de natureza*, eternizando as relações sociais de produção presentes com abstrações a-históricas.

Somente incluindo na análise as características do processo histórico da acumulação primitiva e a particularidade das colônias e da expropriação colonial nesse contexto é que se pode compreender os elementos que impulsionaram historicamente as revoluções burguesas e a emergência da sociedade tipicamente capitalista com a *generalização do trabalho assalariado*. Nas palavras de Marx (2013, p. 245): “O que caracteriza a época capitalista é, portanto, que a força de trabalho assume para o próprio trabalhador a forma de uma mercadoria que lhe pertence, razão pela qual seu trabalho assume a forma do trabalho assalariado”.

Se consideramos que a Revolução Industrial tem sua irrupção na Inglaterra somente na segunda metade do século XVIII, seremos obrigados a concluir que até esse período o capital mercantil emergia em sociedades cujo modo de produção dominante ainda não era capitalista. A compreensão dessa transitoriedade não nos parece apenas algum tipo de preciosismo historiográfico, mas uma necessidade para a correta consideração do presente a partir de seus elementos de ruptura e continuidade, e para a própria projeção do futuro. Uma transição para além do capital precisa ter em conta a gênese e desenvolvimento do capital enquanto relação social, sua perenização e o desafio histórico da sua superação (Mészáros, 2011).

Com base nesses pressupostos, podemos então considerar a particularidade brasileira inserida no contexto histórico global em que se processou a acumulação primitiva do capital. Mas essa particularidade, enquanto campo de mediações entre o singular e o universal, precisa ser apreendida levando em consideração a totalidade de seus processos subjetivos e objetivos. Trata-se de encará-la como uma *formação social*⁴ que traz dentro de si seus elementos *estruturais*: forças produtivas e relações de produção; e *superestruturais*⁵: formas ideológicas⁶ jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas etc. (Marx, 2008).

Em primeiro lugar, é preciso ter em conta os povos originários que há milhares de anos já habitavam esta terra. Nas considerações de Jacob Gorender (2016), o choque decorrente da invasão dos colonizadores fez com que se defrontassem a sociedade tribal comunista primitiva⁷ e a sociedade feudal ibero-lusitana pioneira do mercantilismo. Porém, o que se estabeleceu aqui, nos termos do historiador, consistiu em um modo de produção historicamente novo: o escravismo colonial⁸. E é preciso buscar uma desobstrução metodológica para considerar as categorias do *modo de produção escravista colonial* de dentro para fora, e não apenas de fora para dentro, correlacionando as relações de produção com as forças produtivas (Gorender, 2016).

A referida desobstrução metodológica também envolve compreender que não há, na obra marxiana, um esquema pré-definido (ao gosto dos “tipos ideais” weberianos⁹) para ser aplicado à história de todos os povos do mundo no que se refere à sequência de modos de produção e formações sociais edificadas ao longo de sua existência. Gorender (2016, p. 61-62) demonstra textualmente em Marx e Engels a compreensão de que a sequência típica da Europa Ocidental (escravismo, feudalismo e capitalismo) não era universalmente aplicável. Algo também compreendido por Lênin (2012) quando tratou do desenvolvimento desigual.

O escravismo aqui edificado em sua complexa organização reuniu, forçadamente, diferentes povos, retirando-os de suas origens, aviltando suas identidades e culturas. A base produtiva caracterizava-se pela grande propriedade, pela economia agrária, pelo trabalho escravo e pela monocultura (Silva, 2013). A formação social escravista estava organizada para produzir e reproduzir o escravo e o senhor, “[...] a cultura do senhor (da casa-grande), a cultura do escravo (da senzala), as técnicas de controle, repressão e tortura, as doutrinas jurídicas, religiosas ou de cunho “darwinista” sobre as desigualdades raciais e outros elementos” (Ianni, 1978, p. 13).

Mesmo que ao longo de toda a história nacional as transformações substanciais tenham se resolvido ‘por cima’, sem rupturas definitivas com o passado, não há dúvida de que é preciso considerar a luta e a resistência indígena, negra e popular ao longo de todos esses processos. Nas palavras de Clóvis Moura (2021), o *escravismo pleno*, que perdurou entre 1550 e 1850, teve também como características marcantes o tráfico de escravos de caráter internacional e o tráfico triangular como elemento mediador, e a legislação repressora contra os escravos violenta e sem apelação, num contexto em que os escravos lutavam sozinhos de forma ativa e radical contra o instituto da escravidão.

Jacob Gorender (2016) considera corretíssima a constatação de Octavio Ianni (1978) de que tínhamos aqui, neste período, uma *formação social escravista*. E acrescenta a importância de considerar o modo de produção escravista¹⁰, presente na base de tal sociedade, como determinante em última instância para caracterizar o caráter da formação social. Nas palavras do historiador:

À conclusão de Octavio Ianni sobre a especificidade da formação social escravista e de sua diferença categorial com relação à formação social capitalista, a esta acertadíssima conclusão devo acrescentar que o fundamento da especificidade reside no modo de produção que a formação social escravista teve por base (Gorender, 2016, p. 59).

Basta considerarmos, por exemplo, que as jurisprudências, os processos políticos e culturais legitimadores de relações de escravidão não podem ser exatamente os mesmos que legitimam e são determinados por uma sociedade que já aboliu a escravidão e generalizou o trabalho assalariado. Ou seja, a particularidade de uma formação social escravista se difere de uma sociedade tipicamente capitalista tanto em seu modo de produção economicamente dominante, quanto em sua dimensão jurídica, política, institucional e cultural. Essa compreensão é legatária de Marx (2008) quando, transcendendo criticamente Hegel, chegou à conclusão de que *a anatomia da sociedade civil deve ser buscada nas relações de produção*.

No contexto de nossa economia escravista, o capital mercantil autonomizava o processo de circulação, subordinando a produção. A produção de mercadorias pode acontecer, segundo Ianni (1978, p. 9), nas mais diversas relações de produção: “seja nos grêmios, corporações e manufaturas, seja nas haciendas, encomiendas,

fazendas, engenhos e plantations”. E na época de autonomia e preponderância do capital mercantil em relação ao processo produtivo, o comerciante não troca as mercadorias baseando-se em seus valores, equivalências ou no trabalho social nelas plasmado. Trata-se principalmente de comprar barato e vender caro.

Octavio Ianni (1978) enfatiza que para o lucro do comerciante se realizar ele necessita de quantidades crescentes de mercadorias e, se num nível seu lucro se efetiva comprando barato e vendendo mais caro, em outro nível ele necessita comprar cada vez mais mercadorias e ampliar a escala da acumulação. Nesse processo “por sob o lucro do comerciante está o sobrevalor criado pelo sobretrabalho realizado pelo negro e o índio aberta ou veladamente escravizados” (Ianni, 1978, p. 10). Há, então, substantivamente, sobretrabalho na produção escravista, tal como exposto por Marx (2013, I)¹¹ quando afirma que o sobretrabalho também se faz presente em modos de produção diversos do capitalismo, como o escravismo e o feudalismo.

A escravidão é posta pelo colonizador dirigido pelo capital mercantil diante da sua necessidade de “[...] atar o trabalhador aos outros meios de produção. Ele não pode ser assalariado, porque a disponibilidade de terras devolutas permitiria que se evadisse, transformando-se em produtor autônomo” (Ianni, 1978, p. 10). Além do fato de que as metrópoles não dispunham de força de trabalho suficiente para ser transferida às colônias no intuito de dinamizar a produção.

As polêmicas que giram em torno da caracterização socioeconômica deste período de nossa história parecem ter uma questão de fundo decisiva: enquanto alguns autores consideram possível somente uma caracterização a partir da dimensão universal do chamado ‘capitalismo mercantil’ - e nossa particularidade seria apenas uma variante do mesmo; outros autores afirmam a possibilidade de caracterizar a particularidade brasileira em si, mesmo tendo em conta suas conexões com o contexto global mercantilista. Em Ianni (1978, p. 13) fica patente a necessidade de caracterizar a particularidade brasileira em si mesma:

É indispensável compreender a fisionomia da formação social escravista como uma estrutura político-econômica singular; nos primeiros tempos, não era apenas um apêndice do sistema mercantilista, e depois, a partir do século XVIII, não se manteve apenas um apêndice do capitalismo em expansão.

Trata-se tanto de caracterizar a particularidade do que foi nossa formação social escravista, quanto de demonstrar que, mesmo o contexto global apresenta-se num primeiro momento enquanto sistema mercantilista, e somente a partir do século XVIII é que teremos universalmente o capitalismo em expansão. Esses períodos de transição precisam, portanto, ser considerados em sua dinâmica concreta, e não através de generalizações a-históricas.

Para Florestan Fernandes (2005) não se pode associar legitimamente o senhor de engenho do período colonial ao “burguês” e nem a “aristocracia agrária” à burguesia. O que o senhor de engenho recebia da Metrópole era uma espécie de remuneração, e a mercantilização da produção agrária só se dava como tal para os agentes econômicos que controlavam as articulações das economias coloniais com o mercado europeu (Fernandes, 2005, p. 32).

A compreensão florestaniana contrasta com a interpretação de Caio Prado Jr. (2011) quando este vê nos desbravadores de terra do período colonial uma réplica da burguesia europeia:

Teremos aqui no Brasil uma réplica da tradicional rivalidade de nobres e burgueses que enche a história da Europa. E se tornarão entre nós tanto mais vivas e acirradas que trazem um cunho nacional, pois, como vimos, são nativos do reino aqueles últimos, enquanto os outros vêm dos primeiros ocupantes e desbravadores da terra (Prado Jr., 2011, p. 333).

Para Carlos Nelson Coutinho (2011, p. 203) é o pouco peso que a categoria *modo de produção* ocupa na concepção de Caio Prado que o faz confundir “na análise da Colônia e do Império, o predomínio inequívoco de relações mercantis com a existência de um sistema capitalista (ainda que “incompleto”)”. Isso faz com que ele chame, por exemplo, de “grandes burgueses nacionais” os latifundiários escravocratas do Império (Coutinho, 2011, p. 203).

Octavio Ianni (1978) afirma que no modo de produção escravista então vigente no Brasil seria extraída mais-valia (mais-valor) absoluta a partir do mais-trabalho do homem/mulher escravos. É importante reafirmar que a análise completa sobre a geração desse excedente só pode ser feita considerando a relação da produção escravista com o comerciante mercantil, e não apenas a relação com o senhor de engenho.

Mesmo não se tratando da compra da *força de trabalho*, o senhor compra o homem/mulher escravizado/a por um valor que é equivalente à antecipação do mais-valor (ou seja, o total do valor que sua força de trabalho agregará na produção às mercadorias finais, menos o que será gasto em sua alimentação, moradia etc.) que será gerado por ele ao longo de todo o período em que trabalhará no engenho ou plantação (Marx, 2017, III, p. 864). O senhor aliena o capital investido na compra da pessoa escravizada e só poderá adquiri-lo novamente quando vender o homem/mulher escravo/a (Marx, 2017, III, p. 869). Não se trata do modo de produção especificamente capitalista, que pressupõe o trabalho assalariado, mas de um modo de produção escravista que num primeiro momento interage com o mercantilismo e posteriormente com a gradual ascensão do capitalismo em nível mundial.

Os elementos aqui pontuados, tanto no que se refere ao caráter das classes dominantes, aos padrões de dominação e exploração e à condição dos setores explorados e oprimidos, através de processos de ruptura e continuidade, levam-nos a reconhecer que há peculiaridades em nossa formação social que não irão posteriormente consistir apenas em expressões, mas em *vetores que conformam a essência da “questão social” em nossa particularidade*.

Gênese e consolidação da “questão social” brasileira

Abordando o *escravismo tardio* que perdurou ainda no período do Brasil Império, Clóvis Moura (2021, p. 88) afirma que o pano de fundo arcaico do escravismo “continuava imóvel, enquanto os outros níveis da sociedade se movimentavam procurando ajustar-se àquelas condições de dependência que a área do trabalho livre estava abrindo”. O autor aborda o processo de *modernização sem mudança*¹² demonstrando como o desenvolvimento de forças produtivas que trouxe inovações como o teleférico e a navegação a vapor, legitimou e reforçou a estrutura e as formas de dominação escravistas até o período da abolição (Moura, 2021).

A revolução burguesa¹³ adquire, segundo Ianni (1966), condições para sua emergência na particularidade brasileira quando, na segunda metade do século XIX, o rompimento com o estatuto colonial possibilita a diferenciação do sistema produtivo e das relações de produção, e a sociedade adquire relativa autonomia e singularidade. Decorre desse processo, pouco a pouco, uma generalização da separação entre trabalhador e meios de produção, num contexto em que o capitalismo global, em ascensão desde meados do século XVIII, também contribui para acirrar a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção¹⁴ no interior da formação social brasileira. Quer dizer, é nesse momento que se explicita na sociedade brasileira a “[...] contradição entre a *mercadoria* e o *escravo*” (Ianni, 1966, p. 78, grifos do autor).

O rompimento com o estatuto colonial e a criação de um Estado nacional fazem com que os móveis capitalistas¹⁵ obtenham condições de se expandir (num primeiro momento no âmbito da grande lavoura), podendo manifestar suas potencialidades capitalistas com plenitude, canalizando-as para o mercado interno, intensificando o desenvolvimento urbano e expandindo novas formas de atividades econômicas (Fernandes, 2005).

Octavio Ianni (1978) demonstra a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, da condição de escravo para a condição de ‘cidadão’ ou trabalhador ‘livre’ em que, na dimensão econômica, enquanto no trabalho escravo operava apenas a mais-valia absoluta, no trabalho assalariado passa a operar também a mais-valia relativa.

A abolição da escravidão, efetivada tardiamente no Brasil em 1888, envolveu por parte das classes dominantes a possibilidade de ampliação da margem de lucro e do nível de desenvolvimento das empresas e do mercado. O negro escravizado se transforma em trabalhador “livre”, e a mão-de-obra em força de trabalho. Na categorização de Ianni (1966, p. 83), é nesse momento que “a produção de lucro é função da produção da mais-valia relativa”. Ou seja, é nesse contexto que se generaliza no Brasil o trabalho assalariado e o modo de produção capitalista propriamente dito, possibilitando a adequação da força de trabalho (composição técnica do capital) para a complexificação da composição orgânica do capital (composição técnica + composição de valor via meios de produção)¹⁶.

Florestan Fernandes (2005), abordando o processo de generalização do trabalho assalariado no Brasil, demonstra como *a própria dominação senhorial se transforma em dominação oligárquica*, bloqueando política, econômica e socialmente “a formação das classes e dos mecanismos de solidariedade de classe, impondo o *controle conservador* e o poder autocrático das elites das classes dominantes como fio condutor da história” (Fernandes, 2005, p. 231).

Octavio Ianni chama a atenção para a importância de considerar que as vias não clássicas de revolução burguesa (seja a *via colonial* brasileira, a *via prussiana* na Alemanha ou a *revolução passiva* na Itália¹⁷) são ao mesmo tempo contrarrevoluções burguesas que reagem diante do papel ativo das classes subordinadas. No caso do Brasil, a análise do ciclo de nossa revolução burguesa precisa ter em conta “[...] a longa história de lutas populares: escravos, índios, imigrantes, camponeses, operários, empregados, funcionários, estudantes ao longo das décadas” (Ianni, 1984, p. 40). As lutas de classe, de acordo com Marx (2013) e Lukács (2012), também interferem e transformam a dinâmica da acumulação capitalista.

Essa consideração, em nossa avaliação, não é antagônica à elaboração de uma interpretação do Brasil que desenvolva o movimento *desantropomorfizador* próprio da ciência (Lukács, 1966). Ou seja, voltar-se para o objeto externo e não apenas para dentro de si mesmo, para a essência e para a totalidade dos processos e de suas correlações de forças etc. o que envolve conhecer também o inimigo, afinal, só é possível lutar contra e transformar aquilo que se conhece. Logo, são importantes e necessários tanto trabalhos que focam em analisar o papel das classes dominantes, quanto aqueles que focam em analisar as lutas e rebeliões dos explorados e oprimidos.

Não há, em Florestan Fernandes e Octavio Ianni, nenhuma ilusão de que o racismo poderia ser superado no interior da dinâmica de *modernização conservadora* capitalista. Pelo contrário, para Fernandes (1986) o capital aqui não desprende o trabalho do contexto histórico anterior, mas *aproveita-se e usa suas marcas sociais negativas* como um elemento não-econômico na deterioração do valor do trabalho no mercado.

No que se refere às transformações decorrentes do processo de abolição da escravatura e generalização do trabalho livre, Ianni (1962, p. 281-282) observa:

[...] o preconceito do branco entra em nova fase com a metamorfose do escravo em negro e mulato. Enquanto no período propriamente escravocrata a discriminação se realiza contra o membro da casta, da raça negra, dos escravos, na sociedade de classes em formação, em lugar de exprimir-se entre as classes sociais, o preconceito concentra-se sobre a cor, distinguindo e distanciando os homens, ainda quando trabalham lado a lado, na mesma condição.

Explicita-se, assim, que mesmo nos primeiros trabalhos de Octavio Ianni que abordaram relações étnico-raciais o sociólogo não cria expectativas positivas sobre a possibilidade de o racismo¹⁸ ser superado com o desenvolvimento da sociedade capitalista. Pelo contrário, suas conclusões vão no sentido de entender que a discriminação é funcional à conformação do capitalismo, preservando “cristalizada uma hierarquia de atributos sociais que corresponde às exigências das relações de dominação-subordinação constituídas com o novo sistema” (Ianni, 1962, p. 285).

Ianni (1966) afirma que o antigo escravo não é redefinido como cidadão no sentido pleno do termo, mantendo a condição de ‘ex-escravo’ até a atualidade. O processo de transformação da ‘casta’ em uma massa de trabalhadores não rompe com a condição de subordinação, que se faz presente também no capitalismo, e incorpora a discriminação racial como elemento funcional à reprodução do sistema.

Não há dúvidas, portanto, que o capitalismo aqui consolidado perpetua relações de dominação, de discriminação, de entraves para a mobilidade social etc. refletidas em ideologias racistas. Evidenciando que a própria dinâmica da exploração capitalista e da lei geral da acumulação é constituída em nossa particularidade por essas marcas herdadas do período escravista, reafirmando a compreensão de que *o racismo é um dos elementos que conformam a própria essência da “questão social” brasileira*.

Nas palavras de Clóvis Moura (2021, p. 149):

Não podemos negar que o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre. Mas as estratégias de dominação antecipadamente estabelecidas fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como força secundária na dinâmica desse processo, ficando como borra, sem função expressiva. O Brasil arcaico preservou os seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam à Abolição na sua estratégia de dominação.

O âmbito histórico da revolução burguesa no Brasil, de acordo com Ianni (1984), situa-se entre sua emergência com a abolição da escravatura e a consolidação da revolução burguesa no golpe civil-militar de 1964, num processo que sempre combinou formas mais ou menos explícitas de poder ditatorial por parte das classes dominantes, passando do predomínio dos interesses do bloco agrário para o bloco industrial-agrário e, finalmente, para o bloco industrial financeiro e monopolista.

Fica evidente as particularidades de uma revolução burguesa atípica, ou de uma via não clássica de revolução burguesa que consolida o capitalismo no Brasil sem romper os laços de dependência com o imperialismo estrangeiro, preservando nossa heteronomia econômica (Fernandes, 2005). A manutenção da dependência e de elementos estruturais e superestruturais arcaicos (tais como a concentração de terra, o racismo, o conservadorismo e o reacionarismo ideológico etc.) não se dá por falta de desenvolvimento capitalista ou de modernização, mas pelo próprio caráter do desenvolvimento e da modernização nos países dependentes, reintegrando e refuncionalizando tais elementos pretéritos na própria dinâmica do capitalismo.

A ditadura do grande capital inaugurada com o golpe de 1964 permitiu a cristalização do capitalismo dependente, a plena vinculação da economia brasileira ao imperialismo¹⁹ e o firmamento da impossibilidade de democratizar substantivamente a sociedade brasileira (Paulo Netto, 2014). Octavio Ianni (2019, p. 89) demonstra que em 1974 “[...] o faturamento das empresas estrangeiras alcançou 42,8% do total, enquanto as nacionais privadas chegaram a 32,0%, e as estatais atingiram apenas 25,2%”.

Nesse contexto, intensificaram-se a pauperização absoluta e a pauperização relativa da classe operária, e isso fez com que a burguesia monopolista nacional e estrangeira, desvalorizando o salário real, realizasse uma *mais-valia extraordinária*, aumentando a expropriação e a taxa de mais-valor. A superexploração da classe operária, segundo Ianni (2019, p. 138), aparece no “cotidiano da vida do trabalhador em termos de escassez, ou precariedade, de recursos para alimentação, vestuário, habitação, saúde, educação, transporte e outros elementos que entram na composição das condições sociais de existência da classe”. Esse processo torna-se necessário diante da *apropriação dual do excedente*, que pressupõe uma extração de mais-valia de tal ordem, que torne possível o rateio do excedente entre as frações burguesas internas e externas (Fernandes, 1968).

Quanto à atualidade dos elementos aqui abordados, não teremos condições neste artigo de analisar o que significou a transição da ditadura civil-militar para a democracia restrita hoje vigente em nosso País²⁰. Mas afirmamos que os elementos principais pontuados como determinantes na conformação de nosso padrão de desenvolvimento capitalista dependente²¹ possuem validade e perenização ainda atuais, mesmo que a transição “lenta, gradual e segura” tenha reconfigurado taticamente o domínio político da burguesia monopolista-oligopolista financeira e do imperialismo sobre o Estado e a sociedade brasileira.

Nos limitaremos, de qualquer maneira, a apresentar alguns dados recentes acerca de dois pontos significativos. O primeiro, diz respeito à desnacionalização da economia brasileira. De acordo com Sarti e Laplane (2019), o aprofundamento da desnacionalização da economia apenas reforçou um padrão de inserção frágil e subordinado do Brasil em um mercado mundial cada vez mais assimétrico, seletivo e hierarquizado nas dimensões financeira, produtiva, comercial e tecnológica. *Até 2018, quase 400 empresas passaram para as mãos de estrangeiros no país*: “Eles desembolsaram R\$ 133 bilhões nesse período para comprar participações em companhias nacionais” (Pereira, 2018). O movimento veio crescendo desde 2014, e ganhou destaque em 2017 “quando as transações envolvendo capital externo avançaram 40% – de 75, em 2016, para 108” (Pereira, 2018).

O segundo ponto, refere-se à desigualdade entre brancos, negros e pardos nas relações de trabalho: segundo dados do IBGE de 2021, as pessoas brancas têm um rendimento mensal quase duas vezes maior do que as negras. A média foi de R\$ 3.099 para brancos, R\$ 1.764 para negros e R\$ 1.810 para pardos. E no quesito desemprego, em 2021, pessoas brancas representaram 11,3% dos desocupados, enquanto pretos, 16,5%, e pardos, 16,2% (Rodrigues, 2022). Quanto a taxa total de desempregados, de acordo com Cristina Índio do Brasil (2022), chegamos a atingir 14,9% em 2021, sendo que, dentre os empregados, 40,1% trabalhavam na informalidade.

Fica patente a sobrevivência e o aprofundamento de nossa heteronomia econômica e a perpetuação, nas relações de trabalho, das marcas sociais negativas herdadas do período escravista e colonial. O fardo histórico e o peso dessa herança de fato se reafirmam na atualidade, confirmando a essência da análise de Florestan Fernandes (2005) sobre a dupla articulação *segregação interna-dominação externa* que caracteriza o capitalismo dependente brasileiro.

Considerações Finais

Quanto às protoformas da “questão social”, a partir dos aportes aqui desenvolvidos, não temos dúvida de que a acumulação primitiva do capital (vigente entre o século XV e meados do século XVIII) consistiu em um processo prévio à acumulação tipicamente capitalista. A colonização da América, o genocídio dos povos indígenas e a escravidão fizeram parte dos processos de expropriação que impulsionaram a acumulação originária de capital.

O que aqui se consolidou foi uma formação social escravista que tinha como base um modo de produção escravista vinculado ao capital mercantil e à Metrópole. Porém, mesmo após a Independência o seu caráter escravista ainda perdurou por décadas. Apesar de suas diferenças - principalmente no que se refere à análise da revolução burguesa e da contemporaneidade - Fernandes, Ianni, Gorender, Moura e Coutinho convergem em pontos importantes sobre a caracterização de nossa formação social escravista e sua passagem para o capitalismo dependente.

A gênese da “questão social” brasileira emerge após a abolição da escravidão com a generalização do trabalho assalariado, fazendo com que a sua essência se constitua preservando elementos herdados do período colonial e escravista, tais como a heteronomia econômica, os processos de expropriação e o racismo. Estes são refuncionalizados e integrados na dinâmica da modernização conservadora capitalista, e seguem vigentes de maneira explícita até os dias de hoje, reafirmando a dupla articulação entre segregação interna e dominação externa típica do capitalismo dependente brasileiro.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1996.
- BRASIL. Cristina Índio Do. Taxa de desemprego fica estável no primeiro trimestre, aponta IBGE. Agência Brasil, Rio de Janeiro. 2022. Disponível: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-05/taxa-de-desemprego-fica-estavel-no-primeiro-trimestre-aponta-ibge#> Acesso em 04 de jun. 2023.
- COUTINHO, C. N. Cultura e sociedade no Brasil: ensaio sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- FERNANDES, F. Fundamentos empíricos da explicação sociológica. São Paulo, SP: Companhia Editorial Nacional, 1972.
- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5ªed. São Paulo: Globo, 2005.
- FERNANDES, F. Capitalismo dependente e classes sociais na América latina. São Paulo: Global Editora, 2009.
- FERNANDES, F. Nova República? Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1986.
- FERNANDES, F. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- GORENDER, J. O Escravidão Colonial. São Paulo: Perseu Abramo, 2016.
- IANNI, O. As Metamorfoses do Escravo. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil, 1962.
- IANNI, O. Raças e classes sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- IANNI, O. Escravidão e racismo. São Paulo: Hucitec, 1978.
- IANNI, O. O ciclo da revolução burguesa. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- IANNI, O. A ditadura do grande capital. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- LÊNIN, V. I. Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LÊNIN, V. I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- LUKÁCS, G. Estética I: la peculiaridad de lo estetico. Barcelona; México: Grijalbo, 1966.
- LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social I. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.
- MARX, Karl. Contribuição para a crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, I. O Século XXI: Socialismo ou Barbárie. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MOURA, C. Dialética radical do Brasil negro. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.
- PAULO NETTO, J. Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo (SP): Cortez, 2011.
- PAULO NETTO, J. Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2014.
- PEREIRA, R. Desnacionalização de empresas avança no Brasil. Estadão, São Paulo. 2018. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2018/10/22/desnacionalizacao-de-empresas-avanca-no-brasil.htm> Acesso em 02 jun. 2023.
- PEREZ, D. M. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e democracia de cooptação: o golpe de 2016 e a atualidade de Florestan Fernandes. Temporalis, Brasília (DF), ano 19, n. 37, p. 10-25, jan./jun. 2019.

PEREZ, D. M; LARA, R. Consolidação e atualidade do capitalismo dependente no Brasil: a contribuição de Florestan Fernandes. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 15, n. 29, p. 39-63, jan./jun. 2015.

PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

RODRIGUES, L. IBGE: Renda Média de trabalhador branco é 75,7% maior que de pretos. Agência Brasil, Rio de Janeiro. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-11/ibge-renda-media-de-trabalhador-branco-e-757-maior-que-de-pretos#> Acesso em 03 jun. 2023.

SARTI, F.; LAPLANE, M. Internacionalização, desnacionalização e desenvolvimento. *Le Monde Diplomatique*. 2019. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/internacionalizacao-desnacionalizacao-e-desenvolvimento/> Acesso em 04 jun. 2023.

SILVA, J. F. S da. Serviço Social: resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Serviço Social: resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013.

Notas

- 1 Segundo Paulo Netto (2011) a afirmação da “questão social” como objeto do Serviço Social é um ponto praticamente consensual. Na abordagem crítica do autor a anatomia da “questão social” está na *lei geral da acumulação capitalista* descoberta por Marx (2013, I) e, enquanto for vigente o capitalismo será vigente a “questão social”, mesmo com suas múltiplas e ‘novas’ expressões.
- 2 A presença da categoria expropriação na gênese do capitalismo faz dela elemento *genético* de seu modo de produção, compondo também pilar fundamental do capitalismo dependente brasileiro. Isso se expressa em formas de violência que despossuem trabalhadores de meios de produção, na invasão de terras indígenas, nos crimes socioambientais etc.
- 3 Lênin (1988, p. 13) afirma com nitidez a importância de se considerar o processo de passagem da economia mercantil simples para a economia capitalista.
- 4 Em Lukács (2013, p. 538) essa compreensão de formação social abrangendo a superestrutura e sua base econômica também aparece quando o autor fala em “economia” e “formações sociais a ela associadas”.
- 5 Diferenciar estrutura e superestrutura não significa negar que ambas coexistem em uma mesma totalidade, e que os processos subjetivos se fazem presentes inclusive nas relações econômicas.
- 6 As formas de consciência não ocupam papel passivo na concepção marxiana. Um dos elementos centrais presentes na crítica de Marx e Engels (2007) ao materialismo de Feuerbach, está justamente na defesa do papel ativo da subjetividade e da práxis humana na transformação e no revolucionamento das condições materiais.
- 7 É fato que as sociedades tribais possuem um modo comunal de produção e reprodução social, donde todos usufruem igualmente do produto da riqueza social e não há divisão de classes. Não acreditamos que a utilização do conceito de *primitivo* para designar formas mais recuadas da sociabilidade humana signifique um juízo de valor negativo, mas apenas a constatação de processos diversos e cumulativos do gênero humano que são objetivos.
- 8 Gorender (2016) aborda as semelhanças e diferenças entre o escravismo colonial moderno e o escravismo antigo. Ambos compartilham a predominância do trabalho escravo, porém, enquanto o escravismo antigo se defrontou com um escasso desenvolvimento das forças produtivas, o escravismo colonial moderno confluiu com o processo da acumulação primitiva que impulsionou globalmente a emergência do modo de produção capitalista.
- 9 Fernandes (1972, p. 98) identifica em Weber a arbitrariedade dos “tipos ideais”, que são elaborados *a priori* e tendem a ter sua determinação exagerada nos processos sociais.
- 10 Clóvis Moura (2021) também trabalha, inspirado em Gorender (2016), com a categoria *modo de produção escravista*.
- 11 Nas palavras de Marx (2013, I, p. 213): “O que diferencia as várias formações econômicas da sociedade, por exemplo, a sociedade da escravatura daquela do trabalho assalariado, é apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extraído do produtor imediato, do trabalhador”. Para Georg Lukács (2013, p. 382) a variabilidade é “[...] determinada de acordo com que condições, com que determinações econômicas, se dá o surgimento e a apropriação do mais-trabalho (do maisvalor)”.
- 12 Há uma congruência importante aqui com a categoria *modernização conservadora* utilizada por Fernandes (2005), com a diferença de que Fernandes trabalha tal categoria no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, enquanto Moura (2021) demonstra essa combinação entre o moderno e o arcaico já no período do escravismo tardio.
- 13 A abordagem a respeito da revolução burguesa (não clássica) no Brasil é característica mais própria das interpretações de Fernandes e Ianni. Clóvis Moura (2021) identifica a problemática, mas não chega a se posicionar sobre a pertinência de se falar em revolução burguesa no Brasil.
- 14 Marx (2008) trata do momento em que as relações sociais de produção entram em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas, abrindo uma época de revolução social que desemboca na destruição das velhas relações de produção e a edificação de um novo modo de produção economicamente dominante, revolucionando a superestrutura ideológica e institucional que se eleva sobre a estrutura, alterando a conformação e o caráter de uma formação social.

- 15 Para Fernandes (2005) os *móveis capitalistas do comportamento econômico* consistem em instrumentos materiais, bem como a jurisprudência a eles inerente, que foram introduzidos no Brasil já no período colonial e teriam a potencialidade ou seriam propulsores das *futuras* relações capitalistas de produção.
- 16 Ver o Capítulo 23 do volume I de *O Capital* de Marx (2013, I) sobre a lei geral da acumulação capitalista.
- 17 Essas distintas vias ‘não clássicas’ não podem ser homogeneizadas. É sem dúvida diverso tratar de um país europeu que ascende à condição de potência imperialista; e tratar do caso brasileiro em que transitamos de colônia para capitalismo dependente.
- 18 Ao abordar o racismo e o conceito sociológico de ‘raça’, Octavio Ianni (1966, p. 46-47, nota 3) afirma que essa categoria “como é evidente, envolve o preconceito racial” e, por meio dele “as acepções sociais de raça se manifestam, orientadas de modo a possibilitar ou garantir as relações de dominação-subordinação representadas nas ideologias raciais”.
- 19 O imperialismo, segundo Lênin (2012), sustenta-se na exportação de capital, na fusão do capital bancário e industrial (financeirização) e é expressão da fase monopolista do capitalismo, sendo que a tendência à concentração e centralização é intrínseca à reprodução ampliada do capital (MARX, I, 2013). Para uma análise contemporânea do imperialismo ver Florestan Fernandes (2009) e István Mészáros (2003).
- 20 Aprofundamos, em bases florestanianas, a análise sobre a transição pós-ditadura e o golpe de 2016 em Perez (2019).
- 21 Em Perez; Lara (2015) trabalhamos com dados socioeconômicos contemporâneos para demonstrar a atualidade da dependência na particularidade brasileira.

Davi Machado Perez

davi.perez@ufop.edu.br

Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina

Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto

UFOP

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Rua do Catete, 116-140 – Mariana – MG.

Mariana – Minas Gerais – Brasil

CEP: 35420-000

Agradecimentos

Às/aos companheiras/os dos núcleos Mineração do OuTro (UFOP) e NEPTQSAL (UFSC) pelos acúmulos e trabalhos conjuntos, às/aos camaradas Rodrigo Choinski, Angely Cunha, Rodrigo Fernandes Ribeiro, Denis Angelo, Ingridy Lima, Gustavo Reis, Rossano Sczip, Amauri Soares, Isabela Oliveira, Marlon Garcia e Diogo Prado Evangelista pelas parcerias, estudos e trocas de ideias recentes. Agradeço todos os membros do Grupo de Estudos Marxismo e Formação Social Brasileira e à Cláudia Mazzei, Ricardo Lara, Geraldo Pereira Barbosa, Ivete Simionatto e Anita Leocádia Prestes pelas trocas, inspiração e direcionamentos.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições de autores

Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Não se aplica.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ARTÍCULO ORIGINAL

Nuevas estrategias para viejos dilemas: autopsia verbal, instrumento pericial del Trabajo Social Forense

Carla Calce Yannotti¹

<https://orcid.org/0009-0009-2828-0773>

¹Universidad de la República Oriental de Uruguay, Docente de pregrado y posgrado del Departamento de Trabajo Social Facultad de Ciencias Sociales, Montevideo, Uruguay

Nuevas estrategias para viejos dilemas: autopsia verbal, instrumento pericial del Trabajo Social Forense

Resumo: El artículo aborda la aplicación de la autopsia verbal por parte de Trabajadores Sociales Forenses en la investigación de situaciones de violencia, para dar respuesta a solicitudes de la Fiscalía Penal de Violencia de Género en el periodo 2021-2022. Esta metodología, utilizada en la investigación de Femicidios, implica la realización de entrevistas con familiares y amigos de la víctima para recopilar información sobre las relaciones y circunstancias previas al evento violento. Los hallazgos presentados en el artículo muestran la relevancia de esta técnica en el proceso pericial, al mismo tiempo que aporta conocimiento para comprender el fenómeno de la violencia hacia las mujeres. La autopsia verbal, permite conocer detalles de la dinámica de la violencia en el entorno donde ocurrió el evento. De esta forma, se pueden identificar patrones y factores de riesgo que contribuyeron al suceso violento y que pueden ser abordados por políticas y programas de prevención.

Palabras clave: Femicidios. Trabajo Social Forense. Autopsia verbal.

New strategies for old dilemmas. Verbal autopsy, an expert instrument of Forensic Social Work

Abstract: The article addresses the application of verbal autopsy by Forensic Social Workers in the investigation of situations of violence, in response to requests from the Criminal Prosecutor's Office for Gender Violence in the period 2021-2022. This methodology, used in the investigation of femicides, involves conducting interviews with family members and friends of the victim to gather information on the relationships and circumstances prior to the violent event. The findings presented in the article show the relevance of this technique in the expert process, while providing knowledge to understand the phenomenon of violence against women. The verbal autopsy allows to know details of the dynamics of violence in the environment where the event occurred. In this way, it is possible to identify patterns and risk factors that contributed to the violent event and that can be addressed by prevention policies and programs.

Keywords: Femicides. Forensic Social Work. Verbal autopsy.

Novas estratégias para velhos dilemas: autópsia verbal, instrumento pericial do Trabalho Perícia Social

Resumo: O artigo aborda a aplicação da autópsia verbal por Assistentes Sociais Forenses na investigação de situações de violência, para responder às solicitações do Ministério Público Criminal sobre Violência de Género no período 2021-2022. Essa metodologia, utilizada na investigação de Femicídio, envolve a realização de entrevistas com familiares e amigos de



Este artículo está licenciado bajo una Licencia Internacional de Trabajo Social Forense (Open Access) bajo el modelo de licencia Creative Commons Attribution-NonCommercial, que permite su uso, distribución y reproducción en cualquier medio, sin restricciones siempre que sin fines comerciales y que el trabajo original sea debidamente citado.

a vítima recolha informações sobre as relações e circunstâncias anteriores ao acontecimento violento. As descobertas apresentadas. No artigo mostram a relevância desta técnica no processo pericial, ao mesmo tempo que fornece conhecimento para compreender o fenómeno da violência contra as mulheres. A autópsia verbal nos permite conhecer detalhes da dinâmica de violência no ambiente onde o evento ocorreu. Desta forma, podem ser identificados padrões e factores de risco que contribuiu para o evento violento e que pode ser abordado por políticas e programas de prevenção.

Palavras-chave: Femicídio. Serviço Social Forense. Autópsia verbal.

Recebido em 17.05.2023. Aprovado em 21.08.2023. Revisado em 04.12.2023.

Introducción

El Departamento de Asistencia Social (DAS) es una Unidad Técnico Administrativa integrada por Licenciados en Trabajo Social que integra los servicios del Instituto Técnico Forense — del Poder Judicial, como Área Especializada, dependiendo de la Dirección General del mismo. Es competencia de este Departamento la realización de pericias sociales, asesorando a los/as Jueces en materia social, actualmente la actuación es a instancia de las solicitudes de los Jueces Letrados de Familia, Familia Especializada en Violencia Doméstica (Montevideo e interior) en alguna oportunidad por Tribunales de Apelaciones de Familia y más recientemente de las Fiscalías Penales de Delitos Sexuales, Violencia Doméstica, Violencia Basada en Género.

En este marco, en el mes de noviembre de 2021, este Departamento recibió la primera solicitud proveniente de la Fiscalía Penal de Delitos Sexuales, Violencia Doméstica, Violencia Basada en Género en la que solicitaba una pericia social “en el marco de la investigación de un delito de femicidio”. En virtud de este nuevo tipo de demanda, se entendió necesario desplegar un tipo de metodología de investigación específica que permitiera dar una respuesta integral tomando en cuenta la complejidad del objeto de la pericia.

Este artículo, tiene como cometido compartir el Plan Piloto a través del cual se comenzó a aplicar la Metodología de Autopsia Verbal para dar respuesta a ese tipo de solicitudes. Esta metodología, fue diseñada y aplicada por primera vez en el marco de una investigación académica financiada por la Comisión Sectorial de Investigación Científica- Universidad de la República, en el marco del Programa Comprensión pública de temas de interés general Art. 2 Proyecto: Violencia doméstica en la agenda: aportes interdisciplinarios para su comprensión cuyas autoras fueron: Carla Calce, Serrana Mesa, Susana Rostagnol y Mariana Viera (Calce et al., 2015). La investigación fue denominada Autopsias verbales: mujeres asesinadas por sus parejas o exparejas en Uruguay (2008–2013) y se implementó una adaptación metodológica en la que se tomaron técnicas e instrumentos de investigación provenientes de la epidemiología, antropología y las ciencias sociales. Si bien, fue pensada originalmente para el desarrollo de actividad de investigación académica, cuando se reciben las primeras solicitudes de pericias de Fiscalía se realizan una serie de adaptaciones para que fuera aplicada en el ámbito pericial, por los Trabajadores Sociales Forenses del Departamento de Asistencia Social y que permitiera identificar aspectos constitutivos del fenómeno de violencia hacia las mujeres.

En esta línea, se partió del supuesto que la aplicación de la Autopsia Verbal, podía ser una herramienta útil para reconstruir los hechos y circunstancias que provocaron la muerte y que aportaría elementos para analizar una problemática tan compleja como la violencia de género en su expresión más extrema. Cumplida una primera etapa de respuesta en siete solicitudes de Fiscalía, se ha confirmado como un recurso distintivo, que orienta el proceso de la pericia social en materia de Femicidios y permite además proporcionar elementos para la comprensión de la situación de hijos e hijas huérfanos por situaciones de violencia para su acceso a prestaciones sociales específicas. A partir de esa nueva adaptación para aplicarla en el ámbito del trabajo social forense de forma permanente, a nivel institucional (Instituto Técnico Forense) se decide denominarla Autopsia Social.

Aproximación al Trabajo Social Forense

Por Trabajo Social Forense nos referimos a la tarea desempeñada por Licenciados en Trabajo Social en la administración de justicia. (Allen, 2012, p. 51) sostiene que se trata de una práctica especializada que

focaliza en la interrelación de los aspectos legales y los aspectos sociales en situaciones de vulneración de derechos, litigio, conflicto e incumplimiento de obligaciones y protecciones que llegan a los tribunales.

En esta línea, Ponce de León y Krmpotic (2012, p. 13 en Calce, 2015) colocan que la práctica forense constituye una de las modalidades de participación del saber científico-técnico en el arbitraje de lo social, a través de un diagnóstico social especializado.

Este trabajo intenta mostrar los esfuerzos que se vienen realizando desde el Departamento de Asistencia Social por aportar a la construcción de la práctica forense con perspectiva disciplinaria desde el trabajo social en el contexto de múltiples cambios normativos.

Este desempeño profesional pericial está regido por el Código General del Proceso art. 177 “cuando para verificar hechos que interesen al proceso, son necesarios conocimientos artísticos, científicos o técnicos especiales” sociales las que son solicitadas para dar opinión científica sobre determinado hecho o situación.

Perito entonces, es el profesional que se encuentra capacitado para apreciar algunas circunstancias relevantes de un asunto o problemática en base a sus conocimientos específicos.

En este sentido, Krmpotic (2012) De León (2012), Mito (2001) Witthaus (2003) con algunos matices coinciden al definir a la pericia como un tipo de conocimiento adquirido por la experiencia que resulta en un saber, talento o pericia a partir del cual surge un examen de carácter técnico especializado que en el ámbito judicial tiene la finalidad de conocer, analizar y emitir un parecer sobre situaciones vistas como conflictivas u problemáticas en el ámbito de litigios legales para asesorar a los jueces en sus decisiones. (Calce, 2017, p. 11).

Dicho estudio o examen se produce a través de dos momentos: “uno referido a la recogida de datos y otra que tiene que ver con la interpretación diagnóstica. [...] Se asigna la función de obtener información diagnóstica que culmine dentro de las posibilidades con un parecer u opinión técnica, de un individuo, grupo familiar o situación social, de un sujeto individual o colectivo que se transforma en sujeto/objeto de conocimiento”. (Krmpotic, 2012, p. 34 en Calce 2015).

Para formular dicho “parecer” hay que transitar un proceso de conocimiento, el que entendemos debe ser considerado como una intervención de carácter evaluatorio en un contexto de investigación y diagnóstico social utilizando para ello instrumentos de conocimiento que le permiten cumplir con la tarea de asesoramiento a los/as jueces y fiscales, en el entendido que se trata de opiniones fundadas en ramas de conocimiento que el/la juez no está obligado a dominar.¹ Desde esta perspectiva es el análisis interpretativo el que justifica la tarea pericial, a través de los cuales el/la perito demuestra su “comprensión” e “interpretación” de la realidad que trascienda la descripción de hechos o discursos genéricos y pueda dar cuenta de situaciones particulares.

Autopsia verbal como metodología pericial social en materia de Femicidio

El femicidio es la forma más extrema de violencia hacia las mujeres, se trata de un tipo de crimen selectivo en el que la víctima se convierte en tal por el hecho de ser mujer.

Este término, fue acuñado por Diana Russell (2006) para describir hechos violentos cometidos hacia las mujeres. En este texto, describe al femicidio como una de las formas más desgarradoras de la violencia masculina que se ubica en el extremo final del terror contra las mujeres que incluye en su proceso una gran variedad de abusos verbales y físicos.

Define el feminicidio como crimen de odio contra las mujeres por ser mujeres, es el punto culminante de una espiral de violencia originada en la relación desigual entre mujeres y hombres en la sociedad patriarcal. En estas sociedades, mujeres y hombres aprenden normas, pautas y valores culturales con diferentes contenidos e intencionalidad según el género. De acuerdo con las autoras, la violencia femicida es resultado de prácticas sociales, culturales, judiciales y políticas que avalan el comportamiento agresivo de los varones; se produce y legitima históricamente a través de instituciones sociales y del Estado. La reproducción de la violencia es un recurso de control y regulación de la dominación patriarcal. El feminicidio se encuentra en el extremo de un continuo de terror sexista hacia mujeres y niñas. Violación, tortura, mutilación, esclavitud sexual, abuso sexual infantil incestuoso y extrafamiliar, maltrato físico y emocional, y casos serios de acoso sexual se encuentran también en este continuo.

Años más tarde, la antropóloga mexicana Marcela Lagarde (2006) incorpora la noción política de este tipo de crímenes estudiando una serie de asesinatos de mujeres en ciudad de Juárez frente a la falta de

investigación y acción de las autoridades. Asocia el término a la impunidad y a la cosificación del cuerpo de las mujeres que las vacía de sus derechos. De esta forma la autora sostiene que el concepto debe aplicarse por la necesidad de hacer visibles a las mujeres, tanto desde la óptica de la palabra, como del crimen que se ha cometido en contra de ellas. En esa línea, Segato (2003) lo define como conjunto de violencias dirigidas específicamente a la eliminación de las mujeres. Explica, además, que esta reacción de odio se desenlaza cuando la mujer ejerce autonomía sobre su cuerpo o cuando accede a posiciones de autoridad o poder, bien sea en lo económico o en lo político que tradicionalmente han sido ocupado por hombres.

Por otra parte, Ana Carcedo y Monserrat Sagot (2000) reivindican el término como una forma de desarticular los argumentos referidos a que la violencia es un asunto personal o privado y muestran su carácter social y político, es decir el resultado de las relaciones estructurales de poder, dominación y privilegio entre hombres y mujeres en la sociedad.

En otras palabras, se trata de un fenómeno complejo que tiene su origen en procesos sociales más amplios y estructurales de desigualdad, inequidad y violencia a la que las mujeres han sido sometidas a lo largo de la historia. Como veremos más adelante en los relatos, estos crímenes, representan de forma extrema el control sobre la vida y el cuerpo de mujeres y niñas, que tienen un fuerte impacto en el entorno familiar, social y comunitario por el sufrimiento que estas muertes provocan en sus seres queridos al mismo tiempo que da lugar a un proceso dialéctico a través del cual se refuerza la cultura de la violencia y discriminación por razones de género.

Desde el punto de vista jurídico, si bien existe normativa internacional que busca proteger los derechos de las mujeres² todavía persisten las dificultades para encontrar legislación específica sobre Femicidio en la normativa de cada país. En el caso de Uruguay en el año 2017 a través de la Ley Nro. 19538 se incluyó al femicidio como un agravante especial del delito de homicidio³ y posteriormente en la Ley 19.580 la violencia femicida fue reconocida como una de las manifestaciones de violencia basada en género. Si bien, esto constituye un avance, aún persisten las dificultades para diseñar una política pública integral que efectivamente garantice el derecho a una vida libre de violencia, realizando prevención a través de cambios en los programas educativos y formas de socialización que no promuevan la cultura de la violencia hacia las mujeres.

En esta línea, se comparte la afirmación de Cartagena (2013) quien sostiene que investigar las diferentes formas y grados de ejecución constituye una obligación fundamental de los Estados cuyo cumplimiento exigen las normas del Derecho Internacional protector de los Derechos Humanos de las mujeres.

Metodología

Como hemos expresado anteriormente, a partir de la solicitud de una pericia social “en el marco de la investigación de un delito de femicidio” se implementó un Plan Piloto para el cual se diseñó una estrategia pericial basada en la **Metodología de Autopsia Verbal**, integrando además aspectos conceptuales, metodológicos e indicadores de valoración de riesgo vital contenidos en protocolo pericial nacional⁴ y herramientas tradicionales de Trabajo Social Forense, lectura exhaustiva del expediente, entrevista(s), observación, registro e informe.

Antecedente en la aplicación de esta metodología de Autopsia verbal en Uruguay

En el marco del proyecto “Violencia doméstica en la agenda “de la Universidad de la República se realizó el estudio exploratorio “Autopsias verbales: Mujeres asesinadas por sus parejas o exparejas en Uruguay”⁵ este estudio pretendió dar cuenta de las dinámicas y estructuras socioculturales subyacentes a los asesinatos de mujeres por parte de sus parejas o exparejas. A tales efectos, se realizó una adaptación para la investigación social de la técnica de las Autopsias verbales empleada en el campo de la epidemiología, su finalidad es desentrañar las causas biológicas y sociales que desencadenaron la muerte en casos específicos, con el propósito de encontrar los aspectos a modificar para evitar la muerte. (Lalinde, 2005).

Esta estrategia desarrollada por la Universidad de Washington en Seattle como manera de resolver los vacíos de información sobre muertes en lugares donde los registros no eran confiables. Siguiendo esta línea, en el diseño del primer estudio exploratorio se partió del supuesto que esta técnica utilizada

en estudios epidemiológicos podía ser trasladada, transformada en una técnica a ser utilizada en una investigación social. La violencia como objeto de estudio se torna cada vez más complejo, a medida que se avanza, se van descubriendo múltiples dimensiones otrora invisibilizadas, esto exige afinar las técnicas de investigación, crear, innovar, a fin de develar aquello que no entra tan fácilmente en el horizonte de sentidos de la violencia. En esta línea, es que se decide aplicar la estrategia metodológica de autopsia verbal que permite identificar hechos y circunstancias que provocaron la muerte. Es así, que a través de entrevistas abiertas se reconstruye la vida de las mujeres a fin de encontrar indicios que podrían haber dado señales del desenlace posterior. Con este antecedente, se diseñó una segunda investigación⁶ más abarcativa⁷ que permitió afianzar la técnica para reconstruir la trayectoria que desencadena la muerte a través del relato de familiares, amigos/as, vecinos, compañeros/as y posibilitó ir trazando la historia de esas mujeres y de esa relación de pareja que la llevó a la muerte.

En ambos estudios, así como en esta nueva versión adaptada para la actividad pericial, el trabajo se orienta hacia la reconstrucción de la vida de esa mujer/es a fin de encontrar indicios no percibidos en su momento que podrían haber previsto el desenlace posterior. La experiencia que aquí se presenta, se trata de un instrumento cualitativo de investigación — exploración retrospectiva e indirecta de mujeres asesinadas en el marco de un presunto femicidio. En esta metodología se pone el foco en develar la trama que culminó en asesinato y para eso es necesario reconstruir aspectos centrales de las características de las mujeres, sus entornos y sus historias de pareja desde la mirada y recuerdos de aquellos y aquellas que tuvieron un vínculo de amistad o parentesco con ellas. “Este tipo de aproximación permite dar cuenta de las dinámicas y estructuras socio culturales subyacentes a los asesinatos de mujeres por parte de sus parejas o exparejas, así como develar el modo en que se expresan las estructuras de género en la vida cotidiana de la pareja”. (Calce et al., 2015).

Autopsia verbal en la pericia social

El primer paso fue identificar a las personas sobre quienes se iba a realizar la autopsia verbal, a partir de la información que proporcionó Fiscalía. Se definió que de acuerdo con las particularidades de cada situación se utilizaría la técnica de entrevista en domicilio como en contexto institucional.

Con la información disponible se estableció a quienes entrevistar y en función de su grado de parentesco o afinidad se elaboró la pauta de entrevista, la que – en todos los casos- se fue enriqueciendo a medida que se avanzó en la autopsia. De esta manera se reconstruyó la trama de los asesinatos a partir de los vínculos cercanos y/o testigos. En todos los casos, a partir de la información suministrada por Fiscalía se realizaron entrevistas a hermanas/os, madre, padre y amigos/os. En las situaciones estudiadas todas las personas a entrevistar eran mayores de edad. Durante las entrevistas, se utilizaron como técnicas complementarias la observación científica y el registro de la comunicación verbal y la comunicación verbal. Las pautas de entrevista estuvieron orientadas a identificar la relación con la mujer asesinada y con el homicida, características de la pareja, existencia o no de hijos/as e hitos de la escalada de la violencia, factores de riesgo, dependencia económica y afectiva, historia de consumo de sustancias y otras situaciones de vulnerabilidad en las que se podría encontrar la víctima, así como las pautas de relacionamiento de la familia extensa.

Hallazgos que se desprenden del análisis de los informes sociales.

Las muertes de mujeres analizadas en este artículo tienen características propias que las diferencian, pero a la vez rasgos en común, todas dan cuenta de un continuum de agresiones y relaciones violentas. Además, de acuerdo con los relatos, todas estas mujeres se encontraban — con cierto grado de matices — en situación de dependencia económica e inestabilidad laboral de ambos miembros de la pareja o expareja. En todos los casos se identifican intentos de aislamiento, que en la mayoría de las situaciones había logrado debilitar los vínculos con sus familias de origen y los lazos con amistades o antiguos compañeros/as de trabajo. Una de las mujeres para evitar los reclamos de su pareja había abandonado las redes sociales. En cuanto al tipo de unión se trataba de personas que convivían o habían convivido con anterioridad al incidente. Dos de las víctimas habían manifestado a su entorno, su voluntad de terminar la relación.

Las mujeres asesinadas, tenían entre 20 y los 51 años, con y sin hijos menores a cargo. En uno de los casos, la mujer fue asesinada junto a sus hijos. En una de las historias, se hace referencia explícita al hermetismo entre la pareja, o en otra de las situaciones se identifica que “desde que estaba en pareja con ese hombre” ya no invitaba a sus familiares a su domicilio algo que “antes se daba naturalmente”.

Múltiples rupturas y reconciliación de la pareja

La duración de las relaciones varía de acuerdo con cada situación, pero en todos los relatos surgen las múltiples separaciones y reconciliaciones, en una de las historias la relación en total duró ocho meses, pero con por lo menos tres separaciones en el transcurso de ese lapso de tiempo. En otro relato, se expresa que la mujer había expresado la posibilidad de irse a vivir con su hermana junto a sus hijos en más de una ocasión, pero luego ese plan se desvanecía. También, se identifican separaciones por breves periodos — una(s) semana(s) — ante la iniciativa de la mujer de denunciar la situación que luego no concreta y se produce la reconciliación.

Vigilancia constante de sus actividades y conductas tendientes a controlar sus movimientos y comunicaciones

En todos los relatos surge la referencia a los celos, a que el hombre no quería que la mujer trabajara, se maquillara, las llamadas constantes por teléfono. En una de las situaciones analizadas, un familiar recuerda que, en todos los mensajes de audio, “él marcaba su presencia, tosía, hablaba”. En otro relato, se hace referencia a que eran pocos los encuentros familiares a los que asistían, pero bastaba “que él la mirara y le dijera vamos y ya se retiraban”. En todos los casos, los allegados, pueden recordar algunos comentarios de las mujeres o de los propios hombres sobre celos, o sospechas sobre el vínculo de la víctima con otros hombres de su entorno, vecinos, amigos, pero muy especialmente con compañeros de trabajo. En las autopsias realizadas, no se pueden identificar amenazas previas, porque si las hubo las mujeres callaron, en cuanto al lugar del hecho, salvo un caso, todas fueron asesinadas en su propio domicilio o en un lugar próximo a este.

De los datos recogidos en las entrevistas, podemos inferir que estas muertes son producto de un tipo control que se ejerció hasta el final, que estos hombres hayan terminado con la vida de estas mujeres no fue resultado de un momento de descontrol o una reacción de demencia, sino que como afirma Ferreira (1989) “en general es resultado de una decisión basada en el poder del hombre”. Siguiendo a la autora, podríamos afirmar que es la culminación de una historia de abuso de poder en la cual el hombre consigue retener dicho poder hasta el fin. En las historias reconstruidas, dos días antes de que la matara una de las mujeres le había contado a una amiga que pensaba separarse. Otra de las mujeres estaba haciendo planes para mudarse con su hermana y a otra un hermano le había ofrecido una casa en préstamo para que se separara.

Celos y amor, una construcción cultural peligrosa presente en todos los relatos

Como afirman Ferrer y Bosch (2010, p. 8), la creencia que los celos son un signo de amor, e incluso el requisito indispensable de un “verdadero” amor, ha tenido y tiene una fuerte influencia para que la sociedad y las víctimas toleren las relaciones violentas. Siguiendo el planteo de la autora junto a Bosch (2013 en Calce 2015) las normas, los roles de género y los conceptos de masculinidad y femineidad dominantes son los que van a determinar la percepción que hombres y mujeres poseen sobre los celos.

Como afirma Rostagnol et al. (2015) los celos, consentidos, comprendidos y tolerados socialmente, son la excusa perfecta para el control en el que todo sentimiento de pareja se justifica bajo la excusa “es muy celoso”. ¿Cómo es esto posible? porque a través del proceso de socialización diferenciada de hombres y mujeres, se sostiene la creencia de que los celos son un signo del amor e incluso un requisito indispensable de un verdadero amor y suele usarse habitualmente para justificar comportamientos egoístas, represivos e incluso violentos. En esta línea, Coral Herrera (2013 en Calce, 2015) sostiene que la forma de entender el amor romántico refuerza y reproduce las relaciones patriarcales. El amor romántico va de la mano de la

subordinación de la mujer y alimentado por actitudes del varón como la galantería, los celos, el varón es el conquistador y la mujer quien se deja conquistar de manera pasiva.

Es la estructura de los cuentos de hadas, el príncipe azul rescata a la doncella que está pasivamente esperando ser rescatada y amada por siempre. Esta forma de entender el amor desempodera a la mujer inhabilitándola para salir de situaciones de violencia. Los celos, el control, la búsqueda de pertenencia “o sos mía o de nadie” son interpretadas como acciones realizadas en nombre del amor y no vistas por tanto como contrarias al mismo (Calce, 2015).

La referencia en una de las historias es muy clara en este sentido ya que la entrevistada explica que su familiar siempre estuvo buscando el amor, necesitaba tener un compañero, a lo que agrega que “cuando estaba en una relación se creía lo que le decían y tampoco parecía creer que se merecía algo mejor.” Es en nombre de ese amor que todo lo soporta que,

muchas las mujeres se van apagando, enfermando, viven o sobreviven con miedo, son asesinadas en nombre del amor. A diario vemos relaciones crueles, violentas y dolorosas que son glorificadas en los teleteatros, novelas y canciones; los personajes femeninos son vapuleados y maltratados y no hay voces de reclamo, es posible preguntarse ¿estas imágenes van construyendo una visión social del amor que tiene efectos nocivos y contribuye a que la mujer violentada “soporte” igual que lo hace su heroína de la telenovela? (Calce et al., 2014).

Naturalización de la violencia

De la caracterización de estas situaciones surge la diversidad de situaciones personales en relación a su entorno socioeconómico y cultural, a pesar de ello en ninguno de los casos las mujeres, su entorno o las instituciones pudieron identificar las señales de alerta y desplegar mecanismos de protección efectivos que evitaran la muerte. De los relatos surgen las situaciones de violencia previa hacia la víctima, en una de las historias, hubo un testigo que presenció una situación de violencia física y en otro caso “le vieron moretones que la mujer intentó ocultar” en otros dos casos las “discusiones” o “peleas constantes” eran tema de conversación en las reuniones de la familia extensa. Las circunstancias descriptas, permiten inferir que el entorno — en mayor o menor grado — estaba en conocimiento de conductas abusivas, pero que la naturalización de la violencia no les permitió ver las señales de riesgo, la gravedad de la situación. En el segundo estudio académico de Autopsias verbales⁸ para profundizar en esta línea de reflexión apostamos a la denominación de “violencia normalizada” de Bourgois (2004 en Rostagnol et al., 2015) en el que el autor

hace referencia al concepto para llamar la atención sobre la violencia cotidiana y la indiferencia de las brutalidades institucionalizadas. Nos habla de la normalización por lo cotidiano, la omnipresencia que normaliza la violencia y la muerte. Esta advertencia sobre la violencia normalizada nos obliga a pensar de qué modo operan determinadas estructuras sociales y culturales para que la muerte se produzca y por qué no se produjo la debida anticipación del grupo social más próximo a la mujer,

así como tampoco las instituciones por la que éstas transitaban a diario pudieron identificar y prevenir esas muertes.

En esta línea Burin y Meler (2010, p. 401) sostienen que para que se dé la condición de alerta y de anticipación, es necesario dos condiciones, que la conducta violenta sea percibida como tal y, por otra parte, esa conducta merezca una sanción grupal, como respuesta de castigo social o de repudio hacia quienes la ejercen, en referencia a como a lo largo de la historia muchas conductas han sido consideradas como parte de la “naturaleza humana”. Las autoras, señalan que la forma en como las sociedades han tolerado y toleran las relaciones de poder y subordinación propias de la cultura patriarcal dejan marcas en la constitución subjetiva de hombres y mujeres, y que se transmiten a través de las instituciones sociales. En esta línea, (Tonkonoff, 2014 en Rostagnol et al., 2015) sostiene que la definición de violencia es

relativa a su contexto sociohistórico, no se rechaza algo porque es violento, sino que es violento porque lo rechazamos colectivamente, evidenciando el peso del sistema de clasificaciones morales vigentes en un tiempo y lugar dados. A su vez, agrega Jelin (1993) que existen barreras para que el Estado penetre y actúe en el ámbito privado de la familia, bajo la protección de la intimidad del “hogar” y la “familia” millones de mujeres sufren a diario todo tipo de violencias y denigraciones, en casos los analizados esa violencia, tolerada, naturalizada socialmente escaló hasta su expresión más extrema como es el femicidio. Por otra parte, cuando no se activan los mecanismos de protección y se produce la muerte de la mujer, esta trasciende a la persona y a los miembros de esa (ex) pareja,

se extiende en sus efectos materiales y sociales a todo su entorno social. Como la onda expansiva de un artefacto explosivo, produce secuelas devastadoras en el entorno inmediato de la víctima pero se extiende también más allá en las relaciones parentales, amistades, vecinos/as, compañeros/as de trabajo, es allí la expresión del impacto social de estas muertes. (Rostagnol et al., 2015).

Los sobrevivientes o “las otras víctimas” buscan una explicación, culpas y hasta — en cierto grado — justificación, al padre de uno de los asesinos le resulta difícil transitar por la experiencia de su hijo preso, el centro de su relato refiere a las condiciones de reclusión de su hijo, no al episodio que originó su reclusión y si bien hace alguna referencia al sufrimiento de su nuera, es el presente y futuro de su hijo lo que le preocupa. En otro relato surge la incredulidad acerca de lo que sucedió, el día y el momento, ya que el hombre la mató mientras se desarrollaba un cumpleaños familiar. Todos los relatos están cargados de angustia y dolor, en uno de ellos, la entrevistada se muestra muy angustiada y movilizada por la muerte de su hermana y sus sobrinos, resignifica situaciones vividas con todos ellos, pero especialmente con su hermana, recuerda frases y mensajes recibidos, cuestionándose respecto si pudiera haber realizado alguna acción para cambiar los acontecimientos. A todos los sobrevivientes les toca vivir con la carga del dolor, como afirma Rostagnol et al. (2015):

Los efectos de la violencia se propagan al entorno social impactando en el devenir cotidiano de quienes quedan. Podríamos pensar que se trata de consecuencias idénticas a las que produce cualquier muerte violenta. Sin embargo, en estos casos el homicida no es alguien ajeno, es un padre, un cuñado, un tío, un yerno. [...]. Los sobrevivientes dimensionan el impacto del acontecimiento, que trasciende el suceso concreto y la temporalidad, extendiendo la violencia hacia un presente continuo.

En todos los relatos, se identifica la marca de la violencia presente en la vida cotidiana de las “otras víctimas” como consecuencia de la muerte de la hija, madre, hermana, amiga, vecina, compañera de trabajo.

Reflexiones finales

El proceso de análisis de las entrevistas y la recepción positiva de los informes periciales por parte de los Fiscales permite confirmar que la metodología de autopsia verbal en la práctica pericial social es una contribución para el proceso de investigación de femicidios, al mismo tiempo que abre un campo profesional nuevo que pasa a constituirse como un recurso válido y distintivo para el Trabajo Social Forense en Uruguay.

Los hallazgos más significativos refieren a que estas muertes son producto de un tipo de violencia estructural que no responde a expresiones aisladas, espontáneas, o impulsos irrefrenables. En los distintos relatos es posible identificar que se trata de procesos de larga data y que esas muertes son resultado del uso de la violencia como forma de dominación y control, porque cuando al hombre violento le fallan sus formas habituales, ejerce el control definitivo cometiendo el femicidio.

No se trata entonces, de actos irracionales, individuales, sino por el contrario estas muertes en extremo violentas son producto de engranajes sociales y culturales - basados en la socialización diferenciada de género, el amor romántico, la virilidad y poder masculino -entre otros- en los que asesinar a su pareja o expareja es la máxima expresión de ese dominio. En esta línea, la separación o cualquier tipo de iniciativa que toma la mujer para salir de esa relación violenta desencadena una escalada de violencia — que en las historias estudiadas —

las condujo a la muerte. La presencia de armas de fuego en el hogar aumenta el riesgo de femicidio, ya que estos agresores las usaron para matar a sus parejas o exparejas.

Un entorno familiar y social “permissivo” u omiso frente a situaciones de violencia, contribuye a perpetuar la desigualdad de género y la violencia contra las mujeres e incluso puede aumentar el riesgo de femicidio como consecuencia de la falta de apoyo frente a los pedidos de ayuda. Por último, cabe señalar que el femicidio es un problema social que afecta a la sociedad en su conjunto, sin diferencias de etnia, clase social, ideológica o cultural, no tiene una sola causa, sino que es el resultado de una combinación de factores sociales, culturales, económicos y políticos. En esta línea, Barraza (2009 *en* Rostagnol et al., 2017) afirma:

Si partimos por aceptar el continuum de violencia como un continuum histórico, cultural y presente en nuestras vidas en lo público y privado, podemos comprender que su erradicación solo es posible en el marco de una política de construcción de paz y cultura democrática. Para ello se requiere de una perspectiva integral de derechos humanos que sustente la convivencia política y social en la sociedad; de lo contrario se seguirá reproduciendo el “continuum” de violencia y su rol disciplinador y de control sobre los cuerpos de las mujeres.

Unido a lo anterior, resulta imprescindible una resocialización del concepto del amor, de los modelos amorosos deseables y de los modelos masculinos y femeninos considerados atractivos, es decir buscar formas que modifiquen el proceso de socialización tradicional permitiendo relaciones saludables basadas en la igualdad y solidaridad entre sus miembros.

Referencias

- BURIN, M., MELER, I. (2010). Género y Familia. Buenos Aires, Ed Paidós.
- CALCE, C. et al. (2014). La violencia contra las mujeres en la agenda pública. Aportes en clave interdisciplinar. Udelar, Montevideo.
- CALCE, C. (2015). Protocolo de detección y valoración psicosocial del riesgo en casos de violencia doméstica. Sistematización de metodología para aplicación de dispositivos de verificación de presencia y localización “Tobilleras”.
- CARCEDO, A., SAGOT, M. (2000). Femicidio en Costa Rica 1990-1999. Instituto Nacional de las Mujeres. ISBN 9968-25-030-9.
- CARTAGENA, J. M. (2013). Guía de recomendaciones para la investigación eficaz del crimen de femicidio. AECID Ministerio de Relaciones Exteriores de España.
- FERRER PÉREZ, V., BOSCH, E. (2013). Del amor romántico a la violencia de Género: para una coeducación emocional en la agenda educativa. Profesorado, 17(1), ene./abr.
- FERREIRA, G. (1989). La mujer maltratada. Un estudio sobre las víctimas de violencia doméstica. Bs. As. Ed. sudamericana.
- JELIN, E. (1998). Pan y afectos: la transformación de las familias. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires.
- LAGARDE, M. (1999). Acerca del amor. Las dependencias amorosas. Asociación Dones Jones, Valencia.
- LALINDE, I. (2005). La autopsia verbal: reconstruyendo la historia de una muerte materna. En: Varios modelos de análisis de la mortalidad materna y perinatal. Colombia. pp. 45–59.
- ROSTAGNOL, S. et al. (2017) ¿De qué murieron? Trayectorias de violencia a través de la autopsia verbal. Inédito.
- RUSSELL, D. (2006). Definición de femicidio y conceptos relacionados. Femicidio una perspectiva global. México Procuración de Justicia.
- SEGATO, R. L. (2003). Las estructuras elementales de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Universidad Nacional de Quilmes, Buenos Aires.

Notas

- 1 Ampliar en Witthaus (2003), en Krmptotic, (2012) (coord.). Trabajo Social Forense: balance y perspectivas. Espacio Editorial Bs.As.
- 2 Declaración sobre la Eliminación de la violencia contra la Mujer (1993), la Declaración de las Naciones Unidas sobre la Eliminación de la Violencia contra la Mujer y Declaración y Plataforma de Acción de Beijing (1995) y la Convención sobre la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra la Mujer CEDAW (1979),

- 3 Artículo 312 del Código Penal numeral 8: establece una pena de penitenciaria de quince a treinta años cuando el homicidio se cometa “contra una mujer por motivos de odio, desprecio o menosprecio, por su condición de tal.”
- 4 Calce, C Protocolo de detección y valoración psicosocial del riesgo en casos de violencia doméstica. Poder Judicial Grupo Políticas de Género (2015).
- 5 En este proyecto participaron Susana Rostagnol, Carla Calce, Mariana Viera y Serrana Mesa. (Ver Calce et al., 2015).
- 6 En este segundo estudio participaron: Mariana Viera, Natalia Magnone, Gabriela Pacci, Susana Rostagnol y Carla Calce.
- 7 Se reconstruyó un número mayor de historias de vida de mujeres asesinadas por su pareja o expareja y se incluyeron fuentes documentales.
- 8 Informe de Investigación ¿De qué murieron? Trayectorias de violencia y muerte de mujeres a través de la autopsia verbal. Desarrollado en el marco del Programa Integral de lucha contra la violencia de género. Ministerio de Salud Pública, Ministerio del Interior, Inmujeres y Poder Judicial. (Rostagnol et al., 2015).

Carla Calce Yannotti

carla.calce@cienciassociales.edu.uy

Doutoranda em Ciências Sociais com ênfase em Serviço Social. Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República (UDELAR). Montevideu-Uruguai.

UDELAR

Departamento Professora/Pesquisadora de Serviço Social da Faculdade de Ciências Sociais. (DTS-FCS), Universidade da República (UDELAR), Constituinte 1502-4ª. Chão.

Código Postal 11200

ccalce@poderjudicial.gub.uy

Agradecimentos

Meus agradecimentos à Lic. Rosário Vilas, Diretora Geral Adjunta do Instituto Técnico Forense, e à Lic. Lida Blanc, Diretora Adjunta da Área Social e Área Pericial do Instituto Técnico Forense, por nos permitir implementar a metodologia de autópsia verbal na área especializada.

Agência financiadora

No aplicable.

Contribuições de autores

No aplicable.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

No aplicable.

Consentimento para publicação

Consentimiento del autor.

Conflicto de intereses

No hay conflicto de interes.

ARTIGO ORIGINAL

“Aprender com”: ecologia dos saberes e a obra de Davi Kopenawa

Marcus Abilio Pereira¹<https://orcid.org/0000-0002-6973-7049>**Rogério Duarte do Pateo²**<https://orcid.org/0009-0007-9898-1271>

¹Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência Política, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Belo Horizonte, MG, Brasil

²Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Antropologia e Arqueologia, Belo Horizonte, MG, Brasil

“Aprender com”: ecologia dos saberes e a obra de Davi Kopenawa

Resumo: Este artigo busca promover um diálogo entre a abordagem teórica e analítica de algumas das teorias pós-coloniais, e a obra político, filosófica e crítica sobre o Brasil que o xamã e ativista indígena yanomami Davi Kopenawa, representante do povo yanomami, oferece para os “Branços”. Este trabalho se insere dentro do programa de pesquisa delineado por Santos e Menezes (2010) com o intuito de promover a construção epistemológica de uma ecologia dos saberes. Para tanto, iremos analisar o livro “A queda do céu – palavras de um xamã yanomami” produzido e escrito conjuntamente por Davi Kopenawa e pelo antropólogo Bruce Albert. Utilizaremos uma metodologia qualitativa de cunho descritivo que tem como procedimentos a pesquisa bibliográfica e documental de fonte de dados.

Palavras-chave: Davi Kopenawa; teoria pós-colonial; Ecologia dos saberes; insurgência epistêmica; questão indígena.

“Learning with”: ecology of knowledge and the work of Davi Kopenawa

Abstract: This article seeks to promote a dialog between the theoretical and analytical approach of some of the post-colonial theories, and the political, philosophical and critical work on Brazil that the Yanomami shaman and indigenous activist Davi Kopenawa, representative of the Yanomami people, offers to the “Whites”. This work is part of the research program outlined by Santos and Menezes (2010) with the aim of promoting the epistemological construction of an ecology of knowledge. To this end, we will analyze the book “The Fall of Heaven – Words of a Yanomami Shaman”, produced and written jointly by Davi Kopenawa and anthropologist Bruce Albert. We will use a qualitative, descriptive methodology, using bibliographical and documentary research as data sources.

Keywords: Davi Kopenawa; postcolonial theory; Ecology of knowledges; epistemic insurgency; indigenous question.

Recebido em 16.03.2023. Aprovado em 21.08.2023. Revisado em 03.02.2024.



Este artigo está licenciado sob a Licença Internacional de Atribuição-Não Comercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Em 1930, antes de viajar para o Brasil o antropólogo e professor belga Claude Lévi-Strauss se encontrou em um jantar com o embaixador brasileiro na França, Luiz de Souza Dantas e lhe perguntou sobre os índios naquele país. O embaixador, com um tom melancólico, afirmou:

Ah, meu senhor, no Brasil há muito tempo não há mais índios. Essa é uma história muito triste, mas o fato é que os índios foram exterminados pelos portugueses, pelos colonizadores, e hoje não há mais índios no Brasil. É um capítulo muito triste da história brasileira. Há muitas coisas apaixonantes a serem vistas no Brasil, mas índios, não há mais um só [...] (Viveiros de Castro, 2010).

Oitenta e sete anos depois, em 2017, o ainda deputado federal do PSC do Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro, afirmou em uma palestra no Clube Hebraica, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, que afrodescendentes de comunidades quilombolas “não servem nem para procriar”. No decorrer de sua palestra o deputado prometeu que, caso eleito presidente da república, acabaria com todas as reservas indígenas e comunidades quilombolas do país (Jornal do Brasil, 2018).

Jair Bolsonaro foi eleito presidente da república em 2018 e cumpriu à risca o que prometeu. O seu governo ficou conhecido como o mais prejudicial aos interesses dos povos indígenas desde a redemocratização do país. Segundo o relatório “Violência contra os povos indígenas no Brasil”, de 2021, produzido pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o período do governo de Jair Bolsonaro é marcado por um “contexto geral de ataques aos territórios, lideranças e comunidades indígenas” que por meio de suas medidas favoreceu “a exploração e a apropriação privada de terras indígenas” (Conselho Indigenista Missionário, 2021, p. 8). A principal estratégia utilizada pelo poder executivo foi de fomentar sua base aliada para a aprovação de leis com vistas a promover o desmonte “da proteção constitucional aos povos indígenas e seus territórios” (Conselho Indigenista Missionário, 2021, p. 8).

O que há em comum nesses acontecimentos, tão distantes entre si, que tanto dizem sobre o Brasil? Na primeira anedota, temos um desconhecimento por parte do embaixador brasileiro sobre as reais condições de existência de um grupo social historicamente explorado, silenciado e invisibilizado. No segundo, temos a mobilização de todo o aparato estatal brasileiro para a desconstrução dos direitos duramente conquistados por estes povos na Carta Magna de 1988, baseado num preconceito racial e étnico do presidente da república e que angariou grande apoio de setores relevantes da sociedade brasileira.

Passados 201 anos da Proclamação da Independência do País, podemos afirmar que no contexto brasileiro temos vivenciado na última década um aumento da segregação, violência e discriminação dos povos originários, perpetrada por um Sul Imperial que se mantém graças às benesses do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado globais (Santos; Mendes, 2010).

O presente texto busca promover uma aproximação entre a abordagem teórica e analítica de algumas das teorias pós-coloniais, e a obra político, filosófica e crítica sobre o Brasil que o xamã e ativista indígena yanomami Davi Kopenawa, representante do povo yanomami, oferece para os “Branco”. Para tanto, iremos analisar o livro “A queda do céu – palavras de um xamã yanomami” produzido e escrito conjuntamente por Davi Kopenawa e pelo antropólogo Bruce Albert. Trata-se de um processo de colaboração que envolveu um contexto histórico extremamente difícil para os Yanomami, transformações teórico-metodológicas da antropologia, além, é claro, das características pessoais de ambos os autores. Este trabalho busca conectá-lo à realidade sociopolítica latino-americana, de forma geral, e mais especificamente à brasileira, tendo como pano de fundo a proposta Boaventura de Sousa Santos (2010) de uma ecologia dos saberes e de uma insurgência político-epistêmica e a proposta desenvolvida por Catherine Walsh (2007) sobre as ações de desobediência político-epistêmica.

O trabalho se divide em quatro partes, além desta introdução. Primeiramente, analisaremos um conjunto de fundamentos teórico-analíticos desenvolvidos por pesquisadores que fazem parte da paisagem teórica do pós-colonialismo (Quijano, 2010; Santos, 2010; Walsh, 2007, 2010), com o intuito de compreendermos como a dominação política, econômica e cultural das antigas metrópoles sobre as suas colônias produziu hierarquias entre diferentes tipos de conhecimentos. Em seguida, exploraremos algumas dessas propostas com vistas à superação da situação de dominação presente no Sul global, mesmo após o fim do colonialismo político.

Os elementos comuns a estas propostas são o *reconhecimento da diversidade de conhecimentos* existente no contexto global, buscando reconhecer que o conhecimento é interconhecimento (Santos; Menezes, 2010) e a importância de uma *ação de desobediência político-epistêmica* (Walsh 2007, 2010).

Na sequência, promoveremos um diálogo entre o enquadramento teórico-analítico desenvolvido nas seções anteriores e o manifesto xamânico-filosófico-político “A queda do céu – palavras de um xamã yanomami”, produzido por Davi Kopenawa e Bruce Albert. O objetivo desta seção é trazer à luz estes saberes milenares que vêm resistindo bravamente à sua total dissolução pelo liquidificador modernizante do Ocidente (Viveiros de Castro, 2010, p. 15). Trata-se de um esforço de “conhecer com” e não “conhecer sobre” as experiências narradas por Kopenawa. Por último, teceremos algumas considerações finais sobre esta empreitada, buscando reconhecer caminhos e limites às abordagens apresentadas.

Pensamento abissal e colonialidade do saber: mecanismos de dominação de corações e mentes

Nas últimas décadas temos presenciado um esforço coletivo de um conjunto de autores que buscam compreender a continuidade da existência de práticas coloniais em países latino-americanos mesmo após os seus processos de independência¹. Para esses autores o fim do colonialismo político não significou o fim da exploração e das desigualdades sociais, econômicas e políticas de minorias étnicas e raciais nesses países.

Uma vez reconhecida a manutenção de práticas coloniais, torna-se relevante analisarmos propostas que busquem superar estas formas de dominação, entre elas aquelas que buscam reconhecer a importância de conhecimentos produzidos para além do cânone ocidental moderno, “pois não pode haver justiça social global sem justiça cognitiva global” (Santos, 2010, p. 50). Santos e Menezes (2010, p. 31) sustentam a ideia de que o pensamento moderno é abissal² distinguindo o que é visível do que é invisível através de uma linha que determina o que existe do que não existe. O caráter fundante desse pensamento abissal é a impossibilidade da copresença de ambos os lados. A existência do “lado de cá” da linha (majoritariamente as ex-metrópoles coloniais) só é possível a partir da negação da existência do “lado de lá” da linha (majoritariamente países que são ex-colônias). Esta inexistência é compreendida como “não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível”. (Santos; Menezes, 2010, p. 32) que se sustenta na dicotomia baseada na apropriação e na violência, sendo que a apropriação envolve incorporação, cooptação e assimilação, enquanto a violência significa destruição física, material, cultural e humana.

Em outra proposta teórica, temos o paradigma modernidade-colonialidade que também busca promover uma crítica à modernidade eurocêntrica. Como Alberto Quijano afirma, na América Latina o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade (2010). Para autores dessa corrente³ a manutenção da matriz de poder colonial se manifesta na exploração e dominação dos povos não europeus pelos povos dos países assim chamados de centrais. Desenvolvido por Quijano, o conceito chave para esta proposta é o de colonialidade, que é

Um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal (Quijano, 2010, p. 84).

Com a descolonização jurídico-política saímos de um período de “colonialismo global” para entrar num período de “colonialidade global” que se articula em torno de dois elementos: raça, entendida como uma categoria mental da modernidade; e o capitalismo, entendido como a nova estrutura de controle do trabalho (Grosfoguel, 2008, p. 126). A construção da ideia de raça surge junto com a ocupação da América a partir de 1492, baseada em supostas diferenças biológicas entre grupos, o que acabou por definir relações sociais hierárquicas entre os assim denominados índios, negros e mestiços e os brancos europeus, servindo como instrumentos de classificação social da população. Essa classificação permitiu a legitimação das relações de dominação entre europeus e não europeus⁴.

Dentro dessa linhagem de pensamento, a *colonialidade do saber*, conceito desenvolvido por Edgardo Lander (2000) é relevante para a compreensão desta hierarquização de conhecimentos e suas consequências nas relações entre os povos originários das Américas e os povos brancos europeus. Trata-se de um dispositivo que organiza em uma grande narrativa universal a totalidade do espaço e do tempo de todas as culturas,

povos e territórios do planeta, passados e presentes, impedindo a compreensão do mundo a partir do próprio mundo onde vivemos, nos submetendo a uma lógica onde a Europa é o centro geográfico e a culminação do movimento temporal.

O campo de pensamento crítico pós-colonial tem buscado encontrar formas de resistência e desconstrução das linhas abissais nas sociedades pós-coloniais, reconhecendo assim a herança histórica do colonialismo nas estruturas de poder (Quijano, 2010) e saber (Lander, 2000) que mantém a exclusão de determinados grupos sociais nestas sociedades.

Das estratégias de superação do eurocentrismo: a ecologia dos saberes e a insurgência político-epistêmica

Santos e Meneses (2010) e Walsh (2007) buscam desenvolver estratégias de superação da percepção de superioridade do conhecimento científico moderno ocidental. Os autores defendem a contemporaneidade dos processos e práticas culturais, sejam eles “modernos” ou não. Tratar-se de um processo coetâneo que acontece dos dois lados das linhas abissais (Santos; Meneses, 2010) ou ainda do reconhecimento da importância dos conhecimentos produzidos no que Walsh (2007) chama de “localidade histórica”, saberes estes derivados e produzidos a partir das racionalidades sociais e culturais distintas que são contemporâneos às práticas e saberes oriundos da racionalidade hegemônica ocidental.

Santos (2017) reforça a importância de reconhecermos a inesgotável diversidade e experiência do mundo e a importância de exercermos uma sociologia transgressiva que consiste em contrapor as epistemologias do Sul às epistemologias hegemônicas do Norte global. Para tanto, devemos reconhecer a copresença radical, que sustenta a contemporaneidade em termos igualitários de práticas e atores dos dois lados da linha abissal (Santos; Meneses, 2010, p. 53), entendendo as Epistemologias do Sul como um conjunto de intervenções que denunciam a dominação epistemológica do colonialismo. Para tanto, o procedimento da ecologia dos saberes se baseia na ideia de que o conhecimento é interconhecimento, reconhecimento e autoconhecimento (Santos, 2006, p. 157). Trata-se do reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos, se contrapondo à monocultura da ciência moderna.

Por sua vez, Catherine Walsh reafirma a necessidade de dialogar com outras formas de conhecimento para além daquelas produzidas nas universidades e do cânone científico, supostamente neutro e deslocalizado, através da *insurgência político-epistêmica*, que tem por objetivo não só resistir a uma ofensiva dos mecanismos de dominação, “mas também intervir e transgredir principalmente na arena intelectual” (2010). A proposta de Walsh se contrapõe ao projeto abstrato europeu de conhecimento que se quer universal. Esta estratégia possui três implicações: (i) questiona o papel da autoridade acadêmica; (ii) reafirma a postura proativa e não apenas reativa dos movimentos sociais; (iii) promove a ruptura dos enquadramentos universais, decolonizando as condições de poder, conhecimento e vida (2010).

Fica clara aqui a conexão entre a primeira das implicações de Walsh, quando questiona o papel da autoridade acadêmica, e a proposta de Santos, ao afirmar que a ecologia dos saberes “dificilmente poderá ocorrer em espaços convencionais de produção do conhecimento científico”, ou seja, as universidades e os centros de pesquisa científica (Santos, 2006, p. 167). Para que a ecologia dos saberes possa se desenvolver é fundamental que ocorra em espaços próximos das práticas transformadoras, de forma tal que “os protagonistas da ação social sejam reconhecidos como protagonistas da criação do saber” (Santos, 2006, p.168).

Com o objetivo de promover estas mudanças, Walsh clama por uma virada epistêmica e sociopolítica, que já aconteceria em países andinos, como o Equador e a Bolívia. A autora afirma que no caso da Bolívia a chegada ao poder de Evo Morales em 2006 teve dois significados importantes: primeiro, a ocupação do Estado pelo movimento social “Movimento al Socialismo” (MAS) que tem suas origens na organização dos cocaleros bolivianos; segundo, pela contestação do modelo hegemônico neoliberal e pelo desenvolvimento de uma proposta alternativa para conter seu avanço (Walsh, 2010, p. 205). No caso equatoriano, as mobilizações promovidas pelo movimento indígena com vistas a conter por um lado, o avanço neoliberal e por outro, as imposições de um Estado Nação excludente, transformaram os indígenas em atores políticos relevantes.

Por sua vez, ao refletir sobre o Século Americano *Nuestra América* e o papel das lutas contra hegemônicas do século XX, Santos reafirma a importância do movimento indígena encabeçado por Quintin Lame na Colômbia

em 1914 e do movimento zapatista em Chiapas no México desde 1994. Já pensando no século XXI, o autor reconhece que o movimento indígena tem um papel relevante nas iniciativas contra hegemônicas na tentativa de fazer frente à globalização neoliberal. Segundo Santos e Menezes (2010):

De entre os movimentos que tem vindo a participar no Fórum Social Mundial, os movimentos indígenas são, do meu ponto de vista, aqueles cujas concepções e práticas representam a mais convincente emergência do pensamento pós-abissal (Santos; Menezes, 2010, p. 51).

Promoveremos a seguir o diálogo entre as propostas dos autores e o trabalho de Davi Kopenawa e Bruce Albert. Seguindo os passos das propostas acima descritas, o objetivo da próxima seção é aplicar estas propostas às falas de Kopenawa, buscando “aprender com” e não um “aprender sobre”.

Davi Kopenawa e a ecologia dos saberes

De acordo com Walter Dignolo (2007), a história do pensamento decolonial pode ser traçada levando em consideração dois movimentos distintos: por um lado, um conjunto de indivíduos pensadores e ativistas⁵; e por outro, um sem-número de movimentos sociais e revoltas⁶.

Em relação ao primeiro movimento, já há um conjunto de intelectuais indígenas latino-americanos que possui uma produção relevante sobre a reivindicação de direitos epistêmicos, tais como o sociólogo Aymara Felix Patzi Paco (2004) e a advogada, política e ativista quíchua Nina Pacari (2006). No Brasil, dos trabalhos mais contemporâneos e relevantes destacamos os livros de Ailton Krenak (2015, 2019), e o livro de narrativas produzido por Davi Kopenawa, e pelo antropólogo francês que conviveu com os Yanomami, Bruce Albert.

O livro “A queda do céu” foi escrito a partir das conversas realizadas durante uma relação de amizade e confiança que se construiu entre Davi Kopenawa e Bruce Albert durante mais de 30 de convivência. Além de um prefácio escrito por Eduardo Viveiros de Castro, um prólogo e um *post-scriptum* de Bruce Albert, o livro se organiza em três partes: “Devir Outro”, onde há a descrição do processo de transformação do yanomami Davi em xamã de sua comunidade; “Fumaça do Metal”, que discorre sobre suas percepções acerca da chegada das estradas na floresta e o surgimento do garimpo e com eles todas as mazelas que trazem os homens brancos (doenças, violência, destruição); e por último “A Queda do Céu”, que discorre sobre o ativista Davi Kopenawa e sua militância para mostrar aos brancos a destruição de seu povo.

Por 12 anos Davi Kopenawa e Bruce Albert desenvolveram conjuntamente este projeto político e filosófico. A imbricação entre os dois se dá em muitos níveis. Da história pessoal de cada um, visível pela comparação dos relatos de ambos (de Davi em toda a narrativa principal, e de Albert sobretudo no posfácio), entre a antropologia e os conhecimentos tradicionais, entre pesquisa científica e militância política (como negar a densidade etnográfica e a inovação metodológica do livro?). Como resultado, temos uma interpretação do mundo, incluindo o “nosso” mundo, produzida no coração da floresta, transformando o livro em um empreendimento xamânico que opera uma tradução, “que desloca, inverte e renova o discurso da antropologia sobre os povos ameríndios, redefinindo suas condições metodológicas e pragmáticas de enunciação” (Viveiros de Castro, 2015).

O texto principal, construído a partir de relatos e entrevistas gravadas em dois grandes blocos, buscou com grande rigor e preocupação com o detalhe, reconstruir a narrativa indígena a partir de um ponto de vista sintético, operando uma tradução extremamente sofisticada. A leitura do posfácio, no qual o processo de produção do livro é descrito com cuidado, acrescenta à narrativa principal (de Kopenawa) a trajetória de Albert, nos mostrando dois percursos paralelos inseridos no mesmo contexto a partir de universos autônomos e relativamente independentes. Por um lado, a mitologia sobre a origem dos brancos, criados por Omamê, e por outro, o imaginário criado em Albert pelas leituras juvenis dos volumes da coleção *Terre Humaine*, são testados na experiência, na qual a realidade se impõem ao imaginário de ambos⁷.

Seguindo os preceitos propostos pela insurgência político-epistêmica (Walsh, 2010) e da ecologia dos saberes de Santos (2006) e Santos e Menezes (2010) buscaremos neste tópico “aprender com” o que este ativista indígena tem a nos dizer sobre os séculos de exploração, violências e silenciamentos a que os povos indígenas foram submetidos no Brasil; as relações entre os homens da floresta e os homens da mercadoria; as

relações de ambos com a natureza; suas críticas em relação à ideia de desenvolvimento dos homens brancos e a um ativista que se fez ouvir a partir de seu tratado filosófico-político.

Partindo da análise do texto de Kopenawa e Albert, fica aparente a ausência de uma concepção de desenvolvimento linear, de progresso e avanço para uma sociedade imaginada, um futuro que deva ser buscado a partir das mudanças que fazemos no presente. Para os autores, o mundo é o que é vivido e experimentado como seus antepassados assim o faziam

(Omama) Ele apenas nos diz: “Vocês são como eram seus antigos! Continuem seguindo os rastros deles! Um dia, vocês morrerão; por isso, enquanto estão vivos, não devem temer nada!” Assim é. Ignoramos aquilo que a gente de Teosi, para nos assustar, chama a todo instante de pecado. Não somos ruins; só não somos brancos! Somos como nossos antepassados sempre foram antes de nós (Kopenawa; Albert, 2015, p. 278).

Outra importante questão presente nas teorias pós-coloniais é a tendência à desvalorização do próprio conhecimento dos povos originários para adotarem o conhecimento do colonizador. Como vimos na parte teórica deste texto, trata-se da colonialidade do saber, que nos impede de compreendermos o mundo a partir do próprio mundo onde vivemos.

Foi então que (os missionários) começaram a nos amedrontar com as palavras de *Teosi*, e a nos ameaçar constantemente: “não mascuem folhas de tabaco! É pecado, sua boca vai ficar queimada! Não bebam o pó de Yakoana, seu peito ficará enegrecido de pecado! Não riem e não copulem com as mulheres dos outros, é sujo! Teosi só ficará satisfeito com vocês se responderem a ele!” Essas más palavras, repetidas sem descanso, acabaram assustando os xamãs, que não mais ousaram beber yakoana, nem cantar durante à noite. [...] as novas palavras que diziam os deixavam confusos e ansiosos. Então, um a um, começaram a rejeitar seus próprios espíritos, que foram embora. Os últimos grandes xamãs não tinham coragem de chamá-los nem mesmo para curar os doentes. Emudeceram eles também. Diante disso, todos os outros moradores de nossas casas, pouco a pouco, acabaram aceitando as palavras de Teosi (Kopenawa; Albert, 2015, p. 257).

Dessa forma, a defesa do modo de vida e seus conhecimentos do povo yanomami é uma temática recorrente no texto de Kopenawa e Albert (2015). A passagem a seguir demonstra que querem defender o direito de continuarem vivendo da maneira como vivem em sua relação com a floresta, pois assim também viveram seus antepassados:

Vocês não entendem por que queremos proteger nossa floresta? Perguntem-me, eu responderei! Nossos antepassados foram criados com ela no primeiro tempo. Desde então, os nossos se alimentam de sua caça e de seus frutos. Queremos que nossos filhos lá cresçam rindo. Queremos voltar a ser muitos e continuar a viver como nossos antigos. Não queremos virar brancos! Olhem para mim! Imito a sua fala como um fantasma e me embrulho em roupas para vir lhes falar. Porém, em minha casa, falo em minha língua, caço na floresta e trabalho em minha roça. Bebo yãkoana e faço dançar meus espíritos. Falo a nossos convidados em diálogos wayamuu e yãimuu! Sou habitante da floresta e não deixarei de sê-lo! Assim é! (Kopenawa; Albert, 2015, p. 389).

Os autores também discorrem sobre iniciativas de ensinar aos brancos sobre os malefícios que estão provocando ao explorarem de forma violenta as florestas onde vivem os povos indígenas. Nesse caso, a hierarquia que se manifesta entre as formas de conhecimento se faz presente, ao citar a dificuldade dos brancos em compreenderem o que está acontecendo. No texto, fica clara a tentativa de contrapor seu conhecimento a uma visão que considera equivocada da relação do branco com a natureza. Está presente aqui a *insurgência epistêmica* e uma tentativa de desconstrução da colonialidade do saber.

Assim, meu sogro costuma me dizer: “você deve contar isso aos brancos! Eles têm de saber que por causa da fumaça maléfica dessas coisas que eles tiram da terra estamos morrendo todos, um atrás do outro!” É o que agora estou tentando explicar aos brancos que se dispuserem a me escutar. Com isso, talvez fiquem mais sensatos? Porém, se continuarem seguindo esse mesmo caminho, é verdade, acabaremos todos morrendo. Isso já aconteceu com muitos outros habitantes da floresta nesta terra do Brasil, mas desta vez creio que nem mesmo os brancos vão sobreviver (Kopenawa; Albert, 2015, p. 372).

As consequências nefastas decorrentes da expansão das fronteiras de exploração de recursos naturais e agronegócio são explicitadas em várias passagens do texto de Kopenawa e Albert. Com o advento dos governos militares pós-1964, a voracidade desenvolvimentista chegou definitivamente à Amazônia abrindo veios para a ocupação da região por meio de projetos de grande vulto. Em 1974-75, o chamado Plano de Integração Nacional (PIN) atinge o então Território de Roraima por meio de três frentes principais: o Projeto Fundiário Boa Vista, as obras da rodovia Perimetral Norte, e as empresas de mineração e garimpo atraídas pelas riquezas minerais encontradas na região (Ramos, 1979; Taylor, 1979; Davis, 1978). Kopenawa percebe mais que nunca os custos socioambientais a que estão sujeitos os povos indígenas, povos tradicionais e a própria floresta.

Os brancos espalham suas fumaças de epidemia por toda a floresta à toa, sem se dar conta de nada, só arrancando o ouro e os outros minérios da terra. Os vapores que saem desses metais são tão fortes e perigosos que até a fumaça da cremação dos ossos de suas vítimas é envenenada. Assim, as poucas pessoas que sobrevivem a uma epidemia também morrem logo depois de respirar essa fumaça. Mas não somos só nós que sofremos dessa doença do minério. Os brancos também são contaminados e no fim ela os come tanto quanto a nós, pois a epidemia *xawara*, em sua hostilidade, não tem nenhuma preferência! Embora pensem morrer de uma doença comum, não é o caso. São atingidos, como nós, pela fumaça dos minérios e do petróleo escondidos por Omama debaixo da terra e das águas (Kopenawa; Albert, 2015, p. 365).

No caso de uma epidemia que abateu a sua casa, Kopenawa descreve como vários parentes foram morrendo, tais como o tio, a mãe, a irmã mais velha, o padrasto, todos doentes em função da proximidade com os missionários, que iam enterrando os mortos à revelia das tradições dos indígenas. Além disso, junto com a abertura da Rodovia Perimetral Norte na década de 60, chegaram ao interior do território Yanomami centenas de trabalhadores totalmente despreparados para o trato com os índios, que até então permaneciam preservados de um contato maciço com as frentes de expansão da sociedade nacional.

Nenhuma providência em relação à prevenção de doenças contagiosas foi tomada no início, e nos seus primeiros 50 km, a rodovia já havia atingido três aldeias da região do rio Ajarani, causando mortes e uma violenta desestruturação social e sanitária entre seus habitantes (Ramos, 1979). Segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, a construção da Perimetral causou a

eclosão de diversas epidemias com alta letalidade, como sarampo, gripe e malária, caxumba, tuberculose, além da contaminação por DSTs, vitimando, já no primeiro ano da construção da estrada, cerca de 22% da população de quatro aldeias. Dois anos depois, mais 50% dos habitantes de outras quatro comunidades na área de influência da estrada sucumbiram a uma epidemia de sarampo. No rio Apiaú, no extremo leste do território Yanomami, estima-se que cerca de 100 índios já teriam morrido em meados da década de 70, restando apenas 30 sobreviventes (Ramos, 1993). Apenas no vale do rio Ajarani a população foi reduzida de cerca de 400 nos anos 1960 a 79 indivíduos em 1975. (Pateo, 2014).

Após décadas de luta contra a expansão da *xawara* em suas terras, recentemente Kopenawa teve que reiniciar sua luta contra um inimigo que, se nunca havia sido completamente derrotado, parecia pelo menos controlado. Com o advento do governo Bolsonaro a força do demônio da epidemia foi renovada com vigor. Uma nova corrida do ouro, agora potencializada pelo poder de fogo do crime organizado, tomou a floresta contaminando a água, destruindo as matas e matando os animais, levando a fome e a morte para as aldeias dos indígenas. Segundo o relatório “Yanomami Sob Ataque” (2022), produzido pela Hutukara Associação Yanomami em parceria com o Instituto Socioambiental, cerca de 20 mil garimpeiros se instalaram em diferentes partes da Terra Indígena. A área destruída pelo garimpo mais do que dobrou de outubro de 2018 a outubro de 2021, atingindo cerca de 3.272 ha. Como nos anos 1980-1990, as denúncias “de papel” passaram despercebidas pelos corações e mentes dos habitantes das cidades, até que, após a derrota eleitoral de Bolsonaro em 2022, imagens chocantes de crianças famélicas, claramente vítimas da ação genocida do Estado brasileiro, mancomunado aos interesses do garimpo ilegal, finalmente tocaram a sociedade e um grande esforço de retomada da área invadida e reconstituição das condições de vida dos indígenas teve início, trazendo promessas de tempos melhores mas também de grandes desafios.

Nessa tarefa, as palavras e o conhecimento xamânico de Kopenawa voltaram a fazer diferença, dessa vez acompanhadas de novas lideranças indígenas e ferramentas de divulgação e pressão (entre elas o próprio

livro *A Queda do Céu*), dando impulso a uma nova forma de política indígena. Nesse contexto, os povos indígenas deram mais um passo na direção de indigenizar a política, dessa vez por dentro do Estado, e sua luta transcendeu os antigos limites geográficos e de gênero, anunciando seu papel permanente de agentes plenos da sociedade brasileira para aqueles que os queriam como categoria transitória na formação de um Brasil no qual os indígenas seriam apenas parte de um passado romântico, mas superado.

Por fim, uma última análise sobre o texto de Kopenawa relativa à sua percepção sobre o que é a política. A conexão entre o que ele define como política e cacique xavante Mario Juruna, deputado federal entre 1982 e 1986 é imediata. Em sua luta pela demarcação das TIs, Juruna percorria os gabinetes da FUNAI buscando apoios para a sua causa. Sempre com um gravador cassete dizia “registrar tudo o que o branco diz” e posteriormente constatar que as autoridades, na maioria das vezes, não cumpriam a palavra. Kopenawa corrobora a percepção de Mario, ao afirmar que a política é só um emaranhado de palavras para lhes confundir e prejudicar.

Quando eu era mais jovem, costumava me perguntar: “Será que os brancos possuem palavras de verdade: será que podem se tornar nossos amigos?” *Desde então, viajei muito entre eles para defender a floresta e aprendi a conhecer um pouco o que eles chamam de política. Isso me fez ficar mais desconfiado! Essa política não passa de falas emaranhadas. São só as palavras retorcidas daqueles que querem nossa morte para se apossar de nossas terras.* [...] para nós, a política é outra coisa. São as palavras de Omama e dos xapiri que ele nos deixou. São as palavras que escutamos no tempo dos sonhos e que preferimos, pois são nossas mesmo (Kopenawa; Albert, 2015, p. 390, grifo dos autores).

Conclusão

No presente trabalho partimos do pressuposto de que é necessário reconhecermos que ativistas devam assumir o protagonismo para a criação, construção e intervenção de novas formas de articulação social e política, promovendo assim um diálogo com o conhecimento acadêmico. Nosso intuito foi o de promover um diálogo entre a abordagem teórica e analítica de algumas das teorias pós-coloniais, e a obra político, filosófica e crítica sobre o Brasil que o xamã e ativista indígena yanomami Davi Kopenawa, com o intuito de compreendermos suas percepções acerca da relação dos povos da floresta e os povos da mercadoria; a ideia de desenvolvimento e a percepção que os povos indígenas possuem das mineradoras, petroleiras, dos latifundiários e do extrativismo predatório da floresta. Kopenawa nos transmite todo um conjunto de percepções relativas tanto ao mundo da floresta quanto ao mundo dos brancos.

A crise ambiental a que todos estamos sujeitos é fruto do processo contínuo de destruição das nossas florestas, e nos obriga a questionar as formas de vida sustentadas por uma modernidade construída a partir das linhas abissais da modernidade. Modernidade essa responsável pelo silenciamento e ausências de outras formas de conhecimento humano, e pela hegemonia epistemológica europeia que cria as hierarquias manifestas na colonialidade do saber.

O pensamento pós-colonial busca defender a contemporaneidade dos processos e práticas culturais, sejam eles “modernos” ou não. Tratar-se de um processo coetâneo que acontece dos dois lados das linhas abissais (Santos; Meneses, 2010). A ecologia dos saberes privilegia a produção de conhecimentos de outros povos, sejam eles indígenas, quilombolas, populações tradicionais, africanos, indianos entre outros. Como contraponto às formas de dominação, as insurgências político-epistêmicas e as ecologias do saber são práticas não somente defensivas, mas também ofensivas e que tem como objetivo intervir e transgredir o campo da produção do conhecimento. Essas práticas permitem que vozes como a de Kopenawa questionem as práticas do homem branco, nos convidando a refletir sobre possíveis alternativas para a preservação socioambiental.

Com a análise por nós empreendida neste trabalho, buscamos “aprender com” Kopenawa, ciosos da necessidade de reconhecermos a inesgotável diversidade e experiência do mundo e a importância de exercermos uma sociologia transgressiva que consiste em contrapor as epistemologias do Sul às epistemologias hegemônicas do Norte global. Necessário se faz, portanto, o reconhecimento da copresença radical, que sustenta a contemporaneidade em termos igualitários de práticas e atores dos dois lados da linha abissal.

Referências

- ALBERT, B. Fumaça do metal: história e representação do contato entre os Yanomami. *Anuário Antropológico/89*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1992. p. 151-90.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Relatório: violência contra os povos indígenas no Brasil: Dados de 2021. 2021.
- DAVIS, S. Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os Índios no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DUSSEL, E. Sistema mundo y transmodernidad. In: SAURABH, D., BANERJEE, I.; MIGNOLO, W. (ed.). *Modernidades coloniales*. México: El Colegio de México, 2004. p. 201-226.
- HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI; ASSOCIAÇÃO WANASSEDUUME YE' KWANA. Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo. Instituto Socioambiental, Boa Vista, abr. 2022. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/yanomami-sob-ataque-garimpo-ilegal-na-terra-indigena-yanomami-e-propostas-para>. Acesso em: KOPENAWA, D.; ALBERT, B. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, 2000.
- CASTRO-GOMEZ, S.; GROSFOQUEL, R. (ed.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007.
- MIGNOLO, W D. Introduction. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 155-167, 2007.
- PATEO, R. D. Relatório Sobre a Violação de Direitos Humanos na TIY 1960 – 1988. Comissão Nacional da Verdade. Relatório Não Publicado, 2014.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, P. (org.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez, 2010.
- QUIJANO, A. Estado-nación, ciudadanía y democracia: cuestiones abiertas. In: QUIJANO, A. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: Clacso, 2014.
- RAMOS, A R. Yanomama Indians in northern Brazil threatened by highway. In: RAMOS, A. R.; TAYLOR, K. I. (ed.). *The Yanomama in Brazil 1979*. Copenhagen: ARC/IWGIA, 1979. p. 1-41.
- RAMOS, A. R. O papel político das epidemias: o caso Yanomami. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1993. 38 p. (Série Antropologia)
- SANTOS, B. de S. Descolonizar el saber, reinventar el poder. Montevideo: Ediciones Trilce, 2010.
- SANTOS, B. de S. Más allá de la imaginación política y de la teoría crítica eurocéntricas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 114, 2017.
- SANTOS, B de S. A gramática do tempo: para uma nova cultura Política. São Paulo: Editora Cortez, 2006.
- SANTOS, B. de S.; MENESES, P. (org.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez, 2010.
- TAYLOR, K I. Development against Yanomama, the case of mining and agriculture In: RAMOS, A. R.; TAYLOR, K. I. (ed.) *The Yanomama in Brazil 1979*. Copenhagen, ARC/IWGIA, 1979. p. 43-98.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Apresentação. In: COHN, S. (org.). *Ailton Krenak*. 1. ed. Rio de Janeiro: Azougue Editora, 2015.
- VIVEROS DE CASTRO. Antropologia renovada. Entrevista concedida a Juvenal Savian Filho e Wilker Sousa. *Revista Cult*, 13 dez. 2010. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/antropologia-renovada/>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- WALSH, C. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. *Nómadas (Col)*, Colombia, Universidad Central Bogotá, n. 26, p. 102-113, 2007.
- WALSH, C. Political epistemic insurgency social movements and the refounding of the state. In: MORAÑA, M.; GUSTAFSON, B. (ed.). *Rethinking Intellectuals in Latin America*, Iberoamericana Editorial Vervuert, SL 2010. p. 199-211.

Notas

- ¹ Referimo-nos especificamente aos autores pós-coloniais e decoloniais, tais como Arturo Escobar (2003); Anibal Quijano (2010); Ramón Grosfoguel (2011); Catherine Walsh (2007); Enrique Dussel (2004); Boaventura de Sousa Santos (2005); Santos e Menezes (2010).
- ² O pensamento é abissal no sentido em que elimina qualquer realidade que se encontre do outro lado da linha.
- ³ Para uma visão ampla do paradigma modernidade-colonialidade, veja: Castro-Gómez e Grosfoguel (2007).
- ⁴ Tal classificação legitimou o extermínio de aproximadamente 35 milhões de indígenas em um período menor de 50 anos pelos invasores europeus (Quijano, 1992).
- ⁵ Mignolo cita, entre outros, Waman Puma de Ayala no Peru; Mahatma Gandhi na Índia; Amílcar Cabral nas colônias portuguesas na África; e Frantz Fanon no Caribe francês (2007).
- ⁶ Zapatistas no México, movimentos indígenas no Equador, Bolívia, Nova Zelândia e Canadá.
- ⁷ Para uma belíssima análise acerca da evolução das representações Yanomami sobre os brancos ver também Albert (1992).

Marcus Abílio Pereira

magopebh@gmail.com

Doutorado, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal

Professor Associado, Departamento de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG

UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha,

Belo Horizonte, MG, Brasil

31270-901

Rogério Duarte do Pateo

rogeriodp@gmail.com

Doutorado, FFLCH-USP

Professor Associado, Departamento de Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG

UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha,

Belo Horizonte, MG, Brasil

31270-901

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer ao Professor Doutor Fernando Antonio de Carvalho Dantas, Professor Titular de Teoria do Direito da Universidade Federal de Goiás, pelas importantes contribuições para a elaboração deste texto.

Agência financiadora

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) APQ-02053-18 – “Entre a violência e as redes – as eleições de 2018 e a questão indígena na internet” Data de início: 16/03/2018, Data de término: 07/07/2024

Contribuições dos autores

Os autores colaboraram igualmente na elaboração do artigo.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não foi necessário.

Consentimento para publicação

Os autores consentem a publicação do artigo.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ARTIGO ORIGINAL

Violência contra a mulher: um modelo de avaliação de desempenho de políticas públicas

Carlos Felipe de Melo Costa¹<https://orcid.org/0009-0004-3178-9013>**Claudelino Martins Dias Junior¹**<https://orcid.org/0000-0002-8071-6396>

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Ciências da Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Violência contra a mulher: um modelo de avaliação de desempenho de políticas públicas

Resumo: A violência contra a mulher tem sido relatada como um grave problema de saúde pública. Particularmente, a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (VDFcM) acomete cerca de 29% da população feminina brasileira. Políticas Públicas (PPs) de enfrentamento à VDFcM têm sido implantadas desde a década de 1980 no Brasil, culminando com a publicação do marco legal de enfrentamento desse problema no ano de 2006, a Lei Maria da Penha. Nesse sentido, o objetivo deste estudo consistiu em desenvolver um modelo de avaliação de desempenho de PPs para enfrentamento à VDFcM nos municípios do estado de Santa Catarina. A metodologia aplicada foi a Teoria da Resposta ao Item (TRI), que viabilizou a criação de uma escala de avaliação de desempenho. Adicionalmente, a análise de regressão simples foi utilizada no modelo, tendo o escore municipal como variável independente e a taxa de registros de VDFcM como variável dependente. Os resultados demonstraram correlação linear positiva entre as variáveis, sugerindo que as PPs implantadas não resultam em redução no número de ocorrências de VDFcM.

Palavras-chave: políticas públicas; violência contra a mulher; teoria da resposta ao item.

Violence against women: a model for evaluating public policy performance

Abstract: Violence against women has been reported as a serious public health issue. Particularly, Domestic and Family Violence against Women (DFVaW) affects about 29% of the female population in Brazil. Public Policies (PPs) to combat DFVaW have been implemented since the 1980s in Brazil, culminating in the publication of the legal framework to address this issue in 2006, the Maria da Penha Law. In this sense, the objective of this study was to develop a performance evaluation model for PPs to address VAW in the municipalities of the state of Santa Catarina. The applied methodology was Item Response Theory (IRT), which enabled the creation of a performance evaluation scale. Additionally, simple regression analysis was used in the model, with municipal score as the independent variable and the rate of DFVaW reports as the dependent variable. The results showed a positive linear correlation between the variables, suggesting that the implemented PPs do not result in a reduction in the number of VAW occurrences.:

Keywords: public policies; violence against women, item response theory.

Recebido em 19.06.2023. Aprovado em 21.08.2023. Revisado em 07.02.2024.



Este artigo é publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

A Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (VDFcM) se caracteriza como um problema multicausal que provoca danos físicos, psicológicos, sexuais ou patrimoniais nas vítimas, afligindo cerca de 29% da população feminina brasileira.

Movimentos sociais brasileiros, especialmente o movimento feminista, vêm protagonizando, especialmente a partir da década de 1980, a defesa de Políticas Públicas (PPs) de enfrentamento à VDFcM, sendo a Lei Maria da Penha (LMP) o marco legal e vetor das PPs de combate à VDFcM.

Não obstante, a existência de diversas PPs, tais como o atendimento especializado em delegacias de polícia para atendimento da mulher, centros de referência especializados em assistência social, programas preventivos educacionais, centros de educação e de reabilitação do agressor, casa-abrigo, Patrulha Maria da Penha, medidas protetivas de urgência, juizados especiais, políticas de igualdade de gênero, tem-se o seguinte questionamento: qual é o efeito prático que as PPs estão provocando na taxa de registros de VDFcM?

O processo contínuo e sistemático de avaliação de PPs é atividade indispensável do poder público para produzir informações que subsidiem a manutenção, o ajuste, a extinção ou o redirecionamento de ações efetivas, de forma a atuar eficientemente em um problema público. Porém, no que diz respeito a métodos avaliativos de PPs, percebe-se uma escassez de estudos que se proponham a medir a efetividade dos resultados pretendidos.

Desse modo o objetivo deste estudo consiste em apresentar um modelo de avaliação de desempenho de PPs de enfrentamento à VDFcM nos municípios catarinenses. Para tanto, por intermédio da aplicação da Teoria da Resposta ao Item (TRI), os municípios catarinenses foram classificados em termos de habilidade de implantação das PPs selecionadas. Paralelamente, foi analisado o grau de correlação estatística entre o desempenho do município em relação à habilidade de implantação de PPs no enfrentamento à VDFcM e a quantidade de denúncias de VDFcM para os mesmos períodos.

Metodologicamente tem-se uma abordagem quantitativa, empregou-se a TRI para gerar o escore classificatório de todos os municípios catarinenses, sendo tomado como variável independente. E como variável dependente os registros de boletins de ocorrência (BOs) policial por município, no intervalo do ano de 2018 e o mês de março de 2023, considerando os crimes de lesão corporal dolosa em casos de VDFcM, feminicídio e estupro.

Fundamentação teórica

O fenômeno da VDFcM caracteriza-se como expressão da violência de gênero perpetrada, majoritariamente, no ambiente doméstico pelo parceiro íntimo, marcada pelos desequilíbrios de poder na relação entre homens e mulheres, legitimada de forma simbólica nas estruturas sociais e descrita como um problema multifatorial (Bourdieu, 2019; Campos; Tchalekian; Paiva, 2020; Graham et al., 2022; Heise, 1998; Kelly, 2011, Minayo, 2013; Pasinato; Machado; Ávila, 2019).

As primeiras proposições organizadas pela sociedade civil para formulação de PPs no enfrentamento à VDFcM remontam ao período de redemocratização na década de 1980, porém, é a partir da terceira reforma administrativa, em 1995, que o Estado brasileiro incorpora um modelo de administração pública que considera que a sociedade é um campo de conflitos e que os cidadãos devem exercer seus direitos de expressão ideológica a partir da construção de das PPs que lhes assegurem melhor bem-estar (Bresser-Pereira, 1998; Cerqueira et al., 2015; Marques; Faria, 2018; Pasinato, 2015; Ramos; Schabbach, 2012).

De acordo com Pasinato, Machado e Ávila (2019), a LMP tem passado por transformações de forma a incorporar novos mecanismos de combate à VDFcM, contudo, diversos problemas foram detectados, como a fragmentação das políticas, a dispersão e a sobreposição de ações, provocando frustração de expectativas das mulheres quanto às suas necessidades e o que elas efetivamente obtêm a partir das PPs.

Em que pese a prevalência do movimento feminista na articulação de PPs de enfrentamento à VDFcM no Brasil, o modelo socioecológico apresentado por Heise (1998), adaptado da Teoria Ecológica de Bronfenbrenner, propõe que a perpetração da VDFcM não é provocada apenas por uma única causa, mas é influenciada por múltiplos fatores que existem em vários níveis do desenvolvimento humano (individual, relacionamento, comunitário e sociedade) e esses fatores são interagentes, isto posto, apresenta-se como um instrumento

heurístico capaz de organizar e sintetizar de forma estruturada a elaboração de PPs que atuam nas diversas causas do fenômeno da VDFcM (Bell; Naugle, 2008; Di Napoli et al., 2019; Graham et al., 2022; Heise, 1998; Minayo, 2013; Pasinato; Machado; Ávila, 2019; Ranganathan et al., 2021; Ribeiro, 2010).

A abordagem socioecológica amplia a concepção para a formulação e avaliação de PPs ao tratar as intervenções na VDFcM em fatores individuais, que influenciam na formação da personalidade dos indivíduos, como testemunhar VDFcM na infância; em fatores relacionais, que regem as normas socioculturais dos relacionamentos familiares, por exemplo, a autoridade na tomada de decisão no núcleo familiar; nos fatores comunitários, que determinam a conduta dos indivíduos, tais como nível socioeconômico e nível educacional; e os fatores socioculturais, que representam as crenças de toda a sociedade em relação às normas culturais de gênero (Di Napoli et al., 2019; Graham et al., 2022; Ranganathan et al., 2021).

Em consonância com o modelo socioecológico e a necessidade de promover a elaboração de PPs eficazes, Pasinato, Machado e Ávila (2019) destacam que há poucos estudos sobre a efetividade de tais políticas, pois os relatórios elaborados pelos próprios executores geralmente se limitam a apontar os aspectos positivos, sem a incorporação de avaliações independentes, portanto, é necessário analisar se as PPs de enfrentamento à VDFcM estão sendo efetivas em relação aos seus objetivos.

Nesse sentido, a avaliação de PPs de enfrentamento à VDFcM após a consolidação da implantação a que se propõem constitui um processo fundamental para melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle social sobre a ação estatal e tem como objetivo fornecer informações que possam melhorar a escolha de decisões do gestor público (Crumpton et al., 2016; Ramos; Schabbach, 2012).

Conforme Crumpton et al. (2016), avaliar envolve julgar valores da política implementada e tem como objetivo fornecer informações que possam melhorar a escolha de decisões, exigindo a definição de critérios a serem adotados e um conjunto de atributos e características das políticas ou programas avaliados, tais como: eficiência; eficácia, eficácia/impacto; abrangência; qualidade técnica e científica; satisfação; e aceitação dos usuários.

A Comissão Europeia (2021) e a Casa Civil da Presidência da República (Brasil, 2018) apresentam métodos de referência para a execução de avaliação de desempenho de PPs, dentre eles, o modelo de regressão, que viabiliza a análise de como o resultado da PP muda ao longo da distribuição das variáveis de resultados. Paralelamente, Santos et al. (2020) propuseram a aplicação da Teoria da Resposta ao Item como método de avaliação e implantação de políticas públicas no âmbito da violência intrafamiliar e escolar a partir da elaboração de uma escala de violência.

Isso posto, tem-se como procedimento metodológico a criação de um modelo estatístico tendo como referência os pressupostos da TRI e a análise de regressão simples.

Procedimentos metodológicos

O presente estudo adota uma abordagem essencialmente quantitativa, de caráter descritivo-explicativo e transversal, tendo a taxa de VDFcM por 100 mil habitantes como variável dependente, considerando, para tanto, a quantidade de boletins de ocorrência policial de lesão corporal dolosa em casos de VDFcM, feminicídio e estupro nos municípios de Santa Catarina (SC), entre o ano de 2018 e o mês de março de 2023. Tem-se o escore municipal dos municípios do estado de Santa Catarina, produzido pela Teoria da Resposta ao Item, como variável independente.

A variável independente foi determinada com base nos dados coletados da pesquisa MUNIC dos anos de 2014, 2018, 2019 e 2021 (pesquisa realizada pelo IBGE, desde 1999, para avaliar a estrutura e a existência de diversos tipos de políticas públicas nos municípios brasileiros). A MUNIC resulta de um levantamento detalhado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais (IBGE, 2021).

A partir de um conjunto de respostas apresentadas por um dado grupo de respondentes a um conjunto de questões, a TRI permite a estimação de parâmetros para as questões consideradas, podendo ser utilizada como objeto de mensuração de desempenho a partir da construção de uma escala interpretativa do traço latente do respondente, neste estudo, representando a habilidade de cada município para implantar de PPs de enfrentamento à VDFcM (Andrade; Tavares; Valle, 2000; Araújo; Andrade; Bortolotti, 2009; Pasquali, 2020).

A construção de escalas de medidas permite a elaboração de classificações numéricas por meio da representação da posição ordinal em que determinada característica de uma população se encontra em uma escala, oportunizando comparar o desempenho entre os indivíduos do grupo avaliado (Tezza et al., 2018; Pasquali, 2020).

O Modelo Logístico Unidimensional de dois Parâmetros (MLU2P) foi utilizado para produzir o escore classificatório, tendo em vista que este modelo desconsidera da função o parâmetro do item que representa o acerto casual de avaliados com baixo traço latente, sendo o modelo dado pela Equação 1.

$$P(U_{ij} = 1 / \theta_j) = \frac{1}{1 + e^{-Dai(\theta_j - bi)}}, \quad (1)$$

O software *R Studio*, com as bibliotecas *mirtCAT*, *psych*, *irtoys*, *directlabels*, *car*, *rmd*, *data.table*, *plotly*, *ggplot2*, *webshot*, *devtools* e *plyr*, foi utilizado para calcular o escore classificatório municipal em relação ao traço latente de implantação de PPs de enfrentamento à VDFcM.

Após a produção do escore classificatório municipal, foi aplicada a análise de regressão simples para analisar o grau de correlação estatística entre as variáveis.

Hair et al. (2009) descrevem o coeficiente de regressão como uma medida de associação entre variáveis, isto é, duas variáveis apresentam-se correlacionadas quando da mudança em uma implica resultado em outra, dessa forma, quanto maior o coeficiente encontrado, mais forte é a relação entre as variáveis e, potencialmente, maior sua capacidade preditiva ou explicativa da variável independente. Para tanto, o modelo matemático da análise de regressão aplicado é dado pela Equação 2.

$$\hat{Y} = b_0 + b_1V_1 \quad (2)$$

O software *R Studio*, com os pacotes *dplyr*, *ggplot2*, *car*, *rstatix*, *lmtest*, *ggpubr* e *corrplot*, foi utilizado para realizar a análise de regressão.

As variáveis foram tratadas por meio do cálculo do logaritmo de base 10 com vistas a atender ao pressuposto de normalidade na distribuição. Observações atípicas não foram excluídas, haja vista representarem registros de VDFcM concentrados em municípios com grande população. As características legais, demográficas e geográficas consideradas como critérios de inclusão compreenderam: os 295 (duzentos e noventa e cinco municípios) do estado de Santa Catarina, envolvendo lesão corporal dolosa em casos de VDFcM, feminicídio e estupro.

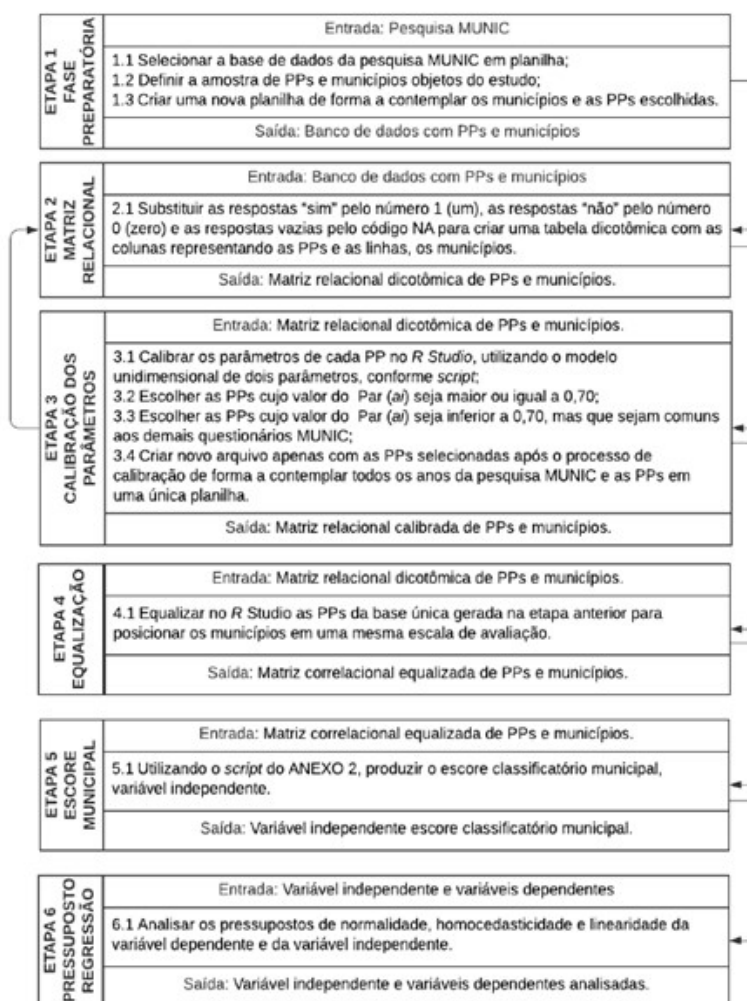
Modelo de avaliação de desempenho de PPs

As etapas para construção do modelo de avaliação de desempenho de PPs de enfrentamento à VDFcM estão apresentadas no diagrama da Figura 1.

No ano de 2014, 26 PPs da pesquisa MUNIC de 2014 foram escolhidas na Etapa Preparatória. No ano de 2015, a pesquisa MUNIC abordou PPs sobre planejamento urbano, recursos para gestão, terceirização e informatização, gestão ambiental e articulação interinstitucional, compondo temas que não estão relacionados ao enfrentamento à VDFcM, portanto, a pesquisa MUNIC de 2015 não foi escolhida no contexto de aplicação do modelo. Em tempo, a pesquisa MUNIC de 2016 não foi realizada.

No ano de 2017, a pesquisa MUNIC investigou temas relacionados ao perfil do gestor municipal, recursos humanos das prefeituras, habitação, transporte, agropecuária, meio ambiente, gestão de riscos e resposta a desastres. Dessa forma, temas não relacionados à VDFcM e que, portanto, não constam no modelo. Em 2018, o questionário da pesquisa MUNIC tratou de investigar informações sobre recursos humanos, legislação e instrumentos de planejamento municipal, educação, cultura, saúde, assistência social, segurança alimentar, trabalho e inclusão produtiva, política para mulheres, instrumentos de gestão migratória e enfrentamento ao sub-registro de nascimento. No total foram previamente selecionadas 49 PPs da pesquisa MUNIC do ano de 2018 relacionadas à temática da VDFcM.

Figura 1 – Diagrama das etapas e atividades do modelo de avaliação de desempenho de políticas públicas de enfrentamento à VDFcM



Fonte: elaborado pelos autores.

A pesquisa MUNIC de 2019 abordou temas sobre recursos humanos das prefeituras, recursos para gestão, comunicação e informática, governança, articulação interinstitucional, segurança pública e direitos humanos. Para tanto, 33 PPs foram escolhidas. No ano de 2020 não se constatou a aplicação da MUNIC.

Na Etapa de Calibração, apenas as PPs cujo parâmetro $Par(a_i)$ é igual ou superior a 0,70, e as PPs comuns entre os questionários MUNIC foram escolhidas para compor a Etapa de Equalização. Conforme ressaltam Andrade, Tavares e Valle (2000), os parâmetros $Par(a_i)$ e $Par(b_i)$ das PPs devem satisfazer a relação de linearidade de modo a verificar quais PPs comuns analisadas em pesquisas MUNIC aplicadas em anos distintos possuem algum grau de correlação. Desse modo, utiliza-se o princípio da invariância como requisito para equalizar esses grupos de PPs, conforme descrito na Tabela 1.

Como demonstrado, o coeficiente de Pearson dos parâmetros $Par(a_i)$ e $Par(b_i)$ das PPs comuns indica para forte correlação linear, satisfazendo a condição exigida pela TRI na Etapa de Equalização.

Após o término da Etapa de Calibração, foram selecionadas 69 PPs para a Etapa de Equalização, assim, tem-se o conjunto final de PPs utilizadas para gerar o escore classificatório dos municípios de Santa Catarina.

As curvas de informação das 69 PPs foram obtidas após a equalização em uma mesma escala de avaliação de desempenho para os 295 municípios de Santa Catarina. A despeito de algumas PPs não atingirem o formato

Tabela 1 – Correlação linear de Pearson das PPs comuns entre os grupos

Pesquisa MUNIC	Par (a_i) 2014	Par (a_i) 2018	Par (a_i) 2019	Par (a_i) 2021
MUNIC 2014	1	-0,816	0,919	NA
MUNIC 2018	-0,816	1	NA	0,581
MUNIC 2019	0,919	NA	1	NA
MUNIC 2021	NA	0,581	NA	1
Pesquisa MUNIC	Par (b_i) 2014	Par (b_i) 2018	Par (b_i) 2019	Par (b_i) 2021
MUNIC 2014	1	0,982	0,964	NA
MUNIC 2018	0,982	1	NA	0,971
MUNIC 2019	0,964	NA	1	NA
MUNIC 2021	NA	0,971	NA	1

Fonte: elaborado pelos autores.

característico da curva com Par (a_i) igual ou maior do que 0,70, 12 delas foram igualmente consideradas para o cálculo do escore municipal classificatório final, tendo em vista que foram calibradas *a priori* na Etapa 3 do modelo.

Os escore classificatórios municipais foram calculados após a Etapa de Equalização, tendo cada município um escore para cada ano analisado da MUNIC. A Tabela 2 demonstra a média e o desvio padrão dos escores municipais dos anos de 2014, 2018, 2019 e 2021 de todos os 295 municípios.

Tabela 2 – Média e desvio padrão dos escores municipais dos anos de 2014, 2018, 2019 e 2021

Medida de posição	Escore 2014	Escore 2018	Escore 2019	Escore 2021
Média	-0,048	1,863	0,212	2,067
Desvio padrão	0,942	0,76	0,839	0,384
Intervalo do desvio padrão ao redor da média	73,00%	72,00%	78,00%	67,00%

Fonte: elaborado pelos autores.

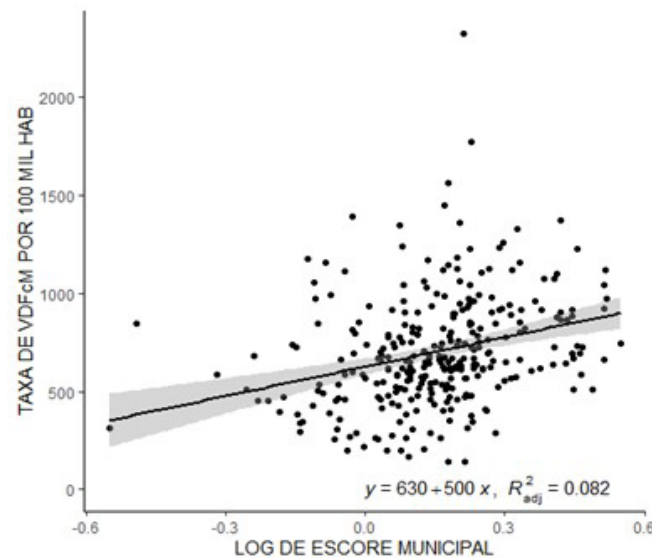
De acordo com os dados da Tabela 2, a dispersão dos escores ao redor da média para cada ano analisado é inferior a 1 (um) desvio padrão, em outras palavras, 73% dos escores de 2014, 72% dos escores de 2018, 78% dos escores de 2019 e 67% dos escores de 2021 estão situados próximos ao valor médio, indicando baixa dispersão dos escores em cada ano. Desse modo, a média aritmética dos escores dos quatro anos de cada município foi tomada como variável independente.

A avaliação de desempenho municipal no enfrentamento à VDFcM foi tida a partir da análise de regressão simples, aplicada após a produção do escore classificatório municipal de implantação de PPs de enfrentamento à VDFcM para os 295 municípios do estado de Santa Catarina. O Método dos Mínimos Quadrados foi aplicado para estimar o coeficiente de regressão de forma a minimizar a soma total dos quadrados dos resíduos.

De posse das variáveis, utilizou-se o programa *R Studio* versão 4.2.3 para elaborar o modelo de regressão, conforme demonstrado no Gráfico 1.

De acordo com a regressão aplicada, existe uma correlação estatística positiva entre os municípios que possuem maior escore e a taxa de VDFcM por 100 mil habitantes. O resultado da regressão segue destacado na Tabela 3.

Gráfico 1 – Equação da reta e R quadrado de regressão (log de escore municipal ~ taxa de VDFcM por 100 mil habitantes)



Fonte: elaborado pelos autores.

Tabela 3 – Sumário da regressão linear das variáveis log do escore municipal e taxa de VDFcM por 100 mil hab. para os municípios catarinenses

Coefficientes	Estimativa	Erro padrão	Teste t	Pr (> t)
Intercepto	626,47	21,6	29,005	<2.2e-16
Escore	498,25	95,54	5,215	3.48e-07

Fonte: elaborado pelos autores.

O R quadrado do teste resultou no valor de 0,084, indicando que existe uma probabilidade de 8,4% das PPs de enfrentamento à VDFcM produzirem algum efeito nos registros de lesão corporal dolosa nos casos de VDFcM, feminicídios e estupro.

O intercepto, cujo valor aproximado é de 630, indica que municípios com escore igual a zero têm probabilidade de ter um resultado de 630 BOs de VDFcM a cada 100 mil habitantes no modelo ajustado por meio de logaritmo da variável independente.

Resultados obtidos

Os resultados dos escores de desempenho municipal, tomados como variável independente, foram associados aos registros de boletins de ocorrência policial de VDFcM em cada um dos municípios do estado de Santa Catarina, entre os anos de 2018 e março de 2023, utilizando o modelo de regressão simples para avaliar a correlação estatística entre as variáveis.

Com a aplicação do modelo proposto, infere-se que os municípios com melhor desempenho na implantação de PPs de enfrentamento à VDFcM no estado de Santa Catarina não estão reduzindo a ocorrência desse tipo de violência, dada a presença de correlação linear positiva entre as variáveis estudadas. Portanto, não se pode afirmar que existe relação de causalidade entre um melhor desempenho municipal na implantação de PPs

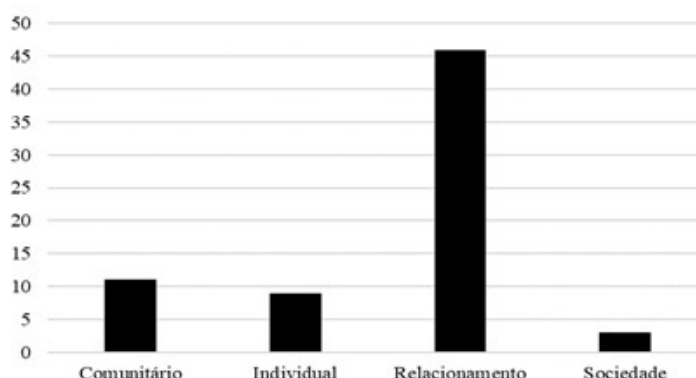
de enfrentamento à VDFcM nos municípios de Santa Catarina e uma redução na quantidade deste tipo de violência. Dessa forma, sugere-se que as PPs atuais necessitam ser reformuladas ou que novas PPs devam vir a ser implantadas ou, ainda, que novas abordagens sejam adotadas para o enfrentamento do problema.

É oportuno evidenciar que os municípios de Lages, Chapecó, Balneário Camboriú e Itajaí figuram na lista dos municípios com melhor escore classificatório, muito embora possuam taxas superiores a 900 boletins de ocorrência de VDFcM por 100 mil habitantes, valores acima da média estadual (702 BOs por 100 mil habitantes) e da mediana de ocorrências de VDFcM (664 BOs por 100 mil habitantes).

Os cinco municípios com maiores taxas de VDFcM por 100 mil habitantes no estado de Santa Catarina são: Calmon; Galvão; Barra Velha; Balneário Rincão; e Balneário Barra do Sul, tendo como média de BOs de VDFcM por 100 mil habitantes o valor de 1.700 (mil e setecentos) e desvio padrão de 338. De outro modo, os municípios catarinenses com menores taxas de VDFcM por 100 mil habitantes são: Santa Rosa de Lima; São João do Oeste; Chapadão do Lageado; Abdon Batista; Arroio Trinta; Cerro Negro; Saudades; Bela Vista do Toldo; Cunhataí; Xavantina; Alto Bela Vista; Presidente Castello Branco; Braço do Trombudo; Mirim Doce; e Santa Terezinha. Todos esses municípios possuem escores acima da média, porém, não estando posicionados na escala de avaliação como municípios de alto desempenho no enfrentamento à VDFcM, variando da 100 (centésima) a 269 (ducentésima sexagésima nona) posição.

O agrupamento das 69 PPs selecionadas para produzir o escore classificatório municipal de enfrentamento à VDFcM demonstra concentração de ações para enfrentamento à VDFcM nos níveis socioecológicos de relacionamento (familiar) e comunitário (comunidade) de desenvolvimento humano, conforme destacado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Dimensões socioecológicas das PPs de enfrentamento à VDFcM analisadas nos municípios de SC



Fonte: elaborado pelos autores.

Diante do exposto, constata-se predominância de PPs no nível de relacionamento, tais como suporte à resolução de conflitos familiares, como, por exemplo, assistência à vítima, medidas protetivas de distância do agressor e abrigo institucional. No nível comunitário, tem-se, por exemplo, a existência de organismo executivo de políticas para as mulheres, programas de direitos humanos para mulheres e comissão para implantação e acompanhamento de crianças e adolescentes para convivência familiar. No nível individual, foram observadas PPs de assistência à saúde, porém, após a ocorrência da VDFcM, tais como comitê para enfrentamento à violência física e sexual, serviço de atendimento de emergência. No nível sociocultural, apenas três PPs foram observadas, capacitação em gênero no setor público, articulação municipal para incorporar questões de gênero nas PPs e execução de políticas para promoção e igualdade de gênero.

Considerações finais

Evidencia-se que as PPs analisadas pelo modelo de avaliação de desempenho seguem conjugadas parcialmente com as intervenções propostas pelo modelo socioecológico, implantadas de forma heterogênea nos municípios analisados, tendo em conta a prevalência de PPs que atuam no acolhimento das vítimas, no sistema criminal para punição dos agressores e na prestação de serviços de saúde, evidenciando a escassez de intervenções preventivas nas dimensões individual, comunitária e sociocultural.

O modelo de análise de desempenho apresenta algumas limitações. A primeira limitação decorre do conteúdo da base de dados utilizada para produzir a variável independente, pois as perguntas dos questionários da MUNIC procuram identificar a implantação de determinadas PPs de enfrentamento à VDFcM no âmbito municipal, deixando de fora as PPs implantadas regionalmente pelo estado. Portanto, observa-se que o escore classificatório municipal poderá sofrer alteração à medida que novas PPs sejam adicionadas ao modelo.

Uma segunda limitação do modelo origina-se da base de dados da variável dependente, tendo em vista que apenas os crimes de lesão corporal dolosa, feminicídio e estupro foram considerados. Uma melhoria no modelo de avaliação de desempenho de PPs poderia associar-se a uma avaliação de causa e efeito de cada PP, de forma não apenas a responder se àquela foi ou não foi eficaz, mas discutir os porquês dos mecanismos que provocaram determinado resultado, tendo em conta que mudanças positivas, negativas ou mesmo nenhuma alteração nos resultados de interesse deveriam ser analisadas de forma contrafactual, isto é, o que teria acontecido se a PP não houvesse sido implantada?

Conclui-se que as PPs implantadas devem ser reexaminadas para que os resultados propostos sejam, no mínimo, efetivos quanto ao objetivo de promover redução na quantidade de registros de VDFcM, e que a elaboração de novas intervenções para enfrentar o problema seja desenvolvida por intermédio de abordagens que contemplem ações para atuar nas diversas causas da VDFcM.

Referências

- ANDRADE, D. F.; TAVARES, H. R.; VALLE, R. C. Teoria da resposta ao item: conceitos e aplicações. São Paulo: ABE, 2000.
- ARAÚJO, E. A. C.; ANDRADE, D. F.; BORTOLOTTI, S. L. V. Teoria da resposta ao item. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 43, p. 1000–1008, 2009.
- BOURDIEU, P. A dominação masculina, a condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2019.
- BRASIL. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, v. 2. Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2018.
- BELL, K. M.; NAUGLE, A. E. Intimate partner violence theoretical considerations: Moving towards a contextual framework. Clinical psychology review, v. 28, n. 7, p. 1096–1107, 2008.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Uma reforma gerencial da administração pública no Brasil. Revista do Serviço Público, v. 49, n. 1, p. 5–42, 1998.
- CAMPOS, B.; TCHALEKIAN, B.; PAIVA, V. Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de SARS-COV-2/ COVID-19 em São Paulo. Psicologia & Sociedade, v. 32, 2020.
- CERQUEIRA, D. R. C. et al. Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha. 2015.
- COMISSÃO EUROPEIA. Better Regulation Toolbox, 2021. Disponível em: https://commission.europa.eu/law/law-making-process/planning-and-proposing-law/better-regulation/better-regulation-guidelines-and-toolbox_en. Acesso em: 08 abr. 2023.
- CRUMPTON, C. D. et al. Avaliação de políticas públicas no Brasil e nos Estados Unidos: análise da pesquisa nos últimos 10 anos. Revista de Administração Pública, v. 50, p. 981–1001, 2016.
- DI NAPOLI, I. et al. Ending intimate partner violence (IPV) and locating men at stake: An ecological approach. International journal of environmental research and public health, v. 16, n. 9, p. 1652, 2019.
- GRAHAM, L. M. et al. Explanatory theories of intimate partner homicide perpetration: A systematic review. Trauma, Violence, & Abuse, v. 23, n. 2, p. 408–427, 2022.
- HAIR, J. F. et al. Análise multivariada de dados. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.
- HEISE, L. L. Violence against women: an integrated, ecological framework. Violence against women, v. 4, n. 3, p. 262–290, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. MUNIC: PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS. RIO DE JANEIRO, 2021. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.IBGE.GOV.BR/ESTATISTICAS/SOCIAIS/](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/)

SAUDE/10586-PESQUISA-DE-INFORMACOES-BASICAS-MUNICIPAIS.HTML?=&T=CONCEITOS-E-METODOS>. ACESSO EM: 10 JAN. 2022.

KELLY, U. A. Theories of intimate partner violence: from blaming the victim to acting against injustice: Intersectionality as an analytic framework. *Advances in Nursing Science*, v. 34, n. 3, p. E29-E51, 2011.

MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. (ed.). A política pública como campo multidisciplinar. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2018.

MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. *Impactos da Violência na Saúde*, p. 21, 2013.

PASINATO, W. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. *Revista Direito GV*, v. 11, p. 407-428, 2015.

PASINATO, W. I.; MACHADO, B. A.; ÁVILA, T. P. de. Políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher. *Direito, Transdisciplinaridade e Pesquisas Sociojurídicas*, v. 6, 2019.

PASQUALI, L. TRI–Teoria da resposta ao item: teoria, procedimentos e aplicações. Curitiba, PR: Editora Appris, 2020.

RANGANATHAN, M. et al. Cross-disciplinary intersections between public health and economics in intimate partner violence research. *SSM-Population Health*, v. 14, p. 100822, 2021.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L.M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Revista de administração pública*, v. 46, n. 5, p. 1271–1294, 2012.

RIBEIRO, M. Movimento feminista na fonte dos centros de combate à violência contra mulheres. *In: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS*, 1., 24–25 jun. 2010, Londrina, PR. Anais [...]. Londrina, PR: UEL, 2010. Disponível em: <https://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/5.MonicaDias.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SANTOS, T. S. S. et al. Escala de violência intrafamiliar e escolar usando a Teoria da Resposta ao Item. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 4473–4484, 2020.

TEZZA, R. et al. Modelo multidimensional para mensurar qualidade em website de e-commerce utilizando a teoria da resposta ao item. *Gestão & Produção*, v. 25, p. 916–934, 2018.

Carlos Felipe de Melo Costa

felipemelofln@gmail.com

Mestre em Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração UFSC

Pesquisador, Programa de Pós-Graduação em Administração, UFSC

Claudelino Martins Dias Junior

claudelino@gmail.com

Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas, UFSC

Professor, Programa de Pós-Graduação em Administração, UFSC

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, s/nº

Trindade – Florianópolis – SC

CEP: 88040-900

Agradecimentos

Agradecemos ao Observatório da Violência Contra a Mulher do estado de Santa Catarina, Brasil, pela indexação, publicação e transparência dos dados de violência doméstica e familiar contra a mulher, que contribuíram para a realização do estudo.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições dos autores

A contribuição do autor Carlos Felipe de Melo Costa consistiu na concepção do projeto, coleta e análise de dados, desenvolvimento do modelo de avaliação de desempenho de políticas públicas e redação do manuscrito. O autor Claudelino

Martins Dias Junior contribuiu com a análise crítica da interpretação dos dados e revisão integral do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Este manuscrito foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob número do Parecer: 5.556.265 e CAAE número 60489422.6.0000.0121, em 01 de agosto de 2022.

Consentimento para publicação

Não se aplica.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ARTIGO ORIGINAL

Intervenção precoce com crianças e famílias: desafio colaborativo para o serviço social

Manuel Menezes^{1,2}<https://orcid.org/0000-0001-8685-2893>**Eugénia Ribeiro³**<https://orcid.org/0000-0002-5226-3852>¹Instituto Superior Miguel Torga (ISMT), Programa de Licenciatura e Mestrado em Serviço Social, Coimbra, Portugal²ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova, Lisboa, Portugal³Associação Nacional de Intervenção Precoce (ANIP), Intervenção Precoce Coimbra, Coimbra, Portugal

Intervenção precoce com crianças e famílias: desafio colaborativo para o serviço social

Resumo: Neste ensaio realizamos uma autorreflexão da intervenção do Serviço Social na ANIP em famílias com crianças expostas a fatores de risco ambiental. Procedemos a uma revisão sistemática da literatura, salientando: (i) a importância da abordagem centrada na família e as suas interligações com as perspetivas dos sistemas transacional/ecológico e (ii) o contributo dos conceitos de *Enabling/Empowering Families* para a mudança de paradigma e, conseqüente, substituição de modelos clínicos/assistencialistas por uma intervenção onde a família emerge como elemento ativo/fundamental nos processos de mudança. Dos resultados destacamos: (i) os desafios colocados aos profissionais na implementação de práticas colaborativas junto das famílias e (ii) as exigências do trabalho em equipe de intervenção precoce, tanto ao nível do conhecimento dos referenciais teóricos subjacentes à mediação com famílias, como da capacitação para, quando em face de circunstâncias concretas, tomar decisões baseadas na evidência e nas especificidades das crianças/famílias, por forma a melhor responder às suas necessidades singulares.

Palavras-chave: Risco; Crianças; Intervenção Precoce; Apoio Centrado na Família; Serviço Social.

Early intervention with children and families: a collaborative challenge for social work

Abstract: In this essay, we carry out a self-reflection on the intervention of Social Work in ANIP in families with children exposed to environmental risk factors. We conducted a systematic review of the literature, highlighting (i) the importance of the family-centered approach and its interconnections with the transactional/ecological systems perspectives and (ii) the contribution of the concepts of *Enabling/Empowering Families* to the paradigm shift and, consequently, the replacement of clinical/welfare models with an intervention in which the family emerges as an active/fundamental element in the processes of change. From the results, we can highlight (i) the challenges for professionals in implementing collaborative practices with families and (ii) the demands of working in an early intervention team, both in terms of knowledge of the theoretical frameworks underlying mediation with families and in terms of training to make decisions based on evidence and the specificities of children/families when faced with concrete circumstances, in order to better respond to their unique needs.

Keywords: Risk; Children; Early Intervention; Family-centered Support Model; Social Work.

Recebido em 22.06.2023. Aprovado em 21.08.2023. Revisado em 08.02.2024.



Este artigo é licenciado sob a Licença de Acesso Aberto (Open Access) sob a Licença de Atribuição-Non-Comercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

A Intervenção Precoce na Infância (IPI) objetiva prover apoios e recursos às famílias de crianças entre 0 e 6 anos, com atraso de desenvolvimento, incapacidade ou risco grave de atraso de desenvolvimento por condições biológicas e/ou ambientais, envolvendo ativamente as redes de apoio social formal e informal. A especificidade desta intervenção reside na sua filosofia e na forma como os profissionais a aplicam no seu trabalho com as crianças e as suas famílias. Um dos principais desafios passa por prestar serviços de qualidade às crianças e respectivas famílias, conforme as necessidades por elas manifestadas em diferentes momentos do seu percurso.

Neste artigo, retomando algumas das reflexões desenvolvidas no âmbito do mestrado em Serviço Social, realizado no Instituto Superior Miguel Torga (Coimbra, Portugal) em 2019, busca-se efetuar uma reflexão que pretende ser útil aos profissionais a exercerem funções na intervenção precoce (IP), em especial aos assistentes sociais integrados no Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI). Ao nível metodológico, optamos por uma abordagem qualitativa, com o recurso a uma metodologia mista de tipo dedutivo, buscando suportar as exegeses desenvolvidas numa revisão sistemática da literatura disponível em distintas bases de dados científicas. É indutiva, suportada na análise documental e observação participante nos contextos de intervenção da Associação Nacional de Intervenção Precoce (ANIP).

Quanto ao modo como o texto se encontra estruturado, num primeiro momento, tomando em consideração os modelos teóricos que enformam as práticas em IPI, pontuamos os principais referenciais teóricos que contribuem para uma melhor compreensão dos mecanismos subjacentes à IP e ao seu impacto ao nível individual, familiar e social. Refletindo a mudança progressiva da metodologia de intervenção e, conseqüente, deslocamento do foco da criança para o todo “criança/família”, dentre os mesmos, destacamos os modelos Transacional Ecológico e de Apoio Centrado na Família. Num segundo momento, apresentamos um breve referencial histórico da IP em Portugal, visando dar conta da qualidade das práticas de IPI implementadas no nosso país e do seu, conseqüente, reconhecimento internacional. Por fim, deslocando o olhar para o Serviço Social, intentamos realizar uma autorreflexão da intervenção do Serviço Social na ANIP. É nosso objetivo problematizar o modo como as mudanças ocorridas na IP exigiram o reequacionar das práticas/papéis do Serviço Social. Salientando a intervenção profissional junto à família enquanto desafio colaborativo, busca-se enfatizar e refletir sobre a importância do desempenho dos assistentes sociais em estruturas de IP, numa ótica de prossecução e promoção de práticas profissionais de qualidade direcionadas para as crianças.

Modelos de desenvolvimento humano: contributos para uma intervenção precoce qualificada

Para compreendermos a complexidade mediadora da intervenção profissional no âmbito da IPI, temos de tomar em consideração os diferentes modelos conceptuais enquadradores da mesma. Na primeira geração de programas de IPI, encontramos o modelo biomédico. Inspirando-se numa visão mecanicista do ser humano, centrava-se, de modo redutor, na criança e nos seus déficits. Ao profissional perito competia evitar o agravamento, a “reparação”, correção e/ou a eliminação dos déficits inerentes à criança. Posteriormente, viriam a ganhar relevância outros modelos que, focalizando-se na família, contribuíram para a promoção de uma intervenção sustentada numa visão integral do indivíduo nas suas dimensões física, psicológica e social. Assim, por ser notória a sua validade na primeira infância interessa, então, abordar os modelos que, ao valorizarem a ação dos contextos e as suas trocas relacionais na promoção do desenvolvimento humano, se consubstanciam como um *apport* importante para a intervenção junto das crianças/famílias.

Modelo transacional de desenvolvimento

Visando explicar as variações do desenvolvimento apresentadas por bebês em risco, Sameroff e Chandler (1975) formularam o *modelo transacional*. Conforme esse modelo, o processo de desenvolvimento só era passível de explicação tendo por base a reciprocidade do impacto dos contributos (biológicos e ambientais) e a sua variação em função do tempo (Serrano, 2007). Por comparação ao modelo biomédico, a inovação residiu na importância atribuída à “herança” genética e aos efeitos do meio no processo de desenvolvimento da criança.

Sendo este um processo interativo, as experiências proporcionadas pelo ambiente deixaram de ser consideradas independentes da criança. O desenvolvimento passou a ser interpretado com o recurso a uma análise onde se conjugava a predisposição genética com os efeitos do envolvimento familiar e social a que a criança se encontra exposta. Quer dizer, o desenvolvimento não é o produto exclusivo da criança, nem do contexto experiencial por si só. É, isso, sim, o corolário da interação entre a criança e o meio. Das transações dinâmicas e contínuas da mesma com as experiências proporcionadas pela família e pelo contexto social (Carvalho et al., 2016).

Ao tornar-se parte ativa deste processo bidirecional, a criança deverá desenvolver *processos de regulação*¹ do desenvolvimento que lhe permitam adequar-se aos diferentes níveis do ambiente experiencial aos quais está sujeita. Este sistema de regulação individual “interage com os outros sistemas reguladores, que correspondem aos contextos da ecologia social da criança, nomeadamente a família, os contextos educativos, a vizinhança, a comunidade [...] que se influenciam mutuamente” (Sameroff *apud* Carvalho et al., 2016, p. 41).

A aplicação desse modelo à experiência de vida da criança revela-se extremamente útil na intervenção com crianças em situação de risco e/ou com deficiência, visto pressupor a aceitação não só da influência dos fatores ambientais na mutação de defeitos biologicamente determinados, mas, também, a existência de vulnerabilidades desenvolvimentais com uma etiologia ambiental (Meisels; Shonkoff *apud* Pimentel, 2005, p. 32)².

Em suma, a criança em desenvolvimento participa, interage e reorganiza o contexto (físico, social) onde está inserida. Não obstante o material genético, o desenvolvimento acontece. Sameroff e Fiese (2000) consideram que, tal como os fatores biológicos (genótipo e fenótipo) exercem a regulação do desenvolvimento físico, também a inserção do ser humano na sociedade é regulada pela família e a organização social onde esta se encontra – *enviromtype/mesótipo*. As experiências fornecidas pelos fatores ambientais modificam as situações de risco. Tanto podem minimizá-las, como agudizá-las se a criança estiver inserida num ambiente inibidor.

Modelo ecológico do desenvolvimento humano

Plasmando a segunda geração de programas de IPI, a ecologia do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1979, 1986) consubstanciou uma mais-valia para a compreensão do processo desenvolvimental. O enorme acrescento deste modelo, residiu no reconhecimento da existência de um processo interativo permanente entre os indivíduos e os vários sistemas nos quais se vão progressivamente inserindo. O desenvolvimento é apreendido como processo interativo onde a criança é um agente ativo. Não mais somente um ser que é influenciado (mero receptor), mas que intervém provocando mutações nos distintos ambientes com os quais interage.

Os contextos de enquadramento e a interação estabelecida com o ambiente explicam o modo diferenciado como cada sujeito se desenvolve (Portugal, 1992)³. O *microsistema*, *mesossistema*, *exossistema* e o *macrossistema* constituem pilares estruturais do ambiente ecológico. O primeiro, englobando as interações com o ambiente vivenciadas e percebidas no imediato pela criança (*e.g.* casa, creche, escola...), remete para os papéis, relações interpessoais⁴ e atividades experienciadas pela criança no contexto em que habitualmente funciona. Não tendo existência própria, o *mesossistema* plasma as inter-relações entre os contextos, onde a criança participa ativamente (*e.g.* as interações entre a família, escola e grupo de amigos). As relações entre os pais e os educadores, o modo como os pais se relacionam e comunicam com outros membros da comunidade, tem repercussões na criança e na família. As interações dos sistemas influenciam os resultados de desenvolvimento da criança, sendo que esta influência sobressai cada vez que a criança e a sua família negociam as suas trocas nas rotinas diárias. Apesar de não implicar a participação, envolvimento ativo da criança, o *exossistema* também afeta o seu desenvolvimento (*e.g.* o ambiente, condições de trabalho do pai ou da mãe, os órgãos de gestão da escola, a família alargada, entre outros). Os acontecimentos destes ambientes afetam ou podem ser afetados por aquilo que acontece nos outros sistemas. Por fim, o *macrossistema* é um complexo de estruturas e atividades que decorrem em contextos concretos, relacionando-se com um sistema de valores, crenças, estilos de vida, e a cultura ou subcultura de uma sociedade (Correia; Serrano, 1998; Portugal, 1992).

Resumindo, a ecologia do desenvolvimento humano fornece um quadro conceptual que permite compreender a interação criança/mundo e o seu desenvolvimento (Portugal, 1992). Assim, o processo de desenvolvimento só pode ser apreendido na sua complexidade a partir do momento em que tomemos em consideração tanto as características biológicas e psicológicas como “o comportamento da pessoa em desenvolvimento no sistema ecológico”, ou seja, “o papel que os indivíduos desempenham na modificação dos contextos nos quais participam” (Carvalho et al. 2016, p. 47).

Modelo de apoio centrado na família

Não descurando os *apports* dos modelos transacional e ecológico, na década de 90 emergiu, então, a terceira geração de programas de IPI por via das *práticas de prestação de ajuda* inerentes ao *modelo de apoio centrado na família*, baseado nos contextos naturais e nos recursos da família (Correia; Serrano, 1998).

As investigações de Dunst (1997, 1998) corroboraram a importância da focalização da intervenção no suporte prestado aos pais, na obtenção de serviços e na promoção de capacidades facilitadoras da adaptação e desenvolvimento da família e da criança⁵. Segundo este modelo, a identificação e o estabelecimento das necessidades e prioridades da família consubstanciam-se como os elementos-chave para o reforço do núcleo familiar, numa dimensão de *corresponsabilização*⁶ e *capacitação* dos diversos elementos familiares.

As práticas de ajuda centradas na família promovem experiências e oportunidades no sentido de tornar a família mais capaz, corresponsável e autônoma na ativação de recursos comunitários, com o fim de satisfazer as suas necessidades e aspirações. Contribuindo para o fortalecimento das competências da família, propiciam o controlo e o domínio sobre aspetos importantes do seu funcionamento (Dunst; Trivet *apud* Carvalho et al., 2016).

Genericamente, para este modelo o apoio social, à disposição das famílias, influencia o seu bem-estar, funcionamento e o desenvolvimento da criança. O profissional, adotando um posicionamento mais colaborativo, deverá não só identificar as necessidades e aspirações da família⁷, conhecer o seu estilo de funcionamento, pontos fortes, valores, sistema de crenças, cultura, como também identificar fontes de apoio na comunidade. Será a relação entre estes fatores que irá regular a ajuda prestada para capacitar e corresponsabilizar a família.

Para uma prática profissional mais sustentada, o profissional deverá orientar a ação conforme os seguintes princípios-chave:

- 1 – Identificar as aspirações e projetos da família, adotando os procedimentos necessários e as estratégias de avaliação, baseados nas necessidades para determinar o que a família considera suficientemente importante para merecer o seu tempo e a sua energia.
- 2 – Promover as capacidades da família, realçando aquilo que esta faz bem e determinando os pontos fortes que aumentam as probabilidades de mobilizar recursos para satisfazer necessidades⁸.
- 3 – Construir o mapa da rede social da família, para identificar as fontes de apoio e os recursos disponíveis⁹.
- 4 – Assumir um número diferenciado de papéis para capacitar e corresponsabilizar a família, a fim de a tornar mais competente na mobilização de recursos que satisfaçam as suas necessidades e permitam o alcance dos objetivos desejados (Dunst; Trivette; Deal *apud* Serrano, 2007, p. 42).

Privilegiando a criação de oportunidades de decisão oferecidas à família, por meio de escolhas informadas durante todo o processo de intervenção, este viés aposta na construção de relações colaborativas baseadas na confiança, respeito mútuos e na partilha do processo de resolução de problemas (Dunst *apud* Carvalho et al., 2016).

Colocando a família no centro da intervenção, este modelo pressupõe uma mudança de paradigma quanto à forma como eram tradicionalmente conceptualizados os serviços de prestação de ajuda a famílias com crianças com dificuldades. Os modelos de prestação de serviços diretos, centrados exclusivamente na criança, conferiam ao profissional o ônus da identificação dos fatores de risco e da conceção/implementação das estratégias destinadas a diminuir os impactos negativos dos mesmos no desenvolvimento da criança. O modelo de apoio centrado na família distancia-se desse prisma, deslocando a unidade de intervenção da criança para a família, a intervenção focalizada na estimulação da criança foi, gradualmente, substituída por um *modus operandi* em que a família, emergindo como um todo, passou a ser considerada receptora e agente ativo na intervenção. As práticas passaram a ter como meta a autonomização das famílias relativamente aos serviços, de modo a serem capazes de gerir, por si sós, os recursos de que necessitam (Almeida, 2004).

O salientar da intervenção centrada na família como a via que apresenta maior relevância e eficácia na IPI, visa reforçar a ideia da família enquanto unidade capaz de tomar decisões informadas e concretizar as suas escolhas de forma ativa. Ao longo de todo o processo, o profissional deve posicionar-se como agente da família, centrando-se na promoção de competências e na mobilização de recursos.

Em suma, o profissional consubstancia-se como instrumento da família na ativação dos elementos necessários à tomada de decisões informadas, criando oportunidades de crescimento familiar, com o fortalecimento de competências, mobilizando os recursos comunitários, de forma individualizada e segundo as necessidades identificadas pela família. Apreendendo os fatores sistémicos, interindividuais ou intrafamiliares¹⁰

como influenciadores do desenvolvimento da criança, o profissional evidencia um novo olhar sobre a família e a criança que irá propugnar a adoção de estratégias de intervenção inovadoras e mais próximas das reais necessidades de mudança percebidas pelas próprias famílias.

IPI no contexto português: breve nota histórica

Em Portugal, os primeiros resquícios da IPI remontam aos anos de 1960–1970, quando começaram a ser enveredados esforços para “prevenir e melhorar os problemas de desenvolvimento ou de comportamento das crianças de baixas idades, resultantes de influências biológicas e/ou ambientais” (Gronita et al., 2011, p. 17). Focando-se, essencialmente, na criança, os projetos dos anos 80 revelavam uma clara preocupação com a provisão de serviços (e.g. estimulação precoce) às famílias com crianças diagnosticadas com necessidades educativas especiais (NEE). Evidenciando a responsabilização social pelo bem-estar da criança, assentavam em três princípios básicos: (i) responsabilização da sociedade pela proteção e prestação de cuidados às crianças de idades precoces; (ii) necessidade de assegurar as NEE das crianças mais vulneráveis; (iii) aposta na prevenção e IP, por contraposição ao tratamento e remediação (Cruz; Fontes; Carvalho, 2003).

Com o decorrer dos anos foi-se generalizando a consciencialização da necessidade de desenvolver formas mais eficazes de apoio às crianças com atraso ao nível do desenvolvimento. Nesse contexto, cabe referenciar o *Projeto Integrado de Intervenção Precoce* (PIIP), surgido em Coimbra em 1989 (Cruz; Fontes; Carvalho, 2003).

A partir de 1994¹¹ a intervenção do PIIP-Coimbra assumiu uma relevância significativa, designadamente ao nível da: (i) priorização da inclusão das crianças com deficiência e do acesso igualitário ao ensino e à educação por parte destas; (ii) facilitação da participação dos pais, comunidade e organizações de pessoas com deficiência no planeamento e na tomada de decisões sobre os serviços na área das NEE.

Em resultado da experiência do PIIP-Coimbra e com o intuito de consolidar e expandir os conhecimentos daí advindos, em 1998 foi criada a ANIP. Dedicando-se exclusivamente à IPI, tem por objetivo a dinamização de ações destinadas a crianças de zero a seis anos. Considerada uma referência nacional na divulgação e implementação de boas práticas, entre as suas áreas de atuação, destacamos o apoio à implementação da IPI em nível nacional, a formação, a investigação e o apoio a crianças, famílias e técnicos de IPI. Presentemente, esta associação tem participação técnica em 19 Equipas Locais de Intervenção (ELI), dando, anualmente, apoio a cerca de 1500 crianças.

O PIIP-Coimbra, foi reconhecido nacional e internacionalmente como paradigma da IP. Considerado precursor de um modelo intersetorial único, a estrutura delineada e implementada por este projeto refletia o consenso internacional sobre boas práticas em IPI. Ao ser replicada em diversos pontos do país, consubstanciou-se como um substrato para a elaboração da legislação nacional e para a visibilidade adquirida pela IPI nacional junto de parceiros internacionais.

Constituindo-se como uma referência da IPI ao longo de 20 anos, o PIIP-Coimbra terminou em 2009, quando da criação do SNIPI¹². Intervindo ao nível da prevenção e da reabilitação, passaram a ser elegíveis para apoio no seu âmbito as crianças (e respectivas famílias): (i) com *alterações nas funções ou estruturas do corpo* que limitam o normal desenvolvimento e a participação nas atividades típicas, tendo em conta os referenciais de desenvolvimento próprios para a respectiva idade e contexto social, ou (ii) com *alto risco de atraso de desenvolvimento* pela existência de condições *biológicas* (criança), *psicoafetivas* (inter-relações) ou *ambientais* (contexto) que implicam uma alta probabilidade de atraso relevante no desenvolvimento da criança¹³.

Funcionalmente, encontra-se estruturado em três níveis: um nível nacional de articulação de todo o sistema, onde se engloba a *Comissão Nacional*; um nível regional de coordenação constituído por cinco *Subcomissões Regionais*; um nível local de intervenção, integra as ELI.

Constituindo a base funcional do sistema, as ELI são constituídas por equipas multidisciplinares (com um mínimo de cinco profissionais)¹⁴, assentes em parcerias interinstitucionais que intervêm diretamente nos contextos naturais das crianças e suas famílias.

Genericamente, a essas equipas incumbe¹⁵ a análise das referenciações, avaliando os critérios de elegibilidade e, no caso da admissão da criança, o delineamento e implementação do *plano individual de intervenção precoce*. Dada a importância assumida por este ao longo de todo o processo de intervenção/acompanhamento, interessa referir que o mesmo pressupõe a avaliação da criança no seu contexto familiar e o delineamento das ações a desenvolver tendo em vista o desencadear de um processo adequado de transição ou de complementaridade entre serviços e instituições.

Assentando na universalidade do acesso, na responsabilização dos técnicos e dos organismos públicos, o SNIPI deve integrar, tão precocemente quanto possível, nas determinantes essenciais relativas à família, os serviços de saúde, as creches, os jardins de infância e as escolas. Dessa forma, a IPI surge como um recurso formal para as famílias e crianças, contribuindo para o fortalecimento do funcionamento familiar e o desenvolvimento das crianças, recorrendo a uma abordagem centrada na família, transdisciplinar e inclusiva (Machado; Santos; Espe-Sherwindt, 2017).

Papel do Serviço Social numa intervenção centrada na família: um desafio colaborativo

A IPI ao recorrer a uma abordagem inclusiva privilegia a participação, implicando o *empowerment* dos elementos da família, numa relação de confiança entre família e profissionais. Esta relação de colaboração constitui-se como pedra angular para o fomento da inclusão (Wettlaufer *et al. apud* Machado; Santos; Espe-Sherwindt, 2017), sendo fundamental o recurso a modelos colaborativos de intervenção baseados em *práticas de ajuda eficaz*. Essas, ao contribuírem para o desenvolvimento e fortalecimento das competências familiares, poderão ser mais facilmente promovidas com o recurso a práticas participativas e relacionais a par com uma forte qualidade técnica e reflexiva¹⁶.

Os serviços de IP deverão traduzir-se num ciclo de *encontros* entre a família e os profissionais. Se estes assentarem a sua prática nas componentes de ajuda eficaz enunciadas, cada um destes momentos poderá constituir-se como uma oportunidade/experiência poderosa para o desenvolvimento e fortalecimento das competências dos participantes.

Seguindo este raciocínio, e ao *tomarmos em consideração a nossa prática*, podemos afirmar que, enquanto assistente social a trabalhar na IP, a cada encontro tentamos estreitar a relação com a família e nesse campo parece-nos que não temos grande dificuldade na efetivação das práticas relacionais. O mesmo não se passa no âmbito das práticas participativas, ou seja, sentimos que podemos melhorar a nossa ação recorrendo a estratégias que otimizem a participação da família em todos os momentos do processo. Essas estratégias poderão passar por uma maior partilha de informação, discussão de opções de intervenção mais alargadas, mais responsividade e maior flexibilidade, pois, temos conhecimento que a aposta nas práticas participativas influencia positivamente a capacitação da família¹⁷.

Esta constatação exige de nós uma reflexão ainda mais profunda sobre a nossa postura, atitudes e práticas adotadas nos encontros com as famílias que acompanhamos. É nosso entendimento que a IP poderá ser um elemento catalisador para a mudança na família, conduzindo a benefícios diretos para as crianças, enquanto o profissional de IP recorre a um modelo de trabalho colaborativo com as famílias.

Assim, e no que à intervenção do Serviço Social diz respeito, interessa realçar que o seu objetivo passa não por *substituir* ou *suplantar*, mas por *apoiar* o papel da família na prestação de cuidados. Constituindo-se como agente das famílias, o assistente social intervém tendo em vista a satisfação das necessidades¹⁸ e o alcance dos objetivos com *significado* para o dia a dia da família.

O referido não deve, no entanto, ser impeditivo da consciencialização de que a identificação de necessidades, prioridades e recursos da família, é uma etapa muito exigente do processo de intervenção. Frequentemente, são delineados pela família objetivos que parecem muito distantes da mudança desejada e avaliada pelos profissionais¹⁹. Na verdade, os objetivos da família, na maioria das vezes, passam, num primeiro momento, pela satisfação das necessidades básicas (alimentação, vestuário, habitação)²⁰. E enquanto estas não forem colmatadas, será desajustado conduzir uma intervenção centrada, por exemplo, na promoção de competências relacionais ou emocionais. Mais ainda, é importante ter presente que nenhuma intervenção poderá substituir a existência de empregos com rendimentos aceitáveis, casas com condições de habitabilidade adequadas, cuidados de saúde apropriados ou comunidades onde as crianças possam encontrar modelos positivos (Zigler *apud* Ferro, 2012).

Os valores e as necessidades das famílias “não são negociáveis”. O assistente social, por mais esforços que despenda, dificilmente conseguirá convencer a família da prevalência das suas expectativas enquanto técnico. O que conseguimos negociar são as estratégias e atividades a desenvolver para concretizar os resultados escolhidos pela família. Devemos respeitar e apoiar as famílias na priorização das suas necessidades, acordando, com estas, escolhas que possam resultar na concretização dos seus objetivos.

Como? Apoiando a família, por exemplo, na definição de um *plano de intervenção personalizado*, facilitador da concretização das expectativas e necessidades e promotor da sua participação e desenvolvimento. Um plano que, no seu delineamento, procure usufruir dos *apports* dos modelos que enformam as práticas de IPI.

Desse modo, o *modelo transacional* chama a atenção para o fato de as estratégias de intervenção deverem basear-se na importância assumida pelos contextos (ambiental, familiar...) na promoção do desenvolvimento da criança. De forma semelhante, o *modelo ecológico*, reconhecendo a existência de processos interativos entre a criança e os vários sistemas no quais se insere, permite delinear atividades tendo em consideração os recursos formais e informais, ao alcance da família. Por sua vez, o *modelo de apoio centrado na família* salienta a importância de os objetivos constantes do plano de intervenção deverem ir ao encontro das expectativas que partem da própria família, da mudança por ela desejada.

Tomando por base a nossa experiência profissional, consideramos que as famílias se sentem valorizadas quando assumem o papel de decisores da intervenção. Quanto ao *trabalho colaborativo*, proposto pelo modelo centrado na família, este evidencia-se não só, mas também quando da redação do plano de intervenção²¹.

O sucesso da intervenção depende, em grande medida, da capacidade em promover uma relação de parceria entre a família e o assistente social, pois, se a mesma inexistir, “o que está escrito no plano de intervenção perde qualquer sentido” (Carvalho et al., 2016, p. 150). A capacidade de estabelecer relações de confiança, respeito e compreensão, o enfoque relacional, consubstanciam peças fundamentais do processo de intervenção.

De fato, nos processos de IP, para além da avaliação do grau de satisfação das necessidades, importa, também, que os assistentes sociais analisem como a mobilização de recursos e apoios ocorreu no decurso do planeamento e intervenção. A abordagem centrada na família apresenta-se, assim, como a melhor forma de afirmação das mudanças que queremos ver acontecer. E o *plano de intervenção*, ao permitir a transposição para a prática dos princípios inerentes a essa abordagem, consubstancia-se como instrumento de operacionalização da aposta na capacitação (*enabling*) e responsabilização (*empowerment*) da família como um todo, de modo que estas sejam capazes de proporcionar relações, experiências e o apoio de que as suas crianças necessitam.

Em suma, a prática do profissional de serviço social deve refletir a filosofia de base da IP. Centrar-se na família, basear-se nas rotinas, atuar nos contextos naturais de aprendizagem, socorrendo-se de uma equipe, com funcionamento transdisciplinar, que prevê uma coordenação de serviços e recursos da família. Esta ação deve ser encarada como oportunidade de desenvolvimento das capacidades do profissional em prestar serviços de qualidade tendo por base as práticas recomendadas em IP.

Considerações finais

Para finalizar, gostaríamos de tecer algumas considerações, esperando que estas contribuam para uma atitude reflexiva mais exigente dos assistentes sociais, nomeadamente, os que estão ligados à prática da IP.

Em primeiro lugar, importa reforçar que a filosofia da IPI é sustentada pelos princípios teóricos inerentes aos modelos sistémicos e pelos fundamentos neurobiológicos do desenvolvimento humano. Os progressos dos conhecimentos científicos sobre o desenvolvimento, as suas bases neurobiológicas, o papel das experiências precoces e das interações da criança com o seu meio ambiente, especialmente no seio familiar, configuraram-se como variáveis fulcrais no incremento da IPI.

Como vimos, foram vários os autores a dedicar-se à conceptualização de modelos de IP. Estes, ao serem implementados junto das famílias de crianças com necessidades especiais ou em risco de atraso de desenvolvimento, trouxeram benefícios a essas mesmas crianças. Sameroff e Chandler (1975), Bronfenbrenner (1979) e Dunst (1985), exemplificam o esforço e empenho na construção de uma abordagem diferenciadora em IP. Com o modelo transacional (Sameroff; Chandler, 1975) foi-nos proposta uma visão inovadora do desenvolvimento, na medida em que se atribuiu a mesma importância tanto aos efeitos da criança sobre o meio como aos efeitos do meio na criança. Dando continuidade a esta linha, sobreveio o contributo do modelo ecológico (Bronfenbrenner, 1979), onde foi realçada o pertencimento da criança a um sistema, integrado a outros sistemas alargados de inter-relações entre os vários contextos em que a criança e a família se situam, operacionalizando estes contextos num sistema hierárquico e inter-relacionado.

A intervenção centrada apenas na criança era reducionista, daí a necessidade de uma intervenção que contemplasse os vários contextos e os vários aspectos que influenciavam o desenvolvimento e comportamento de cada criança. Tomando como referência esses dois modelos, Dunst (1985) desenvolveu uma abordagem centrada na família na qual explicitou os princípios orientadores de uma IPI que respondesse positivamente às expectativas das famílias em acompanhamento pelo serviço de IP.

Na decorrência da constituição das práticas centradas na família, como ferramenta de intervenção, passaram a ser identificados como alvos prioritários da IP a promoção de oportunidades de aprendizagem das crianças, os apoios aos pais e a mobilização dos recursos familiares e da comunidade (Carvalho et al., 2016). Esta abordagem almeja apoiar e não substituir ou suplantar o papel central das famílias na prestação dos cuidados parentais, assumindo estas, o papel de decisores da intervenção.

Todas as famílias têm competências. Estas apenas necessitam de ser reforçadas ou que sejam criadas as oportunidades necessárias à sua efetivação ou expansão. O profissional de IP deve, então, dar especial relevância aos contextos e ambientes nos quais o desenvolvimento ocorre, acreditando nas forças da família e potenciando, com o suporte informativo, a criação de novas formas de incremento familiar.

Não descurando o referido, concluímos que os assistentes sociais ao desempenharem funções em IP devem procurar apostar nas competências técnicas em conjugação com as práticas relacionais e participativas. Esses três componentes de ajuda eficaz conferem um caráter inovador ao modelo de IP e garantem a eficácia e satisfação das famílias que integram este serviço. Consideramos que a nossa ação poderá ser diferenciadora, na medida em que se move por uma ausência de juízos de valor, combinada com uma forte qualidade técnica dos profissionais, que assentam a sua ação em práticas relacionais e participativas, tendo em vista o envolvimento da família no processo de tomada de decisão.

A questão essencial em IPI é a de garantir que cada criança e família, com as suas necessidades específicas, possam beneficiar de condições de apoio que respondam eficazmente às exigências com vista ao desenvolvimento pleno da criança. Pensamos que a proximidade e a relação securizante estabelecida com as famílias que acompanhamos, são os principais fundamentos que possibilitam à família ser autêntica e reflexiva sobre o que realmente pretende mudar. É nessa base de confiança e respeito pelas decisões tomadas pelas famílias que iremos promover o desenvolvimento.

No mesmo sentido, concluímos que o grau de satisfação das famílias com o serviço de IP é proporcional ao envolvimento e poder de decisão proporcionado a cada família no processo de intervenção. As mudanças verificadas nas famílias são alcançadas tendo por base o respeito pela sua ecologia específica.

Estamos certos de que as reflexões aqui plasmadas poderão contribuir para a mutação das práticas concretizadas no processo de intervenção, porquanto, ao permitirem a otimização das nossas competências técnicas e relacionais, poderão concorrer para o alcance de resultados mais satisfatórios e de elevada qualidade.

Em suma, para conseguirmos fazer a diferença na vida de famílias multidesafiadas temos de ser profissionais multidesafiados. Temos de nos desafiar, querer crescer, prepararmo-nos tecnicamente, procurando responder com humanidade às necessidades das famílias e, em última análise, às necessidades das crianças.

Referências

- AGOSTINHO, M. Ecomapa. Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar, v. 23, n.º 3, p. 327–330, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3jIGtm7>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- ALMEIDA, I. C. Intervenção precoce: focada na criança ou centrada na família e na comunidade? *Análise Psicológica*, Lisboa, 1 (XXII), p. 65–72, 2004.
- BRONFENBRENNER, U. *The ecology of human development: experiments by nature and design*. Cambridge: University Press, 1979.
- BRONFENBRENNER, U. Ecology of the family as a context for human development: research perspectives. *Developmental Psychology*, v. 22, n. 6, p. 723–742, 1986.
- CARVALHO, L. et al. *Práticas recomendadas em intervenção precoce na infância: um guia para profissionais*. Coimbra: ANIP, 2016.
- CORREIA, L. M.; SERRANO, A. M. *Envolvimento parental em intervenção precoce: das práticas centradas na criança às práticas centradas na família*. Porto: Porto Editora, 1998.
- CRUZ, A. I.; FONTES, F.; CARVALHO, M. L. *Avaliação da satisfação das famílias apoiadas pelo PIIP: resultados da aplicação da escala ESFIP*. Lisboa: SNRIPD, 2003.

- DUNST, C. J. Rethinking Early Intervention. Analysis and intervention in developmental disabilities, New York, v. 5, n. 1–2, p. 165–201, 1985.
- DUNST, C. J. Conceptual and empirical foundations of family-centred practices. In: Illback, R. J.; Cobb, C. T.; Joseph, H. M. (ed.). Integrated services for children and families: opportunities for psychological practice. Washington: APA, 1997. p. 75-91.
- DUNST, C. J. Corresponsabilização e práticas de ajuda que se relevam eficazes no trabalho com famílias. In: CORREIA, L. M.; SERRANO, A. M. Envolvimento parental em intervenção precoce: das práticas centradas na criança às práticas centradas na família. Porto: Porto Editora, 1998. p. 123-138.
- FERRO, C. A. Relações entre fatores de risco e necessidades das famílias. Lisboa: ISEC, 2012.
- GRONITA, J. et al. Intervenção precoce: o processo de construção de boas práticas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- MACHADO, M. A.; SANTOS, P. A.; ESPE-SHERWINDT, M. Envolvimento participativo de famílias no processo de apoio em intervenção precoce na infância. *Saber & Educar*, Porto, 23, p. 122–137. 2017.
- MCWILLIAM, P. J.; CRAIS, E. R.; WINTON, P. J. Estratégias práticas para a intervenção precoce centrada na família. Porto: Porto Editora, 2003.
- PEREIRA, A. P. Análise das condições de risco numa perspectiva ecológica. *Inclusão: Revista de Educação Especial*, Brasília, 2, p. 75–90, 2002.
- PIMENTEL, J. S. Intervenção focada na família: desejo ou realidade. Lisboa: SNRIPD, 2005.
- PORTUGAL, G. Ecologia e desenvolvimento humano em Bronfenbrenner. Aveiro: CIDINE, 1992.
- SAMEROFF, A. J.; CHANDLER, M. J. Reproductive risk and the continuum of caretaking casualty. In: Horowitz, F. D. (ed.). *Review of Child Development Research*, Chicago, 4, p. 187–244, 1975.
- SAMEROFF, A. J.; FIESE, B. H. Transactional regulation: The developmental ecology of early intervention. In: SHONKOFF, J. P.; MEISELS, S. J. *Handbook of early childhood intervention*. Cambridge: University Press, 2000. p. 135–159.
- SERRANO, A. M. Redes sociais de apoio e a sua relevância para a intervenção precoce. Porto: Porto Editora, 2007.

Notas:

- ¹ Segundo Sameroff e Fiese (2000), são processos que permitem atingir a autorregulação, por meio da mediação e corregulação com outras pessoas, especialmente os cuidadores principais das crianças. Ocorrem de forma hierarquizada no desenvolvimento, a fim de se atingir uma maior organização, complexidade e intencionalidade.
- ² Pela importância assumida no âmbito da IPI cabe, igualmente, destacar as estratégias de intervenção concebidas por esta perspectiva. Os denominados Três Rs da intervenção, i.e., a remediação, redefinição e reeducação. A título exemplificativo, a remediação intenta alterar a forma de comportamento da criança, procurando adequá-lo a competências parentais preexistentes (e.g. controle da hiperatividade recorrendo a medicamentos); a redefinição busca modificar as percepções/interpretações dos pais relativas ao comportamento do filho, visando promover interações parentais mais adequadas (e.g. consciencializar os pais de que os cuidados exigidos pelo bebê prematuro são semelhantes aos de outro bebê); a reeducação trabalha competências parentais de forma a modificar os comportamentos, cuidados e interações dos pais com a criança (e.g. delinear estratégias para controlar as birras das crianças) (Pereira, 2002; Pimentel, 2005).
- ³ O exercício dos papéis parentais, é influenciado pela(s): características da família, sua situação econômica, disponibilidade e qualidade dos contextos pré-escolares, características da comunidade onde estão inseridos e o contexto social e cultural mais alargado (Bronfenbrenner, 1979).
- ⁴ Inclui as relações da criança com os pais, irmãos e restantes membros da família, professor, pares e a capacidade detida pela criança no confronto com as grandes variações do meio ambiente.
- ⁵ Investir na capacitação dos cuidadores com quem a criança tem uma ligação afetiva, é uma das estratégias mais vantajosas para a promoção do seu desenvolvimento saudável (Portugal, 1992).
- ⁶ Visando ao domínio intrafamiliar e ao controle dos aspectos importantes do funcionamento familiar, as práticas de prestação de ajuda serão tão mais eficazes, quanto melhor for a sua capacidade de proporcionar à família experiências e oportunidades promotoras da sua corresponsabilidade (e.g. capacidade de satisfação de necessidades e concretização de aspirações) (Dunst; Trivette; Deal apud Serrano, 2007).
- ⁷ A análise, indo ao encontro do que as famílias reconhecem como necessidades num determinado momento, deve focalizar-se no que os pais consideram importante para os seus filhos e não o que os profissionais concebem como relevante. Cabe ao profissional estabelecer com a família uma estrutura relacional e comunicacional securizante que lhe permita dar a conhecer a sua avaliação, sem emissão de juízos de valor, e colocar à consideração da família a objetivação dessas necessidades no plano de intervenção (Mcwilliam; Crais; Winton, 2003).

- ⁸ O reconhecimento e a identificação dos pontos fortes da família, deve derivar de uma autoanálise familiar. Ao técnico cabe o apoio aos pais nesse processo. Este posicionamento visa não “fazer as coisas pelas pessoas”, mas, fortalecer o funcionamento da família de modo a promover a sua autonomização e desvinculação da ação dos profissionais (Dunst; Trivette; Mott apud McWilliam; Crais; Winton, 2003).
- ⁹ Aqui ganha destaque o ecomapa: um diagrama das ligações da família às pessoas e estruturas sociais do meio onde habita, que desenha o seu sistema ecológico. Construído de forma colaborativa, permite estabelecer correspondências entre as necessidades da criança e da família, e os apoios disponíveis (Machado; Santos; Espe-Sherwindt, 2017). Ao identificar os padrões organizacionais da família e a natureza das suas relações com o meio, permite a apreensão dos (des)equilíbrios familiares (necessidades vs. recursos). Ilustra, assim, as três dimensões de cada ligação: (i) força da ligação (fraca; ténue/incerta; forte); (ii) impacto da ligação (sem impacto; requerendo esforço/energia; fornecendo apoio/energia); (iii) qualidade da ligação (estressante ou não) (Agostinho, 2007, p. 327).
- ¹⁰ A família é encarada como um “todo” social, com características e necessidades únicas, que se insere num conjunto mais vasto de influências, quer por redes formais ou informais de apoio. É exigida uma intervenção que vise à capacitação e ao apoio da família na totalidade, esperando que, desta forma, se criem mais oportunidades de influenciar positivamente todos os elementos da família, conduzindo a um maior equilíbrio e bem-estar familiar (Correia; Serrano, 1998).
- ¹¹ Em concomitância com a adesão de Portugal à Declaração de Salamanca.
- ¹² Cf. Decreto-Lei n.º 281, de 6 de outubro de 2009.
- ¹³ São elegíveis todas as crianças do primeiro grupo e as crianças do segundo grupo que acumulem quatro ou mais fatores de risco.
- ¹⁴ E.g.: assistentes sociais, médicos, educadores de infância, enfermeiros, psicólogos, terapeutas.
- ¹⁵ Das suas competências, destacam-se: (i) identificação das crianças e famílias elegíveis para o SNIPI; (ii) vigilância às crianças e famílias que, embora não imediatamente elegíveis, requerem uma avaliação periódica, devido à natureza dos seus fatores de risco e probabilidade de evolução; (iii) elaboração e implementação do plano individual de intervenção precoce; (iv) identificação das necessidades e recursos da comunidade, dinamização das redes formais e informais de apoio social; (v) articulação com as CPCJ e os NACJR e outras entidades com atividade na área da proteção infantil (art.º 7.º).
- ¹⁶ A conjugação destas aptidões, na prática, contribui positivamente para a promoção da participação da família. Constitui-se como garantia de uma intervenção qualificada e próxima das expectativas familiares. As mesmas englobam: (i) a qualidade técnica: conhecimentos teóricos e práticos acerca da área de intervenção; (ii) as práticas relacionais: características e representações interpessoais do profissional que influenciam a tessitura das relações – englobam, não só a compaixão, empatia, escuta ativa, atitude reflexiva, mas, também, as crenças conexas com as competências familiares para enfrentar as experiências quotidianas; (iii) as práticas participativas: visam o envolvimento ativo e significativo da família na tomada de decisões, escolha informada e no recurso a competências para a obtenção de apoios, serviços (Carvalho et al., 2016).
- ¹⁷ É através da participação da família, enquanto decisores e condutores da intervenção, que se conseguem criar aptidões que promovem a sua autonomização e o alcance de resultados satisfatórios ao nível das competências parentais e de autoeficácia.
- ¹⁸ Deve procurar responder de forma coordenada e coerente às necessidades das famílias tendo em consideração o seu funcionamento global e o desenvolvimento da criança. Partilhando, articulando e integrando o conhecimento da sua própria disciplina com a troca de conhecimentos e competências com os restantes elementos da equipe, promovendo a partilha de uma linguagem comum e confiança mútua.
- ¹⁹ A título exemplificativo: uma criança apresenta atraso grave de desenvolvimento motor, avaliado e validado por profissionais de saúde. Quando confrontada com esta situação, a família decide priorizar como objetivo de intervenção a ativação de serviços que a apoiem em nível económico e com géneros alimentares.
- ²⁰ Para uma análise das correlações positivas entre os fatores de risco ambiental e as necessidades das famílias (em nível informativo, social e económico), ver Ferro (2012).
- ²¹ Deve respeitar a individualidade da família, ser personalizado, com objetivos, estratégias, atividades e recursos que apoiem as expectativas e necessidades da família e contribuam para o máximo desenvolvimento e uma maior participação da criança.

Manuel Menezes

manuel.d.menezes@gmail.com

Doutor em Serviço Social – ISCTE-IUL/2018; Doutor em Ciências da Comunicação – Universidade Nova de Lisboa/2007
Professor Auxiliar no Instituto Superior Miguel Torga; Investigador integrado do Instituto de Comunicação da Nova.

ISMTE

Largo da Cruz de Celas, 1
3000-132, Coimbra, Portugal

ICNOVA

FCSH – Universidade Nova de Lisboa
Av. De Berna, 26 C
1069-061, Lisboa, Portugal

Eugénia Ribeiro

eugenia.gena@gmail.com

Mestre em Serviço Social – ISMT/2019; Coordenadora de equipa na IP Coimbra da Associação Nacional de Intervenção Precoce.

ANIP

Praceta Padre José Anchieta, Lote 5, R/ch, Fração C
3000-319, Coimbra, Portugal

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

O presente trabalho não teve qualquer financiamento.

Contribuições dos autores

O primeiro autor, orientador da dissertação, contribuiu com a discussão, concepção, análise e revisão crítica do conteúdo artigo.

O segundo autor foi o responsável pela redação inicial da dissertação de Mestrado.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Os autores dão consentimento para a publicação.

Conflito de interesses

Os autores declaram a não existência de conflitos de interesse relacionados com o presente artigo.

ARTIGO ORIGINAL

PINK TAX: Por que as mulheres pagam mais do que os homens pelos mesmos serviços? Um estudo exploratório nas cinco maiores regiões metropolitanas do Brasil

Brena Paula Magno Fernandez¹
<https://orcid.org/0000-0002-3126-4821>

Lara Pinheiro e Silva²
<https://orcid.org/0000-0003-2821-2841>

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Professora do Departamento de Economia e Relações Internacionais, Florianópolis, SC, Brasil

²Universidade Federal de Santa Catarina, Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Economia Feminista (CNPq), Florianópolis, SC, Brasil

PINK TAX: Por que as mulheres pagam mais do que os homens pelos mesmos serviços? Um estudo exploratório nas cinco maiores regiões metropolitanas do Brasil

Resumo: Evidências sobre a prática de preços mais elevados em produtos e serviços voltados ao público feminino, conhecida como *pink tax*, são observadas em diversos países no mundo. No Brasil, a literatura existente sobre o tema ainda é extremamente incipiente, além de focar sobretudo nos preços de produtos. Em primeiro lugar, o artigo faz uma revisão da literatura internacional e brasileira acerca do tema da *pink tax*. Na sequência, apresentamos os nossos próprios resultados de pesquisa. Investigamos a existência da *pink tax* nos serviços de lavanderia e salões de beleza das cinco maiores regiões metropolitanas do Brasil. O artigo também discute a relação entre gênero e espaço econômico, a natureza econômica da *pink tax* do ponto de vista da economia tradicional e o consumo feminino frente alguns estereótipos atribuídos às mulheres na contemporaneidade.

Palavras-chave: *Pink Tax*; Desigualdade de Gênero no Mercado; Discriminação de Preços.

PINK TAX: Why do women pay more than men for the same services? An exploratory study in the five largest metropolitan regions in Brazil

Abstract: Evidence on the practice of higher prices on products and services for women, known as pink tax, is observed in several countries around the world. In Brazil, the existing literature on the subject is still extremely incipient, and focuses mainly on product prices. First, the article reviews the international and Brazilian literature on the subject of the pink tax. Next, we present our own research results. We investigated the existence of pink taxes in the laundry and beauty salon services in the five largest metropolitan regions of Brazil. The article also discusses the relationship between gender and economic space, the economic nature of the pink tax from the point of view of traditional economics, and women's consumption in the face of some stereotypes attributed to women in contemporaneity.

Keywords: Pink Tax; Gender Inequality in Market; Price Discrimination.

Recebido em 07.03.2023. Aprovado em 21.08.2023. Revisado em 14.02.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

O presente trabalho apresenta uma das formas de discriminação de gênero ainda pouco conhecidas e difundidas no Brasil, seja como objeto de pesquisa acadêmica, seja entre o público leigo em geral: a chamada *pink tax* ou taxa rosa, em português. Essa expressão designa um fenômeno econômico de mercado, tratando-se da prática de preços mais elevados para produtos e serviços destinados ao público feminino, em comparação a produtos similares — em que amiúde apenas a cor muda — destinados aos homens (Manzano-Antón; Martínez-Navarro; Gavilan-Bouzas, 2018). Embora a expressão carregue a cor rosa, a discriminação de preços por gênero não se restringe apenas a produtos cor-de-rosa, contemplando, também, como dito, o setor de serviços.

Na realidade, se quiséssemos ser absolutamente rigorosos, sequer poderíamos classificá-la como uma “taxa” — um tipo de tributo instituído para remunerar um determinado serviço (ou uma determinada atividade) especial do Estado, como a taxa de coleta de lixo, por exemplo. Isto porque não existe em nosso sistema tributário uma taxa rosa e nem qualquer relação jurídico-tributária relacionada a cor de um produto. “Sendo assim, na maior parte das vezes deveríamos falar da existência de uma “cobrança rosa” (ou *pink charge*) que é realizada pelos empresários sobre produtos e serviços destinados ao público feminino que possuem um equivalente para o público masculino.” (FERNANDEZ; EHLERS, 2022, p. 6).

Significa dizer que, na maior parte dos casos, a *pink tax* não é um fenômeno tributário, mas sim mercadológico, uma prática econômica que possui, no entanto, impacto bastante importante sobre as consumidoras.

Instituições e órgãos governamentais de alguns países, como é o caso dos Estados Unidos, Reino Unido, França e Alemanha, propuseram-se a levantar dados sobre o tema com o intuito de pesquisar as causas (e possíveis soluções) para o fenômeno. No Brasil, no entanto, até hoje existem apenas dois trabalhos publicados que se dedicaram a investigar o tema nacionalmente, sendo que tais estudos priorizaram a coleta de preços no setor de produtos. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como intuito trazer evidências sobre o tema no setor de serviços do Brasil, voltando-se para a precificação dos serviços de lavanderia e de corte de cabelo. Em adição, por se tratar de um problema pouco conhecido pelo público feminino, o estudo amplia as possibilidades de conscientização das consumidoras que são impactadas diretamente pela *pink tax*.

O trabalho possui o caráter de estudo exploratório. Empregou-se a metodologia do assim chamado “cliente oculto” como ferramenta de pesquisa nos setores analisados, que é definida por Christovam et al. (2009, p. 54) como “o tipo de pesquisa efetuada por pesquisadores que são designados para atuar como consumidores comuns em interações com os colaboradores de determinada empresa”. Assim, como explicam Aaker, Kumar e Day (2018), é possível captar o comportamento usual dos funcionários frente aos clientes, o que vem permitindo a identificação de casos de discriminação em diferentes setores. A coleta de dados concentrou-se em estabelecimentos escolhidos aleatoriamente nas cinco maiores regiões metropolitanas do Brasil segundo o IBGE: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e entorno, e região metropolitana de Porto Alegre. A coleta dos dados foi realizada entre os meses de agosto e setembro de 2022, conforme as informações apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Metodologia para coleta de dados

Setor de serviços	Metodologia	Serviço demandado
Salão de beleza	100 estabelecimentos	Corte básico masculino e feminino com finalização
Lavanderia	contatados via WhatsApp	Lavagem de terno masculino e feminino, blazer masculino e feminino, camisa social masculina e feminina, calça jeans masculina e feminina.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Este artigo está estruturado em seis seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção apresentamos um panorama geral acerca da situação da mulher no mercado de consumo, enfatizando em especial as expectativas de consumo que a sociedade tem para cada gênero e como isso de certo modo justifica a existência da *pink tax*. Na sequência, ainda na mesma seção, explicamos quais as relações existentes (ou não) entre a chamada “taxa” rosa e a tributação, além de explicar como a teoria econômica tradicional enxerga (e justifica) o fenômeno. Na terceira seção, apresentamos uma revisão da literatura existente acerca da *pink tax* no setor de serviços — lavanderia e cortes de cabelo em salões de beleza — dos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e Brasil. A quarta seção apresenta os resultados da nossa pesquisa nas cinco maiores regiões metropolitanas brasileiras para os mesmos serviços referidos anteriormente, com o intuito justamente de, na quinta seção, fazer uma análise comparativa entre os resultados encontrados no Brasil e no exterior. Nas considerações finais resumimos os nossos principais argumentos, chamando atenção tanto para a necessidade de um aprofundamento desses estudos no Brasil como para uma (re)interpretação dos resultados da *pink tax*, à luz das desigualdades estruturais que marcam, na economia, o tratamento que é dado aos homens e às mulheres.

A mulher no mercado de consumo

As últimas décadas trouxeram grandes transformações para o público feminino e para a representação das mulheres sob o ponto de vista do consumo. A esse respeito, Lana e Souza (2018, p. 124) afirmam que “a entrada das mulheres no mercado de trabalho e a conquista de direitos sociais são traduzidas na publicidade de produtos de higiene e beleza como liberdade e autonomia para alcançar o corpo belo”. Para Lipovetsky e Serroy (2015), essa nova dinâmica amplificou a valorização da beleza da mulher, visto que, mesmo com a ampliação da representação feminina em funções tradicionalmente masculinas, as mulheres buscam cultivar a sua própria identidade.

No entanto, o preço de se manter dentro da identidade feminina pode ser custoso. Para as mulheres, em especial, o rigor estético é aparentemente maior, visto que os padrões desejáveis pela sociedade são constantemente comunicados por meio de revistas, estratégias de marketing, dentre outros canais (Yazıcıoğlu, 2018). Em relação a essa pressão estética, Lipovetsky e Serroy (2015) afirmam que dificilmente, o consumo feminino deixará de estar associado a algum ideal de beleza a ser alcançado. Tendo em vista os papéis de gênero, é importante compreender como essa questão é incorporada à dinâmica do consumo. Para Yazıcıoğlu (2018), a cultura associada aos produtos é um dos principais meios de se disseminar as expectativas que a sociedade tem para cada gênero. Assim, a autora evidencia que tal dicotomia é benéfica para o mercado à medida que produtos e serviços são comercializados e pensados sob o pretexto de serem voltados exclusivamente para as necessidades dos homens ou das mulheres. Desse modo, Yazıcıoğlu (2018, p. 31) argumenta que:

A maioria dos consumidores “compra” o marketing baseado em essencialismo, afirmando que homens e mulheres são diferentes e, portanto, precisam de produtos diferentes. Os profissionais de marketing parecem ter convencido, com sucesso, os homens e mulheres de que os produtos específicos para gênero disponíveis no mercado são, de fato, diferentes, não apenas devido ao *design*, mas também pelos ingredientes e funcionalidade.

Compreender a situação da mulher no mercado de consumo é mais complexo do que atribuir às consumidoras a responsabilidade integral por suas escolhas. Nesse sentido, Baudrillard (2009, p. 69-70) afirma:

As necessidades visam mais os valores que os objetos e a sua satisfação possui em primeiro lugar o sentido de uma adesão a tais valores. A escolha fundamental, inconsciente e automática, do consumidor é aceitar o estilo de vida de determinada sociedade particular (portanto deixa de ser escolha!) – acabando igualmente por ser desmentida a teoria da autonomia e da soberania do consumidor.

Considerando o exposto pelo autor, infere-se que o consumo individual reflete o que é designado ao grupo social a que ele pertence. Para as mulheres, o consumo pode ir além da identidade feminina, como afirma Piscitelli et al. (2019) sobre o uso de cosméticos “ainda que [...] esteja na esfera de autonomia das mulheres, [...], é igualmente verdade que o não cumprimento desse padrão, especialmente em ambientes profissionais, é visto como sinal de descuido e inadequação”. Desse modo, escolher um produto em razão do menor preço não é sempre uma opção, visto que estar dentro das normas de determinado gênero é uma questão de inclusão

no convívio e de estar bem com o seu próprio corpo. Tendo isso em vista, é possível compreender parte das razões que naturalizaram a prática da discriminação de preços baseadas no gênero entre os consumidores.

Para Mariano (2018), o surgimento da diferenciação de preços para homens e mulheres pode remontar à década de 1930, período em que as lojas buscavam atrair consumidores masculinos após a crise econômica. Desse modo, os preços foram reduzidos e foram criadas promoções voltadas para esse público. Posteriormente, a partir da década de 1960, o autor argumenta que as empresas começaram a investir no desenvolvimento de produtos específicos para o público feminino, o que acarretou o aumento dos custos de produção e consequentemente do produto final comercializado.

No entanto, a eclosão de um termo próprio para a discriminação de preços baseada no gênero se deu somente em 2014, na França, quando acontecia uma campanha liderada pelo grupo ativista *Georgette Sand*. Os manifestantes questionavam a cobrança mais elevada sobre produtos femininos, em especial as lâminas de barbear cor-de-rosa que, possivelmente, deram origem ao nome *pink tax* (Yazicioğlu, 2018). Além disso, é interessante observar que, após a manifestação francesa, houve maior discussão sobre o tema, como afirmam Noronha, Christino e Ferreira (2020, p. 3), “o número de artigos publicados acerca da *Pink Tax* aumentou significativamente depois de 2016 e em 2018 atingiu-se a maior média de publicações acerca do tema”.

Em 2015, o tema ganhou ainda mais destaque com a divulgação do estudo realizado pelo New York City Department of Consumer Affairs (NYDCA), que analisou 35 categorias diferentes de produtos por meio da coleta de preços de quase 800 itens. Dentre os setores escolhidos, foram contempladas diferentes etapas da vida de um indivíduo, desde roupas de bebês a cuidados com idosos. Os resultados da pesquisa apontaram preços em média 7% mais elevados para os produtos femininos. No entanto, ressalta-se que essa discrepância pode ser maior, visto que setores como o de cuidado pessoal apresentaram diferenças maiores do que a média e são utilizados ao longo de toda a vida adulta (De Blasio; Menin, 2015).

A Pink Tax no setor de serviços nos Estados-Unidos, no Reino-Unido, na Alemanha e no Brasil: salões de beleza e lavanderias

Nos Estados-Unidos, o estudo de Duesterhaus et al. (2011) utilizou uma amostra de 100 salões de beleza localizados na região sudeste do país, selecionados aleatoriamente a partir de anúncios nas páginas amarelas. Por meio de telefonemas, a cada estabelecimento foi perguntado o preço básico para um corte masculino e um corte feminino. Ao final da coleta, 15 salões apresentaram preços iguais para ambos os gêneros e o restante da amostra apresentou preços em média 53,7% maiores para as mulheres. Além disso, as diferenças de preço encontradas foram entre \$0 e \$25. Ainda, por meio de procedimentos estatísticos, os pesquisadores identificaram que, quanto mais sofisticado era o salão de beleza, maior a discrepância por gênero entre o preço cobrado para o corte de cabelo. Essas informações foram resumidas no Quadro 2.

Quadro 2 – Pesquisa de Duesterhaus et al. (2011)

Metodologia	Serviço demandado	Resultado
100 estabelecimentos contatados por meio de telefonemas.	Preço base para: corte de cabelo feminino com finalização e corte de cabelo masculino com finalização.	Preço pago, em média pelas mulheres: \$35,02 Preço pago, em média, pelos homens: \$22,78. 53,7% mais caro para as mulheres.

Fonte: Elaborado com base em Duesterhaus et al. (2011).

Em 1992, o DCA, da cidade de Nova York, realizou uma coleta de preços em 80 salões da região e constatou que, em média, as mulheres pagavam 25% a mais para o mesmo corte de cabelo. Além disso, os pesquisadores apontaram que o desconhecimento sobre o preço pago por outros clientes (no caso, do sexo masculino) contribuía para que as consumidoras acabassem pagando a mais em certas situações (Department of Consumer Affairs, 1992 *apud* De Blasio; Menin, 2015, p. 15), conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Pesquisa do Department of Consumer Affairs (1992 *apud* De Blasio; Menin, 2015)

Metodologia	Serviço demandado	Resultado
Coleta de preços com 80 salões de beleza.	Corte de cabelo similar para ambos os gêneros	Em média, as mulheres pagavam 25% a mais para um corte de cabelo similar ao masculino

Fonte: Elaborado com base em Department of Consumer Affairs (1992 *apud* De Blasio; Menin, 2015).

No Reino Unido, Liston-Heyes e Neokleus (2000) realizaram um estudo com o intuito de analisar a prática de diferenciação de preços por gênero, bem como de avaliar se tal prática era proveniente de discriminação de preços ou de certa característica específica do setor. Para essa finalidade, inicialmente foram conduzidas 90 entrevistas presenciais com clientes selecionados aleatoriamente no *Brent Cross Shopping*, localizado em Londres, a fim de questionar o preço básico que eles desembolsavam por um corte de cabelo (independente do tempo, habilidade e/ou esforço envolvido). Depois, foram realizadas 150 entrevistas por telefone com representantes de cabeleireiros unissex com a intenção de primeiro, questionar o preço de um corte masculino e, em seguida, demandar o preço por um corte semelhante para a companheira. Os resultados podem ser esquematicamente visualizados no Quadro 4.

Quadro 4 – Pesquisa de Liston-Heyes e Neokleus (2000)

Metodologia	Serviço demandado	Resultado
90 entrevistas presenciais com clientes selecionados aleatoriamente no Brent Cross Shopping, localizado em Londres. As entrevistas contemplaram clientes de salões unissex, salões femininos e barbearias.	Preço básico de um corte de cabelo (independente do tempo, habilidade e/ou esforço envolvido).	Em média, o preço pago pelas mulheres foi £10 mais caro comparado aos homens.
150 entrevistas por telefone com representantes de cabeleireiros unissex, selecionados aleatoriamente por meio das páginas amarelas.	1ª pergunta: preço de um corte básico masculino 2ª pergunta: preço de um corte de cabelo para a companheira do homem, que tem um corte de cabelo semelhante ao dele.	Em média, a diferença foi de £4,95, que corresponde a um valor 43% mais alto para mulheres.

Fonte: Elaborado com base em Liston-Heyes e Neokleus (2000).

Os resultados mostraram que, em média, as clientes entrevistadas pagavam £10 a mais do que os homens por um corte de cabelo, sendo a amostra composta por frequentadores de salões unissex, salões femininos e barbearias. Já com relação aos profissionais de cabeleireiros unissex entrevistados por telefone, o estudo explorou as diferenças de preço cobradas por um corte de cabelo semelhante para homens e mulheres, o que resultou em uma cobrança 43% mais alta para as mulheres.

Ainda, o estudo de Liston-Heyes e Neokleus (2000) questionou os estabelecimentos unissex que cobraram preços mais elevados para o corte feminino, embora ele fosse semelhante ao masculino.

A resposta mais frequente foi que “as mulheres demoram mais tempo”, uma desculpa que não faz muito sentido, visto que especificamos tanto o homem quanto a mulher tinham cortes de cabelo semelhantes. As outras explicações mais populares foram que “as mulheres são mais exigentes”, “as mulheres são mais difíceis” e “as mulheres têm maiores expectativas” (Liston-Heyes; Neokleus, 2000, p.115).

Já na Alemanha, o Federal Anti-Discrimination Agency (2017) realizou um estudo nas cidades de Schwabach am Taunus, Mainz, Rüsselsheim, Radebeu, Weinböhla e Dresden, com 381 tipos de serviços voltados, especificamente, para homens ou mulheres, mas que apresentavam características semelhantes. Dentre os setores analisados estavam salões de beleza, serviços de lavanderia, tratamentos de cosmética facial e serviços de costura. O resultado, considerando todos os segmentos analisados, revelou que 59% dos preços coletados apresentavam diferenças, e dentre estes, 50% eram mais caros para serviços femininos e 9% mais caros para o público masculino. Com relação aos salões de beleza, após a coleta de preços em 205 estabelecimentos (sendo 116 estabelecimentos referentes ao corte curto e 89 estabelecimentos para o corte longo), o estudo indicou que, em média, o preço pago a mais pelo corte de cabelo curto feminino foi de 12,50 €, o que equivale a 55% a mais para as mulheres, enquanto o preço pago a mais pelo corte de cabelo longo feminino foi de 17,05 €, o que equivale a 72% a mais para as mulheres. Além disso, destaca-se que o percentual de salões de beleza que oferecia preços diferentes pelo mesmo serviço foi o maior dentre todos os segmentos estudados: 89% dos estabelecimentos apresentaram preços diferentes para o corte de cabelo curto e 87% dos estabelecimentos apresentou preços diferentes para o corte de cabelo longo. No Quadro 5 essas informações foram sistematizadas.

Quadro 5 – Pesquisa do Federal Anti-Discrimination Agency (2017)

Metodologia	Serviço demandado	Resultado
Coleta de preços com 205 estabelecimentos.	Corte de cabelo curto para homem e mulher. Corte de cabelo comprido para homem e mulher.	89% dos estabelecimentos praticam preços diferentes para o corte de cabelo curto em ambos os gêneros. 87% dos estabelecimentos praticam preços diferentes para o corte de cabelo longo. As mulheres pagam, em média, 12,50 € a mais pelo serviço.

Fonte: Elaborado com base em Federal Anti-Discrimination Agency (2017).

No Brasil, Mariano (2018) elaborou uma pesquisa baseada em De Blasio e Menin (2015), com o intuito de verificar a presença da taxa rosa em produtos e no serviço de corte de cabelos. Os preços foram coletados entre outubro de 2016 e janeiro de 2017. Entretanto, as informações a respeito de quantos estabelecimentos foram utilizados para a amostra, bem como a localização, não estão disponíveis no documento apresentado pela pesquisa. A esse respeito, observe-se o Quadro 6.

Quadro 6 – Pesquisa de Mariano (2018)

Metodologia	Serviço demandado	Resultado
Coleta e comparação de preços entre produtos destinados a mulheres, produtos destinados a homens e para ambos os gêneros.	Corte de cabelo	Em média, o corte de cabelo feminino ficou 27% mais caro.

Fonte: Elaborado com base em Mariano (2018).

Nos Estados-Unidos, na pesquisa de Duesterhaus et al. (2011), os autores realizaram a coleta de preços no segmento de lavanderias e utilizaram uma amostra com 100 estabelecimentos selecionados aleatoriamente a partir de páginas amarelas e localizados na região Sudeste do país. A cada estabelecimento foi solicitado um orçamento para lavagem a seco dos seguintes itens: terno masculino de duas peças, terno feminino de duas peças, blazer feminino, blazer masculino, camisa feminina, camisa masculina, calça feminina e calça masculina.

O estudo comparou os preços coletados por meio de uma série de amostras independentes. Ao final, não foram encontradas diferenças significativas para lavagem de ternos, blazers e calças. No entanto, diferenças significativas foram encontradas para a lavagem de camisas, as quais custavam, em média, cerca de 92% a mais para as mulheres. Além disso, o estudo ressalta que essas diferenças entre cotações de preços foram impostas pelas lavanderias antes que fosse questionado se as peças possuíam tecidos especiais ou enfeites que justificassem tais orçamentos. No entanto, posteriormente o estudo menciona que mais de 90% da amostra cobrava preços mais altos para tais especificidades, ou seja, as lavanderias levaram em consideração a tendência de que as roupas femininas são mais delicadas e, por isso, cobraram preços mais alto com base nessa suposição, conforme informações resumidas no Quadro 7.

Quadro 7 – Pesquisa de Duesterhaus et al. (2011)

Metodologia	Serviço demandado	Resultado
100 estabelecimentos contatados por meio de telefonemas.	Preço para lavagem a seco das seguintes peças: terno masculino de duas peças, terno feminino de duas peças, blazer masculino, blazer feminino, camisa masculina, camisa feminina, calça masculina e calça feminina.	Não foram encontradas diferenças significativas para lavagem de ternos, blazers e calças. No entanto, o preço médio para a lavagem de camisa masculina foi de \$2,06 e o preço médio de camisa feminina foi de \$3,95.

Fonte: Elaborado com base em Duesterhaus et al. (2011).

Na Alemanha, o estudo conduzido pelo Federal Anti-Discrimination Agency (2017) nas cidades de Schwalbach am Taunus, Mainz, Rüsselsheim, Radebeu, Weinböhla e Dresden, analisou preços de lavagem de roupas em 31 lavanderias, conforme apresentado no Quadro 8.

Quadro 8 – Pesquisa do Federal Anti-Discrimination Agency (2017)

Metodologia	Serviço demandado	Resultado
Coleta de preços com 31 estabelecimentos.	Lavagem a seco de blusas femininas e camisas masculinas.	Em média, a lavagem a seco de blusas femininas é 1,80 € mais cara, o que equivale a 92,6%. 1/3 dos estabelecimentos apresentou diferentes taxas fixas para camisas masculinas e femininas.

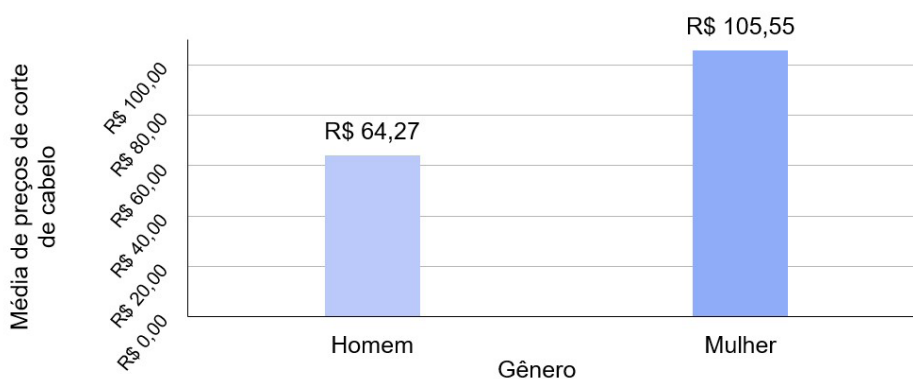
Fonte: Elaborado com base em Federal Anti-Discrimination Agency (2017).

Constatou-se que, em média, os preços eram 1,80 € mais caros, o equivalente a 92,6%, para blusas femininas em comparação com o preço de lavagem de camisas masculinas. A pesquisa aponta que a explicação para essa diferença pode estar atrelada à crença que existe sobre o cuidado com as blusas femininas, que deveriam ser passadas à mão, enquanto as camisas masculinas poderiam ser passadas de forma automática. No entanto, essa ideia é refutada pelos autores, que por meio de busca na Internet, encontraram produtos que permitiriam passar as blusas femininas de forma automática também.

Estudo empírico nas cinco maiores regiões metropolitanas do Brasil: salões de beleza e lavanderias

No Brasil, dentre os 60 salões de beleza unissex contatados, 10% apresentaram preços iguais para o corte de cabelo masculino e feminino, nenhum apresentou preços menores para o corte básico masculino, e 90% apresentaram preços maiores para o corte básico feminino. De acordo com os preços coletados pela pesquisa, as mulheres pagaram, em média, R\$41,28 a mais do que os homens, o que equivale a uma cobrança de 64% a mais para o corte de cabelo feminino. A partir dos preços coletados, relacionou-se as médias entre as diferenças de preços encontradas para cada região metropolitana, como indicado na Figura 1.

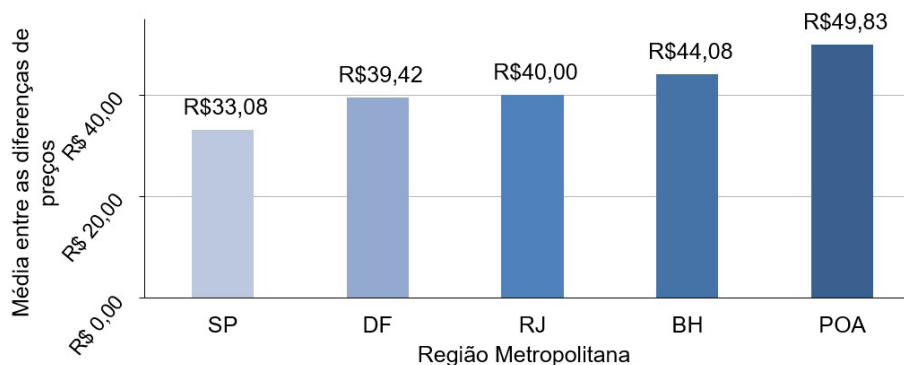
Figura 1 – Média de preços de corte de cabelo



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os resultados indicam que a amostra de Porto Alegre apresentou maior discrepância em comparação com as demais, além de ter obtido uma diferença de R\$ 16,75 em relação à São Paulo, região metropolitana com a menor média entre as diferenças de preço, conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2 – Média entre as diferenças de preço por Região Metropolitana



Fonte: Elaborado com base nos preços coletados (2022).

A respeito da coleta de preços em lavanderias, não foram encontradas cobranças diferentes para a peça masculina ou feminina de blazer e calça. As diferenças de preço encontradas foram, em média, de 0,29% a mais para a lavagem de terno masculino e de 3,26% a mais para a lavagem de camisa feminina. Em ambos os casos, não foi questionado pelos estabelecimentos se as peças possuíam material diferente ou que demandasse algum tipo de lavagem especial que justificasse uma cobrança diferente. Observe-se o Quadro 9.

Quadro 9 – Preço médio cobrado para a lavagem de peça de roupa

Tipo de peça	Feminino	Masculino	Diferença de preço	Diferença percentual
Terno	R\$ 45,39	R\$ 45,52	R\$ 0,13 mais caro para o homem	0,29% mais caro para o homem
Blazer	R\$ 30,71	R\$ 30,71	R\$ 0	0%
Camisa	R\$ 14,73	R\$ 14,25	R\$ 0,48 mais caro para a mulher	3,26% mais caro para a mulher
Blazer	R\$ 30,71	R\$ 30,71	R\$ 0	0%
Calça	R\$ 17,07	R\$ 17,07	R\$ 0	0%

Fonte: Elaborado com base nos preços coletados (2022).

Com relação ao percentual de lavanderias que apresentaram discrepância de preços, tem-se que 2,5% da amostra praticou cobrança de preços maiores para ternos masculinos, e 7,5% praticaram preços maiores para camisas femininas.

Comparação entre o estudo empírico e os estudos anteriores

Salões de Beleza

O resultado encontrado pelo presente estudo — preços 64% mais caros para o corte de cabelo feminino — é compatível com outras pesquisas já realizadas no exterior, visto que evidencia a prática de preços mais altos para mulheres. No entanto, a discrepância é superior aos estudos realizados previamente, com exceção do resultado entrado pelo Federal Anti-Discrimination Agency (2017) para corte de cabelo longo, que foi de 72% a mais para as mulheres.

No estudo de Mariano (2018) realizado em território nacional, a diferença de preços foi 27% maior para o corte de cabelo feminino, o que representa uma grande discrepância frente à presente pesquisa. No entanto, considerando que as Regiões Metropolitanas obtiveram resultados bastante distintos entre si, como ilustrado na Figura 2 (apresentada acima), é plausível que as diferentes abrangências dos estudos justifiquem tais contrastes.

Os nossos resultados também estão em conformidade com as pesquisas de Liston-Heys (2000), do Federal Anti-Discrimination Agency (2017), do Department of Consumer Affairs (1992 apud De Blasio; Menin, 2015) e Duesterhaus et al. (2011), conforme sistematizado no Quadro 10.

Quadro 10 – Síntese dos resultados dos estudos de Pink Tax em Salões de Beleza

Estudos	Resultados
Estudo empírico (2022)	64% mais caro para a mulher
Estudo de Duesterhaus et al. (2011)	53,7% mais caro para a mulher
Estudo de Liston-Heys (2000)	43% mais caro para a mulher
Estudo do Department of Consumer Affairs (1992)	25% mais caro para a mulher
Estudo do Federal Anti-Discrimination Agency (2017)	Corte de cabelo curto: 55% mais caro para a mulher. Corte de cabelo longo: 72% mais caro para a mulher.
Estudo de Mariano (2018)	27% mais caro para a mulher

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Lavanderias

Os resultados encontrados estão, de certa forma, em conformidade com os estudos realizados por Duesterhaus et al. (2011) e pelo Federal Anti-Discrimination Agency (2017), visto que ambos relataram preços superiores para a lavagem de camisas/blusas femininas. No entanto, nenhum dos estudos internacionais apresentou preços maiores para ternos masculinos, como foi o caso da presente pesquisa. Além disso, destaca-se uma grande diferença entre o resultado encontrado por nós para o serviço de lavagem de camisas femininas, que constatou 3,26% de cobrança superior para as mulheres, em comparação com Duesterhaus et al. (2011) e o *Federal Anti-Discrimination Agency* (2017), que apresentaram, respectivamente, 92% e 92,6% de diferença para o mesmo serviço, conforme esquematizado no Quadro 11.

Quadro 11 – Comparativo entre Duesterhaus et al. (2011), o Federal Anti-Discrimination Agency (2017) e o Estudo Empírico por nós realizado

Estudos	Resultados
Estudo empírico (2022)	preços mais caros em 3,26% para camisas femininas preços mais caros 0,29% para ternos masculinos
Estudo de Duesterhaus et al. (2011)	preços mais caros em 92% para camisas femininas
Federal Anti-Discrimination Agency (2017)	preços mais caros em 92,6% para blusas femininas

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Podemos aventar algumas hipóteses para tal disparidade, especialmente no que toca especificidades econômicas e culturais entre o Brasil, os Estados Unidos e a Alemanha (países onde foram realizadas as pesquisa de Duesterhaus et al. (2011) e da Federal Anti-Discrimination Agency (2017), respectivamente). Do ponto de vista econômico, é sabido que os Estados Unidos seguem como maior potência e tendo um dos maiores PIB *per capita* do mundo. Já o Brasil, desde a pandemia de covid-19 atravessa uma séria crise político-econômica tendo alcançado apenas a 87ª posição no ranking dos maiores PIBs *per capita* do mundo em 2022. Esses fatores ajudam a explicar os menores salários que são pagos aqui, e a grande facilidade de se contratar empregados/as domésticos/as que lavem e passem roupas em casa. Nesse sentido, como não temos outros estudos brasileiros que sirvam como parâmetro de comparação, podemos inferir que aqui não observamos o fenômeno da *pink tax* ocorrendo nas lavanderias porque a baixa demanda que precisa ser diluída entre todos os estabelecimentos existentes não abre espaço na economia local para repassar (mais) esse ônus para as consumidoras brasileiras. O argumento da microeconomia tradicional de que as mulheres teriam uma predisposição de pagar mais caro por produtos e serviços pode ser real em algumas classes sociais onde a diferença de preços nos itens onde a *pink tax* é predominante, como no caso das lavanderias nos Estados Unidos, tem pouco ou nenhum impacto sobre a sua renda. No entanto, esta não é a realidade da maioria das consumidoras no Brasil.

Considerações Finais

No decorrer deste trabalho, vimos que a *pink tax* é uma estratégia adotada por empresas no mundo inteiro visando ampliar as suas margens de lucro, que consiste em atribuir preços mais elevados a produtos e serviços destinados ao público feminino. Em termos práticos, constata-se a existência da *pink tax* quando o produto ou serviço destinado ao público feminino, ainda que seja da mesma marca, possua a mesma finalidade, a mesma composição química (em casos de produtos cosméticos, por exemplo), as mesmas qualificações e especificações técnicas, tem o seu preço mais elevado comparativamente ao produto ou serviço destinado ao público masculino. Um grande número de mulheres, induzidas pela propaganda, simplesmente tendem a aceitar

o argumento de que esses serviços são mais caros porque foram direcionados a elas, possuindo, portanto, alguma especificidade, e continuam a comprá-los sem questionar a discriminação de preço com base no gênero.

A análise dos estudos encontrados a respeito do tema da *pink tax* evidencia que a sua existência já foi ou ainda pode ser verificada em diferentes lugares do mundo. Nos Estados Unidos, no Reino Unido, na França e na Alemanha esse fenômeno já é estudado há vários anos. No Brasil, os estudos ainda são muito recentes. Acreditamos que, para combater as injustiças, é necessário, primeiramente tomar conhecimento delas, iniciar o debate e promover uma maior conscientização do público afetado.

No que se refere à *pink tax*, o mercado age em duas instâncias: perpetuando o estereótipo de gênero, de acordo com o qual as mulheres são mais *predispostas* a gastar que os homens e se apropriando do mesmo em benefício próprio. Desse modo, ao mesmo tempo que padrões de comportamento são impostos para as mulheres, novos produtos e serviços são comercializados com o intuito de suprir uma demanda fomentada pelo próprio mercado. Contudo, a prática de discriminação de preços em razão do gênero encontra, na economia tradicional, uma série de justificativas, como a diferença nos custos envolvidos na realização de determinados serviços, no tempo de execução e na predisposição a pagar entre os consumidores.

Com relação à pesquisa empírica, é importante ressaltar que, por se tratar de um estudo exploratório, os resultados encontrados não apresentam caráter conclusivo. No entanto, a pesquisa apresenta resultados bastante interessantes e compatíveis com os estudos internacionais, que apontam a existência da *pink tax* no setor de serviços de cortes de cabelo no Brasil, visto que foi possível observar a presença da cobrança extra em diversos estabelecimentos. No entanto, o mesmo não ocorreu com o caso da cobrança extra para peças femininas em lavanderias, o que instiga a necessidade de novos estudos. Nessa direção, seria ainda interessante que outros tipos de serviços pudessem ser investigados, tais como os serviços de mecânica de automóveis, planos de saúde e o mercado de crédito, por exemplo.

No contexto do que foi apresentado, o presente trabalho compreende ainda que, constatada a maior vulnerabilidade das mulheres frente aos homens (também) no mercado de consumo, é necessário ampliar a discussão para além da discriminação de preços, uma vez que até o presente momento a discussão da *pink tax* não tem considerado as desigualdades estruturais existentes entre homens e mulheres na economia como um todo (e não apenas no mercado de consumo).

Referências

- AAKER, D. A.; KUMAR V.; DAY, G. S. Marketing Research. 13th Edition. Hoboken: Wiley, 2018.
- BAUDRILLARD, J. A sociedade de consumo. Portugal: Edições 70, 2009.
- CHRISTOVAM, A. et al. Cliente oculto: um estudo da técnica na pesquisa qualitativa. 2009. 97 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- DE BLASIO, B.; MENIN, J. From Cradle to Cane: The cost of being a female consumer. New York City Department of Consumer Affairs. New York, 2015. 76 p. Disponível em: <https://www1.nyc.gov/assets/dca/downloads/pdf/partners/Study-of-GenderPricing-in-NYC>. Acesso em: 10 out. 2023.
- DUESTERHAUS, M. et al. The cost of doing femininity: Gendered disparities in pricing of personal care products and services. *Gender Issues*, v. 28, n. 4, p. 175-191, 2011.
- FEDERAL ANTI-DISCRIMINATION AGENCY. First German study on gender-based price differentiation: Women often pay more for services than men/Lüders: no to purely gender-based pricing of haircuts and dry-cleaning services. Antidiskriminierungsstelle, [S. l.], 20 dez. 2017. Disponível em: https://www.antidiskriminierungsstelle.de/SharedDocs/pressemitteilungen/EN/2017/20171220_PK_Preisdifferenzierung.html. Acesso em: 01 set. 2023.
- FERNANDEZ, B.; EHLERS, A. C. Pink Tax: por que elas pagam mais do que eles? Uma análise à luz da Economia Feminista. Florianópolis: Peregrinas, 2022.
- LANA, L. C. de C.; SOUZA, C. B. de. A consumidora empoderada: publicidade, gênero e feminismo. *Intexto*, Porto Alegre, n. 42, p. 114-134, maio/ago. 2018.
- LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista. 1. ed. Brasil: Companhia das Letras, 2015.
- LISTON-HEYES, C.; NEOKLEUS, E. Gender-based pricing in the hair dressing industry. *Journal of Consumer Policy*, v. 23, n. 2, p. 107-126. 2000.
- MANZANO-ANTÓN, R.; MARTINEZ-NAVARRO, G.; GAVILAN-BOUZAS, D. Gender identity, consumption and price discrimination. *Revista Latina de Comunicación Social*, n. 73, p. 385-400, 2018.

MARIANO, F. *Taxa Rosa*. São Paulo: Escola Superior de Propaganda e Marketing, 2018.

NORONHA, A. L. S.; CHRISTINO, J. M. M.; FERREIRA, F. L. Oportunismo do Mercado, Precificação, Discriminação e Gênero: uma revisão sistemática sobre o Pink Tax. *In: ENCONTRO DA ANPAD*, 44., 2020.

PISCITELLI, T et al. Tributação e gênero. *JOTA*, 2019. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/tributacao-e-genero-03052019>. Acesso em: 10 out. 2022.

YAZICIOĞLU, A. E. *Pink tax and the law: discriminating against women consumers*. London: Routledge, 2018.

Brena Paula Magno Fernandez

brena.fernandez@ufsc.br

Pós-Doutorado em Filosofia (Universidade do Porto)

Doutorado em Ciências Humanas (UFSC)

Professora Associada do Departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenadora do Núcleo de Estudos em Economia Feminista (CNPq).

Lara Pinheiro e Silva

larapinhoesilva@gmail.com

Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Pesquisadora no Núcleo de Estudos em Economia Feminista (CNPq).

UFSC

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, s/nº – Trindade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil

CEP: 88040-900

Agradecimentos

Agradecemos a Paulo Hiroki Nishimoto pela colaboração com a coleta de dados.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições das autoras

A primeira autora contribuiu na concepção, análise, elaboração e revisão do artigo. A segunda autora contribuiu na coleta de dados, análise, redação e revisão do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

As autoras dão consentimento para a publicação.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ARTIGO ORIGINAL

Ela, Linn da Quebrada: travestilidade e representatividade no Big Brother Brasil 22

Jaqueline Carvalho Quadrado¹<https://orcid.org/0000-0002-5220-3710>**Júlio Sylvester Vasconcelos Belchior²**<https://orcid.org/0009-0004-0445-1500>**Bárbara Dutra Fonseca³**<https://orcid.org/0000-0003-3651-0849>

¹Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) e Curso de Serviço Social, São Borja, RS, Brasil

²Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, RN, Brasil

³Universidade Federal do Pampa (Unipampa), São Borja, RS, Brasil

Ela, Linn da Quebrada: travestilidade e representatividade no Big Brother Brasil 22

Resumo: Neste artigo, partimos das lições de Foucault acerca da arte de governar como uma multiplicidade de formas de gerenciamento de si, do outro, dos bens, do estado ou de outros fenômenos, para compreendermos como ocorre o governo de si e do outro a partir da participação de Lin da Quebrada no BBB 22. O objetivo é analisar o modo de enunciar a travestilidade e a representatividade e as condições de emergência desse discurso. A discussão será empreendida com base nos estudos discursivos foucaultianos (Foucault, 1999a, 1999b, 2002, 2007, 2008, 2009, 2013a, 2013b, 2013c) e nos estudos de gênero e sexualidade (Louro, 2001; Butler, 2000). A metodologia utilizada é a análise enunciativa de Foucault (2008). Concluímos que o governo de si e do outro é empreendido no BBB 22 por intermédio de práticas discursivas que se inserem na ordem do discurso da travestilidade e da representatividade.

Palavras-chave: Travestilidade; Representatividade; Governamentalidade.

She, Linn da Quebrada: transvestility and representation in Big Brother Brazil 22

Abstract: In this article, we start from Foucault's lessons about the art of governing as a multiplicity of ways of managing oneself, others, goods, the state or other phenomena, to understand how the government of oneself and others occurs from the Lin da Quebrada's participation in BBB 22. The objective is to analyze the way of enunciating transvestility and representativeness and the conditions for the emergence of this discourse. The discussion will be undertaken based on Foucauldian discursive studies (Foucault, 1999a, 1999b, 2002, 2007, 2008, 2009, 2013a, 2013b, 2013c) and gender and sexuality studies (Louro, 2001; Butler, 2000). The methodology used is Foucault's (2008) enunciative analysis. We conclude that the government of self and others is undertaken in BBB 22 through discursive practices that fall within the order of discourse of transvestility and representativeness.

Keywords: Transvestility; Representativeness; Governmentality.

Recebido em 26.06.2023. Aprovado em 21.08.2023. Revisado em 14.02.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Neste artigo, advertimos que não trataremos das diferentes modalidades em que vem se manifestando historicamente a resistência da população LGBTQIAP+. Trataremos, todavia, de apreendê-la através da voz de alguns sujeitos que encarnam, com suas vidas, a memória, o processo tortuoso de construção da identidade, os enfrentamentos com a travestilidade, a discriminação, a tomada de consciência individual e da dimensão política e coletiva desse processo, a construção da crítica e da autonomia que autores — pesquisadores — vêm tratando de diferentes aspectos dessa resistência, com os quais dialogamos aqui, de ação e pensamento em relação aos efeitos de poder/saber produzidos pelo dispositivo travestilidade.

Trazemos para o cenário deste texto a artista multimídia Linn da Quebrada, que é ao mesmo tempo, sobrevivente das estratégias do biopoder, das tecnologias de integração subordinada do dispositivo e das táticas de sequestro da razão e do epistemicídio. Ela é uma daquelas que, escapando do controle do dispositivo de travestilidade/biopoder, alcançaram a autonomia de ação e pensamento diante dos modos de subjetivação por ela proposto, bem como os limites e contradições em que se enredam esses processos. Trata-se de subjetividades produzidas pela dinâmica poder/saber e resistência e que na busca de autonomia frente ao dispositivo constroem, como processo e desafio, uma ética por meio da qual se afirmam simultaneamente o ser-consigo e o cuidado-de-si e dos seus.

A escolha de Linn da Quebrada tem interesse particular para este trabalho pelo que ela sintetiza de articulação de uma trajetória individual de mobilidade e sucesso com a condição de sujeitos coletivos de uma luta de emancipação. Essa escolha consiste na busca de superação dos mecanismos do dispositivo de travestilidade que permite a mobilidade individual minoritária e subordinada em oposição à mobilidade coletiva do agrupamento LGBTQIAP+.

Em muitos casos, as possibilidades ou acenos de mobilidade individual são convites de renúncia à memória coletiva da exclusão histórica, ao pertencimento a comunidade LGBTQIAP+. Portanto, o que nos faz arrolar essa pessoa — Linn da Quebrada — é o que ela sinaliza para estratégias de resistência e ruptura com as várias estratégias de subordinação do dispositivo de travestilidade e de sobrevivência ao biopoder.

Da perspectiva foucaultiana entendemos a identidade travesti no Brasil como um domínio que produz e articula saberes, poderes e modos de subjetivação, conformando um dispositivo de travestilidade. Consideramos que tal como Foucault afirma para o caso da sexualidade, se a travestilidade se coloca como um domínio a conhecer, é porque, relações de poder a “instituíram como objeto possível; em troca, se o poder pode toma-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos” (Foucault, 2008, p. 93). Preliminarmente, a travestilidade é aqui compreendida como uma noção relacional que corresponde a uma dimensão social, que emerge da interação de grupos socialmente demarcados sob os quais pesam concepções histórica e culturalmente construídas acerca da diversidade humana. Disso decorre que ser homem e ser mulher são consideradas polaridades que encerram, respectivamente, valores culturais, privilégios e prejuízos decorrentes do pertencimento a cada um dos polos das identidades.

Diante do exposto, o objetivo aqui é analisar de que modo se enuncia a travestilidade e a representatividade da Linn da Quebrada no *Big Brother Brasil 2022* (BBB 22) e as condições de emergência desse discurso em relação a esses sujeitos, neste momento da história, e não outro em seu lugar (Foucault, 2008).

A metodologia utilizada é a análise enunciativa de Foucault (2008), baseada nos princípios da dispersão, da descontinuidade, da regularidade e do campo associado, que permitem analisar enunciados dispersos segundo as relações que mantêm, em sua historicidade e na singularidade de sua existência material.

No plano de texto, este trabalho estrutura-se do seguinte modo: na seção que segue, discutiremos os pressupostos da análise enunciativa de Foucault (2008) que nos auxiliarão nas análises. Posteriormente, serão realizadas as análises das repercussões da participação da Linn no *reality show* BBB 22, dedicados à discussão da travestilidade e representatividade e, por fim, apresentamos as considerações finais.

Pressupostos da análise enunciativa de Foucault (2008)

Desde nosso nascimento somos ensinados a viver socialmente e a determinar nossos próprios limites e características que terminam por nos definir. Se observarmos, percebemos que no espaço social ocorrem

atos que são produtos das relações que criamos e construímos conosco e os outros. Um desses fenômenos debatidos por vários estudos é a sexualidade, que atua como um dispositivo de constituição dos sujeitos. Isso quer dizer que além do corpo e das genitálias, a sexualidade é também “a intensificação dos prazeres, a incitação aos discursos, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências” (Foucault, 1999a). Logo, ela é produto e produtora dos discursos, de forma tal que eles atuam como um conjunto de “práticas que formam sistematicamente os objetos de [se] que fala” (Foucault, 1999a).

E é por meio do discurso, por exemplo, que a sexualidade produz o sistema de sexo/gênero (Rubin, 2017; Butler, 2003) em que tanto o sexo (até então relegado ao âmbito do natural) quanto o gênero (disposto do lado do cultural) são constituídos e funcionam como “arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana” (Rubin, 2017, p. 11). Desse ponto, a sexualidade tem uma função normalizadora da realidade (Foucault, 1999a), produzindo aquilo que deve ser mantido, ao mesmo tempo em que coíbe aquilo que deve ser suprimido, ou ao menos invisibilizado. Em termos práticos, no contexto desse trabalho, há um padrão de normalidade instituída com relação aos corpos, que é mantido e intensificado inclusive por aqueles corpos que não se enquadram nessa categoria, estabelecendo assim identidades e diferenças que se baseiam na configuração corporal das pessoas e a partir das quais elas são essencializadas.

A travestilidade pode ser definida como uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito ou subversão com as normas de gênero. Ou seja, a pessoa travesti não se identifica com o gênero ao qual foi nomeada/criada e a própria travestilidade. Pode-se afirmar que a travestilidade é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros dos corpos. Ao se analisar esse processo, nota-se como as regras construídas são rompidas, por ver como os corpos tendem a não se adequar. Com isto, a travestilidade acontece no eixo do sistema sexo/gênero como uma posição que tende a fragmentar e eclodir com as formas binárias e institucionalizadas entre masculino e feminino. Dentro da lógica de gêneros construída socialmente, sujeitos travestis são tidos como desviantes da normalização binária.

Para Butler (2003), o gênero é uma construção que se forma a partir das relações e convívios sociais em que indivíduo, ao longo do tempo, tende a constituir a identificação com aquele que melhor o representa. O binarismo sexual que é construído, dentre outros fatores, pela mídia, tanto fala de práticas desejáveis (normativas) como também cria estereótipos em torno, no caso desse trabalho, das travestis.

O aporte teórico que mobilizamos para a realização deste texto reside nas contribuições de Foucault para a Análise do Discurso (AD). A perspectiva arqueogenealógica do discurso, elaborada a partir dos estudos de Foucault, assinala as condições históricas de existência dos discursos em sua dispersão e segundo as regularidades que mantêm para investigar os “diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (Foucault, 2009, p. 273).

Este texto considera as discussões empreendidas em três momentos das análises, assinaladas pelo próprio Foucault (2009) e, posteriormente, denominados, didaticamente, por Gregolin (2004), entre outros, como as três épocas de Foucault, que são: a arqueologia, na qual são analisados os modos de objetivação do sujeito por saberes; a genealogia do poder, em que Foucault se voltou para as “práticas divisoras”, que objetivam os sujeitos por mecanismos de poder; e a genealógica da ética, em que ele analisou os modos de subjetivação por meio das quais o sujeito faz a experiência de si.

Do primeiro momento, destacamos as questões metodológicas da análise enunciativa. Foucault (2008, p. 98) concebe o enunciado a partir de quatro características que o diferenciam de três elementos linguísticos, a qual são a proposição, a frase e o ato de linguagem. A primeira característica é o referencial do enunciado, que são as suas leis de possibilidade, o campo no qual ele surge. A segunda é que ele “mantém com um sujeito uma relação determinada” (Foucault, 2008, p. 103–104), consistindo esse sujeito nas posições possíveis de serem ocupadas em uma série nunciativa. A terceira característica é o campo associado no qual o enunciado se realiza, que delimita sua relação com a história. A última característica é que o enunciado necessita ter uma existência material, que lhe garante uma singularidade e uma repetição, caracterizando-o por um regime de materialidade repetível.

Neste texto, estamos considerando, o *reality show* BBB 22 como enunciado, cuja materialidade é audiovisual, organizada em torno do conjunto material que lhe dá contorno: imagem, som, movimentos de câmera, enquadramento, ângulo e disposições dos corpos em ângulos, conforme a morfologia descrita por Milanez (2019).

A análise enunciativa proposta por Foucault (2008) busca as condições nas quais se produziu um enunciado, em um campo de coexistência. Ela se ocupa de enunciados efetivamente produzidos, levando em conta um efeito de raridade, que procura determinar por que apareceu este enunciado, e nenhum outro em seu lugar, já que nem tudo é sempre dito, e os enunciados estão sempre em falta, devendo-se buscar o princípio da rarefação no não preenchimento das formulações possíveis. A análise enunciativa se faz, portanto, em sua raridade e segundo a sua dispersão e regularidade.

Em relação às formulações de Foucault (2009) sobre a genealogia, situaremos o problema do poder, que nos conduzem ao tema do governo e do gerenciamento da vida. O poder é investigado em seu funcionamento, questionando “como” ele coloca em jogo relações entre pessoas e designa relações entre parceiros. O poder é um modo de ação de uns sobre outros, e por essa razão, o poder está em toda parte, pois é produzido constantemente, em todas as relações, exercido em diversos pontos de modo desigual. Essas relações de poder não são exteriores às outras formas de relações e sim imanentes a elas. Ao mesmo tempo, em toda rede de poder existem resistências possíveis e necessárias.

Outrossim, essas relações de saber-poder se articulam justamente no discurso, concebido como um conjunto de segmentos descontínuos (Foucault, 2009). O exercício das relações de poder é correlato do governo, tema que Foucault (2013a) investigou em diversos textos e outros ditos e escritos. Segundo esse autor, a preocupação com a arte de governar aparece no século XVI, em diferentes formas, desde a religiosa, o governo das crianças, em sua forma pedagógica, até o Estado pelo soberano.

De tal modo, na literatura de tratados de governo anti-Maquiavel, governar refere-se a “governar uma casa, almas, crianças, uma província, um convento, uma ordem religiosa, uma família.” (Foucault, 2013a, p. 411). A prática de governar é múltipla e pode ser exercida por variados agentes, como o pai de família, o pedagogo e o professor. O governo do Estado é uma modalidade, entre tantas outras formas, no interior da qual as demais estão contidas. Por essas razões, compreendemos aqui que Linn da Quebrada exerce um poder de governar a partir de sua influência, visibilidade e audibilidade.

A finalidade do governo, resumidamente, é dispor as coisas de um modo correto para conduzi-las a um objetivo adequado a cada uma: fazer com que se produza mais riqueza, com que se forneçam às pessoas meios suficientes de subsistência. O que se entende por “[...] dispor as coisas” é “[...] utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas” (Foucault, 2013a, p. 418), ou seja, de modo menos oneroso e menos visível possível.

Foucault (2008) destaca que a partir do século XVIII, a população surge como problema econômico e político (vinculação da população com a riqueza, a mão de obra, a capacidade de trabalho e o equilíbrio do crescimento). Nessa situação, os governos compreendem a necessidade de lidar não apenas com o indivíduo, mas também com uma população e seus eventos e variáveis específicas, tais como: natalidade, morbidade, fecundidade, estado de saúde, etc. (Foucault, 2008). Assim, nesse século, ocorre a passagem de um modelo de governo da soberania para uma forma política dominada pelas técnicas de constituição de um saber relativo aos fenômenos próprios da população.

Para Foucault (2009), o desenvolvimento do Estado como estrutura política fez surgir uma forma de poder ao mesmo tempo, individualizante e totalizadora, que utiliza técnicas de poder das instituições cristãs (pastoral), representado pela figura do pastor. Esse poder pastoral mudou de objetivo e agora não quer mais salvar a vida no outro mundo, e sim neste: garantir saúde, segurança, bem-estar, com base na Medicina, que tem o hospital como instituição que objetiva produção de conhecimento sobre o homem como população e indivíduo. Isso quer dizer que esse poder também passou a ser exercido por aparelhos do Estado, como a polícia, ou instituições privadas e filantrópicas, se disseminando por todo o corpo social, o que nos faz afirmar que Linn também o exerce.

É relevante ainda pontuar que o poder do soberano sobre a morte sofreu transformações na Época Clássica, dando lugar a uma forma de poder que visa gerir a vida. Foucault (1999a; 1999b) situa no século XVIII o desenvolvimento do biopoder, que representa um modo de gestão da vida, manifestado em dois eixos principais: o governo dos corpos dos indivíduos, no caso, a disciplina; e o governo da população de forma geral, isto é, a biopolítica. É com essa forma de poder que são desenvolvidas técnicas diversas de sujeição e adestramento dos corpos e de gestão e controle das populações. Proliferam tecnologias políticas que investem sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, etc., que constituem a biopolítica da espécie humana.

Com a biopolítica, introduzem-se diversos aparatos de controle, dentre eles, o midiático, que terá como função o entretenimento, a informação, a massificação de cultura, dentre outras formas, por meio de programas de entretenimento para a população. É desse mecanismo que Linn da Quebrada lança mão para se constituir como sujeito que governa e exerce relações de poder sobre os corpos dos sujeitos travestis, por meio da representatividade, como discutiremos em outra seção.

De igual modo, estudar a diversidade de gêneros e sexualidades existentes na atualidade nos coloca diante de uma miríade de formas de denominação, condensadas na sigla LGBTQIAP+, que já constitui uma forma de instauração de uma identificação, visto que “[...] a nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma” (Butler, 2000, p. 160).

Essa denominação também é fruto de um processo histórico, em que o discurso é mobilizado como arma em um jogo polêmico e estratégico, de ação e reação (Foucault, 2002). Louro (2001) faz uma investigação histórica sobre a homossexualidade e considera-a, assim como o sujeito homossexual, uma invenção do século XIX. Antes, as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo/gênero eram reduzidas ao pecado, concebidas como anormais, sob um julgamento moral, e precisou ser segregada, sob o risco da violência, por serem consideradas práticas desviantes e de sujeitos inferiores.

Foucault (1999a) nos explica de que maneira a literatura cristã elaborou uma série de exegeses das Sagradas Escrituras, estabelecendo regularidades com a moral da Antiguidade greco-romana e com o discurso da natureza, para estabelecer argumentos de que existem práticas sexuais tidas como “natura” e “contranatura”. De modo que, esses discursos alicerçaram as bases do dispositivo de aliança (Foucault, 1999a), que restringiu o sexo ao casamento e regulou aspectos da vida social como a família e a transmissão de bens, que são ainda hoje objetos de lutas.

Em lógica similar, as sociedades ocidentais modernas criaram, a partir do século XVIII, o dispositivo de sexualidade, o qual “funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder” (Foucault, 1999a, p. 101), engendra “uma extensão permanente dos domínios e das formas de controle” (Foucault, 1999a, p. 101) e leva em consideração “as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões, por tênues ou imperceptíveis que sejam” (Foucault, 1999a, p. 101).

Foucault (1999a, p. 100) teoriza sobre a história da sexualidade, compreendendo-a como um dispositivo histórico “em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder”.

Para Foucault (1999a), a partir do século XVIII, os discursos sobre o sexo não pararam de proliferar, pois ele está ligado a uma revelação da verdade. A prática da confissão do sexo, compreendida como a “colocação do sexo em discurso” (Foucault, 1999a, p. 24) tornou-se uma regra desde a Idade Média, quando a confissão se consolidou como um dos rituais mais importantes para produzir a verdade. A confissão se estendeu aos domínios da medicina, da justiça, da pedagogia, das relações familiares e amorosas, entre outros, de modo que, consoante, a nossa sociedade se tornou “singularmente confessada” Foucault (1999a, p. 59).

Travestilidade e representatividade no BBB 22

O *Big Brother Brasil* é um programa de *reality show* que possui um elevado número de audiência e fãs, sendo o maior reality show da América Latina, ou seja, é um programa altamente lucrativo, com imenso engajamento nas redes sociais. Destaca-se também que o programa é popularmente conhecido por apresentar em seu conteúdo competição, conflitos, desentendimentos e propiciar que certos temas e acontecimentos recebam holofotes na mídia e nas mídias sociais.

Nessa acepção, quando se avalia a história desse programa, especialmente a composição de seus participantes é notável a maioria dos escolhidos para integrar o programa são sujeitos cisgênero, heterossexuais, brancos e que se encaixam no padrão estético, sendo inclusive, que esse perfil tende a receber maior aceitação e apoio do público. Ao se verificar a história do programa é perceptível que houve somente a participação de uma participante transexual, Ariadna Arantes, que participou da décima primeira edição. Todavia, a participação de Arantes já indicava a necessidade de discussões sérias e profundas em face à comunidade LGBTQIAP+, especialmente com pessoas transgêneros, travestis e transexuais.

Posto isso, o ingresso de Linn da Quebrada na 22ª edição propiciou inúmeros impactos, sendo um deles o enfoque na travestilidade e na representatividade com a população LGBTQIAP+, especialmente com a população transexual, no entanto, antes de se debruçar sobre as discussões e efeitos produzidos pela participação da Linn no programa, é fundamental explicar conceitos como travestilidade e representatividade, categorias que estão em destaque no contexto atual, especialmente advindos da participação da artista no programa e da articulação dos movimentos sociais em prol do debate com essas pautas.

Ampliando o debate, Abílio (2016, p. 128–129) assevera que *As travestis*, por sua vez, não possuem essa desconexão, embora sua identidade de gênero se volte mais para o sexo oposto, o que se verifica nas suas formas de ser, agir, vestir-se e comportar-se”. Logo em seguida, a autora elucida que “travestis e transexuais são pessoas que desafiam as convenções de performances de gênero e fogem aos padrões impostos pelo binarismo feminino/masculino nas maneiras de ser, de agir e de se comportar” (Abílio, 2016, p. 128).

Com base na citação supracitada, é possível tecer algumas colocações. A primeira delas é que a travestilidade está relacionada com vivências cotidianas do gênero feminino, além disso, as pessoas que se autodenominam de travestis geralmente apresentam uma aparência, comportamento que socialmente e historicamente são atribuídos ao gênero feminino, esse é um dos fatores que o conceito do que significa ser mulher/homem deve ser recorrentemente problematizado.

As pessoas travestis tendem a apresentar uma preferência por ser tratada no feminino, ou seja, querem ser chamadas por pronomes femininos, etc. Também é interessante mencionar que a travestilidade busca além do próprio reconhecimento de sua identidade, a superação de estereótipos e parâmetros binários do que significa ser homem, mulher, definições e regras impostas pela sociedade patriarcal, sexista e cisnormativa, ou seja, a travestilidade assim como a transexualidade representam uma fuga e ruptura com os padrões binários, simplórios e permeados de estigmas e assimetrias de poder que atravessam os gêneros.

Partindo desse ponto, quando Linn entra no programa e se apresenta para os seus companheiros de confinamento, ela (re)afirma sua identidade com orgulho e empoderamento. Ela também ressalta que deseja ser chamada por pronomes femininos e explica as razões pelas quais tatuou em sua testa o pronome ela, contudo alguns participantes se referem de forma inadequada com Linn, o que desencadeia reclamações e críticas do público com o tratamento transfóbico por parte de certos participantes, com isso, o apresentador do programa intervém e pede para Linn novamente reforçar e esclarecer as razões que preferem ser chamada por pronomes femininos. As falas e explicações da artista repercutem nacionalmente e têm como um dos impactos despertar a atenção e sensibilidade da sociedade com a população trans, visibilizando principalmente a existência, os direitos e as violências, estigmas que esses segmentos sociais enfrentam no cotidiano.

Além de sua participação ser algo histórico, visto que, é a primeira participante travesti no *reality*, a participação da cantora também ganha contornos de representatividade. Antes de explicitar os elementos que indicam que Linn é um símbolo de representatividade, é essencial compreender o que é representatividade e distinguir, o conceito de representação e representatividade.

Concomitantemente, há equívocos e dúvidas em relação ao conceito de representação e representatividade, apesar de parecerem similares seus significados, há diferenças significativas entre eles, nesse sentido, conforme elucida Bastos e Batista (2014, p. 1) “quando alguém que faz parte de uma minoria aparece nas telas, nas capas de revista, etc., muitas vezes é dito que representatividade importa, porém, isso não é representatividade e sim representação, que é quando uma pessoa representa um grupo de pessoas. Representação também é importante”.

Tendo em vista as colocações feitas por Bastos e Batista (2014), é indispensável pontuar que, representação diz respeito à representação de um grupo social, essa representação pode ser positiva ou negativa, por exemplo, se for uma propaganda com uma mulher, porém o discurso e ideologia presentes na propaganda remetem e defendem de forma implícita ou não ideais sexistas e misóginas, logo esse conteúdo não possui representatividade, tampouco sua mensagem terá efeitos positivos, pelo contrário, essa propaganda pode corroborar a manutenção de estruturas e assimetrias de poder e a naturalização do machismo e violência de gênero; por isso, é imprescindível fazer ressalvas e pontuar as diferenças entre representação e representatividade, para que se evite equívocos e associações simplistas e errôneas acerca dessas categorias.

Em relação ao conceito de representatividade, Andrade (2020, p. 1) leciona que “a representatividade tem como fator a construção de subjetividade e identidade dos grupos e indivíduos que integram esse grupo”. Logo em seguida, a autora acrescenta: “O que isso significa? Significa que a representatividade não é apenas

a organização de grupos buscando que seus interesses sejam representados e garantidos, mas é, sobretudo, parte da formação do que é o indivíduo que compõe esse grupo”.

Em face ao exposto acima, é possível compreender que representatividade significa, de modo geral, que os interesses, demandas de um grupo social, classe, público sejam representados de forma política, ou seja, a representatividade não é algo individual, é coletiva, isto é, um indivíduo que compõe uma minoria social, por exemplo, que se encontra no campo político apresenta as demandas, visibiliza as vulnerabilidades, opressões que seu grupo social enfrenta no dia a dia e defende a implementação de políticas públicas para a melhoria nas condições de vida e a erradicação de violências, estigmas e subalternidade que esse grupo sofre recorrentemente.

No que concerne à representatividade de Linn, é basilar pontuar que antes mesmo de entrar no BBB 22, Linn já era apontada como um símbolo de representatividade, pois por seu legado artístico, sua inteligência, posicionamentos contundentes, sua militância e sua defesa dos direitos das minorias, ela torna-se um símbolo de respeito, referência e inspiração para a comunidade LGBTQIAP+. Além disso, Linn nunca omitiu, tampouco menospreza as pautas e vivências dolorosas e geralmente excludentes e violentas que pessoas travestis enfrentam no cotidiano. Também é importante ressaltar que dentro do programa, Linn relata dificuldades de inserção, tolerância, acesso a direitos básicos, vulnerabilidades socioeconômicas, que a população LGBTQIAP+ lida diariamente.

A artista, por meio de suas falas, sensibilidade, afeto e inteligência demonstra a importância de abordar identidade de gênero, de combater discursos e práticas socioculturais que incentivam e perpetuam violências e desrespeito contra pessoas trans, além disso, Linn defende de forma firme e coerente a relevância de refletir sobre diversidade sexual, desigualdade de gênero, racismo, direitos das minorias, a negação do afeto contra pessoas que não são cisgênero, ademais, ela também discorre e analisa temas como representatividade e a colonização e o ódio contra determinadas identidades, corpos e culturas.

Há que se ressaltar que desde sua entrada no programa, Linn não apenas defendeu sua identidade travesti, como chamou a atenção para a importância da utilização do nome social, pronome feminino com as pessoas travestis. Inclusive, ela provocava frequentemente os demais participantes e o público da violência presente na negação de pessoas travestis de terem seus nomes sociais rejeitados e serem alvos de piadas, comentários jocosos, ataques verbais, físicos que visam à negação, extinção das identidades, corpos, existências de grupos sociais historicamente invisibilizados e alvos de ódio.

Desse modo, defende-se que a participação de Linn no BBB 22 implica em avanços positivos, sendo indiscutivelmente uma representatividade. Pondera-se também que os avanços gerados pela participação de Linn dizem respeito à visibilidade sobre determinados assuntos e uma reflexão crítica e densa sobre a existência e a importância do poder estatal assegurar direitos a população LGBTQIAP+.

Conclusão

O corpo de Linn é “arruinado de história” (Foucault, 2013c), enquanto é resultado das formas de coerção da sociedade em torno dos prazeres sexuais, mas também é um corpo que está arruinando essa história, ao possibilitar novas posturas aos sujeitos, promovendo uma insurreição de identidades por tanto tempo reprimidas. A escalada desse poder de visibilidade e audibilidade é contraditória, pois, ao mesmo tempo, em que causa aceitação entre setores sociais, que passam a consumir os produtos da cultura dessas diversidades sexuais, há também uma renovação dos ataques de setores conservadores, que clamam pelos valores tradicionais da família e também partem para agressão e violência, como alerta Louro (2001).

No caso da travestilidade negra em que o corpo negro é em si, na sua existência, uma transgressão no âmbito de um ideal de ego de uma sociedade que se deseja cisnormativa, branca, civilizada nos parâmetros da cultura ocidental e herdeira de seus códigos prescritivos no plano moral os ajustes impostos aos corpos travestis e negros constituem um código prescritivo cujo tipo ideal seria o negro de alma branca, ou seja, um negro ajustado, governado por um alter-ego branco. Inegavelmente que em toda situação de sujeição o opressor é parte constitutiva da psicologia do oprimido, fato exaustivamente estudado e demonstrado por Frantz Fanon cujo título de um de seus livros é autoexplicativo sobre esse tema: *peles negras, máscaras brancas*.

No processo de sua construção dessa visão do cuidado de si, o sentido de pertencimento a uma causa, decorre, na participação de Linn no *reality show* BBB 22, do papel que ela exerce na construção da consciência de

uma identidade travesti como instrumento de luta política voltada para a emancipação coletiva. Ela emerge como condutora de um rito de passagem da consciência travesti individual para a consciência coletiva mobilizadora para a ação política. No caso de Linn, ela advém primeiramente de quem, para ela, naquele momento, afigura-se como alguém que, “já é uma artista multimídia”, por ser alguém que embora circule nos espaços das mídias, não havia conseguido concretamente se defrontar com o papel de representatividade da travestilidade, em um espaço de grande repercussão midiática. Note-se que é no BBB 22, que Linn se confronta com a invisibilidade da travestilidade, expressão que em Foucault diz respeito aos saberes sepultados pelo saber/poder hegemônico.

O momento de inflexão vem, então, do reconhecimento do Outro/Mesmo que reorganize os sentidos da existência, que sinaliza o projeto para a vida, que responde, organiza e articula, as experiências, angústias de um processo de vida. Esse processo é mediado pelas contradições do pertencimento da identidade travesti, a identificação da luta como o único caminho possível de redenção individual e coletiva para o segmento oprimido e de que isso não é conjuntural, mas parte integrante da vida, condição necessária para ser e permanecer, condição emancipatória da vida no plano individual e coletivo. Por isso tem que ser feito e refeito todos os dias, porque as contradições estão presentes no cotidiano de cada um e de todos. A travestilidade não descansa. Por isso mesmo a luta tem que ser permanentemente contínua.

Como otimista, credita também expectativa neste fortalecimento da identidade política (ser negra e travesti no mundo do branco cisnormativo), a possibilidade de formação de uma pauta mínima de ação da população travesti, vencendo armadilhas interiores de vitimização que alicerçam “os danos causados à subjetividade em sua plenitude”, como também capacitados a enfrentar as propostas naturalizadas no espaço público, fazendo “um acerto de contas com essa história”.

Referências

- ABÍLIO, A. G. M. Travestilidade e transexualidade: o reconhecimento jurídico das identidades sociais. *Revista Hispeci & Lema On-Line*, São Paulo, v. 7, n.1, p. 126–142, jan./fev. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/libertas/article/view/408>. Acesso em: 27 mar. 2022.
- ANDRADE, R. Representatividade: o que isso significa? *Politize*, 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/representatividade/>. Acesso em: 15 abr. 2022.
- BASTOS, D.; BATISTA, P. Representatividade x Representação: entenda a diferença e a importância. 2014. Disponível em: <https://push.com.br/post/representatividade-x-representacao-entenda-a-diferenca-e-a-importancia>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000. p. 151–166.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999a.
- FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975/1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999b. p. 285–315.
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 231–249.
- FOUCAULT, M. Governamentalidade. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013a, p. 407-431.
- FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013c. p. 55-86.
- GREGOLIN, M. do R. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.
- LOURO, G. L. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, n. 9, p. 541–553, 2001.
- MILANEZ, Nilton. *Audiovisualidades: elaborar com Foucault*. Londrina, PR: Eduel; Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2019. Disponível em: <https://nilton-milanez.blogspot.com/2020/07/audiovisualidades-elaborar-com-foucault.html>. Acesso em: 05 mar. 2022.

RUBIN, G. Políticas do sexo: Gayle Rubin. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

Jaqueline Carvalho Quadrado

E-mail: jaquelinequadrado@unipampa.edu.br

Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP), e professora do Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

Líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Ética, Educação e Política (GEEP/CNPq/Unipampa).

Bárbara Dutra Fonseca

E-mail: barbaradutra@outlook.com

Bacharel em Serviço Social, Universidade Federal do Pampa, São Borja-RS-Brasil.

Membra do Grupo de Pesquisa Gênero, Ética, Educação e Política (GEEP/CNPq/Unipampa).

Júlio Sylvester Vasconcelos Belchior

E-mail: juliosylvester@gmail.com

Bacharel em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, RN, Brasil

Membro do Grupo de Pesquisa Gênero, Ética, Educação e Política (GEEP/CNPq/Unipampa).

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições dos autores

Todas as(os) autoras(es) participaram efetivamente na construção teórica-metodológica e escrita do artigo.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

As (Os) autoras(es) consentem a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ARTIGO ORIGINAL

Acesso de mulheres bissexuais e lésbicas em serviços públicos de saúde

Pablo Cardozo Rocon¹<https://orcid.org/0000-0003-2696-5786>**Dominique da Silva Reis³**<https://orcid.org/0000-0002-6806-5367>**Kallen Dettmann Wandekoken²**<https://orcid.org/0000-0002-2326-4880>

¹Universidade Federal de Mato Grosso, Departamento de Saúde Coletiva, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e Programa de Pós-Graduação em Política Social, Cuiabá, MT, Brasil

²Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Enfermagem, Curso de Graduação em Enfermagem, Vitória, ES, Brasil

³Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Vitória, ES, Brasil

Acesso de mulheres bissexuais e lésbicas em serviços públicos de saúde

Resumo: São analisados desafios apresentados por lésbicas e mulheres bissexuais para acessarem serviços públicos de saúde em Cuiabá, Estado do Mato Grosso. Foram entrevistadas 14 participantes selecionadas por metodologia bola de neve e amostragem por saturação teórica. As entrevistas foram gravadas em áudio digital, transcritas e realizada análise temática. Foram identificadas como principais barreiras a invisibilização das orientações sexuais lésbicas e bissexuais com suas práticas afetivas e sexuais, a deslegitimação dessas por meio de práticas de violência e discriminação que levaram ao não acesso aos serviços de saúde buscados, não acolhimento e desumanização. Os achados são efeitos da heterocisnormatividade presente nos cotidianos de saúde, que na experiência das participantes se apresentou na invisibilidade das mulheres que não vislumbram a maternidade, nas violências a partir dos discursos de correção e anormalização das orientações sexuais e vivências afetivas e sexuais das participantes.

Palavras-chaves: lésbicas; mulheres bissexuais; saúde LGBT; saúde da mulher; discriminação.

Access by bisexual and lesbian women to public health services

Abstract: The challenges presented by lesbians and bisexual women to access public health services in Cuiabá, State of Mato Grosso, are analyzed. Fourteen participants were interviewed, selected by snowball methodology and initiated by theoretical saturation. The interviews were recorded in digital audio, transcribed and thematic analyzes were carried out. The main barriers identified were the invisibilization of lesbian and bisexual sexual orientations with their affective and sexual practices, their delegitimization through practices of violence and reception that led to non-access to the health services sought, non-welcoming and dehumanization. Overall, the findings are effects of heterocisnormativity present in daily health care, which in the experience of the participants were presented in the invisibility of women who do not envisage motherhood, in the violence from the discourses of correction and abnormalization of sex orientations and affective experiences and gender of women. participants.

Keywords: lesbians; bisexual women; LGBT health; women's health; discrimination.

Recebido em 26.06.2023. Aprovado em 21.08.2023. Revisado em 14.02.2024.



Este artigo está licenciado sob a Licença Internacional de Atribuição-Não Comercial (CC BY-NC) da Creative Commons, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

A Política Nacional de Saúde Integral da Mulher e a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT) podem ser consideradas importantes marcos legais no Sistema Único de Saúde que defendem a saúde integral e equânime com justiça social para lésbicas e mulheres bissexuais. Todavia, a literatura tem evidenciado atitudes corretivas, concepções heteronormativas sobre as sexualidades e patologização da homossexualidade e bissexualidade por profissionais da saúde, além de discriminação, ausência de acolhimento reverberando na exclusão de lésbicas e mulheres bissexuais dos serviços de saúde (Vezzosi et al., 2019; Santos et al., 2018; Araújo; Penna, 2014; Cardoso; Ferro, 2012; Marques; Oliveira; Nogueira, 2013; Araújo et al., 2019; Carvalho et al., 2013; Cabral et al., 2017; Rodrigues; Falcão, 2021).

Nessa direção, este artigo analisa os desafios enfrentados por lésbicas e mulheres bissexuais para acessarem e permanecerem nos serviços públicos de saúde em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, um município da Amazônia Legal.

Metodologia

Esta pesquisa elegeu o método qualitativo pelo qual “o trabalho de campo não é um exercício de contemplação. Tanto na observação como na interlocução com os atores o investigador é um ator ativo, que indaga, que interpreta, e que desenvolve um olhar crítico” (Minayo, 2012, p. 624). Assim, utilizou-se de abordagem e entrevista cartográfica como dispositivo de pesquisa, tendo em vista que se buscou “acompanhar a experiência do dizer, considerando e alimentando a circularidade intensiva entre os planos do conteúdo e da expressão [...] Pensamos na entrevista como experiência compartilhada do dizer que, como vimos, em sua performatividade cria mundo, sempre” (Tedesco; Sade; Caliman, 2013, p. 316). Neste artigo, são analisadas as respostas oferecidas pelas entrevistas a partir da questão disparadora: Conte-me sobre sua experiência como lésbica ou mulher bissexual nos serviços de saúde? Ao longo do manejo das entrevistas, também foi perguntado sobre: a) Acolhimento das orientações sexuais por profissionais da saúde; b) Sobre experiências com atendimento ginecológico; c) Realização e frequência do exame preventivo Papanicolaou. Essas questões foram elaboradas a partir das principais problemáticas identificadas em revisão de literatura prévia sobre saúde de lésbicas e mulheres bissexuais na Biblioteca Virtual em Saúde.

Foram entrevistas 14 participantes, sendo seis lésbicas e sete mulheres bissexuais e uma mulher pansexual (que também se autodenominou lésbica e mulher bissexual). Todas as orientações sexuais foram autodeclaradas. A seleção das participantes se deu pela metodologia de amostragem não probabilística nomeada bola de neve (Vinuto, 2014, p. 203). Assim, a primeira participante, nomeada semente, foi convidada por sua participação no movimento social de lésbicas e mulheres bissexuais no município de Cuiabá/MT, sendo as demais participações selecionadas a partir das indicações de cada participante. A amostra alcançou a saturação teórica conforme Fontanella, Ricas e Turato (2008), a partir da 12ª entrevista. Os critérios de inclusão utilizados foram ser maior de 18 anos, autodeclarar-se lésbica, mulher bissexual e utilizar os serviços públicos de saúde no Cuiabá/MT.

Neste artigo foi realizada a técnica de análise conteúdo temática (Bardin, 2011), a partir da qual as entrevistas foram organizadas em categorias temáticas identificadas ao longo da leitura e releitura exaustiva das entrevistas, quais sejam: 1. Invisibilidade das orientações sexuais lésbicas e de mulheres bissexuais nos serviços de saúde, e 2. Discriminação e violação de direitos. Essas categorias serão apresentadas e analisadas pelas matrizes teóricas que problematizam os efeitos da heteronormatividade e da heterossexualidade compulsória na vida da população lésbica e de mulheres bissexuais a partir de Judith Butler e Michel Foucault.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAEE: 46592921.0.0000.5690). Todas as participantes consentiram a participação mediante preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foi garantido o anonimato às participantes.

Resultados e Discussões

Caracterização da amostra

Ao apresentar os resultados, optamos por trazer a caracterização das mulheres (Quadro 1).

Quadro 1 - Caracterização das mulheres entrevistadas, pelo método Bola de Neve, em Cuiabá- MT, 2022

Entrevistada	Idade	Profissão	Raça/etnia	Orientação Sexual	Estado Civil
Participante 1	34	Professora Ed. Física	Não informada	Lésbica	Solteira
Participante 2	33	Professora Ed. Física	Não informada	Lésbica	Casada
Participante 3	37	Técnica de Enfermagem	Negra	Bissexual	Solteira
Participante 4	28	Assistente Social	Negra	Bissexual	Solteira
Participante 5	41	Professora Universitária	Negra	Bissexual/lésbica/ pansexual	Solteira
Participante 6	24	Gerente de Convênio	Preta	Bissexual	Solteira
Participante 7	23	Trainee em ONG	Negra	Bissexual	Solteira
Participante 8	22	Estudante	Negra	Bissexual	Solteira
Participante 9	33	Estudante	Branca	Lésbica	Solteira
Participante 10	23	Estudante	Negra	Lésbica	Solteira
Participante 11	23	Estudante	Branca	Bissexual	Solteira
Participante 12	23	Estudante	Branca	Bissexual	Solteira
Participante 13	49	Psicóloga	Parda	Lésbica	Solteira
Participante 14	49	Professora Biologia	Negra	Lésbica/gay	Solteira

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

As 14 mulheres que foram entrevistadas se autoidentificaram como cisgênero, com idade entre 22 e 49 anos. Nove participantes se autodeclararam negras (pretas e pardas), todas elas com ensino superior completo ou em curso, apenas uma relatou ser casada. Em relação à orientação sexual, sete identificaram-se como lésbicas, sete como bissexuais e uma como lésbica ou bissexual ou pansexual. Além disso, ainda que atualmente todas elas residam na cidade de Cuiabá (MT), sete entrevistadas são naturais de outros estados.

Apesar de compartilharem similaridades, possuem uma pluralidade entre si referente a outras categorias, que irão interseccionar-se produzindo diferentes experiências nas relações sociais.

Análise das categorias

Invisibilidade das orientações sexuais lésbicas e de mulheres bissexuais nos serviços de saúde

De maneira geral, as participantes relatam pouco interesse dos profissionais da saúde quanto à orientação sexual. Este cenário se agrava na medida em que elas pontuam acreditar ser importante o compartilhamento de tal informação para o processo de cuidado. Questões essas que podem ser observadas nos relatos a seguir:

[...]. Em nenhuma das vezes que eu fui [ao serviços de saúde] nunca aconteceu [sobre ser perguntada quanto a orientação sexual], e é uma coisa que eu também percebo que as pessoas não perguntam isso, e acho que deveria ser uma questão também, não pra ter diferenciação, mas é porque eu acho que é importante né, durante o atendimento a pessoa saber realmente quem é a pessoa que ela está atendendo, como que é, qual que é a especificidade, aquela particularidade enfim... eu acho que deveria ser perguntado, mas eu também nunca cheguei a levantar essa questão, porque assim eu, eu acho que (resmungo) na minha cabeça era assim, “ah, não me perguntou então eu não preciso falar”... Mas ao mesmo tempo eu ficava assim, “mas eu acho que devia ter perguntado”, eu ficava nisso, então eu acabava que eu não, na minha também, não comentava... (Participante 6).

[...] toda vez quando eu fui lá ninguém nunca perguntou [sobre a orientação sexual] nada entendeu?! [...] E tem pessoas [usuárias] que tem receio assim de falar [sobre a orientação sexual] entendeu? De ser julgado (Participante 3).

[...] Eu não me lembro de ter sido perguntada, as pessoas pressupõem assim acho que... que eu não sou lésbica né, mas também as dependendo da pessoa como ela não faz essa pergunta, eu também não vou lá e falo, porque as vezes se a pessoa não tem a sensibilidade de perguntar, se não há necessidade de expor dependendo do atendimento, eu também não falo, não vi necessidade de falar... (Participante 13).

[...] das poucas vezes que eu fui é, pelo SUS, não tive nenhum questionamento, não passei por nenhum constrangimento, com relação a isso aqui em Cuiabá, mas também não teve pergunta, também não teve um interesse né, porque me parece que é, profissionais de modo geral, mesmo não só da saúde né, mas falando da saúde, é... as pessoas já pressupõem uma heterossexualidade né... (Participante 4).

A PNSI–LGBT pontua a orientação sexual e a identidade de gênero como determinantes sociais e culturais do processo saúde-doença (Brasil, 2004). Tal afirmação é importante para analisar o cenário apresentado pelas participantes desta pesquisa, tendo em vista que revelam a desumanização e ausência de acolhimento nos serviços de saúde como efeitos de relações sociais normalizadas a partir da heterossexualidade compulsória.

Por heterossexualidade compulsória, compreende-se a expectativa social de que corpos, genitálias, gêneros e desejos sexuais se encontram relacionados de maneira linear, dicotômica e complementar sob a matriz da heterossexualidade (Butler, 2014). Esta norma social se fundamenta historicamente no que Foucault (2013) nomeou por dispositivo da sexualidade, que se constitui em estratégias disciplinares e de controle a partir da clínica e dos saberes da pedagogia, médicos, psiquiátricos e hospitalares de controle das relações sexuais e dos corpos de mulheres, crianças e populações.

Esse terreno histórico subsidia a constituição de normas sociais que classificam como normais as vidas que se organizam a partir das correspondências corpo-sociais vagina-útero-mulher-feminilidade e pênis-homem-masculinidade, e como anormais todos(as) que escapam a essas correspondências (Rocon, 2021). Engendrado neste cenário, se encontram os processos de violação, marginalização e exclusão de todos/as considerados/as anormais por um Racismo de Estado (Foucault, 2010), que tem por efeitos a manutenção da norma pela violência e o extermínio.

Associada à heterossexualidade compulsória, no decorrer das entrevistas observamos aspectos da invisibilidade que se produzem por meio da maternidade compulsória, como nos relatos a seguir:

[...] ela [médica] perguntou se eu usava alguma método contraceptivo, eu disse que não que eu era uma mulher lésbica e que no momento não né, não me sentia confortável com nenhum método contraceptivo que já me foi apresentado, então eu não utilizava e o meu método contraceptivo era manter os meus exames em dia, porque assim né eu posso me prevenir e prevenir é possíveis parceiras né sexuais, então é... nesse momento assim ela me indagou assim diversas vezes assim sobre isso, sobre métodos contraceptivos... (Participante 9).

[...]. Não [nunca foi perguntada sobre a orientação sexual], inclusive isso me incomodou bastante assim é, porque principalmente no atendimento ginecológico né, é, quando você vai no médico, na médica né, eles pressupõem que enfim, uma maternidade ali né, eu entendo que tipo assim é eu fui colocar né, eu fui em busca de colocar o DIU, mas previamente já, já fui pré idealizada é com o plano de ser mãe e tudo mais, e nunca, nunca fui questionada, isso pra mim né... mas assim a questão dos atendimentos eu nunca consegui ver uma oportunidade de conversar sobre isso, sabe, por exemplo, se eu vou num num atendimento e tudo mais, se o se o médico não introduz isso, as vezes não me sinto à vontade está expondo, entendeu?!.. (Participante 11).

[...] sempre a primeira pergunta quando você chega no ginecologista quando não falam a sua orientação, nem nada né, é assim “é... você está prevenindo gravidez?” é sempre a primeira pergunta, e aí eu falava “olha, então eu me relaciono com mulheres e tal, então assim, não, uso nenhum método contraceptivo né” (Participante 8).

A invisibilidade das orientações sexuais lésbicas e de mulheres bissexuais nesta pesquisa, parecer ser efeito da maternidade e heterossexualidade compulsórias que produzem no imaginário e nas práticas em saúde a impossibilidade do cuidado com os corpos e sexualidades não associadas a lógicas de procriação e desejo inequívoco de manter relações sexuais com o sexo oposto. Além disso, os dados evidenciam a desconsideração e não garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das participantes da população LGBT como prevê os objetivos PNSI-LGBT (BRASIL, 2013).

Esses achados corroboram as pesquisas de Carvalho et al. (2013), Cabral et al. (2017), Vezzosi et al. (2019) e Rodrigues e Falcão (2021) que também evidenciaram o não acolhimento das orientações sexuais de lésbicas e mulheres bissexuais, seja pela ausência de pergunta, seja pela não abertura ao compartilhamento da informação, ou ainda pela crença numa predisposição à heterossexualidade. Carvalho et al. (2013) ainda evidenciam que alguns profissionais da saúde consideraram as informações sobre orientação sexual como irrelevantes para o atendimento em saúde.

Nesse ponto, ainda, se destacam alguns relatos que se somam às diferentes formas de produção de invisibilidades, como mostra-se a seguir:

O preventivo... Ah, não [nunca realizou] Tô sabendo agora [que a realização do exame é importante mesmo quando não há relação heterossexual] ... (Participante 6).

[...] teve um caso recente que a minha esposa foi, né, no qual ela nunca tinha ido é no ginecologista por agora, ela ia quando ela era nova, né mais nova, e ela sentiu, ela foi explicar pro médico e ele não soube é... conversar com ela, porque ela precisou fazer o preventivo e ele não sabia se, se poderia fazer ou não, porque ele achou que ela tinha ainda, ai, como que ele explicou pra ela, o hímen alguma coisa assim e não poderia colocar o objeto pra fazer, e ela falou, não doutor, eu sou lésbica, mas eu não sou virgem né eu tenho relação com mulher, mas eu não sou virgem, então ela teve que explicar pra ele... (Participante 2).

Percebemos que as participantes relataram desconhecer a importância da realização dos exames preventivos em meio a um cenário no qual os profissionais afirmam em suas práticas a heterossexualidade compulsória. Com base na literatura, podemos afirmar que o primeiro cenário — de não busca ou desconhecimento por parte das mulheres, ou ainda, a ausência de qualificação do profissional — é efeito do segundo — valorização da heterossexualidade compulsória nas práticas profissionais. Rankow e Tessaro (1999) e Rodrigues e Falcão (2021) evidenciam que a valorização da heterossexualidade nas consultas médicas leva as lésbicas e mulheres bissexuais a acreditarem num suposto menor risco de desenvolvimento de câncer cancro cervical, em razão da ausência do sexo penetrativo com homens cisgêneros heterossexuais, produzindo não adesão ao exame Papanicolau, ou ainda receio, medo e dúvida sobre a necessidade de realizá-lo.

Discriminação e violação de direitos

As participantes 6 e 8, mencionadas a seguir, vivenciaram situações de violência por parte de profissionais da saúde que questionaram e deslegitimaram as orientações autodeclaradas. As referidas participantes também relatam preocupação com as possíveis reações profissionais diante da orientação sexual informada.

[...]. Com essa que eu falei que não deu certo, ela [a psicóloga] tinha muita aquela coisa de meio que deslegitimar (falando pausadamente) a minha sexualidade, entendeu, “ah, mas você não se relaciona” ..., “você tem certeza?” (Participante 6).

[...] e eu estava me abrindo pra é, enfim realmente afirmar a minha sexualidade enfim, e aí já teve profissionais que meio que caçoaram tipo assim “aí, mas você é muito nova”, tipo “depois você pensa essas coisas”, “vai com calma”, não sei o que, então tipo, já teve vezes deu escutar coisas assim sabe... sempre rola um medinho assim de falar [sobre a orientação sexual], mas eu tento falar pra eles entenderem tipo, ... aí mais ter tipo colocar todas essas questões é complicado porque a gente nunca sabe como que vai ser o atendimento, se vou ser desrespeitada, e já aconteceu várias vezes, e aí tudo isso meio que que trava né a gente assim [...]. (Participante 8).

Sinceramente? Não [falo da orientação sexual], porque eu fico com, com certo receio sabe, de como é que vai se dar esse atendimento, se vai rolar algum tipo de preconceito sabe, ou se vai rolar algum tipo de violência, em relação ao profissional de saúde que está atendendo né, e, tem vários estigmas em relação a ser bissexual né, tem toda uma questão de “ah, é frescura”, e tem um estereótipo de que é uma pessoa que é promíscua e aí que vai ter várias doenças e tudo mais, então acaba não sendo colocada sabe ... (Participante 7).

Esses relatos de deslegitimação das orientações sexuais, demonstram uma crença de que a orientação sexual pode ser alterada com o tempo, corroboram os achados de Vezzosi et al. (2019) e Santos et al. (2018), que evidenciam associação por profissionais da saúde das orientações não heterossexuais com desvios psiquiátricos, psicológicos e a crença nas possibilidades de correção da orientação sexual.

Frente a esses relatos de violações, importante ressaltar que em 2009, a Portaria nº 1.820, nomeada Carta dos Direitos dos usuários da Saúde, definiu em seu art. 4º, parágrafo único, que “É direito da pessoa, na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude de [...] orientação sexual, identidade de gênero [...]” (Brasil, 2011, p. 11). Este documento fortalece a afirmação do direito a ser acolhido nos serviços de saúde sob a perspectiva das múltiplas orientações sexuais vividas por homens, mulheres cisgêneros, transgêneros ou pessoas não binárias. Além de um direito, as orientações sexuais devem ser observadas como marcadores de diferença, na medida em que sob uma perspectiva interseccional, podem revelar iniquidades e inequidades em saúde que emergem de modos diferentes a partir das diferentes orientações.

Nessa direção, a Política Nacional de Saúde Integral da Mulher pontua que a orientação sexual interseccionada às desigualdades de gênero, aprofundam outras desigualdades sociais e processos discriminatórios aos quais as mulheres estão expostas (Brasil, 2004). Um exemplo importante é citado pela PNSI-LGBT, que citando o Dossiê das Mulheres Lésbicas, informa que “Com relação às mulheres que procuram atendimento de saúde, cerca de 40% não revelam sua orientação sexual. Entre as mulheres que revelam, 28% referem maior rapidez do atendimento do médico e 17% afirmam que estes deixaram de solicitar exames considerados por elas como necessários” (Brasil, 2013, p. 14).

Todavia, apesar dos marcos legais expostos, tendo em vista ainda que eles estão em profunda afinidade com o Art. 196 da Constituição Federal de 1988, que define saúde como direito universal sob responsabilidade estatal, nesta pesquisa ainda nos deparamos com narrativas de discriminação das orientações sexuais e violação de direitos - como se pode observar também no relato da Participante 5:

[...] quando eu fiz um exame que eu estava com gonorreia, sei lá que que era, era uma coisa que sai branca da vagina, eu estava com isso, o médico falou na cara, na minha cara, um outro médico, aqui também, antes de eu ir pra essa ginecologista, ele disse assim pra mim e pra minha companheira, porque ela estava limpinha, e que eu não estava tão limpinha (pausa curta) que ele iria atender-la, mas a mim ele não ia atender, porque eu estava com mioma e porque eu estava com a doença sexualmente transmissível, eu saí de lá me sentindo a pessoa mais suja da face da terra, primeiro, porque eu falei, “cara, eu to fedendo será? É, eu to suja, é será que foi falta de cuidado, de limpeza?” ... já fui questionada [também] por médico quando eu estava com a perna aberta, a mulher passando o bastonete na minha vagina e dizendo pra mim que eu teria câncer de útero porque eu não queria uma penetraçãozinha do espécuro (voz trêmula de choro), essa foi uma situação extremamente dolorosa... (Participante 5).

O relato da Participante 5 apresenta dois momentos em que vivenciou violências ao acessar o serviço de saúde e realizar exames ginecológicos. A fala revela um profundo processo de desumanização dos corpos, falas e orientação sexual da participante, além de discriminação ao buscar atendimento para cuidados com uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST).

Constatamos que, de maneira geral, todas as participantes apresentam receio, resistência e medo quanto a consulta ginecológica. Sentimentos que podem ser traduzidos pela fala “ainda bem que eu não vou ter que fazer de novo” (Participante 11). Nesse ponto, importante destacar as situações de violência relatadas pela Participante 7:

[...] fui violentada de várias maneiras sabe, tanto com o processo de racismo, quanto o processo de assédio, e aí eu prefiro, não é um espaço que eu me sinta confortável sabe, um espaço de, com profissional da saúde assim, eu fico[...] bem receosa assim, principalmente se forem homens, que for me atender assim, eu não, eu não sei muito como lidar sabe, fico muito nervosa e as vezes parece que me dá um branco.

Questões essas que apontam um quadro dramático de receio de resistência em retornar ao serviço de saúde em razão dos processos de discriminação e violência. Situação similar a vivida por mulheres transexuais e travestis, como evidenciado por Rocon et al. (2016). Este cenário se agrava quando relacionado ao atendimento ginecológico, na medida em que a omissão da orientação sexual pode conduzir a equívocos como a escolha de um espécuro para exame citopatológico que gere sofrimento (Cabral et al., 2019). Nesta pesquisa, as participantes relataram alívio em não ter que retornar ao ginecologista, bem como experiências dolorosas na realização do exame Papanicolau.

Todavia, divergindo da análise de Cabral et al. (2019), mesmo a participante 5 informando sua orientação sexual e solicitando a utilização do espécuro adequado, relatou sofrer violência durante o procedimento, demonstrando que a informação da orientação sexual pode ampliar a exposição das lésbicas e mulheres bissexuais aos processos de discriminação. Uma realidade já denunciada pela PNSI-LGBT ao citar que dentre as “[...] mulheres que procuram atendimento de saúde, cerca de 40% não revelam sua orientação sexual. Entre as mulheres que revelam, 28% referem maior rapidez do atendimento do médico e 17% afirmam que estes deixaram de solicitar exames considerados por elas como necessários” (Brasil, 2013, p.14). Cardoso e Ferro (2012) ainda mencionam o despreparo dos profissionais no acolhimento das especificidades em saúde de lésbicas e mulheres bissexuais como um dos principais motivos para a menor procura dos serviços de saúde por essas usuárias.

Evidencia-se, assim, um profundo processo de desumanização dos corpos e sexualidades das participantes desta pesquisa, na medida em que a humanidade das vidas é reconhecida “pela adequação das estruturas físico-corporais [e das práticas sexuais] às normas para gênero e sexualidade” (Rocon et al., 2020, p. 2349). Nesse sentido, humanização é compreendida como um processo no qual ocorre o reconhecimento de corpos e vidas “[...] como vida vivível como humano é o que organiza esforços para sua proteção e para que sua possível perda seja objeto de comoção e luto” (Rocon et al., 2022, p. 8). O que percebemos é a completa ausência de esforços para proteção, cuidado e acolhimento das participantes desta pesquisa; produz-se assim processos de exclusão, que Foucault (2010) nomeou por deixar morrer, na medida em que não se vislumbra qualquer esforço para reconhecimento e acolhimento das participantes, mas sim, práticas que as violentam e discriminam.

Este cenário de não reconhecimento das participantes como vidas vivíveis e que merecem esforços para acolhimento e proteção como conceitua Butler (2019), é efeito do conjunto de normas heteronormativas e patriarcais que delimitam as fronteiras humano e não humano. Um modo de produção das relações sociais de gênero e sexualidade que nos cotidianos de saúde, contribui para o adoecimento das lésbicas e mulheres sexuais, na medida em que não acolhem as necessidades em saúde vinculadas às múltiplas possibilidades de viver as sexualidades. Um cenário, que por exemplo, dificultará discutir no campo da saúde sexual e reprodutiva, o acompanhamento da gravidez de mulheres lésbicas, problematizando que as rotinas dos profissionais e dos serviços sob lógica heteronormativa como propõe Marques, Oliveira e Nogueira (2013) e Rocon (2021), segundo o qual, a formação hegemônica de profissionais da saúde “formata e modela modos de cuidar, ouvir, acolher, trabalhar, praticar e gerir os serviços de saúde conduzidos por pressupostos da vida e dos corpos lidos pela heterossexualidade compulsória e a cisnormatividade” (Butler, 2019, p. 111–112).

Considerações Finais

Os dados desta pesquisa apontam inúmeros processos de exclusão que são acionados por este terreno histórico, que produz a invisibilidade ou punem as mulheres que não vislumbram a maternidade (dispositivo da maternidade compulsória), as violências físicas e psíquicas empreendidas a partir dos discursos de deslegitimação, desconsideração, desumanização das orientações sexuais e, os processos em si de anormalização das vivências lésbicas e de mulheres bissexuais, na medida em que suas vivências sexuais são associadas a aspectos de impureza.

Desse modo, os dados reforçam a importância de compreender a orientação sexual como componente dos determinantes sociais, históricos e culturais do processo saúde e doença de lésbicas e mulheres bissexuais. Tal constatação se embasa nas evidências de que a invisibilização das orientações sexuais, os processos de violência ginecológica e na recepção das necessidades em saúde destas mulheres, são efeitos de um processo de desumanização social e históricas das orientações sexuais não centradas nas normas pautadas pela heterossexualidade compulsória.

Nesse sentido, a orientação sexual se apresenta como um marcador de iniquidade e inequidade, na medida em que a intersecção das desigualdades de gênero reverbera em injustiças no acesso aos bens e serviços de saúde a partir da produção com distribuição desigual entre homens e mulheres, heterossexuais e lésbicas e mulheres bissexuais e marcador de inequidade. Processos de produção de desigualdades sociais que tem dentre seus múltiplos fundamentos o racismo contra os anormais, o não reconhecimento das sexualidades não heterossexuais como passíveis de serem vividas e acolhidas, desprezando não apenas suas necessidades em saúde, como também, todas as suas necessidades sociais para manutenção da vida.

Assim, os serviços de saúde e a realidade de exclusão das participantes desta pesquisa não podem ser analisados descolados da realidade social que os produzem, e o processo saúde e doença não deve ser isolado de sua historicidade social. Uma vez que profissionais da saúde são produzidos como sujeitos em meio a normas sociais que atribuem normalidade e humanidade aos corpos heteronormalizados, logo, “[...] numa sociedade cujas normas predominantes para a inteligibilidade dos corpos residem no gênero binário e na heteronormatividade, todos os corpos inadequados a esse padrão poderão ser considerados doentes [...]” ou anormais (Rocon et al., 2016, p. 2524).

Sob esta perspectiva, faz-se necessária a elaboração de dispositivos formativos que possibilitem aos profissionais da saúde analisarem suas práticas e, até mesmo, suas próprias vivências nos gêneros e sexualidades. Dispositivos que possibilitem produzir “[...] ambulatórios e serviços de saúde que afirmem a diferença e que defendam uma vida” (Rocon, 2021, p. 164). Carvalho et al. (2013) sugerem o foco na educação permanente em saúde, analisando que os processos formativos devem ultrapassar a graduação e se estender a todo percurso dos trabalhadores da saúde.

Referências

- ARAÚJO, L. M. et al. O cuidado às mulheres lésbicas no campo da saúde sexual e reprodutiva. *Revista de enfermagem UERJ*, v. 27, p. 1–7, 2019.
- ARAÚJO, L. M.; PENNA, L. H. G. A relação entre sexo, identidades sexual e de gênero no campo da saúde da mulher. *Revista de enfermagem UERJ*, v. 22, n. 1, p. 134–138, 2014.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Edições 70, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Carta dos direitos dos usuários da saúde*. 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. 1. ed. 1. reimp. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- BUTLER, J. *Vidas precárias: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- CABRAL, K. T. F. et al. Assistência de enfermagem às mulheres lésbicas e bissexuais. *Revista de enfermagem UFPE*, v. 13, n. 1, p. 79–85, 2019.
- CABRAL, L. S. C. et al. Homossexualidades femininas no contexto dos sistemas de informação de saúde. *Revista de Enfermagem UFPE*, v. 11, n. 4, p. 1699–1707, 2017.
- CARDOSO, M. R.; FERRO, L. F. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 32, n. 3, p. 552–563, 2012.
- CARVALHO, P. M. G. et al. Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis por mulheres homossexuais e bissexuais: estudo descritivo. *Brazilian Journal of Nursing*, v. 12, n. 4, p. 931–941, 2013.
- FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17–27, 2008. DOI 10.1590/S0102-311X2008000100003
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 23. ed. São Paulo: Graal, 2013.
- MARQUES, A. M.; OLIVEIRA, J. M.; NOGUEIRA, C. A. A população lésbica em estudos da saúde: contributos para uma reflexão crítica. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 18, n. 7, p. 2037–2047, 2013.

- MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 17, n. 3, p. 621–626, 2012.
- RANKOW, E. J.; TESSARO, I. Cervical cancer risk and Papanicolaou screening in a sample of lesbian and bisexual women. *J Fam Pract*, v. 47, n. 2, p. 139–143, 1999.
- ROCON, P. C. et al. Difficulties experienced by trans people in accessing the unified health system. *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2517–2526, 2016. DOI: 10.1590/1413- 81232015218.14362015
- ROCON, P.C. Clínica (trans)sexualiza(dor)a: processos formativos de trabalhadores da saúde. Salvador: Devires, 2021.
- ROCON, P.C. et al. O reconhecimento e o aparecimento público como determinantes para a saúde: diálogos com mulheres transexuais e trabalhadores(as) da saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 31, n. 2, p. e210356pt, 2022.
- ROCON, P.C. et al. Vidas após a cirurgia de redesignação sexual: sentidos produzidos para gênero e transexualidade. *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 6, p. 2347–2356, 2020.
- RODRIGUES, J. L.; FALCÃO, M. T. C. Vivências de atendimentos ginecológicos por mulheres lésbicas e bissexuais: (in)visibilidades e barreiras para o exercício do direito à saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 30, n. 1, p. 1–14, 2021.
- SANTOS, C. G. C. O.; BERNARDES, S. P.; FERREIRA, W. T. R. Da invisibilidade ao reconhecimento: experiência de roda de conversa e validação da bissexualidade em São Paulo. *Diversidade Sexual e de Gênero*, v. 19, n. 2, p. 77–85, 2018.
- TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. *Fractal*, Niterói, v. 25, n. 2, p. 299–322, 2013. DOI 10.1590/S1984-02922013000200006
- VEZZOSI, J. L. P. et al. Crenças e Atitudes Corretivas de Profissionais de Psicologia sobre a Homossexualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, n. 3, p. 174–193, 2019.
- VINUTO, J. A. Amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, v. 22, n. 44, p. 201–218, 2014. DOI 10.20396/tematicas.v22i44.10977

Pablo Cardozo Rocon

E-mail: pablocardoz@gmail.com

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Adjunto do Departamento de Saúde Coletiva na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e Programa de Pós-Graduação em Política Social na Universidade Federal de Mato Grosso(UFMT).

Kallen Dettmann Wandekoken

E-mail: kallendw@gmail.com

Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Professora Adjunta no Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Dominique da Silva Reis

E-mail: dominiquesilvar@gmail.com

Mestra em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Mato Grosso.

Aluna de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Espírito Santo.

UFMT

Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). (ISC/UFMT, Cuiabá, Brasil), Bloco CCBSIII, 2º piso. Avenida Fernando Corrêa, nº 2367, Boa Esperança, Cuiabá (MT), CEP: 78060-900.

UFES

Prédio do Departamento de Enfermagem e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Av. Mal. Campos, 1468 - Maruípe, Vitória - ES, Brasil, CEP: 29047-105.

Agradecimentos

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado.

Agência financiadora

Não houve agência financiadora do projeto de pesquisa.

Contribuições dos autores

Rocon é responsável pela produção e análise dos dados, redação e revisão final. Wandekoken contribuiu na análise dos dados e revisão final. Silva é responsável pela produção dos

dados e contribuiu revisão final. Todos(as) autores(as) aprovam a versão final apresentada.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

CAEE: 46592921.0.0000.5690, Número do Parecer: 4.826.722

Consentimento para publicação

Os(as) autores(as) consentem com a publicação desta.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ARTIGO ORIGINAL

Celso Furtado, crítico da “colonialidade”

Henrique Viana¹<https://orcid.org/0000-0002-4897-8230>**Isadora Pelegrini²**<https://orcid.org/0000-0002-3584-7848>

¹Universidade Federal de Minas Gerais, Doutorado em Economia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte, MG, Brasil.

²Universidade Federal de Minas Gerais, Doutoranda em Economia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Celso Furtado, crítico da “colonialidade”

Resumo: Questionando algumas narrativas sobre o pioneirismo e as inovações conceituais do grupo *Modernidade/Colonialidade*, o objetivo deste artigo é discutir algumas formulações teóricas de Celso Furtado que se aproximam do que se entende atualmente nas ciências sociais latino-americanas como uma análise da “colonialidade” e que são anteriores ao trabalho do grupo. Discutindo a teoria da dependência desenvolvida pelo autor nos anos de 1970, examinamos os seus elementos de crítica ao eurocentrismo, à racionalidade instrumental, à ideologia moderna do progresso e às formas de vida associadas à civilização industrial.

Palavras-chave: Subdesenvolvimento, Dependência, Colonialidade.

Celso Furtado, critic of “coloniality”

Abstract: Questioning some narratives about the pioneering spirit and conceptual innovations of the Modernity/Coloniality group, the aim of this article is to discuss some of Celso Furtado’s theoretical formulations that are close to what is currently understood in Latin American social sciences as an analysis of “coloniality” and that predate the group’s work. Discussing the theory of dependency developed by the author in the 1970s, we examine its elements of criticism of Eurocentrism, instrumental rationality, the modern ideology of progress and the ways of life associated with industrial civilization.

Keywords: Underdevelopment, Dependency, Coloniality.

Recebido em 30.06.2023. Aprovado em 21.08.2023. Revisado em 19.02.2024.



Este artigo está licenciado sob a Licença de Atribuição Não-Comercial (CC BY-NC) 4.0 Internacional, disponível em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>. É permitida a cópia e a distribuição para uso não comercial, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Walter Mignolo (2007), Grosfoguel (2009) e Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), figuras de destaque do chamado “giro decolonial” das ciências sociais latino-americanas, defendem uma certa narrativa de pioneirismo da abordagem teórica desenvolvida no grupo por eles fundado, *Modernidade/Colonialidade* (daqui em diante M/C). Segundo os autores, o trabalho do grupo representa pela primeira vez um esforço de crítica ao eurocentrismo nas ciências sociais, à colonialidade e à dominação europeia em toda a sua radicalidade. Outras tradições críticas latino-americanas, como a CEPAL e a teoria da dependência, não teriam sido capazes de teorizar corretamente a experiência dos subalternos, porque presas ao economicismo e não suficientemente críticas em relação aos desenvolvimentos teórico-filosóficos do centro. Diferentemente, argumentamos que essa sorte de questões é apresentada pelo economista brasileiro Celso Furtado já em fins da década de 1970, em uma obra crítica ao eurocentrismo, que discute uma proposta alternativa tanto de teoria social quanto de projeto político de “desprendimento” em *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Ainda que distante do vocabulário e das soluções políticas propostas no interior do grupo M/C, acreditamos ser possível dizer que as perguntas e os problemas que Furtado discute neste ensaio endereçam questões próximas à discussão do “giro decolonial”, e inclusive antecedem os problemas colocados pelo grupo décadas depois. Na primeira seção são apresentados os argumentos de Mignolo, Grosfoguel. Na segunda seção faz-se breve introdução ao pensamento de Furtado e à construção da sua teoria. Na terceira e última seção, são discutidos os momentos que consideramos mais importantes da crítica da “colonialidade” de Furtado nos anos 1970.

Modernidade/Colonialidade, desprendimento e a narrativa do pioneirismo

Ao final da década de 1990, na esteira da discussão dos estudos pós-coloniais e subalternos, formou-se um fórum de discussão latino-americano de teoria social que deu origem ao chamado grupo *Modernidade/Colonialidade* (Ballestrin, 2013). Entre seus integrantes, contam autores como Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Mignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Santiago Castro-Gomez e Ramón Grosfoguel, que se reivindicam criadores de uma perspectiva nova da compreensão da modernidade e do fenômeno da colonização. Partindo de um diagnóstico das insuficiências dos estudos pós-coloniais e dos estudos culturais dos anos 1980 e 1990, bem como da teoria social latino-americana desenvolvida ao longo do século XX, o grupo estabeleceu uma agenda de pesquisa que se pretende uma crítica radical da dominação europeia a partir do conceito de *colonialidade*. Desde o início dos anos 2000, a produção do grupo tem liderado o chamado “giro decolonial” nas ciências sociais na América Latina (Ballestrin, 2013).

Membro do grupo, Maldonado-Torres (2007, p. 131) explica que a *colonialidade* é diferente do *colonialismo*: enquanto o último é um regime político, a primeiro é um “padrão de poder”, a forma da dominação europeia moderna, apoiada, por sua vez, na *colonialidade do poder*, do *saber* e do *ser*. E explicitando as dimensões do conceito, afirma:

Se a colonialidade do poder se refere à inter-relação entre formas modernas de exploração e dominação, e a colonialidade do conhecimento tem a ver com o papel da epistemologia e das tarefas gerais da produção de conhecimento na reprodução dos regimes de pensamento colonial de ser refere-se à experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem (Maldonado-Torres, 2007, p. 130, tradução nossa).

Os conceitos novos surgidos do trabalho do M/C teriam possibilitado, pela primeira vez, uma teoria crítica realmente radical a partir da América Latina, por desvelar os aspectos culturais, raciais, patriarcais e epistemológicos da dominação europeia e colonial (Mignolo, 2007; Maldonado-Torres, 2007). Com o trabalho pioneiro do grupo, abria-se a possibilidade de enfim dar conta da complexidade e extensão da *colonialidade* e do eurocentrismo nas ciências sociais, abandonando categorias e formas de pensar europeias e inadequadas à teorização da experiência dos subalternos (Mignolo, 2007).

Discutindo a genealogia do grupo M/C, Walter Mignolo (2007) defende que somente em 1977, com a publicação de *Filosofía de la liberación*, de Enrique Dussel — argentino, frequentemente citado como a matriz filosófica do movimento — viria à luz pela primeira vez uma crítica latino-americana da colonialidade e da modernidade em toda a sua extensão. Completando as “fontes” do grupo, de forma parecida, Immanuel Wallerstein teria sido o primeiro a conceber o capitalismo como um sistema global e interligado, integrando

a longa duração, o capitalismo comercial, o papel do Sul e a colonização, com a teoria dos sistemas-mundo. Ainda segundo Mignolo, Aníbal Quijano teria sido o primeiro autor latino-americano a articular as questões culturais e epistemológicas da colonialidade do poder, na década de 1990.

A nova atitude teórica do grupo teria possibilitado a compreensão do racismo epistêmico e as limitações das teorias do Norte (Maldonado-Torres, 2007). A teoria latino-americana, na avaliação dos membros do grupo, deveria então abandonar as categorias e modelos de pensamento do centro, nos quais:

A Europa é o modelo a imitar e o objetivo de desenvolvimento era (e ainda é) alcançá-los. Isso se expressa nas dicotomias civilizado/bárbaro, desenvolvido/ subdesenvolvido, ocidental/não-ocidental, que marcou categoricamente boa parte das ciências sociais modernas. Dizemos, então, que a abordagem dos sistemas-mundo fornece uma crítica radical a essas ideologias desenvolvimentistas europeias, e que a crítica pós-colonial também fornece uma crítica radical dos discursos do ‘orientalismo’ e o ‘ocidentalismo’ que postulam os povos não europeus como os ‘outros’ inferiores. (Castro-Gomez; Grosfoguel, 2007, p. 15, tradução nossa).

Similarmente, para Maldonado-Torres (2007), a colonialidade e a classificação racial dão sustentação à dominação europeia, na medida em que perpetuam o modo de pensar hierárquico europeu. Por isso o grupo M/C representa o esforço pioneiro de verdadeira descolonização, empreendendo um giro:

Uma mudança de perspectiva e atitude presente nas práticas e formas de conhecimento dos sujeitos colonizados, desde os primórdios da colonização, e, em segundo lugar, um projeto de transformação sistemática e global dos pressupostos e implicações da modernidade, assumida por uma variedade de sujeitos em diálogo (Maldonado-Torres, 2007, p. 160).

Para resgatar o ponto de vista do subalterno, Mignolo (2007, 2012) faz um chamado à transformação das ciências sociais, por meio do *desprendimento* em relação às formas de pensar e soluções europeias, do resgate das narrativas dos *damnés de la terre*, e da criação de “histórias globais” sobre a modernidade. O esforço do desprendimento, para o autor, se relaciona com o exercício e valorização do *pensamento fronteiro*: a produção de conhecimento a partir das experiências do Sul, com outras epistemologias. Para Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), este movimento deveria dar origem a um novo quadro de referências teórico:

Fornecer uma linguagem alternativa é um dos maiores desafios teóricos que temos agora. Devemos entender que o capitalismo não é apenas um sistema econômico (paradigma da economia política) e não é apenas um sistema cultural (paradigma dos estudos culturais/pós-coloniais em seu aspecto ‘anglo’), mas que é uma rede global de poder, integrado por processos econômicos, políticos e culturais, cuja soma mantém todo o sistema. Portanto, precisamos encontrar novos conceitos e uma nova linguagem que dê conta da complexidade das hierarquias de gênero, raça, classe, sexualidade, conhecimento e espiritualidade dentro dos processos geopolíticos, geoculturais e geoeconômicos do sistema-mundo. Para encontrar uma nova linguagem para essa complexidade, precisamos olhar ‘fora’ de nossos paradigmas, abordagens, disciplinas e campos de conhecimento. (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007, p. 17).

Defendendo um “giro”, uma “re-orientação” da teorização, e reivindicando um “pioneirismo” na discussão da colonialidade em todas as suas dimensões, os membros do M/C disputam um certo “lugar” da teoria crítica latino-americana, desaprovando teorias precedentes e concorrentes. Entre os “adversários” do grupo, figuram o pensamento desenvolvido no interior da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe da Organização das Nações Unidas, a CEPAL, e a chamada teoria da dependência.

Para membros do M/C, ainda que preocupados com as particularidades da América Latina, *cepalinos* e *dependentistas* teriam ficado presos às categorias europeias, e, portanto, permanecido incapazes de compreender a colonialidade e de fazer uma crítica completa ao eurocentrismo. Segundo Castro-Gómez e Grosfoguel (2007, p. 18), a chamada “escola dependentista” padecia do reducionismo econômico e da consideração instrumental da cultura, ignorando que “as estratégias simbólicas/ideológicas, assim como as formas eurocêntricas de conhecimento, não são aditivas, mas constitutivas da economia política do sistema-mundo capitalista”. Além da subestimação do simbólico, uma grave lacuna das tradições seria a total ausência de reflexões sobre questões de raça e gênero (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007, p. 19). Similarmente, Mignolo (2007) argumenta que a teoria da dependência limitou a discussão das relações centro-periferia à “política” e à “economia”¹. Por fim,

Grosfoguel (2009) aponta que o pensamento crítico latino-americano não teria conseguido superar “a velha oposição entre cultura e economia política”.

Como discutido anteriormente, não nos parece que essa caracterização da problemática da CEPAL e da teoria da dependência se aplique à obra de Celso Furtado, nome de relevo para as duas tradições criticadas pelo grupo M/C. Theotônio dos Santos (2015), um dos fundadores da abordagem da dependência, argumenta de forma diferente dos teóricos *decoloniais*. Segundo o autor, Furtado teria sido pioneiro na crítica ao economicismo e ao eurocentrismo nas ciências sociais desde o Sul, bem como na formulação de uma proposta de desenvolvimento própria à realidade latino-americana. A publicação de “Creatividad cultural y desarrollo dependiente”, em 1984, seria um marco, por representar a total incorporação dessas reflexões do autor em sua teoria (Dos Santos, 2015).

Cientista social latino-americano com obra de importância tanto para a CEPAL quanto para a teoria da dependência, Celso Furtado está, não obstante, ausente das narrativas de Mignolo, Grosfoguel, Castro-Gómez e Maldonado-Torres sobre o pensamento crítico latino-americano. Seguindo a sugestão de Dos Santos (2015), tentamos a seguir discutir os elementos na obra de Furtado que, mesmo distante do vocabulário e das soluções políticas propostas no interior do grupo M/C, nos parecem endereçar algumas das perguntas e problemas que foram colocadas na discussão do “giro decolonial”. Nosso argumento é de que, a partir da década de 1970, com seus estudos sobre cultura e dependência, Furtado aprofunda a crítica do eurocentrismo e propõe uma alternativa radical de desenvolvimento autônomo para a América Latina, junto de uma teoria de novo tipo. Primeiramente, porém, apresentamos uma breve reconstrução de seu itinerário teórico, atentando para a construção do conceito de subdesenvolvimento em sua obra.

A trajetória de Celso Furtado e a crítica às teses clássicas da CEPAL

Furtado notabiliza-se com a publicação de *Formação econômica do Brasil*, livro que, como lembra Mantega (1989, p. 35), transformou-se num texto base para a economia brasileira e para as demais ciências sociais, “ponto de referência a ser necessariamente considerado por todos aqueles preocupados em equacionar nossa dinâmica social, mesmo com um ponto de vista diferente de Furtado”, numa trajetória que fez dele “o arquiteto que lançou as bases da economia política brasileira” (Mantega, 1989, p. 37). De atuação política intensa no Estado, o autor tomou parte simultaneamente de várias tradições, com variadas fontes formativas. Além do marxismo, do positivismo e da sociologia norte-americana, suas reflexões construíram-se em intenso diálogo com o pensamento crítico latino-americano, centrado na figura de Raul Prebisch, os economistas de Cambridge, na Inglaterra e a historiografia da *École des Annales*, na França (Furtado, [1973] 2013; Paula; Albuquerque, 2021).

Celso Furtado defende sua tese de doutoramento sobre a economia colonial brasileira na França, em 1948, e dois anos depois, em 1950, obtém o cargo de diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe da Organização das Nações Unidas, a CEPAL. Prebisch, que fez o convite à diretoria, era o responsável por dirigir um instituto que produziria estudos e daria origem à escola estruturalista latino-americana, nos anos seguintes, tendo formado uma geração de pensadores em torno do problema do atraso econômico (Furtado, 2014). Um texto muito importante da época lançou as bases da atuação do grupo, o que é bastante instrutivo para compreender o conjunto de problemas em torno da CEPAL, é *El desarrollo Económico de América Latina y Algunos de sus Principales Problemas*, de Prebisch (1949), que era também:

um manifesto pró-industrialização e emancipação da América Latina e primeiro libelo de uma nova doutrina intervencionista e antiliberal, que desafiava o *status quo* e as teses consagradas sobre o comércio internacional e demais relações entre países pobres e ricos (Mantega, 1989, p. 31).

O problema do atraso recebeu um certo diagnóstico por meio das teorias *cepalinas*: ele se devia às relações estruturais entre centro-periferia, a deterioração dos termos de troca e a progressiva restrição no balanço de pagamentos das economias atrasadas e agrárias. O receituário: a intervenção estatal para completar o processo de industrialização por substituição de importações. No início de sua carreira, Furtado participa da tradição desenvolvimentista, tanto teoricamente, como membro da CEPAL, quanto também *praticamente*, enquanto quadro técnico do governo brasileiro. Deixando a instituição no final da década de 1960, Furtado assume depois a SUDENE e o ministério da economia. Com o golpe, em 1964, fica vinte anos afastado de

atividades públicas no Brasil, exilado na França, onde será professor da Sorbonne por 20 anos. Durante todo este tempo, continuou pesquisando as questões brasileiras.

Bielschowsky (2010, p. 186) elenca três contribuições principais do autor ao estruturalismo: além de adicionar uma perspectiva histórica de longo prazo, Furtado teria iniciado a discussão sobre a dificuldade dos setores urbanos modernos em absorver a força de trabalho que migrava do campo para a cidade — relacionado, de resto, à sua concepção de dualismo estrutural² —, e formulado a ideia de que a concentração de renda e da propriedade “predetermina a composição setorial do investimento e as escolhas tecnológicas”³.

O planejamento industrializante, bem como a linha teórica geral desenvolvida pela CEPAL, sofreu duras críticas ao longo da década de 1960, que marca a crise do “nacional-desenvolvimentismo”. De um lado, a industrialização não entregava o que prometia, nem resolvia as questões sociais, de outro, a situação política era frágil, e não mais permitia a coalizão com as classes trabalhadoras, o que, no caso brasileiro, ficou patente com o golpe civil-militar em 1964. Dentro desse contexto, comentários críticos às teses clássicas da CEPAL notabilizaram-se à época, inclusive vindos de dentro da CEPAL em um movimento de autocrítica, como é o caso de *Além da Estagnação* (1970), escrito por Tavares e Serra — que atuavam na instituição —, tendo o próprio título do trabalho sugerido por Aníbal Pinto, na época Diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico. Outra crítica importante que também veio de dentro da instituição foi a de Cardoso e Faletto, no livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica* (1970). Na época, ambos trabalhavam no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), órgão da CEPAL, de modo que a primeira versão do trabalho circulou em documento interno da ONU (Fiori, 1995; Serra, 2014). Esses trabalhos criticavam as noções dualistas de tradicional e moderno, o viés estagnacionista como resultado de uma tecnologia importada poupadora de trabalho e o modelo de industrialização por substituição de importações.

Nessa mesma época, a CEPAL também recebe críticas de autores com orientação marxista, como é o caso da abordagem conhecida como *teoria marxista da dependência*, com nomes como Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. Tais autores, por entenderem que o que foi desenvolvido n’*O Capital* não era suficiente para explicar as especificidades do capitalismo dependente, criaram categorias novas dentro do marco teórico marxista, compreendendo o intercâmbio desigual como *processos de transferência de valor* no sentido periferia-centro, e a *superexploração da força de trabalho* como um mecanismo de compensação das sociedades dependentes para neutralizar a transferência de valor (Osorio, 2009). Outra abordagem marxista importante para a crítica às teses clássicas da CEPAL foi a *Crítica à razão dualista*, na qual Oliveira (1972) denomina “ideologia do populismo” a teoria do subdesenvolvimento e explica que, na realidade, o desenvolvimento não aconteceu por substituição de importações, devido a uma necessidade de consumo, mas pela acumulação capitalista, devido a uma necessidade de produção. Mais do que isso, aponta que a suposta dualidade entre tradicional e moderno não foi um entrave ao desenvolvimento: muito pelo contrário, o desenvolvimento capitalista no Brasil se alimentou das “formações arcaicas” para elevar suas taxas de lucro.

Mesmo profundamente marcado pela problemática da CEPAL e influenciado por Prebisch, Furtado traçou um caminho próprio neste debate. Já em fins da década de 1950 o autor toma certa distância do receituário da substituição de importações e mantém diálogo com críticos ao trabalho da comissão, como Theotônio dos Santos e Fernando Henrique Cardoso ainda nos anos de 1960 (Manzatto; Saes, 2021; Dos Santos, 2015). Desse modo, Furtado também passa por um movimento de autocrítica, motivado tanto pelo contexto acadêmico de crítica ao estruturalismo latino-americano quanto pelo contexto econômico de crise do modelo de industrialização dos países da América Latina. Nessa conjuntura, a reação às críticas dos seus pares e o contato com um novo ambiente intelectual, na França, fomentaram uma revisão de suas próprias teses (Cunha; Brito, 2018).

Ademais, cabe sublinhar que após o fracasso do Plano Trienal devido à forte oposição política ao governo de Goulart e, posteriormente, o seu exílio e afastamento das atividades da SUDENE, Furtado exerce uma postura intelectual mais pessimista em comparação ao trabalho que realizava anteriormente, provavelmente por experienciar, nos projetos nos quais atuou, as limitações do planejamento no interior do aparato estatal burguês devido ao confronto de interesses de agentes poderosos da elite brasileira. Embora tenha iniciado esse movimento de autocrítica, o autor manteve o propósito de buscar as especificidades da América Latina no sentido de superar a condição de subdesenvolvimento, que passou a ser concebido de maneira mais ampla. Desse modo, num processo de reorientação teórica, Furtado trabalhou no sentido de desenvolver uma teoria da dependência, que parte principalmente de uma perspectiva cultural (Silva, 2020).

Dependência, entraves à criatividade e a necessidade de um caminho próprio latino-americano

Furtado apresenta e discute profundamente seu conceito de *dependência cultural* no capítulo *Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais*, do livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974). No livro, Furtado conclui que o estilo de consumo e as formas de vida praticadas no centro do sistema capitalista industrial não podem ser generalizados para a periferia. O desenvolvimento econômico seria, portanto, um mito inalcançável para os países subdesenvolvidos, porque é baseado em uma forma de produção insustentável que esgota recursos não renováveis e é capaz de causar o “colapso de toda uma civilização” (Furtado, 1974, p. 75).

À consideração desta figura *mitológica* corresponde também um processo social real, que é a “imposição externa de padrões de consumo que somente podem ser mantidos mediante a geração de um excedente criado no comércio exterior” (Furtado, 1974, p. 87), isto é, manter um superávit na balança comercial. O processo se aprofunda com a industrialização por substituição de importações que, por um lado, provocou a mimetização do sistema produtivo dos países centrais e, por outro, ampliou a concentração de renda. Em suma, as elites dos países periféricos se apropriavam do excedente produzido internamente para fomentar a *modernização do seu padrão de consumo*, procurando simular as *formas de vida* dos países centrais. Desse modo, a dependência cultural representava essa absorção de uma matriz cultural dos países centrais, que não possui correspondência com as necessidades, os recursos e a cultura dos países subdesenvolvidos.

Nesse sentido, Furtado colocava a questão cultural como foco central da sua teoria da dependência, uma vez que a dependência era baseada na relação interna de dominação de classes e na vinculação interno-externa de dominação cultural e transmissão do excedente. Há, portanto, uma pequena mudança no seu conceito de subdesenvolvimento: o autor afirma que “o fenômeno que chamamos dependência é mais geral que o subdesenvolvimento”, e que “o subdesenvolvimento é uma criação da situação da dependência” (Furtado, 1974, p. 87).

Nos chama a atenção, também nessa obra, que Furtado faz uma discussão a respeito da *colonização cultural*, fenômeno que se inicia no centro e, posteriormente, se generaliza para a periferia, que compreende a difusão da ideologia da classe dominante para a classe trabalhadora por meio da inclusão da última ao acesso aos padrões de consumo antes “exclusivos”. Esse processo, por um lado, mina a autonomia cultural da massa populacional e, por outro, obstaculiza a emergência da consciência de classes.

Além de trazer a questão da colonização cultural, Furtado discorre sobre o tema da “objetividade e ilusionismo em economia”, quando alerta para as influências que os projetos implícitos de vida social exercem sobre o uso dos conceitos em economia. Em resumo, neste livro Furtado dá um passo na ampliação de sua discussão da dependência, discutindo questões epistemológicas importantes, bem como denunciando o conteúdo ideológico das narrativas sobre modernização e industrialização. Assim, por meio da ideia do *mito*, Furtado amarra as discussões sobre dependência e as questões políticas, ecológicas e culturais deste mito, na medida em que articula pela primeira vez a “dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes” (Furtado, 1974, p. 80).

Inicialmente, mais preocupado com a questão “técnico-produtiva” da tecnologia, Furtado passa a investigar mais detidamente a “rede” envolvida na implementação dessa tecnologia, enquanto processo de modernização, e passa a discutir o *processo de difusão da civilização industrial* — isto é, das *formas de vida* dos países desenvolvidos ocidentais — não apenas como um processo econômico, das formas de produzir mercadorias, mas como um processo de *transformação da sociabilidade* em geral. A descontinuidade produtiva leva Furtado a questionar os outros momentos da vida social afetados por esta “transplantação do padrão de consumo” por parte dos países que lideraram a revolução industrial. A partir dela, as colônias são primeiramente forçadas a ingressar no sistema internacional do trabalho, e depois, por meio da “ação convergente das elites locais”, há continuidade da dominação por meio do “processo de colonização cultural” (Furtado, 1974, p. 85).

Dessa maneira, argumentamos aqui que o fio da tecnologia leva Furtado a pensar toda a extensão dessa “rede causal”, ou seja, o modo como o capitalismo dá lugar a uma determinada *forma de vida* e de sociabilidade de uma *civilização* dotada de, não só uma técnica e uma determinada forma de produzir, mas também de determinada *racionalidade* e determinadas instituições, historicamente localizadas, ainda que se digam universais. Esse desenvolvimento alcança uma radicalidade ainda maior em 1978, com a publicação de *Criatividade e Dependência*, obra na qual Furtado oferece uma interpretação da difusão dessa civilização industrial que dá centralidade ao movimento internacional do capital:

É graças à crescente incorporação de novas linhas de comércio e à ativação de novos recursos de metais preciosos, de solos e de mão-de-obra submetida a regime escravo ou servil que se expande o excedente drenado para certas regiões da Europa, com amplas consequências para as atividades produtivas existentes e reflexos no plano social (Furtado, 1978, p. 34).

O referido autor complementa: “se deixamos de lado a visão economicista do capitalismo industrial como simples forma de organização da produção e o observamos como sistema de organização social, captamos sem dificuldade o real significado da considerável concentração de poder que hoje o caracteriza”. É importante notar, nesse sentido, a escolha dos termos *civilização* e *criatividade*, que parecem representar uma ampliação dos conceitos de modo de produção e forças produtivas/tecnologia, respectivamente. Num sistema de *organização social*, concorrem várias práticas e instituições diferentes, que lhe dão sustentação, além daquelas conhecidas como “econômicas”. Furtado quer discutir então as questões culturais, para além das tipicamente entendidas como políticas e econômicas, porém sem perder de vista que a acumulação é o fator que condiciona com maior intensidade as estruturas de poder desta civilização, “o eixo em torno do qual evolui o conjunto de relações sociais em todas as sociedades em que se implantou a civilização industrial” (Furtado, 1978, p. 51). Similarmente, o conceito de criatividade consegue abarcar tanto questões epistemológicas, como a discussão que o autor faz de racionalidade, quanto a discussão da técnica e da tecnologia.

Assim, em vez de falar da expansão do capitalismo, Furtado nos conta sobre a civilização industrial “da difusão planetária de seus valores — inclusive os ideais de *modernidade*, que conduzem a um horizonte em expansão de ‘necessidades materiais’” (Furtado, 1978, p. 51). Essa passagem nos é fundamental: Furtado discute como a importação da tecnologia — de resto, parte da criatividade: no processo social, cria, paradoxalmente, entraves à própria criatividade em países dependentes. Além de dar lugar a uma estrutura produtiva incompatível com a constelação de recursos, as especificidades culturais e o nível de acumulação alcançado pelo sistema econômico, a importação do padrão de consumo causa entraves *estruturais à criatividade na periferia*. Furtado faz essa discussão a partir do conceito de *racionalidade instrumental* e da “ideologia do progresso-acumulação”.

A respeito dessa problemática, cabe retomar que Furtado apoia-se nos conceitos weberianos de *racionalidade instrumental* e *racionalidade substantiva* para analisar a civilização industrial. O autor entende a racionalidade substantiva como aquela que possui uma perspectiva *finalística*, na qual o ser humano procura compreender a si mesmo e o universo com o objetivo de enriquecer a própria existência e o próprio conjunto de valores — sejam estes derivados de princípios éticos, religiosos e/ou políticos. A racionalidade instrumental, por sua vez, manifesta-se quando o capitalismo mistifica as relações sociais de tal modo que acumulação, antes entendida como um *meio* para o alcance do enriquecimento valorativo da sociedade e a emancipação criativa do homem, passa a ser vista como um *fim*.

É nesse sentido que Mallorquin (2005, p. 280–281) afirma que, “além da vertente weberiana do capitalismo, vemos também que a interpretação de Furtado supõe uma espécie de antropologia filosófica”, tendo em vista a crítica à epistemologia ocidental que é guiada por um modelo de racionalidade que valoriza a lógica da acumulação, de modo que a criatividade potencial — entendida de uma maneira ampla: a arte, a produção de conhecimento, os desenvolvimentos tecnológicos etc. — é “destruída e obstaculizada pela voragem do surgimento do capitalismo”.

A *racionalidade orientada a fins*, dominante na Europa, e difundida junto com a *civilização industrial*, oferece *bloqueios* à experimentação e à proposição de soluções nos países dependentes. Dentre todas as formas da criatividade humana, ciência e tecnologia são as que melhor satisfazem a exigência do processo de acumulação, por isso assumem lugar privilegiado nesta civilização. Na *civilização industrial*, explica Furtado (1978), a criatividade é posta *a serviço da acumulação*, e muitas vezes limitada a seu uso neste processo.

Em sua análise, de um lado, Furtado *historiciza* o pensamento moderno, compreendendo, por exemplo, a mentalidade do empirismo e do racionalismo como um produto dos discursos das disputas políticas da revolução burguesa (Furtado, 1978, p. 46). Junto da associação da diversificação do consumo ao progresso (Furtado, 1978, p. 72), outro valor ideológico que serviu de cimento, para formar uma coesão social em torno do projeto moderno, mesmo em meio aos seus antagonismos. Mesmo na consideração sobre técnica e tecnologia, não há aqui “separação entre economia política e cultura”, afinal ambas são reinseridas na análise do processo social global como parte de uma rede mais ampla de poder e dominação, criada pela própria civilização industrial. De um lado, fatores culturais influenciam a apropriação do excedente, como no caso do intercâmbio desigual

entre economias periféricas e economias centrais; de outro, as práticas das elites, seja as relacionadas à decisão de consumo, seja as de determinação do investimento, acabam por condicionar a criatividade na periferia.

É importante notar que Furtado discute também, em *Criatividade e Dependência*, as alternativas à rota da civilização industrial, e comenta as possibilidades concretas de Irã, China e Rússia de desprendimento, além de falar também sobre as estratégias mais modestas de confrontação na luta pela dependência. Nos dois casos, o “desprendimento” envolve dimensões culturais, econômicas, políticas e criativas. Este projeto de enfrentamento, para Furtado, requisita o estabelecimento de vínculos reais de interdependência, a tentativa de modificação da orientação da tecnologia, e, durante o processo, “instilar uma nova lógica dos fins no processo de acumulação: de resgatar a criatividade da tutela que sobre ela exerce atualmente a racionalidade instrumental” (Furtado, 1978, p. 124).

Essa busca por novas lógicas, para o autor, tem a ver com a discussão sobre a posição de fins sociais e o rompimento com a lógica da *racionalidade instrumental* moderna e burguesa. Nessa chave, o autor aposta no “ressurgimento da atividade política direta” como “ponto de partida para a neutralização das forças que estão produzindo a burocratização da vida política nas sociedades industriais” (Furtado, 1978, p. 176). É notável ainda como Furtado discorre sobre as possibilidades de políticas abertas pela “tomada de consciência pelas mulheres da posição subalterna que lhes corresponde na sociedade industrial” (Furtado, 1978, p. 179), e da importância na contemporaneidade do movimento ecologista (Furtado, 1978, p. 176).

Discutindo a integração das questões ecológicas e relacionadas ao gênero e às minorias raciais; apresentando dependência tecnológica, racionalidade instrumental, dependência política e subdesenvolvimento como parte de uma mesma constelação, Furtado dá um quadro compreensivo das forças sociais que julga mais importantes. Porém, Furtado é muito claro em dizer que a civilização industrial não é apenas um conjunto de questões econômicas, não há nem mesmo “prioridade” da tecnologia ou da economia, na medida em que elas fazem *parte do processo de dominação* das elites. A própria ideologia do progresso *faz parte* desse discurso, dando lugar a um modo de vida. A ideia da assimilação deixa entrever o papel das elites locais para *fazer valer a assimilação*. De certa forma, o capital associado não apenas “cria” uma indústria, a partir de um mercado, mas ele também é o vetor de difusão de uma *forma de vida*.

A despeito das alegações de Mignolo (2007) e Grosfoguel (2009) de uma permanente separação artificial entre economia política e cultura na teoria latino-americana, esse não nos parece ser o caso da obra de Celso Furtado. A crítica de Grosfoguel (2008), segundo a qual a todo o passado da teoria social latino-americana esteve, de uma forma ou de outra, enredada na “*feudalmanía*” — a tendência a projetar relações feudais, arcaicas e atrasadas nas periferias, que deveriam ser *modernizadas*, por meio da revolução industrial e tomada de poder da burguesia —, não poderia se estender à obra de Furtado pós 1970, como discutimos nas últimas páginas. A superação do subdesenvolvimento e da dependência, para Furtado (1974, 1978) é muito diferente da *modernização* ou da *industrialização*. Seu conceito de dependência aponta para uma *contradição estrutural*, gerada pela difusão da civilização industrial, e a superação dessa contradição envolve o *desprendimento*, a tomada de uma rota alternativa, contrária a essa difusão.

Criatividade e Dependência dá um passo ainda maior na direção da crítica ao eurocentrismo, com uma análise da condição dependente a partir de um conceito apropriado da modernidade e da expansão do capitalismo europeu que ultrapassa a dimensão político-econômica da colonização e do imperialismo, dando lugar a uma crítica das *formas de vida* em formações dependentes, articulando também questões culturais, ideológicas e epistemológicas, para além dos limites convencionais das ciências econômicas, e que discute, além disso, as alternativas à civilização industrial.

Conclusão

Membros do grupo Modernidade/Colonialidade reivindicaram um pioneirismo da teoria *decolonial* na crítica ao eurocentrismo e à colonialidade, na consideração das dimensões epistemológicas da dominação e no correto entendimento da importância da América Latina para o surgimento do capitalismo global. De início, discutimos como a própria CEPAL, Furtado e os teóricos da dependência realizaram as mesmas críticas às teses clássicas cepalinas, já no início da década de 1970. Ademais, discutimos também como as críticas de alguns proponentes da teoria decolonial à CEPAL e à teoria da dependência não se aplicam à obra de Furtado, a despeito de ter o autor tomado parte das duas tradições. Ao final, através da retomada de dois livros de Furtado, *O mito*

do desenvolvimento e *Criatividade e dependência na civilização industrial*, defendemos a interpretação de que a problemática decolonial não é tão pioneira como querem seus proponentes, sistematizando os elementos que consideramos mais interessantes da crítica furtadiana nos anos de 1970 e de seu novo conceito de dependência para pensar as alternativas de desenvolvimento na América Latina.

Referências

- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira De Ciência Política*, n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>. Acesso em: 25 mar. 2023.
- BIELSCHOWSKY, R. Vigência das contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo. *Revista de la CEPAL*, n. 109, p. 183–191, 2010.
- CASTRO-GOMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. *In: Castro-Gomez, S.; Grosfoguel, R. (ed.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.
- CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CUNHA, A. M.; BRITTO, G. When development meets culture: the contribution of Celso Furtado in the 1970s. *Cambridge Journal of Economics*, v. 42, n. 1, p. 177–198, 2018.
- DOS SANTOS, T. La crítica al eurocentrismo y la propuesta de un desarrollo propio en América Latina: las aportaciones de Celso Furtado. *Estudios Latinoamericanos*, n. 36, p. 15–26, 2015.
- DUSSEL, E. *Filosofía de la liberación*. México: Editorial Edicol, 1977.
- FIORI, J. L. A globalização e a novíssima dependência. *In: FIORI, J. L. Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995. p. 215–230.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, C. (1973). Aventuras de um economista brasileiro. *In: FURTADO, C. Essencial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 35–52.
- FURTADO, C. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das letras, 2014.
- GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Periferia*, v. 1, n. 2, 2009.
- GROSFUGUEL, R. Developmentalism, Modernity, and Dependency Theory in Latin America. *In: Moraña, M.; Dussel, E. D.; Jáuregui, C. A. (ed.). Coloniality at large: Latin America and the postcolonial debate*. Durham: Duke University Press, 2008.
- MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In: Castro-Gomez, S.; Grosfoguel, R. (ed.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.
- MALLORQUIN, C. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- MANTEGA, G. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 9, n. 4, 1989.
- MANZATTO, R.; SAES, A. M. *Celso Furtado, intérprete da dependência*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, p. 182–205, 2021.
- MIGNOLO, W. D. Delinking: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. *Cultural studies*, v. 21, n. 2–3, p. 449–514, 2007.
- MIGNOLO, W. *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. Princeton University Press, 2012.
- OLIVEIRA, F. de. Crítica à razão dualista. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 2, n. 1, 1972.
- OSORIO, J. Explotación redoblada y actualidad de la revolución: Refundación societal, rearticulación popular y nuevo autoritarismo. *Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, División de Ciencias Sociales y Humanidades*, 2009.
- PAULA, J. A. de; ALBUQUERQUE, E. da M. A formação do pensamento de Celso Furtado, o imperativo tecnológico e as metamorfoses do capitalismo. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 19, 2021.
- PREBISCH, R. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. *El Trimestre Económico*, v. 16, n. 63, v. 3, p. 347–431, 1949.
- SERRA, J. *Cinquenta anos esta noite: o golpe, a ditadura e o exílio*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

SILVA, I. P. A teoria da dependência de Celso Furtado. 2020. 118 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

TAVARES, M. da C.; SERRA, J. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. *In: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000. v. 2. p. 589–608.

Notas

- 1 Ainda que, em rara oportunidade, reconheça o débito de Wallerstein, Quijano e Dussel em relação à teoria da dependência, Mignolo (2008, p. 252) reitera não só o pioneirismo, como a excepcionalidade das três grandes fontes do M/C na crítica ao eurocentrismo a partir da teoria da dependência.
- 2 Para Furtado, o subdesenvolvimento se caracterizava por uma estrutura híbrida, na qual convivem, pacificamente, um setor pré-capitalista, dotado de métodos de produção arcaicos e um sistema tradicional de poder, com um setor tipicamente capitalista, dotado de um sistema produtivo moderno. A eliminação desse hibridismo requer, portanto, a absorção pelo setor moderno da mão-de-obra que atuava no setor arcaico. Nesse sentido, à época, Furtado compreendia o desenvolvimento como a generalização do capitalismo numa estrutura econômica.
- 3 “Levando a fração moderna da estrutura produtiva na América Latina a uma densidade de capital similar à dos países desenvolvidos”. A tecnologia empregada pode contribuir para manter o pleno emprego e altos salários nestes últimos países, mas na América Latina é inadequada para absorver a oferta abundante de mão-de-obra e elevar salários de forma sistemática. Este padrão de investimento supõe a manutenção do desemprego, dos baixos salários e da concentração da renda, o que, por sua vez, num círculo vicioso, fortalece a inadequada composição dos investimentos.

Henrique Viana

viana.henriquem@gmail.com

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Ouro Preto (IFAC/UFOP);

Doutorando em Economia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG);

Bolsista do CNPq.

Isadora Pelegrini

isadorapelegrini@cedeplar.ufmg.br

Mestra em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE/UFRGS);

Doutoranda em Economia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG);

Pesquisadora visitante no Dipartimento di Scienze Politiche e Sociali da Università di Bologna (SPS/UNIBO);

Bolsista da CAPES.

UFMG

Avenida Antônio Carlos, nº 6627 - Bairro Pampulha

Belo Horizonte - MG – Brasil

CEP: 31.270-901

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer ao CEDEPLAR/UFMG e ao YSI-INET, que nos possibilitaram divulgar os resultados parciais de pesquisa em eventos acadêmicos da área e que muito contribuíram para o andamento das nossas investigações.

Agência financiadora

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Código de financiamento 001.

Contribuições dos autores

Ambos os autores participaram da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Os autores autorizam a publicação.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ARTIGO ORIGINAL

Adoção internacional e o princípio da proteção integral no Brasil e Portugal

Thais de Conto¹<https://orcid.org/0000-0002-5428-2803>**Idir Canzi¹**<https://orcid.org/0000-0002-2903-4621>¹ Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil

Adoção internacional e o princípio da proteção integral no Brasil e Portugal

Resumo: O objetivo do artigo é analisar a adequação do instituto da adoção internacional a partir do viés dos tratados e convenções internacionais nos Ordenamentos Jurídicos da República Federativa do Brasil e de Portugal. O método utilizado foi o dedutivo e os procedimentos metodológicos na construção do *corpus* documental da análise considerou os marcos teóricos que definem a adoção internacional e a identificação das convergências e divergências existentes nas categorias jurídicas previstas na legislação do Brasil e de Portugal. Os resultados da pesquisa apontam que os Ordenamentos Jurídicos da República Federativa do Brasil e República Portuguesa, no que se refere especificamente ao Instituto da Adoção Internacional, adequaram as respectivas normatizações constitucionais e legislações infraconstitucionais em conformidade ao princípio da Proteção Integral à criança e ao adolescente, tomando por referência os aportes dos Tratados e Convenções Internacionais, resultantes do movimento internacionalista em defesa da proteção integral à criança e ao adolescente.

Palavras-chave: adoção internacional; ordenamentos jurídicos; proteção integral.

International adoption and the principle of full protection in Brazil and Portugal

Abstract: The objective of the article is to analyze the adequacy of the institute of international adoption from the perspective of international treaties and conventions in the Legal Orders of the Federative Republic of Brazil and Portugal. The method used was deductive and the methodological procedures in the construction of the documentary corpus of analysis considered the theoretical frameworks that define international adoption and the identification of existing convergences and divergences in the legal categories provided for in the legislation of Brazil and Portugal. The research results indicate that the Legal Orders of the Federative Republic of Brazil and the Portuguese Republic, with specific reference to the Institute of International Adoption, have adapted the respective constitutional regulations and infra-constitutional legislation in accordance with the principle of Comprehensive Protection for children and adolescents, taking as a reference the contributions of International Treaties and Conventions, resulting from the internationalist movement in defense of the full protection of children and adolescents.

Keywords: international adoption; legal orders; complete protection.

Recebido em 17.05.2023. Aprovado em 21.11.2023. Revisado em 21.02.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

A adoção, além dos aspectos afetivos e emocionais, também está envolvida em aspectos sociais e jurídicos que a caracterizam conforme a sociedade e a época em que se insere. O instituto da adoção está presente desde as sociedades antigas e se mantêm no seio da sociedade atual como instituto importante, reforçando seu papel na construção das famílias e consequentemente do indivíduo e da sociedade.

A pesquisa objeto, resultante de dissertação de mestrado, analisa a Adoção Internacional a partir do viés dos Ordenamentos Jurídicos da República Federativa do Brasil e República de Portugal, com suas nuances e peculiaridades que pautam o reconhecimento dessa tipologia de filiação: a adoção. O instituto da adoção desempenha um papel fundamental nas relações paterno/materno-filiais, pois, além de apresentar o exercício de funções parentais aos adotantes, oferece a oportunidade de crianças e adolescentes, privados de seus vínculos biológicos, terem o direito à proteção integral e ao pleno desenvolvimento garantidos.

O método utilizado na pesquisa foi o dedutivo e os procedimentos metodológicos na construção do *corpus* documental da análise considerou os marcos teóricos que definem a adoção internacional e a identificação das convergências e divergências existentes nas categorias jurídicas previstas na legislação do Brasil e de Portugal.

Considera-se o estudo apresentado como importante, atual e relevante socialmente, servindo como contributo para a linha de pesquisa *Direito, Cidadania e Atores Internacionais*, visto que o assunto objeto vem despertando forte interesse na ampliação de sua abordagem por parte de professores, estudantes e pesquisadores.

Adoção internacional: aportes de tratados, convenções e legislações frente ao princípio da proteção integral

A adoção internacional é a modalidade de adoção na qual o adotante, nacional ou estrangeiro, é residente ou domiciliado em país diverso do adotado (Pereira, 2020, p. 61). Conforme a Convenção de Haia, ratificada pelo Brasil em 1999, a adoção internacional acontece quando uma criança, com residência habitual em um Estado Contratante (o Estado de origem) tiver sido, for, ou deva ser deslocada para outro Estado Contratante (o Estado de acolhida) (Convenção de Haia, 1993)¹. Por envolver mais de um país e consequentemente mais de um ordenamento jurídico e mais que uma realidade cultural que, para a adoção internacional é necessária a cooperação entre Estados (Abreu, 2014, p. 13). Dessa forma, adoção nacional e internacional em âmbito brasileiro, deve ser visualizada como um instituto de proteção da criança e do adolescente, fazendo-se efetivar as diretrizes que a norteiam dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente, juntamente com a documentação necessária e outros tratados e legislações que façam com que de fato, se efetue a adoção.

A adoção é um procedimento legal, pelo qual maiores de dezoito anos assumem como filho, de modo definitivo e irrevogável, uma criança ou adolescente nascido de outra pessoa. No Brasil, a estrutura jurídica para a adoção está prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente de 1989, no Código Civil de 2002 (Brasil, 2002) e na Lei nº 12.010/2009. Em Portugal, a estrutura jurídica da adoção está preceituada no art. 36, nº 7 da Constituição da República Portuguesa de 1976 e é regida pelo Código Civil de 1966 e pela Lei nº 143/2015 que, além de revogar alguns artigos do Código Civil, incluiu em seu escopo o Regime Jurídico do Processo de Adoção do País.

A adoção internacional passou a ter uma maior visibilidade no final da Segunda Guerra Mundial, quando se deixou milhares de crianças e adolescentes órfãos, sendo acolhidos pelas pessoas que residiam nas áreas que não foram atingidos com tanta intensidade pela guerra (Luz, 2021). Com o fim da Segunda Guerra Mundial, crianças da Itália, Japão, Alemanha, Grécia, China e de outras nações que sofreram com os prejuízos da guerra foram direcionadas para casais europeus e norte-americanos, diversas daquelas crianças seguiram ao exterior sem qualquer documentação que as identificassem, e que seria indispensável para a adoção e regularização da cidadania. Com isso, somente em 1961 o Serviço Social Internacional começou no auxílio da regularização de mais de seis mil casos de adoção que foram encaminhados para a Europa e Estados Unidos (Olivier, 1990).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é a forma mais reconhecida da afirmação dos direitos humanos e pode ser considerada como um sistema de valores humanamente reconhecidos e fundados, pois, fez com que um conjunto de princípios fundamentais da conduta humana, fosse aceito e expresso de forma livre, tornando-se universal, porém, apesar de aceito, há desafios enfrentados, como a proteção desses direitos e a

atualização da Declaração, como por exemplo a Declaração dos Direitos das Crianças, adotada em 1959, que leva em consideração a singularidade e as particularidades, como cita o autor (Bobbio, 2004, p. 26–28, 34).

A adoção internacional de crianças e adolescentes é reconhecida pelo artigo 227, § 5º da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Também tem proteção pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Convenção de Haia de 1993. A Convenção de Haia relativa à Proteção de Crianças e à Colaboração em Matéria de Adoção Internacional de 1993 foi promulgada pelo Brasil pelo Decreto nº 3.087 de 1999, tornando-se um dos marcos mais importantes, pois, passou a regular a adoção de forma universal estabelecendo diretrizes e proteção aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes em situação de adoção (Brasil, 1999).

Para se estabelecer o vínculo pela adoção internacional, o país de origem dos pretendentes necessita ser ratificante da Convenção da Haia, para isso, de acordo com seu artigo 1º, a mesma tem por objetivo: a) estabelecer garantias para que as adoções internacionais sejam feitas segundo o interesse superior da criança e com respeito aos direitos fundamentais que lhe reconhece o direito internacional; b) instaurar um sistema de cooperação entre os Estados contratantes que assegure o respeito às mencionadas garantias e, em consequência, previna o sequestro, a venda ou o tráfico de crianças; c) assegurar o reconhecimento nos Estados Contratantes das adoções realizadas segundo a Convenção (Rosa, 2020, p. 417).

O Estatuto da Criança e do Adolescente tem em seus dispositivos, nos artigos 40 a 52, normas que objetivam assegurar os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, como a saúde, educação, lazer e afeto. O Estatuto também introduziu as diretrizes para a realização da adoção internacional, as quais foram estabelecidas na Convenção da Haia, que se observa nos artigos 51 a 52-D (Brasil, 1990). Ressalta-se também que o Decreto nº 3.087, de 1999, foi responsável pela promulgação da Convenção referente à proteção das crianças e à cooperação em matéria de adoção internacional, concluída na Haia em 1993 (Brasil, 1999).

No Brasil, acerca da adoção internacional, também existe a Resolução nº 01/2000 da Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF), que estipula os cadastros de pretendentes estrangeiros à adoção². A citada resolução também procurou tomar como prioridade a instalação e implantação, em todo o território o INFOADOTE, do Projeto SIPIA, que permitia a integração e centralização de dados coletados de todo o País na Autoridade Central Federal. Também, que fossem realizadas as gestões juntamente com os Tribunais de Justiça, tanto pela presidência, como pelas Corregedorias Gerais da Justiça, encaminhando projetos de Lei às Assembleias Legislativas com o objetivo de incluir as Comissões Judiciárias de Adoção na sua estrutura administrativa (Brasil, 2000b). Ainda, há a Resolução nº 02/2000, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras e dá outras providências (Brasil, 2000b). A Resolução nº 03/2001 da Autoridade Central Administrativa federal, têm por condão avaliar trabalhos e traçar as políticas e linhas de ação comuns necessárias para o cumprimento das responsabilidades assumidas por força de ratificação da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional pelo Brasil (Brasil, 2001).

Em matéria de adoção internacional, também há o decreto nº 5.491, de 18 de julho de 2005, que regulamenta a atuação de organismos estrangeiros e nacionais de adoção internacional³. Outra resolução que merece destaque é a nº. 10/2006 da Autoridade Central Administrativa federal, que viabilizou modelo de relatório médico da Conferência da Haia para a utilização pelas CEJAS/CEJAIS e o modelo de relatório anual de estatísticas sobre adoção internacional da Conferência da Haia. Ficou também instituído o novo modelo de certificado de continuidade em adoção internacional, para cumprimento aos artigos 16 e 17 da Convenção da Haia, e por fim, instituiu o modelo de certificado de conformidade da Conferência da Haia para a utilização pelas CEJAIS, além de aprovar recomendações (Brasil, 2006).

A Resolução nº 11/2007 da ACAF, entre outros pontos, deliberou a aprovação do projeto “Panorama da adoção internacional no Brasil no período de 2003 a 2006”, na qual não serão aceitos requerimentos de habilitação para adoção internacional por pretendentes que venham de países que não tenham ratificado a Convenção de Haia, bem como, que os países ratificantes tenham os organismos de adoção internacional credenciados para atuar no território brasileiro e demais recomendações (Brasil, 2007). Portanto, a referência legislativa sobre a legislação do tema da adoção pode ser vista nos seguintes dispositivos: a) Convenção de Haia; b) Estatuto da Criança e do adolescente; c) Decreto nº 3.087/99; d) Decreto nº 3.174/99; e) Regimento Interno da Comissão Estadual Judiciária de Adoção. Assim, a adoção internacional, na Convenção de Haia é um tratado internacional que veio estabelecer procedimentos comuns que se aplicam no instituto da adoção, com o objetivo de proteger o direito superior da criança. Por sua vez, o ECA, nos artigos 40 a 52, tem por

objetivo assegurar os direitos da criança e do adolescente em seu aspecto fundamental que é o da saúde, educação, lazer e afeto.

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, revogando o Código de Menores. A criação do Estatuto teve como intuito reconhecer crianças e adolescentes como cidadãos com direitos, buscando a sua proteção integral. Dentre as disposições e direitos assegurados para as crianças e adolescentes, que dizem respeito a diversas searas de suas vidas, o Estatuto da Criança e do Adolescente disciplina a adoção, visando sempre proteger o melhor interesse do adotado.

A adoção está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente no artigo 39⁴ até 52-D (Brasil, 1990). Dentre as mudanças advindas a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 está a eliminação da diferença entre “adoção plena” e “adoção simples”, anteriormente prevista, e estabeleceu que a adoção será realizada para crianças ou adolescentes de 0 a 18 anos e excepcionalmente até 21 anos de idade (Pereira, 2020). O Estatuto da Criança e do Adolescente é o principal marco jurídico brasileiro sobre adoção.

A partir da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente a infância e adolescência adquirem configuração que busca se adequar aos parâmetros de organismos internacionais (Castro; Macedo, 2019, p. 1222). O Estatuto da Criança e do Adolescente foi instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, revogando o Código de Menores. A criação do Estatuto teve como intuito reconhecer crianças e adolescentes como cidadãos com direitos, buscando a sua proteção integral.

Importante compreender que o Estatuto da Criança e do Adolescente ultrapassa a visão assistencialista para propor a afirmação de direitos com vistas para a proteção integral, além disso, desfaz a barreira da diferenciação entre as crianças e adolescentes que vivem ou não em situação de vulnerabilidade, buscando promoção do desenvolvimento integral (Castro; Macedo, 2019, p. 1220). Após a aprovação, o Estatuto da Criança e do Adolescente foi apontado como uma revolução, sendo considerado uma ruptura de paradigmas no que se refere à justiça até então adotada (Cifali, 2021, p. 139). O Estatuto da Criança e do Adolescente como novo marco jurídico no que se refere os direitos das crianças simboliza o direcionamento para a proteção integral, a busca pelo bem-estar e a garantia e exercício de direitos para crianças e adolescentes.

Dentre as disposições e direitos assegurados para as crianças e adolescentes que dizem respeito a diversas searas de suas vidas, considerando os direitos fundamentais à pessoa humana, a dignidade, a liberdade, a proteção integral e o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, o Estatuto da Criança e do Adolescente disciplina a adoção, visa sempre proteger o melhor interesse do adotado. A adoção está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente no artigo 39⁵ até 52-D (Brasil, 1990). Dentre as mudanças advindas a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 está a eliminação da diferença entre “adoção plena” e “adoção simples”, anteriormente prevista, e estabeleceu que a adoção será realizada para crianças ou adolescentes de 0 a 18 anos e excepcionalmente até 21 anos de idade (Pereira, 2020).

O Estatuto da Criança e do Adolescente é o principal marco jurídico brasileiro sobre adoção, buscando sempre a proteção integral da criança e do adolescente e primando pelo seu melhor interesse.

Em Portugal, a proteção à família, à infância e à juventude na Constituição de Portugal estão disciplinadas no Capítulo II – Direitos e deveres sociais, nos artigos 67^o, 69^o e 70^o (Portugal, 1976)⁶. De forma similar com a Constituição brasileira, a Constituição portuguesa demonstra interesse e obrigações com a proteção da família, promoção de condições dignas de crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente, incumbindo o Estado e a sociedade à proteção e à promoção desses direitos.

A adoção internacional em Portugal está prevista no art. 61^o da Lei nº 143/2015 (Portugal, 2015a). Considera adoção internacional quando para a sequência da adoção ocorra a transferência da criança do seu país de origem para o país de residência habitual dos adotantes. Estipula ainda que, as questões relativas à determinação da lei aplicável e a competência será regulada pelo Código Civil e pelo Código de Processo Civil em matéria de competência internacional⁷. Além dos princípios norteadores da adoção, para a adoção internacional são aplicados os seguintes princípios: subsidiariedade, só é permitida a adoção internacional quando não é possível a colocação da criança em família do seu país de residência; cooperação internacional, exige a participação e colaboração obrigatória das autoridades centrais e competentes dos países envolvidos; colaboração interinstitucional, a nível interno, exige-se a colaboração entre a Autoridade Central para Adoção Internacional e outras autoridades diplomáticas e policiais (Portugal, 2015a)⁸.

A Lei nº 143/2015 de Portugal é o principal marco jurídico português para adoção, denominado Regime Jurídico do Processo de Adoção (RJPA), regula os processos de adoção nacional e internacional e a intervenção

nesses processos das entidades competentes. Alterou o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei nº 47.344, de 25 de novembro de 1966, e o Código de Registo Civil, aprovado pelo Decreto-Lei nº 131, de 6 de junho de 1995 (Portugal, 2015a).

Os seus princípios orientadores são: o interesse superior da criança; obrigatoriedade de informação durante todo o processo de adoção; audiência obrigatória da criança quando em condições de compreensão; participação, a criança e os candidatos à adoção têm o direito de participar das decisões; cooperação entre os intervenientes, as entidades e os candidatos à adoção; primado da continuidade das relações psicológicas profundas, a intervenção deve respeitar o direito da criança à preservação das relações afetivas estruturantes (Portugal, 2015a)º.

Ainda, a proteção do melhor interesse da criança e do adolescente, nos processos de adoção, encontram respaldo jurídico na Convenção sobre os Direitos da Criança de 1990; na Convenção relativa à Proteção das Crianças e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída na Haia, em 29 de maio de 1993 e, na Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças e Convenção Interamericana sobre Restituição Internacional de Menores.

Principais convergências e divergências do processo de adoção de crianças e adolescentes nos ordenamentos comparados

A adoção internacional nos ordenamentos jurídicos do Brasil e de Portugal, seguem códigos, leis próprias, portarias e convenções, e entre estas há convergências e divergências, que restam ser analisadas (Houdali; Pires, 2009).

Pode-se esquematizar as principais convergências e divergências, conforme exposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Convergências e divergências do processo de adoção de crianças e adolescentes

Requisitos	Brasil	Portugal
Idade para adotar	Artigo 42 (ECA) Os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.	Artigo 1979 (Código Civil Português):
		- Duas pessoas, se forem casadas (e não separadas judicialmente de pessoas e bens ou de facto) ou viverem em união de facto há mais de quatro anos, se ambas tiverem mais de 25 anos.
		- Uma pessoa, se tiver mais de 30 anos (ou mais de 25 anos se pretender adotar o filho do cônjuge).
		- A partir dos 60 anos a adoção só é permitida se a criança a adotar for filha do cônjuge ou se tiver sido confiada ao adotante antes de este ter completado os 60 anos.
Quem pode ser adotado	(ECA) Crianças e adolescentes com idade até 18 anos, cujos pais são falecidos ou concordaram com a adoção e que tiverem sido destituídos do poder familiar. Maiores de 18 anos também podem ser adotados. No entanto, a adoção de adultos é regida pelo Código Civil e julgada pelo Juízo Cível.	Artigo 1980 (Código Civil Português): Crianças ou jovens que não tenham mais de 15 anos ou que tenham menos de 18 anos (se forem filhos do cônjuge do adotante ou se não forem emancipados e tiverem sido confiados aos adotantes ou a um deles com idade não superior a 15 anos).
Diferença de idade entre adotante e adotando	Artigo 42, §3º do Eca: O adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.	Artigo 1979, inciso 3 (Código Civil Português): A diferença de idades entre o adotante e o adotado não deve ser superior a 50 anos (exceto em situações especiais)
Igualdade material entre filiação adotiva e natural	Sim (Artigo 227, § 6º da Constituição Federal de 1988)	Não

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 1 – Continuação...

Requisitos	Brasil	Portugal
Incentivo à adoção de irmãos, crianças mais velhas e/ou com deficiência, doenças crônicas ou necessidades específicas de saúde	sim (Artigos 3º e 5º do ECA)	Não
Previsão legislativa de punição para os adotantes que desistirem da adoção, no curso do período de pré-adoção	Sim (Reconhecimento por julgados e doutrina, podendo ser fixado dano moral pela desistência em meio ao processo de adoção com base nos artigos 186, 187 e 927 do Código Civil/2002)	Não
Possibilidade de manutenção do contato com os parentes biológicos do adotado após a adoção	Não (Artigo 41, do ECA)	Não (Artigo 1986º, 1 e 1988º do Código Civil Português)
Previsão legislativa da modalidade de adoção conjunta por casais separados ou divorciados	Sim (Artigo 42, §2º e §4º do ECA)	Não
Previsão legislativa da modalidade de adoção póstuma	Sim (Artigo 42, § 6º, do ECA)	Não
Modalidade de adoção homoafetiva	Sim (Não se encontra formalizado pela lei, mas tem respaldo jurídico pela jurisprudência)	Sim (Lei nº 2, de 29 de fevereiro de 2016)
Programa de apadrinhamento:	SIM, artigo 19-B, §1º do ECA (incluído pela Lei nº 13.509/2017): A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento. §1º: O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.	SIM: Em Portugal, o Regime Jurídico do apadrinhamento Civil foi aprovado pela Lei nº 103/2009, atualizado pela Lei nº 141/2015 (Portugal, 2015b), e regulamento pelo Decreto-Lei nº 121, de 27 de outubro de 2010, que especifica quais os procedimentos para a habilitação e certificação dos candidatos ao apadrinhamento.
Proteção Integral da Criança e Adolescente pela legislação	Sim	Sim
Irrevogabilidade da adoção	Sim (Artigo 48, ECA)	Sim (artigo 1989º, Código Civil de Portugal)

Fonte: Elaborado pela autora.

Observou-se, por meio do quadro comparativo, significativas diferenças entre as Legislações de Portugal e do Brasil. Na Legislação Brasileira, independente do estado civil, os maiores de 18 anos podem adotar, desde que o adotante seja pelo menos dezesseis anos mais velho do que o adotando. O ECA, também autoriza a adoção de crianças e adolescentes que tenham até 18 anos, cujos pais concordem com a adoção e desde que tenham sido destituídos do poder familiar, ou se forem falecidos, os maiores de 18 anos também podem ser adotados, observando outro procedimento da Lei.

Outro fato conflitante é que, diferentemente do Brasil, não há que se falar em adoção conjunta por aqueles que se encontram separados e/ou divorciados, conforme art. 1979º, 1, Código Civil português (Portugal, 1966).

Na Legislação Portuguesa, uma pessoa pode adotar se tiver mais de 30 anos, ou tenha mais de 25 anos, caso queira adotar o filho do cônjuge, conforme art. 1979º, 2, Código Civil Português, e duas pessoas, se

forem casadas ou viverem em união estável há mais de 4 anos, se ambas tiverem 25 anos, a partir dos 60 anos também há exceções, ou seja, existem muito mais requisitos em Portugal que no Brasil acerca da idade para adotar. Também, podem ser adotadas, as crianças e adolescentes que tenham até 15 anos e menos de 18 anos, o que abrange uma exceção, neste caso, pelo art. 1980º, do Código Civil Português e somente pode adotar plenamente quem não tiver mais de 50 anos à data em que a criança ou adolescente lhe tenha sido confiado, exceto se o adotando for filho do cônjuge do adotante.

A Constituição Federal Brasileira, prima pela igualdade material entre filiação adotiva e natural, bem como, a lei prima pelo incentivo à adoção de irmãos, crianças mais velhas e/ou com deficiência, doenças crônicas ou necessidades específicas de saúde. Há previsão legislativa de punição para os adotantes que desistirem da adoção, no curso do período de pré-adoção no Brasil, bem como, tem a possibilidade de ocorrer a modalidade de adoção póstuma, e em Portugal não há igual previsão estabelecida em lei.

Conclusão

Pelo presente estudo, fora analisado o instituto jurídico da adoção de crianças e adolescentes sob os prismas dos Ordenamentos Jurídicos da República Federativa do Brasil e República Portuguesa. Verificou-se possível a percepção de similaridades e distinções no tratamento conferido à adoção, por meio da avaliação dos discursos doutrinários e normativos dos Países em questão e, assim, a compreensão dos possíveis avanços e/ou retrocessos entre os Ordenamentos Jurídicos.

Foi possível apurar com a pesquisa os apontamentos dos marcos teóricos que definem a adoção internacional como uma tipologia de filiação, identificando as convergências e divergências existentes nas categorias jurídicas previstas na legislação do Brasil e de Portugal consoante à adoção internacional, bem como, analisar o contexto sociocultural e econômico em ambos Países.

O Direito Internacional se constitui por Convenções, Acordos e Tratados entre Estados, objetivando organizar e melhorar as relações jurídicas entre Países. Ao dissertar sobre adoção internacional, deve-se atentar aos aspectos jurídicos de ambos os Países objeto de estudo, devendo levar em consideração também os aspectos sociais, afetivos, culturais, psicológicos, emocionais e culturais que envolvem a relação, levando em consideração o adotado como figura principal e que merece proteção do Direito e do Estado.

Com as mudanças históricas e legislativas, se demonstrou uma mudança paradigmática envolvendo a adoção e a filiação, na qual pode-se visualizar, que a adoção, seja nacional ou internacional, apesar de ser um instituto antigo, se adapta e se transforma conforme as mudanças gradativas da realidade em que se vive, independentemente do tempo, e isso se observa na visão atual da adoção, na qual o maior interesse são os vínculos afetivos dos envolvidos.

A adoção deve ser visualizada como um Instituto Protetivo da criança e do adolescente, fazendo-se efetivar as diretrizes que norteiam a adoção puramente e a modalidade internacional dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente juntamente com a documentação necessária, para que de fato se concretize a adoção.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o conceito de família verificou um grande processo de reformulação, passando-se a considerar a afetividade como base para criação de vínculos e laços entre os membros da família brasileira. Em face desta realidade, a adoção nasce como forma de assegurar o direito da criança e do adolescente à convivência familiar, a partir de laços socioafetivos para seu desenvolvimento pleno.

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, a adoção brasileira baseou-se pela doutrina da Proteção Integral da criança e do adolescente, tornando-os protagonistas no processo de adoção. Neste entendimento, o desenrolar do processo judicial e a prolação da sentença constitutiva do vínculo devem ser guiados pelo princípio do Interesse Superior, quando da presença de reais vantagens da adoção e presença de vínculos de afetividade.

A análise do instituto da adoção numa proposta de determinada comparação entre o Sistema Nacional e de Portugal, demonstrou mais semelhanças que estranhezas, apresentando, assim, importantes traços de união entre estes países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Os principais aspectos similares concernem ao fato da adoção ser uma das formas de vínculo de filiação caracterizada pelo afeto, com extinção dos vínculos biológicos prévios. Além disso, esta medida é fundamentada

pelo princípio da Proteção Integral e do Superior Interesse da Criança, tanto no Brasil, quanto em Portugal. Logo, a criança e o adolescente são o foco do processo de adoção.

Entre as semelhanças acerca das previsões jurídicas sobre o instituto da adoção entre ambos Ordenamentos Jurídicos, pode-se dar como exemplo o vínculo dos mesmos à Convenção sobre os Direitos da Criança de 1990 e à Convenção Relativa à Proteção das Crianças e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional de 1993, bem como, o assunto ser destaque em ambas as Constituições.

Também, o instituto da adoção está previsto no Código Civil do Brasil e de Portugal, porém, e pelos novos paradigmas envolvendo a criança, como do princípio do melhor interesse, surgiu no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente, que regula a adoção, além de leis posteriores de atualização, como a Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009 e a Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017. Já em Portugal, surgiu a Lei nº 143/2015, uma lei que visa o paradigma do melhor interesse da criança e do adolescente.

Nos Ordenamentos, o vínculo origina-se de um processo, com a intervenção de equipes multiprofissionais que, em conclusão, quando a adoção representar reais vantagens às crianças e adolescentes envolvidos, o vínculo será constituído por sentença judicial, possuindo caráter irrevogável, o que confirma o caráter assistencial do Instituto da adoção.

As principais distinções observam-se, principalmente, em avanços nacionais acerca do tema. Tal afirmação se dá, tendo em vista a igualdade material elencada pelo sistema jurídico pátrio, diante da ausência de distinção entre filiação e filiação adotiva, como ocorre no ordenamento jurídico luso. Não obstante, a socioafetividade tem destaque no ordenamento jurídico nacional, sendo possível a adoção “*post mortem*” sem a instauração de processo judicial prévio; o que não é possível em Portugal.

As alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente, devido à edição da Lei nº 13.509/2017, proporcionaram avanço significativo na adoção brasileira, devido ao estímulo de adoção de irmãos e/ou crianças e adolescentes com deficiência, doença crônica ou portadora de necessidades especiais, com a prioridade no cadastro de adotantes que optarem por esta adoção e à previsão de punição àqueles que desistirem da adoção no estágio de convivência, quando acarretar danos às crianças e adolescentes envolvidos.

Contudo, não há que se questionar quanto a evolução do instituto da adoção no contexto de Portugal, após a extinção da adoção restrita, com a edição do Regime Jurídico do Processo de Adoção (Lei nº 143/2015). E além, constatou-se avanços Portugueses sobre o tema que podem servir de inspiração para a política legislativa nacional. Dentre elas, destacam-se as previsões legislativas da adoção homoparental, acompanhamento pós-adoção, tendo em vista os possíveis desafios após a concretização da adoção e manutenção de contatos pessoais entre o adotado e seus familiares, no caso, os irmãos.

Apesar de certas diferenças, ambos Ordenamentos Jurídicos demonstram que o instituto da adoção se baseia pelo Princípio da Proteção Integral e do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente, levando em consideração as Convenções internacionais as quais são signatários, adotando leis e regramentos para o início e conclusão da adoção, principalmente para a adoção internacional, modalidade excepcional, podendo ocorrer somente quando esgotadas as possibilidades de adoção nacional. O conjunto da pesquisa realizada, leva a crer, que ambos Ordenamentos Jurídicos prezam por adoções conscientes e de forma regular, porém, fica a percepção que a adoção internacional ainda ocorre pouco, tendo em vista toda a burocracia que a envolve, retirando de algumas crianças e adolescentes a oportunidade de ter uma família.

Assim, conclui-se que os Ordenamentos Jurídicos da República Federativa do Brasil e República Portuguesa, no que se refere especificamente ao Instituto da Adoção Internacional, adequaram as respectivas normatizações constitucionais e legislações infraconstitucionais em conformidade ao princípio da Proteção Integral à criança e ao adolescente, tomando por referência os aportes dos Tratados e Convenções Internacionais, resultantes de um movimento internacionalista, que solidificou critérios mais rígidos em defesa da Proteção Integral à criança e ao adolescente.

Referências

- ABREU, F. F. de. A adoção internacional de menores. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito Universidade do Porto, Portugal, 2014.
- BOBBIO, N. *A era dos direitos*. 13. reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 19 fev. 2020.
- BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente. [Brasília], [1990]. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 10 mar. 2023.
- BRASIL. *Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999*. Promulga a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída na Haia, 29 de maio de 1993. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3087.htm. Acesso em: 28 jun. 2021.
- BRASIL. *Resolução nº 01/2000*. I reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras. 2000a. Disponível em: http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=35433158-4a64-4823-87cf-4ca39b7f93ba&groupId=10136. Acesso em: 10 mar. 2023.
- BRASIL. *Resolução nº 02/2000*. Dispõe sobre a Aprovação do Regimento Interno e dá outras providências. 2000b. Disponível em: http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=0f217ab4-22bf-41f9-9666-919b8b04f342&groupId=10136. Acesso em: 10 mar. 2023.
- BRASIL. *Resolução nº 03/2001*. III reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras. 2001. Disponível em: http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=59122637-71c5-4ac1-8956-1fcd065c2fce&groupId=10136. Acesso em: 10 mar. 2023.
- BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Código Civil. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 19 fev. 2020.
- BRASIL. *Decreto nº 5.491 de 18 de julho de 2005*. Regulamenta a atuação de organismos estrangeiros e nacionais de adoção internacional. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/D5491.htm. Acesso em 28 jun. 2021.
- BRASIL. *Resolução nº 10/2006*. IX Reunião Ordinária do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras. 2006. Disponível em: http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=e2eb8bb7-6a2a-48c8-b766-af075d35a939&groupId=10136. Acesso em: 10 mar. 2023.
- BRASIL. *Resolução nº 11/2007*. X reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras. 2007. Disponível em: http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=3876aad1-3ab0-4703-812c-a90ef840be95&groupId=10136. Acesso em: 10 mar. 2023.
- CASTRO, E. G.; MACEDO, S. C. Estatuto da criança e adolescente e estatuto da juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. *Revista Direito e Práxis*, v. 10, n. 02, p. 1214–1238, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/KJQwwTJWtWgskWqmSRPdpwy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- CIFALI, A. C. As disputas em torno da definição do modelo de justiça juvenil do Estatuto da Criança e do Adolescente. *Sociologias*, ano 23, n. 58, set./dez. p. 138–167, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/K8TvWZXZT843PDhKdHHWSbx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- CONVENÇÃO DE HAIA. *Convenção relativa à proteção das crianças e à cooperação em matéria de adoção internacional*. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 11 mar. 2023.
- HOUDALI, A. S. H. M.; PIRES, V. P. K. *A adoção internacional e suas diretrizes no direito brasileiro*. 2009. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-64/a-adoacao-internacional-e-suas-diretrizes-no-direito-brasileiro/>. Acesso em: 28 jun. 2021.
- LUZ, L. de C. A. *Adoção Internacional: A nova vertente do instituto da adoção e o preconceito social referente ao tráfico de órgãos*, 2021. Disponível em: https://laviniaalencar929459.jusbrasil.com.br/artigos/1189051247/adoacao-internacional-a-nova-vertente-do-instituto-da-adoacao-e-o-preconceito-social-referente-ao-trafico-de-orgaos#_ftn1. Acesso em: 10 abr. 2023.
- OLIVIER, C. *Nous Voulons Adopter em Enfant*. Paris: Calmann-Lévy, 1990.
- PEREIRA, N. M. O processo de adoção e suas implicações legais. Instituto Brasileiro de Direito de Família. 2020. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/index.php/artigos/1531/O+processo+de+ado%C3%A7%C3%A3o+e+suas+implica%C3%A7%C3%B5es+legais>. Acesso em: 05 fev. 2023.
- PORTUGAL. *Decreto-Lei nº 47.344 de 25 de novembro de 1966*. Código Civil. 1966. Disponível em: https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/122472197/201906281452/73729106/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=diploma. Acesso em: 28 jun. 2021.
- PORTUGAL. *Constituição da República Portuguesa*, 1976. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- PORTUGAL. *Lei nº 143 de 8 de setembro de 2015*. Regime Jurídico do Processo de Adoção. 2015a. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2423&tabela=leis&ficha=1&pagina=1. Acesso em: 28 jun. 2021.
- PORTUGAL. *Lei nº 141/2015*. Regime Geral do Processo Tutelar Cível. 2015b. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2428&tabela=leis&so_miolo. Acesso em: 28 jun. 2021.
- ROSA, C. P. da. *Curso de direito de família contemporâneo*. 6. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2020.

Notas:

- 1 A Convenção será aplicada quando uma criança com residência habitual em um Estado Contratante (“o Estado de origem”) tiver sido, for, ou deva ser deslocada para outro Estado Contratante (“o Estado de acolhida”), quer após sua adoção no Estado de origem por cônjuges ou por uma pessoa residente habitualmente no Estado de acolhida, quer para que essa adoção seja realizada, no Estado de acolhida ou no Estado de origem (Convenção de Haia, 1993).
- 2 Art.1º Manter nos cadastros de pretendentes estrangeiros à adoção dos Estados, quer exclusivos da autoridade central, quer existentes em todas as Comarcas, hipóteses em que a comissão funciona como Banco de Dados, os pretendentes oriundos de Países que ainda não ratificaram a Convenção relativa à Proteção das crianças e à cooperação em matéria de adoção internacional, pois, segundo a Convenção de Viena, da qual o Brasil é signatário, os Tratados e Convenções têm efeitos apenas “inter-partes”, não alcançando a terceiros Países; segundo o STF, as Convenções são hierarquicamente equivalentes a uma Lei Ordinária; não existe lei vedando Adoções Internacionais de crianças brasileiras nessas condições, apenas se sugerindo a emissão de regras, em cada uma delas, onde fique claro que, além do princípio da subsidiariedade que assegura preferências aos brasileiros, os pretendentes oriundos de países que ratificaram a Convenção também têm preferência sobre candidatos vindos de Países que não ratificaram (Brasil, 2000a).
- 3 Art. 1º Fica instituído o credenciamento de todos os organismos nacionais e estrangeiros que atuam em adoção internacional no Estado brasileiro, no âmbito da Autoridade Central Administrativa Federal. Parágrafo único. O credenciamento de que trata este artigo é requisito obrigatório para posterior credenciamento⁴⁹ junto a Autoridade Central do país de origem da criança, bem como para efetuar quaisquer procedimentos junto às Autoridades Centrais dos Estados Federados e do Distrito Federal, na forma do Decreto nº 3.174, de 16 de setembro de 1999 (Brasil, 2005).
- 4 Art. 39. A adoção de criança e de adolescente reger-se-á segundo o disposto nesta Lei (Brasil, 1990).
- 5 Art. 39. A adoção de criança e de adolescente reger-se-á segundo o disposto nesta Lei (Brasil, 1990).
- 6 Art. 67º: Família: 1. A família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à proteção da sociedade e do Estado e à efetivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros. 2. Incumbe, designadamente, ao Estado para proteção da família: [...]; Artigo 69.º Infância: 1. As crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições. 2. O Estado assegura especial proteção às crianças órfãs, abandonadas ou por qualquer forma privadas de um ambiente familiar normal. 3. É proibido, nos termos da lei, o trabalho de menores em idade escolar. Art. 70º. Juventude: 1. Os jovens gozam de proteção especial para efetivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente: [...]. 2. A política de juventude deverá ter como objetivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efetiva integração na vida ativa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade. 3. O Estado, em colaboração com as famílias, as escolas, as empresas, as organizações de moradores, as associações e fundações de fins culturais e as coletividades de cultura e recreio, fomenta e apoia as organizações juvenis na prossecução daqueles objetivos, bem como o intercâmbio internacional da juventude.
- 7 Artigo 61.º Objeto 1 – As disposições do presente título aplicam -se aos processos de adoção em que ocorra a transferência de uma criança do seu país de residência habitual para o país da residência habitual dos adotantes, com vista ou na sequência da sua adoção. 2 – As questões relativas à determinação da lei aplicável e à competência das autoridades judiciais são reguladas, respetivamente, pelas normas de conflitos do Código Civil e pelas disposições do Código do Processo Civil em matéria de competência internacional (Portugal, 2015a).
- 8 Artigo 62.º Princípios orientadores Para além dos princípios referidos no artigo 3.º, a intervenção em matéria de adoção internacional obedece ainda aos seguintes princípios: a) Subsidiariedade – a adoção internacional só é permitida quando não seja possível encontrar uma colocação familiar permanente para a criança no seu país de residência habitual; b) Cooperação internacional – o processo de adoção internacional exige a participação e colaboração obrigatória e concertada das autoridades centrais e competentes dos países envolvidos, nos termos regulados nos instrumentos internacionais; c) Colaboração interinstitucional – a nível interno, o processo de adoção internacional exige a colaboração entre a Autoridade Central para a Adoção Internacional e outras autoridades, nomeadamente diplomáticas e policiais (Portugal, 2015a).
- 9 Artigo 3.º Princípios orientadores. A intervenção em matéria de adoção obedece aos seguintes princípios orientadores: a) Interesse superior da criança – em todas as decisões a proferir, no âmbito do processo de adoção, deve prevalecer o interesse superior da criança; b) Obrigatoriedade de informação – a criança e os candidatos à adoção devem ser informados com precisão e clareza sobre os seus direitos, os objetivos da intervenção inerente ao processo e a forma como esta última se processa, bem como sobre as possíveis consequências de qualquer decisão que venha a ser tomada no âmbito do processo; c) Audição obrigatória – a criança, tendo em atenção a sua idade, grau de maturidade e capacidade de compreensão, deve ser pessoalmente ouvida no âmbito do processo de adoção; d) Participação – a criança, bem como os candidatos à adoção, têm o direito de participar nas decisões relativas à concretização do projeto adotivo; e) Cooperação – todos os intervenientes no processo e, designadamente, as

entidades com competência em matéria de adoção, bem como os candidatos à adoção, têm o dever de colaborar no sentido da boa decisão do processo; f) Primado da continuidade das relações psicológicas profundas – a intervenção deve respeitar o direito da criança à preservação das relações afetivas estruturantes de grande significado e de referência para o seu saudável e harmónico desenvolvimento, devendo prevalecer as medidas que garantam a continuidade de uma vinculação securizante (Portugal, 2015a).

Thais de Conto

thais.dconto@unochapeco.edu.br

Mestra em Direito pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Pesquisadora da Linha: Direito, Cidadania e Atores Internacionais.

Idir Canzi

canzi@unochapeco.edu.br

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor permanente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito da Universidade comunitária da Região de Chapecó. Pesquisador vinculado aos Grupos de Pesquisa: Direito, Democracia e Participação Cidadã; Direitos humanos e Cidadania.

UNOCHAPECÓ

Servidão Anjo da Guarda, 295-D – Efapi,
CEP 89809-900. Chapecó, SC – Brasil.

Agradecimentos

Ao PPGD - Programa de Mestrado em Direito da Unochapecó.

Agência financiadora

Unochapeco.

Contribuições dos autores

Ambos os autores conceberam, organizaram, elaboraram e revisaram o artigo.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Há consentimento dos autores para publicação.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ARTIGO ORIGINAL

As tendências teóricas metodológicas das produções sobre família e os fundamentos do serviço social

Claudio Henrique Miranda Horst¹
<https://orcid.org/0000-0002-2226-4520>

Ludimilla da Anunciação Tomaz²
<https://orcid.org/0009-0005-5977-1330>

¹Universidade Federal de Ouro Preto, Professor no Departamento de Serviço Social, Ouro Preto, MG, Brasil.

²Universidade Federal de Viçosa, Mestranda, Mariana, MG, Brasil

As tendências teóricas metodológicas das produções sobre família e os fundamentos do serviço social

Resumo: O artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa que analisou as produções teóricas do Serviço Social brasileiro sobre família, publicadas nos principais periódicos da profissão, a fim de identificar os fundamentos teórico-metodológicos. Trata-se de pesquisa bibliográfica, com ênfase qualitativa, ancorada no materialismo histórico-dialético, a partir da leitura e análise de artigos publicados nas revistas A e B (Qualis Capes 2013–2016). Os resultados da pesquisa confirmaram a existência de várias perspectivas conflitantes na profissão expressando fundamentos que coadunam com projeto ético-político, como também tendências que vão na contramão de um trabalho profissional crítico com famílias.

Palavras-chave: serviço social; fundamentos do serviço social; famílias.

The theoretical and methodological trends in productions on the family and the foundations of social work

Abstract: The article presents part of the results of the research that analyzed the theoretical productions of the Brazilian Social Work on the family, published in the main journals of the profession, in order to identify the theoretical-methodological foundations. This is bibliographic research, with a quantitative and qualitative emphasis, anchored in dialectical historical materialism, based on the reading and analysis of articles published in magazines A and B (Qualis Capes 2013–2016). The research results confirmed the existence of several conflicting perspectives in the profession, expressing fundamentals that agree with an ethical political project, as well as trends that go against critical professional work with families.

Keywords: social work; fundamentals of social work; families

Recebido em 22.05.2023. Aprovado em 21.11.2023. Revisado em 25.02.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

O presente artigo busca apresentar parte dos resultados alcançados na pesquisa sobre os fundamentos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade e o debate sobre família. A pesquisa teve como objetivo geral analisar a produção teórica do Serviço Social brasileiro sobre família publicada nos principais periódicos da profissão, a fim de identificar os fundamentos teóricos-metodológicos das produções.

A sociedade brasileira tem vivenciado nos últimos anos o avanço da extrema direita em espaços políticos, na cena cotidiana e até por meio de movimentos sociais organizados. A crise estrutural do capital com seus condicionantes exige a rearticulação política para que os ideários conservadores possam se fazer presente no meio social, dessa maneira, os partidos de direita buscam resgatar e manter ideologias com princípios ultraneoliberais e neoconservadores, que possuem em comum, entre outros elementos, a ‘defesa’ da família.

Pautando-se em um projeto de classe neoconservador com princípios do neoliberalismo e conservadorismo moral, a origem dos problemas no Brasil se encontra na suposta ideologia de gênero, no avanço dos direitos LGBTQ+, na destruição da *família tradicional monogâmica*. Nessa direção, a estratégia se dá a partir da defesa de valores religiosos e tradicionais da sociedade capitalista: a família nuclear patriarcal, os bons costumes, Deus, pátria e o Estado como responsável pela vida em sociedade, mas nunca pela proteção social pública, estatal, universal.

A importância do desvelamento do real significado da “defesa da família” se faz necessário por essa ser uma das instituições fundamentais para a reprodução material e ideológica do capital (Mészáros, 2002). O pressuposto familista considera a família como naturalmente responsável para assumir os impactos ocasionados pelas determinações da lei geral da acumulação capitalista — a exploração da força de trabalho, a miséria e a violência são tidas como resultantes de modelos familiares que não se encaixam com o modelo ideal, ou pelo comportamento desviante de seus membros, e não pelas questões reais advindas de uma sociabilidade capitalista que foi erguida na base da exploração, opressão.

Com vistas a enfrentar a conjuntura adversa para as famílias da classe trabalhadora, cuja grande maioria acessa os serviços onde estão as/os assistentes sociais, acreditamos que é preciso um amplo conhecimento sobre a realidade, ancorada em fundamentos críticos que possibilitam desvendar os fios invisíveis que ligam as/os individuais/os atendidos por nós às suas condições de classe, raça, gênero e território. Por isso, o primeiro passo da nossa pesquisa foi realizar a leitura de todos os artigos selecionados, dos periódicos escolhidos, que falavam sobre família na profissão, com vistas a identificar se seus fundamentos sustentam e possibilitam — ao serem acessados por assistentes sociais — o desvendamento da realidade e a construção de um trabalho crítico com famílias.

Conforme sabemos, a família é interpretada de diversas maneiras e perspectivas. Especificamente ao longo da história do Serviço Social brasileiro, tal instituição recebe as mais variadas explicações teóricas, majoritariamente sustentadas por orientações conservadoras, devido principalmente à sua *naturalização* (Horst, 2018). Após o processo de reconceituação e renovação da profissão o amadurecimento teórico proporcionou o reconhecimento da profissão enquanto área de produção do conhecimento, possibilitando que ao longo dos últimos anos amadurecemos diversos temas.

No entanto, ainda se fazem presentes perspectivas que não confrontam a sacralização e a naturalização da família. Ao mesmo tempo em que se fazem ausentes produções que enfrentem o debate de sua *origem* e apontem os limites desse complexo social como forma de organização de vida entre os indivíduos, dos limites para as mulheres, bem como os limites de tê-la como referência para a sociedade. Tais tendências — de ausência da crítica; das que criticam de forma unilateral, timidamente; das que reproduzem fundamentos conservadores — precisam ser confrontadas com fundamentos críticos ontológicos. Nessa perspectiva, compreendemos como ‘tendências teóricas’, os “fundamentos que auxiliam o exame da realidade” (Silva, 2022, p. 60).

As tendências são estruturalmente políticas, contaminadas pela vida real objetivamente posta (mesmo que não afirmem isso), tecidas — com o auxílio do pensamento — no processo de produção e reprodução material do ser social sob dadas condições históricas (contaminadas pela economia política). [...] As “tendências” não se identificam, em hipótese alguma, com noções fechadas e estáticas ou com “tipos puros”. Ao contrário, elas são necessariamente dinâmicas, formadas por orientações que reproduzem perspectivas heterogêneas, ecléticas ou não. [...] Portanto, embora seja necessário afirmar que as tendências possuam um marco teórico que estabelece os pressupostos básicos que as demarcam, isso não significa que se imponham como campos estáticos em que pensadores(as) encaixam-se mecanicamente (Silva, 2022, p. 63, grifo do autor).

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com ênfase qualitativa, guiada pelo materialismo histórico-dialético cujo *corpus* de análise são artigos publicados nas plataformas on-line das revistas A (até 2020) e B (até 2021) (definido pelo Qualis CAPES 2013/2016) que versam sobre a temática família no âmbito do Serviço Social brasileiro. Sendo elas: (A1) Revista Katálysis, Revista Serviço Social e Sociedade; (A2) Revista Em Pauta, Revista Políticas Públicas do Maranhão, Revista Ser Social e Revista Textos e Contextos. (B1) Revista O Social em Questão; Revista Temporalis, (B2) Revista Emancipação.

Inicialmente realizamos as buscas nas plataformas digitais das revistas por meio das palavras-chaves: Família e Famílias. Foram selecionados todos os artigos que possuíam a palavra família/famílias no título, como uma primeira aproximação exploratória ao material. No segundo momento, realizamos a leitura dos resumos e das palavras-chave, chegando à amostra total de 86 artigos. Do universo de 247 artigos das revistas A, permaneceram para análise 56 artigos. Do universo de 117 artigos das revistas B, permaneceram para análise 30 artigos¹. Para a etapa da ordenação e classificação dos dados utilizamos um roteiro de análise de conteúdo. Após a ordenação dos dados e classificação, iniciamos a análise propriamente dita. Como técnica de análise dos dados, utilizamos a análise de conteúdo do tipo temática (Bardin, 1997).

Fundamentos em disputa para explicação da família no serviço social brasileiro

O interesse em identificar as tendências presentes nas produções se dá pelo compromisso crítico assumido pela profissão nos últimos anos — e expresso em nosso código de ética — com a classe trabalhadora, com os usuários dos serviços sociais onde a profissão atua. Conforme nosso código de ética expressa, um dos princípios fundamentais é o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”. Nessa direção, acreditamos que são os fundamentos ontológicos, críticos, que garantem um exercício profissional competente (teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo), na perspectiva do PEP.

Ao realizarmos a leitura dos artigos identificamos artigos que informavam a tendência teórica e outros textos que não. Nesse sentido, na análise dos dados, foi possível agrupar três grandes grupos: 1) artigos que anunciaram suas tendências teóricas, somando-se *nove* perspectivas distintas, cuja apresentação das mesmas é o objetivo do presente artigo²; 2) artigos ancorados nos fundamentos críticos marxistas (não sem problemas), agrupados sob a denominação de fundamentos do serviço social³. 3) bem como aqueles textos que *não informam* seus fundamentos e a partir de aproximações sucessivas identificamos que se enquadram em artigos que foram construídos a partir da ‘política social’⁴.

Portanto, não se trata de um mero levantamento para desqualificação das outras produções, tendências, principalmente se considerarmos outro princípio fundamental do código de ética, qual seja: “garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual”. Contudo, sabemos que pluralismo não significa ecletismo. Por isso, nosso compromisso é demarcar a importância de matrizes que tenham viés crítico-ontológico para a interpretação da realidade social, bem como para o exercício profissional de assistentes sociais. Destacando o acento do diálogo plural *entre tendências democráticas*. Sendo assim, não se podem articular tendências inconciliáveis em nome do pluralismo.

Dito isso, cabe ressaltar que passaremos a apresentação das tendências teóricas identificadas, conscientes que serão nas pesquisas futuras que teremos melhores condições para o aprofundamento e desvendamento de tais tendências. No momento, cabe apenas apresentá-las a partir de aproximações gerais já que diante do limite do artigo não temos como trabalhar as perspectivas e suas apropriações pela profissão. Mas sabemos que há uma ampla produção bibliográfica sobre cada tendência, que são complexas e atravessadas por polêmicas em torno dos seus fundamentos.

A Teoria Sistêmica-Psicanalítica

A Teoria Geral dos Sistemas foi desenvolvida por Ludwig Von Bertalanffy, na década de 1930 e pretendia explicar os eventos complexos da realidade. Para o autor, o mundo real é composto por sistemas, que são

conjuntos de elementos interdependentes, sendo que para compreensão do funcionamento da realidade, esses elementos não podem ser investigados de forma isolada. A teoria sistêmica, segundo Motta (2008), tem seguido os passos da física quântica, devido a transformações na visão de mundo, onde passou de concepção linear mecanicista a uma visão holística e ecológica.

Esta perspectiva se encontra voltada para área da psicologia e pode ser compreendida como decorrência da articulação das teorias clássicas, do pensamento técnico com os da teoria comportamental, sua abordagem se articula aos fatos sociais e a sua interpretação. Sendo assim, a teoria dos sistemas, busca explicar que os elementos ao interagir se influenciam mutuamente para que os objetivos e equilíbrios sejam alcançados. Ou seja, *um sistema é um complexo de elementos* em constante estado de interação mútua, como por exemplo, o sistema familiar, o indivíduo e a sociedade, a concepção sistêmica baseia-se na “consciência do estado de inter-relação e de interdependência essencial a todos os fenômenos físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais, formando redes” (Motta, 2008, p. 306).

Nesse contexto, o embasamento sistêmico se mostra útil para pensar as famílias e os casais cujo processo de separação conjugal litigioso foi o motivo do encaminhamento. Ao compreender essas famílias como sistemas, amplia-se o olhar sobre as mesmas, responsabiliza-se os membros da família pelo modo de relacionamento estabelecido e questiona-se a problemática apresentada, explorando o que está por trás do conflito. Realizar intervenções de modo a modificar os padrões de interação disfuncionais tem se mostrado benéfico, pois ao desenvolver formas de relacionamento mais funcionais, o sistema se mostra mais saudável (Bolze et al., 2014, p. 13, grifo nosso).

Segundo Guerra (2019), a teoria sistêmica vem organizando as políticas sociais, especialmente as de Seguridade Social, através da perspectiva da concepção de sistemas e apresentam orientações práticas pretensamente neutras e burocrático-formais que realizam um enquadramento do profissional. Aponta, que as Políticas de Seguridade Social se apropriam de todas as terminologias da Teoria Sistêmica, referências estranhas a formação profissional do Serviço Social, sendo algumas delas “interdependência recíproca, integração de ações, conectividade, ordenação, integralidade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, sinergia, resiliência, redes sociais, micro e macro sistemas” (Guerra, 2019, p. 122).

Já a teoria psicanalítica foi desenvolvida inicialmente por Freud, que já em 1923, define a psicanálise como um método de investigação dos processos mentais, um mecanismo de tratamento e uma disciplina científica. Freud acreditava que se tratando da psicanálise, deveria existir uma união entre curar e investigar.

O termo “psicanálise”, por sua vez, alude unicamente àquela modalidade de tratamento que se restringe aos referenciais e fundamentos da ciência psicanalítica tal como ela foi legada por Freud, isto é, o terapeuta trabalha essencialmente com a noção dos princípios e leis que regem o inconsciente dinâmico, e a prática clínica conserva uma obediência aos requisitos psicanalíticos básicos, tais como a instituição e a manutenção de um setting adequado, uma atenção prioritária na existência de um campo analítico, com as respectivas resistências, transferências, contratransferência, além de uma contínua atividade interpretativa (Zimmerman, 2007, p. 32).

A psicanálise contemporânea passou a se embebedar de outras áreas do saber, como a linguística, a teoria sistêmica, as neurociências, a psicofarmacologia, a etologia etc. A teoria sistêmica e psicanalítica — informadas conjuntamente como fundamentos do artigo — são consideradas pelos autores como centrais na compreensão da família e historicamente assistentes sociais vem reivindicando tais perspectivas como possibilidade de realizar inclusive terapia no exercício profissional com famílias. Prática vedada no âmbito do serviço social brasileiro, conforme podemos identificar na Resolução CFESS nº 569, de 25 de março de 2010, que dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social.

Por ora, reforçamos o posicionamento construído pelo Conselho Federal de Serviço Social e demarcamos que para o objeto, objetivo e concepção de profissão que defendemos tais perspectivas não contribuem para o trabalho com famílias.

A dimensão subjetiva não é negada no trabalho do assistente social. Mas não é atribuição privativa, nem tampouco competência deste profissional, realizar um trabalho terapêutico, fazendo da “psi” e da clínica,

a base da sua intervenção profissional, não encontrando respaldo no estatuto legal da profissão e no arcabouço teórico metodológico consolidado nas últimas décadas (CFESS, 2008, p.16).

A Teoria da Normatividade e perspectiva da Estabilidade-conflito/Transformação

Esta vertente teórica, da normatividade/estabilidade, tem ancoragem no pensamento de Durkheim e tem como pressuposto que a sociedade é um todo integrado e o acordo ideológico moral é um pressuposto da existência social de homens e mulheres. A teoria abarca evidências da importância de valores e normas para a conservação e “bom funcionamento” da sociedade.

A segunda corrente teórica, conflito/transformação, parte do princípio de que o consenso ideológico-moral não é algo dado a priori e nem existe enquanto totalidade. No artigo, ambas apareceram conjuntas e se apresentam, segundo os autores, como possível para a leitura das famílias. Aqui cabe destacar um dos trechos do artigo, ao tentar qualificar tais perspectivas.

Enquanto o eixo da normatividade/estabilidade, ao centrar a análise dos atos de violência nas condutas individuais devido a problemas no processo de integração e controle social, coloca a família no centro do processo de produção da violência. Ao passo que a vertente orientada pela base do conflito e da transformação coloca a geração dos comportamentos violentos como decorrentes da própria estrutura social (Mioto, 2003, p. 99).

A Perspectiva da Gerontologia

A Gerontologia é considerada uma ciência que estuda a velhice e o envelhecimento humano. Busca evidenciar os aspectos biológicos, sociais, psíquicos, legais, éticos, promovendo produções teóricas que possam evidenciar os fatores envolvidos na gênese do envelhecer. Conforme demonstrou Campelo e Paiva (2012), este campo do conhecimento científico está em disputa pela perspectiva da gerontologia tradicional positivista com fundamentos também na área sistêmica, expressando uma perspectiva conservadora. Segundo a autora, é preciso trabalhar em uma perspectiva da gerontologia social *crítica*, buscando inserir o debate sobre o envelhecimento humano na perspectiva da totalidade social.

Se tratando de um campo em disputa, a objetividade, neutralidade e imparcialidade se faz presente no campo da Gerontologia positivista que têm impactos sobre as construções teórico metodológicas no campo do envelhecimento humano, mascarando, naturalizando e particularizando as consequências geradas através da exploração de classe e opressões socialmente criadas em torno da velhice. Assim, o que se destaca é que a Gerontologia e a Geriatria são resultantes de uma ideologia da velhice, utilizada como instrumento de dominação na área de produção do conhecimento.

Portanto, no que tange a possibilidade de construir o trabalho com famílias e a produção teórica sobre envelhecimento e família, apostamos na gerontologia crítica em seus aprofundamentos sobre o envelhecimento. Tal perspectiva objetiva evidenciar as desigualdades sociais, contudo, estudos têm demonstrado que no âmbito da profissão do Serviço Social, a aproximação com a gerontologia não tem sido na direção crítica, conforme presente nos artigos analisados, prevalecendo a direção da gerontologia social conservadora.

Por isso, segundo as autoras, “é vislumbrada a possibilidade de contribuir para a produção de conhecimento do Serviço Social no campo da Gerontologia Social, afirmando a perspectiva da ontologia do ser social, em acordo com o projeto ético-político hegemônico dessa categoria profissional, o que significa focar o estudo do envelhecimento humano no marco da racionalidade dada pela razão dialética” (Campelo e Paiva, 2012, p. 12).

A Teoria da Representação Social

A teoria da representação social apresentada por Serge Moscovici investiga a inter-relação entre sujeito e objeto e, a partir daí, como se desenvolve o processo de construção do conhecimento, no campo individual

e coletivo na construção das representações sociais. A representação social se relaciona a forma dos sujeitos sociais avaliarem um objeto e construir através dessa interpretação um *significado*, tal entendimento sobre o objeto é semeado e compartilhado em grupo.

Essa representação de uma coisa, um estado, consiste na organização, junção e filtração do que vai ser reintroduzido e reaprendido, tomando conhecimento do novo e causando mudanças na sociedade. Dessa forma, a teoria da representação pode ser entendida como a articulação de informações, imagens, opiniões e valores, em relação ao objeto que esteja sendo analisado. A representação por outro lado, é também caracterizado como um processo, uma técnica de captar a realidade e de construção dessa realidade:

Nesse sentido, a Teoria das Representações Sociais elaborada por Moscovici é uma teoria que pode ser abordada em termos de produto e em termos de processo, pois a representação é, ao mesmo tempo, o produto e o processo de uma atividade mental pela qual um indivíduo ou um grupo reconstitui o real, confrontando e atribuindo uma significação específica (Abric, 1994, p. 188 *apud* Crusoé, 2004, p. 107).

A Sociologia de Berger e Luckmann

A Construção Social da Realidade é um livro escrito por Peter Berger e Thomas Luckmann, com o título original “The Social Construction of Reality”, de 1966. Os autores partem da sociologia para discorrer sobre os problemas do mundo e seus fundamentos na vida cotidiana. A realidade é tomada como verdade, que os indivíduos percebem com os seus sentidos. As relações sociais onde o indivíduo está inserido é que define o modo como o mesmo interage com aquilo que socialmente acredita ser a realidade.

Outro apontamento por essa tendência é que os padrões da sociedade são agentes que fazem a conexão entre os indivíduos, no pensamento dos autores, é a atuação do macro em relação ao micro. Esses padrões evidenciados na obra são referenciais determinados pela institucionalização, tradições e dos papéis interligados por meio da legitimação. A institucionalização é o elemento de encaixe aos hábitos, sendo o fator de acomodação entre as pessoas (Vascon, 2018, p. 23).

As experiências já constituídas e estabelecidas devem ser, portanto, transmitidas para a inculcação as futuras gerações para que não se perca a realidade vigente. Por fim, dentro desta construção de padrões da realidade, os papéis possuem um duplo caráter, de essencial importância para as instituições, irá representá-la como legítima-la. Ou seja, os papéis são os exemplos mais claros de interiorizações da realidade subjetiva aplicada à realidade objetiva.

O Empirismo

O empirismo é uma metodologia científica onde todas as hipóteses e teorias deveriam ser testadas experimentalmente, trata-se de uma experiência. Acredita-se que todo conhecimento deriva da experiência, percepções, sensações, intuição e observações. O empirismo alia-se ao positivismo e se caracteriza como o conhecimento baseado na experiência sensível, sendo a teoria através de sua experiência a única legítima fonte de informação acerca do mundo.

Conforme já explicitou Guerra (2013, p. 48):

Na dimensão técnico-instrumental, procedimentos de ultrageneralização, com base na experiência, na empiria, com vistas à manipulação de variáveis do contexto dos usuários, são frequentemente adotados pelos assistentes sociais. Tais procedimentos pautam-se por uma forma de captar a realidade e de intervir sobre ela. Nestes procedimentos, a centralidade nas experiências anteriores obscurece o que a realidade em questão apresenta de novo. Baseia-se nos pressupostos teórico-metodológicos de estender os resultados da observação de alguns casos ao conjunto dos casos possíveis, comum ao método positivista.

A perspectiva de Michel Foucault

A teoria de Foucault investiga a história da ciência para estudar como as estruturas se constituíam como forma, como os indivíduos imaginavam o conhecimento, o saber e a instituição do poder. Considera que a humanidade se organiza de maneiras distintas em momentos diferentes a partir da forma que a mesma lida com a biopolítica. É considerado um autor pós-estruturalista e sua grande base filosófica é Nietzsche.

Conforme apresentou Yazbek sua obra está organizada em três grandes frentes: Arqueologia; Genealogia e Conduta individual e construção do sujeito ético. Tal perspectiva, conforme apresentada em um dos artigos volta-se para um “empreendimento genealógico que busca recuperar o que está por trás da configuração de determinados dispositivos que se formam paralelamente às estruturas normais e legais de uma determinada prática” (Foucault, 1999 *apud* Santos, 2017, p. 399).

No que envolve a área do Serviço Social, as contribuições do autor se dão em estudos sobre instituições de poderes como presídios, clínicas, hospitais e dentre outros espaços de domínio e poder que se insere o trabalho de assistentes sociais (Yazbek, 2018). Nas palavras de Rodrigues (2006), Foucault deve ser caracterizado como um autor proto pós-moderno, já que o projeto foucaultiano deve ser entendido como uma resposta reacionária à fase mais desenvolvida da dialética de sua época, portanto, confrontando abertamente com a tendência crítica construída pelo serviço social brasileiro.

A análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough

A análise crítica do discurso é uma perspectiva teórica sobre a língua e, de modo geral, sobre a semiose que inclui a linguagem visual e a linguagem corporal como elemento do processo social material, que possibilita uma análise mais ampla sobre o processo social. Esta perspectiva se interliga com outras teorias e modelos sociais. A perspectiva estuda como a vida social é uma rede interconectada de práticas sociais econômicas, políticas e culturais, todas fazem parte do elemento semiótico. Esta teoria se constrói a partir da análise das relações dialéticas entre semioses e outros elementos das práticas sociais como atividade produtiva, meios de produção, relações sociais e dentre outros. Conforme destacou o artigo que referência tal tendência teórica:

A concepção de práticas sociais não permite combinar as perspectivas de estrutura e de ação – uma prática é, por um lado, uma maneira relativamente permanente de agir na sociedade, determinada por sua posição dentro da rede de práticas estruturada; e, por outro, um domínio de ação social e interação que reproduz estruturas, podendo transformá-las. Todas são práticas de produção, arenas dentro das quais a vida social é produzida, seja ela econômica, política, cultural ou cotidiana (Fairclough; Melo, 2012, p. 308).

Teoria da atitude/pessoa de Paul Ricoeur

Segundo Nalli (2006), Ricoeur se baseia na perspectiva de Edmund Husserl, de quem “se apropria de elementos da filosofia husserliana em seu projeto hermenêutico”, para desenvolver sua perspectiva teórico-metodológica vinculada a Fenomenologia e a Hermenêutica. Ao mesmo tempo, elabora novas perspectivas, criticando parte das tendências fenomenológicas.

Entretanto, as críticas hermenêuticas de Ricoeur ao idealismo husserliano não podem ser interpretadas como uma crítica radical, do tipo que refuta todo um corpo teórico. A crítica Ricoeuriana consiste muito mais apropriadamente numa recuperação da filosofia husserliana sem deixar de lhe ser crítica, isto é, no sentido de refutar seu idealismo. Ricoeur rompe com a filosofia husserliana, mas não com seu método e sua teoria. De maneira mais clara: Ricoeur se apropria tanto da análise intencional (o método) quanto da teoria da constituição do sentido; mas dispensa os pressupostos idealistas de Husserl. É exatamente em sua relação com a fenomenologia husserliana que se pode definir o empreendimento de Ricoeur nos seguintes termos: “ele tende a se desfazer do idealismo transcendental em proveito de uma hermenêutica dos textos, a qual implica uma forma de desapropriação do eu [je], em proveito de uma reapropriação do si [soi]” (Stevens, 1990 *apud* Nalli, 2006, p. 11).

Apresentado sinteticamente as diversas tendências teóricas que sustentam parte das produções teóricas sobre famílias na profissão, identificamos diversas tendências em disputa no que tange ao entendimento sobre famílias e sobre as possibilidades de trabalho junto às mesmas no cotidiano profissional. É importante ressaltar que as diversas tendências explicam a família, ou podem contribuir para o entendimento das dimensões desse complexo social, por isso não se trata aqui de desconsiderar tais contribuições em âmbito geral.

No entanto, estamos nos referindo a uma profissão em si que tem como objeto de trabalho as expressões da “questão social”, e que, portanto, a finalidade do exercício profissional se tomado por tais fundamentos identificados podem resultar na moralização, culpabilização e aposta na mudança de comportamentos como estratégia de superação das expressões da “questão social” que as famílias que atendemos são atravessadas e vivenciam.

Frente a tais tendências que foram evidenciadas, iremos destacar no próximo tópico os fundamentos que defendemos como necessários para sustentar a formação profissional e o trabalho qualificado com famílias na contemporaneidade, pautada pelo viés da tradição marxista que também dão subsídios para o trabalho profissional com famílias. Tais tendências críticas, ancoradas nos fundamentos também foram identificadas em parte dos artigos pesquisados, que não foram expostos nesse artigo, pois serão desenvolvidos futuramente.

Conforme identificamos, algumas tendências apresentadas ao longo do artigo vão à contramão do PEP, justamente por seus fundamentos conservadores. Ou ainda, aparentemente radicais (Vasconcelos, 2015). A ausência/negação da produção do conhecimento sobre família, em uma perspectiva ontológica, crítica é uma das implicações que vem resultando no conservadorismo na produção do conhecimento e no trabalho profissional com famílias.

Os fundamentos do serviço social como pressupostos para a produção do conhecimento e o trabalho com família

O método materialista histórico-dialético bem como a teoria social marxiana solidificam os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. Portanto, consiste na matriz teórico-metodológica hegemônica explicativa da profissão, da sociedade, e da relação entre ambas hoje. Dessa forma, pressupomos que a profissão só pode ser entendida através do movimento histórico da sociedade, no processo complexo de reprodução das relações sociais.

Na área do Serviço Social, ao longo da história e atualmente, são diversas as matrizes teóricas e tendências explicativas da realidade que engloba desde perspectivas do capitalismo burguês, anticapitalistas, conservadoras, entre outras (Yazbek, 2018; Moljo; Carvalho, 2022), como: o positivismo, abordagem funcionalista, foucaultiana, as perspectivas marxistas (Gramsci, Marx, Lukács, Mészáros, Teoria Marxista da Dependência), o pensamento doutrinário, o pensamento conservador, pós-modernidade, pós-estruturalismo, as perspectivas decoloniais, bem como as de inspiração fenomenológica e weberiana, dentre outros.

Ao reconhecermos nossos fundamentos na contemporaneidade compreendemos que a guinada histórica — expressa nas diretrizes curriculares, devido a apropriação da teoria social marxista, se constitui pela incorporação da categoria *trabalho* e do conceito de “questão social” como centrais para nossos fundamentos. A análise do trabalho pelo método da teoria social de Marx em seu sentido ontológico como categoria fundante do ser social, é a questão central para compreensão da “questão social” e das demais expressões que se reproduzem na sociedade de classes.

A categoria trabalho, ao mesmo tempo permite compreender o trabalho de assistentes sociais inserido em relações contraditórias na sociedade capitalista. E, conforme compreendemos, por ser o modelo de práxis que possibilitou o desenvolvimento da humanidade — junto a outras mediações e complexos — possibilitou também o surgimento e desenvolvimento da *família*, como um complexo social.

Os pressupostos da profissão destacam a categoria profissional inserida no processo das relações sociais mediada por classes contraditórias, além disso, centraliza o objeto de estudo que é a “questão social”, determinante para a existência da profissão. E nesse sentido, como as expressões da “questão social” afetam as famílias que atendemos cotidianamente. Possibilitando a construção desde a formação profissional do entendimento que a família *não é um sujeito privilegiado* de trabalho, muito menos o *objeto de trabalho* das/os

assistentes sociais. Mas sim, as expressões da “questão social”. Ou seja, as famílias das classes trabalhadoras vivenciam as mais diversas expressões da “questão social”.

Tais pressupostos remetem um conjunto de conhecimentos articulados que se transformam em Núcleos de Fundamentação da formação [e trabalho] profissional, que permite a análise da profissão em todo contexto histórico, político e cultural da sociedade brasileira, além de permitir que assistentes sociais desenvolvam suas atribuições profissionais com competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Os núcleos são: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação socio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Concordamos que estes três núcleos compõem a totalidade de conhecimentos que está expressa na formação profissional e constituem os *fundamentos do Serviço Social* na contemporaneidade, ancorados que estão no materialismo histórico-dialético e na teoria marxiana e marxistas.

Resumidamente, o primeiro núcleo é responsável pela colocação do trabalho como categoria fundante do ser social na totalidade histórica, além de analisar as determinações fundamentais da vida social que são particularizadas nos núcleos de fundamentação da sociedade brasileira e no trabalho profissional. Nesse sentido, compreendemos que a partir desse núcleo é possível aprofundar os fundamentos ontológicos do ser social, traçando o desenvolvimento da humanidade a partir de elementos centrais, de modo que contribua para explicar os fundamentos críticos da origem e desenvolvimento da *família*. Desse modo, parte-se das bases marxistas para compreender a gênese do desenvolvimento de homens e mulheres, e as diversas formas de organização familiar ao longo da história da humanidade. Tal pressuposto pode ser capaz de desvendar a centralidade que tal complexo assume nas sociedades de classes e do papel central que cumpre na sociedade capitalista.

Portanto, é a partir da categoria trabalho que podemos captar as mediações que contribuem na explicação dos fundamentos da família e de sua particularidade — monogâmica patriarcal burguesa, no capitalismo, uma vez que o trabalho determinou ao longo da história as relações sociais entre os indivíduos. Ou seja, as diversas formas de organizações familiares, evidenciam que a família nuclear que estruturou a sociedade ocidental em algumas épocas nem sempre existiu e é uma construção humana que se desenvolveu por determinações biológicas, naturais e por interesses políticos e econômicos, impulsionados pelas dinâmicas produtivas e de reprodução social.

O núcleo de formação socio-histórico da sociedade brasileira remete a compreensão sobre conteúdos históricos da sociedade, como a análise da conjuntura econômica, social, cultural e política, evidenciando a organização do Estado com seu capitalismo dependente e a gênese das classes sociais. O núcleo constitui elementos sobre os processos sociais, os rebatimentos da “questão social” na sociedade brasileira e a intervenção das políticas sociais como os desdobramentos que envolvem a profissão do Serviço Social.

Ao partirmos dos aspectos que fundamentam a sociedade brasileira enquanto nação formada a partir dos processos de colonização, marcada pela escravização dos povos africanos, pelo extermínio dos indígenas e de uma economia baseada na prioridade das atividades básicas direcionadas ao mercado externo podemos identificar as determinações estruturais da construção sociocultural calcada no racismo, no patriarcado e na superexploração da força de trabalho (Souza, 2020).

Nessa direção, esse núcleo possibilita recuperar as reflexões acerca da formação da família no país, bem como evidenciar o caráter familista das relações sociais brasileiras. As determinações históricas do Brasil, o seu modelo patriarcal da família, assim como seus valores, costumes e as relações de exploração e opressão. É necessário compreender as relações sociais e seus desdobramentos culturais, políticos e econômicos, para captar as particularidades que envolvem a família e suas reproduções ideológicas, como também a sua relação central com as políticas sociais, possibilitando assim o desvendamento da constituição das famílias no Brasil, da naturalização da desproteção social, que vem resultando em intervenções de formas moralistas e familistas através das políticas sociais implementadas pelo Estado. Portanto, nos prepara para atender as famílias a partir de suas particularidades regionais, locais exigindo atenção há um fato histórico da nossa formação: a ausência de direitos, de proteção social pública que naturalizou a cultura familista.

O terceiro núcleo, fundamentos do trabalho profissional, apresenta também um conjunto de elementos que envolvem e compreende todos os elementos que determinam o Serviço Social como especialização do trabalho, a partir dos núcleos anteriores. Permite captar a totalidade histórica da profissão e o seu significado social, como analisar o trabalho profissional nas suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativo. Ou seja, construir as respostas profissionais cotidianamente nessa direção.

Ao recuperarmos a compreensão de profissão, seu objeto, objetivos, valores ético-políticos damos mais um passo no fortalecimento do trabalho com famílias na perspectiva do PEP, na contramão de outras perspectivas, e até mesmo do discurso, que nossos fundamentos não nos preparam para o trabalho com famílias. Ou que concebem a família como objeto de trabalho profissional, bem como o objetivo do exercício profissional voltado para as relações familiares, reordenadora de condutas cotidianas, a partir da manipulação de variáveis empíricas (comportamentais, individuais, grupais) (Paulo Netto, 2011).

Os três núcleos de fundamentação não podem ser analisados de formas isoladas, os núcleos constituem uma unidade dialética, são interligados e complementares. Assim, a formação profissional deve ser composta por uma totalidade de conhecimentos que se manifestam nos três núcleos e possibilitam respostas profissionais vinculadas a direção social construída pela profissão. São os conteúdos dos núcleos que permite a apreensão da realidade social e desse modo, possibilita intervenções profissionais qualificadas. E nesse sentido, através dos três núcleos de fundamentação, a compreensão da família, por meio de fundamentos críticos, condizentes com o Projeto Ético-Político (Horst, 2020a). Ou seja:

É na perspectiva desse exercício profissional que nos tornamos capazes de compreender a instituição família e suas demandas apresentadas nos diversos serviços sociais numa perspectiva de totalidade. A partir do entendimento das contradições da instituição família determinadas pelo capitalismo, que nega o enquadramento de modelos e comportamentos considerados desestruturados, no caso do positivismo, ou que tendem à aposta no caráter de uma subjetividade desvinculada das determinações objetivas da sociabilidade, apostando nas mudanças de comportamentos dos sujeitos como forma de resolver as expressões da “questão social” apontadas como problemas intrafamiliares e interpessoais (Horst, 2023, p. 20).

Conforme entendemos, é necessário, a partir dos fundamentos da profissão, demarcar a questão da *gênese, origem, surgimento* da família como um complexo social; de seu *desenvolvimento* ao longo da história e das particulares formações socio-históricas. Tal afirmativa coaduna com nossa compreensão de fundamentos ao demarcar como central a discussão da família a partir da categoria ontológica trabalho e do conceito de “questão social” e suas expressões, como determinantes centrais para pensar as realidades familiares na direção de uma práxis reflexiva (Vázquez, 2011), coadunando com os alicerces centrais dos fundamentos para a formação e o trabalho de assistentes sociais na contemporaneidade. Nesse sentido, [...] é na própria negação do debate em torno do surgimento da família (sua gênese e desenvolvimento) que temos elementos para indicar o alto nível de conservadorismo presente na profissão (Horst, 2020a; 2020b).

Majoritariamente sustentada por uma perspectiva religiosa, onde um surgimento divino ou, por uma perspectiva positivista/funcionalista, reforçando, ambas, a tendência à naturalização e eternização de tal instituição [...] (Horst, 2018, p. 36). O efeito da naturalização e da negação da particularidade da família no capitalismo — resulta na reprodução da ideia da família como principal instituição na formação dos indivíduos para a sociedade. Apesar de verdadeira, essa noção não revela toda dinâmica que a família está inserida e reproduz, pois não denuncia os desvalores que vêm sendo transmitidos na criação de indivíduos ao longo da vida no meio familiar, de todo trabalho realizado por mulheres cotidianamente no âmbito da reprodução social. Trata-se do chamamento da família, em qualquer situação, mas sem questionar seu papel ideológico e de manutenção da produção e reprodução capitalista, cuja clareza pode ser fundamental para pensar estratégias ético-políticas no exercício profissional.

Breves Conclusões

No que tange às produções teóricas sobre família no Serviço Social brasileiro, a pesquisa evidenciou que a grande maioria dos artigos são sustentados pelo debate via política social, pelo escasso arcabouço teórico nos textos que expressam os fundamentos teórico-metodológicos da profissão na contemporaneidade e pelas mais distintas perspectivas teórico metodológicas. No presente artigo, demos ênfase, ainda que brevemente, às distintas tendências teóricas presentes em parte dos artigos.

Conforme compreendemos, na perspectiva dos fundamentos da profissão na contemporaneidade, os núcleos de fundamentação devem ser apreendidos na formação de forma articulada e integradora, e não de forma desarticulada. É a falta da articulação dos três núcleos que contribui para a defasagem durante a

formação profissional e impacta a leitura e a construção de estratégias no trabalho profissional. Os núcleos são estratégicos para a fundamentação crítica e a compreensão concreta da família, tal direcionamento contribui para traçar estratégias no trabalho com famílias.

É comum nos espaços socio-ocupacionais as/os profissionais tomarem como referências as funções do modelo tradicional de família, homem e mulher, o que resulta no conservadorismo com famílias que fogem desse modelo tradicional, mas não só, e no esvaziamento de uma intervenção crítica perante a realidade, além disso, algumas políticas sociais reforçam essas concepções conservadoras.

Muitos são as/os profissionais que se baseiam e partem das concepções da política social, das legislações, como seus fundamentos. Faz-se necessário para a qualificação do trabalho profissional que essas concepções conservadoras sejam tomadas pelo conhecimento crítico, pelos fundamentos da profissão.

São as referências críticas que possibilitam construir alternativas diante de demandas profissionais conservadoras e até mesmo nas ações dos próprios assistentes sociais no espaço de trabalho. A direção do projeto ético político é fundamental para sustentar uma intervenção crítica na medida em se que se apropriam dos seus conhecimentos, o que significa que a formação deve ser continuada, ao contrário, sem a devida apreensão da teoria e método, dos fundamentos aqui elencados, alimentaremos um perfil profissional tecnicista, que reproduz e atende a classe trabalhadora e suas famílias de acordo com os interesses da ordem vigente.

Em última instância, as tendências encontradas podem ser vinculadas a alguns dos três grandes eixos presentes na *ciência* e na profissão hoje, conforme destacou Silva (2022, p. 67): a) as de base pré-moderna, de perfil essencialmente doutrinário reatualizado, compondo diversas formas de irracionalismo no seu sentido estrito ou que podem se ajustar a traços doutrinários-racionalistas; b) uma ampla diversidade moderna, revolucionária ou conservadora, de fundamentação ontológica ou não; c) e um diverso e heterogêneo discurso pós moderno.

Portanto, trata-se da tarefa de avançar com os fundamentos da família, sua gênese e os seus processos históricos diretamente relacionados com o complexo desenvolvimento do ser social. Tais fundamentos nos possibilitam confrontar as explicações hegemônicas de que a família seria a) uma instituição divina criada por Deus, a partir da explicação da ontologia religiosa. Ou, b) que seria uma instituição natural, base da sociedade, conforme explicado pelo positivismo e suas derivações.

Referências

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- BOLZE, S. D. A.; BUEN, R. K.; CREPALDI, M. A.; GOMES, L. B. *As origens do pensamento sistêmico: das partes para o todo. Pensando família*. Porto Alegre, 2014.
- CAMPELO E PAIVA, S. O. *Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital: um estudo sobre a racionalidade na produção de conhecimento do Serviço Social*. 2012. 253 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Práticas terapêuticas no âmbito do serviço social: subsídios para aprofundamento do estudo*, 2008.
- CRUSOÉ, N. M. C. *A teoria das representações sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação*. *Revista Aprender: Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação, Vitória da Conquista*, v. 2, n. 2, p. 105–114, 2004.
- FAIRCLOUGH, N.; MELO, F. I. *Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica*. São Paulo: Linha D'água, 2012.
- GUERRA, Y. A. D. *Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares*. *Revista Katálysis*, v. 16, n. spe, p. 39–49, 2013.
- GUERRA, Y. *Desafios para o Serviço Social na Seguridade Social: Formação nas Políticas ou Para as Políticas Sociais? In: GUERRA, Y; LEITE, J. L.; ORTIZ, F. G. Temas contemporâneos em serviço social: uma análise de seus fundamentos*. 1.ed. Campinas: Papel Social, 2019.
- HORST, C. H. M. *Família, marxismo e Serviço Social: desvendando o invólucro místico*. 2018. 217 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- HORST, C. H. M. *As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a Temática Família*. *Revista Temporalis, Brasília*. v. 20, p. 144-164, 2020a.
- HORST, C. H. M. *Serviço Social e a temática família*. *Revista Libertas*, v. 20, p. 392-414, 2020b.
- HORST, C. *O trabalho de assistentes sociais com famílias mediado pelo Projeto Ético-Político*. *Serviço Social & Sociedade*, v. 146, n. 2, e6628324, 2023.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

- MIOTO, R. C. T. Para que tudo não termine como um “Caso de Família”: aportes teóricos para o debate sobre a violência doméstica. *Revista Katálysis*, v. 6, n. 1, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2926181.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.
- MOLJO, Carina Berta; CARVALHO, Thaise Seixas Peixoto de. Tendências teórico metodológicas presentes no debate do serviço social brasileiro. *Temporalis*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 189–206, 2022. DOI: 10.22422/temporalis.2022v22n44p189-206. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38131>. Acesso em: 26 fev. 2024.
- MOTTA, M. C. Teoria sistêmica e família, pontos e contrapontos. *In: JORNADAS DE INVESTIGACIÓN Y CUARTO ENCUENTRO DE INVESTIGADORES EN PSICOLOGÍA DEL MERCOSUR*, 15., 2008.
- NALLI, M. Paul Ricoeur leitor de Husserl. *Trans/Form/Ação* [online], v. 29, n. 2, p. 155–180, 2006. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/920>. Epub 31 out. 2007. Acesso em: 21 jun. 2022.
- PAULO NETTO, J. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- RODRIGUES, M. Michel Foucault sem espelhos: um pensador proto pós-moderno. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2006.
- SANTOS, W. R. dos. O circuito familista na política de assistência social. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 388–402, 2017. DOI: 10.15448/1677-9509.2017.2.24250. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/24250>. Acesso em: 26 fev. 2024.
- SILVA, J. F. S. Serviço Social e tendências teóricas: o sentido da crítica. *In: Serviço Social, fundamentos e tendências teóricas: contribuições ao debate latino-americano*. São Paulo: Cortez, 2022.
- SOUZA, C. L. S. *Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2020.
- VASCON, C. F. L. Construção social da realidade a partir de páginas policiais. *Revista Aurora*, Marília (SP), v. 11, n. 2, p. 23–46, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/7946/5708>. Acesso em: 21 jun. 2022.
- VASCONCELOS, A. M. A. *O Assistente Social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas*. São Paulo: Cortez, 2015.
- VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da Práxis*. 2. ed. Buenos Aires: Clacso; São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. *In: GUERRA, Yolanda (org.). Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018.
- ZIMERMANN, D. E. *Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica; uma abordagem didática*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Notas:

- 1 Para conferir a listagem completa com as informações sobre os artigos consultar: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/3540000/4429/8/MONOGRRAFIA_Tend%c3%aaanciasTe%c3%b3ricoMetod%c3%b3logicas.pdf
- 2 São nove tendências teóricas e constam mais de uma vez a perspectiva Foucaultiana (três artigos) e o empirismo (dois artigos).
- 3 Não desenvolveremos aqui sobre tais produções, pois, além da direção construída na segunda parte do artigo, será preparado outro artigo dialogando apenas com os textos que informaram essa perspectiva.
- 4 No âmbito dessa frente, tida como ‘política social’, são três grandes tendências (cujas reflexões serão tratadas em outro artigo): 1) partindo das normativas e legislações das próprias políticas sem diálogos e mediações com a profissão; 2) Perspectivas críticas onde se ancoram: a) o debate marxista da política social; b) e/ou a crítica do familismo; c) e/ou a partir dos estudos da formação social brasileira; 3) artigos que mesclam ambas as perspectivas. Cabe destacar que a política social não é entendida aqui como uma ‘tendência teórico-metodológica’. Na verdade, as diversas tendências buscam explicar a política social das mais variadas formas. Contudo, chama atenção o maior número de produções pela via da política social, pois, temos assistido na profissão um movimento onde os documentos e legislações das políticas sociais são incorporadas como fundamentos da profissão no cotidiano do trabalho, tornando-se conteúdo da profissão.

Claudio Horst

Claudio.horst@ufop.edu.br

Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina

Professor no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto

UFOP

Rua do Catete, 166, centro.
Mariana – Minas Gerais – Brasil
35420-000

Ludimilla da Anunciação Tomaz

Ludimillatomaz@gmail.com
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa

UFV

Av. Peter Henry Rolfs, s/n, Campus Universitário
Viçosa, Minas Gerais, Brasil.
36570-900

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições das autoras

Claudio Horst trabalhou na concepção, delineamento, interpretação dos dados e na redação do artigo. Ludimilla Tomaz trabalhou na análise e interpretação dos dados e na redação do artigo.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Autorizamos a publicação do presente artigo.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ARTIGO ORIGINAL

Autocracia burguesa, racismo e encarceramento à luz do pensamento social brasileiro

Gabrielle Paula de Oliveira¹<https://orcid.org/0009-0006-7859-5819>**Giovanny Simon Machado²**<https://orcid.org/0009-0007-3242-1511>¹Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Curitiba, PR, Brasil²Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Serviço Social, Mestrado e Doutorado em Serviço Social, Recife, PE, Brasil**Autocracia burguesa, racismo e encarceramento à luz do pensamento social brasileiro**

Resumo: Este trabalho analisa o sistema prisional brasileiro, destacando o aumento da população carcerária, superlotação, violência, seletividade penal e as penas alternativas. Explora-se a contribuição de intelectuais, como Clóvis Moura, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Darcy Ribeiro, Jacob Gorender e Lucio Kowarick, para entender o encarceramento no Brasil, considerando suas raízes no período escravista e colonial. Este ensaio bibliográfico busca lançar luz à resiliência do punitivismo no país, baseando-se nas protoformas escravistas do capitalismo dependente, conforme descrito pelos clássicos do pensamento social brasileiro. Posteriormente, o ensaio explora as influências do capitalismo dependente no sistema penal, com base em dados estatísticos e autores da criminologia crítica, abolicionismo penal e minimalismo penal. Concluímos que a autocracia e sua política penal, com raízes na herança escravista, parecem operar incessantemente, transcendendo as fronteiras governamentais, alimentando a violência e as ilegalidades que ela mesma se propõe a reprimir e controlar.

Palavras-chave: encarceramento; seletividade penal; capitalismo dependente; autocracia; racismo.

Bourgeois autocracy, racism and incarceration in the light of Brazilian social thought

Abstract: This work analyzes the Brazilian prison system, highlighting the increase in the prison population, overcrowding, violence, penal selectivity and alternative sentences. It explores the contribution of intellectuals such as Clóvis Moura, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Darcy Ribeiro, Jacob Gorender and Lucio Kowarick to understanding imprisonment in Brazil, considering its roots in the slave and colonial periods. This bibliographical essay seeks to shed light on the resilience of punitivism in the country, based on the proto-slavery forms of dependent capitalism, as described by the classics of Brazilian social thought. Subsequently, the essay explores the influences of dependent capitalism on the penal system, based on statistical data and authors from critical criminology, penal abolitionism and penal minimalism. We conclude that autocracy and its penal policy, rooted in slavery, seem to operate incessantly, transcending governmental boundaries, feeding the violence and illegalities that it sets out to repress and control.

Keywords: incarceration; penal selectivity; dependent capitalism; autocracy; racism.

Recebido em 30.06.2023. Aprovado em 21.11.2023. Revisado em 21.02.2024.



Este artigo está licenciado sob a Licença Internacional de Atribuição (CC BY) da Creative Commons (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

“A mais terrível de nossas heranças é esta de levar conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviciar e machucar os pobres que lhes caem às mãos. Ela, porém, provocando crescente indignação, nos dará forças, amanhã, para conter os possesores e criar aqui uma sociedade solidária.” (Darcy Ribeiro (2015, p. 91).

O sistema prisional brasileiro tem sido objeto de intensos debates e críticas ao longo das últimas décadas. O aumento vertiginoso da população carcerária, a superlotação das prisões, a violência intramuros, a seletividade penal e a reincidência são apenas alguns dos problemas que colocam em xeque a eficácia e a justiça do sistema punitivo vigente. Nesse contexto, o trabalho busca lançar luz sobre esse cenário complexo e desafiador, explorando a contribuição de importantes intelectuais brasileiros, como Clóvis Moura, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Darcy Ribeiro, Jacob Gorender e Lucio Kowarick, para a compreensão do fenômeno do encarceramento e das prisões na sociedade moderna do Brasil, a partir das suas protoformas escravistas e coloniais.

Naturalmente, a comprovação dos nexos — por continuidades ou rupturas — entre a atual política penal e de encarceramento em massa vigente no Brasil com suas heranças socio-históricas do período escravista (colonial e monárquico), exige pesquisa de fôlego bem mais amplo do que este ensaio. Aliás, o grau de permanência das visões macrosociais dos sujeitos sociais e suas relações raciais, bem como a configuração institucional e dos órgãos repressores e de controle social do Estado, são objeto de discussão e, talvez, de agudas divergências.

No segundo momento deste ensaio, no entanto, discutimos as refrações da formação social de capitalismo dependente no sistema penal brasileiro. Para tal, buscamos o suporte em alguns dados estatísticos e, principalmente, em autores da criminologia crítica, da linha do abolicionismo e minimalismo penal, que discutem, por meio da filosofia da pena e da sociologia, o papel do controle social punitivo na contemporaneidade. Entre os autores estudados estão Eugenio Raul Zaffaroni, Vera Malaguti Batista, Marco Alexandre Serra e André Giamberardino. Objetivamos, assim, estabelecer laços teóricos entre o Serviço Social, especialmente quanto ao estudo da realidade brasileira na profissão, e a criminologia crítica.

O cativo como a base da formação social brasileira

A política de encarceramento vigente no Estado brasileiro assumiu um caráter supragovernamental, isto é, constitui um traço inerente ao esquema de autodefesa do regime de dominação de classes no Brasil, que Florestan Fernandes chamou de *autocracia burguesa*, estrutural e estruturante de toda sorte de aparelhos ideológicos, políticos e judiciais para a manutenção da ordem.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil ocorreu de forma dependente e associada ao capital dos países imperialistas. A formação social brasileira envolveu a instituição de um modo de produção próprio, com elevado grau de autonomia, de matriz agroexportadora, estribado na exploração do trabalho compulsório e na comercialização de pessoas negras escravizadas. Essa ordem social fundada no escravismo colonial e no regime monocultural da plantagem atrofiou o desenvolvimento da economia natural e da agricultura familiar dos pequenos produtores, concentrando o excedente produzido nas mãos das oligarquias agrárias (Gorender, 2016, p. 99–100). Durante quase quatro séculos de escravidão, além do conjunto das relações sociais produzidas da oposição entre senhores e escravos, o escravismo também contaminou todas as outras formas de trabalho e reprodução social. As populações livres nacionais receberam a pecha de “vadios”, pois o trabalho regular significava uma submissão completa às tiranias senhoriais, “como os parâmetros materiais e ideológicos essenciais à sociedade sempre estiveram intimamente conectados ao espectro do cativo, para os livres e pobres trabalhar para alguém significava a forma mais aviltada de existência” (Kowarick, 2019, p. 16).

Durante o desenvolvimento do escravismo colonial encontramos a gênese de alguns processos sociais e políticos que, reciclados e refuncionalizados na sociedade competitiva, incidem na política de encarceramento e no complexo policial e punitivo contemporâneos. Conforme argumenta Clóvis Moura, os estereótipos herdados

do regime escravista tipificaram o negro brasileiro ora como “bom escravo” — “o anti-Zumbi [...] aquele que vivia na senzala trabalhando, aceitando a sua condição de escravo passivamente” —, ora como “mau escravo” considerado bandido, marginal e que se revoltava contra sua condição social (Moura, 1977, p. 18).

Essa tipologia dual deita suas raízes no modo de produção mesmo que requeria uma ordem político-jurídica contraditória. Desde o escravismo clássico, a coisificação da pessoa escravizada era a regra moral e política de regimes desta natureza (Gorender, 2016). Durante o período colonial de conquista das Américas, a escravidão foi reabilitada e se desenvolveu de forma contraditoriamente harmônica com a ideologia liberal da nascente burguesia antiabsolutista, que considerava justa a escravização como punição aos povos “bárbaros” e “indolentes” ou mesmo como um “bem moral” e espólio de uma “guerra justa” (Fernandes, 2007; Losurdo, 2006). O mesmo ocorreu com a escravização dos povos indígenas, por vezes ambigualmente atravessada pelo direito eclesiástico das bulas papais, pelo projeto salvacionista jesuíta, pelos interesses da empresa colonial portuguesa e pela espontaneidade dos dominadores — o que produziu o mito de que esses povos foram residuais ou sequer foram escravizados (Ribeiro, 2015). Na verdade, a prática do *apresamento* e destribalização indígena, apesar das atitudes contraditórias dos heterogêneos agentes da colonização, ocorreu larga e multiformemente, tanto pela escravização aberta motivada pela ideia de “guerra justa”, quanto pelas chamadas reduções jesuíticas, que cumpriam todos os pré-requisitos de uma prisão despersonalizadora¹.

O aparente paradoxo de um “liberalismo escravizador”, que liberou servos de um lado do Atlântico e acorrentou escravos do outro, é explicado, de acordo com Ianni, por razões materiais e não ideológicas. Segundo ele, o mercantilismo comandado pelo capital comercial da esfera da circulação, desinteressado nas condições diretas de produção, apenas na manutenção do monopólio colonial, precisou “*atar* o trabalhador aos meios de produção” (Ianni, 1978, p. 10). A consequência global deste problema foram formações sociais escravistas articuladas com os centros de poder da metrópole com aperfeiçoadas técnicas de controle e repressão (Ianni, 1978).

A contradição na esfera político-jurídica, porém, emergiu com força na configuração de aparelhos estatais e paraestatais que garantissem o funcionamento do empreendimento escravista. Pois se, por um lado, a coisificação, a mercantilização e a animalização das pessoas negras escravizadas as privavam de qualquer agência e vontade, por outro, o sistema penal era compelido a reconhecer culpa criminal no ato de revolta mesmo:

O primeiro ato humano do escravo é o crime, desde o atentado contra seu senhor à fuga do cativeiro. Em contrapartida, ao reconhecer a responsabilidade penal dos escravos, a sociedade escravista os reconhecia como homens: além de incluí-los no direito das coisas, submetia-os à legislação penal. (Gorender, 2016, p. 65).

Aliás, um pré-requisito fundamental para o modo de produção escravista era a manutenção de um aparato de punição e vigilância, porquanto era baseado em relações de produção que exigem uma coação extraeconômica. Distinto do capitalismo pelo menos em sua fase de consolidação, o escravismo mercantil engendrou um corpo profissional especializado em vigilância, castigo e captura de fugitivos, que se integrou aos gastos improdutivos da direção coletiva da produção escravista (Gorender, 2016, p. 72). Alguns dos livres nacionais que repeliam o trabalho regular, por vezes eram empregados justamente em atividades acessórias das lavouras, nas funções de “vigilância e captura”, por exemplo (Kowarick, 2019, p. 37).

Adicionalmente, é importante salientar que a contaminação do trabalho livre pelo paradigma da senzala afetou também as ondas migratórias dos contingentes populacionais europeus e asiáticos que, chegando ao Brasil na decadência da produção escravista, foram submetidos a formas patronais de coação extraeconômica, mas também a sanções legais pela evasão das formas profundamente aviltantes de trabalho nas lavouras de café. Efetivamente, o latifúndio cafeeiro converteu-se em prisão *de facto* e *de jure*, com a promulgação de leis que puniam com trabalho forçado os trabalhadores que não cumprissem com os contratos do chamado “sistema de parceria” da oligarquia paulista (Kowarick, 2019, p. 77–78).

Nessa luta entre senhores e pessoas escravizadas, todo “negro alentava no peito uma ilusão de fuga, era suficientemente audaz para, tendo uma oportunidade, fugir, sendo por isso *supervigiado* durante seus sete a dez anos de vida ativa no trabalho” (Ribeiro, 2015, p. 90, grifo nosso). Aquilo que o sistema de vigilância e de castigo interpretava como indolência e desobediência, constituía, na verdade, a forma primária de revolta do negro escravizado contra a sua condição social: às relações de produção que divorciavam produtividade do incremento no consumo pessoal, uma resistência passiva era imposta pelos cativos. Por essa razão, o escravismo

colonial, que atravessou o período colonial e o Império do Brasil, exigia o que Ribeiro (2015) caracterizou como a *vigilância perpétua* e a violência diuturna dos *castigos preventivos*. Vale ressaltar que o terror de uma rebelião escrava sempre esteve no fundo da mente das classes senhoriais, mas ele ganhou força e nome de “haitianismo” desde os finais do século XVIII, a partir da exitosa Revolução Haitiana (Villalta, 2022).

Segundo Darcy Ribeiro (2015, p. 58), a empresa colonial instituiu um Estado antes mesmo de haver uma nação una, com a dominação dos vários núcleos sociais e produtivos do território vir-a-ser Brasil por uma “estrutura sócio-política única, que teria como classe dominante um patronato de empresas e uma elite patricial dirigente cujas funções principais era tornar viáveis e lucrativas, do ponto de vista econômico, a empresa colonial [...]”.

A revolução burguesa no Brasil ocorreu tardiamente, adaptando os elementos arcaicos da empresa colonial ao moderno mercado capitalista. Florestan ressaltou que a constituição de um Estado nacional sob hegemonia dos senhores de escravos precedeu o clímax da acumulação interna de capital movida pela escravidão (Fernandes, 1989, p. 19). Ou seja, apenas quando os senhores de escravo foram capazes de consolidar sua forma de dominação própria, seu poder e regime particulares, é que o excedente produzido parou de verter exclusivamente para fora. A realização da independência política ocorreu, portanto, sob direção do regime escravista e da sua correspondente classe dominante, apartada de uma revolução democrática clássica que pudesse demolir o aparato repressivo e realizar reformas democratizantes, sobretudo na estrutura fundiária do país.

Essa estrutura de poder, profundamente despótica e dominada pela classe senhorial, deu origem a um Estado ultracentralizado e com um fundamento esteado em dois órgãos vitalícios — o Conselho de Estado e o Senado —, o bipé para a condução da luta entre os escravos e senhores (Moura, 2019).

Nesse particular [momento de transição entre a legalidade do tráfico de escravos e a promulgação de sua ilegalidade, em 1830] Robert Edgar Conrad mostra como toda a máquina do Estado passa a servir de mantenedora e protetora desse tipo de comércio, citando a taxa ou comissão que os juízes recebiam (10,8%) para liberar as cargas de escravos ilegalmente desembarcados. Mas não era apenas o poder judiciário o conveniente com o tráfico criminoso [...]. Neles estavam envolvidos os mais significativos figurões e personalidades importantes da época: juízes, políticos, militares, padres e outros segmentos ou grupos responsáveis pela *normalidade* do sistema. (Moura, 2019, p. 43–44, grifo do autor).

O subproduto dessa revolução burguesa divorciada de uma revolução democrática é a instauração de um *Estado autocrático burguês* no lugar de um típico Estado democrático. Segundo Florestan Fernandes (2007, p. 66), a Abolição de 1888 foi “uma revolução social feita pelo branco e para o branco”. Ianni (1978, p. 33) também ressalta a Abolição como uma transformação revolucionária das relações de produção, mas igualmente ressalva que “a abolição da escravatura tem sido negócio de brancos”. O processo gradual de aburguesamento das classes senhoriais ocorreu paralelamente à transição do escravismo colonial ao capitalismo concorrencial dependente. O capitalismo, em geral, foi constituído “por dentro e por sobre a formação social escravista”, com parte do excedente sendo pouco a pouco investido em atividades fabris, financeiras e comerciais (Ianni, 1978, p. 25). O seu desenvolvimento foi “controlado de fora e voltado para fora”, destituído de todas as facetas democratizantes das revoluções ditas clássicas (Fernandes, 2005, p. 108). A burguesia débil do Brasil não apenas excluiu a reforma agrária do seu escopo revolucionário, mas mesmo direitos civis fundamentais jamais foram universalmente garantidos, especialmente aos sujeitos negros que “são tratados como se nenhum daqueles preceitos jurídicos que protegem o cidadão e as conquistas sociais que lhe dão conteúdo fossem aplicadas” (Moura, 1977, p. 23).

Se o trabalho no cativo era uma punição ideologicamente considerada justa, a desintegração do escravismo e a transição para a sociedade competitiva não saneou a ordem social dos traços repressivos e punitivos da vida laboral. Como foi na Europa em seu tempo, também no Brasil prosperaram legislações e aparatos repressivos contra a “vadiagem”, isto é, a única ociosidade considerada crime era aquela usufruída pelos pobres (Kowarick, 2019). A título de exemplo, o Código Penal de 1890, que criminalizava os “vadios” e a prática da capoeira por:

Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes.

Pena - de prisão celular por quinze a trinta dias. (Brasil, 1890).

A dominação senhorial que se converteu no racismo moderno venceu as instituições e órgãos de controle e repressão social típicos da modernidade burguesa. O resultado foi o que Florestan chamou de uma “persistência do passado” que projetou o preconceito de cor “na mentalidade do ‘branco’ e do ‘negro’, nos seus ajustamentos à vida prática, e na organização das instituições e da vida social” (Fernandes, 2007, p. 62) como padrão tradicional de relação racial.

A ordem política no Brasil surge, portanto, com suas funções repressivas dilatadas e herdadas do passado colonial. No curso de desenvolvimento da autocracia burguesa, esse Estado foi pivô no amálgama de interesses contraditórios entre a burguesia nativa, o imperialismo e os monopólios estrangeiros. Segundo Florestan, ele é o artífice da difícil relação da burguesia nativa com seu “*aliado principal*”: os monopólios estrangeiros e o imperialismo, e resume-a na ideia de “entregar os anéis para ficar com os dedos” (Fernandes, 2019, p. 85). Difícil pois suas debilidades econômicas e política engendradas pelo capitalismo dependente a constrangeram ao rateio do excedente extraído com o capital estrangeiro e, por conseguinte, a uma exploração duplicada que precisa de mecanismos ultra repressivos para se perpetuar (Fernandes, 2019, p. 89). Para isso, o Estado também precisa estabelecer o seu “*inimigo principal*”, isto é, as classes subalternas e o movimento operário. Isso desidratou as funções universalistas do Estado e o reduziu ao papel de simples indutor do desenvolvimento capitalista dependente voltado para fora, dando maior relevo às suas funções repressivas (Fernandes, 2019, p. 89).

Considerando as peculiaridades da constituição da sociedade moderna no Brasil e o específico padrão de dominação que combina a marginalização de largas camadas da população por meio da introdução de pesados obstáculos à mobilidade social dos seus estratos mais baixos, especialmente ao povo negro, com uma repressão ostensiva ao mínimo comportamento desviante da expectativa de dóceis subalternos, o termo Estado democrático de direito não passa de um oxímoro.

O Estado de direito tornava-se uma presa fácil de setores dirigentes das classes dominantes empenhado em “impedir a anarquia da sociedade”, em tratar os problemas sociais “como casos de polícia” e em refazer as técnicas pelas quais a apatia provada e o “fatalismo” conformista podiam ser produzidos na escala das exigências da situação. No passado remoto e recente, a norma era: *o escravo é o inimigo público da ordem*; nos tempos modernos, a norma tornou-se: *o colono, o camponês e o operário são o inimigo público da ordem*. Portanto, uma forma ultraviolenta de despotismo aberto superpôs-se à constituição do regime de classes e preservou um padrão neocolonial de sociedade civil, pelo qual a democracia é uma necessidade e uma regalia dos que *são gente*. (Fernandes, 2005, p. 124, grifo do autor).

A conservação e reatualização dos padrões de repressão colonial foi modernizada e sofisticada para abrigar dentro de uma democracia restrita e aparente, um *estado de exceção* que se converteu em regra para os setores mais subalternizados, mas que ocasionalmente prolonga sua abrangência às camadas médias do proletariado, a depender das necessidades de autodefesa da ordem autocrática burguesa. Se, para Ribeiro, a “modernização reflexa” estabeleceu um nexo de continuidade entre o passado colonial e o regime capitalista atual, tomando certas instituições da ordem social como o simples aperfeiçoamento do passado colonial², para Fernandes, essa transformação foi mais nuançada, com mudanças qualitativas importantes de uma era à outra. Para ambos, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro, contudo, os mecanismos de reprodução do capitalismo dependente no Brasil requerem uma incontornável e contínua guerra civil em estado latente: ora oculta, ora declarada — mas sempre em curso (Fernandes, 2005; Ribeiro, 2015).

Sistema penal no capitalismo dependente: a modernização do cativo

O controle social, entendido de forma ampla, não se reduz às forças unitárias do Estado, mas é aplicado por meio de expressões culturais e simbólicas, que forjam o circuito de repressão fundados no racismo e na luta de classes. O controle social repressivo historicamente desenvolvido no Brasil é a principal resposta estatal às demandas da classe trabalhadora articulada em revolta com as condições indignas de reprodução social em período pós-colonial. O mecanismo punitivo, composto por instituições de segurança pública e do

judiciário, pune marginalizados e despossuídos, retroalimentando o que se formou como uma força monocular penitenciária que controla o tempo, o corpo e a liberdade das massas, especificamente daqueles considerados “perigosos” à ordem social e à propriedade privada.

Este controle social traveste seu caráter repressivo na ideia da harmonia entre classes e de justiça retributiva³, uma aversão à impunidade ao dano causado pelo delito que agride supostamente toda a sociedade a partir de uma perspectiva falsamente centrada na intimidade da vítima. Além disso, o encarceramento passa a ser um fenômeno cuja vivência é exclusiva do proletariado, sem ser essa a única classe que comete crimes.

A penitenciária não funciona de forma solitária, mas em conjunto do aparato policial, judiciário e midiático, que servem à hegemonia política e econômica autocrática burguesa, contando com a atuação do Estado em suas funções de regulação do comportamento de marginalizados, criminalizando-os. Tomados em conjunto, estes mecanismos visam cumprir com papéis determinados na economia e na regulação do mercado por meio deste controle social, favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo dependente, dando origem ao que podemos chamar também de uma “economia política da pena” (Serra, 2007, p. 5). O sistema penitenciário não se trata de uma superestrutura qualquer, mas de um meio de controle social das massas para além do espaço concreto da prisão, que concorre econômica e simbolicamente com outros fatores de hegemonia burguesa, conservando vastos contingentes populacionais na esfera da superpopulação relativa.

A penitenciária latino-americana, para Zaffaroni, é uma instituição de sequestro inserida dentro de outra maior, a formação social pós-colonial: “a violência cotidiana do sistema penal recai sobre os setores mais vulneráveis da população e, particularmente sobre os habitantes das ‘vilas-misérias’, ‘favelas’, ‘cidades novas’” (Zaffaroni, 2001, p. 77). Essa imposição de continente e destarte, país subdesenvolvido, não somente afeta a economia, mas igualmente nossa forma de punir, redigir e aplicar leis, bem como de definir o que é crime e, portanto, quem será o “criminoso”, acomodando quem serão os sujeitos “descivilizados” dentro de um continente todo tido como marginal.

O Estado, assim, procurou e procura se adequar às tendências do direito penal moderno advindas do punitivismo norte-americano, condicionando igualmente a realidade brasileira periférica dentro e fora das prisões às tendências de prisões-indústria e de um direito penal punitivista. Em oposição a essa tendência, obtivemos avanços legislativos denominados “garantistas”, discutidos mais adiante neste trabalho.

Em nossa evolução histórica, com a divisão internacional do trabalho consolidada na época do capitalismo monopolista, o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” nos países dependentes exigiu o refinamento do sistema de dominação por meio do seu braço penal. Se recorrermos à fórmula gramsciana de consenso mais coerção, no Brasil, assim como nos demais países periféricos de capitalismo dependente, o acento se dá sobre a coerção (Serra, 2007, p. 126).

A ditadura militar de 1964 correspondeu, para Florestan Fernandes, ao período de transição do capitalismo concorrencial à sua fase superior, monopólica, pelo enraizamento do poder dos monopólios estrangeiros no Brasil, em consequência da sua economia dependente. A política dos monopólios estrangeiros na evolução do regime ditatorial, especialmente das suas camadas rentistas, atirou enormes contingentes populacionais no mais cruel pauperismo, adequando o regime de acumulação aos interesses externos e achatando salários.

As tensões sociais, derivadas de uma política econômica alheia ao interesse da maioria do povo, exigiram a implementação de um aparato político-policial compatível e à altura do desafio, capaz de reprimir com eficácia as oposições ao regime politicamente organizadas, mas também o protesto individual do “crime”. O Estado foi reorganizado de forma policial, promovendo amplo terrorismo estatal de maneira capilar e ostensiva (Paulo Netto, 1994). Ocorre, portanto, em função dos processos econômicos e sociais macroscópicos, um recrudescimento do sistema penal:

A ideologia de segurança nacional, além de intolerante e repressiva, foi discurso ideal para realinhar o sistema penal subterrâneo da repressão política. Nesta medida, pretendeu enquadrar todas as manifestações contrárias a situações de injustiça, tivessem elas contornos políticos mais definidos ou não, como por exemplo, aqueles de reivindicação salarial. Constituiu conforme observou Zaffaroni, uma tese conspirativa insensata, cumprindo uma função política meramente discursiva, mas fundamental à sobrevivência do regime de exceção. (Serra, 2007, p. 220).

O fundamento dessa ideologia, ainda que reelaborada no regime autocrático burguês no Brasil, se encontra na construção política do medo do “outro”, o “inimigo social”, também com a ideia de que todos os cidadãos são “vítimas em potencial” (Giamberardino, 2014, p. 11). Ela decorre primeiramente no direito moderno da criminologia positivista a partir da noção de direitos naturais — em especial à propriedade — e se alarga sobre o senso comum, sustentando-se no medo e no pânico social, não contra o crime, mas contra a “monstruosidade” do criminoso.

O sistema penal é estribado em um conjunto de instituições e de procedimentos supostamente racionais: um complexo articulado de entidades repressivas, sendo a penitenciária seu *locus* central, mas que conta com mecanismos auxiliares como as polícias, a estereotipação midiática de cunho racista e classista e as agências judiciais responsáveis pela vigilância e penalização em meio aberto. Como também argumenta Eugênio Zaffaroni:

É necessário advertir que no sistema penal não se trata simplesmente de um acordo externo, mas também de um sério “tratamento” integrado em um complexo processo de deterioração, cuja parte mais importante é feita pela prisão ou cadeia e perfeitamente legalizado através de registros de reincidência, da possibilidade de impedir ou dificultar qualquer exercício de trabalho honesto por parte das agências do sistema penal que ocupam de propagar o status do criminalizado, de privar a liberdade periodicamente a pessoa, convertendo-a em um “suspeito profissional” de tomar os antecedentes como provas de culpa. (Zaffaroni, 2001, p. 135).

A chaga permanente do “suspeito profissional”, convertida em patologia social carregada pelo sujeito punido, ainda não é o limite do sistema punitivo brasileiro. Para além da institucionalização de “não inseridos socialmente”, a negligência do Estado em garantir a mínima legalidade do processo penal é um fenômeno que alarga a violência por meio da moralização e punição de seus familiares, amigos e vizinhos. A contaminação moral do microcosmo social do sujeito privado de liberdade converte a esposa em “mulher de bandido”, a mãe em “mãe de bandido” etc. Dessa forma, se amplia o universo de pessoas puníveis, na mesma razão que se incrementa a punibilidade do Estado com instituições de controle e poder lastreados na penitenciária. Mesmo na estatística, os dados e informações sobre a punibilidade referem-se às pessoas direta e formalmente privadas de liberdade, mas não à totalidade de pessoas afligidas pelo fenômeno do encarceramento seletivo no âmbito do controle social repressivo.

As prisões brasileiras, portanto, constroem seu público-*alvo* com base em um universo muito superior ao da população carcerária em si mesma. Segundo o estudo de Rafael Godoi (2010, p. 61), para uma mensuração correta daquelas pessoas afetadas pela política penal, é preciso, no mínimo, multiplicar a população carcerária por dezessete, incluindo familiares e o microcosmo social dos sujeitos privados de liberdade afetados direta e indiretamente pelo cárcere. Assim, trabalhando com os dados mais recentes⁴, nessa proporção, o contingente populacional violentado pelo sistema penal é de cerca de 14 milhões de pessoas, ou aproximadamente 6% da população brasileira.

Para além das próprias condições aviltantes do “mundo do trabalho” no Brasil, que mesmo em situação “normal” é atravessada por uma tirania patronal exacerbada, mantendo a dinâmica histórica do cativo subjacente às relações de trabalho livre, ainda nos deparamos com o sequestro e a escravização de trabalhadores por potentados rurais de norte a sul desse país, em pleno século XXI. Do ponto de vista marxiano, porém, com o valor da força de trabalho sendo determinado pela quantidade de trabalho necessária para reprodução da sua corporeidade em um dado intervalo temporal, também incide nele um “elemento histórico e moral” (Marx, 2013, p. 246). O complexo punitivo serve, portanto, como elemento depreciador do valor da força de trabalho, criando “um exército industrial de reserva cuja função é não permitir aumentos indesejados dos salários [pois] se o exército industrial de reserva é o regulador geral dos salários, o exército de encarcerados é o regulador geral do exército de reserva” (Serra, 2007, p. 42). Uma vez que as condições de vida no cárcere precisam ser de qualidade inferior ao padrão médio da classe trabalhadora (Zaffaroni, 2001), o medo da proletarização que assusta as classes médias e rebaixa salários, nesse caso, funciona como mecanismo análogo que instila o temor do cárcere nos estratos inferiores do proletariado.

Reciclagens do punitivismo na autocracia brasileira

As contradições inerentes ao sistema penal refletem a forma histórico-particular de consolidação do capitalismo no Brasil, que secreta conjuntos ponderáveis de indivíduos, tidos como “indesejáveis”, que não

se inserem exatamente como simples ladrões ou vagabundos, mas violadores da ordem moral e legal, cujo exemplo não deve ser seguido. Entre eles está a moderna figura do “traficante” (Batista, 2006, p. 10):

A ditadura, com suas campanhas de lei e ordem e sua política de segurança nacional, construiu assim o estereótipo político criminal do novo inimigo interno: o traficante. A guerra contra as drogas pôde assim garantir a permanência do aparato repressivo, aprofundando seu caráter autoritário e assegurando investimentos crescentes para o controle social e a segurança pública. Não foi só a infraestrutura que se manteve após o período militar: o novo inimigo propiciou também a renovação dos argumentos exterminadores, o aumento explosivo das execuções policiais e a naturalização da tortura. Tudo é normal se o alvo é o traficante nas favelas.

Discurso alimentado pelo direito penal moderno e midiático, sem que a Lei de Drogas (Brasil, 2006) prescrevesse, por exemplo, a diferenciação do porte, uso e tráfico propriamente dito, causando um raptivo massivo de pessoas presas por razões relacionadas ao porte e uso de psicoativos, como aponta (Borges, 2019, p. 57). Das 832 mil pessoas privadas de liberdade, cerca de 197 mil estão presas em função de tráfico e associação por tráfico de drogas, pautada na Lei nº 11.343 de 2006 (Brasil, 2006), de acordo com os dados consolidados pelo SENAPPEN (2022). Fica evidente que estamos também a um passo do colapso dos estabelecimentos penais por superlotação, considerando que mais de 800 mil é a cifra que leva o Brasil ao 3º lugar no infame ranking de países com maior sequestro de sujeitos no mundo; com o agravante que, do total da população carcerária, 25,31% ainda aguardam condenação (SENAPPEN, 2022).

A mutação periódica e oportunista do “inimigo público” — seja ele o “haitianismo”, ou o comunismo, o subversivo, o “marginal” e o traficante —, é parte integrante do complexo punitivo, com combate militar e policialesco ao suposto inimigo interno que se sustenta na *doxa* da segurança pública: a punição maciça, seletiva e desproporcional aos segmentos populacionais demográfica e socialmente marginalizados, com marcadores sociais racistas também historicamente estabelecidos. De acordo com os dados do SENAPPEN (2022), cerca de 67,22% dos presos em cela física⁵ são pretos ou pardos.

Nos últimos anos, porém, surgiram posições atenuadoras do punitivismo dentro da criminologia por meio do discurso das legislações de progressão de regime. Entretanto, ainda que bem intencionadas, tais posições reiteram culpabilização individualista do sujeito, submetendo-o ao regime de eufemismos da acrítica “filosofia re” – ressocialização, readaptação social, reinserção social, reeducação” (Zaffaroni, 2001). Defendemos que tais posições resultam na ampliação do alcance das instituições punitivas — policial, prisional e judicial — para além do cárcere propriamente dito. Surgem as Penas e Medidas Alternativas (PMA), apresentadas com o intento da diminuição dos índices de encarceramento, da redução das condições insalubres das prisões, e também como um meio para garantir novas estratégias de “ressocialização” por vias contrárias à proposta antissocial do cárcere (Brasil, 1998).

A Lei das PMA é um dispositivo legal que altera o Código Penal (CP) e permite a substituição da privação de liberdade para penas cujo crime tenha o cálculo de até quatro anos de reclusão. No Código Penal (Brasil, 1940) esses crimes se encaixam dentro dos considerados delitos de “menor periculosidade” ou “menor potencial ofensivo”, como crimes de danos econômicos, associação criminosa e porte de substâncias psicoativas, praticados sem agravantes, ou crimes sem dolo — ação ou omissão consciente da ilicitude.

As PMA permitem a substituição da privação de liberdade quando já concluída uma parcela da sentença em regime fechado, pela prestação de serviços à comunidade; prestação pecuniária; comparecimento periódico em juízo; restrição de final de semana; toque de recolher; limitação de mudança de endereço; limitação de permanência em outra cidade; restrição de direitos políticos, suspendendo o título de eleitor (Brasil, 1998). Para concessão do livramento, são levados em conta a culpabilidade, antecedentes, conduta social e personalidade (Brasil, 1998). Dessa forma, ainda que a proposta tenha sido justificada pela tese de que as penas privativas de liberdade “revelaram-se inadequadas e inábeis a propiciar a reintegração do detento ao convívio social” (Brasil, 1998), sua aplicação envolveu uma ampla gama de mecanismos para o confisco da dignidade e cidadania dos sujeitos.

A implementação das PMA resultou na ampliação dos aparatos penal e penitenciário e foi incapaz de realizar seu propósito original, já que de 2000 até 2021 a proporção de sujeitos encarcerados, se comparada ao conjunto da população brasileira, aumentou de 0,13% para 0,39% (SENAPPEN, 2022). A inexorável tendência

punitiva do Estado autocrático é igualmente observável na ampliação do número de pessoas sob vigilância judicial e policial, numa evidente contradição com o discurso ressocializador da aplicação de penas que visam reinserir em meio aberto. As PMA não desafogam as celas das penitenciárias e ainda negam a cidadania e os direitos civis básicos do sujeito em liberdade.

Vimos, portanto, que a tendência de ampliação dos braços das políticas penais não se sustenta apenas na privação de liberdade, mas na reciclagem multiforme da punição e do sequestro físico e espiritual dos sujeitos. Essa reiteração autocrática da punição, capilarizada nas instituições do Estado, continua afligindo toda uma camada de pessoas com limitações políticas e jurídicas, marcadas com o estigma social de pessoas “em cumprimento de pena em liberdade” ou “aguardando sentença”.

Conclusão

A prisão não se resume aos seus edifícios, mas se reproduz também ideologicamente, com bases nas formas contemporâneas de autodefesa capitalista e no seu Estado autocrático que projeta seus longos braços, condensando poderes políticos, policiais, midiáticos e jurídicos. Essas formas de autodefesa contribuem para a internalização da ideia de que, mesmo dispondo de dispositivos legais em favor da liberdade, a prisão é algo “natural ao cenário urbano”, e que seria impossível uma sociedade que prescindia delas e das formas de segurança policiais (Davis, 2018).

A tardia humanização das penas de livramento do cárcere, que frustrou a expectativa de redução do número de encarcerados, em especial dos indiciados, precisa estar sob o controle democrático da sociedade civil. A prescrição de legislações de garantia por mais direitos e ampliação da política fracassada de guerra às drogas são, em última instância, inconciliáveis, e só podem coexistir no espaço contraditório de um verdadeiro mercado de punições articulado pelo Estado autocrático burguês.

Além dos rebatimentos indiretos e de natureza macrosocietária, o nicho prisional e punitivo é em si um cosmos próprio de fluxos mercantis e capitalistas, temperado com o amargo sabor do trabalho compulsório, da coisificação institucional dos sujeitos e da profunda degradação humana que apenas o cativo é capaz de promover. Assim, a economia do capitalismo carcerário se sustenta: são espaços lucrativos, não somente pela força de trabalho sequestrada e moralmente desvalorizada — a esfera de influência do crime é ali expandida e reproduzida. O punitivismo é um fenômeno que resistiu à passagem de governos de diversos matizes, fossem eles progressistas ou conservadores. A autocracia e a sua política penal de herança escravista parecem operar sem repouso, de forma supragovernamental, nutrindo a violência e as ilegalidades que ela mesma se elegeu para reprimir e conter.

Referências

- BATISTA, V. M. A questão criminal no Brasil contemporâneo. Publicação comissionada pela Fundação Bienal de São Paulo, n. 32, 2006.
- BORGES, J. Encarceramento em massa. São Paulo: Pólen, 2019.
- BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. 1890. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%20847%2C%20DE%2011%20DE%20OUTUBRO%20DE%201890.&text=Promulga%20o%20Codigo%20Penal.&text=Art.,que%20n%C3%A3o%20estejam%20previamente%20estabelecidas. Acesso em: 15 ago. 2023.
- BRASIL. Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Entende%2Dse%20em%20leg%C3%ADtima%20defesa,direito%20seu%20ou%20de%20outrem.&text=Excesso%20culposo-,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico%20.,%C3%A9%20pun%C3%ADvel%20como%20crime%20culposo>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- BRASIL. Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998. Altera dispositivos do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9714.htm. Acesso em: 10 ago. 2023.
- BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 10 ago. 2023.

- DAVIS, A. Estarão as prisões obsoletas? Rio de Janeiro: Difel, 2018.
- FERNANDES, F. Significado do protesto negro. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.
- FERNANDES, F. O que é revolução. In: Clássicos sobre a revolução brasileira. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- FERNANDES, F. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Global, 2007.
- FERNANDES, F. Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- GIAMBERARDINO, A. R. Um modelo restaurativo de censura como limite ao discurso punitivo. Tese de Doutorado—Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.
- GODOI, R. Ao redor e através da prisão: cartografia do dispositivo carcerário contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- GORENDER, J. O Escravidão colonial. São Paulo: Expressão Popular e Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.
- IANNI, O. Escravidão e racismo. São Paulo: Hucitec, 1978.
- KOWARICK, L. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2019.
- LOSURDO, D. Contra-história do liberalismo. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1.
- MOURA, C. O negro: de bom escravo a mau cidadão. Rio de Janeiro: Conquista, 1977.
- MOURA, C. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- PAULO NETTO, J. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil Pós-64. São Paulo: Cortez, 1994.
- RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.
- SENAPPEN. Dados estatísticos do sistema penitenciário: período de julho a dezembro de 2022. Brasília: Secretaria Nacional de Política Penais, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- SERRA, M. A. S. Economia política da pena. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2007.
- VILLALTA, L. C. A longa viagem da ideia de Independência: de fins do período colonial aos inícios de 1822: ou as Independências que a “Independência do Brasil” sepultou. *Ciência e Cultura*, v. 74, n. 1, mar. 2022. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252022000100002&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 10 ago. 2023.
- ZAFFARONI, E. R. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal. Petrópolis-RJ: Revan, 2001.

Notas:

- 1 “A própria redução jesuítica só pode ser tida como uma forma de cativo. As missões eram aldeamentos permanentes de índios apresados em guerras ou atraídos pelos missionários para lá viverem permanentemente, sob direção dos padres” (Ribeiro, 2015, p. 79).
- 2 Para Ribeiro (2015, p. 133) o “corpo nacional das forças armadas que se prestava, ontem, ao papel de perseguidor de escravos, como capitães do mato, e se presta, hoje, à função de pau-mandado de uma minoria infecunda contra todos os brasileiros”. Fernandes (2019, p. 86, grifo do autor), por outro lado, considera que há um salto qualitativo, entre o Estado oligárquico do capitalismo concorrencial e o Estado autocrático da etapa monopolista do capitalismo dependente: “Na realidade, trata-se de um Estado capitalista autocrático, ao qual cabe a designação específica de Estado autocrático burguês. Nascido do contexto de uma contrarrevolução política, para garantir a ‘modernização’, a incorporação e a industrialização maciça, pelo menos em um certo período de tempo deve funcionar como instrumento político de uma ditadura de classe aberta. Somente as Forças Armadas poderiam operar como um componente de transição do obsoleto Estado representativo latino-americano para esse tipo de Estado [...]”.
- 3 Segundo Giamberardino, “o conceito de pena quase sempre gira em torno à ideia de ‘privação ou castigo previsto por uma lei positiva para quem se torne culpado de uma infração’, podendo seguir uma de três linhas de justificação: como restabelecimento da ordem da justiça, como salvação ou correção do réu ou como ‘defesa da sociedade’. Vale observar que medidas de segurança, para inimputáveis, e medidas socioeducativas, para adolescentes, podem e devem ter reconhecida sua dimensão propriamente punitiva sob o ponto de vista do impacto da medida, e não dos motivos que a sustentam – observação que pode ser estendida, não sem problemas de natureza jurídico-constitucional, à prisão cautelar. Sempre um mal, portanto. Sob um prisma sobretudo filosófico, o próprio conceito de pena parece se confundir com o de pena retributiva, na medida em que é definida como (a) imposição de um dano, ou seja, deve ser aflitiva; (b) de forma intencional; (c) esta intenção deve ser exatamente retribuir e reprovar um ato cometido; (d) de forma ‘autorizada’ ou ‘oficial’”. (Giamberardino, 2014, p. 50–51)
- 4 Segundo o relatório SENAPPEN (2022), de julho a dezembro de 2022, estavam privadas de liberdade 832.295 pessoas.
- 5 Os dados estatísticos fornecidos pela Secretaria Nacional de Políticas Penais ligada ao Ministério da Justiça estão repletos de lacunas. Nesse caso, excluem-se os as pessoas privadas de liberdade em regime domiciliar e aqueles que estão sob custódia das Polícias e Bombeiros Militares e Polícias Judiciárias.

Gabrielle Paula de Oliveira

E-mail: oliveiragabriellepaula@gmail.com

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba – PR.

UFPR

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Rua General Carneiro, 460. 9º andar • Ed. D. Pedro I
Curitiba/PR – Brasil

Giovanny Simon Machado

E-mail: giovanny.simon@ufpe.br

Doutorado em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC.

Professor no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife-PE.

UFPE

Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social.

Av. dos Funcionários, s/n

Cidade Universitária - 50.740-580 - Recife/PE - Brasil

Agradecimentos

Agradecemos os valiosos comentários do Prof. Dr. Robson de Oliveira e a revisão metódica de Helena Iuskow.

Agência financiadora

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná – Seti (maio de 2022 – maio de 2023).

Contribuições dos autores

Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Autorizamos a publicação do presente trabalho.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ARTIGO ORIGINAL

Arte e desfetichização na obra tardia de György Lukács

Ronaldo Vielmi Fortes¹<http://orcid.org/0000-0001-9765-4913>

¹Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Juiz de Fora, MG, Brasil.

Arte e desfetichização na obra tardia de György Lukács

Resumo: Este trabalho objetiva analisar o papel exercido pelo cárcere e o encarceramento de mulheres considerando as conformações do sistema hetero-patriarcal-racista-capitalista implementado no Brasil. A metodologia consistiu em estudo bibliográfico e documental, sendo que os resultados mostraram que os estabelecimentos prisionais se constituíram em tecnologias repressivas utilizadas para a formação e a consolidação do projeto de nação branca, classista, racista e sexista, como forma de atendimento às demandas de estruturação e desenvolvimento do capitalismo. Em tempos de fragilização dos vínculos trabalhistas e de uberização do trabalho, o cárcere tem assumido um papel proeminente na gestão da pobreza por meio da violência, repressão e segregação, aprofundando as expressões da questão social decorrentes de desemprego, pobreza e insegurança alimentar que afetam mais efetivamente as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, sobretudo, mulheres negras moradoras das periferias urbanas.

Palavras-chave: Estética em Lukács; arte e desfetichização; subjetividade estética.

Art and de-fetishization in the late work of György Lukács

Abstract: In this article, we should highlight György Lukács' latest aesthetic work, *Die Eigenart des Ästhetischen*, which determines the social function of art as a reflection of reality aimed at de-fetishizing individuals. As a peculiar reflection of reality, art is determined as an antagonistic force to the degenerative and deforming tendencies arising from the determinations posed by the contradictions of sociability. Aesthetic activity addresses the deepest human needs. It aims to remove the masks that appear as natural forms of life, turning against the disfigurements of the essence of the human; in this way, art reveals the broader dimension of the life of the genre as the foundation and principle of the existence of social being.

Keywords: Aesthetics in Lukács; art and de-fetishization; aesthetic subjectivity.

Recebido em 03.08.2023. Aprovado em 07.11.2023. Revisado em 03.05.2024.
Aprovação da errata em 14.08.2024.

Este documento possui uma errata: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2024.e01972>



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

A poesia é ao mesmo tempo o descobrimento do núcleo da vida e a crítica da vida.

(Lukács, 1987, 740)

O papel da arte no quadro da atividade espiritual do ser social tal como pensado na obra tardia de György Lukács é ainda um tema pouco estudado. Sua obra *A peculiaridade do estético* [*Die Eigenart des Ästhetischen*], onde se encontram mais desenvolvidas suas reflexões sobre a questão da arte, é de fato um texto desconhecido pelo grande público — nacional e internacional — uma vez que poucos estudiosos se debruçaram sobre ele, e quando o fizeram se limitaram a abordar temas muito circunscritos¹. O desconhecimento da obra não se deve apenas aos aspectos conjunturais impostos pelas filosofias que dominam o campo acadêmico e filosófico, mas pela própria dificuldade dos temas abordados no volumoso livro de Lukács. Não é uma obra de fácil acesso, dado o debate filosófico de grande complexidade nela contido. Os intentos do autor dão provas de que ele imergiu nos mais profundos debates da tradição milenar da filosofia da arte, fato que torna sua obra densa na medida em que exige do leitor um árduo trabalho de se inteirar das questões mais decisivas da estética, além de requerer um conhecimento cultural no campo das artes — literatura, pintura, arquitetura etc. — minimamente diversificado para a compreensão das reflexões feitas pelo pensador húngaro.

A dificuldade da obra *impede leituras rápidas e simplificadoras*, o que faz com que a velha sanha pragmática da militância ávida por instrumentalizações teóricas para a luta imediata não encontre ali respaldo direto para os seus propósitos. Nesse sentido, a primeira advertência a ser feita é que não se pode tomar a obra de Lukács como uma *simples “estética marxista”*, no sentido mais corriqueiro em que tal termo costuma ser adotado. Algo como uma espécie peculiar de posicionamento marxista em torno do tema, como por exemplo, a pretensa definição do que vem a ser uma arte revolucionária, próxima aos comuns engessamentos do problema pressupondo a definição de uma arte operária, ou a denúncia da mercantilização da arte pelo capitalismo, ou qualquer coisa próxima a isso. Longe de tais instrumentalizações imediatistas encontramos a reflexão rigorosa sobre aquilo que o autor designa como “o sistema das mediações categoriais do estético”. Há, nesse sentido, debates profundos com as categorias tradicionais do pensamento filosófico, que remontam a Aristóteles, passando por Diderot, Hobbes, Lessing, Schelling, Kant, Hegel, Schiller, Goethe, dentre outros menos referidos, como: Arnold Geller, Klopstock, Fiegler, Riegl etc.

Isso não significa dizer que o trabalho analítico lukácsiano não tenha respaldo na obra de Marx; pelo contrário, suas elaborações são, de fato, tributárias da inflexão provocada por Marx no campo da filosofia. Embora não se possa encontrar nos clássicos do marxismo uma filosofia da arte pronta e acabada, o pensador magiar insiste em destacar que o

método do materialismo dialético define claramente quais caminhos e como eles devem ser seguidos se se deseja conceituar a realidade objetiva em sua verdadeira objetividade e fundamentar a essência de um campo específico de acordo com sua verdade. Somente realizando e mantendo, por meio de pesquisa própria, esse método, a orientação desses caminhos, é possível encontrar o que se busca, construir corretamente a estética marxista ou, pelo menos, aproximar-se de sua verdadeira essência (Lukács, 1987, p. 11–12, 1965a, p. 16)².

Elementos importantes são postos em evidência a partir dessa demarcação. De pronto merece destaque a afirmação da historicidade da arte, na medida em que sua obra procura demonstrar o decurso histórico do nascimento e explicitação das categorias propriamente estéticas, trajetória que vai desde as formas mais rudimentares da magia, passando pela religião até a plena conformação do complexo categorial da estética. Contra o idealismo, Lukács demonstra que a arte não é uma dimensão humana desde sempre posta, como uma essência pré-estabelecida imutável e perene, mas trata-se de uma atividade autoproduzida pela humanidade, que cumpre uma função peculiar e necessária no desdobramento do processo de autoconstrução humano. Temos, portanto, dois aspectos importantes que diferenciam as determinações de Lukács das concepções da arte em geral, tanto das estéticas mais relevantes da tradição filosófica, quanto das tendências da contemporaneidade:

o problema da gênese e historicidade da arte e a determinação da função social da arte. Para nossos propósitos convém insistir no segundo ponto.

A função social da arte: determinação de sua peculiaridade

A arte tem para Lukács um lugar decisivo na autoconstrução do ser social. É uma das formas do reflexo da realidade, um modo peculiar de apreensão da objetividade social e mundana. A atividade estética cumpre papel decisivo na compreensão da realidade, ela constitui uma das formas do reflexo das reais condições da vida do gênero. Nesse sentido como forma específica da apreensão ideal da realidade é preciso estabelecer sua *diferença essencial* com as outras formas do reflexo: o pensamento da vida cotidiana e a ciência.

Lukács usa uma analogia bem significativa para explicar o lugar “do comportamento estético na totalidade das atividades humanas” (1987, p. 7, 1965a, p. 11).

se representamos a vida cotidiana como um grande rio, pode-se dizer que a ciência e a arte emergem dela, como formas superiores de recepção e reprodução da realidade, diferenciam-se e desenvolvem-se segundo seus objetivos específicos, alcançam sua forma pura. nessa especificidade — que nasce das necessidades da vida social —, apenas para fluir de volta ao fluxo da vida cotidiana como resultado de seus efeitos, de seu impacto na vida das pessoas. Esta se enriquece constantemente com os resultados mais elevados do espírito humano, assimilando-os às suas necessidades cotidianas e práticas, das quais surgem novos ramos das formas mais elevadas de objetivação como perguntas e repostas.

As formas do reflexo são distintas pois possuem funções diferenciadas no âmbito da vida humana, mas todas elas se direcionam e buscam apreender a realidade com a qual os indivíduos se defrontam nos contextos específicos da atividade empreendida. Nos termos lukácsianos, pode-se dizer que as “as três formas” — pensamento cotidiano, ciência e arte — “refletem a mesma realidade”, porém de forma distinta, pois possuem intencionalidades diferentes. Nessa medida, contra tendências hoje dominantes inorgânicos ou sociais, desenvolvem-se segundo certos nexos causais em certos complexos, com ações recíprocas em seu interior e ações recíprocas de um complexo com relação ao outro” (Lukács, 1965a, p. 71, 1987, p. 61).

Os reflexos na vida cotidiana não são meras ilusões ou simples representações imprecisas e confusas da realidade. A forma pela qual se apreende a realidade implica a relação imediata com as questões práticas da vida, fato que impõe uma relação mais direta e efetiva nas respostas aos problemas da cotidianidade. Lukács insiste em destacar a presença de uma relação imediata entre teoria e prática própria dessa forma do reflexo, uma vez que sua função é operacionalizar a existência do indivíduo. Nesse aspecto, certos “automatismos”, ou nos termos usados por Lukács certos “reflexos condicionados”, se fazem necessários como forma de responder de pronto à realidade com o qual se deparam os indivíduos. Respostas já fixadas pelas tradições, costumes, e até mesmo por princípios morais funcionam como mecanismos que viabilizam a tomada de posição frente a demandas diversificadas postas pela vida. Conforme enfatiza nosso autor, “sem uma série de costumes, tradições, convenções etc., a vida cotidiana não poderia prosseguir facilmente, nem seu pensamento poderia reagir tão rapidamente quanto muitas vezes é necessário à situação no mundo externo” (Lukács; 1965a, p. 63, 1987, p. 54).

Esse reflexo implica o reconhecimento efetivo da realidade, uma vez que sua eficácia depende da apreensão correta dos meios que permitem a atuação no próprio curso da vida. Nas palavras de Lukács,

a práxis assim produzida contém o momento que é decisivo para o domínio do homem sobre o mundo que o cerca, ainda que de uma forma que não pode ser plenamente desenvolvida apenas com base nisso, a saber, o princípio correto: a reflexão aproximadamente adequada da realidade objetiva e seus critérios de verificação essenciais, com o teste do conhecimento obtido através da pedra de toque da prática (Lukács, 1965b, p. 13, 1987, p. 334).

A não apreensão dos nexos efetivos da realidade inviabiliza a vida, o indivíduo sempre fracassa quando não é capaz de fazer a seleção adequada da malha causal da realidade objetiva, seja ela de ordem natural (trabalho, ciência) ou social (relações interpessoais, moralidade, tradições etc.). Desse modo, a prática se impõe como critério do reflexo da vida cotidiana, exigindo para o plano da ação uma aproximação minimamente

adequada das categorias autênticas da realidade. Tal determinação é fundamental uma vez que o problema do pensamento da vida cotidiana é quase sempre negligenciado na filosofia.

Este ponto é chave na elaboração lukácsiana, pois o indivíduo “da vida cotidiana sempre reage aos objetos de seu ambiente de forma espontaneamente materialista, independentemente de como essas reações do sujeito da prática são posteriormente interpretadas” (Lukács, 1965a, p. 71, 1987, p. 61). Lukács se contrapõe, assim, às tendências hegemônicas do pensamento filosófico, fato que pode ser constatado na crítica que faz à posição de Heidegger, para quem

a cotidianidade é [...] um mundo de impropriedade, de queda, de abandono da propriedade ou autenticidade. O próprio Heidegger chama de queda no precipício a essa “motilidade” do estar em seu próprio ser. O estar se precipita em si mesmo, na falta de solo e na nulidade do cotidiano impróprio. Mas a interpretação pública esconde-lhe esta queda, interpretando-a como ‘ascensão’ e ‘vida concreta’ (Lukács, 1965a, p. 71, 1987, p. 61).

No entanto, as exigências práticas imediatas para os quais o reflexo na vivência cotidiana se dirige, apesar de necessárias, podem engessar elementos mais essenciais da realidade na qual vivem os indivíduos, fazendo com que desse modo sejam necessárias formas distintas de percepção da realidade, como modo de permitir a percepção crítica de seus limites, possibilitando, tanto no âmbito da natural quanto nas questões propriamente humanas, a percepção elementos mais centrais e decisivos do ser social de cada época.

Não se deve, pois, passar por alto o elemento positivo e conservador da vida que existe nessas duas tendências extremas que acabam por inibir a relação com a realidade. Mas em última análise — e isso é essencial à dialética da vida cotidiana e de seu pensamento — a crítica e a correção pela ciência e pela arte, nascidas dessa vida e desse pensamento e sempre em interação com eles, são essenciais para um progresso substancial, mesmo que nunca possam alcançar a liquidação definitiva da rigidez, por um lado, e da imprecisão, por outro (Lukács, 1965a, p. 63, 1987, p. 54).

Ao mesmo tempo que necessária a imediatidade da relação na vida cotidiana apresenta tendências negativas, na medida em que pode vir a promover efeitos inibidores. Todas as respostas mecânicas constituídas foram construídas a partir da justificação e da eficácia necessárias aos momentos específicos para os quais se buscaram soluções práticas. Essas respostas na medida em que são eficazes terminam por se fixar como comportamentos automáticos, para os quais não se necessita de reflexões e análises em seu uso. No decorrer da dinâmica da vida cotidiana, a gênese desses momentos tende a se apagar, a fazer desaparecer os processos de constituição das formações sociais. O apagamento dos processos formativos, seja das tradições, costumes, moralidade, enfim dos chamados automatismos comuns à vida cotidiana podem gerar esquemas que falsificam a dinâmica social, criando falsas concepções de perenidade ou insuperabilidade dos elementos fixados na prática imediata da vida. Além disso, o caráter essencialmente prático dessa forma de reflexo faz com que o indivíduo perceba

a realidade e o modo como ela pode ser oferecida a ele objetivamente nas circunstâncias histórico-sociais dadas. A “naturalidade” dessa imagem do mundo não é, portanto, uma verdade absoluta em si mesma; ela permanece inseparavelmente ligada ao estágio evolutivo da humanidade em cada caso, mas dentro desses limites especificamente determinados atinge uma aproximação máxima da verdadeira objetividade (Lukács, 1965b, p. 429, 1987, p. 706).

Os limites práticos da reprodução ideal, da construção da imagem de mundo, afastam os indivíduos das dimensões mais essenciais do gênero humano. Tal incapacidade de figurar no pensamento da vida vivida os elementos dos processos mais centrais do desenvolvimento do gênero humano — e por via de consequências das formas objetivas sobre as quais as individualidades se constituem — colocam a exigência de formas distintas de apreensão da realidade. Apropriando-se e ampliando a categoria proveniente das determinações de Marx, Lukács define esse fenômeno como a fetichização da vida cotidiana. As relações sociais, os processos de formação das tradições, costumes, moral, instituições sociais etc., tomam a feição de coisas independentes, como se existissem desde sempre e por si só, em suma, são postas como fatos naturais mediante o apagamento de sua gênese social.

Se a estrutura do mundo em que vive está separada do próprio homem, o mundo assume o aspecto de uma falsa existência independente, na qual o homem é apenas um hóspede fugaz, um viajante de passagem; e, como contraponto inevitável a essa tendência, o sujeito humano se separa do mundo que o cerca, imagina poder levar uma vida baseada exclusivamente em si mesmo, ou imagina-se simplesmente capaz de tentar: isso basta para que ocorra um duplo fetichismo, tanto na objetividade agora sem alma quanto na interioridade “pura” despojada de todo conteúdo (Lukács, 1965b, p. 429–30, 1987, p. 706).

Tanto a arte como a ciência surgem a partir das necessidades da vida cotidiana, cujas funções centrais consistem em superar suas limitações, porém aparecem como polos distintos no que tange à forma do reflexo que lhes são peculiares. É nesse sentido que se deve compreender a metáfora do rio citada por nós anteriormente.

A compreensão científico-conceitual cumpre a função da *desantropomorfização*, na medida em que pretende a apreensão das leis que regem a objetividade natural independentemente da consciência, nesse sentido, cumpre o ideal da isenção subjetiva no conhecimento da objetividade. As ciências em geral, particularmente as ciências da natureza, indo além das imputações subjetivas, instrumentalizam a vida humana para tornar mais evidente os elementos e a legalidade que regem de fato os fenômenos naturais e mesmo técnicos da produção material da vida. Por sua vez, nas “ciências sociais esse mundo do homem torna-se simplesmente um objeto, cujo conteúdo consiste nos fatos, relações etc., constituídos pelos próprios homens” (Lukács, 1965c, p. 308–9, 1987, p. 281).

A arte, pelo contrário, vai na direção oposta à ciência, tem por base a *antropomorfização* do conhecimento, é a consideração da realidade sempre em relação ao humano. Há aqui uma distinção importante de ser feita quanto ao objeto da ciência e do trabalho em relação ao objeto criado enquanto obra de arte. Na atividade científica e mesmo do trabalho, o objeto existe independentemente do sujeito, mesmo quando é uma produção dele. Na arte, por sua vez, o objeto somente existe em sua intrínseca relação com um sujeito. Este é, para nosso autor, o único caso em que se pode falar da identidade sujeito-objeto tão decisiva na filosofia de Hegel. Considerando exemplos dados pelo próprio autor, pensemos no caso de um barco ou um martelo e uma estátua. Os primeiros instrumentos, mesmo quando não são utilizados, constituem objetos por si mesmos, pois contêm as propriedades necessárias para se tornarem instrumentos para atividade humana. No caso da estátua, a ausência do receptor da fruição estética faz com que ela se ponha apenas como um bloco de pedra. Na arte e apenas na arte: “nenhum objeto sem sujeito”, uma vez que a natureza da estética implica provocar evocações na subjetividade (cf. Lukács, 1965b, p. 231, 1987, p. 527). Trata-se de uma unidade imprescindível, unidade do diferente, ou identidade entre duas instâncias distintas. É preciso o objeto para evocar e o sujeito acometido pelas evocações provenientes do objeto.

Nesse ponto de nossas considerações convém insistir, conforme já salientado, que toda forma do reflexo guarda relação necessária com a objetividade: “reproduzem sempre a mesma realidade objetiva” (Lukács, 1965a, p. 21, 1987, p. 16), porém dirigem-se para aspectos específicos desta, no intuito de suprir necessidades específicas do ser social. Algo mais fácil de se admitir na ciência, porém mais pleno de mediações na arte. As formações estéticas são também reproduções ideais da realidade objetiva, seu valor autêntico para o humano consiste na capacidade que tem de apreender de maneira correta a realidade, no entanto, como veremos, com a peculiaridade de capturar essa realidade sempre em sua relação com o homem. O elemento mais importante dessa determinação, que nos permite inclusive diferenciar a estética estabelecida por Lukács das tendências contemporâneas, consiste no fato de que a arte não é a mera expressão subjetiva do criador, mas consiste na dinâmica dialética interativa entre a subjetividade do gênero humano umbilicalmente relacionada com a objetividade. Lukács denomina tal relação peculiar entre sujeito-objeto na arte, como o advento da subjetividade estética.

O primeiro ato da criação artística autêntica é a superação da subjetividade do criador como condição necessária para apreensão da objetividade, sob a forma específica do reflexo estético. Também nesse caso, Hegel aparece como referência necessária, na medida em que Lukács se vale da determinação da alienação (*Entäußerung*) e superação (*Aufhebung*) da alienação. A antropomorfização na arte é a elevação à subjetividade estética, como figuração que sempre apreende a objetividade em sua intrínseca relação com a subjetividade do gênero humano. A subjetividade a ser superada, é aquela restrita ao indivíduo criador, para se elevar da particularidade tacanha do sujeito até à “atalaia” das grandes questões humanas, nesse sentido é sempre a objetividade em vistas aos desdobramentos do humano em sua trajetória histórica de autoconstrução.

A tendência ao desaparecimento da subjetividade em sua alienação, em sua entrega à objetividade-em-si entitativa dos objetos, está destinada a descobrir e dar sentido ao que é importante em cada caso para a humanidade no mundo dos objetos. [...] A contradição frutífera da reflexão estética consiste [...] no fato de que, por um lado, ela se esforça para capturar cada objeto e, sobretudo, a totalidade dos objetos, sempre em conexão inseparável, embora não explicitamente e dito diretamente, com a subjetividade humana [...] e, por outro lado, fixa e dá sentido ao mundo dos objetos não apenas em sua essência, mas também em sua forma de manifestação imediata: a dialética da aparência e da essência se impõe em sua legalidade geral e, além disso, em sua imediatez, tal como aparece ao homem em vida (Lukács, 1965b, p. 237-8 1987, p. 533).

É preciso ultrapassar a subjetividade espontânea, própria da dimensão da vida cotidiana, e para tanto a relação com a objetividade da vida social aparece como elemento chave para a superação da *mera particularidade (Partikularität)* do indivíduo que na vida pode se colocar como mônada fechada, isolada em si mesmo. A arte autêntica implica a superação da subjetividade do indivíduo, significa o enriquecimento da subjetividade do criador mediante o direcionamento para a objetividade existente independentemente de sua consciência, com vistas à apreensão das questões mais importantes atinentes às individualidades em dada época e em dado contexto social. O *de fora*, a *mundanidade* é o critério decisivo da produção estética, significa a capacidade do criador de superar suas concepções, suas convicções pessoais, e inteirar-se das questões centrais da vida, e tão somente nessa medida, voltar a si (*Rucknahme* que traduziremos aqui por ‘retrocaptação’) e realizar na figuração criada a dação de forma necessária capaz de expressar os conteúdos humanos essenciais. Esse caminho que vai da *alienação* no mundo ao *retorno* a si transformado pela experiencição mais fundamental da mundanidade, produz, segundo Lukács, a subjetividade estética. Assim,

a subjetividade tem que ser superada a ponto de desaparecer completamente, a fim de ser um espelho em que todas as determinações importantes do objeto aparecem sem distorção, e deve ao mesmo tempo se intensificar interiormente até o extremo, se é para a refiguração não ser rígida e morta (Lukács, 1965b, p. 468, 1987, p. 743)

Nessa medida:

A entrega do sujeito à realidade em alienação, sua imersão nela, produz desse modo uma objetividade internamente intensificada. Mas esta última – e tal é o sentido da retrocatação no sujeito – é permeada de subjetividade por todos os seus poros, e é justamente uma subjetividade dada que não é um acréscimo, um comentário, nem mesmo uma atmosfera que envolve os objetos, mas um momento componente construtivo de sua objetividade (Lukács, 1965b, p. 238, 1987, p. 533).

É nesse sentido que Lukács compreende a determinação da alienação e da retrocatação do criador. A agudeza da percepção do artista consiste na percepção do mundo, na compreensão dos principais problemas humanos (e éticos) de dada sociedade em certos contextos históricos. Em *Para uma ontologia do ser social*, a mesma determinação é retomada a partir de dois exemplos significativos, deixando claro em que consiste a superação da subjetividade imediata do criador, ao fazer referência a dois importantes escritores:

Assim Balzac, um homem com simpatias reacionárias de cunho monarquista, torna-se o grande crítico sintético da civilização capitalista; assim Tolstói, um aristocrata que nutre simpatias sentimentais pelos camponeses, torna-se porta-voz de um humanismo democrático-plebeu e, em consequência disso, chega a uma crítica demolidora da sociedade de classes (Lukács, 2013, p. 616).

De tais considerações decorre outro problema central da estética lukácsiana: a unidade dialética de forma e conteúdo. A figuração da obra de arte precisa ser a dação de forma adequada capaz de evocar sentimentos, emoções, pensamentos, na vivência do indivíduo receptor que o remetam diretamente aos conteúdos mais essenciais da vida genérica do ser social, deve ser a expressão das questões humanas mais decisivas em dados contexto social e histórico. Lukács determina o conteúdo da arte como a autoconsciência do gênero humano.

O sujeito ao se entregar à realidade em sua alienação, em sua imersão na realidade, imprime na forma do objeto artístico uma objetividade internamente intensificada. É, pois, mister evidenciar que a forma do objeto artístico é a expressão de um conteúdo em cujo

reflexo estético exprime sempre uma verdade da vida, [...] sua essência particular consiste em referir essa verdade e sua estrutura objetiva ao homem, ou seja, em ordenar o que é dado e importante para o desenvolvimento da humanidade de tal forma que este momento seja dominante, tanto no que diz respeito ao conteúdo que concentra o que está disperso na vida, que resume o jogo, aparentemente desordenado nas singularidades da vida, entre acaso e necessidade, faticidade e significação, numa harmonia concretamente contraditória e às vezes trágica, quanto trata-se da forma, que cresce para se tornar o princípio norteador de cada um desses microcosmos concretamente locais e únicos (Lukács, 1965b, p. 528-9).

A antropomorfização na arte não pode prescindir de ser a apreensão dos elementos nodais da essência histórica do humano. A arte se dirige para os aspectos mais essenciais da autoconsciência do gênero, e ao apreender esses elementos produz a sensação catártica típica dessa apreensão: a vergonha pela mediocridade da própria vida, e a satisfação em alcançar aspectos superiores pertinentes ao gênero.

A figuração estética que de fato cumpre os princípios dessa atividade espiritual peculiar humana, dada a dação de forma substancial nela presente evoca no receptor um chamamento à substancialidade da vida e à própria substancialidade do indivíduo, e nessa medida sublinha por meio da evocação a percepção da distância que separa internamente o indivíduo dessa substancialidade (Lukács, 1967b, p. 478, 1987, p. 752). Quer sempre ser uma “sacudida tal da subjetividade do receptor que suas paixões vitalmente ativas assumam um novo conteúdo, uma nova direção e, assim purificadas, tornam-se a base psíquica das ‘disposições virtuosas’” (Lukács, 1967b, p. 508, 1987a, p. 779).

Lukács retoma seu diálogo com o pensamento de Aristóteles, acentuando a categoria da catarse como um dos elementos centrais da evocação estética. Acrescenta a ela determinações próprias que especificam ainda mais seus aspectos no interior do sistema das mediações categoriais da arte. A

catarse que a obra produz [no indivíduo] não se reduz, portanto, a mostrar novos fatos da vida, ou a iluminar com novas luzes fatos já conhecidos pelo receptor; mas a novidade qualitativa da visão que assim nasce altera a percepção e a capacidade, e a torna apta para a percepção de coisas novas, de objetos já habituais em uma nova iluminação, de novas conexões e de novas relações de todas estas coisas para si mesma (Lukács, 1967b, p. 528, 1987, p. 798).

O poder evocador e orientador da obra de arte

penetra na vida mental do receptor, subjuga sua maneira habitual de ver o mundo, impõe-lhe sobretudo um novo “mundo”, enche-o de novos conteúdos ou visto de uma nova maneira e assim o move a receber esse “mundo”, com significados e pensamentos rejuvenescidos, renovados. A transformação do homem por inteiro no homem inteiramente atua aqui, assim, como uma extensão e um enriquecimento de conteúdo e de forma, efetivo e potencial, de sua psique. Novo conteúdo vem a ele que aumenta seu tesouro experiencial. O meio homogêneo o orienta a recebê-lo, a apropriar-se do novo do ponto de vista do conteúdo e, assim, desenvolve simultaneamente sua capacidade perceptiva, sua capacidade de reconhecer e desfrutar como tais novas formas objetivas, novas relações etc. (Lukács, 1967b, p. 496, 1987a, p. 768).

E por fim, para ainda nos atermos às palavras eloquentes do pensador húngaro

De imediato, o choque do receptor pela novidade que cada obra individual provoca nele se mistura a um sentimento negativo concomitante, um arrependimento, uma espécie de vergonha por nunca ter percebido na realidade, em sua própria vida, o que ele tão «naturalmente» é oferecido na conformação artística. Acreditamos que não será mais necessário expor como nesse contraste e nessa comoção está contida uma prévia contemplação fetichizante do mundo, sua destruição pela própria imagem desfetichizada na obra de arte e a autocrítica da subjetividade (Lukács, 1967b, p. 507, 1987, p. 779).

Em síntese, a arte aparece como possibilidade e ao mesmo tempo como a exigência: “tens que mudar de vida” (Lukács, 1967b, p. 508, 1987, p. 780). Embora nunca se volte diretamente para a ação prática — dirige-se sempre a interioridade do sujeito —, o processo de transformação do sujeito aparece como pressuposto da transformação social; mesmo sem se reportar de maneira direta às questões mais imediatas da vida, por exemplo, aos conflitos mais candentes de dada situação social, a arte cumpre a função de retirar o indivíduo de

seu ensimesmamento e procura elevá-lo aos aspectos mais decisivos da relação entre os sujeitos historicamente constituídos diante dos desdobramentos da dinâmica humana em seu processo de autoconstrução.

Vale ainda insistir nas palavras de Lukács a esse propósito: na arte

o processo evolutivo da humanidade se refere imediatamente a cada homem individual. Pois a evocação artística propõe sobretudo que o receptor viva como sua a refiguração do mundo objetivo dos homens. O indivíduo deve encontrar-se — seu próprio passado ou presente — nesse mundo e, assim, tomar consciência de si mesmo como parte da humanidade e de sua evolução. O trabalho é capaz de despertar e desenvolver a autoconsciência do indivíduo no sentido mais elevado da palavra (Lukács, 1965c, p. 308-9, 1987a, p. 281).

E preciso constar que diante dos limites da vida cotidiana a missão desfetichizadora da arte consiste no fato de que

as obras de arte apresentam sensível e significativamente aos homens seu mundo circundante e seu mundo interno “natural” com o qual [...] destroem a fetichização da cotidianidade e do pensamento, põe a descoberto ao homem a realidade tal como esta se lhe oferece em cada caso, e a convertem em propriedade dos sentidos, suas impressões e seu pensamento (Lukács, 1967b, p. 428, 1987, p. 706).

Lukács retoma tais considerações em sua obra posterior, *Para uma ontologia do ser social*, onde estabelece de maneira mais evidente ainda a relação entre as formas estéticas e a superação dos estranhamentos:

a obra de arte, quando realmente se trata de uma, possui um direcionamento permanente, imanente contra o estranhamento. [...] Foi e é a tarefa da arte ir em busca dos caminhos para chegar à desfetichização; [...] quando o artista contempla o mundo com os olhos da autêntica individualidade, que engloba uma profunda e enérgica intenção voltada para a generidade para si, para o homem e seu mundo, pode surgir de sua mera existência, na mimese artística, um mundo que combate o estranhamento e um mundo libertado dele, de modo totalmente independente das concepções subjetivo-particulares do próprio artista (Lukács, 2013, p. 615).

Em síntese, para além dos aspectos próprios de um conteúdo que se coloque de maneira imediata como crítica social – algo mais peculiar à esfera da política – a arte percorre caminhos mais amplos, buscando tomar os indivíduos *inteiramente*, e nessa medida aparece como *crítica da vida*. Não é a remissão ao indivíduo apenas aos aspectos da sua razão, a seu pensamento imediato sobre a vida, a mecanismos que visam a persuasão das consciências, mas toma os indivíduos em sua inteireza, mobiliza nele, pensamentos, sentimentos e emoções que por meio da forma adequada expressam os conteúdos mais importantes da vida, seus aspectos negativos e até mesmo as potencialidades ainda imperceptíveis para ele. Nesse sentido, carece fazer uma advertência decisiva: Lukács considera a catarse no interior desse complexo em que o indivíduo pode alçar-se à autoconsciência do gênero, não sendo de modo algum o simples provocar de profundas comoções. A catarse como mera provocadora de comoções pode de fato cumprir o exato papel oposto — como bem adverte Bertold Brecht³ — de manipulação das emoções como forma de reificação da vida. Portanto, na arte a forma implica a expressão de determinados conteúdos que de fato permitam sair das tacanhas vivencialidades da particularidade (*Partikularität*) espontânea como forma de apreender os traços mais essenciais da trajetória humana da produção histórica de si.

São muitas as análises literárias feitas pelo autor que evidenciam os aspectos essenciais da arte. Para ilustrar com um deles cumpre transcrever parte de suas considerações acerca do *Sofrimento do Jovem Werther*, de Goethe.

A oposição entre personalidade e sociedade é entendida de modo muito amplo e complexo pelo jovem Goethe. Ele não se limita a evidenciar os inibidores diretamente sociais do desenvolvimento da personalidade. Claramente a eles é dedicada uma parte ampla e essencial de sua exposição. Goethe considera a estratificação feudal em estamentos, o isolamento feudal dos estamentos entre si, um obstáculo direto e essencial ao desenvolvimento da personalidade humana e, de modo correspondente, critica a ordem social por meio de uma sátira ácida.

Porém, ao mesmo tempo, ele vê que a sociedade burguesa, cujo evoluir trouxe propriamente para o primeiro plano com toda essa veemência o problema do desenvolvimento da personalidade, ininterruptamente opõe obstáculos a ele. As mesmas leis, instituições etc. que servem a tal desenvolvimento no sentido classista estrito da burguesia, que produzem a liberdade do *laissez faire*, constituem simultaneamente os estranguladores impiedosos da personalidade que de fato se desenvolve. A divisão capitalista do trabalho, sobre cujo fundamento unicamente pode se dar aquele desenvolvimento das forças produtivas que constituem a base material da personalidade desenvolvida, simultaneamente submete a si o homem, fragmenta sua personalidade em uma especialização sem vida etc. (Lukács, 2021, p. 49).

Sem se limitar a ser uma mera crítica da sociabilidade do capital, a questão central em *Werther* é o problema da possibilidade do “desenvolvimento livre da personalidade humana”. A consideração da condição humana no período de transição de uma forma de sociabilidade para outra é a figuração das questões mais decisivas do período e, nessa medida, reporta-se ao processo de desenvolvimento da humanidade. A figuração estética visa trazer à consciência os elementos cruciais das etapas do desdobramento humano, sempre tendo como centro do reflexo estético o indivíduo em sua relação de possibilidade de ascenso à autoconsciência humana.

Por fim

Embora não se volte a ação imediata, a arte não pode deixar de ser fator decisivo que orienta à transformação da vida, e, nessa medida, da sociabilidade. Como crítica da vida, a arte autêntica se volta contra a fetichização do mundo humano, põe-se em litígio frontal com o “sistema irracional de poderes absurdos e anti-humanos” próprios da sociabilidade de nossos dias. O modo da produção da vida no capital é fortemente caracterizado pela prevalência da “fetichização da interioridade humana”, induz à conformação das individualidades à condição de mônodas sem janelas, hermeticamente fechadas e encerradas em si, cuja manifestação tem que ser compreendida de maneira inadequada por todos os homens. Desse modo, reduzida aos limites da *falsa subjetividade hipertrofiada*, a arte sob tal critério deformador, fetichizador, “empobrece o conteúdo e desfigura as formas de tal modo que resulta, inclusive, impossível expressar artisticamente [...] a anti-humanidade do capitalismo contemporâneo, o total absurdo da vida humana nele” (Lukács, 1967b, p. 484, 1987, p. 757).

A arte é uma força antagonista às tendências degenerativas, aparece como resistência às deformações provenientes da vida e das determinações postas pelas contradições da sociabilidade. A atividade estética se dirige às necessidades mais profundas do humano. Visa remover as máscaras que aparecem como formas naturais da vida, se volta contra as desfigurações da essência do humano; desse modo, revela a dimensão mais ampla da vida do gênero como fundamento e princípio da existência do ser social. (cf. Lukács, 1967b, p. 430ss, 1987, p. 706ss). A transformação interna dos indivíduos aparece como parâmetro e condição para a transformação da vida, constitui a exigência que, ao criticar as formas concretas da vida, ao indagar sobre se “essa é de fato uma vida adequada” ao humano, não mais permite que os indivíduos permaneçam incólumes frente às contradições de seu mundo e aos desafios de seu tempo. Leva-os a assumirem posições que visam a transformação da realidade social, como maneira de construir uma vida mais adequada à humanidade. A arte é sempre a exortação à tarefa fundamental da emancipação humana.

Referências

- LUKÁCS, György. Die Eigenart des Ästhetischen: Band 1. Berlin und Weimar: Aufbau-Verlag, 1987.
- LUKÁCS, György. Die Eigenart des Ästhetischen: Band 2. Berlin und Weimar: Aufbau-Verlag, 1987a.
- LUKÁCS, György. Estética 1: la peculiaridad de lo estético. Traducción Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo, 1965a. v. 1.
- LUKÁCS, György. Estética 1: la peculiaridad de lo estético. Traducción Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo, 1965b. v. 2.
- LUKÁCS, György. Estética 1: la peculiaridad de lo estético. Traducción Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo, 1965c. v. 3.
- LUKÁCS, György. Estética 1: la peculiaridad de lo estético. Traducción Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo, 1965d. v. 4.
- LUKÁCS, György. Goethe e seu tempo. Tradução: Nélio Schneider e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2021.
- LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 2.
- TERTULIAN, Nicolas. Lukács e seus contemporâneos. Tradução Pedro C. A. Corgozinho. São Paulo: Perspectiva, 2016.

Notas

- 1 Sob o risco de cometer algumas injustiças, seria oportuno citar exceções, nesse sentido é preciso referir alguns estudiosos que realizaram contribuições importantes tanto para o entendimento quanto para a difusão do pensamento estético de Lukács: Nicolas Tertulian, Guido Oldrini, Miguel Vedda. No Brasil vários estudos foram realizados em torno das análises literárias de Lukács e constituem investigações que se inspiraram nas obras lukácsiana anteriores à Peculiaridade do estético. Vale citar os trabalhos de Carlos Nelson Coutinho, José Paulo Netto, Nelson Werneck Sodré, Leandro Konder, Celso Frederico, que realizaram incursões importantes na obra tardia de Lukács, anunciando a necessidade de estudos complementares sobre as reflexões densas e profícuas presentes na Estética lukácsiana.
- 2 Todas as citações relativas ao livro *Die Eigenart des Ästhetischen* foram feitas pelo autor deste artigo. Para facilitar o acesso ao leitor, serão também indicadas as páginas da edição espanhola da estética.
- 3 A discussão sobre o problema da catarse tais como a definem Lukács e Bertold Brecht é descrita de modo bastante esclarecedor no artigo de Nicolas Tertulian, “Distanciamento ou catarse? (sobre as divergências entre Brecht e Lukács)” (cf. Tertulian, 2016, p. 275–96).

Ronaldo Vielmi Fortes

Email: vielmi.ronaldo@ufjf.br

Professor do quadro permanente da Pós-graduação em Serviço Social

Faculdade de Serviço Social - UFJF

UFJF

Faculdade de Serviço Social

Rua José Lourenço Kelmer, São Pedro

Juiz de Fora, MG, Brasil

CEP: 36036-900

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Bolsa PBIC – Universidade Federal de Juiz de Fora.

Contribuições de autores

Autor é responsável por todas as etapas da elaboração do artigo.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Autorizo a publicação do presente artigo.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ARTIGO ORIGINAL

Crianças e adolescentes sujeitos de direito à luz da crítica marxista do direito

Camila Gibin Melo¹<https://orcid.org/0009-0008-1459-095X>

¹Universidade Federal de São Paulo, Departamento de Serviço Social, Programa de Graduação em Serviço Social, Santos, SP, Brasil.

Crianças e adolescentes sujeitos de direito à luz da crítica marxista do direito

Resumo: Este artigo é parte da tese de doutorado cujo objetivo é apresentar as premissas fundamentais necessárias para o estudo da situação da infância e da adolescência no capitalismo brasileiro. Refletimos que a acumulação capitalista da atualidade tem aspectos novos, dentre eles está a atualização dos instrumentos jurídicos. Discorremos sobre como o estudo da crítica marxista do direito, tendo como principal autor Evgeni Pachukanis, pode contribuir para compreendermos até que ponto as “conquistas” legais para a infância, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e seu *status sujeito de direito*, cooperaram para a proteção ou reforçam e atualizam novas formas de acumulação capitalista. Concluímos que o ECA corresponde ao estágio máximo de completude do direito como parte do próprio avanço das forças produtivas de modernização e industrialização do país, correspondendo à nova fase capitalista. Trata-se da infância integrada ao capital em seu estágio máximo.

Palavras-chave: Crítica Marxista do direito, crianças e adolescentes, sujeito de direito, capitalismo.

Children and adolescents as subjects of law in the light of the Marxist critique of law

Abstract: This article is part of a doctoral thesis whose aim is to present the fundamental premises needed to study the situation of children and adolescents in Brazilian capitalism. We reflect that today’s capitalist accumulation has new aspects, including the updating of legal instruments. We discuss how the study of the Marxist critique of law, whose main author is Evgeni Pachukanis, can help us understand the extent to which the legal “conquests” for children, such as the Statute of the Child and Adolescent (ECA), and their status as subjects of law, have helped to protect or reinforce and update new forms of capitalist accumulation. We conclude that the ECA corresponds to the maximum stage of completeness of the law as part of the very advance of the productive forces of modernization and industrialization in the country, corresponding to the new capitalist phase. This is childhood integrated into capital at its maximum stage.

Keywords: Marxist critique of law, children and adolescents, subject of law, capitalism.

Recebido em 14.08.2023. Aprovado em 28.03.2024. Revisado em 04.05.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

No capitalismo contemporâneo, crianças e adolescentes são compreendidos mundialmente enquanto sujeitos em fase peculiar de desenvolvimento humano, a quem, segundo o senso comum, se deve educar para que assumam em suas mãos o “futuro/desenvolvimento da nação”. O interesse pela infância¹, por parte dos Estados, nasceu como um importante instrumento tático para a formação das nações, já que era/é compreendida como um sujeito moldável e, certamente, inserida nas relações produtivas desde o início da sociedade capitalista (Ariès, 1986; Rizzini, 2011; Aguilar, 2011). A universalização do trabalho assalariado contou com a infância e juventude que corresponderam massivamente ao quadro de produtores de riquezas nas distintas fases de acumulação capitalista, com grandes taxas de produção de mais-valor. Ao comporem essas relações sociais mercantilizadas, seja ao serem colocada para a venda de sua força de trabalho, seja ao serem assimiladas enquanto conteúdo ideológico, qualificada como “o futuro da nação”, foram colocadas em relação com a *forma mercadoria*.

Neste artigo iremos trazer aspectos da relação entre infância e as categorias força de trabalho, forma mercadoria e forma sujeito/objeto de direito, à luz da crítica marxista do direito, tendo como principal autor o marxista Evgeni Pachukanis. A teoria geral do direito e do marxismo é em diálogo com o debate sobre a infância sujeito de direito é uma novidade de estudo e oferece novos caminhos teóricos.

Enquanto parte da tese de doutorado em Serviço Social, o objetivo destes escritos é apreender a articulação entre o processo de acumulação capitalista com a forma jurídica e seu imbricamento com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual foi importante marco jurídico nacional, promulgado em 1990, mesmo período em que houve o enraizamento do capitalismo neoliberal no Brasil. Assim, pretendemos revelar o significado das crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos para o capitalismo.

Dividimos o percurso argumentativo desse artigo em dois momentos. O primeiro item constrói reflexões marxista sobre o que é o sujeito de direito para as relações sociais capitalistas, munindo o leitor de categorias elementares para alçar as reflexões do seguinte item, o qual vai dialogar com a relação com a situação da infância e o status jurídico sujeito de direito, promulgado a partir do ECA.

Por fim, concluímos que o ECA, enquanto norma jurídica que aparece como capaz de proteger a vida das crianças e dos adolescentes brasileiros, corresponde ao estágio máximo de completude do direito como parte do próprio avanço das forças produtivas de modernização e industrialização do país, correspondendo à nova fase capitalista. Trata-se da infância assujeitada pelo direito/sujeito de direitos integrada ao capital em seu estágio máximo.

Assim, o papel do direito corresponderia a fundamentar um modo de representação capitalista que ocultasse e, em certo modo, afirmasse uma violência contra o público infantojuvenil, antes explícita, e agora ocultada/apresentada pelas relações jurídicas e pelo discurso da “proteção”. A reflexão sobre repactuação do contrato refere-se, portanto, a uma continuidade dos pactos elaborados anteriormente, também utilizados para racionalizar o “cuidado/proteção” e a gestão da infância em vista dos interesses políticos e econômicos de cada fase de acumulação capitalista.

Força de trabalho e sujeito do direito

A generalização das trocas mercantis, contemplando a própria força de trabalho como mercadoria, corresponde à transformação central das relações sociais, que demarca e dá forma ao surgimento do modo de produção capitalista. Os trabalhadores, expropriados dos meios de trabalhado e forçados a alienarem-se de si mesmos, colocando à venda a própria força de trabalho aos capitalistas, foram também submetidos à divisão social do trabalho, o que possibilitou o aumento produtivo e, conseqüentemente, novas formas de viver, distintas das já conhecidas nos sistemas produtivos anteriores ao capitalismo. Em consequência dessas grandes mudanças, a compreensão da infância também se modificou e foi inserida como participe na produção de valor novo.

Apesar dos inúmeros momentos históricos que revelam a infância inserida nas relações produtivas capitalistas, a sua relação com a forma mercadoria e, portanto, com a forma sujeito de direito é pouco apreendida na imediatividade, por estar imersa em ideologias psicologizantes da infância e em relações normativistas, marcadas por leis, convenções etc., que ocultam a base produtiva das relações nas quais ela

está inserida. Perde-se de vista, assim, a especificidade do lugar atribuído à infância pelo capitalismo, como aquele favorável à continuidade da reprodução capitalista, imerso nas relações produtivas. Perde-se, ainda, a possibilidade de compreender o desenvolvimento da história de maneira dialética, pois vê-se a leitura sobre a infância a partir de um recorte e não dela mesma como composição da necessária divisão sexual, racial, territorial e geracional do trabalho no capitalismo. Iniciemos, assim, nossas primeiras reflexões a partir da categoria central que determinará as outras de nosso interesse: o trabalho. Sabe-se que a relação entre os seres humanos e a natureza, através de uma atividade de vontade orientada a um fim (teleologia), ocorreu em todas as formas de organização social. Essa atividade — o trabalho — altera não apenas o elemento natural, mas também realiza o seu objetivo pré-estabelecido, o que determina o tipo e o modo de sua atividade, modificando também as relações entre os próprios seres humanos (Marx, 2013, p. 255).

A capacidade teleológica do trabalho, histórica e socialmente determinada, vincula-se aos seus aspectos criativos e positivos e, como práxis, ele “realiza duplo movimento: supõe a atividade teleológica (a projeção ideal de suas finalidades e meios) por parte do sujeito que o realiza e cria uma realidade nova e objetiva (resultante da matéria transformada)” (Barroco, 2010, p. 24). Mas, quando em relações de dominação entre classes sociais, esse mesmo trabalho de potencial criativo e de afirmação da humanidade expressa sua face de negação dela mesma. (Barroco, 2010, p. 31).

O processo de trabalho no capitalismo, portanto, corresponde à dupla determinação que existe dialeticamente: o trabalho concreto, como ação teleológica, produtora de valor de uso com a finalidade de suprir as necessidades objetivas e subjetivas dos seres humanos, e o trabalho abstrato, produtor de valor de troca para suprir a necessidade de valorização do valor do modo de produção capitalista (Marx, 2013, p. 119).

As crianças e adolescentes que compõem a classe trabalhadora estão inseridas nas determinações das relações sociais capitalistas desde o seu início. Sabendo que os trabalhadores são mortais, o capitalista precisa garantir que eles se perpetuem, portanto que procriem e que garantam a existência da prole. Assim,

As foças de trabalho retiradas do mercado por estarem gastas ou mortas têm de ser constantemente substituídas, no mínimo, por uma quantidade igual de novas foças de trabalho. A quantidade dos meios de subsistência necessários à produção da foça de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistências dos substitutos dos trabalhadores, isto é, seus filhos, de modo que essa peculiar raça de possuidores de mercadorias possa se perpetuar no mercado (Marx, 2013, p. 246).

É certo que essa aproximação para localizar a infância na relação com a foça de trabalho se faz sem a interferência das particularidades históricas, de gênero, raça e território, que também aparecem da determinação do valor da foça de trabalho, como vimos. O que importa salientar é esse imbricamento *infância-foça de trabalho*, desde tenra idade, e ainda o seu reconhecimento como *proprietárias de foça de trabalho*. Sendo assim, elas são sujeitos de si por serem “livres” para vender sua foça de trabalho e, ao mesmo tempo, são objetos, pela mesma determinação, somando-se a própria submissão delas as instituições e normas educacionais/correcionais com fim de disciplinar e qualificar a foça de trabalho para valorização do valor. Quando o capitalista compra a foça de trabalho ele tem o *direito* de usufruir do valor de uso dela para que seja consumida durante o tempo do processo produtivo acordado. Diferente das demais mercadorias, a foça de trabalho, ao ser consumida, cria um valor, que também é de *direito* do capitalista.

Tratando-se da dupla dimensão do valor, (valor de uso e valor de troca) necessariamente abordemos aquilo que a origina: a dupla dimensão do trabalho, o trabalho concreto útil e o trabalho abstrato. O primeiro compreende a particularidade de cada atividade de trabalho, caracterizado pela sua necessária especificidade. O trabalho do pedreiro, por exemplo, possui aspectos específicos que o diferencia do trabalho de um sapateiro, que, por sua vez, se difere da atividade realizada por uma médica, por uma trabalhadora fabril etc. O segundo — o trabalho abstrato — versa sobre a substância do valor, a dimensão quantitativa, e consiste na forma como *o trabalho é socialmente distribuído e igualado na sociedade capitalista* para que haja a troca entre os frutos desses diferentes trabalhos (Marx, 2013, p. 116).

Segundo uma *leitura fisiológica* do trabalho abstrato, ele refere-se à retirada das particularidades dos diferentes tipos de trabalho, os quais são reduzidos ao que possuem em comum, a dimensão fisiológica do trabalho, um “dispêndio de cérebros, nervos, músculos, e órgãos sensoriais humanos etc.” (Marx, 2013, p. 147). A dimensão fisiológica do conceito que explica o trabalho abstrato não é o único discurso em Marx, apesar de

ser o mais desenvolvido e apresentado pelos marxistas. Rubin (1987) ressalta que o trabalho abstrato tratado por Marx se refere não somente ao trabalho socialmente igualado, mas também ao “trabalho socialmente igualado numa forma específica, característica da economia mercantil” (Rubin, 1987, p. 156). O dispêndio de energia em seu sentido fisiológico, por si só, não é trabalho que cria valor, segundo a interpretação de Rubin (1987), sendo a “abstração das formas concretas de trabalho, relação social básica entre produtores mercantis separados” (Rubin, 1987, p. 159), o que caracteriza o trabalho abstrato, o qual se realiza através do processo de troca, revelando, assim a sua dimensão social e histórica (Rubin, 1987, p. 159).

O dispêndio de energia humana como tal, num sentido fisiológico, não é ainda trabalho abstrato, trabalho que cria valor, muito embora esse dispêndio seja sua premissa. O que caracteriza o trabalho abstrato é a abstração das formas concretas de trabalho, relação social básica entre produtores mercantis separados (Rubin, 1987, p. 159).

A mercadoria força de trabalho, a qual, no processo de venda, assim como as demais mercadorias, aparece como equivalente, assim como os proprietários de sua compra e venda se colocam como iguais para estabelecerem a troca. Esse acordo de reconhecimento enquanto proprietários é sobredeterminado pela relação de troca e necessário para que a circulação da mercadoria se realize. Por um lado, o trabalhador, como proprietário da força de trabalho, e, por outro, o capitalista, como proprietário dos meios de produção, relacionam-se entre si e como guardiões das mercadorias (Marx, 2013, p. 159).

Nesta relação, o capitalista possui o direito de se aproveitar do valor de uso da mercadoria força de trabalho, mercadoria esta capaz ainda de produzir mais valor e possibilitar a acumulação de capital. Isso porque a força de trabalho é a única mercadoria que produz valor novo enquanto seu valor de uso é consumido durante o processo de trabalho, ao vivificar o trabalho morto.

A relação entre proprietários de mercadorias (trabalhador e capitalista), *apresentados* como iguais no momento da troca, é mediada por um contrato, se colocando também uma *relação jurídica entre os sujeitos*. É em comum acordo entre os proprietários que a troca se realiza, caso contrário, se não o fosse, essa troca não obteria êxito e ocorreria uma relação de força entre uma das partes contra a outra, por via violenta. O papel do acordo, portanto da *relação jurídica*, faz com que os sujeitos sejam compreendidos enquanto *sujeitos de direito*.

O direito, assim, surge como o contrato oriundo do desdobramento das relações de troca das mercadorias. Pachukanis (2017, p. 137)² apresenta o conceito *sujeito de direito*³, como o “átomo da teoria jurídica, o elemento mais simples, que não pode mais ser decomposto”. É no modo de produção capitalista, segundo Pachukanis, que os indivíduos *aparecem* como sujeitos universais para que haja a possibilidade de circulação das mercadorias. São eles, então, reduzidos como iguais e livres. O reconhecimento enquanto sujeitos proprietários em condição de igualdade é o elemento da forma jurídica do sujeito. Orione (2018) nos ensina que a forma típica do modo de produção capitalista é, portanto, a forma jurídica, constituída pelo sujeito de direito e pela ideologia jurídica, sendo que dela e da forma mercadoria derivam as demais formas sociais (como, por exemplo, a forma gênero e a forma raça).

Os trabalhadores, ao mesmo tempo em que se colocam como sujeitos de direito, proprietários da mercadoria força de trabalho, são reduzidos a objetos, já que alienam a própria força de trabalho na venda.

Na condição de sujeito-proprietário, o homem faz circular a si mesmo como objeto de troca, pois em sua existência, como lembra Bernard Edelman, ele só aparece como representante dessa mercadoria que ele possui: a si mesmo, de modo que se pode dizer que o homem como sujeito de direito é constituído para a troca, e é justamente essa condição que realiza a sua liberdade (Naves, 2017, p. 68).

Os seres humanos, assim, passam a relacionar-se entre si como coisas e como sujeitos jurídicos, apresentando-se “ao mesmo tempo em duas formas absurdas: como valor da mercadoria e como capacidade do homem em ser sujeito de direito” (Pachukanis, 2017, p. 141). Sujeito de direito este que, como parte das relações sociais fetichizadas, é ele mesmo um sujeito jurídico reificado, validado hierarquicamente a partir das propriedades que possui. A relação jurídica, portanto, é nada mais que uma relação fruto da produção econômica, que se realiza na troca ao colocar em relação impessoal, abstrata, dois sujeitos desiguais. Dito de outra maneira, seguindo uma que se opõe à ideia substancialista do valor, o contrato/direito valida uma relação

de reconhecimento e de tratamento que *aparece* como igual, em um primeiro momento, mas, em um segundo momento, se realiza com atravessamentos que valoram de modo distinto cada um dos sujeitos.

Para a teoria de Pachukanis (2017), que parte de uma leitura fisiológica do trabalho, a relação entre os sujeitos de direitos aparece e encerra-se como equivalência, orientada por um sujeito universal. Entretanto, considerando uma análise sobre o sujeito de direito a partir de uma leitura da *validação social* que ocorre apenas na troca, “o indivíduo *anterior* a este momento aparece como alguém detentor de personalidade jurídica, o momento jurídico da pessoa “(Heinrich, 2018, p. 56, grifo do autor), aquela encarnação da sociabilidade que o torna capaz de atos jurídicos — notadamente, a compra e venda de mercadorias, incluindo sua força de trabalho — mas que nem por isso o *efetiva* como sujeito de direito (Barreira, 2020, p. 28).

Consolida-se, então, a relação que *aparece* como sendo entre proprietários iguais, mas que são distintos, os donos dos meios de produção e os donos da força de trabalho, ainda que esses componentes que os distinguem sejam “anulados” pelas relações sujeitos jurídicos abstratos que, como as mercadorias, inserem-se em uma gelatina incapaz de reconhecer sua diversidade natural, em um primeiro momento da troca. A igualdade e a liberdade⁴ apresentam-se como atributos fundamentais do sujeito de direito, reconhecendo todas as pessoas como proprietários em potencial, mas que não garante que, de fato, todas se efetivem como tal. Portanto, mesmo as próprias forças de trabalho colocadas à venda, que aparecem como equivalentes, ao se confrontarem entre si no mercado, assumem também um atravessamento social fundante do valor de troca que as hierarquiza entre si. Ainda sobre isso, o valor da força de trabalho de uma criança, uma mulher, um/a negro/a, um/a indígena etc. não é socialmente equiparado com o valor socialmente validado da força de trabalho colocada no mercado por um trabalhador branco. A distinção entre o que se indica (igualdade de propriedade) e o que de fato se efetiva (desigualdade) corresponde às faces de abstrações de uma mesma moeda.

O contrato, assim, falseia uma relação de paz entre iguais, pois, na verdade, possui em sua essência um caráter desigual e violento, mas, salientamos: a igualdade na esfera da circulação corresponde à primeira abstração, mas é mera formalidade para ocultar a relação desigual da esfera da produção e para que assim ela se reproduza de modo ampliado. Ao mesmo tempo, também é real a validação entre essas mercadorias equiparadas abstratamente, quando se colocam em comparação na esfera da circulação, fazendo revelar uma validação hierarquizante, reconhecida, por vezes, nos próprios contratos.

O que conseguimos sintetizar das reflexões até aqui elaboradas, portanto, é que o *sujeito de direito* nada mais é do que uma dimensão das relações produtivas, que expressa as relações de expropriação dos meios de produção, e então expressa a própria propriedade privada nas relações entre os seres humanos.

Crianças e Adolescentes sujeitos/objetos do direito

O desenvolvimento da sociedade capitalista exigiu a participação também de crianças e jovens nas relações produtivas, estando elas disponíveis para a relação de troca do tempo despedido de sua força de trabalho para ser vendida à burguesia. Eram elas colocadas como proprietárias da força de trabalho, aparecendo como equivalentes na realização da troca, mas, ao ser validada socialmente, seu valor era diferenciado, em comparação a outras forças de trabalho disponíveis no mercado.

O desvalor que aparece para a qualidade de crianças e adolescentes se institui com base objetiva, nas relações produtivas, e se desdobra na consolidação ideológica que vem justificar a desqualificação da infância, contribuindo para as relações opressoras e de exploração intensificada. De outra forma, a maneira como a infância é localizada nas relações capitalistas não corresponde apenas à ideologização do ser criança, mas também a sua relação direta com a sobredeterminação da *forma mercadoria* e da *forma sujeito de direito*. É, assim, ela mesma sujeito e objeto de direito, que oculta e revela, ao mesmo tempo, as desigualdades. As crianças e adolescentes são *sujeitos de direito* e compõe as relações de contrato, jurídicas, capitalistas; mas em vista de sua consideração ou não em um contrato formal — legislações etc. — ela pode não ser *efetivada* como tal, não porque não cumpram seu papel nas relações produtivas, mas sim porque foi validada de modo que seu valor se realiza fora dele, pois, “a própria sujeição ao direito, aparece aqui como algo dependente das racionalidades opressoras que constroem uma teia de desigualdades sociais” (Barreira, 2020, p. 32).

Destarte, o fato de a infância ter sido marginalizada dos contratos sociais formais em alguns momentos não significa que ela não tenha se constituído parte das trocas, mas sim o seu contrário, pois, ao passo que

compunha certo grau de hierarquização para a validação do valor de sua força de trabalho, era inserida como partícipe de atividades produtivas e reprodutivas caras à acumulação com tal atravessamento ao valor. Estar fora ou mesmo dentro das relações contratuais legais pode revelar, ainda, formas distintas para garantia da valorização do valor.

Com a universalização da forma mercadoria, a infância também é atravessada pela nova forma produtiva e reprodutiva e expressa-se nas relações cotidianas entre os seres humanos, mesmo em contextos em que o objeto mercadoria não esteja presente (nos afetos, nas expressões criativas etc.). A universalização do sujeito de direito se configura inclusive em relações a conteúdos que não sejam necessariamente mercantis e capturam a subjetividade humana para uma compreensão fetichista jurídica das relações cotidianas que contribuem para ocultar a história de expropriação e exploração e naturaliza a busca por melhores condições de vida através da própria via jurídica. “O fetichismo da mercadoria se completa com o fetichismo jurídico” (Pachukanis, 2017, p. 124).

O Estado ocupa importante papel para garantir o contrato e favorecer a circulação das mercadorias, além de atuar incisivamente na construção de hegemonias ideológicas para a consolidação do papel atribuído à infância de acordo com os interesses de cada momento, apresentando, como um meio para tal, a formulação de leis, convenções etc. É ele uma necessidade da forma jurídica que se *apresenta* como um “terceiro neutro” na relação com os proprietários de mercadoria que efetivam a troca, como ensina Pachukanis, esse “terceiro” “encarna a garantia mútua que os possuidores de mercadorias, na condição de proprietários, um ao outro, e que, conseqüentemente, é a regra personificada da correlação entre possuidores de mercadorias” (Pachukanis, 2017, p. 180).

Com a generalização das trocas mercantis, o Estado “separa-se” da sociedade, e a ele é atrelado a importância de zelar pelo cidadão, e aos membros da sociedade a representação enquanto sujeito proprietário. A separação de proprietário e cidadão oculta a dimensão da personalidade dos sujeitos e da classe e afirma a *forma política* do capital: o Estado. Enquanto guardião do bem comum e fiador dos contratos e trocas, possibilita a manifestação da igualdade entre proprietários. Por sua vez, a norma jurídica é quem também atuará na esfera do “bem comum”, pelos direitos sociais públicos. Cabe ao direito público preservar e continuar capitalismo, e não o superar. “É, portanto, a ‘correção’ que assegura o domínio da lógica da equivalência que a esfera do direito público é desenvolvida, estando abarcada também nos assim chamados *direitos sociais*” (Silva, 2019, p. 81, grifo da autora). Os direitos sociais buscam preservar os elementos constituidores da forma jurídica, especialmente da igualdade entre os sujeitos de direito, “corrigindo”, aparentemente, as situações que provoquem uma diferenciação entre os proprietários de mercadorias. Se é condição equivalerem-se para que a troca se efetive, o direito social, portanto, “resolve” esse “lugar comum”, essa igualdade entre si para a continuidade do circuito das trocas mercantis. *As normas protetivas, portanto, preservam a “igualdade” necessária.*

Os *direitos sociais* — acesso à saúde, educação, assistência social, dentre outros —, por meio das políticas públicas, são apresentados como ações humanistas — cidadania, como dever do Estado, a fim de garantir as condições mínimas para a sociedade e a preservação do “bem comum”. No entanto, são elas que assumem a própria condição de reprodução da força de trabalho e de sobrevivência dos que estão desempregados ou inaptos, para que, no dia seguinte, o conjunto da classe trabalhadora permaneça viva para a continuidade das relações de exploração, aliviando, para o capitalista, o pagamento dos salários.

O acesso às políticas sociais e o modo como são executadas, portanto, partem das necessidades dos próprios processos de acumulação capitalista — extração de mais-valor — e não das urgências concretas dos interessados, ainda que haja os atravessamentos da luta de classes por melhores condições de vida. O “proprietário-cidadão” das políticas públicas sociais é apresentado como “usuário”, “beneficiário”, retirado dele a condição classe e distanciando-o da organização do conjunto da classe trabalhadora. Como “usuário” dos serviços, deixa de reconhecer-se como trabalhador e passa a não se ver na extensão daquela “categoria” de trabalhadores que atua no serviço utilizado, forjando uma ideia de interesses distintos entre os pares. O “usuário” das políticas sociais pertence à classe trabalhadora, assim como o trabalhador que presta determinado serviço (Orione, 2018, p. 134).

Com a Constituição Federal do Brasil (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), crianças e adolescentes “ganham” o status de sujeitos de direitos, todas elas consideradas igualmente cidadãs e alvos dos direitos sociais e das políticas públicas estatais. O princípio da igualdade jurídica é afirmado, normatizando em seu Artigo 3º que os direitos anunciados se aplicam a

Todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem (Brasil, 1990).

Entre o próprio segmento se equipara a sua condição — todas as crianças e adolescentes são iguados perante a lei — e na relação com os cidadãos-proprietários adultos apresenta-se uma distinção, havendo, pela norma, a prioridade da intervenção do Estado para a “correção” e “ajuste” ao princípio da equivalência entre os diferentes proprietários adultos e proprietários crianças/adolescentes. O artigo 4º expressa:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Prioriza-se esse “ajuste” menos em virtude da sensibilidade humanista e romantizada da chamada condição peculiar de desenvolvimento e o estabelece na aparência mais para a garantia da reprodução/reposição da força de trabalho dos pais e mães e, por que não, das próprias crianças e adolescentes. Vejamos: como já dito, tratando as políticas públicas sociais como apoio ao capitalista para extração de mais-valia e, assim, rebaixando o preço da força de trabalho, elas precisam existir, mas não correspondem às necessidades da própria classe, pois, quem dita como será essa realização é o próprio movimento do capitalismo. Mesmo atravessados por movimentos populares, a forma jurídica possibilita capturar as pautas e absorvê-las de forma a reforçar ainda mais a manutenção das relações de exploração. O ECA com seu conteúdo de discurso protetivo, apresenta as particularidades do segmento, mas, ao mesmo tempo, retira a classe. Trata-se de uma “individualização pluralizada” (Orione, 2018, p. 132), na qual se retira a história e a relação com o modo de produção capitalista.

O Sistema de Garantia de Direitos (SGD), criado em 2006 pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), é um exemplo disto. Enquanto intelectuais e militantes bem-intencionados (ou não) preocupavam-se com a vida do público infantojuvenil, o ringue da disputa para a luta pela vida foi dentro do âmbito jurídico, em que, pela via dos Conselhos de Direitos, foi promulgado o que seria a “solução” para se efetivar as políticas sociais. A institucionalização e o fortalecimento do sistema de garantias de direito foram defendidos por Neto (2005, p. 12), que afirmou a importância de

Procurar garantir esses direitos, isto é, promovê-los, por meio de instrumentos normativos (leis, tratados, resoluções, decretos etc.) de instâncias públicas (órgãos estatais e entidades sociais, por exemplo) e de mecanismos processos de mobilização, de construção de capacidades, de apoio técnico-financeiro, de monitoramento, de ações judiciais, do gerenciamento de dados e informações, de fundos de investimentos etc., todos com o mesmo fito.

Quando discutida a questão dos direitos humanos dos grupos identitários (negros, mulheres, LGBTQIA+), a infância foi englobada para se pensar com maior profundidade sobre a defesa de direitos e como isto se realizaria para o segmento. A discussão alcançou a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCD) e então chegou ao CONANDA. Como tema de uma Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (1999), passou-se a construir consensos mínimos para a elaboração do que seria este sistema de garantia. O SGD constitui-se, então, como

Articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal (Baptista, 2012, p. 186).

Ele organiza-se a partir de três eixos estratégicos de ação na área dos direitos humanos: I - da defesa; II - da promoção; e III - do controle de sua efetivação. A institucionalização, objetivo do próprio SGD, é compreendida como tática importante por este setor de intelectuais e militantes da área da defesa da infância, de modo que, na própria formulação sobre a característica estratégica do SGD, se naturaliza o enquadramento dos movimentos sociais a modalidade das organizações da sociedade civil/organizações não governamentais

e, portanto, a precarização e terceirização das próprias políticas para a infância. O discurso e a prática da promoção e proteção dos direitos humanos como alternativa para enfrentar a baixa efetivação da normativa legal, ao buscar as saídas institucionais por ela mesma, representa o sucesso da artimanha jurídica.

Sua sofisticação é observada no arsenal de sistematizações em defesa dos “novos” sujeitos de direito crianças e adolescentes: uma generalização do status jurídico entre as crianças e os adolescentes, a primazia das políticas públicas sociais (ainda que não se efetive por completo), para garantia da reprodução da força de trabalho e do mercado-filantrópico e a organização de um Sistema de Garantia de Direitos, promulgado por um Conselho de Direitos, estruturado por via de normativas, e que convoca “atores” de diferentes instituições que atuam de acordo com suas competências (exceto a classe trabalhadora e suas experiências, que, em certa medida, escapam do controle jurídico e Estatal):

As instituições legislativas nos diferentes níveis governamentais; as instituições ligadas ao sistema de justiça, a promotoria, o Judiciário, a defensoria pública, o conselho tutelar, aquelas responsáveis pelas políticas e pelo conjunto de serviços e programas de atendimento direto (organizações governamentais e não governamentais) nas áreas de educação, saúde, trabalho, esportes, lazer, cultura, assistência social; aquelas que, representando a sociedade, são responsáveis pela formulação de políticas e pelo controle das ações do poder público; e, ainda, aquelas que têm a possibilidade de disseminar direitos fazendo chegar a diferentes espaços da sociedade o conhecimento e a discussão sobre os mesmos: a mídia (escrita, falada e televisiva), o cinema e os diversificados espaços de apreensão e de discussão de saberes, como as unidades de ensino (infantil, fundamental, médio, superior, pós-graduado) e de conhecimento e crítica (seminários, congressos, encontros, grupos de trabalho) (Baptista, 2012, p. 85).

Algo deu errado com as expectativas que intelectuais e militantes defensores tinham em relação ao ECA, pois “o caráter de classe do direito já está dado pela sua própria organização interna, pelo modo como ele especificamente se estrutura no processo de valor de troca” (Naves, 2014, p. 33). O que a teoria crítica nos ofereceu, até então, enquanto recurso analítico, foi auxiliar a entendermos o movimento histórico, compreendendo a forma jurídica e a operação dos processos de “individualização pluralizada”, para além de um olhar para os conteúdos normativos. E mais, como isso se opera na relação com a infância e a adolescência na acumulação e ampliação capitalista.

Considerações finais

Esse artigo é parte da tese de doutorado em Serviço Social, que apresenta aprofundamentos em relação ao conteúdo aqui expresso. No entanto, cabe considerarmos como caminho conclusivo para o artigo o desvelamento das normas jurídicas para a infância, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como a expressão da forma mais “acabada” da relação social capitalista, pois generaliza a infância e a coloca como equivalente para as relações sociais capitalistas.

O que temos no conteúdo e nos princípios normativos do ECA é a atualização e a modernização do status jurídico correspondente à fase contemporânea capitalista, na qual a igualdade formal generalizada, como implica o Estatuto, caracteriza a própria sociedade capitalista neoliberal dos países periféricos, para que se realize e se aprofunde as trocas mercantis e as espoliações/expropriações — a infância como mercadoria sujeito ou como mercadoria objeto. Em outras palavras, o ECA corresponde ao estágio máximo de completude do direito como parte do próprio avanço das forças produtivas de modernização e industrialização do país, satisfazendo à nova fase.

Enquanto norma jurídica, o ECA é, portanto, por um lado um processo fruto da conciliação de classes, em contexto do capitalismo neoliberal Brasileiro, que se apresenta como protetivo, mas cumpre concretamente a possibilidade dos aprofundamentos das desigualdades sociais entre o próprio segmento. Uma das expressões disto aparece no mercado-filantrópico das ONGs, enquanto aparelhos privados de hegemonia (Fontes, 2010), aliados ao princípio da Proteção Integral, transformando a infância em nicho de mercado. O que se apresentava como proteção se inverte e se realiza como desproteção ao sujeito criança e uma proteção ao sujeito/objeto do direito criança, de modo que, neste caso, o que se protege é a relação capitalista entre sujeito e mercadoria.

Observar esse movimento da realidade a luz da crítica marxista do direito amplia nossos diálogos e abre uma agenda importante de estudos sobre a situação das crianças e dos adolescentes e das políticas e serviços públicos para o segmento.

Referências

- AGUILAR, S. Educação, autoritarismo e eugenia: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). 2011. 364f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- ARIÈS, P. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BAPTISTA, M. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 109, p. 179-199, mar. 2012.
- BARROCO, M. L. Ética: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2010.
- BARREIRA, C. A sujeição ao direito: elementos para uma releitura do “sujeito de direito” em Pachukanis. In: CUNHA, José Ricardo (org.). *Teorias críticas e crítica ao direito – volume I*. Rio de Janeiro: Lumens Juri, 2020.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília: Presidência da República, 1990.
- FONTES, Virginia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- HEINRICH, M.; LIMA, R. Objetividade valor e forma valor: apontamentos de Marx para a segunda edição de O Capital. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 38, n. 1 (150), p. 201–214, jan./mar. 2018.
- MARX, K. O capital. São Paulo. Boitempo, 2013.
- NAVES, M. E. P. In: PACHUKANIS, E. A teoria geral do direito e o marxismo. São Paulo: Sundermann, 2017.
- NAVES, M. A questão do direito em Marx. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- NETO, Wanderlino Nogueira. Por um sistema de promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. IN: *Revista Serviço Social e Sociedade*. n 83. Ano XXVI. Setembro 2005.
- ORIONE, M. Vamos brincar de esconde-esconde? *Revista Eletrônica Socioeducação*, ano 2, ed. 2, p. 125–138, 2018.
- PACHUKANIS, E. A teoria geral do direito e o marxismo. São Paulo: Sundermann, 2017.
- RIZZINI, I. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- RUBIN, I. A teoria marxista do valor. São Paulo: Polis, 1987.
- SILVA, J. Para uma crítica além da universalidade: forma jurídica e previdência social no Brasil. 2019. 270f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Notas

1. Trabalharemos com a referência etária da Convenção Sobre os Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas, considerando criança todo o ser humano até 18 anos de idade. No entanto, não trabalharemos de modo rigoroso com estes marcos, já que traremos, em alguns momentos, dados relevantes sobre a situação da juventude até os 21 anos. Justificamos isto em vista do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe de seu controle penal Juvenil até os 21 anos de idade. O debate acerca do conceito de infância, adolescência e juventude não foi o centro do desenvolvimento do artigo e, por isso, flexibiliza para além dos marcos etários, permite maior mobilidade para traços teóricos e outras futuras agendas de estudos que retomem os sentidos históricos, políticos e econômicos, e não apenas quanto ao desenvolvimento biológico para afirmação de tais conceitos.
2. Barreira (2020) se propõe a uma atualização sobre o conceito sujeito de direito, desenvolvido por Pachukanis, considerando que o jurista russo elaborou sua produção sem ter acesso a publicações de textos fundamentais de Marx, como o *Urtext*, os *Grundrisse*, as *Notas sobre Wagner*, os *Resultados do processo imediato de produção* e *Complementos e alterações à primeira edição de O Capital*. O não conhecimento destas obras por Pachukanis teria levado a limitações teóricas, as quais Barreira contribui em desvelá-las e realocar um debate sobre sujeito de direitos, considerando também essas produções.
3. O conceito sujeito de direito para a jurisprudência dogmática é compreendido em sua formalidade. Refere-se à “capacidade ou incapacidade de participar das relações jurídicas” (Pachukanis, 2017, p. 139), retirando o processo histórico de seu surgimento.
4. Em continuidade a esta reflexão, podemos afirmar que o trabalhador assalariado é livre para decidir sobre a venda de sua força de trabalho, liberdade esta consonante com a formação da sociedade burguesa e que, ao lado da igualdade, forjam a aparência de relações sociais como se fossem esvaziadas de quaisquer conflitos de interesses ou mesmo de exploração.

Camila Gibin Melo

cagibin@gmail.com

Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008), mestrado (2014) e doutorado (2022) em Serviço Social pela mesma instituição.

PUC/SP

R. Monte Alegre, 984

Perdizes, São Paulo, SP, Brasil

CEP 05014-901

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

A pesquisa, como parte da tese de doutorado em Serviço Social, contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Contribuições das autoras

A autora é responsável por todas as etapas da elaboração do artigo.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

A autora consente a publicação do artigo.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ARTIGO ORIGINAL

FUNPRESP: a privatização da previdência social dos servidores públicos federais

Viviane Aparecida Pereira Peres¹

<https://orcid.org/0009-0003-4134-1741>

¹Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Brasília, DF, Brasil.

FUNPRESP: a privatização da previdência social dos servidores públicos federais

Resumo: O presente artigo tem por objetivo investigar as consequências da criação Fundação de Previdência Complementar do Serviço Público Federal (FUNPRESP) desde a Lei nº 12.618/2012 e as modificações com a EC nº 103/2019 (contrarreforma da previdência social) aos servidores(as) públicos do executivo federal. Tais medidas impulsionaram a lógica de privatização da previdência social dos(as) servidores(as) públicos. Com base em informações dos investimentos financeiros das contribuições dos(as) trabalhadores(as) do executivo federal, os recursos do Estado e os atos normativos implementados, esse texto demonstra os riscos, inseguranças de um sistema de previdência social com regime de capitalização individual. Conclui-se que o estabelecimento da FUNPRESP expressa mais uma medida com a perspectiva de privatização da previdência social no Brasil, retirada de direitos dos(as) trabalhadores(as) e, sobretudo, demonstra os interesses do Estado e do capital financeiro de expropriação do fundo público como estratégia do capitalismo em profunda crise.

Palavras-chave: FUNPRESP; Fundo Público; Capitalização; Previdência Social.

FUNPRESP: the privatization of social security for federal public servants

Abstract: This article aims to investigate the consequences of the creation of the Federal Public Service Complementary Pension Foundation (FUNPRESP) since Law nº 12.618/2012 and the modifications with EC nº 103/2019 federal executive servants. Such measures boosted the logic of privatizing social security for public servants. Based on information on the financial Investments of contribution from federal executive Workers, State resources and the normative acts implemented, this text will demonstrate the risks and insecurities of a social security system with an individual capitalization regime. It is therefore concluded that the establishment of FUNPRESP expresses yet another measure with the prospect of privatizing social security in Brazil, removing the rights of Workers and demonstrating the interests of the State and the financial capital of expropriation of public funds as a strategy for capitalism in deep crisis.

Keywords: FUNPRESP; Public Fund; Capitalization; Social Security.

Recebido em 12.09.2023. Aprovado em 07.11.2023. Revisado em 05.05.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

A Previdência Social no Brasil, mesmo que de forma tardia, teve importantes avanços com o estabelecimento da Seguridade Social a partir da Constituição Federal de 1988. Contudo, na década de 1990, mesmo sem sua total implementação, as políticas de seguridade social passam por contrarreformas¹. Assim, foram materializadas várias contrarreformas na Previdência Social desde o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), dentre elas citamos as principais: a EC nº 20/1998; EC nº 41/2003; EC nº 47/2005 e a EC nº 103/2019.

Destaca-se, que além das emendas constitucionais, outros atos infraconstitucionais (medidas provisórias, leis, decretos, dentre outros) são utilizados para realização de contrarreformas, tendo em vista suas perspectivas de reduzir direitos dos(as) trabalhadores(as) e com fortes intenções de privatizar a previdência social pública. Trata-se da disputa do fundo público pelos capitais financeiros.

A criação da Fundação de Previdência Complementar do Serviço Público Federal (FUNPRESP) desde a Lei nº 12.618/2012 e suas modificações com a EC nº 103/2019, parte das remunerações dos(as) servidores(as) passam a ser concebidas como regime de capitalização financeira.

Nesse sentido, o presente artigo investiga as modificações que ocorreram com a previdência social do servidor público desde a criação do FUNPRESP, trazendo informações sobre os investimentos no capital financeiro realizado com as contribuições dos(as) servidores(as) e dos recursos do Estado. Assim, a principal problematização do presente texto se constitui em saber: Quais os possíveis prejuízos com a criação da FUNPRESP e a aprovação da EC nº 103/2019 para os(as) servidores(as) do Executivo Federal e para desconstrução da previdência social pública brasileira?

Tendo como base o método materialista-dialético, foi realizada pesquisa documental por meio dos principais atos normativos implementados desde 2012 que modificaram a proteção previdenciária dos(as) servidores(as) públicos do executivo federal, além de dados estatísticos abertos do governo federal e relatórios da FUNPRESP.

Esta investigação apresenta três seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira seção situando o contexto de contrarreforma, o projeto neoliberal do Estado na conjuntura de crise estrutural do capital. Na sequência, tratamos da criação da FUNPRESP e suas consequências para os(as) servidores(as) públicos e, por fim, as modificações para a proteção previdenciária dos(as) servidores(as) com a EC nº 103/2019.

Crise do capital, neoliberalismo e contrarreformas

No Brasil, desde os anos de 1990 é incorporado o ideário neoliberal e de ajuste fiscal permanente, com direcionamentos de organismos internacionais². A contrarreforma administrativa, iniciada no governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) e efetivada no governo FHC, com o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, utilizando argumentos da necessidade de modernização do Estado traz profundas alterações na administração pública, tendo dentre suas premissas: “a necessidade de reorganizar as estruturas da administração com ênfase na qualidade e produtividade”; “flexibilização da estabilidade e da permissão de regimes jurídicos diferenciados e uma administração pública gerencial” (Brasil, 1995, p. 11).

Em 1998, também é efetivada a contrarreforma da Previdência Social com a Emenda Constitucional nº 20, que institui o pilar complementar de previdência (privado e facultativo) mudanças introduzidas tanto no regime geral de previdência quanto no regime próprio. Os governos seguintes deram continuidade aos projetos de contrarreformas³.

Na análise de Behring (2021), os governos seguintes do partido dos trabalhadores, foram de continuidade do neoliberalismo e de manutenção do ajuste fiscal permanente. Ancorada em Singer (2012), a autora ressalta o alinhamento eleitoral, que também analisamos como uma das principais causas de fragilidades da luta de classe e mobilizações no período, considerando a “forte e popular base de legitimidade” e de um “neoliberalismo de cooptação” (Behring, 2021, p. 190).

A neoliberalização, o Estado neoliberal, para Harvey (2014) não se trata de um “projeto utópico”. O autor defende como sendo um “projeto político”, “de reestabelecimento das condições de acumulação de capital e de reestruturação do poder das elites econômicas” (Harvey, 2014, p. 27). Assim, o Estado, sob extrema influência do projeto neoliberal, passa a consolidar os domínios da burguesia capitalista, com “arranjos institucionais e

manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajosas para os interesses capitalistas dominantes” (Harvey, 2014, p. 111).

As contrarreformas sempre foram de interesse dos capitais, em contrapartida afetaram visceralmente a população brasileira com: a redução do papel do Estado, minimização das políticas sociais e gastos sociais; privatização das estatais e mercadorização das políticas públicas; desregulamentação dos direitos do trabalho e terceirizações. Tais medidas são ofensivas do capital na disputa do fundo público. De acordo com Behring (2021):

A “reforma” do Estado terminou por ter um impacto pífio em termos de aumentar a capacidade de implementação eficiente e gerencialistas de políticas públicas, considerando sua relação com a política econômica e o *boom* da dívida pública, o que, ademais, era apenas o seu discurso, mas não sua realidade e intencionalidade. Houve, de fato, forte tendência de desresponsabilização pela política social – em nome da qual se justificava a “reforma” –, acompanhada do desprezo pelo padrão constitucional de seguridade social (Behring, 2021, p. 175).

O cenário que se apresenta, a partir de 2016, com *impeachment* da presidenta Dilma, início do governo Temer, e, posteriormente, em 2019, com o governo Bolsonaro é de um projeto de Estado ultraneoliberal, de austeridade fiscal, com ataques profundos aos serviços e servidores(as) públicos. Peres (2022) caracteriza o período pós 2016, como “o estado de emergência econômico permanente tem características perversas e brutais e, dentre outros elementos, amplia as medidas de austeridade fiscal” (PERES, 2022, p.307).

As contrarreformas centrais dos governos Temer e Bolsonaro foram a contrarreformas trabalhista (Lei nº 14.467/2017) e da previdência social (EC nº103/2019), que colocam em “cheque” os direitos do trabalho no Brasil. Ainda, é aprovada a EC nº 95/2016, que reduz os gastos primários por 20 anos, medida que aprofunda a redução nos investimentos e recursos destinados a seguridade social.

O ajuste fiscal e medidas de austeridade fiscal pós golpe de 2016, demonstram que a motivação central foi “o interesse e compromisso ideopolítico de ampliar a atuação do estado na canalização de recursos públicos para amortecer os efeitos da crise junto aos interesses do capital” (Boschetti; Teixeira, 2019, p. 71). A crise estrutural do capital (Mészáros, 2011), que se aprofunda no último período, recorre, dentre outras medidas, a captura do fundo público, a superexploração do trabalho e a mercadorização das políticas públicas.

Historicamente, os recursos fiscais no Brasil sempre foram usados para subsidiar e financiar a acumulação de capital, enquanto os recursos contributivos cobrados na folha de salários financiavam o social. Ao contrário dos países que financiam seus Estados de Bem-Estar com recursos fiscais, em geral impostos diretos, o Brasil permanece com arrecadação tributária centrada em tributos indiretos, significando que os mais pobres pagam proporcionalmente mais tributos em relação à sua renda que os mais ricos. (Salvador, 2010, p. 207).

A expropriação dos direitos da classe trabalhadora é realizada das mais diversas formas no contexto do Estado neoliberal. Assim, a criação da FUNPRESP representa mais uma medida com a finalidade de acumulação capitalista, que se aprofunda nos períodos de crise.

A criação da FUNPRESP e suas implicações na Previdência Social dos(as) servidores(as)

O surgimento da previdência social privada no Brasil tem uma trajetória histórica, tendo como referência os Estados Unidos desde a década de 1950, composta por “um conjunto de medidas adotadas pelos militares no sentido de propiciar as condições necessárias para a formação do mercado de capitais” (Salvador, 2011, p. 115).

No entanto, partiremos das significativas alterações com a EC nº 20/1998, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que criou o novo regime para os(as) servidores(as) civis, passando a funcionar na forma de entidade privada complementar, direcionando a regulamentação através de lei complementar.

No governo Lula, a EC nº 41/2003, manteve a possibilidade de criação de fundos de pensão com regulamentação através de lei ordinária. Em 2007, o Projeto de Lei (PL) 1992/2007 instituiu o regime de previdência complementar para os servidores e servidoras públicos federais titulares de cargo efetivo, fixa limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o Art. 40 da

Constituição e autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP). O referido PL impôs “a incerteza da renda na aposentadoria e o privilégio dos bancos na administração dos recursos” (Salvador, 2011, p. 120–122).

As incertezas ao implementar a contribuição através de conta individual para o(a) servidor(a), são tanto em relação ao valor da aposentadoria ou pensão, quanto no tempo de usufruto do benefício, considerando que o valor dependerá das oscilações do mercado financeiro. Sobre o tempo de usufruto do benefício, esse dependerá do valor acumulado na conta individual do(a) trabalhador(a), perdendo o caráter de benefício vitalício.

Os argumentos utilizados pelo governo para sua aprovação, assim como todas as contrarreformas realizadas, é a suposta existência de déficit do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), necessidade de igualar os benefícios do RPPS ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o equilíbrio das contas públicas.

Foi no governo Dilma a aprovação da Lei nº 12.618/2012, limitando as aposentadorias e pensões ao teto de benefícios do RGPS, organiza três entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão), sendo elas: Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUNPRESP-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (FUNPRESP-Jud) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (FUNPRESP-Leg).

As fundações têm a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, tendo como órgão responsável pela fiscalização a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), que inicia seu funcionamento em 2013.

Em suma, com o estabelecimento das fundações, o financiamento da previdência social dos(as) servidores(as) passa a ser até teto do RGPS pelo Estado e a diferença de remuneração ficará a cargo dessa fundação, caso o(a) trabalhador(a) faça adesão. Essas mudanças para os servidores e servidoras significam o fim da paridade e integralidade e a substituição da repartição simples pela capitalização.

Com a Lei nº 13.183/2015, que alterou a Lei nº 12.618/2012, a adesão a FUNPRESP aos servidores(as) que ingressaram no serviço público com remuneração acima do teto passam a ser automáticas, sendo necessário a manifestação do(a) servidor(a), caso não opte pela adesão ao sistema.

Essas alterações representam grandes modificações para a o RPPS, estabelecendo o regime de capitalização individual para as aposentadorias e pensões dos(as) servidores(as) públicos, transferindo as contribuições para os fundos de pensão, recursos que serão investidos no capital financeiro, sem garantias efetivas aos servidores(as).

O governo Bolsonaro marcado pelo projeto ultraneoliberal⁴ e de austeridade fiscal, propõe a PEC nº 6/2019, que inclui dentre outras modificações, a proposta de capitalização. A PEC foi aprovada com a EC nº 103/2019. Contudo, devido ao processo de luta e mobilizações da classe trabalhadora, a capitalização foi retirada do texto da emenda. Porém, vários dispositivos da emenda impulsionam a perspectiva privatização da previdência social.

O aprofundamento da privatização da previdência social do servidor(a) público com a EC nº103/2019

A EC nº 103/2019, além de reduzir o acesso com alterações critérios, de valores e tempo de usufruto dos benefícios, ampliou as alíquotas de contribuição e, sobretudo, aprofundou a perspectiva de privatização da previdência social pública, atingindo os RGPS, RPPS e a previdência complementar. Dentre as principais modificações no RPPS, Silva (2021) destaca:

Redução do leque de benefícios aposentadorias e pensão por morte; os afastamentos por incapacidade temporária e salário-maternidade serão pagos pelo ente federativo e não pela conta do RPPS; [...] elevação das alíquotas de contribuição de 11% para novos percentuais, conforme as faixas salariais, variando de 14% a 24% e o estabelecimento de contribuições extraordinárias de servidores aposentados e pensionistas pelo prazo de 20 anos; em caso de necessidade dos regimes (Silva, 2021, p. 48).

Além das alterações nas regras de acesso e financiamento citadas, há a introdução da desconstitucionalização de vários dispositivos, permitindo assim, alterações na previdência por atos infraconstitucionais, “um dos maiores prejuízos aos trabalhadores, uma vez que ficarão diante de incertezas permanentes sobre o destino de seus direitos” (Silva, 2021, p. 47).

A centralidade das contrarreformas da previdência na análise de Behring (2021), é expropriar os recursos da seguridade social, “tendo em vista sua apropriação pelo capital, especialmente pelas instituições financeiras, diga-se, jogar parte dos trabalhadores nos mercados de capitais por meio da capitalização (Behring, 2021, p. 103).

Uma das alterações trazidas com a EC nº 103/2019 que aprofunda a lógica privada na FUNPRESP, está no § 15 do art. 40 da Constituição Federal, modificando a exigência de as fundações terem natureza pública, anteriormente foram estruturadas com natureza pública e personalidade de direito privado.

Para materializar essa previsão da emenda, foi editada a Medida Provisória (MP) nº 1.119, de 25 de maio de 2022, convertida na Lei nº 14.463/2022, divulgada amplamente, principalmente por órgãos do governo, como apenas a prorrogação do prazo para adesão a FUNPRESP, sem expor as significativas modificações, dentre elas: a mudança no cálculo dos valores de benefícios para os(as) trabalhadores(as) que fizerem opção de adesão a partir de 2022, cuja média aritmética passa a ser cem por cento do período contributivo e não mais oitenta por cento das maiores remunerações, o que pode impactar na diminuição dos valores das aposentadorias e pensões.

Além disso, o mais grave na MP é a alteração da estruturação das Fundações de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp-Exe/Funpresp-Leg/Funpresp-Jud) passando ser de personalidade jurídica de direito privado. Trata-se da transferência da previdência complementar dos servidores públicos federais para iniciativa privada, significa a descaracterização da essência das prestações previdenciárias enquanto uma proteção social e mais um mecanismo de exploração dos(as) trabalhadores(as).

Foi estabelecido ainda em seu Art. 40, duas possibilidades de modificações para a organização e gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), para efetivação através de lei complementar, sendo eles: A extinção do RPPS e a migração para o RGPS; ou a instituição do órgão ou entidade gestora do regime. A emenda ordenou o prazo de dois anos para a efetivação dessa alteração.

Em 05 de fevereiro de 2021, foi editado o Decreto presidencial nº 10.620. Esse ato normativo prevê a migração da gestão e concessões dos benefícios do RPPS para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), passando ser o órgão responsável pelos dois regimes. Aparentemente, com o decreto a opção do governo foi estabelecer um único órgão para gestão de todos os RPPS de previdência social. Contudo, o que nos parece velado, as reais intenções é a junção dos dois regimes, podendo posteriormente extinguir o RPPS e fazer sua migração para o RGPS, engendrando a organização da privatização da previdência social brasileira, dos dois regimes (RGPS e RPPS).

O decreto passou a ser alvo de intensos debates entre as entidades sindicais nacionais com o início das migrações do RPPS para o INSS, diante do caos estrutural que vivencia a autarquia, falta de atendimento presencial e sua substituição por plataformas digitais e as “filas” de benefícios que aguardam análise. Além, e, fundamentalmente, a inconstitucionalidade do decreto, considerando que a previsão com a emenda constitucional era a regulamentação através de lei complementar.

Em audiência realizada com o Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi em fevereiro de 2023, os dirigentes sindicais argumentaram que consideram: “inconstitucional a transferência da manutenção das aposentadorias e pensões da União (RPPS) para o INSS, já que os regimes são diferentes e a natureza do ingresso no Serviço Público também é distinta”⁵.

Essa medida aprofunda as possibilidades de privatização do RPPS. Com a FUNPRESP parte da previdência dos servidores(as) já se transformou em capitalização individual, recursos que são direcionados para investimentos no capital financeiro. Chesnais (2010) considera os fundos de pensão como parte de um mecanismo que se apropria das rendas dos trabalhadores e trabalhadoras, uma forma de exploração dos assalariados no trabalho.

Os assalariados aposentados cessam de ser simples “poupadores” e tornam-se, geralmente sem que eles tenham uma clara consciência, partes constitutivas de mecanismos que comportam a apropriação de rendas fundadas sobre a exploração dos assalariados no trabalho, tanto no país onde o sistema de pensão por capitalização foi criado tanto naqueles onde as aplicações e as especulações serão realizadas (Chesnais, 2010, p. 157).

Os regimes de capitalização dependem de instituições bancárias, do mercado financeiro, de sua instabilidade e flutuação, sendo assim, apresentam inseguranças. Marx (2017, p. 254) é taxativo ao analisar a instabilidade

da capitalização, “a formação do capital fictício tem o nome de capitalização”, e reforça a perspectiva do capital como autônomo, como se autovalorizasse, contudo, é profundamente instável.

A realização de contrarreformas e a ampliação da previdência complementar ocorrem devido à capacidade econômica vantajosa para o mercado financeiro como alternativa as crises do capital. Granemann (2012) destaca esse elemento:

É precisamente, a gigantesca capacidade “econômica” da política de previdência de acumular recursos que faz dela uma alternativa e um instrumento para enfrentamento das crises do capital e não ao contrário; dito de modo diverso, não é porque está em crise que a política social sofre tantos ataques; é sua exuberância acumulativa de recursos, sua possibilidade de largo prazo de mobilizar extensas quantidades de dinheiro que faz dela uma importante saída para o capital e que não deve estar – do ponto de vista do grande capital e de seu Estado – subordinada ao trabalho sob a forma de repartição solidária da classe trabalhadora e como elemento potencial para a formação de consciência de classe para si (Granemann, 2012, p. 254).

Os recursos são predominantemente utilizados para investimento no capital financeiro, acumulando recursos das contribuições dos servidores e servidoras. Assim, corroborando a acumulação de capital, “a centralização financeira, a poupança acumulada nas mãos de administradores se transforma em capital” (Chesnais, 2010, p. 157).

A evolução da FUNPRESP de 2013 a 2022⁶ em relação aos órgãos patrocinadores, participantes e quantidade de assistidos demonstrados na Tabela 1, revela a ampliação do número de patrocinadores de 2013 a 2015, mantendo um quantitativo similar nos demais anos. Em relação aos participantes, em 2015, houve uma ampliação de 273%, devido principalmente à aprovação da Lei nº 13.183, de 4 de novembro de 2015, que dentre outras alterações impõe que todos os servidores e servidoras ingressaram no Poder Executivo Federal com remuneração superior ao teto do RGPS adesão automática, possibilitando a desistência por opção, no prazo de 90 dias. Nos anos seguintes, a ampliação de participantes é exponencial, chegando em 2019 a 428% de aumento se comparado a 2015. Em dezembro de 2022, os(as) servidores(as) ativos totalizam 564.999 (Painel estatístico de Pessoal, 2023), destes 18% são participantes da FUNPRESP.

Tabela 1 – Quantidade de patrocinadores, participantes e assistidos no FUNPRESP, de 2013 a 2022

	ANO									
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Patrocinadores	111	157	183	185	186	189	182	181	182	184
Participantes	2.808	7.808	21.359	35.920	53.571	71.612	90.117	81.742	85.953	103.229
Assistidos	3	3	5	7	18	32	73	176	258	312

Fonte: Elaborado pela autora a partir de FUNPRESP (2022).

O aumento dos participantes gerou consequentemente a ampliação do capital acumulado pelo fundo, possibilitando grandes investimentos no capital financeiro. Chesnais (2010) com base em Marx, assinala:

Sob a forma de contribuição para velhice aos sistemas de capitalização e de planos de poupança salarial, os fundos de pensão efetuaram a centralização destacada por Marx “pequenas somas na qual cada um isoladamente é incapaz de agir como capital-dinheiro, mas que constituem uma força financeira quando elas estão reunidas em massa” (Chesnais, 2010, p. 155).

Com a instituição da previdência complementar, como um dos agentes da burguesia, o Estado estabelece a individualização do trabalhador e da trabalhadora do serviço público, sendo o mediador entre a aplicação e

investimentos para o capital fictício e a transferência das remunerações dos trabalhadores e trabalhadoras do RPPS, ou seja, capturando o trabalho necessário dos servidores e servidoras para os capitais.

Além disso, há grandes riscos dos(as) servidores(as) aposentados, pensionistas e a parcela que não aderiu a FUNPRESP, ficarem sem recursos financeiros para manter seus benefícios, considerando que com o estabelecimento da fundação e, conseqüentemente, o regime de capitalização individual, ocorre um desfinanciamento do regime anterior de solidariedade intergeracional, esse fator corrobora com a destruição da previdência pública.

Para tanto, o Art. 149 da Emenda Constitucional nº 103/2019 estabeleceu uma forma de equacionar possíveis déficits com aumento das alíquotas de contribuição: “é facultada a instituição de contribuição extraordinária, no âmbito da União, dos servidores públicos ativos, dos aposentados e dos pensionistas” (Brasil, 2019). Esse desfinanciamento é construído pelo próprio Estado com a criação da FUNPRESP e quem vai “pagar essa conta”? Serão os(as) servidores(as) que terão suas remunerações saqueadas com aumento das alíquotas de contribuição.

As informações divulgadas pelo balanço patrimonial da FUNPRESP de 2013 a 2022, demonstram o aumento acelerado do patrimônio da fundação e os investimentos predominantemente em capital fictício. Identificamos na Tabela 2, que mais de 90% do patrimônio se refere a investimentos em fundos e títulos públicos. A partir de 2015 os investimentos são direcionados predominantemente aos títulos públicos. Em 2022, 61% do patrimônio são direcionados para títulos públicos e 31% em fundos de investimentos, totalizando 92% das contribuições dos(as) servidores(as) e recursos da união.

Tabela 2 – Balanço Patrimonial Consolidado do FUNPRESP de 2013 a 2022

ATIVO	ANO									
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Realizável	81.518	122.257	243.607	466.793	824.389	1.472.220	2.540.278	3.781.964	5.079.415	6.633.322
Gestão Previdencial	1.310	5.626	11.599	19.468	33.024	46.740	79.512	85.667	89.524	122.549
Gestão Administrativa	92	392	18.029	31.918	43.724	24.997	28.475	40.564	51.294	24.001
Investimentos	80.116	116.239	213.979	415.407	747.641	1.364.186	2.420.262	3.667.822	4.964.894	6.486.772
Títulos Públicos	0	0	133.444	271.602	501.264	785.969	1.491.420	2.406.921	3.245.307	4.056.313
Fundos de Investimentos	80.116	116.239	80.535	134.805	244.832	573.217	917.630	1.246.767	1.677.760	2.362.266
Operações com participantes	0	0	0	0	1.545	5.000	11.152	14.134	41.821	68.193
Outros realizáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0
Imobilizado Inatingível	4.008	18.970	13.021	7.251	2.545	3.289	5.736	8.621	7.426	6.094

Fonte: Elaborado pela autora a partir de FUNPRESP (2022).

Em relação à quantidade de assistidos pela FUNPRESP, as informações revelam que em 2013, havia apenas três assistidos. Em 2022, elevou para apenas 312 assistidos, totalizando o custo de R\$ 23.890,54 reais, sendo apenas 0,47% do patrimônio da fundação que são utilizados para pagamento de benefícios. Ou seja, os recursos destinados ao pagamento de aposentadorias e pensões são mínimos, a maioria do patrimônio e destinado a investimentos no capital financeiro.

De acordo com a nota explicativa do demonstrativo contábil, os investimentos da fundação são de gestão própria, composta por:

Títulos públicos federais e operações com participantes, e por uma carteira de investimentos sob administração e gestão terceirizadas mediante processo licitatório, atualmente composta da seguinte forma: a) fundos exclusivos – quatro fundos de investimento multimercado; b) fundos não exclusivos – seis fundos de

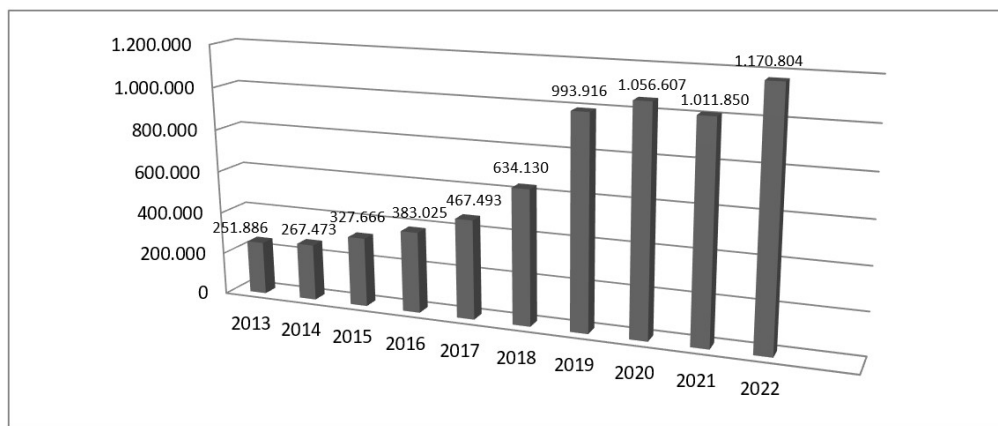
investimentos de renda fixa referenciados, dois fundos de renda variável e dois fundos de investimentos no exterior (FUNPRESP, 2022).

As operações com participantes, representam o saldo devedor de empréstimos consignados aos participantes e assistidos, autorizadas pela Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018. “Durante o ano de 2021 foram firmados 1.915 novos contratos, perfazendo 4.348 contratos desde a implantação da modalidade na entidade” (FUNPRESP, 2022).

Importante demonstrar também, que a previdência complementar privada não deixa de onerar os cofres públicos, além de expropriar os salários dos(as) servidores(as), também onera o fundo público com as contribuições retiradas do orçamento público. Salvador (2011) ressalta, com a privatização dos fundos de pensão é capturada a “parte mais atraente da massa salarial: o estável recolhimento dos salários dos servidores”. Além “os cofres públicos terão também de repassar a contribuição patronal ao fundo, além de pagar o chamado benefício especial.” (Salvador, 2011, p. 122).

O Gráfico 1, demonstra o aumento progressivo de contribuições da união para entidades fechada de Previdência Social de 2013 a 2014, logo após a criação da FUNPRESP. As informações revelam o progressivo aumento dos recursos do Estado direcionados as entidades fechadas de previdência. Se compararmos o patrimônio da FUNPRESP com as contribuições da união para entidades fechadas, podemos observar que 17% do seu patrimônio apenas em relação ao ano de 2022, foram de recursos do Estado, ou seja, além de expropriar parte da massa salarial dos recursos dos(as) trabalhadores(as) do serviço público, ainda são retirados recursos do fundo público para custear a previdência privada.

Gráfico 1 – Despesas da união com contribuições para Entidade Fechada de Previdência de 2013 a 2022



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Painel Estatístico de Pessoal (2023).

Em estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2018, sobre a privatização da previdência social em diversos países e a reversão posterior na maioria deles, explicita algumas lições aprendidas com a privatização, dentre elas destaca-se: As taxas de cobertura estagnaram ou diminuíram; as prestações previdenciárias se deterioraram; a desigualdade de gênero e renda aumentou; os altos custos de transição criaram pressões fiscais enormes; custos administrativos elevados; governança frágil; e, riscos demográficos e do mercado financeiro transferidos para os indivíduos.

A lógica neoliberal no contexto do capital em crise, atua privatizando as políticas sociais com o objetivo de capturar recursos do fundo público, “para socorrer instituições financeiras falidas durante as crises bancárias, à custa dos impostos pagos pelo cidadão” (Salvador, 2019, p. 104).

No contexto atual, apesar da fundamental derrota nas urnas do governo fascista e ultraneoliberal de Bolsonaro, modificações estruturais e revogação das medidas implementadas nos últimos anos, ainda não foram sinalizadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Na realidade, as medidas implementadas no presente ano pelo governo, demonstram a continuidade do projeto neoliberal, a exemplo do “novo arcabouço fiscal” que substituiu o draconiano teto dos gastos do governo Temer, com alguma flexibilização no orçamento, representando a permanência do ajuste fiscal e a inviabilidade de investimento nas políticas públicas, bem como, nos regimes de previdência social.

Considerações Finais

A crise estrutural do capital busca as mais diversas formas de expropriação da classe trabalhadora. Nessa aproximação realizada sobre as Previdência Complementar Privada, ficou evidenciada a lógica e a centralidade de capturar o fundo público para investimento e sobrevivência do capital financeiro.

Especificamente, para os(as) trabalhadores(as) públicos, com a criação da FUNPRESP, a privatização de parte do RPPS representa mais uma medida para socorrer o capital em crise, retirando parte das remunerações desses trabalhadores(as), sem garantias de valores e tempo de usufruto de benefícios, além de retirar recursos do fundo público.

Nesse sentido, a classe trabalhadora tem grandes tarefas, primeiro, lutar pela revogação das medidas dos governos Temer e Bolsonaro, especialmente, a contrarreforma trabalhista e da previdência, e, sobretudo, a luta anticapitalista na busca incessante pela construção de uma sociedade socialista.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/entidades-vinculadas/autarquias/previc/regulacao/normas/resolucoes/resolucoes-cmn>. Acesso em 26/04/2024.

BANCO MUNDIAL. Envejecimientos in crisis: políticas para la protección de los ancianos y la promoción del crecimiento. Washington: Banco Mundial, 1994. Disponível em: http://documents.worldbank.org/curated/pt/204101468190731858/pdf/135840PUB00SPANIS_H00Box074505B0PUBLIC0.pdf. Acesso em 26/04/2024.

BEHRING, E. R. Fundo público, valor e política social. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BOSCHETTI, I; TEIXEIRA, S. O. O draconiano ajuste fiscal do Brasil e a expropriação de direitos da Seguridade Social. In: SALVADOR, E.; BEHRING, E; LIMA, R. L. (org.). Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 20, de 15 dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm. Acesso em 26/04/2024.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003. Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm. Acesso em 26/04/2024.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005. Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc47.htm. Acesso em 26/04/2024.

BRASIL. Projeto de Lei nº 1.992, de 11 de setembro de 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=366851#:~:text=PL%201992%2F2007%20Inteiro%20teor,Projeto%20de%20Lei&text=Institui%20o%20regime%20de%20previd%C3%Aancia,de%20que%20trata%20o%20art>. Acesso em 26/04/2024.

BRASIL. Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12618.htm. Acesso em 26/04/2024.

BRASIL. Lei nº 13.183, de 4 de novembro de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13183.htm. Acesso em 26/04/2024.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em 26/04/2024.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 09 set. 2023.

BRASIL. Plano diretor da reforma do aparelho do Estado. Brasília, DF: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>. Acesso em: 09 set. 2023.

CHESNAIS, F. A proeminência da finança no seio do capital em geral, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. *In: A finança Capitalista*. São Paulo, SP: Alameda, 2010.

FENASPS. Fenasps, Fonasefe e centrais sindicais cobram revogação do Decreto 10.620 ao ministro da previdência. Últimas notícias, 02 fev. 2023. Disponível em: <https://fenasps.org.br/2023/02/02/fenasps-fonasefe-e-centrais-sindicais-cobram-revogacao-do-decreto-10-620-ao-ministro-da-previdencia/>. Acesso em: 09 set. 2023.

FUNPRESP. Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas. 2022. Disponível em: <https://www.funpresp.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Notas-Explicativas-as-Demonstracoes-Contabeis.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023.

GRANEMANN, S. Fundos de pensão e a metamorfose do “salário em capital”. *In: SALVADOR, E. et al. (org.). Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012. p. 243–260.

HARVEY, D. Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Editora Loyola, 2014.

MARX, K. O capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2011.1992

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Reversão da Privatização da Previdência: Questões chaves. Dez. 2018. Disponível em: <https://www.diap.org.br/images/stories/oit-resumo-estudo-capitalizacao.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023.

PAINEL ESTATÍSTICO DE PESSOAL. Números em destaque do poder executivo federal. Dados abertos, 2023. Disponível em: <http://painel.pep.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/pendoc.htm?document=painelpep.qvw&lang=en-US&host=Local&anonymous=true>. Acesso em: 6 set. 2023.

PERES, V. A.P. O perverso Estado de emergência econômico no Brasil: Ultraneoliberalismo e perspectivas de financeirização da Previdência Social pública. *In: Anais do XIII seminário do trabalho: o futuro do trabalho no século XXI: rede de estudos do trabalho - 2022: volume 1 / organização Walkiria Martinez. -- 1. ed. -- Marília, SP: Projeto editorial Praxis, 2023*

SALVADOR, E. Fundo público e seguridade social no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SALVADOR, E. Fundo público, crise e financeirização da previdência social. *In: SALVADOR, Evilásio. (org.). Crise do capital e fundo público*. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

SALVADOR, E. A privatização da previdência do servidor público: a FUNPRESP e a financeirização das aposentadorias e pensões. *Cadernos ASLEGIS, Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, Brasília, n. 43, maio/ago. 2011.*

SILVA, M. L. L. da. Neofascismo, ultraneoliberalismo e corrosão da essencialidade da previdência social no Brasil. *Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 20, n. 1, e41326, 2021.* Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2021.1.41326>. Acesso em: 12 fev. 2023.

SILVA, M. L. L. da. (org.). A contrarreforma da Previdência Social no Brasil: uma análise marxista. Campinas, SP: Papel Social, 2021.

TROTSKY, L. Aonde vai a França? Editora Desafio, 1994.

Notas:

- 1 O termo “contrarreformas” que será utilizado no decorrer desse texto refere-se às alterações da previdência social com as perspectivas de redução de direitos. Trotsky revela (1994) que “o capitalismo não pode dar aos trabalhadores novas reformas sociais, nem sequer as pequenas esmolas: vê-se obrigado a tomar as que deram antes”. Toda a Europa entrou em uma época de “contrarreformas” econômicas e políticas (Trotsky, 1994, p. 33).
- 2 Destaca-se o documento do Banco Mundial (BM) “Envejecimiento sin crisis” de (1994), que dentre seus direcionamentos para supostas resoluções de financiamento da previdência social, propõe dois pilares obrigatórios e distintos, sendo eles: “um de administração pública e financiado com impostos e outro de administração privada e totalmente financiado com poupança acumulada”. (Banco Mundial, 1994, p. 275, tradução nossa).
- 3 Podemos citar dentre as contrarreformas realizadas nos governos do Partido dos Trabalhadores: a EC nº 41/2003, no governo Lula, que atinge o Regime Próprio de Previdência Social; a criação a Fundação de Previdência Complementar do Serviço Público Federal (FUNPRESP), que introduz concretamente a financeirização da Previdência Social; e, as MP nº 664 e 665, convertidas nas Leis

nº 13.135 e 13.134 respectivamente, em junho de 2015. As referidas leis alteram significativamente os benefícios previdenciários: auxílio-doença, auxílio-reclusão, aposentadoria por invalidez, serviço de perícia médica, abono salarial, seguro-desemprego e o seguro-defeso.

- 4 Vale destacar que o entendimento de Estado ultraneoliberal, se expressa na fase mais bárbara e perversa de desmonte de direitos da precarização e privatização de empresas e serviços públicos vivida no país. É a forma de expressar o aprofundamento veloz e destrutivo do projeto neoliberal (Silva, 2021, p. 7).
- 5 Trecho da divulgação dos temas da audiência com o Ministro da Previdência Social e dirigentes sindicais (FENASPS, 2023).
- 6 Conforme as notas explicativas do FUNPRESP de 31 de dezembro de 2021 e 2020, “os recursos administrados pela Funpresp-Exe são oriundos de contribuições das patrocinadoras, dos participantes e dos rendimentos das aplicações desses recursos, conforme disposto no artigo 9º da Lei complementar nº 109, de 2001, e em Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) (FUNPRESP, 2018).

Viviane Aparecida Pereira Peres

vivianeperes10@hotmail.com

Doutoranda em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Assistente Social do Instituto Nacional do Seguro Social de Londrina, PR, Brasil. Pesquisadora membro do grupo de Estudos Marxistas e Pesquisas em Política Social e Trabalho (GEMPP) da UnB.

UnB

Campus Universitário Darcy Ribeiro
Instituto Central de Ciências
ICC NORTE - Asa Norte, Brasília - DF, Brasil
CEP: 70910-900.

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições da autora

A autora é responsável por todas as etapas da elaboração do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

A autora consente a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ARTIGO ORIGINAL

A ética na práxis freireana: educação para a liberdade e emancipação humana

Rubens Luiz Rodrigues¹<https://orcid.org/0000-0003-4860-2273>¹Universidade Federal de Juiz de Fora, Departamento de Educação, Juiz de Fora, MG, Brasil.**A ética na práxis freireana: educação para a liberdade e emancipação humana**

Resumo: Este artigo analisa a ética na práxis educativa freireana e busca responder a seguinte questão: como se articula a ética na concepção de educação proposta por Paulo Freire? Apresenta como objetivos: a) caracterizar a ética na práxis educativa freireana; b) analisar a centralidade das lutas socioeducativas como expressão objetiva da ética; e c) definir a relação ética, educação e emancipação humana a partir de Paulo Freire. A abordagem teórico-metodológica consiste em uma revisão bibliográfica pautada na identificação das formulações sobre ética em obras de Paulo Freire e de autores que discutem o seu legado para a educação, articulando essa análise a partir das relações de classe no capitalismo. Abordar a ética em Paulo Freire permite refletir sobre os desafios e as perspectivas da práxis educativa, gerando ações coletivas emancipadoras que possibilitem o enfrentamento das contradições e dos desafios da crise capitalista que marca o primeiro quartel do século XXI.

Palavras-chave: Ética; Educação; Emancipação; Práxis; Paulo Freire.

The ethics in Freirean praxis: education for freedom and human emancipation

Abstract: The article analyzes ethics in Freire's educational praxis. It poses the following question: how are ethics articulated in the concept of education proposed by Paulo Freire? The article aims to: a) characterize ethics in Freire's educational praxis; b) analyze the centrality of socio-educational struggles as an objective expression of ethics; and c) define the relationship between ethics, education and emancipation based on Paulo Freire. The theoretical-methodological approach consists of a bibliographical review based on the identification of formulations on ethics in the works of Paulo Freire and authors who discuss his legacy for education, articulating this analysis based on class relations in capitalism. Addressing ethics in Paulo Freire allows us to reflect on the challenges and perspectives of educational praxis, generating emancipatory collective actions that make it possible to confront the contradictions and challenges of the capitalist crisis that marks the first quarter of the 21st century.

Keywords: Ethics; Education; Emancipation; Praxis; Paulo Freire.

Recebido em 18.09.2023. Aprovado em 28.03.2024. Revisado em 06.05.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Este artigo analisa a perspectiva ética presente na práxis educativa freireana e, embora, sem sistematizar uma abordagem específica sobre o tema, o conjunto das formulações sobre educação em Paulo Freire revela uma compreensão da ética como uma experiência histórico-social cujo propósito consiste na liberdade humana. A partir desse aspecto, este estudo busca responder a seguinte questão: como se articula a ética na concepção de educação proposta por Paulo Freire? A análise do sentido ético da concepção de educação em Paulo Freire permite compreender seu legado para os movimentos, as organizações e os grupos que almejam resistir às relações de exploração, de dominação e de opressão ao mesmo tempo em que se engajam em um projeto de caráter revolucionário-emancipatório.

Dessa forma, apresenta-se como objetivos: a) caracterizar a ética na práxis educativa freireana; b) analisar a centralidade das lutas socioeducativas como expressão objetiva da ética; e c) definir a relação ética, educação e emancipação humana a partir de Paulo Freire. Vale reforçar que o legado de Paulo Freire de uma educação para a liberdade e voltada à emancipação humana pode contribuir para a reflexão em torno da superação das condições ideopolíticas do capitalismo no primeiro quartel do século XXI.

A abordagem teórico-metodológica consiste em uma revisão bibliográfica pautada na identificação das formulações sobre ética em obras de Paulo Freire, bem como de autores que discutem o seu legado para a educação. Articula essa análise a partir das relações de classe no capitalismo.

O artigo está organizado em Introdução, três partes do desenvolvimento teórico, conclusões e referências.

A primeira parte denomina-se “A ética na práxis educativa freireana”, que aborda o caráter universal da ética freireana, considerando sua fundamentação na liberdade humana. Fundamentada na liberdade humana, a ética, nas formulações teórico-políticas de Paulo Freire, orienta uma práxis educativa que denuncia e supera a neutralidade do conhecimento, da ciência, do saber. Para o referido autor, a ética consiste no desafio educacional de fazer escolhas que potencializem decisões em favor da ruptura com as relações de exploração, de dominação e de opressão, permitindo um processo de conscientização na direção da elevação histórico-moral da humanidade.

A segunda parte intitula-se “A centralidade das lutas socioeducativas como expressão objetiva da ética freireana”, que traz que as lutas socioeducativas materializam a liberdade enquanto valor ético na obra de Paulo Freire. Observa que, pela materialidade das lutas socioeducativas, constituem-se as condições da classe trabalhadora em superar o conformismo frente as desigualdades, as injustiças e o autoritarismo, ao mesmo tempo em que cria condições para a formação de um novo homem para uma nova sociedade. Demonstra que a educação problematizadora, sustentada em uma pedagogia crítica, confronta a educação bancária na luta ética pela superação das relações de exploração, de dominação, de opressão.

A terceira parte denomina-se “Ética, educação e emancipação humana”, em que se reforça que o valor ético da liberdade na práxis educativa freireana se insere em um projeto humanista revolucionário que busca a elevação dos níveis de conscientização para cumprir com a finalidade social de superação da sociedade de classes e a construção da sociedade socialista. Assinala que a práxis educativa voltada para a liberdade coloca o desafio da reflexão que Freire define como processo de transição da ação para a revolução cultural. Nesse sentido, salienta que a convivência da liberdade com a educação bancária, domesticadora, alienante dissipa-se com a transição proporcionada pelo processo revolucionário. Diante da materialização da liberdade no contexto da revolução cultural, a emancipação configura-se como a incompletude do ser humano que, pela ininterrupta conscientização, reforça processos político-educativos em lugar da padronização sistêmica.

Abordar a ética em Paulo Freire revela-se importante porque permite refletir sobre os desafios e as perspectivas da práxis educativa. Essa reflexão pode gerar ações coletivas emancipadoras que possibilitem o enfrentamento das contradições e dos desafios da crise capitalista que marca o primeiro quartel do século XXI.

A ética na práxis educativa freireana

No Dicionário Paulo Freire, há o registro de que a vida política e intelectual deste educador brasileiro foi marcada por um permanente rigor ético em torno da dignidade humana. Sem que tenha se apropriado do tema de forma sistematizada e específica, as obras freireanas sempre se pautaram pela opção humanista que

“se manifesta com clareza na sua ética da libertação e da solidariedade que assume o compromisso de lutar pela dignidade do oprimido, do excluído e pela justiça global” (Streck, Redin; Zitkoski, 2019, p. 205).

A ética freireana assume um caráter universalista na medida em que se refere ao “homem como um ser de relações no mundo e com o mundo, considerando-o um ser histórico, temporal, capaz de interagir com as pessoas e com a sociedade” (Batista, 2011, p. 227). O sentido universal da ética do ser humano se confronta às condições da exploração da força de trabalho no capitalismo, permitindo considerar que o compromisso freireano com a libertação e a solidariedade se expressa pelas mediações de classe.

Na perspectiva freireana, a educação envolve um compromisso ético em que educadores(as) e educandos(as) buscam produzir uma reflexão e um conhecimento crítico sobre a realidade, potencializados no processo dialógico de conscientização que mobiliza os sujeitos, antes assujeitados, para a ação política libertadora e humanizante. A práxis educativa freireana busca lutar contra as proposições e ações que apregoam a inexorabilidade do capitalismo, opondo-se ao fatalismo conservador que insiste no fim da história para justificar a adesão à conformação social (Freire, 2015).

É importante ressaltar que a práxis educativa freireana fundamenta sua ética no desenvolvimento social, na defesa da democracia e na liberdade humana. Freire (2015) situou a educação frente a um projeto de transformação social, sem transigir com as orientações dominantes que se expressam por organizações da sociedade civil ou por políticas de governo.

A ética freireana se sustenta, portanto, em uma práxis educativa que denuncia e supera a neutralidade do conhecimento vista como estratégia hegemônica de formação dos(as) trabalhadores(as). Considerando a meritocracia como expressão ideopolítica de grupos empresariais e de tecnocratas governamentais adeptos à adaptação da classe trabalhadora às exigências da sociabilidade capitalista em tempos de reestruturação produtiva, Freire (2015) reforçou a necessidade ética de que a educação esteja voltada aos interesses, trajetórias e perspectivas históricas da classe trabalhadora.

O autor de “A sombra desta mangueira” considerava que a abordagem crítica do conhecimento requeria, sempre, do(a) educador(a) a arguição sobre a favor de quem, de que é contra o que atua uma formação que descontextualiza, que naturaliza as condições sociais, políticas, culturais de produção da ciência, do trabalho e da vida. Ciente das condições da produção científico-tecnológica-informacionais proporcionadas pelos processos de reestruturação produtiva (Antunes, 2018), o autor destacou o compromisso ético do(a) educador(a) com um conhecimento gerado em torno da natureza humana, concebida desde um ponto de vista histórico e social. A ética freireana orienta o(a) educador(a) para fazer escolhas acerca do conhecimento, desvelando que:

A possibilidade que temos, criada na História, de discernir, de comparar, de escolher, de programar, de atuar, de avaliar, de nos comprometer, de nos arriscar, de amar, de ter raiva, nos faz seres da decisão, portanto, seres éticos. Por isso mesmo é que lutar contra a exploração, contra a discriminação, contra a negação de nós mesmos é um imperativo ético. Discriminados porque negros, discriminadas porque mulheres, discriminados porque homossexuais, ou trabalhadores ou brasileiros ou árabes ou judeus, não importa porque discriminados, temos o dever de protestar e de lutar contra a discriminação. A discriminação nos ofende enquanto fere a substantividade de nosso *ser* (Freire, 2015, p. 79).

A ética freireana se mobiliza e mobiliza o(a) educador(a) em torno de escolhas pela produção de um conhecimento que se pauta na historicidade do ser humano. Isso significa compreender o lugar do conhecimento frente a totalidade social, marcada pelas características sistêmicas do Capital. (Mészáros, 2008) Ao mesmo tempo em que aborda o conhecimento a partir de escolhas que identificam a força dos adversários que buscam conservar o sistema do Capital, a ética freireana convoca os(as) educadores(as) ao desafio de promover a unidade na diversidade das condições de vida e das experiências subjetivas que se delineiam nas relações de exploração, de dominação, de opressão.

Freire (2015) indicou que a tarefa ética do(a) educador(a) que articula o conhecimento frente aos contextos históricos e sociais do ser humano consiste em promover a diferença como conciliação em lugar do antagonismo da desigualdade. Em outros termos, a luta contra o racismo, contra o machismo, contra a homofobia, contra a xenofobia implica o compartilhamento emancipatório das reivindicações de pretos(as), de mulheres, de grupos de LGBTQIA+, de refugiados(as).

Entretanto, essa luta em comum pela superação da dominação, pelo reconhecimento sociocultural, pelo respeito valorativo — cuja referência é a solidariedade na relação das condições objetivas e das experiências subjetivas da vida — ocorre a partir dos fundamentos da sociedade capitalista. A citação de Freire, a seguir, indica que esses fundamentos se materializam na centralidade das condições de classe para o enfrentamento consistente das lutas específicas no âmbito da sociedade capitalista:

Se estou certo, por um lado, de que o único preconceito que pode ser completamente explicado pela análise de classes é mesmo o classista por outro lado, estou igualmente certo de que o fator classe se acha escondido quer na discriminação racial, quer na sexual. É bem verdade, repitamos, que não podemos reduzir todos os preconceitos à explicação classista, mas não podemos prescindir dela na compreensão dos diferentes tipos de discriminação. É preciso também que percebamos esta obviedade: não é possível confrontar e vencer o poder que nos oprime se não superamos nossas diferenças acidentais e não nos unimos num bloco homogêneo, decidido e capaz. Quando qualquer chamada minoria se recusa peremptoriamente a juntar suas forças às de outra minoria revela uma certeza preconceituosa: a da impossibilidade natural que a outra tem de ser justa e decente (Freire, 2015, p. 78).

Pode-se considerar que o autor atribuiu a ética um lugar central para a construção de processos de transformação. Isso porque a ética constitui-se em movimento, que permite a avaliação das condições objetivas e subjetivas dos atos, a realização de escolhas que superem proposições e ações fatalistas e a reunião de um conjunto articulado e coerente em um sistema de valores, de juízos e de normas capazes de potencializar a natureza histórico-social do ser humano.

A unidade na diversidade diz respeito ao desafio educativo de proporcionar aos sujeitos a capacidade de avaliar a realidade, de fazer escolhas conscientes e, sobretudo, de constituir esse sistema como uma referência da transformação. Nesse ponto, vale destacar que, em Freire (2015), a educação adquiriu o sentido ético de buscar uma unidade na luta contra a dominação, o não reconhecimento e o desrespeito provocado pelas desigualdades socioculturais.

Freire (2015) considerou que as lutas são múltiplas, expressando a dinâmica da realidade no capitalismo. Entretanto, sem a ética, o sentido educativo das lutas tende a dispersão, gerando dificuldades de identificação dos aliados e impeditivos no combate aos adversários.

Embora explicita que é preciso preservar a diversidade das lutas em suas especificidades, identificando a riqueza que pode fortalecer os aliados, a ética freireana aproxima-se das formulações de Vázquez (1978) quando confere à classe trabalhadora a possibilidade de unidade na mudança na marcha ascendente do movimento histórico do ser humano. A aproximação da ética à perspectiva classista de transformação social envolve a educação em um aspecto teórico-prático consciente, que emerge como possibilidade no contexto de desumanização, intensificada nas formas fatalistas das relações sociais, sustentadas na neutralidade do conhecimento e lançando uma cortina de fumaça sobre as condições de destrutibilidade do atual estágio do capitalismo.

A dimensão ética da práxis educativa freireana considera, portanto, a historicidade como expressão central dos processos de humanização, visando a transformação. Saliente-se, nesse contexto, que interessa um conhecimento refratário à neutralidade da ciência, que rejeita fundamentos que distorcem a realidade e estigmatizam os sujeitos com falsas ideias acerca do homem e da mulher, da existência de povos e de raças, da relação passado e presente.

A obra “Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa” reforça a rejeição à neutralidade como marca ideológica da dominação, da exploração, da opressão. Entretanto, busca potencializar a construção do conhecimento, da ciência, do saber pelo reconhecimento mútuo das situações e adversidades que alicerçam os processos de desumanização.

Ao estabelecer a necessária relação de reconhecimento mútuo entre educadores(as) e educando(as), Freire (1996) associou o conhecimento, a ciência e o saber à construção de uma ética potencial e progressivamente verdadeira e universal porque compromissada com o ser humano. A práxis educativa no processo de humanização se orienta pelo compromisso ético da docência em promover a reflexão-ação produtora do que o autor denomina como ser mais.

O ser mais significa a construção respeitosa da conscientização, que amplia alternativas e possibilidades de escolhas. A dimensão ética da práxis educativa de Freire (1996) residia, e reside, na elevação moral e

intelectual dos sujeitos que encontram condições de conquistar o domínio de si mesmos, de adotar decisões livres, conscientes e responsáveis, de articular situações particulares aos interesses coletivos, de valorizar suas convicções internas sem adesismos externos e formais à ordem econômica, política e/ou legal.

Ao mesmo tempo em que denunciava a neutralidade do conhecimento, da ciência, do saber como estratégia conservadora de manutenção da ordem, Freire (1996) recusava uma conduta do(a) educador(a) que, revestida de um discurso progressista, respaldava uma práxis educativa peremptória porque afastava-se dos desafios e das perspectivas do ser mais. Pode-se considerar que o autor de “Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa” entendia os avanços, os retrocessos, as contradições que envolviam os(as) educadores(as) e educandos(as) em seus processos histórico-morais, mas salientava que a relatividade impressa nos juízos de valor, nas normas de conduta e nos códigos morais não podia justificar um relativismo ético.

Ao contrário, o autor incentivava, especialmente aos educadores(as), ao desenvolvimento de uma práxis educativa que superasse o relativismo pela problematização da realidade, pelo enriquecimento do conhecimento, pelo respeito às concepções de mundo, às opções políticas, às tradições socioculturais dos(as) educandos(as). Os fundamentos éticos da práxis educativa freireana conectavam-se ao sentido integral e universal que conferia ao ser mais.

A práxis educativa freireana se configura na conquista da liberdade em fazer escolhas conscientes dirigidas a finalidade e capacidade de criar condições de sua realização objetiva. Cabe, então, discutir o lugar da luta como caracterização da ética voltada para a liberdade e emancipação humana.

A centralidade das lutas socioeducativas como expressão objetiva da ética freireana

Segundo Vázquez (1978), a ética constitui-se na teoria ou na ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Considerando que é preciso evitar a confusão entre ética e moral, essa definição está sistematizada na seguinte formulação:

A ética não cria a moral. Conquanto que seja certo que toda moral supõe determinados princípios, normas ou regras de comportamento, não é a ética que os estabelece numa determinada comunidade. A ética depara com uma experiência histórico-social no terreno da moral, ou seja, com uma série de práticas morais já em vigor e, partindo delas, procura determinar a essência da moral, sua origem, as condições objetivas e subjetivas do ato moral, as fontes da avaliação moral, a natureza e a função dos juízos morais, os critérios de justificação destes juízos e o princípio que rege a mudança e a sucessão de diferentes sistemas de morais (Vázquez, 1978, p. 12).

O autor afirmava inexistir uma moral científica em si. Entretanto, admitia a compatibilidade da moral “com os conhecimentos científicos sobre o homem, a sociedade e, em particular, sobre o comportamento humano” (Vázquez, 1978, p. 13). A ética cumpria esse lugar de “servir para fundamentar uma moral, sem ser em si mesma normativa ou preceptiva” (Vázquez, 1978, p. 13).

A práxis educativa freireana expressa esse esforço de abordar a ética como uma experiência histórico-social que reunia um conjunto de códigos, normas e juízos que alicerçavam um sistema moral. Sem deixar de observar a relatividade e a transitoriedade dos sistemas morais, a perspectiva ética da práxis educativa freireana atentava para os processos históricos, as relações sociopolíticas e os projetos societários cuja potencialidade podia elevar o sistema moral presente especialmente na sociedade brasileira.

As formulações teórico-políticas freireanas sempre partiram do ponto de vista de que a classe trabalhadora constituía, diante dos processos, das relações e dos projetos vigentes no capitalismo, as condições de intervir pela transformação da sociedade. Esquivando-se de absolutizar os juízos, as normas, os códigos morais que configuram as histórias, as ideologias, as ações que justificam esse ponto de vista, mas também convencido de que a neutralidade redundava em conformismo frente às desigualdades, injustiças e autoritarismos, Freire (1996) articulou a ética em torno da construção de um novo homem para uma nova sociedade.

Cabia a este novo homem superar os processos, relações e projetos da antiga ordem, ao mesmo tempo em que construía as bases, inclusive morais, da sociedade futura. Desde “Pedagogia do Oprimido”, a práxis educativa freireana sustentou-se em vislumbrar a transitoriedade restauradora e transformadora do ser humano.

Em “Pedagogia do Oprimido”, já se encontram os valores que fundamentam a ética na práxis educativa da transição restauradora e transformadora do ser humano. Pode-se considerar que a liberdade agrega nas formulações e proposições freireanas, nas potencialidades da restauração e da transformação. A citação em termos de uma educação problematizadora reforça essa análise:

Para a prática “bancária”, o fundamental é, no máximo, amenizar esta situação [de imobilismo], mantendo, porém, as consciências imersas nela. Para a educação problematizadora, enquanto um que fazer humanista e libertador, o importante está, em que os homens submetidos à dominação, lutem por sua emancipação (Freire, 1987, p. 49).

Freire (1987) estava atento aos mecanismos de privação de liberdade que se disseminam pelos processos, pelas condições e pelos projetos sociais, instituindo relações de assujeitamento, de estranhamento, de alienação, que caracterizam a sociedade de classes. O autor ressaltava que esses mecanismos produzem uma determinada perspectiva educacional que naturaliza formas de sentir, pensar e agir em consonância com a exploração, a dominação, a opressão na sociedade brasileira.

A identificação da educação como expressão da naturalização da exploração, da dominação, da opressão impinge as proposições e ações freireanas a constituir o compromisso ético de superação dos mecanismos que bloqueiam os sujeitos em suas potencialidades de ser mais, pavimentando os caminhos de humanização em busca da natureza humana. Superar os bloqueios que privam a liberdade como valor ético desse caminho pela humanização significava escolher a luta como estratégia contra a educação bancária que amortiza, conforma e consolida a exploração, a dominação, a opressão (Freire, 1987).

A luta contra a educação bancária refuta a perspectiva dominante de adaptar os sujeitos à sociabilidade capitalista, alicerçada na formação para o mercado de trabalho. Além de combater as forças sociais hegemônicas, sobretudo os empresários, que naturalizavam uma formação voltada para a produtividade, a concorrência e a desigualdade, a luta como caminho estratégico do compromisso ético pela liberdade escapava das concepções idealistas que consideravam a educação como impulsionadora da transformação social (Freire, 1987).

Significa dizer que a educação se articula na práxis, isto é, nos processos, relações e projetos que, a partir de contextos de reflexão-ação, buscam intervir na realidade. É diante da correlação de forças, dos projetos antagônicos, das lutas sociais que Freire (1987) situava uma educação que, na superação de concepções e perspectivas pragmatistas e idealistas, pudesse problematizar os desdobramentos da exploração, da dominação, da opressão.

A educação problematizadora se articula na luta ética, implicando em dois movimentos: 1- na denúncia as ações desrespeitosas, aos juízos preconceituosos, aos valores persecutórios que acionam os bloqueios que privam a liberdade e 2- no anúncio de que o reconhecimento desses mecanismos permite a construção de alternativas de libertação. A síntese a seguir demonstra a caracterização desses movimentos:

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá, dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (Freire, 1987, p. 27).

Compreender a libertação como um processo permanente configura-se na dimensão mais elevada de conscientização dos sujeitos. Entretanto, essa elevação decorre de um processo, de um contexto, de um projeto de sociedade em que a educação problematizadora, revelada na pedagogia crítica, implica a liberdade da relação da contradição dialética entre oprimido e opressor (Allman, 1999). Como sugere a afirmação a seguir: “A relação dialética entre oprimido e opressor é o que constitui as suas posições e os coloca em contradição. Libertação, portanto, consiste em superar a relação de opressão, a fim de eliminar esta contradição” (Fernandes, 2016, p. 483).

Fernandes (2016) observa que o processo de conscientização diz respeito ao impacto da opressão sobre a consciência do oprimido, buscando superar uma visão derrotista, colonialista e fatalista de mundo. Entretanto, a autora salienta que a agência, como elemento primordial da práxis e do próprio caminho libertador e humanizador, cumpre um lugar dialético relativo à estrutura opressiva estabelecida na relação entre oprimidos

e opressores. Isso porque a agência expressa a capacidade e a motivação de intervenção dos sujeitos diante de suas condições objetivas e de suas experiências subjetivas de vida no enfrentamento dos diferentes graus e dos distintos desdobramentos das opressões. Sem procurar abstrair os sujeitos da realidade e da história, a educação problematizadora sustentada na pedagogia crítica consiste no reconhecimento da complexidade e da dialética, “capaz de cultivar a consciência crítica, em oposição a uma visão estruturalista desumanizante que reifica pessoas reais de acordo com as funções do opressor e do oprimido” (Fernandes, 2016, p. 484).

Pode-se considerar que a conscientização como processo permanente de elevação intelectual e moral dos sujeitos ocorre de maneira gradual e progressiva, cuja referência consiste na valorização da liberdade e no mais alto grau de sua objetivação frente a realidade. Freire (1987) indicou que a capacidade e a motivação de agência consciente e organizada sobre a realidade resultam em reconhecimento por parte dos oprimidos de que os processos, as relações e os projetos que estruturam a opressão atuam em suas concepções de mundo, em seus valores ético-políticos, em suas tradições socioculturais. Em outras palavras, as estruturas da exploração, da dominação, da opressão se diversificam e difundem capilarmente de modo a educar o oprimido como um opressor.

Lutar contra todas as formas de desumanização — inclusive as que educam o oprimido para a opressão — requer uma práxis educativa coerentemente humanizadora instalada pela solidariedade, que se apropria, atualiza e supera a “lógica binária da opressão através de uma visão dialética do oprimido e opressor” (Fernandes, 2016, p. 483) A ampliação material da gradual e progressiva elevação intelectual e moral significa que:

Os oprimidos, ao buscar recuperar a sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade de ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos seus opressores (Freire, 1987, p. 20).

Na luta solidária pela liberdade, desagrega-se o poder do opressor ao mesmo tempo em que se permite ao oprimido superar seu próprio posicionamento nas relações de opressão. Isso porque o oprimido se constitui como agente de humanismo universal (Fernandes, 2016), superando uma consciência incoerente e desumanizada provocada pelo fatalismo, pela alienação, pela força por um processo de conscientização que recupera o inacabamento do ser humano.

Segundo Fernandes (2016), esse aspecto insere a pedagogia crítica freireana em um projeto humanista revolucionário de emancipação. Cabe, então, aprofundar a ética da relação entre educador e educando da práxis educativa freireana na perspectiva da emancipação humana.

Ética, educação e emancipação humana

Em “Ação Cultural para a liberdade e outros escritos”, a práxis educativa freireana se insere em um projeto humanista revolucionário. Essa inserção coloca o valor ético da liberdade em uma perspectiva educativa emancipatória que parte da elevação dos níveis de conscientização para cumprir com a finalidade social de superação da sociedade de classes.

Conhecer a realidade em suas múltiplas determinações, desenvolver o humanismo em contraposição às condições de existência e unir-se às massas populares orienta o(a) educador(a) na “prática da transformação da sociedade de classes e da construção da sociedade socialista”. (Freire, 1981, p. 64) No contexto dessa orientação, Freire (1981) salientou que o trabalho do(a) educador(a) adquire uma dimensão social por contribuir para a passagem da ação para a revolução cultural.

Tendo por referência o sentido ético da libertação, a ação cultural realiza-se como práxis educativa intencional em oposição às classes dominantes. A ação cultural para a libertação encontra seus limites na própria realidade opressora, dispostos nas relações, processos e perspectivas do silenciamento (Freire, 1981).

Em que pese as potencialidades de ruptura da revolução cultural já se desenvolverem na ação cultural, especialmente em termos da superação da exploração, da dominação e da opressão e da construção conscientizadora, Freire (1981) distinguiu aquela desta por já contar com as bases materiais de negação da dominação. Essas bases consolidam a perspectiva emancipadora da humanização.

Em outros termos, a revolução cultural consiste no momento em que a classe trabalhadora assume o poder decisório no âmbito da sociedade, apontando a necessidade de um processo educativo de modo a afastar desvios que tendem a preservar “o caráter ‘domesticador’ da educação burguesa à cuja herança se soma a do stalinismo” (Freire, 1981, p. 76). A constituição da classe trabalhadora como dirigente da revolução cultural requer do educador um posicionamento que anula a educação domesticadora, como forma de mitificação da realidade por meio de um “pensar falso sobre si e sobre o mundo” (Freire, 1981, p. 81).

Quando Freire (1981) abordou a construção da sociedade socialista pela revolução cultural, sua ênfase residia na implantação de formas de sentir, pensar e agir condizentes com a emancipação. Significa a promoção dos valores da libertação pela ativação, permanente, dos mecanismos de autoavaliação dos rumos da nova sociedade.

Acionar permanentemente os mecanismos de autoavaliação dos rumos da nova sociedade confere ao(a) educador(a) comprometido com a revolução cultural um vínculo aos interesses, às trajetórias e aos projetos construídos pelas massas populares. Em suas proposições e ações alfabetizadoras e pós-alfabetizadoras, Freire (1981) já indicava a premência de que os(as) educadores(as) confiassem na autonomia e na autenticidade populares para romper com antigas estruturas de poder e construir a nova sociedade.

Se a ação cultural para a liberdade ainda convive com contradições na sociedade capitalista que atua na concepção de uma educação bancária, domesticadora, alienante, a transição instaurada por um processo revolucionário permanente materializa os princípios da libertação. Esses princípios materializados confirmam a emancipação como a incompletude do ser humano que, pela ininterrupta conscientização, reforça processos político-educativos em lugar da padronização sistêmica, de modo a contribuir para a formação ilimitada e integral dos sujeitos.

Pode-se considerar que as formulações freireanas acerca da emancipação na transição revolucionária articula o pleno desenvolvimento humano à ideia de trabalho associado. Isso porque é pelo trabalho associado, isto é, pelo controle consciente do processo de produção da vida (Tonet, 2012), que a práxis educativa freireana sistematiza o sentido integral e ilimitado da formação dos sujeitos na superação da sociabilidade capitalista.

Cabe destacar que o sentido ilimitado da formação dos sujeitos na abordagem freireana aproxima-se da ótica de uma educação voltada para “uma forma de sociabilidade indefinidamente aperfeiçoável; porque não traz em si obstáculos insuperáveis” (Tonet, 2012, p. 68). No que se refere ao sentido integral da formação dos sujeitos, a concepção freireana de educação situa os homens “no interior do patamar humano o mais livre possível” (Tonet, 2012, p. 68).

Ética, educação e emancipação se articulam na luta contra a opressão, mas estabelecem relações qualitativas de aprimoramento do comportamento social com a capacidade de empatia, de organicidade, de responsabilidades coletivas. Essas novas relações fortalecem a livre expressão e ação dos trabalhadores e das trabalhadoras pela conquista da emancipação humana.

Essas relações buscam criar e recriar a realidade concreta por condições de liberdade. A citação a seguir demonstra esse processo:

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais (Freire, 1987, p. 50).

A visão emancipatória envolve o(a) educador(a) em um processo educativo que aborda o conhecimento como esforço crítico de desvelamento da realidade, ao mesmo tempo em que salienta seu engajamento político. É no engajamento político que o(a) educador(a) se encontra com o povo de modo que “se conscientizam através do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente ação no processo daquela luta” (Freire, 1981, p. 88).

Realizar a educação libertadora implica a conquista da transformação revolucionária da sociedade. Para Freire (1981), buscar a instauração da educação libertadora sem o engajamento político na revolução converte-se em ingenuidade ou em esperteza.

A ingenuidade expressa a crença na capacidade das classes dominantes em amenizar os problemas, conflitos e contradições sociais. A aceitação ingênua dessa perspectiva educa os(as) explorados(as), dominados(as) e oprimidos(as) para o consenso em torno de proposições paliativas (Freire, 1981).

A esperteza diz respeito a traduzir a educação a partir de mudanças meramente técnicas. Expressar o engajamento político em pura e simples inovação tecnológica esvazia a perspectiva da educação libertadora, recaindo na mesma distorção ideológica da domesticação dos povos que a ingenuidade (Freire, 1981).

Evitar tergiversações em torno da ingenuidade e da esperteza, implica assumir um posicionamento aderente às proposições e ações populares, respaldado na educação libertadora voltada para a emancipação do ser humano. Os riscos assumidos por esse posicionamento poderiam proporcionar, para o autor de “Ação cultural para a liberdade e outros escritos”, desafios inéditos de construção da nova sociedade.

Pode-se considerar que Freire (1981) vislumbrou como contribuição para o desafio inédito da construção da nova sociedade a difusão da educação libertadora. Entretanto, tinha a convicção de que essa difusão só poderia se materializar por meio de revolucionários(as) do trabalho social.

Foi nessa concepção que Freire (1981) insistiu que a educação libertadora cabia a educadores(as) de diferentes áreas sociais como a saúde, a assistência, a religião, o partido, a escola. Em sua opinião, a articulação de educadores(as) de diferentes áreas contribuiria para que o valor ético da liberdade fosse progressivamente se ampliando pela consolidação de um trabalho social e potencializasse o processo revolucionário em torno da emancipação.

Conclusão

O primeiro quartel do século XXI se caracterizou pelo aprofundamento da crise sistêmica do Capital (Mészáros, 2002) motivada e motivando contradições sociais e ambientais que a ameaçam as condições da existência humana. Esse contexto requer resgatar abordagens e propostas educacionais que se contraponham às perspectivas dominantes, que insistem na preservação de processos de formação voltados para a adaptação dos sujeitos às exigências ideopolíticas do sistema do Capital, especialmente aquelas pautadas nas inovações técnico-científico-informacionais (Antunes, 2018).

A práxis educativa freireana se situa nesse resgate porque coloca a ética com um sentido que supera tanto a meritocracia, que se estabelece como um consenso que orienta a conformação social em torno da neutralidade do conhecimento, quanto o moralismo conservador que, ao apregoar a exaltação à Deus, à Família, a Pátria, resulta em movimentos e atos políticos preconceituosos, persecutórios e violentos contra grupos e frações da classe trabalhadora. Na sociedade e na educação brasileiras, esses movimentos e atos políticos indicam os avanços do neoliberalismo, combinado com uma pauta de orientação fascista (Antunes, 2020) manifesta na tentativa de cassação à liberdade de cátedra e na difusão da ideologia de gênero.

A própria produção política e intelectual de Paulo Freire foi e é objeto de retaliação por parte do neoliberalismo fascista, fundamentalmente pelo valor ético de sua obra em favor da liberdade humana. Como uma das alternativas possíveis dessa construção, resgatar a práxis educativa freireana nas condições da atualidade significa apontar para um conhecimento comprometido com a ascensão histórica da humanidade, sem exploração, sem dominação, sem opressão.

Referências

ALLMAN, P. Revolutionary social transformation: democratic hopes, political possibilities and critical education. Westport: Bergin & Garvey, 1999.

ANTUNES, R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. Dois anos de desgoverno: a política da caverna, 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/607160-dois-anos-de-desgoverno-a-politica-da-caverna-artigo-de-ricardo-antunes>. Acesso em: 17 set. 2023.

BATISTA, P. S. de S. A concepção de ética na educação popular e o pensamento de Paulo Freire. Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 15, n. 3, p. 224–232, set./dez. 2011.

FERNANDES, S. Pedagogia crítica como práxis marxista humanista: perspectivas sobre solidariedade, opressão e revolução. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 37, n. 135, p. 481–496, abr./jun. 2016.

FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Porto: Afrontamento, 1987.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. À sombra desta mangueira. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

MÉSZÁROS, I. Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.

STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (org.). Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

TONET, I. Educação contra o Capital. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

VÁZQUEZ, A. S. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Rubens Luiz Rodrigues

rubensluizrodrigues65@gmail.com

Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2006) e pós-doutorado pela Universidade do Porto (2015). Professor titular da Universidade Federal de Juiz de Fora.

UFJF

Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer

São Pedro, Juiz de Fora, MG, Brasil

CEP: 36036-900

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições do autor

O autor é responsável por todas as etapas da elaboração do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

O autor consente a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ARTIGO ORIGINAL

Marcas identitárias do ser mãe na prisão

Kalliny Mirella Gonçalves Barbosa¹
<https://orcid.org/0000-0002-9074-9546>

Ana Áurea Alécio de Oliveira Rodrigues³
<https://orcid.org/0000-0003-0204-0754>

Michelle Christini Araújo Vieira²
<https://orcid.org/0000-0001-7771-5387>

¹Universidade Estadual de Feira de Santana, Departamento de Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Feira de Santana, BA, Brasil.

²Universidade Federal do Vale do São Francisco, Departamento de Saúde, Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva, Petrolina, PE, Brasil.

³Universidade Estadual de Feira de Santana, Departamento de Saúde, Mestrado Profissional em Saúde Coletiva, Feira de Santana, BA, Brasil.

Marcas identitárias do ser mãe na prisão

Resumo: Neste estudo buscou-se compreender as percepções e os sentimentos da mulher em situação de cárcere, que enfrenta a separação dos filhos devido ao encarceramento. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e exploratório, desenvolvida durante os meses de maio e junho de 2023 com dez mulheres em situação de cárcere em uma cadeia feminina e que possuíam filhos menores de 15 anos em convivência intra ou extramuros. Como técnica de coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada, sendo as narrativas transcritas e organizadas de acordo com os núcleos de sentido, possibilitando a análise sob o viés da hermenêutica dialética. As convergências, divergências, complementaridades e diferenças evidenciaram o sofrimento da mulher em situação de cárcere tanto pela condição em que está inserida, quanto pela repercussão que o encarceramento provoca nos seus filhos e familiares, reverberando nas preocupações intramuros e em estratégias de enfrentamento da separação.

Palavras-chave: poder familiar; relações mãe-filho; maternidades; prisões; saúde pública.

Identity marks of being a mother in prison

Abstract: This study aimed to understand the perceptions and feelings of women in prison who face separation from their children due to incarceration. This is a study that has an exploratory qualitative nature, carried out during the months of May and June 2023 with ten women in prison in a female prison and who had children under 15 years of age living within or outside the walls. As a data collection technique, a semi-structured interview was used, with the narratives being transcribed and organized according to the meaning cores so that analysis was possible from the perspective of dialectical hermeneutics. The convergences, divergences, complementarities and differences highlighted the suffering of women in prison, both due to the condition in which they are inserted, and due to the repercussions that incarceration had on their children and family, reverberating in intramural concerns and strategies for coping with separation.

Keywords: Parenting; Mother-Child Relations; Maternity; Prisons; Public health.

Recebido em 22.09.2023. Aprovado em 28.03.2024. Revisado em 07.05.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

A maternagem no ambiente prisional é atravessada por diferentes aspectos que envolvem a mãe em situação de cárcere, a família e os filhos, sejam estes de convivência intra ou extramuros. Isso porque, o significativo aumento do encarceramento feminino permite refletir sobre as marcas que o aprisionamento causa na rede socioafetiva da mulher, tendo em vista que o perfil das mulheres em situação de cárcere é caracterizado por 80% de mães, mulheres em idade fértil e grávidas (Brasil, 2021).

Tal situação deveria condicionar a existência de uma infraestrutura diferenciada, com espaços específicos e saudáveis para a garantia da manutenção dos vínculos familiares e do binômio mãe-filho, além de proporcionar o resgate da autoestima das mulheres, no entanto, o que é visualizado nas unidades prisionais femininas são fatores que repercutem a diferença de gênero e os enraizamentos misóginos da sociedade (Siqueira; Andrecioli, 2019). A infraestrutura prisional brasileira viola os direitos humanos, indo de encontro à permanência das pessoas nesse ambiente, e, no que tange ao cárcere feminino, intensifica a vulnerabilidade das mulheres na prisão e limita o convívio intramuros das mães com seus filhos (Arambell; Gebara, 2021; Silva; Salomão, 2022).

Nessa perspectiva, as mães convivem com os sentimentos atrelados à separação dos filhos e às preocupações com o cuidado extramuros, reverberando, direto ou indiretamente, nas estratégias de enfrentamento e resiliência no cárcere. A partir disso, a compreensão da realidade carcerária sob a ótica da maternagem e as repercussões da separação mãe-filho, configura-se como disparador para a discussão de estratégias que priorizem a manutenção do vínculo entre as mães em situação de cárcere e os seus filhos em convívio intra e/ou extramuros, minimizando os impactos do encarceramento sobre a mulher, os filhos e a família. Destaca-se, ainda, que pesquisas com essa temática são limitadas e não representam a magnitude do problema, assim, no sentido de contribuir para o conhecimento e reflexão sobre a maternagem no cárcere, este estudo objetivou compreender as percepções e os sentimentos da mulher em situação de cárcere que enfrenta a separação dos filhos devido ao encarceramento.

Para tanto, este estudo possui caráter qualitativo exploratório, sendo o método escolhido por permitir maior aproximação com o objeto de estudo e por responder questões que não podem ser quantificadas, logo, a pesquisa qualitativa se refere ao universo de significados e proporciona o alcance das profundezas das ações e das relações humanas (Minayo, 2002). O cenário da pesquisa foi a Cadeia Pública Feminina de Petrolina (CPFP), situada na região submédica do Vale do São Francisco e distante 800 km de Recife-PE e 500 km de Salvador-BA, a qual possuía, no período da coleta, nos meses de maio e junho, 34 mulheres em situação de cárcere nos regimes semiaberto e fechado.

No que tange às participantes do estudo, foram realizadas dez entrevistas obedecendo o critério de saturação pelo qual a coleta foi interrompida a partir da regularidade de apresentação das concepções, explicações e sentidos abordados pelas participantes. Tendo em vista que a amostragem de forma aleatória não pode ser realizada nesta pesquisa devido à limitação do quantitativo de pessoas na CPFP, as participantes foram escolhidas de forma intencional, cumprindo os seguintes critérios de inclusão: (i) mães em situação de cárcere que estão em cumprimento da pena na Cadeia Pública Feminina de Petrolina-PE; (ii) mães em situação de cárcere que possuam filhos extramuros menores de 15 anos; e (iii) mães em situação de cárcere que vivenciaram/vivenciam a convivência com o filho na cadeia e passaram/passam pelo processo de separação.

Como ferramentas de pesquisa utilizou-se a entrevista semiestruturada, por esta permitir maior aproximação e produção de dados, de forma a contribuir com o alcance dos objetivos propostos neste estudo. A entrevista semiestruturada se caracteriza pelo espaço que o pesquisado possui para suas explanações de forma livre e espontânea, sendo que a entrevista foi norteada por um instrumento com perguntas disparadoras para evitar possíveis fugas do objeto de estudo e foi previamente agendada com a direção da cadeia com o propósito de seguir os dias e horários em que as participantes estivessem disponíveis para a contribuição com a pesquisa.

A análise e interpretação dos dados desta pesquisa são apresentados à luz da hermenêutica-dialética (Alencar; Nascimento; Alencar, 2012), método que fortalece os processos de subjetivação das pessoas envolvidas na pesquisa e permite a transversalização das convergências, divergências, complementaridades e diferenças identificadas nas falas. Para além disso, a união da hermenêutica com a dialética direciona o pesquisador para a compreensão do texto, da fala e do depoimento como resultado de um processo social e de conhecimento, isso porque, enquanto a hermenêutica se guia pelo consenso e compreensão com base na linguagem e tradição,

a dialética estabelece uma relação crítica da realidade, a partir do entendimento dos conflitos e contradições que justificam o dinamismo e transformações da realidade (Ghezzi et al., 2018).

Destaca-se que a trajetória metodológica para a sistematização da análise dos dados foi guiada pelos passos sugeridos por Minayo e reinterpretados por Assis e Jorge (2010, p. 155), quais sejam: organização dos dados, classificação dos dados e análise final dos dados. Nesse contexto, realizou-se a transcrição *ipsi literis* das entrevistas para que fosse possível a leitura preliminar e identificação dos núcleos de sentido, seguindo da leitura flutuante dos materiais coletados e alocação dos fragmentos das falas para a elaboração das sínteses vertical e horizontal, e, por fim, o aprofundamento do material empírico resultante das etapas que antecederam a análise final dos dados, consistindo na triangulação do material empírico e do referencial teórico.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF SERTÃO-PE) sob parecer de nº 5.246.073. Ademais, para garantir o anonimato, em conformidade com as resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466/2012 e 510/2016, todas as participantes foram identificadas por pseudônimos que retratam pedras preciosas: ágata, ônix, safira, diamante, esmeralda, ametista, aventurina, granada, cornalina e fluorita.

Marcas identitárias do ser mãe na prisão: vivências e sentidos da dupla penalidade

A compreensão de que a separação imposta pelo processo de encarceramento representa um impeditivo para a continuidade do cuidado e funções maternas, reflete a dupla penalidade do aprisionamento feminino ao mesmo passo em que apresenta as implicações advindas do distanciamento e relacionadas ao sofrimento da mulher, dos filhos e da família (Flores et al., 2022). Destaca-se que todas as participantes da pesquisa estavam em regime fechado e, quanto ao local de moradia anterior ao encarceramento, apenas quatro das participantes residiam em Petrolina-PE, local em que está situada a CFPF.

Nessa perspectiva, o fato de a maioria das mães em situação de cárcere na CFPF estarem com suas famílias distantes transversaliza por vários aspectos que interferem no enfrentamento da separação, sobretudo, da díade mãe-filho. Isso porque os impactos do cárcere de uma mãe sobre os filhos transcendem o afetamento sobre o vínculo entre eles, reverberando também sobre os cuidadores que são incumbidos de tal responsabilidade sem a oportunidade de escolha, por não haver outra pessoa disponível para assumir o cuidado dos menores (Arruda; Smeha, 2019).

Neste estudo, o enfrentamento da separação se desdobra sobre os sentimentos negativos atrelados ao fato de a mãe ter que se ausentar para o cumprimento da pena e sobre as preocupações despertadas devido às condições de cuidado a que os filhos estão expostos. Mediante tal perspectiva, as mães entrevistadas relataram, a seguir, sobre os primeiros pensamentos advindos do contato com o sistema carcerário, os sentimentos associados ao afastamento e as estratégias de enfrentamento diante da separação mãe-filho:

[...] não acreditei que eu tava presa de novo não, não achava que ia ser presa de novo. Então, eu sentia tristeza porque meus filhos ficou sem mim lá fora e sem o pai deles que tá preso também [...] Eu lido melhor quando eu falo com eles, terça e quinta, faço vídeo chamada aí eu vejo eles, falo com eles, aí sei que eles tá bem, aí tudo fica melhor e também vou para a igreja e leio a bíblia (Ônix).

No começo eu chorava todo dia com saudade, mas eu vi que não adiantava, que não ia me levar de volta, aí me acostumei, a gente tem que se acostumar e superar, a gente vai ficando com as lembranças, do dia a dia, de tudo do que viveu com ele. E sabendo, a gente tem a certeza que eles estão lá fora, estão bem e que estão esperando por a gente, isso é o que fortalece a gente aqui dentro e dá um sentido pra acordar todo dia e tá ali, mas muitas vezes é muito difícil, [...] a única coisa que a gente se apegar aqui é Deus (Cornalina).

[...] a primeira coisa que lembrei foi dela. Triste, ódio, me dá é raiva, vontade de pular o muro, pegar ela (filha), mas vai dar tudo certo. Eu me apego muito a Deus, porque se não fosse ele ou eu tava louca, ou tava louca de novo. Quando eu fico muito perturbada do juízo, eu me deito, aí eu oro, aí fico lendo até que passa (Fluorita).

Para as entrevistadas Ônix, Cornalina e Fluorita, a admissão no sistema prisional repercutiu sobre a fragilização do vínculo mãe-filho devido à condição de separação, impactando nos primeiros dias de convívio na cadeia e na resignificação da ausência a partir das visitas virtuais, das lembranças extramuros e do apego à religiosidade, materializando suas esperanças e se confortando diante das notícias do cuidado que os filhos recebem. Porém, Cornalina complementa que os sentimentos despertados a partir do afastamento não iriam retorná-la para o convívio extramuros com os seus filhos, reverberando sobre a necessidade da superação e enfrentamento das repercussões oriundas do distanciamento.

Considerando a estatística trazida por Friedman, Kaempf e Kauffman (2020), a partir de uma análise das realidades da gravidez e maternidade no cárcere estadunidense, para 85% das mães o encarceramento foi a primeira condição que repercutiu na separação do filho. Tal situação impacta na experiência parental das mães que, no cárcere, são limitadas da construção de um relacionamento efetivo e de confiança com os filhos, além de expor as crianças a condições ameaçadoras que preocupam a mãe e as fazem enfrentar os sentimentos negativos de culpa e frustração por submeter seus filhos às dificuldades associadas à sua ausência (Fowler et al., 2022).

Do mesmo modo, a narrativa da entrevistada Ágata converge para a compreensão dessa discussão, tendo em vista o enfrentamento da situação e adaptação às normas restritivas das unidades prisionais com a esperança de dias melhores para a convivência com os filhos pós-cárcere:

[...] se a gente for pensar muito a gente acaba pesando muito a cadeia, né? a gente não resolve nada, aí a saudade vai apertar [...] eu tinha que aprender a me conformar. Porque aí se eu fosse pensar por esse outro lado aí eu não ia nem na delegacia me entregar se for pensar pro fato de não deixar eles só, mas aí como eu tinha a perspectiva, aquela coisa de todo jeito eu ia, então era melhor eu fazer logo porque aí eu tava aqui, ia perder um tempo fora longe deles né? Mas mais tempo eu tinha perdido correndo da realidade, então quando eu sair daqui eu vou ter tempo suficiente pra aproveitar os momentos perdidos (Ágata).

Assim, na fala de Ágata, observa-se que a conjuntura atrelada a separação mãe-filho estava condicionada a sua decisão de se entregar à polícia, fato que a fez refletir sobre as perspectivas futuras com os filhos, tendo em vista que continuar “correndo da realidade” implicaria em uma maternagem insegura, frágil e superficial que não permitiriam um contato suficientemente proveitoso com as crianças. Segundo Batista e Loureiro (2017), as expectativas sobre a relação mãe-filho fora do cárcere, após a liberdade da mãe, são tensionadas pela incerteza que reflete na pergunta disparadora do estudo “será que ele vai me chamar de mãe?”, uma vez que o encarceramento e a distância do filho podem produzir mudanças que dificultem o vínculo pós-cárcere.

Contudo, a narrativa de Ágata aborda o convívio mãe-filho após o encarceramento como uma oportunidade para experienciar os momentos que não puderam ser vivenciados devido à situação de cárcere, resgatando o vínculo e superando os sentimentos atrelados ao sofrimento causado pela separação da díade mãe-filho. Nesse contexto, a abordagem de Ágata vai ao encontro dos resultados da pesquisa realizada por Santos, Hernandez e Oliveira (2020), em que os filhos são apresentados como impulsionadores para o cumprimento da pena e esperança de um futuro melhor com o retorno da figura materna como a principal referência de apego e vínculo sólido pelas crianças.

Diante disso, acreditamos que o conformismo relatado por Ágata e Cornalina indica para a esperança de dias melhores pós-cárcere, bem como para uma estratégia de enfrentamento da separação com vistas a amenizar os sentimentos despertados pelo afastamento, evitando maiores danos a todas as pessoas da rede socioafetiva da mulher e minimizando os efeitos da separação na rotina do cárcere.

Apesar de o encarceramento representar uma condição em que a pessoa está suscetível à separação abrupta dos filhos e à perda do seu papel parental no sistema familiar, a entrevistada Esmeralda reforça a proteção divina como um subterfúgio para as angústias atreladas ao cárcere, no entanto, diverge das narrativas acima no que tange à superação da ausência dos filhos em sua rotina:

[...] em eu acordar de manhã e não ter ela me acordando, em chegar... até na hora de eu comer, mulher, porque sabe né, menino é aquilo, não tem jeito, você tá comendo e ele ta em cima é, aí era assim com ela, e... já não tenho mais isso né, no dia a dia, minha rotina [...] só me apegando com Deus mesmo, por que ainda não superei, as palavras de Deus conforta a gente de alguma maneira, sempre tem alguma palavra que vem pra a gente e aí a gente acaba se confortando nos corações, mas a saudade fica a mesma (Esmeralda).

Para a entrevistada Esmeralda, a ausência das crianças em sua rotina representa um vazio definido pelo processo de encarceramento que a faz potencializar, assim como citado por Ônix, Cornalina e Fluorita, sua crença para o alcance do conforto interno e proteção dos filhos. No entanto, Esmeralda relata a dificuldade de superar o fato de ter que se distanciar do filho porque a saudade permanece e as lembranças da rotina a faz revisitar sentimentos do convívio extramuros. Logo, entende-se que os efeitos da institucionalização transcendem a realidade intramuros e que o enfrentamento não é rotulado, devendo-se compreender as nuances envolvidas em cada processo e estimular a continuidade do vínculo mãe-filho.

Nessa perspectiva, as condições de encarceramento são definidoras para o processo saúde-doença devido à precariedade das unidades prisionais e as suas normas de privação de liberdade que podem desencadear transtornos de saúde e/ou aguçar os pré-existentes, reverberando em prejuízos maiores aos modos de vida da pessoa (Santos et al., 2017).

[...] eu já tinha depressão na rua mas aí o, o fato, o acontecido de lá pra cá, ela atacou mais foi tanto do jeito que um dia eu sai aqui, que eu tive que sair pra ir fazer uns exames, eu voltei muito atacada. aí foi assim que me encaminharam pro CAPS (Safira).

Percebe-se que as preocupações inerentes ao cárcere se configuram como agentes estressores e interferem na saúde mental das mulheres, sobretudo no que diz respeito ao sofrimento pela interrupção das relações familiares, distanciamento e transferência da responsabilidade do cuidado dos filhos, como é completado por Ametista:

[...] aqui não é lugar pra uma mãe de família não, principalmente “pa” uma mãe de família. Tem dia que eu choro preocupada, eu não consigo dormir, que eu já tenho depressão, fico nervosa sem saber se já se alimentou, tá sendo bem cuidado, que num tem ninguém que cuida do fi da gente igual a mãe não, tem não... “num” tem vó, “num” tem tia, “num” tem pai...que cuide igual a mãe não (Ametista).

Com a narrativa de Ametista, percebe-se a que o espaço físico das unidades prisionais repercute na despersonalização da figura materna, a partir da percepção de que o ambiente não é propício para “mãe de família”, convergindo com o papel de “boa mãe” apresentado por Nunes, Deslandes e Jannotti (2020), que se associa àquela que oferece cuidado, tempo e dedicação à criação dos filhos. Por esse ângulo, as limitações do cárcere afastam as mulheres do pleno exercício da maternagem e as preocupam sobre o cuidado com os filhos pelas novas referências familiares, as quais, segundo Ametista, não cumprem com o mesmo zelo proporcionado pela mãe.

Diante dessa compreensão, a parentalidade (in)desejada devido à necessidade da transferência da responsabilidade da manutenção dos cuidados com as crianças separadas da mãe devido às condições do cárcere, perpassa por diferentes circunstâncias que dificultam a convivência entre o cuidador, os filhos e a mãe (Arruda; Smeha, 2019). Nessa lógica, a participante Diamante ainda acrescenta sobre as repercussões associadas à privação do vínculo mãe-filho devido à dificuldade de contato com a criança e notícias dos filhos por impedimento do atual cuidador:

[...] é ruim, sem ver, sem ver, contato só às vezes que a gente fala com a família, por ligação... aí a gente fica com saudade... falo com ela, com minha família. sei notícia dela, eu só não denigo ela porque eu não tenho contato com o pai dela, ele não permite que eu fale e veja ela, eu fico angustiada, com ansiedade, penso muita besteira, que nunca vai passar (Diamante).

As entrevistadas Safira e Cornalina, de modo complementar, apontam a importância da presença materna no cotidiano e cuidado dos filhos, sendo a mãe considerada insubstituível no exercício materno de proteger, acolher e orientar os filhos, a fim de evitar possíveis danos à saúde e ao desenvolvimento. Além disso, relatam a preocupação com a relação entre o cuidador e o filho, tal fato, conforme abordado por Flores e Smeha (2019), perpassa pela relevância de o cuidador ser contínuo e escolhido pela mãe, evitando novas rupturas, garantindo o bem-estar das crianças e a manutenção do vínculo mãe-filho.

[...] o mundo tem tanta coisa que preocupa uma mãe, de eu não tá perto pra reclamar, pra ensinar, pra mandar pra escola, pra ver o que tão fazendo, o que não tão fazendo, se tão comendo bem, se tão vestindo

bem, por que no dia que vieram não vieram bem vestido. Saber se tá tudo no lugar, se tão comendo certinho, as amizades, se quando vai pra casa do povo, se o povo não judia, é isso [...] (Safira).

E ela tava totalmente diferente, ela ainda tá. Ela chora quando fala comigo [...] se reclama, diz que quer ir embora e quando ela fala com a gente sempre tem uma pessoa ali do lado vendo o que ela vai falar. Aí a gente fica com dúvida, será que tá acontecendo alguma coisa, será que tão fazendo alguma coisa com ela, a gente fica com aquela incerteza, mas a gente daqui não pode fazer nada. Só orar a Deus, entregar a Deus e pedir que Deus cuide (Cornalina).

As abordagens de Safira e Cornalina também recaem sobre o receio com o comportamento e rotina dos filhos devido à sua ausência, apontando, inclusive, o medo de possíveis maus-tratos por parte das pessoas que assumiram o papel de cuidador e/ou daquelas que convivem com as crianças. Tal sentimento se une ao fato de não poder se fazer presente para orientar e corrigir certos comportamentos percebidos através das visitas presenciais e/ou virtuais, se ausentando, a mãe, da incumbência de proteger seus filhos.

Outrossim, para Araújo, Almeida e Mattos (2020), a justificativa das angústias relacionadas à separação mãe-filho está atrelada ao fato de anterior à prisão, muitas das mães serem chefes de família e a sua figura ser sinônimo de proteção e afeto para as crianças. Nota-se, então, a preocupação da mãe com a saúde, a alimentação, a vestimenta, as companhias e com a continuidade dos estudos, remetendo-se aos seus cuidados extramuros e ao receio de prejuízos para os filhos devido a sua ausência.

Ademais, algumas entrevistadas, conforme apresentado a seguir, relatam a angústia de não poder acompanhar os filhos e a família nos momentos simbolicamente importantes, além de expressarem o medo da perda, tendo em vista que o tempo em que passarão na cadeia e as condições às quais estão submetidas são limitadores para a convivência extramuros.

O que me preocupa... na verdade minha mãe tá bem cansada dessa situação né? Na verdade, a gente nunca sabe o dia de amanhã né, então, meu maior medo mesmo é não poder aproveitar o tempo com a minha mãe, com meus filhos é aquela coisa [...] (Ágata).

[...] e também aqui a gente sempre tem um medo constante que é a perda. A perda de alguém da família, uma mãe, um pai, um filho, é muito difícil de lidar. Logo quando foi ano passado eu perdi meu avô, pai da minha mãe, meu avô era como meu pai, e não poder ter ido pelo menos me despedir dele [...] O medo de acontecer alguma coisa com eles, alguém, e eu aqui sem poder tá perto [...] (Cornalina).

As entrevistadas Ágata e Cornalina são convergentes em suas falas ao discorrerem sobre os seus maiores medos atrelados ao afastamento compulsório, devido ao qual não é possível a vivência cotidiana com os familiares e, pela imprevisibilidade do futuro, temem a perda de alguma pessoa de sua rede de apoio socioafetiva. Salientamos que, embora haja a previsão legal, na Lei nº 7.210/1984, da liberação da pessoa privada de liberdade em caso de “falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão” (BRASIL, 1984), é percebido que o pedido formulado pelo advogado à direção da unidade prisional é comumente negado com o principal argumento de que não há recursos suficientes para a escolta.

Compreendemos, nessa perspectiva, que o luto é carregado de valor humano e singularidades relacionadas ao afeto estendido ao ente querido, considerando a perda como um processo que desencadeia a reconfiguração do arranjo familiar e, se tratando de pessoas em situação de cárcere, maior a probabilidade de desenvolver um luto complicado por causa do distanciamento e fragilidade do suporte necessário para o enfrentamento.

Para além dos receios atrelados à perda inesperada dos familiares e dos filhos, Safira complementa as falas de Ágata e Cornalina, acrescentando à preocupação relacionada ao local de moradia dos filhos e às condições a que estão expostos. A pesquisa realizada por Soares, Cenci e Oliveira (2016) faz referência aos sentimentos de insegurança e medo relatados pelas mães em situação de cárcere e associados ao futuro dos filhos, reforçando a importância de um ambiente aconchegante e seguro para o bom desenvolvimento individual da criança.

[...] perder eles, da vida do local que a gente mora e que está residindo agora, meus filhos [...] só que não é uma vida para viver é, é um local que não é lugar não, nada de bom para oferecer não, o lugar não [...] (Safira).

Nesse sentido, Safira também se preocupa com o envolvimento dos filhos na criminalidade, sendo o local de moradia um espaço ameaçador para o crescimento das crianças. De modo convergente à preocupação de envolvimento dos jovens com o crime, Ametista reflete sobre as repercussões do seu encarceramento, temendo que estar presa se configure como uma justificativa para os seus filhos se aproximarem do mundo infrator:

Eu nunca nem tinha entrado aqui, é a primeira vez, mas meu Deus do céu, nossa senhora Aparecida, onde vim parar? O que que meus “fi” pode pensar de mim? Ele vai chegar e dizer: mas a senhora já num já foi (presa)? Isso, eu carrego na minha cabeça, minha consciência é pesada nessa parte [...]. (Ametista).

Diante das narrativas que expressam o medo do comportamento transgressor dos filhos e o desejo da construção de um caminho diferente, a pesquisa de Kosminsky, Pinto e Miyashiro (2005) corrobora o entendimento das vulnerabilidades às quais as crianças são expostas, sobretudo ao estigma social que sofrem por ser familiar de uma pessoa em situação de cárcere, se tornando passíveis de críticas, exclusão, agravamento da situação socioeconômica e envolvimento com o crime por ser a pouca, se não única, oportunidade de obtenção de renda.

Reforçamos, portanto, que a condenação não ressoa somente para a mulher que é mãe e está na condição de privada de liberdade, mas para todos que, direto ou indiretamente, são atravessados pelas consequências causadas pela aproximação com o ambiente prisional. Nesse ponto, se inserem também as crianças que crescem e se desenvolvem dentro das unidades prisionais durante o período gestacional ou que, após o nascimento, são admitidas juntamente com a mãe para o cumprimento da pena (Lago, 2020; Matos; Silva; Nascimento, 2019).

É sobre esse contexto que Esmeralda e Diamante abordam os entrelaçamentos associados à gestação no cárcere, relatando os sentimentos associados a uma nova gravidez ao mesmo passo em que refletem sobre as adversidades enfrentadas para o cuidado e atendimento às necessidades da gestação.

[...] vai fazer 5 meses, não fiz pré natal, vou iniciar semana que vem [...] Me sinto muito alegre né, Deus me deu mais outro filho, eu fico alegre por ter mais um filho, as vezes eu fico triste por estar muito distante da minha família porque eles não vem por condição financeira e é difícil a gente tá aqui num lugar desse que a gente não tem contato com a família de jeito nenhum a não ser uma visita, uma ligação que a gente liga lá na frente (Diamante).

[...] mulher eu fiquei aperrriada, ao mesmo tempo que fiquei feliz porque eu fiquei naquela “meu Deus do céu outro filho, como é que vai ser... será que, será que eu vou ser mãe de verdade dessa vez? como é que vai ser?” e fiquei assim também aperrriada porque o pai, o pai foi preso, aí... [...] quando ele foi preso eu me desesperei “Meu Deus como é que vai ser eu sozinha aqui nesse mundo?” (Esmeralda).

As falas de Diamante e Esmeralda diferem das demais por abordarem aspectos relacionados à vivência da gestação no cárcere, esta que se soma aos desafios oriundos da admissão no ambiente e as preocupações com os filhos extramuros, potencializando as incertezas associadas aos cuidados necessários para o acompanhamento da gestante, bem como os receios atrelados a ausência da rede de apoio socioafetiva durante esse momento. Sendo assim, é percebido que a descoberta da gravidez no cárcere desperta uma dualidade sentimental por ora a gravidez ser compreendida como uma nova oportunidade para o exercício do cuidado e ora ser vista sob o viés das dificuldades do cárcere para a garantia do bem-estar físico e emocional das gestantes.

Por conseguinte, lidar com as especificidades da gravidez no cárcere somente com o apoio, por vezes, frágil e superficial da rede de solidariedade formada pelas próprias companheiras da unidade prisional, também é uma questão de inquietação psicológica para essas mulheres que convivem com a dificuldade de acesso à saúde e, enquanto gestantes, esbarram no desafio da assistência ao pré-natal. Sobre tal situação, Moreira et al. (2019) reforça a multifatorialidade envolvida no acompanhamento pré-natal em privação de liberdade, sobretudo no que tange à vulnerabilidade à qual estão expostas por causa da estrutura insuficiente para a prestação dos devidos cuidados.

Essa conjuntura faz emergir múltiplos sentimentos na mãe que vivencia a gestação em um ambiente que não é preparado para estimular o binômio mãe-filho, sendo imprescindível, para a amenização destas sensações, o apoio e tranquilidade passados pelos familiares a partir do contato proporcionado pelas visitas presenciais/virtuais. No entanto, como visualizado nas falas das gestantes, as limitações do ambiente repercutem na

sensação de estar “sozinha” por nem sempre ser possível o contato com sua rede de apoio socioafetiva, o que as fazem não ter uma experiência positiva desse momento e sofrer com a negligência de questões importantes para a saúde das mulheres e das crianças (Chaves; Araújo, 2020).

A entrevistada Diamante ainda acrescenta sobre a possibilidade de mudança de regime prisional devido à condição de gestante, sendo uma alternativa fulcral para a minimização dos efeitos da prisão sobre a gestação e (re)aproximação com sua rede de apoio. Essa realidade conversa com o que está previsto na Lei nº 13.769/2018, que altera o Código de Processo Penal de forma a incluir as mulheres gestantes no rol dos incisos possíveis de substituição da prisão preventiva pela domiciliar (Brasil, 2018).

[...] mas daqui para semana que vem vou embora, porque eu estou grávida, ai eles vão me dar a minha domiciliar (Diamante).

A narrativa aponta para a reflexão direcionada à importância de garantir o curso da gestação em um ambiente seguro e saudável para mãe e filho. A alternativa sinalizada por Diamante faz parte do seguimento das regras de Bangkok, as quais estabelecem a importância de se avaliar estratégias substitutivas ao encarceramento para que a mãe não se distancie da família e da comunidade, entendendo estes espaços como garantidores da manutenção do vínculo afetivo entre a mãe e o filho. Destaca-se, ainda, que as regras de Bangkok correspondem a alternativas de garantia dos direitos inerente à dignidade das mulheres em situação de cárcere, definidas pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) em 2010, com diferentes estratégias para o atendimento das especificidades de gênero no encarceramento feminino (Silva et al., 2019).

Como limitações do estudo, aponta-se para prováveis omissões nos relatos das participantes sobre as percepções e os sentimentos atrelados à separação dos filhos devido ao encarceramento, tendo em vista que a pesquisa foi realizada na própria unidade prisional. Além disso, os achados reduzidos sobre a temática também se configuraram como um desafio para o desdobramento das discussões deste estudo.

Considerações finais

À vista do exposto, compreendeu-se que a convivência no cárcere é, em muitos aspectos, marcada pelo adensamento humano que compartilha da ruptura social relacional causada pelo aprisionamento, implicando na construção de uma rede de solidariedade interna entre as pessoas em privação de liberdade. Esse fato é, inclusive, entendido como apoio para o enfrentamento das repercussões oriundas da ruptura/distanciamento dos vínculos familiares, sobretudo, da díade mãe-filho.

Os sentimentos oriundos desse distanciamento estão atrelados, sobretudo, ao condicionamento das responsabilidades maternas a outrem, tornando a vivência na cadeia marcada pela tristeza, solidão e angústia. Nesse contexto, é percebida a preocupação das participantes quanto aos cuidados extramuros dos filhos e à fragilização do vínculo mãe-filho repercutir, inclusive, na relação pós-cárcere, impactando na experiência parental das mães e na dificuldade de reaproximação após o envolvimento com o crime.

Tal situação reverbera sobre a resignificação dos sentimentos e preocupações apresentados pelas mães em situação de cárcere, fazendo-as recorrer às lembranças extramuros, à religiosidade, às notícias dos filhos e às visitas para enfrentar os dias no cárcere, bem como superar os desafios oriundos do afastamento das responsabilidades atreladas à figura materna. Nessa lógica, pelo fato de o enfrentamento e o convívio com a rede de apoio socioafetiva no sistema prisional estarem atrelados, primordialmente, à frequência nas visitas, emerge a necessidade de espaços físicos acolhedores e humanizados para a recepção dos filhos e da família, fortalecendo os vínculos e assegurando a privacidade entre as visitas.

No caso das mulheres que vivenciam a gestação no cárcere, a importância de adequar as unidades prisionais para o acolhimento de suas demandas é ainda mais expressiva, tendo em vista que, além de enfrentar dificuldades do cárcere para a garantia do bem-estar físico e emocional das gestantes, ainda lidam com a ambiguidade sentimental que perpassa pela alegria de um novo filho, a tristeza de viver esse momento longe de sua rede de apoio e a preocupação com os filhos que estão fora do ambiente carcerário, sob cuidado de outras pessoas.

Dessa forma, acredita-se que a manutenção do vínculo mãe-filho é uma estratégia valiosa para a minimização das repercussões do cárcere na vida da mulher, dos filhos e de toda sua rede de apoio socioafetiva. Portanto, sugere-se novos estudos que ampliem as discussões direcionadas para os entraves relacionados à continuidade do vínculo mãe-filho na prisão e que abordem os atravessamentos da vivência de gestantes no cárcere. Assim, enquanto pesquisadoras, a partir das experiências narradas pelas participantes deste e de novos estudos, reforçamos a luta pela garantia de direitos deste público ao mesmo passo em que participamos da fundamentação do debate sobre a temática, a fim de contribuir com a visibilidade dos problemas elucidados e melhorias para as condições expostas.

Referências

- ALENCAR, T. O. S.; NASCIMENTO, M. A. A.; ALENCAR, B. R. Hermenêutica dialética: uma experiência enquanto método de análise na pesquisa sobre o acesso do usuário à assistência farmacêutica. *Revista Brasileira de Promoção da Saúde*, v. 25, n. 2, 2012.
- ARAMBELL, B. S.; GEBARA, G. Z. O cárcere brasileiro como ambiente violador dos direitos humanos. *Revista Reflexão e Crítica do Direito*, v. 9, n. 1, 2021.
- ARAÚJO, A. M.; ALMEIDA, S. M.; MATTOS, C. L. G. Os filhos e as filhas da exclusão: uma revisitação de dados e de imagens etnográficas sobre a creche na prisão. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 17, n. 48, 2020.
- ARRUDA, L. F. S.; SMEHA, L. N. Parentalidade (in)desejada: avós e tias que cuidam dos filhos(as) de mulheres presas. *PSI UNISC*, v. 3, n. 2, 2019.
- ASSIS, M. M. A.; JORGE, M. S. B. Métodos de análise em pesquisa qualitativa. *In: Santana, J. S. S.; Nascimento, M. A. A. (org.). Pesquisa: métodos e técnicas de conhecimento da realidade Social*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana; 2010. p. 139–59.
- BATISTA, L.; LOUREIRO, A. J. L. “Será que ele vai me chamar de mãe?": Maternidade e separação na cadeia. *Rev. Psicol. Polít.*, v. 17, n. 38, 2017.
- BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de execução penal. *Diário Oficial da União, Poder executivo, Brasília, DF, 11 jul. 1984*.
- BRASIL. Lei nº 13.769, de 19 de dezembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), as Leis nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para estabelecer a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência e para disciplinar o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação. *Diário Oficial da União, Poder executivo, Brasília, DF, 19 dez. 2018*.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN). Brasília: Ministério da Justiça, 2021.
- CHAVES, L. H.; ARAÚJO, I. C. A. Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]*, v. 30, n. 1, 2020.
- FLORES, N. M. P. et al. Maternidade entre grades: a ruptura da convivência entre as mulheres presas e seus filhos. *Pensando Famílias*, v. 26, n. 1, 2022.
- FLORES, N. M. P.; SMEHA, L. N. Mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão. *Physis*, v. 28, n. 4, 2019.
- FOWLER, C. et al. Maternal incarceration: Impact on parent–child relationships. *Journal of Child Health Care*, v. 26, n. 1, 2022.
- FRIEDMAN, S. H.; KAEMPF, A.; KAUFFMAN, S. The realities of pregnancy and mothering while incarcerated. *J Am Acad Psychiatry Law*, v. 48, n. 3, 2020.
- GHEZZI, J. F. S. A. et al. Aprendizagem no cenário real na perspectiva docente. *Atas: Investigação Qualitativa em Educação*, v. 1, 2018.
- KOSMINSKY, E. V.; PINTO, R. B.; MIYASHIRO, S. R. G. Filhos de presidiários na escola: um estudo de caso em Marília, SP. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 5, n. 1–3, 2005.
- LAGO, N. B. Nem mãezinha, nem mãezona. Mães, familiares e ativismo nos arredores da prisão. *Sexualidad, Salud y Sociedad, Rio de Janeiro*, v. 36, 2020.
- MATOS, K. K. C.; SILVA, S. P. C.; NASCIMENTO, E. A. Filhos do cárcere: representações sociais de mulheres sobre parir na prisão. *Interface, Botucatu*, v. 23, e180028, 2019.
- MINAYO, M. C. S. Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social. *In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. (org.). Caminhos do pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002, p. 83-107.
- MOREIRA, C. J. et al. Gestantes privadas de liberdade: o desafio da assistência ao pré-natal. *Revista Nursing*, v. 22, n. 249, 2019.

NUNES, L. R. C.; DESLANDES, S. F.; JANNOTTI, C. B. Narrativas sobre as práticas de maternagem na prisão: a encruzilhada da ordem discursiva prisional e da ordem discursiva do cuidado. *Cad. Saúde Pública*, v. 36, n. 12, 2020.

SANTOS, M. V. et al. Saúde mental de mulheres encarceradas em um presídio do Estado do Rio de Janeiro. *Texto & Contexto*, v. 26, n. 2, 2017.

SANTOS, T. S.; HERNANDES, R. S.; OLIVEIRA, H. F. Mulheres em cárcere: um olhar além das grades dos significados da relação mãe-filho por meio da Terapia Ocupacional. *Braz. J. Hea. Rev.*, v. 3, n. 5, 2020.

SILVA, L. D. P.; SALOMÃO, K. R. As condições no cárcere feminino e a fragilidade dos direitos fundamentais. *Revista Brasileira de Educação e Inovação da Univel (REBEIS)*, v. 1, n. 2, 2022.

SILVA, N. M. et al. As mulheres encarceradas e as regras de Bangkok. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, v. 2, 2019.

SIQUEIRA, D. P.; ANDRECIOLI, S. M. A vulnerabilidade das mulheres encarceradas e a justiça social: o importante papel da educação na efetividade no processo de ressocialização. *Revista direito em debate*, ano XXVIII, n. 51, 2019.

SOARES, I. R.; CENCI, C. M. B.; OLIVEIRA, L. R. F. Mães no cárcere: percepção de vínculo com os filhos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, 2016.

Kalliny Mirella Gonçalves Barbosa

kamirely64@gmail.com

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Enfermeira pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf).

UEFS

Avenida Transnordestina, s/n, Novo Horizonte
Feira de Santana, BA, Brasil
CEP: 44036-900

Michelle Christini Araújo Vieira

michelle.christini@univasf.edu.br

Doutorado em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva - Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente do Colegiado de Enfermagem da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf).

UNIVASF

Avenida José de Sá Maniçoba, s/n, Centro
Petrolina, PE, Brasil
CEP: 56304-917

Ana Áurea Alcício de Oliveira Rodrigues

alecio@uefs.br

Doutorado em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente Titular A do Departamento de Saúde da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

UEFS

Avenida Transnordestina, s/n, Novo Horizonte
Feira de Santana, BA, Brasil
CEP: 44036-900

Agradecimentos

Ao Mestrado Profissional em Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e à Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) pela formação e qualificação profissional, bem como por todo o incentivo às pesquisas e consolidação da ciência. Agradecemos às pessoas em situação de cárcere da Cadeia Pública Feminina de Petrolina, pelo acolhimento, aprendizado e por confiarem suas histórias à nós.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições das autoras

Kalliny Mirella Gonçalves Barbosa: trabalhou na concepção, no delineamento, na análise, na interpretação e redação do texto. Ana Áurea Alécio de Oliveira Rodrigues: trabalhou no delineamento, na análise, na interpretação e revisão crítica do conteúdo intelectual. Michelle Christini Araújo Vieira:

trabalhou na concepção e na revisão crítica do conteúdo intelectual.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF SERTÃO-PE), tendo recebido o parecer favorável de nº 4.537.623. Para consentimento da participação, utilizamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Consentimento para publicação

Nós, autoras, autorizamos a publicação deste manuscrito, destacando que as participantes da pesquisa declararam o consentimento da publicação de seus dados.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

ARTIGO ORIGINAL

Entregadores de aplicativo nas charges “Os empreendedores”: uma análise discursiva

Ilka de Oliveira Mota¹<https://orcid.org/0000-0001-6637-4310>**Vitória Lourdes Brito de Sousa²**<https://orcid.org/0009-0007-9152-6620>¹Universidade Federal de São Carlos, Professora associada III, Buri, SP, Brasil.²Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências da Natureza, Buri, SP, Brasil.**Entregadores de aplicativo nas charges *Os Empreendedores*: uma análise discursiva**

Resumo: O presente artigo teve por objetivo analisar charges que abordam o tema do trabalho de entregadores de aplicativo, buscando compreender discursivamente seu modo de funcionamento. Para isso, apoiou-se no aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso Materialista na interface com a Sociologia do Trabalho. O *corpus* analítico é constituído de charges do cartunista Toni D’Agostinho, mais precisamente suas charges pertencentes à série intitulada “Os Empreendedores”. O resultado das análises mostrou que, por meio do recurso linguístico-discursivo da ironia, as charges desconstruem o discurso do empreendedorismo que está na base do discurso das empresas-aplicativo, colocando em evidência a insegurança, a vulnerabilidade e a precarização do trabalho na era neoliberal.

Palavras-chave: Entregadores de app; charges; discurso; precarização do trabalho; uberização.

App deliverers in *The Entrepreneur’s* cartoons: a discursive analysis

Abstract: This article aimed to analyze cartoons that deal with the theme of the work of app delivery workers, seeking to discursively understand their mode of operation. For this, it relied on the theoretical-methodological apparatus of Materialist Discourse Analysis at the interface with the Sociology of Work. The analytical *corpus* consists of cartoons by the cartoonist Toni D’Agostinho, more precisely his cartoons belonging to the series entitled “The Entrepreneurs”. The results of the analyzes showed that, through the linguistic-discursive resource of irony, the cartoons deconstruct the discourse of entrepreneurship that is in the basis of the discourse of application companies, highlighting insecurity, vulnerability and precariousness of work in the neoliberal era.

Keywords: App delivery workers; cartoons; discourse; the precarization of work; uberization.

Recebido em 20.10.2023. Aprovado em 05.02.2024. Revisado em 03.04.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Este artigo busca analisar charges que trazem em seu bojo o tema do trabalho de entregadores de aplicativo, também denominado “trabalhadores uberizados”. Para isso, nos valem do referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso de cunho materialista que trabalha no entremeio entre Língua, História e Inconsciente na interface com os estudos da Sociologia do Trabalho (Antunes, 2008, 2019, 2020, 2021). Nosso *corpus* analítico é constituído de charges de autoria de Toni D’Agostinho, hospedadas em seu blog (www.acarticatura.com.br). Tais charges fazem parte da série intitulada “Os empreendedores” e retratam, de uma forma condensada, o dia a dia dos entregadores de aplicativo com ênfase no discurso do empreendedorismo sobre sua atividade.

A título de organização do artigo, antes de analisar as charges, iremos delinear o lugar teórico-metodológico de onde enunciamos, trazendo para a consideração as noções teóricas de texto, discurso e formação discursiva mobilizadas na análise; explicitar as especificidades do trabalho dos entregadores vinculados a plataformas de entregas via aplicativo na era da Economia da Tecnologia Digital, também conhecida como *Gig Economy* e, finalmente, discutir sobre o funcionamento discursivo do gênero “charge”, atentando-nos para a suas regularidades. Por fim, e não menos importante, farão também parte de nossa reflexão a consideração sobre a leitura e, em especial, a ironia como recurso linguístico-discursivo.

A abordagem discursiva da linguagem

A Análise de Discurso (AD doravante) de cunho materialista se constitui pela relação que estabelece com três disciplinas do conhecimento científico, a saber: Linguística, Marxismo e Psicanálise. Assenta-se em pelo menos quatro postulados importantes, a saber: i. A linguagem é opaca, isto é, ela tem historicidade (Orlandi, 1999), o que permite ao analista de discurso compreender e explicitar os processos de significação postos em funcionamento no(s) discurso(s); ii. O sujeito é constituído pelo Outro e pela memória: conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que determinam e sustentam o dizer; iii. Não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia (Pêcheux, 1975); iv. O sentido se dá em relação a algo, ou seja, não há sentido em si ou colado às palavras.

O discurso é prática simbólica que se inscreve na história. Pêcheux (1969) o define como efeito de sentidos entre locutores historicamente situados, lugar no qual o pesquisador pode observar a relação entre língua e ideologia. Essa relação constitui no dizer regiões de sentidos ou formações discursivas (FDs), que correspondem às diferentes formações ideológicas de uma formação histórica. Para Courtine (1982, p. 249), cada FD corresponde a um domínio do saber que “[...] funciona como um princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações (determina ‘o que pode e deve ser dito’) e também como princípio de exclusão do não dizível”.

Ao enunciar, o sujeito linguageiro se projeta imaginariamente na forma-sujeito da FD com a qual está filiado ideológica e inconscientemente, assumindo seus sentidos enquanto sistema de evidências e de significações percebidas, aceitas e experimentadas (Pêcheux, 1988).

As FDs são heterogêneas e se relacionam de modos diversos entre si (por aliança, conflitos, contradição etc.). Entretanto, no modo de organização imaginária, as FDs comparecem sob o efeito da homogeneidade — do sujeito e dos sentidos. No processo de escuta analítica, esse efeito de homogeneidade é desfeito pelo analista da linguagem, resvalando a heterogeneidade constitutiva do discurso.

Texto e discurso

Para a AD, o texto é compreendido como unidade complexa de significação (Orlandi, 2001), uma vez que ele é produzido em determinadas condições de produção e estabelece relações com outros discursos. Enquanto materialidade simbólica, todo texto é construído a partir de outros textos, de outros discursos, sempre marcado por sua relação com a exterioridade, que é constitutiva.

A partir dessa posição, interessa-nos abordar o texto como um modo de formulação atravessado pelo interdiscurso, isto é, pela memória discursiva (o saber discursivo) que se constitui ao longo da história e produz dizeres para e por sujeitos historicamente constituídos e atravessados pelo inconsciente.

Enquanto espaço heterogêneo, o texto está vinculado a um discurso que é, para Authier-Revuz (1998), um conjunto de regularidades enunciativas, a partir do qual se manifesta a dispersão do sujeito, que é heterogêneo e cindido por excelência.

Do ponto de vista do discurso, texto é tudo que provém de um discurso que o sustenta. Sendo assim, um texto não consiste só e unicamente de palavras nem por um número limite delas. Nesse sentido, uma palavra pode ser concebida como texto desde que seja revestida de textualidade, isto é, quando sua interpretação derivar de um discurso que a sustenta, isto é, que a provê de realidade significativa (Orlandi, 2001). O mesmo se dá com o universo visual (misto ou verbo-visual), como é o caso de nosso *corpus* analítico: as charges.

As especificidades do texto charge

Compreendemos as charges como um objeto discursivo, que é constituído historicamente, o que significa que elas são concebidas dentro de um espaço-tempo determinado e que modificam a relação dos sujeitos com os objetos a saber.

Quanto a seu aspecto linguageiro, as charges são um tipo de texto que se caracteriza pelo jogo entre os planos verbal e não verbal conjuntamente, o que rompe com a ideia hegemônica de texto como um conjunto de palavras organizadas. Entretanto, há também charges constituídas apenas pelo plano não verbal.

Para Carmelino e Possenti (2019, p. 32), as charges são um tipo de gênero, “seja por sua estrutura, seja por suas formas de circulação e também por sua peculiar relação com o contexto histórico e social”. Enquanto tal, as charges são um gênero opinativo, multimodal e assinado, isto é, elas têm uma autoria institucionalmente reconhecida e versam sobre temas e fatos reconhecidos socialmente. Enquanto manifestação artística, os temas de que tratam as charges são recriados por meio de recursos gráficos, daí seu caráter de síntese (condensação), simplificação e/ou exagero em alguns casos.

A retomada é um dos elementos que constituem o discurso chargístico, ou seja, as retomadas de informações que circulam na sociedade estão na base desse tipo de texto, estabelecendo um jogo entre o interdito e o permitido (Teixeira, 2005).

Para compreender o jogo que as charges estabelecem, é preciso que o leitor faça um exercício (inconsciente) de retomada de enunciados, informações e acontecimentos que circulam na sociedade, em grande parte na mídia. Sem essa compreensão, o texto não faz sentido (o *nonsense* se estabelece) e não se cumpre o seu objetivo.

No processo de escuta analítica, as retomadas são fundamentais para a compreensão da trama de sentidos que tecem as charges, pois elas permitem recuperar, na memória discursiva, formulações produzidas anteriormente. De acordo com Courtine (2009, p. 103), “toda formulação apresenta em seu ‘domínio associado’ outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega, isto é, em relação às quais ela produz efeitos de memória específicos.”

Além desse aspecto de retomada, a charge pode contar, de modo sintético, uma história. Por meio de seus recursos gráficos, ela pode condensar, em um mesmo espaço (quadro), um acontecimento ou um fato ocorrido na sociedade. Ou seja, as charges, enquanto texto, funcionam pelo recurso da síntese, também conhecido como técnica de condensação, que é um tipo específico de elaboração dos sentidos.

Resta discorrer sobre o caráter humorístico das charges. Enquanto uma prática de linguagem, o campo da comicidade, do qual deriva o chiste, o cômico e o humor, conforme a distinção estabelecida por Freud (1905), se manifesta, em sua maioria, na relação conjunta entre a materialidade linguística e imagética.

De nossa parte, as charges não são um mero objeto de entretenimento e brincadeira; elas implicam relações sociais e políticas sérias, funcionando muitas vezes como forma de posicionamento político e crítica social contundente.

A ironia e (n) o processo de leitura

A leitura é um processo de compreensão ativa, ou seja, ela exige uma tomada de posição do sujeito leitor a respeito do discurso do outro, com fins de “analisar suas palavras, confirmá-las, adotá-las, contrariá-

las ou criticá-las em constante apreciação valorativa e réplica na relação dialógica que se desdobra durante o processo de leitura.” (Holanda, 2016, p. 97).

Nessa mesma direção, Orlandi (2012, p. 101) considera que a leitura é produção de sentidos, seja reproduzindo-os ou transformando-os: “quando estamos lendo, estamos participando do processo (socio-histórico) de produção de sentidos.” Assim, longe de ser uma prática de decodificar os signos linguísticos presentes no texto, a leitura é um processo de construção de sentidos que demanda interação e relações de sentido entre sujeitos historicamente constituídos.

Da perspectiva materialista, para compreender como um texto funciona, é preciso levar em consideração as suas condições de produção, que incluem os sujeitos, a ideologia, a memória e a situação. No caso das charges, o gesto do leitor não é somente o de codificar os elementos verbais e/ou verbo visuais, mas também de estabelecer relações de sentido entre o que é dito, o já dito e o que é/foi silenciado. Para Holanda (2016), “[...] deve-se conceber a leitura como processo dialógico e travar uma busca pela compreensão não de enunciações isoladas e monológicas, mas sim de enunciações completas, isto é, de todos os elementos (verbais e extraverbais) constituintes”.

Nesta pesquisa, adotamos a perspectiva de Orlandi (1986), para a qual a ironia funciona como elemento que causa uma ruptura no momento em que se estabelecem os processos de significação da linguagem. Ou seja, faz parte do funcionamento da ironia romper com os processos de significação estabelecidos institucionalmente. Lugar do outro sentido, a ironia abre para o equívoco da língua (o real da língua) e da história.

A ironia coloca à mostra a incompletude e a indeterminação da linguagem em razão da polissemia que está em sua base (Orlandi, 1986), além de estabelecer uma fronteira tênue entre o mesmo (paráfrase) e o diferente (polissemia); ou seja, ela joga sobre o mesmo e o diferente.

Um ponto importante a ser considerado a respeito de seu funcionamento é o fato de que a ironia aponta para a relativização dos significados, isto é, nela e por meio dela as palavras são ressignificadas quando produzidas em uma enunciação específica. Deste modo, “a ironia coloca em causa um corte essencial em que jogam nosso universo linguístico, cultural, ideológico, através da relação crítica com o senso-comum (ou com a ordem legítima)”, de acordo com Orlandi (1986).

O funcionamento discursivo da ironia atesta bem a afirmação de Michel Pêcheux (1983, p. 53) de que todo enunciado é “intrinsecamente suscetível de tornar-se outro”, o que significa dizer que o sentido pode deslocar-se para outras regiões de saber que lhe é distinta, abrindo lugar à interpretação. Para o autor, é a presença do *outro* nas sociedades e na história que faz emergir, no processo de leitura, pontos de deriva possíveis, compreendidos estes como espaços que permitem ao leitor interpretar.

A era do trabalho digital: os entregadores de aplicativo

É a partir do contexto de crise permanente do capital em curso desde 1970 que o capital busca cada vez mais novas formas de extrair lucro. Uma delas e talvez a mais eficaz é o uso da tecnologia. Como Antunes (*apud* Fachin, 2018) afirma, a reestruturação capitalista “é impensável sem o mundo digital, é impensável sem a era do mundo financeiro que ‘revolucionou’ o tempo e o espaço em todas as atividades produtivas”.

No capitalismo, trabalho e tecnologia constituem uma importante relação histórica de interdependência (Luna; Oliveira, 2022). A tecnologia tem um papel fundamental àqueles que detêm os meios de produção, já que contribui para o aumento do lucro e permite a redução da força de trabalho. Com vistas aos interesses do Capital, assistimos a um intenso esforço para o desenvolvimento das inovações tecnológicas no mundo do trabalho. Dentro desse contexto, surge a *Indústria 4.0*, também conhecida como *Quarta Revolução Industrial*, “como um componente da reestruturação produtiva permanente do capital, que tem como centralidade a exploração e precarização dos trabalhadores — por meio do trabalho digital” (Luna; Oliveira, 2022, p. 74).

Nesse cenário, tanto o trabalho digital quanto as TICs convocam um novo modelo estrutural da gestão organizacional dos processos laborais contemporâneo. Esse modelo tem favorecido a ampliação do trabalho morto — por meio das ferramentas e maquinarias robotizadas —, culminando na intensificação da flexibilização e da precarização da força de trabalho (Luna; Oliveira, 2022).

Os entregadores de aplicativos, também conhecidos como “entregadores uberizados”, são trabalhadores autônomos que realizam entregas de produtos solicitados por meio de aplicativos em seus próprios veículos ou alugados, geralmente bicicletas, motocicletas ou carros. Eles são contratados como prestadores de serviços pelos aplicativos de entrega e são remunerados por entrega realizada, muitas vezes sem vínculo empregatício formal.

Para os sociólogos do trabalho, a forma denominada “uberização do trabalho” consiste no mascaramento de relações assalariadas, que comparecem, no fio do discurso, sob o efeito de “trabalho do empreendedor”, do trabalho do prestador de serviços, resultando em precarização do trabalho e eliminação de direitos. A precarização do trabalho é um conceito importante que, para Soares (2019), está relacionado “às distintas formas de rebaixamento salarial, degradação das condições de trabalho, retirada de direitos trabalhistas historicamente conquistados e fragmentação da classe operária atingindo homens e mulheres.” (Soares, 2019, p. 295). Ou seja, essas novas formas de trabalho interdita a regulação protetiva, o que resvala na exploração do trabalho e na precarização de suas condições (Antunes; Figueiras, 2020).

Por sua vez, o termo “sujeito uberizado” é atribuído aos trabalhadores que seguem o “contrato de zero hora”, tal como foi adotado na Inglaterra (“*zero-hour contract*” em inglês), ou “recibos verdes” em Portugal, ou ainda “voucher” na Itália até 2017, e por aí seguem as versões dessa forma de trabalho nos países que adotam uma agenda neoliberal em sua faceta mais cruel. Todas elas são modalidades de trabalho intermitente, nas quais os trabalhadores são remunerados de acordo com as horas trabalhadas, o que significa dizer que, nessa lógica empresarial contemporânea sustentada pelo Aparelho Digital (Adorno; Nogueira, 2020), o tempo de espera não é considerado trabalho. Esse é um ponto fundamental dessa nova forma de organização do trabalho: enquanto os direitos trabalhistas são aniquilados, produz-se a ilusão de que o sujeito é empresário dele mesmo, o dito “empreendedor”, e, por tabela, “parceiro” da organização, resultando na diluição da figura do trabalhador. Para Bomardelli (2019, p. 85) afirma que “O sujeito trabalhador, agora deslocado para sujeito empresário, é aquele que encarna a memória do empreendedorismo, nas condições econômicas do neoliberalismo, que se submete às regras da empresariabilidade”.

Ao degradar a vida no trabalho, esse mecanismo retórico, característica fundamental da era informacional-digital, se aproxima muito daquilo que se viveu na era da revolução industrial. Para Antunes e Figueiras (2020, p. 6), as plataformas digitais impõem comumente os trabalhadores “o rótulo de autônomo/as, sendo o trabalhador/a remunerado por tarefa ou lapsos temporais mínimos (como horas), sem qualquer garantia de jornada e de remuneração, o que acarreta implicações importantes na dinâmica da gestão e controle da força de trabalho (dada a ausência de compromisso explícito de continuidade.” Assim, embora haja uma forte exaltação das liberdades individuais na retórica desse novo maquinário de trabalho instalado na contemporaneidade, nunca na história o tempo se fragmentou tanto a ponto de se aproximar do trabalho escravo.

Análise das charges *Os empreendedores*

As charges que compõem nosso *corpus* analítico fazem parte de uma série intitulada “Os empreendedores”, de autoria de Toni D’Agostinho, hospedadas no blog do artista cunhado “A caricatura” (2023). Faz parte dessa série um total de 25 charges. Para este trabalho, selecionamos cinco charges representativas do modo de funcionamento discursivo.

Vale dizer que todas as charges foram desenhadas com estilo básico, em preto-branco, exceto os instrumentos de trabalho (mochila, capacete, celular e, em alguns casos, a roupa) são coloridos (vermelho, laranja e verde). Os desenhos mostram os personagens trabalhadores de aplicativos, mas a principal regularidade discursiva é o trabalho irônico com o discurso do empreendedorismo sobre a sua atividade.

É possível observar uma regularidade importante em todas as 25 charges que compõem a série *Os empreendedores*: a ironia é produzida na relação entre a denominação “Os empreendedores”, que aparece na parte superior das charges, em caixa alta, e o conteúdo nelas presente. As charges fazem transbordar as contradições, tensões e conflitos que constituem o trabalho dos entregadores de *app*, fundamentalmente o discurso do empreendedorismo.

A respeito da Figura 1, apresentada a seguir, a resposta do entregador à pergunta “Você não dorme melhor sabendo que é seu próprio patrão?” é irônica e, como tal, desconstrói (Orlandi, 1986) a ideia de que o empreendedorismo seria algo positivo na vida dessa categoria laboral. Observe:

Figura 1 – “Eu não durmo”



A resposta “Eu não durmo” quebra com a expectativa da pergunta, que supõe autonomia e liberdade associadas comumente, na sociedade capitalista neoliberal, ao trabalho de entregador de aplicativo. No plano do imaginário, tudo se passa como se, ao ser seu “próprio patrão”, o trabalhador tivesse controle de seus horários e flexibilidade na realização de suas atividades laborais. Na contramão dessa lógica, a resposta do entregador denuncia a realidade precária do ofício e a exaustão que ele promove, o que pode ser observado pelo modo de sua construção morfossintática. O enunciado “Eu não durmo” revela a exploração a qual os entregadores são submetidos. Como afirma Marx (2017, p. 116), a produção capitalista é “[...] uma dissipadora de seres humanos, de trabalho vivo, uma dissipadora não só de carne e sangue, mas também de nervos e cérebro.”

A ironia que permeia a charge coloca em evidência a precariedade e os desafios enfrentados pelos trabalhadores desse setor. Mesmo que haja uma aparente (ilusória) autonomia, a falta de sono que está implicada na formulação “Eu não durmo” evidencia as longas horas de trabalho e a constante pressão para cumprir metas e atender às expectativas das empresas-aplicativo.

A charge mostra um furo no ritual dos *apps*, mostrando suas contradições e abre para a reflexão sobre as condições precarizadas de trabalho dessa categoria. Ela questiona a suposta liberdade e autonomia que essa nova forma de trabalho promete e, ao mesmo tempo, escancara as dificuldades e precariedades vivenciadas pelos trabalhadores. Ao apresentar essa contradição de forma humorística, a charge coloca em questão as condições de trabalho desse setor, tais como garantia de direitos trabalhistas, segurança e melhores condições para os entregadores, tudo o que o Capital e a pauta neoliberal não querem.

O que fica apagado no discurso empresarial, mas transborda no discurso que atravessa a charge em questão é o fato de que o empreendedorismo, enquanto discurso, atua como uma medida das empresas-aplicativo de se isentar da responsabilidade de gerir seus trabalhadores, já que seu sistema de trabalho transfere o gerenciamento do tempo para o próprio entregador.

A Figura 2 faz referência, no nível intertextual, à fotografia de Tiago Queiroz (à direita), que se transformou em símbolo da precarização da profissão (Fotografia extraída do jornal O Estadão, de 07 dez. 2020, intitulada “O descanso dos *bikeboys*”, de Tiago Queiroz). Essa fotografia teve uma circulação importante nos diferentes meios midiáticos burgueses e alternativos nacionais. Justaposta à Figura 2 é possível vislumbrá-la a seguir.

Figura 2 – O descanso dos bikeboys



A Figura 2 traz o cenário natalino como mote. Nela dois entregadores vestidos de papai Noel são retratados descansando, exaustos, em uma pilastra, sob o fundo musical “É Natal”. Pelo plano não verbal, há sentidos em tensão. De um lado, a charge mostra os trabalhadores reféns da lógica neoliberal em que o lucro do capital supera qualquer necessidade humana, no caso o descanso, o sono. De outro, há uma brecha que expõe a parada para o descanso como signo de resistência à lógica de exaustão que esse trabalho configura.

A charge coloca em cena o fato de que, para a metabolização do capital, é necessária a superexploração do trabalho (Antunes, 2008), daí a utilização intensa das formas nefastas de precarização dessa classe trabalhadora. A Figura 3 materializa bem esse funcionamento de superexploração do tempo dos sujeitos trabalhadores nesse contexto laboral, como pode-se observar a seguir:

Figura 3 – O tempo exaustão



A charge denuncia como o tempo de trabalho nesse contexto das empresas-aplicativo ocupa quase todo o tempo de vida do trabalhador. No eixo da formulação verbo-visual, o trabalhador começa às 10h e vai até às 23h de modo ininterrupto. Note-se que a mochila vai aumentando de tamanho à medida que as horas passam, produzindo como efeito de sentido a invisibilidade do entregador e a superexploração que sofre. Ao mesmo tempo em que denuncia, a charge ironiza a ideologia do empreendedorismo, colocando por terra a fórmula “empresário de si mesmo” bastante difundida na atualidade. O discurso do empreendedorismo que exalta as liberdades individuais no contexto da retórica do maquinário digital desaba, resvalando na liquidez do tempo do trabalhador: “O tempo não pertence aos seres humanos concretos (e formalmente livres), mas ao ciclo integrado do trabalho.” (Benardi Bifo, 2010, *apud* Antunes, 2019, p. 27).

Ainda com relação à categoria tempo que a charge traz para a cena discursiva, Feffermann, Luz e Ferreira (2023, p. 7) afirmam “o tempo de trabalho ocupa quase todo o tempo da vida, expressando-se na: disponibilidade para um possível pedido; espera do cliente; compra no supermercado; espera da entrega dos restaurantes”, entre outros.

Na sequência, a Figura 4 expõe os riscos, a insegurança e a vulnerabilidade intrínsecos ao trabalho de entregadores que utilizam motocicletas como ferramenta laboral.

Figura 4 – “Tive um acidente”



No diálogo estabelecido entre entregador e empresa: “Socorro... tive um acidente”, “Antes ou depois de entregar a encomenda?”, a charge escancara ironicamente um aspecto fundamental das empresas-aplicativo: eximem-se da responsabilidade inerente aos vínculos empregatícios, dos riscos e custos do trabalho e, ao mesmo tempo, eliminam proteções, direitos e garantias, como afirmam Feffermann, Luz e Ferreira (2023, p. 4).

Na charge evidencia-se a extrema vulnerabilidade quanto à falta de segurança, à suscetibilidade do trabalho e sua precarização, à inexistência de proteção aos trabalhadores, desresponsabilizando e transferindo para o trabalhador a incumbência de garantir sua segurança, tal como está materializada no eixo intradiscursivo: “Antes ou depois de entregar a encomenda?” Metaforicamente, trata-se de uma pergunta feita por um sujeito representante do Capital, vinculado a uma pauta neoliberal que desumaniza o trabalhador.

A não responsabilização das empresas-aplicativo em relação aos direitos trabalhistas torna os entregadores vulneráveis frente às condições climáticas ou qualquer outro imprevisto como acidentes ocorridos no trabalho, como é retratado pela charge em questão.

Esse tipo de trabalho se aproxima muito daquilo que Marx (2004) afirmou nos Manuscritos Econômico-Filosóficos: o trabalhador se transforma em mercadoria, tornando-se um ser estranho, um meio de sua existência individual. Nessa via, o que deveria ser fonte de humanidade se converte em alienação e estranhamento

dos trabalhadores. Esse processo de alienação do trabalho não resulta apenas em perda do objeto, mas fundamentalmente do próprio ato de produção, resultado da atividade produtiva já alienada. Noutros termos, no capitalismo, o trabalhador não se satisfaz no trabalho, mas se degrada; não se reconhece nele. Desumaniza-se (Antunes, 2008).

Como é sabido, o empreendedorismo é um discurso que faz parte da formação ideológica neoliberal. Como parte desse discurso, a ideia de parceria está fortemente presente. No plano do imaginário, tudo funciona como se o entregador fosse um empresário que trabalhasse em parceria com os oligopólios, colocando ambas as figuras (proletários e burgueses) em um mesmo patamar social, dissimulando igualdade nas diferentes posições-sujeito: classe operária, de um lado, e a burguesia, de outro, como observa-se na Figura 5.

Figura 5 – A parceria



A Figura 5 convoca, na memória discursiva, a ideologia do empreendedorismo, tal como é difundida pelos aparelhos ideológicos de informação (Althusser, 1970) e é deslocada (desconstruída) no diálogo estabelecido entre os entregadores: “Até hoje não entendi a nossa parceria com o aplicativo de entregas”, em que o colega, sob tom irônico, enuncia: “A parceria é simples: nós pedalamos pra viver e eles vivem pra lucrar.”

Há um jogo de sentidos produzido entre os verbos pedalar, viver e lucrar. Enquanto os entregadores pedalam — e pedalar aqui significa *trabalhar*, isto é, vender a sua força de trabalho —, os homens detentores dos meios de produção vivem e lucram ao mesmo tempo, às custas da superexploração da força de trabalho daqueles. O jogo simbólico estabelecido entre vida e lucro (empresários), de um lado, e vida e trabalho/pedalar (trabalhadores), de outro, desnuda os sentidos dissimulados que a palavra parceria convoca no imaginário social.

Importa dizer que a formação discursiva pró-empreendedorismo, determinada pela formação ideológica neoliberal, atua de forma a produzir a ilusão de autonomia do sujeito, corroborando a lógica do efeito de evidência sob a qual o sujeito-empreendedor ergue a si mesmo e sua “empresa” por meio de seu esforço, capacidade e criatividade.

O texto chargístico é revelador do que está implicado nessa ideologia empreendedora neoliberal: quem trabalha não é o mesmo que quem enriquece cada vez mais; trata-se, pois, de posições-sujeito distintas do ponto de vista socio-histórico e ideológico. Assim, embora na lógica do capitalismo de plataforma todos os sujeitos — entregadores e os donos dos oligopólios — passam a ser chamados indistintamente de “colaboradores”, “parceiros” e, conforme Alves (2007, p. 172), “supostamente pessoas livres, juridicamente iguais”, a charge denuncia que há parceiros mais iguais que outros.

Considerações finais

Apoiados no aparato teórico-metodológico da análise de discurso materialista na interface com os estudos da Sociologia do Trabalho, este artigo objetivou analisar o funcionamento discursivo de charges que trazem em seu bojo o tema da uberização do trabalho, em especial dos entregadores de aplicativo.

O resultado das análises mostrou que, por meio do recurso linguístico-discursivo da ironia, as charges desconstruem o discurso do empreendedorismo que está na base do discurso das empresas-aplicativo, colocando em evidência aquilo que ele dissimula: a insegurança, a vulnerabilidade, a destruição dos direitos trabalhistas, enfim, a precarização do trabalho. Como explicitamos nas análises, todas as charges jogam ironicamente com a expressão linguística que dá título a elas, qual seja: *Os empreendedores*. Assim, a partir da elaboração imagético-textual no jogo estabelecido com o título, as charges explicitam ironicamente as condições perversas dessa nova forma de trabalho pós-moderna que caracteriza a economia *gig*.

De nossa parte, as charges, ao desconstruir o discurso hegemônico do Capital, isto é, dos oligopólios de aplicativos, materializam, no plano simbólico (visual e verbo visual), a resistência à precarização que essa forma perversa de trabalho promove e, ao mesmo tempo, denunciam o enriquecimento (lucro) dos grandes empresários, evidenciando seus reais interesses econômicos nessa forma de trabalho contemporânea.

Referências

- A CARICATURA. Os Empreendedores. Disponível em: <https://www.acaricatura.com.br/copia-publicacoes-2>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- ADORNO, G.; NOGUEIRA, L. O sujeito discursivizado como empresa no youtube: trabalho e condições (digitais) de produção. In: SEMINÁRIOS DE ESTUDO EM ANÁLISE DO DISCURSO (SEAD): A ANÁLISE DO DISCURSO E SUAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: 1969–2019, 9., 2020, Recife, PE. Anais Eletrônico [...]. Recife, PE: UFPE, 2020. 1–7. Disponível em: <https://philarchive.org/rec/ADOOSD>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. Tradução de Joaquim José Moura Ramos. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1970.
- ALVES, G. Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina, PR: Práxis, 2007.
- ANTUNES, R. (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ANTUNES, R. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E TRABALHO, 28–29 nov. 2008, São Paulo.
- ANTUNES, R.; FIGUEIRAS, V. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27–43, abr./jul. 2020.
- ANTUNES, Ricardo. “Uberização” do trabalho: caminhamos para a servidão, e isso ainda será um privilégio. [Entrevista concedida ao] Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591102-uberizacao-nos-leva-para-a-servidao-diz-pesquisador>. Acesso em: 29 maio 2021.
- AUTHIER-REVUZ, J. Palavras incertas: as não coincidências do dizer. Tradutora e coordenação de Maria Onice Payer. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.
- CARMELINO, A. C.; POSSENTI, S. Charge, memória e polêmica: o caso Bolsonaro. *Revista Diálogos Pertinentes*, v. 15, n. 2, p. 27–50, 2019.
- COURTINE, J-J. Définition d’orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. *Philosophiques*, Québec, v. 9, n. 2, p. 239–264, Oct. 1982.
- COURTINE, J-J. Análise do discurso político. São Carlos: EDUFSCar, 2009.
- FACHIN, P. O proletário digital na era da reestruturação permanente do capital. Entrevista especial com Ricardo Antunes. Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 21 ago. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/582010-oproletario-digital-na-era-da-reestruturacao-permanente-do-capital-entrevista-%20especial-com-ricardo-antunes>. Acesso em: 15 out. 2023.
- FEFFERMANN, M.; LUZ, L. C. X.; FERREIRA, M. D. M. O trabalho de jovens entregadores por aplicativos em tempos de pandemia. *Civitas: Revistas das Ciências Sociais, Dossiê: Juventudes latino-americanas: desafios e potencialidades no contexto da pandemia*, v. 23, jan./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2023.1.42494>. Acesso em: 16 out. 2023.
- FREUD, S. El Chiste e su Relación con lo Inconciente. In: *Obras Completas*: v. 8. 2. ed. 1. Reimp. Traducción directa del alemán de José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, 1905, [1989].

HOLANDA, J. A. A constituição da ironia no gênero tira: uma análise no caderno educacional. Revista Temporis, v. 16, n. 2, Número Especial, p. 97-108, 2016.

LUNA, N. T. C.; OLIVEIRA, A. S. M. Os entregadores de aplicativos e a fragmentação da classe trabalhadora na contemporaneidade. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 73–82, jan./abr. 2022.

MARX, K. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Boitempo Editorial, São Paulo, 2004.

ORLANDI, E. Destruição e construção do sentido: um estudo da ironia. In: Série Estudos Faculdades Integradas de Uberaba, n.12, 1986.

ORLANDI, E. Análise de discurso: princípios & procedimentos. Campinas, Pontes, 1999.

ORLANDI, E. Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. Discurso e Leitura. São Paulo: Cortez, 2012.

PÊCHEUX, M. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas-SP: Ed. da Unicamp, 1969.

PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

SOARES, J. L. Precarização e flexibilização do trabalho no contexto da reestruturação e descentralização produtiva na indústria de Catalão (GO). In: ANTUNES, R. (org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

TEIXEIRA, L. G. S. Sentidos de humor, trapaças da razão: a charge. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005.

Ilka de Oliveira Mota ilka.mota@ufscar.br Pós-doutorado em Linguística Aplicada (2019), doutorado em Linguística Aplicada (2010) e mestrado em Linguística (2004), todos os títulos obtidos pela Universidade Estadual de Campinas (DLA/DLA/DL respectivamente). Professora associada III da Universidade Federal de São Carlos, Câmpus Lagoa do Sino.

Vitória Lourdes Brito de Sousa

vitorialbs@estudante.ufscar.br

Graduada em Administração com ênfase em Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de São Carlos, Câmpus Lagoa do Sino. Centro de Ciências da Natureza (CCN).

UFSCar - Câmpus Lagoa do Sino

Rodovia Lauri Simões de Barros, km 12, 189

Aracaçu, Buri – SP

CEP:18290-000

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições das autoras

Ambas as autoras contribuíram igualmente na revisão bibliográfica, bem como na formulação dos objetivos, na construção do corpus e análise das charges.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

As autoras consentem a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe

Jaime Hillesheim – Comissão Editorial

ARTIGO ORIGINAL

Curricularização da extensão: realidade da Regional Sul I da ABEPSS

Diego Tabosa da Silva¹

<https://orcid.org/0000-0001-8589-109X>

Monique Bronzoni Damascena³

<https://orcid.org/0000-0002-8961-4580>

Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira Coelho²

<https://orcid.org/0000-0002-1952-7633>

Sandra Lourenço de Andrade Fortuna⁴

<https://orcid.org/0000-0002-3383-4461>

¹Universidade Estadual de Montes Claros, Departamento de Política e Ciências Sociais, Curso de Graduação em Serviço Social, Montes Claros, MG, BR

²Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Serviço Social, Londrina, PR, BR

³Universidade Federal do Pampa, Departamento de Serviço Social, Curso de Graduação em Serviço Social, São Borja, RS, BR

⁴Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social, Londrina, PR, BR

Curricularização da extensão: realidade da Regional Sul I da ABEPSS

Resumo: Objetiva-se refletir sobre as particularidades do processo de curricularização da extensão nas Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os dados ora analisados foram extraídos dos mapeamentos e das atividades organizadas pela Regional Sul I da ABEPSS, entre os anos de 2021 e 2023. Trata-se de um tema urgente diante dos inúmeros desafios e da necessidade de incorporar, de modo qualificado a extensão universitária nos currículos dos cursos de Serviço Social. Os resultados coletados sinalizam a sua importância no interior da formação e do trabalho profissionais; promover debates contínuos para que alcancemos práticas extensionistas que consolidem o tripé do ensino superior e respondam verdadeiramente às demandas sociais. Denotam também a necessidade de superar os processos burocráticos institucionais, no sentido de garantir uma concepção de extensão que seja vinculada às lutas e resistências instituídas pela classe trabalhadora.

Palavras-chave: Extensão; Curricularização; Serviço Social; Regional Sul I; ABEPSS.

Curricularization of extension: the reality of ABEPSS Southern Region I

Abstract: The aim is to reflect on the particularities of the extension curricularization process in the Academic Training Units of Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul. The data analyzed here was extracted from the mappings and activities organized by the ABEPSS South I regional office between 2021 and 2023. This is an urgent issue given the numerous challenges and the need to incorporate university extension into the curricula of Social Work courses in a qualified manner. The results collected indicate its importance within professional training and work; promoting ongoing debates so that we can achieve extension practices that consolidate the tripod of higher education and truly respond to social demands. They also show the need to overcome institutional bureaucratic processes in order to guarantee a concept of extension that is linked to the struggles and resistance instituted by the working class.

Keywords: Extension; Curricularization; Social Work; Southern Region I; ABEPSS.

Recebido em 01.11.2023. Aprovado em 08.12.2023. Revisado em 04.04.2024.



Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons (CC BY) que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Parte-se do pressuposto de que a curricularização da extensão pode significar um avanço na consolidação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no entanto, ressaltamos que este processo não se faz sem contradições e dilemas, postos no âmbito das condições objetivas diante da precarização e desmonte da educação no Brasil, particularmente no ensino superior, diante da compulsoriedade no cumprimento dos 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação.

Objetiva-se neste artigo, portanto, analisar as particularidades da implantação do processo de curricularização da extensão, o qual se apresenta com inúmeros desafios diante da necessidade de incorporar, de modo qualificado, a extensão universitária nos currículos dos cursos de Serviço Social da Regional Sul I da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)¹, ainda que, o reconhecimento do tripé do ensino superior e da importância de compreender uma universidade socialmente referenciada e em defesa dos interesses da classe trabalhadora, sejam defesas e debates constantes na nossa área.

As gestões da ABEPSS “Aqui se respira luta” (2021/2022) e “Em luta seguimos atentas e fortes, Luciana Cantalice presente!” (2023/2024) têm realizado espaços de diálogo com as Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) com o objetivo de identificar como o processo de adequação tem sido feito pelos cursos de Serviço Social e como os “nós” deste processo têm aparecido em cada região do País.

Nessa direção, a aproximação à realidade vivida ora apresentada, sustenta-se a partir de mapeamentos e das diversas atividades organizadas pela Regional Sul I da ABEPSS junto às UFAs dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul entre os anos de 2021 e 2023. O mapeamento foi efetuado por meio de questionário do *Google forms* e das rodas de conversa realizadas de forma remota, pela plataforma *Google Meet*. No mapeamento realizado em 2021, das 40 UFAs da região², 16 responderam ao levantamento e em 2023, das 36 UFAs³, obteve-se resposta de nove UFAs. Nas rodas de conversas tivemos 60 participantes, em 2021; e, em 2023, 20 participantes.

Este estudo está estruturado, inicialmente, a partir da reflexão sobre as disputas e dilemas no enfrentamento à compulsoriedade da curricularização da extensão. Em seguida, faz-se uma aproximação ao projeto de formação profissional do Serviço Social e os desafios do processo de curricularização da extensão, trazendo à tona a análise dos dados levantados e, por fim, apresenta-se as considerações finais.

Disputas e dilemas no enfrentamento à compulsoriedade da curricularização da extensão

Ao discutir o processo de curricularização da extensão na Regional Sul I da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), é fundamental compreender que este processo é marcado por um cenário de disputa de concepção de educação, universidade e da extensão. Não é possível mencionar apenas aspectos normativos ao abordar este processo, pois ele envolve necessariamente disputas políticas.

De todo, é importante pontuarmos as normativas que abordam o debate da extensão, de forma a expressar como a compulsoriedade da extensão nos currículos ocorre e quais processos e disputas ela envolve. Este estudo limita-se a pontuar marcos históricos a partir da Constituição Federal (CF) de 1988 (Brasil, 1988), por meio das análises de Bertollo (2021), a qual alude cinco pontos fulcrais a partir da nova carta magna brasileira, sendo eles:

A Constituição Federal (CF) de 1988 que no art. 207 estabelece o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão;

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Lei nº. 9.364/96) que apresenta uma concepção de currículo;

A Meta 23 do Plano Nacional de Educação (2001–2010) que indicou o percentual de 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior a ser vivenciado pelos estudantes em atividades de Extensão (Lei nº 10.172/2001; Brasil, 2001);

A Meta 12, estratégia 12.7, do Plano Nacional de Educação (2014-2024), que estabeleceu o percentual de 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária (Lei nº 13.005/2014); e

A Resolução 07, de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação, que Estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimentou o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 (Bertollo, 2021, p. 152, grifo nosso).

A referida autora destaca que o percurso legal-normativo em questão se refere ao processo de abertura democrática brasileira, após mais de 20 anos sob o regime militar. A aprovação da CF de 1988 no Brasil representa a luta por direitos, mas não a faz sem contradições. Recorrendo à Marini (1988), Bertollo (2021, p. 152) pontua que nesse período as pactuações possíveis e permitidas de serem materializadas no texto da Constituição Federal de 1988 em que “a influência da vertente democrática burguesa na CF de 1988, que representa sua maior novidade, não contraria em absoluto a sua essência liberal, determinação esta que ganhará novos contornos na década seguinte”.

Além do texto constitucional apontar para a indissociabilidade do tripé constitutivo da universidade pública: ensino, pesquisa e extensão, outra normativa merece destaque: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) — Lei nº 9.394, de 1996 —, que estabelece a extensão como uma das finalidades da universidade e, seguindo a orientação constitucional, faz a previsão de repasse financeiro para a extensão universitária em seu artigo IV, inciso 2: “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo” (Brasil, 1996, p. 2).

Ainda que este estudo não tenha como objetivo discorrer sobre a trajetória do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão Universitária (FORPROEX) das universidades públicas brasileiras, insta destacar que este fórum foi responsável, junto ao Ministério da Educação (MEC), pela organização das políticas de extensão universitária. Entre elas, destacamos: o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), de 1993; o Plano Nacional de Extensão, de 1998; e a Política Nacional de Extensão Universitária, de 2012. É salutar o protagonismo do FORPROEX na normatização de uma política cuja orientação esteja pautada na concepção de extensão como:

[...] processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (FORPROEX, 2012).

Apesar da Constituição Federal de 1988 e da LDB já mencionarem a extensão como indissociável do ensino e pesquisa e prever orçamento para a execução da mesma e em que pese a trajetória do FORPROEX na defesa da extensão, a história mostra que a extensão foi o último elemento do tripé ensino, pesquisa e extensão, a ser regulamentado, ocorrendo de forma tardia, mesmo nas universidades públicas, e ainda, por meio de uma normatização “pelo alto” e sem o necessário debate acadêmico e com a sociedade.

É fundamental explanar sobre a concepção de extensão defendida neste trabalho, diante do cenário de disputas que caracterizam a política de educação e a universidade no país na conjuntura atual. Concordamos com o sentido atribuído à extensão no documento Curricularização da Extensão e Serviço Social, construído pela ABEPSS (2022), o qual concebe a extensão como popular, comunicativa e orientada para processos de uma educação emancipatória:

Que se balize pelo método da educação popular pois coloca como ponto de partida a autonomia dos sujeitos e construção de alternativas junto com eles respeitando seus interesses;

Que reafirme a atualidade do significado da relação profissional com os movimentos sociais redimensionando criticamente a formação e o perfil profissional fortalecendo os processos de renovação profissional;

Que referencie práticas educacionais emancipadoras como forma de superar o enfoque de “difusão” atuando com maior inserção na realidade social e política brasileira (ABEPSS, 2022, p. 27).

No que tange à compulsoriedade da incorporação da carga-horária de 10% em extensão, a Política Nacional de Extensão, destaca o avanço que esta acreditação significa, mas ao mesmo tempo reconhece a lentidão da implementação desse processo e atribui a isto ao “ranço conservador e elitista da universidade e à falta de recursos financeiros e organizacionais, dentre outros problemas” (ABEPSS, 2009, p. 26).

O novo Plano Nacional de Educação para o período de 2014 a 2024 dá sequência ao processo de curricularização da extensão e reforça a necessidade de “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de

créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Brasil, 2014).

A legislação que vai impulsionar esse processo em todo o país é a Resolução MEC nº 07/2018, que regulamenta as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior, estabelecendo seus fundamentos, princípios e procedimentos, dentre eles o necessário processo de curricularização da extensão universitária.

O FORPROEX (2019, p. 2) entende que a normativa em questão é um avanço para a consolidação da extensão e que sua creditação “leva ao fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto no Art. 207 da Constituição Federal”. No entanto, ressaltamos que este processo não se faz sem contradições e dilemas que ainda permanecem sem solução.

Consideramos que esta questão deve ser entendida e pautada a partir dos fundamentos da ordem social vigente e dos moldes de educação e de universidade requeridos para a sua perpetuação. Nessa perspectiva, se põe como tarefa imediata nos atentarmos às tentativas de deturpação do conceito de extensão definido pelo Forproex (2012), negarmos as intenções de reduzir a extensão à mera exigência curricular ofertada de forma flexibilizada, rechaçarmos a intenção de conformá-la prioritariamente em ações de ‘prestação de serviços’ realizadas em parceria com empresas e entidades cujos princípios orientadores são a privatização e o lucro, em detrimento de programas, projetos e cursos que tenham efetivo alcance e desencadeiem transformações sociais e culturais com perspectiva de emancipação da classe trabalhadora (Bertollo, 2021, p. 154).

Ainda de acordo com a autora, a exigência da curricularização da extensão expressa uma contradição, pois apresenta a possibilidade do desenvolvimento de atividades extensionistas na perspectiva da extensão como um “momento importante do processo de ensino-aprendizagem de novos/as assistentes sociais e que pode contribuir direta e significativamente no enfrentamento dos dilemas da sociedade brasileira, se assumir e se orientar pelo caráter popular e classista”. Por outro lado, a compulsoriedade do cumprimento dessa meta tem se colocado sem condições objetivas adequadas por parte das universidades devido ao contexto de aguda precarização e desmonte da educação (Bertollo, 2021, p. 150).

Todo este processo ganha ainda mais complexidade dado o prazo de três anos⁴, imposto pela Resolução MEC nº 07/2018, para as instituições de educação atenderem às exigências de curricularização da extensão⁵, período que foi extremamente atravessado pela Pandemia da Covid-19.

A avaliação deste cenário indica o enorme desafio que é o de incorporar de modo qualificado a extensão universitária nos currículos dos cursos de Serviço Social, ainda que o reconhecimento do tripé do ensino superior e da importância de compreender uma universidade socialmente referenciada e em defesa dos interesses da classe trabalhadora sejam defesas e debates constantes na nossa área.

O Projeto de Formação Profissional do Serviço Social e os desafios do processo de curricularização da extensão

Marilda Iamamoto (2000), aponta que as condições que expressam o trabalho do assistente social expressam também a dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade e ele participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, dá resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora.

Como a sociedade é portadora de projetos sociais distintos — projeto de classes para a sociedade —, tem-se um terreno histórico aberto à construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis de projetos mais amplos para a sociedade. É essa presença de forças sociais e políticas reais — e não mera ilusão — que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais.

O projeto de profissão construído pelo Serviço Social nos últimos 40 anos de forma coletiva, denominado por Paulo Netto (1999) como Projeto Ético-Político do Serviço Social, forjou-se nas lutas dos movimentos sociais e está articulado a um projeto societário anticapitalista. Foi edificado no movimento da história, tensionado pelos movimentos sociais, inicialmente latino-americano nos meados da década de 1960 e, posteriormente, na efervescência social brasileira da década de 1980.

No âmbito da formação, os fundamentos do Projeto Ético-Político do Serviço Social, vão legitimar um perfil profissional comprometido com o aperfeiçoamento intelectual constante e comum à formação acadêmica de qualidade⁶. Pretende-se, pois, a constituição de um conjunto de mediações entendida nas Diretrizes Curriculares⁷ como relação teoria-prática que ao permear toda a formação profissional, possibilita a articulação entre ensino-pesquisa-extensão, articulação que figura como um dos princípios que fundamentam a formação profissional (ABESS, 1997). É exatamente esta lógica curricular inovadora de interação entre as disciplinas e outros componentes curriculares, presentes nas diretrizes da ABEPSS que podem facilitar o processo de curricularização da extensão.

Assim, compreendemos que o processo de curricularização da extensão pode potencializar a formação de maneira a colocar o conjunto dos estudantes em relação direta com a realidade brasileira em suas diversas expressões, com contornos cada vez mais imbricados e indissociáveis na relação teoria e prática, o que já se constitui como importante para todas as áreas de formação.

A extensão pode se configurar como espaço de compromisso com as lutas, contra as formas de preconceito, por meio de ações que venham fortalecer a luta dos trabalhadores/as, que atue junto aos Movimentos Sociais organizados, que seja gratuita, socialmente referenciada. Uma extensão em sintonia com os princípios e valores do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Como já mencionado, a adequação à normativa que regulamenta o processo de curricularização da extensão dá-se em um cenário de disputas, na política de educação, nas universidades e na própria concepção de extensão no país.

Sobre os “nós” desse processo, a ABEPSS (2021)⁸ destaca aspectos nos quais orienta que as Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) tenham atenção especial como: 1. Concepção de extensão; 2. Cômputo da carga horária docente; 3. Especificação do tipo de atividade a ser creditada como extensão; 4. Perfil dos estudantes de serviço social; 5. Fontes de financiamento; 6. Relação entre extensão e outros componentes curriculares como Estágio e; 7. A relação entre extensão e as Atividades Acadêmicas Complementares (AAC).

No que tange à concepção de extensão, as UFAs da região SUL I apontaram estar alinhadas à concepção de extensão acumulada pelo Serviço Social e expressa no documento orientador da ABEPSS. Nos relatos e nas informações das rodas de conversa, as UFAs mencionam:

[...] a extensão nos processos formativos da Universidade é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se processo interdisciplinar, político educacional, social, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os demais setores da sociedade, por meio da produção e da socialização do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (UFA 3).

As tensões apresentadas pelas UFAs nesses espaços referem-se à forma como as universidades têm orientado o processo de adequação, o que tem dificultado a ratificação de uma concepção de extensão popular, comunicativa e orientada para os processos de emancipação humana, que contribua com a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade.

Tem sido recorrente, conforme relato das UFAs, a compreensão da extensão reduzida a uma exigência burocrática e institucional, desvinculada da defesa de uma educação laica, presencial, gratuita e socialmente referenciada.

No tocante ao cômputo da carga horária docente, conforme a normativa, as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% da carga curricular. A preocupação da ABEPSS no documento orientador é de que se essa adequação não for cuidadosamente implantada pode significar menor demanda de professores em sala de aula e, portanto, diminuição do quadro docente das universidades.

O mapeamento realizado em 2021 mostrou que, naquele momento, para contemplar essa exigência, 50% das UFAs da Regional Sul I que responderam ao questionário, optaram em diminuir a carga-horária de outros componentes curriculares, 37% ainda não tinham decidido e apenas 12% UFAs optaram por acrescentar a carga horária de extensão à carga-horária total do curso.

Já no mapeamento realizado em 2023, ou seja, após o prazo de adequação dos cursos e revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), 88% das UFAs respondentes indicaram a redução da carga-horária de outros componentes curriculares; e 22,2% optaram pelo acréscimo da carga horária de extensão à carga-horária total

do curso. Entre as UFAs que optaram por reduzir componentes curriculares, ao serem questionados sobre a redução da carga-horária de Estágio, apenas 1 UFA indicou alterar a carga-horária de Estágio Supervisionado, no entanto, ressaltou que o curso possuía uma carga-horária acima da recomendada pelas Diretrizes da ABEPSS de 1996⁹ e que adequou a exigida.

Nesse sentido, constatamos que ao realizar a adequação à curricularização da extensão, as UFAs da Região Sul I não comprometeram a carga-horária mínima de Estágio recomendada pela ABEPSS.

Outro aspecto fundamental nesse debate é o risco da redução da carga-horária docente devido a redução dos componentes curriculares. É fundamental que os cursos tensionem as universidades para que as atividades extensionistas sejam computadas como carga horária docente.

Ao responderem o mapeamento, no início do processo de adequação, 80% das UFAs indicaram que havia previsão de garantia do cômputo da carga-horária docente, já indicando como estratégia dispor da extensão em formato de disciplina; 20% informaram estar em negociação. Esta perspectiva é ratificada no mapeamento de 2023, na qual, após a adequação, 89% das UFAs informaram que a carga horária docente será computada ao professor extensionista e 11% informaram ainda estar em negociação com a universidade.

Em relação à especificação do tipo de atividade a ser creditada como extensão, a Resolução MEC nº 07/2018 estabelece as seguintes modalidades de extensão: programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços. O documento da ABEPSS considera fundamental que as normativas elaboradas pelas UFAs explicitem quais modalidades serão ofertadas para realização das atividades extensionistas, a fim de garantir que as mesmas sejam atividades contínuas e vinculadas às lutas e resistências instituídas pela classe trabalhadora, contrapondo-se à proliferação das parcerias público-privadas que levam à privatização “por dentro” das UFAs.

Os mapeamentos de 2021 e de 2023 convergem para o fato de que as UFAs não priorizam a opção da modalidade da prestação de serviços, corroborando a perspectiva de extensão alinhada ao acumulado pelo Serviço Social na sua trajetória crítica. O mapeamento de 2021 indica que 86% das UFAs optaram pela modalidade de programas; 100% no formato de projetos; 65% em cursos e oficinas; 81% em eventos; e apenas 45% na modalidade de prestação de serviço. Os dados do mapeamento de 2023 validam essa tendência, diminuindo para 11% a opção pela prestação de serviços; sendo 67% pelo formato de programas; 89% em projetos; 89% em cursos e oficinas e 44% em eventos.

Dessa forma, um dos grandes desafios no processo de curricularização da extensão é sem dúvidas a prestação de serviços, pois geralmente é por meio desta modalidade que as maiores investidas do setor privado. Sobre a universidade é fundamental que

[...] a prestação de serviços seja compreendida como produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo ser encarada como um trabalho social [...] produzindo conhecimentos que visem à transformação social (FORPROEX, 2012, p. 38).

A respeito do perfil dos estudantes de Serviço Social, a ABEPSS reforça que é essencial que os cursos mapeiem a realidade das/dos estudantes trabalhadoras/es podendo vinculá-los a atividades de extensão que garantam a sua efetiva participação, construindo estratégias que devem dialogar com a realidade. Não é possível pensar um currículo ideal para estudantes ideais, mas uma proposta de extensão embasada em uma realidade histórica e concreta. Nesse sentido, uma estratégia importante apontada pela ABEPSS e pelas próprias UFAs é a distribuição da carga-horária de extensão nos períodos iniciais, de forma a não coincidir com o período do Estágio Supervisionado, considerando a dificuldades dos estudantes, em especial, dos estudantes dos cursos noturnos e estudantes trabalhadores.

Acerca dessa informação, o mapeamento de 2023 indica que a estratégia apontada acima foi adotada por parte das UFAs, no entanto, mais de 60% destas optaram por ofertar as atividades extensionistas em períodos de concomitância com o Estágio.

Questionados sobre as estratégias para oferta da extensão aos estudantes trabalhadores e/ou do período noturno, as UFAs relataram no mapeamento de 2023:

Estamos iniciando este semestre a primeira curricularização, optamos por neste momento trabalharmos com oficinas, as demais estaremos organizando atividades em campo em horário noturno e sábado a partir de projetos (UFA 1).

- 1) Inserção de parte da carga horária de extensão, a ser cumprida para a integralização curricular, no âmbito das disciplinas (306h) e parte da carga horária em programas, projetos e/ou eventos de extensão (58h);
- 2) Distribuição da carga horária ao longo dos 4 anos de formação (UFA 9).

Oferta vinculada a componentes que ocorrem em horários já estabelecidos de aula, conforme matrícula em cada semestre (UFA 5).

A totalidade das UFAs consultadas informaram que optaram por oferecer a extensão dentro da grade horária do curso, como disciplina, de forma a facilitar a participação do estudante. No entanto, no relato das UFAs nas Rodas de Conversa e na Oficina Regional da ABEPSS ficou nítida a dificuldade dos cursos em promover atividades no período noturno de aula. Essa foi a maior dificuldade apontada pelas UFAs no que tange à adequação da curricularização da extensão, as quais apontaram algumas questões: como ofertar a extensão no período noturno, sem descaracterizar a concepção de extensão defendida pelo Serviço Social? Como envolver a comunidade em atividades extensionistas à noite? Quais atividades são possíveis de serem realizadas?

Em um contexto de ultraliberalismo, com o acirramento da privatização da educação, compreendemos que a questão do financiamento terá impacto sobre o processo de curricularização da extensão. Nesse sentido, torna-se estratégico pactuar junto à universidade as fontes de financiamento para as novas atividades de extensão que serão propostas, assim como reivindicar financiamento público para todas as ações propostas.

O mapeamento demonstra que apenas 11% das UFAs informaram que já existe a previsão orçamentária para as atividades extensionistas; 33% declararam que não há qualquer menção a orçamento para este fim e 56% informam que está em negociação com a universidade.

A defesa da concepção de uma extensão popular comunicativa e orientada para os processos de uma educação emancipatória passa pela disputa e discussão democrática nas universidades e nos cursos acerca do financiamento e acesso a recursos para a implementação das atividades extensionistas.

Por fim, a relação entre extensão e outros componentes curriculares com o Estágio Supervisionado e Atividade Acadêmica Complementar (AAC) é preciso evitar duas problemáticas essenciais: a descaracterização das atividades de Estágios, das atividades de extensão e a dupla creditação. A Política Nacional de Estágio (2010) específica em que condições um projeto de extensão pode ser considerado campo de Estágio Supervisionado em Serviço Social. É fundamental que os PPC diferenciem as atividades de extensão e Estágio e não convalidem duplamente a mesma atividade.

Da mesma forma, a atenção deve ser dada à relação entre Atividades Acadêmicas Complementares e a extensão. As atividades extensionistas são de ação contínua, previstas como parte integrante no currículo e componente curricular e não atividade esporádica. Essas atividades são aquelas que ocorrem regularmente como parte integrante de disciplinas; projetos de extensão de ação contínua realizados por estudantes por um período ininterrupto.

Ademais, diante do exposto, é possível identificar que o processo de adequação à normativa que estabelece a curricularização da extensão é ainda um desafio para os cursos de Serviço Social da Regional Sul I da ABEPSS. O processo se mostra incipiente e marcado por dúvidas e dificuldades.

Além das questões apresentadas, os espaços de reflexão proporcionados pela gestão da ABEPSS na Regional Sul I constituem um elemento importante: todas as UFAs relataram que este processo se deu por meio de amplo debate entre o corpo docente, tendo como base o documento produzido pela ABEPSS; 88% das UFAs afirmam utilizar-se desse documento para a organização e debate da extensão na revisão curricular. Fica nítido ainda o protagonismo dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), na condução do processo, apontado pelas UFAs nas rodas de conversa. Em relação à participação do corpo discente nos debates, 66% das UFAs informaram propiciar espaços de diálogo que envolvessem os estudantes e 11% mencionaram que o assunto foi abordado de forma indireta em alguns momentos.

Considerações finais

Sem qualquer pretensão de esgotar o debate e tampouco apresentar respostas e modelos prontos, concluímos este texto indicando que a análise da experiência da Regional Sul I da ABEPSS, reforça a importância do debate coletivo e permanente, que precisa envolver docentes, discentes, técnicos, supervisoras de campo, toda a comunidade e as entidades representativas da categoria profissional.

No interior das UFAs, as reflexões acerca da curricularização da extensão exigem especial atenção e formação continuada, articulação com outras unidades para conhecimento e troca de experiências e, ainda, um destaque para o trabalho desenvolvido pelos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), na proposição de respostas capazes de atender as particularidades e especificidades regionais.

Nesse sentido, o planejamento da operacionalização da extensão como componente curricular é essencial, desde a criação de Coordenações de Extensão e elaboração de um regulamento específico para os cursos de Serviço Social — a exemplo do que já temos no que diz respeito ao Estágio Supervisionado — onde sejam apontadas: a concepção, formas de convalidação, modalidades e formas de registro das atividades. Trata-se, portanto, de se construir um processo de sistematização — que não deve ser confundido com um movimento de burocratização — das atividades de extensão.

Sabemos, portanto, que as condições que atravessam o ensino superior brasileiro, inunda o processo de curricularização da extensão de desafios e contradições. Ao mesmo tempo que a maioria das UFAs na Regional Sul I da ABEPSS não tenha optado pela prestação de serviço, há uma recorrente oferta da extensão em formato de disciplina (com carga horária teórica e prática), isso garante carga horária docente, mas que pode levar a uma descaracterização da extensão, “reduzindo-a à sala de aula”.

Alertamos que a curricularização da extensão também pode contar como parte da carga horária em sala de aula, mas não deve se restringir a ela, pois, de acordo com a concepção aqui defendida, ela envolve o trabalho externo à universidade.

Diante dessas reflexões, pairam ainda algumas questões, tais como: qual a concepção de extensão presente nos cursos de Serviço Social? As instituições de ensino dialogam com esta concepção e oferecem condições para que as ações nesta direção sejam realizadas? Quais atividades podem ser — estão sendo — ofertadas levando em consideração o perfil discente e as frágeis políticas de assistência estudantil? Como pensar as ações extensionistas diante de um cenário de forte desfinanciamento das universidades?

Essas questões sinalizam a importância de trazermos o debate da curricularização da extensão para o interior da formação e do trabalho profissionais, promover debates contínuos para que alcancemos práticas extensionistas que consolidem o tripé do ensino superior e respondam verdadeiramente às demandas sociais. Além disso, devemos superar os processos burocráticos institucionais, no sentido de garantir uma concepção de extensão que seja vinculada às lutas e resistências instituídas pela classe trabalhadora. Numa reafirmação permanente de uma concepção popular, comunicativa e orientada para os processos de uma educação emancipatória, defendida pela ABEPSS.

Referências

ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. 1997 Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 25 set. 2023.

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Política Nacional de Estágio. (2009). Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf. Acesso em: 25 set. 2023.

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Curricularização da extensão e Serviço Social. 2022. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/curricularizacao-da-extensao-e-servico-social_final-202301261913054487670.pdf. Acesso em: 25 set. 2023.

BERTOLLO, K. Extensão universitária e a curricularização da extensão: considerações sobre a formação em serviço social. *Alemur*, v. 6, p. 148–163, 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 out. 2022.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2009/04/lei_diretrizes.pdf. Acesso em 10 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação 2001–2010. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm. Acesso em: 27 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 27 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de extensão Universitária. 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 09 set. 2023.

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Plano Nacional de Extensão. 2019. Disponível em: http://www.prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/pnextensao_1.pdf. Acesso em: 08 out. 2023.

IAMAMOTO, M. V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional! 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARINI, R. M. A Constituição de 1988. 1988. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1988/mes/constituicao.html>. Acesso em: 27 out. 2022.

PAULO NETTO, J. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea: crise contemporânea, questão social e serviço social. 1999. Disponível em: http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-pnetto_.pdf Acesso em: 25 out. 2023.

Notas:

- 1 Foi no bojo desse debate que a ABEPSS, publicou, em maio de 2021, o Documento Preliminar acerca da Curricularização da Extensão, o qual socializa a pesquisa realizada pela Comissão Temporária de Trabalho (CTT) e busca reafirmar a concepção de universidade e extensão defendidas pela entidade. E, em 2023, a ABEPSS divulgou a versão final do documento “Curricularização da extensão e Serviço Social”.
- 2 Em 2021, a região possuía 40 cursos de Serviço Social ativos, destes, 17 são filiadas à ABEPSS.
- 3 Em 2023, a região possuía 36 cursos de Serviço Social ativos, destes, 8 filiadas à ABEPSS.
- 4 Esse prazo foi prorrogado em um ano por conta do período pandêmico e suas implicações, sendo assim, as universidades brasileiras para estarem em conformidade com a resolução, deveriam ter realizado o processo de curricularização da extensão até dezembro de 2022.
- 5 Está em tramitação no Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior, o processo nº: 23001.000696/2020-11, que propõe uma revisão dos artigos 9º e 12 Resolução MEC nº 07/2018. Em síntese esta revisão indica i) a possibilidade de realização de um percentual da carga horária de atividades extensionistas de forma remota, síncrona ou assíncrona, ii) estabelece 12% (doze por cento) do total da carga horária curricular dos cursos de graduação como o limite máximo de atividades extensionistas. Se aprovada, esta resolução revogará à sua antecessora e dará às instituições um novo prazo de três anos, a contar da data de sua homologação, para adequação.
- 6 Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organização da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (ABESS, 1997, p. 27).
- 7 A lógica curricular proposta para formar este perfil de assistente social está alicerçada em uma perspectiva inovadora, orientada por princípios que traçam as competências e as habilidades necessárias para sua consolidação demarcando a “questão social” como a base de fundação do Serviço Social na sociedade e base articuladora dos conteúdos da formação. Nesse sentido, do ponto de vista do currículo, a sua unidade gravita em torno da concepção do Serviço Social como trabalho e do seu objeto como sendo as diversas expressões da “questão social”. Para garantir o desenvolvimento de competências nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa a nova lógica curricular estrutura o conjunto de conhecimentos necessários à formação dos/as assistentes sociais
- 8 O documento publicado pela gestão da ABEPSS “Aqui se respira Luta” (2021/2022), elaborado a partir da Comissão Temporária de Trabalho (CTT) criada pela gestão anterior da ABEPSS, “Resistir e Avançar na Ousadia de Lutar” (2019/2020), para conhecer as experiências que já estavam em processo e propor um documento preliminar como subsídio para o debate entre as Unidades de Formação Acadêmica, consubstancia-se como base para os debates realizados pelas regionais da ABEPSS desde então.
- 9 Compreendido pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS como umas das atividades indispensáveis integradoras do currículo, o Estágio Supervisionado deve ser acompanhado de supervisão direta e sistemática, tanto pela assistente social docente quanto pela profissional do campo de Estágio. Recomenda-se que a realização do Estágio tenha carga horária mínima de 15% da carga horária do curso. Em 2010, a ABEPSS publicou a Política Nacional de Estágio, que após debate coletivo, aprofunda as reflexões e orientações acerca do Estágio.

Diego Tabosa da Silva

diego.silva@unimontes.br

Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Departamento de Política e Ciências Sociais).

UNIMONTES

Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro, Av. Prof. Rui Braga, s/n

Vila Mauriceia, Montes Claros, MG, Brasil

CEP: 39401-089

Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira Coelho

kathiuscia.as@gmail.com

Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Sandra Lourenço de Andrade Fortuna

sanlou@uel.br

Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2008).

Professora Associada da Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Serviço Social (UEL).

UEL

Rodovia Celso Garcia Cid, PR-445, Km 380 - Campus Universitário

Londrina, PR, Brasil

CEP: 86057-970

Monique Bronzoni Damascena

moniquedamascena@unipampa.edu.br

Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/PUCRS).

Professora adjunta do curso de Serviço Social na Unipampa/Campus São Borja.

UNIPAMPA

Unipampa/Campus São Borja.

Rua Ver. Alberto Benevenuto, 3200, Passo

São Borja, RS, Brasil

CEP: 97670-000

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições dos autores

Diego Tabosa da Silva: Concepção, análise de dados, elaboração e escrita do manuscrito.

Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira Coelho: Concepção, levantamento e análise de dados, elaboração, escrita e revisão do manuscrito

Sandra Lourenço de Andrade Fortuna: Concepção, análise de dados, escrita e revisão do manuscrito.

Monique Bronzoni Damascena: Concepção, levantamento e análise de dados, elaboração e escrita do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Os autores consentem a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe

Tânia Regina Krüger – Comissão Editorial

ARTIGO ORIGINAL

Carvão, economia e política no sul catarinense: um ensaio inspirado em Gramsci

Hoyêdo Nunes Lins¹<https://orcid.org/0000-0001-7438-2951>

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Economia, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, SC, Brasil.

Carvão, economia e política no sul catarinense: um ensaio inspirado em Gramsci

Resumo: Processos de declínio econômico, não raro motivadores de ações institucionais de apoio à reconfiguração de estruturas produtivas, costumam provocar reações dos grupos atingidos em defesa de seus interesses. Experiências registradas indicam ocorrência de articulações entre classes nessas situações, cuja análise tem nas ideias gramscianas sobre hegemonia e bloco histórico importante inspiração e suporte. Este estudo ocupa-se das grandes mudanças ocorridas entre os anos 1980 e 1990 no setor carbonífero do sul de Santa Catarina, área com destaque na produção desse minério. A pretensão é contextualizar a inflexão na trajetória do setor e, recorrendo àquelas ideias de Gramsci, analisar seus desdobramentos, que foram crivados de agudos embates sociais. Nestes, porém, observou-se não só antagonismo de classe, mas também convergência de interesses em certas ações.

Palavras-chave: Carvão; Hegemonia; Bloco histórico; Crise regional; Conflito.

Coal, economy and politics in the south of Santa Catarina: an essay inspired by Gramsci

Abstract: Social groups hit by processes of economic decline, and harmed by institutional measures aimed at promoting productive restructuring, usually react in defense of their interests. It is not uncommon that articulations between classes take place in such situations, as recorded in the literature, and Gramsci's ideas about hegemony and historical bloc are important tools for their analysis. This study looks at the major changes that occurred between the 1980s and 1990s in the coal sector in the southern region of Santa Catarina, an area that historically stands out in the corresponding activities. The intention is to contextualize the inflection in the trajectory of the sector and, resorting to those ideas of Gramsci, to analyze its consequences. These were riddled with sharp social clashes, but not only class antagonism was observed: there was also a convergence of interests in certain initiatives.

Keywords: Coal; Hegemony; Historical bloc; Regional crisis; Conflict.

Recebido em 02.08.2023. Aprovado em 18.11.2023. Revisado em 29.05.2024.



Este artigo está licenciado sob a Licença Internacional de Atribuição por Direitos Autorais (CC BY). A licença permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

A literatura sobre desenvolvimento regional registra processos de declínio econômico, com seus reflexos, em que não raramente surgiram articulações sociais improváveis em outras circunstâncias. Críticas à ação do Estado e reivindicações, em lutas de base territorial, emergem nesses cenários, geralmente assimilados a crises regionais.

Inspirado nessa literatura, este estudo focaliza a região carbonífera do sul catarinense, especificamente a drástica inflexão ocorrida nas respectivas atividades entre os anos 1980 e 1990. O objetivo é contextualizar essa mudança e propor interpretação das repercussões, mormente os conflitos envolvendo os mineiros, com base nas ideias de hegemonia e bloco histórico, de Antonio Gramsci. Essa intenção determinou procedimento que combinou pesquisa bibliográfica e documental — inclusive com busca de detalhes dos conflitos em arquivos de jornais (locais e extralocais) — e exercício analítico-interpretativo escorado naquelas ideias.

O artigo tem três partes, além desta introdução e da conclusão. Na próxima, para situar o assunto, fala-se sobre mudanças em regiões de mineração, destacando as lutas sociais e suas análises. Depois aborda-se o percurso do setor carbonífero no sul de Santa Catarina, entrado em declínio ao final dos anos 1980. Em seguida perscruta-se o território do carvão com apoio em Gramsci: argumenta-se que a força do minério transcendeu a economia e nutriu um vinculado bloco histórico, sob hegemonia dos mineradores; embates marcaram as relações entre estes e os mineiros em meio à crise, mas também houve convergência de interesses.

Mudanças econômicas e lutas em regiões mineiras

A trajetória do capitalismo é crivada de processos de crise e reestruturação produtiva geradores de problemas regionais. As abordagens costumam salientar a situação de regiões industriais que amargaram desativação ou abandono de atividades e regressão econômica. Áreas de mineração têm destaque nessa literatura. Várias, especialmente carboníferas, sobressaíram na hierarquia industrial no percurso do capitalismo, mas, sobretudo na Europa, declinaram fortemente na segunda metade do século XX, refletindo circunstâncias do II Pós Guerra. Em geral, essa degradação nas condições locais traduz-se em questão ou crise regional quando movimentos políticos e lutas surgem ou se agudizam em consequência. O alvo, em regra, é o Estado central, com suas medidas de desativação de atividades pouco competitivas e tentativas de reconversão econômica local.

Aspecto a ressaltar é que esses movimentos não raro exibem alianças entre grupos sociais com distintos interesses e condições de vida. Estudando ocorrências europeias entre os anos 1970 e 1980, Hudson e Sadler (1986, p. 181, tradução nossa) registraram que a desativação, pelo Estado, de atividades carentes de competitividade motivou não poucas

[...] alianças de base territorial, constituídas para o objetivo específico de fazer oposição aos fechamentos, envolvendo um maior espectro de grupos sociais e interesses e atravessando limites de classe [...]. Uma vez formada a aliança, seu subsequente desenvolvimento ou dissolução torna-se parte integral das lutas competitivas para preservar fábricas particulares, na medida em que a defesa do lugar, de interesses comuns territorialmente definidos, transcende, ao menos por um tempo, relações de classe antagonistas [...].

São diversas as ilustrações possíveis. Situação bem estudada refere-se, por exemplo, à siderurgia no Leste França desde os anos 1970 (Carney, 1980). Também é o caso do colapso da mineração de carvão e do insucesso dos programas públicos de modernização econômica na Escócia, na década de 1960, seguidos nos 1980 pelos desdobramentos da desativação de siderúrgicas (Hudson; Sadler, 1986). Na Bélgica, a ação governamental para modernizar a indústria no início dos anos 1960 ensejou lutas que se disseminaram e foram marcadas por forte violência (Baeten; Swyngedouw; Albrechts, 1999).

Instrumento fértil à abordagem de processos desse tipo, com alianças regionais que ao menos temporariamente cruzam limites de classe, é a ideia de bloco (hegemônico) histórico regional, presente na análise de Gramsci (1987) sobre o sul da Itália, elaborada em 1926. O assunto emerge de essencial aporte gramsciano à teoria política, em que sobressai a visão de que, para tomar o poder, deve-se protagonizar “guerra de posição”, ocupando espaços na sociedade civil e logrando obter o consenso da maioria, com a conquista da liderança política e ideológica.

Questão-chave refere-se à hegemonia, incrustada nas duas esferas superestruturais da sociedade: a da sociedade civil e a da sociedade política ou do Estado. Ambas “[...] correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’.” (Gramsci, 2001, p. 21). Hegemonia é mais do que dominação: implica consenso social, mostrando-se articuladas dominação e direção política e ideológica. Fruto de embate de ideias e convencimento, a hegemonia conta com o papel dos intelectuais, pessoas como professores, padres e funcionários públicos, protagonistas de funções subalternas da hegemonia social ou do governo político.

Essa concepção de hegemonia é básica na ideia de bloco histórico regional, que exprime a presença, em um território, de estruturas produtivas que propiciam articulações entre classes. Gramsci (1987, p. 154) assim se refere ao sul da Itália:

A sociedade meridional é um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais: a grande massa camponesa, amorfa e desagregada; os intelectuais da pequena e média burguesia rural e [...] os grandes proprietários de terra e os grandes intelectuais. Os camponeses [...] estão em constante efervescência, mas, como massa, são incapazes de dar uma expressão centralizada às suas aspirações e necessidades. O estrato médio dos intelectuais recebe da base camponesa os impulsos para sua atividade política e ideológica. Os grandes proprietários no campo político e os grandes intelectuais no campo ideológico centralizam e dominam [...] todo este conjunto de manifestações. Como é natural, é no campo ideológico que a centralização se verifica com maior eficácia e precisão.

Bloco histórico, hegemonia, alianças: noções que têm lugar em análises dos reflexos regionais das mudanças econômicas, em particular das reações às adversidades. Quando estas resultam de, ou são impulsionadas por mudanças promovidas pelo Estado, como em reconversão de estruturas produtivas pouco competitivas, não é raro que diferentes grupos sociais se articulem. Florescem e ganham ímpeto alianças com manifestações e lutas em defesa da região e das condições locais, como se blocos históricos regionais se manifestassem vinculando diferentes grupos em torno dos (pretensos) interesses do lugar ou da região.

Gramsci argumenta que o poder das camadas dominantes transcende a capacidade de coerção, a imposição de interesses, e reflete a capacidade e a competência em protagonizar direção ou liderança com aceitação dos dirigidos ou liderados. Deve-se, todavia, assinalar que essa articulação depende do quanto os interesses dos primeiros são apresentados como convergentes com os dos segundos, uma condição que atende, como se falou, pelo nome de hegemonia. Trata-se de importante referência para a reflexão sobre a chamada questão regional em diversas latitudes: com efeito, “O pensamento de Gramsci permite pensar as variações do sistema de hegemonia no tempo e de região em região.” (Lipietz, 2014, p. 1).

Sul catarinense: ascensão e declínio de um bastião carbonífero

Na história econômica do Brasil meridional, dizer sul catarinense significa dizer, antes de tudo, carvão. A presença local desse minério foi constatada já no início do século XIX, mas o contexto da I Guerra Mundial foi que impulsionou o setor, segundo vários estudos (Belolli; Quadros; Guidi, 2002; Goularti Filho, 2002; Santos, 1997).

Uma trajetória longa e em geral ascendente

As dificuldades para importar carvão na I Guerra Mundial provocaram no sul de Santa Catarina investimentos tanto em minas e lavadores de carvão como no Porto de Imbituba, distante 114 km de Criciúma, epicentro da economia carbonífera e principal núcleo urbano regional. O envolvimento de empresários do Rio de Janeiro promoveu a produção comercial, disso emergindo o que se designou indústria carbonífera. A extensão até Criciúma da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina (em 1919), ligando as áreas de minas ao porto, permitiu enviar carvão aos principais mercados e estimulou mais inversões em mineração. Arrefecido após a guerra, pelo retorno da concorrência das importações, o processo ganhou força sob a Grande Depressão

(que afetou a produção mundial de carvão) e com a imposição governamental de cota de consumo do produto nacional. Isso repercutiu no setor, que depois passou a contar com esfera institucional própria: o Conselho Nacional de Minas e Energia, instalado em 1940.

O percurso se beneficiaria do contexto referente à II Guerra Mundial, pela volta dos problemas de abastecimento externo em carvão e a presença de um mercado com certa vitalidade no eixo Rio-São Paulo. As estruturas já instaladas no estado favoreceram o aproveitamento dessas condições, entre as quais sobressaiu a instalação em 1941 da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda. Para produzir aço era preciso carvão de tipo metalúrgico, e Santa Catarina, embora não possuísse as maiores reservas do minério, era o único estado no país com carvão coqueificável; é sugestivo que a CSN tenha logo passado a contar com uma subsidiária no sul catarinense: a Carbonífera Próspera.

Surgiu, assim, um complexo carboenergético no sul catarinense, exibindo: mineração, em municípios como Criciúma (de onde se emancipou Forquilha em 1989), Siderópolis, Lauro Müller e Urussanga (que “perdeu” Cocal do Sul em 1991); produção elétrica pela Sociedade Termelétrica do Capivari (SOTELCA), canalizando carvão energético, atualmente função do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda; atividades do Lavador de Capivari, na separação entre as partes vapor e metalúrgica do carvão (localizado em distrito do município de Tubarão tornado município de Capivari de Baixo em 1992); Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina; Porto de Imbituba, para embarcar rumo ao Sudeste. A origem da mão de obra era diversa: destacavam-se entre os mineiros indivíduos vindos da agropecuária em vários municípios, alguns distantes, e da pesca no litoral sul do estado (Goularti Filho, 2002).

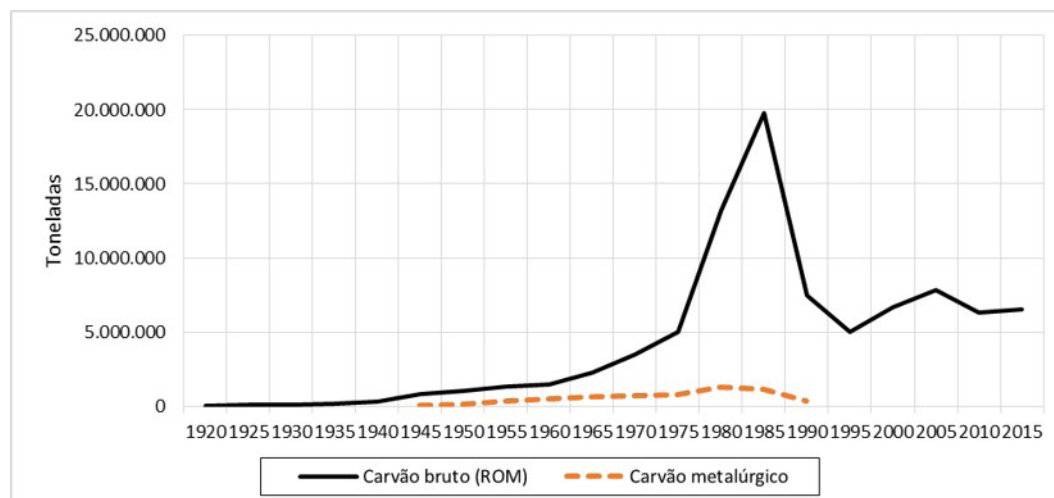
O governo federal atuava amplamente, da extração do minério ao seu transporte. Ações federais — comissões sobre energia elétrica, busca de novos mercados para o carvão ou uso de subprodutos — repercutiam em pesquisa, lavra, beneficiamento, transporte, distribuição e consumo. A intensidade cresceu nos governos militares, como ilustrado pelo papel atribuído ao carvão no Plano de Operações do Projeto Litoral-Sul de Santa Catarina, elaborado pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) no início dos anos 1970 (Plano [...], 1973).

O caráter de setor com avanços no contraciclo do abastecimento externo apareceu de novo na década de 1970, com os choques do petróleo. O grande encarecimento da energia tornou atraentes as fontes domésticas, mirando-se o álcool para o lugar da gasolina e o carvão para o do óleo combustível. Subsídios importantes e estímulos à maior mecanização da lavra foram praticados, e incentivou-se a substituição do óleo em combustores e gaseificadores, aumentando e diversificando o mercado do carvão. Também encorajador foi o processo de ampliação e multiplicação da capacidade de geração termelétrica.

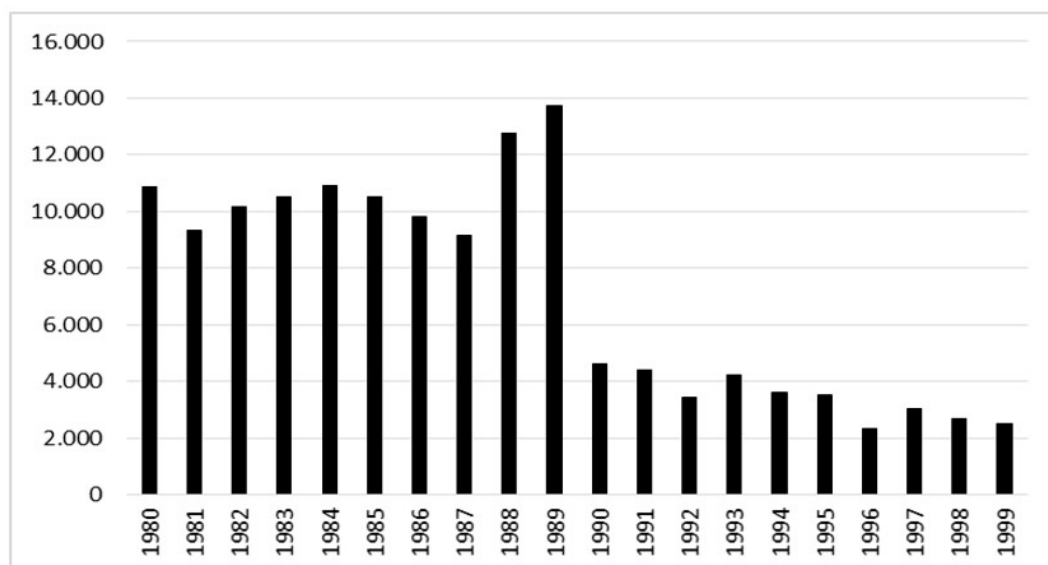
Como resultado, cresceu fortemente a produção carbonífera entre meados dos anos 1970 e 1980. Na base figuraram a maior mecanização dos processos já existentes e o aumento na capacidade de extração relacionado às novas minas. O Gráfico 1, que informa sobre a produção catarinense de carvão desde o início do século XX, permite observar essa intensificação no período assinalado. Seu gráfico exibe as trajetórias do carvão bruto (*Run of Mine* – ROM) e do carvão metalúrgico, esta iniciada nos anos 1940, após a instalação da CSN. A trajetória expansiva revela-se também no emprego. Referindo a período iniciado em 1980 e cobrindo dois decênios, o Gráfico 2 mostra uma oscilação dos efetivos em torno de patamar superior a 10 mil, durante quase toda a primeira década. Ao final, em 1989, quase 14 mil estariam engajados.

Reversão de tendência e atmosfera de crise

Os Gráficos 1 e 2 também informam uma brusca inflexão na produção e no emprego ao final dos anos 1980. Na primeira, os 19,8 milhões de toneladas de carvão bruto extraídas em 1985 deram lugar aos 7,5 milhões contabilizados em 1990, uma retração de 62% em poucos anos, e o carvão metalúrgico passou de 1,1 milhão de toneladas para 348 mil, recuando 68%. O emprego foi dividido por três entre 1989 e 1990, em contração de 13,7 mil para 4,6 mil. A extração passou a variar em torno de 6 milhões de toneladas de carvão bruto por ano, e os números do carvão metalúrgico indicam término da produção, toda a demanda tornando-se atendida por importações. No emprego, os dados oscilaram, nos anos 1990, no intervalo de 2,5 mil a pouco mais de 4 mil, em trajetória declinante. Em suma, o setor carbonífero catarinense exibiu situação, no final dos anos 1980, que autorizava o uso da palavra crise.

Gráfico 1 – Produção de carvão mineral em Santa Catarina

Fonte: Período 1920-1975: Goularti Filho (2002, p. 436); Período 1980-2000: SIECESC (2000); Período 2005-2010: SIECESC (2011); Ano 2015: SIECESC (2018)

Gráfico 2 – Emprego no setor carbonífero de Santa Catarina (1980-2000)

Fonte: elaborado pelo autor com base em dados apresentados em Santos (2005).

Contudo, os processos subjacentes precederam em muito os registros de mudança. Foi importante a supressão gradual dos subsídios pela Comissão Nacional de Energia. Em 1983, retiraram-se todos os que afetavam o preço de venda; o auxílio ao transporte foi mantido, mas sofreu reduções. A recessão da economia brasileira, no período 1981–1983, também afetou, pelos reflexos no consumo. Mais próximo do momento da inflexão, o governo retirou os subsídios remanescentes (para fretes) e a obrigatoriedade de cotas de produção. O início da gestão Collor selou a mudança. A Portaria 801, de 17/09/1990, eliminou a obrigatoriedade de consumir carvão nacional (Brasil, 1990), e determinou-se a liberação dos preços do carvão metalúrgico e energético, a livre importação e a retirada da CSN das atividades carboníferas, o respectivo consumo permanecendo atendido por importações. A produção de carvão energético para gerar termelétricidade foi menos afetada, mas o uso por cimenteiras e outras atividades sofreu abalo com o fim dos subsídios (Santos, 1997).

Aspecto a assinalar, com base em Volpato (2001), é que o setor pouco avançara em modernização tecnológica desde o período de estímulos governamentais praticados em resposta aos choques do petróleo. Caso avançasse, a concorrência internacional, a partir da desregulamentação, teria sido enfrentada em melhores condições. Razões de custo e a percepção das mineradoras de que o setor é muito sensível às condições de abastecimento energético externo seriam explicações da timidez na melhoria das estruturas produtivas. Seja como for, não parece errado considerar ter sido importante o papel do governo na deflagração da crise: a célere retirada dos subsídios expôs abruptamente a uma forte concorrência atividades que até então gozavam de proteção. Assim, a longa dependência das ações governamentais revelou-se comprometedoras quando as regras do jogo se alteraram.

Toda a região carbonífera teria acusado as repercussões. O fim da produção de carvão metalúrgico provocou a desativação do Lavador de Capivari, extinguindo numerosos empregos. Somado aos efeitos no mercado do carvão energético, a reboque do fim dos subsídios, isso engendrou uma queda brusca no movimento da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina e do Porto de Imbituba. A desvinculação da CSN das atividades carboníferas interrompeu o funcionamento da Carbonífera Próspera, sua subsidiária, eliminando centenas de empregos diretos: dados compilados por Goularti Filho (2002) mostram que essa unidade chegou a empregar quase 3.300 trabalhadores no início dos 1980; em 1996, último ano das suas operações, o registro era 491.

Devido às interações (os vasos comunicantes) no seio da economia regional, a retração observada há de ter reverberado em encolhimento da produção, do faturamento e do volume de efetivos engajados em atividades industriais e terciárias integrantes da economia carbonífera ou que gravitavam em torno dela. É ilustrativo sobre tal irradiação, o aumento, durante os anos 1990, da intensidade da pobreza em dois municípios que, embora distantes de Criciúma, tiveram forte presença histórica no indicado complexo carboenergético: Capivari de Baixo, onde funcionava o Lavador de Capivari, e Imbituba, em cujo porto o carvão metalúrgico era embarcado para Volta Redonda. Também é revelador o esforço então protagonizado por lideranças políticas do sul catarinense para criar uma Zona de Processamento de Exportações em Imbituba. Embora posteriormente frustrado, o empenho foi divulgado em discursos sobre os efeitos da contração da economia carbonífera e sobre a necessidade de criar alternativas (Lins; Amorim, 2016).

Economia política, hegemonia e lutas: Gramsci ilumina o território do carvão

A expansão carbonífera no sul catarinense não se expressou somente na órbita econômica. Ganharam vulto reverberações de índole sociocultural, traduzidas em simbolismos que incluíram um certo aspecto mítico das práticas mineiras. Mais ainda, a experiência carbonífera se manifestou na forma de viver de grupos da região, influenciando até celebrações.

Um bloco histórico regional?

Adquiriu força a imagem de um território do carvão, tendo como núcleo principal a cidade do carvão ou a capital do carvão, como ficou conhecida Criciúma, o seu histórico centro de gravidade. Essa cidade é assim evocada em importante narrativa sobre a trajetória local-regional, como aponta Teixeira (1996), para quem tal matriz discursiva é permeada pelo que chama de ideologia da mineração, construída *pari passu* com a crescente importância econômica do carvão. Essa ideologia manifesta-se, por exemplo, na tradicional Festa de Santa Bárbara — padroeira dos mineiros —, cuja primeira edição, segundo Milanez (1991), ocorreu no final de 1965. Também lhe constitui expressão a frequente exaltação da coragem dos mineiros e a afirmação da identidade social dessa categoria.

Assinale-se que esse não é o único discurso sobre a história local. Criciúma é igualmente referida como cidade das etnias, em alusão às várias origens dos colonizadores da área, definidoras, por assim dizer, do perfil da sociedade (Milanez, 1991). Aqui igualmente se glorifica o heroísmo, mas nesse caso aquele dos primeiros ocupantes perante as adversidades, como sublinhado nos festejos, em 1980, do centenário de Criciúma, celebrado em livro organizado por Arns (1985). Essas festividades institucionalizaram uma festa das etnias, chamada Quermesse.

Ambas as matrizes enaltecem vultos do percurso do território. A que destaca a mineração, embora explore o imaginário social sobre a coragem dos mineiros, costuma exaltar os donos das empresas carboníferas. Não é diferente na outra narrativa, cheia de referências a protagonistas de destaque socioeconômico e político, ligados aos grupos de colonizadores ou seus descendentes. Tudo isso aparece até em nomes de ruas, praças e outros equipamentos urbanos.

Entretanto, no cotejo entre as duas narrativas, mostra-se dominante aquela relacionada à ideologia do carvão. Teixeira (1996, p. 36) diz sobre Criciúma, com efeito, que

[...] por cinco décadas (entre 1930 e 1980, aproximadamente), um pequeno número de famílias e personalidades, em substituição aos antigos coronéis do comércio, passam a exercer um domínio quase absoluto sobre a vida econômica, política e cultural da cidade. Mas não param por aí. Mesmo com o fim do “exclusivismo da mineração”, os antigos donos das minas continuam mais contemporâneos que os mais tradicionais liberais da cidade.

Assim, cabe reportar-se à realidade regional fazendo uso da ideia de bloco histórico gramsciano, centrado no carvão. Seus integrantes seriam, na camada social (mais) dominante, os empresários da mineração. O estrato dos intelectuais orgânicos, com manifestações abordadas, por exemplo, em Monteiro (2017), exibiria quadros políticos, técnicos e funcionários em diferentes esferas, em posições ou cargos nos poderes executivo, legislativo e judiciário, e também professores (universitários ou não) e jornalistas (a imprensa local sempre deu destaque à mineração). Na base social encontram-se os mineiros, com nível de organização que fez do sul carbonífero, e de Criciúma em particular, um dos mais fortes baluartes do vigor operário na interlocução com a instância do capital, algo reconhecido não só em Santa Catarina.

Nesse (aqui proposto) bloco histórico, a hegemonia da camada dominante foi longamente construída, à medida que o setor carbonífero se consolidava econômica, social e culturalmente. Em discurso forte e difundido, o carvão era celebrado como pedra angular do desenvolvimento local, esfera das melhores possibilidades em emprego e renda, e, por extensão, mola mestra do progresso social. Numa palavra, evoluiu o entendimento segundo o qual — não obstante o histórico de atritos na interlocução trabalho-capital — o que beneficiava os mineradores, no tocante ao carvão, também favorecia os mineiros. Manifestação da hegemonia dos empresários do carvão, essa visão calou fundo em diferentes meios locais.

Hegemonia, lutas e articulações

Esse território carbonífero, em particular Criciúma, o seu epicentro, ostenta um longo histórico de lutas, com os mineiros sempre reivindicando condições dignas de trabalho e reprodução social. Estudos como Goularti Filho e Livramento (2004) abordam aspectos dessa tradição de embates. Todavia, as relações entre mineiros e mineradoras mostram-se complexas e nem sempre autorizam análises inspiradas nos tradicionais termos da luta de classes. Teixeira (1996, p. 37) indica a presença, historicamente, de “[...] uma ligação umbilical, às vezes tácita, outras vezes explícita, entre mineiros e mineradoras em defesa dos seus interesses comuns e setoriais, isto é, os interesses pelo carvão [...]”. Nessas interações ocorre, junto à base social, resistência e também cumplicidade: no percurso dessa mineração, há embates e alianças, conforme as circunstâncias.

São úteis à compreensão dessas articulações, espelho da hegemonia da camada dirigente, considerações como as de Volpato (1984, p. 116): “Um fato a se registrar é que, em certas ocasiões, as greves dos trabalhadores parecem ser insufladas pelos empresários.” A lógica é clara: aumentos de salários, exigidos pelos mineiros, significavam elevação dos custos das mineradoras e pressão nos preços do minério, que eram administrados pelo governo; este concederia os necessários ajustes em face dos embates. Daí a convergência de propósitos entre mineiros e empresários nesses casos. Também aconteciam práticas sindicais alinhadas com o exercício da hegemonia. Esta assertiva de Volpato (2001, p. 148) encapsula aspecto importante dessa questão: “Os mineiros não formam [...] um grupo coeso [...]”

De toda maneira, por ocasião das mudanças no setor carbonífero regional ao longo dos anos 1980, lutas intensas foram suscitadas pelo processo de afastamento da CSN das atividades de mineração, com sua posterior privatização, como narrado em Rabelo (2004). A situação da empresa piorava havia anos, e em 1988 e 1989 foram desativadas minas em municípios vizinhos de Criciúma. A multiplicação dos desligamentos agravou

as condições de muitas famílias, gerando prolongadas e agudas reações dos trabalhadores, com ocupação de instalações, manifestações e passeatas.

É sugestivo que a imprensa de circulação nacional estampasse títulos destacando invasões de minas e medidas extremas como incêndios de caminhões (Trabalhadores [...], 1991; Mineiros [...], 1991). Estava em jogo, no final de 1991, a recontração de trabalhadores demitidos em 1990, quando da extinção das atividades locais da CSN. Na privatização, no início do segundo semestre de 1991, prometera-se que dezenas de mineiros seriam reaproveitados pelo novo proprietário. Contudo, nada ocorrera até meados de dezembro daquele ano, razão pela qual os mineiros radicalizaram as suas ações.

Esses episódios ilustram atitudes com sentido de confronto, fieis ao espírito das tradicionais lutas entre o trabalho e o capital, interlocução social clássica no capitalismo. Mas esse tipo de relação não caracterizou todos os movimentos observados.

Um importante desdobramento ocorreu alguns anos depois. Em meados de novembro de 1996, a imprensa catarinense noticiou com destaque graves conflitos em Criciúma entre mineiros e policiais (Machado, 1996a). A motivação dos primeiros prendia-se à decisão dos vereadores do município, em sessão do dia 12 daquele mês, de vetar qualquer alteração em lei ambiental que proibia a mineração nos morros Estevão e Albino, situados em área protegida por abrigar atividades agropecuárias de cunho familiar e importantes recursos ambientais.

Na reação dos mineiros, o Fórum Municipal foi apedrejado — “Mineiros depredam fórum”, foi uma manchete estadual no dia seguinte (Mineiros [...], 1996a) — e desencadearam-se confrontos que foram sintetizadas como “batalha campal” (Machado; Virtuoso, 1996). Agressões com paus, pedras e gás lacrimogêneo marcaram o cenário no centro da cidade; funcionários do Fórum, onde ocorrera a reunião dos vereadores, ficaram retidos; policiais invadiram a sede do Sindicato dos Mineiros em busca de refugiados e provocaram danos. Segundo Machado e Virtuoso (1996, p. 4), “A proporção do confronto assustou a todos [...]”, tanto que foi preciso hospitalizar feridos. Os acontecimentos ganharam divulgação nacional e diversas prisões foram realizadas, sob grande tensão (Mineiros [...], 1996b; O Estado [...], 1996). Dias depois, uma greve de fome dos presos foi coroada por libertação mediante pagamento de fiança (Nove [...], 1996; Mineiros [...], 1996c).

Pesquisas como Silva (2002), Campos (2003) e Silva (2019) permitem contextualizar esses acontecimentos. Os morros Estevão e Albino foram contemplados na criação de Área de Proteção Ambiental (APA), pela Lei nº 2.459, de 8 de junho de 1990, atendendo a interessados em evitar a mineração — basicamente agricultores locais que queriam preservar recursos hídricos e terras para cultivo. A subsidiária local da CSN detinha a concessão de mineração nesse local, mas extraiu carvão, até maio de 1990, em áreas adjacentes à superfície protegida. A privatização da CSN transferiu a concessão ao comprador, um investidor local que rebatizou a empresa como Companhia Nova Próspera Mineração S.A. (CNPM). Em maio de 1995, moradores dos morros Estevão e Albino descobriram marcas de sonda no local; inquietos, mobilizaram-se e lograram provocar reuniões a respeito na Câmara de Vereadores. O promotor público presente sugeriu uma ação pública, ao que se seguiram providências para repertoriar os recursos ambientais da APA. Entregue ao Centro da Promotoria da Coletividade, o estudo motivou nova mobilização, levando a Câmara a ampliar, em novembro de 1995 — através de nova lei —, a superfície protegida de 2.970 para 3.600 hectares, bloqueando práticas ambientalmente danosas.

Esgotada a mineração da CNPM perto dos morros Estevão e Albino (logo, da APA), a empresa interessou-se pela jazida lá existente. Explorá-la, porém, exigiria reduzir a área preservada para 1.500 hectares, conforme projeto da CNPM, para o que seria preciso alterar a lei que ampliara a extensão da APA. Esse pleito tinha apoiadores que incluíam órgãos estaduais de defesa do meio ambiente, além de instituições setoriais nacionais, políticos em várias esferas jurisdicionais e o Sindicato da Indústria da Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina. Também o Sindicato dos Mineiros apoiava a demanda: a negativa de mudança na lei de proteção representaria o fim da mineração no município, já que se tratava da derradeira possibilidade nesse sentido naquele território (Machado, 1996b).

A escalada de atitudes da empresa era sugestiva do que se desenhava. A CNPM questionou judicialmente a capacidade do município para atuar a respeito do meio ambiente, mas foi derrotada, sendo mantido o veto à mineração. A inquietação crescia, pois, desfiles de tratores e máquinas agrícolas pela cidade expressavam as posições contrárias à mineração. Por seu turno, como a justiça legitimara a atuação do município sobre o assunto, “O Sindicato dos mineiros inicia campanha para [a] derrubada da lei.” (Campos, 2003, p. 143). O Projeto de Lei nº 05/95, encampado por alguns vereadores, contemplava a alteração. A atmosfera tornou-se

ainda mais tensa quando a CNPM anunciou a paralisação das atividades de uma mina perto do Morro Estêvão, em julho de 1996, dando aviso prévio aos 480 mineiros.

Diante das circunstâncias, a Câmara dos Vereadores contratou estudos técnicos independentes para aferir o real significado da exploração de carvão naqueles morros. Esse passo foi decisivo: com base nos laudos, o legislativo municipal — em reunião várias vezes adiada e transferida para o Fórum por razões de segurança — acabou por rejeitar por doze votos a oito, em 12 de novembro daquele ano, o projeto de lei cujo conteúdo interessava à CNPM.

O que se quer sublinhar é que trabalho e capital uniram-se em torno da mineração nesse episódio. De fato, Campos (2003, p. 143–144) assinalou que “Mineradores e mineiros, que de longa data sempre tiveram um relacionamento difícil, agora estavam juntos. Uns não querendo perder as benesses que o carvão havia lhes fornecido, outros desejando manter seu emprego.” Silva (2002, p. 95) foi mais longe, destacando que

O patrão (empresário) dizia estar do lado dos mineiros na luta pela permissão da mineração no subsolo da APA Estêvão/Albino, ao tempo que discursava promessas de cessão de cotas de participação nos lucros e cessão de cotas de propriedade da empresa ao Sindicato dos Mineiros [...].

Tal aceno só fez lubrificar o envolvimento dos trabalhadores na defesa do interesse da mineradora.

É significativo que, no dia da reunião, segundo Machado (1996a, p. 35), “Caminhões e máquinas que pertenciam à Nova Próspera ficaram parados em frente ao Fórum [...]”. Nada menos que “Sete caminhões da Carbonífera Nova Próspera reforçaram a movimentação.” (Mineiros [...], 1996a, p. A-4). Seria exagerado dizer que mineiros e mineradores se aliaram (também) contra o Estado, na dimensão local deste, como testemunhado em outras experiências mundo afora, conforme tangenciado no artigo? É como se o bloco histórico regional escorado no carvão, permeado pela ideologia da mineração que se entrelaçou com — e azeitou — o exercício da hegemonia na camada dirigente local, reagisse ao que considerou como ataque a seus benefícios, ou às atividades de um setor sempre exaltado nos discursos e ações como sinônimo das melhores possibilidades socioeconômicas locais.

Tomada pelo valor de face, a atitude dos mineiros significou defesa do prolongamento de um tipo de atividade que prejudicou o patrimônio ambiental e causou doenças que abreviaram a vida profissional de muitos. Assim, sua conduta na erupção de novembro de 1996, em articulação com os interesses da mineradora, refletiu a expectativa de que a retirada das restrições à mineração nos morros Estêvão e Albino representaria empregos por mais algum tempo. A aceitação de um *trade off* entre qualidade ambiental e chance de trabalho, implícita na defesa da alteração da lei protetora, espelharia a gravidade das condições sociais vivenciadas.

Considerações finais

Como assinalado na introdução, pretendia-se nesta pesquisa contextualizar e caracterizar a inflexão, ocorrida entre os anos 1980 e 1990, na trajetória das atividades carboníferas protagonizadas no sul de Santa Catarina. Objetivava-se igualmente analisar os desdobramentos da *débâcle* no setor mormente na forma de embates sociais na região, para o que se recorria às ideias de hegemonia e bloco histórico utilizadas por Gramsci.

Observou-se que, após percurso expansivo que consolidou o carvão como esteio da economia regional, instalou-se encadeamento de ações governamentais no bojo do qual a vulnerabilidade do setor ganhou evidência e se aprofundou. Em curto espaço de tempo, a economia do carvão mergulhou em marcada descendência, como inequivocamente traduzido nos números sobre produção e emprego. O complexo carboenergético, constituído ao longo de décadas na porção meridional do território catarinense, acabou inapelavelmente atingido.

As consequências sociais dessa derrocada, notadamente junto aos mineiros, cevaram ou intensificaram conflitos representativos de prolongamento de um tipo de interlocução social que pontuou a história regional: embate entre trabalho e capital no âmbito da economia carbonífera. Mas o constituído bloco histórico regional estribado no carvão — exibindo hegemonia dos mineradores e tendo como base social os mineiros, como se propôs no curso da análise — também apresentou, talvez de maneira mais estridente do que no passado, embates nos quais os interesses do capital e do trabalho cerraram fileiras do mesmo lado, tendo como alvo básico a esfera pública. Esse tipo de articulação, entre a camada protagonista da hegemonia e a base social

implicada, não constitui algo inusitado, pelo que se nota em literatura interessada, e a perspectiva gramsciana incrustada na ideia de bloco histórico mostra-se útil à sua análise.

Referências

- ARNS, O. (coord.). Criciúma 1880-1980: a semente deu bons frutos. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1985.
- BAETEN, G.; SWYNGEDOUW, E.; ALBRECHTS, L. Politics, institutions and regional restructuring processes: from managed growth to planned fragmentation in the reconversion of Belgium's last coal mining region. *Regional Studies*, v. 33, n. 3, p. 247-258, 1999.
- BELOLLI, M.; QUADROS, J.; GUIDI, A. A história do carvão de Santa Catarina. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002. v. 1.
- BRASIL. Portaria MINFRA nº 801, de 17 set. 1990. Disponível em: <http://legislacao.anp.gov.br/?path=legislacao-federal/portarias/portarias-minfra/1990&item=pminfra-801--1990> Acesso em: 07 fev. 2020.
- CAMPOS, E. C. de. Territórios deslizantes: recortes, miscelâneas e exposições na cidade contemporânea: Criciúma (SC) (1980-2002). 2003. 222 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- CARNEY, J. Regions in crisis: accumulation, regional problems and crisis formation. In: CARNEY, J.; HUDSON, R.; LEWIS, J. (Eds.). *Regions in crisis: new perspectives in European regional theory*. London: Croom Helm, 1980. p. 28-59.
- GOULARTI FILHO, A. Formação econômica de Santa Catarina. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.
- GOULARTI FILHO, A.; LIVRAMENTO, A. M. A. do. Movimento operário mineiro em Santa Catarina nos anos 1950 e 1960. In: GOULARTI FILHO, A. (org.). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p. 75-95.
- GRAMSCI, A. Alguns temas da questão meridional. In: GRAMSCI, A. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [1926]. p. 135-165.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. [1929-1935]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.
- HUDSON, R.; SADLER, D. Contesting works closures in Western Europe's old industrial regions: defending place or betraying class? In: SCOTT, A. J.; STORPER, M. (Eds.). *Production, work, territory: the geographical anatomy of industrial capitalism*. Winchester: Allen & Unwin, 1986, p. 172-193.
- LINS, H. N.; AMORIM, R. Zonas de Processamento de Exportação: problemática geral e a experiência de Imbituba (SC). *Perspectiva Econômica*, v. 12, n. 2, p. 72-89, 2016.
- LIPIETZ, A. Gramsci et la Bretagne. *Politis*, n. 1285, p.1-3, 12 jan. 2014.
- MACHADO, A. Confronto entre polícia e mineiros. *Diário Catarinense*, p. 35, 13 nov. 1996a.
- MACHADO, A. O fim da última mina de Criciúma. *Diário Catarinense*, p. 38, 17 nov. 1996b.
- MACHADO, A.; VIRTUOSO, Z. Cidade conta prejuízos após a batalha campal. *Diário Catarinense*, p. 4-5, 14 nov. 1996.
- MILANEZ, P. *Fundamentos históricos de Criciúma*. Florianópolis: Ed. do Autor, 1991.
- MINEIROS depredam fórum. *A Notícia*, p. A-4, 13 nov. 1996a.
- MINEIROS e policiais se confrontam em SC. *Folha de S. Paulo*, p. 2-11, 14 nov. 1996b.
- MINEIROS libertados após fiança. *Diário Catarinense*, p. 33, 20 nov. 1996c.
- MINEIROS põem fogo em três caminhões de empresa em SC. *Folha de S. Paulo*, p. 1-4, 17 dez. 1991.
- MONTEIRO, R. de A. "Com quantos pobres se faz 1 rico?": modernidade (e crise) na Criciúma do século XX. 2017. 219 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- NOVE mineiros presos fazem greve de fome. *Diário Catarinense*, p. 34, 19 nov. 1996.
- O ESTADO. Clima ainda é tenso em Criciúma após confronto. *O Estado*, p. 7, 14 nov. 1996.
- PLANO de Operações do Projeto Litoral-Sul de Santa Catarina. Porto Alegre: SUDESUL, 1973.
- RABELO, G. A longa resistência: a luta contra a privatização da CSN em Santa Catarina. In: GOULARTI FILHO, A. (org.). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p. 293-318.
- SANTOS, M. A. Crescimento e crise da região sul de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UDESC, 1997.
- SANTOS, M. A. Os mineiros em Santa Catarina: emprego, salários, relação capital x trabalho e produtividade da mão-de-obra (1980-1999). *História Econômica & História de Empresas*, v. VIII, n. 2, p. 91-121, 2005.
- SIECESC – Sindicato da Indústria da Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina. Carvão mineral: dados estatísticos: ano 2000. Criciúma, SC: SIECESC, 2000. Disponível em: http://www.siecesc.com.br/dados_estatisticos. Acesso em: 23 jan. 2020.
- SIECESC – Sindicato da Indústria da Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina. Carvão mineral: dados estatísticos: ano 2011. Criciúma, SC: SIECESC, 2011. Disponível em: http://www.siecesc.com.br/dados_estatisticos. Acesso em: 23 jan. 2020.
- SIECESC – Sindicato da Indústria da Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina. Carvão mineral: dados estatísticos: ano 2018. Criciúma, SC: SIECESC, 2018. Disponível em: http://www.siecesc.com.br/dados_estatisticos. Acesso em: 23 jan. 2020.

SILVA, F. J. B. Conflitos de uso em área de proteção ambiental: água, mineração e agricultura. 2002. 167 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SILVA, M. J. A. Indústria carvoeira e degradação: decrescimento como perspectiva de superação da problemática socioambiental no sul catarinense. 2019. 298 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

TEIXEIRA, J. P. Os donos da cidade. Florianópolis: Insular, 1996.

TRABALHADORES da CSN invadem minas no Sul. Folha de S. Paulo, p. 3-7, 13 ago. 1991.

VOLPATO, T. G. A pirita humana: os mineiros de Criciúma. Florianópolis: Ed. da UFSC/ALESC, 1984.

VOLPATO, T.G. Vidas marcadas: trabalhadores do carvão. Tubarão: Editora Unisul, 2001.

Hoyêdo Nunes Lins

hoyedo.lins@ufsc.br

Doutor em Geografia e Organização do Espaço pela Université François Rabelais (Tours, França)
Professor Titular aposentado em Serviço Voluntário junto aos programas de pós-graduação em Economia e em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

UFSC

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, s/nº - Trindade
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
CEP: 88040-900

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuição do autor

O autor é responsável por todas as etapas da elaboração do manuscrito.

Aprovação por Comitê de ética e consentimento

Não se aplica.

Consentimento para publicação

O autor consente a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe
Fabiana Luiza Negri – Comissão Editorial

ARTIGO ORIGINAL

A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios

Iolanda Carvalho Fontenele¹<https://orcid.org/0009-0006-3596-0249>¹Universidade Federal do Piauí, Departamento de Serviço Social, Programa de Graduação em Serviço Social, Teresina, PI, Brasil.**A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios**

Resumo: O objetivo desse texto é pontuar a trajetória e as concepções da extensão no ensino superior e abordar os desafios relativos à extensão como componente curricular obrigatório. O artigo é resultado de uma pesquisa de revisão bibliográfica, a partir de artigos, pesquisas, mas também o uso de dados estatísticos, estudo do ordenamento jurídico, tendo em vista uma análise quanti-qualitativa. O trabalho consta de uma introdução, seguida de uma reflexão sobre a história, as concepções de extensão e finalmente as conclusões onde se trata dos desafios. O estudo aponta que a curricularização da extensão é muito importante na formação profissional e no tocante ao compromisso com a sociedade, no entanto, muitos são os desafios considerando o problema do financiamento, a garantia de condições e os aportes institucionais, a realidade de docentes e discentes e as questões que envolvem o ensino superior no país como a privatização e o empresariamento da educação.

Palavras-chave: Educação Superior; Extensão Universitária; Curricularização.

The curricularization of extension in Brazil: history, concepts and challenges

Abstract: The aim of this text is to outline the trajectory and conceptions of extension in higher education and to address the challenges related to extension as a compulsory curricular component. The article is the result of a bibliographical review, based on articles, surveys, but also the use of statistical data, a study of the legal system, with a view to a quantitative and qualitative analysis. The work consists of an introduction, followed by a reflection on the history and conceptions of extension and finally the conclusions, which deal with the challenges. The study points out that the curricularization of extension is very important in professional training and in terms of commitment to society, however, there are many challenges considering the problem of funding, guaranteeing conditions and institutional contributions, the reality of teachers and students and the issues surrounding higher education in the country such as privatization and the entrepreneurialization of education.

Keywords: Higher Education; University Extension; Curricularization

Recebido em 01.11.2023. Aprovado em 19.11.2023. Revisado em 05.04.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

A curricularização da extensão foi normatizada no Brasil por meio da resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, em atendimento ao estabelecido pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024 que fixou na meta 12, estratégia 7 que trata de um percentual de 10% da carga horária total dos cursos de graduação a ser destinado para a extensão (Brasil, 2014, 2018). Diante desse fato, as unidades de ensino e seus respectivos cursos necessitavam fazer as devidas adequações nos seus projetos pedagógicos para posterior implantação da extensão como atividade curricular. No entanto, os prazos para as adequações e os respectivos processos de construção foram atravessados por uma série de questões, a exemplo da pandemia, de modo especial, que acabou por prejudicar o aprofundamento e o debate sobre a temática e, nesse sentido, há que se enfrentar esse desafio.

A extensão universitária sempre ocupou um lugar marginal no contexto das universidades brasileiras, apesar do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão, desde 1988, e apesar também de sua importância na formação profissional e da relevante e necessária presença das universidades na sociedade, notadamente junto aos segmentos que mais sofrem em vista dos processos de desigualdades, pobreza e vulnerabilidades. Desse modo, é extremamente importante a reflexão, o debate, a troca de experiências, no sentido de não só encontrar um caminho de como definir e implantar a creditação da extensão, mas inclusive no sentido de se entender sua importância, seus problemas, seus desafios, seus limites e possibilidades, suas contradições.

Portanto, o objetivo aqui é recuperar brevemente a trajetória da extensão no ensino superior, abordar a questão das concepções e dos desafios relativos à extensão universitária como componente curricular obrigatório. Este artigo é resultado de uma pesquisa de revisão bibliográfica, a partir de artigos, pesquisas, mas também o uso de dados estatísticos, estudo do ordenamento jurídico, tendo em vista uma análise quanti-qualitativa. O trabalho consta dessa introdução, seguida de uma reflexão sobre a história, as concepções da curricularização da extensão e finalmente as considerações finais, em que se trata dos desafios.

A curricularização da extensão, sua história e concepções

As primeiras universidades brasileiras surgem com os colégios dos jesuítas, implantados no Brasil Colônia, ou ainda com a vinda da Família Real para o Brasil em 1808 (Jimenez et al., 2023). No entanto, somente em 1931, no Governo de Getúlio Vargas, surge o decreto do Estatuto das Universidades. No caso da extensão, apesar de que se tem registros anteriores de “atividades de prestação de serviços à comunidade, cursos e conferências” (Bezerra; Sousa; Colares, 2022, p. 5), no entanto, o primeiro esforço de normatização da extensão deu-se através do referido Estatuto decretado em 1931 (ABEPSS, 2021; Gadotti, 2017). De acordo com Gadotti (2017, p. 1), esse decreto “não menciona a extensão como uma função da universidade, limitando-se à divulgação de pesquisas direcionadas para uma população mais instruída”. Por outro lado, segundo Bezerra, Sousa e Colares, o documento previu a realização de cursos e conferências, enquanto conhecimentos úteis para indivíduos e a coletividade, mas também “à apresentação de soluções para os compromissos sociais e a propagação de ideias e princípios de interesse nacional” (Bezerra; Sousa; Colares, 2022, p. 5).

É somente a partir dos anos 1950 e 1960, num movimento contrário ao normatizado pelo Estatuto das Universidades de 1931, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961 que a extensão passa a ser entendida dentro da relação indissociável com o ensino e a pesquisa, quando surgem iniciativas comprometidas “com as classes populares, [...] seus direitos” (Gadotti, 2017, p. 1; ABEPSS, 2021). Ainda segundo Gadotti, o despertar da Universidade para o compromisso social deveu-se por influência de movimentos sociais, a exemplo da atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento de Cultura Popular (MCP), os Centros Populares de Cultura (CPC), o Movimento de Educação de Base e a contribuição de Paulo Freire (Gadotti, 2017; ABEPSS, 2021).

A ditadura militar pouco avançou no tocante às questões da extensão colocadas pelo ordenamento legal de 1931 e de 1961 (Jimenez et al., 2023). A reforma universitária de 1968 (Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968) estabelece a articulação entre ensino e pesquisa (Jimenez et al., 2023) e mantém a extensão dentro da perspectiva difusionista, assistencialista e ao mesmo tempo, representou uma reação contrária às conquistas

populares, ao movimento da educação popular, aos movimentos em geral e ao movimento estudantil (Bezerra; Sousa; Colares, 2022). No final da década de 1970 e nos anos 1980 surgiram novos movimentos populares, sindicais, organizações da sociedade e novas contribuições que trouxeram para a agenda pública a extensão na perspectiva da educação popular, do compromisso com a sociedade e seus segmentos subalternizados (Gadotti, 2017). Nesse contexto, foi fundamental a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX), em 1987, que se constituiu como um fator decisivo para o “avanço que se deu depois da Constituição Federal de 1988” (Bezerra; Sousa; Colares, 2022, p. 7).

A Constituição Federal (CF) de 1988 garante a educação como direito de todos, reconhece a autonomia das Universidades e define a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 2023) e posteriormente a LDB, Lei nº 9.394/1996, reafirma o contrato constitucional no tocante à educação superior e estabelece a extensão universitária como uma das finalidades da universidade (Brasil, 1996), no entanto não previu os fundamentos e as formas de realização da mesma (Jimenez et al., 2023).

Em 2001, a extensão universitária mais uma vez ganha expressividade quando o Plano Nacional de Educação 2001–2010, Lei nº 10.172/2001 (Brasil, 2001) estabeleceu entre suas metas um mínimo de 10% do total de créditos exigidos na graduação, que fossem voltados para a extensão. Esse plano de 2001 reconhece que a matrícula nas Instituições de Ensino Superior (IES) apresentou rápido crescimento entre 1980 e 1998. As IES federais saíram de 316.715 mil matrículas em 1980 para 408.640 em 1998, mas, na verdade, esse crescimento deveu-se muito à expansão do setor privado, que foi responsável por quase dois terços das vagas nesses últimos vinte anos no Brasil (1978–1998)¹. Assim, o PNE 2001–2010 traz algumas questões como o aumento do setor privado, as desigualdades regionais, considerando a concentração de matrículas no setor privado localizado em regiões mais desenvolvidas, o baixo percentual, de menos de 12%, de jovens entre 18 e 24 matriculados no ensino superior. Nesse sentido, a meta do referido PNE é chegar ao percentual de 30% de matrícula entre os jovens de 18 a 24 anos e que nessa expansão de vagas o setor público assumira pelo menos, no mínimo, 40% dessa oferta em relação ao total.

Essa tendência de expansão da privatização do ensino superior ganha expressividade a partir dos anos de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), associada ao sucateamento das universidades públicas federais (Sousa, 2021). Diante desse quadro e do aumento das demandas que viriam dos egressos do ensino médio, segundo o PNE 2001, a educação superior tinha como desafio, dentre outros, enfrentar o problema do financiamento, levando em conta as atividades de ensino, pesquisa e extensão, o desafio da expansão das vagas, bem como investir na qualidade da formação. Particularmente no tocante aos 10% de créditos para a extensão o PNE 2001-2010 não teve desdobramento prático e mais tarde no PNE 2014–2024 (Lei nº 13.005/2014) a questão é reafirmada (Brasil, 2014).

De acordo com diagnóstico do PNE 2014, a taxa de matrícula do segmento com faixa etária entre 18 e 24 anos saiu de menos de 12% em 1998 para 16,3% em 2013, considerando o total da população de jovens na referida faixa de idade. Esses 16,3% correspondem a 53,8% do total das matrículas, uma vez que 14,0% dessas vagas (ou seja, 46,2% do total) foram preenchidas por pessoas de outras idades acima de 24 anos. Nesse caso a meta do PNE 2014–2024 é de sair de uma taxa bruta de matrícula de 30,3% em 2013 (somando a faixa de 18 a 24 anos e as outras faixas de idade), para 50% até 2024, bem como avançar na taxa líquida de matrícula (incluindo somente vagas para 18 a 24 anos) de 16,3% para 33% até 2024. Segundo o PNE 2014, essa expansão deve vir acompanhada da qualidade da oferta e do avanço do setor público, que deverá responder por pelo menos 40% nas novas vagas, o que não representa um número significativo uma vez que em 1998 o segmento público já era responsável por 37,86% das matrículas no ensino universitário (Brasil, 2015). Portanto, é nesse contexto (2001–2014), em que o quadro era praticamente o mesmo — considerando o desafio da expansão de vagas, especialmente no setor público, e a melhoria da qualidade da formação —, apesar de alguns avanços, é nesse cenário que a extensão entra como componente curricular nos cursos de graduação no país (Brasil, 2001, 2015).

Diferentemente do PNE anterior, o de 2014-2024 trouxe desdobramento prático que acabou culminando com a resolução nº 7/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que estabelece as diretrizes da curricularização da extensão no Brasil e define a extensão como atividade curricular, que deve ser integrada à pesquisa e ao ensino e “constituindo-se em processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os

outros setores da sociedade [...]” (Brasil, 2018). Essa resolução, portanto, constitui um marco importante quando o conceito de extensão é definido, bem como os princípios norteadores das ações extensionistas no Brasil, articuladas à formação profissional e ao compromisso com a sociedade, em áreas de maior demanda social (Jimenez et al., 2023). Outro avanço foi a ampliação das atividades de extensão, pensadas para além de cursos, palestras ou conferências, quando os programas e projetos são previstos no PNE 2014–2024, ficando definido na resolução nº 7/2018 os programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços (Brasil, 2018). Apesar de que os projetos de extensão constam enquanto ações desde a ditadura militar (Bezerra; Sousa; Colares, 2022).

Nesse processo o FORPROEX foi fundamental, como já mencionado anteriormente, quando em 1998 avança com o Plano Nacional de Extensão e em 2012 com a Política Nacional, que entende e reafirma a extensão na relação entre saber acadêmico e saber popular (Gadotti, 2017). Essas contribuições do FORPROEX, apesar de publicadas pelo Ministério da Educação, até então não constavam em nenhum documento oficial (Jimenez et al., 2023).

Ainda mediante o contexto da curricularização da extensão, a partir de alguns dados dessa realidade, a fim de pontuar o fato de que os desafios estão para além da curricularização, é importante entender que no período 2003–2016 algumas medidas foram tomadas² pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no sentido de promoverem alterações no quadro da educação superior no Brasil e, segundo Martins, houve de fato uma expansão do ensino universitário, a partir do crescimento do “número de instituições, de cursos, de vagas, de ingressantes e de matrículas” (Martins et al., 2019, p. 898), a interiorização das unidades de ensino, além de provocar mudança no perfil dos discentes ingressantes nas universidades públicas federais, tendo em vista por exemplo a lei de cotas, o Reuni e o PNAES (Sousa, 2021). Apesar dessas conquistas, mesmo assim o ensino superior continua marcado pela presença majoritária do setor mercantil, pela alta seletividade e desigualdade no acesso³, pela problemática da evasão e do abandono dos estudos de graduação⁴, pela queda do número de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)⁵, pelo significativo crescimento de matrícula no Ensino a Distância (EaD)⁶. Esses problemas se avolumam a partir de 2016, no Governo de Michel Temer e depois com Jair Bolsonaro, compreendendo o período 2016–2022, quando a educação sofre significativas perdas (Ramalheite, 2023) e passa por um verdadeiro desmonte (Saviani, 2020), que ganham peculiaridades no governo de Jair Bolsonaro, devido ao um forte discurso acompanhado de medidas que afirmam a negação da ciência e das universidades, onde a “violência classista antiuniversidade é destituída de disfarces” no governo mencionado (Minto, 2021, p. 31).

Com o governo que se inicia em 2023, comandado por Lula da Silva, a expectativa é de defesa da democracia liberal e das políticas públicas. As medidas emergenciais estão relacionadas com a questão orçamentária, em virtude da

forte deterioração das finanças públicas e no orçamento [...] apagão fiscal no final de 2022 e uma proposta orçamentária para 2023 incapaz de garantir a manutenção dos serviços públicos essenciais e o funcionamento da máquina pública (Brasil, 2022a, p. 52).

Nesse sentido, o Presidente eleito encaminha ao Congresso Nacional a chamada PEC (projeto de emenda constitucional) da transição, sendo aprovada como EC nº 126, em 21 de dezembro de 2022, tendo como objetivo a recomposição do orçamento para 2023, inclusive atendendo aos compromissos de campanha e considerando prioridades na saúde, educação, combate à fome e as desigualdades.

Essa EC nº 126/2022 traz algumas mudanças importantes na questão do ajuste fiscal, além da recomposição orçamentária para 2023, com os valores adicionais alocados: a primeira que é importante destacar foi a prorrogação da DRU até 2024, com previsão para acabar em 31 de dezembro de 2004, depois a instituição de um “regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico [...]” (Brasil, 2023), já aprovado pelo Congresso Nacional, por meio da Lei Complementar nº 200/2023.

A avaliação do governo Lula (2023–2026), é que o regime fiscal implantado em 2016 se encontrava obsoleto e, nesse sentido, havia a necessidade de se alterar o regime fiscal/2016, tendo em vista o estabelecimento de “regras que equilibrem a estabilidade macroeconômica, a sustentabilidade fiscal, a inclusão social e o financiamento de gastos com efeitos estruturantes” (Brasil, 2022a, p. 55). Esse regime fiscal sustentável condiciona o aumento de gastos do governo ao cumprimento de metas do superávit primário, o ajustamento

fiscal com vistas ao controle das contas públicas, contendo o endividamento, mantendo os compromissos com os credores, ao mesmo tempo em que abre possibilidades para investimentos socioeconômicos, condicionados ao desempenho da economia e a arrecadação do governo, haja vista o crescimento e o desenvolvimento do País.

É inegável a importância dos governos do PT (2003–2016) quando o Brasil viveu um neodesenvolvimentismo possível (Alves, 2013) ou um ensaio do mesmo (Singer, 2018), com características que remetem ao desenvolvimentismo do passado, no entanto, com um novo perfil, associando de um lado um aceno para as contrarreformas neoliberais, o fortalecimento de avultados grupos econômicos privados, a centralidade na questão das dívidas públicas e de outro o investimento em políticas de combate à pobreza, ampliação do mercado interno (Alves, 2013) e do acesso à educação superior (Martins et al., 2019), com melhorias indiscutíveis na diminuição das taxas de desemprego, aumento da formalização do mercado de trabalho e do salário mínimo (Pochmann, 2006; Alves, 2013), bem como do crescimento econômico, controle da inflação e diminuição nas taxas de pobreza (Singer, 2018).

Embora modestos e insuficientes, os avanços, as conquistas não são pouca coisa num País de capitalismo dependente, periférico, de desenvolvimento hipertardio e marcado por profundas desigualdades (Alves, 2013). No entanto, foram mudanças que não chegaram a ser estruturais e embora se tenha registrado melhorias dos indicadores sociais, o Brasil continuou um país capitalista dependente, atrasado nas condições de trabalho, baixos salários, informalidade, alta rotatividade, novas formas de contratos precários (Pochmann, 2006; Alves, 2013) e a educação superior continuou e continua marcada pela privatização, pela mercantilização do ensino, inclusive tendo em vista a política de incentivo ao setor privado a exemplo do FIES que “na aparência, objetiva expandir o acesso ao ensino, mas, na prática, opera como política de rentabilização segura [...], agravando o problema do subfinanciamento da educação pública” e ainda gerando endividamento para os estudantes (Minto, 2021, p. 29), sem falar na questão da qualidade da formação.

Nesse sentido, a perspectiva para 2023–2026 é de retomada desse projeto 2003–2016 no seu molde mais geral, o que já é um ganho, diante da possibilidade de se fazer frente aos movimentos da extrema direita contrários à democracia, à ciência, às universidades, bem como a possibilidade de retomada de investimentos no setor social, com restrições orçamentárias menos duras, no respeito e diálogo com as instâncias de controle social, no âmbito das políticas públicas e mais especificamente o fortalecimento da autonomia das universidades públicas. Diante desse quadro, a curricularização já surge com grandes dificuldades e desafios.

A curricularização da extensão e suas concepções

No tocante às concepções de extensão, antes é importante que se diga que as concepções de extensão estão intimamente relacionadas com as concepções de educação. Destaca-se aqui duas concepções de extensão, duas abordagens: a primeira diz respeito a uma visão da extensão na perspectiva difusionista onde a mesma constitui uma estratégia que permite difundir ou aplicar conhecimentos junto aos incultos, ignorantes, negando-lhes a condição de sujeitos e invalidando as diversas formas de construção de conhecimento e da legitimidade do saber popular. Depois, como consequência, essa concepção também pensa na extensão como uma ação centrada e que tem sua origem no elitismo, na capacidade, na superioridade de alguns segmentos e na incapacidade e inferioridade de outros, sendo o conhecimento, a educação e a cultura uma prerrogativa de uma elite dominante que deve deter e dispor desses recursos e desses bens e que, portanto, “aqueles que têm, aqueles que sabem, prestam assistência àqueles que não têm, àqueles que não sabem”, em regiões menos desenvolvidas, configurando uma visão assistencialista da extensão, como uma atividade baseada no favor, na descontinuidade e no imprevisto (Saviani, 1986, p. 54).

Por outro lado, trata-se de uma atividade pautada na concepção de educação bancária (Freire, 1996), e que as pessoas são passivas e figuram como depósito do saber, como objeto de intervenção dos doutos, de um segmento instruído que se coloca como personagem central na relação de ensino-aprendizagem, tendo a educação uma função socializadora no sentido de que as pessoas passam a ter acesso ao conhecimento de forma relacional, coletiva, mas não se constituem como sujeitos históricos. A extensão aparece apenas como ‘extensora’ de conhecimentos, por meio de cursos, palestras ou conferências à comunidade, desde que possuíssem valor utilitário, ou ainda, por meio de serviços especializados para o preparo ou atualização de

mão de obra para o mercado de trabalho (Jimenez, et al, 2023, p. 9) do ponto de vista técnico. Desse modo, esses conceitos e práticas de extensão são atravessados por uma perspectiva autoritária, alienante e utilitária.

A segunda abordagem versa sobre uma concepção de extensão comunicativa, popular, emancipadora (ABEPSS, 2021) e democrática. Diferentemente do difusionismo, essa dimensão é dialógica (FORPROEX, 2012), comunicativa (ABEPSS, 2021), entendendo a extensão numa mão de via dupla (Saviani, 1986), onde o conhecimento científico, acadêmico dialoga com o saber da sociedade, da comunidade, estabelecendo trocas e reconhecendo o fato de que ambos contribuem, são favorecidos e se enriquecem mutuamente. A outra questão é que se pretende uma ação extensionista que seja fundamentada em práticas educacionais emancipadoras com centralidade nos interesses e na autonomia dos sujeitos coletivos, reafirmando o significado do trabalho profissional com os movimentos sociais, um trabalho alinhado com os segmentos vítimas das desigualdades, das violências e dos processos de negação de direitos, rompendo com a visão da extensão universitária na perspectiva difusionista e elitista (ABEPSS, 2021). Implica ainda em resistir ao elitismo e reafirmar compromissos com os setores vítimas das desigualdades, das violências e dos processos de negação de direitos.

Depois, a extensão universitária é vista também como ação participativa, de unidade teoria-prática, onde os sujeitos aprendem fazendo (Saviani, 2003), refletindo, debatendo, dialogando, vivenciando, não só fazendo numa dimensão prática e empírica, mas aprendendo, inicialmente, que são sujeitos de direitos e de deveres. Ou seja, uma extensão que favoreça a leitura do mundo, como menciona Freire:

a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente (Freire, 1989, p. 13).

Ou mesmo de colaborar para sua transformação, onde o compromisso,

próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas ‘águas’ os homens verdadeiramente comprometidos ficam ‘molhados’, ensopados. Somente assim o compromisso é verdadeiro (Freire, 1994, p. 19).

Assim, há que se pensar numa extensão que rompa com o assistencialismo, a cultura política do autoritarismo, que nega e desqualifica sistematicamente a participação da sociedade organizada na coisa pública. Segundo Freire, a dificuldade do exercício da democracia, da participação, da luta por direitos são reflexos diretos de uma escolarização ou uma educação “voltada para a socialização do indivíduo, não para sua politização, para ser útil, antes que justo, para se comportar socialmente, mas não para agir politicamente” (Freire, 2021, p. 2).

O agir politicamente entendido aqui não só enquanto movimento de rua, organização e engajamento em movimento social, sindicato ou partido público, que é importante e extremamente necessário, mas inclusive a reflexão e a adesão a um projeto de sociedade, a tomada de posição nos diversos espaços do cotidiano, seja na família, na sociedade e no Estado. A política não se confunde com partidos políticos, com o governo, com política social, com a política no sentido da neutralidade, mas como uma visão de mundo, articulada a valores éticos, ou seja, implica em escolhas, opções e posições (Iamamoto, 2009). Uma concepção de extensão pautada na defesa de direitos, da justiça e da democracia.

Desse modo, a curricularização da extensão representa mais um passo no sentido de se entender a formação profissional e os componentes curriculares para além da sala de aula e das disciplinas, na unidade teoria/prática, também é relevante quando coloca em pauta o papel social das universidades públicas, de modo especial, e o direito da sociedade de usufruir das mesmas através de suas diversas atividades. A curricularização também é importante quando introduz a extensão na agenda do debate acadêmico e no centro dos desafios da gestão pedagógica e administrativa das instituições de ensino superior no país, tendo em vista a articulação entre ensino/pesquisa/extensão. Por outro lado, apesar de sua importância, das conquistas, o certo é que muito há que se enfrentar nessa trajetória da curricularização da extensão, daí uma breve reflexão a seguir sobre alguns desafios.

Conclusão

Os desafios são diversos, são de ordem política, pedagógica, do campo conceitual e do debate acadêmico, da gestão, das normativas e da esfera operacional. Assim sendo, passa-se a discorrer sobre alguns deles:

- a) O fato de que o acesso às universidades públicas brasileiras teve historicamente um perfil seletivo, excludente e desigual (Martins et al., 2019). A crise das universidades não é recente, ela é complexa, multifacetada, envolve uma série de problemáticas. Em 1975, Florestan Fernandes (1979) já abordava a crise, Simon Schwartzman publica um livro em 1980 intitulado “Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento”, em que ele aponta diversas dimensões dessa crise no tocante ao ideal de democratização, o problema da educação funcional, a questão da qualidade da formação, da universidade científica e crítica (Schwartzman, 2008), no entanto, Ribeiro (1979, p. 23) menciona que “a crise educacional do Brasil da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa.” Nesse sentido, os desafios são muito complexos e estão para além da curricularização da extensão, mas na própria política educacional no país, voltada para o ensino universitário.
- b) Depois, a curricularização da extensão parece responder de um lado às demandas de qualificação da formação, enfrentamento da crise e ênfase no compromisso com a sociedade quando o próprio PNE 2014–2024 fala da priorização de áreas de grande pertinência social na sociedade (Brasil, 2014), mas, de outro lado à possibilidade de reafirmação do empresariamento da educação, centrada em critérios de eficiência, de produtividade (Serafim, 2023), quando as universidades passaram a ser vistas como uma organização social prestadora de serviços nos anos 1990, pautadas nas regras do mercado e da competitividade, e ainda com metas altamente quantitativas, definidas hierarquicamente pelo *ranking* das pontuações em produções científicas e publicações no âmbito das pós-graduações e por consequência nos financiamentos de pesquisas (Chauí, 2003), além da agenda da internacionalização. Agora, segundo Serafim, diante de mais esse desafio colocado pela premência da curricularização da extensão nas graduações, essas questões devem se acirrar, podendo causar maior precarização e desgaste no trabalho de docentes e na formação de discentes (Serafim, 2023). No entanto, é importante que se entenda que diante dessas gigantescas metas das pós-graduações e ainda considerando os critérios das pontuações na progressão funcional para docentes nas universidades, concentrados sobremaneira na produção intelectual, bem como a baixa carga horária docente para programas e projetos de extensão, por tudo isso, a extensão poderá continuar como uma atividade de menor importância, sem recursos, a despeito da enorme carga horária a ela destinada nos currículos. Além do mais, como se trata de uma atividade que deve ser voltada para setores e áreas geográficas de maior pertinência social, no caso para segmentos em situação de pobreza, mais ainda há de se justificar a assistencialização da extensão, ponderando o reduzido investimento, ou seja, uma ação voltada para o compromisso com a sociedade, mas de baixíssimo custo. Diante disso, tendo em vista a realidade das universidades públicas brasileiras e das tendências das políticas em geral no tocante à questão do corte de gastos e dos processos de privatização — tendências essas que ora se apresentam através de medidas mais duras, ora mais flexíveis, a depender da conjuntura e do perfil dos governos — (Fontenele, 2023), assim, diante desse cenário, a extensão como forma de prestação de serviços à comunidade, associada à captação de recursos já é uma realidade nas universidades e nesse sentido a ABEPSS adverte para a necessidade da defesa de uma educação pública, gratuita, resistindo às tendências de privatização no campo da educação e mais especificamente da extensão, se contrapondo à instituição da cobrança de taxas em programas, projetos, cursos, ou mesmo à prestação de serviços para a comunidade de natureza mercantil e enfrentando a questão do voluntariado⁷ (ABEPSS, 2021). Nessa mesma dinâmica, a curricularização da extensão pode expressar o compromisso social da Universidade com a sociedade e ao mesmo tempo pode também se constituir como um mecanismo de relativa substituição de outras políticas públicas em relação às demandas da sociedade, especialmente dos segmentos mais pobres e desvalidos nas grandes cidades. Daí a importância das atividades extensionistas estarem alinhadas com a defesa de direitos universais e a ampliação da oferta de serviços e benefícios voltados para o conjunto da população brasileira;
- c) Ainda na esteira dos desafios políticos faz-se necessário pensar nas problemáticas do financiamento e das garantias das condições para o desenvolvimento das atividades de extensão que precisam ser enfrentadas, em consonância com o artigo 213 da CF de 1988 (Brasil, 2023), caso contrário a creditação da extensão pode tornar-se inviável ou mesmo precarizada, podendo resultar em baixo impacto na formação profissional e na ação junto à comunidade externa (ABEPSS, 2021).
- Portanto, a extensão deve constituir conceitos e práticas que possam estabelecer a articulação entre ensino/pesquisa/extensão, a unidade teoria/prática, entre saber acadêmico e popular, entre conhecimento, ação

política, valores éticos e acima de tudo a luta por uma educação pública, de qualidade, comprometida com a justiça, democracia e os direitos.

Referências

- ABEPSS. Comissão Temporária de Trabalho. Documento preliminar acerca da Curricularização da Extensão. Brasília, DF: Comissão Temporária de Trabalho, 2021. Disponível em: https://www.abepss.org.br/20210608_documento-preliminar-curricularizacao-da-extensao.pdf. Acesso em: 01 set. 2023.
- ALVES, G. Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo. Partes I, II, III, 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil/>. Acesso em: 02 jun. 2013.
- BEZERRA, A. N. S.; SOUSA, F. M. L.; COLARES, A. A. A curricularização da extensão na formação docente: aproximações e contradições para uma práxis transformadora. *Revista Olhar de Professor*, Ponta Grossa, v. 25, p. 1–22, dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20879>. Acesso em: 25 out. 2023.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 128/2022. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023. Disponível em: [https://portal.stf.jus.br/CF\(1\).pdf](https://portal.stf.jus.br/CF(1).pdf). Acesso em: 02 jun. 2023.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal/Coordenação de Edições Técnicas, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 01 set. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 01 set. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 01 set. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024. Linha de Base. Brasília, DF: Presidência da República/DIREC, 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base. Acesso em: 01 set. 2023.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: CNE, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 01 set. 2023.
- BRASIL. Gabinete de Transição Governamental. Relatório Final. Brasília (DF): Brasil do Futuro/ Governo de Transição, 2022a. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/Relatorio-final-da-transicao-de-Lula.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação/INEP. Censo da Educação Superior 2020. Brasília, DF: Ministério da Educação/INEP, 2022b. Disponível em: https://www.ifg.edu.br/CensoSuperior2020_17_02_2022_Final11h00min.pdf. Acesso em: 01 set. 2023.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, RJ, n. 24, 2003. Disponível em: [https://www.scielo.br/rbedu/download\(36\).pdf](https://www.scielo.br/rbedu/download(36).pdf). Acesso em: 27 set. 2023.
- FERNANDES, F. Universidade brasileira: reforma ou revolução? 2. ed. rev. ampl. São Paulo, SP: Alfa-Ômega, 1979.
- FONTENELE, I. C. A privatização da proteção social no Brasil: alguns apontamentos sobre a problemática. Teresina, PI: UFPI, 2023.
- FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. In: ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX, 31., 2012, Manaus. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo, SP: Autores Associados/Cortez, 1989. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, v. 4).
- FREIRE, P. Educação e mudança. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. (Coleção educação e comunicação, v. 1).
- FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática Educativa. 25. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, R. Ética e Política Contemporâneas. Cuiabá, MT: UFMT EM REDE/SETEC, 2021. Disponível em: https://setec.ufmt.br/Etica_Politica_Contemporanea.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.
- GADOTTI, M. Extensão Universitária: Para quê? São Paulo, SP: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/Extensao_Universitaria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 01 set. 2023.
- IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília (DF): CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: http://www.unirio.br/ess/viewLIVRO_COMPLETO-CFESS-Servico_Social-Direitos_Sociais.pdf. Acesso em: 20 ago. 2014.

INSTITUTO SEMESP. Mapa do ensino Superior no Brasil 2023. 13. ed. São Paulo, SP: Instituto SEMESP, 2023. Disponível em: <https://www.semes.org.br/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2023.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023.

JIMENEZ, M. O; et al. A extensão e a universidade brasileira: do estatuto das universidades até a curricularização da extensão. *Revista Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro, SP, v. 33, n. 66, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/15304/12646>. Acesso em: 27 out. 2023.

MARTINS, P. F. M.; SILVA, E. G.; MAURÍCIO, N. M. M. A história da Assistência Estudantil no ensino superior brasileiro: programa nacional de assistência estudantil e o aumento das classes “D” e “E” nas universidades federais. *Revista Observatório*, Palmas, TO: UFT, v. 5, n. 6, p. 886–911, out–dez. 2019. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/7493/16352>. Acesso em: 01 set. 2023.

MINTO, L. W. Para que o futuro não fique para trás: a universidade brasileira e o bolsonarismo. *Revista Argumentum Debate*, Vitória, ES, v. 14, n. 1, p. 26-37, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/37848/25038>. Acesso em: 27 out. 2023.

POCHMANN, M. Mercado de trabalho: o que há de novo no Brasil. *In: Parcerias Estratégicas*. Edição Especial: análise sobre a PNAD – 2004. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n. 22, 2006.

RAMALHETE, M. P. Galeria de perdas: a educação brasileira após o golpe (2016-2022). *Revista Práxis Educativa*. Ponta Grossa, PR: UEPG/Programa de Pós-Graduação em Educação, v. 18, jul. 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-43092023000100119&script=sci_arttext. Acesso em: 01 set. 2023.

RIBEIRO, D. *Ensaio Insólitos*. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda, 1979.

SAVIANI, D. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação – o desmonte da educação nacional. *Revista Exitus*, Santarém, PA, v. 10, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602020000100012. Acesso em: 01 set. 2023.

SAVIANI, D. *Ensino público e algumas falas sobre Universidade*. São Paulo, SP: Cortez/Autores Associados, 1986. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, n. 10).

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnia. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: [https://www.scielo.br/download\(45\).pdf](https://www.scielo.br/download(45).pdf). Acesso em: 27 out. 2023.

SCHWARTZMAN, S. *Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento*. Rio de Janeiro, RJ: Centro Edelstein, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/schwartzman-9788599662502.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023.

SERAFIM, A. B. A curricularização da extensão e o neoliberalismo: a governabilidade na resolução e nos discursos de docentes. 2023. 111f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade São Francisco (USF), Programa de Pós-Graduação em Educação, Itatiba, SP, 2023. Disponível em: <https://www.usf.edu.br/3130579654274102.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

SINGER, A. *O Lulismo em crise: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2018.

SOUSA, A. A. Expansão do Ensino Superior e a Política de Assistência Estudantil: análise a partir da percepção dos discentes assistidos na UFPB. 2021. 108f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba UFPB, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, João Pessoa, PB, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22533>. Acesso em: 20 set. 2023.

Notas:

- 1 O total das matrículas nas públicas, incluindo as federais, estaduais e municipais, era de 492.232 mil em 1980 e passou para 804.729 em 1998. Nesse caso, o aumento de vagas no setor público teve inegavelmente a contribuição das IES estaduais e municipais nesse período 1980–1998 (Brasil, 2001). No caso do setor privado as matrículas eram da ordem de 885.054 mil em 1980 e passaram para 1.321.229 em 1998. Em 1980 as públicas respondiam por 35,74% e as privadas por 64,26%, em 1998 a relação era de 37,86% para as públicas e 62,14 para as privadas (Brasil, 2001). Mesmo considerando o crescimento das públicas, num percentual ainda muito baixo (de 2,12%), as IES privadas continuaram predominando.
- 2 Dentre essas medidas pode-se destacar o programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) em 2007; o Sistema de Seleção unificada (SISU), implementado em 2009, mas instituído em 2010; o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) — instituído pela Portaria Normativa 39/2007, passou a ser regulamentado pelo decreto nº 7.234/2010 —; a Lei de Cotas (nº 12.711/2012); a Lei nº 11.892/2008 que transformou os Centros Federais de Educação Tecnológica em Institutos Federais voltados para o ensino superior; o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), voltado especificamente para discentes, ambos regulamentados pela Lei nº 10.861/2004. Por outro lado, além da tentativa de fortalecimento das universidades públicas houve nesse período 2003–2016 bastante incentivo de acesso ao ensino superior através da rede privada, mediante a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) —

Lei nº 11.096/2005, além de um grande incremento no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), Lei nº 10.260/2001 (Martins et al., 2019; Sousa, 2021).

- 3 Só para demonstrar, de acordo com dados de 2021, o setor privado segue com maior número de matrículas, com 76,9%, o que significa dizer também que o setor público ainda não atingiu os 40% pretendidos no PNE 2014, como também ainda não atingiu a meta da taxa líquida de matrícula de 33% para jovens de 18 a 24 anos, uma vez que esse número em 2020 era de 21,9%. Depois, essas matrículas continuam com alto percentual em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro que juntos concentram 41,8% dos discentes em todo país (Instituto SEMESP, 2023).
- 4 Um outro dado importante é que considerando os ingressantes de 2017, nas diversas modalidades de ensino, apenas 26,3% dos mesmos concluíram seus cursos no ensino superior no país (Instituto SEMESP, 2023). Segundo dados do censo da educação superior a taxa total de desistência acumulada em 2011 era de 11%, em 2020 é de 59% (Brasil, 2022b). Em 2022, as universidades públicas registraram uma taxa de 40,3% de desistência (Instituto SEMESP, 2023). As vagas remanescentes nas federais em 1998 era de 1,79% (Brasil, 2001), em 2020 o percentual é de 23,6% (Brasil, 2022b). Esses dados revelam altas taxas de evasão e queda no número de ingressantes.
- 5 O ENEM, desde que foi criado (Portaria MEC nº 438/1998), especialmente a partir de 2009 até 2014, apresentou um desempenho ascendente, quando o número de participantes no Exame foi de 5.974 milhões. Em 2015 o número baixou para 5.811, em 2016 foi de 6.136, a partir daí verifica-se uma queda, chegando a 3.965 em 2019 (Brasil, 2022b). De 2020 para 2021 o ENEM sofre uma queda de 40,4% no número de inscritos, em 2022 mantém-se estável com perda de apenas 1,2% nas inscrições (Instituto SEMESP, 2023).
- 6 As matrículas na modalidade EAD cresceram 167% entre 2015-2021, o que explica o fato de que em 2021 os cursos presenciais representavam 37,2% das matrículas e a modalidade EaD 62,8% (Instituto SEMESP, 2023).
- 7 No caso dos eventos, principalmente aqueles de grande porte, é importante se repensar sobre os valores das taxas de inscrição nos mesmos, considerando de modo especial uma parcela de estudantes, bem como de egressos que se encontram em situação de pobreza e de vulnerabilidade e que, portanto, deveriam ser isentos dessas taxas de inscrição.

Iolanda Carvalho Fontenele

iolandaservicosocial@gmail.com

Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão.

Professora do Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

UFPI

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Ininga

Teresina - PI - Brasil

CEP: 64049-550

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições da autora

A autora é responsável por todas as etapas da elaboração do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

A autora consente a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe

Maria Regina de Ávila Moreira – Comissão Editorial

ARTIGO ORIGINAL

Primeiras análises do serviço social brasileiro sobre a questão racial

Simone Sobral Sampaio¹<https://orcid.org/0000-0003-3452-5414>**Flávia De Brito Souza²**<https://orcid.org/0000-0002-8514-0015>

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Serviço Social, Programa de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, SC, Brasil.

²Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Primeiras análises do serviço social brasileiro sobre a questão racial

Resumo: Com o objetivo de analisar a questão racial e o Serviço Social, este artigo recupera dois Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dessa profissão. O primeiro é da década de 1960, de autoria de Sebastião Rodrigues Alves. O segundo é de 1986, escrito por Elisabete Aparecida Pinto. Ambos, críticos argutos do mito da democracia racial brasileira, nutrem expectativas sobre as possibilidades profissionais no combate ao racismo.

Palavras-chave: Serviço Social; Questão racial; Propostas profissionais.

First analyzes of the Brazilian Social Service on the racial issue

Abstract: With the objective of analyzing the racial issue and Social Work, this article recovers two Course Conclusion Papers of this profession. The first is from the 1960s, by Sebastião Rodrigues Alves. The second is from 1986, written by Elisabete Aparecida Pinto. Both astute critics of the myth of Brazilian racial democracy, nurture expectations about professional possibilities in the fight against racism.

Keywords: Social Work; Racial issue; Professional proposals.

Recebido em 03.09.2023. Aprovado em 18.11.2023. Revisado em 29.05.2024.

Introdução

Inicialmente, podemos afirmar que os períodos em que Alves (1966) e Pinto (2003) escrevem são marcados por um forte processo organizativo dos movimentos negros, na luta antirracista no Brasil. Por exemplo, na década de 1950 tem-se o Teatro Experimental do Negro e o Jornal Quilombo; desde 1978, tem-se o Movimento Negro Unificado. Momentos de grande florescimento intelectual da militância negra brasileira.

No Jornal “Quilombo¹” havia uma coluna chamada “democracia racial”. Quando o jornalista Abdias Nascimento publicava na revista utilizava do discurso da democracia racial enquanto margem de manobra para direitos iguais e como bandeira de luta, ou seja, para lutar e denunciar que a democracia racial não existia/



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

existe no Brasil. Nesse sentido, tratava-se de tomar o mito da democracia racial, criticá-lo e reivindicar a luta pela igualdade, como elementos estratégicos à formação da identidade negra.

Os brasileiros africanos foram tratados sempre como outsiders. No melhor dos casos, nós éramos o folclore da esquerda. No pior, nós éramos divisores potencialmente responsáveis pela pulverização da unidade da classe trabalhadora. Basicamente, a esquerda identificada com ideologia europeia e suas vanguardas pertenceram à chamada elite do país” (Custódio, 2009, p. 153, grifo nosso).

Abdias Nascimento vai nos alertar sobre a cultura da libertação, a cultura da resistência vital do Quilombo dos Palmares. Ele afirma que

a estratégia de discriminação em nosso país, sob certo aspecto é mais sutil e mais cruel que a praticada no Estados Unidos, porque não permite qualquer oportunidade de defesa à vítima. Criou slogans, fabricou leis, com isto domesticou o negro. Em sua grande maioria o negro brasileiro sofre de dopagem da pseudo democracia racial que lhe impingiram (Nascimento, 1982, p. 27).

Podemos afirmar que essa dopagem se colocava ao Serviço Social, em que o efeito terapêutico e tranquilizante do mito da democracia racial era a mais absoluta omissão e cegueira diante do racismo que se escancarava nas taxas de baixa escolarização, na ocupação dos piores postos de trabalho e mesmo o não emprego de negros/as seja em que tarefa fosse, nas piores condições de moradia, na discriminação sofrida cotidianamente.

No livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” de Carvalho e Iamamoto (1983, p. 138–139) comparecem reclamações do empresariado, recolhidas no Livro de Circulares da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP), 1930, Arquivo da FIESP, citado por Luiz Werneck Viana, em sua obra *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Os debates realizados em torno da Lei das Férias e do Código de Menores, documentos de 1925 e 1927 respectivamente, são emblemáticos quanto à preocupação do empresariado, principalmente, a sua desconfiança quanto à desocupação que estas leis provocariam e, conseqüentemente, o tempo sendo destinado à vadiagem. O que os/as trabalhadores/as braçais fariam com o tempo livre das férias visto não possuírem “faculdades morais e intelectuais afinadas pela educação e pelo meio”? Com a mesma carga de desconfiança, para usar um eufemismo, o que os/as adolescentes fariam diante da proibição de realizarem o mesmo trabalho que operários/as adultos/as, sem esse santo remédio pródigo ao lucro, fatalmente, seriam uma “nova legião de candidatos à vagabundagem, ao vício e ao delito”? Naquela década de 1930, não diferente do ocorrido em pleno século XXI, constituíam-se trabalhadores/as braçais uma população formada em sua maioria pela população negra.

Diante dos determinantes desta desigualdade, conforme enfatiza Rodrigues Alves,

Sem dúvida, há um componente econômico determinante da situação de miséria material e moral registrada nas favelas. Mas quando se sabe que a maioria é de negros e mulatos, os que mais se encontram sem registro civil, sem assistência, sem escola, o investigador social deve estudar porque essa condição racial multiplica os dissabores e a tragédia do habitante dos morros. Diga-se simplesmente, que um negro, quando desce do morro para o trabalho, não sabe se volta porque sua condição escura, essa primária discriminação ornamental que sofremos, nos torna suspeitos policialmente (Alves, 1997, p. 159).

A condição da população negra é ponto de partida para Alves (1966) e Pinto (2003) quando discorrem em suas produções da necessidade de o Serviço Social atentar para a complexidade da questão racial e de que modo ela se particulariza frente à profissão. Este artigo evidencia importantes obras ao Serviço Social partindo da apresentação de seus autores e dos aspectos comuns de seus trabalhos, apesar da distância temporal entre eles, refletindo sobre suas contribuições e atualidade.

Sebastião Rodrigues Alves

Sebastião Rodrigues Alves (1913–1985) foi assistente social, militante da causa afro-brasileira, cofundador da Secretaria do Movimento Negro do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e sacerdote de Xangô. Seus

livros incluem “A ecologia do grupo afro-brasileiro” (1966) e “Sincretismo religioso” (1982). A descrição que está presente no primeiro Thoth², em muito é útil para ressaltarmos a ativa militância do nosso autor, feita aos pares com o intelectual Abdias Nascimento. A amizade entre eles é reveladora das organizações políticas construídas e em construção no seu tempo. Apresentá-lo como sacerdote de Xangô é referência de sua vida marcada por justiça e liderança.

Guimarães e Macedo (2008) nos contam que o jornal *Diário Trabalhista*, na coluna “Problemas e Aspirações do Negro Brasileiro”, teve várias colaborações, dentre elas, a de Sebastião Rodrigues Alves.

Ao lado de referências importantes na organização da resistência negra, Alves fez parte de duas importantes experiências de constituição da resistência negra brasileira: a fundação do Teatro Experimental do Negro (TEN) e do Comitê Democrático Afro-Brasileiro. Ele participou da Cruzada Afro-Brasileira de Alfabetização e colaborou com a coluna “Problemas e Aspirações do Negro Brasileiro”, do jornal *Diário Trabalhista*. Alves enfatizava a educação ao enfrentamento da desigualdade racial.

O essencial no momento é uma atitude desassombrada dos homens de boa fé e esclarecidos no que se refere à educação do povo. Educar o branco para receber o negro no seu convívio social, livre do medíocre preconceito, educar o negro para participar em todos os setores da vida sem o prejuízo do complexo de inferioridade que é uma herança da senzala e do preconceito (*Diário Trabalhista*, 23/1/1946, p. 5) (Guimarães; Macedo, 2008, p. 147–148).

Alves, em seu ensaio “Todos somos iguais perante a lei”³, previne o leitor que “a alegação jurídica de que ‘somos todos iguais perante a lei’, longe de ser a consumação da luta dos negros pela liberdade e afirmação racial, é muitas vezes uma forma de escamotear suas reivindicações”. (Alves, 1997, p. 156). Nesse ensaio demonstrou os limites, sempre muito restritos para que a população negra tivesse mobilidade social e pudesse usufruir das mesmas condições que a população branca. Segundo Alves (1997, p. 158), a permanência da população negra na sociedade se dava ao custo da “menos-valia cultural, social e econômica”.

Alves viveu o subemprego, a execução de trabalhos braçais, o ingresso no exército e foi frei em um convento franciscano, como recursos para a sua sobrevivência. Não temos como asseverar, mas não seria uma hipótese infundada afirmar que a sua curta vida religiosa possa tê-lo aproximado do curso de Serviço Social. Dizemos isso, principalmente, se considerarmos que o ingresso no curso passava pela indicação de duas pessoas que atestariam responsabilizando-se sobre a idoneidade moral do/a candidato/a. Sobre a profissão, destaca-se sua participação na fundação do Sindicato dos/as Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro, em 1959.

Deixemos que o próprio Sebastião Rodrigues Alves se apresente:

Temos uma lembrança pessoal; negro de origem, desde muito moço tivemos que enfrentar a luta pela sobrevivência. Em 1935, data que historicamente não está muito longe, com dinheiro recolhido por nossos irmãos de cor, viemos de São Paulo ao Rio de Janeiro, sede do Governo da República, para pedir ao presidente que permitisse aos negros transitarem livremente pela Rua Direita, então principal da cidade de São Paulo. Poucos anos depois, em 1944, junto com Abdias Nascimento, fundamos no Rio de Janeiro o Teatro Experimental do Negro com dois objetivos principais: propiciar o aparecimento de dramaturgia com temática negra, de autores brancos e negros; e dar oportunidade a atores negros de atuarem no palco, posto que, quando Otelo ou qualquer personagem negro aparecia em cena, era interpretado por artista branco vestido a caráter. Junto com Abdias Nascimento e outros muitos irmãos de cor, organizamos nesses anos confusos dos 40 e dos 50, congressos e seminários com o interesse, sobretudo, de desenvolver a autoconsciência sobre o que era ser negro numa sociedade que, legalmente, nos outorgava a igualdade, mas que, em realidade, queria o esquecimento de nossa convicção racial para a sublimação de *seu subconsciente culposos* (Alves, 1997, p. 156–157, grifo do autor).

Quando o nosso autor ingressa no curso de Serviço Social, ele já é um intelectual engajado na construção do movimento negro. Podemos afirmar que os anos 1940 e 1950 foram pródigos para a sua formação.

Contemporaneamente a nós, nesses anos confusos e maravilhosos dos 40 e 50, nascia a teoria e prática da negritude, uma forma de reavaliar o espírito negro e a sua sobrevivência. [...]. Na mesma época, nós negros da América-Latina **estávamos como anestesiados porque, legalmente, éramos todos iguais perante a lei**. Essa igualdade suposta não levava em conta outras discriminações sofridas pelos negros

remanescentes da abolição: a discriminação educacional, a discriminação econômica, a discriminação social e a discriminação cultural (Alves, 1997, p. 157, grifo nosso).

Nesses anos, a população negra compõe a maioria da população brasileira com os piores índices de rebaixamento social: retirados de posições de comando, inferiorizados social, política e culturalmente, estão nas piores condições de exploração, sendo-lhes vedados determinados lugares sociais, anestesiados pelo discurso da igualdade.

O “caso” Negro

Em nosso livro *A ecologia do grupo afro-brasileiro*, tivemos oportunidade de analisar, mediante pesquisa de campo, a falsidade da chamada democracia racial ou multirracial proveniente daquela discriminação que sofre o negro brasileiro. [...] *um silencioso, sutil sentimento que dá força àquele substrato de consciência que conserva, ainda, a rejeição dos valores negros* (Alves, 1997, p. 157–158, grifo nosso).

É assim que Alves apresenta ao grupo presente no 1º Congresso de Cultura Negra das Américas o seu TCC publicado em 1966. Análise destacada sobre a discriminação impeditiva de participação e reconhecimento da população negra. Ao dizer isso, Alves afirma, solenemente, sobre algo que o Serviço Social assistia passivamente.

O TCC “A ecologia do grupo afro-brasileiro” irrompe na crítica a um “tema” postergado pelo Serviço Social. Ele está estruturado respectivamente em três capítulos: das teorias raciais e seus efeitos através dos séculos; o elemento afro-brasileiro e o reconhecimento dos direitos fundamentais da pessoa humana em face do Serviço Social; ao Serviço Social compete solucionar o “caso” afro-brasileiro. Conta-nos de seu percurso estudantil: “nas inúmeras tarefas a que nos levou o Serviço Social, encontramos muitas vezes o negro degradado porque estava desamparado pela lei, porque sobre ele se impunha o subconsciente culposos coletivo que o considerava inferior, social ou legalmente” (Alves, 1997, p. 159).

No primeiro capítulo, após irônica análise sobre Arthur de Gobineau e suas teorias eivadas de racismo, Alves aponta estudos realizados por intelectuais negros, como a de Arthur Ramos sobre a cultura da população negra brasileira. Conhecer a cultura afro-brasileira deveria ser assumido pelo Serviço Social. É esse o principal mote de seu TCC utilizando-se do arcabouço teórico-prático de então, reafirma não apenas a necessidade deste conhecimento como a forma de realizá-lo.

Ao ler o seu TCC, tem-se um misto de adequação ao trazer o arcabouço da formação profissional e a tentativa de criar frestas para que o Serviço Social na sua finalidade educativa seja uma profissão que incorpore como objetivo atuar para superar as barragens sociais impostas a negros/as, “O Serviço Social além de sua finalidade específica, terá de lutar para vencer a barreira existente contra o grupo afro” (Alves, 1966, p. 56).

Na Convenção Nacional do Negro Brasileiro, em novembro de 1945, expõe análises sobre a realidade brasileira, alicerçada na desigualdade racial, e o imperativo de transformá-la pela ação autônoma do movimento negro, guiado por si mesmo, sem deixar-se tutelar. Este acontecimento crucial à organização do movimento negro apresenta reivindicações que tardam a ser reconhecida pelo Estado como o crime de racismo, a necessidade de ações afirmativas de promoção de equidade social como o direito à educação, bem como isenção de impostos aos pequenos comércios.

Alves (1966, p. 30–31) destaca o racismo denunciado, na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, pelo senador Hamilton Nogueira. Este diz:

os pretos não estão em absoluto criando uma questão. A questão de fato existe já suficientemente registrada pelos sociólogos e, mais do que isso denunciada pelos próprios prejudicados, os negros cujos direitos de cidadãos brasileiros são frequentemente sonegados.

É na apresentação destes dois acontecimentos que Alves inicia o seu segundo capítulo, para em seguida continuar dando provas da gravidade da questão racial brasileira. Ele traz à baila intelectuais como José Pompílio da Hora, Guerreiro Ramos, Aguinaldo Camargo, Abdias do Nascimento, Fernando Oscar Araújo, Claudemiro Tavares, Sinal, Valdomiro Machado, Tibério Wilson, acrescentando uma lista de intelectuais negros que

denunciam o racismo como técnica de dominação econômica que alija, cotidianamente, a população negra, até mesmo das “ficções liberais”. Com apresentação de análises e fatos, Alves aponta o papel preponderante do Estado em promover políticas sociais que enfrentem a discriminação racial marcada pelo preconceito destinado à população negra em todos os âmbitos. Denuncia que “apesar de nós afirmarmos constantemente que no Brasil não há preconceito contra o negro, os fatos desmentem a asserção” (Alves, 1966, p. 39). É dentre a rica demonstração de como o preconceito forja as relações sociais no Brasil que Alves elenca o “Catálogo de Obras Sociais da Legião Brasileira de Assistência” no qual figurava o chamado preconceito de cor no rol para admissibilidade em algumas instituições⁴. Nomeia as instituições que se recusam a atender negros/as, sendo elas: Dispensário São José, Seminário Nethel, Colégio Santa Marcelina, Recolhimento Santa Teresa e Asilo Bom Pastor. (Alves, 1966, p. 46). Na sequência, ele critica a atuação da Igreja Católica no reforço da discriminação racial, ao ser conivente e tolerar a escravidão da população negra.

Somente após explicitar que há uma questão racial no Brasil, Alves ironiza, ao usar as aspas, que não se trata de mais um “caso”. É assim que ele interpela o Serviço Social:

Só nós os Assistentes Sociais, que militamos nas obras de Serviço Social e particularmente aqueles que exercem sua atividade em Agências ou Centros Sociais, como Plantonistas de Casos Sociais, sabem como é chocante e aviltante ser encaminhado um desempregado que tem como causa de seu desajustamento esse fator, e, depois de uma longa peregrinação, ser ali o **Assistido recusado, simplesmente por ter a epiderme negra** (Alves, 1966, p. 53, grifo nosso).

A discriminação sofrida e o constrangimento imposto produzem um processo de subjetivação extremamente danoso que faz com que essa população evite, até mesmo, procurar esses serviços, pois já conhecem as barragens impostas. Alves, em seu texto “Somos Todos Iguais Perante a Lei”, nos ajuda a entender mais sobre os efeitos deletérios desse processo de produção do assujeitamento do corpo negro.

Em nossa juventude, sua forma era conduzida pela necessidade de sermos apenas aceitos na sociedade. A reação do negro frente à discriminação visível e invisível contra sua humanidade devia-se, naqueles anos de luta e de afirmação, manifestar-se de acordo com a forma em que a discriminação o agredia. Primeiro era a agressão econômica. A igualdade frente à lei era insuficiente para proteger o negro no mercado de trabalho. Havia, e há, áreas desse mercado de trabalho a que o negro não tinha e não tem acesso, salvo os lugares inferiores. Consumava-se o efeito do subconsciente culposos; o negro era para servir (Alves, 1997, p. 160).

O terceiro capítulo é dedicado ao exame do Serviço Social, entendido como meio e instrumento na promoção da redução das desigualdades impostas pelas barragens vividas pela população afro-brasileira. Ele parte das técnicas profissionais — organizadas em caso, grupo e organização social da comunidade — descritas conforme sua formação profissional. O autor insiste que pouco se fala “da ação do Assistente Social na solução do problema afro-brasileiro” (Alves, 1966, p. 102) e propõe que haja uma cadeira dedicada ao estudo da “situação do homem de cor” (Alves, 1966, p. 103). Na conclusão do seu TCC, o autor apresenta “sugestões objetivas na solução do problema Afro-Brasileiro”:

- 1) Que o “caso” afro-brasileiro é uma questão de reeducação;
- 2) Reeducar o branco para receber o negro sem preconceito, sem restrições;
- 3) Reeducar o negro para intrometer-se na sociedade, sem o complexo de inferioridade;
- 4) O complexo de inferioridade do negro é um reflexo do preconceito de cor;
- 5) Deverá ser criada uma cadeira nos Cursos de Assistente social, com os conhecimentos de bio-antroposociologia para completa elucidação do problema negro-brasileiro (Alves, 1966, p. 104).

O conjunto coerente das proposições acima, ao mesmo tempo em que nos é familiar visto a sua atualidade, organiza e concentra uma perspectiva analítica basilar ao apontar o imperativo de que a população branca reconheça e enfrente o racismo que ela mesma produz e reproduz; que a população negra tenha capacidade organizativa para se imiscuir nas decisões públicas rompendo com a inferiorização a que foi imposta. Para estas complexas ações, o trabalho educativo do Serviço Social é ressaltado como necessário à formação profissional.

Elisabete Aparecida Pinto

Elisabete Pinto, mulher preta, participava ativamente dos movimentos políticos de enfrentamento ao racismo. Em especial destaca-se o envolvimento da autora com a Organização Não Governamental (ONG) “Fala, Preta!⁵”, organização de mulheres pretas, fundada em São Paulo.

Antes de percorrer e analisar o seu TCC, registramos um aspecto que não poderia passar despercebido, revelador das dificuldades que se impuseram à sua investigação, que é a sua lista de agradecimentos em que as “crises de medo” são sintomas da recusa e do desmerecimento apresentados ao seu objeto de investigação. Frente a isso, a solidariedade manifesta material e emocionalmente, a sua relação com a espiritualidade, o encontro proporcionado pela organização “Fala, Preta!”, constroem não apenas uma rede de apoio, mas vínculos de cooperação necessários ao enfrentamento da dura realidade de discriminação e racismo, que ao depreciar a matéria a ser investigada e analisada, subalterniza também a pesquisadora.

Este dispositivo denunciado no trabalho de Pinto é algo que podemos entender em paralelo com o que nos explica Lélia Gonzalez. Gonzalez (2020) durante a sua participação no encontro feminista no Rio de Janeiro, nos conta que pairava plena concordância quando os assuntos eram contra a exploração da mulher. Todavia,

No momento em que começamos a falar do racismo e suas práticas em termos de mulher negra, já não houve mais unanimidade. Nossa fala foi acusada de emocional por umas e até mesmo de revanchista por outras; todavia, as representantes de regiões mais pobres nos entenderam perfeitamente (eram mestiças em sua maioria). Toda a celeuma causada por nosso posicionamento significou, para nós, a caracterização de um duplo sintoma: de um lado, o atraso político (principalmente dos grupos que se consideravam mais progressistas), e do outro a grande necessidade de negar o racismo para ocultar uma outra questão: a exploração da mulher negra pela mulher branca.” (Gonzalez, 2020, p. 52–53).

Gonzalez (2020, p. 48) afirma que pesa um “processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo)”. Desde o Censo de 1950 até o último Censo brasileiro do ano de 2010, os piores postos de trabalho, as desigualdades salariais, as desigualdades sociais abatem os corpos de mulheres pretas pobres, “os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão” (Gonzalez, 2020, p. 50).

Diante das desigualdades raciais apontadas pelas autoras, citamos algumas formas de organização do movimento negro na década de 1980, tal como o Núcleo de Consciência Negra na USP (NCN-USP), composto pela comunidade universitária que questiona este espaço para negros e negras; o Geledés⁶ (1988), ONG que trabalha em parceria com movimentos sociais e prima pelo protagonismo da mulher negra. No processo organizativo é incontornável o Movimento Negro Unificado (1978), nele destacamos o protagonismo de Lélia Gonzalez na organização do coletivo de mulheres negras Nzinga, no Rio de Janeiro, em 1983.

Durante a sua graduação em Serviço Social, Pinto realizou seu estágio no Serviço de Atendimento e Encaminhamento de Casos (SAEC), local que serviu para proceder a sua observação e entrevistas sobre o relacionamento da/o assistente social com a população negra. As entrevistas aconteceram com profissionais em separado da população atendida. Tratava-se de “identificar qual é o relacionamento existente entre o assistente social e os usuários negros, bem como o tipo de consciência étnico-racial que norteia a ação profissional e o comportamento de ambos” (Pinto, 2003, p. 98). Foi necessário, também, interrogar a formação profissional que se revelou incipiente, caracterizando um Serviço Social incolor e neutro. Destaca-se o curso de extensão universitária “A questão racial no Brasil”, ministrado por Clóvis Moura e Henrique Cunha Jr., organizado por Pinto.

Sobre os aspectos da graduação em Serviço Social, Pinto ingressou em 1982, quando da implantação do novo currículo. No campo da formação profissional, Pinto aponta marcas do economicismo, de inconsistência teórica, da interdição do assunto sobre a questão racial forjada pela alegação de que tudo é uma questão de classe, denotando nenhum avanço.

O ideal de harmonia entre as raças e que a sociedade brasileira estava isenta de conflito racial, disseminados pelo mito da democracia racial, servem como uma luva no ideário que repousava o Serviço Social. Igualmente, a ideia de cordialidade do povo brasileiro como aquele que evita o conflito, e diante dele busca atenuá-lo e pacificá-lo, são consonantes com uma prática profissional dada como competente.

Todos estes aspectos impedem o reconhecimento do imperativo de processos de conscientização, participação e organização política — presentes na formação profissional a partir da década de 1980. Vale frisar

que o Currículo Mínimo de 1982 (Parecer CFE nº 412, de 04.08.1982 e Resolução n.º 06 de 23/09/82) prevê o “Conhecimento da realidade da Clientela”⁷ como elemento central para a realização da prática profissional. Este componente necessário à formação profissional mostrava a “deficiência”, pois mesmo trabalhando com demandantes, em sua maioria negra, o/a assistente social realiza o seu trabalho sem reconhecê-los.

Ao negar o racismo presente na realidade brasileira, a prática profissional recusa determinante central na constituição das relações de poder e dominação que produzem níveis deliberados de segregação social, barragens no usufruto das políticas sociais existentes, ausência de reconhecimento político dos sujeitos demandantes do Serviço Social.

Pinto (2003, p. 25) recorda evento ocorrido na V Semana do Serviço Social, no Rio de Janeiro, em que argumenta que é corrente no campo da esquerda o apagamento da determinação do racismo, “para quem o problema é de classe e não de raça”. Este problema já é há muito apontado por intelectuais negros/as que, em seu processo organizativo de luta contra as formas de exploração e opressão cujo alvo é a população negra, deparavam-se com a recusa da esquerda em assumir essa questão. Quer dizer o campo político, com seus diferentes programas e direção política, era monocórdico na recusa,

Além da resistência à criação de um partido político ou mesmo de diretórios partidários negros, também foi rechaçada a implementação de políticas públicas, como bolsas de estudos, que privilegiassem negros em relação a brancos. Tal resistência vinha tanto da esquerda, sobretudo de membros ou simpatizantes do PCB, para quem a organização da classe operária e sua indivisibilidade eram quase dogmas, quanto dos conservadores, para quem o negro sofria de inferioridade se não biológica, ao menos cultural, sendo responsáveis por sua própria sorte (Guimarães; Macedo, 2010, p. 171).

No tocante à população negra, o Serviço Social nada fez

No TCC defendido na Pontifícia Universidade de Campinas⁸ em 1986, publicado no livro *O Serviço Social e a questão étnico-racial* (um estudo de sua relação com usuários negros), Pinto parte da hipótese que a prática profissional é “legitimadora dos mecanismos de alienação e construção de uma consciência étnica negativa dessa população” (Pinto, 2003, p. 97), ao invés de se mostrar enquanto caminho de superação da dominação e da opressão vivenciada pela população negra.

Podemos adiantar que a pesquisa realizada confirma esta hipótese, revelando não apenas uma omissão do Serviço Social, mas de legitimação e reprodução do preconceito que pesa sobre a população negra. De modo geral é o Serviço Social atuando embasado na ideologia da classe dominante.

O TCC está estruturado em oito capítulos em que se analisa o Serviço Social; a questão étnico-racial; apresenta-se a metodologia empregada na pesquisa; a relação do assistente social com os usuários negros e estes entre si e com grupos organizativos; e a política social enquanto mediação determinante da profissão, reveladora da forma como o racismo se constitui no cotidiano profissional. Tem-se uma análise sobre a formação profissional marcada pela ausência do estudo da questão étnico-racial.

Com relação ao resultado da pesquisa, Pinto assevera que a formação profissional na área do Serviço Social não contempla questões étnico-raciais. Utiliza como exemplo particular o currículo da Faculdade de Serviço Social de Campinas que no ano de 1986, apresentava-se insuficiente para que os/as profissionais pudessem ter uma análise da realidade marcada pelo preconceito racial. Ainda que os/as profissionais pesquisados compreendessem o quanto as ações eram transformadoras diante da realidade, ao se referirem à questão racial perdiam-se em seus discursos na justificativa de que tudo se resume a uma questão de classe.

Por meio das respostas, profissionais revelavam-se influenciados/as por uma tradição moral cristã como se estivessem isentos/as de preconceitos. Nos atendimentos profissionais, ocorria a tentativa de convencer a população negra de que o racismo não existia na sociedade brasileira, justificando um problema estrutural como questão individual. Apresentavam desconhecer as organizações negras, assim justificavam a falta de encaminhamento. O Serviço Social posicionava-se por meio do silêncio, contribuindo para a manutenção da desigualdade racial. A população negra era, fragorosamente, dopada pelo endosso do mito da democracia racial, demonstrando a feição racista no domínio da questão racial no interior da profissão.

A sociedade brasileira é eficaz na perpetuação do racismo e padece de uma espécie de esquizofrenia à medida que “emite constantemente duas informações: primeira, não existe preconceito racial nem racismo;

segunda, praticamente impede que determinados indivíduos e grupos sociais tenham acesso ao mercado de trabalho e aos demais espaços culturais e sociais” (Pinto, 2003, p.88). Essa análise é certa, também, ao serviço social na inadmissibilidade de que há racismo, simultâneo à sua prática racista em pleno exercício profissional. Sobre isso, o registro da resposta “nunca paramos para pensar, justamente por não haver esta questão” (Pinto, 2003, p. 122) mostra-se elucidativa e atual. Note-se que 46,7% das assistentes sociais entrevistadas concluíram a graduação entre 1980–1985. A questão racial no âmbito da formação profissional não comparecia sequer como tema, dirá como chave analítica.

Especial atenção recai sobre a visão profissional de seu relacionamento com os usuários negros⁹. A pesquisa demonstrou que para 46,7% dos respondentes o serviço social nada tem feito quanto à questão do negro no Brasil; 63,3% afirmaram que já ouviram relatos de racismo sofrido pelos usuários negros. Ao mesmo tempo em que o cotidiano profissional é marcado por cenas de racismo, como é possível verificar na recusa em contratar pessoas negras, 36,9% das respostas dadas são de acomodação e conformação frente a essa realidade produtora de inferiorização dos usuários negros/a. Ressaltamos que quando perguntados sobre a possibilidade de uma política específica para o negro, metade dos entrevistados a recusam e alegam que ela poderia reforçar a segregação existente, enquanto que 36,7% afirmaram a sua pertinência, mas que não sabiam como realiza-la. A recusa e a incapacidade são os principais traços que marcam a relação profissional com uma das mediações determinantes de seu trabalho, a política social.

As propostas elencadas por Pinto (2003, p. 215) ao serviço social têm como norte a necessidade da criação de uma linguagem antirracista nos espaços acadêmicos, nas instituições empregadoras, no trabalho com a população nos bairros e movimentos organizativos, passam por:

- incluir as discussões étnico-raciais em seu currículo escolar;
- promover nas instituições discussões acerca das situações de preconceito e discriminação levantadas no trabalho realizado pelos assistentes sociais e outros profissionais;
- trabalhar com as organizações populares negras, desenvolvendo uma parceria que garanta o intercâmbio de informações necessárias, para que as propostas encaminhadas pelo Serviço Social sejam sempre respaldadas pelas necessidades apontadas pela população negra organizada;
- identificar nas áreas de atuação do Serviço Social (saúde, educação, habitação, cultura, lazer, comunicação, família, mulher, menor, idoso) os problemas específicos da população negra; e
- utilizar, na prática profissional, estratégias que garantam um bom relacionamento com a população negra, por meio de horizontalização do diálogo, fortalecendo assim as estruturas psicológica e social dessas pessoas.

Conclusão

Podemos afirmar que a eficácia do mito da democracia racial como “fachada despistadora que oculta e disfarça a realidade de um racismo tão violento e tão destrutivo” (Nascimento, 1982, p. 28) continua em curso com seu projeto de produção de morte. Denunciá-lo passa pela crítica ao supremacismo branco brasileiro, cuja sofisticação realiza um contínuo genocídio da população negra.

Durante o seu processo de institucionalização, o Serviço Social conheceu de perto a assídua desigualdade racial brasileira e, com a mesma assiduidade, omitiu-a, naturalizou-a e, igualmente, reforçou-a com a desculpa de que ao encarar a questão racial estaria se afastando de questões fundamentais. A igualdade oca tem o sujeito universal dominante como modelo ideal, cuja forja da prática profissional para muitos continua sendo propalada.

Alves e Pinto colocaram-se no debate com proposições ao serviço social. O paradigma adotado por eles consiste em uma análise em que o negro passou a ser visto como sujeito da ação e não apenas como objeto — que era o modo pelo qual a antropologia e a sociologia elitistas costumavam tratar a questão. E nos ensinam, ao demarcar a centralidade da questão racial, que um atendimento profissional norteado pela justiça tem o reconhecimento do outro como inalienável, pois com ele vem a história de um povo, seus conhecimentos, valores, bem como a história de resistência frente à guetização, hipercriminalização e ímpar desconfiança moral. Ao tomar o mito da “democracia racial” como verdade, o Serviço Social assumiu uma prática mistificada da igualdade.

Alves e Pinto são assistentes sociais, preto/a, engajados/as na luta contra o racismo e críticos argutos do mito da democracia racial. Este traço constituinte da formação socio-histórica brasileira sustentou e sustenta, até a nossa contemporaneidade, posturas que relativizam o imperativo de enfrentarmos o racismo no Brasil, ganhando contornos especiais no âmbito do Serviço Social.

Referências

- ALVES, S. R. *A ecologia do grupo afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Serviço de documentação. Ministério da Educação, 1966.
- ALVES, S. R. Somos todos iguais perante a lei. *Thoth: Escriba dos Deuses: pensamento dos povos africanos e afrodescendentes*, Brasília, Informe de distribuição restrita do senador Abdias Nascimento, v. 25, n. 1, jan./abr. 1997. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/wp-content/uploads/2015/10/THOTH-1.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura: Conselho Federal de Educação. *Parecer CFE nº 412, de 04 de agosto de 1982. Ante-projeto de reforma curricular*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd010113.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.
- CARLOS, E. S. *Fala Preta! Mulheres Negras no espaço urbano: origem e memória –1997 a 2007*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, SP, 2009. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/13198?mode=full>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- CUSTÓDIO, T. Caminhos e trajetos: a trajetória intelectual de Abdias do Nascimento durante o período de exílio nos Estados Unidos (1968 — 1981). In: VIEIRA, V. R.; JOHNSON, J. *Retratos e espelhos: raça e etnicidade no Brasil e nos Estados Unidos*. São Paulo: FEA/USP, 2009. 431 p.
- GUIMARÃES, A. S. A. Resistência e revolta nos 1960: Abdias do Nascimento. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 14., 2005, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: Anpocs (GT Teoria Social), 2005. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-29-encontro/gt-25/gt25-13/3856-aguimaraes-resistencia/file>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- GUIMARÃES, A. S. A; MACEDO, M. Diário trabalhista e democracia racial negra dos anos 1940. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, 2008, p. 143–182. Acesso em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/RcGLkBKvFbrXMtWnRsKSmrL/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- IPEAFRO. *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*. Teatro Experimental do Negro, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, maio 1949. Acervo digital, 2024. Disponível em: https://issuu.com/institutopesquisaestudosafrobrasile/docs/jornal_quilombo_ano_i_n2. Acesso em: 25 mar. 2024.
- NASCIMENTO, A. *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. https://issuu.com/institutopesquisaestudosafrobrasile/docs/o_negro_revoltado. Acesso em: 15 nov. 2023.
- PINTO, E. A. *O serviço social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com usuários negros*. São Paulo: Terceira Margem, 2003.
- RIOS, F.; LIMA, M. (org.). *Lélia González: por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio Janeiro: Zahar. 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2024.

Notas:

- 1 O jornal Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro, com publicação mensal de dezembro de 1948 a julho de 1950, no Rio de Janeiro, apresentava as seguintes colunas: Livros, Tribuna estudantil, Escolas de Samba, Cinema, Música, Rádio, Negros na História, Fala A Mulher, [...] Pelourinho, Democracia Racial, Cartaz, Sociais, Close Up e Notícias do teatro Experimental do Negro, e tinha editorial assinado por Abdias do Nascimento. Em 2003 tem-se uma edição fac-similar publicada pela Editora 34. O acervo digital pode ser encontrado em: <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/ten-publicacoes/jornal-quilombo-no-01/>.
- 2 Thoth é o título do Informe quadrimestral de distribuição restrita do Gabinete do Senador Abdias Nascimento.
- 3 Texto, originalmente, apresentado no 1º Congresso de Cultura Negra das Américas (1977) em Cáli/Colômbia. Publicado na revista Afrodiáspora, ano 3, nº 5, 1985. A publicação consultada por nós está disponível em Thoth (veículo de divulgação das atividades parlamentares do senador Abdias Nascimento).
- 4 Com o título “Discriminação nas obras sociais”, matéria publicada no jornal Quilombo, temos mais informações sobre isso. (Ipeafro, 2024).
- 5 Fundado em 1997, com a defesa dos direitos humanos a partir da crítica aos direitos negados à população negra. Disponível em: <https://www.falapreta.com.br/>.

- 6 A prática do Geledés animou a criação de outras organizações feministas como a Casa de Cultura da Mulher Negra em 1990 na cidade de Santos, a Criola em 1982 no Rio de Janeiro, Coletivo Esperança Garcia em 1991 no Piauí. (cf. a dissertação de Elza da Silva Carlos intitulada: Fala Preta! Mulheres Negras no espaço urbano: origem e memória – 1997 a 2007).
- 7 “Esta área compreende o conhecimento da realidade da clientela em suas relações sociais de trabalho, cidadania e cultura, e supõe a compreensão de dois movimentos: o dirigido (quer o seja pelo Estado quer pelas instituições da sociedade civil) e os espontâneos. As relações que se estabelecem entre esses dois movimentos constituem objeto relevante de análise do Serviço Social como condição que permite seu posicionamento objetivo junto às populações. Isto se dá porque na relação entre os dois movimentos surge a possibilidade de atuação do Assistente Social no sentido de a clientela assumir o movimento dirigido como sujeito desse processo. A representação que a população tem do contexto social em que se insere, é também importante, pois é condição para que o Assistente Social possa conseguir junto a ela, um nível de consciência capaz de perceber a sua realidade nas relações sociais e nas relações inter-humanas. A perspectiva do homem como sujeito histórico pressupõe a consciência de si e do outro no processo da construção do mundo.” (Brasil, 1982).
- 8 O curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade de Campinas, cuja gênese é marcada pela história de discriminação racial da Irmandade Jesus Crucificado.

Simone Sobral Sampaio

simone.s@ufsc.br

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Professora Adjunta no Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina (DSSUFSC).

UFSC

R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n – Trindade

Florianópolis – SC - Brasil

CEP: 88040-900

Flávia De Brito Souza

flaviabritosouza@gmail.com

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Mestrado em Estudos Africanos pelo Instituto Universitário de Lisboa.

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Profissões e Instituições (NEPPI).

UFSC

R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n – Trindade

Florianópolis – SC - Brasil

CEP: 88040-900

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições da autora

A primeira autora é responsável por todas as etapas da elaboração do manuscrito. A segunda autora contribuiu com a leitura e contribuição específica na pesquisa realizada.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

A autora consente a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe

Cristiane Luíza Sabino de Souza – Comissão Editorial

ARTIGO ORIGINAL

Produção de conhecimentos no Serviço Social e o debate sobre drogas

Daniella Borges Ribeiro¹<https://orcid.org/0000-0001-9264-7618>**Nara Lourdes Azevedo Silva**¹<https://orcid.org/0009-0002-9247-6809>

¹Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Doméstica, Programa de Graduação em Serviço Social, Viçosa, MG, Brasil.

Produção de conhecimentos no Serviço Social e o debate sobre drogas

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo identificar como o tema das drogas aparece na produção intelectual do Serviço Social registrada na Revista Serviço Social e Sociedade dos anos de 1979 a 2022. Trata-se de pesquisa exploratória, qualitativa cunhada a partir do método materialista histórico-dialético. Os artigos elegíveis para a análise foram levantados por palavras-chave, tendo também como critério de inclusão a publicação por assistentes sociais. Dos 1.279 escritos da Revista Serviço Social e Sociedade pesquisados, apenas quatro artigos abordam a questão das drogas como tema central, incluindo o termo ou termos correlatos em seus títulos. Apesar de notarmos um pequeno número de artigos publicados sobre o tema percebe-se a presença de publicações que incorporam a crítica da economia política para a reflexão acerca da temática diferindo-se de pesquisas baseadas em casos e focadas em análises conservadoras e/ou superficiais.

Palavras-chave: produção de conhecimentos; serviço social; serviço social e sociedade; drogas.

Knowledge production in Social Work and the debate on drugs

Abstract: This research aims to identify how the topic of drugs appears in the intellectual production of Social Work recorded in the Social Service and Society Magazine from 1979 to 2022. It is exploratory, qualitative research based on the historical-dialectic materialist method. Articles eligible for analysis were searched using Keywords, with publication by social workers also as an inclusion criterion. Of the 1.279 writings in the Social Service and Society Magazine researched, only four articles address the issue of drugs as a central theme, including the term or related terms in their titles. Although we note a small number of articles published on the topic, we can see the presence of publications that incorporate criticism of political economy for reflection on the topic, differing from case-based research focused on conservative and/or superficial analyses.

Keywords: knowledge production; social service; social service and Society; drugs.

Recebido em 31.10.2023. Aprovado em 15.03.2024. Revisado em 14.06.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Este artigo é resultado de uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), que estuda o financiamento da ciência no Brasil¹, e da Iniciação Científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UFV. As reflexões sobre o financiamento público para as pesquisas de diferentes áreas do saber levaram à indagação específica sobre a produção de conhecimentos na área de Serviço Social. Este interesse, alicerçado aos debates da pesquisadora no campo da saúde mental, introduziu o seguinte objetivo para esta pesquisa: identificar como o tema das drogas aparece na produção intelectual do Serviço Social registrada na Revista Serviço Social e Sociedade do ano de 1979 a 2022.

De acordo com o Relatório Mundial sobre Drogas², publicado em 2021, cerca de 275 milhões de pessoas usaram drogas³ no ano de 2019, dos quais 36,3 milhões (quase 13% da população mundial) sofreram algum transtorno mental associado ao uso (UNODC, 2021). Estes números subiram em 2021 (ano de pandemia) apresentando registros de mais de 296 milhões de pessoas que usaram drogas, um aumento de 23% em relação à década anterior. O número de pessoas que sofreu transtornos associados ao uso aumentou para 39,5 milhões em 2021, um crescimento de 45% em 10 anos (UNODC, 2023).

O Relatório Mundial sobre Drogas de 2021 aponta ainda que o mercado de drogas retomou rapidamente as operações após o período inicial da pandemia provando, principalmente no caso das drogas ilegais, a resistente capacidade do tráfico de se adaptar e se fortalecer em diferentes contextos. Essa expansão do mercado se deu de diversas formas, sendo uma das mais atuais aquela resultante da crescente inovação tecnológica, a chamada *dark web*, que também contribui para a aceleração dos padrões de consumo (UNODC, 2021).

Esses registros de aumento do consumo de drogas e de transtornos relacionados ao uso ocorrem em cenários onde países como o Brasil continuam optando por um projeto proibicionista, criminalizador e estigmatizante em relação ao uso de drogas. Se o tráfico, mostra-se cada vez mais forte até que ponto o discurso de “guerra às drogas” tem surtido efeito? Ao que parece, esse discurso mostra os seus efeitos na guerra diária que ceifa a vida de milhares de pessoas, em nome de um suposto mundo livre das drogas.

O crescimento do uso está sendo acompanhado pela disseminação de notícias (principalmente se levarmos em consideração a expansão das redes sociais) que espalham conteúdos por vezes equivocados, conservadores e moralistas, haja vista a disseminação, por exemplo, de *fake news*. Assim, é possível perceber em âmbito global as disputas em torno da questão das drogas com a adoção de medidas mais ou menos punitivas. No caso brasileiro, há de se destacar o aspecto proibicionista da política sobre drogas e as constantes tentativas de desmonte das conquistas advindas da Reforma Psiquiátrica, das quais citamos a Nota Técnica nº 11/2019 (CGMAD/DAPES/SAS/MS) de 04 de fevereiro de 2019, emitida no início do governo Bolsonaro, que instituiu a chamada “Nova Política de Saúde Mental”⁴ (Ministério da Saúde, 2019). Ou seja, por um lado, os serviços de prevenção e cuidado estão sendo desmontados e, por outro, há uma tentativa de fortalecimento do discurso proibicionista, conservador, excludente e penal.

A relevância desta pesquisa pode ser verificada uma vez que tal assunto alcançou a pauta de discussão em todo o mundo. Os/as assistentes sociais ao se colocarem como profissionais que trabalham nos serviços ofertados pelas políticas sociais (cunhados a partir da relação Estado e sociedade com vistas ao enfrentamento das expressões da questão social) precisam dar respostas a demandas relacionadas à questão das drogas. Inclusive, muito tem se discutido na atualidade sobre a incorporação de assistentes sociais como parte da equipe de profissionais de comunidades terapêuticas; na abordagem às pessoas usuárias de drogas e em situação de rua; na condução da estratégia de redução de danos; dentre outros espaços. Além disso, os/as assistentes sociais não realizam apenas a intervenção, mas, produzem e incorporam conhecimentos, que contribuem para a reafirmação e/ou negação das medidas formuladas pelo Estado como resposta à problemática das drogas.

Trata-se de pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa fundamentada no método materialista histórico-dialético com dados coletados na Revista Serviço Social e Sociedade, do primeiro número, publicado em 1979, até sua última edição no ano de 2022. Para a escolha das publicações a serem analisadas, foram utilizados como critérios de inclusão publicações com títulos que tivessem as seguintes palavras-chave: saúde mental; drogas; psicoativos; proibicionismo; álcool; tabaco; crack. Foram excluídos escritos sem títulos (alguns editoriais, resenhas, notícias, depoimentos e informes). A busca por palavras-chave nos títulos, e não

no resumo dos textos, ocorreu porque as publicações das primeiras revistas não tinham palavras-chave nos resumos. Após este primeiro levantamento, as publicações foram lidas e escolhidas apenas as que tratavam da temática drogas e escritas por assistentes sociais, sendo analisadas por meio da análise de conteúdo. Há de se salientar que, foi escolhida a Revista Serviço Social e Sociedade por ser uma das mais antigas da área, de grande impacto nacional e internacional e classificada no sistema Qualis Periódicos da Capes como A1. Esta revista é o “único periódico de circulação nacional na área com veiculação ininterrupta e regular desde 1979, mantendo-se como um dos mais importantes canais de consulta obrigatória de docentes e estudantes, de pesquisadores e profissionais” (Raichelis et al., 2019, p. 514).

Este artigo está redigido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção discute o Serviço Social enquanto uma profissão interventiva e produtora de conhecimentos e os rebatimentos do projeto ético-político para o desenvolvimento de pesquisas eticamente orientadas. O segundo tópico, aborda sucintamente o debate sobre as drogas e o terceiro, discute os resultados.

Produção de conhecimentos e o Serviço Social brasileiro

Este artigo parte do entendimento do Serviço Social enquanto uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho que intervém na realidade concreta e produz conhecimentos. Partindo das reflexões anunciadas por Iamamoto (2017, p. 239), o Serviço Social

[...] não se institucionaliza como uma ciência especial no quadro da divisão do trabalho. Essa especialização do trabalho não surge com a função precípua de produzir conhecimentos que articulem um campo “peculiar do saber” consoante a divisão do trabalho, que foi forjada historicamente entre as ciências, ainda que se inscreva oficialmente no campo das “ciências sociais aplicadas”. O fato de o Serviço Social constituir-se uma profissão, traz inerente uma exigência de ação na sociedade, o que não exclui a possibilidade e a necessidade de dedicar-se a investigações e pesquisas no amplo campo das ciências sociais e da teoria social, adensando o acervo da produção intelectual sobre intercorrências da questão social e das políticas sociais, contribuindo para o crescimento do patrimônio científico das Ciências Humanas e Sociais.

Isso posto, Sposati (2007) destaca que o fortalecimento quanto à produção de conhecimentos no Serviço Social articula-se ao Movimento de Reconceituação que trouxe para o centro do debate o questionamento sobre a base científica europeia e americana que repercutia no Serviço Social brasileiro. Nesse aspecto, destaca-se a importância do surgimento dos programas de pós-graduação da área, na década de 1970, que se tornou locus qualificado para a realização de pesquisas⁵, além de cancelar o reconhecimento por órgãos oficiais — como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) — do Serviço Social como área de pesquisa, possibilitando o seu financiamento e o cadastro de assistentes sociais como pesquisadores do CNPq.

O processo de renovação da profissão no Brasil e a construção do projeto ético-político colocou em debate a relação entre produção de conhecimentos no Serviço Social e hegemonia no sentido do desenvolvimento de conhecimentos contra-hegemônicos que busquem estudar a realidade vivenciada pela classe trabalhadora examinando suas condições de vida, de trabalho, de acesso à riqueza socialmente produzida, dentre outros (Yazbek, 2004; Sposati, 2007). Cabe destacar que, como a ciência não é neutra, podendo ser usada para benefício do capital ou do trabalho (RIBEIRO, 2015) o Serviço Social tem a partir de seu projeto ético-político o compromisso com a produção de conhecimentos cuja direção social expresse a repulsa pela ordem social que explora e oprime o conjunto da classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, a Revista Serviço Social e Sociedade nasce em resposta à ditadura e ao conservadorismo no Serviço Social, no sentido do enfrentamento. Em contexto de efervescência dos movimentos sociais e repúdio ao autoritarismo da ditadura nasce no mês de setembro de 1979 o primeiro número da Revista Serviço Social e Sociedade “cuja trajetória caminhou em consonância com a história da profissão e com a profissão na história, suas lutas e avanços, preservando e difundindo sua memória, sua cultura e seu projeto profissional” (Raichelis et al., 2019, p. 499). Há de se salientar que após a publicação do primeiro número, também no mês de setembro de 1979, ocorreu o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido

como o “Congresso da Virada”, onde assistentes sociais repudiam o conservadorismo e se posicionam em favor da classe trabalhadora. Raichelis et al. (2019, p. 500) pontua que

Até aquele período, o mercado editorial brasileiro na área de Serviço Social era acanhado, com publicações de textos de circulação restrita e traduções de livros em sua maioria norte-americanos [...]. As publicações latino-americanas das editoras Ecro, Humanitas e do Celats durante os anos de chumbo tinham sua entrada no país controlada e a circulação restrita aos meios acadêmicos em função da censura imposta pela ditadura. Em relação aos periódicos, a única revista de importância nacional — Debates Sociais —, publicada pelo CBCISS desde 1965, expressava a hegemonia conservadora no Serviço Social, funcionalizada pela perspectiva modernizadora-tecnocrática voltada para a instrumentalização técnica de assistentes sociais em resposta às demandas do mercado de trabalho. Vivia-se, portanto, um contexto em que publicar livros e revistas na área configurava-se um desafio político de largo alcance.

A Revista Serviço Social e Sociedade abriu possibilidades de publicação de pesquisas de autores/as nacionais e de resultados de estudos dos Programas de Pós-Graduação da área que também nasceram na década de 1970. Assim, essa revista possui uma importância histórica ao registrar pesquisas científicas afastando o Serviço Social do viés mais doutrinário que científico. Ao representar o processo de amadurecimento da profissão, esse importante veículo da produção teórica promove debates instaurados a partir do pluralismo teórico e político presentes no Serviço Social, além de agregar debates realizados por profissionais de diversos países, principalmente latino-americanos (Raichelis et al., 2019). Para Raichelis et al. (2019, p. 511),

[...] pode-se afirmar que a revista, sempre atenta ao seu compromisso com os avanços do Serviço Social como profissão e área de conhecimento, cumpriu seu objetivo estratégico de contribuir para o adensamento teórico e político das bases fundantes do Projeto Ético-Político profissional, bem como para o reconhecimento do caráter público e da dimensão ética do trabalho de assistentes sociais.

Drogas: um debate politicamente e eticamente orientado

Os usos de drogas fazem parte da história da humanidade sendo estas substâncias encontradas na natureza ou sintetizadas em laboratório. Essas substâncias possuem vários fins, sendo usadas para o tratamento de doenças; alteração de disposição física e/ou mental; estímulo da criatividade; para rituais religiosos e culturais, dentre outros. A utilização recreativa é uma das mais antigas como fonte alucinógena para o contato com divindades. Na Índia, por exemplo, o consumo de cannabis está associado à religião Hindu para meditação e introspecção (Brites, 2018). É importante destacar que nem todo uso pressupõe dependência. O uso de droga pode “estar associado a indicações cientificamente comprovadas, decorrer de autoadministração; ser esporádico, ocasional, recreativo, abusivo ou dependente” (CFESS, 2016, p. 07). Na lógica mercantil, as drogas passam a ser vistas como mercadorias e fonte cada vez maior de lucro (Brites, 2018).

O proibicionismo na sociedade brasileira é advindo do século XX, mediante os contextos das transformações societárias e políticas. A proibição às drogas em determinada época passou a ser analisada como crucial para a permanência da ordem social e moral, para além da proteção da saúde pública, discurso este conservador. Cabe dizer que a repressão às drogas está relacionada a interesses econômicos e políticos de grupos dominantes, que obviamente perceberam as potencialidades do lucro advindo das drogas, principalmente as consideradas ilegais (Brites, 2018).

Segundo Lima et al. (2015), o Conselho Federal de Serviço Social tem se posicionado publicamente e divulgado documentos desde 2011 em relação ao tema das drogas. Data de 26 de junho de 2011 — Dia Internacional de Combate às Drogas — o lançamento do CFESS Manifesta, em que o Conselho afirma que além da representação institucional no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD)⁶ havia a necessidade de o Serviço Social conduzir outras ações frente ao avanço do conservadorismo no debate, nas decisões e práticas diante da questão das drogas⁷ (CFESS, 2011).

Nesse ínterim, destacamos como uma das contribuições à produção de conhecimentos por parte dos/as assistentes sociais que visem à elucidação dos fenômenos, sem a dicotomização entre drogas mais danosas e menos danosas, confrontando o conservadorismo e o proibicionismo que mistificam esta prática social.

Segundo o Cfess Manifesta (2011, p. 02)

[...] o debate contemporâneo sobre os usos de drogas na realidade brasileira tem profunda relação com o debate sobre a questão social, daí a importância de um posicionamento fundamentado e coerente com o projeto profissional do Serviço Social diante do uso de drogas como prática social e das respostas formuladas pela sociedade brasileira à essa prática. O CFESS manifesta apoio ao debate público sobre a legalização das drogas, não somente da maconha, por compreender que o debate público favorece, a nosso ver, a transparência e o caráter democrático necessários à construção de respostas no campo da saúde pública para a realidade de consumo de drogas em nossa sociedade. Legalizar não significa estimular ou liberar de forma irrestrita o consumo, mas criar regras transparentes e democráticas que assegurem o controle público sobre a produção, o comércio e o consumo.

Em estudo realizado por Carrilho (2014) a partir dos Anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, entre os anos de 1998 e 2010, o autor identificou que dos 3.995 trabalhos de comunicações orais e pôsteres, 37 continuam em seus títulos as palavras-chave drogas; álcool e crack demonstrando que os usos de drogas têm requisitado dos/as assistentes sociais reflexões necessárias ao exercício profissional.

Denadai e Garcia (2016) também publicaram uma pesquisa que analisa como se dá a incorporação do debate sobre drogas nas produções do Serviço Social brasileiro a partir da coleta de dados no Banco de Teses e Dissertações (BDTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nos Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) entre os anos de 2004 e 2014. No BDTD foram encontradas 22 produções e nos Anais do ENPESS 51 trabalhos. As autoras apontam que “no campo do Serviço Social as produções sobre a temática ‘drogas’ seguem um ritmo lento, a despeito do envolvimento cada vez maior dos profissionais com esta problemática” (Denadai; Garcia, 2016, p. 265). Embora existam alguns avanços com este tema ocupando os debates conduzidos pelo Serviço Social, há de se ressaltar também uma tendência de “estudos de caso” que colocam

[...] desafios ao debate que requerem uma trama entre o particular, o singular e o universal. Sem isso, ficamos ao nível da descrição dos casos, sem superação da aparência. Este é um debate que não se coloca apenas no campo da temática das drogas, mas que desafia as ciências sociais, hoje (Denadai; Garcia, 2016, p. 284).

Dessa forma, verifica-se que é de suma relevância pensar como essas problemáticas que envolvem as discussões sobre drogas estão sendo discutidas no Serviço Social. Parafraseando Martins (2013, p. 344):

As drogas servindo ao processo de acumulação do capital comportam, ao mesmo tempo, pelo seu uso abusivo, expressões da questão social e, dessa forma, rebatem diretamente na intervenção profissional, colocando para os assistentes sociais a exigência de um agir éticopolítico, fundamentado numa perspectiva de totalidade das relações sociais capitalistas, para que não incorram no equívoco de uma intervenção que recorta os indivíduos e as famílias em suas particularidades sem a relação com o todo. A questão das drogas também coloca para os profissionais assistentes sociais — no limite da sociedade capitalista — o seu envolvimento na luta, e parece que aí está o elemento novo, pela ampliação de políticas de enfrentamento das questões decorrentes do uso abusivo de drogas de forma diversa das que existem atualmente. Políticas que, reconhecendo a natureza da produção e da circulação das drogas, caminhem no sentido não da mera repressão aos usuários de drogas e aos que estão na “ponta”, no “varejo” do tráfico, mas que contemplem ações que sejam capazes de se contrapor às drogas no processo de (re)produção das relações sociais capitalistas.

Resultados

A Revista Serviço Social e Sociedade apresentou 1.279 artigos, resenhas e editoriais com títulos contabilizados a partir do primeiro número até o último número do ano de 2022 (número 145). Desses, somente 11 artigos se encaixaram nas palavras-chaves saúde mental; drogas; psicoativos; proibicionismo; álcool; tabaco; crack. Os artigos encontram-se no Quadro 1.

Quadro 1 – Publicações selecionadas a partir de palavras-chave

Título	Autores/as	Ano
Dados para uma análise da prática profissional na área da Saúde Mental	Gilda Deliberador Brant	1984
Serviço Social e interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental	Eduardo Mourão Vasconcelos	1997
A proposta de empowerment e sua complexidade: uma revisão histórica na perspectiva do Serviço Social e da saúde mental	Eduardo Mourão Vasconcelos	2001
Drogas: a permanente (re)encarnação do mal	Ângela Hygino e Joana Garcia	2003
Uma análise da prática do Serviço Social em saúde mental	José Augusto Bisneto	2005
O trabalho do Serviço Social nos serviços substitutivos de saúde mental	Conceição Maria Vaz Robaina	2010
Saúde mental e classe social: CAPS um serviço de classe e interclasses	Lúcia Cristina dos Santos Rosa; Rosana Teresa Onocko Campos	2013
A política de descriminalização de drogas em Portugal	Vera Lúcia Martins	2013
Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas	Andréa Pires Rocha	2013
Saúde mental, intersectorialidade e questão social: um estudo na ótica dos sujeitos	Graziela Scheffer; Lahana Gomes Silva	2014
Determinação social do uso do álcool e implicações no tratamento em transplante de fígado	Vinícius Araújo Pereira; Luzia Cristina de A. Serrano; Giovanni Amadeu de Jesus	2022

Após a leitura dos 11 artigos que atendiam à primeira fase da seleção (Quadro 1) verificamos que quatro debatiam a temática específica das drogas e foram escritos por assistentes sociais, quais sejam:

- a) Drogas: a permanente (re) encarnação do mal;
- b) A política de descriminalização de drogas em Portugal;
- c) Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas;
- d) Determinação social do uso do álcool e implicações no tratamento em transplante de fígado.

Desse modo, os quatro artigos foram lidos e sintetizamos as suas ponderações centrais. É importante destacar que, dada à riqueza de conteúdos e reflexões das publicações sugerimos aos interessados/as a leitura completa dos artigos na Revista Serviço Social e Sociedade, sendo o esboço abaixo apenas um guia para as nossas considerações.

- 1) Drogas: a permanente (re)encarnação do mal escrito por Ângela Hygino e Joana Garcia.

O artigo tem como objetivo debater a questão das drogas por meio de reflexões acerca das campanhas educativas ou preventivas em relação ao uso. As autoras afirmam que o uso de drogas acompanha a história do ser humano em sociedade e problematizam o conceito de droga colocado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como toda substância consumida que modifica uma ou mais de uma função do organismo. Elas abordam este conceito como insuficiente ao não demonstrar a droga como um recurso também mediador no que tange à satisfação de necessidades psíquicas e sociais. Para as autoras, as campanhas preventivas têm a tendência de demonizar a droga, condenar o uso e culpabilizar o usuário. Nas campanhas “a droga é um mal, o drogado também, onde existe droga não existe vida sadia: família, escola, trabalho” (Hygino; Garcia, 2003, p. 38) fato este que faz com que o debate sobre as drogas apareça sob um único aspecto (dos seus males) excluindo a sensação de prazer que as drogas podem gerar, fazendo que com que muitos não identifiquem nessas campanhas a realidade da questão das drogas. As autoras afirmam que a questão das drogas deve ser considerada nas esferas da saúde e da educação, logo “[...] é necessário qualificar os métodos pelos quais o problema será tratado, evitando, com isso, a mera prática higienista” (Hygino; Garcia, 2003, p. 40).

2) A política de descriminalização de drogas em Portugal de Vera Lúcia Martins.

A pesquisa discute a descriminalização das drogas em Portugal, apontando as principais mudanças ocorridas com a aprovação da Lei nº 30/2000, que se refere à política de descriminalização. A autora coloca a discussão das drogas enquanto mercadorias e do interesse em manter algumas drogas como legais e outras como ilegais. Se todas as drogas são mercadorias porque algumas são ilegais e condenáveis? De acordo com a autora

[...] a resposta simples e direta poderia ser: a condenação existe porque as drogas trazem prejuízos “irreparáveis” para os indivíduos e para a sociedade. Se a resposta fosse absolutamente verdadeira, nesse caso não seria mais prudente descriminalizá-las ou, no limite, legalizá-las tirando-as do rol de substâncias proibidas, submetendo-as ao controle do Estado no que diz respeito à sua qualidade e à condição de uso tal como é feito com as drogas lícitas? Sabese que, para as drogas ilícitas, boa parte dos seus malefícios reside nas impurezas e na mistura de produtos altamente tóxicos e prejudiciais à saúde durante o seu processo de produção. Mas quanto às drogas lícitas também não se desconhece que podem causar danos aos indivíduos. A diferença é que sobre elas o Estado (e a sociedade) exerce o controle de qualidade nas esferas da produção e da circulação. A retirada das drogas da ilegalidade, colocando-as sob o controle do Estado, por meio da taxação de impostos e da qualidade dos produtos, não seria o caminho mais adequado, justo e economicamente viável para a sociedade? Afinal, esse é o recurso utilizado em relação às bebidas alcoólicas, ao tabaco e aos remédios. A quem interessa, então, manter na ilegalidade determinadas substâncias? A resposta a essa questão não é simples e nem direta (Martins, 2013, p. 335).

A referida autora trabalha na perspectiva de que a política de “tolerância zero” tem a liderança dos Estados Unidos e responde aos diversos interesses dos capitalistas das drogas que dispõem dos meios de produção e de negócios muito lucrativos nesta área. É interessante salientar que Martins (2013) diferencia os varejistas (que atuam no ramo como vendedores da sua força de trabalho) dos capitalistas das drogas (que dominam a esfera da produção e da circulação das mercadorias). Em relação à criminalização ou não, o artigo em discussão demonstra que na União Europeia há uma tendência da não criminalização na política de drogas, especialmente da cannabis, e aponta Portugal como o único país da União Europeia que efetivamente descriminalizou as drogas. Nesse país, embora o uso e a posse sejam proibidos, “não há mais aprisionamento para o indivíduo usuário ou dependente. No lugar de sanções criminais aplica-se medidas administrativas como multas ou encaminhamento para tratamento” (Martins, 2013, p. 337). Ao discutir a realidade da União Europeia com destaque para a experiência de Portugal, a autora traz argumentos robustos que apontam para o fracasso da política de “guerra às drogas” que criminaliza o usuário, o coloca na clandestinidade e reduz as possibilidades de uma abordagem no âmbito da política de saúde. Além disso, mantém os interesses dos capitalistas das drogas, pois mantém: o patrocínio de ataques militares (com a justificativa de que os países invadidos são produtores de drogas); a fumigação química de plantações causando um desastre ecológico para as terras localizadas perto das áreas fumigadas; a perseguição de pequenos agricultores, como os de coca; dentre outros. Ao final, a autora demonstra alguns dados publicados por Gleen Greenwald que apontam para a diminuição do uso e de mortes, sinalizando que a descriminalização não significa o aumento e generalização do consumo de drogas.

3) Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas por Andréa Pires Rocha.

A pesquisa problematiza trechos de setentas judiciais e a manifestação do Ministério Público, examinando os discursos que criminalizam os adolescentes pobres por tráfico de drogas. A autora aponta que esses discursos estão embasados na “combinação ‘proibicionismo-criminalização da pobreza’ [que] ainda subsidia decisões do Ministério Público, do Poder Judiciário e de equipes técnicas, incluindo profissionais de Serviço Social” (Rocha, 2013, p. 562). A autora salienta que

A droga como produto desenvolve um papel social e cultural na história da humanidade, extrapolando épocas e tempos. Entretanto, historicamente, a droga, que poderia ser reconhecida apenas como um produto advindo de métodos naturais e/ou artesanais, com valor de uso particularizado, ganha novas significações na sociedade burguesa, transformando-se em droga-mercadoria, passando a ter, portanto, valor de troca [...]. Nesse contexto, as drogas (proibidas ou não) são mercantilizadas, produzidas e distribuídas a partir das relações estabelecidas no modo de produção capitalista. A produção em larga escala, modificada técnica e cientificamente, explora mais-valia do trabalho humano, tornando-se um lucrativo negócio. Estabelece-se, dessa maneira, uma forma particular de trabalho, o qual se materializa na produção, distribuição e venda

da droga-mercadoria. Ressaltamos, portanto, que há uma imensa diferença no entendimento histórico da droga-produto, que possuía apenas valor de uso, em relação a droga-mercadoria, que possui, antes de tudo, valor de troca. É essencial considerarmos que a droga-mercadoria só ganha status de mercadoria na sociabilidade burguesa por ser um objeto suscetível à mercantilização, que de uma maneira ou outra satisfaz necessidades de alguns sujeitos, ou seja, aqueles capazes de pagar um preço por ela [...] E se a necessidade do uso de drogas não pode ser satisfeita por meios legais, os homens buscarão novas maneiras de satisfazê-la. Portanto, todo o discurso ideologizado que demoniza as drogas, bem como os fundamentos religiosos e as ações proibicionistas não fazem com que as substâncias psicoativas deixem de existir. Por isso a proibição de algumas drogas não garante diminuição ou fim do uso; ao contrário, a proibição torna o negócio mais lucrativo (Rocha, 2013, p. 567).

Rocha (2013) aborda a Lei nº 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) e aponta que esta lei freia as sanções para os usuários e coloca penas mais rígidas para traficantes, no entanto, deixa para os juízes a decisão se a quantidade apreendida de drogas será considerada para o consumo ou para o tráfico, o que acaba reproduzindo a culpabilização da juventude negra e pobre.

4) Determinação social do uso do álcool e implicações no tratamento em transplante de fígado publicado por Vinícius Araújo Pereira; Luzia Cristina de Almeida Serrano; Giovanni Amadeu de Jesus.

O objetivo da pesquisa foi refletir sobre o uso do álcool no capitalismo e suas repercussões no tratamento de transplante de fígado. Os autores sinalizam que adotaram como fonte de coleta de dados entrevistas com sujeitos que necessitavam de transplante hepático. Os autores discutem os diversos obstáculos para o tratamento de transplante hepático, bem como as dificuldades do sistema de saúde cada vez mais privatizado, atender com qualidade os usuários.

Os autores debatem o adoecimento frente ao uso de álcool e a necessidade de responsabilização da indústria e do Estado “de modo que possam responder pelas consequências de sua produção, contribuindo para a redução de danos e a conscientização efetiva, inclusive no que diz respeito às filas de TX⁸” (Pereira; Serrano; Jesus, 2022, p. 204).

Considerações Finais

Verifica-se que dos 1.279 escritos da Revista Serviço Social e Sociedade, abarcando a revista de número 01 até 145, constatamos um número de quatro artigos que se dedicaram ao debate específico sobre drogas. Existe a possibilidade de que outros artigos abordem no interior de seus textos a questão das drogas, mas, os quatro artigos aqui destacados incorporaram a temática da droga como foco principal do debate, inclusive mencionando o termo nas palavras-chave.

Concordamos com Denadai e Garcia (2016) que as produções científicas na temática das drogas apresentam um crescimento tardio em que pese o crescente engajamento das entidades representativas no debate do assunto. Quanto às publicações sobre drogas na Revista Serviço Social e Sociedade observamos um contorno interessante que são as publicações que abordam a temática a partir da perspectiva da totalidade agraciando o debate com a incorporação da crítica da economia política e a partir das análises que levam em consideração a economia política das drogas, debate este incorporado de forma explícita e aprofundada nos artigos de Vera Lúcia Martins e Andréa Pires Rocha.

O Código de Ética do/a assistente social é explícito em seus princípios fundamentais de defesa da liberdade, dos direitos humanos, de consolidação e ampliação da cidadania, de defesa da democracia, da equidade e justiça social, de empenho na eliminação do preconceito, garantia do pluralismo, defesa e participação na construção de uma nova ordem societária, articulação com movimentos sociais, compromisso de qualidade dos serviços ofertados à população e o exercício do Serviço Social sem discriminar ou ser discriminado (CFESS, 1993). Portanto, cabe ao Serviço Social considerar a complexidade dos usos de drogas, e como as respostas do Estado e da classe burguesa se desdobram, principalmente em relação à população periférica, pobre e negra que sofrem com os abusos do Estado penal. Na consolidação do sistema capitalista a questão das drogas ganha contornos que exigem da categoria reflexões e ações condizentes com o projeto ético-político da profissão.

Segundo Barroco (2011), a ideologia conservadora reafirma práticas coercitivas nas instituições, sendo assim, a categoria profissional é chamada para o desempenho de atividades laborais, burocráticas,

pragmáticas e heterogêneas, o que pode inibir posturas críticas e engajamentos políticos. Todavia, se por um lado, sabemos da histórica relação do Serviço Social com o conservadorismo, por outro, sabemos também do compromisso assumido por esta profissão em defesa da classe trabalhadora, ao qual fazemos parte. Esta defesa está presente nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que fundamentam o nosso exercício profissional e precisam estar demarcadas na produção de conhecimentos do Serviço Social, para que a formação e o exercício profissional, mediados pela atitude investigativa, tenham ações e reflexões politicamente e eticamente orientadas pelo projeto ético-político profissional.

Referências

- BARROCO, M. L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 106, p. 205–218, 2011.
- BRITES, C. M. Psicoativos (drogas) e serviço social: uma crítica ao proibicionismo. São Paulo: Cortez, 2018.
- CARRILHO, L. K. dos. Mapeamento exploratório sobre o serviço social brasileiro na área de álcool e drogas. 2014. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2014.
- CFESS. CFESS Manifesta Dia internacional de combate às drogas, Conselho Federal de Serviço Social, Brasília, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2011_SSdebateusosdrogas_APROVADO.pdf Acesso em: 27 out. 2023.
- CFESS. Código de ética do/a assistente social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.
- CFESS. Série Assistente Social no combate ao preconceito: o estigma do uso de drogas. Conselho Federal de Serviço Social, Brasília, Caderno 2, 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno02-OEstigmaDrogas-Site.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.
- DENADAI, M. C. V.; GARCIA, M. L. T. O Serviço Social e a temática droga. *Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 22, n. 1, p. 261–289, 2016.
- HYGINO, A.; GARCIA, J. Drogas: a permanente (re)encarnação do mal. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 74, p. 31–41, 2003.
- IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2017.
- LIMA, R. de C. C. et al. Políticas sociais sobre drogas: um objeto para Serviço Social brasileiro. *Argumentum*, Vitória, v. 7, n. 1, p. 26–38, 2015.
- MARTINS, V. L. A política de descriminalização de drogas em Portugal. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 114, p. 332–346, 2013.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Nota técnica nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS. Assunto: Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas. Brasília, 2019. Disponível em: https://repositorio.observatoriodocuidado.fiocruz.br/bitstream/handle/handle/2527/Nota_tecnica_11_2019.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 14 jun. 2023.
- PEREIRA, V.A.; SERRANO, L. C. de A.; JESUS, G. A. de. Determinação social do uso do álcool e implicações no tratamento em transplante de fígado. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 145, p. 189–208, 2022.
- RAICHELIS, R. et al. Revista Serviço Social & Sociedade: 40 anos contribuindo para o pensamento crítico do Serviço Social brasileiro. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 136, p. 497–517, 2019.
- RIBEIRO, D. B. A crise do capital e seus rebatimentos para a produção de conhecimentos. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 314–326, 2015.
- ROCHA, A. P. Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 115, p. 561–580, 2013.
- SPOSATI, A. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. *Revista Katálysis*, Santa Catarina, v. 10, n. esp., p. 15–25, 2007.
- UNODC, 2021. World Drug Report 2021. Disponível em: https://www.unodc.org/res/wdr2021/field/WDR21_Booklet_2.pdf Acesso em: 29 out. 2023.
- UNODC, 2023. World Drug Report 2023. Disponível em: https://www.unodc.org/res/WDR-2023/Special_Points_WDR2023_web_DP.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.
- YAZBEK, C. Os caminhos para a pesquisa no Serviço Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 9., ABEPSS, 2004. Conferência.

Notas:

¹ Processo APQ-00181-18.

- ² O Relatório refere-se tanto as drogas reconhecidas como “legais” quanto “ilegais”.
- ³ Usaremos o termo drogas porque é o termo mais encontrado em documentos e relatórios. Todavia, concordamos que ele possui um caráter mistificador e, muitas vezes preconceituoso, sendo os termos psicotrópico e psicoativo os mais adequados para se referir as substâncias que “agem preferencialmente no Sistema Nervoso Central (SNC), estimulando, deprimindo ou perturbando suas funções” (CFESS, 2016).
- ⁴ Este documento defende o Hospital Psiquiátrico e as Comunidades Terapêuticas como serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS); aponta a necessidade de expansão de leitos em hospitais dentro de unidades psiquiátricas especializadas; garante a compra de aparelhos de eletroconvulsoterapia; assume posição contrária à legalização das drogas; desconsidera a estratégia de Redução de Danos; prevê a internação de crianças e adolescentes em unidades psiquiátricas, além de outras afrontas às diretrizes da Reforma Psiquiátrica (Ministério da Saúde, 2019).
- ⁵ Importante sinalizar que a pesquisa se tornou disciplina obrigatória para a formação em Serviço Social em 1982, entretanto, algumas instituições já tinham esta disciplina em seus currículos (Sposati, 2007).
- ⁶ O CFESS fazia parte desta representação desde 2009 (CFESS, 2011).
- ⁷ Alguns importantes documentos lançados pelo CFESS, além do CFESS Manifesta, são: Nota Técnica sobre a regulamentação das comunidades terapêuticas: contribuições do CFESS para o debate de 2014; Nota técnica sobre a legalização e a regulamentação do plantio, cultivo, produção, comercialização e consumo de drogas, com ênfase na política de redução de danos, a partir de parâmetros e estudos internacionais e nacionais (Gestão 2014–2017); Cartilha CFESS: O estigma do uso de drogas de 2016; Nota sobre as implicações das alterações na política nacional de saúde mental, álcool e outras drogas para o exercício profissional de assistentes sociais no Brasil de 2019.
- ⁸ Filas de transplantes.

Daniella Borges Ribeiro

dborgesribeiro@yahoo.com.br

Doutora em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Nara Lourdes Azevedo Silva

nara.azevedo@ufv.br

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa.

UFV

Av. P H Rolfs, s/n - Campus Universitário

Viçosa – MG

CEP: 36570-900

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFV).

Agência financiadora

FAPEMIG e PIBIC/CNPq.

Contribuições das autoras

A primeira autora contribuiu com a elaboração do projeto de pesquisa, sistematização, análise dos dados e revisão do manuscrito. A segunda autora contribuiu com a elaboração da revisão teórica, sistematização e análise dos dados.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

As autoras consentem a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe

Mailiz Garibotti Lusa – Comissão Editorial

ARTIGO ORIGINAL

Individualização e neoliberalismo: uma contribuição à investigação da emergência do neoliberalismo

Henrique Pereira Braga¹<https://orcid.org/0000-0002-4505-290X>¹Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Departamento de Economia, Vitória, ES, Brasil.

Individualização e neoliberalismo: uma contribuição à investigação da emergência do neoliberalismo

Resumo: O propósito deste ensaio é oferecer uma explicação alternativa àquelas existentes na literatura crítica ao neoliberalismo sobre a sua emergência. Por meio de uma revisão bibliográfica, apresentamos as linhas gerais do argumento das posições representativas dessa literatura para, a partir de uma reconstituição do processo social de individualização, oferecermos uma explicação alternativa. Em nosso juízo, uma das bases para o estabelecimento do neoliberalismo a partir dos anos 1970 está no conjunto de transformações de grande envergadura ocorridas durante a chama “era de ouro” (1945–1975) porque, ao consolidarem o processo social de individualização, ofereceram a materialidade para a realização do neoliberalismo como *práxis*.

Palavras-chave: neoliberalismo; individualização; capitalismo contemporâneo.

Individualization and neoliberalism: a contribution to the investigation of the emergence of neoliberalism

Abstract: This essay aims to offer an alternative explanation to those existing in the critical literature on neoliberalism about its emergence. By the brief bibliographical review of this literature, we present their main arguments on the subject in order to, from the reconstitution of the social process of individualization, we offer a different explanation. In our view, one of the bases to the emergence of neoliberalism, since 1970's, is in a set of large-scale transformations occurred during the “golden age” (1945–1975) because, as they consolidated the social process of individualization, they offer the materiality to the realization of neoliberalism as *praxis*.

Keywords: neoliberalism; individualization; contemporary capitalism.

Recebido em 20.11.2023. Aprovado em 05.03.2024. Revisado em 17.06.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Na última década, tem ocorrido um intenso debate sobre as características do neoliberalismo, no qual tem sido destacada as suas múltiplas características, a fim de compreendê-lo como parte substantiva do capitalismo contemporâneo. Esse ensaio procura contribuir com esse debate ao oferecermos uma interpretação sobre a emergência do neoliberalismo. Para isso, propomos a reconstituição da expansão, ocorrida após a Segunda Guerra Mundial, do modo de produção da vida social centrado na forma-valor, que conformou uma verdadeira economia mundial. Com essa reconstituição, procuramos traçar os contornos de uma resposta à questão norteadora deste ensaio: como o desenvolvimento capitalista, acompanhado de suas contradições, proporcionou a emergência de um certo modo de vida capitalista e um discurso condizente com esse modo de vida, que tem sido denominado de “neoliberal”?

Formulada dessa maneira, essa questão pode dar margem para uma interpretação reducionista do problema ao qual se dedica o ensaio. Contudo, como recorda Moishe Postone (2003, 2021), a relação entre práticas sociais e seus discursos não pode ser reduzida à relação entre “base econômica” e “superestrutura”, como pretende o “marxismo tradicional”; nem pode ser contornada com a afirmação da interação e reciprocidade entre essas duas “esferas da existência”. Trata-se, seguindo sua sugestão, de compreender que a reprodução da vida em sociedade, nas suas mais variadas dimensões, requer a figuração dos propósitos e meios para essa reprodução. Essas “figurações” são, como nos lembra György Lukács (1969), dos mais variados tipos (arte, religião, ciência etc.), podem ser “falsas” e têm autonomia relativa, mas, para sermos enfáticos, não são puro produto da subjetividade: há sempre uma relação com a vida social. Por isso, a questão formulada procura enquadrar o problema deste ensaio no interior da teoria social crítica, cujo propósito é como desenvolveu Theodor Adorno (2007), estabelecer as mediações que explicam a relação entre realidade e pensamento.

No presente ensaio, o vínculo pertinente é entre o desenvolvimento da sociabilidade fundada no valor e a emergência do neoliberalismo, cuja mediação estaria, em nosso juízo, no processo social de individualização¹, que permitiu a transformação do neoliberalismo de um pensamento, cuja origem remonta aos anos 1930, em uma *práxis*². Nos apropriamos dessa categoria de Marx para mostrarmos que o neoliberalismo não é somente um pensamento — seja ideias políticas, sociais ou econômica —, mas sim a combinação dessas ideias com uma forma de reprodução da vida social (*prática*). Essa concertação tanto conferiu sentido às ações humanas no interior do modo de vida capitalista quanto passou a explicar — seja o sucesso ou o fracasso — dessas ações e a facultar o seu melhoramento, conformando, assim, uma *práxis*.

Para dar conta desse objetivo, o ensaio está dividido em duas partes, além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira, recuperamos as linhas gerais das principais interpretações do neoliberalismo, destacando a insuficiência argumentativa comum a todas elas quanto à emergência do neoliberalismo. Em seguida, procuramos suprir essa carência por meio da reconstituição do processo social de individualização.

Interpretações sobre a emergência do neoliberalismo

Como observou Eric Hobsbawm (2013), em *A era dos extremos*, os anos de 1945 até 1975 ficaram conhecidos com a “era de ouro”, na qual a base da reprodução social foi a articulação entre produção em massa e consumo de massa. Essa combinação assegurou, nos países centrais, um modelo de crescimento econômico no qual foi possível conciliar a elevação dos salários e dos lucros; e, em parte dos países periféricos, esse modelo permitiu o processo de industrialização — mais ou menos intenso a depender das especificidades de cada região. Esse processo, tanto num caso quanto no outro, foi acompanhado de mudanças sociais, políticas e culturais, sublinhou o autor, que marcaram a “modernização” destas sociedades, com promessas de inclusão na “civilização ocidental” por meio do assalariamento. Seguindo a periodização do historiador inglês, no período posterior, entre a recessão econômica (1975) e o fim da URSS (1991), ocorreu o “desmoronamento” dessa modernização porque, dentre outras coisas, as promessas da “era de ouro” se mostraram irrealizáveis. O crescimento econômico, por exemplo, não estava mais conjugado ao crescimento da renda e do emprego.

De maneira geral, a literatura abordou esse descasamento por meio da “ascensão das finanças”, promovida pela vitória do “projeto neoliberal de sociedade”, que liberou os fluxos de capitais ao redor do globo, a partir da década de 1970, para que pudessem adquirir as empresas estatais, formar fundos de pensão, ofertar serviços

privados de saúde e educação etc., enfraquecendo tanto os instrumentos de política econômica nacional quanto redistribuindo a renda em favor dos “financistas”. Nesse sentido, o recuo dos direitos sociais, políticos e econômicos é figurado como subproduto de políticas avançadas de *Laissez Faire*, que interditavam o acesso da classe trabalhadora aos direitos duramente conquistados, enquanto garantiam gastos estatais para o grande capital (Anderson, 1995; Chesnais, 1998; Guttmann, 2008; Harvey, 2012).

Na última década deste século XXI, outras abordagens do neoliberalismo começaram a circular, as quais procuraram destacar a sua dimensão subjetiva. Nesse particular, a explicação para a emergência do neoliberalismo está centrada na mudança da “racionalidade” que governava a sociedade no pós-guerra. Em linhas gerais, as políticas econômicas liberais seriam um aspecto de uma nova “governamentalidade” que foi instituída, nessa leitura, pela combinação dessa política com outros “dispositivos de poder” impessoais, que caracterizam uma intervenção ativa do estado, no âmbito do conflito social, para instituir uma sociedade na qual a concorrência seria a forma da relação social, sendo o indivíduo um “empresário de si mesmo” e comportando-se como tal mesmo no interior de uma empresa. Com isso, o problema do crescimento econômico descaído da renda e do emprego era responsabilidade, nessa nova “racionalidade”, das próprias pessoas (Brown, 2019; Dardot; Laval, 2016; Foucault, 2008, 2016).

Em ambas as interpretações, a “grande virada” nas sociedades ocidentais teria ocorrido a partir dos anos de 1980, década em que ascenderam ao poder Margareth Thatcher (Inglaterra) e Ronald Reagan (EUA), que “implementaram” as políticas macroeconômicas liberais e suas reformas nos dispositivos de poder, tanto em seus países quanto nos organismos multilaterais. De todo modo, essas figurações atribuem a emergência do neoliberalismo à ascensão às instituições políticas dos representantes do “projeto neoliberal”, deixando escaparem de suas explicações a forma violenta que assumiu a sua execução e, sobretudo, a experiência desse “projeto” na periferia.

Outra explicação para a emergência do neoliberalismo é argumentada a partir dessa ausência. Ao ignorarem os eventos revolucionários que se seguiram ao ano de 1968, as interpretações anteriores sobre a emergência do neoliberalismo deixaram de lado o que seria a capacidade de auto-organização da classe trabalhadora, que havia começado a ameaçar as formas de controle social da classe capitalista. Em resposta a um processo revolucionário em curso, portanto, as políticas macroeconômicas e os dispositivos de poder impessoais são associados, nesta explicação, à interdição do Estado às demandas populares e ao uso extensivo da violência estatal e/ou privada. Esse conjunto de mudanças institucionais conformaria uma política contrarrevolucionária, cujo cerne seria produzir a auto responsabilização dos trabalhadores por si e suas famílias como norma de organização social, desmobilizando qualquer ação coletiva, uma vez que a mediação dessa autorresponsabilização está no fomento da concorrência de uns contra os outros (Chamayou, 2020; Dardot et al., 2021; Safatle, 2020).

Para essa interpretação, a “governamentalidade” neoliberal e sua política socioeconômica seria possível somente por meio de instituições autoritárias, que deveriam impedir a emergência de qualquer modo de organização da vida social que não tenha a concorrência como seu centro. Por conta disso, a emergência do neoliberalismo teria ocorrido, nessa interpretação, a partir da ditadura que sucedeu o golpe civil-militar chileno (1973). Apoiada pelos principais teóricos associados ao neoliberalismo, essa ditadura representou uma efetiva “guerra civil”³, haja vista que, no caso chileno, o governo de Salvador Allende (1970–1973) buscava outro modo de organizar a vida social — independentemente de ter sido bem-sucedido até a ocorrência do golpe civil-militar.

Da nossa perspectiva, cada uma dessas interpretações parte de acontecimentos que, a partir dos anos de 1970, marcaram a emergência de uma sociedade diferente daquela que existiu durante o pós-guerra. Na busca por oferecerem os contornos do que seria essa sociedade — em especial após fim da URSS —, essas figurações delimitaram o campo da transformação somente as ações políticas de certo grupo social — em alguns casos, chamam de “classe social”, em outros de “oligarquia” — que teria se alinhado a certa ideologia para manter sua dominação, seja por meio de uma nova política econômica, seja porque instaurou uma nova racionalidade, seja através de uma política contrarrevolucionária, que reagiu a organização política e social dos dominados.

Ao procederem desse modo, essas figurações deixaram de lado o exame das mudanças econômica, social e cultural ocorridas durante a “era de ouro” (1945–1975), que inviabilizou o casamento supostamente virtuoso entre crescimento econômico e emprego, base do horizonte de ascensão social e de mudança política do período. Esse matrimônio tanto proporcionou a base material das formas próprias de organização da classe trabalhadora (partido, sindicato etc.) em sua luta pela distribuição mais equitativa do excedente econômico

quanto deram origem aos diversos movimentos sociais, que reivindicavam outras formas de vida social, e processos políticos de emancipação nacional — como o chileno, mas não somente esse, basta lembrarmos as independências nacionais ocorridas no continente africano e asiático, que nem sempre buscavam um modo de vida alternativo ao capitalismo.

Da nossa perspectiva, chamamos a atenção para a ausência, nessas figurações, da abordagem da mudança no interior do próprio *modo de produção da vida social*⁴ ocorrida durante a “era de ouro”, capaz de explicar, como observou Hobsbawm (2013), a transformação da “comunidade” em “sociedade”, que colocou o *indivíduo* no centro da reprodução social. Dito de outro modo, a sociedade que emergiu do pós-guerra pode ser caracterizada, grosso modo, como aquela em que as pessoas estão por si sós, em concorrência com as demais e habitando as impessoais e opressivas metrópoles. Em razão disso, o desenvolvimento capitalista se mostrou, dentre outras coisas, um processo social de (des)envolver as pessoas, para o qual há interdição de outras formas de socialização que não operassem a partir da forma-valor. Para isso, todos devem ser submetidos a esse processo, enquanto as vias inadequadas ao seu desenvolvimento devem, tão logo, serem ajustadas (Schwarz, 1999).

O processo social de individualização

No primeiro mundo⁵, observou Hobsbawm (2013), a “era de ouro” pode ser caracterizada pela formação de um regime político que combinava democracia representativa com estado de bem-estar social, tendo como objetivo a garantia do pleno emprego e do consumo de bens e serviços por meio de políticas promovidas pelo Estado Nacional. Nos países socialistas, do chamado segundo mundo, o processo de industrialização combinado com o planejamento centralizado, proporcionava meios de consumo, de habitação, de educação e de saúde que suprimiu a miséria predominante nessa região — a despeito da participação política restrita e submetida ao autoritarismo.

Já em parte dos países do terceiro mundo, o que se assistiu foram mudanças políticas que deram início às lutas de libertação nacional e à formulação de diversas teorias sobre formação nacional, que propunham, cada qual a seu modo, a participação popular e a industrialização como forma de superação das suas mazelas sociais. Nessas regiões, ocorreram impasses entre as ideias difundidas e as elites locais, o que deu origem, em muitos países, a regimes militares e guerras internas, na tentativa das suas elites de conterem o avanço popular e as lutas por direitos trabalhistas.

Como o historiador britânico indicou, esse período foi marcado por duas revoluções importantes: uma social e outra cultural. Quatro acontecimentos são marcantes da revolução social: (i) o fim do campesinato; (ii) a mudança na estrutura do emprego; (iii) a fragmentação dos trabalhadores e (iv) a ascensão das mulheres como grupo político. Explicado pelo avanço do processo de industrialização no campo e oportunidades de trabalho e mudança de vida nas cidades, o fim do campesinato significou uma mudança de época na história humana. Isso porque, observou Hobsbawm (2013), desde a formação das civilizações Mesopotâmicas até as sociedades feudais (pelo menos 5000 anos de história humana), o camponês foi uma figura central à produção social. Ao final dos anos 1960, a população da cidade já superava a população do campo em grande parte da Europa e nos EUA, sendo que, nos países do terceiro mundo, essa também figurava como uma tendência do seu desenvolvimento, que foi confirmada, na década de 2010, quando a maioria da população mundial se tornou, de fato, cidadina.

Para a finalidade da nossa discussão, é importante observarmos que a produção de alimentos ampliou e, sobretudo, aqueles que abandonaram o campo conseguiram se inserir nos novos postos de trabalho, criados nas cidades em função do processo de reconstrução do pós-guerra. Com isso, os camponeses se proletarizaram, ao mesmo tempo em que desenvolveram técnicas de luta por melhores salários que traziam consigo a solidariedade própria das pequenas comunidades, reforçando as características de associação que a classe trabalhadora produziu a partir da segunda metade do século XIX. Desse último período, aliás, nasceram os clubes de recreação, dos quais muitos se tornaram, na segunda metade do século XX, grandes clubes de futebol e rúgbi, que, junto com os comícios, os bares e outros espaços coletivos de convivência, ajudaram a sedimentar anseios e inquietações comuns capazes de se transformarem em luta por melhores condições de vida.

Todavia, o desenvolvimento da acumulação de capital criou uma série de novas funções e atividades de trabalho, que fez crescer a demanda por força de trabalho qualificada, exigindo a escolarização da classe trabalhadora, cujos filhos adentram ao ensino médio e, em certa medida, ao ensino superior. Ao contrário da expansão econômica com elevação da composição orgânica do capital implicar pauperização da classe trabalhadora, como sublinhou Marx (2013), ela engendrou a formação de uma “classe média”, devido às condições *sui generis* em que a acumulação de capital se desenvolveu.

Nesse particular, Celso Furtado (1985, p. 13) registrou, em *A fantasia organizada*, suas recordações sobre a situação de extrema penúria e destruição econômica pela qual passava o continente Europeu após o fim da Segunda Guerra Mundial, que “a devastação dentro e fora dos sistemas de produção fora de tal ordem que o sacrifício de toda uma geração parecia inevitável”. Tamanha devastação econômica, social e política, conforme observou Hobsbawm (2013), começou a ser superada no início dos anos 1950, tanto na Europa ocidental como oriental. Em grande medida, o começo da chamada Guerra Fria entre os EUA e a URSS proporcionou a organização dos meios materiais, tanto de um lado quanto do outro, para sedimentar suas zonas de influência e, assim, proporcionou aos países, inclusive parte do terceiro mundo, os recursos necessários aos seus processos de reconstrução.

Não é nosso propósito enveredar pela investigação das nuances sobre a reconstrução econômica de cada um dos países. Retomamos esse aspecto do pós-guerra para indicar que havia um grande espaço para a expansão da acumulação de capital, a despeito das baixas populacionais e da situação material já indicada. Não por acaso, nas décadas seguintes, assistiu-se a uma transformação brutal do padrão de vida das pessoas, com um rápido processo de industrialização do campo e da cidade, cuja consequência foi a expansão da forma-valor para os mais variados processos vitais à reprodução da vida social, transformando-os em processos de valorização e, assim, reprodução do capital.

A consequência disso foi a ampliação da diversidade da classe trabalhadora que, por si só, não representaria um problema para a unidade da classe. Contudo, ela se diferenciou não somente pela escolarização, pelo tipo de trabalho, pela diferença de salário; mas, sobretudo, pelos espaços de convivência, de consumo, de lazer, de cultura, de forma que a unidade de suas aspirações, que se dava ao compartilharem as adversidades de um certo modo de vida, foi perdida. No lugar da convergência entre as condições de vida, operava a divergência. Isso separou os trabalhadores entre os pertencentes à “classe média” (colarinho branco) e os pertencentes à “classe operária” (macacão azul). Embora esses estereótipos sejam limitados como modo de classificar as divergências de classe, registramos que eles exprimem a concretude da cisão, que não é apenas ideológica — como argumentou Hobsbawm (2013) —, tendo como fundamento o próprio desenvolvimento da acumulação de capital.

Contribuiu para essa cisão, é verdade, o crescimento exponencial da chamada “indústria cultural”, como teorizada por Adorno & Horkheimer (1985), em *Dialética do Esclarecimento*. A indústria cultural fornecia para os trabalhadores uma imagem de futuro e uma forma de comportamento no presente por meio de mercadorias que governavam o seu exercício do “tempo livre” do trabalho. Até porque, como nos mostrou Antonio Gramsci (2008), em *Americanismo e Fordismo*, a rotina repetitiva e controlada imposta pelo fordismo no espaço de trabalho também deveria ser adotada na vida do trabalhador, ainda que, no trabalho, sua mente pudesse, devido à própria repetição, divagar e seguir caminhos não controlados pelos representantes do capital.

Como consequência do desenvolvimento da indústria cultural, observamos a individualização das formas de convivência, de lazer e de conhecimento das pessoas. Nesse último caso, podemos notar que, nas sociedades em que o camponês e sua unidade produtiva são centrais à reprodução social, o conhecimento era passado de geração para geração. Isso não significa que não havia mudança no conhecimento passado, mas sim que essa alteração não era uma exigência desse modo de vida, dependendo sempre das variações das circunstâncias do processo de produção agrícola. Quando o centro da produção é a valorização do valor por meio do dispêndio de trabalho humano sobre quaisquer meios de produção, desde que adequados para a produção de certo valor de uso, o conhecimento passa a não depender do trabalhador, sobretudo com a Grande Indústria, na qual o conhecimento científico se combina com a técnica para produzir sistemas de máquinas dos quais os trabalhadores são meros apêndices (Marx, 2013).

Do ponto de vista social, essa mudança de época significou uma ruptura entre as gerações, expressa no conhecimento dos antepassados não ter qualquer lugar no presente — a não ser como anedota. Com isso, é perdido um dos laços sociais mais sedimentados, que era o conhecimento intergeracional. E esse não é o único

laço de solidariedade perdido, há também aquele próprio às comunidades camponesas, que definia, por exemplo, que o cuidado de si e dos outros cabia as mulheres ou que a ajuda mútua entre os membros da comunidade para a construção da casa de um vizinho, para organizar um casamento e para a preservação dos costumes.⁶

Suprimidas pelas grandes metrópoles e seus subúrbios, conectados por suas grandes avenidas, trafegadas por automóveis em velocidades inimagináveis um par de décadas antes, as tarefas exercidas por meio dos laços de solidariedade e, por isso, sem qualquer resquício mercantil, agora são exercidas pelo Estado, que também se encarregava da formação educacional. Com isso, as mulheres puderam se tornar sujeitos políticos, em busca de constituir e afirmar a sua autonomia, já que não mais estavam destinadas somente as tarefas domésticas de cuidado. A descoberta da pílula anticoncepcional feminina e a luta das mulheres por sua universalização foram um avanço importante nessa direção, pois, permitiram as mulheres com acesso à medicação controlarem seus corpos e seu destino. Controle esse que, combinado com sua participação no mercado de trabalho, marcada pela sua entrada na universidade, solidificou sua participação política.

Esse conjunto de transformações sociais foram mais proeminentes nos países do primeiro e do segundo mundo, mas também atingiram os países do terceiro mundo — em especial aqueles em que os processos de industrialização estavam mais avançados. De todo modo, esse conjunto de mudanças sociais foi acompanhada de uma revolução cultural, marcada principalmente pela emergência da chamada “cultura jovem”, formada dentro dos centros educacionais que abarcavam cada vez mais mulheres, muitas vezes de locais e classes sociais distintas, mas que tinha em comum a expectativa de ingressarem na chama “classe média” — quem sabe além.⁷

Essa cultura estava vinculada à busca do conhecimento técnico-científico do presente e ao consumo de mercadorias características dessa cultura — por exemplo, certos ritmos musicais, formas de se vestir, veículos automotores etc. A manifestação dessa nova cultura ocorreu, assim, a partir da afirmação em torno da ideia de autonomia e liberdade, conformando um processo que encampou desde as lutas das mulheres até o movimento hippie, passando pelos movimentos dos direitos civis, contra a guerra do Vietnã, lutas antiditoriais etc., tendo seu ápice nos processos revolucionários de maio de 1968, que não ficaram confinados à Paris, mas chegaram a Praga e ao Rio de Janeiro.

A noção de “subgrupos” é uma característica dessa nova cultura. Eles compartilham certas características em comum e objetivos semelhantes pelos quais lutam, como as pautas ambientais, a legalização das drogas, a universalização dos anticoncepcionais e assim por diante. No período em que emergiram, cabe sublinharmos, esses subgrupos colocavam em questão os padrões tidos como universais em suas sociedades — por exemplo, a família patriarcal que, com a legalização do divórcio, deixou de ser, formalmente, a única forma de família; ou a homossexualidade, que colocava em questão a norma das relações sexuais.⁸ Entretanto, essas buscas por existências que, até então, não eram próprias ao desenvolvimento da forma-valor — que incluíam também críticas às relações sociais presididas pela forma-valor — produziram reações sociais, principalmente daqueles que perderam sua posição de poder — lançando as bases, a partir dos anos de 1980, dos movimentos sociais conservadores. Aqueles que se sentiram ameaçados passaram a exigir, assim, uma resposta que, nos marcos da reprodução capitalista, conseguissem refrear essas demandas de mudança ou, se não fosse possível respondê-las no interior do capitalismo, elas deveriam ser silenciadas.

De todo modo, essas revoluções resultaram, como apontou Hobsbawm (2013, p. 328), no “triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou melhor, o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais”. Essa quebra dos laços de solidariedade, cujo abismo geracional é uma expressão, gerou as perdas de códigos morais, que guiavam o comportamento dos sujeitos até então, como, por exemplo, a família, bem como estabeleceu novas referências sobre o cuidado de si e dos outros, assim como contribuiu para o declínio dos espaços de convivência da própria classe trabalhadora.

Para nossa discussão, cabe sublinhar um dos desdobramentos da revolução social e cultural — a saber, as pessoas passaram, efetivamente, à condição de indivíduos. Reunidos em um núcleo familiar reduzido, quando não sozinhos, habitavam, de fato, numa sociedade, na qual são dependentes das mercadorias produzidas por si para satisfazerem suas necessidades por meios das mercadorias produzidas pelos outros (sejam as empresas privadas, as empresas públicas ou a administração pública direta), ao mesmo tempo em que são independentes do ponto de vista pessoal. O que implica a efetivação, do ponto de vista geral, da forma-valor como nexos fundamentais das relações sociais, característica da sociedade capitalista, conforme sublinhou Marx:

A dissolução de todos os produtos e atividades em valores de troca pressupõe a dissolução de todas as relações fixas (históricas) de dependência pessoal na produção, bem como a dependência multilateral dos produtores entre si. A produção de todo indivíduo singular é dependente da produção de todos os outros; bem como a transformação de seu produto em meios de vida para si próprio torna-se dependente do consumo de todos os outros. Os preços são antigos; a troca também; mas a crescente determinação dos primeiros pelos custos de produção, assim como a predominância da última sobre todas as relações de produção, só se desenvolvem completamente, e continuam a desenvolver-se cada vez mais completamente, na sociedade burguesa (Marx, 2011, p. 104).

É importante destacarmos que, na passagem acima, a produção não se restringe às atividades econômicas. Em seu lugar, recordamos que se trata da nossa atividade como produtora da nossa vida social, cuja transformação social assinalada por Marx implica a redução dessas atividades à forma-valor. O que significa que a economia, a política, a arte etc. tendem a serem produzidas como partículas de valor, de maneira que cada um dos seus produtores pode conseguir, se efetivos no exercício desse trabalho determinado por mercadoria, transformar o resultado de sua atividade em alíquotas do valor — expresso na sua forma mais imediata de nexos social, o dinheiro⁹. Nesse sentido, o processo de individualização estabelece as pessoas como independentes dos laços pessoais e suas formas de dominação, mas dependentes da interconexão impessoal de sua atividade como mercadoria e sua forma de dominação.

A consequência disso é que, como sublinha Hobsbawm (2013), foram perdidas as formas tradicionais de mediação e de formação de sentido para vida humana. Essa perda desses quadros de referências marca o (des)envolver dos seres humanos. Contudo, essas coordenadas sociais foram fundamentais para a formação do capitalismo, pois, os laços sociais fundados somente na forma-valor não asseguram um tecido social capaz de suportar seus processos de exploração, espoliação e acumulação:

[...] o capitalismo venceu porque não era apenas capitalista. Maximização e acumulação de lucros eram condições necessárias para seu sucesso, mas não suficientes. Foi a revolução cultural do último terço do século que começou a erodir as herdadas vantagens históricas do capitalismo e a demonstrar as dificuldades de operar sem elas (Hobsbawm, 2013, p. 336).

Isso não significa, destacamos, a glorificação das relações comunitárias anteriores. Ao contrário, como demonstrado por Silvia Federici (2017), essas relações foram, na Europa ocidental, marcadas também pela opressão e pelo controle sobre os corpos das mulheres, em particular no período da “acumulação originária” (séculos XVI-XVIII), legando-as uma posição subordinada aos homens nas relações comunitárias desde então — com especial atenção para as relações familiares. O que o (des)envolver capitalista desestabilizou foi, assim, essa própria subordinação, aquele tecido social formado pela acumulação originária. O que abriu caminho, por meio das lutas das mulheres, por exemplo, para a possível afirmação de uma nova forma de relação de gênero; ao passo que esse (des)envolver suprimiu formas de solidariedade sustentadas pelas mulheres que eram fundamentais à reprodução da força de trabalho e, por conseguinte, do capital.

Se o processo social de individualização abriu espaço para lutas sociais, a partir dos anos 1960, que poderiam colocar outros universais como parâmetro da vida social, em lugar da forma-valor; ele também abriu espaço para o devido enquadramento dessas lutas sociais nos marcos da forma-valor. Isto é, permitindo ao capital lidar com as dificuldades oriundas das perdas dos laços de solidariedade em seus próprios termos — a saber, numa forma de acumulação de capital na qual o ganho de produtividade e ampliação da jornada de trabalho são levados ao paroxismo, pelo reforço da concorrência entre os trabalhadores e seu “exército industrial de reserva”. Para isso, como nos lembraram Éric Alliez e Maurizio Lazzarato (2021, p. 86–87), uma nova “acumulação originária” foi posta em prática, na qual houve a combinação da acumulação real com a “acumulação por espoliação”, abrindo novos espaços para a acumulação de capital, desde as suas formas fictícias até sua apropriação das virtualidades inscritas nos seres orgânicos e inorgânicos.

O arrefecimento da acumulação de capital, no final dos anos de 1960, contribuiu para esse enquadramento. O declínio das taxas de acumulação e, por conseguinte, da taxa de lucro das corporações estadunidenses e o crescente gasto desse país, centro da economia mundial, com a Guerra do Vietnã, sustentado no endividamento, levaram a quebra do padrão dólar-ouro, em 1971, explicitando o esgotamento do processo de acumulação de capital. Assim, o primeiro choque do petróleo, em 1973, que quadruplicou o preço do barril de petróleo, insumo

essencial à cadeia de produção e ao consumo — simbolizado no automóvel com motores de cinco litros e oito cilindros —, representou a pá de cal num processo de acumulação já em declínio. Não por acaso, os anos de 1974/1975 foram de recessão econômica mundial, sendo que, desde então, as taxas de crescimento econômico não mais recuperam seu padrão anterior nos países ocidentais, nem estão associadas à renda e ao emprego.

É nesse contexto de crise econômica e de revolução social e cultural que, a partir dos anos 1970, emergiu o neoliberalismo. Desde então, seus representantes conquistaram posições de poder, na periferia e no centro do capitalismo mundial, no interior das empresas e no seio dos sindicatos e partidos de esquerda, tornando o neoliberalismo a forma de pensar e agir característica da sociedade contemporânea. Por essa razão, argumentamos que é insuficiente qualificá-lo como uma política macroeconômica, ou uma ideologia, ou racionalidade ou uma reação de classe, porque perde de vista que o neoliberalismo é a combinação de todas essas dimensões numa *práxis*, que reage ao declínio do processo de acumulação de capital e as transformações sociais e culturais ocorridas durante os anos de 1945–1975 de uma maneira adequada à continuidade da reprodução do capital, enfeixando as lutas sociais por meio do reforço do processo social de individualização. Para dizermos com Wendy Brown (2019, p. 51):

[...] o neoliberalismo não só trouxe o capitalismo de volta do abismo quando este estava em crise nos anos 1970, como também salvou tanto o sujeito quanto a família das forças da desintegração da modernidade tardia. De fato, dentre as realizações neoliberais mais impressionantes, estão o desmantelamento epistemológico, político, econômico e cultural da sociedade de massa em capital humano e unidades familiares econômico-morais, juntamente com o resgate tanto do indivíduo quanto da família no momento exato de sua aparente extinção.

Embora a autora coloque o neoliberalismo como fundante da sociedade contemporânea, ao ponto de ele ter desmantelado o paradigma anterior, fundado na sociedade de massa, pensamos que ela toca num ponto fundamental: ele permitiu a sociedade do capital continuar a funcionar. Para nós, entretanto, isso não se deu somente porque “resgatou” o indivíduo ou a família, mas porque os processos sociais acima recuperados mostram, pelo menos, que o próprio desenrolar da acumulação de capital criou o caldo de cultura, que aqui chamamos de individualização, para a proliferação da *práxis* neoliberal, permitindo esse “resgate”, mas já em outros termos — funcionais à nova acumulação de capital. Essa *práxis* pode ser qualificada, portanto, como um conjunto de aparatos discursivos, princípios normativos, dispositivos de poder, orientações epistemológicas, práticas de conduta social, política econômica e intervenções violentas que objetivam, como afirmou Mariutti (2019, p. 24), “criar um novo tipo de homem, capaz de viver e prosperar em uma sociedade dinâmica e crescentemente alicerçada na concorrência entre atores que devem se comportar como empresas” e, acrescentamos, habilitado a viver para a acumulação sem fim de capital.

Considerações finais

Ao retomarmos a questão norteadora deste ensaio, podemos concluir que o argumento apresentado sustenta que o processo social de individualização constituiu um dos fundamentos para a emergência do neoliberalismo, de maneira que ele passou de um pensamento, dentre outros, para uma *práxis*, capaz de sustentar o modo de produção capitalista no seu atual processo de acumulação de capital, iniciado nos anos 1970. O que implica fomentar a própria individualização nos espaços em que ela ainda é incipiente, por meio do bloqueio violento da emergência de outras formas de vida social. Nesse sentido, o modo de vida capitalista próprio à *práxis* neoliberal é aquele no qual não deve haver restrições à expansão da forma-valor para quaisquer esferas da vida social e natural, permitindo a intensificação, extensão e continuidade do processo de acumulação de capital.

A emergência do neoliberalismo ocorreu, portanto, no período histórico em que as formas do capital começaram a se tornar mais abstratas — seja pelo crescimento da concentração e da centralização dos capitais nos conglomerados transnacionais, seja pela expansão das formas fictícias de acumulação de capital, seja pelo desenvolvimento dos aparatos cibernéticos, que permitiram tanto expansão das formas de capital real e fictícia, quanto a colonização das virtualidades existentes na vida inorgânica e orgânica. O que tornou o capitalismo uma totalidade global e totalitária.

A ironia está em que quanto mais a *práxis* neoliberal impõe pensarmos sempre a partir do “eu”, praticarmos o culto ao “eu” e concorrermos entre si; mais culpamos o outro, suas ações e seus direitos pela não realização do eu. Tudo se passa como se a lógica do capital não tivesse qualquer relação com os infortúnios do nosso cotidiano. As vicissitudes de nossa existência seriam resultado do comportamento exclusivo de certos grupos, portadores inerentes do “mal”, que bloquearia a realização de nosso eu. Por essa razão, sugerimos que a explicação da emergência da *práxis* neoliberal a partir do processo social de individualização, proporcionado pelo desenvolvimento capitalista, poderia oferecer uma chave de leitura da contemporânea combinação entre o neoliberalismo e o conservadorismo, que tem resultado em diversos neofascismos, que tem obtido ampla aderência na classe trabalhadora.

Referências

- ADORNO, T. W. Introdução à sociologia. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALLIEZ, É.; LAZZARATO, M. Guerras e capital. São Paulo: Ubu Editora, 2021.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9–23.
- BROWN, W. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Politéia, 2019.
- CANDIDO, A. Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Ouro sobre azul, 2010.
- CHAMAYOU, G. A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- CHESNAIS, F. (org.). A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.
- DARDOT, P. et al. A escolha da guerra civil. São Paulo: Elefante, 2021.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FEDERICI, S. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- FURTADO, C. A fantasia organizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. São Paulo: Hedra, 2008.
- GUTTMANN, R. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. Novos Estudos CEBRAP, p. 11–33, 2008.
- HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. Petrópolis: Loyola, 2012.
- HOBSBAWM, E. Era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. Dicionário Eletrônico Houaiss. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. v. 3.
- LUKÁCS, G. Conversando com Lukács. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MARIUTTI, E. Estado, Mercado e concorrência. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 54, p. 9–33, set./dez. 2019.
- MARX, K. Grundrisse: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1.
- MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.
- OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- POSTONE, M. Time, labor, and social domination: a reinterpretation of Marx’s critical theory. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2003.
- POSTONE, M. Antissemitismo e Nacional-Socialismo: escritos sobre a questão judaica. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.
- SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios. In: Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020. p. 17–46.
- SCHWARZ, R. Fim de século. In: Sequências brasileiras: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 155–162.

Notas:

- ¹ A palavra “individualização” significa, de acordo com o Dicionário Houaiss (2009), “ação ou efeito de individualizar-se”, por meio do qual “um organismo se torna diferente dos outros”. O sentido que adotamos neste ensaio remete ao processo social de

- conformação das pessoas como indivíduos; porém, adicionamos o sentido negativo de que se trata de homogeneizar as pessoas, no sentido preciso de, ao se constituírem como indivíduos no capitalismo, nada mais são do que partes da produção social de crescente valor, devendo performar como tal (Marx, 2013).
- ² Como se sabe, nas famosas “Teses sobre Feuerbach”, Marx (2007) elabora sobre a intrincada relação entre teoria e prática, afirmando que a verdade sobre qualquer pensamento é, em última instância, decidida pela atividade humana real (Tese II), de tal modo que as insuficiências e avanços de uma certa teoria encontram sua explicação na “prática humana e na compreensão dessa prática” (Tese VIII).
 - ³ Essa noção de uma “guerra-civil” é apresentada por Pierre Dardot et al. (2021). Em revisão da sua abordagem passiva da adoção da racionalidade neoliberal, esses autores defendem que a “guerra civil” consistiria numa “guerra total” — isto é, ocorre simultaneamente nos campos social, ético, político, jurídico, cultural e moral — cujas táticas “são diferenciadas, sustentam-se umas pelas outras, nutrem-se mutuamente” e objetivam oporem as “coalisões oligárquicas” aos setores populares, por meio da conquista, pelas primeiras, de apoio de certas frações no interior dos próprios setores da população. (Dardot et al., 2021, p. 30) Conquista que é obtida não por conta de uma adesão prévia desses setores, mas pela exploração das suas diferenças. (Dardot et al., 2021, p. 31).
 - ⁴ É sintomático que, nas figurações sobre o neoliberalismo publicadas na última década deste século XXI, o termo capitalismo quase não apareça ou, quando aparece, seja abordado como sinônimo de sociedade de mercado. Nesse sentido, essas leituras até tratam das modificações nas empresas e nos conglomerados transnacionais, mas não as articulam com a estrutura subjacente aos conglomerados transnacionais — a saber, a reprodução da forma valor e suas contradições ou, numa palavra, capital — e, por isso, o modo de vida social que ajudam a estruturar e são por ele estruturados não é tematizado.
 - ⁵ O autor se apropria, como parte de sua geração intelectual, da classificação de primeiro, segundo e terceiro mundo para explicar a divisão geopolítica entre o final da Segunda Guerra Mundial e a derrocada da União Soviética ao final do século XX.
 - ⁶ Em *Parceiros do Rio Bonito*, Antonio Candido (2010) mostrou como era organizado o modo de vida do camponês brasileiro, que habitava parte da região sudeste — em particular o Estado de São Paulo, o Sul de Minas, do Rio de Janeiro e de Goiás, e o norte do Paraná, registrando suas formas de socialização e trabalho que são ilustrativos dos laços sociais aqui indicados. Em particular, a prática do multirão para um roçado ou a construção de uma casa permaneceu na cultura popular, quando o processo de industrialização brasileiro (1950–1970), como observou Francisco de Oliveira (2013), em *Crítica da razão dualista*, sobre a forma como as casas foram erguidas no nascente ABC Paulista.
 - ⁷ O caso mais emblemático da natureza global dessas mudanças é o Afeganistão. Durante os anos de 1950/1960, a capital Cabul sofreu intervenções arquitetônicas e mudanças econômicas que proporcionaram alterações sociais e culturais, expressões dessa modernização. Em particular, as mulheres puderam ocupar espaços de poder e, sobretudo, circularem sem quaisquer símbolos de opressão em seus corpos. Um contraste significativo com os anos 1990, período do governo Talibã, fomentado pela intervenção estadunidense na guerra civil afegã dos anos 1980.
 - ⁸ Essa potencialidade é indicada por Postone (2003, p. 372, tradução nossa), quando discute esses novos movimentos sociais: “A noção de diferentes formas de universalidade socialmente constituídas implicadas pelas análises de Marx do desenvolvimento das formas estruturantes das formações sociais poderia servir como base para a investigação sócio-histórica de algumas correntes dos novos movimentos sociais — por exemplo, do movimento feminista — que são tentativas de formular uma nova forma de universalismo, para além da oposição entre universalidade homogênea e particularidade.”
 - ⁹ Essa questão aparece de forma sintética na discussão de Marx (2013, p. 148) sobre o fetichismo das mercadorias: “Os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros. O conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total. Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados aparecem apenas no âmbito dessa troca. Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas”.

Henrique Pereira Braga

henri.braga@gmail.com

Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

Professor de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

UFES

Av. Fernando Ferrari, 514 – Goiabeiras
Vitória – ES
CEP: 29075-910

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições do autor

O autor é responsável por todas as etapas da elaboração do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

O autor consente a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe
Keli Regina Dal Prá – Comissão Editorial

ARTIGO ORIGINAL

A teoria do Estado na obra de István Mészáros: breve aproximação

Frederico Daia Firmiano¹

<http://orcid.org/0000-0002-6701-1201>

¹Universidade Estadual Paulista, Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas, Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, Franca, SP, Brasil.

A teoria do Estado na obra de István Mészáros: breve aproximação

Resumo: Neste artigo analisamos a teoria do Estado na obra de István Mészáros. Argumentamos que sua crítica do Estado pode ser vislumbrada *in statu nascendi* já em seu importante estudo sobre a teoria da alienação em Marx, recebendo amplo tratamento em seu *Magnum Opus*, *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*, quando de sua análise das condições de emergência, desenvolvimento e crise (estrutural) do sistema sociometabólico do capital na contemporaneidade. Mas se podemos dizer que, antes mesmo da publicação incompleta, e *post mortem*, de *Para além do Leviatã: crítica do Estado*, Mészáros já havia legado uma potente teoria contemporânea do Estado, nesta última encontramos um trato sofisticado de problemas que se expressam desde a “afirmação da Lei do mais forte” e da “ilegalidade como imposição das formações estatais” ao “fenecimento do Estado”. Procuramos, com isso, contribuir com o debate em torno da teoria marxista do Estado atualmente.

Palavras-chave: teoria marxista contemporânea do estado; crise estrutural do capital; estado em falência; fenecimento do estado.

The theory of the State in the István Mészáros’ work: a brief approach

Abstract: In this paper, we aim to analyze the theory of the State in the István Mészáros’ work. We argue that his critique of the State can be glimpsed *in statu nascendi* already in his important study of Marx’s theory of alienation. Later it receives extensive treatment in his *Magnum Opus*, *Beyond Capital: Towards a Theory of Transition*, when he analyzes the conditions of emergence, development and (structural) crisis of the sociometabolic system of capital in contemporaneity. We can say that even before the incomplete and *post mortem* publication of *Beyond Leviathan: Critique of the State* Mészáros had already left a powerful contemporary theory of the State. But it is in this work that we find a sophisticated treatment of problems such as the “affirmation of the Law of the Strongest”, the “illegality as an imposition of state formations” and the “withering away of the state”. In this way, we seek to contribute to the debate on the Marxist theory of the State today.

Keywords: Contemporary Marxist theory of the State; Structural crisis of capital; State bankruptcy; Withering away of the state.

Recebido em 28.11.2023. Aprovado em 28.03.2024. Revisado em 28.05.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

“Mas podemos afirmar com certeza que existe uma teoria marxista adequada do Estado na literatura mais recente?” (Mészáros, 2015, p. 43). A pergunta surge no contexto do diálogo de István Mészáros com Norberto Bobbio, para quem, estaria ausente, na obra de Marx, um conjunto sistemático de ideias sobre o Estado. Em contraposição à Bobbio, Mészáros (2015, 2021) defende que, mesmo que estivesse correto, caberia ao filósofo político italiano perguntar-se o porquê da ausência de uma teoria marxiana do Estado. Para ele, Bobbio teria incorporado a seu pensamento — a partir da tradição de Adam Smith — as supostas limitações exigidas do poder de Estado e da democracia representativa, em contraste com a concepção hegeliana de “Estado ético” (e sua universalidade ideal) e em detrimento da noção marxiana de “fenecimento do Estado”. É assim que, esquivando-se de uma explicação histórico-onto-genética, não pode haver nenhuma teoria sustentável sobre o Estado, senão uma pressuposição apoiada pela Teoria do Direito, que passa a ocupar o lugar de uma teoria do Estado. Nesse sentido, Bobbio poderia apenas explicar (de forma idealizada) a “modalidade de funcionamento do quadro legal do Estado” (Mészáros, 2015, p. 46).

Como, então, e sob quais condições histórico-teóricas István Mészáros explica a realidade existente do Estado no sistema sociometabólico do capital? Além disso, em que medida suas formulações sobre as formações estatais nas sociedades do capital se articulam a sua complexa teoria da crise estrutural do capital? Admitindo-se que Mészáros elaborou uma teoria marxista do Estado antes mesmo de sua obra incompleta, em razão de sua morte, em 2017, *Beyond Leviathan: Critique of the State*, qual a importância da teoria do Estado nos quadros de referência de sua teoria da transição? Não temos aqui a pretensão de responder a todas essas questões, senão contribuir com o debate já iniciado por outras/os pesquisadoras¹, acerca da monumental obra de István Mészáros, particularmente sobre sua complexa teoria do Estado.

É sabido que nos últimos anos de sua vida, István Mészáros esteve sistematicamente dedicado à pesquisa, preparação e redação do que deveria ser sua obra sobre o Estado. Em fevereiro de 2018, a *Monthly Review* publicou o prefácio de *Beyond Leviathan*. O primeiro volume inacabado do que deveria ser uma obra com três volumes foi publicado no Brasil, em 2021, e nos EUA, em 2022, embora traduzido da versão em inglês, sob o título *Para além do Leviatã: crítica do Estado*, em três partes. Os textos que integram as duas primeiras partes já haviam sido anteriormente publicados, no Brasil e no exterior, em quase sua totalidade, diferente dos textos da parte III que exigiram intervenção editorial significativa². A segunda parte de *Para além do Leviatã* [...] é a incorporação completa do que havia sido publicado sob o título de *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*, que reúne um conjunto de palestras realizadas pelo autor no Brasil, em 2013, cujo texto foi revisto e expandido para a publicação em português, em 2015.

Neste artigo, analisamos a teoria do Estado na obra de István Mészáros. Argumentamos que sua crítica do Estado pode ser vislumbrada *in statu nascendi* já em seu importante estudo sobre a teoria da alienação em Marx, recebendo amplo tratamento em seu *Magnum Opus*, *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*, quando de sua análise das condições de emergência, desenvolvimento e crise (estrutural) do sistema sociometabólico do capital na contemporaneidade. Mas se podemos dizer que, antes mesmo da publicação incompleta, e *post mortem*, de *Para além do Leviatã: crítica do Estado*, Mészáros já havia legado uma potente teoria contemporânea do Estado, nesta última encontramos um trato sofisticado de problemas que se expressam desde a “afirmação da Lei do mais forte” e da “ilegalidade como imposição das formações estatais” ao “fenecimento do Estado”. Procuramos, com isso, contribuir com o debate em torno da teoria marxista do Estado atualmente.

A crítica ao Estado *in statu nascendi*

Em maio de 1969, Mészáros finalizava a redação da primeira edição de uma de suas mais importantes pesquisas, dedicada ao estudo da teoria da alienação em Marx — obra que foi publicada no Brasil pela primeira vez em 1981, sob o título *Marx: a teoria da alienação*. Conforme o autor justificou no prefácio à quinta edição, de 2005, tratava-se de um estudo dedicado ao “[...] núcleo estruturante do sistema marxiano *in statu nascendi* [...]”: a “transcendência da autoalienação do trabalho”, tal como exposto por Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844 (Mészáros, 2016, p. 13).

A transcendência (positiva) da autoalienação do trabalho, por constituir-se em um conector fundamental da obra posterior de Marx, sob o juízo Mészáros (2016), ganha centralidade em sua reflexão sobre a estratégia socialista global. A categoria *Aufhebung* passa a ser, portanto, a chave de compreensão da teoria da alienação, de modo que sua análise se refere, sobretudo a ela — ante a categoria propriamente da alienação (que, como qualquer categoria, não pode ser explicada por si só).

Como afirmou Maria Orlanda Pinassi, “[...] o enfrentamento imanente e transcendente dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, materializado no mais que oportuno estudo *A teoria da alienação em Marx*, constitui a sua [de Mészáros] própria síntese *in statu nascendi*” (Pinassi, 2016 *apud* Mészáros, 2016, p. 11). De fato, no prefácio à terceira edição de sua obra, que data 1972, diz o filósofo húngaro, a despeito dos comentários recebidos de seus pares sobre a pertinência de sua pesquisa e do fato de que algumas das questões do desenvolvimento socioeconômico contemporâneo não podiam ser contempladas naquele momento: “[...] estive trabalhando durante um bom número de anos em uma investigação de tais tópicos — um estudo que espero completar e publicar em breve” (Mészáros, 2016, p. 15). Trata-se de algumas formulações, especialmente encontradas nos três capítulos finais de *A teoria da alienação em Marx*, que formam parte significativa do alicerce do que viria a ser, décadas mais tarde, *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* — ao lado de *The Necessity of Social Control* (1971), integrado à *Para além do capital... e Aspect of History and Class Consciousness* (1971).

Por sua vez, em *A teoria da alienação em Marx*, podemos identificar alguns dos pressupostos ontológicos da investigação crítica meszariana sobre capital e, por decorrência, sobre o Estado. Crítica que encontrará em *Para além do capital* [...] um amplo desenvolvimento e, mais tarde, será o objeto central de *Beyond Leviathan* [...]. Se seguirmos as indicações de Maria Orlanda Pinassi, esses pressupostos estão, fundamentalmente (embora não exclusivamente): (i) no redimensionamento teórico do conceito de *Aufhebung*, como transcendência no sentido da preservação/superação em direção à elevação a um nível superior e (ii) no tratamento e evidênciação dos conceitos de mediação de primeira ordem e mediação de segunda ordem (Pinassi, 2016). Ambos os pressupostos são constitutivos da análise do Estado realizada por Mészáros em *Para além do capital* [...] (Cf. Mészáros, 2009).

A despeito da extensa e complexa discussão em torno do conceito de *Aufhebung*, o filósofo húngaro examina um conjunto de problemas abordado por Marx nos *Manuscritos de Paris*, estruturado em torno da seguinte questão: “[...] como é possível suplantar o estado de coisas existente [...] que vai dos estranhamentos manifestos na vida cotidiana até as concepções alienadas da filosofia [...]” (Mészáros, 2016, p. 22). Para o filósofo húngaro, Marx apenas encontrou o “ponto arquimédico” ao introduzir o conceito de trabalho alienado: o “[...] momento em que o problema da transcendência foi concretizado [...] como a negação e a suplantação da ‘autoalienação do trabalho’ [...]” (Mészáros, 2016, p. 23).

Assim, a análise sistemática das implicações de largo alcance do conceito de “trabalho alienado” em todas as esferas da atividade humana, conduz Mészáros (2009, 2016) a assinalar a radical alienação do poder de cada indivíduo para um “Leviatã” e a emergência de uma forma de controle político expressa como uma mediação de segunda ordem. Importa assinalar que, apenas em sua última obra, o autor adotará o termo “Leviatã” ao abordar os problemas referentes às formações de Estado no sistema do capital.

Do mesmo modo que a relação entre ser social e natureza, mediada pelo trabalho, não pode ser superada, dado seu caráter ontológico, exigindo uma forma específica e determinada de mediação de segunda ordem sob as condições reprodutivas da sociedade do capital — o trabalho assalariado —, a forma de controle/comando político sobre as condições da produção e reprodução social deve adequar-se a este metabolismo, sobrepondo-se ao modo de controle decorrente do trabalho autodeterminado. Este problema ganhará atenção na grande obra do filósofo húngaro, *Para além do capital* [...], particularmente, no quarto capítulo. Já tendo definido anteriormente a relação-capital como uma forma específica e historicamente determinada de controle sociometabólico — cf. particularmente o capítulo 2 da obra citada —, Mészáros (2009, p. 188–189) argumenta que “[...] a constituição do sistema do capital é idêntica à emergência de sua segunda ordem de mediações”.

Essas mediações de segunda ordem “[...] sustentam-se reciprocamente, impossibilitando contrabalancear a força alienadora e paralisante de qualquer uma isoladamente enquanto se mantiver intacto o poder de auto-regeneração e auto-imposição do sistema global” (Mészáros, 2009, p. 181). São elas assim resumidas pelo autor: a família nuclear; os meios alienados de produção e suas personificações; o dinheiro; o trabalho assalariado e todas as suas formas separadas do controle da produção; os objetivos fetichistas da produção; o mercado mundial; todas as variedades de Estado do capital. É essa “rede entrelaçada” de mediações de

segunda ordem, da qual o Estado faz parte, que possibilita ao capital o exercício de sua “força opressora” (Mészáros, 2009, p. 199).

A reprodução sociometabólica do capital e sua adequada estrutura de comando político

Mészáros (2009, p. 96) define “capital” não apenas como uma “entidade material”, mas como “uma forma incontrolável de controle sociometabólico”. A raiz de sua incontrolabilidade se encontra na total separação entre produção e controle, mas não apenas aí. O autor chama de “defeitos estruturais” de controle do sistema social do capital: (a) o isolamento entre produção e controle; (b) a separação entre produção e consumo; (c) a separação entre produção e circulação. Em qualquer circunstância, “[...] o defeito estrutural do controle profundamente enraizado está localizado na *ausência de unidade* [...] O caráter irremediável da carência de unidade deve-se ao fato de que a própria fragmentação assume a forma de *antagonismos sociais*” (Mészáros, 2009, p. 105).

Sob nenhuma circunstância histórica do capital, esses antagonismos podem ser eliminados, justamente pelo fato de serem constitutivos dessa forma específica de relação social. Dito de outro modo, o capital não existe sem seus “defeitos estruturais”, pois são, ao mesmo tempo, suas estruturais vitais — as que lhe conferem sua extraordinária capacidade de extração de mais-trabalho — e suas contradições mais explosivas. Daí decorre a necessidade de uma estrutura corretiva viável. O Estado moderno é esta estrutura totalizadora de comando político adequada ao sociometabolismo do capital, ou “[...] única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico”, cuja função “[...] é retificar — deve-se enfatizar mais uma vez: apenas até onde a necessária ação corretiva puder se ajustar aos últimos limites sociometabólicos do capital — a falta de unidade em todos os três aspectos referidos [...]” (Mészáros, 2009, p. 107).

O Estado é definido, assim, como uma estrutura totalizadora de comando político do capital que deve estabelecer o controle sobre as contradições inerentes ao sistema social global. Desse modo, sua função fundamental é desempenhar uma ação corretiva sobre a ausência de unidade interna dessa forma específica de sociometabolismo — vale reforçar, até o ponto em que pode se ajustar aos limites reprodutivos absolutos do capital. Nessa direção, o Estado deve atuar corretivamente no âmbito da tríplice fratura interna do capital. Primeiro, sobre o antagonismo entre produção e controle, garantindo a extração de mais-trabalho, assegurando uma estrutura legal, sancionando e protegendo os meios de produção, seus proprietários individuais, suas personificações; deve, ainda, garantir a transmissão da propriedade; assegurar, via intervenções políticas, a mediação de conflitos intraburgueses, ou entre as unidades socioeconômicas particulares. Segundo, o Estado precisa ajustar suas funções reguladoras em consonância com o processo de reprodução socioeconômico, apoiando (no plano político) a dominação do capital sobre eventuais forças que possam desafiar as desigualdades prevalentes no plano da distribuição e do consumo. Não raro, o Estado também atua como comprador direto, provendo necessidades do conjunto da sociedade em distintas direções e níveis, como saúde, educação, habitação, infraestrutura ou sob a forma de aportes diretos e indiretos para setores importantes da economia, a exemplo do complexo industrial-militar. Terceiro, e por fim, há a necessidade de criar a circulação como um empreendimento global, em dois níveis: no interior de seus limites territoriais, nos países centrais, oferecendo melhores condições de reprodução social para a classe trabalhadora, não raro, associadas à democracia liberal; fora de seus limites, a partir de uma atuação direta ou indireta, como “um governo maximizador da exploração, implacavelmente autoritário”, para usar a expressão do autor (Mészáros, 2009).

O percurso teórico feito por Mészáros (2009) para explicar algumas das determinações fundamentais do sistema sociometabólico do capital o permite alcançar a ideia de que é no domínio da ação corretiva sobre a fratura entre produção e circulação que se encontra, na contemporaneidade, uma das primeiras e mais importantes evidências de que o sistema sociometabólico do capital alcançou seus limites absolutos, ingressando na fase de crise estrutural. O que ocorre é que a estrutura totalizadora corretiva e de comando político do capital se articula sob a forma do Estado nacional, no entanto, na qualidade de modo específico e incontrolável de controle sociometabólico, o capital não pode se prender aos limites do Estado nacional. Esse descompasso enceta uma contradição insolvente entre as estruturas reprodutivas orientadas para a expansão do capital e a estrutura totalizadora de comando político, restrita aos limites territoriais nacionais. Voltaremos a essa questão

mais adiante. Por enquanto, ainda é preciso assinalar alguns aspectos da relação entre as estruturas materiais reprodutivas do capital e sua forma de controle sociometabólico.

Na qualidade de estrutura totalizadora de comando político do capital, ou única estrutura corretiva viável dentro dos limites deste sistema sociometabólico, o Estado não surge antes ou depois da articulação das formas socioeconômicas fundamentais do capital, mas simultaneamente a elas; tão pouco determinado por elas, mas “em conjunção a elas”. Abordando brevemente a base material e os limites sobre os quais se desenvolvem as ações corretivas do Estado no sociometabolismo do capital, o autor observa que “[...] o capital é uma articulação e um tipo histórico específico de estrutura de comando [...]” (Mészáros, 2009, p. 118), cujas fraturas internas de controle exigem

[...] estruturas específicas de controle capazes de *complementar* — no nível apropriado de abrangência — os constituintes reprodutivos materiais, de acordo com a necessidade totalizadora e a cambiante dinâmica expansionista do sistema do capital (Mészáros, 2009, p. 118–119).

Nesse sentido, o Estado não é uma “superestrutura”, mas parte da materialidade do capital. Como estrutura de comando abrangente e corretiva das unidades econômicas reprodutivas internamente fraturadas do capital, dispõe de sua própria superestrutura, devendo articulá-las frente às suas funções necessárias em cada circunstância histórica (sua superestrutura legal e política pode, assim, assumir distintas formas, parlamentarista, bonapartista etc.). Por esta razão, o Estado não pode ser abordado em termos de nenhuma forma de “autonomia” ou “independência” em relação ao sistema do capital, pois constitui, com este, uma forma específica e historicamente determinada de controle sociometabólico.

O filósofo marxista nos alerta ainda para o fato de que, apesar de seu caráter complementar, Estado e capital não se constituem em estruturas idênticas. Na qualidade de modo de controle historicamente determinado e específico, o capital possui “[...] seu próprio sistema de comando, de que é *parte integrante* a dimensão política, ainda que de modo alguma *subordinada*” (Mészáros, 2009, p. 125). O Estado é, simultaneamente, um requisito para garantir a unidade, até onde for possível, das estruturas internas fraturadas do capital, como um sistema sociometabólico viável, e a estrutura de articulação do capital como sistema global. Assim, o capital é inconcebível sem o Estado, e o contrário também é verdadeiro, em razão da determinação recíproca de seu relacionamento.

Esta definição conceitual de Estado dada pelo autor é o fundamento para a compreensão de todos os conjuntos de problemas por ele examinados, envolvendo, direta ou indiretamente, as formações estais do sistema sociometabólico do capital: desde as evidências da crise do capital, como veremos a seguir, até as multidimensionais questões da transição socialista.

A contradição entre as estruturas reprodutivas do capital e sua estrutura de comando político e o “Estado em falência”

A tendência à queda da taxa de lucro, que resulta da própria expansão do capital, é o núcleo da teoria da crise estrutural do sistema sociometabólico vigente, nos termos de Mészáros (2009), uma vez que, em dado momento histórico, se converte em um obstáculo intransponível ao capital, sob a forma de “limites estruturais”, afetando gravemente a reprodução do capital, desde seus microcosmos até suas estruturas constitutivas mais amplas. Tais limites absolutos “[...] correspondem de fato à ‘maturação’ ou plena afirmação do valor sob condições marcadas pelo encerramento da fase progressista da ascendência histórica do capital” ou, dito de modo inverso,

[...] a fase progressista da ascendência histórica do capital chega ao encerramento precisamente porque o sistema global do capital atinge os limites absolutos além dos quais a lei do valor não pode ser acomodada aos seus limites estruturais (Mészáros, 2009, p. 226).

Os limites absolutos do sistema do capital se manifestam sob a forma de graves conjuntos de contradições sociais, entre os quais, Mészáros (2009) destaca: (a) a oposição entre o caráter transnacional do capital e o caráter nacional do Estado; (b) a eliminação das condições elementares da reprodução social;

(c) a “liberação” das mulheres; e (d) o desemprego estrutural. Conforme o autor argumenta, cada um desses conjuntos de contradições implica uma dimensão da vida social; juntos eles pressionam o sistema do capital, no sentido de sobrepor o “momento destrutivo” da expansão capitalista ao que poderíamos chamar de “momento civilizador”.

Nos limites deste trabalho, interessa-nos destacar a contradição entre o caráter transnacional do capital e o caráter nacional do Estado. O aspecto mais importante da questão do controle estatal sobre as operações do capital diz respeito à tendência à socialização crescente da produção e à transferência das potencialidades do controle aos produtores, além da possível ampliação, daí decorrente, da incontornabilidade do capital. Reside aqui a dissonância estrutural entre as estruturas socioeconômicas do capital e sua formação de Estado. Trata-se de um limite absoluto intransponível do sistema do capital que torna, entre outras razões, seu modo de controle político um problema decisivo no plano da teoria da crise estrutural do capital. Mas não apenas este, mas a dissonância estrutural entre o mandato totalizador do Estado e sua capacidade de garantir o avanço do conjunto do sistema (Mészáros, 2009).

O amparo dado pelo Estado a frações dominantes do capital significa a garantia da reprodução do capital nacional total que protege, em seu conjunto. Este conjunto, porém, não pode abranger a totalidade das unidades socioeconômicas reprodutivas do capital, em razão da maneira como o sistema se constitui historicamente. Sendo assim, enquanto os capitais nacionais estão imbricados aos Estados nacionais, o capital social total, ou o “capital global”, não dispõe da estrutura de comando necessária, apesar do sistema do capital se afirmar como sistema global. “É assim que ‘o Estado do sistema do capital’ demonstra sua incapacidade de fechar a lógica objetiva da irrestringibilidade do capital”, tornando esta, uma contradição insuperável que, no curso do desenvolvimento histórico, tende a se agravar (Mészáros, 2009, p. 128). Esta tendência é conectada a outros três conjuntos de problemas, analisados pelo autor. Apenas a título de menção, são eles: (i) monopólio e competição; (ii) socialização do processo de trabalho e apropriação privada da produção; (iii) divisão internacional do trabalho e desenvolvimento desigual.

O capital social global está desprovido do que seria uma “adequada formação estatal”, pois na qualidade de “individualidade” histórica, o Estado deve operar “[...] em situação inerentemente conflitante em todos os cantos do mundo, dados os antagonismos estruturais intranscendíveis do sistema do capital [...]” (Mészáros, 2009, p. 244). Isso significa que o Estado só pode se afirmar na sua oposição aos demais Estados — da mesma maneira que o capital só pode se afirmar na contradição com o trabalho. Mas enquanto os Estados não podem transcender sua forma de ser como individualidades rivais no sistema do capital, cumprindo uma “multiplicidade de determinações negativas”, as unidades econômicas do capital se desenvolvem em direção ao monopólio transnacional sob a forma de gigantescas corporações, buscando superar a intransponível lei do valor. Eis aqui a insuperável contradição entre o caráter nacional do Estado e o caráter transnacional do capital que impele as estruturas estatais mais poderosas a encetar um conjunto de conflitos em nome dos capitais sob a sua proteção — haja vista as inúmeras guerras em diferentes escalas a que somos submetidos permanentemente.

No texto de 2015, reproduzido pela obra póstuma de 2021, Mészáros (2015, 2021) articula a crítica ao Estado diretamente ao seu fracasso histórico na qualidade de órgão de correção e de coesão abrangente dos constituintes internamente fraturados do sistema sociometabólico do capital. E vai além, ao definir o “Estado em falência” como a face contemporânea da destruição, preponderante das formações estatais do sistema do capital, na fase de descendência histórica do capital. Ou, a forma assumida pelo Estado quando, diante de seu fracasso histórico em conferir uma autêntica unidade à tríplice fratura interna constitutiva da relação-capital, passa a representar um potencial destrutivo ao próprio sistema sociometabólico ao qual visa assegurar (Mészáros, 2015, 2021).

No prefácio à edição norte-americana de *Beyond Leviathan*, Mészáros (2018) reiterou sua preocupação com o caráter proibitivo das “aventuras” dos Estados mais poderosos do planeta, em sua fracassada tentativa de assegurar as condições da reprodução social do capital. O filósofo se indaga sobre as garantias que a humanidade possui de que nenhum “aventureiro” no terreno político-militar poderá exterminá-la. Sua sugestão é que “certamente, brincar com fogo não é de modo algum incompatível com a natureza do Leviatã” (Mészáros, 2018, tradução nossa). É neste quadro, de aprofundamento da crise estrutural do capital, que a crítica ao Estado parece assumir seu tom mais dramático e mais urgente.

A Lei (do mais forte) e a ilegalidade como imposição (i)legitimada pelo Estado

Em sua *Magnum Opus*, Mészáros não apenas desenvolve uma teoria do Estado propriamente dita, como aprecia os principais problemas envolvendo as formações estatais do sistema do capital à luz de sua teoria da crise estrutural do capital — o que inclui um profundo exame do que denomina de Estados pós-capitalistas. Para ele, no entanto, carecia, ainda, realizar a crítica do Estado, sobretudo em razão da potenciação dos perigos de autodestruição do conjunto da humanidade, quando alguns poucos Estados detêm tal poderio. Na brochura que vem a público no Brasil em 2015 e, depois, na obra de 2021, o autor avança em direção à análise do que ele próprio chama de “realidade realmente existente do Estado” e suas dimensões constituídas pela lei, pelo direito, pela política — questões, vale dizer, às quais não conferiu grande atenção em *Para além do capital* [...].

Agora, sua teoria do Estado é enriquecida pela interlocução com as mais importantes “teorias do Estado e da Lei”, recuando cerca de 2.500 anos na história até Platão e Aristóteles e cobrindo pensadores como Maquiavel, Thomas More, Francis Bacon, Tomás Campanella, James Harrington, Immanuel Kant, Jean-Jacques Rousseau, Thomas Hobbes, Georg Hegel Johann Fichte, entre tantos outros. Hegel, para ele, fora quem produziu “a última grande filosofia burguesa do Estado”, ainda que sob a forma de um “canto do cisne não intencional”, ao abordar o “Estado ético” como a superação racional da “sociedade civil”, projetando a realização histórica que seria adequada ao Estado como “perfeita encarnação do Espírito”.

A filosofia política liberal do Estado, em suas variedades, se afirmou historicamente como uma “teoria da lei e do Direito”, prendendo-se à modalidade de funcionamento do quadro legal do Estado e, ainda assim, de modo idealizado. O problema fundamental é que, ao operar desse modo, o pensamento liberal mistifica “a realidade de fato existente do Estado”, “[...] ao projetar — explícita ou implicitamente — a *coincidência ideal* de lei legítima na coincidência de ‘lei’ e ‘Estado’, que está longe de ser obviamente inquestionável”. E prossegue: “[...] o Estado realmente existente – incluindo, claro, o moderno ‘Estado democrático’ capitalista — é caracterizado não só por *lei* e *direito*, mas também pela absolutamente destrutiva *ilegalidade* e assim pelo diametralmente oposto da *lei legítima*”. Mais que isso, a própria Lei não é, pois, a base constitutiva das formações estatais do sistema sociometabólico do capital em quaisquer que sejam suas variedades, senão uma imposição de seu poder, por isso, a Lei só pode funcionar de fato se afirmando como força, ou, como “lei do mais forte” (Mészáros, 2021, p. 190).

Na qualidade de estrutura comando do capital e de suas determinações reprodutivas internas alienadas, o Estado visa à garantia da continuidade da reprodução social, devendo impor as condições necessárias para tanto, no plano das relações internas e no plano das relações interestatais. Com isso, a Lei instituída na base material de seus constituintes fundamentais e antagônicos prevalece em qualquer circunstância como “imposição legitimada pelo Estado”. É nesse sentido que Mészáros (2021, p. 193) afirma que “[...] o direito é a base do poder porque o poder é que estabelece o direito”.

Nessa direção, Mészáros (2021) recoloca o problema da violência do Estado. Não mais como “monopólio do Estado” ou sob categorias como “Estado despótico”, “Estado totalitário”, senão como a manifestação da ilegalidade do Estado e sua relação com a “lei do mais forte” — que, vale dizer, nem sempre se manifesta de forma violenta. A “lei do mais forte” é a modalidade prática de tomada de decisão política global no sistema sociometabólico do capital, uma vez que o Estado deve assegurar as condições de reprodução da ordem social vigente, de modo que a “Lei” não só pode como deve ser mantida ou modificada, segundo a correlação de forças determinada pelos antagonismos sociais fundamentais. Se a garantia da ordem ou imposição da legitimidade do Estado estiver em conformidade com as regras constitucionais em curso, ou se exigirem sua violação, depende das circunstâncias históricas. Assim, qualquer postulado da constitucionalidade ideal como norma é arbitrário, na teoria e na prática – até porque, lembra o autor, “ambas vão e vêm com grande regularidade” (Mészáros, 2021).

Esta fecunda ideia acerca da “lei do mais forte” não retira, porém, a importância teórica conferida pelo filósofo húngaro aos quadros institucionais e legais do Estado. No prefácio à *Beyond Leviathan*, Mészáros (2018) demonstra grande preocupação com esta dimensão de sustentação das formações estatais do sistema sociometabólico do capital, enxergando aí um dos aspectos mais problemáticos da “Lei”: qual seja, a criação de uma “selva legal” consoante à ordem social e aos órgãos institucionais, objeto cada vez mais central nas teorias burguesas do Estado. Inclusive, o autor destaca que a própria conceituação das práticas estatais em termos de uma análise desta “selva legal” contribuía para tornar a forma de reprodução social, em termos políticos, mais

difícil, evidentemente com o intuito de preservar as condições de desigualdade por ela assegurada desde o plano material da reprodução social. A tendência hoje seria a de aprofundar o adensamento desta “selva legal”, tornando-a impenetrável (exceto por seus operadores profissionais). A “Lei”, constituída pela base material antagônica da ordem social, portanto, não pode resolver este problema, pois opera em seus próprios termos de referência. Com isso, Mészáros (2021) mostra uma preocupação com o quadro jurisprudencial justificador de referência do Estado, no curso da transição da ordem do capital para uma ordem social qualitativamente superior.

Do “problema do controle” ao “fenecimento do Estado”: rumo às considerações finais

A questão central que acompanha a reflexão de Mészáros sobre o Estado — em profunda conexão com o modo como escrutina o sistema sociometabólico do capital — é o problema do controle sobre o intercâmbio produtivo e sobre a própria produção e reprodução da existência humana em todas as suas dimensões.

Em seu premiado ensaio de 1971, *The Necessity of Social Control*, reunido em *Para além do capital* [...] na parte IV, capítulo 21, o filósofo húngaro problematiza de forma contundente a função do controle social e sua alienação do conjunto dos indivíduos, indicando a contradição entre a perda do controle no sistema sociometabólico do capital e sua forma vigente. Sua crítica se dirige não somente às formações estatais capitalistas, mas também pós-capitalistas — a diferenciação estabelecida pelo filósofo húngaro entre capital e capitalismo é conhecida e polêmica; é esta diferenciação que o permite desenvolver a crítica ao sistema sociometabólico do capital, possibilitando-o identificar seus constituintes fundamentais nos regimes “pós-capitalistas”, a exemplo da União Soviética.

O referido autor ilustra este problema ao mencionar uma entrevista do ex-diretor de um teatro político da antiga República Democrática Alemã (RDA), Conrad Rheinhold, obrigado a migrar para Alemanha Ocidental. Perguntado sobre a diferença entre viver em um ou em outro regime, ele respondeu: “No Leste espera-se que o teatro político mude a sociedade, mas não é permitido falar sobre nada; no Ocidente, é permitido falar sobre tudo que se queira, mas não é permitido mudar absolutamente nada” (Rheinhold *apud* Mészáros, 2009, p. 997). Trata-se do imperativo de se estabelecer uma perfeita adequação entre os instrumentos de controle político às necessidades da reprodução ampliada do capital, não importa o regime por ela assumido, “[...] ainda quando tal ajustamento exija uma transição ‘liberal’ da ‘tolerância repressiva’ a ‘intolerância’ repressiva”. Dito de outro modo, a “tolerância”, só pode ser exercida enquanto não for um obstáculo às necessidades últimas de controle do sistema do capital.

Esse é o modo pelo qual Mészáros coloca as questões relacionadas à “política”, não em termos da análise e comparação entre seus regimes e quadros institucionais, sejam eles democráticos ou não, mas em termos do controle substantivo do processo sociometabólico de tomada de decisão. E nessa direção, não se trata de opor “democracia direta” e “democracia representativa” que, para ele, operam uma espécie de justificação legitimadora do próprio Estado, por não alcançarem o problema de fundo a ser resolvido, qual seja, a autorrealização e sua regulação do modo de existência do conjunto dos indivíduos sob as condições do que seria uma “democracia substantiva” (Mészáros, 2009, 2015, 2021).

Para Mészáros (2009), em interlocução com Marx, a política é uma dimensão fracassada de substituição da parcialidade autorreferida do sistema sociometabólico do capital (por uma autêntica universalidade da sociedade). “O domínio da parcialidade sobre a sociedade como um todo é sempre sustentado pela política como o complemento necessário à iniquidade das relações de poder estabelecidas”. Assim, a emancipação desta parcialidade só pode se dar no domínio da transcendência da política (e do Estado). “Em outras palavras, se age *politicamente*, o proletariado permanece na órbita da parcialidade [...]”. Diferentemente, “[...] a realização da revolução *social* advogada por Marx envolve inúmeros fatores, muito além do nível político, junto com a maturação das condições objetivas relevantes” (Mészáros, 2009, p. 568).

Definindo o caráter multidimensional da revolução social, em contraste com os limites da ação política, Marx aponta para a natureza daquilo que corresponde à tarefa da transformação social radical da ordem sociometabólica do capital. Para o filósofo alemão, como é sabido, o trabalho está estruturalmente subordinado ao capital por determinações estruturais, econômicas — e não políticas, muito embora a “política” forneça as garantias para a continuidade da dominação do trabalho pelo capital. Por esse motivo, a relação de subordinação do trabalho só pode ser rompida no plano da política naquilo que diz respeito aos seus aspectos formais — e

tão somente eles —, mas não nas suas determinações fundamentais. Nesse sentido, aliás, vale mencionar a existência de distintos níveis e planos de mudanças sociais no âmbito do tripé do sistema sociometabólico do capital e suas relações recíprocas, porém, “dada sua relação de auto-sustentação recíproca, Estado, capital e trabalho poderiam apenas ser eliminados simultaneamente, como resultado de uma transformação estrutural radical de todo o sociometabolismo” (Mészáros, 2009, p. 576). E o autor completa: “neste sentido, nenhum dos três poderia ser ‘derrubado nem abolido’, mas apenas ‘transcendido e superado’” (Mészáros, 2009, p. 576).

A transcendência do tripé que sustenta o sistema sociometabólico do capital, que visa à restituição do poder de tomada de decisão pelos produtores livremente associados — significado profundo da política socialista — carece, no entanto, encontrar as devidas mediações. Particularmente, aquelas dizem respeito à dimensão de temporalidade, entre aquilo que pode e deve ser realizável hoje e aquilo que está em um horizonte de longo prazo. Discutindo o significado de ação política para Marx, Mészáros (2009, p. 594–598) destaca que o filósofo alemão tinha como referência “toda a fase histórica da formação social do capital”, de modo que, ainda que o núcleo fundamental de sua argumentação no plano político mantivesse intacta sua validade histórica (e heurística), “[...] as dificuldades começam a se multiplicar quando se tenta torná-la operacional no contexto da temporalidade imediata” (Mészáros, 2009, p. 595). Esse conflito de temporalidades, por assim dizer, exige, simultaneamente, a escolha das “mediações necessárias” e o afastamento das “falsas mediações”.

Conforme vimos anteriormente, o Estado é ele próprio uma mediação (de segunda ordem), que articula, como complemento material do capital, as funções reprodutivas do sistema sociometabólico do qual faz parte. Nessa direção, sua transcendência significa instituir órgãos não estatais de controle social e autoadministração dos produtores livremente associados como “transição na transição”, simultaneamente ao deslocamento no interior do próprio Estado, através de mediações concretas no tempo presente com vistas à transição que deverá se completar na temporalidade de longo prazo. Este é o significado último da noção de “fenecimento do Estado”, cuja viabilidade prática, no nível da temporalidade de longo prazo, está alicerçada a transformação de todos os aspectos das relações recíprocas entre capital, trabalho e o próprio Estado, graças às conexões profundas, materialmente constituídas.

Nessa direção, o fenecimento do Estado não pode se realizar sem o fenecimento do capital e a autotranscendência do trabalho de sua condição de subordinação estrutural ao capital. Considerar a necessidade de transformações substantivas no plano das contradições fundamentais do sistema do capital implica, necessariamente, admitir o fenecimento do Estado como princípio fundamental da emancipação humana, no sentido exato definido por Marx, qual seja, de um controle sociometabólico novo, substantivamente exercido pelos produtores livremente associados, orientados pelo princípio da “igualdade substantiva”.

Referências

- ANDRADE, M. A. De Marx a Mészáros: a inseparável relação entre o Estado e a reprodução do capital. In: PANIAGO, M. C. S. Marx, Mészáros e o Estado. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- BIZERRA, F. A.; GOIS, J. C. S. Estado e Capital: uma ineliminável relação de complementariedade à base material. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 77–86, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802014000100008/26861>. Acesso em: 15 jan. 2017.
- FIRMIANO, F. D. O pluralismo das forças do trabalho como condição da estratégia socialista na obra de István Mészáros. Revista Extraprensa, 11(2), 83-100. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2018.147959>. Acesso em 15 mar. 2021.
- MELO, E. Os limites objetivos da política parlamentar no sistema do capital. In: PANIAGO, M. C. S. Marx, Mészáros e o Estado. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cesar Castanheira e Sérgio Lessa. 3. reimpr. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- MÉSZÁROS, I. A montanha que devemos conquistar: reflexões cerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MÉSZÁROS, I. A teoria da alienação em Marx. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MÉSZÁROS, I. Preface to beyond Leviathan. Monthly Review, v. 69, n. 09, Feb. 2018. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2018/02/01/preface-to-beyond-leviathan/>. Acesso em 15 mar. 2018.
- MÉSZÁROS, I. Para além do leviatã: crítica do Estado; organização, prefácio e notas John Bellamy Foster; tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2021.

- PANIAGO, M. C. S. Estado e capital, em Mészáros: relação de autonomia ou de complemento? *Revista Gestão e Debate*, v. 13, n. 01, set. 2018. Disponível em: https://cdn-cms.f-static.com/uploads/1154357/normal_5b8c925276915.pdf. Acesso em 3 fev. 2019.
- PINASSI, M. O. Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do Trabalho).
- SANTOS, M. da S. Ações corretivas do Estado sobre os defeitos estruturais de controle do capital: uma análise na perspectiva de István Mészáros. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 26, n. 3, p. 396–404, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e92346>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- SOUSA, R. B. R. O Estado e a transição em Mészáros: rompendo a camisa de força da democracia burguesa. *Rev. Lutas Sociais*, São Paulo, v. 18 n. 32, p. 24–32, jan./jun. 2014. Disponível: http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/rafael_bellan_rodrigues_de_souza.pdf. Acesso 18 dez. 2018.

Notas:

- ¹ Cf. A literatura brasileira que aborda o problema do Estado na obra de István Mészáros ainda é bastante escassa. Entre os trabalhos identificados por nós estão: Bizerra e Gois (2014) e Andrade (2012), que buscam evidenciar o caráter objetivo/material do Estado para Mészáros, ressaltando sua inseparável relação da reprodução sociometabólica do capital; Melo (2012), que se dedica ao problema das formas alienadas do comando político representadas pelo Estado, particularmente no que toca à democracia representativa e à política parlamentar; Firmiano (2018), que aborda a questão do pluralismo das forças do trabalho como condição da estratégia socialista; Sousa (2014) buscou compreender brevemente o modo como Mészáros define o papel do Estado na transição socialista; e Paniago (2018), quem examinou algumas das possibilidades de autonomia do Estado em relação ao capital a partir de *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*, com vistas a discutir as condições da emancipação humana da lógica do capital; Santos (2023), quem discutiu as ações corretivas do Estado no plano daquilo que Mészáros (2009) chamou de “defeitos estruturais do capital”.
- ² Para um maior detalhamento acerca do processo editorial de *Para além do Leviatã*, ver o prefácio de John Bellamy Foster à edição brasileira, de 2021.

Frederico Daia Firmiano

f.firmiano@unesp.br

Professor Assistente Doutor do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas (DECSPP) e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, campus de Franca (UNESP/FCHS/Franca).

UNESP

Av. Eufrásia Monteiro Petráglia, 900 - Prolongamento Jardim Dr. Antonio Petraglia
Franca – SP
CEP: 14409-160

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições do Autor

O autor é responsável por todas as etapas da elaboração do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

O autor consente a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe

María del Carmen Cortizo – Comissão Editorial

ARTIGO ORIGINAL

Como morreu Althusser? Ensaio sobre marxismo e Serviço Social

Michael Gonçalves Cordeiro¹<https://orcid.org/0000-0003-1476-280X>

¹Universidade Federal do Paraná, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar, Curitiba, PR, Brasil.

Como morreu Althusser? Ensaio sobre marxismo e Serviço Social

Resumo: Este artigo objetiva revisar o processo de crítica às ideias do marxista francês Louis Althusser no âmbito da história do Serviço Social brasileiro, centrando-se na construção da história dos fundamentos teórico-metodológicos da profissão. O recorte metodológico foram as literaturas das décadas de 1980 e 1990 que se tornaram mais influentes nas décadas seguintes na formação teórico-metodológica profissional, das quais coincidem com o período central de crítica das ideias althusserianas no Serviço Social e afirmação do que posteriormente se consolidou como discurso oficial acerca do seu pensamento. Os principais resultados apontam para uma aproximação enviesada das ideias de Althusser e para uma ausência de crítica direta e sistemática ao seu pensamento no âmbito do Serviço Social brasileiro.

Palavras-chave: Serviço Social; Althusser; Marxismo; Fundamentos teórico-metodológicos.

How did Althusser die? An essay on marxism and social work

Abstract: This article aims to revisit the process of critiquing the ideas of the French Marxist Louis Althusser in the context of the history of Brazilian Social Work, focusing on the construction of the history of the theoretical-methodological foundations of the profession. The methodological framework was based on the literature of the 1980s and 1990s, which became more influential in the subsequent decades in the professional theoretical-methodological formation. This period coincides with the central phase of criticism of Althusserian ideas in Social Work and the affirmation of what later became the official discourse regarding his thinking. The main results indicate a biased approach to Althusser's ideas and an absence of direct and systematic criticism of his thinking within the scope of Brazilian Social Work.

Keywords: Social Work; Althusser; Marxism; Theoretical-methodological foundations.

Recebido em 15.12.2023. Aprovado em 28.03.2024. Revisado em 12.05.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

O essencial da educação para Lukács (2015, p. 131) “consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem às novas alternativas de vida do modo socialmente intencionado”. Da educação no sentido amplo, como acima entendida, à educação enquanto ensino institucionalizado, tal como ocorre no Serviço Social desde pelo menos 1936, não há uma ruptura. O essencial da educação permanece. Sendo assim, ao formar quadros profissionais mediante o ensino acadêmico, a educação em Serviço Social resulta necessariamente na construção de uma disposição apropriada, inicialmente ao discente e, posteriormente, ao pesquisador e/ou profissional. Ou seja, uma disposição prévia que prepara não somente para a prática profissional e aos problemas da realidade com que deve se defrontar na condição de profissional. Que diz respeito, igualmente, àquele momento em que os “acontecimentos e às situações novas e imprevistas” (Lukács, 2015, p. 130) são encontrados no processo da pesquisa e aos “fatos” que são (re)descobertos, (re)analisados e refletidos neste processo. Em outras palavras, estes acontecimentos e situações novas pode tratar-se de novos fatos, novas reflexões e/ou novas interpretações, tanto no âmbito da prática profissional quanto na pesquisa acadêmica. O importante de conservar aqui é que mesmo essas novidades devem ser interpretadas à luz destas predisposições aprendidas no processo formativo.

Mesmo que estejamos habituados a olhar de outro modo, a educação em Serviço Social nos propicia, ao invés da história da profissão, uma história ou várias histórias, por vezes baseada nos mesmos fatos históricos, porém interpretadas e apresentadas de maneiras diferentes. Isso não significa que não haja uma história hegemônica, reconhecida como verdadeira ou ao menos mais apropriada. A preocupação que tenho neste texto diz respeito a uma história do que se consolidou como os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social e é assim transmitida no processo educativo da formação acadêmica e profissional. Mais precisamente, ao modo como esta história foi construída e se consolidou entre nós. Com isso quero dizer, portanto, que não é qualquer história dos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social que nos chega, mas uma determinada história. Apesar da pretensão de totalização, esta história é contada permitindo e omitindo, evidenciando ao mesmo tempo que escondendo, tal como é próprio da própria operação da pesquisa histórica (Certeau, 2023).

No presente artigo pretendo tratar de um personagem que se encontra hoje já em fase de esqueletização na história dos fundamentos teórico-metodológicos da profissão no Brasil: o marxista francês Louis Althusser. Seria errôneo dizer que ele e suas ideias foram esquecidas, afinal permanecem vivas nas nossas lembranças, nos manuais e pelas obras que se tornaram referência obrigatória em Serviço Social, sobretudo aquelas sobre teoria ou história profissional. Mas trata-se de uma lembrança que era preferível esquecer, uma mancha ou, na melhor das hipóteses, uma imaturidade dos nossos fundamentos. Quem pensa, no Serviço Social, em Althusser com um autor que mereça hoje algum crédito? Por que então escrever sobre um autor que a história profissional já se incumbiu de ferrar com as marcas de “deturpador”, “positivista”, “determinista”, exatamente para que não esqueçamos de que se trata de um erro por imaturidade teórica do nosso passado?

A pergunta “Como morreu Althusser?”, parece, assim, uma perda de tempo. Afinal, por que tratar de alguém que já está morto? Não basta saber que suas ideias morreram na década de 80 e foram completamente enterradas na década seguinte? Não é suficiente que na sua lápide esteja escrito: representante do marxismo sem Marx, do neopositivismo ou representante do marxismo oficial? Mas a verdade é que a única coisa que justifica aquela pergunta é se ousarmos levantar a hipótese de que a sua resposta se tornou banal em decorrência da educação recebida, da qual ensinou-nos a tomar como dada a sua morte. Entre nós, tal educação ensinou que através de alguns autores a história se “mostra” e não enquanto uma história que é “contada” (Certeau, 2023, p. 52). Essa narrativa histórica foi e é efetiva, produzindo “crentes” e “praticantes” (Certeau, 2023, p. 53), e reflexos condicionados (Lukács, 2015) ao nível do saber e da pesquisa. Citá-la, antes de constituir uma operação esclarecida de pesquisa, constitui um meio de legitimação, de fornecer credibilidade ao que vem antes ou depois. Se alguém busca hoje legitimidade acadêmica no interior do Serviço Social certamente não encontrará nas ideias de Althusser, a não ser que seja para pisar ainda mais na grossa camada de terra que foi colocada sobre o seu túmulo, reforçando a sua morte.

Inserida no campo de discussão mais amplo da relação entre marxismo e Serviço Social, nesta pesquisa busquei identificar na história do Serviço Social brasileiro como Althusser passou de um interlocutor central entre a intelectualidade profissional para um renegado. Ou seja, ao invés de aceitar a sua insuficiência como

dada, me questiono acerca de como esta avaliação e crítica se deu entre nós. Como, portanto, Althusser se tornou somente um momento da história do Serviço Social, momento que parece não merecer qualquer interesse próprio a não ser o de ter possibilitado dar à luz aos verdadeiros marxismos de Lukács e Gramsci.

Para investigar esta hipótese, percorri as produções com maior repercussão profissional elaboradas nas décadas de 1980 e 1990 em Serviço Social, dedicadas ao debate teórico-metodológico. A pesquisa, portanto, foi delimitada tanto no tempo quanto na literatura desse período. Não pretendi, assim, realizar um inventário das produções em Serviço Social sobre Althusser, que se basearam ou mesmo aliaram-se às suas ideias, nem mesmo uma revisão exaustiva de todos os modos com que elas foram tratadas. Procurou-se tão somente investigar as produções de maior impacto posterior dentro dos fundamentos teórico-metodológicos da profissão.

Althusser e os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social

Primeiramente, deve-se reconhecer que é especialmente entre a segunda metade da década de 1960 e a primeira metade da década seguinte que Althusser alcança o lugar mais alto no interior do marxismo, tornando-se referência internacional (Hobsbawm, 2011). Este lugar lhe é reservado também na América Latina a partir da década de 1960 (Hobsbawm, 2011) onde o estruturalismo marxista francês alcança o lugar de “ideologia hegemônica para toda uma geração que buscou sua própria realização política através do caminho do voluntarismo mais extremado” (Portantiero, 1983, p. 353).

No interior da onda estruturalista francesa que também chega até nós, no cenário brasileiro as ideias de Althusser são introduzidas tanto pela via das organizações políticas, em especial da Ação Popular, mas principalmente por meio de alguns intelectuais de esquerda, situados centralmente na cidade do Rio de Janeiro, dos quais tinham predominantemente uma formação filosófica, com preocupações voltadas à epistemologia. Nesse contexto, a revista *Tempo Brasileiro* ocupa um lugar privilegiado na divulgação das ideias althusserianas e dos debates travados em seu entorno. Os principais representantes das ideias de Althusser no Brasil, ou ao menos que tiveram interesse em divulgar o seu pensamento, eram Carlos Henrique Escobar, João Quartim de Moraes, Eginardo Pires, Cabral Bezerra Filho, Alberto Coelho de Souza e Marco Aurélio Luz (Saes, 1998; Motta, 2017), formando um grupo que Saes (1998) chamou de “Tempo Brasileiro”¹.

Acerca dessa divulgação das ideias de Althusser, cabe salientar que as suas obras chegaram ao Brasil já no final de 1966, como é o caso de *Pour Marx e Lire le Capital*, que haviam sido publicadas no ano anterior, sendo lançada uma edição brasileira da primeira já em 1967 pela editora Zahar do Rio de Janeiro (Motta, 2017; Escobar, 2011).

É nesse contexto internacional, regional e nacional que as ideias de Althusser são introduzidas no Serviço Social. Mas antes de buscar alguma resposta para como estas ideias foram mortas, é prudente dar um passo atrás e se certificar de que elas realmente morreram. É verdade que alguns ainda atualmente consideram que Althusser tem algo de relevante a dizer, principalmente sobre o Estado e seus aparelhos ideológicos². Quando nos voltamos, no entanto, para os fundamentos teórico-metodológicos da profissão e para sua história em um sentido mais amplo, sua morte há muito tempo foi decretada, tendo sido incorporada nas produções acadêmicas como parte integrante do processo evolutivo da profissão no campo teórico³.

Olhar para o nosso século em busca de respostas não se mostra apropriado se quisermos entender como esta compreensão da história tornou-se oficial. É preciso voltar para o final do século XX. Especialmente à Netto, em especial sua *Ditadura e Serviço Social*, de Yamamoto, sobretudo em *Serviço Social na Contemporaneidade* e, especialmente, ao trabalho de Quiroga, *Uma invasão às ocultas*, todos de finais da década de 80. Com estas obras se fortalece e posteriormente se consolida alguns pilares para compreensão da história da relação entre marxismo e Serviço Social:

1. Existiriam dois momentos de apropriação do marxismo na profissão: um primeiro “enviesado”, com presença de intérpretes não confiáveis de Marx e a quase ausência das obras do próprio Marx; com influências positivistas e neopositivistas, tendo em Althusser um dos interlocutores centrais; e outra, que superaria criticamente esta aproximação inicial, mediante uma aproximação diretamente a obra de Marx e a interlocução com um marxismo mais fiel ao seu pensamento;

2. Não haveria, assim, uma linearidade na aproximação ao marxismo, mas uma história de que possui rupturas (ou busca por rupturas), sem perder, no entanto, seu caráter progressivo mediante a superação de apropriações anteriores.⁴

Olhando para o debate em torno de Althusser no Serviço Social brasileiro, no âmbito teórico-metodológico, a incorporação mais relevante das suas ideias neste período talvez seja a realizada pela proposta da Escola de Belo Horizonte (Iamamoto, 2018), ademais do seu caráter inaugural no Serviço Social brasileiro de modo mais sistemático e evidenciado. Esta incorporação, no entanto, é marcada pela busca de uma instrumentalização da teoria para política, em específico a construção de estratégias e táticas a serem transportadas para a prática profissional, em um contexto de busca por uma ruptura com o Serviço Social tradicional. Tal incorporação ocorreu pela influência de Leila Lima Santos, pós-graduada em Sociologia do Trabalho na Universidade de Paris, tendo cursado seminários de Althusser, bem como a partir da influência do movimento de reconceitualização nos países de língua hispânica, sobretudo das universidades chilenas (Batistoni, 2019). Verifica-se, assim, uma apropriação particular das obras e do pensamento althusseriano. Marta Harnecker teve papel central enquanto intérprete de Althusser ao Serviço Social e para a Escola de Belo Horizonte segundo Batistoni (2019)⁵. Isso é significativo na medida em que em *A relação 'teoria-prática' no trabalho social: método BH* a referência que aparece exposta na bibliografia é a de Harnecker e não de Althusser.

Tivemos, então, um althusserismo sem Althusser no Serviço Social? Essa é uma das problemáticas centrais na investigação sobre a presença das ideias de Althusser no Serviço Social brasileiro.

Netto (2005) defende que uma das marcas da perspectiva de intenção de ruptura em seus momentos iniciais, sobretudo enquanto predominavam as elaborações do grupo de Belo-Horizonte, seria o “epistemologismo”, proveniente em especial da apropriação da obra de Althusser (Netto, 2005). A questão que parece pertinente de ser indagada diz respeito à qualidade dessa apropriação, considerando que até aquele momento não imperava um rigor teórico como prática hegemônica no interior da produção profissional, como atesta a própria apropriação da fenomenologia e do marxismo neste momento (Cf. Netto, 2005) — constatação também de Carvalho (1986). Este é um aspecto importante do problema, do qual é próprio das debilidades teórico-metodológicas do debate profissional na época em relação ao pensamento marxista e marxiano. Em que medida estas debilidades dizem também respeito aos meios de apropriação das ideias de Althusser e a qualidade mesma da sua leitura é um problema que ainda permanece sem a devida atenção.

Um sintoma deste problema e que nos leva ainda a um outro pode ser exemplificado na obra *Metodologia e ideologia do trabalho social*, de Vicente de Paula Faleiros (1997). Também o autor deixa suas impressões acerca do pensamento althusseriano e auxilia na construção do imaginário acadêmico-profissional sobre ele e, consequentemente, acerca do seu lugar na história profissional. No tratamento da ciência e do conhecimento científico por Faleiros vê-se uma exposição profundamente eclética, mobilizando uma série de referências que vão desde Marx, Goldmann, Sartre, Hegel, Althusser até Canguilhem, Bachelard, Feyerabend, Kuhn, passando por autores como Robert Havemann e Geymonat Ludovico (que discute a filosofia da ciência a partir do neopositivismo e do marxismo). No entanto, dado que Faleiros não dedica um tratamento sistemático à concepção desses autores, em específico a particularidade das suas ideias e as possibilidades de articulação, a obra, no tratamento do tema, aparece como uma mescla de autores. A posição a respeito de Althusser, por exemplo, é pouco apresentada e, considerando o destino de Althusser no Serviço Social e a importância de Faleiros no debate profissional, isso tem impactos significativos. O pensamento althusseriano, quando apreendido diretamente, é apropriado em meio a um conjunto indistinto de perspectivas teóricas, marxistas ou não, prescindindo de uma exposição aprofundada e que enuncia suas particularidades teóricas. Ou seja, mesmo quando há uma apropriação aparentemente direta de Althusser, a qualidade da apresentação das suas ideias e a sua articulação aos problemas profissionais está longe de ser exemplar.

A partir do debate sobre metodologia no âmbito do Serviço Social em finais da década de 80, conforme verifica-se no texto *Ensino de metodologia nos cursos de Serviço Social* (ABESS, 1989), se hoje é comum os discursos que estão fora marxismo oficial serem lançados no universo comum da pós-modernidade, este tipo de exercício reflexivo limitado já é parte da história intelectual do Serviço Social, mas ao invés da pós-modernidade, o positivismo era a bola da vez, sendo que neste grande universo cabia desde a “vertente empiricista norte-americana” até o marxismo vulgar e o tão criticado Althusser. Acresce-se a isso a ideia de que estas vertentes são funcionais à sociedade burguesa, por um lado, e à parca tradição intelectual do Serviço

Social até aquele momento, de outro, e tem-se como resultado o próprio esquecimento deste universo (com tudo aquilo que ele abarca nesta concepção) na vala comum do conservadorismo na história do Serviço Social. Esse exercício discurso, tido como uma “análise crítica”, foi em grande medida o tom que se consolidou no debate em torno do pensamento de Althusser no Serviço Social.

Observe-se, por exemplo, *Uma invasão às ocultas*, de Quiroga (1989), quanto às pretensões desta pesquisa e o seu efetivo resultado. Segundo a autora, as reduções positivistas no marxismo são provenientes sobretudo de Bernstein e Plekhanov. Sobre as “manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social”, apesar de Politzer, Harnecker e Althusser serem apontados como os intermediadores no processo formativo dos docentes que ministram a disciplina de metodologia no Serviço Social, as principais referências utilizadas são autores como Gramsci, Karel Kosik ou Bachelard, ou seja, nenhum Bernstein ou Plekhanov ou outro nome do “marxismo positivista”, como Althusser.

Quanto aos autores citados anteriormente, sobretudo Althusser, não há uma linha explicativa mais sistemática do caráter positivista do seu pensamento, apenas a acusação proveniente da sua divisão da obra marxiana e do “epistemologismo” decorrente. Em relação, enfim, ao ensino, o objetivo inicial da pesquisa é esquecido, dado que a própria noção de positivismo some das análises das entrevistas — base documental privilegiada pela autora. A autora critica muito mais o não dito pelos docentes acerca do marxismo do que propriamente o caráter positivista das suas exposições. O título *Uma invasão às ocultas: reduções positivistas no marxismo e suas manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social* está longe de representar o conteúdo do trabalho de Quiroga.

No entanto, os efeitos desse trabalho na história do marxismo no Serviço Social, em especial acerca do debate teórico-metodológico, são inegáveis. Suas teses principais são reproduzidas posteriormente em trabalhos que se tornaram, por sua vez, referência em Serviço Social (Cf. Santos, 2000; Montaña, 2007), fortalecendo, assim, a assimilação das ideias de Althusser ao positivismo sem que tenha havido qualquer análise mais acurada do seu pensamento. Ou seja, o artifício da inserção das ideias de Althusser neste difuso campo do positivismo constitui ainda atualmente uma das marcas da história profissional, sem que esta ligação tenha sido demonstrada no interior da literatura profissional.

Nesse aspecto, me volto principalmente ao modo como a crítica, quando existente, ao pensamento de Althusser é construída. O mesmo exercício reflexivo, se bem que com a preocupação em delimitar o essencial entre o marxismo que defende e o de Althusser, verifica-se em *Ditadura e Serviço Social* de Netto. Segundo ele, “diluindo as dimensões ontológicas originais da fonte marxiana”, Althusser, defende Netto (2005, p. 283), “indica a hipoteca (neo)positivista que pesa sobre esse epistemologismo”. Note-se como Netto constrói a defesa da sua própria posição não somente pela crítica, mas pela exclusão mediante a assimilação ao campo do neopositivismo. O resultado é o de que qualquer reflexão não pautada na interpretação lukacsiana do pensamento de Marx é lançada na vala comum do neopositivismo. Visão que já encontramos em outros escritos de Netto do período — ver Netto (1986) — a partir da sua concepção de duas matrizes fundamentais do conhecimento social, uma positivista e outra marxista, em que esta última é, por sua vez, dividida indiretamente entre um marxismo legítimo (no que diz respeito à fidelidade às ideias marxianas) e um outro ilegítimo, em que, evidentemente, Althusser encontra-se nesta última opção.

Por fim, em *O debate contemporâneo da reconceitualização do Serviço Social*, Iamamoto apresenta, como é de praxe no Serviço Social, o desenvolvimento do marxismo na profissão enquanto um processo evolutivo. Referindo-se aos condutos teóricos da aproximação do Serviço Social à tradição marxista, defende que

Ela não foi orientada para as fontes clássicas e contemporâneas, abordadas com uma explícita preocupação teórico-crítica. Deu-se predominantemente por manuais de divulgação do “marxismo oficial”. Aliou-se a isso a contribuição de autores “descobertos” pela militância política, como Lênin, Trotsky, Mao, Guevara — cujas produções foram seletivamente apropriadas, numa óptica utilitária, em função de exigências prático-imediatas, prescindindo-se de qualquer avaliação crítica. A esse universo teórico eclético, soma-se, ainda, pela via predominantemente acadêmica, *rudimentos do estruturalismo marxista de Althusser*, em especial suas análises dos “aparelhos ideológicos do Estado” e seu debate sobre a “prática teórica” (Iamamoto, 2000, p. 211, grifo nosso).

Para em seguida defender que, na superação da herança do movimento de reconceitualização, os dois grandes âmbitos de ruptura se deram “na crítica marxista do próprio marxismo e dos fundamentos do conservadorismo

assim como no redimensionamento das interpretações históricas da profissão” (Iamamoto, 2000, p. 218, grifo nosso). Chama a atenção, em primeiro lugar, o fato de que, conforme colocado pela autora, não houve uma busca por uma apropriação teórico-crítica desses autores, incluindo Althusser. Ademais, no caso desse último, sua apropriação foi feita somente de modo parcial, a partir de “rudimentos” do seu pensamento. Ou seja, retorna-se ao problema do modo e da qualidade da apropriação das ideias de Althusser no Serviço Social. Em segundo lugar, é necessário se questionar: quando e onde houve, na literatura do Serviço Social brasileiro, a crítica ao marxismo de Althusser, mas também de Lênin, Trotsky, Mao e Guevara? A realidade ainda atual é a de que não temos um balanço no âmbito do Serviço Social brasileiro acerca de Lênin, Trotsky, Mao, Guevara e do estruturalismo marxista de Althusser. O debate se limitou aos termos da própria apropriação do marxismo destes autores no âmbito profissional, ou seja, permaneceu limitado, quando muito, aos interlocutores do próprio Serviço Social, não alcançando o que deveriam ser suas fontes originais. Isso levanta uma hipótese que extrapola a questão acerca da morte de Althusser mediante a ampliação para outros “marxismos” esquecidos.

Ao contrário de como tem sido contada a história do marxismo no Serviço Social, quando olhamos para a história mais ampla marxismo a partir de certos referenciais (Hobsbawm, 2011; Anderson, 1989; Kallscheuer, 1983), não se verifica uma evidente evolução teórico-metodológica⁶. Trata-se de uma tese, que se existe, está longe de ser consensual. Ao contrário, verifica-se um desenrolar irregular, com disputas explícitas e implícitas, mas também desconhecimentos mútuos, com avanços e desavanços na sistematicidade de determinados debates, com a emergência e o esquecimento (para depois serem novamente achados) de certos problemas.

As hipóteses que levantei possuem algum lastro, mesmo que tímido, entre nós. Recentemente, Santos (2022, p. 8) argumentou que a apropriação de autores como Althusser, Poulantzas e Gramsci se deu predominantemente pela apreensão pontual de conceitos, sem extração das consequências implícitas nas respectivas formas de pensamento de maneira mais completa.⁷ Interpretação parecida é a do próprio Faleiros (1997, p. 28), para quem a aproximação a Mao Tsé-Tung, Lenin e Althusser no Serviço Social se deu devido a serem autores, naquele momento, “da moda”.⁸

Não viso, levantando estes problemas, qualquer negação de que tenha havido um forte debate na intelectualidade brasileira, sobretudo nos finais da década de 1960 e até o início da década de 1980 — período de forte incidência de Althusser e Gramsci no Brasil (Motta, 2011) —, com acento crítico à produção teórica althusseriana⁹. Ocorre que, no entanto, o Serviço Social brasileiro não se insere neste debate, ao menos no que concerne às questões teórico-metodológicas, o que poderia resultar uma proposição a partir dele da crítica à influência althusseriana no Serviço Social. É notável, sobre este fato, que no miolo do debate brasileiro estavam intelectuais conhecidos no interior do Serviço Social. Segundo Motta (2021), o combate ao pensamento de Althusser no Brasil se deu sobretudo por parte de intelectuais lukacsianos, notadamente Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, e aqueles ligados ao eixo Cebrap-USP, como Fernando Henrique Cardoso e José Arthur Giannotti. No caso do Serviço Social, o que chegou limitou-se basicamente ao contido em *O estruturalismo e a miséria da razão*, de Coutinho, e em *A miséria da teoria*, de Edward Thompson. Mas o verdadeiro enfoque se deu muito mais em torno de um althusserianismo sem Althusser, quando muito debatido a partir de fontes de segunda ou terceira mão.

A morte de Althusser foi decretada prescindindo, além do debate direto com o próprio autor, de uma imersão no debate marxista internacional — e do lugar que nele ocupou Althusser, sobretudo desde a década de 1960 —, do conjunto do debate marxista brasileiro, bem como matou-o antes mesmo de estar efetivamente morto corporalmente (em 1990), tomando as obras da década de 1960, *Ler o Capital* e *Por Marx*, como todo o pensamento de Althusser, ignorando suas obras posteriores sobre a filosofia marxista.

O ponto central é o de que, ao que parece, do mesmo modo como a aproximação a Althusser se deu ao fato de estar em voga no interior da intelectualidade brasileira, o seu rechaço se deu pelo mesmo caminho. Prescinde de uma história do marxismo no Brasil. Reduz a discussão em torno do pensamento de Althusser ao idealismo de um puro debate de ideias no terreno neutro de convivência dos intelectuais brasileiros. O resultado disso não poderia ser outro que a visão de uma história evolutiva na relação entre marxismo e Serviço Social. Deixa-se de reconhecer o lugar (central em alguns momentos, ao menos na França) de Althusser na história do marxismo internacional (produzindo inclusive uma herança própria), em troca de uma demonização que impede qualquer avaliação lúcida das suas ideias. Desconsidera-se o contexto político e intelectual em que algumas das obras críticas a Althusser anteriormente citadas foram produzidas, em especial o de uma predominância do pensamento althusseriano no interior do marxismo em algumas áreas, que resulta em uma postura crítica que aponta muito mais aos deméritos das suas ideias do que seus méritos.

Com estas considerações, fortalece-se a hipótese também identificada por Santos (2022) e Faleiros (1997) de uma significativa influência de movimentos externos ao Serviço Social brasileiro nos seus rumos teórico-metodológicos. Do mesmo modo que a aproximação às ideias de Althusser não se deu por acaso ou por um brilhantismo individual, também a sua derrocada não pode ser compreendida sem um processo global, datado de meados da década de 1970, de esgotamento da influência althusseriana (Saes, 1998). Que não se fez, é verdade, de modo completo (Cf. Saes, 1998, p. 12), mas que evidentemente resultou em uma perda significativa de legitimidade. Ademais, é preciso não esquecer que esta busca por novas bases teóricas que não a do pensamento estruturalista althusseriano, segundo Portantiero (1983), se deu na América Latina posteriormente ao tempo europeu e por razões sobretudo de ordem política. O que se verifica, no caso do Serviço Social brasileiro — com a exceção, talvez única, de Batistoni (2021), por meio da sua investigação da Escola de Belo Horizonte —, é que não houve até o presente momento um interesse sequer pela história do pensamento de Althusser, seja no contexto internacional, seja no da América Latina ou Brasil.

Considerações finais

Espero com esta pesquisa ter contribuído para repensar o mito da autoconsciência de muitos pesquisadores, que pensam tomar suas referências teóricas, preferências de autores, tipos de exposição etc., como um ato de liberdade e de livre esclarecimento. Para isso, esta pesquisa coloca a questão ao leitor: na sua livre escolha, como Althusser tornou-se uma não opção? Tratou-se, assim, antes de tudo, de uma pesquisa sobre as nossas condições de conhecimento, em específico das operações de pesquisa histórica, que frequentemente são ignoradas em Serviço Social.

Especificamente sobre Althusser, esta ignorância com relação à sua morte pode produzir um efeito benéfico à teoria althusseriana: o seu aparecimento ou permanência subterrânea. Um sintoma disso é a presença cada vez mais frequente de Mascaro como referência no debate sobre direito e Estado no Serviço Social, sem questionamentos quanto ao fato de escrever em uma cadeira feita de um cadáver que é Althusser. Para além do Serviço Social e ademais da presença atualmente mais marcante de Althusser nos Estados Unidos (Boito Jr., 2013), o debate em torno de Althusser ainda permanece vivo em alguns intelectuais brasileiros, como Motta em seu recente livro *A favor de Althusser* (2021), Mascaro e Morfino com *Althusser e o Materialismo Aleatório* (2020), Jair Pinheiro (2016) e a organização de *Ler Althusser*, a coletânea de artigos organizada por Márcio Nunes (2010), intitulada *Presença de Althusser*, além de diversos artigos publicados por diferentes autores, com destaque para proeminência de publicações nos periódicos *Tempo Social*, *Crítica Marxista* e *Cadernos Cemarx*.

Referências

- ABESS. O ensino de metodologia nos cursos de Serviço Social. In: ABESS. A metodologia no Serviço Social. Cadernos ABESS, 1989.
- ANDERSON, P. Considerações sobre o marxismo ocidental. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BASTOS, R. Marcuse e o homem unidimensional: pensamento único atravessando o Estado e as instituições. Revista *Katálysis*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 111–119, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/fNqWrCZz3Vc6cDrDb5vscKc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- BATISTONI, M. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. A História pelo avesso: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.
- BATISTONI, M. O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte – 1960-1975: uma reconstrução histórica. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 136, p. 538-558, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/PCVBqNLRKdpcgV5TTY6Ff7y/?format=pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- BOITO JR., A. Indicações para o estudo do marxismo de Althusser. *Novos Temas*, São Paulo, n. 9, p. 153–182, 2013.
- CARVALHO, A. M. P. O projeto da formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. *Cadernos ABESS*, vol. 1, 1986.
- CASTRO, R. Os 40 anos sem Lukács e o debate contemporâneo nas ciências humanas. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 114, p. 207–239, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/XCkyfrrbhywgNBfWygDDJDN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- CERTEAU, M. A história, ciência e ficção. In: *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

- ESCOBAR, C. H. Quem tem medo de Louis Althusser. *Achegas.net Revista de Ciência Política*, n. 44. 2011. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/44/carlos_escobar_44.pdf. Acesso em 29 nov. 2023.
- FALEIROS, V. P. *Globalização, correlação de forças e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2014.
- FALEIROS, V. P. *Metodologia e ideologia do trabalho social*. São Paulo: Cortez, 1997.
- FERREIRA, G.; AGUINSKY, B. Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 223–232, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/SVpFs5LZPqBdDMxYy5zqzdf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- FERRAREZ, C. O projeto de formação profissional do serviço social frente ao processo de mercantilização da educação superior. *Serviço Social em Debate*, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/3362/1914>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- HOBBSAWM, E. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- IAMAMOTO, M. O debate contemporâneo da reconceitualização do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo. *In: O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2000.
- IAMAMOTO, M. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. *In: MOTA, Ana et al. (org.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: OPS/OMS/Ministério da Saúde, 2006.
- IAMAMOTO, M. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2010.
- IAMAMOTO, M. Marxismo e Serviço social: uma aproximação. *Revista Libertas, Juiz de Fora*, v. 18, n. 2, p. 204–226, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18603/9729>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- KALLSCHEUER, O. Marxismo e teorias do conhecimento. *In: HOBBSAWM, Eric (org.). História do marxismo: o marxismo hoje (segunda parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- LARA, R. A incidência da teoria social crítica no serviço social. *Serviço Social e Realidade*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 43-59. 2009. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/116>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MONTAÑO, C. A natureza do Serviço Social: Um ensaio sobre a gênese, a “especificidade” e a sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.
- MOURA, H. C. Configurações do conservadorismo no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social em Debate*, v. 2, n. 2, p. 104–12. 2019. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/4276/3431>. Acesso em 29 nov. 2023.
- MOTTA, L. E. Sobre “Quem tem medo de Louis Althusser?” de Carlos Henrique Escobar. Rio de Janeiro: Achegas, v. 44, 2011.
- MOTTA, L. E. A recepção de Althusser no Brasil: o grupo da Revista Tempo Brasileiro. *Revista Novos Rumos*, n. 54, v. 1. 2017.
- MOTTA, L. E. *A favor de Althusser: revolução e ruptura na teoria marxista*. São Paulo: Contracorrente, 2021.
- NAVES, M. B. (org.) *Presença de Althusser*. São Paulo: UNICAMP/IFCH, 2010.
- NETTO, J. P. Teoria, método e história na formação profissional. *Cadernos ABESS*, v. 1, 1986.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2005.
- PINHEIRO, J. (org.). *Ler Althusser*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.
- PORTANTIERO, J. C. O marxismo latino-americano. *In: HOBBSAWM, E. (org.). História do marxismo: o marxismo hoje (primeira parte)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- QUIROGA, C. *Uma invasão às ocultas: reduções positivistas no marxismo e suas manifestações no ensino da metodologia no serviço social*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1989.
- SAES, D. Impacto da teoria althusseriana da História na vida intelectual brasileiro. *In: MORAES, J. Q. História do marxismo no Brasil: teorias. interpretações*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998.
- SANTOS, A. O Serviço Social brasileiro e seu caminho para o marxismo. *In: SEMINÁRIO NACIONAL: SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS*, 4., 2022, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2022.
- SANTOS, J. S. *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- SILVA, S. S. Fundamentos éticos e projetos profissionais do Serviço Social brasileiro e italiano. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 138, p. 283–301, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/DjM65VBLQdcVQQHZntCQBzq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- SILVA, L. et al. Serviço Social na América Latina: história, projetos e direção ético-política. *Temporalis*, v. 22, n. 44, p. 7–17, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/39830>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- SIERRA, M.; VELOSO, R. Família no Estado Democrático de Direito: o material e o simbólico na reprodução da ordem (neo)liberal. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 375–386, ago./dez. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321543546013.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- TAVARES, M. A. Marx, marxismos e Serviço Social. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 9–11, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/86y65drPWpDSxHJxVJsgSMK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 29 nov. 2023.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Notas:

- ¹ O mais profícuo em termos de produções sobre o pensamento de Althusser, dentre estes, era Escobar, publicando inclusive livros sobre as suas ideias.
- ² Para citar alguns trabalhos recentes, de maneira aleatória, mas publicados em periódicos conceituados na área e com objetos diversos, conferir Bastos (2014), Ferreira e Aginsky (2013), Sierra e Veloso (2015) e Santos (2022).
- ³ Neste caso os exemplos são abundantes: Tavares (2013), Castro (2013), Ferrarez (2018), Moura (2019), Batistoni (2019), Silva (2020) e Silva et al. (2022), para ficar somente em alguns trabalhos mais recentes.
- ⁴ Além dos trabalhos que cito a seguir, sobre estas duas bases sobre a história teórico-metodológica profissional, ver Yazbek (2009), Iamamoto (2006, 2010, 2018), Lara (2009), Souza (2010), para citar somente alguns.
- ⁵ “As ideias althusserianas se afirmaram por essa via pelo recurso a teses de sua discípula Marta Harnecker” (Batistoni, 2019, p. 552). Reflexo da importância assumida a nível de América Latina, em especial o seu manual intitulado Os conceitos elementares do materialismo histórico (Portantiero, 1983).
- ⁶ O mesmo não pode ser dito em relação à discussão econômica ou política, como é exemplo o caso latino-americano (Portantiero, 1983).
- ⁷ Para o autor, indo além, a aproximação ao pensamento marxiano e marxista “continua sendo diretamente influenciado por um certo ‘modismo’, nos quais os teóricos mais clássicos emergem ou desaparecem” (Santos, 2022, p. 7). Posição evidentemente questionável e que deve ser investigada, mas que é provocativa na medida em que propicia o seguinte questionamento: o Serviço Social tem feito uma apropriação aprofundada e sistemática dos referenciais teóricos marxistas, em específico aqueles voltados à discussão teórico-metodológica, incluindo o seu debate interno? Ou ainda: tem realizado um efetivo balanço destes teóricos e suas contribuições e limites ao Serviço Social? No caso de Althusser e Poulantzas, como verifica-se, isso nunca ocorreu.
- ⁸ Encontramos inclusive a inferência por parte do autor de que algumas das principais referências em Serviço Social, Iamamoto, não conhecia suficientemente Althusser (Cf. Faleiros, 2014).
- ⁹ Quanto a isso, conferir Motta (2011, p. 105-6).

Michael Gonçalves Cordeiro

michaelcordeiro016@gmail.com

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.

Assistente Social da Prefeitura Municipal de Garuva, Santa Catarina.

Prefeitura Municipal de Garuva

Av. Celso Ramos, 1614 – Centro

Garuva-SC-Brasil

CEP: 89248-000

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições do autor

O autor é responsável por todas as etapas da elaboração do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

O autor consente a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe

Cristiane Luíza Sabino de Souza – Comissão Editorial

ARTIGO ORIGINAL

Punção do fundo público na política de educação superior brasileira

Antonio Israel Carlos da Silva¹

<https://orcid.org/0000-0002-7340-0609>

¹Universidade Federal de Pernambuco, Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social, Recife, PE, Brasil

Punção do fundo público na política de educação superior brasileira

Resumo: Este artigo analisa a dinâmica contemporânea de punção do fundo público pelo grande capital na política de educação superior, por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), com destaque para o contexto pós-golpe de Estado de 2016. Do ponto de vista teórico-metodológico, recorre ao materialismo histórico-dialético como método de análise e, em relação às técnicas de pesquisa acionadas, está construído por meio de revisão de literatura e análise documental. Além da introdução e conclusão, o texto está dividido em dois momentos dialeticamente articulados: no primeiro item, discorre sobre o avanço do capital financeiro na sociedade burguesa contemporânea, de modo a relacionar tal expansão com o papel estratégico da disputa pelo fundo público; no segundo item, analisa o FIES como instrumento de transferência de fundo público para a iniciativa privada e discute as tendências em curso do processo de financeirização da educação superior no Brasil. Conclui que o FIES expressa uma relação de diluição entre o público e o privado por meio da punção do fundo público.

Palavras-chave: Capital Financeiro; Fundo Público; Educação Superior.

Puncture of the public funds in the Brazilian higher education policy

Abstract: The article analyzes the contemporary dynamics of puncture of the public fund by big capital, in educational policy, before the Student Financing Fund (FIES), with emphasis on the post-coup d'état context of 2016. From the theoretical-methodological point of view, it uses to historical-dialectical materialism as a method of analysis and, in relation to research techniques used, it is built through literature review and document analysis. In addition to the introduction and conclusion, the text is divided into two dialectically related moments: in the first item, it discusses the advance of financial capital in contemporary bourgeois society, in order to relate such expansion to the strategic role of the dispute for the public fund; in the second item, it analyzes the FIES as an instrument for transferring public funds to the private. It concludes that the FIES expresses a dilution relationship between the public and the private through the puncture of the public fund sector and discusses the ongoing trends in the process of financialization of education in Brazil.

Keywords: Financial Capital; Public Fund; College education.

Recebido em 01.11.2023. Aprovado em 28.03.2024. Revisado em 17.05.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

As primeiras décadas do século XXI expressaram um terreno histórico com muitas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, que atingiram a esfera da sociabilidade como um todo. Particularmente, as movimentações do capital e suas crises repercutiram na política educacional, sobretudo dos países de capitalismo dependente e periférico, fenômeno expressivo na realidade brasileira. Os estudos sobre políticas educacionais, na dinâmica e movimento da realidade social (Leher, 2021; Lima, 2007; Silva; Amaral 2019, Silva, 2022), vêm aprofundando reflexões teórico-metodológicas críticas em torno das contradições, impasses e tendências em curso na educação, o que nos mobilizou analisar a punção capitalista do fundo público por grandes grupos educacionais, por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) — com destaque para o período pós-golpe de Estado de 2016.

Tal discussão parte do pressuposto de que no contexto de avanço da crise capitalista, o capital passou a expandir seus nichos de acumulação, com a expansão de serviços privados em diversas áreas, como é o caso da educação, saúde, previdência social; o que incidiu na expansão capitalista dos serviços e nos processos de formação da supercapitalização e dos superlucros enquanto projetos hegemônicos de dominação e exploração (Mandel, 1982). Assim como, revelou o avanço do capital financeiro e das finanças capitalistas, como mecanismo de recomposição da crise. Nessa dimensão, importa situar o papel do Estado na condição de sujeito coletivo que atuou na mediação da constituição de monopólios e no crescimento da forma serviço no capitalismo contemporâneo. Aspecto que ganha expressividade ao compreendemos as particularidades da educação no capitalismo dependente (Fernandes, 2006).

De tal modo, consideramos que uma destacada mediação para apreensão das contradições e desafios contemporâneos da política de educação superior diz respeito à ação predatória da supremacia rentista na conformação da educação superior, especialmente, com a disputa pelo orçamento do Estado no crescimento e manutenção das taxas de lucratividade das empresas de ensino.

O Estado, as diluídas relações público-privadas, o mercado e a natureza das demandas sociais pelo acesso à educação, conformam as políticas educacionais no capitalismo dependente. No nervo central de nosso debate, apreendemos que na medida em que o grande capital avança na educação superior, o processo de mercantilização passa por alterações, especialmente desde os anos 2000, o que resulta nas seguintes expressões fenomênicas: penetração do capital financeiro; promoção de alterações na natureza econômica das instituições de ensino; monopolização, que concentra e centraliza capitais em grandes grupos educacionais e, com demarcada expressividade, na captura do orçamento público do Estado que alimenta as transformações na composição mercantil da educação superior privada.

Dito isso, o objetivo geral deste artigo é analisar a dinâmica contemporânea de punção do fundo público na política educacional pela via do FIES, com destaque para o contexto pós-golpe de Estado de 2016. Do ponto de vista teórico-metodológico, recorreremos ao materialismo histórico-dialético como método de análise e, em relação às técnicas de pesquisa acionadas, realizamos revisão de literatura em artigos, dissertações, teses e livros sobre as temáticas: educação superior, capital financeiro, fundo público e capitalismo contemporâneo; e análise documental em dados estatísticos do Ministério da Educação e nos relatórios empresariais dos grupos educacionais da educação superior privada no Brasil.

Diante das reflexões inicialmente expostas e na direção de realizar sínteses para o debate, dividimos este artigo em momentos, dialeticamente constitutivos e explicativos do fenômeno em estudo: além da introdução e conclusão, no primeiro item, discorreremos sobre o avanço do capital financeiro na sociedade burguesa contemporânea, de modo a relacionar tal expansão com o papel estratégico da disputa pelo fundo público; no segundo item, analisamos o FIES como instrumento de transferência de fundo público para a iniciativa privada e discutimos as tendências em curso do processo de financeirização da educação no Brasil.

O fundo público¹ no capitalismo em crise

Do ponto de vista da crítica da economia política, a questão do fundo público revela-se indissociável à forma como o Estado monopolista avança em seus interesses de dominação e intervenção econômico-social. Trata-se de um recurso à disposição do Estado para intervir na economia e nas manifestações da questão

social, cuja forma mais visível é o orçamento, todavia, não se esgota nele. Também diz respeito ao montante de orçamento disponível em empresas públicas e demais instituições governamentais² (Brettas, 2020). O fundo público, nessa direção, expressa a punção compulsória (na forma de impostos, taxas e contribuições) da mais-valia socialmente produzida; ou seja, é parte do sobretrabalho transformado em lucro, juro ou renda da terra apropriada pelo Estado. Está inserido na dinâmica de reprodução do capital e volta-se para este, especialmente, nos períodos de crise capitalista. No capitalismo monopolista, o fundo público forma-se pelo trabalho excedente transformado em valor e pela mediação do trabalho necessário (com pagamento de impostos e taxas direta e indiretamente ao Estado) (Behring, 2010).

Ao saltarmos os olhos para os desafios contemporâneos do fundo público, identificamos que a emergência da mundialização do capital e do capital financeiro (Chesnais, 2005) tende a configurar os mecanismos de apropriação da riqueza socialmente produzida. Consoante Chesnais (2005), diante das configurações contemporâneas do capitalismo em crise o capital portador de juros passa a avançar para o centro das relações econômicas e sociais, em meio à complexificação da organização do capital e da sua forma rentista, com instituições financeiras bancárias, seguradoras, fundos de investimento, fundos de pensão, na constituição de traços específicos do capital. Para o referido autor, o capital financeiro relaciona-se ao surgimento de mercados especializados em títulos e ações de empresas, o que permite crescimento ao capital portador de juros.

Na análise de Brettas (2019), a queda da taxa de lucros dos países imperialistas no cenário de crise, entre os anos 1970 e 1980, teve como mecanismo de resposta uma ampliação da apropriação da riqueza, diante do crescimento da pilhagem do fundo público, com destaque para a dívida pública dos países de capitalismo dependente, o que reforçou as desigualdades regionais entre países de capitalismo hegemônicos e os situados na periferia do capital. A autora situa ainda que desde os anos 1990, no caso brasileiro, a transferência de valor é potencializada por alterações no padrão de acumulação de capital, que visa a inserção no circuito financeiro internacional. Todavia, a materialização do ajuste fiscal permanente não é produto de uma simples adesão passiva do Brasil aos organismos financeiros internacionais, já que reproduz os interesses internos da associação dependente e combinada da burguesia nacional ao grande capital internacional.

Nessa complexa engrenagem, a dívida pública assume um lugar de destaque no avanço do neoliberalismo e capital financeiro, em termos globais, de modo que tanto os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como os países de capitalismo dependente estão vinculados a esse processo. A necessidade de recorrer aos empréstimos tornou-se argumento ideopolítico e econômico para a manutenção ou possibilidade de desenvolvimento dos países. Por isso, a ampliação internacional dos fluxos financeiros e das instituições a eles relacionados corresponde a dinâmica de mundialização financeira, o que representa articulação e subordinação dos sistemas financeiros nacionais à sistemas mundialmente poderosos e determinantes. Na atualidade, os fundos de pensão, junto com novos fundos de investimentos e aplicação financeira, operam a aplicação do capital portador de juros e fictício sobre a dívida pública. Os investimentos em tela reúnem enorme massa de recursos de assalariados(as), pequenos(as) poupadores(as) e de gigantes capitalistas, de tal modo que a punção da renda determinada pela exploração do trabalho dos(as) assalariados(as) é central aos processos de financeirização.

Nos termos do debate, temos que o fundo público participa do processo de rotação do capital e, nessa direção, é disputado por várias frações burguesas que têm no Estado os caminhos necessários para a continuidade da produção e reprodução do capital. Estas dimensões nos permitem destacar as contribuições de Mandel (1982) e Iamamoto (2011) para pensarmos a função do Estado no contexto de avanço das finanças, na medida em que, com a maior possibilidade de crises capitalistas, o Estado assumiu sua funcionalidade sociopolítica e econômica, com medidas anticíclicas, isto é, atua na garantia de ações voltadas para evitar o aprofundamento da crise e as garantias do processo de valorização e acumulação. Particularmente, no neoliberalismo, são produzidos mecanismos jurídicos e ações econômicas que visam *pilhar* o fundo público, em benefício de uma burguesia rentista (Brettas, 2020).

Nesse aspecto, concordamos com Castelo (2014), ao destacar que no contexto de crise do capital — o que ele denomina de Estado ampliado neoliberal — as políticas econômicas, sociais e de segurança operam desde uma perspectiva de extração do mais-valor produzido pela força de trabalho. Como parte da agenda neoliberal, os Estados imperialistas reproduzem suas formas de dominação e extração de riquezas dos países dependentes, numa direção de reedição dos métodos de acumulação primitiva do capital. De tal modo, o Estado e a punção do fundo público respondem à ofensiva do capital financeiro e ao imperialismo renovado em

tempos de avanço rentista. O que nos permite lembrar que a mundialização financeira do capital não suprime as funções estratégicas do Estado, na dinâmica de reprodução dos interesses institucionalizados entre classes sociais e grupos específicos. Daí, a desregulamentação da movimentação financeira ampliou a necessidade de intervenção do Estado, para estabilizar “[...] a anarquia do mercado e contribuir para a superação das crises dos sistemas financeiros e das empresas, com recursos oriundos das mais diversas fontes, e em especial, dos contribuintes, inclusive de baixa renda” (Iamamoto, 2011, p. 123).

Contudo e, substancialmente, é fundamental sinalizarmos as mudanças de forma e conteúdo que envolvem a intervenção estatal na economia e nas políticas sociais, já que, como elaborou com riqueza analítica, Mota (1994) afirma que, em particular, nos anos 1980 e 1990, há uma cultura da crise que busca construir um consenso em torno das medidas de enfrentamento da crise do capital, pautadas na obtenção do consenso ativo dos trabalhadores, na concentração e expansão do capital que favorece o surgimento de conglomerados industriais, comerciais e financeiros (responsáveis pela formação de grandes corporações internacionais), nas tendências de fragmentação da força de trabalho (diante das configurações impostas pela reestruturação produtiva), e no ajuste fiscal que promove reformas institucionais por dentro do Estado (incluído as privatizações), assim como viabiliza que políticas sociais fundamentais estejam inseridas no universo da mercantilização ativa dos direitos, como é caso da educação superior, alvo prioritário de nosso artigo.

O FIES na conjuntura política pós-golpe de 2016

O Estado assume protagonismo no movimento de atender demandas da acumulação capitalista, ao passo que, tensionado pela resistência e a luta de classes, opera iniciativas de atendimento às demandas parciais das classes trabalhadoras. Na realidade brasileira, conforme a análise de Brettas (2020), foi no contexto de conjuntura neodesenvolvimentista³, nos governos do Partido dos Trabalhadores, que o entrelaçamento entre as políticas sociais e o processo de financeirização avança sem precedentes. Ocorre que, por meio da ativação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ampliação de títulos da dívida pública, dos fundos de pensão e de aumento do crédito para acesso à programas e serviços privados, o Estado brasileiro transformou, de forma contraditória, históricas demandas das classes trabalhadoras em mecanismos de acesso privatista-mercantil às políticas sociais, como é o caso da política educacional.

A nosso ver, o contexto neodesenvolvimentista elevou os processos de expansão do ensino superior de forma contraditória, tanto no ensino público (por meio de programas como o Reuni — Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais —, expansão da interiorização da rede federal, dentre outras formas), como no incentivo à expansão privada-mercantil da educação. Este movimento operou de modo dialético a relação entre o público e o privado, diluindo determinadas fronteiras no que tange ao financiamento público para o grande capital.

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) expressou o repasse de orçamento público para a iniciativa privada, acentuadamente nas primeiras décadas do século XXI. Todavia, o FIES não nasceu nos governos petistas, tem sua história vinculada ao governo Fernando Henrique Cardoso que, por meio da Lei nº 10.260 de 2001, regulamentou o referido programa. A lógica do FIES é a de repasse de títulos da dívida pública para mantenedoras e Instituições de Ensino Superior (IES) que aderem ao financiamento. No decorrer dos anos 2000, uma gama de instrumentos legais foi construída no sentido de fortalecimento da dinâmica privatista do FIES. A título de exemplificação, situamos a criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (Fgeduc), que almejava cobrir até 80% dos custos com a formação dos estudantes aderentes em caso de inadimplência, o que, a nosso ver, revela um mecanismo de socialização dos prejuízos da financeirização da educação, pela via do endividamento estudantil, para o Estado.

Cabe resgatar que a ideologia da democratização do acesso às políticas educacionais, ao ser capturada pela acumulação de capital, assume força material e apoio do Estado, como, por exemplo, com a ampliação de deslocamento de recursos alocados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o empresariado, recursos que deveriam atender às demandas da educação pública. Dados de Queiroz (2015, p.52) evidenciam que:

A LOA, em 2013, antevia destinar R\$ 1.644.604.823,00 (um bilhão, seiscentos e quarenta e quatro milhões, seiscentos e quatro mil, oitocentos e vinte e três reais) ao FIES. Porém, o governo Dilma direcionou R\$

5.596.506.179,43 (cinco bilhões, quinhentos e noventa e seis milhões, quinhentos e seis mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e três centavos), atingindo a verba estipulada em 340,29% acima do previsto.

No que tange ao FIES, a política de redução de juros e a modalidade de amortização dos empréstimos ampliou o número de contratos com as IES, sobretudo entre 2011 e 2014, período de forte crescimento do programa. No ano de 2011 cerca de 153 mil novos estudantes ingressaram no FIES, ao passo que em 2014, no segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, identificamos o maior número de contratos: 723.243 acessos de alunos a 1.260 mantenedoras de IES privadas. Ainda em 2014 foram injetados R\$ 12,1 bilhões de reais na concessão dos financiamentos. Dados do Tribunal de Contas da União (TCU) (2016) revelam que o custeio com emissão de Certificados Financeiros do Tesouro esteve na ordem R\$ 3,1 bilhões de reais, os quais foram destinados ao pagamento de encargos educacionais para sustentação das IES no Programa.

No entanto, no âmbito das contradições que expressaram a crise de hegemonia no segundo mandato do governo Dilma, e sob o comando do Ministro da Fazenda Joaquim Levy, ao final de 2016, o FIES reduziu o volume de contratos para 203.506. As informações do TCU (2016) evidenciam que foram realizadas audiências com a perspectiva de avaliação do programa, chegando à consideração de que o FIES tinha evidentes problemas de gestão, planejamento e transparência com os gastos. Ademais das consequências orçamentárias, o TCU (2016) afirmou que diante da extinção do fiador, enquanto exigência, a punção do orçamento do FGEDUC acabou por extrapolar os limites do financiamento. Entre 2010 e 2015, o Estado pagou cerca de R\$ 37 bilhões de reais para as empresas de ensino e as grandes corporações educacionais, com amortização e juros em torno de R\$ 1,1 bilhão.

Para o grande capital, desde que não tocassem na perspectiva de acumulação, essas questões não foram entraves para alimentar o crescimento da lucratividade das empresas de ensino. Afinal, o FIES surgiu como um canal de favorecimento à valorização do capital na educação, viabilizando as transformações das empresas em grandes grupos monopolizados. Uma investigação sobre o avanço do capital financeiro na educação, realizada por Silva (2022), explicita que um dos maiores grupos educacionais do Brasil, o Cogna, mesmo num período de crise e redução dos contratos do FIES, obteve 19% de seus lucros (R\$ 975.663) provenientes do FIES.

A nosso ver, os debates sobre a punção do fundo público e o financiamento das políticas educacionais na contemporaneidade devem ser compreendidos com ênfase no conjunto de transformações do contexto pós-golpe de 2016. Trata-se de um momento da história brasileira em que, na concepção de Braz (2017), foi marcado pelo adensamento de uma crise de hegemonia da burguesia brasileira e pela requisição, do novo bloco no poder que destituiu a ex-presidente Dilma do poder executivo, de um governo genuinamente burguês e contrário à disponibilização de mínimos sociais em forma de políticas sociais públicas, fazendo cair por terra o pacto de classes orquestrado nos governos petistas.

O contexto em questão exigiu que um novo operador político pudesse ordenar as políticas restauracionistas do bloco hegemônico burguês em crise. De modo que no pós-*impeachment*, a ofensiva conservadora das frações burguesas, lideradas pelo Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB), buscou restaurar, de forma ágil, o enfrentamento da queda das taxas de lucro, não obtendo êxito. Consoante os estudos de Lima (2019), a ação política da burguesia em crise não estava mais centrada na cooptação de lideranças da classe trabalhadora e no seu aburguesamento.

A proposição do bloco de poder que assumiu o Estado radicalizou o caráter antinacional e antidemocrático da burguesia brasileira, ao reproduzir uma lógica de ampliar o contingenciamento do orçamento público para as políticas sociais e de aprofundar a ideologia da privatização como projeto. Resulta dos dois anos de gestão do governo Michel Temer (2016–2018), a Emenda Constitucional (EC) nº 95, de 2017, que limitou gastos públicos por vinte anos, isto é, vinte exercícios financeiros serão restritos, enquanto dura ofensiva às demandas sociais e humanas no acesso aos direitos. Os gastos sociais em 2036 terão o mesmo valor, em termos reais, de 2017. A referida iniciativa, no plano ideológico, foi divulgada como requisito para a manutenção do “equilíbrio fiscal”, sob forte crítica aos recursos com políticas sociais. Todavia, vejamos que, conforme Lima (2021), em 2017 foram gastos 39,70% do Orçamento Geral da União com o pagamento de juros e amortização da dívida pública, o que representou 1 trilhão de reais, no entanto, apenas 4,10% foram direcionados para a educação.

Ainda que o Brasil estivesse mergulhado numa crise política profunda, com consequências no plano econômico e social, as disputas do grande capital pelo fundo público estavam ativas. Ao nos debruçarmos sobre o repasse de recursos para a política educacional, identificamos um dualismo entre o público e o privado e um

histórico descompasso no orçamento público para as universidades federais em comparação à disponibilização de orçamento para o FIES. Entre 2001 e 2019, os gastos do Estado com o supracitado programa esteve na ordem de R\$ 146 bilhões de reais. Mesmo no período em que houve redução de orçamento público para o FIES, entre 2014 e 2018, este programa recebeu 43% do total do orçamento de todas as universidades federais.

Diante das mudanças no orçamento e na gestão do FIES, o contexto de contingenciamento dos gastos sociais no governo Temer acentuou o FIES como fiscalmente insustentável, conforme análise de Pereira et al. (2018). Na mirada dos autores, trata-se de um programa com forte risco de inadimplência no setor público. Tanto que entre 2016 e 2018, a despesa primária do FIES, que corresponde aos valores não pagos com as concessões de empréstimos esteve na marca dos R\$ 6 bilhões por ano, valor bem próximo aos R\$ 7,5 bilhões destinados à ciência e à tecnologia em 2018 (Silva, 2022).

Os números acima são expressivos para nos permitir compreender que um dos fundamentos constitutivos da expansão da educação superior privada é a punção do fundo público e a apropriação da renda de estudantes, especialmente frações das classes trabalhadoras que almejam expansão da formação e qualificação profissional e que são seduzidas por ideologias passivizadoras. Resulta desse processo um enorme endividamento das classes trabalhadoras.

A pesquisa de Brettas (2017) oferece dados para identificarmos o andamento da punção do fundo público para as grandes corporações. Por exemplo, em 2014, momento de elevadas movimentações do FIES, o orçamento público disponível via FIES viabilizou que 61,2% dos estudantes matriculados na Kroton fossem financiados pelo FIES, seguindo de 48,3% do Grupo Anima, 47,5% do Ser Educacional e 42,3% do Grupo Estácio de Sá S.A. Os dados são relevantes na medida em que nos permitem compreender como a expansão privatista da educação superior ocorreu em forte dependência à intervenção do Estado. Uma consequência de tal fenômeno explicita os altos índices de inadimplência, que chegou a 41% do total de contratos em 2018 (249.433 contratos com inadimplência).

De fato, em meio à crise política e econômico-social instaurada no contexto pós-golpe, o FIES passou por muitas mudanças e inclusive reduziu bastante o número de contratos, o que, em parte, pode ter impactado os ganhos de lucratividade das IES privadas. Todavia, as grandes corporações educacionais desenvolveram seus mecanismos de compensação das perdas com o FIES, movimento que operou desde a montagem de sistemas de financiamentos próprios e, sobretudo, com a ampliação do uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) nas práticas de ensino e nos mecanismos de gestão da força de trabalho docente. Tal movimento implicou numa redução de custos operacionais e numa rápida absorção de uma clientela de estudantes no ensino a distância (EAD), na medida em que as IES e as grandes corporações passaram a investir neste tipo de ensino. Contudo, mesmo que a redução impactasse as margens de lucro das instituições de ensino, o FIES, com configurações e reduções, não deixou de existir e apresentar-se como uma mediação que atua ativamente na disputa do fundo público na política educacional, enquanto universidades federais passavam por ameaças de corte e estavam inseridas num cenário de disputa ideológica, particularmente no governo anticiência e anti-intelectual de Jair Messias Bolsonaro.

Especificamente, a eleição de Jair Bolsonaro, em 2019, abriu um caminho para que forças políticas reacionárias dessem ampla voz ao que estudiosos têm chamado de “nova direita”, expressão de frações da burguesia alinhadas ao projeto da extrema-direita (Casimiro, 2020) e ao denominado neofascismo. Esse movimento opera a unidade entre formas de radicalismo neoliberal na economia, alinhando as perspectivas de desmantelamento dos serviços públicos e privatização, e as ideologias conservadoras que se espalham no plano da cultura e no modo de vida das classes sociais; reproduzindo aspectos que fundamentam uma formação social marcada, historicamente, por práticas conservadoras, autoritárias, patriarcais, machistas, racistas e duramente ofensivas à diversidade sexual e de gênero.

Projetos como o Escola Sem Partido e as discussões que chegaram ao Parlamento e às Câmaras de Vereadores de várias cidades brasileiras sobre a “ideologia de gênero” nas escolas, revelam eixos da ação política do bolsonarismo como ideologia e projeto de dominação e exploração de classe. Essas dimensões são parte da forma reacionária de determinados segmentos do conservadorismo brasileiro, que passaram a exigir maior visibilidade às suas pautas, atingindo a educação, pois ao reconhecê-la enquanto instrumento de socialização de indivíduos e construção de pensamento, a captura da direção e do sentido das políticas educacionais torna-se elemento estratégico de dominação. Porém, é importante entendermos que, no espectro dos conflitos que

movimentação a luta de classes, as classes trabalhadoras e suas representações estiverem construindo formas de contestação à ordem vigente, por meio de atos e atividades públicas.

Considerações finais

O artigo buscou analisar os mecanismos contemporâneos de punção do fundo público na política de educação superior pelo grande capital, de modo a acentuar as tendências e contradições deste processo no cenário pós-golpe de 2016. O FIES foi o alvo central da discussão, desde seu nascimento à crise que se instaurou nesse instrumento de diluição do público e do privado, via fundo público, no contexto pós-golpe de 2016. O debate arrolado neste trabalho vai exigir maiores desdobramentos analíticos e necessários aprofundamentos em nossas pesquisas. Contudo, com os aportes teórico-metodológicos até então acumulados aventamos que diante dos conflitos interburgueses, de natureza econômico-social e ideopolítica, com o Estado, e frente ao reordenamento do bloco no poder, com o enfraquecimento do pacto conciliatório entre Partido dos Trabalhadores e frações burguesas, o FIES também foi atingido com redução de orçamento, porém não deixou de existir, se reinventar e imputar sobre o projeto educacional brasileiro seu cariz privatista.

A nosso ver, diante da crise a que se debateu o referido programa, as corporações educacionais aceleraram os investimentos, já em curso, em torno das TICs (com compra de produtos tecnológicos, ampliação do EAD, redução do quadro de docentes), utilizando a inovação tecnológica como parte dos processos de expansão privada dos serviços. No entanto, também entendemos que o Estado não deixou de lado seu escopo de contribuir com a acumulação de capital na educação privada, pois o FIES, mesmo com tensões, permaneceu dispondo recursos para o grande capital. Os ajustes fiscais desenvolvidos, sobretudo nos governos Temer e Bolsonaro, não só continuaram com o financiamento do FIES como reduziram orçamento para as universidades públicas, de modo a evidenciar uma substantiva disputa de hegemonia pelo fundo público.

Referências

- BEHRING, E. R. Crise do capital, fundo público e valor. In: BEHRING, E. R. et al. (org.). *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.
- BRASIL. *Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005*. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/lei/111096.htm#:~:text=%C2%A7%201%C2%BA%20A%20bolsa%20de,1%2F2%20\(meio\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/lei/111096.htm#:~:text=%C2%A7%201%C2%BA%20A%20bolsa%20de,1%2F2%20(meio).). Acesso em: 2 jul. 2022.
- BRASIL. *Relatório de gestão do FIES 2017*. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14949. Acesso em: 14 jun. 2021.
- BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 128, p. 85–103, jan./abr. 2017.
- BRETTAS, T. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. *Temporalis*, Brasília, v. 17, n. 34, p. 53–76, 2017.
- BRETTAS, T. *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- CASIMIRO, F. *A tragédia e a farsa: ascensão das direitas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.
- CASTELO, R. *O Social-liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI*. 2011. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011.
- CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização e efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo. 2005. p. 35–67.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2011.
- LEHER, R. Estado, reforma administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 13, p. 9–29, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43851>. Acesso em: 27 dez. 2021.
- LÊNIN, V. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: Navegando, 2011.

- LIMA, K. *Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula*. São Paulo: Xamã, 2007.
- LIMA, K. Educação superior em tempos de ajustes neoliberais e regressão de direitos. *Katálysis*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 513–524, 2019.
- LIMA, K. Educação superior brasileira nas primeiras décadas do novo século. In: ALMEIDA, N. L. T.; PEREIRA, L. D. *Serviço Social e educação*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021b. p. 45-70.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. *O capital*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017. V. 3
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PEREIRA, L. C. et al. Reestruturação do FIES. *Radar*, Brasília, n. 58, p. 31–36, dez. 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/radar/temas/educacao/733-a-reestruturacao-do-fies>. Acesso em: 12 jul. 2021.
- QUEIROZ, V. Fundo de Financiamento Estudantil (FIES): uma nova versão do CREDOC. *Universidade e Sociedade*, Brasília, v. 55, p. 44–57, 2015.
- SILVA, A.I.C.; AMARAL, A. S. Regressividade no direito à educação, tendências pedagógicas do EaD e Serviço Social brasileiro. *Ser Social*, Brasília, v. 21, n. 45, p. 435-455, 2019.
- SILVA, A. I. C. *Empresariamento do ensino superior brasileiro nos anos 2000*. 2022. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.
- Tribunal De Contas Da UNIÃO (TCU). *Risco de insustentabilidade do Fies leva TCU a ouvir ex-ministros da Educação*. TCU, Brasília, 2016. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/risco-de-insustentabilidade-do-fies-leva-tcu-a-ouvir-ex-ministros-da-educacao.htm>. Acesso em: 12 jul. 2021.

Notas:

- ¹ A análise do processo de punção do fundo público na política de educação superior nos exige compreender a determinação do capital financeiro e as medidas de restauração do capital em crise pela via do rentismo, especialmente, desde a forte expressão da crise capitalista na segunda metade dos anos 1970, considerada por importante teórico (Mészáros, 2008) como uma crise estrutural. Na direção de explicitar os fundamentos da crítica da economia política ao debate, entendemos que, ao discutir as transformações do capitalismo no século XX e apropriar-se das contribuições de Rudolf Hilferding, Lênin (2011) passou a utilizar a expressão capital financeiro com o escopo de discutir a gênese e o desenvolvimento do imperialismo como fase superior do capitalismo. A discussão sobre capital financeiro, apoiada no aprofundamento teórico acerca do imperialismo e do crescimento dos monopólios, identifica que o imperialismo revela a fusão do capital bancário e do capital industrial. Nesse sentido, o imperialismo ou o domínio do capital financeiro revela o capitalismo marcado pelo domínio do rentismo e da formação de uma oligarquia vinculada às finanças. Ocorre que um determinado nível de concentração e centralização de capitais permitiu a formação e consolidação dos monopólios e do capital financeiro. Conforme nossos estudos, identificamos que a compreensão do processo de produção e de extração do valor no capitalismo ganha elevados níveis de abstração nas categorias capital portador de juros e capital fictício de Marx (2017), desenvolvidas no Livro III de O Capital.
- ² O livro elaborado por Brettas (2020) nos permite acessar um importante debate que busca identificar a emergência e o desenvolvimento do capital financeiro nas particularidades do capitalismo dependente. Em outra produção (Brettas, 2017), destaca que no âmbito das particularidades da financeirização do capitalismo dependente brasileiro, a dívida pública assume um lugar central enquanto mediação para entendermos o fundo público e sua utilização para a acumulação de capital.
- ³ Na concepção de Castelo (2011), o neodesenvolvimentismo demarcou a expressão de um novo contexto que sintetizou ideias de desenvolvimento econômico com atenção às demandas parciais e fragmentadas da classe trabalhadoras. Tal projeto de novo desenvolvimento teria ocorrido nos governos petistas de Lula da Silva e Dilma Rousseff, com suas respectivas particularidades, e teve como base ideológica o social-liberalismo: uma expressão ideológica, política e econômica permeada pela direção de elaborar uma agenda social ao neoliberalismo, efetivando uma estrutura sincrética em torno das medidas de intervenção do Estado e do chamado Terceiro Setor, no âmbito das expressões da “questão social”.

Antonio Israel Carlos da Silva
antonio.israelsilva@ufpe.br

Mestre e Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

UFPE

Av. Prof. Moraes Rego, 1235
Cidade Universitária
Recife – PE - Brasil
CEP: 50670-901

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições do autor

O autor é responsável por todas as etapas da elaboração do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

O autor consente a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe
Carla Rosane Bressan – Comissão Editorial

ARTIGO ORIGINAL

A regulação ética em pesquisa e sua repercussão no Serviço Social

Daniele Batista Brandt¹<https://orcid.org/0000-0003-2416-1928>

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Fundamentos Teórico-Práticos do Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

A regulação ética em pesquisa e sua repercussão no Serviço Social

Resumo: Este artigo aborda os limites da regulação sobre ética em pesquisa no País, destacando a polêmica em torno das normas e instrumentos para a avaliação vigentes, sob a ótica das ciências humanas e sociais e sua repercussão no Serviço Social. Apresenta resultados de pesquisa exploratória com base no método dialético de investigação e exposição, por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados demonstram que há avanços para reconhecimento das especificidades das ciências humanas e sociais em decorrência da atuação das associações científicas e profissionais da área. Contudo, não foram suficientes para superar a hegemonia da concepção de ciência e ética oriunda das ciências biomédicas na estrutura, normas e instrumentos vigentes. Frente a esse quadro, torna-se fundamental o aprofundamento do diálogo entre comunidade científica e governo brasileiro, para construção de outros parâmetros para avaliação, fundamentados em diretrizes e princípios abrangentes sobre ética e integridade científica que sirvam às diferentes áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Ética em Pesquisa; Pesquisa Social; Serviço Social; Sistema CEP/CONEP; Plataforma Brasil.

The ethical regulation in research and its repercussions in Social Work

Abstract: The article addresses the limits of regulation on research ethics in the country, highlighting the controversy surrounding the current norms and instruments for evaluation, from the perspective of human and social sciences and its repercussion on Social Work. It presents results of exploratory research based on the dialectical method of investigation and exposure, through bibliographic and documentary research. The results demonstrate that there are advances in recognizing the specificities of human and social sciences as a result of the actions of scientific and professional associations in the area. However, they were not enough to overcome the hegemony of the conception of science and ethics originating from biomedical sciences in the current structure, norms and instruments. Given this situation, it is essential to deepen the dialogue between the scientific community and the Brazilian government, to construct other parameters for evaluation, based on comprehensive guidelines and principles on ethics and scientific integrity that serve different areas of knowledge.

Keywords: Research Ethics; Social Research; Social Work; CEP/CONEP System; Brazil Platform

Recebido em 01.11.2023. Aprovado em 15.02.2024. Revisado em 10.06.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

O tema da ética em pesquisa vem, cada vez mais, ocupando a agenda da comunidade científica brasileira. E não porque, tal como afirmado por Nogueira; Silva (2012), exista um consenso difundido entre os/as pesquisadores/as quanto à necessidade de princípios reguladores para a garantia da ética em pesquisas envolvendo seres humanos. Mas porque as estruturas, normas e instrumentos para avaliação ética vigentes no Brasil vêm colocando desafios e, até mesmo, obstáculos para o processo de submissão e avaliação de protocolos de pesquisa no país.

De um lado, há importantes divergências com relação à concepção de ciência e de ética em pesquisa que colocam no centro da discussão o Sistema CEP/CONEP e sua vinculação à área da Saúde. De outro, há campos do conhecimento que vêm passando por fora dessa polêmica, por considerarem os procedimentos legitimados na ética de suas respectivas profissões suficientes para orientar suas condutas em pesquisas. E, por outro lado, o Serviço Social que, apesar de todo seu acúmulo ético-político, vem se colocando como partícipe desse debate, em busca de outras estruturas, normas e instrumentos de avaliação ética e de boas práticas em pesquisa.

Frente a este cenário, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre a polêmica em torno da regulação sobre ética em pesquisa em seres humanos pelo Sistema CEP/CONEP, sob a ótica das ciências humanas e sociais, e sua repercussão no Serviço Social. Apresenta os resultados de pesquisa exploratória realizada com base o método dialético de investigação e de exposição, em fontes primárias e secundárias obtidas por meio pesquisa bibliográfica em base de dados gratuitas e de acesso remoto livre, tais como Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Scielo e Google Acadêmico, e por meio de pesquisa documental em páginas oficiais do governo federal, em especial da Plataforma Brasil, do Conselho Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde, como também em páginas oficiais de associações científicas e profissionais que compõem ou apoiam o Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (FCHSSALLA).

Para tanto, este artigo está dividido em três seções: a primeira apresenta o histórico do processo de regulação das pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, por meio das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) entre 1988 e 2022; a segunda enumera os limites desta regulação para as ciências humanas e sociais no país, apresentando as principais críticas feitas por estes campos do conhecimento e da prática; e o terceiro apresenta sua repercussão no Serviço Social brasileiro, considerando as discussões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa que atravessam a pesquisa nesta área. Por último, são apresentadas algumas considerações finais, não para encerrar, mas para abrir este debate junto aos/as pesquisadores/as em Serviço Social.

Trajetória da regulação das pesquisas em/com seres humanos

As normas reguladoras de pesquisas envolvendo seres humanos surgiram como resposta aos crimes contra a humanidade cometidos em nome da ciência, divulgados após a Segunda Guerra Mundial. Encontram-se materializadas nos seguintes documentos internacionais: Código de Nuremberg de 1947, Declaração dos Direitos do Homem de 1948, Declaração de Helsinque de 1964 e suas versões de 1975, 1983 e 1989, Acordo Internacional sobre Direitos Civis e Políticos da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1966, aprovado pelo Congresso Nacional Brasileiro em 1992, Propostas de Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 1982 e 1993 e Diretrizes Internacionais para Revisão Ética de Estudos Epidemiológicos da OMS de 1991.

No Brasil, a regulação de pesquisas envolvendo seres humanos é mais recente, considerando que a construção da primeira normativa tem pouco mais de 30 anos: a Resolução Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 001/1988, que aprovou normas para pesquisas em saúde. Posteriormente, a regulação passou a abranger todas as áreas do conhecimento, por meio da Resolução CNS nº 196/1996¹, sendo revogada pela Resolução nº 466/2012 e complementada pelas Resoluções nº 510/2016, nº 580/2018 e nº 674/2022.

A edição dessas normativas encontra-se a cargo do CNS, órgão vinculado ao Ministério da Saúde e instância máxima de deliberação do Sistema Único de Saúde (SUS), que tem como missão fiscalizar, acompanhar

e monitorar as políticas públicas de saúde, garantindo a participação social e popular para o controle social na saúde. De caráter colegiado e permanente, o CNS é composto por representantes de entidades e movimentos representativos de usuários, de trabalhadores da área da saúde, governo e prestadores de serviços de saúde, com Presidente eleito entre os membros do Conselho.

A Resolução CNS nº 001/1988 foi a primeira a estabelecer normas de pesquisas na área da saúde e aspectos éticos de investigações envolvendo seres humanos, dentre os quais a necessidade de aprovação de projetos de pesquisas por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Tal exigência determinou a criação da CEP em todas as instituições de saúde credenciadas pelo CNS na qual se realizem pesquisas. Além disso, definiu que esses Comitês têm como atribuição:

emitir parecer sobre os aspectos éticos das pesquisas propostas, mediante a revisão dos riscos, dos benefícios, do Termo de Consentimento Pós-Infamação, entre outros, contidos nos protocolos de pesquisa, de modo a garantir o bem-estar e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas (Brasil, 1988, p. 12).

Anos mais tarde, a normativa foi reformulada, dando origem à Resolução CNS nº 196/1996, que aprovou as diretrizes e as normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Esta Resolução ampliou a abrangência das normas de pesquisas para além da área da saúde, passando a contemplar todas as áreas do conhecimento, a partir do entendimento da “pesquisa envolvendo seres humanos” enquanto: “pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano, de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais” (Brasil, 1996, p. 1).

Além disso, a referida Resolução instaurou a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) como instância colegiada, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa e independente, vinculada ao CNS, tendo como principal atribuição o exame dos aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos e a adequação e atualização das normas relativas à matéria, junto ao qual todos os CEP do país deverão estar registrados e vinculados.

Após diversas críticas à Resolução, houve nova reformulação, resultando na Resolução CNS nº 466/2012 (Brasil, 2012), que aprovou as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e revogou a Resolução anterior. Além disso, a nova Resolução inaugurou a Plataforma Brasil (Brasil, 2023) como instrumento oficial para cadastro dos projetos de pesquisa e gestão do Sistema CEP/CONEP. Conforme disposto em sua página eletrônica:

A Plataforma Brasil é uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/Conep. Ela permite que as pesquisas sejam acompanhadas em seus diferentes estágios — desde sua submissão até a aprovação final pelo CEP e pela Conep, quando necessário — possibilitando inclusive o acompanhamento da fase de campo, o envio de relatórios parciais e dos relatórios finais das pesquisas (quando concluídas). O sistema permite, ainda, a apresentação de documentos também em meio digital, propiciando ainda à sociedade o acesso aos dados públicos de todas as pesquisas aprovadas. Pela Internet é possível a todos os envolvidos o acesso, por meio de um ambiente compartilhado, às informações em conjunto, diminuindo de forma significativa o tempo de trâmite dos projetos em todo o sistema CEP/Conep (Brasil, 2023).

Tendo em vista que a referida resolução ainda não contemplava as demandas dos campos disciplinares não biomédicos, foi criada uma normativa: a Resolução CNS nº 510/2016 (Brasil, 2016), que dispôs sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Importa ressaltar que sua aprovação foi resultado da atuação do Fórum das Associações de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (FACHSSA)², que articula associações acadêmicas e profissionais no País, dentre as quais a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (Abrasco, 2016). Contudo, Nicácio (2023, p. 9) destaca que:

Um fato que chama atenção é que a Resolução CNS Nº510/2016 sempre foi considerada dentro da Conep como uma “resolução complementar” à Resolução CNS Nº466, de 12 de dezembro de 2012 [...], reafirmando uma hierarquia entre as Resoluções e, portanto, a preservação da subordinação das CHS à área da Saúde.

Dois anos depois, foi criada outra normativa “complementar”: a Resolução nº 580/2018, que regulamentou as especificidades éticas das pesquisas de interesse estratégico para o Sistema Único de Saúde (SUS) citadas na Resolução CNS nº 466/2012. Essa normativa buscou diferenciar os procedimentos de pesquisa das atividades profissionais de assistência à saúde e estabeleceu a obrigatoriedade do Termo de Anuência Institucional (TAI) como parte da documentação para apreciação ética de pesquisas em serviços do SUS. E estabeleceu tramitação especial e de urgência para pesquisas encaminhadas pelo Ministério da Saúde ou com cooperação/copatrocinio do governo brasileiro.

Mais recentemente, a Resolução CNS nº 674/2022 (Brasil, 2022), que dispôs sobre a tipificação da pesquisa e a tramitação dos protocolos no Sistema CEP/CONEP. Esta resolução estabeleceu a tramitação dos protocolos de pesquisa científica envolvendo seres humanos, de acordo com a tipificação da pesquisa segundo o seu procedimento — estudos que envolvem intervenção no corpo humano e os que não envolvem —, bem como os fatores de modulação que modificam a forma de tramitação do protocolo de pesquisa, de acordo com as características do processo de consentimento/confidencialidade e as características dos métodos da pesquisa.

Os limites da regulação para as ciências humanas e sociais

Se, por um lado, vem se construindo um consenso entre os/as pesquisadores/as brasileiros/as a respeito de algum nível de regulação dos protocolos de pesquisas, por outro, há profundas divergências quanto às condutas adequadas à sua avaliação ética. As críticas dos/as pesquisadores/as das ciências humanas e sociais vem sendo dirigidas à concepção de ciência e de ética que orienta a estrutura, o marco regulatório e os instrumentos de avaliação vigentes, fortemente marcados pela hegemonia das ciências biomédicas no Sistema CEP/CONEP que, como já destacado, encontra-se vinculado ao CNS, instância colegiada integrante da estrutura organizacional do Ministério da Saúde.

Compreende-se que a diversidade de perspectivas teórico-metodológicas e epistemológicas e, por sua vez, de compreensão sobre os aspectos éticos das pesquisas, vem sendo tangenciada em todas as normativas editadas até o presente momento. De acordo com Diniz e Guerriero (2008), ao analisarem alguns desafios impostos pela pesquisa social com técnicas qualitativas ao processo de revisão ética vigente no Brasil, destacam a importância de considerar as particularidades da pesquisa social, uma vez que: “os campos são diferentes, e a riqueza da reflexão ética somente será seriamente considerada quando as particularidades disciplinares e metodológicas forem igualmente reconhecidas” (Diniz; Guerriero, 2008, p. 87).

Supostamente, a principal função da normatização da ética em pesquisa é garantir a proteção de todos envolvidos na pesquisa: sujeitos, pesquisador e instituição proponente, garantindo confiabilidade à pesquisa. Mas, para Cardoso de Oliveira (2004a), há uma imposição de uma determinada visão disciplinar sobre a ética na prática em pesquisa, que invisibiliza a relação do pesquisador com o sujeito da pesquisa: a diferença entre pesquisas em seres humanos, como nas ciências biomédicas, na qual o sujeito da pesquisa é colocado na condição de cobaia, e pesquisas com seres humanos, como no caso das ciências humanas e sociais, no qual o sujeito da pesquisa deixa a condição de objeto de intervenção para assumir o papel de sujeito de interlocução.

Pesquisadores/as das ciências humanas e sociais vêm explicitando os conflitos decorrentes da criação de um marco regulatório comum para todas as áreas do conhecimento, tendo por base questões inerentes à pesquisa em seres humanos na área da saúde, sem reconhecer as especificidades de outras áreas. Cardoso de Oliveira (2004a, p. 33) afirma que: “ao regular toda e qualquer pesquisa com seres humanos sugere um certo exagero ou uma certa extrapolação de domínios”, referindo-se à Resolução CNS nº 196/1996. Mas, considerando as normas complementares para pesquisas envolvendo seres humanos em vigor na atualidade, a afirmação do autor permanece atual.

Além disso, destacam dificuldades enfrentadas para encaminhamento dos projetos de pesquisa, que têm ameaçado a liberdade e a autonomia científicas. Esse processo vem sendo acompanhado por saídas pragmáticas, tais como o desestímulo a pesquisas de campo a fim de evitar o processo de submissão do projeto de pesquisa ao CEP, ou o enquadramento meramente formal das pesquisas ao modelo proposto para aprovação do projeto de pesquisa pelo CEP. Nesse sentido, destacam-se os riscos ao pluralismo e à autonomia dos pesquisadores, tendo em vista que:

a concepção de pesquisa, apresentada como modelo, colabora para uma interferência dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) para além do plano ético, como vem sendo referido por discentes e pesquisadores do Serviço Social que têm seus projetos questionados e às vezes até mesmo devolvidos por não se ajustarem ao modelo proposto (Nogueira; Silva, 2012, p.196).

Uma das raízes dessa questão reside no fato da CONEP integrar o Ministério da Saúde. Figueiredo (2004, p. 115) destaca que essa instância “deveria estar desvinculada do Ministério da Saúde ou de qualquer outro Ministério cujo campo de atuação evoque áreas científicas particulares”. Desde a criação da CONEP pela Resolução CNS nº 196/1996, enquanto uma instância colegiada com composição multi e transdisciplinar, observa-se a existência de critérios em que há predominância de membros da área da saúde e o poder de escolha do CNS. Com a Resolução CNS nº 421/2009 foi garantida a participação inclusive de membros do CNS e, com a Resolução CNS nº 446/2011, apesar da ampliação do número de membros, metade deles são da área da saúde, com maioria de conselheiros do CNS, sendo todos indicados pelos CEP, selecionados por currículo pelo CONEP e pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) do Ministério da Saúde e escolhidos pelo CNS.

Conforme Mainardes (2017), há anos que pesquisadores/as vêm questionando esta vinculação à Saúde e ao Sistema CEP/CONEP, na linha dos apontamentos de Figueiredo (2004). Para o autor, “o processo de revisão ética vigente no Brasil é altamente burocrático, utilitarista e fortemente baseado no modelo biomédico” (Mainardes, 2017, p. 167) e, conseqüentemente, inadequado para os pesquisadores das ciências humanas e sociais. Frente à questão, o autor destaca a importância desta pauta para as associações científicas dessas áreas e o papel desempenhado pelo Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (FCHSSA).

No ano de 2013 foi criado o FCHSSA, posteriormente ampliado e rebatizado como Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (FCHSSALLA), que articula 51 (cinquenta e uma) associações científicas e profissionais em torno da luta por uma regulação ética específica e por um sistema de avaliação ética próprios, devidamente adequados às áreas que compõem o Fórum. Sua atuação foi essencial para as normas posteriores à Resolução nº 466/2012, conforme pontuado na seção anterior. No ano de 2023, o Fórum elaborou o documento “Direitos para a Ética em Pesquisa e a Integridade Científica” (FCHSSALLA, 2023), submetido pelo mesmo à Consulta Pública, durante os meses de março a julho. O referido documento apresenta o contexto de sua formulação, os princípios gerais que postula os direitos das pessoas participantes e os compromissos das pessoas que desenvolvem pesquisas.

A repercussão do debate no Serviço Social

Anterior às Resoluções CNS que se aplicam a todos os campos disciplinares, a Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993, que institui o Código de Ética Profissional do Assistente Social, já destacava como direito do assistente social, em seu Art. 2º: “liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos” (CFESS, 1993), assim como o dever do assistente social, nas suas relações com os/as usuários/as, em seu Art. 5º:

devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/as usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses; e- informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos (CFESS, 1993).

A Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Assistente Social, reconhece como competência do Assistente Social, em seu Art. 4º: “planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais” (Brasil, 1996). Além disso, as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, de 08 de novembro de 1996, estabelecem a investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social e como subsídio para a produção de conhecimento sobre a realidade social e sobre o objeto da ação profissional.

No Serviço Social, a utilização da Plataforma Brasil ainda é tímida, em comparação a outras áreas do conhecimento. Em consulta à referida Plataforma, verificou-se que, dos cerca de 900 mil projetos submetidos até 01/06/2023 (Brasil, 2023), havia 14.353 pesquisas aprovadas com a palavra-chave “Serviço Social”. De forma comparativa com outras profissões da área da saúde, verificou-se que havia 268.345 pesquisas com a palavra-chave

“Enfermagem”; 84.214 com “Fisioterapia”; 68.063 com “Psicologia”; 49.777 com “Medicina”; 33.512 com “Educação Física”; 27.003 com “Odontologia”; e 18.532 com “Fonoaudiologia”; e 15.851 com “Terapia Ocupacional”.

Para Cardoso de Oliveira (2004b), alguns/as pesquisadores/as tendem a considerar que os procedimentos legitimados na ética de suas respectivas profissões, presentes em seus próprios códigos de ética, sejam suficientes para orientar sua conduta na coleta de dados junto aos sujeitos ou na exposição dos resultados das pesquisas. Nessa direção, Barroco (2008, p. 4) afirma que

Refletir eticamente sobre a ética na pesquisa em Serviço Social supõe indagar se ela pode ser considerada uma ação capaz de estabelecer mediações práticas para a objetivação de escolhas e valores éticos, lembrando que as opções são relativas a condições históricas determinadas socialmente e que nossos parâmetros éticos são dados, especialmente, pelo nosso Código de Ética Profissional.

Contudo, é crescente o número de periódicos nacionais e internacionais, sobretudo na área da saúde, que têm solicitado a aprovação do CEP como requisito para publicação de artigos, o que impõe a urgência deste debate no Serviço Social. Oliveira (2011) e Oliveira e Guedes (2013), em seus estudos sobre os cuidados éticos adotados em pesquisas envolvendo seres humanos em Serviço Social publicadas em periódico de referência na área, observaram avanços na adoção de cuidados éticos pela categoria, tais como menção às normativas referentes a diretrizes da ética em pesquisa, obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), submissão ao CEP, participação voluntária e devolução de dados, a partir da mudança da política editorial da revista estudada, na qual a observância dos pressupostos éticos passou a ser um requisito editorial para a publicação.

Na atualidade, a discussão ético-política se amplia para além do cumprimento de itens do protocolo de pesquisa típico do modelo biomédico, tais como: definição de possíveis riscos e benefícios das pesquisas, registro de consentimento e assentimento dos seus participantes, bem como de autorização da instituição onde é realizada, embora este último esteja previsto apenas na Resolução CNS nº 580/2018, que trata de pesquisas no âmbito do SUS. Ela deve caminhar na direção da integridade científica, respeitando direitos dos participantes e estabelecendo compromissos dos pesquisadores, para fortalecimento de boas práticas no processo de produção do conhecimento científico.

Além disso, deve estar somada à discussão teórico-metodológica e técnico-operativa. A discussão teórico-metodológica demanda a afirmação da perspectiva teórico-metodológica hegemônica na profissão, baseada no materialismo histórico-dialético, enquanto quadro teórico de referência e método de investigação e de exposição suficiente para a análise da realidade social, nas suas múltiplas determinações. Há que se investir no debate sobre o método dialético em Karl Marx³, a fim de proporcionar maior segurança do/a pesquisador/a quando da definição, da metodologia proposta e, em especial, da metodologia de análise de dados. Principalmente ao se considerar a recorrência de pareceres que, sob um “bem intencionado” rigor teórico-metodológico, questionam a “validade científica” do método, com base em critérios eminentemente subjetivos. Nessa perspectiva,

entende-se que o Serviço Social deve, também, manifestar a sua posição, reafirmando o rigor teórico que tem conduzido a produção científica altamente comprometida com os princípios éticos, que norteiam toda e qualquer ação profissional, seja de pesquisa ou de caráter investigativo e interventivo (Nogueira; Silva, 2012, p. 197).

E, com relação à discussão técnico-operativa, há que se investir no desenvolvimento das competências e habilidades de “planejar, executar e avaliar pesquisas” (Brasil, 1993), abordando as diferentes etapas do projeto de pesquisa, desde as etapas preparatórias da pesquisa, tais como a formulação do projeto de pesquisa, os métodos, os instrumentos e as técnicas de coleta e de análise utilizados na pesquisa social crítica e as formas de registro de concordância dos sujeitos em participar da pesquisa da forma como lhe for mais adequada —, passando pela realização de pesquisas em Serviço Social — a negociação da entrada no campo, os bastidores e a memória da pesquisa —, até a divulgação dos seus resultados — a elaboração do relatório de pesquisa, da comunicação à comunidade acadêmica e, principalmente, aos sujeitos da pesquisa.

Considerações finais

Como visto, muito embora a comunidade científica brasileira venha, cada vez mais se debruçando sobre a necessidade de proteção dos participantes de pesquisas e de algum tipo de regulação dos protocolos de

pesquisas, há críticas de diferentes áreas do conhecimento dirigidas à concepção de ciência e de ética presente na estrutura, no marco regulatório e nos instrumentos de avaliação oriundos das ciências biomédicas. A atual estrutura da CONEP, vinculada ao Ministério da Saúde por meio do CNS, possui maioria de membros da área da saúde, as Resoluções do CNS revelam o discurso hegemônico de tal composição, e a Plataforma Brasil reproduz em seu formato itens — como desenho de pesquisa, desfecho primário e secundário, metodologia de análise, dentre outros — que não se aplicam às variadas epistemologias que pretende uniformizar, mostrando-se inadequada às pesquisas das ciências humanas e sociais.

Em que pese, ao longo de pouco mais de uma década, tenha ocorrido avanços no sentido da melhoria do processo de avaliação ética, com o reconhecimento das especificidades das ciências humanas e sociais, em decorrência da atuação das associações científicas e profissionais, articuladas no FHSSALLA, as mudanças observadas não foram suficientes superar a hegemonia do modelo biomédico em tais avaliações. Um exemplo é o fato que a Resolução nº 466/2012 permanece vigente e, todas as demais, consideradas “complementares” por parte de alguns Comitês, abrem precedente para a incorporação parcial dos avanços que propõem. Além disso, alguns pareceres extrapolam os aspectos éticos da pesquisa, com recusas ou exigências que se referem a aspectos teórico-metodológicos ignorados pelos avaliadores de outras áreas.

Considera-se que este modelo coloca em xeque o pluralismo e a autonomia científica, sob o risco de investimento cada vez maior em pesquisas teóricas e, cada vez menos, em pesquisas de campo. Essa tendência tem sido demonstrada por alguns estudos e pode ser observada no número de projetos de áreas não biomédicas na Plataforma Brasil, tais como o Serviço Social. Sua prevalência pode comprometer o avanço da ciência brasileira, compreendendo-a enquanto construção coletiva e democrática, voltada para a produção de respostas às necessidades e demandas da população e com vistas à emancipação humana.

Frente a este quadro, torna-se fundamental o aprofundamento do diálogo entre a comunidade científica e o governo brasileiro para a construção de estruturas, normas e instrumentos, fundamentados em diretrizes e princípios abrangentes sobre ética e a integridade científica, que sirvam às diferentes áreas do conhecimento. Algumas universidades vêm criando CEP específicos para as ciências humanas e sociais⁴, o que responde às necessidades individuais imediatas, mas pouco contribui para o enfrentamento coletivo da questão. Uma proposta do FCHSSALLA (Mendes, 2017) seria a transferência da CONEP à estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), em especial ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de modo garantir uma estrutura mais ampla que contemplasse as especificidades dessas áreas (Mainardes, 2017). Contudo, a questão ainda permanece em aberto; espera-se que o resultado da Consulta Pública realizada pelo FCHSSALLA possibilite avanços substantivos.

Por outro lado, a condução deste debate exige cautela, tendo em vista o Projeto de Lei (PL) nº 7.082/2017⁵, que dispõe sobre princípios, diretrizes e regras para a condução de pesquisas clínicas com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com Seres Humanos. O PL apresenta questionamentos ao Sistema CEP/CONEP diferentes daqueles apresentados pelo FCHSSALLA, propondo a criação de uma esfera diretamente vinculada ao governo — não mais colegiada, como no CNS — o que abre espaço para *lobby* de empresas e evidencia o predomínio de uma perspectiva liberal e mercadológica da sua proposição. Cabe destacar que embora o PL tenha como escopo regulamentar a pesquisa clínica, recebeu emenda que permite aplicá-lo a todas as áreas do conhecimento. Frente a esse quadro, as associações científicas e profissionais das áreas das ciências humanas e sociais, através do FCHSSALLA e apoiada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) se posicionaram pela retirada do referido artigo (SBPC, 2022). Contudo, o PL segue em plenário.

Além do mais, a derruição da estrutura atual, sem o referido debate pela comunidade científica em conjunto com o governo e à mercê das disputas no âmbito legislativo, pode ser tão perversa quanto sua continuidade. Cabe destacar a importância da CONEP, citada no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia como referência para as investigações sobre pesquisas com medicamentos para tratamento de Covid-19 (Brasil, 2021), ao fornecer subsídios para a caracterização de infração ética de um pesquisador e de crime contra a humanidade pelo presidente Jair Bolsonaro, que defendeu publicamente o medicamento pesquisado como parte do tratamento precoce da doença.

Atualmente, consta na página eletrônica da Plataforma Brasil aviso da CONEP sobre abertura de consulta pública relativa à proposta de resolução sobre os aspectos éticos, relacionados à constituição, gerenciamento e utilização de bancos de dados com finalidade de pesquisa científica envolvendo seres humanos. A consulta

ficou disponível para contribuições sobre o texto da minuta até 20 de outubro de 2023, por meio de formulário eletrônico (REDCap, 2023). Enquanto isso, os/as pesquisadores/as da área das ciências humanas e sociais seguem aguardando a mesma conduta com relação à proposta formulada pelo FCHSSALLA.

No que diz respeito ao Serviço Social, compreende-se que, além dos desafios em comum com as demais ciências humanas e sociais, coloca-se na ordem do dia o aprofundamento do debate sobre ética em pesquisa na formação de assistentes sociais e pesquisadores/as, no âmbito da graduação e da pós-graduação. É necessário maior conhecimento sobre as estruturas, normas e instrumentos vigentes — haja a vista o verdadeiro temor dos/as estudantes frente à submissão dos seus projetos de pesquisa para conclusão de curso na Plataforma Brasil —, e sua problematização tal como aludido nas linhas anteriores. Mas, também, refletir sobre aspectos éticos que atravessam a prática em pesquisa em suas diferentes fases — da coleta, registro, armazenamento, sistematização e análise dos dados até a socialização dos resultados — tais como: consentimento, assentimento, autorização institucional, sigilo, anonimato, segurança, rigor, plágio, conflito de interesse, entre outros. Além disso, o olhar sobre o cotidiano da prática em pesquisa e sobre as especificidades da pesquisa na área pode ser um campo profícuo para a produção de conhecimento e de práticas ainda mais sintonizadas com os pressupostos ético-políticos do Serviço Social.

Referências

- ABRASCO. Aprovada a resolução sobre ética em pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais. Comunicação Abrasco, 15 abr. 2016. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/formacao-e-educacao/aprovada-a-resolucao-sobre-etica-em-pesquisa-nas-chs/17194/>. Acesso em: 01 ago. 2023.
- BARROCO, M. L. S. Considerações sobre a ética na pesquisa a partir do Código de Ética Profissional do Assistente Social. Lisboa: Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, 2008. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF02/Lucia%20Barroco.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.
- BRANDT, D. B. Normas aplicáveis a pesquisas e dimensão ético-política da investigação em Serviço Social, Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, de 2 a 7 de dezembro de 2018, em Vitória (ES). Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23573> Acesso em: 01 ago. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. 2023. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/plataforma-brasil-conep?view=default>. Acesso em: 01 ago. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Conep/CNS é mencionada como referência para investigações em Relatório Final da CPI da Pandemia. CNS, 20 out. 2021. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2108-conep-cns-e-mencionada-como-referencia-para-investigacoes-em-relatorio-final-da-cpi-da-pandemia>. Acesso em: 01 ago. 2023.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 001, de 14 de junho de 1988. Aprova as normas de pesquisa em saúde. Brasília (DF): 1988. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/1988/Reso01.doc>. Acesso em: 01 ago. 2023.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília (DF): 1996. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html. Acesso em: 01 ago. 2023.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília (DF): 2012. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 01 ago. 2023.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Brasília (DF): 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 580, de 22 de março de 2018. Brasília (DF): 2018. Regulamenta o disposto no item XIII.4 da Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que estabelece que as especificidades éticas das pesquisas de interesse estratégico para o Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília (DF): 2018. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso580.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 674, de 06 de maio de 2022. Dispõe sobre a tipificação da pesquisa e a tramitação dos protocolos de pesquisa no Sistema CEP/Conep. Brasília (DF): 2022. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/Resolucao_674_2022.pdf. Acesso em: 01 ago. 2023.

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília (DF): 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 01 ago. 2023.
- BRASIL. Sobre a Plataforma Brasil. Plataforma Brasil. Brasília (DF): Ministério da Saúde, c2023. Disponível em: <https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf?jsessionid=69B7CC4E38A986FBB4C293B7EB55B90A.server-plataformabrasil-srvjpdf131>. Acesso em: 01 ago. 2023.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. Pesquisa em versus Pesquisas com seres humanos. In: VICTORA, C.; OLIVEN, R. G.; MACIEL, M. E.; ORO, A. P. (org.). Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004a, p. 33–44.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. O mal-estar da ética na antropologia prática. In: VICTORA, C.; OLIVEN, R. G.; MACIEL, M. E.; ORO, A. P. (org.). Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004b, p. 21–32.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993, que institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Brasília (DF): CFESS, 1993.
- DINIZ, D.; GUERRIERO, I. C. Z. Ética na pesquisa social: desafios ao modelo biomédico. RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, Brasília, DF, v. 2, 2008. Doi 10.3395/reciis.v2i0.869. Disponível em: <https://www.reciiis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/869>. Acesso em: 01 ago. 2023.
- FIGUEIREDO, V. Ética e ciência: comissões de ética em pesquisa científica. In: VICTORA, C.; OLIVEN, R. G.; MACIEL, M. E.; ORO, A. P. (org.). Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004. p. 113–118.
- FÓRUM DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS, SOCIAIS APLICADAS, LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES (FCHSSALLA). Diretrizes para a ética na pesquisa e a integridade científica. Brasília: FCHSALLA, 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1GWktl_fSVZ-A-wM2FAPQdIhbhCiobpgI/view. Acesso em: 01 ago. 2023.
- LEFEBVRE, H. Lógica Formal, Lógica Dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- MAINARDES, J. A ética na pesquisa em educação: panorama e desafios pós-Resolução CNS nº 510/2016. Educação, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 160–173, 2017. DOI: 10.15448/1981-2582.2017.2.26878. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/26878>. Acesso em: 01 ago. 2023.
- MENDES, L. Reunião do FCHSSA com a Prof.^a Adriana Tonini, Diretora do CNPq. FCHSSA: blog do fórum das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, 7 abr. 2017. Disponível em: <https://blogfchssa.wordpress.com/2017/04/07/reuniao-do-fchssa-com-a-profa-adriana-tonini-diretora-do-cnpq/>. Acesso em: 01 out. 2023.
- NICACIO, E. M. O processo de avaliação ética de pesquisas em Ciências Humanas e Sociais: considerações sobre uma peculiaridade brasileira. Práxis Educativa, Ponta Grossa, PR, v. 18, p. 1–23, 2023. Doi 10.5212/PraxEduc.v18.21663.031. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/21663>. Acesso em: 01 ago. 2023.
- NOGUEIRA, V. M. R.; SILVA, V. R. da. Ética em pesquisa, Plataforma Brasil e a produção de conhecimento em ciências humanas e sociais. SER Social, Brasília, DF, v. 14, n. 30, p. 190–209, 2012. DOI: 10.26512/ser_social.v14i30.12828. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12828. Acesso em: 01 ago. 2023.
- OLIVEIRA, A. C. de; GUEDES, C. Serviço Social e desafios da ética em pesquisa: um estudo bibliográfico. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 119–129, 2013. Doi 10.1590/S1414-49802013000300008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000300008>. Acesso em: 01 ago. 2023.
- OLIVEIRA, A. C. L. de. Ética em pesquisa e Serviço Social: um perfil dos artigos publicados na Revista Katálysis sobre pesquisas com seres humanos. 2011. 53 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2011. REDCAP. Disponível em: <https://redcap.saude.gov.br/surveys/?s=F9CN8JYXKD>. Acesso em: 01 out. 2023.
- SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. FCHSSALLA e SBPC pedem retirada do artigo 73 do PL 7082/2017, sobre pesquisas clínicas em seres humanos. SBPC, Notícias, Artigos e Manifestos, 25 abr. 2022. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/fchssalla-e-sbpc-pedem-retirada-do-artigo-73-do-pl-70822017-sobre-pesquisas-clinicas-em-seres-humanos/>. Acesso em: 01 ago. 2023.

Notas:

- ¹ Complementada pela Resolução CNS nº 303/2000 e nº 404/2008, todas revogadas pela nº 466/2012.
- ² Atualmente, Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (FCHSSALLA).
- ³ E em outros autores marxianos como, por exemplo, Henri Lefebvre (1991), considerando sua importante contribuição no estudo do método dialético.
- ⁴ A exemplo da Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal do Paraná (UFPR), conforme FCHSSALLA (2023).
- ⁵ Que tem origem no Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 200/2015, que dispõe sobre princípios, diretrizes e regras para a condução de pesquisas clínicas em seres humanos por instituições públicas ou privadas, conforme BRANDT (2018).

Daniele Batista Brandt

danielebrandt@yahoo.com.br

Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Professora do Departamento de Fundamentos Teórico-Práticos do Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Social, Vida Cotidiana e Serviço Social – UrbanoSS da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

UERJ

R. São Francisco Xavier, 524 – Maracanã

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 20550-013

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições da autora

A autora é responsável por todas as etapas da elaboração do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

A autora consente a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe

Mailiz Garibotti Lusa – Comissão Editorial

ARTIGO ORIGINAL

Democracia e reacionarismo na trajetória brasileira

Pablo Ramon Diogo¹<https://orcid.org/0000-0001-6493-0344>

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, SC, Brasil.

Democracia e reacionarismo na trajetória brasileira

Resumo: O presente ensaio, de teor fundamentalmente histórico e teórico de natureza qualitativa, busca tematizar sobre a democracia no Brasil, vinculando-o à sua formação socio-histórica. Para isso, retratamos o papel do Estado, das configurações das classes dominantes em suas frações e disputas, bem como a formação dessas últimas. Assim, compreende o reacionarismo como forma particular de atuação para a manutenção da ordem de classes na sociabilidade brasileira, enquanto incursão basilar das classes dominantes em sua relação com o Estado. Objetiva-se, neste ensaio, discorrer sobre as debilidades democráticas presentes na atualidade brasileira, em conexão ao seu passado histórico.

Palavras-chave: Democracia; Reacionarismo; Estado.

Democracy and reaction in Brazil's history

Abstract: This essay, which is fundamentally historical and theoretical and qualitative in nature, seeks to discuss democracy in Brazil, linking it to its socio-historical formation. To this end, we portray the role of the state, the configurations of the dominant classes in their fractions and disputes, as well as the formation of the latter. In this way, we understand reactionarism as a particular form of action to maintain the class order in Brazilian sociability, as a basic incursion of the dominant classes in their relationship with the state. The aim of this essay is to discuss the democratic weaknesses present in Brazil today, in relation to its historical past.

Keywords: Democracy; Reactionarism; State.

Recebido em 19.12.2023. Aprovado em 28.03.2024. Revisado em 15.05.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Em 1931, num esboço que contou com pouca circulação nos meios acadêmicos, Pedrosa e Xavier (2019) retratam a burguesia brasileira como uma fraca burguesia no plano político pela contenção das pressões imperialistas. A burguesia brasileira, deste modo, procurava ilidir tamanha deficiência de força mediante a constante centralização do seu poder político através do Estado. Este sim atuaria como a sua verdadeira força política. O mérito do mencionado esboço, apesar das debilidades contidas e já superadas histórica e teoricamente, é conseguir lançar luz num retrato do perfil burguês brasileiro num momento da trajetória política do país em que essa classe social estivera em formação.

Há consequências na particularidade de desenvolvimento do modo de produção capitalista brasileiro que determinam de sobremaneira a sua classe dominante e seu exercício no poder. A classe dominante, durante sua formação histórica, permaneceu entre as pressões externas imperialistas e, por outro lado, as pressões internas das classes sociais de interesses antagônicos. O que se ressalta, e é preciso sublinhar, é: tanto as classes que representam o capital quanto as que representam o trabalho nas relações sociais são classes em formação no desenrolar socio-histórico¹ e o modo dessa formação corresponde com as determinações específicas de acumulação de cada país.

É pueril, entretanto, acreditar na classe dominante como um bloco monolítico. Existem diversas frações no interior da classe dominante que divergem em seus interesses, resultando, por vezes, em conflitos intraburgueses e interburgueses com rebatimentos diretos para a totalidade da realidade brasileira. Porém, no desenvolvimento histórico-social dessa classe dominante, compreendendo todas as suas frações, os conflitos de interesses terminaram por confluir na centralização no Estado e seu consequente regime imposto politicamente, ainda que jamais consiga descartar as diferenças existentes no seio dessa mesma classe dominante em suas frações. De todo o modo, o exercício de poder do Estado pela classe dominante, como uma união *aparente* influi diretamente nas formas da vida política brasileira, sobretudo na sua forma de exercício democrático presente na sociedade.

No interesse de desvelar as características da democracia brasileira é que nos valem da compreensão da trajetória histórica da classe dominante em suas determinações particulares e sua relação com o Estado, na medida em que direcionam e dão as características fulcrais do regime político brasileiro — permanecido na sua contemporaneidade em seu caráter de formação ininterrupto. Portanto, não se trata de construir *a priori* um tipo ideal de democracia, mas sinalizar, pela análise, o seu ser-precisamente-assim.

A formação das classes dominantes: da conscrição ao trabalho à contenção do trabalho²

A constituição da república brasileira, alicerçada em 1889, remonta à gênese da manifestação de crise política expressa no ordenamento das classes dominantes. O paulatino crescimento do movimento abolicionista, observado a partir das últimas duas décadas finais do escravismo, colocou em xeque as formas de organização social da realidade brasileira e reclamava a participação social das massas durante todo o processo, culminando na abolição formal subscrita em maio de 1888 (Gorender, 2016; Costa, 2010). Os antecedentes deste episódio se plasmaram na concepção das classes dominantes vigentes de então, hegemonicamente disposta nos fazendeiros cafeicultores, como uma crise de força de trabalho, a grande problemática a ser resolvida no fim do século. A concepção dominante das transformações ocorridas enquanto crise de força de trabalho não passara de justificativa ideológica que concorria para a continuidade efetiva de acumulação de capital, ganhando sua devida força à medida em que as sublevações, fugas e decréscimo da população escravizada engrossavam semelhante interpretação em que a classes dominantes encaravam o conflito.

As classes dominantes conseguiram resolver a problemática em que estavam imbuídas enquadrando as requisições que o tempo histórico impunha, livrando-se de consequências que poderiam tirar-lhes sua força econômica de classe. O modo em que efetivaram sua ação fora dos mais diversos: seja pela ideologia da vadiagem (Kowarick, 2019) posta, igualmente, como ideologia do trabalho (Chalhoub, 2012) ou pela política imigrantista, uma verdadeira “empresa industrial” (Pedrosa; Xavier, 2019, p. 118), de que Clóvis Moura (2019, p. 129) cunhou como “segundo tráfico”. As ações intentavam uma conscrição ao trabalho em nível material e ideológico, que alcançavam tanto mais efetividade conforme a Proclamação da República, num só golpe,

constituiu o poder hegemônico da classe dominante paulista ligada à produção agrícola cafeeira. Bastaria sinalizar, para ilustrarmos como essas ações concorriam para a continuidade de acumulação e reprodução de capital das classes dominantes — matizadas pela *conscrição ao trabalho* —, as leis de locação de serviços que imprimiam a forma compulsória de trabalho no campo mesmo após o fim do escravismo³ de que só tivera alteração formal nos anos de 1960, e o código penal instituído em 1890.

De que a Proclamação da República significou tão-somente uma medida de precaução política da classe dominante paulista o comprovam o estudo de Boehrer (2000) do Partido Republicano, bem como a pesquisa documental de Conrad (1978, p. 290–319) que aponta para o fato de boa parcela dos fazendeiros paulistas não só aderirem ao abolicionismo às vésperas da abolição, mas também libertarem os escravizados através de prestação de serviços de dois anos, ficando parcela deles presos ao domínio do ex-senhor até 1890. Esses fatos são suficientes para demonstrar o quão pouco qualitativamente se operou de mudanças na realidade brasileira, refletindo o nascimento de uma república pouco republicana, sem qualquer lastro de oxigenação democrática que não passasse antes pelos potentados agrícolas⁴. A nulidade de uma sociedade verdadeiramente democrática reteve seus piores efeitos sobre a população negra ex-escravizada, que se viu duplamente alienada no pós-abolição na sua condição de cidadania e de classe (Ianni, 1978).

Ao trazer hegemonia política para os cafeicultores paulistas que já estavam em posição de hegemonia econômica perante as outras atividades de exploração da nação, entretanto, a vitória do Partido Republicano não conseguiu estruturar uma coalizão dominante. O desenvolvimento econômico desigual das regiões brasileiras, fruto da exploração monocultora colonial, dificultara uma unidade de ação política das classes dominantes. A unidade nacional conquistada com a instauração da república acabara por centralizar regionalmente o poder despótico dos cafeicultores no comando do Estado, fazendo com que essa unidade nacional fosse “antes uma conquista política do que uma consequência econômica” (Pedrosa; Xavier, 2019, p. 123)⁵. Tanta disparidade econômica e política fora decisivo para construir cisões no interior das classes dominantes, com distintos interesses. Todavia, o modo de resolução desses conflitos era, neste primeiro momento da república, de caráter intraburguês, pois não colidiam aí com as disputas de distintas frações da classe dominante, e sim conflitos no interior de uma mesma fração da classe dominante — incidindo fortemente na disparidade regional. O desenvolvimento econômico assinalado na aurora do século XX colocou novas personagens que passaram a compor novas frações dentro da classe dominante, donde seus distintos interesses imediatos configuram-se como conflitos interburgueses. Na longa trajetória histórica do desenvolvimento político da classe dominante brasileira, jamais cessou o conflito intraburguês, mas a ele somou-se o caráter interburguês da disputa ao passo que complexificava-se a sociedade.

Erigido sobre o capital comercial externo, ente mediador de efetivação da produção escravista interna e do capital industrial externo já consolidado, o Brasil independente do século XIX levantava nessa época determinações que seriam recobradas no século ulterior. Livrado do esbulho colonial ibérico e adentrado ao ciclo do capital industrial externo, a vida brasileira compreenderia um desenvolvimento econômico e social sem precedentes, deixando intacta as suas formas de exploração do trabalho calcadas na escravização (Saes, 1985). No eixo da produção cafeeira a acumulação de capital propiciou a alavancada de alguns fazendeiros, distando magnitudes quantitativas do capital cafeeiro, formando uma parcela do grande capital cafeeiro que pode transmutar-se em capital comercial. Reservado quase que estritamente ao polo de produção paulista, o grande fazendeiro de café, disposto igualmente como capitalista comercial, coadunou os interesses de suas atividades de investimento. Fora suficiente essa disparidade de acumulação para conduzir a distintos interesses no interior da mesma classe dominante, levadas a efeito já na propagada crise de força de trabalho oitocentista. O fazendeiro metamorfoseado em capitalista comercial pela concentração de capital concorria não somente com seus confrades cafeicultores menores (Silva, 1981), porém ao se realizar como capitalista comercial precisou disputar, igualmente, com os capitalistas comerciais externos que marcavam sua presença interna. A resolução arranjada fora a centralização do seu poder, consertado regionalmente.

A relevância deste desenvolvimento se deve ao papel de mediador que o capital comercial, principalmente na sua forma de comércio de dinheiro ou capital bancário, deteve para efetivar a consolidação de um capital industrial interno (Gorender, 1981). O capital agrícola, alinhado com o capital comercial e o incipiente capital industrial, construíam uma diversidade de frações de classes detentoras de capital. Por ter saído de uma formação social clivada na escravização, não é casual que a origem das primeiras indústrias brasileiras se afirmaria na produção de meios de subsistência: ao surgir em cena o proletariado na vida econômica do Brasil, a forma-

salário requisitava a composição de um mercado interno que pudesse reproduzir essa nova forma de força de trabalho. Será no ordenamento de uma parcela da classe dominante produzindo exclusivamente ao mercado externo e outra parcela que destinava sua produção ao mercado interno que se fará sentir as primeiras fissuras na centralização do poder político da oligarquia cafeeira.

O golpe de 1930 instado pela Aliança Liberal sobrevêm como reflexo dessa fissura. O episódio, contudo, não se deve apenas a esse caráter de disposição da produção entre mercado interno e mercado externo das classes dominantes. No decorrer do desenvolvimento econômico, observado com mais força a partir do século XX, as contradições entre capital e trabalho tiveram relevante papel na culminação do evento de 1930. As insatisfações das novas classes que adentraram no terreno histórico, bem como a efervescência política das massas trabalhadoras a partir da segunda metade da década de 1910, apesar da ausência de um conteúdo e materiais verdadeiramente republicanos e democráticos no período considerado para a sociedade brasileira, influíram decisivamente. Ainda assim, no que concerne às disputas intraburguesas, é coerente assinalar a divergência de interesses da oligarquia latifundiária ligada ao mercado interno, da qual Getúlio Vargas era seu representante (Santos, 2021, p. 75), enquanto prosseguia a centralização política de uma parcela diminuta do grande capital cafeeiro e comercial, voltada ao mercado externo, e o desenvolvimento regional desigual — soma-se a isso, evidentemente, a prenunciada crise da cafeicultura que demonstrara claros sinais desde o Convênio de Taubaté e a impossibilidade de prosseguir com o modelo econômico de exportação frente à crise mundial de 1929. Se 1889 foi a conquista do Estado enquanto poder político, 1930 sinalizou a disputa do Estado enquanto ente econômico.

Trata-se, no golpe de 1930, grosso modo, de um conflito intraburguês e interburguês. Os demais elementos, como a insatisfação e efervescência popular, a centralização política tanto do poder quanto regionalmente e o desigual desenvolvimento das regiões confluíram para a tomada de poder da Aliança Liberal. A revolução constitucionalista de 1932 demonstra até que ponto a classe dominante paulista iria para tentar reestabelecer a sua centralização política e regional. A efetivação do poder político da Aliança Liberal corresponde, portanto, a efetivação das classes dominantes expurgadas anteriormente do poder do Estado, ou seja, representou a vitória da burguesia industrial e dos proprietários fundiários ligados ao mercado interno. A centralização política não fora destituída, substituiu-a por novas forças hegemônicas.

Não tardou para que o novo governo de 1930 redundasse num pacto de aliança das classes dominantes. O ânimo das tendências progressistas — para utilizarmos uma acepção de Lukács (2020) — que ascendiam nacionalmente, da qual a mais importante refere-se à Aliança Nacional Libertadora, forçou uma coalização dominante das classes possuidoras, da qual o símbolo máximo é a instauração do Estado Novo. A burguesia industrial e a oligarquia fundiária ligada ao mercado interno tiveram de capitular aos interesses das antigas classes. Evidencia-se após 1930 a tentativa reacionária, tal qual disposto desde a contrarrevolução vitoriosa da primeira república, de enquadrar todas as tendências progressistas que passavam ao largo do Estado centralizado para manter a estabilidade política e econômica do capital. A atitude de oposição desvairada da primeira república a toda a tendência ligada ao mundo do trabalho, transformou-se em atitude de incorporação aos ditames despóticos do Estado, vide o sindicalismo oficial, visando enclausurar a oposição das forças antagônicas ao capital. A incorporação legislatória do mundo do trabalho vigorava, então, como medida de *contenção do trabalho*. Abre-se um cômodo governo para o desenvolvimento lucrativo e expansão industrial no Brasil, a reação dominante consolida um momentâneo pacto de aliança para as classes dominantes e, ainda que dispostos avanços regulatórios ligados ao mundo do trabalho, a participação política democrática não consegue se valer substancialmente, apesar dos móveis de desenvolvimento de uma sociedade civil assinta pelo desenvolvimento capitalista brasileiro (Coutinho, 2011, p. 25).

Influxos do reacionarismo: consolidação da autocracia burguesa e distensão democrática

O pacto de alianças formado em 1937, como reação às forças progressistas que se desenvolviam, fora aquebrantado pela especificidade das classes que compunham essa mesma aliança. As perturbações da década de 1950 no poder político são reflexos dos conflitos interburgueses e intraburgueses — que se acentuaram com a entrada do capital estrangeiro no seio do conflito. Contudo, as divergências não pesaram para uma transformação na composição do poder do Estado. Refletia, antes, as problemáticas referentes ao curso de

desenvolvimento que seguia fluxo contínuo na sociedade brasileira, sem abandonar as antigas divergências de desenvolvimento capitalista regional. Complexificava-se a sociedade e, conseqüentemente, as classes sociais em ação. Posta essa dinâmica societária, os conflitos dominantes passariam a se orientar mais em sua direção interburguesa do que intraburguesa — este último aparece como objeto daquelas disparidades regionais de desenvolvimento e a diferença de grandeza dos capitais⁶. De qualquer maneira, a aliança representada fundamentalmente pela burguesia latifundiária e industrial passa sem grandes problemas no referido momento. A razão disso deve-se a situação favorável da conjuntura econômica, que não efetiva as existentes divergências em conflitos de fato, tendo resvalamento direto no perfil democrático da sociedade brasileira registrado até a contrarrevolução de 1964.

A tranquilidade econômica perdurou até o momento em que o capital reclamava sua necessária estagnação e sua concomitante sana lucrativa. O que o ciclo da década de 1940 e 1950 no governo político do Estado criou, como mecanismos de investimentos, uma estrutura industrial e chamamento para o investimento externo, permitiu uma reprodução ampliada de capital conjuntamente com um desenvolvimento do setor I de produção, que acabou, ao fim, culminando na intransigente defesa reacionária pela ampliação do lucro, atingido pelo novo ciclo ditatorial irrompido em 1964⁷. Daí que se destacam as orientações desnacionalizantes e maior incentivo de captação externo do lucro pela extorsão do mais-valor interno que marcaram o ciclo ditatorial burguês, tendo seu pleno curso na encampada política econômica neoliberal adotada após o fim do processo de redemocratização. O desenvolvimento desigual entre a burguesia industrial e latifundiária desde o fim da segunda metade da década de 1950 influiu na efervescência política desperta a partir de 1960. A fim de não mensurar a diferença quantitativa em diferença qualitativa enquanto disputa, preferiram selar o predisposto pacto de aliança como reação diante do avanço das forças progressistas — apesar das debilidades estratégicas postas para essas últimas.

Incidência decisiva deteve a longa ausência de um perfil democrático na sociedade e o desenvolvimento “hipertardio” (Chasin, 1978) e particular da formação capitalista brasileira, que fizera do reboquismo a política central das tendências progressistas atuantes de então, desmanteladas nessa estratégia pela condução contrarrevolucionária de 1964, revolvendo o traço autocrático dominante que assegurasse intactas as formas prevaletentes de acumulação. Ademais, o processo contrarrevolucionário aberto em abril de 1964, e reafirmado em 1968⁸, despertou novas configurações no jogo de forças econômicas e políticas: encastelou a dominação exógena imperialista nos intestinos da sociabilidade brasileira e preparou, economicamente, o terreno necessário para o novo ciclo de reprodução do capital que se exigia em termos mundiais. Nestes termos, a abertura franca da autocracia burguesa em 1964 preconiza a entrada intensiva do capital externo sob as mais diversas formas no Brasil, apoiado politicamente, no interior do Estado, pelas forças e agentes políticos reacionários⁹, que reafirmam o pacto de alianças composto em 1937 com a adesão ao capital externo.

A supressão dos direitos civis e sociais que acompanhou a contrarrevolução do capital de 1964 reafirmou a característica débil da democracia brasileira, abortada antes mesmo de uma completa oxigenação e realização. Recapitulava-se à centralização política no Estado. Disso não se depreende que as lutas sociais desenvolvidas no entorno do Estado sejam dirimidas. Em verdade engrossam à medida de expansão e desenvolvimento societário ordenado pelo capital como sua consequência resolvida — eis o motivo das massas conseguirem importante atuação assim que o ciclo ditatorial com seu modelo econômico mostrava sinais de esgotamento. Juntava-se a isso outro problema determinante ligado à forma particular de desenvolvimento brasileiro.

À época da industrialização, a democracia viu-se embainhada em problemáticas particulares de sua formação social. A conscrição ao trabalho, como coerção e dominação das classes possuidoras, nunca pretendeu ser inteira e completa para a massa da força de trabalho disponível no Brasil. Antes, essa coerção teve funcionalidade de caráter mais moralizante e ideológico do que efetivo de integração forçada ao mundo do trabalho. O capital brasileiro, anêmico por sua formação, nas malhas das relações dispostas em sua subordinação ao imperialismo, sempre operou com larga margem de “excluídos”, que serviram para o rebaixamento salarial da força de trabalho como meio de compensação à usual transferência de valor. No plano político esse corpo de “excluídos” — representado sobretudo pelos ex-escravizados e seus descendentes — viu-se obliterado sua capacidade de participação social, ainda que integrados na sociabilidade do particular capital formado. Disso se deve à política social e ao direito social intrincadamente identificadas com o espaço da força de trabalho ocupada formalmente — resultando em prejuízos maiores para a população negra, excluída duplamente por essa identidade entre ocupação formal e objetivação do ser político perpassado pela institucionalidade.

Quaisquer que fossem os posteriores rumos que a participação política viria a sofrer, desvinculada da ocupação salarial formal, o eixo dinamizador premente que impõe uma agressiva população no ambiente da exclusão como requerimento da reprodução social do capital brasileiro, não conseguiria alterar suas bases, redundando numa ampliação democrática formal sem sua correlata condição material de participação¹⁰. Portanto, no grosso da evolução, o conteúdo político se mantém, como dominação autocrática das classes no poder, distando assim a política frente à miséria das massas sob ordenamento particular do capital.

Não se constrói, a partir de 1964, nenhuma divergência política intraburguesa e interburguesa no interior do Estado, a dominação burguesa com suas classes ressalva-se nas suas matizes autocráticas de defesa da ordem posta através da aliança. Porém, destaca-se a disputa econômica no interior do Estado pela apropriação do valor total distribuído, isto é, enquanto não há uma dissidência política na dominação burguesa estatal tem-se, por outro lado, a disputa no interior desta dominação burguesa pelo Estado enquanto ente econômico. Resolvidas no proceder histórico a inserção das classes dominantes no poder do Estado, anulam-se os conflitos políticos de interesses, sem cessar as suas disputas econômicas de caráter imediato. Do esgotamento político e econômico do período contrarrevolucionário aberto em 1964, tem-se velho comportamento das classes dominantes: a diluição das requisições das massas expurgadas da participação política no Estado por meio de medidas que salvaguardem tanto a sua continuidade de dominação quanto a normalidade para efetividade lucrativa de empreendimentos. Segue-se, portanto, a distensão autocrática rumo à redemocratização que fundará a Nova República.

A Nova República, jamais alcançada sem a mobilização popular, acabou redundando numa distensão do domínio burguês sob roupagem democrática, uma “ditadura com um novo revestimento” (Fernandes, 1989, p. 126). A Constituição Federal de 1988, apesar da participação popular envolvida, conseguiu ser enquadrada aos interesses dominantes resultando, nas palavras de um dos parlamentares envolvidos em sua elaboração, numa “carta de privilégios. Não mudou nada” (*Ibid.*, p. 128). A sua efetivação, no que continha de avanços, viu-se minada pelo propalado exercício neoliberal (Behring; Boschetti, 2011, p. 145). As encarnações formais de abertura democrática tiveram de lidar com a força dos interesses econômicos dominantes. A orientação democrática alavancou avanços para a sociedade brasileira, a despeito dos vícios de formação que herdava da centralização política, onde o exemplo mais caricato fora a atuação das medidas provisórias — espólio do decreto-lei disposto pelo despotismo ditatorial anterior. As tendências progressistas existentes do período são marcadas por influxos decisivos que determinam um giro de atuação, refletindo uma “crise na esquerda” (Chasin, 1989) com rebatimentos diretos em sua estratégia política. Os avanços democráticos verificados na sociabilidade brasileira colidiam, assim, diretamente com as arraigadas estruturas de formação que determinavam o modo de efetivação democrático particular.

Da entrada ao atual século seguiram-se o ordenamento das disposições vigentes. Certamente concretizou-se uma participação democrática inusitada na história brasileira, mas as marcas da dominação burguesa contiveram a realização substancial da democracia. Ilustrativo é Delfim Netto, ministro da agricultura no ciclo autocrático burguês, que recobrou sua assistência aos governos progressistas que adentraram no papel do Executivo. Ademais, a política econômica neoliberal funcionou e funciona como um grande obstáculo para essa realização adjunta às questões concretas de objetivação do capital brasileiro, inserindo entraves determinantes na vida democrática.

A atualidade da dominação burguesa: a disputa no Estado pelos frutos da exploração

O aspecto da vida democrática brasileira vinculada à particularidade de sua formação socio-histórica foi objeto de pertinentes interpretações da literatura crítica: desde as características da revolução burguesa assinaladas por Fernandes (1976), a via prussiana de desenvolvimento por Coutinho (2011) ou a sua particularização na via colonial analisada por Chasin (1978).

No campo de ação política é de enorme valoração heurística a contribuição de Gramsci (2002) de revolução passiva, como um “critério de interpretação” (*Ibid.*, p. 332) para “países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino” (*Ibid.*, 209-210). Trata-se de uma “luta de renovação” (*Ibid.*, p. 330) na qual o “Estado, mesmo limitado como potência, seja o ‘dirigente’ do grupo que deveria ser dirigente” (*Ibid.*, p. 329), que é “caracterizada pela hostilidade a toda a intervenção das massas populares na vida estatal, a toda a reforma

orgânica que substituísse o rígido ‘domínio’ ditatorial por uma ‘hegemonia’” (*Ibid.*, p. 286). Ou seja, uma “revolução sem revolução” (*Ibid.*, p. 63) na qual “a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período freqüentemente muito longo” (*Ibid.*, p. 63).

Semelhante apreciação é dada por Fernandes (1976), que caracterizou as transformações políticas da vida brasileira como modificações “de cima para baixo”. Por condições de forças internas e externas, registra-se uma “impotência burguesa, que faz convergir para o Estado nacional o núcleo do poder de decisão e de atuação da burguesia. O que esta não pode fazer na esfera privada tenta conseguir utilizando, como sua base de ação estratégica, a maquinaria, os recursos e o poder do Estado” (*Ibid.*, p. 307). Esse Estado serve como “mecanismo de unidade de classe e de solidariedade de classe” (*Ibid.*, p. 308). Retratando essa problemática aos países latino-americanos no nível do estatal, Osório (2019) qualificou-o como “Estado de segurança do grande capital com verniz eleitoral”.

Todas essas interpretações assinalam uma particularidade não só de formação, mas de expressão de um tipo de sociedade política, na qual a função democrática não consegue valer-se em sua integralidade pela funcionalidade de sua reprodução econômica específica. As análises da constituição política e social da vida brasileira versam constantemente em seus termos categoriais para o caráter político reacionário da classe dominante no poder do Estado. Que essa classe dominante seja débil, fraca ou impotente pela gama das relações em que está inserida, não exclui o caráter despótico e autocrático de seu exercício pelo Estado, ao contrário, o acentua como *modus operandi* de exercício do poder e seu concomitante estilo democrático. No Estado, portanto, encontram-se as classes dominantes detidas em seu pacto de aliança, mas que, como vimos, não consegue jamais dissipar os conflitos de interesses imediatos.

Se, pela formação histórica, não há como simplificar uma disputa burguesa pelo espaço que ela ocupa na produção e realização do capital, são nos períodos de crise que essa diferença vem à tona. Senão, é muito mais uma disputa intraburguesa do que pelo espaço que ela ocupa dentro da esfera da produção e realização do valor, isto é, como disputa interburguesa. Os conflitos de interesses pelas classes dominantes no interior do Estado inserem-se, então, como disputa pela “repartição do butim” (Luxemburgo, 2017, p. 25). Essa cisão de interesses pelo espaço ocupado na produção e realização do valor só será acentuada conforme avança o capital imperialista externo, sobretudo no processo de mundialização que pulveriza e volatiliza os processos de investimento e participação externos. Eis que o neoliberalismo vicejou, no fim das contas, um estímulo para a disputa burguesa nacional, que teve no Estado o ponto privilegiado de confluência e disputa da distribuição dos frutos da exploração do trabalho.

Portanto, para a democracia brasileira, como reflexo desse poder no Estado, continua válida a acepção de Lênin (2017) de “democracia burguesa”, ou seja, para a fraca burguesia disputar entre si. O que, então, efetivamente os une? A taxa de lucro, que o faz se comportarem como “meros acionistas de uma sociedade por ações” (Marx, 2017, p. 193), onde o conjunto dos capitalistas “apesar das desavenças que os separam no campo da concorrência, constituem, não obstante, uma verdadeira confraria maçônica diante do conjunto da classe trabalhadora” (*Ibid.*, p. 233). O Estado transmuta-se, assim, na forma de poder de uma burguesia “compósita e articulada” (Fernandes, 1976). Aí está o fulcro da dominação autocrática burguesa e o modo de ser da participação política.

Das últimas eleições presidenciais ocorridas, a disputa burguesa retomou presença. Do levantamento por nós realizado no site do TSE (2022)¹¹, dos dois candidatos levados a segundo turno, a burguesia latifundiária financiou faustosamente o candidato reacionário da situação, Bolsonaro. Já Lula contou com financiamento de parte significativa dos capitalistas comerciais, do capital bancário e industrial. A frustrada tentativa golpista de 8 de janeiro de 2023 e as interferências da Polícia Federal no segundo turno das eleições apontam para uma possível cissura no pacto de aliança das classes dominante na disputa para o governo do Estado. Até que ponto essa cissura pode objetivar-se em efetiva ruptura do pacto de alianças dominante somente a trajetória em curso responderá.

Considerações finais

Numa perspectiva de longa duração, sempre que as classes dominantes se viram em dificuldades ou pressão precisou-se estabelecer por meio do Estado a ordem de classes posta e sua posição hierarquizada.

O que sempre uniu e conseguiu superar os conflitos de interesse das classes dominantes foi o seu aspecto reacionário, exercido autocraticamente através do Estado e seus instrumentos de ação a fim de manter a reprodução de seus capitais.

Antes mesmo que a pletera de capital viesse a trazer seus efeitos à realidade social brasileira, os comportamentos de dominação reacionária já se faziam sentir como manifestação comum de sua fragilidade, prevista na constituição da primeira república. Na subsequente trajetória, na conformação das frações da classe dominante no terreno histórico, o que lhes conferiu unidade em seus distintos interesses políticos e econômicos imediatos fora sempre o seu exemplar reacionarismo, culminando num pacto de alianças — este último jamais um ponto estático. Na totalidade da sociedade brasileira, essas determinações particulares inferem decisivamente na dinâmica democrática.

O problema da cidadania reside no centro da dominação burguesa e seu sentido de conservação através da reação, daí suas expressões antidemocráticas e espúrias contrafações de distribuição política participativa, reservando a democracia como mera forma subscrita aos marcos legais, negando o substrato material que poderia refazer-se num papel substantivo. Ainda, o papel formal e legal da democracia sobrevém mais enquanto exigência recobrada das massas, em terreno primeiramente extraparlamentar, mas que reclama novamente o estreitamento democrático por exigências de situação de acumulação por parte das classes dominantes.

A maneira particular de dominação burguesa em sua missiva estatal cumpre a função de centralizar o seu poder no Estado e seus instrumentos, com distintos rebatimentos do “nível” democrático ao longo da realidade brasileira. Isso torna, não impossível, mas complexificadas as disputas entre capital e trabalho no terreno parlamentar, fazendo com que as irrupções populares componham um acicate mais depurado do sentido para se fazer valer a cidadania. São nesses modos, de força popular, que são sentidas as orientações “democráticas” provenientes da esfera estatal, com o enquadramento das reivindicações sendo marcas constantes desse processo. Não é que, por si só, a sociabilidade burguesa seja avessa por definitivo à construção democrática, mas a forma particular que estrutura as classes dominantes, sua dominação e ação reacionária na especificidade brasileira, impõem um travão para o curso ideal de participação das classes que não estão inseridas diretamente nos espaços de poder e decisão política.

A política no Brasil fica envolta, no seu circuito histórico, entre as classes dominantes no poder do Estado e as forças progressistas que manejam o verdadeiro caminho democrático. O pacto de aliança reacionário das classes dominantes, na atual crise contemporânea do capital que move imponente cruzadas bélicas pelo globo, vê-se com possibilidades de fissura frente as disputas colocadas no cenário da última eleição nacional, levadas a cabo pelas distintas formas de acumulação de cada fração das classes dominantes em seus interesses econômicos imediatos. Por outro lado, o legado histórico da particularidade brasileira tem revelado que o avesso ao reacionarismo, isto é, a democratização social substantiva da vida brasileira, só reside enquanto potência nas forças progressistas das massas.

Referências

- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOEHRER, G. C. A. Da monarquia à república: história do Partido Republicano do Brasil – (1870–1889). Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- CHALHOUB, S. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Unicamp, 2012.
- CHASIN, J. O integralismo de Plínio Salgado: formas de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- CHASIN, J. A sucessão na crise e a crise na esquerda. Ensaio, São Paulo, n. 17/18, 1989.
- CONRAD, R. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850–1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, E. V. da. Da senzala à colônia. São Paulo: UNESP, 2010.
- COUTINHO, C. N. Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- FERNANDES, F. Constituinte e revolução. Entrevista a J. Chasin, Ricardo Antunes, Antônio Rago Filho, Paulo Douglas Barsotti e Maria Dolores Prades. Ensaio, São Paulo, n. 17/18, fev. 1989.
- FERNANDES, F. Nós e o marxismo. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- GORENDER, J. A burguesia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GORENDER, J. A escravidão reabilitada. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

- GORENDER, J. Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.
- IANNI, O. Escravidão e racismo. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.
- KOWARICK, L. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2019.
- LAMOUNIER, M. L. Formas da transição da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879. 1986. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1986.
- LÊNIN, V. I. O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LUKÁCS, G. A destruição da razão. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- LUXEMBURGO, R. O segundo e o terceiro volumes d'O Capital. In: MARX, K. O capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARINI, R. M. Subdesenvolvimento e revolução. Florianópolis: Insular, 2017.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política, Livro III, o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MOURA, C. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- OLIVEIRA, F. de. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.
- OSÓRIO, J. O estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- PEDROSA, M.; XAVIER, L. Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil. In: PERICÁS, L. B. (org.). Caminhos da revolução brasileira. São Paulo: Boitempo, 2019.
- SAES, D. A formação do estado burguês no Brasil: 1888–1891. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SANTOS, T. dos. Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da “Nova República”. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- SCHWARZ, R. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2012.
- SILVA, S. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981.
- TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Prestação de contas. Brasília/DF, 2022. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/t/seai/sig-prestacao-contas/receitas?session=213794157471205>. Acesso em: 19 dez. 2023.

Notas:

- ¹ Para a classe representante do capital, Fernandes (1976, p. 220) já apontava semelhante argumento: “a burguesia nunca é sempre a mesma, através da história”, e sua construção teórica sobre a formação da classe antagônica ao capital contou com estudo à parte, contido em Fernandes (2009).
- ² As interpretações sobre o desenvolvimento histórico brasileiro e o significado de seus momentos fundamentais determinantes são, sem sombra de dúvidas, objeto das mais variadas controvérsias e perspectivas. Não é casual que assim o seja, tendo em vista que as personagens históricas do ontem prevalecem, ainda que metamorfoseadas, no *hic et nunc* histórico brasileiro. Portanto, há assim, sempre uma visão interpretativa dos fatos históricos que não legam espaço para uma neutralidade axiológica – tão proclamada pelos arautos de um conhecimento científico “verdadeiro”. Disso se deve de que a história jamais repousa como “coleção de fatos mortos” (Marx; Engels, 2007, p. 94), mas um todo vivo e determinante. Posto isso, das interpretações que se seguem no presente artigo buscamos sempre sinalizar os autores de onde provieram a perspectiva assinalada em nossa interpretação, sem, contudo, significar a total adesão à integralidade de sua obra.
- ³ Sobre as leis de locação de serviços, o trabalho de maior envergadura é, certamente, o de Lamounier (1986).
- ⁴ Na esteira dessa interpretação, a fórmula das “ideias fora do lugar” de Schwarz (2012) para o período e ideais do Partido Republicano detém sua validade.
- ⁵ Para além do predomínio na política imigrantista subvencionada, a expressão que figura a centralização política no poder do Estado pelos cafeicultores está inscrita no Convênio de Taubaté de 1906, sinalizando em que medida o Estado intervinha diretamente para servir aos interesses da classe dominante hegemônica.
- ⁶ Ao que nos interessa aqui das classes dominantes e suas frações no interior do poder do Estado, cabe apontar da vacilação predisposta que a burguesia comercial representa, efetivando quase sempre um conflito intraburguês. Tendencialmente atuam no sentido de defesa de interesses a realização do lucro a qual suas mercadorias estão vinculadas.
- ⁷ Se em 1956 “pela primeira vez a renda do setor industrial superará o da agricultura” (Oliveira, 2013, p. 35), este teve breve período de pódio econômico, quando em 1962 começa a tergiversar e mostrar sinais declinantes em sua taxa de investimento e

uma estagnação da sua expansão (Marini, 2017, p. 97), cabendo ainda um crescimento inflacionário no triênio que inaugura a década de 1960, inferindo somente para o período um aumento no custo de vida de 57% (Marini, 2017, p. 89).

- ⁸ “Se já houve, alguma vez, um ‘paraíso burguês’, este existe no Brasil, pelo menos depois de 1968” (Fernandes, 1976, p. 359).
- ⁹ A insaciável sana pelo poder político pela ala das forças militares, enquanto dirigentes do processo reacionário que viabilizava o poder do grande capital interno e externo, pode ser auferida no curioso episódio descrito por Gorender (2014, p. 189–191).
- ¹⁰ O fato da Nova República, inaugurada após exaurimento da longa noite contrarrevolucionária ditatorial – inicialmente provisória –, abrir uma margem mais universalizante às políticas e direitos sociais deve-se tanto às lutas sociais reivindicatórias, como igualmente (e de igual relevância) ao novo ciclo de reprodução do capital que se abria, abandonando o antigo quadro de ocupação formal da força de trabalho e reclamando, assim, uma via mais abrangente de acesso das massas à medida em que a população excluída tendia a aumentar.
- ¹¹ Este levantamento corresponde apenas às frações da classe dominante ligadas a produção e apropriação de capital. Um levantamento mais preciso deveria levar em conta a magnitude dos capitais envolvidos, dividindo pequenos, médios e grandes capitais em seu interesse, na qual não foi possível realizarmos.

Pablo Ramon Diogo

pablo.rdiogo@gmail.com

Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Integrante do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Trabalho e Questão Social na América Latina (NEPTQSAL).

UFSC

R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/nº – Trindade

Florianópolis – SC - Brasil

CEP: 88040-900

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuição do autor

O autor é responsável por todas as etapas da elaboração do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

O autor consente a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe

Maria del Carmen Cortizo – Comissão Editorial

ARTIGO ORIGINAL

Pandemia e emprego: impactos da Covid-19 sobre o mercado formal de trabalho em Santa Catarina

Lauro Francisco Mattei¹<https://orcid.org/0000-0002-1270-8052>**Andrey de Paula Silva¹**<https://orcid.org/0009-0002-4790-8692>**Vicente Loeblein Heinen¹**<https://orcid.org/0000-0003-1263-429X>**Pedro Henrique Batista Otero¹**<https://orcid.org/0009-0009-2119-5728>

¹Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI), Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT), Florianópolis, SC, Brasil.

Pandemia e emprego: impactos da Covid-19 sobre o mercado formal de trabalho em Santa Catarina

Resumo: O estudo analisa os impactos da pandemia da Covid-19 no mercado de trabalho formal de Santa Catarina entre os anos de 2020 e 2021. Para tanto, inicia com uma revisão das principais mudanças observadas no mercado de trabalho brasileiro. Esses resultados são comparados com as estatísticas para o estado catarinense, a partir de dados da PNADC para o mercado de trabalho em geral e da RAIS para o emprego formal. O artigo também analisa as mudanças em termos da composição e do perfil do emprego, com ênfase nos recortes por setor e subsetor de atividade econômica, bem como no patamar remuneratório dos vínculos formais de trabalho. Os principais resultados revelam que a pandemia causou flutuações semelhantes nos indicadores do mercado de trabalho tanto no Brasil como em Santa Catarina, porém com impactos menos intensos no âmbito estadual, devido à condição de maior nível de formalização do emprego na economia catarinense antes mesmo do início da pandemia. As atividades econômicas com maior necessidade de contato pessoal direto foram as mais prejudicadas, enquanto os serviços empresariais, a indústria e o comércio de bens considerados essenciais apresentaram os melhores resultados. Em relação à renda, houve uma queda de quase 10% nos salários reais médios no período considerado, indicando uma perda de qualidade dos empregos gerados nos anos considerados.

Palavras-chave: Emprego formal; RAIS; perfil ocupacional; salário.

Pandemic and employment: impacts of Covid-19 on the formal labor market in Santa Catarina

Abstract: This study analyzes the impacts of the Covid-19 pandemic on the formal labour market in Santa Catarina State between 2020 and 2021. It begins with a review of the main changes observed in the Brazilian Labour Market. The results are compared with statistics for the Santa Catarina State based on data from PNADS for the labour market in general, and from the RAIS for formal employment. The article also analyzes changes in terms of the composition and profile of employment level, with emphasis on the breakdowns by sectors and subsectors of economy activities, as well as the remuneration level of formal employment contracts. The main results reveal that the pandemic caused similar fluctuations in labour market indicators in both Brazil and Santa Catarina, but with less intense impacts at the state level, due to the conditions of a higher level of employment formalization in the Santa Catarina Economy even before the start of the pandemic. Economic activities with the greatest need for direct personal contact were the most affected, while business services, industry and trade in goods considered essential showed the best results. In relation to income, there was a drop of almost 10% in average real wages in the period considered, indicating a loss in the quality of job created in the years considered.

Keywords: formal job; RAIS; occupation profile; wage.

Recebido em 01.11.2023. Aprovado em 28.03.2024. Revisado em 08.06.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

A pandemia da Covid-19 causou profundos impactos em diversos aspectos da vida social. O mercado de trabalho foi uma das esferas mais diretamente prejudicadas, uma vez que a paralisação, parcial ou completa, de diversos segmentos produtivos provocada pelas medidas de distanciamento social necessárias ao combate do novo coronavírus promoveram ajustes imediatos no quadro de funcionários. Tais ajustes ocorreram em um ritmo muito mais acelerado do que poderia acontecer em um ciclo econômico recessivo convencional. Diante desse contexto, o comportamento da formalização do emprego teve papel determinante sobre os desdobramentos dos impactos sociais da pandemia, especialmente em função do cenário do mercado de trabalho nacional no início da pandemia, conforme veremos brevemente na sequência.

A partir de 2015, houve no Brasil uma ruptura no processo de formalização do emprego e do aumento da renda advinda do trabalho que vinha sendo observado até então. O percentual de empregos formais, que era de 41% no primeiro trimestre de 2014, declinou para 38% no mesmo período de 2017. Essa mudança ocorreu simultaneamente a uma estagnação da renda per capita e a um aumento na taxa de desemprego, que passou de 7,9%, no primeiro trimestre de 2015, para 13,7%, no primeiro trimestre de 2017 (Corseuil et al., 2022).

Conti, Breda e Welle (2023) argumentam que a combinação entre crise econômica, mudanças tecnológicas e reformas no âmbito trabalhista e de seguridade social já haviam resultado, antes mesmo do surgimento da pandemia, em um processo de deterioração estrutural do mercado de trabalho, com aumento da informalidade e do trabalho autônomo, bem como redução da renda média dos trabalhadores. Na época, esse processo provocou uma intensa migração de trabalhadores para atividades informais, em grande medida como uma estratégia de sobrevivência diante da falta de oportunidades no mercado formal de trabalho.

Em Santa Catarina, a crise econômica também levou a uma drástica ascensão da desocupação a partir de 2015. Com a acentuada queda da atividade econômica no estado, o número de desocupados aumentou 2,3 vezes em apenas dois anos, subindo de 102 mil pessoas, em 2014, para 232 mil pessoas, em 2016. Já em 2017, a retomada de alguns setores da atividade econômica promoveu um aumento da população ocupada, porém em ritmo inferior ao incremento da força de trabalho. Em 2018, o nível de ocupação seguiu ancorado no desempenho econômico geral do estado, mas o crescimento da população ocupada foi inferior, inclusive, ao registrado em 2017 (Mattei; Heinen, 2021).

Partindo desse contexto, o artigo analisa os efeitos gerados pela pandemia da Covid-19 no mercado de trabalho formal de Santa Catarina, à luz do que foi observado no âmbito nacional. Para tanto, foram empregadas duas fontes de dados: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) Trimestral, do IBGE; e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os dados trimestrais da PNADC são analisados a partir de suas médias anuais.

Já a RAIS fornece informações dos vínculos de trabalho ativos no último dia de cada ano, proporcionando uma visão anual detalhada das oscilações no mercado formal de trabalho em um espaço territorial específico.

A análise dessas bases de dados terá o ano de 2019 como marco de comparação anterior ao período pandêmico. Já o recorte de 2020 é analisado como um período crucial para identificar os principais efeitos negativos gerados pela pandemia, a despeito do acumulado do ano não refletir o pior momento da pandemia, uma vez que o segundo semestre do ano apresentou uma recuperação parcial nos principais indicadores do mercado de trabalho (Heinen, 2022). Por fim, a análise do processo de retomada efetiva do emprego se concentra nos resultados de 2021.

As diferenças metodológicas entre RAIS e PNADC são fundamentais para entender os resultados do mercado formal de trabalho durante a pandemia, particularmente em 2020, quando as fontes utilizadas apresentaram grandes divergências. Do lado da PNADC, um dos principais fatores de distorção foram os afastamentos de trabalhadores por períodos prolongados, uma vez que a Pesquisa considera como inativos os empregados afastados do trabalho por quatro meses ou mais, ainda que seus vínculos permaneçam ativos (IBGE, 2020; Mattei; Heinen, 2022). Além disso, há indícios de que a mudança no perfil de respondentes da referida pesquisa, que passou a ser realizada por telefone durante a pandemia, também possa ter provocado um enviesamento da amostra (Heckscher, 2022).

Já do lado da RAIS, o principal ponto de atenção é a mudança na forma de captação de seus registros. Desde 2019 já vinha ocorrendo, de forma progressiva, a migração para o e-Social, plataforma com maior cobertura (especialmente de vínculos de prazo determinado, temporários e intermitentes) e menos sujeita a

omissões (ME, 2020). Ao incluir novos vínculos, até então não formalizados no sistema, essa transição pode ter provocado um inchaço artificial das admissões em 2020 e 2021, dificultando a análise dos impactos da pandemia sobre o mercado formal de trabalho¹.

O artigo está organizado em outras três seções, além desta breve introdução. A primeira delas contextualiza Santa Catarina no cenário nacional a partir de indicadores gerais do mercado de trabalho mensurados pela PNADC. Tendo em vista esse contexto, a segunda seção analisa os impactos específicos da pandemia sobre o emprego formal em Santa Catarina, tomando-se como referência os dados da RAIS. Por fim, a última seção apresenta uma síntese que sistematiza as principais conclusões do estudo.

Trabalho e pandemia no Brasil e em Santa Catarina

A Tabela 1 apresenta informações sobre a força de trabalho e sua composição no Brasil e no estado de Santa Catarina ao longo do período de 2019 a 2021. No âmbito nacional, registrou-se uma queda significativa na força de trabalho, contando ao todo com 6,3 milhões de pessoas que se tornaram “inativas” ao longo do ano de 2020. Com isso, houve uma redução de 4,3 pontos percentuais (p.p.) na taxa de participação na força de trabalho, que atingiu seu menor patamar na série histórica (59,3%). Para compreender esse resultado, é imprescindível analisar a dinâmica da composição da força de trabalho, que considera as populações ocupada e desocupada.

Tabela 1 - População na força de trabalho, ocupada e desocupada no Brasil e em Santa Catarina (2019-2021)

	Brasil			Santa Catarina		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Força de trabalho	107.099	100.804	105.186	3.935	3.821	3.900
População ocupada	94.258	86.958	91.297	3.694	3.582	3.688
População desocupada	12.841	13.847	13.888	242	239	212
Taxa de participação na FT	63,6	59,3	61,3	67,3	63,9	65,5
Nível da ocupação	56,0	51,1	53,2	63,1	59,9	62
Taxa de desocupação	12,0	13,7	13,2	6,1	6,2	5,4

Fonte: Elaborado por Necat/UFSC a partir de PNADC/T (2023).

Em 2020, a população ocupada no Brasil também sofreu sua maior queda na série histórica, correspondente a 7,3 milhões de indivíduos. Isso equivale a uma diminuição de cerca de 5 pontos percentuais no nível de ocupação. Essa expressiva diminuição na população ocupada realçava os inúmeros desafios representados pela pandemia da Covid-19, em especial as medidas de distanciamento social necessárias para conter o avanço do novo coronavírus. O “ajuste” das empresas sobre seu quadro de funcionários levou à demissão e ao afastamento de milhares de empregados, ao mesmo tempo em que as atividades de diversos autônomos foram inviabilizadas. Assim, o mercado de trabalho foi uma das áreas onde os impactos da pandemia mais foram sentidos (Mattei; Heinen, 2022).

Conforme destacam Corseuil et al. (2022), diferente do que aconteceria em uma crise “convencional”, as pessoas que perderam suas ocupações no começo da pandemia foram condicionadas a permanecer inativas, não sendo consideradas como desocupadas. Enquanto na crise econômica anterior, especialmente entre os anos de 2015 e 2016, tanto os fluxos de entrada no desemprego vindos da ocupação quanto da inatividade contribuíram para o aumento do contingente de desempregados. Tal contexto durante a pandemia apresentou

uma dinâmica bem diferente. Isto porque a transição de inativos para o desemprego, em 2020, sofreu uma diminuição drástica, particularmente no primeiro semestre, quando praticamente todas as pessoas que perderam sua ocupação acabaram saindo do mercado de trabalho. Esse processo pode ser atribuído, em especial, à diminuição das perspectivas de conseguir emprego, além das próprias limitações impostas à busca por trabalho em meio à pandemia².

Além disso, o nível de participação no mercado de trabalho também foi impactado pelas medidas governamentais implementadas no período, com destaque para o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (PEMER) e o Auxílio Emergencial (Mattei; Heinen, 2022).

No mesmo período houve um acréscimo de 1,7 pontos percentuais na taxa de desocupação nacional, que subiu para 13,7%, em média, no ano de 2020. Vale destacar que, devido ao processo de saída da força de trabalho mencionado anteriormente, o aumento do desemprego foi muito menor do que a queda na população ocupada.

Em Santa Catarina, a taxa de participação na força de trabalho apresentou uma redução de 3,4 pontos percentuais em 2020, valor inferior ao registrado em âmbito nacional (4,3 pontos percentuais). Os motivos para a redução da força de trabalho em Santa Catarina foram equivalentes aos identificados em âmbito nacional, incluindo o notável aumento no volume de afastamentos, impulsionados por fatores como condições de saúde, natureza da ocupação ou posição residencial. No caso catarinense, esse cenário foi impactado, em especial, pelo PEMER³. Esse programa teve um impacto ainda maior em Santa Catarina, em função da maior taxa de formalização do mercado de trabalho estadual.

A população ocupada de Santa Catarina também sofreu perdas históricas em decorrência da crise da Covid-19, com uma queda de 112 mil pessoas e redução no nível de ocupação de 3,2 pontos percentuais. As causas dessa redução foram semelhantes às observadas em todo o Brasil. No entanto, o nível da queda na população ocupada no estado catarinense foi menor em comparação ao Brasil (-3%, contra -7,7% da média nacional). Entre os fatores que explicam essa diferença, destacam-se a maior taxa de formalização do estado, assim como sua composição setorial, que será discutida posteriormente.

A população catarinense desocupada, diante da mesma problematização observada em nível nacional, permaneceu constante, mesmo havendo uma brusca queda na ocupação, registrando 239 mil trabalhadores desempregados no estado catarinense, equivalente a uma taxa de desocupação de 6,2%.

Em 2021, no Brasil, houve uma retomada na força de trabalho. Entretanto, o nível ainda se manteve abaixo do período pré-pandemia (61,3%), com um aumento de 2 pontos percentuais em comparação com 2020. A implantação da campanha de vacinação contra a Covid-19 e o aumento da mobilidade urbana, foram fatores determinantes para a reintegração das pessoas que haviam se afastado do mercado de trabalho no primeiro ano da pandemia (IPEA, 2022). Nota-se igualmente uma retomada quanto à população ocupada no mesmo período, embora em um nível inferior ao período pré-pandemia, apresentando um aumento de 2,1 pontos percentuais no nível de ocupação.

No mesmo ano, Santa Catarina também registrou uma recuperação parcial da força de trabalho, apresentando um aumento de 1,6 pontos percentuais. Essa retomada do mercado de trabalho no estado foi impulsionada, assim como visto nacionalmente, por fatores como as campanhas de vacinação contra a Covid-19, que possibilitaram a retomada gradual das atividades econômicas, e aumento da mobilidade urbana, que contribuiu para a reabertura de setores produtivos. Conforme destaca Heinen (2022), foi somente nesse período, mediante a normalização gradual da taxa de participação na força de trabalho, que houve uma redução do desemprego oculto no estado.

Na população ocupada de Santa Catarina, observou-se um crescimento de 79 mil pessoas e um aumento de 2,1 pontos percentuais no nível de ocupação em 2021, sendo uma recuperação em ritmo inferior ao do Brasil, haja vista as menores perdas no período anterior. Diferente do que foi observado nacionalmente, em 2021 Santa Catarina apresentou uma queda de 0,8 pontos percentuais em sua taxa de desocupação, que ficou em 5,4% na média do ano.

Visando compreender como esses processos impactaram as diferentes formas de ocupação no mercado de trabalho catarinense, a Tabela 2 expõe a evolução da população ocupada em Santa Catarina pelos recortes de posição na ocupação e categoria de emprego entre 2020 e 2021.

Em 2020, mais de 100 mil empregados com carteira perderam suas ocupações no setor privado, representando uma queda de 5,6% nessa categoria. Já dentre os empregados sem carteira no setor privado,

Tabela 2 – População ocupada por posição na ocupação e categoria do emprego – Santa Catarina (2019-2021)

	Pessoal ocupado			Variação		
	2019	2020	2021	2020	2021	2019-21
Empregados com carteira no setor privado	1.840	1.738	1.765	-5,6%	1,6%	-4,1%
Empregados sem carteira no setor privado	253	205	217	-18,9%	5,7%	-14,3%
Empregados com carteira no setor público	50	47	51	-5,1%	8,5%	3,0%
Empregado sem carteira no setor público	59	46	59	-22,4%	27,2%	-1,3%
Estatutário ou militar	268	290	271	8,3%	-6,7%	1,0%
Trabalhadores domésticos com carteira	58	55	49	-5,6%	-10,0%	-15,1%
Trabalhadores domésticos sem carteira	108	86	86	-20,8%	0,9%	-20,1%
Conta própria com CNPJ	257	290	342	13,1%	17,8%	33,2%
Conta própria sem CNPJ	531	551	586	3,7%	6,3%	10,3%
Empregador	199	197	187	-1,3%	-4,7%	-5,9%
Trabalhador familiar auxiliar	72	79	77	9,7%	-2,8%	6,6%
Total	3.694	3.583	3.689	-3,0%	3,0%	-0,1%

Fonte: Elaborado por Necat/UFSC a partir de PNADC/T (2023).

houve um saldo de -48 mil vínculos, o que significou uma variação de -18,9% (a terceira maior queda relativa entre as categorias). Percebe-se que o emprego informal foi mais prejudicado do que o formal, uma vez que para os empregadores é mais fácil demitir esses trabalhadores, em função da inexistência de regulação e, em geral, de custos envolvidos ao desligamento.

A categoria de trabalhadores estatutários ou militares chegou a representar 8% do estoque total em 2020, registrando recorde na série histórica da PNADC, iniciada em 2012. O aumento de 78 mil vínculos no período implica uma variação de 8,3%, chegando a 290 mil empregados dessa modalidade. Grande parte desse saldo foi puxado por trabalhadores estatutários na área da saúde, diante dos esforços para combater a pandemia.

A categoria de trabalhadores por conta própria sem CNPJ aumentou de 531 mil para 551 mil ocupações em 2020, implicando uma expansão de 3,7%. Boa parte desse crescimento foi puxado pela agricultura e pelos serviços autônomos para construção, segmento relativamente pouco prejudicado pela pandemia e bastante expressivo nesta categoria. Tal categoria sofreu perdas mais intensas no primeiro semestre, sendo uma das mais prejudicadas pelo período de restrição à mobilidade urbana, visto que está praticamente alheia ao sistema de proteção social. Sua recuperação mais rápida no segundo semestre diz respeito a uma estratégia de sobrevivência dos trabalhadores em condições mais vulneráveis, uma vez que as atividades associadas ao trabalho por conta própria sem registro são a principal porta de entrada para o autoemprego (Carvalho; Nogueira, 2020; Heinen, 2022).

Em 2020, os trabalhadores por conta própria com CNPJ tiveram o maior crescimento percentual (13,1%), o que, em números absolutos, significou um saldo de 33 mil ocupações. Tal crescimento se concentrou no setor de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, que se beneficiou da aceleração da transição digital durante a pandemia e da facilidade de migração para o trabalho remoto (Heinen, 2022).

As maiores quedas percentuais em 2020 foram registradas entre empregados sem carteira no setor público (-22,4%) e trabalhadores domésticos sem carteira (-20,8%). No entanto, em termos absolutos esses números tiveram um impacto menor no movimento da população ocupada, uma vez que, somadas, essas categorias representaram menos de 4% do total de empregos em 2020.

Já em 2021, houve um aumento de apenas 1,6% nos estoques de empregados com carteira no setor privado⁴. Ainda assim, a variação acumulada nos dois primeiros anos da pandemia foi de -4,1%, de modo que a queda em 2020 não foi integralmente compensada pelo crescimento no ano seguinte. Somados os saldos dos dois anos, foram perdidos cerca de 75 mil vínculos dessa modalidade. Os empregados no setor privado sem carteira também registraram um crescimento em 2021, todavia insuficiente para repor as perdas do ano anterior. No acumulado entre 2019 e 2021, essa categoria apresentou uma queda percentual ainda mais intensa (-14,3%), com saldo de -36 mil vínculos.

Em 2021, o crescimento de trabalhadores por conta própria se deu num ritmo ainda maior, com variações de 17,8% entre conta própria com CNPJ e 6,3% nos conta própria sem CNPJ. No acumulado do período, essa primeira categoria obteve um saldo de 85 mil novos vínculos (33,2%), enquanto a segunda ampliou sua população na ordem de 55 mil pessoas (10,3%).

A categoria de estatutários ou militares apresentou o movimento inverso aos dos demais empregados formais: a queda de -6,7% em 2021 foi contraposta ao crescimento registrado em 2020, gerando um crescimento de 1% nos estoques dessa categoria no acumulado. Esse valor representa um saldo de 3 mil vínculos entre 2019 e 2021. Já entre empregadores, a queda em 2021 foi de 4,7%, mediante a perda de 10 mil ocupações. No acumulado de 2019 a 2021, a redução de 12 mil empregadores representou um recuo de -5,9% nesta categoria.

Analisando o conjunto do período percebe-se que os empregados formais foram menos prejudicados do que os informais. Isso se deve à menor flexibilidade dos vínculos formais de trabalho, além da maior cobertura de direitos proporcionada a eles, face às ocupações sem registro. Entretanto, vale notar que o crescimento do mercado formal de trabalho foi inferior ao da população ocupada como um todo, fato que contribuiu para que o ritmo de recuperação da força de trabalho fosse lento. Isso indica que o ritmo de retomada do emprego formal foi insuficiente para atender à demanda por trabalho no período, fato que inevitavelmente levou a um aumento da informalidade no estado.

O mercado formal de trabalho catarinense diante da pandemia da Covid-19

A Tabela 3 apresenta o estoque de empregos formais entre 2019 e 2021, comparando Brasil e Santa Catarina, assim como seus respectivos saldos e variações relativas. Em 2020, o Brasil apresentou estoque de 46,2 milhões de vínculos formais de trabalho, representando um saldo negativo de 480,3 mil vagas no ano e variação de -1%.

Tabela 3 – Estoque de empregos formais - Santa Catarina e Brasil (2019-2021)

	Brasil		Variação	Santa Catarina		Variação
	Estoque	Saldo		Estoque	Saldo	
2019	46.716.492	85.377	0,2%	2.319.210	64.292	2,9%
2020	46.236.176	-480.316	-1,0%	2.360.682	41.472	1,8%
2021	48.728.871	2.492.695	5,4%	2.504.231	143.549	6,1%

Fonte: Elaborado por Necat/UFSC a partir de RAIS (2023).

Em contraste com a tendência nacional, o estado teve um saldo positivo de 41,4 mil vínculos em 2020, o segundo maior do país, atrás somente do Distrito Federal (onde o setor público conta com um peso desproporcional). Em termos relativos, o estado apresentou crescimento de 1,8%. De um modo geral, pode-se dizer que Santa Catarina não teve resultados negativos da mesma forma que o Brasil devido à composição setorial de sua economia, que é menos dependente do setor de serviços e de comércio de rua, além de contar com participação importante de setores que foram menos prejudicados pela pandemia, conforme será discutido posteriormente.

O Brasil encerrou 2021 com um saldo de cerca de 2,5 milhões de vagas formais de trabalho, correspondendo a uma variação de 5,4%. Ao contrário do que se observou no caso da população empregada com carteira no setor privado, medida pela PNADC, o estoque de empregos da RAIS em 2021 conseguiu ultrapassar os níveis do período pré-pandemia.

No ano de 2021 Santa Catarina apresentou saldo de 144 mil empregos e uma variação relativa de 6,1%. Novamente, a composição setorial do estado possibilitou um crescimento maior que o observado nacionalmente, uma vez que a menor dependência do setor de serviços fez com que o mercado de trabalho regional fosse relativamente menos impactado pela manutenção de algumas medidas de isolamento social ainda presentes em 2021.

Setor de atividade econômica

A Tabela 4 apresenta a distribuição dos empregos formais em Santa Catarina por setor e subsetor de atividade econômica⁵, seguindo o mesmo recorte temporal adotado desde o início. Conforme discutido anteriormente, um dos principais impactos da pandemia sobre o mercado de trabalho diz respeito às medidas de restrição à mobilidade urbana, cujas consequências foram extremamente heterogêneas entre os setores.

As atividades mais prejudicadas foram aquelas que exigiam contato pessoal direto e dependiam mais da circulação de pessoas. Em função disso, em 2020 o comércio foi o setor que apresentou a menor taxa de crescimento no seu estoque de vínculos formais (0,5%), com saldo negativo de 2,5 mil. O comércio varejista ficou praticamente estagnado (-0,1%), com perdas concentradas no comércio de rua, principalmente lojas de vestuário, calçados e padarias. Essa queda, no entanto, foi parcialmente compensada pelos supermercados, cuja expansão pode ter refletido um movimento de mudança dos hábitos de consumo das famílias durante a pandemia. Em outras palavras, em paralelo ao represamento da demanda vislumbrado nos segmentos considerados “não essenciais” (têxtil, vestuário e calçados, por exemplo), houve um incremento de segmentos considerados essenciais, como é o caso dos produtos alimentícios. No comércio atacadista, houve uma expansão de 4,2% no ano, muito em função do comércio atacadista de produtos alimentícios e de instrumentos e materiais para uso médico, cuja demanda cresceu enormemente em função da emergência sanitária. Já no comércio e reparação de veículos, notou-se uma retração de 1,9%, por conta da redução do uso de veículos durante a pandemia.

Embora a construção tenha registrado fortes perdas no primeiro semestre de 2020, conseguiu se recuperar na segunda metade do ano. O saldo de 1,3 mil novos vínculos representou um crescimento de 1,4% nos estoques. Em larga medida, essa retomada se explica pelo início da política monetária expansionista praticada em 2020 (período em que a taxa Selic chegou a 2% ao ano) e pelo crescimento da demanda por reformas e obras residenciais em decorrência do maior tempo de permanência em casa por parcelas importantes da população, especialmente durante o primeiro ano da pandemia.

Com saldo de 15,6 mil novos vínculos formais, o setor de serviços expandiu seus estoques em 1,5% em 2020. Percebe-se que os segmentos mais impactados foram aqueles mais dependentes do contato físico e da circulação de pessoas, tais como: alojamento e alimentação (-15,4%); educação (-9,5%); outros serviços prestados às famílias (-5%). Os segmentos que apresentaram crescimento mais expressivo durante o período foram: serviços administrativos e complementares (9,1%), saúde (5,1%) e administração pública (4,4%). No caso da saúde e da administração pública, seu crescimento está fortemente associado à gestão da crise sanitária, sobretudo pela expansão das vagas na administração pública municipal. Quanto aos serviços administrativos e complementares, destaca-se o crescimento do quadro de funcionários para limpeza e vigilância e, principalmente, dos serviços empresariais (informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas). Além de se beneficiarem da aceleração do processo de transformação digital das empresas durante a pandemia, as atividades desse segmento também tiveram maior facilidade na migração para o trabalho remoto, atenuando desligamentos ocasionados pelas restrições às atividades presenciais.

A agropecuária foi a atividade menos prejudicada pela pandemia, uma vez que não sentiu os mesmos impactos da redução da mobilidade urbana. Além disso, muitos trabalhadores migraram de cidades do litoral, mais atingidas pelas restrições aos serviços, para zonas rurais do interior do estado. Mesmo sendo um setor com altas taxas de informalidade, com grande volume de autônomos e trabalhadores familiares auxiliares, foi registrado um crescimento de 2,8% em seu estoque de empregos formais em 2020.

Tabela 4 – Estoque e saldo de empregos formais por setor e subsetor de atividade econômica - Santa Catarina (2019-2021)

	Estoque de vínculos			2020		2021		2019-21	
	2019	2020	2021	Saldo	Var.	Saldo	Var.	Saldo	Var.
AGROPECUÁRIA	40.609	41.741	43.560	1.132	2,8%	1.819	4,4%	2.951	7,3%
INDÚSTRIA	687.469	708.50	758.740	21.03	3,1%	50.23	7,1%	71.27	10,4%
Têxtil e vestuário	161.019	153.980	167.824	-7.039	-4,4%	13.844	9,0%	6.805	4,2%
Alimentos e bebidas	129.424	141.188	145.508	11.764	9,1%	4.320	3,1%	16.084	12,4%
Madeira e móveis	66.754	71.009	76.863	4.255	6,4%	5.854	8,2%	10.109	15,1%
Máquinas e equipamentos	50.230	52.976	59.537	2.746	5,5%	6.561	12,4%	9.307	18,5%
Metalurgia e produtos de metal	53.500	53.549	59.214	49	0,1%	5.665	10,6%	5.714	10,7%
Plástico e borracha	41.574	45.959	47.283	4.385	10,5%	1.324	2,9%	5.709	13,7%
Produtos de minerais não metálicos	32.617	33.503	36.167	886	2,7%	2.664	8,0%	3.550	10,9%
Equipamentos e materiais elétricos	31.293	31.474	34.084	181	0,6%	2.610	8,3%	2.791	8,9%
Autopeças e material de transporte	24.743	26.305	28.820	1.562	6,3%	2.515	9,6%	4.077	16,5%
Eletricidade, gás, água e saneamento	24.693	26.365	26.920	1.672	6,8%	555	2,1%	2.227	9,0%
Papel e celulose	20.953	21.370	22.188	417	2,0%	818	3,8%	1.235	5,9%
Químicos	9.955	11.024	11.595	1.069	10,7%	571	5,2%	1.640	16,5%
Eletrônica e informática	7.093	7.490	8.380	397	5,6%	890	11,9%	1.287	18,1%
Calçados	8.810	7.301	8.229	-1.509	-17,1%	928	12,7%	-581	-6,6%
Extrativa	6.935	7.062	7.640	127	1,8%	578	8,2%	705	10,2%
Outras indústrias	17.876	17.948	18.488	72	0,4%	540	3,0%	612	3,4%
CONSTRUÇÃO	94.577	95.859	105.960	1.282	1,4%	10.101	10,5%	11.383	12,0%
COMÉRCIO	458.009	460.468	487.147	2.459	0,5%	26.679	5,8%	29.138	6,4%
Comércio varejista	312.999	312.799	327.443	-200	-0,1%	14.644	4,7%	14.444	4,6%
Comércio atacadista	88.011	91.734	100.009	3.723	4,2%	8.275	9,0%	11.998	13,6%
Comércio e reparação de veículos	56.999	55.935	59.695	-1.064	-1,9%	3.760	6,7%	2.696	4,7%
SERVIÇOS	1.038.546	1.054.111	1.108.824	15.565	1,5%	54.713	5,2%	70.278	6,8%
Administração pública	267.650	279.548	273.053	11.898	4,4%	-6.495	-2,3%	5.403	2,0%
Serv. administrativos e complementares	220.119	240.166	252.908	20.047	9,1%	12.742	5,3%	32.789	14,9%
Transportes	123.632	123.783	132.310	151	0,1%	8.527	6,9%	8.678	7,0%
Alojamento e alimentação	96.159	81.395	89.093	-14.764	-15,4%	7.698	9,5%	-7.066	-7,3%
Saúde	76.112	80.022	86.573	3.910	5,1%	6.551	8,2%	10.461	13,7%
Educação	86.742	78.468	82.631	-8.274	-9,5%	4.163	5,3%	-4.111	-4,7%
Serv. profissionais, científicos e técnicos	57.474	59.728	66.545	2.254	3,9%	6.817	11,4%	9.071	15,8%
Informação e comunicação	47.524	49.135	55.551	1.611	3,4%	6.416	13,1%	8.027	16,9%
Serviços financeiros e relacionados	36.878	36.933	42.549	55	0,1%	5.616	15,2%	5.671	15,4%
Outros serviços prestados às famílias	26.256	24.933	27.611	-1.323	-5,0%	2.678	10,7%	1.355	5,2%
TOTAL	2.319.210	2.360.682	2.504.231	41.472	1,8%	143.549	6,1%	185.021	8,0%

Fonte: Elaborado por Necat/UFSC a partir de RAIS (2023).

No caso da indústria, percebe-se que, em 2020, as quedas mais intensas se concentraram nos segmentos calçadista e têxtil e vestuário (setor industrial que mais emprega no estado), com recuos de -17,1% e -4,4%, respectivamente. Já os subsetores industriais que mais ampliaram seus estoques de empregos no período foram a fabricação de produtos químicos (10,7%), de plástico e borracha (10,5%) e de alimentos e bebidas (9,1%).

A dinâmica de empregos formais na indústria reflete, em grande medida, a mudança no padrão de consumo das famílias já apresentada no comércio. Em função das condições excepcionais impostas pelo período pandêmico, os artigos de vestuário deixaram de ser considerados bens essenciais, enquanto os produtos alimentícios adquiriram maior importância na cesta de consumo das famílias. Além dos fatores de demanda internos, o segmento da indústria alimentícia também foi impulsionado pela expansão da exportação de carnes. No caso da indústria química, seu crescimento está relacionado a um incremento da demanda por produtos de higiene pessoal, com destaque para o álcool gel. Já o aumento das contratações nas indústrias de plástico e borracha se explica, principalmente, pelo crescimento da demanda intermediária por embalagens de plástico, importantes insumos para a fabricação de alimentos.

Em 2021, o setor de comércio gerou um saldo de 26,7 mil novos vínculos formais, equivalente a uma expansão de 5,8%. Esse resultado fez com que, no conjunto do período analisado, o setor tenha alcançado um crescimento de 6,4%, com 29,1 mil novas vagas geradas. O principal destaque no segundo ano da pandemia ficou por conta das 8,3 mil novas vagas geradas no comércio atacadista, que corresponderam a uma variação de 9%. Esse desempenho está muito associado à disseminação dos “atacarejos”, modelo de negócios que prometeu preços mais baixos ao consumidor em um cenário de disparada da inflação de alimentos⁶. Já no varejo, as 14,6 mil novas vagas geradas em 2021 representaram um crescimento de 4,7%, puxado novamente pelos super e hipermercados.

A construção atingiu o saldo de 10,1 mil novos vínculos formais em 2021, com crescimento de 10,5%. Essa aceleração do setor se explica pelos efeitos defasados da política monetária expansionista, que provocaram uma expansão dos investimentos imobiliários após anos de baixo crescimento. De 2019 a 2021 foram geradas 11,3 mil novas vagas formais de trabalho nesse setor, que obteve uma expansão de 12%. A maior parte do saldo em 2021 foi gerada pelos segmentos da construção de edifícios e de serviços especializados para construção.

Com relação à retomada dos serviços em 2021, as 54,7 mil novas vagas correspondem a um crescimento de 5,2%. Mediante o avanço da campanha de vacinação e o afrouxamento das medidas restritivas à circulação, foi possibilitada a retomada dos serviços de alojamento e alimentação (9,5%); transportes (6,9%) e outros serviços prestados às famílias (10,7%). Os maiores crescimentos registrados foram dos serviços financeiros e relacionados (15,2%); informação e comunicação (13,1%) e serviços profissionais, científicos e técnicos (11,4%), por conta da aceleração da transição digital e da viabilidade do trabalho remoto.

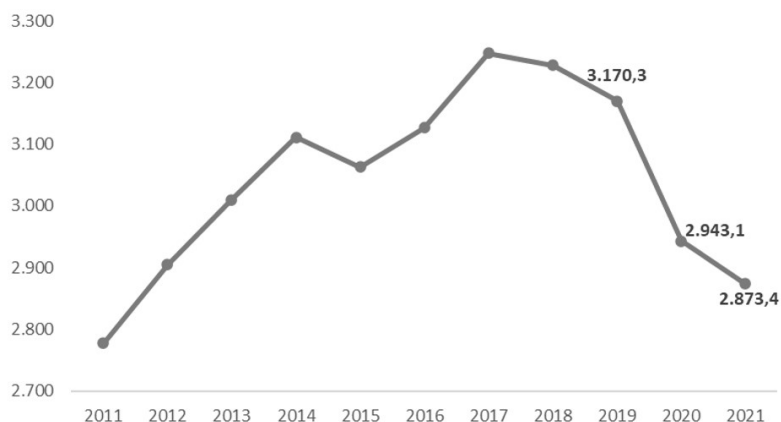
No acumulado de 2020 e 2021, o setor de serviços registrou um saldo de 70,3 mil novas vagas, com variação de 6,8%. Além dos condicionantes econômicos, outro fator preponderante para esse resultado foi a disseminação de vínculos de trabalho atípicos, como contratos por tempo determinado, trabalho intermitente ou parcial. Tanto no Brasil, quanto em Santa Catarina, a expansão dessas formas mais flexíveis de contratação vem se acentuando desde a implementação da Reforma Trabalhista, aprovada em 2017 (Krein; Oliveira, 2019; Mattei; Heinen, 2021). Ao ampliar enormemente a rotatividade da força de trabalho, a pandemia acelerou a implementação dessas novas modalidades, sobretudo nos serviços prestados às empresas.

O setor industrial apresentou saldo de 50,2 mil novas vagas e variação de 7,1% em 2021. Esse resultado foi puxado, principalmente, pelo segmento têxtil e vestuário, que em 2021 retomou as perdas do ano anterior e teve seus vínculos ampliados num patamar superior ao pré-pandemia. Segmentos mais sensíveis à política monetária, como os de máquinas e equipamentos, equipamentos elétricos, móveis, autopeças e materiais de transporte também tiveram contribuições importantes para o saldo da indústria em 2021. Além disso, o dinamismo da construção civil no período se refletiu nas contratações de diversas indústrias fornecedoras de insumos para esse setor, como é o caso da fabricação de produtos em plástico e borracha, metalurgia e produtos de metal, químicos (em especial tintas), madeira e minerais não metálicos.

Salários

O Gráfico 1 apresenta a evolução do salário médio real dos vínculos formais de trabalho em Santa Catarina de 2011 a 2021, deflacionado pelo INPC. Nota-se que, até 2017, o salário médio real recebido pelos trabalhadores catarinenses encontrava-se em trajetória ascendente, ainda que condicionada pelos efeitos da crise de 2015-2016. A partir de 2018, porém, iniciou uma trajetória de queda, que se intensificou drasticamente no período da pandemia, representando um retrocesso de dez anos em termos do nível médio

Gráfico 1 – Salário médio real dos vínculos formais de trabalho - Santa Catarina (2011 - 2021, R\$ a preços de 2021, deflacionados pelo INPC)



Fonte: Elaborado por Necat/UFSC a partir de RAIS (2023).

de renda. Analisando-se apenas os dois primeiros anos da pandemia, nota-se que, por um lado foi registrado um crescimento acumulado de 8% nos estoques de emprego formal e, por outro, houve uma queda histórica na renda média desses trabalhadores, com perdas reais de 7,2% em 2020 e de 2,4% em 2021.

Esse fenômeno se explica tanto por mudanças na composição do mercado formal de trabalho, quanto pelo próprio rebaixamento do patamar remuneratório associado à pandemia. Do ponto de vista da composição ocupacional, o resultado refletiu o movimento de concentração dos novos empregos gerados em segmentos de baixa produtividade, particularmente indústrias pouco intensivas em tecnologia, comércio e serviços administrativos. Ocupacionalmente, outro fator crucial para o achatamento salarial foi o crescimento das formas de contratação atípicas, principalmente dos contratos temporários de trabalho.

De uma maneira geral, pode-se afirmar que a pandemia também esteve associada a um arrocho salarial para a maior parte das categorias de trabalhadores. Os dados revelam que grande parte das pessoas que saíram do mercado de trabalho em 2020 retornou, seja no segundo semestre daquele ano ou no ano seguinte, porém recebendo salários inferiores em termos reais. A deterioração da renda das famílias em função da pandemia e da inflação (que incide de forma intensa sobre trabalhadores mais vulneráveis), juntamente com a perda de poder de barganha dos sindicatos, possibilitou às empresas contratarem trabalhadores a salários mais baixos, sem nem ao menos a necessidade de repor as perdas inflacionárias. Com isso, houve uma perda acumulada de 9,4% do salário médio real de 2019 a 2021. Se em 2019 o valor era de R\$ 3.170,30, em 2021 esse valor passou à cifra de R\$ 2.873,40, significando o menor valor da série histórica desde 2012.

Dentre os segmentos mais prejudicados, destacam-se a educação (-18,9%); eletricidade e gás e artes, cultura, esporte e recreação (ambos com perdas de 15,2%); e os serviços de alojamento e alimentação (-12,5%).

Na medida em que o PEMER instaurou o mecanismo de redução da jornada de trabalho, com reposição parcial dos salários, registra-se que, na prática, o salário efetivo do contrato não necessariamente foi recebido na sua integralidade. Essa dinâmica afetou fortemente as faixas salariais intermediárias, com uma taxa de reposição média de 82% da renda original (Heinen, 2020).

A Tabela 5 expõe o estoque e o saldo de empregos formais por faixa salarial. Em 2020, percebe-se um movimento intenso de concentração do emprego formal nas faixas de 0,5 até 2 salários mínimos (SM), com 106,2 mil novos vínculos. Nos recortes de até 0,51 SM e de 0,5 a 1 SM foram registrados crescimentos de 110,5% e 81,2%, respectivamente. Por outro lado, as faixas de 2,01 a 5 SM tiveram saldos negativos no período, refletindo o movimento de concentração das contratações nos segmentos de menor produtividade e, conseqüentemente, menores salários.

Tabela 5 – Estoque e saldo de empregos formais por faixa salarial - Santa Catarina (2019-2021)

	Estoque de Vínculos			2020		2021		2019-2021	
	2019	2020	2021	Saldo	Var.	Saldo	Var.	Saldo	Var.
Até 0,5 SM	8.092	17.037	16.062	8.945	110,5%	-975	-5,7%	7.970	98,5%
0,51 a 1 SM	75.818	137.401	122.000	61.583	81,2%	-15.401	-11,2%	46.182	60,9%
1,01 a 2 SM	1.091.666	1.136.287	1.198.473	44.621	4,1%	62.186	5,5%	106.807	9,8%
2,01 a 3 SM	520.084	474.571	531.815	-45.513	-8,8%	57.244	12,1%	11.731	2,3%
3,01 a 5 SM	306.261	285.521	323.364	-20.740	-6,8%	37.843	13,3%	17.103	5,6%
Mais que 5 SM	216.954	202.083	219.516	-14.871	-6,9%	17.433	8,6%	2.562	1,2%
Não declarado	88.077	97.511	82.847	9.434	10,7%	-14.664	-15,0%	-5.230	-5,9%
Total	2.319.210	2.360.682	2.504.231	41.472	1,8%	143.549	6,1%	185.021	8,0%

Fonte: Elaborado por Necat/UFSC a partir de RAIS (2023).

Em 2021, a maior parte dos trabalhadores formais contratados se concentrou na faixa de 1,01 a 2 SM (62,2 mil novas vagas), a qual cresceu ainda mais do que no ano anterior. Desse modo, no acumulado de 2019 a 2021 mais da metade dos novos vínculos tinham como patamar remuneratório valores entre 1,01 e 2 SM. Apesar disso, em 2021 as contratações nas faixas salariais de 2 a 5 SM cresceram num nível que superou as perdas registradas no ano anterior, fechando com saldo positivo no acumulado do período.

Nota-se que, à exceção da faixa entre 3,01 e 5 SM, quanto menor a faixa salarial, maior a variação acumulada. Nesse sentido, chama a atenção que o número de empregados formais recebendo até 1 SM (R\$ 1,1 mil em 2021) aumentou em 54,1 mil, atingindo recorde na série histórica. Esse resultado é reflexo da disseminação de contratos de trabalho atípicos no estado, além das condições extremamente precárias de reinserção no mercado de trabalho relegadas pela pandemia.

Considerações finais

Antes mesmo da pandemia, os indicadores do mercado de trabalho no Brasil e em Santa Catarina já se encontravam em um patamar historicamente deteriorado, particularmente no que diz respeito ao grau de informalidade e de renda do trabalho. Diante desse cenário, este estudo buscou analisar os impactos da pandemia no mercado de trabalho formal de Santa Catarina, utilizando, principalmente, dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) para o período entre 2019 e 2021.

A pandemia da Covid-19 promoveu flutuações inéditas nos principais indicadores do mercado de trabalho. Nesse aspecto, Brasil e Santa Catarina sentiram impactos semelhantes aos observados nos demais países da América Latina e no mundo como um todo. Diante das demissões massivas observadas nos primeiros meses da pandemia e do grande volume de afastamentos de trabalhadores de seus postos de trabalho, houve um recuo intenso e imediato do nível da ocupação.

Uma característica particular desse processo, em comparação com outros períodos de crise econômica, foi que a maior parte dos trabalhadores que perdeu sua ocupação não passou a procurar empregos, de modo que a taxa de desemprego foi relativamente pouco afetada. Em outras palavras, houve um aumento atípico da “inatividade”, condicionada pela queda acelerada da atividade econômica em setores intensivos em trabalho, pelos riscos envolvidos na pandemia, pelos reflexos das medidas de distanciamento social sobre as rotinas de trabalho, pelo aumento de fluxos de renda de outras fontes, dentre outros fatores. Esse processo só se reverteu mediante o avanço da campanha de vacinação, de modo que, em 2021, o grau de participação no mercado de trabalho ainda se encontrava abaixo do período pré-pandemia.

Seja do ponto de vista da ocupação, da taxa de desemprego ou do nível de participação no mercado de trabalho, os impactos em Santa Catarina foram menos intensos do que na média nacional. Isso se deve, sobretudo, ao maior grau de formalização do mercado de trabalho estadual, o que revela a importância da rede de proteção social para dirimir os prejuízos ao emprego e à renda dos trabalhadores em momentos de crise.

Além disso, houve diferenças importantes mesmo dentro do mercado formal de trabalho. De acordo com os dados da RAIS, o estado fechou 2020 com expansão de 1,8% em seu estoque de empregos formais, enquanto no país houve recuo de 1%. A diferença aumenta quando se considera o acumulado dos dois primeiros anos da pandemia, em que o mercado formal de trabalho catarinense cresceu quase o dobro da média nacional (8,0% e 4,3%, respectivamente). Essa diferença está associada, principalmente, à estrutura produtiva do estado, que conta com menor participação dos setores mais prejudicados pela pandemia.

Como era de se esperar, também no mercado formal os setores que demandam maior contato pessoal direto e circulação de pessoas foram os mais prejudicados no primeiro ano da pandemia. O comércio varejista, especialmente de artigos de vestuário, sofreu uma das maiores perdas. Os serviços foram afetados de maneira heterogênea, com quedas em setores dependentes da circulação de pessoas nas ruas e crescimento em atividades administrativas, saúde e administração pública. A construção sofreu perdas no início da pandemia, mas se recuperou rapidamente devido ao crescimento da demanda por reformas e à política monetária expansionista. Na indústria, houve quedas intensas no segmento têxtil-vestuário, enquanto os subsetores de alimentos, embalagens plásticas e artigos de higiene e limpeza se destacaram pela ampliação do número de vagas.

Com o avanço da vacinação em 2021, o comércio recuperou as perdas do ano anterior, apresentando crescimento no acumulado, destacando-se o caso dos estabelecimentos de atacarejo e supermercados. O ano também foi marcado pela retomada dos serviços prestados às famílias, enquanto os serviços empresariais permaneceram aquecidos. Com o impulso advindo das medidas fiscais e monetárias adotadas para combater os impactos econômicos da pandemia, houve forte abertura de vagas na construção civil e em atividades industriais relacionadas, como a fabricação de produtos em plástico e borracha, metalurgia e produtos de metal, tintas, obras de carpintaria e cerâmica.

De acordo com os dados da RAIS, o aspecto onde os impactos negativos da crise da Covid-19 foram mais evidentes foi a renda. O forte aumento do emprego formal em 2020 e 2021 foi acompanhado por uma queda acumulada de quase 10% nos salários reais médios no estado. Esses dados revelam um processo de arrocho salarial generalizado, o qual foi potencializado pelo processo de aceleração inflacionária e pela perda do poder de barganha dos trabalhadores, uma vez que as organizações sindicais se encontravam extremamente fragilizadas. Complementarmente, também se observou um forte efeito-composição, devido à concentração dos novos empregos em serviços de baixa produtividade, indústrias básicas e contratos em regimes de trabalho temporário. Outra forma de ver essa dinâmica é que, se considerados somente os vínculos com remunerações superiores a dois salários-mínimos, o mercado formal de trabalho catarinense encolheu 7,8% em 2020, fechando 2021 com expansão bem mais modesta, de 3,0% em relação ao período pré-pandemia.

Além disso, os dados analisados trouxeram indícios de que as mudanças metodológicas pelas quais a RAIS passou nos últimos anos podem ter inflado as estatísticas no período. Nesse sentido, destacam-se o crescimento atípico dos serviços administrativos e complementares (em especial em atividades tradicionalmente associadas à terceirização) e os vínculos trabalhistas atípicos, particularmente para trabalho em tempo parcial e de contratos com prazo determinado.

Em síntese, o estudo revelou que o mercado formal de trabalho catarinense — do ponto de vista do volume do emprego — conseguiu se recuperar dos impactos da pandemia da Covid-19 a partir de 2021. No entanto, também chama a atenção para a possível perda de qualidade desses empregos, sobretudo quando se leva em consideração o seu patamar remuneratório.

Referências

ARUTO, P. C.; SANTOS, L. dos. O novo CAGED e o emprego formal em Santa Catarina: uma análise a partir das categorias de emprego e do tamanho dos estabelecimentos. Florianópolis (SC): Secretaria do Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável, abr. 2021. (Texto para Discussão n. 01/2021).

BRAGA, J. Inflação de commodities e dólar. 2021. Disponível em: [https://www.fundacaoastrojildo.org.br/rpd-julia-braga-inflacao-de-commodities-e-dolar/#:~:text=De%20janeiro%20de%202020%20a,%C3%A0%20desvaloriza%C3%A7%C3%A3o%20cambial%20\(28%25\)](https://www.fundacaoastrojildo.org.br/rpd-julia-braga-inflacao-de-commodities-e-dolar/#:~:text=De%20janeiro%20de%202020%20a,%C3%A0%20desvaloriza%C3%A7%C3%A3o%20cambial%20(28%25).). Acesso em: 8 jul. 2023.

CARVALHO, S. S.; NOGUEIRA, M. O. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise: o trabalho precário e a pandemia: os grupos de risco na economia do trabalho. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10408/1/bmt_70_trabalho.pdf. Acesso em: 24 ago. 2023.

CONTI, B.; BRENDA, D.; WELLE, A. Capitalism in Brazil and COVID-19: crisis, repercussions and responses to the pandemic. Working Paper. Hochschule für Wirtschaft und Recht Berlin, Institute for International Political Economy (IPE), Berlin, n. 217, 2023. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/273416/1/185266892X.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2023.

CORSEUIL, C. H. et al. Comportamento do mercado de trabalho brasileiro em duas recessões: análise do período 2015–2016 e da pandemia de COVID-19. In: SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H.; COSTA, J. S. (org.). Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil. Brasília: IPEA, 2022. p. 23–40. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11561/5/218212_LV_Impactos_Cap01.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

HECKSHER, M. Inaudíveis: quem deixou de ser coberto pelas pesquisas telefônicas e diferenças em relação aos registros administrativos. In: SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H.; COSTA, J. S. (org.). Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil. Brasília: IPEA, 2022. p. 599–624. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11561/32/218212_LV_Impactos_Cap28.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

HEINEN, V. L. Balanço do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda em Santa Catarina. Revista Necat, v. 9, n. 18, p. 38–58, jul./dez. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNADC: Notas técnicas versão 1.8. 2020. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101733_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

HEINEN, Vicente Loeblein. Pandemia e trabalho em Santa Catarina: balanço dos impactos da crise da COVID-19 sobre o mercado de trabalho entre 2020 e 2022.

MATTEI, L. (Org.). O legado econômico e social da COVID-19 no Brasil e em Santa Catarina. Florianópolis/SC: Insular, p. 327-352, 2022.

ILO – Internacional Labour Organization. COVID-19 and the world of work: Updated estimates and analysis. ILO Monitor, 8. ed., out. 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_824092.pdf. Acesso em: 17 ago. 2023.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Trabalho e Renda. IPEA. Políticas públicas: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, p. 263-300, 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11537/17/BPS_29.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R. V. Para além dos discursos: impactos efetivos da Reforma nas formas de contratação. KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R. V.; FILGUEIRAS, V. A. Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade Campinas, Campinas/SP: Curt Nimuendajú, p. 81–126, 2019.

MATTEI, L. Efeitos da revisão do Novo CAGED sobre o mercado formal de trabalho em Santa Catarina: Florianópolis (SC): blog do NECAT, Nov.21 (www.necat.ufsc.br/blognecat)

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Balanço dos impactos da crise da Covid-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro em 2020. Revista Katálysis, v. 25, n. 1, 2022, p. 43-61. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/82492/48234>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ME – Ministério da Economia. RAIS 2019 e eSocial: Implicações para as estatísticas do trabalho formal. 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Zq6jeAd7VhykuOw1mhATdfGBCVSG2q9/view>. Acesso em: 02 jul. 2023.

OIT – Organización Internacional del Trabajo. Panorama laboral 2020: América Latina y el Caribe. Oficina Regional de la OIT para América Latina y el Caribe. 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_764630.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.

PNADC/T – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral [IBGE]. 2023. Disponível em: sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 15 abr. 2023.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais 2021 [MTE]. 2023. Disponível em: bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php. Acesso em: 12 jul. 2023

Notas:

¹ Para maiores detalhes veja Aruto e Santos (2021) e Mattei (2021).

² Sobre esse quesito, vale lembrar que, na metodologia da PNADC, a população desocupada é definida como o contingente de pessoas não ocupadas, que estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência da pesquisa e que realizaram busca efetiva por trabalho no período de referência de 30 dias (IBGE, 2020).

- ³ Fundamentado na Medida Provisória nº 936/2020, convertida na Lei nº 14.020/2020, o PEMER autorizou acordos individuais para suspensões de contratos de trabalho e reduções proporcionais de jornadas e salários. Para uma análise dos efeitos desse programa no cenário de emprego em Santa Catarina no ano de 2020, ver Heinen (2020).
- ⁴ Como será visto posteriormente, esse resultado difere muito do observado nos registros da RAIS. Essa discrepância se deve às importantes diferenças metodológicas entre as fontes de dados, conforme discutido na introdução desse estudo.
- ⁵ Para a análise subsetorial, foi empregado um reagrupamento das divisões da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE), visando reunir segmentos que apresentam dinâmicas econômicas semelhantes no estado.
- ⁶ O IPCA de alimentos chegou a crescer quase 20% em 2021. Entre os fatores que explicam esse fenômeno, destaca-se a desvalorização cambial sofrida pelo Brasil, o aumento dos preços de commodities alimentícias no mercado internacional e a crise hídrica enfrentada pelo país naquele ano (Braga, 2021).

Lauro Francisco Mattei

l.mattei@ufsc.br

Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas e Pós-Doutor pela Universidade de Oxford.

Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenador Geral do NECAT-UFSC.

Vicente Loeblein Heinen

vicenteheinen@gmail.com

Economista formado pela UFSC.

Mestrando em Economia no IE-UFRJ.

Andrey de Paula Silva

andreydps16@gmail.com

Estudante de Economia da UFSC e ex-Bolsista do NECAT

Pedro Henrique Batista Otero

phbo2000@gmail.com

Estudante de Economia da UFSC e Bolsista do NECAT

UFSC

R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/nº – Trindade

Florianópolis – SC

CEP: 88040-900

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições dos Autores

Todos os autores conceberam, organizaram, elaboraram e revisaram o manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Os autores consentem a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe

Maria Regina Ávila Moreira – Comissão Editorial

ARTIGO ORIGINAL

Sistema de justiça, dogma do controle social penal e naturalização da barbárie

Helena Schiessl Cardoso¹<https://orcid.org/0000-0003-2926-140X>**Luciene Dal Ri²**<https://orcid.org/0000-0001-5245-4467>

¹Centro Universitário Católica de Santa Catarina, Escola de Direito, Joinville, SC, Brasil; e Universidade do Vale do Itajaí, Departamento de Direito, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica, Itajaí, SC, Brasil.

²Centro Universitário Católica de Santa Catarina, Escola de Direito, Joinville, SC, Brasil; e Universidade do Vale do Itajaí, Departamento de Direito, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica, Itajaí, SC, Brasil.

Sistema de justiça, dogma do controle social penal e naturalização da barbárie

Resumo: Este artigo tem como objetivo investigar o modelo contemporâneo de resolução de conflitos da política criminal brasileira contemporânea diante da crise do sistema penal e da existência de reformas aparentemente antagônicas. A análise é qualitativa, com base na pesquisa bibliográfica e documental, num diálogo interdisciplinar entre direito, criminologia, sociologia e política criminal. Para tanto, este artigo contextualiza a perspectiva retributiva do sistema de justiça criminal e a legitimação do controle social penal por meio da dogmática jurídica para então problematizar o fracasso empírico das funções preventivas da pena e a naturalização da violência do sistema penal contra as classes sociais marginalizadas. Conclui que, apesar da diversidade metodológica do sistema, a hegemonia da ideologia da defesa social e do dogma do controle social penal dificultam reformas significativas no modelo de enfrentamento de situações dotadas de negatividade social, colaborando para a contínua expansão do combate bélico da criminalidade contra os inimigos da sociedade despidos de cidadania.

Palavras-chave: justiça retributiva; dogma do controle penal; ideologia da defesa social; naturalização da barbárie.

The justice system, the dogma of penal social control and the naturalization of barbarism

Abstract: The article aims to investigate the contemporary model of conflict resolution within the context of Brazilian criminal policy, given the crisis in the penal system and the existence of seemingly contradictory reforms. The analysis is qualitative, within an interdisciplinary dialogue involving law, criminology, sociology, and criminal policy. Therefore, the article contextualizes the retributive perspective of the criminal justice system and the legitimation of penal social control through legal dogma. It then problematizes the empirical failure of the preventive functions of punishment and the normalization of violence within the penal system against marginalized social classes. It concludes that, despite the methodological diversity within the system, the hegemony of the ideology of social defense and the dogma of penal social control hinder significant reforms in the approach to situations marked by social negativity. This contributes to the ongoing expansion of a warlike combat against crime, targeting those deemed as enemies of society, stripped of citizenship.

Keywords: retributive justice; dogma of penal control; ideology of social defense; naturalization of barbarism.

Recebido em 06.02.2024. Aprovado em 16.04.2024. Revisado em 28.06.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Observa-se nas últimas décadas uma série de reformas legislativas aparentemente antagônicas, ora na direção da diminuição ora na direção da expansão do Estado Penal. É de extrema relevância compreender e, se for o caso, problematizar a crise do sistema penal e a política criminal do Estado em razão de suas consequências práticas para a vida em sociedade. Portanto, o objetivo do presente artigo é investigar qual é, de fato, o modelo contemporâneo de resolução de conflitos no Brasil.

No que tange à metodologia, a análise é qualitativa, utilizando-se de técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, num diálogo interdisciplinar entre direito, criminologia, sociologia e política criminal.

Inicialmente, este artigo contextualiza o sistema de justiça criminal calcado na perspectiva de uma Justiça Retributiva, bem como elucida os discursos dogmáticos de legitimação do controle social penal que justificam a pena privativa de liberdade com base nas suas funções de retribuição e de prevenção do delito.

Na sequência, pontua-se o fracasso empírico das funções preventivas da pena e as violências do sistema de justiça criminal, com base na dogmática jurídica crítica e da criminologia crítica, para então refletir acerca do impacto da ideologia da defesa social nas diferentes metodologias do sistema penal e na legitimação do modelo de gestão de conflitos no Brasil contemporâneo.

O sistema de justiça criminal e sua justiça retributiva

No Estado Democrático de Direito, o sistema de justiça criminal encontra sua regulamentação e, sobretudo, seus limites no ordenamento jurídico. O princípio da legalidade — presente no artigo 1º do Código Penal (Brasil, 1940) e no artigo 5º, inciso XXXIX, da Constituição da República (Brasil, 1988) — determina que apenas a lei penal pode definir o fato criminoso e a pena correspondente ao crime. O princípio da culpabilidade, enquanto desdobramento da presunção de inocência prevista no artigo 5º, LVII, da Constituição da República (Brasil, 1988), estabelece que não pode haver punição sem culpabilidade.

Significa dizer que, do ponto de vista da dogmática jurídica, a aplicação da pena pressupõe um autor do crime com capacidade penal (imputabilidade), com ciência da ilicitude de sua conduta (consciência do injusto) e com a possibilidade de não realizar a conduta (exigibilidade de comportamento diverso) (Bitencourt, 2023; Nucci, 2023; Santos, 2012).

O sistema de justiça criminal opera, por conseguinte, na perspectiva de uma Justiça Retributiva (Zehr, 2008), pois fazer justiça tem o significado de retribuir o mal injusto (= o crime) com um mal justo (= a pena). Essa responsabilização depende necessariamente do processo criminal, disciplinado pela legislação constitucional e infraconstitucional, cabendo ao juiz fazer justiça, tendo em vista que a vítima não pode fazer justiça com as próprias mãos (Lopes Júnior, 2023).

A fim de que possa exercer a jurisdição e decidir o “caso penal” (Coutinho, 1989) narrado na peça acusatória, o magistrado deve analisar de forma imparcial os elementos probatórios trazidos pela acusação e pela defesa. O processo criminal gravita em torno da produção de provas, aptas a comprovar ou refutar o crime imputado pela acusação. Comprovada a autoria e a materialidade do crime pela instrução criminal, o juiz condenará o réu e aplicará uma pena que, por excelência, é a pena privativa de liberdade.

Vale destacar que, em razão da expropriação do conflito pelo Estado e da preponderância da ação penal de iniciativa pública no ordenamento jurídico brasileiro, o titular da ação penal é, via de regra, o Ministério Público. Assim, com raras exceções, o promotor de justiça é obrigado a acusar o suposto autor do delito, devendo provar as alegações contidas na denúncia, ocupando o polo ativo do processo criminal. Nesse cenário, a vítima não é parte processual, sendo ouvida tanto na fase pré-processual (investigação preliminar) quanto na fase processual (processo criminal) somente na qualidade de elemento de prova.

Deste modo, no modelo da Justiça Retributiva o crime acaba sendo “uma violação contra o Estado, definida pela desobediência à lei e pela culpa”, ao passo que a “justiça determina a culpa e inflige dor no contexto de uma disputa entre ofensor e Estado, regida por regras sistemáticas” (Zehr, 2008, p. 170).

Significa dizer que o crime é sinônimo de violação da lei penal por um autor culpável, abstraindo-se o conflito e a violação sofrida pela vítima. No processo criminal a disputa não se dá entre o ofendido e o autor do fato, mas entre o Ministério Público e o réu. Essa disputa é regulamentada pelo ordenamento jurídico

(Constituição e lei infraconstitucional). Finalizada a instrução criminal, caso o juiz se convença da existência do crime a partir das provas trazidas aos autos do processo, cabe-lhe condenar o réu.

Percebe-se, então, que o sistema de justiça criminal está alicerçado numa perspectiva de Justiça Retributiva, que reduz o significado de fazer justiça ao ato de punir o autor do crime a uma pena privativa de liberdade em razão do seu ato, sem que haja compreensão e/ou resolução da situação conflitual subjacente (Cardoso, 2024).

A legitimação dogmática da pena criminal

O eixo gravitacional do sistema de justiça criminal é a pena de prisão. A possibilidade de supressão do direito fundamental de liberdade no Estado Democrático de Direito, por sua vez, é legitimada pela teoria da pena. É possível identificar na dogmática jurídica a presença de três grandes discursos que atribuem à pena privativa da liberdade, respectivamente, a função de retribuição, prevenção especial e prevenção geral (Albrecht, 2010; Bitencourt, 2017; Santos, 2012).

A retribuição está relacionada à ideia de que a pena é um mal justo aplicado a um mal injusto (o crime) a fim de realizar a justiça. Nessa medida, o juiz deverá olhar para o passado, analisar o fato punível e aplicar uma sanção que seja proporcional à necessidade de reprovação do autor, funcionando a pena como compensação da culpabilidade do réu (Santos, 2012).

É interessante destacar que a função retributiva da pena tem um olhar retrospectivo, voltado ao fato criminoso cometido no passado, e expressa uma teoria penal absoluta, considerando que a sanção não possui utilidade social, reduzindo-se à reprovação da conduta enquanto um castigo justo da sociedade pelo crime cometido pelo agente. Segundo Cezar Roberto Bitencourt:

Por meio da imposição da pena absoluta não é possível imaginar nenhum outro fim que não seja único e exclusivamente o de realizar a justiça. A pena é um fim em si mesma. Com a aplicação da pena consegue-se a realização da justiça, que exige, diante do *mal* causado, um castigo que compense tal *mal* e retribua, ao mesmo tempo, o seu autor. Castiga-se *quia peccatur est*, isto é, porque delinuiu, o que equivale a dizer que a pena é simplesmente a consequência jurídico-penal do delito praticado. (Bitencourt, 2017, p. 46, grifo do autor).

Ao contrário dessa abordagem meramente punitiva, os discursos preventivos da pena defendem que a sanção precisa ter a utilidade social de prevenir crimes futuros. Nessa medida, trata-se de teorias penais relativas e com um olhar prospectivo, preocupadas com os efeitos da pena sobre o indivíduo criminoso (prevenção especial) ou sobre a sociedade (prevenção geral) (Albrecht, 2010; Bitencourt, 2017; Santos, 2012):

No discurso da prevenção especial, a pena tem a função de prevenir crimes futuros agindo sobre o indivíduo criminoso, na dupla dimensão da prevenção especial negativa e positiva: A função da prevenção especial negativa se refere à neutralização do condenado pelo sistema de justiça criminal, pois ele não poderá cometer outros crimes enquanto estiver na prisão sob custódia do Estado. A função da prevenção especial positiva está associada ao projeto técnico corretivo da prisão, pois a execução penal tem o objetivo de ressocializar o condenado para que não cometa mais crimes.

Por fim, no discurso da prevenção geral, a pena cumpre o papel de prevenir crimes futuros agindo sobre a população em geral, na dupla dimensão da prevenção geral negativa e positiva: A função da prevenção geral negativa diz respeito ao efeito intimidatório da pena criminal sobre a sociedade, pois o temor de sofrer a punição impedirá as pessoas de cometerem crimes. Por sua vez, a função da prevenção geral positiva está ligada ao reforço da fidelidade jurídica da sociedade, no sentido de que a resposta estatal ao crime fortalece a confiança no ordenamento jurídico e a disposição das pessoas de obediência às normas, o que é um modo de prevenir a criminalidade no todo.

Tendo em vista as deficiências das teorias consideradas isoladamente, a dogmática jurídica, a legislação e a jurisprudência ocidental trabalham com a junção dos princípios da retribuição, prevenção especial e prevenção geral, culminando na teoria de unificação das funções da pena (Santos, 2012).

No Brasil, o ordenamento jurídico adotou este modelo da teoria unificada, pois o artigo 59 do Código Penal (Brasil, 1941) determina a aplicação da pena conforme seja necessário para “reprovar” e “prevenir” o crime. No mesmo sentido, o artigo 1º da Lei de Execução Penal (Brasil, 1984) prevê a criação de “condições

para a harmônica integração social do condenado e do internado” para o cumprimento da pena. Ou seja, a legitimação jurídica do controle penal brasileiro se sustenta com base na função retributiva e preventiva da pena criminal.

A desconstrução empírica das funções da pena

Do ponto de vista empírico, há críticas significativas em relação às funções preventivas atribuídas teoricamente à sanção criminal tanto pela dogmática jurídica crítica quanto pela criminologia crítica, indicando uma crise do sistema prisional (Albrecht, 2010; Andrade, 2003; Andrade, 2012; Baratta, 2002; Bitencourt, 2017; Cardoso, 2019; Cardoso, 2021; Pavarini, 2006; Salles e Cardoso, 2024; Santos, 2012; Zaffaroni, 1998; Zaffaroni et al., 2006).

No que diz respeito à ressocialização do indivíduo pela execução penal (prevenção especial positiva), é de se ponderar que é paradoxal achar que se pode ensinar alguém a viver em sociedade ao retirá-lo dela. Segundo Alessandro Baratta (2002, p. 186), “Toda a técnica pedagógica de reinserção do detido choca contra a natureza mesma desta relação de exclusão. Não se pode ao mesmo tempo, excluir e incluir.”

Ademais, a pena privativa de liberdade coloca o sujeito num espaço desumano dominado por uma subcultura carcerária, onde passa por um processo de desculturação, no qual desaprende a viver em liberdade, e por um processo de aculturação/prisionização, através do qual assimila as atitudes, os modelos de comportamento e os valores do cárcere, que são diametralmente opostos aos valores dominantes na sociedade. No fundo, o sujeito no cárcere recebe uma “educação para ser criminoso” e uma “educação para ser bom preso” (Baratta, 2002, p. 184–185).

Ao contrário da suposta função ressocializadora, o cárcere possui um efeito criminógeno sobre o indivíduo, estimulando a delinquência ao invés de freá-la, o que inclusive pode ser percebido à luz dos altos índices de reincidência dos sistemas prisionais em todo mundo. De acordo com Cezar Roberto Bitencourt (2017, p. 64),

As estatísticas de diferentes países são pouco animadoras, tal como refletem as seguintes: nos Estados Unidos as cifras de reincidência oscilam entre 40 e 80%. Glaser cita um índice de reincidência da década de 60 que vai de 60 a 70%, nos Estados Unidos. Na Espanha, o percentual médio de reincidência, entre 1957 e 1973, foi de 60,3%. Na Costa Rica, mais recentemente, foi encontrado o percentual de 48% de reincidência. Porém, os países latino-americanos não apresentam índices estatísticos confiáveis (quando os apresentam), sendo esse um dos fatores que dificultam a realização de uma verdadeira política criminal. Apesar da deficiência dos dados estatísticos, é inquestionável que a delinquência não diminui em toda a América Latina e que o sistema penitenciário tradicional não consegue reabilitar o delinquente; ao contrário, constitui uma realidade violenta e opressiva e serve apenas para reforçar os valores negativos do condenado.

As pesquisas de campo indicam amplamente o fracasso do projeto técnico corretivo da prisão. Nas palavras de Peter-Alexis Albrecht (2010, p. 86), “é de se supor, no melhor dos casos, um não efeito e, no pior dos casos, um efeito contraprodutivo.”

Quanto ao efeito intimidatório da pena (prevenção geral negativa), é de se ponderar que não é a ameaça abstrata ou a gravidade da pena que desestimulam o cometimento de crimes, mas o risco de ser descoberto e perseguido pelo sistema de justiça criminal (Albrecht, 2010; Santos, 2012; Roxin, 2006). Ademais, a maioria das pessoas deixa de cometer crimes por motivações éticas e afetivas, sendo a função de prevenção geral negativa uma “*ilusão do penalismo* que identifica direito penal com cultura” (Zaffaroni et al., 2006, p. 119).

Por fim, a dogmática jurídica crítica e a criminologia crítica alertam que não há como comprovar empiricamente o reforço da fidelidade jurídica da população em razão da punição de autores de crimes (prevenção geral positiva) (Albrecht, 2010; Santos, 2012).

A violência do controle social penal

A crise do controle social penal é agravada em países nos quais há violação dos direitos humanos dos suspeitos e autores de crimes. De acordo com Eugenio Raúl Zaffaroni (1998), na América Latina os sistemas penais costumam atuar à margem da legalidade, havendo homicídios, torturas, sequestros e atos de corrupção

praticados pelas próprias agências estatais. Os sistemas penais latino-americanos não aplicam somente punição, mas operam também através da morte.

No Brasil, verifica-se uma situação paradoxal de indeterminação entre democracia e autoritarismo (Caldeira, 2002; Pastana, 2013), pois cotidianamente ocorrem situações de violência institucional provocadas pelos próprios agentes estatais, como é o caso de torturas em delegacias, presídios e unidades de internação (Jesus, 2009), bem como de execuções sumárias daqueles indivíduos considerados indignos de vida (Zaccone, 2015), justificadas nas operações policiais por meio de autos de resistência, recaindo especialmente sobre a população negra marginalizada (Flauzina, 2017).

As prisões por aqui exibem, em geral, um estado crônico de inconstitucionalidade, já que o Estado amontoa indivíduos em ambientes insalubres, sujeitos a riscos de morte, seja por doenças infecciosas, seja por morte violenta. A falta de vagas e a consequente superlotação das cadeias são um obstáculo estrutural para o fornecimento de serviços básicos de saúde e educação, bem como de condições de trabalho que permitam uma ocupação digna durante o cumprimento das penas. Assim sendo, muitas prisões podem ser definidas como campos de concentração (Argüello, 2007; Wacquant, 2001) ou GULAGs de estilo ocidental (Christie, 1998).

Portanto, verifica-se no Brasil uma simbiose entre a lógica da punição e a lógica do genocídio, numa relação complexa entre sistema penal oficial, que aplica pena privativa de liberdade, e sistema penal subterrâneo, que trabalha com a violação de direitos humanos e a pena de morte, implicando uma crise de legitimidade do sistema de justiça criminal (Andrade, 2012).

A ideologia da defesa social, o dogma do controle social penal e o combate bélico da criminalidade

Apesar do fracasso empírico das funções preventivas atribuídas oficialmente à pena privativa de liberdade e da crise de legitimidade decorrente da realidade violenta do sistema de justiça criminal, ainda assim predomina na sociedade o “credo criminológico”, sintetizado por Nilo Batista (2002) como fé na “criminalização provedora” e “dogma da pena”. As pessoas acreditam que a criminalização das condutas é capaz de resolver os problemas da sociedade e possuem a convicção de que a pena é um remédio universal para todos os males. Assim, conforme recorda Vera Andrade (2003, p. 182), “uma crise ou perda de legitimidade do sistema — que tem lugar na medida em que o sistema não opera no marco da programação ou não cumpre as funções declaradas — não é necessariamente acompanhada da perda de sua autolegitimação oficial.”

No que tange à política criminal no Brasil, houve nas últimas décadas algumas reformas legislativas antagônicas. Por um lado, mudanças legislativas na direção do aumento do encarceramento — p. ex. criação de novos crimes, qualificadoras ou majorantes; maior dificuldade para progressão de regime etc. Por outro lado, mudanças legislativas na direção da diminuição do encarceramento — p. ex. introdução de penas alternativas; previsão de substitutivos penais; mitigação do princípio da obrigatoriedade da ação penal e ampliação dos campos de aplicação da justiça penal negociada; previsão legal de priorizar métodos restaurativos de resolução de conflitos na infância e juventude etc.

A tônica dominante, contudo, é de um movimento contínuo de endurecimento penal, conforme indicam as pesquisas do Instituto Sou da Paz (2019, 2021) sobre a produção legislativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Assim, durante a 55ª legislatura, no período compreendido entre 2015 e 2018 (Instituto Sou da Paz, 2019), “A criminalização de novas condutas e o aumento de penas para condutas já criminalizadas correspondem a 35,4% de todos os projetos de lei de segurança pública apresentados na Câmara e 38,4% dos projetos apresentados no Senado”. No que diz respeito às leis efetivamente sancionadas, as pesquisas apontaram a mesma tendência: “18% delas tratam de medidas que aumentam a pena para um crime já previsto ou criminalizam nova conduta. Outros 13% são leis relacionadas à atividade policial” (Instituto Sou da Paz, 2019).

A análise dos dois anos seguintes revela um enrijecimento da orientação penalista do Poder Legislativo, pois, ainda que em 2019 a Câmara permanecia com um percentual de 35,4% dos seus projetos legislativos dedicados ao paradigma do controle penal, em 2020, “os(as) deputados(as) federais alçaram o endurecimento penal a 45,3% dos PLs sobre segurança pública” (Instituto da Paz, 2021, p. 20). No Senado Federal essa tendência foi ainda mais aguda, tendo em vista que 41,2% de todos os projetos legislativos apresentados em 2019 versavam sobre segurança pública, ao passo que, em 2020, “entre todos os PLs apresentados por

senadores(as) sobre segurança pública e justiça criminal, 52,6% buscavam aumentar penas ou criminalizar condutas” (Instituto Sou da Paz, 2021, p. 20).

Desse modo, os movimentos despenalizadores no Brasil não passam de reformas cosméticas e pontuais. No fundo, de acordo com Vera Andrade (2012), o sistema de justiça criminal opera com uma dupla via metódica: de um lado, com um núcleo brando para as classes sociais mais altas — imunizando as condutas ou lhes aplicando penas alternativas — e, do outro lado, com um núcleo cada vez mais duro para as classes sociais marginalizadas. A presença de institutos despenalizadores não abala o dogma do controle social penal, nem altera a lógica da seletividade do sistema de justiça criminal, que continua atuando predominantemente sobre os estratos sociais inferiores, pois:

Todos os caminhos continuam levando os mesmos (velhos inimigos) e os definidos como similares (novos inimigos) à prisão e à morte, no confronto cada vez mais bélico e militarizado em que o controle penal vem convertendo-se, e na teia cada vez mais emaranhada entre controle social formal e informal, entre pena pública e privada, entre lógica da seletividade e lógica do extermínio, entre prisão e “genocídio em marcha”, “genocídio em ato” (Andrade, 2012, p. 174).

A gramática deste controle penal, por sua vez, é orquestrada com base na ideologia da defesa social, dominante tanto no senso comum dos juristas quanto nas *every day theories* (Andrade, 2003; Andrade, 2012; Baratta, 2002): A violência é vista como sinônimo de um ato praticado por um criminoso perigoso (violência individual), que deve ser corrigido/neutralizado e de quem a sociedade precisa ser defendida. A criminalidade é associada à criminalidade de rua (tráfico, roubo, furto etc.) que precisa ser enfrentada através de um combate bélico a fim de garantir a segurança da sociedade — inclusive cautelarmente, considerando a possibilidade da prisão preventiva para garantia da ordem pública durante o processo criminal. O criminoso representa o mal, enquanto a sociedade representa o bem, cabendo ao Direito Penal a defesa dos valores e interesses da sociedade.

Acrescenta-se que este enfrentamento da criminalidade está ganhando contornos cada vez mais bárbaros (Menegat, 2012). Nesse contexto, Vera Malaguti Batista identifica uma adesão subjetiva à barbárie que coloca até mesmo as ciências sociais diante de um “abismo ético-metodológico, em que a academia já não produz a crítica ao sistema punitivo do grande encarceramento, mas trata de fazê-lo funcionar” (Batista, 2012, p. 308). Ou seja, “[o] Estado agencia o extermínio cotidiano e a *intelligentsia* trata de mascarar-lo” (Batista, 2012, p. 309).

Vive-se no Brasil um estado de guerra em prol da segurança pública, com anuência ou apoio explícito de grande parte da população. A título de ilustração, chegou-se a um nível de naturalização da violência contra as classes sociais marginalizadas que, à época do lançamento do filme *Tropa de Elite* (*Tropa [...]*, 2007), o personagem Capitão Nascimento foi aclamado um herói nacional. Quantos não vibraram com os atos abusivos dos policiais do BOPE no cinema? Quantos não cantarolavam os gritos de guerra que integravam a trilha sonora do longa-metragem?

Segundo Marildo Menegat (2012), trata-se de uma guerra civil, na qual não há Estado de Direito, nem direitos humanos para o lobo mau que mora às margens da sociedade, pois o bandido favelado é despido de cidadania e pode ser eliminado, sem pudor, como demonstram explicitamente os cantos do BOPE no Rio de Janeiro:

O interrogatório é muito fácil de fazer
pega o favelado e dá porrada até doer.
O interrogatório é muito fácil de acabar
pega o bandido e dá porrada até matar.
[...]
Bandido favelado
não se varre com vassoura
se varre com granada
com fuzil, metralhadora. (Menegat, 2012, p. 12)

Nesse ponto, vale retomar o diagnóstico de época do Instituto Sou da Paz no período entre 2015 e 2020 sobre a produção legislativa no campo da segurança pública e da justiça criminal no Brasil (2021, p. 20–21):

De modo geral, ao longo dos anos, notamos que a atuação do Congresso Nacional vai ao encontro ao modelo de segurança pública que vigora no país, caracterizado pela noção de policiamento orientado ao

confronto, em detrimento da investigação e da perícia policial. Outros aspectos são o investimento massivo em armas que não deveriam ser utilizadas em um país que não esteja em guerra, em veículos e aeronaves de combate usados em bairros periféricos e pobres, em pequenas apreensões de armas e drogas, e em operações policiais orientadas ao confronto e ao flagrante, cujo principal resultado é termos a polícia que mais mata, mas também mais morre no mundo.

Percebe-se, portanto, que no âmbito da compreensão e resolução de conflitos e situações de violência, o modelo dominante é a gestão social através do sistema penal. Definem-se crimes, aplicam-se penas. Não se busca compreender ou resolver os conflitos sociais subjacentes, pois o sentido de fazer justiça se esgota na punição do autor do crime pelo sistema de justiça criminal.

Observa-se ademais o incremento contínuo de um paradigma cada vez mais bélico de gestão das situações dotadas de negatividade social no Brasil, com fundamento na hegemonia da ideologia da defesa social, que acaba dando sustentação a um sistema penal deslegitimado e à naturalização da violência contra criminosos/marginais, dificultando a implementação de reformas significativas no sistema de justiça criminal e colaborando para a expansão do Estado Penal.

Considerações Finais

Diante da hegemonia da ideologia da defesa social no senso comum criminológico, que divide a sociedade de forma dicotômica entre cidadãos de bem e criminosos do mal, a investigação revelou que, apesar da existência de uma dupla via metódica na abordagem da questão criminal no Brasil — com um núcleo brando e um núcleo duro —, a política criminal contemporânea está fundamentalmente alicerçada no controle social penal.

As reformas aparentemente despenalizadoras (criação de penas alternativas à prisão, implementação de substitutivos penais, mitigação da obrigatoriedade da ação penal pela justiça penal negociada, previsão legal da priorização de modelos restaurativos de resolução de conflitos na infância e juventude etc.) não abalam o âmago do modelo de controle social. Pelo contrário, reforçam e ampliam o alcance do sistema de justiça criminal e se traduzem na expansão do Estado Penal.

Por fim, os dados coletados indicam a tendência ao endurecimento penal da política criminal, bem como a naturalização da violência do sistema de justiça criminal contra os criminosos/marginalizados despidos de cidadania, gerando pilhas de mortos de todos os lados desta guerra contra os inimigos da sociedade em meio a um triste cenário de adesão subjetiva à barbárie.

Referências

- ALBRECHT, P. *Criminologia: uma fundamentação para o Direito Penal*. Rio de Janeiro/Curitiba: Lumen Juris/ICPC, 2010.
- ANDRADE, V. R. P. de. *A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- ANDRADE, V. R. P. de. *Pelas mãos da Criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012.
- ARGÜELLO, K. S. C. Do Estado social ao Estado penal: invertendo o discurso da ordem. In: BITTAR, W. B. (org.) *A Criminologia no século XXI*. Rio de Janeiro: Lumen Juris/IBCCrim, 2007. p. 119–144.
- BARATTA, A. *A Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2002.
- BATISTA, N. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 12, p. 271–288, 2. sem. 2002.
- BATISTA, V. M. Adesão subjetiva à barbárie. In: BATISTA, V. M. (org.). *Loïc Wacquant e a Questão Penal no Capitalismo Neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 307–318.
- BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm Acesso em: 1 fev. 2024.
- BRASIL. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 fev. 2024.

- BRASIL. [Lei de Execução Penal]. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm Acesso em: 1 fev. 2024.
- BITENCOURT, C. R. Falência da pena de prisão: causas e alternativas. São Paulo: Saraiva, 2017. e-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547220389/>. Acesso em: 1 fev. 2024.
- BITENCOURT, C. R. Tratado de direito penal: parte geral (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2023. e-book, v. 1. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627109/>. Acesso em: 1 fev. 2024.
- CALDEIRA, T. P. do R. Violência, direitos e cidadania: relações paradoxais. *Cienc. Cult.* [online]. 2002, v. 54, n. 1, p. 44-46. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000100021&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 fev. 2024.
- CARDOSO, Helena Schiessl. Criminologia brasileira: um mosaico à luz do ensino jurídico. São Paulo: Tirant Lo Blanche, 2019.
- CARDOSO, Helena Schiessl. Justiça constitucional, sanção penal e sistema prisional. In: Clèmerson Merlin Clève. (Org.). *Direito Constitucional Brasileiro - Teoria da constituição e Direitos Fundamentais*. 2ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 1, p. 674-691.
- CHRISTIE, N. A indústria do controle do crime: a caminho dos GULAGs em estilo ocidental. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- COUTINHO, J. N. de M. A lide e o conteúdo do processo penal. Curitiba: Juruá, 1989.
- FLAUZINA, A. L. P. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2. ed. Brasília: Brado Negro, 2017.
- INSTITUTO SOU DA PAZ. Endurecimento penal dominou propostas no congresso para a segurança pública entre 2015 e 2018, revela pesquisa. 25 out. 2019. Disponível em: <https://soudapaz.org/noticias/endurecimento-penal-dominou-propostas-no-congresso-para-a-seguranca-publica-entre-2015-e-2018-revela-pesquisa/> Acesso em: 1 fev. 2024.
- INSTITUTO SOU DA PAZ. O papel do legislativo na segurança pública: análise da atuação do congresso nacional em 2020. Dez. 2021. Disponível em: <https://soudapaz.org/o-que-fazemos/mobilizar/sistema-de-justica-criminal-e-seguranca-publica/advocacy/seguranca-publica/?show=documentos#documentos-1>. Acesso em: 1 fev. 2024.
- JESUS, M. G. M. de. O crime de tortura e a justiça criminal: um estudo dos processos de tortura na cidade de São Paulo. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-05022010-171309/pt-br.php>. Acesso em: 1 fev. 2024.
- LOPES JÚNIOR, A. Direito processual penal. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626355/>. Acesso em: 1 fev. 2024.
- MENEGAT, M. Estudos sobre ruínas. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012.
- NUCCI, G. de S. Curso de Direito Penal: Parte Geral: arts. 1º a 120. v.1. Rio de Janeiro: Forense, 2023. e-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646852/>. Acesso em: 01 fev. 2024.
- PASTANA, D. R. Estado punitivo brasileiro: a indeterminação entre democracia e autoritarismo. *Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 27-47, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9039/9685>. Acesso em: 1 fev. 2024.
- PAVARINI, M. Un arte abyecto: ensayo sobre el gobierno de la penalidad. Buenos Aires: Ad Hoc., 2006.
- ROXIN, C. *Strafrecht: Allgemeiner Teil*. VI. I. 4. ed. München: Verlag C.H. Beck, 2006.
- SALLES, Bruno Makowiecky; CARDOSO, Helena Schiessl. Restorative justice as a possible path to access to justice in Brazil: the central role of the Judiciary and the creative translation based on the Euro-American theoretical and methodological framework. *Cadernos de Dereito Actual*, [S. l.], n. 24, p. 71-89, 2024. Disponível em: <https://www.cadernosdedereitoactual.es/ojs/index.php/cadernos/article/view/1119>. Acesso em: 25 ago. 2024.
- SANTOS, J. C. dos. Direito Penal: Parte Geral. 5 ed. Florianópolis: Conceito, 2012.
- TROPA DE ELITE. Direção de José Padilha. Rio de Janeiro: Zazen Produções; The Weinstein Company, 2007.
- WACQUANT, L. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- ZACCONE, Orlando. Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2015.
- ZAFFARONI, E. R. et al. *Direito Penal Brasileiro*. v. I. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- ZAFFARONI, E. R. En busca de las penas perdidas: deslegitimacion y dogmática jurídico-penal. Buenos Aires: Ediar, 1998.
- ZEHR, H. Trocando as Lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça. São Paulo: Palas Athena, 2008.

Helena Schiessl Cardoso

helenacardoso@catolicasc.org.br

Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Professora de Direito Penal, Processo Penal, Criminologia e Prática Jurídica na graduação em Direito do Centro Universitário Católica de Santa Catarina.

Centro Universitário Católica de Santa Catarina de Joinville

R. Visc. de Taunay, 427 – Centro

Joinville – SC

CEP: 89203-005

Luciene Dal Ri

luciene.dalri@univali.br

Doutora em Direito pela Università degli Studi di Roma La Sapienza.

Professora no Programa de Mestrado e Doutorado em Ciência Jurídica e no Curso de Mestrado Profissional Internacional Conjunto em Direito das Migrações Transnacionais, da Universidade do Vale do Itajaí e da Università degli Studi di Perugia (Itália).

Universidade do Vale do Itajaí - Univali

R. Uruguai, 458 - Centro, Itajaí – SC

CEP: 88302-901

Agradecimentos

O presente artigo foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pesquisa Internacional Conjunto PPCJ/UNIVALI e Widener University – Delaware Law School, para a Produção Científica e Técnica e está inserido na Área de Concentração “Constitucionalismo, Transnacionalidade e Produção do Direito”, na Linha de Pesquisa “Principiologia Constitucional, Política do Direito e Inteligência Artificial” e no Projeto de Pesquisa “Fontes Normativas do Direito Transnacional”. Agradecemos o apoio institucional recebido.

Agência financiadora

Fomento da FAPESC por meio do “Projeto para apoio à internacionalização plena do curso de doutorado acadêmico em Ciência Jurídica/Univali em dupla diplomação com a Delaware Law School/Widener University (EUA), por meio do aperfeiçoamento para atividades de ensino, pesquisa e extensão”, termo de outorga 2022TR1620.

Contribuições das autoras

A primeira autora foi responsável pela concepção e redação do artigo. A segunda autora, tutora do pós-doutorado, contribuiu com a discussão e revisão crítica do conteúdo do artigo.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

As autoras consentem a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe

Cristiane Luíza Sabino de Souza – Comissão Editorial

ARTIGO ORIGINAL

Notas sobre democracia para interpretar a realidade

Daniela Neves de Sousa¹<https://orcid.org/0000-0002-5065-215X>

¹Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Departamento de Serviço Social, Professora Associada do Departamento de Serviço Social (DESSO) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), Natal, RN, Brasil.

Notas sobre democracia para interpretar a realidade

Resumo: O artigo analisa o debate teórico e político sobre democracia, a partir do estudo de algumas das principais perspectivas sobre esse tema nas ciências humanas, e contribui na interpretação da realidade contemporânea. Realizou-se pesquisa bibliográfica em algumas obras que influenciam o pensamento social brasileiro sobre o tema, como: Coutinho, Wood, Netto e Bobbio. Os resultados são as análises das concepções desses autores, que estão situadas desde o espectro teórico e político revolucionário socialista até o liberal.

Palavras-chave: democracia; teoria social; sociedade moderna.

Notes on democracy to interpret reality

Abstract: The article analyzes the theoretical and political debate on democracy, based on the study of some of the main perspectives on this subject in the human sciences, and contributes to the interpretation of contemporary reality. Bibliographical research was carried out on some of the works that have influenced Brazilian social thinking on the subject, such as Coutinho, Wood, Netto and Bobbio. The results are an analysis of these authors' conceptions, which range from the revolutionary socialist to the liberal theoretical and political spectrum.

Keywords: democracy; social theory; modern society.

Recebido em 27.02.2024. Aprovado em 21.03.2024. Revisado em 07.08.2024.



Este artigo está licenciado sob a Licença Internacional de Atribuição em Nome da Instituição Científica e Tecnológica do Brasil, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Em seu livro, *Cultura e Democracia*, Chauí (1990) assinala os riscos de uma disputa histórica cultivada entre filósofos e sociólogos: os primeiros consideram-se possuidores da verdade porque são detentores da *Ideia*, os segundos porque são conhecedores do *Fato*. Essa rivalidade marca largamente os estudos sobre democracia, cidadania, entre outros temas centrais no advento da sociedade moderna e ascensão da burguesia. Surpreendendo a todos – filósofos e sociólogos, Karl Marx e alguns outros intelectuais clássicos põem por terra essa cisão Fato/Ideia, e produzem, no conjunto das suas obras, um amplo conhecimento sobre a *sociedade capitalista* e sobre o *capital* fundado numa intensa apropriação da realidade enquanto uma totalidade social, demarcando um campo de saberes e de práticas ricas e contraditórias.

Ora, é neste campo amplo e heterogêneo que pesquisadores e pesquisadoras se inserem e se confrontam contemporaneamente com o debate da democracia. No terreno do Estado, por meio das políticas sociais públicas ou dos processos de formação e conformação da sociedade brasileira, as classes sociais em geral vêm sendo protagonistas das disputas teóricas e práticas sobre a democracia. Dessa forma, alguns segmentos sociais fazem coro com os sociólogos factuais, outros com os filósofos idealistas, e há ainda aquele setor da sociedade que exorciza toda essa dualidade e se ocupa de compreender a realidade brasileira e captar o papel da democracia no capitalismo atual.

Fernandes, 1976; Coutinho, 1980 e 2000; e Netto, 1990; afirmam que a burguesia brasileira nunca teve compromisso, ou mesmo interesse, num pacto social que permitisse a participação das camadas subalternas na dinâmica política do país “A institucionalidade democrática sob a dominação burguesa não passou nunca de expediente tático nos conflitos para a instauração e/ou a consolidação do ordenamento capitalista” (Netto, 1990, p. 119). A constituição e evolução da sociedade brasileira contou com a vitória continuada das forças sociais conservadoras que souberam travar os processos de *fermentação social* e neutralizaram as lutas sociais populares, mediante mecanismos integradores e/ou repressivos, garantindo a composição política dos interesses das camadas dominantes – dos tempos do pacto colonial ao século 21.

A dinâmica capitalista que marcou a ascensão dos modernos monopólios, no século 20, criou uma nova condição estratégico-dependente para as nações da periferia. No caso brasileiro, aquela dinâmica teve efeitos tais que, na primeira metade do século 20, tornaram muito peculiares a constituição e o desenvolvimento das classes e da ordem social capitalista competitiva. Por um lado, a organização dos trabalhadores já nasce tutelada e a burguesia brasileira é a expressão do *congelamento da descolonização* (a feliz expressão é de Fernandes, 1976) e, por outro, o Estado burguês restringe a constituição dos direitos e torna-se quase a expressão exclusiva do poder das classes dominantes. Assim, o regime social brasileiro mostra-se, para com as classes subalternas, muito pouco flexível, impedindo os deslocamentos democráticos possíveis nas sociedades burguesas.

Por isso mesmo, a valorização em *larga escala* da temática da democracia é, sobretudo, fruto de processos históricos mais recentes no país. O período, próprio do regime político instaurado em 1964, que marca a *ditadura do grande capital* (Ianni, 1981) suprimiu toda a prática social democrática e restringiu duramente o debate público sobre a democracia. A análise e crítica social da *autocracia burguesa*¹ que se constituiu no período só foi possível em pequenos nichos da intelectualidade, cortados de todo contato com segmentos sociais mais amplos, e nos circuitos fechados e clandestinos dos partidos e organizações de esquerda. A ditadura fortemente pressionada, visivelmente a partir de 1979, é compelida a seu projeto de autorreforma, com medidas liberalizantes planejadas e controladas pelo Estado. Todavia, as mobilizações da sociedade civil intensificam-se e, aliada à conjuntura da crise econômica de 1981-1983 (cf. Singer, 1988), começam a influenciar, diretamente, no processo de *abertura política*.

A democracia renova-se nesse contexto como um processo e um tema relevante para sociedade brasileira, impactando toda a sua estrutura social, e marca o ordenamento jurídico da nova Constituição Federal aprovada em 1988. Desde então, temos vivenciado experiências de construção do chamado estado democrático de direito no país, a partir da direção política das classes dominantes brasileiras. Nos últimos anos no Brasil, a pauta da democracia tem tomado centralidade, especialmente porque as experiências políticas e de governo têm imposto a necessidade de afirmar sua importância no contexto de ascensão de ideias e práticas neofascistas.

Para atender os objetivos desse estudo – analisar o debate teórico e político da “questão democrática” e das principais perspectivas que recobrem esse tema nas ciências humanas – realizou-se pesquisa bibliográfica

a partir das obras de importantes pensadores que têm influenciado as ciências humanas brasileiras no tema da democracia.

Concepções teóricas e práticas de democracia

Um conjunto de intelectuais ligados à tradição democrática, de diversas inspirações (socialistas, comunistas e liberais), são responsáveis diretos pela difusão nas práticas políticas da sociedade brasileira e na produção teórica das ciências humanas, de um rol de temas que informam concepções diversas de democracia. As análises sobre o Estado, a sociedade civil, as relações sociais, a cidadania, os direitos etc. comportam, nesse conjunto, uma variação de entendimentos sobre democracia. Todavia, para efeito de análise, elegemos alguns autores centrais e as produções teóricas que têm o debate explícito da democracia como vetor de suas preocupações. São eles: Carlos Nelson Coutinho, Ellen Wood, José Paulo Netto e Norberto Bobbio.

Carlos Nelson Coutinho e *democracia como valor universal*

No campo das várias tendências de esquerda, começamos por destacar as formulações de Carlos Nelson Coutinho sobre democracia e socialismo, e sua tese da democracia como valor universal. Alinhado — e um dos principais intelectuais orgânicos — ao campo de esquerda que entende a democracia como arma de luta pelo socialismo e necessária à sua construção, Coutinho (1980, 2000) defende que muitas das formas e objetivações de relacionamento social que compõem o arcabouço institucional da democracia política, que teve sua gênese na sociedade burguesa, não perdem, objetivamente e subjetivamente, seu valor universal com o desaparecimento dessa sociedade. Isso porque o valor que constitui a democracia, à qual se refere, é resultado do processo pelo qual o homem se cria a si mesmo e complexifica e amplia tanto os carecimentos quanto as faculdades humanas.

Surgem ao mesmo tempo, num processo dialético, o carecimento de determinadas objetivações (valiosas para a realização do homem) e a faculdade ou capacidade que torna possível a satisfação de tal carecimento. Essas objetivações valiosas, de acordo com a natureza do carecimento, podem se dar em qualquer esfera do ser social, da estética à política (Coutinho, 2000, p. 22).

A democracia, para o autor, deve ser particularizada como o resultado de um processo histórico no qual foram desenvolvidas formas de objetivação política construídas pelos próprios homens e mulheres — mas que têm uma dinâmica de evolução que depende da história e das suas leis. Dessa forma, Coutinho, nos termos de Lukács, compreende a democracia como um *processo* e não como um *estado*².

As múltiplas objetivações que formam a democracia moderna surgem como respostas, dadas em determinado nível concreto de processo de socialização do trabalho, ao desenvolvimento correspondente dos carecimentos de socialização da participação política. Embora formem um conjunto sistemático, essas objetivações vão se desenvolvendo ao longo do tempo, razão pela qual Lukács, ao falar em democracia, prefere corretamente usar o termo “democratização” (Coutinho, 2000, p. 23).

Assim, essa democratização torna-se um *valor* na medida em que contribui para explicitar e desenvolver os componentes centrais do ser humano-genérico. Essa perspectiva permite Coutinho a afirmar: como a democracia e a existência desse *valor* possibilita ao ser social produzir e destacar componentes humanos universais que o particularizam como humanidade, ela operará, como tal, independente da formação social que exista. Dito de outra forma, a democracia é universal, pois possibilita a constituição do ser humano-genérico tanto no capitalismo quanto no socialismo.

Justifica que agreguemos ao substantivo valor o qualitativo de universal o fato – historicamente inquestionável – de que as objetivações democráticas são capazes de promover a explicitação do ser genérico do homem em diferentes formações econômico-sociais, ou seja, tanto no capitalismo quanto no socialismo. O consenso

hoje quase unânime em torno do valor universal da democracia é a expressão subjetiva de um fenômeno primariamente objetivo (Coutinho, 2000, p. 23).

Nesse entendimento, a democracia teria, segundo o autor, um potencial trans-histórico. Tanto contribui na formação de processos de participação política que tensionam as estruturas institucionais capitalistas, quanto preserva modalidades sociais e institucionais de descentralização de poder que devem ser garantidos no socialismo. Portanto, a democracia é parte central da luta política contra o capitalismo e é, na mesma intensidade, parte central da constituição do socialismo.

O socialismo não existirá como tal sem democracia. Com total convicção teórica e política, Coutinho resgata a resolução política do último congresso do Partido Comunista Italiano (1989), que reconhece a necessidade de uma representação política adequada à unidade na diversidade produzida pelo socialismo. E essa representação seria a democracia. Para os comunistas italianos, “a democracia não é um caminho para o socialismo, mas sim o caminho do socialismo” (PCI *apud* Coutinho, 2000, p. 24, grifo do autor). Coutinho reforça, assim, sua tese da democracia como valor universal.

Pode-se afirmar que a importância dada por Coutinho à democracia, tanto no ordenamento político do capitalismo quanto do socialismo, alimenta uma cultura política de esquerda que hipervaloriza a “questão democrática” e faz dela a diretriz fundamental do seu programa político de luta anticapitalista e do chamado socialismo democrático.

Ellen Wood e a *Democracia contra o Capitalismo*

Nesse mesmo campo — da supervalorização da democracia —, mas por caminhos diferentes, podemos destacar a influência da obra de Ellen Wood na intelectualidade brasileira. Wood (2003) também acredita que a democracia tem uma potencialidade política capaz de abalar com golpe de morte o capitalismo; todavia, essa queda não passa necessariamente pelo socialismo, o que a distancia do pensamento de Coutinho.

A autora parte da premissa de que o capitalismo é, na sua essência, incompatível com a democracia. E que a crítica histórica ao capitalismo tem que ser executada com a convicção de que existem alternativas, mas para realizar a crítica do capitalismo na atualidade exige-se o exame também crítico da própria tradição socialista. “O objetivo principal dessa crítica foi a transformação da ideia socialista, de uma aspiração a-histórica, num programa político baseado nas condições históricas do capitalismo.” (Wood, 2003, p. 21). A autora busca nesta crítica ao socialismo resgatar a “história que vem de baixo”, termo que toma emprestado de E. P. Thompson (1987), contra o programa de “socialismo imposto de cima”, e utiliza essa análise histórica do movimento popular para colocar a luta de classe no centro da teoria e da prática política e econômica, construindo uma tensão democrática no capitalismo a partir da liberdade do chamado demos.

Meu próprio ponto de orientação ainda é o socialismo, mas as posições e resistências são de um tipo diferente e exigem crítica específica. Se existe hoje um tema unificador entre as várias oposições fragmentadas, é a aspiração à democracia [...] democracia como desafio ao capitalismo (Wood, 2003, p. 21).

Uma das partes centrais da análise de Wood é que a democracia deve ser pensada para além dos mecanismos da política e explorada sua dimensão de *poder do povo* sobre a dinâmica econômica.

Já sugeri em várias partes desse livro que o mercado capitalista é um espaço *político*, assim como econômico, um terreno não apenas de liberdade e escolha, mas também de dominação e coação. Quero agora sugerir que a *democracia* precisa ser pensada não apenas como categoria política, mas também como categoria econômica. Não estou sugerindo apenas uma “democracia econômica” entendida como maior igualdade na distribuição. Estou sugerindo democracia como um regulador econômico, o *mecanismo acionador* da economia (Wood, 2003, p. 248, grifos da autora).

A proposição de Wood aponta para a democracia além dos mecanismos políticos e a indica como sistema social capaz de regular a economia não somente no seu aspecto distributivo da riqueza, mas, sobretudo, na sua forma imperativa nas relações de produção. Nesses termos, a autora destaca como um bom ponto de partida a associação livre de produtores diretos proposta por Marx. Segundo ela, “o melhor local para começar a busca

de um novo mecanismo econômico é a própria base da economia, na organização do trabalho” (Wood, 2003, p. 248). Todavia, Wood chama atenção para as formas imperativas do mercado impostas a uma organização democrática de produtores diretos.

Formas novas e mais democráticas de organizar o local de trabalho e as tomadas de controle por parte dos trabalhadores são objetivos admiráveis em si e a base potencial de algo mais; mas, ainda que todas as empresas fossem assim tomadas, persistiria o problema de separá-las dos imperativos do mercado (Wood, 2003, p. 249).

A perspectiva de democracia apresentada pela autora, além de resgatar a centralidade da democracia nas formas de organização política (a partir de elementos da democracia antiga, “poder do demos”, articulados às modernas estruturas da democracia), propõe a democracia como suposto mecanismo regulador da economia; desta regulação seria possível a criação de uma nova dinâmica de relações sociais que confrontaria medularmente o capitalismo. Por fim, a autora aponta a democracia como um motor capaz de produzir uma nova racionalidade e uma nova lógica econômica. Trata-se de uma democracia fundada na organização democrática da produção, o que pressupõe a reapropriação dos meios de produção pelos trabalhadores e uma disposição em constituir uma cadeia produtiva independente da dominação interna e externa exercida pelo mercado. A totalidade das teses de Wood revela, sem dúvidas, um pensamento atual e ousado.

José Paulo Netto e a *Democracia-Método*

No marco dos pensamentos analisados, tomaremos agora a vertente socialista que localiza a democracia no campo da sua particularidade histórica no capitalismo, problematiza suas potencialidades, ou não, nessa sociedade. As notas produzidas pelo pesquisador José Paulo Netto sobre democracia têm receptividade naqueles setores da esquerda que realizaram um sistemático expurgo do politicismo e do economicismo presentes no marxismo da Terceira Internacional, mas que reivindicam a sua herança política para elaborar uma reflexão teórica e política do capitalismo. Netto (1990) referencia sua análise das conexões entre democracia e capitalismo aprofundando algumas determinações marxianas: uma primeira é que “há relações pluricausais e determinantes entre a estrutura econômica e o ordenamento político de uma sociedade historicamente situada”; uma segunda: “estas relações não se põem abstratamente [...], mas operam numa totalidade sócio-histórica cuja unidade não elide a existência de níveis e instâncias diferentes e com legalidades específicas”, ou seja, a estrutura econômica, em si mesma, não constitui uma instância ontológica que exclua a dinâmica particular de outras; e uma terceira determinação:

no interior desta totalidade sócio-histórica, a rede multívoca e contraditória de mediações concretas [...] abre um leque de possibilidades para a emergência e a compatibilização de ordenamentos políticos com a estrutura econômica.” (Netto, 1990, p. 71–72).

Dessa forma, podemos compreender que uma dada sociedade, com uma estrutura econômica determinada, pode comportar um conjunto de ordenamentos políticos diferentes; todavia, essas alternativas políticas são limitadas.

Segundo Netto:

Ninguém contesta que o sistema capitalista tem produzido e articulado distintos regimes políticos, compatibilizando, é verdade que diferencialmente, seus mecanismos estritamente econômicos com formas políticas muito variadas [...]. Engendra ordenamentos políticos tendencialmente autocráticos (culminando, por vezes, na instauração de formas políticas inteiramente fascistas) quanto pode integrar ordenamentos outros que não sacrifiquem necessária e substancialmente aquele elenco de direitos e garantias que foram formalizados no pensamento e na prática política da cultura ocidental desde a culminação da revolução burguesa – e que abrem a etapa da institucionalização da moderna democracia política (Netto, 1990, p. 73).

A evolução da sociedade capitalista abre, nesse entendimento, a possibilidade da democracia política moderna, que nasce com a sociedade burguesa, ser absorvida como uma das alternativas de conformação política

dessa sociedade. Para o autor, a democracia pode realizar-se, pois ela é a “generalização do reconhecimento social da igualdade jurídico-formal dos indivíduos e comporta a incorporação de amplos segmentos sociais nos cenários de ação e intervenção sociais” (Netto, 1990, p. 76) — e só consegue expandir-se dependendo da capacidade de mobilização organizada desses segmentos. Ou seja, a sociedade capitalista comporta o ordenamento político da democracia; todavia, a sua ampliação a outros grupos sociais que não a burguesia depende do nível de pressão que a mobilização social alcance.

O autor chama atenção para o fato de que a expansão da democracia, como já foi anunciado anteriormente, esbarra no limite próprio do ordenamento econômico. Mesmo que a economia capitalista não seja excluyente de modalidades políticas democráticas, estas têm um limite: a socialização dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida. Dessa forma, para Netto, no capitalismo só há a possibilidade da realização da democracia-método.

O que a análise das formações econômico-sociais capitalistas demonstra insofismavelmente é que a estrutura econômica que lhes é própria põe à democracia um limite absoluto: ela só se generaliza e universaliza enquanto não desborda para um ordenamento político que requeira uma organização societária fundada na igualdade social real, ou seja, na igualdade em face dos meios de produção — a estrutura capitalista só é compatível com a democracia-método (Netto, 1990, p. 76–77, grifo do autor).

A construção de uma igualdade social real, baseada num ordenamento econômico e político alternativo ao capitalismo não pode, de acordo com Netto, suprimir da pauta socialista revolucionária a funcionalidade das exigências democráticas. Assim, a questão democrática é estrutural e deve ser compreendida como componente estratégico do movimento de luta socialista. Todavia, as exigências democráticas devem ser valorizadas, segundo ele, exatamente por essas ajudarem a romper com o mito da democracia:

Se se quiser aprofundar e implementar teoricamente o processo de transformação social radical [...] a via mais correta não consiste na apreciação da democracia tomada abstratamente como um valor em si mesmo; consiste em determinar concretamente a sua função e ponderação no curso dos processos revolucionários reais e a relação destes com os seus objetivos macroscópicos (Netto, 1990, p. 83–84).

Portanto, para o autor, a viabilidade democrática está circunscrita a mecanismos institucionais precisos e importantes que caracterizam o que ele, seguindo a Cerroni³, designa por democracia-método. De outro lado, a *democracia-condição social* é uma inviável modalidade no capitalismo. Precisamente como o autor define o estatuto dessas exigências democráticas? Para Netto,

Por democracia-método deve entender-se o conjunto de mecanismos institucionais que, sob formas diversas (mais ou menos flexíveis), numa dada sociedade, permitem, por sobre a vigência de garantias individuais, a livre expressão de opiniões e opções políticas e sociais; quanto à democracia-condição social, ela não é um simples conjunto de institutos cívicos, organizados num dado ornamento político, mas um ordenamento societário em que todos, a par de livre expressão de opiniões e opções políticas e sociais, têm iguais chances de intervir ativa e efetivamente nas decisões que afetam a gestão da vida social (Netto, 1990, p. 84–85, grifo do autor).

Mas é importante explicar que, no entendimento do autor, a democracia-método é um nítido instrumento — despido da vulgata instrumentalista — para que a sociedade possa acessar a democracia-condição social e ultrapassá-la qualitativamente a partir da construção de uma nova experiência social, na qual revelaria novas relações sociais. Entende-se, assim, que essa é a formulação do pensamento socialista revolucionário que situa a democracia-condição social como um objetivo e um meio, pois esta caracteriza uma fase especialmente de transição. O que vem depois não é passível de afirmações e as especulações correm o risco das proposições utópicas. Assim, para Netto,

a democracia, qualquer que seja a sua natureza, não é degradável ao estatuto de expediente tático e permutável no bojo do processo revolucionário; inserindo na totalidade deste processo as exigências democráticas para transformá-las, através de uma mudança qualitativa, em realidades democráticas de

condição social, o pensamento socialista revolucionário atribui-lhe (à democracia) um valor instrumental estratégico (Netto, 1990, p. 86; grifo do autor).

Conclui-se, a partir desse pensamento, que a democracia tem no capitalismo sua forma máxima possível de socialização dos mecanismos da política, sem com isso socializar o poder político. Dados os limites que são impostos pelo ordenamento econômico capitalista, a democratização da sociedade pode tensionar essa dinâmica econômica, o que torna a democracia estratégica. Contudo, a ordem societária que pode vir a nascer da ultrapassagem do capitalismo definiria, com novas tonalidades, as relações sociais e essas, por sua qualidade renovada, de acordo com Netto, não seria a democracia.

Noberto Bobbio e a *Democracia como Cultura Pública*

A última vertente que nos propomos a resgatar é aquela fundada no liberalismo clássico que aparece na atualidade com diversas tonalidades, e principalmente renovada pela ofensiva contemporânea do capital trajada do chamado neoliberalismo. Todavia, o seu núcleo central é o mesmo: uma concepção de cidadania conectada a uma determinada forma de entender a liberdade e a igualdade, e forjar uma chamada cultura pública do que seria uma sociedade democrática. Como referência desse debate na academia brasileira, e muito bem manuseado pelos cientistas políticos desse campo, escolhemos Norberto Bobbio.

De acordo com o autor, para se formular uma definição mínima de democracia, o primeiro indicativo é que ela seja contraposta a todas as formas de governo autocrático e que ela seja caracterizada por um conjunto de “regras primárias ou fundamentais” que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais “procedimentos”. Para o autor,

Todo grupo social está obrigado a tomar decisões vinculatórias para todos os seus membros com o objetivo de prover a própria sobrevivência, tanto interna como externamente. Mas até mesmo as decisões de grupo são tomadas por indivíduos (o grupo como tal não decide). Por isso, para que uma decisão tomada por indivíduos (um, poucos, muitos, todos) possa ser aceita como decisão coletiva é preciso que seja tomada com base em regras (não importa se escritas ou consuetudinárias) que estabeleçam quais são os indivíduos autorizados a tomar as decisões vinculatórias para todos os membros do grupo, e à base de quais procedimentos (Bobbio, 2000, p. 30–31).

Dessa forma, para o autor, a definição das regras ganha importância central para legitimar as decisões tomadas pelo grupo que, ainda de acordo com ele, é a soma de vários indivíduos. Mas essas regras servem principalmente para definir quais indivíduos têm autorização para decidir e de que forma é organizada essa tomada de decisão. Isso indicaria, no entendimento de Bobbio, que os escolhidos como representantes do grupo têm esse poder de decidir e que, para caracterizar uma democracia, os representantes seriam um quantitativo elevado do grupo. “No que diz respeito aos sujeitos chamados a tomar (ou colaborar para a tomada de) decisões coletivas, um regime democrático caracteriza-se por atribuir este poder (que, estando autorizado pela lei fundamental, torna-se um direito) a um número muito elevado de membros do grupo” (Bobbio, 2000, p. 31). Todavia, esse número elevado ao qual o autor refere-se é naturalmente vago e não pode ser igual a todos do grupo, pois, para o ele, os discursos políticos estão inscritos no universo do “aproximadamente” e do “na maior parte das vezes”, e é impossível dizer que mesmo no mais perfeito regime democrático “todos” participem e votem. O autor mostra, por exemplo, que não votam os indivíduos que não atingiram uma certa idade. Nos termos de Bobbio,

A onicracia, como governo de todos, é um ideal-limite. Estabelecer o número dos que têm direito ao voto a partir do qual pode-se começar a falar de regime democrático é algo que não pode ser feito em linha de princípio, isto é, sem a consideração das circunstâncias históricas e sem um juízo comparativo: pode-se dizer apenas que uma cidade na qual os que têm direito ao voto são os cidadãos masculinos maiores de idade é mais democrática do que aquela na qual votam apenas os proprietários e é menos democrática do que aquela em que têm direito ao voto também as mulheres (Bobbio, 2000, p. 31).

A democracia, assim, é processual e gradativa e o grau maior ou menor de democracia seria medido pela inserção dos segmentos nos processos decisórios. Em se tratando das modalidades de decisão, de acordo com o autor, a regra fundamental da democracia seria “a regra da maioria”. Para que decisões sejam consideradas coletivas, elas deveriam ser aprovadas ao menos pela maioria “daqueles a quem compete tomar a decisão” e virariam normas imperativas para todo o grupo. Bobbio chama atenção, dessa forma, para a validade da decisão. Segundo ele, a decisão coletiva da maioria adquiriria uma validação legítima, sendo apenas superada pela decisão adotada por unanimidade. Mas esta, adverte o autor, só seria possível em grupos restritos ou homogêneos.

Na definição de democracia de Bobbio (2000), há um outro elemento fundamental que, para ele, antecederia o processo de participação dos indivíduos na tomada de decisões e a existência de regras de procedimentos baseadas na maioria. Esse elemento seriam os direitos fundamentais de liberdade, que garantiriam que os indivíduos estão tomando decisões a partir de escolhas livres e possíveis. Para ele, esta é a base do Estado liberal e foi a partir dele constituído o Estado de direito.

É necessário que aos chamados a decidir sejam garantidos os assim denominados direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação, etc. – os direitos à base dos quais nasceu o Estado liberal e foi construída a doutrina do Estado de direito em sentido forte, isto é, do Estado que não apenas exerce o poder sub lege, mas o exerce dentro de limites derivados do reconhecimento constitucional dos direitos “invioláveis” do indivíduo (Bobbio, 2000, p. 32).

É evidente, nessa perspectiva, que as normas constitucionais na qual estão cristalizados esses supostos direitos “invioláveis” não são regras da organização democrática. São pressupostos que antecedem a democracia e que definem um tipo específico de funcionamento para a sociedade e as relações sociais. Mas o último ponto que nos parece importante na análise do autor é a relação intrínseca que ele estabelece entre Estado liberal e Estado democrático.

É pouco provável que um Estado não-liberal possa assegurar um correto funcionamento da democracia, e de outra parte é pouco provável que um Estado não-democrático seja capaz de garantir as liberdades fundamentais. A prova histórica desta interdependência está no fato de que Estado liberal e Estado democrático, quando caem, caem juntos (Bobbio, 2000, p. 33).

Tendo essa convicção, Bobbio afirma que liberalismo e democracia são interdependentes, pois seriam necessárias “certas liberdades” para o exercício “correto” do poder democrático — como também é necessária a democracia para garantir a existência e divulgação das “liberdades fundamentais”. Esta é precisamente a concepção de democracia que determina o ordenamento político e a relação Estado/sociedade na maior parte dos países em escala mundial no ocidente capitalista na atualidade.

A partir de grande produção sobre a democracia e o liberalismo, pode-se indicar que a proposição de democracia da concepção liberal, especialmente de Bobbio, carece de historicidade na elaboração sobre participação social, e coloca grande peso no indivíduo (típico do liberalismo). O que leva, na prática, à adoção de um individualismo metodológico estrito, que não tem em consideração o lugar social que esse indivíduo ocupa na estrutura social, na composição das classes sociais, e mais precisamente, há uma carência de futuro construído por esses eventos democráticos, pois existe uma naturalização e equalização entre democracia, liberalismo e capitalismo. Consiste, portanto, na naturalização da desigualdade social própria do modo de produção e reprodução social capitalista.

Considerações finais

A discussão sobre os vínculos entre democracia e sociedade moderna conheceu diferentes propostas e conhece ainda hoje diferentes formulações, tanto internacionalmente quanto no Brasil. Em nosso país, em que o recente processo de democratização se fundou na *modernização conservadora* (Barrington Moore Jr.) de sua economia e no poder das suas oligarquias, a maioria das propostas democráticas revela uma fundamental cisão entre democracia política e socialização da riqueza. As propostas liberais/neoliberais apostam na construção da

“democracia representativa” relacionada a momentos pontuais de “democracia participativa”. De outro lado, a esquerda socialista e os comunistas investem na pauta democrática para fortalecer a “soberania popular” e combater o capitalismo. Mas note-se, que mesmo a esquerda elegendo a “questão democrática” como uma prioridade nas lutas populares no país, isso não implica que sua concepção e compreensão seja uniforme entre os grupos e partidos que a compõem.

Grande parte da esquerda brasileira sustentou inicialmente, baseada no marxismo da Terceira Internacional, que a democracia seria apenas uma etapa preliminar no caminho para o socialismo, a ser substituída, oportunamente, pela ditadura do proletariado. Porém, ao longo dos anos de 1970 começa a difundir-se a ideia de que a democracia seria um momento não eliminável da luta pelo socialismo, como também da sua organização e construção. E ao longo dos anos de 1990, consolida-se uma formulação em parte da esquerda brasileira, inspirada na social-democracia europeia e pressionada pela ofensiva neoliberal, que abandona de fato o horizonte socialista e propõe a democracia como forma de “melhorar” o capitalismo conferindo-lhe um conteúdo de justiça social. Não deve-se dizer que, no contexto de ampliação de ideias e práticas conservadoras e neofascistas no Brasil e mundialmente, essa estratégia de luta democrática por direitos e melhores condições de vida e trabalho para as classes subalternas é menor, muito pelo contrário. Todavia, constatar a necessidade urgente de defesa de instrumentos e estruturas de democracia no país, como salvaguardar o chamado estado democrático de direito contra intencões autocráticas, não suspende a exigência de concepções teóricas e práticas sociais que potencializem uma ampla democratização da sociedade e de suas estruturas, para forjar processos de ruptura no poder político e econômico das classes dominantes na sociedade moderna burguesa.

Ao fim, pode-se afirmar que a análise do pensamento desses diversos autores, com “tonalidades” distintas sobre democracia, diversifica a perspectiva teórica e prática sobre o fenômeno da democratização social nas pesquisas no amplo campo das ciências humanas, e pode auxiliar conhecer o conteúdo das práticas que diversos sujeitos sociais coletivos (classes, movimentos sociais, partidos, sindicatos e organizações diversas) exercitam em nome da democracia.

Referências

- BOBBIO, N. O futuro da democracia. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CHAUÍ, M. Cultura e democracia. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1990.
- COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1980.
- COUTINHO, C. N. Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- IANNI, Otávio. A ditadura do grande capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- LUKÁCS, G. Socialismo e democratização. Organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- NETTO, J. P. Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- SINGER, P. Reflexões sobre inflação, conflito distributivo e democracia. In: REIS, F. W.; O'DONNELL, G. (org.). A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988.
- THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. vols. 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- WOOD, E. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

Notas

- ¹ A obra “Pequena história da ditadura brasileira (1964 a 1985)” publicada em 2014, de autoria de José Paulo Netto, oferece uma boa análise crítica do período.
- ² Está disponível coletânea brasileira de textos de Lukács com o título “Socialismo e democratização” onde esse debate pode ser acessado (Lukács, 2008).
- ³ Para conferir essa análise, indica-se consultar a obra “Política”, de Umberto Cerrone.

Daniela Neves de Sousa

daniela.neves@ufrn.br

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Professora Associada do Departamento de Serviço Social (DESSO) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil.

Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Questão Urbana-rural-ambiental, Movimentos Sociais e Serviço Social (QTEMOSS - UFRN), Natal, RN, Brasil. Pesquisadora associada do Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (NUTSS - UFF/UFRN/Unirio/EPSJV/FIOCRUZ), Rio de Janeiro/Niterói, RJ, Brasil.

UFRN

Campus Universitário - Lagoa Nova

Natal – RN - Brasil

CEP: 59.078-970

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições da autora

A autora é responsável por todas as etapas de elaboração do artigo.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

A autora consente a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe

Fabiana Luiza Negri – Comissão Editorial

ARTIGO ORIGINAL

Institucionalização do serviço social português (Estado Novo) e a figura de M^a Leonor Sampaio

Ernesto Candeias Martins¹<https://orcid.org/0000-0003-4841-1215>¹Instituto Politécnico de Castelo Branco (Escola Superior de Educação – Dept^o CSH), Professor Coordenador C/ Agregação, Castelo Branco, Portugal.

Institucionalização do serviço social português (Estado Novo) e a figura de M^a Leonor Sampaio

Resumo: Esta pesquisa de teor histórico-descritivo e hermenêutica aborda a institucionalização da formação serviço social em Portugal, com surgimento de escolas e profissionais na área do social, no período do Estado Novo (de 1928 a 1974), onde inserimos M^a Leonor Sampaio (1915–1996), com as suas intervenções sociais e parlamentárias em organismos estatais e religiosos. Estabelecemos os seguintes objetivos: compreender a institucionalização e evolução do serviço social até 1974; analisar as intervenções parlamentárias de M^a Leonor; conhecer o seu desempenho nas várias instituições inseridas no corporativismo Estado (índole estatista, católico, conservador). Propomos dois pontos de análise: institucionalização e consolidação da formação do serviço social (criação de escolas, significado da profissão); ação social e parlamentar sobre política social, proteção menores, medidas de assistência social às famílias trabalhadoras e vulneráveis, papel da mulher trabalhadora etc. Na reconstrução deste tempo histórico os contributos de M^a Leonor são positivos em prol da profissão serviço social, como trabalho social.

Palavras-chave: assistente social; M^a Leonor Sampaio Botelho; serviço social; Estado novo; política social.

Institutionalization of Portuguese social service (Estado Novo) and figure M^a Leonor Sampaio

Abstract: The historical-descriptive and hermeneutic research addresses the institutionalization of social service training in Portugal, with the emergence of schools and professionals in the social area, during the Estado Novo period (1928 to 1974), where we include M^a Leonor Sampaio (1915-96), with his social and parliamentary interventions in state and religious bodies. We established the following objectives: understand the institutionalization and evolution of social work until 1974; analyze M^a Leonor's parliamentary interventions; know their performance in the various institutions included in the corporatist State (statist, Catholic, conservative nature). We propose 2 points of analysis: institutionalization and consolidation of social service training (creation of schools, meaning of the profession); social and parliamentary action on social policy, protection of minors, social assistance measures for working and vulnerable families, the role of working women, etc. In the reconstruction of this historical time, M^a Leonor's contributions are positive in favor of the social service profession, such as social work.

Keywords: social worker; M^a Leonor Sampaio Botelho; social service; new state; social policy.

Recebido em 05.03.2024. Aprovado em 18.04.2024. Revisado em 02.07.2024.



Este artigo está licenciado sob a Licença Internacional de Atribuição de Creative Commons, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ideias introdutórias

A institucionalização da formação serviço social em Portugal acompanhou a implementação do serviço social na Europa e no contexto da influência da medicina social com muitas personalidades nas áreas da medicina, sociologia e pedagogia (Silva, 2016). O pedagogo Faria de Vasconcelos (1880–1939), diretor do Instituto de Orientação Profissional (1926–1939), define, em 1921, as funções ‘*enfermeira visitadora*’ e o vínculo dos do serviço social à justiça de menores e, em 1934, aquele Instituto forma observadores de psicologia juvenil e observadores sociais, iniciativas provenientes do higienismo e proteção à infância. Simultaneamente, em 1924, Pacheco de Miranda escreve sobre ‘*Serviço Social*’, no seguimento das ideias preconizadas por Mary Richmond e Richard Cabot (Rodrigues, 2010; Pimentel, 1999).

As políticas sociais na época destinavam-se às situações de desigualdade social, promovendo mecanismos (serviços) que visavam à previdência, bem como ações de carácter social e/ou assistencial às necessidades ou carências das famílias, em especial as mais vulneráveis. Os alcances dessas medidas na 1^a República (1910–1926) ficaram aquém das expectativas, já que foram insuficientes e sem efeitos significativos, dado o contexto de grande turbulência política e de enorme fragilização socioeconómica desse período político (Mouro; Carvalho, 1987). Propunha-se a criação de escolas de serviço social e de profissionais capacitados para intervir. A partir de 1925, há um leque de figuras promotoras de campanhas e ações sociais e programas de assistência técnica (‘serviço social organizado’) e, em 1934, no 1^o Congresso da União Nacional (partido único regime salazarista), a Condessa de Rilvas e Bissaya Barreto expressam a urgência da criação de instituições, as quais surgiram de imediato: Instituto de Serviço Social em Lisboa (inaugurado em 1935), Escola Normal Social de Coimbra (administrada pela Junta Metropolitana, em 1937). A instituição do serviço social como formação académica e profissão surgirá no regime autoritário e corporativista do Estado Novo contrário ao intervencionismo público no âmbito social e do modelo de Estado Social presente em países desenvolvidos.

Paralelamente a esta institucionalização do serviço social surgem figuras na assistência social, como M^a Leonor Correia Sampaio Botelho (Castelo Branco – 1915; Lisboa – 1996), que nesse arco histórico do Estado Novo teve uma ação peculiar de intervencionismo. Ela fez a sua formação primária no Colégio de Nossa Senhora dos Inocentes (Santarém), em regime de pensionato, os estudos secundários nos liceus de Santarém (1926–1931) e Castelo Branco (1931–1935) (Matos, 2005). Manifestou sempre uma vocação pelos problemas sociais e proteção às famílias desfavorecidas, pobres e vulneráveis, querendo ser assistente social. Frequenta o curso no Instituto de Serviço Social de Lisboa (1936–1939), onde veio a lecionar e, depois foi bolsista (França, Bélgica, Espanha, Itália), com a pretensão de aprofundar conhecimentos.

A pesquisa, de metodologia histórico-descritiva abrange a institucionalização da formação do serviço social no Estado, em consonância com a figura de M^a Leonor. Recorremos a procedimentos heurísticos a centros arquivísticos/documentais, por exemplo: Arquivo do Cardeal Cerejeira no Patriarcado de Lisboa (Seção do Instituto de Serviço Social); Arquivo do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (documentos no Instituto de Serviço Social); Arquivo Salazar na Torre do Tombo (documentos/monografias do Instituto de Serviço Social, entre 1936–1945); Arquivos Distritais de Castelo Branco, Santarém Cascais; Bibliotecas municipais (Santarém – Colégio Nossa Senhora dos Inocentes e Liceu Sá da Bandeira; Castelo Branco – Arquivo do Liceu Nuno Álvares; Lisboa e António Botto de Abrantes); centro documentação da Assembleia da República (registos das intervenções, entre 1944–1957); acervo monográfico do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusfada de Lisboa; legislação sobre a política social e assistencial da época; contactos e consulta documental à família de M^a Leonor (2018–2019) etc.

As fontes consultadas permitiram a análise hermenêutica dos dados da época e do percurso de M^a Leonor, abrangendo três momentos políticos: a implementação do Estado Novo salazarista até 1969, tendo por base a Constituição de 1933; o período marcelista até 1974; e a democracia pós 25 de Abril, em que a situação da assistência social às famílias e o apoio às mulheres trabalhadoras em Portugal mudou radicalmente (Carvalho, 1987; Monteiro, 1995). As questões sobre serviço social eram abordadas na Assembleia Nacional, pela ação das organizações estatais, entidades religiosas (União Noelista Portuguesa, Conferências Vicentinas etc.) e organismos internacionais (União Católica Internacional de Serviço Social), que implicava o distanciamento do serviço social da legitimidade conferida pelo Estado.

Estruturámos o texto em dois pontos: o primeiro ponto analisa o surgimento, institucionalização e diversificação do serviço social (criação de escolas e significado da profissão); o segundo remete-nos para

ação social de M^a Leonor e de deputada da União Nacional (1949–1957), discutindo e exigindo medidas de proteção social, relacionadas com a assistência social às famílias, do papel da mulher trabalhadora e política de proteção, inseridas na resposta corporativista (índole estatista, católico, conservador) do Estado. O ‘serviço social’, nesse período político Estado Novo, configurava-se como um agente ao serviço da propaganda e doutrinação de valores, pela divisa ‘Deus, Pátria e Família’. A estratégia do regime era neutralizar as tentativas de agitação social, por parte dos trabalhadores e famílias mais pobres e em exclusão social, em que o ‘serviço social’ se aproximava das várias classes sociais, numa ação conjunta (Estado, Igreja), através de obras sociais, instituições de assistência e de educação (Passarinho, 2008). Na verdade, M^a Leonor dedicou as suas ações e intervenções, nesses desideratos políticos, numa luta pela profissão.

Evolução do Serviço Social: Salazarismo e Marcelismo (1930–1973)

O movimento reformador exigia medidas no âmbito do serviço e assistência social na sociedade e organizações, numa dupla direção: vertente unida à medicina social (higienismo), defendida por médicos, intelectuais e filantropos, que exigiam a formação em serviço social na dependência das faculdades de medicina (Martins, 1999); e outra vertente, apologista da educação moral e religiosa, defensora de um serviço social educativo, associado à educação moral e cívica/social. Esta última enquadrou-se na doutrina do partido único (União Nacional) afeto ao regime salazarista, na base da Constituição de 1933. Ambas as correntes reivindicavam a necessidade de um serviço social com intervenção efetiva nos problemas sociais reais da sociedade, mas prevaleceu a segunda vertente no Estado Novo, com destaque para institucionalização da formação do serviço social com a criação das primeiras escolas de formação. Vejamos as três fases dessa expansão do serviço social no Estado Novo (décadas de 1930–1940, décadas de 1950–1960 e décadas de 1960–1974), coincidentes com o percurso formativo, a ação social e política (deputada) de M^a Leonor Sampaio.

A) Institucionalização da formação Serviço social (décadas de 1930–1940)

Esta fase inicia-se com o contexto político-ideológico e cultural do Estado Novo, a qual implicou o confronto de ideias conservadoras de assistencialismo caritativo (ação das misericórdias) com ideias progressistas (Martins, 1999). É nesse cenário que se enquadra a formação e o exercício profissional do serviço social, no caminho de institucionalização, acompanhando o surgimento dos direitos e ideais da modernidade, em que a ideia de liberdade e fraternidade era colocada de lado, substituída pela raça superior e uma coesão social e moralidade repressiva (Mouro; Carvalho, 1987; Rosa et al., 2000). Assim, em 1935, inaugura-se Instituto de Serviço Social, em Lisboa, em consequência do Congresso da União Nacional, que debateu as teses fundamentais do ‘Novo Estado’, com destaque para o papel da Condessa de Rilvas, adepta da corrente progressista e reformista e coincidente com a criação de instituições de formação em educação social (privadas). Pretendia-se profissionais em serviço social capacitados para ministrar a vertente educativa, já que os processos de socialização cívica constituíam um meio para implementar os fins ideológicos do regime, pela ação política e social, e, daí o surgimento nesse período de organismos estatais (Martins, 1999). Com este intuito vieram assistentes sociais de França para instituir/organizar formação de profissionais, com modelo teórico norteado conceitos positivistas e identificados com doutrina social da Igreja e ciência social de Le Play.

Portanto, o serviço social converteu-se no instrumento de concretização de ideias reformistas impregnadas de ideias teórico-filosóficas e projeto político e, assim a formação era regulada pelo Estado, reconhecendo-se os Institutos de Lisboa e Coimbra, na base de um plano curricular de três anos, certificação do diploma e título profissional de Assistente Social, exclusivo dos diplomados em Serviço Social.

M^a Leonor formou-se no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (1935–1939), num currículo que integrava as dimensões: médico-sanitária, jurídica, filosófica e do serviço social; e os estágios de quatro meses (mais tarde, por meio do Decreto-Lei n^o 36.914, de 14 junho de 1948, os estágios passaram para 12 meses.). A criação desse Instituto esteve dependente da Associação de Serviço Social, mais tarde designada Associação de Cultura e Formação Profissional (alvarás n^o 545, de 17 de outubro de 1935 e n^o 227, de 20 de dezembro de 1941), cuja ‘Orgânica do Instituto de Serviço Social’ daquela Associação indicava a sua

manutenção com a ajuda do Patriarcado de Lisboa (Martins, 1999). Este estabelecimento particular de ensino feminino teve o impulso da vertente religiosa na formação assistentes sociais, estabelecendo no seu projeto educativo a profissionalização do técnico de serviço social. O suporte jurídico-institucional dado pela Associação desenvolveu a área do serviço social na base da doutrina (social) católica e da caridade cristã (Monteiro, 1995; Mouro; Carvalho, 1987).

Entre 1935 e 1944, altura da remodelação plano de estudos daquele Instituto, a mesma era dirigida pela assistente social, Marie Thérèse Lévê, que incutiu o modelo de formação francês na base dum assistencialismo educativo religioso/moral e social. O curso de formação ministrado às assistentes de serviço social é reconhecido pelo Decreto Lei n^o 30.135, de 14 de dezembro de 1939, cujo Preâmbulo refere à vertente político-ideológica, estabelecendo os princípios gerais de orientação e coordenação a que hão de submeter-se os estabelecimentos de educação para o serviço social, propondo um programa de formação para “dirigentes idóneas e responsáveis” no meio a que se destinam, ao mesmo tempo conscientes e ativas cooperadoras do Estado (República Portuguesa, 1939). Nessa formação subjazia um doutrinário alicerçado nos valores da educação da família, aspetos nacionalistas e corporativistas e a recristianização da sociedade (Monteiro, 1995; Rosa et al., 2000; Silva, 2016).

M^a Leonor foi convidada a lecionar naquele Instituto de 1943–1944 até 1948–1949 (foi membro da direção) acumulando docência no(a): Escola de Auxiliares Sociais de São Pedro de Alcântara (1942–1945 a 1953); Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge (1941–1944); Escola de Auxiliares Sociais de S. Vicente de Paulo (1942–1945); Escola Técnica de Enfermeiras do Instituto Português de Oncologia (1940–1960); Escola de Enfermeiras da Cruz Vermelha Portuguesa (1953–55). Foi superintendente e chefiou os Serviços Sociais do Instituto de Assistência à Família e da Junta Central das Casas dos Pescadores, em 1957 (Cruz; Pinto, 2004; Matos, 2005).

O mercado de trabalho de recrutamento dos assistentes sociais eram: os serviços públicos assistenciais, hospitais, dispensários, organizações feministas do regime (Obra das Mães pela Educação Nacional, Instituto de Assistência à Família), Juntas de Província e serviços Ministério das Corporações; organizações privadas, empresariais e assistenciais. A intervenção política dos assistentes sociais no salazarismo dá-se na Assembleia Nacional, a partir de 1949, pelas deputadas da União Nacional da Ação Nacional Popular, como M^a Leonor (Cruz; Pinto, 2005).

Estamos numa época de expansão do ensino com a prática do serviço social, no panorama nacional e internacional, em que a coesão social se converteu numa questão pública, a que o Estado salazarista respondia com formas de intervenção (políticas sociais), que exigiam novas especializações mais adequadas, entre as quais a institucionalização do serviço social, de modo a articular-se a ‘ação estatal’ e as formas tradicionais assistência (organizações religiosas, associações filantrópicas), com implicação na formação dos assistentes sociais e nos seus modos de intervir. A profissão do serviço social, reconhecida como uma ‘nova profissão’ passou a ser debatida na Assembleia Nacional (Decreto Lei n^o 30.135, de 14 de dezembro de 1939).

Nessa fase de construção (institucionalização) do serviço social no Estado Novo o serviço social se revelou num percurso potenciado e limitado pelas modificações do regime, com o reconhecimento das escolas e uniformização da formação em serviço social na base da doutrina político-ideológica de teor ‘humanista, corporativo e cristão’ (Martins, 2017). Surge, nesse sentido, o projeto de criação dos institutos de serviço social e a sua articulação com a educação (República Portuguesa, 1939), perspetivando uma profissão do ‘social’ na base do modelo médico (higienista) e pedagógico, isto é, como prolongamento auxiliar da ação médica. Ora esse enfoque abrangia a formação dos assistentes sociais — disciplinas na área das ciências médicas, estágios em instituições médico-assistenciais (Martins, 1999, 2017). Assim, aniquilou-se a conceção do serviço social, delimitada pela expectativa do contributo ideológico do regime para a ‘reforma da educação’, fruto da estratégia de intervenção sustentada no movimento católico da época e baseado na ação moral e educativa.

B) ‘Diversificação’ de políticas do regime (décadas de 50 e 60)

Até a década de 50, configurou-se a institucionalização do serviço social numa complexa articulação dos poderes político-ideológico, religioso e social e com propostas socioculturais e formas de controlo pelo Estado. As diversidades de propostas no serviço social mereceram debates parlamentários, que perspetivava o serviço social como forma de ‘ação social’, de restauração moral e educativa da família e como resposta

assistencial às necessidades das famílias e mulheres trabalhadoras (Rodrigues, 2014; Silva, 2016). Apesar das significativas diferenças materializadas pelos intervenientes, a ação dos agentes qualificava-se no campo da racionalização da assistência caritativa, da legitimação ideológica do regime e da política social que implicou o reconhecimento das escolas privadas (Passarinho, 2008).

Nessa fase de atribuição de identidade ao serviço social, potenciando profissão para âmbito das políticas sociais, de teor corporativo e conservador (Rodrigues, 2010), dá-se alterações, aquando da presença de M^a Leonor na Assembleia Nacional, que obrigaram estratégias de readaptação no plano político, por exemplo: o autoritarismo administrativo, o reforço da organização corporativa onde se integravam as atividades sociais, económicas e culturais, a orientação centralizada. A heterogeneidade de estratégias efetuadas por setores diferenciados dentro do Estado, terá a crescente polarização de orientações incompatíveis, oscilando entre o reforço e/ou ampliação dos mecanismos institucionais e sociopolíticos de regulação e legitimação do regime e, ainda, pela orientação de um modelo de modernização económica (corporativo), com influências das indústrias europeias. Ora essas medidas implicaram a crise e esgotamento do modelo anterior, tornando-se problemática as situações sociais da população, com tensões internas no regime (Braga, 2014; Carvalho, 1987). M^a Leonor manifesta o seu descontentamento por algumas medidas, mas o regime reforça a organização corporativa, no âmbito da previdência social, de acordo com as necessidades da economia e cria organismos/estruturas de controlo e, de modo subsidiário, reorganiza as iniciativas privadas na área da assistência social, na base da intervenção estatal e mobilização dos tradicionais papéis da caridade (Igreja) e da família. As famílias trabalhadoras, vulneráveis e excluídas, recorrentes dos serviços de assistência, incrementaram o conservadorismo assistencialista repressivo, criando-se centros de inquérito assistencial, para distinguir os ‘verdadeiros e falsos necessitados’, coibindo os abusos e evitando a exploração, a mendicidade e esmola e ampliando os albergues distritais, na dependência da polícia (Henríquez, 2001).

Irá surgir na época a formação complementar (pós-graduação) especializada titulada ‘Serviço Social Corporativo’ destinado a preparar os assistentes sociais para harmonizar as relações sociais no trabalho, moralização do trabalhador e da sua família. Além disso, intensificou-se a ação de orientação e auxílio social no trabalho. Não é por acaso que, no ano letivo de 1966–1967, M^a Leonor obtém o diploma de pós-graduação em serviço social, ampliando novos saberes (Cruz; Pinto, 2004). É óbvio que M^a Leonor colaborava na atividade social dos organismos corporativos, de tal modo que foi vice-presidente nacional da União Noelista Portuguesa (dedicada obras sociais, serviços voluntários nos hospitais). Colaborou ativamente na OMEN, dirigiu o primeiro Centro Social do país, em Cascais (1939–1948), que tinha o propósito de estimular a ação educativa junto das famílias, lutou pelo papel da mulher e a relação ‘Mulher-Escola’ e, ainda a educação das futuras gerações femininas, para os deveres maternos, domésticos e sociais (Cruz; Pinto, 2004). Ou seja, a ação social passou a articular-se com a formação espiritual às famílias e inserção na vida (valores cristãos). O regime valorizava os papéis femininos de ‘mãe, esposa e dona-de-casa’.

Este conservadorismo assistencialista expresso pelo regime, vinculado ao Ministério do Interior com a subsecretaria de ‘Saúde e Assistência, que integrava as ‘visitadoras sanitárias’ (reforma Ricardo Jorge com postos de proteção à infância, dispensários de higiene social e serviços de epidemias), norteou-se pelo modelo médico controlando as condições sanitárias da população, através duma vigilância assistencialista e moralizadora às famílias, que originou a necessidade de ‘auxiliares de serviço social’, como trabalhadoras sociais (Martins, 2010). A relevância do modelo médico, proveniente da formação de assistentes sociais e a especialização ‘visitadora escolar’ (relação Ministério da Educação) nos institutos de serviço social, são substituídas ‘visitadoras sanitária’ (previsto no Decreto-Lei n.º 20.376/1931), convertendo-se agentes de serviço social com ação de vigilância no domicílio familiar. Desta maneira, a formação dos auxiliares de serviço social colidia com as ‘visitadoras sanitárias até a regulamentação do ensino de enfermagem, que as unificou num único curso: ‘auxiliares sociais’ (Decreto-Lei n.º 38.884, de 28/08/1952). A formação e inserção profissional destes profissionais, formatados pela política de saúde e assistência da época, caracterizava-se pela não intervenção do Estado, sendo da responsabilidade privada e enquadrado na Direção-Geral de Assistência até 1974.

A meados do séc. XX, o serviço social não se distancia da legitimidade conferida pelo regime, tendo surgido ‘Sindicato Nacional das Assistentes Sociais, Educadoras Familiares e outras Profissionais do Serviço Social’, com alguma adesão de formados (ação sindical como campo de luta política) e uma intervenção política de oposição ao regime com crítica ao corporativismo, intensificada com as campanhas para as eleições presidenciais (1958) e legislativas (1961) (Cova; Pinto, 1997).

O percurso de M^a Leonor fragua-se na ambivalência e carácter tensional da compatibilização entre posições conservadoras e as novas orientações de serviço social, que fizeram surgir contradições no seio do Estado, já que por um lado se queria manter a ordem social tradicional (rural, colonial) e, por outro lado o proteccionismo da expansão industrial. É nesse contexto que se desloca a intervenção do serviço social da família (assistentes familiares) para os problemas sociais, que era função dos assistentes sociais. Ou seja, surgem dois tipos de trabalhadores sociais com formação paralela (e duração do curso), mas diferenciados na natureza da sua função, respetivamente à educação da família e aos problemas sociais das pessoas, coletivos e família. Contudo, essa reorganização influiu no seu percurso no serviço social, de índole sociológica, incluindo o pensamento social-cristão (progressista) e as prioridades e exigências do económico (Henríquez, 2001; Rodrigues, 2010).

C) *'Mudanças, Continuidades e Reorientação'* (década de 60 até 1974).

Em 1956 dá-se uma revisão da regulamentação pública do plano de formação em serviço social, passando para 4 anos e, em 1961 é reconhecido como curso superior, com inclusão de disciplinas em Ciências Sociais e métodos serviço social (*case work, group work e community work*), sob a influência americana e dos países desenvolvidos democráticos. Profissionalmente o serviço social é influenciado pelos novos enfoques do desenvolvimento humano e social e do surgimento de organismos internacionais. Cria-se nessa época o Serviço de Promoção Social Comunitária e surgem diversos projetos de desenvolvimento local e comunitário, provocados pelo vector industrial e pela relativa abertura social, económica e política do 'marcelismo' (a partir de 1969), associado a ideias contra o conservadorismo e corporativismo do Estado e os movimentos sociais e políticos opositores. Ou seja, houve uma certa modernização das condições sanitárias e proteção social no sentido da 'multiplicação da força laboral' (Martins, 2003), que obrigaram uma reformulação do sistema de previsão junto à assistência e processos de intervenção nas comunidades (Lei n.º 2.115, de 15 de junho de 1962; Decreto Lei n.º 45.266, 23 de setembro de 1963). O estabelecimento das ciências sociais unido ao movimento europeu de crítica ao modelo empírico do reconhecimento científico, originou, em 1962, o Gabinete de Investigações Sociais (depois deu Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), por Adérito Sedas Nunes. Em 1969, as Escolas de Serviço social passam a ser Institutos Superiores alterando os planos curriculares para uma orientação das ciências sociais (Passarinho, 2008).

Efetivamente, as assistentes sociais envolvem-se em organizações associadas aos católicos progressistas, como M^a Leonor, a ações políticas de oposição e resistência e, ainda a partir da organização coletiva sindical até 1973, distanciam-se da legitimidade atribuída pelo regime, afirmando o Serviço social como profissão e aliando-se às lutas dos trabalhadores (Martins, 2017) De facto, a formação e o papel atribuído aos assistentes sociais assumiu um carácter fortemente doutrinário, corporativo e conservador, desenvolvendo a sua atividade no âmbito da política de assistência social corporativa, área hospitalar, dispensários, organismos tutelares educativos e prisionais, sendo o Estado o principal empregador (Sampaio, 1961).

Após 1974, a dinâmica revolucionária e democrática do 25 de Abril, produziu uma reafirmação do serviço social (ação técnica e política), com intervenções inovadoras, processos participativos e movimentos sociais reivindicativos de melhores condições de vida e políticas sociais justas. Daí a profissão do serviço social acompanha o regime democrático e assunção de responsabilidades sociais, por parte do Estado (direitos cívicos, políticos e sociais). No plano formativo e curricular aprofunda-se as influências das correntes do serviço social crítico e radical (movimento de reconceptualização) que questionará a metodologia clássica (tríade: caso, grupo, comunidade) para uma metodologia integrada global e conceção do assistente social como profissional comprometido com as necessidades/interesses das classes excluídas e vulneráveis, convertido em agente de mudança institucional.

M^a Leonor parlamentar (1949–1957) lutando por ações sociais

No início do Estado Novo, o Ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco propôs Lei n.º 1.941 (Base XI), de 11 de abril de 1936, criando a Mocidade Portuguesa que foi uma "organização nacional e pré-militar" para desenvolvimento integral da capacidade física, a formação do carácter e a "devoção à Pátria" dos jovens

(Pimentel, 2000) e M^a Leonor, juntamente com a Comissária Nacional, M^a Baptista Guardiola, fez parte desse organismo feminino. Posteriormente, criou-se a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) – Decreto-Lei n.º 26.893, de 15 de agosto de 1936, que assegurava que tanto a escola como a Mocidade Portuguesa, lutassem a favor da moral cristã, bem como a manutenção dos bons costumes no regime (Pimentel, 2007). A intenção do regime era concretizar três objetivos (Cova; Pinto, 1997; Pimentel, 1999): a reeducação das mães e a assistência materno-infantil, com centros sociais e educativos, das semanas da mãe e dos prémios às famílias numerosas; a antecipação da escolaridade, pela educação infantil e cantinas escolares; o prolongamento da escolaridade, pela organização das raparigas na Mocidade Portuguesa. As mulheres envolvidas naquelas organizações pertenciam à pequena elite feminina do regime, surgindo nomes de forma recorrente na direção de outras instituições de assistência na Defesa da Família. Ou seja, a OMEN era uma organização de adesão voluntária, sem caprichos de mobilizar nem enquadrar obrigatoriamente as mulheres (Braga, 2014).

M^a Leonor, mulher ativista pelas causas sociais e assistenciais e pela defesa da mulher na família e no trabalho, colabora naquelas organizações feministas da época, mas sempre manifestando o seu catolicismo, de forma convicta e, por isso foi, durante vinte anos, delegada portuguesa no Bureau da União Católica Internacional do Serviço Social (fundado em 1925, em Milão) (Matos, 2005; Pimentel, 2003). Desempenhou cargos e funções de destaque, tendo sido uma mulher privilegiada dentro da sua esfera social e educativa, chegando, por exemplo, a vice-presidente da União Noelista Portuguesa e responsável do Centro Social de Cascais. É óbvio que o contexto social em que ela se inseria permitia-lhe, uma certa liberdade nas suas funções e ideias e, daí ser membro da secção auxiliar feminina da Cruz Vermelha Portuguesa, da qual recebeu a medalha da Cruz Vermelha de Benemerência (Pimentel, 2007). Chefiou os Serviços Sociais do Instituto de Assistência à Família de 1947–1949, considerando sempre que o serviço social, como profissão, se realizava numa base de conhecimento prático e mútuo com as pessoas (lógica de proximidade), nas suas necessidades e problemas de vária índole, de modo a sedimentar a sua confiança e encontrar soluções (Rodrigues, 2010; Rosa et al., 2000).

Além disso, M^a Leonor como deputada esteve 8 anos na Assembleia Nacional, no período de 1945-57 (Pimentel, 2003), entre as cinco deputadas mulheres, nesse período, mas apenas duas, Virgínia Gersão e M^a Leonor Botelho, são referenciadas no ‘dicionário feminino’ (Castro; Esteves, 2005). As intervenções de M^a Leonor efetuaram-se em duas legislaturas com as respetivas sessões (Braga, 2014).

Na **V Legislatura** (1949–1953), 1.^a Sessão Legislativa (1949-50) não se regista intervenções de M^a Leonor, porque esteve internada no Caramulo com tuberculose (foi visitada por Salazar), durante pelo menos 2 anos (Castro; Esteves, 2005). Na 2.^a Sessão Legislativa (1950–1951), discute “[...] Como mulher que tem uma palavra a dizer”, a proposta de Lei de revisão Constitucional, lamentando não ver o “nome de Deus” nos textos em apreço (Cruz; Pinto, 2004, p. 66). Fez uma defesa acérrima da família e da mulher, apesar de considerar trabalho feminino prejudicial à família, mas admite que “[...] uma vez assente que a mulher tem direito ao trabalho, há que protegê-la”, instando o governo a tomar medidas que impedissem o trabalho noturno das mulheres, melhorias de higiene no trabalho e condições compatíveis com a sua dignidade (Cruz; Pinto, 2004, p. 66). Na 3.^a Sessão Legislativa (1951–1952), M^a Leonor lembra ao Estado que há uma efetiva ausência de políticas para as famílias: “[...] Que objeções de toda a ordem para uma declaração judicial de indignidade paterna! Que dificuldades para obter a inibição do poder paternal” (Cruz; Pinto, 2004, p. 67). Enfatiza o desenvolvimento do serviço social a fim de sujeitarem ao regime jurídico as infrações contra a vida da família. A deputada M^a Leonor discute o projeto de lei relativo ao abono de família, com o objetivo de reduzir a gravidade e frequência do abandono da família (Braga, 2014). Na 4.^a Sessão Legislativa (1952–1953), M^a Leonor discute a proposta da Lei Orgânica do Ultramar salientando as vantagens que se podiam retirar se houvesse um serviço social e, ainda propõe criação de um centro de formação social e uma estrutura completa e sistemática de assistência social para o Ultramar (Cruz; Pinto, 2004). Participa num debate com o deputado Amaral Neto, acerca das habitações económicas para as famílias, a que este alega ser um custo extraordinariamente caro para o Estado, mas M^a Leonor lembra no hemiciclo que as famílias numerosas são as mais prejudicadas e luta por uma política familiar, por um associativismo familiar e pela criação do abono de renda de casa (Pimentel, 2003).

Na **VI Legislatura** (período de 1953–1957) M^a Leonor tem uma grande atividade parlamentar, caracterizada pela lucidez e coragem com que ousa chamar a atenção para situações sociais que achava serem demasiado injustas e que necessitavam ser alteradas (Braga, 2014). Aborda questões ligadas ao serviço social, à mãe, à infância, à família e ao trabalho feminino, mas sobretudo situações causantes de mal-estar familiar (Castro;

Esteves, 2005). Nesse período integra a Comissão do Trabalho, Previdência e Assistência Social. Na 1.^a Sessão Legislativa (1953–1954), M^a Leonor faz várias considerações sobre desemprego e a proteção e assistência aos menores, por exemplo no cinema e espetáculos públicos. Critica o cariz repressivo da lei em vigor, propondo que se dê um maior sentido educativo; dobragem dos filmes; um estímulo e financiamento à produção e exibição de cinema infantojuvenil; criação de cineclubes e casas de espetáculo; classificação do valor educativo e moral dos filmes infantis. Na 2.^a Sessão Legislativa (1954–1955) M^a Leonor discute sobre a proteção à família com deputado A. Almeida Garrett, não poupando críticas ao Estado com “[...] a concessão de sopas e subsídio para épocas de crise [...] aproveitamento profissional dos diminuídos e deficientes físicos” (Cruz; Pinto, 2004, p. 68), já que não evitava o desemprego e falta assistência medicamentosa, baixos salários, a ausência de abono de família a rurais e da habitação. Lembra, ainda, a deputada o ‘porcionismo’, sistema que conduz ao efeito perverso de o serviço social familiar, em que o Estado em vez cumprir com a sua missão de assistência às famílias, passou “[...] assistir aos orçamentos dos hospitais, das instituições, das câmaras municipais... E eu como assistente social e responsabilidades neste sector, leal e fracamente não posso calar o meu desagrado por este estado de coisas” (Cruz; Pinto, 2004, p. 69). Voltou a insurgiu-se contra os efeitos do cinema e dos espetáculos nos menores, afirmando (República Portuguesa, 1954, p. 815): “[...] benevolência na atribuição da categoria de «filmes sem classificação especial» àqueles em que a boa ou aceitável tese é comprometida pela insistência ou duração de imagens condenáveis” e, por isso, está “[...] A favor destas crianças e neste campo especial de cinema e espetáculo sobre a publicação do Governo, com o Decreto-Lei n.º 38.964, que tanto interesse mereceu à Assembleia Nacional”. Com a regulamentação à assistência de menores a espetáculos públicos, ela pretendeu resolver o problema de todos os espetáculos para menores, considerando que a “[...] a sua faceta repressiva pretende ser um elemento construtivo para a solução do problema: menores e espetáculos públicos, que constitui parte importantíssima do problema mais vasto que é o problema social das diversões de menores”. Propôs que fossem dadas às comissões de censura dos espetáculos e à Comissão de Literatura e Espetáculos para Menores as condições documentais de análise e desempenho cabal da sua missão, em prol dos menores (Braga, 2014).

Na 3.^a Sessão Legislativa (1955–1956), a intervenção de M^a Leonor cinge-se à discussão da lei de autorização das receitas e despesas para o ano de 1956. Intervindo sobre a crescente morbidade derivada pela tuberculose, exigindo um “plano de ação de emergência” com profilaxia social, equipamento portátil, educação, condições para reintegração de doentes e o seguro social do tuberculoso (Cruz; Pinto, 2004). Aborda, ainda: o estado da demografia e a decrescente natalidade em Portugal, apelando ao contributo da OMEN; a proposta de lei relativa ao Plano de Formação Social e Corporativa; congratula-se com o enquadramento dado pelo diploma ao serviço social, através da inserção desta profissão no trabalho laboral e do serviço social nas zonas rurais, bem como com a sua ação nas Casas do Povo (Cruz; Pinto, 2004). Haverá que destacar a defesa intransigente que faz do papel e da ação do serviço social (República Portuguesa, 1956, p. 1237), por exemplo no debate com o deputado Carlos Moreira que utilizava o termo de “«trabalhador social» em vez de «agente social» não só porque aquela foi aceite internacionalmente, mas também porque a expressão «agente» poderia tornar-se num sentido pouco próprio à função das assistentes e auxiliares sociais”. Na 4.^a Sessão Legislativa (1956–1957), não registamos nenhuma intervenção de M^a Leonor no parlamento, sabendo da reação que causava as suas apelações às questões sociais. Ou seja, tornou-se numa voz incómoda, por vezes referida nas emissões de propaganda da Rádio Moscovo 3, que originou a sua não indicação para as listas da Assembleia na seguinte legislatura (Castro; Esteves, 2005). Foi sempre uma defensora das suas convicções sociais, um bom exemplo desse descontentamento e incomodidade para o regime foi um episódio na Assembleia Nacional onde apresentou as contas da semana de um trabalhador com família e, depois de um caloroso debate com um deputado, pretendeu dar-lhe 25 tostões e questionou-o se conseguia viver com esse valor de um operário.

Algumas ideias a reter

M^a Leonor foi uma assistente social bastante ativa, no período salazarista e marcelista, imbuída com uma conceção afeta ao catolicismo social e adequada à doutrinação corporativista, mas prestigiando a profissão ‘serviço social’, debatendo como deputada os temas sociais, apelando por melhores políticas às famílias vulneráveis e trabalhadoras, defendendo a mulher trabalhadora, a proteção social nos menores, melhores

condições de seguro laboral etc. Aquando do slogan salazarista ‘A Mulher para o lar’, devido ao trabalho das mulheres na reparação/construção de estradas, nos cais marítimos (carregadoras), nas fábricas, etc., ganhando 2/3 do salário do homem e sendo exploradas, M^a Leonor para conhecer melhor essa realidade social fez-se operária de uma fábrica de conservas de peixe em Setúbal — nome fictício de ‘Luísa Beja’, com o objetivo de se inteirar da realidade feminina (operária e mãe) e respetivos problemas de toda a espécie (Matos, 2005). Também se vestia e se arranjava de forma totalmente diferente (fazia tranças no seu cabelo), de tal modo que os pais chegaram a cruzar-se com ela na rua e nem sequer a reconheciam. Perante o cenário social da mulher, M^a Leonor foi defensora do papel da mulher trabalhadora e na família, na base dos direitos da mulher, da sua dignidade e condição na sociedade, como mãe e trabalhadora. Pertenceu a vários organismos da época, onde partilhou com outras mulheres do regime ações de intervenção. A partir de 1958, colabora regularmente com Centro Rural de Escalos de Cima, inaugurada pela OMEN e trabalha, entre 1962–1974 no Banco Nacional Ultramarino (despedimento litigioso através de acórdão com Banco -Processo n.º 5/78 do Tribunal do Trabalho de Lisboa) (Cruz; Pinto, 2004). Após o 25 de Abril dedica-se à Associação de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais de Lisboa (antiga Associação de Pais e Amigos das Crianças Mongoloides). Podemos dizer que essa assistente social contribuiu para a difusão do serviço social, dentro do contexto do salazarismo, lutando pelo profissionalismo da profissão, mas nunca deixando de o fazer no âmbito de um catolicismo progressista, opondo-se, por vezes, às ações políticas do regime, pois considerava o serviço social como uma profissão necessária à implementação das políticas sociais e às mudanças e resolução dos problemas reais.

Referências

- BRAGA, P. D. A educação em debate na Assembleia Nacional portuguesa: o contributo das mulheres deputadas (1945–1957). *Caderno Espaço Feminino*, v. 27, n. 1, p. 1–23, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/issue/view/1174>
- CARVALHO, A. M. H. *Serviço Social no Estado Novo*. Coimbra: Centelha, 1987.
- CASTRO, Z. O. de; ESTEVES, J. (Dir.). *Dicionário no feminino: séculos XIX-XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- COVA, A.; PINTO, A. C. O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. *Penélope*, n. 17, p. 71–97, 1997.
- CRUZ, M. B. da; PINTO, A. C. (Dir.). *Dicionário biográfico parlamentar 1935-1974, Vol. 1 (A-L)*. Lisboa: Assembleia da República/ I.C.S.-ULisboa, 2004.
- CRUZ, M. B. da; PINTO, A. C. *Dicionário Biográfico Parlamentar 1935 1974. Vol. IV (M-Z)*. Lisboa: Assembleia da República/ICS ULisboa, 2005
- HENRÍQUEZ, B. A. O estado de mal-estar social salazarista e a política social do Estado Novo. *Intervenção Social*, n. 23-24, p. 33–51, 2001.
- INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DE LISBOA. *Assistente Social M^a Leonor Botelho e aluna (1943–1944)* [Documento icónico no Arquivo do ISSS, na Universidade Lusíada de Lisboa]. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 1944.
- MARTINS, A. *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.
- MARTINS, A. *Investigação em Serviço Social: perspetivas atuais*. *Serviço Social: unidade na diversidade encontro com a identidade profissional*. Lisboa: APSS, 2003.
- MARTINS, A. *Serviço Social em Portugal no fascismo: oposição, resistência e ação sindical*. *Revista Em Pauta (F.S.S. da Univ. do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)*, n. 40, v. 15, p. 40–56, 2017.
- MATOS, J. R. *Apontamentos para a história de Escalos de Cima*. Castelo Branco: Alma Azul, 2005.
- MONTEIRO, A. A formação académica dos assistentes sociais uma retrospectiva crítica de institucionalização do Serviço Social em Portugal. *Intervenção Social*, v. 11-12, p. 43–76, 1995.
- MOURO, H.; CARVALHO, A. *Serviço Social e Estado Novo*. Coimbra: Centelha, 1987.
- PASSARINHO, I. *Assistente Social – percursos e construção identitária*. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação (Lisboa)*, n. 6, p. 21–34, 2008.
- PIMENTEL, I. F. A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40. *Análise Social*, v. XXXIV, n. 2/3, p. 477–508, 1999.
- PIMENTEL, I. F. *História das Organizações Femininas do Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates, 2000.
- PIMENTEL, I. F. Influências internas e externas na Obra das Mães e na Mocidade Portuguesa Feminina. *Campus Social*, v. 3/4, p. 19–43, 2007.
- PIMENTEL, I. F. *Maria Leonor Correia Sampaio Botelho*. In: NÓVOA, A. (Dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*. Lisboa: Edições ASA, 2003. p. 185–186.
- PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 30.135, de 1939. *Diário do Governo, I série*, 291, de 14 de dezembro de 1939. Lisboa: Imprensa Nacional, 1939. p. 1403–1405.

PORTUGAL VI Legislatura: Diário das Sessões: Sessão n. 50, de 23 março de 1954. Lisboa: Secretaria da Assembleia Nacional, 1954. p. 815.

PORTUGAL. VI Legislatura: Diário das Sessões: Sessão n. 161, de 3 de julho de 1956. Lisboa: Secretaria da Assembleia Nacional, 1956, p. 1237.

RODRIGUES, C. Os deputados assistentes sociais na Assembleia Nacional e na Assembleia da República: principais intervenções parlamentares entre 1949 e 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto Superior Miguel Torga. Coimbra: ISMT, 2014.

RODRIGUES, E. V. O Estado e as Políticas Sociais em Portugal. Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, XX, p. 191–230, 2010.

ROSA, M. T. et al. O trabalho social e a profissão de Assistente Social em Portugal. Lisboa: CIES/ISCTE, 2000.

SAMPAIO, M. L. B. O serviço social: salvaguarda dos valores familiares. Cadernos de Serviço Social, Boletim trimestral das trabalhadoras sociais portuguesas, ano 2, n. 5, p. 24–32, jan./fev./mar. 1958.

SAMPAIO, M. L. B. Serviço social comunitário nos meios piscatórios. In: COLÓQUIO NACIONAL DO TRABALHO, DA ORGANIZAÇÃO CORPORATIVA E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 5., Anais [...]. Lisboa: Publicação da JAS-Junta Central das Casas dos Pescadores, 1961. p. 405–416.

SAMPAIO, M. L. B.; FONSECA, A. C. DA. Assistência à família: princípios e realizações. Boletim da Assistência Social, n. 107–110, p. 103–133, 1952.

SAMPAIO, M. L. B.; FONTES, V. H. M.; SACRAMENTO, M. E. de M. A criança e o livro: aspetos psicológicos, pedagógicos e literários. Lisboa: Livros Horizonte, 1971.

SILVA, T. P. G. R. S. A primeira Escola de Serviço Social em Portugal: o projeto educativo fundador e a configuração do campo de conhecimento (1935–1955). Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa, 2016.

Ernesto Candeias Martins

ernesto@ipcb.pt

Doutor e mestre em Ciências da Educação, respetivamente pela Univ. Illes Balears (Palma de Mallorca – Espanha) e na Universidade Católica Portuguesa. Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica Portuguesa e em Pedagogia/Ciências da Educação pela Universidade Pontifícia de Salamanca/Universidade de Lisboa – FPCE.

Docente no Instituto Politécnico de Castelo Branco/Escola Superior de Educação, (co) coordenador dos Mestrados em Intervenção Social Escolar e Educação Especial e presidente do Conselho Técnico Científico de 2017-2023.

Escola Superior de Educação do IPCB

Rua Professor Faria de Vasconcelos, s/n

Castelo Branco - Portugal

CEP: 6000-262

Agradecimentos

À família de M^a Leonor Sampaio Botelho o acesso aos documentos (espólio privado) e ao Instituto de Serviço Social e outras instituições que foram consultadas e que estão mencionadas no texto.

Agência financiadora

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia (Portugal) e CeIED; Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Contribuições do autor

O autor é responsável por todas as etapas de elaboração do artigo.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Ao ser investigador integrado rege-se pela Carta Ética da investigação do CeIED seguindo os procedimentos e princípios éticos e legais estabelecidos em todas pesquisas que realiza, com aprovação do Comitê de Ética, do qual faz parte como membro.

Consentimento para publicação

O autor consente a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe
Tânia Regina Krüger – Comissão Editorial

ARTIGO ORIGINAL

Acumulação por espoliação e estado neoliberal: o caso do Paraná (2003–2018)

Ivo Marcos Theis¹<https://orcid.org/0000-0003-0128-2188>**Luis Claudio Krajevski²**<http://orcid.org/0000-0001-5003-9665>

¹Universidade Regional de Blumenau, Departamento de Economia, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Blumenau, SC, Brasil.

²Universidade Federal do Paraná, Departamento de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Curitiba, PR, Brasil.

Acumulação por espoliação e estado neoliberal: o caso do Paraná (2003–2018)

Resumo: A discussão acerca do papel do Estado tem sido habitual em tempos de avanço do processo de globalização. Ao considerar a disseminação das ideias neoliberais e as ações decorrentes destas, cabe atenção sobre as transformações acerca das atribuições do Estado. Dessa maneira, este artigo objetiva examinar o papel do Estado no atual contexto da globalização e a respectiva contribuição com a acumulação por espoliação, no Brasil e no estado do Paraná, especialmente entre os anos de 2003 e 2018. Para isso, o presente estudo identificou algumas ações dos governos federal e paranaense nesse período. Os procedimentos metodológicos adotados foram a revisão bibliográfica e documental, com uso de dados estatísticos. Os resultados evidenciaram que o Estado tem contribuído continuamente com a acumulação por espoliação, especialmente quando governado sob perspectivas neoliberais. Portanto, a ideia do Estado mínimo não encontra lugar nos governos analisados.

Palavras-chave: Acumulação por espoliação. Neoliberalismo. Brasil. Paraná.

Accumulation through dispossession and the neoliberal state: the case of Paraná (2003-2018)

Abstract: The discussion about the role of the State has been usual in times of advancement of the globalization process. When considering the dissemination of neoliberal ideas and the actions resulting from them, attention should be paid to the transformations concerning the attributions of the State. In this way, this article aims to examine the role of the State in the current context of globalization and its contribution to accumulation through dispossession, in Brazil and in the state of Paraná, especially between 2003 and 2018. For this, the present study identified some actions of the federal and Parana's (state) governments in this period. The methodological procedures adopted in the research consist of bibliographical and documental reviews, in addition to the use of statistic data. The results show that the state has continually contributed to accumulation by dispossession, especially when governed from neoliberal perspectives. Therefore, the idea of the minimal state has no place in the analyzed governments.

Keywords: Accumulation by dispossession. Neoliberalism. Brazil. Paraná.

Recebido em 18.03.2024. Aprovado em 15.04.2024. Revisado em 06.10.2024.



Este artigo está licenciado sob a Licença de Atribuição por Licença em Domínio Público (CC BY) da Creative Commons. O uso, a distribuição e a reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

O desenvolvimento desigual é característico do modo de produção capitalista, não somente como consequência da acumulação, como também como fonte para o contínuo avanço do capital (Theis e Butzke, 2012). Países e regiões são impactados com a acumulação do capital, sendo que os graus destes efeitos podem ser maiores ou menores, conforme as idiossincrasias de cada território. Contudo, nas últimas décadas, a intensificação do processo de globalização tem provocado distorções cada vez mais expressivas. O receituário neoliberal, adotado com maior impetuosidade a partir do último quarto do século XX tem impulsionado o aprofundamento das desigualdades, além de promover o surgimento de outras novas.

Ao considerar que as premissas neoliberais são favoráveis à redução da capacidade do Estado em intervir, cabe analisar até que ponto, empiricamente, isso tem ocorrido. Se por um lado se observam, na maioria das vezes, indícios que apontam ação menor do Estado, de outro, pode-se verificar que o tamanho e o conjunto de ações não diminuíram simplesmente, mas que essas funções estão em processo de transformação. Isto pode ser observado especialmente nos Estados-Nação (Brasil), como também nos entes subnacionais (Paraná).

Como as funções estatais têm sido contestadas nos últimos anos, cabe a seguinte indagação: até que ponto o Estado reduziu a capacidade de intervenção? Assim, objetivou-se analisar a atuação estatal, no contexto da acumulação por espoliação, considerando o contexto nacional e paranaense, limitado ao período de 2003–2018. Isso porque o período 2019–2022 não dispõe dos dados socioeconômicos consolidados, além dos efeitos da pandemia da Covid-19, o que exige investigação em particular. Ainda assim, este exame identificará pistas para as questões anteriores.

A metodologia utilizada envolveu estudo bibliográfico e documental. O levantamento bibliográfico permitiu ampliar o referencial teórico a acumulação por espoliação e o desenvolvimento geográfico desigual. A base documental resultou em dados estatísticos, especialmente provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A partir de uma abordagem dialética, a análise dos dados e as informações obtidas ao longo da pesquisa contribuíram para a compreensão da acumulação brasileira e paranaense em curso.

Para consecução do objetivo proposto, este trabalho está dividido em cinco seções, incluindo esta breve introdução e as considerações finais. A seção seguinte discute a acumulação por espoliação, ponderando a perspectiva do desenvolvimento desigual. Posteriormente, são exibidos e analisados o comportamento do Brasil e, na quarta seção, do Paraná, durante os governos de 2003–2018, buscando constatar a ação estatal frente à acumulação capitalista. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

Acumulação por espoliação, desenvolvimento desigual e desenvolvimento geográfico desigual

Para compreender o processo de desenvolvimento desigual, principalmente os efeitos deste sobre as mais diversas regiões, faz-se necessário explorar conceitos relacionados à acumulação de capital. Para tanto, as contribuições de Marx (2013) a respeito da acumulação primitiva, e de Harvey (2004) acerca da acumulação por espoliação, são signos que balizam esta discussão. O avanço do capitalismo pode ser visto como processo inerente à “acumulação primitiva”. Esta pode ser compreendida simplesmente como “[...] o processo histórico de separação entre o produtor e o meio de produção” (Marx, 2013, p. 786). A separação dos produtores dos meios de produção foi determinante para transformá-los em “trabalhadores”, os quais passam a vender a força de trabalho, visando garantir a sobrevivência.

Embora apresente caráter homogeneizante, o capitalismo é diverso ao longo do tempo, consoante às particularidades de cada região. Ainda que estas especificidades existam, é admissível constatar similaridades: expropriação de terras em regiões mais afastadas, casos de expulsão violenta de camponeses, privatizações, supressão de alternativas de produção e consumo, entre outros (Harvey, 2004). Esses acontecimentos são resultado não somente do consentimento do Estado, como também pelo próprio Estado. Segundo Harvey (2004, p. 121), “O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos [...]”. Estes fatos resultariam na denominada acumulação por espoliação ou acumulação por despossessão (Harvey, 2004).

O processo de acumulação por espoliação é diverso ao longo do tempo, tanto sob a ótica dos recursos naturais quanto mediante o auxílio do Estado. E esta diversidade acontece em diferentes momentos. As privatizações, por exemplo, não ocorrem em todos os países ao mesmo momento e na mesma intensidade. Assim, a acumulação por espoliação sucede conforme o ritmo e a força necessária ao avanço do capital, em conformidade com o contexto em que está inserido. A participação do Estado neste processo também é variável, em concordância com as circunstâncias e necessidades do sistema, resultando em desenvolvimentos desiguais entre países e regiões. O desenvolvimento desigual considera que o avanço do capital não ocorre com a mesma intensidade entre países e regiões.

O desenvolvimento geográfico desigual foi objeto de estudo de Smith (1988) e Harvey (1982, 2006), para quem esta teoria se encontra em construção. Para Smith (1988), o desenvolvimento desigual é intrínseco ao modo de produção capitalista, sendo necessário para o avanço do capital. Desse modo, o próprio capitalismo gera diferença desigual no espaço, dado que esta distinção seria conveniente quando da existência de crises. Destarte, o desenvolvimento desigual decorre do vaivém do capital (que se move de uma região desenvolvida para outra subdesenvolvida e vice-versa). Este movimento se justifica pela busca incessante do capital pelas maiores taxas de lucros, com o Estado contribuindo para este processo (Smith, 1988).

Harvey (2006) explora a importância da análise geográfica diante das desigualdades socioeconômicas existentes, dando forma a teoria do desenvolvimento geográfico desigual. Basicamente, a própria dinâmica do capitalismo acarretaria a transformação dos espaços, criando e expandindo as desigualdades territoriais. Esse processo decorre da busca ininterrupta de maiores lucros e melhores condições para o capital, ampliando as desigualdades anteriormente existentes. Esse movimento é considerado fundamental, caso contrário, o capital possivelmente estaria estagnado, sem o dinamismo característico que condiciona parte da sociedade (Harvey, 2014). Diante da diversidade das escalas geográficas, há dificuldade em identificar padrões no conjunto de políticas orientadas ao desenvolvimento regional. Ainda que inexistam estes parâmetros, a inércia do Estado acentua as desigualdades regionais.

Invariavelmente, as mudanças ocorridas diante do avanço da globalização estimularam menor intervenção dos Estados nacionais e subnacionais. Ao considerar as desigualdades territoriais existentes e sem ação mais presente do Estado, o capital tem encontrado potenciais condições para reprodução. Neste contexto, o comportamento do Estado brasileiro e paranaense devem ser examinados, na perspectiva da relação Estado-globalização-desenvolvimento.

Brasil

Entre 2003 e 2018, o Brasil foi governado por três diferentes presidentes: Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010), Dilma Rousseff (2011–2016) e Michel Temer (2016–2018). O Brasil apresentou mudança no campo socioeconômico, ainda que tênue, a partir de 2003. Os primeiros quatro anos do governo Lula (Lula I) são marcados por um conjunto de políticas econômicas mais ortodoxas. O crescimento médio no período foi de 3,52%, superior aos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (FHC I: 2,54%; FHC II: 2,33%). No segundo governo (Lula II), beneficiado pelo aumento do preço internacional das commodities e da elevação dos gastos públicos (investimentos), e mesmo enfrentando os efeitos da crise de 2008, a taxa média de crescimento seria da ordem de 4,64% ao ano (IPEADATA, 2022).

Como resultado imediato, observou-se a melhoria em diversos indicadores. Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2012), dentre os avanços socioeconômicos destacam-se a redução no Índice de Gini (queda na concentração de renda), a diminuição do percentual da pobreza, a elevação da renda per capita, dentre outros. Todavia, as aparentes melhorias foram exíguas frente às desigualdades socioeconômicas regionais (Theis, 2020). De qualquer modo, serviu como atenuante aos efeitos negativos das políticas econômicas adotadas na década de 1990. Neste sentido, aparenta que o Estado foi, e pode ser, eficiente na redução das desigualdades, sobretudo as políticas públicas são orientadas a este fim.

Estas políticas econômicas não representaram rompimento com o Estado capitalista, o qual tem permitido continuamente o avanço do capital. Ao contrário, possibilitou que determinados setores, como as instituições financeiras, elevassem seus lucros nos últimos anos (Teixeira; Pinto, 2012). Assim, paradoxalmente, embora o Estado brasileiro não tenha modificado o modelo econômico¹, adotado nos governos de FHC, as políticas

públicas aparentaram melhoria na qualidade de vida da população brasileira. Dentre as principais ações, destacam-se o Programa Bolsa Família, Programa Mais Saúde, a Lei da Agricultura Familiar, a Política de Valorização do Salário-Mínimo, o Programa de Aceleração do Crescimento, o Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros (Fagnani, 2011; Pochmann, 2011).

Entretanto, como assinalado, os avanços resultantes das transferências de renda não representaram ruptura com o modelo econômico anterior. A ascensão nos gastos com a dívida pública e os baixos investimentos em pesquisa e desenvolvimento indicam isso (Anderson, 2020). Aliás, para o referido autor, “Nunca o capital prosperou tanto como no governo Lula. Basta mencionar o mercado de ações. Entre 2002 e 2010, a Bovespa superou todas as outras bolsas de valores do mundo, subindo vertiginosos 523% [...]” (Anderson, 2020, p. 72).

O crescimento econômico alcançado no período, além de outras repercussões, como redistribuição de renda e estratégias orientadas à política externa, permitiu a continuidade do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo, por meio da eleição de Dilma Rousseff. Todavia, ao longo desse governo, verificou-se a desaceleração da atividade produtiva, a qual foi acompanhada de alterações nas políticas econômicas, inclusive com a adoção da denominada “nova matriz econômica” (Anderson, 2020). O governo Dilma I exibiria crescimento médio de 2,35% ao ano, sinal desta redução da atividade econômica. Ainda que apresentasse alguns números satisfatórios no início do governo, como baixos índices de desemprego e redução nas taxas de inflação, a política econômica empregada não atingiu os resultados esperados. De qualquer forma, apesar das dificuldades vivenciadas, especialmente a partir de 2013, a presidente Dilma conquistaria a reeleição em 2014 (Dilma II).

Convém ressaltar diferenças entre os governos Lula e Dilma. A recessão econômica no governo Dilma II foi um exemplo disso, com decréscimo no PIB em 2015. Contudo, outro resultado corroborava a piora da economia nacional: o déficit público que passou a ser verificado a partir de 2014. O crescimento econômico ocorrido durante o governo Lula foi resultado de três elementos: distribuição de renda, acesso ao crédito e investimentos públicos, além da elevação dos preços das *commodities* (Carvalho, 2018). A distribuição de renda pode ser simbolizada no Programa Bolsa Família, o qual beneficiou, aproximadamente, cinquenta milhões de brasileiros. O acesso ao crédito foi viabilizado desde operações livres de crédito até a implementação do crédito consignado. E o volume de investimentos públicos permitiu a expansão da infraestrutura brasileira, contribuindo com a geração de emprego e renda. Esses elementos sofreram modificações no governo Dilma I. E um aspecto foi determinante para deterioração fiscal brasileira: a elevação das desonerações, conforme demanda da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Esta diretriz, incorporada pelo governo Dilma I, afetaria fortemente as contas públicas brasileiras. Tendo em vista a realidade socioeconômica do país, a redução da arrecadação prejudicou vigorosamente as políticas públicas, as quais podem ser cruciais para melhoria na qualidade de vida da população e, conseqüentemente, redução das desigualdades. O resultado primário do governo federal apresentava superávit desde 2003, porém o ajuste fiscal a partir de 2011 e a significativa desoneração tributária (entre outros fatores) conduziram o país a sucessivos déficits primários, a partir de 2014. Embora a política fiscal possa ser caracterizada como expansionista entre 2012 e 2014, esta seria resultado de subsídios e desonerações e não relacionada à expansão dos gastos públicos (Carvalho, 2018).

Logo, a queda nos investimentos públicos diminuiu drasticamente diante das mudanças na política econômica no governo Dilma I, sendo que era um dos principais sustentáculos dos governos Lula. A piora nas contas públicas, no início do governo Dilma II, juntamente com a elevação da taxa de desemprego, o aumento da inflação, a desaceleração econômica e os problemas políticos resultaram em circunstâncias complexas e melindrosas à presidente Dilma. Esta conjuntura enfraqueceu fatalmente o governo, resultando no processo de *impeachment*, em 2016, e a chegada ao poder de Michel Temer, então vice-presidente². Durante esse governo, a taxa de crescimento da economia brasileira foi de -0,06% (IPEADATA, 2022).

Os resultados econômicos do governo Dilma II favoreceram a adoção, pelo governo Temer, de medidas fiscais contracionistas e altamente prejudiciais, não somente às políticas sociais, como também à recuperação econômica. A Emenda Constitucional (EC) 95/2016, denominada “Teto dos Gastos”, simbolizou o momento (Brasil, 2016). A medida consistia no controle dos gastos públicos pelo período de vinte anos, determinando que as despesas não poderiam aumentar acima da taxa de inflação. Os defensores da emenda afirmavam que este rigor fiscal impediria o aumento progressivo da dívida pública. Aliás, este argumento vai ao encontro dos neoliberais brasileiros, os quais insistem na tese de que o Brasil gasta demais, além da alegação de que a saída do Estado levaria ao aumento dos investimentos privados.

Embora as desvantagens fossem evidentes, em especial quanto à capacidade de investimentos e qualidade dos serviços públicos, os resultados foram insatisfatórios, com a manutenção do déficit (Tesouro Nacional, 2021)³. E se a política de “Teto dos Gastos” já era questionável, outras medidas acabariam prejudicando ainda mais o nível de renda da classe trabalhadora brasileira. Com o governo Temer, a sinalização de um Estado menos “intervencionista” continuaria e, conforme a perspectiva neoliberal, para a retomada do crescimento eram necessárias reformas, sendo duas em especial: a trabalhista e a previdenciária.

A Lei n. 13.467/2017, denominada reforma trabalhista, modificou substancialmente as garantias estabelecidas na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT (Brasil, 2017). As alterações foram robustas, com destaque para alguns pontos, em especial: possibilidade de acordos individuais em detrimento de pactos coletivos, alterações quanto à jornada de trabalho, férias e período de descanso, entre outros. Na opinião do ex-ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a reforma trabalhista geraria até seis milhões de empregos (Valor Econômico, 2017). Os efeitos desta reforma ficaram longe das promessas. Segundo Leone, Teixeira e Baltar (2021, p. 112), a modificação na legislação “[...] além de não representar estímulo à geração de empregos, contribuiu para ampliar a precarização do trabalho pela substituição de vínculos formais por trabalho por conta própria e emprego sem registro [...]”. Para Manzano (2021), a reforma trabalhista não provocou efeito positivo sobre a economia brasileira.

No tocante à reforma da previdência⁴, ainda que esta estivesse na agenda econômica nacional desde 2016, somente foi aprovada no primeiro ano do governo Bolsonaro, em 2019. Embora este governo não seja objeto de análise neste estudo, o predomínio das ideias menos intervencionistas encontraria forte impulso com a chegada de Paulo Guedes (altamente “referendado” pelo mercado) ao Ministério da Economia. Com a desaceleração econômica mundial, a partir de 2019, e o aprofundamento da crise brasileira, decorrente da pandemia da Covid-19, a economia brasileira voltaria à recessão (Levy, 2019; IPEADATA, 2022).

Em suma, as medidas contracionistas adotadas nos últimos anos não apenas foram insuficientes para recuperação econômica do país, como também não melhoram substancialmente as contas públicas. No entanto, o Estado não deixou de intervir, apenas priorizou reformas que prejudicaram a vida de milhares de trabalhadores, mas que continuaram atendendo aos interesses do capital, sob sugestão e com aval dos neoliberais.

Paraná

Localizado na Região Sul do país, o Paraná é composto por 399 municípios distribuídos em uma área de 199.880 km² (IPARDES, 2022a). A respeito da economia paranaense, no período compreendido entre 2003 e 2018, houve variação negativa do PIB em seis anos. Na Figura 1, é possível visualizar os dados referentes ao crescimento do PIB brasileiro e paranaense. Ao longo desses dezesseis anos, a produção estadual foi superior à brasileira em oito anos.

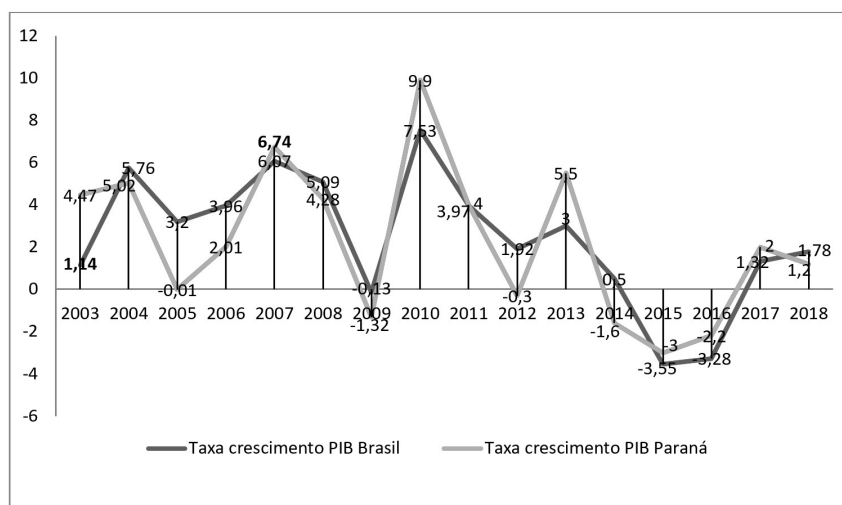


Figura 1. Taxas de crescimento do PIB, brasileiro e paranaense, entre 2003 e 2018
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IPARDES (2022b) e IPEADATA (2022b).

Entre os anos de 2003 e 2010⁵, o estado do Paraná foi governado por Roberto Requião (PMDB). Requião assumiu o estado após dois governos de Jaime Lerner (1995–1998 e 1999–2002). As ações adotadas no governo Lerner foram ao encontro não somente das políticas econômicas adotadas pelo governo federal (FHC I e FHC II), como também acabaram privilegiando sobremaneira a iniciativa privada⁶. Com postura nacionalista, contrário às privatizações e ao rentismo⁷, o governo Requião I (2003-2006) apresentou crescimento médio de 2,87%, chegando a 4,9% de expansão do PIB no governo Requião II (2007–2010), mesmo tendo apresentado crescimento negativo, em 2009: queda 1,32% do PIB estadual (IPARDES, 2022b). Durante os governos Requião I e II, o Paraná atingiu superávit primário em todos os anos.

Requião buscou interromper a política neoliberal que vinha sendo praticada nos governos Lerner, além de adotar discurso contundente contra o Estado mínimo. Diversas políticas estaduais adotadas durante esses governos indicam que ele não era apenas um crítico do neoliberalismo, mas um defensor do Estado de bem-estar social (Resende, 2007; Theis e Krajevski, 2017; Laibida, 2019). Após deixar o governo, Requião foi senador pelo Paraná (2011 a 2018). Mesmo sendo apoiador dos governos Dilma, o então senador emitiu fortes críticas ao governo federal, afirmando que determinadas ações facilitavam o rentismo, atendendo aos interesses do capital internacional em detrimento das necessidades nacionais (Mello e Silva, 2015).

O sucessor de Requião foi o ex-governador Beto Richa (2011–2018). Filiado ao principal partido de oposição ao PT, no cenário nacional à época (Partido da Social-Democracia Brasileira – PSDB), Richa era adepto do discurso do Estado mínimo. Durante seus governos houve desaceleração da economia paranaense. No governo Richa I (2011-2014), a taxa média de crescimento foi de 1,9%; sendo apenas de 0,5% no período seguinte 2015 a 2018 (IPARDES, 2022b). Estes resultados apontam que o Paraná não permaneceu ileso à crise brasileira. Ademais, o governo Richa II apresentaria déficit primário em dois anos consecutivos (2016 e 2017).

No tocante às diretrizes dos governos Richa I e II, estas representaram a retomada dos ditames da ideologia neoliberal, anteriormente vistas nos governos Lerner. Diversas ações foram adotadas nesse sentido: redução de recursos para as universidades estaduais, retorno de incentivos à Renault, sinalização de prorrogação das concessões de rodovias, entre outras (Theis e Krajevski, 2017). Observa-se, então, a ação estatal em benefício do capital, e não a adesão ao Estado mínimo. Ainda em relação ao governo Richa II, um acontecimento marcaria a relação entre o Estado e os servidores públicos, pois a Polícia Militar estadual entrou em violento conflito com os professores da rede pública. Segundo Alves, a ação reflete o atual momento do capitalismo neoliberal, em que os servidores públicos representam os adversários da ordem burguesa, pois resistem “[...] a lógica da restrição orçamentária imposta pela *financeirização* do orçamento público” (Alves, 2016, p. 54, grifo do autor).

A condução das políticas paranaenses denota significativa distinção entre os governos Requião e Richa. Apesar da capacidade de intervenção ser consideravelmente reduzida (se comparado ao conjunto de instrumentos disponíveis ao governo na esfera nacional), o estado do Paraná não deixou de utilizar seus mecanismos. Inclusive, justamente por ter gama menor de meios disponíveis, é significativo observar as prioridades dos governantes paranaenses nos últimos anos.

Convém destacar, ainda, a questão agrária e, neste sentido, resgatar as contribuições de Harvey (2004) quanto ao êxodo rural. Afinal, o êxodo, aliado à expulsão dos camponeses, constitui fonte para acumulação por espoliação. Desta maneira, um indicador que pode auxiliar na investigação sobre o espaço rural brasileiro é o Índice de Gini, aplicado à concentração fundiária (IGcf). Nesse período (2003–2018) houve a realização de dois censos agropecuários: 2006 e 2017. De acordo com os dados obtidos, houve aumento na concentração fundiária no caso brasileiro (0,8653, em 2006, para 0,8667, em 2017) e, principalmente, no estado do Paraná (0,7769, em 2006, para 0,7930, em 2017) (IBGE, 2006, 2017). Paralelamente, ocorreu redução no número de estabelecimentos rurais no Brasil, na ordem de 102.312 unidades. No Paraná, a redução foi de 65.909 estabelecimentos, sendo a terceira unidade da Federação com maior redução de unidades agropecuárias.

Outrossim, nas últimas décadas verificou-se elevação nas taxas de urbanização brasileira e paranaense (IPARDES, 2022a). Ainda que seja salutar um exame minucioso sobre este processo, ao considerar a elevação do IGcf e a queda no número de unidades agropecuárias, há sinais claros não apenas da saída de camponeses do espaço rural brasileiro, como também do avanço do agronegócio sobre a agricultura familiar, o que diminui as formas autônomas de produção no campo, reforçando a acumulação por espoliação (Harvey, 2004).

Concisamente, no caso paranaense foi possível perceber modificações nas diretrizes dos governos Requião e Richa. Embora o ente subnacional possua condições limitadas para adoção de políticas públicas,

os governos Richa adotaram ações que indicaram atuação estatal favorável ao mercado, diferentemente de algumas diretrizes e políticas implementadas nos governos Requião.

Considerações finais

Especificamente quanto ao papel do Estado nacional, no período de 2003–2018, algumas ponderações se fazem necessárias. A ideia inicial da minimização do poder estatal não é sólida quando se observa a atuação dos governos nacionais, nos últimos anos. Na verdade, após o Consenso de Washington, pode-se interpretar que a famigerada desregulamentação econômica não passou de nova regulamentação, condizente com os preceitos neoliberais. Dessa forma, é possível afirmar que o Estado não deixou de intervir na economia, mas modificou a forma de atuação, com intuito de oferecer as condições necessárias ao avanço do capital.

As práticas de acumulação por espoliação estiveram presentes tanto no Estado brasileiro quanto no paranaense. No Brasil, ainda que os governos do PT tenham reduzido parte das medidas recomendadas pelo Consenso de Washington e adotado políticas públicas e sociais direcionadas à melhor redistribuição de renda, não houve ruptura com o modelo econômico anterior, permanecendo auxiliar ao capital. A distinção é que as políticas conciliatórias foram, ainda que singelas, suficientes para atenuar parte das desigualdades socioeconômicas. Todavia, a partir de 2016 as alterações evidenciaram aproximação contundente do Estado com o mercado, por meio de medidas e reformas que afastaram as políticas públicas em favor de uma sociedade menos desigual. Logo, o Estado não deixou simplesmente de intervir, mas atuou privilegiando o interesse dos capitalistas em detrimento da classe trabalhadora.

Quando se analisam as políticas estaduais adotadas, não restam dúvidas de que o Paraná utilizou valorosos instrumentos para beneficiar grandes grupos econômicos. As escolhas dos governos Richa I e II, retomando as diretrizes dos governos Lerner (1995–2002) são exemplos das ações que caracterizam a acumulação por espoliação. Essa linha foi interrompida nos governos Requião, o qual buscou aderir ao Estado de Bem-estar social.

Obviamente, investigações complementares a respeito do papel do Estado necessitam ser realizadas. Não apenas para o estado do Paraná ou Estado brasileiro, mas, de forma similar, para os Estados nacionais como um todo, pois há diferenças expressivas, não somente entre as especificidades de cada país, como também quanto às consequências da globalização e das políticas neoliberais adotadas. Contudo, o presente estudo ratifica a ideia de um Estado auxiliar ao capital. E, ao contrário do que alguns defendem, as livres forças de mercado não serão suficientes para superar o atraso e o subdesenvolvimento de países e regiões.

Esta atuação estatal reflete a transformação de um Estado de *welfare-state* para em Estado complacente e facilitador do avanço do capitalismo. Em vista disso, a ideia de um Estado mínimo não passa de uma falácia, a qual é conveniente à ideologia neoliberal. Destarte, há um mito a respeito de que as ideias neoliberais anseiam reduzir o tamanho do Estado. Na verdade, o que se pretende é acentuar a ação estatal como facilitadora e promotora dos interesses capitalistas, algo observado desde o surgimento dos Estados nacionais.

Referências

- ALVES, G. As raízes autocráticas do Estado brasileiro – Estado neoliberal e a nova face da autocracia política no Brasil. In: PEREIRA, L. F. L.; ALLAN, N. A. 29 de abril: repressão e resistência. Bauru: canal 6, 2016.
- ANDERSON, P. Brasil à parte: 1964–2019. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 20 dez. 2023.
- BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 20 dez. 2023.
- CARVALHO, L. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.
- FAGNANI, E. A política social do Governo Lula (2003–2010): perspectiva histórica. Texto para discussão, IE/UNICAMP, n. 192, 2011.

- HARVEY, D. *The limits to capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, D. *Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. London: New York, Verso, 2006.
- HARVEY, D. *Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo*. Quito: Editorial IAEN, 2014.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário – 2006. 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017 – resultados definitivos. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Paraná em números. 2022a. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Parana-em-Numeros>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Banco de Dados do Estado (BDEweb). 2022b. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Comunicado nº 155: A década inclusiva (2001–2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. 25 de setembro de 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15611. Acesso em: 20 dez. 2023.
- IPEADATA. Macroeconômico: produção. 2022. Disponível em: <http://ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- LAIBIDA, D. C. R. As políticas públicas de Roberto Requião: uma agenda neoliberal ou social democrata? *Revista NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses, dossiê partidos políticos e conexões familiares*, v. 5, n. 1, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/nep.v5i1.67665>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- LEONE, E.; TEIXEIRA, M. O.; BALTAR, P. Impactos da reforma trabalhista sobre o mercado de trabalho. *In: KREIN, J. D. O Trabalho pós-reforma trabalhista (2017)*, v. 1. São Paulo, Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho – CESIT, 2021.
- LEVY, P. M. Seção II – Economia mundial. Carta de conjuntura 45, IPEA, 2019.
- MANZANO, M. P. F. Impactos econômicos da reforma trabalhista. *In: KREIN, José D. O Trabalho pós-reforma trabalhista (2017)*, v. 1. São Paulo: Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho – CESIT, 2021.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de R. Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MELLO E SILVA, R. R. Pronunciamento de Roberto Requião em 05/11/2015, durante a 198ª Sessão Deliberativa Extraordinária, no Senado Federal. 2015. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/418065>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- NASSIF, A. As armadilhas do tripé da política macroeconômica brasileira. *Rev Econ. Pol.*, v. 35, n. 3, p. 426–443, 2015. Doi <https://doi.org/10.1590/0101-31572015v35n03a03>.
- PAULANI, L. Acumulação sistêmica, poupança externa e Rentismo: observações sobre o caso brasileiro. *Estudos Avançados*, v. 27, n. 77, p. 237–264, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000100018>.
- POCHMANN, M. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. *SER social*, v. 13, n. 28, p. 12–40, 2011. Doi https://doi.org/10.26512/ser_social.v13i28.12681.
- RESENDE, D. C. Elementos decisivos na construção da posição e ação política de Roberto Requião de Mello e Silva. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, 2007.
- SMITH, N. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Tradução de E. A. Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade*, v. 21, p. 909–941, 2012. Doi <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400009>
- TESOURO NACIONAL. Boletim Resultado do Tesouro Nacional, v. 27, n. 12, 2021. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:42576. Acesso em: 20 dez. 2023.
- THEIS, I. M. & BUTZKE, L. O paradoxo da geografia no capitalismo mundializado: revisitando a lei do desenvolvimento desigual e combinado. *En A., Galvão (org.). Capitalismo: crises e resistências (pp. 83-110)*. 2012. São Paulo: Outras Expressões.
- THEIS, I. M. & KRAJEVSKI, L. C. Desenvolvimento e acumulação por espoliação: o caso do Território Cantuquiriguaçu – Paraná. *Novos cadernos NAEA*, 20(2), 9-26. 2017. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v20i2.3967>
- THEIS, I. M. Desenvolvimento regional numa formação social semiperiférica: o caso do Brasil. *Revista Política e Planejamento Regional*, 7(2), 206-227. 2020.
- VALOR ECONÔMICO. Reforma trabalhista vai gerar 6 milhões de empregos, diz Meirelles. 2017. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2017/10/30/reforma-trabalhista-vai-gerar-6-milhoes-de-empregos-diz-meirelles.ghtml>. Acesso em: 20 dez. 2023.

Notas

- ¹ Este modelo está baseado no tripé macroeconômico: metas de inflação, taxa de câmbio flutuante e metas de superávit primário (Nassif, 2015).
- ² O *impeachment* de Dilma Rousseff foi decorrente de um processo iniciado em 2016. Este processo teve amplo apoio do judiciário, do Congresso Nacional e da grande mídia, entre outros setores, com anuência do Supremo Tribunal Federal brasileiro.
- ³ Desde 2014, o país tem apresentado recorrentemente déficits primários, sendo 0,4% do PIB neste ano; 2,0%, em 2015; 2,5%, em 2016; 1,8%, em 2017; e 1,7%, em 2018. Até 2021, o déficit permanece (Tesouro Nacional, 2021).
- ⁴ A aprovação da PEC 06/2019 ocorreu no primeiro ano do novo governo. A proposta foi aprovada sem a devida discussão, desconsiderando as fortes críticas de diversos setores da sociedade. O teor do texto foi atenuado em razão das mudanças ocorridas no Congresso Nacional (Carvalho, 2018).
- ⁵ Este estudo considera que os governos Requião e Richa foram concluídos na íntegra, ainda que tenham se afastado do governo por poucos meses nos anos de 2010 e 2018 para concorrer a outros cargos públicos, conforme determina a legislação eleitoral.
- ⁶ Podem ser citadas a concessão de rodovias estaduais à iniciativa privada (mais de 2.500 km), a privatização do Banco do estado do Paraná, a tentativa de privatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, entre outros (Theis e Krajevski, 2017).
- ⁷ Para Paulani, o rentismo “[...] pode ser definido como o movimento de valorização do valor que tem como causa a mera propriedade” (Paulani, 2013, p. 254).

Ivo Marcos Theis

theis@furb.br

Economista, Doutor em Geografia, professor do Programa de Pós-graduação da Universidade Regional de Blumenau. Líder do NPDR/FURB.

FURB

Rua Antônio da Veiga, 140 - Itoupava Seca

Blumenau – SC – Brasil

CEP: 89030-903

Luis Claudio Krajevski

luisck@ufpr.br

Economista, Doutor em Desenvolvimento Regional, professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPR. Membro do GEPEDE/UFPR, GPDR/UFGS e do NPDR/FURB.

UFPR

Campus Jardim Botânico

Av. Prefeito Lothário Meissner, 632, térreo – Jd. Botânico

Curitiba - PR - Brasil

CEP: 80.210-170.

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições dos autores

Concepção e desenho do estudo: Ivo e Luis Claudio

Revisão de literatura: Ivo e Luis Claudio

Aquisição de dados: Luis Claudio

Análise e interpretação de dados: Ivo e Luis Claudio

Elaboração do manuscritos: Ivo e Luis Claudio

Revisão intelectual do manuscrito: Ivo e Luis Claudio

Aprovação final da versão submetida à revista: Luis Claudio

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Os autores consentem a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe

María del Carmen Cortizo – Comissão Editorial

ARTIGO ORIGINAL

Complexidades do INSS-digital na pandemia: restrições de direitos e denúncias sindicais

Maria Lucia Lopes da Silva¹

<https://orcid.org/0000-0003-1620-9119>

Murilo Oliveira Souza²

<https://orcid.org/0000-0003-1126-600X>

¹Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social, Programa de Graduação em Serviço Social e de Pós-Graduação em Política Social, Brasília, DF, Brasil.

²Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília, DF, Brasil.

Complexidades do INSS-digital na pandemia: restrições de direitos e denúncias sindicais

Resumo: Este artigo baseia-se em duas pesquisas. Uma delas decorrente de doutorado, que explora as complexidades do atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no contexto da pandemia da Covid-19, a sobrecarga de trabalho dos servidores da autarquia e denúncias de suas entidades sindicais. A outra, de pós-doutorado, que aborda sobre o avanço e repercussões do uso de TICs nos serviços públicos federais, com ênfase na previdência social, e explicita o processo de digitalização dos serviços do INSS e suas repercussões na restrição de direitos dos trabalhadores e no favorecimento aos capitais. O objetivo e a motivação do artigo é tornar público resultados de ambas as pesquisas. Dessa forma, em seu desenvolvimento, este texto mostra a redução de concessões, o aumento de indeferimentos e da judicialização de benefícios, a sobrecarga de trabalho, o adoecimento dos servidores e denúncias de suas entidades, além de benefícios aos capitais. A estrutura do texto segue o padrão, com introdução, desenvolvimento e considerações finais.

Palavras-chave: pandemia; digital; direitos; INSS; entidades sindicais.

Complexities of INSS-digital during the pandemic: restrictions of rights and trade union complaints

Abstract: This article is based on two research studies. A doctorate, which explores the complexities of service provided by the Brazilian National Social Security Institute (INSS) in the context of the covid19 pandemic and the work overload of municipal employees and complaints from their union entities. The other, a post-doctorate, on the advancement and repercussions of the use of ICTs in federal public services, with an emphasis on social security, it explains the process of digitalization of INSS services and its repercussions in restricting workers' rights and favoring capitals. The objective and motivation of the article is to make results of both researches public. Thus, in its development, the text shows the reduction of concessions, increase in denials and judicialization of benefits, work overload, illness of employees and complaints from their entities, in addition to benefits to capital. The structure of the text follows the standard, introduction, development and final considerations.

Keywords: pandemic; digital; rights; INSS; trade unions.

Recebido em 06.04.2024. Aprovado em 14.07.2024. Revisado em 12.10.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Na atualidade as inovações tecnológicas são muito demandadas. Embora este processo já viesse ocorrendo há alguns anos, no contexto da pandemia da Covid-19 ganhou celeridade mundial em todas as áreas. No Brasil, os serviços públicos fazem parte destas áreas e tem a previdência social como uma das experiências mais avançadas de atendimento ao público por meios digitais.

A Pesquisa do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) mostra que “em 2021, três a cada quatro órgãos federais declararam disponibilizar de forma remota o serviço público mais procurado pelos cidadãos, situação [...] [de] pouco mais da metade desses órgãos em 2019” (Brasil, 2022a, p. 25). Nos primeiros meses da pandemia da Covid-19, em 2020, segundo o Cetic.br, “os serviços mais buscados ou realizados na Internet foram aqueles relacionados aos direitos dos trabalhadores ou da previdência social (72%)” (Brasil, 2022a, p. 119). Como o acesso às tecnologias e mídias digitais é muito desigual no país, a população pobre tem acesso limitado e recorre a intermediários para poder usufruir direitos. No caso da previdência social muitos ganham com isso, como os donos de *lan houses* com a digitalização de documentos; os intermediários entre requerentes de benefícios e serviços e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); as empresas desenvolvedoras de *software* e mantenedoras de sistemas; as vendedoras de “nuvens” para armazenar dados, entre outros. Assim, o acesso de parte da classe trabalhadora aos serviços públicos digitalizados fica comprometido, enquanto alguns setores de iniciativa privada aumentam seus lucros.

Silva (2021) baseada em pesquisas que realiza sobre o tema¹, destaca que desde 2020, entre as medidas de ajuste do INSS às exigências da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, foram instituídas normas reguladoras infraconstitucionais e medidas de gestão que provocaram prejuízos à classe trabalhadora. Prejuízos, como: limites para acessar os benefícios devido a regras restritivas da EC nº 103/2019; atrasos nas análises dos requerimentos de benefícios; aumento dos indeferimentos; redução das concessões administrativas e aumento das concessões judiciais; ônus financeiro e presença de intermediários nas relações com o INSS, sobretudo advogados; além da desestruturação de serviços, sobrecarga e adoecimento dos trabalhadores do órgão. Em sua opinião, entre as medidas de gestão que corroboraram esses prejuízos, encontram-se a completa digitalização dos serviços, o teletrabalho, incluindo o *home office*, o atendimento exclusivamente remoto por seis meses no contexto pandêmico, o número reduzido de servidores e a política de produtividade de pessoal adotada pelo INSS, com base em metas preestabelecidas que interferem na composição salarial dos servidores. Souza (2022) em sua pesquisa de doutorado² confirma essa realidade e mostra as denúncias das entidades sindicais em cuja base de sindicalizados encontram-se os servidores do INSS. Assim, o atendimento do INSS tem se desenvolvido, marcado por grandes complexidades que se traduzem em precarização do atendimento e restrições de direitos. Tais restrições são provocadas, principalmente, pelas regras estabelecidas pelas contrarreformas da previdência social e pelos limites de acesso aos serviços e benefícios em decorrência das mediações tecnológicas altamente desenvolvidas, nem sempre acessíveis à população que recorre a essa autarquia.

Este artigo baseia-se nas pesquisas de ambos os autores naquilo em que se cruzam: as complexidades do INSS-digital impulsionado no contexto pandêmico, ou seja, o complexo uso de Tecnologias de Informações e Comunicação (TICs) nos serviços públicos, direcionados a uma parcela da população de baixa renda e nível educacional, sobretudo àquela que recorre à previdência social, que nem sempre dispõe ou sabe utilizar tais tecnologias.

Elaborado sob uma perspectiva teórico-metodológica dialética materialista, este artigo tem por objetivo tornar público, pelo menos parcialmente, os resultados dessas pesquisas, de modo a contribuir com as reflexões, principalmente no meio acadêmico, sobre as contradições que marcam a aceleração das inovações tecnológicas e seu uso cada vez mais intensivo nos serviços públicos.

Nesta introdução, é preciso destacar que o conceito de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) não é consensual. Todavia, há prevalência na literatura especializada recente de utilização de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) para expressar a convergência entre a informática e as telecomunicações, agrupando ferramentas computacionais e meios telecomunicativos como, rádio, televisão, vídeo, etc. para facilitar a difusão das informações. Já as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) englobam, a tecnologia digital mais avançada. Por meio desta é possível processar qualquer informação em tempo real (Internet, Internet das Coisas, Inteligência Artificial etc.) o que tem provocado mudanças radicais na vida das pessoas, sobretudo no que diz respeito à comunicação instantânea e busca por informações. Assim, as TICs

podem ser usadas em sentido genérico envolvendo as tecnologias digitais, todavia, dada a especificidade das digitais, em geral estas são destacadas (Silva, 2022). Neste artigo as tecnologias digitais são destacadas quando for necessário chamar a atenção sobre elas. Porém, a utilização de TICs de modo genérico não excluirá as TDICs.

Este texto é composto por esta introdução e desenvolve-se a partir de três eixos: Pandemia e aceleração da inovação tecnológica nos serviços públicos – ênfase na previdência social; as complexidades no atendimento e restrições de direitos no INSS no contexto pandêmico; e, a voz e denúncias das entidades sindicais. Ao final, são apresentadas as considerações e as referências.

Pandemia e aceleração das inovações tecnológicas nos serviços públicos – ênfase na Previdência Social

A aceleração das inovações tecnológicas é uma realidade incontestável no capitalismo contemporâneo. No curso da pandemia da Covid19, principalmente em sua fase aguda, nos anos de 2020, 2021 e meados de 2022, essa aceleração tornou-se mais evidente diante do aprofundamento da crise do capital e da necessidade de distanciamento social em decorrência da grande contaminação do Sars-Cov-2, causador da Covid-19.

Os Estados capitalistas sempre foram sustentáculos da aceleração tecnológica. No curso da pandemia não foi diferente. Pois, o uso de TICs e TDICs em grande escala nos serviços públicos, ampliado no curso da pandemia, não diz respeito exclusivamente à necessidade de facilitar o acesso ao conjunto de serviços oferecidos pelo Estado como é anunciado pelos governos. Mas, vincula-se principalmente aos interesses dos banqueiros, comerciantes e empresários em ampliarem seus lucros adquirindo e ofertando os serviços do Estado por meio de convênios, como os bancos que processam os pagamentos de benefícios e outros serviços; vendendo equipamentos e tecnologias digitais, como as empresas de TICs; ou vendendo seus produtos e serviços diretamente aos que recorrem aos serviços públicos, como os segurados da previdência, para que possam atender às novas exigências administrativas digitais para acesso aos benefícios, como o fazem os donos de *lan houses* e grandes escritórios de advocacia. Portanto, a aceleração das inovações tecnológicas atende aos interesses dos capitais e conta com o apoio do Estado, de diferentes formas, inclusive como consumidor de tais tecnologias e equipamentos de rápida obsolescência. Sabe-se que aceleração da obsolescência é uma estratégia de consumo e expressa uma das leis fundamentais do desenvolvimento capitalista.

Na contemporaneidade, essa lei se aplica a diferentes formas de consumo de mercadorias diversas, inclusive as tecnologias e maquinarias que lhe são associadas. No que se refere às tecnologias, atualmente, a conectividade em níveis célere e amplo é uma das molas propulsora de poder e riqueza. Como mencionado por Kenski (2012), o avanço das tecnologias de informação e comunicação, incluindo as digitais, define poderes baseados na velocidade de acesso às informações disponíveis nas redes. Todavia, a obsolescência dos equipamentos e tecnologias, inclusive digitais, é cada vez mais veloz.

Marx, nos *Grundrisse*, anunciava que quando a indústria alcançasse um nível de desenvolvimento superior e a maquinaria disponível possibilitasse elevados níveis de recursos, todas as ciências seriam forçadas a servir ao capital e impulsionar as invenções tecnológicas e, nesse caso, a invenção se tornaria um ramo de negócios (Marx, 2011). Os tempos atuais revelam a veracidade dessa assertiva. O desenvolvimento tecnológico é um poderoso ramo de negócios, cujos produtos são consumidos amplamente pelo Estado.

A aceleração do uso intensivo de TICs nos serviços públicos e políticas sociais ofertadas pelo Estado o tornam um importante consumidor deste ramo de negócios de inovações tecnológicas. No caso brasileiro, os dados da pesquisa TIC governo eletrônico, 2021, em sua quinta edição, realizada sob a responsabilidade do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) revela que:

Uma das principais mudanças observadas na edição de 2021 foi o aumento da contratação de serviços de computação em nuvem em todos os níveis de governo. Na esfera federal, [...], a contratação de escritório em nuvem e software cresceu 32 pontos percentuais em relação a 2019, alcançando 67% dos órgãos federais em 2021. A adoção de e-mail em nuvem aumentou 25 pontos percentuais quando comparada à última [...] pesquisa, [...] (Brasil, 2022a, p. 83).

A pesquisa traz outros dados que mostram este papel consumidor de tecnologias digitais pelo Estado: “Quase metade (45%) dos órgãos federais e 22% dos órgãos estaduais utilizaram tecnologias de Inteligência

Artificial (IA) nos 12 meses anteriores à pesquisa.” (Brasil, 2022a, p. 25). Enquanto isso, os concursos públicos foram reduzidos.

Ainda no curso da pandemia, muitos órgãos passaram a prestar serviço exclusivamente por canais remotos (digitais ou não). No caso da previdência social, o INSS passou seis meses atendendo exclusivamente por canais remotos para requerimento de benefícios ou outros serviços, apesar de ser um serviço essencial e muitas pessoas não possuem acesso à internet e/ou a equipamentos adequados para o uso dos canais oferecidos. Além disso, a demanda por pensão e outros benefícios, em contexto pandêmico não foi pequena. Destaca-se, porém, que o INSS desde 2019, antes da pandemia já estava com quase 100% de seus serviços totalmente digitalizados, a pandemia apenas acelerou a intensificação dos canais remotos. Como menciona Silva (2021, p. 11–12):

O projeto INSS digital vem sendo implantado desde 2017, [...] a partir de 2019, mais de 90% de suas atividades já eram realizadas digitalmente. Além disso, o teletrabalho já estava implantado de modo generalizado e opcional em algumas áreas, desde 2019. Diante da pandemia, a Portaria ME/INSS nº 412 de 20 de março de 2020, suspendeu o atendimento presencial e disciplinou a realização das atividades. [...] e suspendeu todos os agendamentos presenciais. [...]. Com isso, o atendimento tornou-se exclusivo por canais remotos, por seis meses consecutivos [...]. O problema em relação a isso é que boa parte dos que precisam da previdência social não sabem ler, escrever nem manusear as tecnologias avançadas, além de não terem acesso à internet, computadores, tablets ou mesmo a telefones celulares para acessar os serviços remotos. Assim, o fechamento da totalidade das APS por um período tão longo contribuiu para o represamento e indeferimento de benefícios [...] expôs mais ainda a população à vil ação dos atravessadores [...], além de prejudicá-la pelo não usufruto dos benefícios em atraso.

No que se refere à concessão e indeferimento de benefícios e atrasos atinentes ao processo analítico de reconhecimento de direitos pelo INSS durante a pandemia, os dados preliminares da pesquisa de Silva (2021) revelam prejuízos sofridos pela população:

Em 2019 foram concedidos 5.190.239 benefícios pelo INSS. E, indeferidos 4.201.320, ou seja, 8,01% a mais do que em 2018 (Brasil, 2021b, p. 49). Em 2020, foram concedidos 4.868.146 benefícios, isto é, – 6,21% do que em 2019. Já os indeferidos em 2020 foram 4.463.911 – um aumento de 6,25% em relação a 2019 (Brasil, 2021b, p. 49). Na pandemia, o número de benefícios com pendências de análise também cresceu. Em abril de 2021, esse número atingiu quase dois milhões, ou seja, 1.900.391 benefícios. Deste total, 76,9% dependiam de providências do INSS e 1.262.217 aguardavam análise há mais de 45 dias [...] (Brasil, 2021b, p. 50). Assim, [...] quando a classe trabalhadora é ferozmente atingida pelo desemprego, queda da renda familiar, a elevação do valor da cesta básica, adoecimentos e mortes por COVID-19 e tem maior necessidade de proteção pelos direitos processados pelo INSS [...] os números acima mostram pouca correspondência de resposta a esta necessidade (Silva, 2021, p.11).

Ainda no que concerne aos indeferimentos de benefícios e sua correlação com o uso intensivo das tecnologias digitais, a pesquisa de pós-doc de Silva (2022) mostrou que houve um crescimento enorme dos indeferimentos de benefícios concedidos automaticamente, ou seja, com base em algoritmos. Nessa direção, é importante registrar informação constante em relatório de avaliação do INSS (exercício de 2021 a 2023) realizado pela Controladoria Geral da União:

Outro aspecto a ser considerado é a expansão da operacionalização das análises automáticas de benefícios ocorrida a partir de 2021, fazendo com que a quantidade de decisões automáticas atingisse a quantidade de 1.325.387 em 2022, mais do que o dobro alcançado no ano anterior, de 490.264. Esse incremento, entretanto, esteve associado, principalmente, ao aumento na quantidade de indeferimentos, que passou de 204 mil em 2021 para 869 mil em 2022 (Brasil, 2023, p. 14–15).

Esses dados mostram que a aceleração do uso de TICs nos serviços públicos, de forma indiscriminada e sem considerar o perfil da população que busca esses serviços, como no INSS, impõe prejuízos à população, mas favorece muito aos capitais. Não se trata, pois, de resistência às inovações tecnológicas, mas de problematizar o seu uso generalizado em um país profundamente desigual, sem democratizar o acesso a estas tecnologias.

As complexidades no atendimento e restrições de direitos no INSS no contexto pandêmico

O INSS é a autarquia federal responsável pela administração de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) como as aposentadorias, auxílios e pensões; do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social e de outros benefícios pecuniários de caráter indenizatório³. Na atualidade, são mais de 37 milhões de beneficiários cujos benefícios são concedidos e administrados por essa autarquia.

As alterações promovidas pelo INSS-Digital impactaram diretamente na forma como as pessoas seguradas têm acesso a esses benefícios. Majoritariamente, o acesso a um benefício depende de requerimento prévio e da comprovação do cumprimento dos requisitos exigidos. Com a implementação do INSS-Digital o requerimento administrativo passou a ser realizado por meio de plataforma digital, seja diretamente pelo aplicativo INSS-digital ou por meio de entidades conveniadas que usam a plataforma. Ressalta-se que no início do INSS-Digital, houve também a implementação do teletrabalho opcional, que impôs dentre outras alterações nos processos de trabalho, com a implementação do sistema de métricas por meta de produção, em substituição a jornada de trabalho de seis horas diárias para os servidores do órgão.

Diante desse fato, o que se percebeu, a partir do relato de dirigentes sindicais, é que houve um aumento no número de decisões de indeferimento dos pedidos administrativos, quando ausente um documento ou mesmo preenchimento incorreto das informações, para que o atendimento fosse concluído e o trabalhador obtivesse a pontuação necessária para cumprir suas metas (Souza, 2022).

Tal cenário ilustra como uma mudança pode impactar ambos os sujeitos sociais: trabalhadores que realizam o trabalho e aqueles que buscam os serviços ofertados pelo órgão. Quando o atendimento ocorre de forma presencial é possível esclarecer as dúvidas antes mesmo da formalização do requerimento. A orientação prévia possibilita maior eficiência e qualidade na prestação dos serviços públicos, nesse caso, pelo INSS.

O processo de digitalização dos serviços públicos, por meio do INSS-Digital, contribuiu para promover uma restrição ao acesso dos serviços prestados pela autarquia, haja vista essa transformação não ter levado em consideração a realidade social dos que precisam dos serviços e benefícios da previdência social.

A pesquisa temática realizada pela PNAD-Contínua (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021), voltada a examinar o uso das TICs pela população brasileira, realizada no último trimestre de 2019, traz uma dimensão das características da população que atualmente utiliza os serviços públicos do governo federal por meio de TICs. Em síntese, a pesquisa demonstra que a maioria da população tem utilizado os telefones celulares para obterem acesso à internet, dentre os quais 45% destes são pessoas com 60 anos ou mais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021, p. 01). Assim, a maioria que recorre aos serviços do INSS acessa os portais digitais por meio de celulares. Estes nem sempre possuem aparelhos compatíveis com as novas tecnologias e que consigam transmitir arquivos pesados, nem possuem um pacote de dados capaz de permitir a operação. Isso seria importante, uma vez que não há internet gratuita no Brasil. Vale a pena destacar que a renda mensal dessas pessoas é mínima, inclusive boa parte é beneficiária da assistência social, com renda inferior a um salário mínimo.

Essas são dificuldades no domínio das tecnologias. Há ainda dificuldades relacionadas à falta de informações para formalização do requerimento e sobre a documentação a ser anexada. A completa automatização dos serviços exclui as informações prévias que a população alcançava nas agências da previdência social.

Diante das dificuldades apresentadas, muitas pessoas que necessitam dos serviços previdenciários recorrem aos intermediários para acessarem os serviços ofertados pelo INSS. Nesse sentido, o que antes era realizado com o apoio do trabalho dos servidores públicos lotados no órgão, atualmente é realizado de forma onerosa por terceiros. Paga-se duplamente para acesso a esses serviços, por meio de contribuições previdenciárias prévias e, no momento do requerimento, pagando-se a um terceiro.

Além das dificuldades de acesso aos serviços enfrentados pela população, a digitalização dos serviços do INSS não se mostrou efetiva quanto à diminuição do tempo de espera para análise de um benefício ou respostas a outros serviços requeridos, o que reforça a natureza contraditória da digitalização completa dos serviços. Os dados do Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS) de setembro de 2017 (Brasil, 2017, p. 04) apontam que foram concedidos 433.846 benefícios, ao passo que o tempo médio de concessão em dias era de 55 dias. Por sua vez, os dados do BEPS (Brasil, 2022b, p. 05) de dezembro de 2022 apontam que foram concedidos 422.965 benefícios, mas o tempo médio de concessão era de 79 dias. Ou seja, reduziu-se o número

de concessões, porém, o tempo de análise do pedido foi prologado. Ressalta-se que em 2022, o tempo médio de espera superou 90 dias. (Brasil, 2022b, p. 06).

Esses dados mostram que no período que antecedeu a completa digitalização havia mais concessões de benefícios e em menos tempo, quando comparado aos dias atuais. É óbvio que as regras rígidas impostas pelas contrarreformas da previdência também incidem nos indeferimentos e, conseqüentemente na quantidade de concessões, todavia, as inovações tecnológicas também corroboram isso.

O que se vê é a materialização do processo de reestruturação produtiva, pautado na mudança da organização do trabalho por meio de novas tecnologias, que trouxe reflexos tanto para os servidores do INSS, como também para os que buscam os seus serviços.

Por essa razão, é preciso ter cautela com o uso intensificado das TICs nos serviços públicos, sem levar em consideração o perfil daqueles aos quais os serviços são destinados. Pois, ao invés de assegurar conforto e segurança na prestação dos serviços, poderá criar entraves quanto ao usufruto dos direitos.

Dessa forma, ao optar pela digitalização de todos os serviços e pelo atendimento, fundamentalmente por canais remotos, o INSS parece ter criado entraves ao acesso aos direitos, haja vista a incompatibilidade desses serviços e formas de atendimentos com o perfil da população atendida pela autarquia, o que favorece a ação dos intermediários e, com isto, estimula a “comercialização” de serviços que antes eram prestados gratuitamente.

A voz e as denúncias das entidades sindicais

A tese de doutorado utilizada como base para o desenvolvimento do item anterior e deste, pautou-se em investigação documental e pesquisa de campo realizada, por meio de entrevistas semiestruturadas, com dirigentes de entidades sindicais representativas de previdenciários.⁴ A partir do relato apresentado foi possível compreender as condições de trabalho dos trabalhadores do INSS e as dificuldades enfrentadas no período de transição do trabalho presencial para o teletrabalho, para aqueles que fizeram a opção pelo teletrabalho. Notou-se que:

Os documentos [...] produzidos pela FENASPS, tais como notas técnicas, informativos, relatórios de reuniões realizados com a direção do órgão, entre outros, denotam como a Presidência do INSS buscou na ideologia do trabalho colaborativo os instrumentos necessários para a criação do modelo de teletrabalho implementado no órgão (Souza, 2022, p. 206).

As entrevistas realizadas com os dirigentes sindicais foram ricas em detalhes, uma vez que os mesmos estão frequentemente em mesas de negociação ou eventos promovidos pelas entidades e mantêm diálogos constantes com a base sindicalizada.

A base das entidades sindicais⁵ da categoria dos previdenciários é mais ampla do que o INSS, pois abrange trabalhadores que atuam no âmbito da seguridade social, ou seja, profissionais que atuam na previdência social, na assistência social e na saúde. No que diz respeito à representação nacional da categoria dos previdenciários até o ano de 2022, duas entidades promoviam a organização e representavam estes trabalhadores, sendo elas uma federação (a FENASPS⁶) e uma confederação (a CNTSS⁷). Assim, essas entidades conduzem a pauta de reivindicações no âmbito nacional, na qual constam as reivindicações decorrentes dos servidores do INSS.

As entidades nacionais de representação dos servidores do INSS, desde o início da implementação do INSS-Digital, preocuparam-se em constituir grupos de trabalho que pudessem avaliar o programa e o seu impacto para a população e para os servidores.

Nesse sentido, os grupos de trabalhos tiveram reuniões com a diretoria do órgão e, desde o início da implementação do INSS-Digital questionaram os diretores sobre o desenvolvimento do projeto, mas não obtiveram as informações necessárias. Além disso, fizeram críticas e ofereceram sugestões que poderiam melhorar o sistema e contribuir tanto com o desenvolvimento tecnológico do órgão, quanto com a qualidade dos serviços prestados. Mas, em geral, as sugestões não foram aceitas.

Do relato apresentado pelos diretores entrevistados, destacam-se as seguintes denúncias relacionadas à situação do órgão, condições de trabalho, quadro de pessoal, INSS-Digital e o teletrabalho: i) redução do número de trabalhadores no período de 2016 a 2021, sem a necessária reposição; ii) definição de metas abusivas, cuja principal consequência consistiu na intensificação do trabalho a ser cumprido por aqueles que se encontravam

em regime de teletrabalho; iii) ausência de definição sobre a jornada de trabalho; iv) dificuldade de adaptação de parcela dos trabalhadores à nova dinâmica de trabalho digital, o que contribui para um aumento no número de pedidos de aposentadoria de servidores; v) aumento do adoecimento e afastamento de trabalhadores no período de 2016 a 2019; vi) diminuição na qualidade do serviço prestado pelos trabalhadores, haja vista o aumento nas metas, a diminuição no número de trabalhadores e a pressão pelo cumprimento de metas abusivas; vii) ausência de infraestrutura necessária para o desenvolvimento do trabalho (mobiliário, equipamentos e acesso à Internet); e viii) reprodução de valores da iniciativa privada incompatíveis com a natureza do funcionalismo público (Souza, 2022).

Essas dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores resultam da implementação de um modelo de gestão da força de trabalho que não contou com a participação das entidades sindicais na sua concepção. Com o acordo de greve, celebrado em maio de 2022, um primeiro passo no sentido de mudar tal realidade é realizado, uma vez que prevê a instituição de um comitê com participação paritária e poder deliberativo das entidades sindicais no que diz respeito à gestão do trabalho na autarquia.

Considerações Finais

É crescente o uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação nos serviços públicos. A aceleração das inovações tecnológicas como elemento propulsor mostra que o Estado é um grande consumidor dessas tecnologias por pressão dos capitais. As pesquisas realizadas pelos autores deste artigo, que se constituíram base de apoio ao conteúdo aqui desenvolvido, trazem resultados que apontam nessa direção.

O INSS é um dos órgãos do serviço público federal em que essas tecnologias são utilizadas em abundância. Porém, esse uso, ao invés de assegurar agilidade e conforto no atendimento à população, tem limitado o acesso desta aos direitos requeridos.

Para os trabalhadores da autarquia, as dificuldades enfrentadas também são muitas, desde as de ordem técnicas, como, por exemplo, a falta de equipamento e Internet compatível com as plataformas digitais, até a sobrecarga de trabalho em decorrência das exaustivas metas que lhes são exigidas, sobretudo no teletrabalho, como denunciaram as entidades sindicais representativas desses servidores.

A experiência do INSS de atendimento exclusivamente remoto, durante o período mais agressivo da pandemia, por meio das plataformas digitais, mostrou que ainda é preciso que se avance muito na igualdade de condições de acesso da população às tecnologias avançadas para que este tipo de atendimento democratize o acesso aos direitos ao invés de restringi-los. Da mesma forma, há a necessidade de melhorar as condições e relações de trabalho nos serviços públicos por outros mecanismos que o uso de tecnologias isoladamente não resolve, como a contratação de mais servidores públicos para a recomposição do quadro de pessoal. Ademais, é preciso que os servidores sejam capacitados e ouvidos sobre os processos de trabalhos. Um primeiro passo nesse sentido foi dado por meio do acordo de greve celebrado entre as entidades sindicais e o INSS, permitindo que os trabalhadores possam contribuir na definição dos métodos e processos de trabalho na autarquia. Uma gestão democrática produz melhores resultados.

Referências

BRASIL. Secretaria de políticas de previdência social. Boletim Estatístico da Previdência Social, v. 22, n. 09 set. 2017. Brasília: SPS, 2017. Disponível em: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2017/11/beps17.09.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2023.

BRASIL. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). Resumo Executivo: pesquisa TIC governo Eletrônico 2021. São Paulo: Cgi.br, 2022a. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20220725170710/tic_governo_eletronico_2021_livro_eletronico.pdf. Acesso: 23 set. 2022.

BRASIL. Secretaria de políticas de previdência social. Boletim Estatístico da Previdência Social, v. 27, n. 12 dez. 2022. Brasília: SPS, 2022b. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/dados-abertos-previdencia/previdencia-social-regime-geral-inss/arquivos/beps122022_final.pdf. Acesso em: 19 fev. 2023.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Relatório de avaliação: Instituto Nacional do Seguro Social, exercício 201 a 2023. Brasília: CGU, 09 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019: acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf. Acesso em: 19 fev. 2023.

KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

MARX, K. Grundrisse: manuscritos económicos de 1957-1958. Esboços da crítica da economia política. Tradução de Mauro Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Neofascismo, ultraneoliberalismo e corrosão da essencialidade da previdência social no Brasil. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, e41326, jan./dez. 2021. DOI <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2021.1.41326>

SILVA, Maria Lucia Lopes da. O avanço do uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e digitais e nos serviços públicos federais, em anos recentes (ênfase na previdência social): repercussão no acesso aos serviços pela classe trabalhadora e favorecimento aos capitais. Projeto de pesquisa de pos-doutorado (2023-2024). Universidade de Brasília. Departamento de Serviço Social. Brasília: SER/UnB, 2022.

SOUZA, Murilo Oliveira. O teletrabalho no INSS: a visão de entidades sindicais de trabalhadores sobre o teletrabalho em implementação na autarquia federal. 2022. 501 f., il. Tese (Doutorado em Política Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

Notas

- ¹ Em destaque a pesquisa “O Estado brasileiro e os paradoxos da implementação da seguridade social”, coordenada pela autora, cujos resultados parciais são divulgados em Silva (2021). Os resultados desta pesquisa suscitaram o projeto de pós-doutoramento, “o avanço do uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e digitais e nos serviços públicos federais, em anos recentes (ênfase na previdência social): repercussão no acesso aos serviços pela classe trabalhadora e favorecimento aos capitais”, aprovado pelo colegiado do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, que está sendo executado conforme cronograma estabelecido em Silva (2022) desde setembro de 2023 e se estenderá até setembro de 2024, cujos resultados parciais subsidiam parcialmente este texto.
- ² A tese, “O teletrabalho no INSS: a visão de entidades sindicais de trabalhadores sobre o teletrabalho em implementação na autarquia federal” de Murilo Oliveira Souza, que é base parcial para este texto.
- ³ São exemplos: a pensão às vítimas de talidomida, a pensão aos familiares das vítimas de contaminação pelo processo de hemodiálise em Caruaru, pensão para vítimas do césio em Goiânia, entre outras.
- ⁴ A pesquisa de doutorado foi realizada por Murilo Oliveira Souza, no Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade de Brasília sob a orientação da Profa. Dra. Maria Lucia Lopes da Silva, também autora deste artigo.
- ⁵ Com exceção do Acre, Tocantins e Amapá, todas as unidades federativas, inclusive o Distrito Federal, possuem um sindicato no âmbito de sua circunscrição cuja base possui servidores de órgãos federais de previdência, saúde e assistência social. Ao todo são 24 sindicatos. A organização do Paraná é diferenciada.
- ⁶ Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores de Saúde, Previdência e Assistência Social (FENASPS), que possuem sindicatos filiados, exceto de Brasília, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Paraíba.
- ⁷ A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social (CNTSS) possui base de filiados em 13 unidades federativas (AL, BA, DF, GO/TO, MA, MT, MS, MG, PB, PE, PI, SP e SE) (Souza, 2022).

Maria Lucia Lopes da Silva

lucialopes198@gmail.com

Doutora em Política Social. Professora Associada do Departamento de Serviço Social (SER,) da Universidade de Brasília (UnB), atuando no curso de graduação em serviço social e no Programa de Pós-Graduação em Política Social. Pós-doutorado em gestão de Política Social na Universidade de Milano Bicocca –Itália e Pós-doutorado em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Líder do Grupo de Estudos Marxistas e Pesquisas em Política Social e Trabalho - GEMPP/UnB/CNPq.

Murilo Oliveira Souza

souzamuh@hotmail.com

Doutor em Política Social pela Universidade de Brasília (DINTER/UFMT/UnB). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito do Trabalho. Atuou como professor como professor substituto no curso

de Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e Universidade Federal do Estado de Mato Grosso (UFMAT). Pesquisador do Grupo de Estudos Marxistas e Pesquisas em Política Social e Trabalho (GEMPP/UnB).

UnB

Brasília – DF - Brasil
CEP: 90619-900

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelos seis meses de bolsa de Doutorado de Murilo Oliveira Souza. Processo: CAPES Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER) - Edital DINTER nº 02/2016. Processo nº 88887.319003/2019-00.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições dos autores

Maria Lucia Lopes da Silva contribuiu com o resumo, abstract, introdução e o tópico 1 do desenvolvimento (Pandemia e aceleração da inovação tecnológica nos serviços públicos – ênfase na previdência social). Murilo Oliveira Souza contribuiu com o tópico três do desenvolvimento (a voz e denúncias das entidades sindicais) e ambos os autores contribuíram com o tópico 2 do desenvolvimento (as complexidades no atendimento

e restrições de direitos no INSS no contexto pandêmico) e as considerações finais.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Com seres humanos das áreas de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Estado do Mato Grosso (CEP/ Humanidades/UFMT). Parecer de aprovação n.º 4.970.973 de 13/09/2021.

Consentimento para publicação

Os autores consentem a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe
Maria Regina de Ávila Moreira – Comissão Editorial

ARTIGO ORIGINAL

As bases materiais do ser social a partir de A ideologia alemã

Sandra Rodrigues dos Santos¹

<https://orcid.org/0000-0002-2622-5190>

¹Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Juiz de Fora, MG, Brasil.

As bases materiais do ser social a partir de A ideologia alemã¹

Resumo: Escrita por Marx e Engels entre 1845 e 1846, *A ideologia alemã* teve como objetivo acertar as contas com a filosofia idealista hegeliana, incluindo nesse acerto sua versão neo-hegeliana e o materialismo contemplativo de Ludwig Feuerbach. Trata-se do escrito em que, pela primeira vez na história da filosofia, foram explicitados os pilares do materialismo histórico. À luz de reflexões em torno da obra em questão, o artigo procura trazer elementos que explicitam a peculiaridade da concepção materialista do ser social instaurada pela dupla de pensadores alemães. Para tanto, buscam-se subsídios nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844, na Introdução Geral de 1857, e nos argumentos de comentadores como György Lukács, José Chasin e Ronaldo Vielmi, visando demonstrar que *A ideologia alemã* marca a superação decisiva de Marx e Engels do idealismo hegeliano, bem como da filosofia idealista em geral, inaugurando um novo ponto de vista baseado na humanidade social.

Palavras-chave: materialismo histórico; crítica da filosofia idealista; bases materiais do ser social.

The material basis of social being from german ideology

Abstract: Written by Marx and Engels between 1845 and 1846, *The German Ideology* aimed to settle accounts with hegelian idealist philosophy, including in this settlement its neo-hegelian version and the contemplative materialism of Ludwig Feuerbach. This is the writing in which, for the first time in the history of philosophy, the pillars of historical materialism were explained. In light of reflections around the work in question, the article seeks to bring elements that explain the peculiarity of the materialist conception of the social being established by the pair of German thinkers. To this end, support is sought in the economic-philosophical Manuscripts of 1844, in the General Introduction of 1857, and in the arguments of commentators such as György Lukács, José Chasin and Ronaldo Vielmi, aiming to demonstrate that *The German Ideology* marks the decisive overcoming of Marx and Engels of Hegelian idealism, as well as idealist philosophy in general, inaugurating a new point of view based on social humanity.

Keywords: historical materialism; critique of idealist philosophy; material bases of social being.

Recebido em 13.06.2024. Aprovado em 16.09.2024. Revisado em 10.10.2024.



Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY). O que significa que você pode usar, distribuir e reproduzir este trabalho em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Em seus *Manuscritos Econômico-filosóficos* de 1844, Karl Marx inicia a busca pela anatomia da sociedade civil burguesa, avançando desde então na compreensão materialista da realidade social e da história, exercício que o permite identificar, ainda em termos gerais, o desenvolvimento socio-histórico e a particularidade das relações sociais de produção e reprodução da vida humana sob a ordem burguesa.

Ao identificar a *gênese* da propriedade privada na alienação da *atividade prática sensível* humana tornada vendável, Marx evidencia as determinações do estranhamento do homem² com relação aos produtos de seu trabalho, à sua atividade produtiva e ao seu gênero como resultado do modo como produz a vida material na sociedade moderna e apreende que o processo de criação da riqueza material nessa sociabilidade se dá sob o tolhimento da potência vital do trabalho através de sua mercantilização e exploração por outro homem, o capitalista, convertendo relações e forças sociais essencialmente humanas em objetos e forças sociais estranhas ao ser social delas produtor. Revela, assim, o aspecto positivo e negativo do trabalho na sociedade moderna em que, simultaneamente, o homem cria a si e sua história, mas, ao predominar a valorização do mundo das coisas, tem empobrecida sua individualidade social (Marx, 2004).

Tais aquisições encerram algo fundamental: evidenciam o caráter que assume a atividade produtiva humana sob os ditames da propriedade privada e a base material sob a qual se gesta a alienação na sociedade burguesa, de modo que seu confronto e sua superação, por tal razão, são identificados por Marx e Engels a partir da própria realidade em que se gesta, e não no plano do pensamento, como sustentado por seus precursores. Diferentemente desses, para ambos, somente pela práxis humana coletiva torna-se possível a recuperação da dimensão universal do ser social e a reapropriação de suas *forças essenciais humanas* alienadas em forças e objetos que lhes são alheios, estranhos, não pertencentes ao seu ser.

As concepções materialistas presentes nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* foram aprofundadas até as obras finais de Marx, sendo apresentadas pela primeira vez fundamentalmente amadurecidas em seu primeiro escrito em parceria com Friedrich Engels; *A ideologia alemã*. Escrita entre finais de 1845 e início de 1846, um ano após os *Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844*, *A ideologia alemã* foi dedicada à *elaboração das teses fundamentais do materialismo histórico* e à crítica dos pressupostos filosóficos do idealismo em geral desde sua máxima expressão identificada em Georg Wilhelm Friedrich Hegel, especialmente ao conjunto dos filósofos neo-hegelianos³ (Silva, 2015). É desse período ainda as *Teses sobre Feuerbach*, em que Marx apresenta sua crítica ao materialismo contemplativo feuerbachiano. Trata-se de textos nos quais Marx e Engels operam um “*acerto de contas*” com sua herança filosófica, inclusive com o até então *verdadeiro triunfador da velha filosofia*, que exerceu maior influência sobre ambos, Ludwig Andreas Feuerbach.

Ao aprofundar suas investigações acerca da *anatomia da sociedade civil* e considerá-la “pressuposto geral orientador da investigação das formações socio-históricas, dos seus processos e conexões materialistas no espaço e no tempo” (Silva, 2013, p. 148), os pensadores edificaram o amadurecimento de seu próprio pensamento. A crítica da filosofia idealista em geral iniciada desde a particularidade alemã alcançou a universalidade da sociedade moderna, visto que, mesmo em seu atraso material, o país germânico granjeava sua contemporaneidade pelo desenvolvimento da atividade espiritual, contraditoriamente, vinculada ao anacronismo de seu desenvolvimento socio-histórico.

Tomando como referência tais premissas, o presente artigo busca, a partir da obra *A ideologia alemã* (1987), com aporte nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (2004), na *Introdução de 1857* (*Grundrisse*, 2011) e na análise de comentadores, como György Lukács (1979), José Chasin (2009), Ronaldo Vielmi Fortes (2001), refletir acerca de elementos que anunciam as bases materiais do *ser social* no pensamento de Marx e Engels na obra em questão, bem como os indicativos da superação de ambos da filosofia idealista em geral desde sua máxima expressão: a filosofia hegeliana.

Baseado em revisão bibliográfica de caráter qualitativo, utilizou-se de textos marxianos e da produção de comentadores/pesquisadores e filósofos de grande relevância para o tema, exercício que permitiu evidenciar que, a partir de *A ideologia alemã*, Marx e Engels instauraram, pela primeira vez na história da filosofia, os pilares fundamentais da concepção materialista da história. Essa atividade intelectual foi iniciada por Marx desde sua *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* de 1843, quando o pensador alemão se dedicou à crítica da politicidade e da filosofia especulativa hegelianas⁴, abrindo, desde ali, os caminhos à edificação dos pressupostos

materialistas desenvolvidos em parceria com Engels e amadurecidos de modo imperioso e autêntico até os seus últimos escritos.

Pressupostos para concepção das bases materiais do ser social

Em *A ideologia alemã*, a crítica à filosofia idealista em geral, mas principalmente ao idealismo hegeliano, incluindo seus epígonos, e ao materialismo contemplativo de Feuerbach, se constitui como indispensável à nova concepção materialista apresentada por Marx e Engels. Isso porque, a preocupação dos dois pensadores não estava apenas em desmitificar a ideologia reinante e sua forma equivocada de conceber a realidade, mas, principalmente, na demonstração das condições materiais que permitiam a constituição dessas ideias na sociedade moderna, bem como os pressupostos decisivos para seu confronto teórico e prático. O enfretamento da filosofia idealista colocou como exigência primeira a apreensão da realidade a partir da atividade humana, considerando seu papel no processo da autoformação do ser social e seu gênero, de seu metabolismo com a natureza sob determinadas formas socio-históricas. Trata-se, portanto, da reinvidicação do caráter *ativo* do ser social sobre o mundo, isto é, da prioridade da atividade *sensível* enquanto atividade objetiva perante o pensamento.

A crítica operada por Marx e Engels em 1845–1846, desse modo, recai sobre o idealismo reinante até ali, sobretudo o de Hegel e seus seguidores, mas também alcança o velho materialismo, incluso o de Feuerbach, posto que, tanto para um quanto para outro, “o objeto, a realidade, a sensibilidade, só é apreendido sob a forma de objeto ou de intuição, mas não como *atividade humana sensível*, como *práxis*, não subjetivamente” (Marx; Engels, 1987, p. 11). O idealismo concebia o aspecto ativo da atividade humana de maneira abstrata, ou seja, como *atividade do espírito*, no âmbito do pensamento. Para ele, a história girava “em torno de pensamentos puros [...] como uma série de ‘pensamentos’ que se devoram entre si e perecem, finalmente, na ‘autoconsciência’” (Marx; Engels, 1987, p. 58). Tanto o idealismo desde Hegel quanto o materialismo contemplativo de Feuerbach comungavam do fato de não conceberem o *mundo sensível* como produto da *atividade prática sensível* do homem, cuja referência primeira é o trabalho. Feuerbach, apesar de considerar que os *objetos sensíveis* se divergem dos *objetos do pensamento*, não identifica aqueles como resultado da atividade prática humana e, por isso, concebe a atividade teórica como único comportamento autenticamente humano (Marx; Engels, 1987, p. 11).

Não por acaso, a fim de estabelecer a oposição entre a concepção materialista que instauram com relação não apenas ao idealismo em geral, mas também ao materialismo contemplativo de Feuerbach, Marx e Engels evidenciam, de modo qualitativamente diferente do apresentado nos *Manuscritos de 44*⁵, que os avanços alcançados pelo *verdadeiro triunfador da velha filosofia* não ultrapassaram sua apreensão da realidade “sob a forma de *objeto ou de intuição*” (Marx; Engels, 1987, p.11). Sendo assim, tal como seus predecessores, Feuerbach não apreendeu a realidade como resultado da *atividade humana sensível, como práxis*. O caráter *ativo* da realidade social, que no idealismo se apresentara de forma abstrata, desprovido de atividade real, em Feuerbach fora apreendido como *objeto sensível* que, apesar da distinção do objeto do pensamento, “não apreende a própria atividade humana como atividade *objetiva*” (Marx; Engels, 1987, p.11). Considerando-se que não concebe a interação prática sensível real do ser, mas apenas sua “generalidade muda que liga de modo natural os múltiplos indivíduos” (Marx; Engels, 1987, p. 13), não apreendendo essa atividade como “contínuo trabalhar e criar sensíveis, esta produção, a base de todo o mundo sensível” (Marx, Engels, 1987, p. 69).

Ao proceder desse modo, Feuerbach não rompeu efetivamente com o idealismo de Hegel, antes “todas as suas questões brotaram” daquele sistema, que tanto em suas perguntas quanto nas respostas “havia uma mistificação” que culminava na identificação da consciência como instância de resolução das contradições e dos limites reais (Marx; Engels, 1987, p. 23). A refutação realizada por Marx e Engels ao *velho materialismo* se contrapunha à oposição até então operada entre atividade humana sensível e forma subjetiva, entre sujeito e objeto, subjetividade e objetividade, reivindicando a apreensão das “formas de ser, determinações de existência” da realidade (Marx, 2011, p. 85).

Marx e Engels reconhecem que “a ‘concepção’ feuerbachiana do mundo sensível limita-se, de um lado, à simples contemplação deste último, e, de outro ao simples sentimento; ele diz ‘o homem’ ao invés de dizer ‘homens histórico reais’” (Marx, Engels, 1987, p. 66). Por permanecer no *reino da teoria*, Feuerbach não concebe os homens “[...] em suas condições de vida existentes, que fizeram deles o que são; por isso mesmo,

jamais chega até os homens ativos realmente existentes, mas se detém na abstração o ‘homem’, abstrato, isolado e fora de sua historicidade” (Marx; Engels, 1987, p. 69). Para os autores, ficam claras as lacunas do materialismo contemplativo feuerbachiano: “contribuíra para a crítica da especulação e promovera a inflexão ontológica rumo à *objetividade do ser* [...]”, mas fora incapaz de ultrapassar a pressuposição de “um indivíduo humano abstrato, isolado” (Chasin, 2009, p. 95). Sujeito e objeto são concebidos como meras exterioridades passivas e mudas, e não enquanto a unidade do diverso conformada pela mediação da atividade prática humana sensível socialmente constituída.

Apesar da crítica a Feuerbach tomar forma madura em *A ideologia alemã*, pode-se considerar que a relação de Marx com o legado feuerbachiano desde o início da década de 1840 ocorreu de duplo modo⁶: 1) por um lado, reconhece a revolução teórica efetivada pelo “verdadeiro triunfador da velha filosofia” (Marx, 2004, p. 117); 2) por outro, edifica críticas fundamentais e avança decisiva e qualitativamente com relação ao materialismo contemplativo instituído pela “crítica *positiva* humanista e naturalista” de Feuerbach (Marx, 2004, p. 20).

Na nova concepção, instaurada por Marx e Engels, a *prática é sempre dação de forma*, “o sujeito se confirma pela exteriorização sensível, na qual plasma sua subjetividade, e o objeto pulsa na diversificação, tolerando formas subjetivas ao limite de sua plasticidade, isto é, de sua maleabilidade para ser outro” (Chasin, 2009, p. 99). Logo, a atividade sensível confirma a subjetividade, e a subjetividade confirma a prática humana. Uma apenas existe na relação com a outra, de modo que a “efetivação humana de alguma coisa é dação de forma humana a alguma coisa, bem como só pode haver forma subjetiva, sensivelmente efetivada, em alguma coisa” (Chasin, 2009, p. 99).

O pressuposto ineliminável e irreversível da produção da vida material, portanto, coloca a atividade sensível, o trabalho, como atividade central das condições de vida e das representações humanas. O homem, ao produzir suas condições de vida, transforma a si e à natureza. Mediado por sua atividade sensível humana, se produz e reproduz como ser histórico. Os *homens históricos reais* se produzem e se reproduzem mediante sua atividade prática, o trabalho, por meio do qual objetividade e subjetividade se inter-relacionam como momentos distintos do mesmo movimento, o ato ideal e prático, por intermédio do qual a objetividade pode ser subjetivada e a subjetividade objetivada. Subjetividade como atividade ideal e objetividade como atividade real, vinculadas no processo de construção de si e do mundo em si humano (Chasin, 2009, p. 99).

Diferente de seus precursores, Marx e Engels realizam “a precisa identificação ontológica da objetividade social – posta e integrada pelo complexo categorial que reúne sujeito e objeto, tendo por denominador comum a atividade sensível” (Chasin, 2009, p. 95). O homem, por meio de sua atividade, calcado na necessidade de se apropriar do mundo exterior, dos objetos que existem fora de si para dar forma e responder às suas necessidades, antecipa sua ideação, apreende pelo pensamento, em sua subjetividade, a lógica específica dos objetos existentes no mundo exterior e lhe concebe a forma humana (Chasin, 2009). Estabelece-se, simultaneamente, a objetividade do sujeito e do objeto em sua relação essencial, necessária e insuprível, por meio da qual se identifica a prioridade do ser diante do saber, do sujeito diante do pensamento, não enquanto entes opostos, mas que mantêm uma relação em que cabe ontologicamente ao ser a prioridade perante o saber. Essa base elementar de afirmação do ser social passa à sua inteira negação com o desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do trabalho na sociedade moderna, em que se constituem as condições e relações sociais baseadas na propriedade privada e no trabalho alienado, edificando uma socialidade sob a qual tais forças produtivas do trabalho “[...] aparecem como inteiramente independentes e separadas dos indivíduos, como um mundo próprio ao lado destes [...]” (Marx; Engels, 1987, p.104). Ou seja, despojados de seu conteúdo real de vida. Como afirma Marx e Engels,

[...] enfrenta-se com estas forças produtivas a maioria dos indivíduos dos quais estas forças destacaram e que, portanto, despojados de todo conteúdo real de vida, tornaram-se indivíduos abstratos [...] A única relação que os indivíduos ainda mantêm com as forças produtivas e com sua própria existência – o trabalho – perdeu para eles toda aparência de autoatividade e só conserva sua vida atrofiando-a (Marx; Engels, 1987, p. 104).

Tal como em seus *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, Marx retoma com Engels o caráter alienado da atividade prática humana em face da “[...] divisão das *condições* de trabalho, das ferramentas e

dos materiais, e com isso, a fragmentação do capital acumulado entre diferentes proprietários; e, com isso, a fragmentação entre capital e trabalho” (Marx; Engels, 1987, p. 103).

O trabalho alienado torna o homem estranhado, tanto da sua base insuprível e necessária; a natureza, quanto de si mesmo, à medida que sua atividade vital se torna mero “meio de vida individual. Tanto a vida genérica quanto individual se apresenta estranhadas, sua atividade vital aparece não como sua essência e realização de sua individualidade, como “vida que engendra vida”, atividade consciente e livre que produz a si e a seu gênero, mas apenas como meio de vida (Marx, 2004, p. 84). Ocorre que exatamente aquilo que diferencia o homem dos demais animais, sua atividade prática consciente, livre e engendradora de vida, se lhe defronta como o anverso, como sua negação e negação de sua humanidade. Trata-se de um processo de animalização. Como afirma o próprio Marx,

A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis porque a sua atividade é atividade livre. O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência (Marx, 2004, p. 84–85).

A análise das bases materiais que ancoram o trabalho alienado na sociedade moderna, apresentada por Marx em seus *Manuscritos de 44*, anuncia os pilares históricos do ser social como princípio fundamental da filosofia. Nela, o homem é concebido como criador, por meio de sua atividade prática sensível, cuja referência primeira é o trabalho, do mundo, de si e de seu saber sob condições e relações sociais historicamente determinadas. De modo que, o fato da vida genérica mesmo do homem se transformar em meio de vida, ter invertida a relação com sua própria essência, é também um fruto humano social. É acerca desses pilares reais que trataremos brevemente a seguir.

O reclame dos pilares históricos do ser social como princípio fundamental da filosofia

Ao refutar os princípios da filosofia idealista, Marx e Engels anunciavam os pressupostos gerais que orientariam a investigação do desenvolvimento socio-histórico do ser social, ou seja, de seu *novo materialismo*. Trata-se de pressupostos “empíricos” livres da especulação e mistificação. Como afirmam ambos

Os pressupostos de que partimos não são arbitrários, nem dogmas. São pressupostos reais de que não se pode fazer abstração a não ser na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação. Estes pressupostos são, pois, verificáveis por via puramente empírica (Marx; Engels, 1987, p. 26–27).

São pressupostos teóricos que partem dos fatos, da atividade prática humana, de suas determinações específicas e dos resultados históricos da atividade prática humana enquanto gênero, cujo caráter ontológico afirma a prioridade do ser, do ente efetivo perante o pensamento. Volta-se para a existência material dos indivíduos que pensam, considerando suas relações históricas originárias, não como uma “coleção de fatos mortos”, ao contrário, “[...] estes pressupostos são os homens, não em qualquer fixação ou isolamento fantásticos, mas em seu processo de desenvolvimento real, em condições determinadas, empiricamente visíveis” (Marx, Engels, 1987, p. 33).

A crítica que Marx e Engels operam possui caráter prático, pois o que eles reivindicam é a prioridade das relações históricas da produção de vida dos indivíduos e seu desenvolvimento real, aquilo que é objetivamente constatável empiricamente no processo histórico, de modo que “o primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’”, logo, “o primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico” (Marx; Engels, 1987, p. 39). Ao se autoproduzir, o homem produz seu mundo, seu saber e as bases materiais de todo o gênero em um *continuum* que coloca a cada movimento prático algo novo; ele cria e produz sobre a sua base material as condições de produção e reprodução de sua vida e de seus congêneres. Vinculados a esse primeiro pressuposto geral, Marx

e Engels identificam outros três que só podem existir e ser apreendidos como momentos simultâneos, inter-relacionados no desenvolvimento socio-histórico da humanidade, de maneira que o segundo pressuposto é, pois, a satisfação de novas necessidades, uma vez que, satisfeita aquela primeira necessidade, “a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades” (Marx; Engels, 1987, p. 40).

Na satisfação de novas necessidades, os homens renovam sua própria vida, *começam a criar outros homens, a procriar* e desenvolvem suas relações sociais, que principiam na família, mas se ampliam formando novas relações sociais. De simples relação natural, o homem produz e desenvolve, ainda que contraditoriamente, as bases da sociedade civil, que alcança seu máximo desenvolvimento na sociedade moderna. A esses três pressupostos, Marx e Engels vinculam um quarto: *a cooperação entre os indivíduos*, que sempre é determinada por um modo específico de produção ou uma determinada fase industrial, devendo ser “estudada e elaborada em conexão com a história da indústria e das trocas, sua produção material” (Marx; Engels, 1987, p. 42).

Após apresentarem os pressupostos reais e gerais que gestam as formas de representação humana, Marx e Engels arrematam: “somente agora, depois de ter examinado quatro momentos, quatro aspectos das relações históricas originárias, verificamos que o homem tem também ‘consciência’” (Marx; Engels, 1987, p. 43). Portanto, a consciência e todas as formas de representação são concebidas como produto social correspondentes à vida material dos homens que, “ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com essa realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar” (Marx; Engels, 1987, p. 37).

A prioridade do ser perante o pensamento é colocada empiricamente, assim, trata-se de uma constatação real e irrefutável: a consciência é concebida como expressão ideal da atividade prática humana, de sua formação real, cabendo a essa base material o lugar de fator predominante em relação ao momento ideal. A consciência é concebida desde o início como produto social, como resultado do processo de vida real.

A crítica e ruptura com relação à Feuerbach e a todo o idealismo filosófico desde Hegel, incluindo os neo-hegelianos, se fizera decisiva e efetiva. Diferente de 1843 e 1844, quando as aquisições de Feuerbach conformaram os pressupostos do avanço crítico de Marx, seus arrimos filosóficos agora são tomados decisivamente a título de rigorosa crítica e refutação. Marx e Engels vão em caminhos opostos aos neo-hegelianos, que partem da ideia das “falsas representações sobre si mesmos” (Marx; Engels, 1987, p. 17). Diferente desses, a dupla de pensadores alemães parte dos “indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação” (Marx; Engels, 1987, p. 26).

Desse modo, a produção do ser social e as representações ideais a ele correspondentes são concebidas no interior do desenvolvimento das forças produtivas e da divisão do trabalho em estágios socio-históricos determinados. Agindo assim, os pensadores superam o ponto de vista do velho materialismo e estabelecem o novo ponto de vista não mais a partir da sociedade civil, mas da *sociedade humana ou a humanidade social* (Marx; Engels, 1987, p. 14).

Ao se debruçarem sobre o mundo real para buscar as raízes dos complexos sociais, políticos e ideológicos, beneficiado largamente de seu acúmulo teórico-prático anterior que passa a integrar seu programa de investigações, Marx e Engels identificam que o problema do desenvolvimento da filosofia como *universalidade alienada* deita suas raízes na relação dessa filosofia com o mundo real (Mészáros, 2008). A formação das ilusões e inversões que lhe é típica corresponde não a mera acomodação subjetiva ou a limites individuais, antes, brotam do desenvolvimento socio-histórico das bases materiais de produção, enquanto fenômeno da inversão entre ser e pensamento, vida material e espiritual, exercício possível diante do completo desenvolvimento da divisão do trabalho, em que se tem a possibilidade da atividade desprovida de pensamento e pensamento desprovido de atividade. Ou seja, com o completo desenvolvimento da divisão do trabalho, torna-se possível a cisão entre trabalho material e intelectual, momento a partir do qual “a consciência *pode* realmente imaginar ser algo diferente da consciência da práxis existente, representar *realmente* algo sem representar algo real [...]” (Marx; Engels, 1987, p. 45, grifo dos autores). A contradição entre as representações filosóficas e as relações sociais passa a ser considerada materialmente, sendo identificada como resultado da contradição entre as relações sociais e as forças de produção existentes (Marx; Engels, 1987, p. 45).

Sendo assim, fica claro em *A ideologia alemã* que as representações ideais, sejam elas verdadeiras ou ilusórias, só podem ser concebidas em conexão com as bases materiais que as sustentam e das quais se originam. De modo que, se as “relações aparecem invertidas como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico” (Marx; Engels, 1987, p. 37). Essa afirmação dos pensadores encerra algo bastante

fundamental, que fora apontado originalmente por György Lukács (1979): a reivindicação das conexões materialistas da história humana possui um caráter essencialmente ontológico, posto que exige a apreensão do processo histórico de autoformação do ser social humano percorrendo sua gênese e seu desenvolvimento social, sua interrelação com a natureza e seu gênero sob determinadas formas socio-históricas. Trata-se, portanto, do contorno de um novo padrão analítico, que reconhece como única ciência a ciência da história, que abrange tanto a natureza quanto o mundo dos homens (Marx; Engels, 1987, p. 23). Em *A ideologia alemã*, esse conjunto de questões compõem os pressupostos gerais da nova concepção materialista de história e do ser social apresentados por Marx e Engels, mas que foram decisivamente amadurecidas por Marx até o final de sua vida.

Considerações sobre a concepção de ontologia do ser social em Marx

Segundo Lukács (1979, p. 35), o modo como Marx “procede no processo de investigação da realidade possui um caráter radicalmente distinto daqueles que comumente encontramos na história do pensamento filosófico” (Fortes, 2001, p. 20), pois inexistente nele o tratamento autônomo das questões referentes aos *fundamentos metodológicos da investigação científica* ou mesmo a formulação de uma teoria do conhecimento, de modo que todos os seus escritos, independente das tendências de momento, se apresentam sempre como “enunciados diretos sobre um certo tipo de ser, ou seja, são afirmações ontológicas” (Lukács, 1979, p. 11), à medida que suas análises têm como preocupação primeira a correta apreensão do objeto analisado em sua realidade e movimento, tomando como pressuposto “[...] dois complexos: o ser social, que existe independentemente do fato de que seja conhecido ou não corretamente; e o método para captá-lo no pensamento, da maneira mais adequada possível” (Lukács, 1979, p. 35).

Esse duplo caráter presente nas investigações de Marx⁷ o distanciou qualitativamente das perspectivas filosóficas até então desenvolvidas e tornou-se característica peculiar e decisiva para se aperceber os princípios fundamentais da estrutura interna de suas obras, em que se consolidaram os lineamentos de sua investigação científica calcada na consideração primeira do desenvolvimento do ser social do homem sobre bases econômicas historicamente determinadas (Lukács, 1979, p. 11; Marx, 2011, p. 59).

Lukács rechaçou as interpretações da obra de Marx como obra econômica em sentido burguês, enquanto ciência particular na “qual os chamados fenômenos econômicos puros são isolados das inter-relações complexivas do ser social como totalidade” (Lukács, 1979, p. 22), pois, para o pensador magiar, mesmo que Marx tenha se dedicado à ciência econômica na fase madura de sua vida, a economia foi concebida em seu pensamento a partir da crítica filosófica, marcada pela ausência de qualquer tratamento autônomo e isolado dos problemas econômicos, considerados por ele sempre enquanto “problemas ontológicos”, ou seja, enquanto questões essencialmente vinculadas às “formas de ser, e determinações de existência” (Marx, 2011, p. 85), não estando dentre suas preocupações centrais “determinar o lugar desses problemas no pensamento, em defini-los com relação à economia, à gnosiologia, à lógica, etc., de modo sistemático ou sistematizante” (Lukács, 1979, p. 11).

Ao reivindicar, a partir da crítica filosófica da economia política, o caráter efetivo das categorias enquanto momentos do ser, não como suposta conciliação de conceitos ou sistemas e hierarquias, Marx refutou de igual modo quaisquer construções apriorísticas em nome da coisa em si analisada, da lógica da própria coisa. O que o pensador alemão colocou em questão não foi o desejo subjetivo de tornar o objeto conhecido por meio do pensamento; mas a possibilidade dada objetivamente para captar a própria coisa e seu ser no movimento real em sua historicidade. A questão central em sua análise estava na necessidade de percorrer as múltiplas determinações da realidade considerada, em que “a base real da cientificidade são os fatos, suas concretas e efetivas condições” (Fortes, 2001, p. 23).

Em Marx, tem-se, portanto, uma ontologia que se apresenta a partir da “consciência filosófica do que é de fato realizado na própria práxis” (Lukács, 1979, p. 23), concebendo o conjunto de conexões efetivamente existentes numa totalidade articulada. Por mais que se parta do fato, da coisa em sua singularidade, é preciso ter claro que nele “[...] toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente [...]” (Marx, 2017, p. 768). Tanto na investigação da natureza quanto da sociedade é válida tal consideração; mas, no âmbito da sociedade, a peculiaridade está no fato de “essência e fenômeno no ser social dizer respeito à síntese das interações entre as determinações e leis mais gerais e as tendências

particulares de um dado contexto”, e não uma relação unilateral entre aquilo que é imediato (fenômeno) e aquilo que é transcendente ou inatingível (essência) (Fortes, 2001, p. 25).

Marx critica exatamente as ilusões concebidas a partir de análises estacionadas sobre as formas fenomênicas à medida que “deixam inteiramente de lado as conexões reais” (Lukács, 1979, p. 27). Portanto, para o pensador alemão, “o fenômeno é parte determinante e determinada da totalidade do ser social, é um momento de um complexo dinâmico no qual a essência e o fenômeno se convertem ininterruptamente um no outro” e se tornam possíveis de serem verdadeiramente conhecidos a partir da própria realidade (Fortes, 2001, p. 26). Foi de fundamental importância o lugar que a filosofia assumiu nos escritos econômicos e nas investigações de Marx, à medida que o permitiu aprofundar “em todos os campos a sua visão filosófica” por meio da “cooperação consciente e crítica da ontologia espontânea da vida cotidiana com a ontologia científica e filosófica corretamente concebida” (Lukács, 1979, p. 24).

O “decorso filosófico que levou Marx ao materialismo culminou numa virada de novo sentido da economia” a partir da filosofia, da consideração do autêntico conteúdo do ser, de sua constituição ontológica e de suas determinações de existência social. Realiza-se a partir daí a “afirmação filosófica” que o pensador alemão perseguiu durante toda a vida, isto é, a de “despertar a consciência autêntica científica no sentido de restaurar no pensamento a realidade autêntica existente ‘em-si’” (Lukács, 1979, p. 27). O homem passa a ser concebido enquanto ser que se transforma, de modo consciente, de ser puramente natural em ser social a partir de sua atividade prática sensível, cujo modelo central é o trabalho. Sujeito natural e, por condição, padecedor de uma base material para sua realização, que responde às suas necessidades pela apropriação dos recursos naturais. Produção material que põe em movimento sua atividade, desenvolvendo seu ser e seu saber, sua socialidade a partir de seu metabolismo com a natureza e com outros homens por meio do trabalho. De modo que, toda a riqueza humano-social advém da capacidade humana de pôr sobre o mundo, de se objetivar, de tornar-se sujeito da natureza e de transformá-la, simultaneamente, em seu objeto, sua objetividade sensível de forma cada vez mais social (Marx; Engels, 1987, p. 43).

Logo, “esse ser não apenas se desenvolve no processo concreto-material de sua gênese a partir do ser da natureza, mas também se reproduz constantemente nesse quadro e não pode jamais se separar de modo completo” (Lukács, 1979, p. 24). A tendência é um desenvolvimento *ativo* por meio do qual se subsomem as determinações puramente naturais por determinações cada vez mais sociais. Isto é, cada vez mais de forma intensiva e extensiva se realiza o “recoo dos limites naturais”, permitindo, por outro lado, o desenvolvimento do modo correto para sua apreensão em termos ontológicos a partir do mais alto grau de desenvolvimento social sobre bases econômicas determinadas.

Assim, a consideração do trabalho como complexo central na conformação das formas de ser e existir do ser social tem para o processo investigativo de Marx grande importância, pois é essa atividade prática sensível que explicita o caráter ontológico do ser social, bem como da natureza, na concepção de uma ciência da história e não das ciências singulares, enquanto resultado do desenvolvimento social humano.

Marx demarca, assim, a particularidade da investigação do campo social em relação à realizada na natureza à medida que vigora a “prioridade da práxis, sua função de nortear e controlar o conhecimento” (Lukács, 1979, p. 18), realizando “[...] a exata separação entre realidade existente *em-si como processo* e os modos do seu conhecimento” (Lukács, 1979, p. 2, grifo nosso).

A partir dessas colocações, é possível afirmar que o equívoco hegeliano que concebe no pensamento a gênese e o desenvolvimento do real advém exatamente do fato de, assim como no trabalho e nas demais práxis sociais, também o processo de conhecimento, enquanto atividade prática humana, constitui-se na forma da posição teleológica (unidade entre idealização e objetivação), de modo que “[...] o processo ontológico do ser e da gênese é aproximado em demasia do processo (necessário no plano cognoscitivo) da concepção”, podendo, inclusive, ser “entendido como um substituto, até mesmo como uma forma ontologicamente superior com relação ao primeiro” (Lukács, 1979, p. 18). Lukács chama a atenção para o fato de que reside nesse entendimento a tendência em apreender as categorias puramente sociais enquanto sistema acabado e completo, desvinculado de sua historicidade e do fundamento ontológico que lhes é inerente pelo fato de, em última instância, serem produtos das práxis sociais humanas sob a égide do desenvolvimento social historicamente determinado. Tal tendência, portanto, como demonstra Marx e Engels desde *A ideologia alemã*, se baseia no equívoco que desconsidera exatamente a peculiaridade específica da *humanidade social*.

Considerações Finais

Pelos pressupostos estabelecidos por Marx e Engels, identifica-se que a questão central do *novo materialismo* funda não sobre o saber em si, o conhecimento em si, não se trata de um problema do pensamento que pensa a si mesmo, mas, antes, trata-se do ser, de seu processo de autoformação sobre suas bases materiais, aquelas por ele encontradas e renovadas, reconstruídas.

A preocupação está em considerar as condições materiais e históricas de produção e reprodução do homem, concebendo a consciência como momento ideal da práxis determinado pela realidade da atividade prática sensível, cujo modelo central é o trabalho. Cabe, assim, à observação empírica desprovida da mistificação analisar a conexão existente entre as condições materiais de existência e suas formas de representação, sejam elas filosóficas, morais, religiosas ou políticas.

Sendo assim, o pensamento é considerado o que realmente é, ou seja, como *predicado do ser* que pensa, em uma unidade entre saber e fazer (Chasin, 2009) e se apresenta como qualidade do ser que carece se relacionar prática e efetivamente com outros seres objetivos para confirmar seu ser e seu saber no mundo. A atividade ideal e atividade real se encontram em inter-relação, não numa relação de identidade, mas de determinação recíproca, cabendo ao ser, à produção material da vida, o papel de fator predominante.

Identifica-se que os pressupostos gerais do *novo materialismo* fundado por Marx e Engels foram cada vez mais aprofundados nos estudos seguintes, de modo peculiar em cada um dos pensadores, sendo que em Marx se constitui como um constante aprofundamento da investigação da “anatomia da sociedade civil”, objeto de estudo identificado ainda em 1843, que passou desde ali a ser o centro de suas ocupações, numa afirmação permanente da prioridade do ser, de sua autoformação, confrontando teórica e praticamente a superação das bases materiais determinadas que alienam e totem suas forças e objetos essencialmente humanos.

A objetividade social, portanto, foi concebida por Marx como resultado do desenvolvimento social do ser social do homem que expressa sua relação com outro ser enquanto condição necessária de seu ser objetivo, tanto para a realização de sua individualidade quanto para suas formulações cognitivas, de maneira que todo o desenvolvimento social resulta na perspectiva ontológica da produção tornada social, tendo como princípio fundamental o caráter central do trabalho nesse processo.

Na ontologia marxiana, os princípios materiais “alcançam uma forma filosoficamente madura e plenamente consciente” (Lukács, 1979, p. 30), sendo que importou a Marx apreender tudo que existe na socialidade humana e que implica no processo de autoformação do ser social do homem. Desse modo, as categorias que apreende representam aquilo que existe na sociabilidade e que se tornou cientificamente possível de ser conhecido até aquele momento de sua análise, enquanto máxima representação do desenvolvimento social do ser social sobre determinada base material, cujo único modo de apreensão pelo pensamento ele considera ser o processo de abstração (Marx, 2011, p. 39).

Verifica-se que a ontologia é concebida a partir da “consciência filosófica do que é de fato realizado na própria práxis”, concebendo o conjunto de conexões efetivamente existentes na realidade social. Tanto na investigação da natureza quanto da sociedade, é válida tal consideração; mas, no âmbito do ser social, a peculiaridade está no fato de essência e fenômeno no ser social dizerem respeito à síntese das interações entre as “determinações e leis mais gerais e as tendências particulares de um dado contexto” (Fortes, 2001, p. 23), não se tratando de uma relação unilateral entre aquilo que é imediato e aquilo que é transcendente ou inatingível (Fortes, 2001). Diferentemente da concepção empirista, em Marx o fenômeno se apresentou desde o início de suas atividades intelectuais, como “parte determinante e determinada da totalidade do ser social, como momento de um complexo dinâmico no qual a essência e o fenômeno se convertem ininterruptamente um no outro” e se tornam possíveis de serem verdadeiramente conhecidos por compor a própria realidade (Fortes, 2001, p. 23), razão pela qual o pensador alemão se dedicou a criticar exatamente as falsas representações concebidas a partir de análises estacionadas sobre as formas fenomênicas, justamente por desconsiderarem “inteiramente de lado as conexões reais” (Lukács, 1979, p. 27), pressuposto que, uma vez alcançado, foi desenvolvido até as suas últimas elaborações teórico-filosóficas, cujo marco mais elevado identifica-se em *O Capital*.

Referências

- CHASIN, J. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- FORTES, R. V. Trabalho e Gênese do Ser Social na “Ontologia” de George Lukács. 2001. 202 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- FORTES, R. V. Da “coisa da lógica” à “lógica da coisa”: a inflexão da ontologia no pensamento do jovem Marx. *Sapere Aude*, v. 9, n. 18, p. 40–60, 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/issue/view/1064>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- HOBBSAWM, E. J. (org.). História do Marxismo. v. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LUKÁCS, G. Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, K. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857–1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5668741/mod_resource/content/1/MARX_%20Grundrisse%20Manuscritos%20Econ%C3%B4micos%20%281%29.pdf. Acesso em: 29 maio 2024.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017. Disponível em: <https://doceru.com/doc/n88v0vv>. Acesso em: 29 maio 2024.
- MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MÉSZÁROS, I. Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SILVA, M. G. Concepção materialista e dialética da história desde A ideologia alemã. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5., 2013, Londrina. Anais [...]. Londrina: UEL, 2013. p. 144–154.
- SILVA, M. G. da. A concepção da história desde A ideologia alemã. In: OLIVEIRA, E. A. de; LAMAS, F. G. (org.). Ciências humanas e pensamento crítico: um caminho para Marx. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. v. 1. p. 33–43.

Notas:

- ¹ O presente manuscrito é parte das reflexões apresentadas em minha dissertação de Mestrado intitulada “Incidência do marxismo no serviço social brasileiro (1960-1979)”, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFJF (2024).
- ² É importante destacar que, desde os Manuscritos econômico-filosóficos de 44, a concepção marxiana de homem faz referência ao ser social, não guardando relação com o conceito de gênero associado ao sexo biológico. Para Marx, a manifestação da vida do ser social se externa e confirma na vida social (Marx, 2004, p. 107). Diferente da filosofia idealista hegeliana, neo-hegeliana e do materialismo contemplativo de Feuerbach, para as quais a concepção de homem se apresenta, respectivamente, ora como produto do pensamento que pensa a si mesmo, alcançável apenas pela abstração, ora como ser apenas sensível e não prático e atuante, mas subordinado aos sentimentos, para Marx, o homem é um ser natural ativo, munido de forças naturais e vitais que o possibilitam e o capacitam a transformar seu mundo, seu ser e seu saber (Marx, 2004, p. 127), razão pela qual Marx afirma que os homens se distinguem dos demais animais, “[...] tão logo começam a produzir seus meios de vida [...] Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material” (Marx; Engels, 1987, p. 27).
- ³ Marx e Engels se referem aqui especificamente a Feuerbach, Bruno Bauer e Max Stiner, membros mais expressivos do movimento neo-hegelianos na Alemanha.
- ⁴ Não trataremos no presente artigo sobre a crítica da politicidade e da filosofia hegelianas iniciada por Marx em 1843, cabendo aqui apenas sua menção. Para conhecimento da questão, indicamos ao leitor os textos de José Chasin Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica (2009) e de Ronaldo Vielmi Fortes (2018) Da “coisa da lógica” à “Lógica da coisa: a inflexão da ontologia no pensamento do jovem Marx.
- ⁵ Nos Manuscritos de 1844 Feuerbach é anunciado por Marx como “o único que tem para com a dialética hegeliana um comportamento sério, crítico, e [o único] que fez verdadeiras descobertas nesse domínio [...]” (Marx, 2004, p. 117). Suas considerações diante dos avanços históricos que Feuerbach opera com relação à velha filosofia foram sempre muito claras, assim como sua prática-crítica em face dos seus limites. O caráter prático-crítico da atividade analítica marxiana, permitiu ao pensador alemão identificar a grandeza e defeitos de seus precursores e contemporâneos, como Hegel e Feuerbach. Em 1865, o próprio Marx deixará clara a importância de Feuerbach em face da filosofia idealista sem, contudo, desconsiderar a grandeza de Hegel para o pensamento moderno: “Comparado a Hegel, Feuerbach é muito pobre. Contudo, depois de Hegel, ele assinalou uma época, já que realçou alguns pontos pouco agradáveis para a consciência cristã e importantes para o progresso da crítica, que Hegel deixara em mística penumbra” (Marx apud Chasin, 2009, p. 96).
- ⁶ Essas teses, aqui apenas brevemente mencionadas, se apresentam mais robustas e elaboradas em Mézáros (2008) e Chasin (2009).

- ⁷ Apesar da importância de Engels na constituição do pensamento marxiano, é importante reconhecer a autenticidade de ambos no decorrer de suas elaborações teórico-práticas o que, em determinados momentos históricos, como por ocasião das circunstâncias históricas da Segunda Internacional e das últimas obras de Engels, pode ser evidenciado. Cf. Hobsbawm (1982).

Sandra Rodrigues dos Santos

sandra.rodrigues@estudante.ufjf.br

Assistente Social pela UFVJM. Mestre e Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora

Membro do *Dýnamis* - Grupo de Pesquisa em Teoria Social Crítica PPGSS/UFJF

UFJF

Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/nº – São Pedro

Juiz de Fora – MG – Brasil

CEP: 36036-900

Agradecimentos

Agradeço ao Grupo de Estudos *Futuro Presente* (UFVJM/UFOP) e ao Prof. Dr. Alexandre Arbia (UFJF) por clarearem meus estudos em torno do pensamento de Marx. Grande parte das reflexões que ora apresento advieram do acúmulo que pude realizar junto àquele enquanto grupo de estudos e deste enquanto orientador de meus estudos individuais no Mestrado (UFJF), ainda que qualquer equívoco aqui identificado seja de minha inteira responsabilidade.

Agência financiadora

CNPq

Contribuições da autora

A autora é responsável pela concepção, delineamento e revisão do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

A autora consente a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe

Clara Martins Nascimento – Comissão Editorial

RESENHA

A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias

Clara Franco Neiva¹

<https://orcid.org/0000-0002-0333-9662>

¹Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília, DF, Brasil.

RESENHA: A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias

FREITAS, Luiz C. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160p.

REVIEW: The Business Reform of Education: New Right, old ideas.

FREITAS, Luiz C. *The Business Reform of Education – New Right, old ideas*. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160p

Recebido em 12.09.2023. Aprovado em 28.03.2024. Revisado em 05.05.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

O livro apresentado é de autoria de Luiz Carlos de Freitas, pedagogo e mestre em Educação, e doutor em Psicologia Experimental. Atualmente é professor titular e aposentado da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atua na área de Educação, com ênfase em Avaliação da Aprendizagem e de Sistemas, e suas principais temáticas desenvolvidas são Avaliação, Políticas Públicas, Neoliberalismo, Didática, Organização do Trabalho Pedagógico (CNPQ, 2023).

O texto de “A Reforma Empresarial da Educação” é segmentado em 12 partes, e o separa dessa maneira com a intenção de destacar os conceitos e o contexto das questões apresentadas pelo autor. Livro de suma importância para o entendimento das reformas empresariais, da influência da Nova Direita, dos impactos das reformas empresariais nos estudantes, nos docentes e no próprio sistema educacional como um todo, entre outros temas discutidos.

A introdução apresenta o panorama político atual, compreendendo os processos de coalizão centro-direita desde o fim dos anos 90, em que se passou a estabelecer diretrizes e parâmetros sistemáticos de avaliação. As figuras políticas, os partidos, os empresários e as instituições voltadas a esse novo projeto de educação, foram inspirados em um sistema de responsabilização (*accountability*), seguindo influências do modelo da lei estadunidense No Child Left Behind (NCLB), produzindo assim reformas pautadas na padronização, testes e responsabilização. O autor ainda ressalta que o processo de *impeachment* jurídico-parlamentar, em 2016, contra a presidenta Dilma Rousseff, representou um momento de mudança entre o desenvolvimentismo para uma retomada neoliberal na política e na educação brasileira (Casimiro, 2019), movimento esse que ocorreu de forma intensificada e promoveu reformas as quais não se tem uma teorização que possa dar conta das mudanças pelas quais passou o país recentemente.

Em seguida, em “Origens e fundamentos da Reforma” discute-se as origens desse movimento de reformas apresentando os fatores históricos que culminaram na atual proposta iniciada com as crises econômicas da década de 1970, onde houve o esgotamento da perspectiva keynesiana e do Estado de Bem-Estar Social, dando sequência a uma onda neoliberal nos anos 90, na América Latina. Com isso, a Nova Direita promoveu uma ligação política dos neoliberais com os neoconservadores atribuindo novos significados ideológicos e métodos de propagação de ideias, as quais se pautavam num movimento de resistência mundial às teses progressistas na intenção da instauração do livre mercado e do controle ideológico. O papel de intelectuais como Friedman, Buchanan, Mises e Hayek, apesar de suas divergências teóricas, foram cruciais para a reprodução de tais ideias, introjetadas de forma “discreta” aos espaços de construção de conhecimento, buscando treinar uma nova geração de pensadores para lutar pelo livre mercado formando lideranças em postos de comando.

É também este capítulo, conceituando a ideia dos *vouchers*, importante elemento para a discussão do autor em diversos outros capítulos do livro, pois segundo ele essa se tornou uma estratégia de continuidade do processo de segregação e de desmonte de uma educação pública, sob a justificativa de que a adoção de tal proposta elevaria a qualidade da educação. Segundo o autor, os *vouchers* são na verdade inicialmente utilizados

para manter processos de segregação racial nos anos 1950 e foi vendida pelo neoliberalismo como “direito democrático dos pais a escolher a escola de seus filhos”, mais tarde remasterizado também como o “direito dos pobres de escolher estudar nas mesmas escolas particulares que os ricos frequentam (Freitas, 2018, p. 18).

Em seguida, o capítulo “Os novos reformadores”, se dedica a compreender como o pensamento neoliberal é introjetado na política educacional atual compreendendo a sociedade baseada na ideia de “empreendimento” e “empreendedorismo” como forma de liberdade pessoal e social, e como o Estado não se aplica a essa garantia, e sim o mercado, pois esse é visto como bom gestor. Sobre a pressão de órgãos internacionais, como a OCDE, o BIRD e o Banco Mundial, essas reformas passam a ser introjetadas nos mais diversos países. Dessa forma, a concepção de “escolha” da educação pelos pais como clientes de uma empresa desloca a função da educação pública para a gestão privada, deixando assim de serem “usuários” de um serviço público. Entende-se esse processo como a nova forma de gestão pública que se dá como movimento do Estado de apenas “evitar o pior”, sem intervir no mercado educacional, destruindo sistematicamente as redes públicas e transferindo recursos públicos para empresas terceirizadas. A intervenção do Estado é vista como desestímulo à busca pelo mérito pessoal, sendo “injusto” com aqueles que se “esforçaram” (Freitas, 2018).

A discussão sobre a privatização é um dos eixos centrais do debate, por isso em diversos capítulos o termo é apresentado como elemento principal da proposta neoliberal em que se constrói um vetor em direção a essa concepção de organização social que tem por base a privatização dos espaços institucionais do Estado (Freitas, 2018). Em divergência a esse conceito, a “publicização”, é somada à discussão como um processo de concessão de escolas públicas à gestão privada, sem ocorrer sua alienação física, entregando a organização da escola ao meio empresarial e mantendo a ação do Estado apenas na “regulação” dessas ações. Com isso, a inserção de iniciativas privadas, seja por privatização ou por publicização, se atribui não só uma lógica neoliberal, mas também apresenta formas de controle político e ideológico. Esse movimento, apesar de suas diferenças de aplicação, ameaça a educação pública de gestão pública visto que segue uma lógica radical das leis do mercado, e propõe em longo prazo uma autorregulação concorrencial da qualidade do ensino.

Para confirmar suas colocações, o autor apresenta uma série de estudos desenvolvidos nos Estados Unidos, em especial no estado da Louisiana, no Chile e no Brasil, em que questiona os resultados de desempenho entre escolas terceirizadas (*charters*) e escolas públicas. A análise de Freitas destaca a limitação metodológica desses estudos e como esses apresentam resultados inexpressivos em testes de desempenho, e como cita: “Os reformadores se complicaram com suas próprias fórmulas” (Freitas, 2018, p. 65). Sua crítica também se refere à concepção de educação proposta nessas pesquisas, como uma ideia de causa-efeito, e como avaliam essa por números e avaliações sistemáticas, não compreendendo sua totalidade e sua função social. Com isso, questiona essas reformas e novos modelos que utilizam da padronização (bases comuns curriculares), de testes censitários, de uma responsabilização verticalizada, e de uma perspectiva de “alinhamento”, como forma de eliminar a diversidade e estabelecer padrões fechados como base educacional. Assim o autor, critica repetidamente tais propostas e questiona-se quais os resultados práticos do processo desses vetores de privatização?

Como resposta a essa questão, são desenvolvidas análises a respeito desse novo direcionamento empresarial da educação buscando trazer evidências que partem do exemplo estadunidense de políticas fracassadas, como o fracasso do padrão nacional de aprendizagem com o *Common Core* (padrões da língua inglesa e matemática), e que geraram a estagnação da educação, visto que não se demonstra nem mesmo por dados quantitativos uma real aprendizagem desses estudantes inseridos nesse modelo. Entende tal direção como uma forma de estreitamento do conceito de educação, que desvia a atenção da escola das responsabilidades além dos testes e não desenvolve uma formação do aluno como cidadão. Destaca também o papel de órgãos de controle que desvalorizam a gestão e as redes públicas de ensino, ajudados pela mídia e figuras políticas, que comparam a educação brasileira a partir dessas avaliações internacionais padronizadas, como o PISA, criando um reforço à aplicação dessas reformas educacionais.

Sua crítica também se relaciona ao trabalho docente, visto que esse também passa a desempenhar um papel limitado a essas avaliações, utilizando-se de uma pedagogia neotecnicista a qual é fundamentalmente objetiva e operacional sem viés crítico, que compreende a educação como forma de reprodução de conteúdos programáticos. Além disso, pela importância da discussão, especialmente na análise de ações latino-americanas sobre o trabalho docente, autores como Dalila Oliveira (2003) desenvolve também uma reflexão que dialoga com a perspectiva do livro a respeito desse processo de regulação das políticas educacionais e como o trabalho docente tem se “conformado” a atividades voltadas ao desempenho em avaliações sistemáticas, de cunho empresarial e não crítico.

Em suma, o autor termina o livro propondo 20 sugestões para a resistência à reforma empresarial, entre eles a defesa da exclusão da área da educação da Lei de Responsabilidade Fiscal, apoio aos dispositivos constitucionais que garantam investimentos na educação, apoio programas progressistas que condenem os processos de privatização do serviço público, entre 17 outras sugestões. Em sua proposta fica claro uma ruptura com o atual modelo, buscando a humanização das relações sociais e uma educação não só no sentido formal e conteudista, mas, sim, de caráter democrático e coletivo. Para tanto, faz-se necessária a ruptura à lógica de competitividade, empreendedorismo, meritocracia e segregação da educação, reconhecendo os problemas e desafios da educação pública, mas podendo desenvolver em conjunto com pais, alunos, professores e gestão uma organização escolar que vise à construção da qualidade escolar, sem basear-se somente em resultados de avaliações.

Portanto, a leitura de “A Reforma Empresarial da Educação” oferece uma reflexão relevante sobre as reformas educacionais, conseqüentemente, a influência de grupos neodireitistas na formulação e na aplicação de tais propostas. É também um livro necessário para pensar os impactos desses novos processos de reforma na

educação, que seguem uma óptica de reprodução de um modelo empresarial, e a importância de ruptura com tal modelo e construção de um ensino que seja conduzido com vistas à construção de uma educação democrática e humanizadora, que não siga apenas o conteúdo, mas seja espaço de formação de pessoas, não só testes.

Dessa maneira, é recomendada a leitura do livro de Freitas aos profissionais da educação, de professores a coordenadores, além dos recém-inseridos na política de educação como os psicólogos e assistentes sociais. Também é de enorme relevância aos pesquisadores da área de educação, ciências políticas, serviço social, as contribuições de tal produção, pois se discute ações políticas, sociais, econômicas significativas, ampliando o estudo da educação a outras temáticas relacionais, que se somam ao debate da conjuntura política e educacional brasileira. Em suma, a produção de Freitas acompanha o processo da ascensão da Nova Direita, destacando sua influência nas disputas políticas e ideológicas das últimas três décadas, mas ressalta o impacto específico na política de educação a partir dos anos 2000. O texto permite uma reflexão que vai além da perspectiva de aprendizagem no espaço escolar, questionando os modelos de avaliação e testes padronizados, como também demonstra um processo político de desmonte e disputa da educação a partir das transformações introduzidas pela Nova Direita.

Referências

CASIMIRO, Flávio H. C. A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

CNPQ. Currículo de Luiz Carlos de Freitas do sistema de Currículos Lattes. 2023. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3168061404328163>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FREITAS, Luiz C. de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160p.

OLIVEIRA, Dalila A. (org.). Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Clara Franco Neiva

clarafneiva@gmail.com

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (PPGPS-UnB) e Bacharel em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB).

UnB

UnB, Campus Universitário Darcy Ribeiro
ICC NORTE - Asa Norte, Brasília, DF, Brasil
CEP: 70910-900.

Agradecimentos

Agradeço ao apoio do Grupo de Pesquisa “TEDis- Trabalho, Educação e Discriminação”.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuição da autora

A autora é responsável por todas as etapas da elaboração do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Eu, autora, autorizo a publicação desta resenha.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

RESENHA

Karl Marx, um cidadão do mundo

Alexandre Braga¹<https://orcid.org/0000-0002-5483-9499>¹Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Direito, Belo Horizonte, MG, Brasil.**RESENHA: O velho Marx: uma biografia de seus últimos anos (1881–1883)**MUSTO, M. *O velho Marx: uma biografia de seus últimos anos (1881–1883)*. São Paulo: Boitempo, 2018. 158 p.**REVIEW: The old Marx: a biography of his last years (1881–1883)**MUSTO, M. *The old Marx: a biography of his last years (1881–1883)*. São Paulo: Boitempo, 2018. 158 p.

Recebido em 12.01.2024. Aprovado em 17.04.2024. Revisado em 26.06.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Marcello Musto é um jovem intelectual italiano que vem se destacando pelas recentes pesquisas sobre os últimos períodos de vida do pensador alemão Karl Marx (1818–1883). Musto, que é também professor de Sociologia na York University (Toronto, Canadá), já publicou *Another Marx: Early Manuscripts to the International* (Bloomsbury, 2018) e *Karl Marx: biografia intelectual e política* (Einaudi, 2018); organizou obras como *Karl Marx's Grundrisse* (Routledge, 2008); *Marx for Today* (Routledge, 2012); *Trabalhadores, uni-vos! Antologia política da I Internacional* (Boitempo, 2014); *Marx's Capital after 150 Years* (Routledge, 2019); *The Marx Revival* (Cambridge University Press, 2020); *Karl Marx's Writings on Alienation* (Palgrave, 2021); *Rethinking Alternatives with Marx* (Palgrave, 2021); e *Marx and Le Capital* (Routledge, 2022). Ou seja, ao longo da década de 2000, o autor vem realizando uma profícua incursão no pensamento marxiano, ora para realizar uma descoberta de um Karl Marx quase desconhecido do grande público, ora para redescobrir pontos e análises conceituais que só agora tiveram a devida correção no itinerário que Marx tinha em mente ao dar início à sua crítica da sociedade civil burguesa.

Nessa seara, Marcello Musto realizou uma tarefa impecável, pois suas publicações vão ajudar em muito na compreensão daquilo que Marx tinha como propósito analítico e como projeto político, a emancipação da classe trabalhadora. O livro de Marcello Musto — *O velho Marx: uma biografia de seus últimos anos (1881–1883)* —, em suas 158 páginas, contribui e contribuirá, sobremaneira, nessa direção, principalmente porque, após a dissolução da União Soviética, no ano de 1989, uma onda negacionista tomou conta dos debates políticos mundo afora, resultando num esquecimento quase que natural e numa crise do marxismo, que por pouco não jogou por terra essa proposta de emancipação elaborada por Karl Marx, Friedrich Engels, Rosa Luxemburgo e toda uma geração de lutadores e lutadoras do povo em prol da classe do proletariado, nos últimos 200 anos. Desse ponto de vista, ficou um vácuo de ideias progressistas, e para dificultar, surgiram pregações que anunciavam o fim do Socialismo como decante e a vitória final da formação capitalista, como se a História fosse uma “planilha” que não pudesse ser alterada pelo curso do desenvolvimento social, na sociedade, nas universidades e na militância de esquerda. Portanto, a escrita de Marcello Musto e diversas outras publicações que começam a circular nos meios acadêmicos, desde 2008 retomam a discussão do projeto socialista e repõem o Marxismo no centro dos debates, seja no próprio meio universitário, seja nas redes sociais, ainda que o novo cenário apresente um contexto de evolução conservadora e reacionária.

Em seu livro, Musto traz quatro pontos importantíssimos para entendermos os últimos anos de vida de Karl Marx, entre os anos de 1881 e 1883: 1) O pardo da existência e os novos horizontes de pesquisa; 2) A controvérsia sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia; 3) Os tormentos do “Velho Nick”; e 4) A última viagem do Mouro. Ao longo dos capítulos, o leitor se deparará com um Karl Marx não só inédito, mas diferente daquilo que sempre se soube por meio dos escritos densos sobre economia política, temas internacionais e das agitações revolucionárias que abalaram o mundo de sua época. Aliás, nessa fase de maturidade, Marx se aventurou em temas como a matemática, a questão ecológica, temas americanos, botânica e os assuntos mais densos da luta que estava acontecendo em países como Índia, Egito e Argélia. Dessa forma, nesse ciclo antes de seu passamento, Marx era o “oposto de um autor eurocêntrico, economicista e absorvido exclusivamente pela luta de classes”, como prefacia Musto (2018, p. 11).

O gabinete da Rua Maitland Park Road

Musto já começa a obra trazendo à tona fatos da intimidade pessoal de Karl Marx de pouco acesso de seus próprios leitores, inclusive dos círculos mais próximos de Marx, como a imersão do filósofo alemão em temas fora do eixo econômico-filosófico, como a preocupação de Marx com os assim chamados “temas americanos”, a redação dos cadernos sobre matemática, os estudos de fisiologia, de geologia, de agronomia, de química e de física, ou seja, uma série de temas multidisciplinares, boa parte deles localizados no escritório de uma casa alugada na Rua Maitland Park Road, situada na região periférica de Londres, onde era sua residência e da família Marx. Lá, moravam o Mouro¹, sua esposa Jenny (1814–1881), as filhas Eleanor (1855–1898) e Helene Demuth (1820–1890) e sua governanta de mais de 40 anos de convívio com o casal.

A casa da Rua Maitland Park Road, número 41, era o refúgio para Karl Marx guardar seus mais de 2 mil volumes de livros, sobretudo acerca de Ciência Política, História alemã e Literatura francesa, italiana, alemã e, desde 1869, sobre a Literatura russa que Marx começou a estudar para melhor compreender o processo

revolucionário russo. Nessa biblioteca, havia uma infinidade de autores como Shakespeare, Dickens, Molière, Racine, Montaigne, Bacon, Goethe, Voltaire, entre outras produções literárias. Além de ser um reduto principal das visitas dos colaboradores, ativistas e líderes políticos dos mais diferentes locais do planeta, serviu, ainda, como centro de troca de correspondências internacionais entre os militantes socialistas, tanto que a caixa-postal da residência vivia abarrotada de cartas, de acordo com Musto (2018, p. 21). Prova disso é que o próprio Friedrich Engels (1820–1895) se mudou para a vizinhança próxima à casa de Marx, na Rua Regent' Park Road, número 122, a poucos metros de distância.

Além do mais, o local era estratégico para a formação política da militância socialista, porque lá estavam guardadas publicações, documentos e resoluções mais importantes da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), uma cópia de *A Sagrada Família*, escrita em coautoria com Engels, em 1845, da *Miséria da Filosofia*, também pelos dois amigos e obras cruciais para o que se viria a ser conhecido depois como marxismo, como os livros *Manifesto do Partido Comunista* (1848), *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852), e o próprio *O Capital*, de 1867, sua obra-prima. No sótão da casa havia, ainda, sinopses e manuscritos inacabados, destinados à “crítica roedora dos ratos”², cuja volumosidade situava-se perto de um divã de couro, onde Marx costumava descansar após horas de estudos em cima de materiais muitas vezes em língua original.

Conforme Marcello Musto, no ano de 1881, Karl deu início aos estudos sobre Antropologia, indo estudar o livro *A sociedade Antiga* (1877), do antropólogo norte-americano Lewis Morgan (1818–1881), e resultando numa série de enxertos conhecidos como *Cadernos Etnológicos*. Essas anotações dispersas tratavam da colônia de Java na Indonésia, escrita por James Money (1818–1890), sobre a aldeia ariana na Índia, de autoria de Jonh Phear (1825–1905) e sobre história antiga das instituições, do historiador Enry Maine (1822–1888). Os *Cadernos Etnológicos*, de pouco mais de 100 folhas, não foram escritos por Marx, mas, posteriormente editados e lançados por Lawrence Krader (1919–1998) com o título de *Cadernos Etnológicos de Karl Marx* (Musto, 2018, p. 31). Nos *Cadernos Etnológicos*, é possível encontrar outras anotações sobre a pré-história, o desenvolvimento dos vínculos familiares, as condições das mulheres, a origem das relações de propriedade, a formação da natureza e questões como as conotações racistas de alguns antropólogos da época e os efeitos do Colonialismo. Sobre isso Marx pensava:

a família moderna em germe não somente a *servitus* (a escravidão), mas também a *servidão* da gleba; desde o princípio, ela pôs suas relações a serviço da agricultura. Possui em miniatura todos os antagonismos que, mais tarde, se desenvolverão em massa na sociedade e em seu Estado [...] na origem, era constituída diretamente de escravos (Morgan *apud* Musto, 2018, p. 34).

Com isso, a palavra “família” desde seu germe, tem a ver com *famulus* (escravo, criado), e sem nenhuma relação com a criação de filhos pelos casais casados, mas, sim, com o conjunto de escravizados que são forçados a trabalhar para o patrão, regidos pelo poder do *pater familias*. Isso é, foi a escravidão que esteve na orientação do princípio organizador da família, com seus antagonismos. Nesse aspecto, conforme Marcelo Musto, Marx dedicou especial atenção às condições das mulheres. Segundo a revisitação historiográfica que está sendo feita desde 2008 da posição marxiana sobre o tema, Marx observou que as sociedades antigas tinham melhor tratamento com as mulheres. A partir de dados elencados por Lewis Morgan, a mudança da descendência da linhagem materna para a paterna foi prejudicial para o sexo feminino, entre os gregos, o que diminuiu o direito das esposas e mulheres, cujo modelo foi avaliado por Morgan como negativo. Na cultura grega da época a mulher passou a ser inferior, a “deusa da sabedoria saiu da cabeça de Zeus”³, como lembrou Marx.

Noutra ponta do debate histórico, Musto reforça em seu “*O velho Marx: uma biografia de seus últimos anos (1881–1883)*” a rejeição da ideia de que as mudanças sociais ocorreriam unicamente devido às transformações econômicas, uma vez que Karl Marx defendia, na verdade, a especificidade de cada condição histórica, as múltiplas possibilidades e a centralidade da ação humana para realizar as transformações, com clara condenação do avanço espontâneo do processo histórico. Principalmente porque, como acreditavam seus seguidores menos atentos, que a última fase burguesa se seguiria para o fim do capitalismo, automaticamente a ser superado pelo Socialismo, o que resultou num surto fatalista e de passividade que bloqueou o movimento operário e que negligenciava as próprias reflexões de Marx contrárias a essa interpretação. De acordo com Musto (2018, p. 37), “jamais desejou um retorno ao passado, mas — como acrescentou na transcrição do livro de Morgan — vislumbrou um tipo de sociedade superior”. Isso porque, tanto como condenação do

determinismo econômico como ponto de vista de que as contradições da civilização não eram estáticas e nem passivas, mas eram projetos realizados pelo esforço humano diante da necessidade de preservar a vida, e não pela evolução mecânica da sociedade. Ou falando de outra forma, pela ação consciente da classe trabalhadora (Musto, 2018, p. 37).

A questão da comuna agrária russa

Outro ponto de especial atenção aos leitores e leitoras do livro de Marcello Musto é a posição marxiana sobre a Rússia, que até então Marx considerava como o grande obstáculo à emancipação da classe trabalhadora, melhor dizendo: através de volumas cartas e em artigos de grande repercussão internacional publicados no jornal *New-York Tribune* e na *História Diplomática Secreta do Século XVIII (1856–1857)*, Marx considerava que o atraso das condições sociais, a lentidão do desenvolvimento econômico do país, o regime czarista de caráter despótico e a política externa conservadora levaram a uma postura contrarrevolucionária na Rússia. Porém, em sua fase de maturidade, e já tendo consolidada sua irretocável carreira como líder revolucionário e como agitador das massas proletárias, Karl Marx reviu boa parte dessas opiniões, na medida em que algumas transformações ocorridas nas condições sociais russas proporcionaram uma reviravolta e uma mudança de rota, que agora poderiam viabilizar uma revolução mais intensa que a ocorrida na Inglaterra, por exemplo, uma vez que apesar de ser o berço do capitalismo e ter um maior contingente de operários fabris, o proletariado inglês havia perdido força por causa das algumas melhorias de suas situações de vida, como a redução da jornada de trabalho e o consequente reformismo dos sindicatos (Musto, 2018, p. 59).

Karl Marx acompanhava a situação russa desde 1850, seja saudando as revoltas camponesas que resultaram a abolição da servidão, em 1861, seja através de estudos sobre estatísticas dos problemas locais, ou por meio do início do aprendizado da língua russa, o que o ajudou a melhor compreender esse cenário interno. A partir de 1881, as formas arcaicas de organização comunitária da Rússia levaram Marx a aprofundar os estudos e a troca de correspondências com militantes russos, como aquelas enviadas a militante do “*Repartição Negra*”, Vera Zaslitch (1849–1919), que numa destinada a Marx, em 16 de fevereiro de 1881, resumiu quais eram os pontos centrais das discussões:

A comuna rural, liberada das exigências desmesuradas do fisco, dos pagamentos à nobreza e da administração arbitrária, é capaz de desenvolver-se pela via socialista, que dizer, de organizar pouco a pouco sua produção e sua distribuição de produtos em bases coletivas. Nesse caso, os socialistas revolucionários devem envidar todos os esforços em prol da liberação da comuna e de seu desenvolvimento (Zaslitch *apud* 2018, p. 61).

Nessa carta enviada a Karl Marx, Vera Zaslitch fazia uma consulta ao pensador alemão de como circulavam nos meios revolucionários e entre os ativistas a opinião de que a comuna rural era um atraso condenado à morte, e boa parte deles atribuía ao próprio Marx a origem dessa opinião. Contrariamente, Zaslitch pensava que os revolucionários deviam dar todo apoio a essa comuna agrária de especificidade russa. O apelo da militante russa era para que Marx pudesse esclarecer tal dúvida, já que ele estava familiarizado com as relações comunitárias da época pré-capitalista. Em sua resposta, Marx relembrou que sua reflexão sobre o percurso seguido pela ordem econômica capitalista para sair do ventre da ordem econômica feudal era apenas uma referência à situação aplicada somente ao Velho Continente, diga-se Europa Ocidental, e que não servia para descrever outras situações em outras regiões do planeta, tendo em vista que seria necessário estudar separadamente cada um dos fenômenos e só depois confrontá-los. Resumindo: não havia a possibilidade de usar uma teoria histórico-filosófica geral para ser aplicada em casos diversos e diferentes (Musto, 2018, p. 74–78).

Ainda na carta de resposta a Vera Zaslitch, Marx deixou clara sua posição sobre a possibilidade de *obschina*⁴ ser o germe de uma futura sociedade socialista, na perspectiva de que a Rússia não podia percorrer servilmente todos os caminhos trilhados pela Inglaterra, portanto, não precisaria passar pelo capitalismo, isto é, por meio da lógica capitalista do trabalho coletivo e cooperativo realizado em larga escala e incorporando as conquistas positivas do sistema capitalista, mas substituindo-as gradualmente a agricultura parcelária pela agricultura combinada com o auxílio das máquinas e dos avanços tecnológicos, preservando, no entanto, seu caráter comunitário através de uma revolução russa para garantir o livre crescimento da comuna rural, ou como Marx enfatizou “trocar de pele sem precisar antes cometer suicídio” (Marx, 2013, p. 111).

1881, Karl Marx se torna “cidadão do mundo”

Na visão de Musto, ainda no ano de 1881, Karl Marx, apesar da profícua produção literária e sociológica, ainda não era um teórico de referência internacional indubitável. Isso só veio a acontecer no século seguinte, no início do XX após as repercussões das resoluções adotadas pela Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e pelo impacto provocado pela eclosão da Comuna de Paris, em 1871. A notoriedade como mentor político veio em seguida à publicação de *O Capital*, reimpresso na Alemanha em 1873, o que em seu conjunto foram fatores que contribuíram para a expansão do pensamento marxiano e da consolidação da figura de Karl Marx como o grande expoente do movimento operário internacional, como aconteceu na construção de programas partidários e na redação de teses de cunho político, ou como Musto (2018, p. 86) registrou: “[...] em seus últimos anos Marx foi testemunha de um interesse cada vez maior, em muitos países europeus, por suas teorias — especialmente as contidas em seu *magnum opus*”⁵. A título de exemplificação temos a influência de Karl Marx na redação do programa do Partido Social-Democrata dos Trabalhadores da Alemanha (SDAP), em 1875, na Federação do Partido dos Trabalhadores Socialistas da França (FPTSF), entre outras produções de ordem prática e nas quais sempre eram destacadas que a revolução não era uma derrubada simples do sistema, mas um processo longo e complexo (Musto, 2018, p. 94).

Se na esfera internacional Marx viu seus textos serem valorizados enquanto fonte de análises para deliberações filosóficas e políticas, no plano pessoal as coisas não andavam tão bem assim. Isto porque nas primeiras semanas de junho de 1881, sua esposa, Jenny von Westphalen, teve as condições de saúde pioradas por causa de um tratamento de câncer no fígado, obrigando Marx a se tornar seu mais íntimo enfermeiro e o casal indo morar em Eastbourne, próxima ao canal da Mancha. Nessa cidade francesa, a família Marx mudou-se com os netos, sua filha Jenny Longue e seus dois *pets*, na esperança de que os ares do litoral pudessem ajudar na recuperação da esposa Jenny, cujas despesas de hospedagem e do tratamento de saúde foram pagas por Friedrich Engels. Entre os familiares, Karl Marx era chamado de velho Nick (que na gíria inglesa significava “velho diabo”); e em muitas de suas cartas-pessoais, Marx as assinavam como Old Nick, divertindo-se com a apologia de tal figura, apesar das dívidas e do momento doloroso e de sofrimento de Jenny Westphalen. A essa fase, o Mouro a declarou como “aquela em que na família, neste momento, só infortúnios” (Marx *apud* Musto, 2018, p. 101).

E os infortúnios desabafados por Marx não cessariam tão cedo. Em 16 de agosto, sua filha Eleanor cai em depressão devido a um suposto noivado malsucedido, em outubro foi o próprio Marx que teve a saúde abalada, agora por uma forte bronquite, com risco de resultar em pneumonia, o que levou Marx a permanecer acamado por 12 dias, e no dia 2 de dezembro de 1881, aos 68 anos, falece sua esposa Jenny von Westphalen. Essa morte, nas palavras do Old Nick, lhe privava de seu “maior tesouro” (Marx *apud* Musto, 2018, p. 101). A cronologia de dissabores levou Marx para um estado de convalescença e de um drama de acontecimentos familiares entretecedor, entre 1881 e 1882. Contudo, nesse curto período, Marx consegue tempo para se dedicar aos estudos sobre o desenvolvimento do Estado Moderno (século XV), especialmente consultando obras que resultaram nas *Notas Sobre a História Indiana*, de 1879, inspiradas no livro *História Analítica da Índia*, de Robert Sewell (1845–1925), *História dos Povos da Itália*, do historiador Carlo Botta (1766–1837) e *História do Povo Alemão*, escrito por Friedrich Schlosser (1776–1861), totalizando 143 páginas sobre história. Todavia, a instabilidade de seu quadro de saúde interrompeu suas anotações sobre demais temas históricos da época, sob o risco de uma nova recaída na debilidade de saúde. Retrato disso é que em 1882 Marx foi obrigado a usar um respirador artificial, pelo qual os jornais alemães já tinham anunciado sua morte (Musto, 2018, p. 105–107).

Os dias africanos de Karl Marx

Os 72 dias em que Karl Marx permaneceu em estadia no continente africano representam as últimas viagens do Mouro na procura para a cura de suas chagas. Obviamente, para o porte de um homem que estava em pleno exercício das funções cognitivas e teóricas, a conciliação entre o rigoroso tratamento médico a expedições de análises políticas não deixou de ser realizada, a partir da chegada do líder alemão à África, no dia 20 de fevereiro de 1882, após longas 34 horas de viagens até Argel, capital da Argélia. Marx foi ao continente africano à procura de soluções mais concretas para suas doenças, especialmente por tratamento

mais eficaz contra a bronquite, a tosse ininterrupta e uma série de catarros que não lhe davam sossego, sendo prontamente atendido pelo juiz Albet Fermé, destacado militante socialista e único que conhecia a já famosa trajetória do paciente. Infelizmente, por infortúnio do destino, a época escolhida para as sessões de terapia foi de intensos períodos chuvosos e de frio, com o pior inverno que a cidade já tinha vivido. O médico de Karl Marx, Charles Stéphanh (1840–1906) receitou, então, cuidados à base de xarope e de psicotrópicos, visando diminuir as dores de grande intensidade, e os mais intensos deles, reduzir drasticamente os esforços físicos, que significava para Marx abandonar qualquer trabalho de ordem intelectual, inclusive se preocupar com os problemas de ordem mundial. Na enfermaria, foi submetido à aplicação de medicamentos para estancar as dores, a proliferação de bolhas na região do tórax e para conter a insônia, além da tentativa de paralisar as feridas nas costas, na qual Marx se queixou reclamando: “para uma mente sã num corpo são, ainda havia muito para fazer⁶”, numa alusão aos poucos resultados do longo e doloroso tratamento (Musto, 2018, p. 111–113).

A última viagem do Mouro e única na região africana o impediu de fazer as correções da terceira edição alemão d’*O Capital*, de analisar a conjuntura política da época e de tecer comentários críticos sobre a propriedade comunal árabe, bem como de falar sobre a realidade argelina, pois fora realizada praticamente para se dedicar ao tratamento médico e da cura para suas dores. Haja vista que em 22 de fevereiro de 1882 o jornal *L’Akbbar* publicou uma matéria relatando as injustiças do sistema dominação agrária pelos colonizadores franceses, e uma vez que qualquer cidadão francês podia adquirir uma concessão de mais de 100 hectares de terras argelinas e depois podia revendê-las ao preço de 40 mil francos a qualquer pessoa argelina, isso sem precisar deixar a França. Com todos os esforços para se concentrar nas orientações médicas de total reclusão, Marx não deixou de observar da sacada do hotel em que estava sendo realizada a medicação que próximo ao local havia grupos de trabalhadores construindo casas, apesar de saudáveis, depois de três dias de trabalho, já apresentavam quadro de febre, e que parte do salário era para pagar despesas de medicamentos fornecidos pelos empreiteiros.

Marx resumiu essas observações sobre a realidade árabe-argelina em 16 cartas redigidas às margens do Mar Mediterrâneo, com destaque para a visão colonial crítica marxiana e sobre as relações sociais na cultura muçulmana. Um aspecto, nesse conjunto de cartas, que se destaca é a postura natural, elegante e digna do povo argelino, de vestimenta quase opulenta em contraste com a realidade europeia, principalmente a francesa, a qual registrou:

[...] a riqueza e pobreza não tornam os filhos de Maomé uns diferentes dos outros. A absoluta igualdade em suas relações sociais não é influenciada por elas. Pelo contrário, são notadas apenas pelos desonestos. Não que se refere ao ódio pelos cristãos e à esperança numa vitória definitiva sobre os infiéis, seus políticos consideram, com razão, que o sentimento e a prática de absoluta igualdade (não de riqueza e renda, mas da pessoa) são garantias para manter vivo o ódio e não abandonar a esperança. Ambos, no entanto, sem um movimento revolucionário, caminham para a ruína (Marx *apud* Musto, 2018, p. 117).

Por meio desse trecho da carta enviada à sua filha Laura Lafargue, em 13 de abril de 1882, Marx registra seus encantos e como ficou maravilhado com as relações sociais argelinas e da noção de igualdade crônica, porém ressaltou a necessidade dessa noção de igualdade ser permeada por um movimento de inspiração revolucionária que desse cabo a toda forma de opressão, destacadamente a colonial. Marx não deixou de perceber que na cultura muçulmana não havia a subordinação, a autoridade pregada pela cultura ocidental. Principalmente, aquela oriunda das torturas contra os árabes e da brutalidade policial empregada pela autoridade colonial francesa. Finalmente, feliz com o que viu, ficou mais lisonjeado, ainda, com os resultados do tratamento que finalmente deram certo, e Karl Marx pode finalmente retornar à França, agora surpreendendo a todos, sem as longas madeixas e sem a barbas longa que o imortalizara.

Assim, “*O velho Marx: uma biografia de seus últimos anos (1881–1883)*” é um livro que merece e precisa ser lido, pois possibilita redescobrir Karl Marx como homem, cidadão preocupado com o mundo e como uma pessoa comum que elabora e pensa os problemas sociais. Entretanto, merece uma discussão o deslize cometido pela edição brasileira da Boitempo, pois no original a obra foi publicada em italiano com o título “*L’ultimo Marx (1881–1883). Saggio di biografia intellettuale*”. “Último Marx” atenderia melhor as exigências da luta contra o etarismo, a categoria velho, além de pejorativa para vários usos, carrega toda uma conotação de coisa que está em idade avançada, antiquada e em desuso, portanto, nada mais distante

daquilo que o pensamento de Karl Marx se tornou, ao longo dos anos, e porque está confrontante à ideia de uma sociedade nova, que é a grande contribuição do arcabouço marxiano para a humanidade, principalmente quando se leva em consideração que o etarismo embutido na categoria “velho” traz uma noção de coisa em declínio nas sociedades classistas e, dessa forma, que pode ser descartada após cumprir determinados papéis no seio da exploração do trabalho social. Se a tradução fosse para “Último Marx”, traria embutida toda uma carga de atualizações e redescobertas que estão sendo feitas pelas novas gerações, assim, o universo categorial marxiano, agora, ganharia um novo ciclo de leituras e perquisições que colocariam possibilidade socialista na ordem do dia. E não possui nada de velho, ao contrário.

REFERÊNCIAS

- MARX, KARL. O Capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017. 980 p.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. As lutas de classes na França. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Lutas de Classes na Rússia. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MUSTO, Marcello. O velho Marx: uma biografia de seus últimos anos (1881–1883). Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2018. 158 p.

Notas:

- ¹ Alusão à pele escura de Karl Marx que virou um apelido íntimo.
- ² Marx assim se expressou como porque estavam esquecidos em uma gaveta ou porque estavam proibidos de circular.
- ³ A deusa grega Atena era uma divindade no panteão grego, considerada a deusa da sabedoria, das habilidades e dos ofícios, da guerra. Ela ficou marcada por ter nascido ao sair da cabeça de seu pai, Zeus.
- ⁴ Conforme o Dicionário do Pensamento Marxista, *obschina* era um tipo de comuna russa, uma antiga comunidade de camponeses russos na qual a terra era de propriedade inalienável da comuna, e periodicamente redistribuída em lotes às famílias pertencentes a ela, em geral de acordo com o número de adultos do sexo masculino existentes em cada família. (Cf. Bottomore, Tom, 1988).
- ⁵ Musto refere-se ao “O Capital”.
- ⁶ Conforme confessou em carta enviada a Engels em 28 de março de 1882.

Alexandre Braga

bragafilosofia@yahoo.com.br

Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista CAPES.

UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha
Belo Horizonte - MG,
CEP: 31270-901

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições do autor

O autor é responsável por todas as etapas da elaboração do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

O autor consente a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe
Heloísa Teles – Comissão Editorial

RESENHA

Pessimismo da razão e otimismo da vontade: colapso socioambiental e revolução no decênio decisivo

José Roberto Porto de Andrade Júnior¹<https://orcid.org/0000-0002-1862-2540>**Fernando Batista Pereira¹**<https://orcid.org/0000-0002-5726-829X>**Everton Rodrigues da Silva¹**<https://orcid.org/0000-0003-4708-4451>¹Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, Brasil.**RESENHA: Pessimismo da razão e otimismo da vontade: colapso socioambiental e revolução no decênio decisivo**MARQUES, Luiz. *O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência*. São Paulo: Elefante, 2023.**REVIEW: Pessimism of reason and optimism of will: socio-environmental collapse and revolution in the decisive decade**MARQUES, Luiz. *The decisive decade: proposals for a survival policy*. São Paulo: Elefante, 2023.

Recebido em 25.03.2024. Aprovado em 16.09.2024. Revisado em 11.10.2024



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

O aforismo referido no título desta resenha ficou amplamente conhecido no Brasil e em outras regiões do mundo por meio dos escritos de Antônio Gramsci, marxista italiano da primeira metade do século XX, que utilizou o argumento algumas vezes em sua obra. Naquele que é tido como o seu primeiro uso, um artigo de jornal de 1920, não assinado e endereçado aos anarquistas italianos, o jovem Gramsci afirmou que a “concepção socialista do processo revolucionário se caracteriza por duas notas fundamentais que Romain Rolland resumiu desde a palavra-de-ordem — o ‘Pessimismo da Razão’ e o ‘Otimismo da Vontade’.”¹ (Della Santa, 2016, p. 32).

O excelente livro de Luiz Marques “O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência”, publicado em 2023 pela editora Elefante, pode ser lido como um chamado à ação permeado pelos valores que o aforismo representa.

O “pessimismo da razão” tem papel central e ocupa a maior parte da obra de Marques, que discute o colapso socioambiental atualmente vivenciado em escala planetária. Ele aparece desde a primeira página do livro, quando Marques explica o título da obra ao anunciar que “vivemos o último decênio em que mudanças estruturais em nossas sociedades podem ainda atenuar significativamente os impactos do processo de colapso socioambiental em curso” (Marques, 2023, p. 21). Ainda no prefácio, o autor acrescenta que o cenário impõe à espécie humana uma “ameaça existencial”, uma vez que a sinergia entre as crises em curso — as principais sendo a emergência climática e a aniquilação da biodiversidade — pode produzir um “planeta largamente inabitável pela espécie humana” (Marques, 2023, p. 28–30).

Mais à frente no texto, o autor complementa que se trata de uma tendência “em crescente medida, *irreversível*”, uma vez que o sistema climático continuará a se aquecer e os eventos climáticos extremos continuarão a se intensificar numa velocidade maior que a do século XX. Segundo ele, “um futuro pior tornou-se agora inevitável, quaisquer que sejam as nossas escolhas” e “nossas opções são entre um futuro pior e um futuro terminal” (Marques, 2023, p. 41).

Longe de basear-se em “achismos” ou em discursos “fáceis”, Luiz Marques fundamenta seu “pessimismo” — ou, melhor dizendo: realismo! — na mais bem acabada síntese sobre o estado da arte da produção científica global sobre o colapso socioambiental já produzida em língua portuguesa.

A chamada “Parte I” da obra discute o “sistema alimentar” e trabalha temas como: aniquilação biológica, extinção de espécies, mortandade animal, destruição das florestas, uso de agrotóxicos, indústria da proteína animal, ineficiência energética do consumo de carne e Amazônia. A chamada “Parte II” trata do “sistema energético”, trabalhando temas como: emissões de gases do efeito estufa, concentração atmosférica destes gases, transição energética, desequilíbrio energético da Terra, aquecimento marinho, ondas de calor, orçamento de carbono, alças de retroalimentação do aquecimento e Ártico. O capítulo 8, já na “Parte III” do livro, encerra o trecho mais analítico da obra com a discussão de temas como desigualdades socioeconômicas, poluição e produção de plástico.

Nesses capítulos, os dados que representam o que há de mais importante e de mais atual (obviamente, até a data de escrita da obra) sobre cada aspecto do colapso atual são apresentados de maneira clara, com o apoio de gráficos, mapas, tabelas. O leitor e a leitora são conduzidos com transparência e firmeza em direção às bem elaboradas sínteses que Luiz Marques produz sobre a realidade contemporânea.

Nessas sínteses, as palavras essenciais não são omitidas. Marques é claro ao associar o colapso socioambiental com o capitalismo, afirmando que o aquecimento planetário não cessará enquanto o modo de produção atual continuar existindo, ainda que adotando as chamadas estratégias mitigadoras de um “capitalismo verde” ou “sustentável”. Ele explica que o ciclo de reprodução ampliada do capital é regido pelo consumo crescente (ou ao menos não decrescente) de energia, ressalta que os principais detentores de capital são também os principais financiadores dos empreendimentos econômicos que sustentam o “sistema alimentar” e o “sistema energético” contemporâneos e destaca que os Estados têm sido não apenas coniventes com a situação, mas operam no mesmo grau de “irresponsabilidade criminosa” que as grandes corporações.

O autor transborda realismo ao afirmar a incompatibilidade entre capitalismo e proteção da natureza, explicando que a “engrenagem da emergência climática” é também uma “engrenagem financeira”, formada por “quantidades até agora crescentes de créditos, subscrições e investimentos na indústria de combustíveis fósseis e no sistema alimentar globalizado”. Essa engrenagem, segundo o autor, “se origina numa economia baseada na queima de combustíveis fósseis, na monocultura de escala e, em especial, na produção industrial de carne”. Uma economia “controlada pelos detentores de capital, cuja razão de ser é a máxima rentabilidade

dos investimentos e a reprodução ampliada do ciclo econômico, o que implica expansão sempre crescente de consumo energético” (Marques, 2023, p. 201–205).

O que parcela da comunidade científica global entende como causa do colapso socioambiental recebe no livro o nome adequado. Não são as “atividades humanas”, em sentido genérico e abstrato, que geram o problema, mas um modo específico de organização social, concreto e historicamente situado. Nas palavras do autor, trata-se do “modo de funcionamento corporativo, privado e estatal, dos sistemas (i) energético, (ii) extrativo e (iii) alimentar em escala global”, sistemas interdependentes, que “operam em estreita interação com: (iv) a indústria, sobretudo de cimento e petroquímica; (v) as *trading companies* (ABCD, COFCO etc.); e (vi) o setor financeiro, redes corporativas igualmente oligopolizadas e globalizadas”. Esse ‘todo’ forma, para Marques, a “civilização termofóssil que hoje ameaça a humanidade e, em geral, a vida pluricelular no planeta” (Marques, 2023, p. 206).

Como uma crítica construtiva em relação ao trecho mais analítico da obra, cabe destacar que não houve referência à indústria da desinformação como elemento organizador da vida pública contemporânea nos âmbitos econômico e político. Ao destrinchar o modo de operação do sistema geopolítico global, Marques não destacou o negacionismo e a outras formas de desinformação. Enquanto expressão de uma epistemologia neoliberal, como explica Lowande, o negacionismo possui intenção de desqualificar consensos estabelecidos na comunidade científica quando eles violam os assuntos de interesse dos grupos dominantes (Lowande, 2023). A crise climática é um dos focos centrais da indústria da desinformação justamente por seu potencial de violação dos interesses dominantes da sociedade capitalista.

Se há “pessimismo da razão”, o “otimismo da vontade” também aparece com destaque no livro “O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência”. Para Luiz Marques ainda há tempo de realizar as ações necessárias para mitigar o desastre que se avizinha. Nas palavras do autor, que desde o prefácio evidencia o tom esperançoso e o chamado à ação que marcam o livro:

a motivação para escrever este livro nasce de duas apostas otimistas. A primeira é que os anos decisivos para evitar esses cenários futuros extremos ainda estão diante de nós. São os anos do decênio em curso, razão do título deste livro. A segunda aposta, não menos otimista, é que seremos capazes de agir individual e politicamente ao longo deste decênio, com a radicalidade requerida para reverter o que ainda pode ser revertido, mitigar o que ainda pode ser mitigado e, com isso, aumentar significativamente nossas chances de adaptação aos impactos vindouros do aquecimento global, do empobrecimento da biodiversidade e da intoxicação dos organismos pela poluição químico-industrial (Marques, 2023, p. 30).

Marques explica que “tudo depende agora da política” e “não mais da economia” (Marques, 2023, p. 44) e que a luta política deve direcionar-se para assunção do “controle das decisões relativa aos investimentos das corporações” e pelo “controle dos investimentos estratégicos dos Estados nacionais”, a partir de uma grande aliança entre ciência e política popular pelo direito à vida e ao território. Segundo ele, esse “controle das decisões nacionais só poderá ser conquistado através do controle social e radicalmente democratizado do poder do Estado, em particular no que se refere às decisões sobre investimentos estratégicos em energia e alimentação.” (Marques, 2023, p. 221).

Seu pensamento baseia-se na constatação de que os retrocessos sociais e ecológicos dos últimos 70 anos apontam para o fracasso do multilateralismo (da governança política global socioecológica) e da autonomia absoluta dos Estados nacionais. Marques também destaca a força do poder corporativo transnacional e a ausência de poder mandatário dos Estados sobre a rede corporativa instalada, além de constatar a flagrante incoerência entre o discurso e prática dos governantes.

Com esses pressupostos, Marques enuncia o que chama de oito “princípios basilares” sobre os quais se assenta uma necessária “política de sobrevivência” e que constituem a “moldura de referência de um programa de ação política concreta que caberá às sociedades, coletivamente, formular e desenvolver” (Marques, 2023, p. 59). São eles, em síntese: 1) redução emergencial das desigualdades entre os membros da espécie humana; 2) diminuição do consumo humano de materiais e energia; 3) extensão da ideia de sujeito de direito às demais espécies, à biosfera e às paisagens naturais; 4) restauração e ampliação das reservas naturais e das reservas indígenas, que devem ser consideradas santuários inacessíveis aos mercados globais; 5) desmantelamento da economia global e transição para uma civilização descarbonizada; 6) desglobalização do sistema alimentar

e sua transição para uma alimentação baseada em nutrientes vegetais; 7) superação do axioma da soberania nacional absoluta em benefício de uma soberania nacional relativa no arcabouço jurídico internacional vigente; 8) aceleração da transição demográfica.

Esses princípios não constituem receita a ser seguida ou aplicada e também não são elaborados com pormenores na obra. Para Marques, que colhe do solo fértil do que há de melhor no marxismo e na literatura revolucionária, “não cabe a mim nem a ninguém teorizar ou prescrever receitas políticas” (Marques, 2023, p. 440).

Ainda segundo o autor, as propostas têm em comum “uma revalorização da noção de *limite*, essa noção que o capitalismo desconhece ou despreza e que é, de fato, incompatível com seu *modus operandi*”. Ele acrescenta que é “preciso devolver às noções de limite, de justa medida e de decoro (no sentido de adequação, derivado do termo latino *decus*), o valor ao mesmo tempo positivo e impositivo que lhes era atribuído” por toda a tradição clássica e pela sabedoria dos povos originários. Ainda segundo Marques, o “limite não pode mais ser entendido como um desafio e um obstáculo a ser continuamente superado, pois somos seres finitos num planeta que é o nosso único lar, que tem recursos declinantes e equilíbrios sistêmicos frágeis” (Marques, 2023, p. 438–439).

Os argumentos de Luiz Marques fazem lembrar da utilização da alegoria do trem como representação da sociedade contemporânea, presente no pensamento de Walter Benjamin, referência central da chamada Escola de Frankfurt. A partir do século XIX, a metáfora da locomotiva que avança, com rapidez crescente, para um futuro melhor passou a ocupar um lugar central no imaginário ocidental. Benjamin utilizou a alegoria do trem para discutir o momento histórico que vivenciava (século XX), mas de modo invertido. Para ele, o trem da história avança, em verdade, em direção ao abismo e a revolução é a interrupção dessa viagem rumo à catástrofe (Löwy, 2005, p. 156). Trata-se de “puxar os freios de emergência”.

Em Marques, encontramos também a revolução anticapitalista como essa tentativa de interromper o fluxo do trem em direção ao abismo, de “puxar os freios de emergência”. Trata-se, nas palavras do autor, de uma “política de sobrevivência” a ser forjada e posta em prática pelos setores mais espoliados, estigmatizados e marginalizados das sociedades, afinal são eles quem têm a sabedoria para nos salvar. Ele deixa essa perspectiva e esse desejo claros, desde o prefácio da obra:

[...] seremos capazes de construir um projeto social pós-capitalista, centrado na exigência do encontro da diminuição das desigualdades sociais com a diminuição das pressões antrópicas sobre o sistema Terra. Um programa político baseado nessa exigência não é só factível, mas é também o único possível se quisermos sobreviver como sociedades e, no limite, como espécie. Esse é o sentido do subtítulo deste livro: propostas para uma política de sobrevivência. Estas páginas se pretendem, portanto, como um chamado à radicalidade da ação política socioambiental, e sua ambição maior é suscitar ou enfatizar o senso de máxima urgência exigido por este decênio decisivo (Marques, 2023, p. 31).

Ouvir com clareza esse “chamado à radicalidade da ação política socioambiental” e perceber a importância que o “otimismo da vontade” possui na mensagem que a obra encaminha, é essencial para uma leitura correta do texto.

A gravidade da situação contemporânea e a enormidade da dificuldade do desafio que temos à frente como humanidade podem ensejar apatia e desânimo como respostas emocionais da leitura do livro. Mas esse não é o desejo do autor. Vivemos o “decênio decisivo” e a revolução anticapitalista é o único — e possível! — caminho para interrompermos o curso desta locomotiva em direção ao abismo.

Os movimentos sociais, os grupos subalternos, as pessoas oprimidas, a classe trabalhadora, são as vítimas mais imediatas da catástrofe e os potenciais agentes sociais da formulação e implementação das ações necessárias para conter o desastre. Temos todos um papel a cumprir neste processo. Ainda há tempo para “puxar os freios de emergência” e essa é uma importante mensagem que o livro de Luiz Marques nos transmite. Boa leitura e mãos à obra, há muito a fazer!

Referências

DELLA SANTA, R. Otimismo da vontade, pessimismo da razão: english marxism, Anderson translation & integral journalism of New Left Review (or an internationalist world-marxism in the street-fighting years of western Europe). 2016. 219 p. Tese (Doutorado em

Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/9b79d399-a5ec-416d-8c18-2435e8e9d316/content>. Acesso em: 10 jul. 2024.

LOWANDE, W. F. F. A ciência no tempo das catástrofes: o caso da emergência da Ciência do Sistema Terra. *História*, São Paulo, v. 42, n. 2023007, p. 1–25, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/FVC5KcrNySwrVXCZ3JV8pvD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2024.

LÖWY, M. Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARQUES, L. O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Elefante, 2023.

Nota:

¹ Romain Rolland (1866 1944) foi um escritor, dramaturgo, ensaísta, historiador e musicólogo francês. O referido aforismo aparece numa resenha ao livro “Le Sacrifice d’Abraham”, de Raymond Lefebvre, publicada no jornal *L’Humanité* em 19/3/1919 (Della Santa, 2016, p. 33).

José Roberto Porto de Andrade Júnior

jose.junior@unifal-mg.edu.br

Doutorado em Sociologia – Universidade de São Paulo (USP)

Professor da Universidade Federal de Alfenas-MG (UNIFAL – MG)

Everton Rodrigues da Silva

everton.silva@unifal-mg.edu.br

Doutorado em Administração – Universidade Federal de Minas Gerais

Professor da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL - MG)

Fernando Batista Pereira

fernando.pereira@unifal-mg.edu.br

Doutorado em Economia – Universidade Federal de Minas Gerais

Professor da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL – MG)

UNIFAL-MG

R. Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Centro

Alfenas – MG – Brasil

CEP: 37130-001

Agradecimentos

Agradecemos aos e às discentes da disciplina “Desafios do Desenvolvimento: laboratório de sustentabilidade”, ministrada pelos autores no Programa de Pós-graduação em Gestão Pública e Sociedade (PPGPS) da Unifal-MG no semestre letivo 2023-2, durante a qual foi feita a discussão da obra.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições dos autores

Os autores foram solidariamente responsáveis pela concepção, planejamento e redação do texto, responsabilizando-se pelas informações presentes. Andrade Júnior é o autor principal, por ter liderado o processo.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Os autores consentem a publicação do manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe

Heloisa Teles – Comissão Editorial

RESENHA

Por uma nova gramática da vida social: o conceito ampliado de capitalismo e socialismo de Nancy Fraser

Ana Paula Fregnani Colombi¹

<https://orcid.org/0000-0002-5918-4006>

¹Departamento de Economia e Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.

RESENHA: Por uma nova gramática da vida social: o conceito ampliado de capitalismo e socialismo de Nancy Fraser

FRASER, Nancy. *Capitalismo canibal*: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

REVIEW: Towards a new grammar of social life: Nancy Fraser's expanded concept of capitalism and socialism

FRASER, Nancy. *Cannibal capitalism*: how our system is devouring democracy, care, and the planet and what we can do about it. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

Recebido em 04.06.2024. Aprovado em 16.09.2024 Revisado em 07.10.2024



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Referência na teoria crítica contemporânea e uma das principais teóricas da segunda onda do feminismo nos Estados Unidos, Nancy Fraser enfrenta as questões fundamentais do século XXI para a superação do capitalismo em seu livro *Capitalismo Canibal: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta — e o que podemos fazer a respeito disso*. O livro foi publicado originalmente em inglês (*Cannibal Capitalism*, Verso) no ano de 2022, em espanhol (*Capitalismo Canibal, Siglo Veintiuno*), italiano (*Capitalismo Cannibale, TempiNuovi*) e alemão (*Der Allesfresser, Suhrkamp Verlag*) no ano seguinte e, em 2024, foi lançado no Brasil pela editora Autonomia Literária. A proposta central de reflexão do livro é simples em seu enunciado e complexa em seus desdobramentos: lançar um conceito ampliado de capitalismo, apresentado na ideia de Capitalismo Canibal, que forneça ferramentas teóricas a partir e para além de Marx para entender, desde dentro, a crise atual do capital como uma crise geral da totalidade da ordem social e, assim, ser capaz de reimaginar o socialismo. Dessa reflexão, surge o ponto de partida de um debate apenas pincelado pela autora e cujo escrutínio ainda está por ser feito: o que deve significar a luta pelo socialismo no século XXI?

Já no prefácio do livro a autora propõe uma ideia ampliada de capitalismo, considerando-o não somente como um sistema econômico, mas como um tipo de sociedade, uma ordem social institucionalizada. Distanciando-se de uma visão apartada das esferas que compõem o sistema capitalista, Fraser argumenta que o capitalismo é mais do que uma forma de organizar a produção e a troca econômica, sendo também uma forma de “organizar a relação de produção e troca com suas condições não econômicas de possibilidade” (Fraser, 2024, p. 128–129), quais sejam: a reprodução social, a natureza não humana e os bens comuns.

Nesse aspecto, a autora fornece uma explicação em entrevista que concebe ao *Jacobin* Itália, ao elucidar que a noção ampliada de capitalismo permite uma visão ampliada de luta de classes. Nesse sentido, a luta antirracista, feminista e ecológica são componentes da luta de classes, embora não se expressem estritamente nos locais de trabalho. É esta visão alargada da luta anticapitalista, pontua, que criará as condições para a promoção das alianças necessárias para o desmantelamento desta ordem social e para o exercício de reimaginação do socialismo (Fraser; Mosquera, 2021).

Em sua visão, essas condições subjacentes têm sua própria gramática e temporalidade, mas se relacionam com a sociedade capitalista que, afinal, compreende uma economia que depende da política, uma arena de produção que depende da reprodução, um conjunto de relações sociais de exploração que depende da expropriação, e um campo socio-histórico de atividade humana que depende de um substrato material de natureza não humana. É na fronteira entre essas articulações e não somente no centro soberano da produção econômica enquanto lócus fundamental da luta de classes — polemiza a autora no primeiro capítulo do livro — que surge a crise geral dessa ordem social. Essa crise se expressa, ao mesmo tempo, como uma crise econômica, do cuidado, social, ecológica e política. Em outras palavras, é na relação entre o funcionamento do sistema econômico e suas condições de possibilidades, isto é, no processo de expropriação permanente, na esfera da reprodução, na relação com a natureza e com a política que as crises recorrentemente se expressam e que, dialeticamente, os repertórios crítico-políticos emergem, dando vida a movimentos de resistência que a autora intitula *lutas de fronteira*. Como pontuou Butler (2023), ao identificar essas lutas, Fraser elabora predicados para uma ação política radical, lançando um “*apelo explícito por um projeto político*”.

Cada uma dessas crises se apresenta como forma de canibalização do capital, uma vez que, ao mesmo tempo que depende das bases naturais, políticas e sociais de sua própria existência, ele as devora. Daí a imagem de um Ouroboros, figura de uma serpente que morde a própria cauda, ilustrar as diferentes capas do livro em suas versões inglesa, espanhola, italiana, alemã e brasileira. A ideia de canibalização, que sugere que o capitalismo “é um grande banquete institucionalizado, onde o prato principal somos nós” (Fraser, 2024, p. 14), organiza os capítulos 2, 3, 4 e 5.

No capítulo 2, a autora explica a tendência inerente do sistema capitalista em racializar populações para melhor canibalizá-las. No capítulo 3, explora o sistema devorador dos cuidados. No capítulo 4, expõe as dinâmicas predatórias entre natureza e humanidade e, no capítulo 5, decifra os movimentos pelos quais o capitalismo deglute o poder público e a democracia. A autora não entrega uma descrição abstrata dos processos ao longo dos capítulos, ao contrário, localiza-os nos diferentes momentos do regime de acumulação: no capitalismo mercantil, do século XV ao XVIII; no colonial-liberal, do século XIX; no capitalismo monopolista administrado pelo Estado, iniciado no período entreguerras e consolidado logo após a Segunda Guerra Mundial; e no atual momento marcado pela financeirização e pelo neoliberalismo.

Na discussão que relaciona capitalismo com opressão racial, presente no segundo capítulo, a autora argumenta que a sociedade capitalista abriga uma base estrutural de opressão racial, o que significa dizer que o próprio processo de exploração, típico da arena da produção, depende da expropriação econômica e política. A primeira aparece no trabalho expropriado, isto é, sujeito à dominação sem estar, necessariamente, mediada por um contrato salarial. Neste sentido, o processo de “acumulação por outros meios” (Fraser, 2024, p. 64) — expressão utilizada pela autora para caracterizar a expropriação econômica dos *outros* racializados — confisca recursos e capacidades humanas para incorporá-las ao processo de expansão do valor. Já a segunda surge da sujeição política de estratos de pessoas subjugadas e não livres que não estão no espectro da proteção estatal e que são racialmente marcadas como violáveis. A luta por emancipação, defende a autora, requer a abolição conjunta da simbiose exploração e expropriação, uma saída que está na construção de alianças inter-raciais amalgamadas pelo anticapitalismo, mesmo processo que, em outros termos, Asad Haider (2019) chamou de “universalidade insurgente”, que “não existe em abstrato [...] é criada e recriada no ato de insurgência, o qual não reivindica a emancipação unicamente para aqueles que compartilham minha identidade, mas para todos.” (Haider, 2019, p. 148).

O projeto de emancipação pressupõe, assim, que a crise geral dessa ordem social institucionalizada não se resolverá com modificações nas políticas sociais. Esse argumento se entrelaça com os destinos do feminismo e sua ambivalente relação com a social-democracia, argumento que a autora desenvolve à exaustão em seu livro *Destinos do Feminismo: do capitalismo administrado pelo Estado à crise neoliberal*, cuja edição em português, pela editora Boitempo, é de 2024. Na obra aqui em questão, Fraser discute resumidamente no terceiro capítulo, que o capitalismo administrado pelo Estado financiou e alargou os direitos sociais no centro capitalista, aliviando as pressões materiais sobre a vida familiar às custas da exclusão política das periferias, das populações rurais e das mulheres negras. Ademais, reforça a autora, os ganhos da reprodução social do norte global se deram por meio de uma democracia social que consolidou e institucionalizou as concepções androcêntricas de família e trabalho, naturalizando a heteronormatividade e o binarismo de gênero e eliminando a contestação política das desigualdades associadas a cada um desses aspectos. Fraser insiste, assim, que o capital também foi um devorador de cuidados, mesmo quando a proteção estatal aliviou a reprodução social. Agora, em tempos de capitalismo neoliberal e financeirizado, o desinvestimento público promove a mercantilização da reprodução social, gerando uma perversa combinação entre mercado e emancipação que o neoliberalismo progressista não se cansa de celebrar.

Além de o capitalismo canibalizar a reprodução social e expropriar as populações racializadas, também desestabiliza suas próprias condições ambientais e políticas de possibilidades. No quarto capítulo, a autora expõe a relação canibal e extrativa do capital com a natureza: o capital consome cada vez mais riqueza biofísica enquanto nega as externalidades ecológicas. O capitalismo, assim, devora seus próprios órgãos vitais, pois precisa da natureza, mas a deprecia. Da mesma forma, argumenta a autora, no quinto capítulo, os imperativos da acumulação do capital dependem dos poderes públicos (regimes jurídicos, forças repressivas, infraestrutura e organismos de regulação), mas os desestabilizam, gerando uma crise democrática, ou melhor, da promessa democrática, como bem pontuou Prado (2023). Depois de explicar como isso ocorreu ao longo das diferentes etapas do capitalismo, Fraser destaca que, na fase atual, a crise política se manifesta no poder que o capital financeiro exerce ao disciplinar o Estado, minando sua capacidade de dar respostas aos problemas sociais. Mas, ao se utilizar da dinâmica da dívida para sujeitar o poder público, o capital também gera uma crise de governabilidade democrática, o impossibilitando de aliviar as crises ecológica, socio-reprodutiva e econômica.

A questão é que essas crises não estão isoladas, afinal, a reprodução social está intimamente ligada com a reprodução ecológica. É na catástrofe, como os brasileiros assistiram extasiados em Brumadinho (2019), na região serrana do Rio de Janeiro (2011 e 2022), e no Rio Grande do Sul (2024), que a face invisibilizada da reprodução social emerge, impondo tensões pesadas ao cuidado e à provisão social de corpos e psiques devastados pela ecodepredação. Ao mesmo tempo, é ao poder público que as populações recorrem quando as ameaças de danos ambientais se tornam iminentes, evidenciando que a articulação natureza-economia é política. Isso não somente porque é o Estado que socorre, mas também porque é ele que supre as forças jurídicas e militares que possibilitam que o capital exproprie as riquezas naturais a baixo custo. Assim, ainda que o sistema busque separar a política da economia, e a natureza e o cuidado da política, a crise geral desta ordem social insiste em reuni-las.

Como uma crise dessa magnitude não ocorre todos os dias, a autora defende que estamos diante de uma encruzilhada histórica e não de mais uma crise de desenvolvimento do atual regime de acumulação que poderia ser superada por um novo desenho capitalista. Seu desfecho passa pela resposta à pergunta: “O que deveria significar o socialismo no século XXI?”. Fraser não ousa respondê-la, mas, no sexto e último capítulo do livro, fornece pistas para pensar uma solução emancipatória para a crise geral desta ordem social. O ponto fundamental, para ela, está em como a esquerda conseguirá colocar em questão a forma como a gramática da vida social está organizada, isto é, os limites entre economia e política, sociedade e natureza, trabalho remunerado e atividades de cuidado. Embora seja justamente na coragem de propor esta reflexão a partir de um conceito ampliado de capitalismo onde reside a contribuição fundamental do livro, para Herb et al. (2023) o último capítulo não passa de uma simples repetição de apelos à inclusão: o socialismo deve superar os jogos de soma zero que tiram da natureza, do poder público e da reprodução social o que eles dão à produção, colocando essas dimensões em primeiro plano; deve democratizar o desenho institucional para a elaboração política e o controle sobre o excedente social. Fraser pontua, entretanto, no mesmo capítulo, que reimaginar o socialismo é uma tarefa ainda a ser feita, no decurso da luta, em esforços combinados de militantes, teóricos e teóricas, com pensamento crítico e organização política.

Criticando as interpretações liberais e, ao mesmo tempo, distanciando-se do marxismo do passado, sem negar os aportes fundamentais de *O Capital* (Herb et al., 2023), Fraser realiza uma tentativa ambiciosa de contribuir para uma nova gramática da luta social, descrevendo o processo de canibalização das condições de possibilidades de acumulação para além da esfera econômica. É, portanto, uma leitura imprescindível para todos e todas que se perguntam qual a linha que irá costurar, no campo democrático e anticapitalista, as lutas de fronteira com as classes trabalhadoras no século XXI, forjando um projeto alternativo à sociabilidade canibal.

Referências

- BUTLER, J. This concerns everyone. *London Review of Books*, v. 45, n. 5, 2 mar. 2023. Disponível em: <https://www.lrb.co.uk/the-paper/v45/n05/james-butler/this-concerns-everyone>. Acesso em: 23 maio 2024.
- FRASER, N. Destinos do feminismo: do capitalismo administrado pelo Estado à crise neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2024.
- FRASER, N.; MOSQUERA, M. Il capitalismo cannibale. *Rivista Jacobin Itália*, 2021. Disponível em: <https://jacobinitalia.it/il-capitalismo-cannibale/>. Acesso em: 10 maio 2024.
- HAIDER, A. Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.
- HERB, I.; ABDEL-FATAH, D.; CHAKRABORTY, D.; EDWARDS, G. Nancy Fraser's Cannibal Capitalism: an extended discussion. *Book Review Historical Materialism*, 2023. Disponível em: <https://www.historicalmaterialism.org/book-review/nancy-frasers-cannibal-capitalism-extended-discussion>. Acesso em: 26 maio 2024.
- PRADO, E. A sociabilidade canibal: a terra é redonda. 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-sociabilidade-canibal/>. Acesso em: 26 maio 2024.

Ana Paula Fregnani Colombi

ana.colombi@ufes.br

Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Econômico com ênfase em Economia Social e do Trabalho – UNICAMP. Professora do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

UFES

Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras,
Vitória - ES, Brasil
CEP: 29075-910

Agradecimentos

A autora agradece à Leonardo Dias Nunes e Patrícia Rocha Lemos pelo debate e leitura atenta da resenha.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições da autora

A autora é responsável por todas as etapas de elaboração do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Eu, autora, autorizo a publicação desta resenha.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe

Fabiana Negri – Comissão Editorial

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Estágio supervisionado em serviço social no período pós-pandemia: novos desafios?

Miriam de Souza Leão Albuquerque¹
<https://orcid.org/0000-0001-5925-7300>

Raquel Rodrigues da Silva Barbosa²
<https://orcid.org/0000-0001-8872-8685>

¹Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília, DF, Brasil.

²Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social, Coordenação de Estágio, Brasília, DF, Brasil.

Estágio supervisionado em serviço social no período pós-pandemia: novos desafios?

Resumo: Este artigo é um relato de experiência que busca analisar, a partir de uma perspectiva de gestão da Coordenação de Estágio de Serviço Social da Universidade de Brasília, os impactos da pandemia da Covid-19 sobre o estágio supervisionado em Serviço Social e os desafios observados na retomada das atividades presenciais no período pós-pandemia. Inicialmente, é feita uma discussão acerca dos desmontes sofridos na educação superior, especialmente a partir do golpe de 2016, do aprofundamento da desigualdade social no período da pandemia e de suas repercussões para o estágio. Em seguida, são detalhados, no formato de relato, os desafios observados pela Coordenação de Estágio no período pós-pandemia, em sua relação com supervisores acadêmicos e de campo, instituições concedentes de estágio e estudantes, compreendendo que, apesar de muitos deles estarem diretamente relacionados ao contexto imposto pela pandemia, outros já eram enfrentados historicamente no processo de estágio, e foram agravados por ela. Destaca-se, nesse processo, a importância da reafirmação dos princípios e das diretrizes construídos e defendidos pela categoria profissional, referentes à formação em Serviço Social e ao estágio supervisionado.

Palavras-chave: estágio supervisionado; serviço social; pós-pandemia; coordenação de estágio.

Supervised internship in social work in the post-pandemic period: new challenges?

Abstract: This article is an experience report that seeks to analyze, from the management perspective of the Social Service Internship Coordination at the University of Brasília, the impacts of the Covid-19 pandemic on Social Work supervised internships and the challenges observed in the resumption of face-to-face activities in the post-pandemic period. Initially, a discussion is made about the dismantling suffered in higher education, especially since the 2016 coup, the deepening of social inequality during the pandemic period, and its repercussions for the internship. Then, in report format, the challenges observed by the Internship Coordination in the post-pandemic period are detailed, in its relationship with academic and field supervisors, internship granting institutions and students, understanding that, although many of them are directly related to the context imposed by the pandemic, others were already faced historically in the internship process, and were aggravated by it. It is emphasized, in this process, the importance of reaffirming the principles and guidelines constructed and defended by the professional category, regarding Social Work education and supervised internship.

Keywords: supervised internship; social work; post-pandemic; internship coordination.

Recebido em 20.05.2024. Aprovado em 22.07.2024. Revisado em 05.10.2024.



Este artigo está licenciado sob a Licença Internacional de Atribuição em Nome da Universidade de Brasília, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Em consonância com os marcos normativos e legais que regulamentam e definem os princípios e as diretrizes do estágio supervisionado em Serviço Social, e considerando os efeitos ocasionados pela pandemia da Covid-19, declarada como Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) pela Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde (Brasil, 2020), assim como as consequências vivenciadas pelo período pós-pandemia, iniciado oficialmente a partir da Portaria nº 913 do Ministério da Saúde, de 22 de abril de 2022, que declarou o encerramento da ESPIN (Brasil, 2022a), a Coordenação de Estágio do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB) considerou relevante compartilhar a experiência vivenciada no processo de retomada às atividades acadêmicas presenciais, analisando os impactos observados para o estágio supervisionado em Serviço Social e seus desafios.

Considerando a Lei nº 11.788/2008, que regula nacionalmente os estágios obrigatórios e não obrigatórios de todas as áreas (Brasil, 2008), a Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão de Serviço Social (Brasil, 1993), e a Resolução nº 533/2008 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social (CFESS, 2008), foi publicada, em 2010, a Política Nacional de Estágio (PNE) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que define princípios e diretrizes do estágio em Serviço Social e presta orientações acerca de sua execução (ABEPSS, 2010).

Além de definir as atribuições de estudantes, instituições, supervisores de campo e acadêmicos no processo de estágio, a PNE/ABEPSS também ressalta a importância da criação de coordenações de estágio nas instituições de ensino, para que atuem como “esfera de organização e gestão da política de estágio” (ABEPSS, 2010, p. 24). Segundo essa política, cabe às coordenações de estágio atuarem de forma articulada às coordenações de curso ou aos departamentos, de modo a viabilizar as novas demandas de qualificação do estágio como elemento central da formação profissional.

Em março de 2020, após a promulgação da Portaria nº 188/2020, do Ministério da Saúde, que a declarou a Covid-19 como uma ESPIN (Brasil, 2020), foi publicado o Decreto nº 40.520/2020, do Governo do Distrito Federal (GDF), que, dentre outras medidas, suspendeu as atividades educacionais presenciais das redes de ensino pública e privada, como uma das medidas de enfrentamento à pandemia (Distrito Federal, 2020). Nesse mesmo sentido, em 12 de março de 2020, foi publicada, no Boletim de Atos Oficiais da UnB, a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 0011/2020, reiterando a suspensão das atividades acadêmicas (Universidade de Brasília, 2020). O Conselho Regional de Serviço Social da 8ª região (CRESS/DF) divulgou, no mesmo período, o Ofício Circular CRESS/DF 18/2020, recomendando que as instituições de ensino do Distrito Federal suspendessem imediatamente as atividades de estágio curricular (CRESS/DF, 2020). Inaugurou-se assim um período atípico e de muitas incertezas acerca da continuidade das atividades acadêmicas na universidade, especialmente no que se refere às atividades de estágio supervisionado, obrigatórias para a conclusão da graduação em Serviço Social, conforme preconizado pelas Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social da ABEPSS (2021).

A suspensão das aulas em toda rede pública e privada de ensino, o isolamento social, a quarentena e a proibição das atividades presenciais consideradas não essenciais passaram a compor um conjunto de estratégias direcionadas à contenção da pandemia e das suas consequências. Sendo assim, a partir do segundo semestre do mesmo ano, a UnB adotou novas práticas de ensino a distância (EaD), que perduraram até o 1º semestre do ano de 2022, quando as aulas foram retomadas na modalidade presencial.

Desse modo, este relato de experiência busca compreender os impactos da pandemia sobre o Estágio Supervisionado em Serviço Social e os desafios observados na retomada das atividades presenciais, a partir da perspectiva da gestão da Coordenação de Estágio, na medida em que a execução do estágio por meio do ensino a distância provocou uma reconfiguração nas relações sociais e nas práticas de ensino e aprendizagem que, mesmo após a retomada das atividades presenciais, ainda repercutem no corpo discente, nos supervisores de campo e acadêmicos, assim como no trabalho realizado no âmbito da Coordenação de Estágio, impactando a formação de futuros assistentes sociais e o exercício da profissão.

Desmonte na educação superior e os efeitos da pandemia sobre o estágio

Os impactos do aprofundamento do avanço das políticas neoliberais, principalmente a partir golpe parlamentar, midiático e político que destituiu a presidente Dilma Rousseff do cargo em 2016 e proporcionou

a expansão acelerada da precarização das políticas públicas no país, influenciam significativamente o campo da Educação, do qual destacamos os impactos sofridos pelo Ensino Superior, que teve sua concretização a partir da Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, determinando o congelamento das despesas primárias da União por um período de 20 anos (Brasil, 2016), tendo sido flexibilizada somente após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2022, com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/22, conhecida como PEC da Transição (Brasil, 2022b).

Durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019–2022), a política de educação seguiu sofrendo uma série de desmontes. O Relatório Final da Comissão Externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação (MEC) entre os anos 2019 e 2022, elaborado durante a transição do governo Bolsonaro ao terceiro mandato do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023 – atualmente) indica que “inaptidão técnica, aversão ao diálogo e improviso fizeram parte do *modus operandi* do MEC durante a gestão Bolsonaro” (Brasil, 2022c). O documento destaca que o orçamento da educação decresceu anualmente de 2019 até 2022, com valores inferiores aos de 2015, indicando um cenário de descaso e fragilidade na condução das políticas educacionais e apontando ainda para a inoperância do MEC nas ações de recuperação da aprendizagem em decorrência dos efeitos da pandemia.

Quando a pandemia acometeu o país, já se vivenciava uma intensa crise estrutural do capital, que vinha sendo intensificada desde a década de 1970, com o processo da reestruturação produtiva (Antunes, 2020). A crise sanitária provocada pelo novo coronavírus aprofundou a situação de pobreza e desigualdade social já existente na realidade brasileira, com a destruição dos direitos sociais, conforme nos lembram Albuquerque e Neves (2023, p. 292), ao afirmar que:

Na formação social brasileira, vivemos sob duas heranças nefastas, sendo a primeira o legado escravocrata e a segunda, a colonização. Elas exacerbam nossas mazelas sociais e a enorme desigualdade da população, além de práticas políticas antidemocráticas fundadas no autoritarismo, no favor e no clientelismo [...] (Albuquerque; Neves, 2023, p. 292).

Todo esse cenário de desmonte das políticas públicas, de aprofundamento da já agravada desigualdade social no país, e os novos arranjos criados para o enfrentamento da pandemia da Covid-19, especialmente na área da educação, repercutiram diretamente no corpo discente e docente da universidade, com consequências observadas diretamente sobre o processo de estágio em Serviço Social, ou seja, velhos desafios que já vinham sendo enfrentados antes da pandemia foram agravados por ela, e novos desafios após esse período têm sido observados.

Todavia, na contracorrente dos processos de aligeiramento da formação, a categoria profissional do Serviço Social vem, principalmente a partir do início do século XXI, acumulando produções científicas e acadêmicas que são reflexos do debate e da preocupação dos envolvidos com a formação profissional, conforme ressalta Goin et al. (2018). Dentre essas produções, a Resolução do CFESS 533, de 2008, e a PNE/ABEPSS, de 2010, orientam o entendimento acerca da supervisão direta do estágio curricular obrigatório e do estágio não obrigatório em Serviço Social, esclarecendo papéis e atribuições dos sujeitos envolvidos na execução dos estágios, e reiteram a relevância da garantia de suas diretrizes para a qualificação do processo de estágio e formação profissional em Serviço Social (CFESS, 2008; ABEPSS, 2010). É a partir dessas diretrizes que o trabalho nas coordenações de estágio em Serviço Social deve estar orientado.

Após dois anos e três meses de realização de atividades acadêmicas de maneira remota — inclusive as de estágio — discentes, docentes e servidores técnicos retornaram integralmente às atividades presenciais em junho de 2022, porém marcados pelos impactos da pandemia na vida universitária e no cotidiano de trabalho de assistentes sociais supervisores de campo. É nesse contexto que se apresentaram os desafios enfrentados pela Coordenação de Estágio de Serviço Social na retomada das atividades presenciais relacionadas ao estágio supervisionado.

Experiência de gestão na coordenação de estágio no período pós-pandemia

Este relato de experiência foi elaborado com base em discussões, registros e relatos de reuniões feitas com estudantes, supervisores de campo, supervisores acadêmicos, instâncias gestoras da universidade e das instituições concedentes de estágio, além de registros de *e-mails* e de outras formas de comunicação formais

utilizadas no âmbito da Coordenação de Estágio do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, durante a atual gestão, que foi iniciada em outubro de 2022.

Apesar de possuir espaço relevante na execução da política de estágio da ABEPSS, constata-se que ainda há pouca produção acadêmica sob a ótica da atuação das coordenações de estágio em Serviço Social e sua relevância. Para Paula e Kropf (2020), a coordenação de estágio pode oferecer contribuições de suma importância para a compreensão do estágio como “esfera privilegiada no processo de formação, na busca por uma experiência qualificada dos estudantes e no diálogo com as assistentes sociais de campo” (Paula; Kropf, 2020, p. 73).

A Coordenação de Estágio do Departamento de Serviço Social da UnB foi criada em 2011, visando ao cumprimento do que determina a PNE/ABEPSS. Ela é composta por dois docentes coordenadores de estágio, sendo um deles responsável pelas demandas de estágio obrigatório e não obrigatório do curso diurno e um deles responsável pelas demandas do curso noturno, com rotatividade da gestão a cada dois anos. Em 2016, foi cedida para o setor uma servidora assistente social como parte integrante da equipe, visando qualificar o atendimento, a análise técnica e o encaminhamento das demais demandas de estágio do departamento.

Apesar de sua existência não ser formalmente reconhecida no organograma da universidade, e, portanto, não dispor de recursos financeiros para remuneração de coordenadores de estágio pelo cumprimento dessa função — o que por si só representa um grande desafio e também um indicativo dos processos de precarização aos quais uma Política de Estágio de tamanha relevância está submetida — a Coordenação de Estágio configura-se como um setor de fundamental relevância para a otimização do processo pedagógico referente à inserção e à permanência de estudantes de Serviço Social em campos de estágio.

Nesse sentido, um dos papéis da Coordenação de Estágio do Departamento de Serviço Social é viabilizar o processo de estágio, garantindo o cumprimento das diretrizes e dos princípios contidos na PNE/ABEPSS e demais regulamentos, com especial enfoque para a “indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa” (ABEPSS, 2010, p. 13), o que se tornou especialmente desafiador em um contexto de execução das atividades de estágio no formato EaD, e no período de retomada de atividades presenciais de estágio.

Com o retorno da Universidade de Brasília às atividades presenciais a partir de junho de 2022, a Coordenação de Estágio de Serviço Social da UnB deparou-se com algumas dificuldades e alguns desafios diretamente relacionados ao processo de readaptação ao ensino e às atividades de estágio presenciais. Nesse sentido, tornou-se imperativa a necessidade de documentar a experiência de gestão de uma política que demonstra, em um movimento contraditório, um grande potencial para a formação profissional de futuros assistentes sociais, e várias fragilidades que precisam ser enfrentadas.

No tangente ao retorno e aos novos desafios à vida presencial, sob a perspectiva da gestão da Coordenação de Estágio, eles podem ser categorizados em: desafios relacionados à supervisão acadêmica; desafios relacionados à supervisão de campo; desafios nas relações institucionais; e desafios na relação com estudantes estagiários.

Os principais desafios observados em relação à supervisão acadêmica referem-se principalmente à sobrecarga de docentes de estágio. Conforme mencionado, a pandemia ocasionou a suspensão imediata das atividades de estágio, ou seja, a interrupção do processo de ensino e, posteriormente, em sua continuidade a partir de um formato completamente remoto, ao qual nenhuma das partes envolvidas estava adaptada. Segundo Favaro e Ribeiro (2020), essa situação atingiu diretamente a supervisão acadêmica, dado que o estágio em Serviço Social exige a vivência acadêmica associada à inserção no campo de estágio com acompanhamento, já sendo ela duramente atingida por uma “conjuntura de precarização e sucateamento do ensino superior, e seus rebatimentos no cotidiano” (Favaro; Ribeiro, 2020, p. 36).

Exigiu-se do corpo docente uma súbita reconfiguração de seus planos e de suas metodologias de ensino, além da conciliação entre os desafios da vida privada, os riscos e os medos relacionados ao adoecimento dos profissionais, de seus familiares e de pessoas de seu círculo social, e as privações relacionadas à necessidade de isolamento social com os novos desafios postos à vida profissional — tudo isso sendo enfrentado no mesmo espaço doméstico, com várias dificuldades para a manutenção do equilíbrio entre a vida privada e o trabalho, e entre a saúde física e a saúde mental.

Além disso, com o retorno progressivo às atividades de estágio, inicialmente de forma remota, e com a constatação de que havia, em 2020, uma demanda reprimida de estágio de 150 estudantes de Serviço Social da UnB, a sobrecarga dos docentes também esteve relacionada à necessidade de manutenção de supervisão acadêmica de um número considerável de estudantes diante de um número reduzido de docentes supervisores

acadêmicos, havendo a necessidade de aumentar a capacidade das turmas de 10 para até 15 alunos por turma. Durante o retorno integral às atividades presenciais, essas dificuldades se tornaram ainda mais evidentes, diante da necessidade de readaptação da rotina desses profissionais para lidar com as demandas da disciplina de estágio referentes a visitas em campo e acompanhamento de estudantes em sala de aula. Apesar da precarização provocada pelo ensino remoto, reconhece-se que a realização de supervisão acadêmica pode ter sido facilitada pelo uso de tecnologias, e o necessário retorno às atividades presenciais modificou esse cenário.

Os desafios observados, relacionados à supervisão de campo, referem-se principalmente ao fechamento dos campos de estágio na fase inicial da pandemia, tendo em vista a suspensão de serviços não essenciais, e a consequente suspensão dos estágios nesses campos. Os profissionais também precisaram realizar adaptações em seus processos de trabalho para a forma remota e, nos casos de serviços que mantiveram-se funcionando presencialmente, houve um aumento significativo das demandas recebidas, especialmente em decorrência do acirramento da questão social ocasionado pela pandemia. Favaro e Ribeiro (2020) afirmam que, além da questão de saúde, a pandemia está intrinsecamente relacionada à questão social, que escancara a desigualdade social no Brasil, apresentando demandas urgentes de intervenção nos espaços ocupacionais dos assistentes sociais, gerando sobrecarga dos serviços e seus profissionais, já duramente afetados pelos desmontes realizados nas políticas públicas.

Durante o período de retomada das atividades de estágio, inicialmente de forma remota, também foi necessário que os profissionais dispostos a manter a supervisão de campo fizessem os ajustes necessários para lidar com as novas configurações desse processo. Silva (2021, p. 26) reflete que essa readequação radical nos processos de trabalho durante a pandemia e a necessidade de distanciamento social afetaram a articulação e o contato entre campo de estágio, supervisores acadêmicos e estagiários.

Entretanto, é importante salientar que, embora esses desafios tenham sido intensificados e reconfigurados durante a pandemia, muitos deles já existiam anteriormente, sendo descritos na literatura e nos próprios relatos de supervisores de campo durante os processos de trabalho na Coordenação de Estágio. Favaro e Ribeiro (2020, p. 37) relatam que, devido à precarização dos espaços ocupacionais dos assistentes sociais, marcados pela terceirização, vínculos trabalhistas precários, sem estabilidade e com valorização por alta produtividade, por vezes, “o estágio é uma mera formalidade, descaracterizado, sem reflexão, onde o estagiário permanece em campo de forma precarizada [...]” (Favaro e Ribeiro, 2020, p. 37).

Dificuldades enfrentadas pela Coordenação de Estágio em relação à captação de vagas de estágio e à inserção qualificada de estudantes em campo perpassam esse cenário, tendo em vista que, devido principalmente às condições precarizadas de trabalho, inúmeros desafios devem ser enfrentados para a realização da supervisão de campo de forma qualificada: não há contrapartida financeira para a supervisão de estágio, tampouco é permitida, na maior parte dos campos, a liberação de carga horária para que os profissionais possam se dedicar a ela, o que gera resistência para a oferta da vaga. Em alguns casos, há a expectativa de que o estudante seja uma mão de obra complementar ao trabalho do assistente social nas instituições, e percebem-se dificuldades na compreensão do estágio como um processo fundamentalmente pedagógico, ou seja, o estágio é comumente visto como uma atividade que traz mais demandas a um profissional já sobrecarregado, demarcando as dificuldades de compreensão da indissociabilidade entre teoria e prática, a função essencial do assistente social no processo de estágio e as tentativas de fragmentação da função do estágio, em uma conjuntura neoliberal.

Vale salientar ainda os efeitos sobre a saúde mental desses sujeitos, destacando-se aqui especialmente os profissionais cujas instituições mantiveram o funcionamento presencial e que tiveram que lidar direta e cotidianamente com os efeitos da pandemia para a população usuária de seus serviços, além de estarem rodeados por adoecimentos e falecimentos e testemunhando o descaso com o qual o governo federal e alguns governos estaduais e municipais trataram a pandemia e sua gravidade. Para Faro et al. (2020, p. 3), os efeitos da pandemia sobre a saúde mental da população podem ser observados no medo de contrair a doença, na sensação de insegurança em todos os aspectos da vida, no funcionamento diário da sociedade e nas relações interpessoais. Segundo os autores, as sequelas na saúde mental durante uma pandemia são maiores do que o número de mortes (Faro et al., 2020, p. 3).

No que tange aos desafios nas relações institucionais, salienta-se que é ainda mais perceptível a dificuldade de compreensão da função do estágio em Serviço Social e suas especificidades. Assim, os convênios realizados pela universidade com instituições variadas para a concessão de vagas de estágio obrigatório, em especial na área da saúde, são marcados por contratos generalistas, ou “guarda-chuva”, que contemplam variados cursos

de graduação, traduzindo-se em exigências realizadas pelas instâncias gestoras dessas instituições que são incompatíveis com a realidade do curso de Serviço Social.

Na área da saúde, esses desafios estão presentes de forma mais marcante, pois percebe-se tentativas de adequação do curso aos modelos de outros cursos da saúde, como a enfermagem e a medicina, nos quais é exigida a presença integral do supervisor acadêmico no campo de estágio junto ao estudante, acompanhando os atendimentos realizados, evoluindo prontuários e realizando outras funções que, na perspectiva da Coordenação de Estágio, configura uma relação de complementação ou até mesmo substituição da mão de obra do supervisor de campo nas instituições, o que não atende às configurações do estágio em Serviço Social, no qual o estudante inserido em campo é acompanhado no cotidiano pelo assistente social, e em sala de aula pelo docente, que também realiza as visitas periódicas em campo, configurando-se o que é denominado como tripé do estágio supervisionado.

Sendo assim, a Coordenação de Estágio é frequentemente provocada a dialogar com essas instituições, visando esclarecer sobre as especificidades do estágio em Serviço Social e as funções dos sujeitos envolvidos nesse processo, com especial enfoque ao papel dos assistentes sociais na supervisão de campo. É comum a afirmação de gestores das instituições concedentes de estágio de que a presença integral do supervisor acadêmico é essencial e que o descumprimento dessa exigência configura desvio da função dos assistentes sociais, afirmação que está em desacordo com o que é preconizado nas normativas de estágio em Serviço Social, e demonstra o desconhecimento ainda existente nas instituições acerca das competências e atribuições dos profissionais da área no que concerne ao estágio.

Tratando-se da relação com estudantes estagiários, percebeu-se que seu retorno à frequência presencial na universidade e aos campos de estágio foi especialmente desafiadora no segundo semestre de 2022 e no primeiro semestre de 2023, uma vez que a maioria do corpo discente estava há dois anos adaptada às práticas de isolamento social, e utilizando de novas ferramentas tecnológicas que modificaram a interação e a articulação das vivências universitárias. Tudo se tornou virtual, e os discentes que estavam habilitados a entrar no estágio curricular tinham cursado praticamente 50% da carga horária total do curso virtualmente. Soma-se a esses fatores ainda os prejuízos relacionados à saúde mental dos estudantes no período de pandemia, com uma clara percepção de aumento nas queixas relacionadas ao sofrimento psíquico e às dificuldades de aprendizado e de socialização.

Vinculado a esse cenário, e considerando especialmente as dificuldades historicamente impostas a estudantes trabalhadores, e agravadas durante a pandemia, a Coordenação de Estágio frequentemente é convocada a intervir pedagogicamente em momentos nos quais esses estudantes solicitam flexibilizações em suas cargas horárias, devido à sua condição de trabalhadores. Além disso, também é frequente a requisição de complementação da carga horária exigida para o estágio a partir de meios remotos, com atividades teóricas, de pesquisa, produção documental e outros recursos. Embora compreenda-se as dificuldades relacionadas às exigências do estágio, o trabalho da Coordenação de Estágio tem sido direcionado para a reafirmação do curso presencial e da centralidade das diretrizes pedagógicas do estágio, historicamente construídas pela profissão. A luta deve se pautar pela consolidação das diretrizes pedagógicas que visam garantir a qualidade do estágio e da formação em Serviço Social, e não sua flexibilização.

Em relação às solicitações de aprovação de estágios não obrigatórios, a lógica de flexibilização é ainda mais fortalecida em razão da contrapartida financeira oferecida. Nesse sentido, apesar da legislação, das normativas e do projeto pedagógico do curso reforçarem a indissociabilidade entre supervisão acadêmica e de campo, da presença indispensável de supervisor assistente social e da exigência de que as atividades de estágio estejam em consonância com a formação em Serviço Social, são recorrentes as solicitações de aprovação de estágios de cunho administrativo, desvinculados da formação, sem a presença de assistente social supervisor ou até mesmo sob supervisão de assistente social sem registro no conselho profissional. Estágios nesses moldes são sempre indeferidos pela Coordenação, porém, apesar de estar técnica, ética e pedagogicamente embasada em sua negativa, a Coordenação de Estágio é vista nessas situações como insensível à situação socioeconômica dos estudantes do curso, o que provoca tensionamentos, em algumas ocasiões, na relação com o corpo discente.

No que tange aos prejuízos à saúde mental e às relações sociais e acadêmicas percebidos pela Coordenação no processo de retomada das atividades presenciais, nota-se maiores dificuldades de engajamento nas atividades pedagógicas relacionadas ao estágio; dificuldades de compreensão da fundamental articulação entre teoria e prática nas atividades de estágio; aumento nos relatos de ansiedade e depressão, que em alguns casos já provocaram a interrupção das atividades de estágio pelo estudante; e dificuldades para lidar com as contradições e os conflitos intrínsecos às relações vivenciadas no campo de estágio, e que estão presentes

no cotidiano dos supervisores de campo. Além disso, têm sido frequentes as reclamações de supervisores de campo acerca do uso constante de redes sociais durante a execução das atividades de estágio, ocasionando em falta de concentração e em prejuízos ao aprendizado em campo.

Atualmente, a UnB conta com alguns programas de apoio e acompanhamento psicossocial aos estudantes, além de outros equipamentos da rede de saúde do Distrito Federal, portanto, a postura da Coordenação tem sido a de acolher essas demandas e orientar que os estudantes procurem atendimento nesses equipamentos, no entanto, devido à alta demanda nesses serviços, ainda há muitas barreiras para o acesso a eles.

Em contrapartida a todos os desafios relatados, durante os Colóquios de Estágio, que são realizados semestralmente para que os estudantes apresentem o resultado dos projetos de intervenção implementados em campo, percebeu-se que se mantém viva a capacidade crítica, a criatividade e as potencialidades dos estudantes. Foram apresentados diversos projetos de intervenção que demonstram a preocupação do estudante com a qualificação do atendimento ao usuário e do trabalho dos assistentes sociais supervisores de campo, ou seja, apesar de todas as dificuldades apontadas, elas não devem ser encaradas de forma fatalista, mas problematizadas, para que sejam propostas intervenções que atinjam de maneira abrangente o coletivo de estudantes e os supervisores acadêmicos e de campo, visando fomentar a qualificação do processo de estágio.

São esses os principais elementos que têm sido constatados e analisados durante a experiência da Coordenação de Estágio do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília no período pós-pandemia, e que se apresentam como desafios, sejam eles novos ou antigos, agravados pela pandemia, para a garantia da qualificação do processo de estágio e à formação de futuras e futuros assistentes sociais.

Considerações finais

A interrogação no título deste artigo parte da constatação de que, apesar de muitos desafios relatados estarem diretamente relacionados ao contexto de pandemia e pós-pandemia, como os impactos exercidos pelo estágio remoto e sua transição para o presencial, além do agravamento das questões relacionadas à saúde mental dos sujeitos envolvidos nesse processo, outros representam desafios já existentes historicamente na educação superior, e especificamente no processo de estágio em Serviço Social, e tiveram um agravamento considerável durante a pandemia.

Cabe à Coordenação de Estágio de Serviço Social auxiliar no processo de articulação do tripé do estágio, composto por supervisores acadêmicos, de campo e estagiários. No período pós-pandemia, marcado pela necessidade de readaptação após dois anos de inseguranças e isolamento, urge à essa instância de gestão a promoção de meios para a sua rearticulação e realinhamento, a partir dos pressupostos contidos nas normativas de estágio, com enfoque para a PNE/ABEPSS, as Diretrizes Gerais da ABEPSS e a Resolução do CFESS 533/2008 (ABEPSS, 2021; ABEPSS, 2010; CFESS, 2008).

Apesar dessa conjuntura desafiadora, reafirma-se que o Serviço Social possui marcos legais, normativas, regulamentos e articulações políticas da profissão que construíram uma base político-pedagógica sólida para o seu enfrentamento, que deve estar radicalmente amparada na perspectiva do fortalecimento de suas diretrizes, em detrimento de sua flexibilização.

Além disso, são fundamentais as articulações institucionais e políticas de todos os sujeitos que compõem o processo de estágio, que reflitam em reivindicações pela recuperação dos investimentos na educação, que têm sido duramente afetados pelos processos de desmonte, impostos especialmente a partir de 2016; na expansão das políticas de assistência estudantil, pautadas não somente na assistência pecuniária, como também em saúde, com especial enfoque para a saúde mental; e nas melhorias das condições de trabalho dos assistentes sociais e dos docentes. Todos esses elementos refletem diretamente na qualificação do estágio em Serviço Social, impactando no fortalecimento de uma categoria profissional crítica, propositiva, atuante e alinhada aos princípios democráticos e à classe trabalhadora.

A pandemia e sua catastrófica condução pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro afetaram não somente a vida acadêmica, mas a vida social como um todo, expondo e intensificando as expressões da questão social, e reconhece-se que seus efeitos serão duradouros, e seu enfrentamento, árduo, mas necessário.

Referências

- ABEPSS. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Brasília, 2010. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maior2010_corrigida.pdf. Acesso em: 9 abr. 2024.
- ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- ALBUQUERQUE, M. S. L.; NEVES, A. V. Política social e desigualdade na pandemia: um debate entre Brasil e Portugal. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 57, p. 279-300, 2023. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/63683/63683.PDF>. Acesso em: 9 abr. 2024.
- ANTUNES, R. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.
- BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 9 abr. 2024.
- BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e nº 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 9 abr. 2024.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 9 abr. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCov). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 24-A, p. 1, 3 fev. 2020. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=PRT&numero=188&ano=2020&data=03/02/2020&ato=9ecUTW61EMZpWT815>. Acesso em: 9 abr. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 913, de 22 de abril de 2022. Declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e revoga a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 160, n. 75-E, p. 1, 22 abr. 2022a. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=PRT&numero=913&ano=2022&data=22/04/2022&ato=340kXTq1kMZpWT0cf>. Acesso em: 9 abr. 2024.
- BRASIL. Senado Federal. Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022. Altera a Constituição Federal, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2022b. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/155248>. Acesso em: 9 abr. 2024.
- BRASIL. Comissão Externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação (MEC), bem como da apresentação de seu Planejamento Estratégico (CEXMEC). Relatório Final da CEXMEC (2019–2022). Brasília, 2022c. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2338839>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- CFESS. Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- CRESS/DF. Ofício-Circular CRESS/DF nº 18/2020. Brasília, DF, 2020. Assunto: Orientações sobre as medidas a serem adotadas pelas Coordenações de Estágio diante da Pandemia do COVID-19 em consonância as recomendações de Saúde pública, a Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS e Resolução CFESS relacionada.
- DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 40.520, de 14 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal: seção 1, Brasília, DF, ano 49, n. 28, p. 1, 14 mar. 2020.
- FARO, A. et al. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 37, p. e200074, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/dkxZ6QwHRPhZLsR3z8m7hvF>. Acesso em: 9 abr. 2024.
- FAVARO, T.; RIBEIRO, E. Estágio supervisionado: desafios à formação em serviço social na educação superior pública. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, Montes Claros, v. 4, n. 1, p. 22–44, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/2505/2858>. Acesso em: 9 abr. 2024.
- GOIN, M.; MACHADO, L. M. O. M.; PEDERSEN, J. R. (org.). Estágio supervisionado em Serviço Social: os (des)caminhos das experiências nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Jaguarão: CLAE, 2018.

PAULA, J. A. S.; KROPF, P. As contribuições da coordenação de estágio para a qualificação da supervisão em serviço social. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, Montes Claros, v. 4, n. 2, p. 64–89, 2020. Disponível em <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/2310/3246>. Acesso em: 7 abr. 2024.

SILVA, E. C. Efeitos da precarização em marcha no ensino superior brasileiro e os reflexos na formação profissional em serviço social. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, Montes Claros, v. 5, n. 2, p. 10–33, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/3958/4344>. Acesso em: 10 abr. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 0117/2020. Brasília, DF. Boletim de Atos Oficiais da UnB, 2020.

Miriam de Souza Leão Albuquerque

sla.miriam@gmail.com

Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília. Atualmente é Coordenadora de Estágio do Departamento de Serviço Social da UnB.

Raquel Rodrigues da Silva Barbosa

raquelrsilvabarbosa@gmail.com

Assistente Social, servidora pública federal pela Fundação Universidade de Brasília, no Departamento de Serviço Social. Especialista em Atenção Básica, a partir de Residência Multiprofissional em Atenção Básica realizada na Fundação Oswaldo Cruz/DF. Especialista em Saúde Mental do Adulto, a partir de Residência Multiprofissional em Saúde Mental do Adulto, realizada na Escola Superior de Ciências da Saúde.

UnB

Campus Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC NORTE - Asa Norte)

Brasília – DF - Brasil

CEP: 70910-900

Agradecimentos

Agradecemos à professora do Departamento de Serviço Social da UnB, Isabela Ramos Ribeiro, que compôs o período inicial de gestão à professora Karen Santana de Almeida Vieira, que compõe a gestão atual, e que contribuíram brilhantemente para o enfrentamento aos desafios apresentados e à qualificação do trabalho em equipe.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições das autoras

Raquel Rodrigues da Silva Barbosa: proposta do tema; desenvolvimento do tema em conjunto com a coautora; coleta e análise dos dados que fundamentam o relato de experiência; escrita do manuscrito; revisão bibliográfica; adequação do trabalho às normas da revista; envio do artigo para revisão ortográfica e realização de adequações no texto após a revisão; revisão da versão final. Miriam de Souza Leão Albuquerque:

proposta do tema; desenvolvimento do tema em conjunto com a coautora; análise dos dados que fundamentam o relato de experiência; escrita do manuscrito; revisão bibliográfica; envio do artigo para revisão ortográfica; realização de adequações no texto após a revisão; revisão da versão final.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

As autoras consentem a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe

Maria Regina de Ávila Moreira – Comissão Editorial

ENTREVISTA

Entrevista com José Manuel Santos: história mundial e União Ibérica (1580–1640)

Ricardo Lara¹<https://orcid.org/0000-0003-1631-8227>

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Serviço Social, Programa de Graduação em Serviço Social, Florianópolis, SC, Brasil.

Entrevista com José Manuel Santos: história mundial e União Ibérica (1580–1640)

Resumo: Nesta entrevista, José Manuel Santos discorre sobre a história mundial e analisa, de maneira singular, momentos e fatos do período da União das Coroas Ibéricas e seus reflexos nas colônias portuguesas, especialmente no Brasil. No diálogo com Ricardo Lara, ganham relevâncias os assuntos relacionados ao nacionalismo e anacronismo nas investigações históricas, a concepção de história mundial, a política da Monarquia Hispânica para a questão indígena, o tráfico de escravizados, a relação dos Habsburgos com os jesuítas e os cristãos novos durante a União Ibérica.

Palavras-chave: História mundial; União Ibérica; História do Brasil; História da América.

Interview with José Manuel Santos: world history and the Iberian Union (1580–1640)

Abstract: In this interview, José Manuel Santos discusses world history and analyzes, in a unique way, moments and facts from the period of the Union of Iberian Crowns and their impact on the Portuguese colonies, especially in Brazil. In the dialogue with Ricardo Lara, issues related to nationalism and anachronism in historical investigations, the conception of world history, the policy of the Hispanic Monarchy towards the indigenous issue, the slave trade, the relationship between the Habsburgs and the jesuits and christians gain relevance.

Keywords: World history; Iberian Union; History of Brazil; History of America.

Recebido em 24.06.2024. Aprovado em 16.09.2024. Revisado em 07.10.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

A entrevista tem como objetivo abordar temas essenciais para compreensão da história do Brasil durante o período compreendido como União Ibérica (1580–1640). O entrevistado é o Professor José Manuel Santos, pesquisador internacionalmente reconhecido pelos seus estudos sobre História da América, com destacados livros e artigos sobre o Brasil.

José Manuel Santos é Diretor do Centro de Estudos Brasileiros (CEB)¹ da Universidade de Salamanca (USAL). Investigador Principal do Grupo de Investigación Reconhecido (GIR) “*Brasilhis: Historia de Brasil y el Mundo Hispánico en perspectiva comparada*”. Dirige a base de dados “*Brasilhis: Redes y circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica*” e o “*Brasilhis Dictionary: Diccionario de Brasil en la Monarquía Hispánica*”. É investigador principal do projeto “*Intercambios culturales, transculturación y castellanización en el Estado do Brasil y el Reino de Portugal durante la Monarquía Hispánica*”, e dirigiu numerosos projetos de investigação nacionais e internacionais, como “*Proyecto Resgate España*” e “*Atlas of Dutch Brazil*”. Publicou 14 livros (entre monografias e livros coletivos) e mais de 50 artigos e capítulos de livros.

As suas últimas publicações são o livro *Salvador de Bahía, 1625. ‘La Jornada del Brasil’ en las noticias las relaciones y el teatro* (com Irene Vicente e Enrique Rodrigues-Moura) e *1822: Independência*, primeiro volume da trilogia *Brasil: 1822-1922-2022*. Ainda se destacam outras publicações: *El Desafío Holandés al Dominio Ibérico en Brasil* (editor com George Cabral de Souza), *Historia de Brasil: una interpretación* (tradução da obra de C. G. Mota e Adriana Lopez); *Brasil na Monarquia Hispânica. Novas interpretações* (editor com Kalina Silva e Ana Paula Megiani), *Redes y Circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica* (editor, com Ana Paula Megiani e José Luis Ruiz-Peinado), *Histórias Conectadas – Ensaios sobre História Global, Comparada e Colonial na Idade Moderna (Brasil, Ásia e América Hispânica)*; a versão em espanhol do *Diálogo de las Grandezas de Brasil* (com a colaboração de Sylvia Brito).

Ricardo Lara: Prezado Professor José Manuel Santos, destaco em primeira mão a oportunidade e prazer de conversar e entrevistar o senhor. Conheço os seus trabalhos de pesquisa e obras desde os meus estudos de graduação e mestrado. Recordo um artigo muito importante que li de sua autoria, “*Historia global, historia mundial. Algunos aspectos de la formación histórica de un mundo globalizado*”² (SANTOS, 2002), em que são abordados os processos que possibilitaram o intercâmbio global desde o século XV. Recentemente li outro artigo de sua autoria, “*As relações históricas Espanha-Portugal e a independência do Brasil: comparações, influências, intervenções*”³ (SANTOS, 2002), em que aborda as relações luso-espanholas e analisa o período da Independência do Brasil, demonstrando que a participação da Espanha foi muito mais importante do que se pensava até agora. Então, para iniciarmos, gostaria que falasse de sua formação acadêmica. Quando e por que se interessou por estudar o Brasil (história do Brasil colônia)? Quais são as suas preocupações de estudos sobre o Brasil e a América Portuguesa?

José Manuel Santos: Boa tarde, Ricardo Lara, e muito obrigado pelo convite e contato. Não é fácil falar da minha trajetória acadêmica, porque eu tenho que fazer uma pesquisa arqueológica na minha carreira. Já faz anos! Comecei como professor aqui na Universidade de Salamanca no ano de 1994. Imagina? Há 30 anos que estamos na luta. Na época, quando comecei os estudos da pós-graduação, foi um momento em que estava sendo criada a área de *História da América*. Aqui na Espanha, os estudos do continente americano, chamamos assim: *História da América*, e abrange desde o Alasca até a Terra do Fogo. Não é especificamente chamada História da América Latina ou História da Iberoamérica. Na Espanha, temos muitos historiadores que trabalham também com a história dos Estados Unidos, mas não especificamente com a história dos Estados Unidos contemporâneos, mas, sim, com a presença espanhola. O vice-reinado da Nova Espanha chegava até o Mississipi e todo o território que hoje é o sul dos Estados Unidos, um território que ficou em disputa com os franceses e os ingleses. Então, entrei nessa área de investigações sobre a *História da América* influenciado pelo professor titular da História da América, que na época era o professor Julio Sánchez. Foi com ele que comecei os estudos, fundamentalmente, de história comparada dos sistemas coloniais. A ideia era ultrapassar uma visão nacionalista que existia sobre *História da América*, pois a Espanha teve uma escola de historiadores, durante o franquismo, que falavam do Império como se fosse um conjunto de façanhas feitas por heróis. A nossa ideia (minha e do professor Julio Sánchez) era

modificar totalmente essa visão, fazer uma nova visão da *História da América*, fazer uma nova visão que também incluísse a história da América Espanhola no seu conjunto. Porque avalio que é assim que tem que ser feito, não tem uma história da América Espanhola, não tem uma história da América Portuguesa, não tem uma história da América Inglesa. Tem a história da expansão europeia e das reações dessa expansão. E se isso é estudado do ponto de vista comparativo, vai ser muito mais bem compreendido e mais bem interpretado. Entretanto, comecei esses estudos comparativos e tive longas estadias na Holanda, na Inglaterra, inclusive na França. Tive conhecimento de uma historiografia que, naquele momento, queria também desenvolver essa visão do Império Inglês, do Império Holandês. Uma abordagem mais abrangente.

Ricardo Lara: Nesse momento de suas pesquisas, você estabeleceu contato com Portugal?

José Manuel Santos: Fui a Lisboa na época, procurei pessoas para continuar os estudos comparativos, já tinha feito um projeto que incluía o Império Holandês, o Império Inglês, o Império Espanhol. Queria também falar do império português na América, mas não achei ninguém. Lembro-me de ter falado com Maria Beatriz Nizza da Silva, que na época era a grande historiadora, morava um tempo no Brasil e um tempo em Portugal. E ela me disse assim: “você não vai encontrar ninguém, os historiadores portugueses apenas se interessam pelo Oriente, e o Brasil, por aqui, quase ninguém se interessa”. Então, aos poucos, fui concretizando mais os meus sistemas de pesquisa e cheguei a um tema de pesquisa que poderia ser muito interessante, que era a comparação dos sistemas locais de governo. O meu projeto inicial era uma comparação entre o *Cabildo*⁴ na América Espanhola e na América Portuguesa. Eu fiz a parte do *Cabildo* espanhol e, quando pretendia começar a parte portuguesa, aí chegaram os prazos da tese. Aí defendi o que foi possível, o que era uma parte da tese, a parte sobre o *Cabildo* da Guatemala. A tese saiu bem, foi um sucesso. Inclusive, publiquei em uma coedição entre uma editora da Espanha e uma editora dos Estados Unidos. E, a partir dessa primeira pesquisa, comecei também a me interessar por outros temas, não apenas da América Espanhola. Eu tinha começado a ministrar aulas de História do Brasil; comecei a ministrar fundamentalmente aulas de História Comparada, História Comparativa dos Sistemas Coloniais, aí eu abordava o Império Holandês, Império Português, Império Inglês. E, aos poucos, fui me debruçando em um tema que, durante a minha estadia na Holanda, já tinha estudado bastante, que era a época das invasões holandesas no Brasil. E, na sequência, organizamos um encontro em Salamanca, em 2004. Publicamos um livro, junto com George Felix Cabral de Souza, que na época era meu orientando, agora é um grande historiador, muito prestigiado no Brasil. O livro publicado tem o título *El desafío holandés al dominio ibérico en Brasil en el siglo XVII*, que durante muito tempo foi a única publicação em espanhol sobre esse tema. Incrível! Quase ninguém aqui na Espanha conhecia essa questão. Realmente foi um livro importante, porque tinha vários autores: Stuart Schwartz, Manuel Herrero Sánchez, Marcos Albuquerque, Ernst Van Den Boogaart, Enriqueta Vila Vilar, Rafael Valladares, Pieter Emmer, Oscar F. Hefting, Hans Van Westing.

Ricardo Lara: Esse livro abre uma nova perspectiva de investigação sobre a União Ibérica?

José Manuel Santos: Então, íamos abrindo uma via historiográfica que, aos poucos, foi se completando. Foi quando compreendi que toda essa questão das invasões holandesas no Brasil tinha muito a ver com o conflito dos holandeses com a Monarquia Hispânica. Todos pensam que no dia em que apareceu Felipe II em Lisboa, apareceram os holandeses no Brasil. E, na verdade, em história nada tem uma só razão. A presença holandesa tinha também uma parte militar. Realmente eles queriam quebrar o poder ibérico nas Américas. Não vou negar o que é evidente. Mas o que é também muito evidente, depois de tantas pesquisas, é que os holandeses tinham outros interesses com a presença na América, e um deles era exatamente o próprio comércio no Atlântico, tanto de açúcar, quanto de pau-brasil e de escravizados africanos. Era uma mistura de interesses. Então, aos poucos, eu fui saindo dessa questão dos holandeses no Brasil, que já tinha muitos estudos, e entrando numa questão que tinha poucos estudos. Porque, nós historiadores, temos que pensar sempre em novos temas de pesquisa, porque a história já é uma velha ciência. Quase não tem um tema que não tenha sido investigado, mas, nós historiadores, construímos a história quase a cada dia, porque a cada dia encontramos fontes

novas, a cada dia encontramos uma perspectiva diferente. E cada um de nós, como historiadores, nascemos em épocas em que temos formação distintas e uma maneira diferente de entender a história. E, portanto, entendi que era um momento muito bom, desde a Espanha, de entrar nessa questão.

Ricardo Lara: Diante dessa trajetória e de novas direções de investigação, qual foi o impacto do governo Habsburgo na América Portuguesa nos anos da União das Coroas (1580 – 1640)?

José Manuel Santos: Então, lembro muito de ir aos congressos, ir a reuniões em Portugal e outros lugares, e quando apresentava as minhas ideias, muitas pessoas me disseram: “ah, mas você vai ter muitos problemas porque não há fontes”. Essa ideia de que não há fontes sempre surgia de diferentes maneiras: “o período é complicado, não vai encontrar muita documentação”. Isso quase todos diziam, agora, não sei se era um pensamento ou era uma maneira de evitar estudar o período.

Ricardo Lara: Quero fazer uma pergunta sobre essa questão. Ocorreram mudanças em relação aos posicionamentos dos historiadores da época em que o senhor começou para os dias atuais? Digo sobre a questão dos projetos dos Habsburgos para a América Espanhola. Ou ainda há certos conflitos e obstáculos para as pesquisas?

José Manuel Santos: Ótima pergunta! É que, ao mesmo tempo em que entramos com essa lógica diferente, retiramos a questão nacional. Nós estamos no século XXI e tudo o que você vê, todo dia nas notícias, são questões relativas às nações. É assim. Cada coisa que acontece está numa nação, ou na sua própria, ou nas outras. Por que isso? Porque desde o século XIX, o mundo foi dividido em nações, mas não era a realidade do século XVII. Uma questão muito interessante é que, do ponto de vista político, isso acontece em toda parte. Falo muito de Portugal, porque é meu tema de pesquisa, mas acontece no Brasil, na Espanha, na França. Encontrar as origens da nação lá longe na história, na Idade Média. Aqui na Espanha temos várias nações, projetos de nações que dizem que na pré-história já existiam. Isso são maneiras de interpretar a história que é totalmente anacrônica.

Ricardo Lara: O projeto de Estado-Nação é do século XIX. Certo?

José Manuel Santos: Exatamente! Não canso de repetir isso para os meus estudantes. Estado-nação é uma questão do final do século XVIII e início do século XIX. Espanha e Portugal são duas nações que nasceram, igual ao Brasil e ao México, depois do fim dos Impérios Ibéricos. Por exemplo, Espanha e Brasil, são duas nações que nasceram quase ao mesmo tempo, a Espanha em 1812, o Brasil, em 1822. Portugal, nesse período que vai de 1808 até 1821. Aliás, Portugal, com esse problema que teve, chegou num momento em que ninguém sabia o que era Portugal. A Família Real no Rio de Janeiro. O que era a metrópole e o que era a colônia? Quando João VI retorna, fundamentalmente, depois com o retorno de Pedro I, Pedro IV de Portugal, aí já tem uma Constituição, e são as Constituições que criam os Estados-nações. Estado-nação é um conceito contemporâneo, o que não quer dizer que essas nações não tenham um período prévio de formação. Talvez Portugal e Espanha são dois países que, desde muito tempo atrás, começaram a se configurarem como entidades políticas homogêneas. A Espanha, no século XVII, era a Monarquia Hispânica, ou a Monarquia Católica, porque era um conjunto de reinos, cidades, territórios, que era muito difícil dizer que era uma nação. Exatamente igual a Portugal. Dizem que Portugal tem as fronteiras mais antigas. Não, desculpe, as fronteiras de Portugal mudaram no ano 1999. Ano em que Macau deixou de ser do domínio português. Não podemos dizer que Portugal tem as mesmas fronteiras desde o século XIII. Eu já ouvi isso. Isso não é assim. Portugal mudou continuamente de fronteiras até o final do século XX. Portugal foi um país colonialista, igual a Espanha. Até 1975 Espanha teve colônia. Portugal teve colônias também até o fim da ditadura. É o fim da ditadura que acaba com o sistema colonial português. Então, não esqueçamos essa parte que é muito interessante. São nações que foram criadas como conceitos no século XIX. Então, qual a minha abordagem? Toda história é história contemporânea. Porque o historiador tem os olhos no mundo contemporâneo e não vamos nunca poder negar isso (SANTOS, 2016). Mas, pelo menos, vamos ser conscientes sobre o que isso significa. Não podemos colocar as nossas ideias na frente do que falam os documentos. Vamos para os documentos, as fontes de investigação, vamos ver o que é possível interpretar.

Ricardo Lara: Como interpretar então, de acordo com essa concepção de Estado-Nação, a história de Portugal e o fim da União Ibérica? É Restauração de Portugal?

José Manuel Santos: É muito curioso como, na época, o movimento de 1640 não falava da independência de Portugal. Eles não falam disso. Falam da Restauração de Portugal. Restauração, o que quer dizer? No conceito da época, os reis que tinham chegado depois da morte de Dom Sebastião, não eram senhores naturais porque eram estrangeiros, e é verdade que eram estrangeiros. Felipe II falava muito da legitimidade porque ele era filho de portuguesa, mas ele era castelhano porque nasceu em Castela. Então, a Restauração quer dizer o quê? Que o movimento de 1640, segundo os que participaram, restaurou o senhor natural. A ideia de que tinha um rei tirano antes e um rei democrata depois, que é outra visão muito utópica de uma história popular de Portugal, que os Habsburgos eram tiranos e os Bragança eram democratas. Isso é um absurdo total, porque ninguém na época podia pensar nesses termos. Era uma sociedade estamental e nunca deixou de ser, até 1822. É mais uma análise totalmente anacrônica.

Ricardo Lara: Na investigação desses períodos históricos, quais os caminhos de pesquisa que devemos escolher para não cometermos erros com análises anacrônicas?

José Manuel Santos: Então, primeiro de tudo, vamos tirar o anacronismo. Segundo, o movimento de 1640 foi contado pelos que venceram. E não foi fácil para Portugal vencer. Houve uma guerra de 28 anos, entre 1640 e 1668. Portugal venceu por duas razões. Primeiro, Espanha estava numa crise enorme. Segundo, Portugal realiza uma defesa muito forte na fronteira. Elvas e Almeida foram enormes fortalezas. A coroa portuguesa fez investimento, isso está estudado, fez investimentos fortes em soldados, armamentos e exércitos. Estavam muito bem-preparados. Não é que estivessem mais bem preparados, os espanhóis eram famosos pela força militar, mas estavam em várias frentes de guerra, o que dificultou levar todos os soldados para Portugal. Então, foi uma guerra vencida por Portugal. Também é verdade que, naquele momento, uma parte da sociedade portuguesa apoiava os Bragança, mas não toda. Temos que pensar que uma parte da nobreza portuguesa estava em Madri e ficou por lá. É curioso porque esses portugueses que estavam em Madri, diziam que os verdadeiros portugueses eram eles. Por quê? Porque eles estavam seguindo o rei legítimo.

Ricardo Lara: Então, suas análises procuraram evitar os nacionalismos e os anacronismos?

José Manuel Santos: Sim, primeira questão de minhas investigações foi tirar o chapéu nacionalista que estava realmente distorcendo tudo o que falávamos sobre esse período. E, paralelamente, estava acontecendo algo muito importante que você já falou. Vários historiadores, na França, nos Estados Unidos, começaram a estudar o período da União das Coroas desde o ponto de vista da história global ou história mundial. O livro fundamental é *As quatro partes do Mundo. História de uma mundialização*, de Serge Gruzinski. Esse livro teve um impacto enorme, impressionou a todos. Lembro que naquela época tinha elaborado uma matéria sobre a América Hispânica, estava começando a estudar o Brasil dos holandeses. Quando li esse livro, isso me marcou enormemente, porque vi que realmente esse era o caminho. O que Serge Gruzinski faz nesse livro? Ele não fala de globalização, ele fala de mundialização. Ele evita o termo global, porque ele entende que *global history* é uma historiografia anglo-saxônica. Então, no passado, você tinha um período de quase domínio global, mas não era um domínio inglês ou anglo, era domínio ibérico. E é assim a questão, não era um domínio espanhol, era um domínio ibérico. Porque você não tinha um Império Espanhol global até a união com Portugal. É um verdadeiro império global ou mundial ibérico. Então, eu estava investigando nessa direção. Já tinha publicado aquele artigo sobre a *história global, história mundial* que você fez referência. E por que isso foi assim? Porque fazia tempo que eu trabalhava com história comparativa de sistemas coloniais, desde um ponto de vista global. E fazia sempre essa história de comparar sistemas coloniais, não simplesmente por uma questão pedagógica. Para compreensão, sim, tinha que falar primeiro do Império Português, depois do Império Holandês, depois do Império Inglês, mas, ao mesmo tempo, fazia comparação entre os grandes processos. Queria ir ao ponto central: todos os sistemas coloniais compartilham processos. Não é verdade essa história de que são impérios antitéticos, ou totalmente

diferentes. Existiam diferenças, mas também compartilhavam muitas questões, muitas experiências. E é muito claro que os holandeses chegam à Índia e eles vão praticamente aos mesmos lugares que os portugueses estavam. Os holandeses vão à América e vão atrás da experiência ibérica também, pois estão organizando redes comerciais que dependem muito das redes anteriores. E também se organizam politicamente de maneira parecida.

Ricardo Lara: Como ficou a questão indígena, o tráfico de escravizados, o comércio em geral durante a União das Coroas Ibéricas?

José Manuel Santos: Sobre a questão indígena, é muito interessante, John H. Elliott publicou um artigo que depois foi a raiz de um livro, *Imperios del Mundo Atlántico (España Y Gran Bretaña en América, 1492–1830)*, que compara a experiência inglesa com a experiência espanhola. No artigo inicial, ele dizia que a experiência é diferente, porque os espanhóis ficaram no meio do território da Nova Espanha, que depois virou México, enquanto os ingleses ficaram no litoral, e a expansão inglesa é do litoral para dentro, enquanto a espanhola é de dentro para fora. Ele fazia comparações. Quando lia isso, pensava, mas é igual o caso dos portugueses. A experiência portuguesa no litoral do Brasil é a mesma. Lembra que Frei Vicente falava que os portugueses eram como caranguejos, eles só ficavam no litoral, eles não queriam entrar no interior do território. Os ingleses eram a mesma coisa, só no século XIX que eles dão aquele avanço para o interior. Que foi o caso também do Brasil. Realmente, a partir do século XIX, o Brasil começa a ser ocupado internamente. Por quê? Isso não tem a ver, porque os ingleses eram protestantes, os espanhóis católicos, pois os portugueses também eram católicos. Isso tem a ver com as populações indígenas prévias. Existe uma questão curiosa nessa comparação, que aproxima mais os portugueses dos ingleses do que os portugueses dos espanhóis, ou seja, a conquista portuguesa foi igual à inglesa, foi sobre populações semisedentárias, que tinham um modelo de ocupação do território muito parecido. Enquanto a espanhola foi sobre populações sedentárias, na área mexicana e na área incaica, onde existiam grandes núcleos populacionais, onde os espanhóis montaram os seus núcleos de poder econômico. Então, essas comparações eram interessantes. Há outras comparações boas também, por exemplo, as comparações das grandes redes comerciais. Quando cresce a demanda de escravizados africanos no século XVIII, cresce a importação de têxtil na Índia e a exportação de prata para a Ásia. Isso está tudo conectado. Quer dizer, que as redes, a história mundial que falamos, do comércio global, que alguns pensam que foi inventada ontem, não, não foi assim, já existiam. Podemos ver isso já em meados do século XVII e muito claramente no século XVIII. Isso começou a me interessar e, por isso, acabei fazendo um pouco de tudo, um pouco de história global, história da monarquia hispânica.

Ricardo Lara: Qual a importância de estudar os arquivos da Espanha para investigar a história do Brasil?

José Manuel Santos: Eu viajava ao Brasil e falava do Arquivo Geral de Simancas, por exemplo, mas poucas pessoas conheciam, mas hoje já conhecem. Isso é muito interessante, ou seja, a historiografia brasileira começa a entender que não são apenas os arquivos de Portugal que devem ser pesquisados. Devem pular a fronteira e ir para os arquivos espanhóis para investigar parte dessa história.

Ricardo Lara: Sim, como o senhor mesmo disse, a história é contemporânea, então, sempre vamos descobrir novas questões de estudos nos arquivos, novas interpretações da história que ainda estão por serem feitas. Professor, em vários momentos de suas obras o comércio mundial é tema de análise. O comércio vai ter, especialmente na União das Coroas Ibéricas, um grande pulsar. Você analisa a invasão holandesa de 1624 e a recuperação luso-espanhola de Salvador da Bahia de 1625. Quais foram as repercussões desses acontecimentos no panorama internacional? Qual a importância geopolítica do Brasil, Salvador em especial, nesse momento para a Monarquia Hispânica?

José Manuel Santos: No século XVII existiam linhas mundiais de comércio, mas é verdade que União das Coroas já é um fenômeno global.

Ricardo Lara: A União das Coroas já pode ser considerada um fenômeno global?

José Manuel Santos: Sim, Felipe II oferece à Monarquia Hispânica uma abrangência global. Os territórios, os domínios da monarquia se espalham pelas quatro partes do mundo. Por exemplo, a minha pesquisa agora é sobre o reinado de Filipe III da Espanha e II de Portugal. Estou escrevendo sobre as redes comerciantes. O que me surpreende é que no Arquivo de Simancas, quando analiso as cartas de Filipe III, trabalho muito numa seção do arquivo que se chama Secretarias Provinciais de Portugal, essa parte ficou lá do governo de Portugal. Nesses documentos, cada um dos membros do Conselho dava opinião e isso era repassado ao rei. Mas não sabemos quantas dessas opiniões eram do rei, porque algumas são do rei, mas muitas são diretamente de Francisco de Sandoval y Rojas (Duque de Lerma). Então, num dia, o rei assinava ou comentava assuntos de Portugal, Flandres, Itália, França, Borgonha, Angola, Congo, Moçambique, Brasil, Nova Espanha, Peru, Goa, Macau. Ele tinha o mundo na cabeça, isso é impressionante, administrar tantos assuntos da monarquia. Evidente que existiam responsáveis intermediários, mas o rei, no final das contas, era responsável, porque na época o rei era tudo. Era o responsável pelas questões religiosas, militares, justiça, fazenda. Anos mais tarde, Felipe IV era chamado pelos cortesãos de “Rei Planeta”. Por outro lado, temos de lembrar que, durante esse período, duas redes globais estão funcionando de maneira paralela. É curioso porque as duas redes são religiosas e comerciantes, e misturam as duas coisas, misturam economia e religião. Uma é a dos jesuítas. Os jesuítas têm, nesse período, uma abrangência global. Eles estão em quase todas as partes. Estão na Ásia, no Japão, na China, na Índia e na África. Estão, fundamentalmente, no Brasil e em outras partes da América. Também temos os cristãos novos, a segunda rede comercial. Estudei um cristão novo, muito interessante, que é o Ambrósio Fernandes Brandão, que foi o autor atribuído da obra, *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Achei documentos que demonstram que ele esteve em várias partes do mundo (Malaca, Lisboa, Índia, Pernambuco). Nem todos os comerciantes eram cristãos novos, mas muitos eram. Estavam abrindo os negócios na América Portuguesa. Estavam já pensando nas possibilidades de investimento nos negócios da América Portuguesa, que não era apenas açúcar. O pau-brasil era muito lucrativo. Era um monopólio real, é verdade, mas esse monopólio era arrendado. João Nunes Correia, por exemplo, que era um grande cristão novo da época, talvez o mais poderoso, teve contrato de comercializar pau-brasil durante muitos anos. Então, os cristãos novos ganham importância durante a Monarquia Hispânica.

Ricardo Lara: Como foi a relação da Monarquia Hispânica com os jesuítas nesse período?

José Manuel Santos: Algumas leis limitavam o poder dos jesuítas. Com isso, os jesuítas viraram profundamente antifilipistas. Em que sentido? Os jesuítas observaram que não teriam muitas influências na coroa. O que acontece quando vem João IV? Quem é um dos conselheiros de João IV? O padre Antônio Vieira, um importantíssimo jesuíta. A visão de João IV era uma visão claramente jesuíta. Quanto tempo os jesuítas ficaram praticamente como os únicos que tinham poder sobre os indígenas do Brasil? Ficam depois quase dois séculos, ficam até o governo do Marquês de Pombal. Existem contradições também, como o caso de Antônio Ruiz de Montoya, um jesuíta que nasceu em Lima. Ele organizou a resistência dos indígenas de São Paulo contra os bandeirantes, ele vem a Madri e consegue apoio de Felipe IV para dar armas aos indígenas. Ganham batalhas contra os bandeirantes, mas isso é um apoio pontual de Felipe IV para uma ação concreta, não um apoio total sobre o poder jesuíta. No final das contas, é verdade que o poder dos jesuítas estava sendo minimizado. A Lei de 10 de setembro de 1611 diz que as aldeias jesuítas não podem ser governadas pelos padres jesuítas, têm que ser governadas pelos capitães da aldeia, ou seja, governadas por agentes do rei. E não é nada novo. Por que não é nada novo? Porque era isso que acontecia na América Espanhola. Na América Hispânica, as reduções não eram governadas por ordens religiosas, eram governadas fundamentalmente por agentes do rei. Então, as ordens religiosas perdem o poder que tinham no início. Em contrapartida, os colonos, durante a América Hispânica, queriam transformar os aldeamentos em *encomiendas*, para assim escravizar os indígenas e servir-se de seus trabalhos. Filipe IV, no ano de 1621, fez questão de criar um tribunal de Inquisição no Brasil. Existia o tribunal de Inquisição em Goa, Peru. Por que não ter no Brasil um tribunal de Inquisição? Filipe IV tenta criar um tribunal da Inquisição, fato que nunca conseguiu pela oposição da Inquisição portuguesa. A Inquisição portuguesa era mais dura do que a Inquisição espanhola. A Inquisição portuguesa sempre teve autonomia em relação à Inquisição

espanhola. O rei queria, de alguma maneira, interferir e enfraquecer a Inquisição portuguesa. Por uma razão: o rei apoiava os cristãos novos. Em contrapartida, a Inquisição portuguesa queria castigar os cristãos novos. Então, essas instituições eclesiásticas configuram-se como oposições aos Filipes, o que tem uma lógica dentro do poder. São lógicas do poder da idade moderna que devemos considerar, sem que o nacionalismo distorça.

Ricardo Lara: Professor, em relação ao Tratado de *Asiento*, o tráfico de escravizados ficou, em sua maioria, sob a responsabilidade dos portugueses, eles se tornaram os grandes traficantes, comerciantes de escravizados da costa africana, principalmente durante a União das Coroas.

José Manuel Santos: Sim, os grandes historiadores da economia, como Vitorino Magalhães Godinho, abordaram isso. Eles diziam que, na verdade, a União das Coroas é um intercâmbio de prata por escravos. Espanha tinha prata, Portugal tinha escravos.

Ricardo Lara: A prata de Potosí!

José Manuel Santos: Sim! É curioso, porque Portugal, para o comércio com a Índia, precisava de prata, que não tinha, e os governantes espanhóis na América, para a exploração do território, precisavam de mão de obra escravizada, que também não tinha, porque os espanhóis não tinham posição forte na África. Então, ocorre o intercâmbio de prata por escravizados. Sobre esse assunto, aconteceu uma questão muito interessante. Muitas pessoas pensam que a coroa espanhola legalizou o comércio de escravizados. Isso é um equívoco. O comércio de escravizados era praticado pelos portugueses desde 1440. Agora, o *Asiento*, realmente, vai ter vários portugueses, várias casas mercantes portuguesas, e várias delas são de cristãos novos que, curiosamente, vão entrar também nesse comércio. O Tratado de *Asiento* legaliza o comércio que já existia, e potencializa esse comércio, porque entra de maneira forte uma demanda por escravizados que já existia na América Espanhola.

Ricardo Lara: Professor, gostaria que abordasse também sobre Salvador, a importância geopolítica de Salvador no processo da invasão holandesa e depois a recuperação.

José Manuel Santos: Bom, de um lado, acabamos de publicar *Salvador de Bahía, 1625. 'La Jornada del Brasil' en las noticias las relaciones y el teatro* (com Irene Vicente e Enrique Rodrigues-Moura), um livro importante, porque traz várias transcrições de relações sobre a conquista de Salvador da Bahia e da recuperação no ano 1625. Vamos ter agora os 400 anos da recuperação. Escrevi junto com dois colegas. Enrique faz uma edição fantástica das obras de Lope de Vega e de João Antônio Correia. Este último, um personagem da época, escreveu peças de teatro em espanhol, sendo português. A estreia foi em Lisboa. Isso acontecia na época, era normal. Muitas pessoas, muitos escritores portugueses também escreviam em espanhol. Então, sobre o livro, a primeira parte, em que faço a introdução com Irene Vicente, nossa discussão é muito interessante. Salvador da Bahia se converte, vamos dizer assim, no centro da Monarquia Hispânica, no ano 1625, o rei manda para lá uma frota de 62 barcos, 12.500 homens. Imagina? É a maior frota, na época, a cruzar o Atlântico. Salvador devia ter uma importância. Entretanto, a minha colocação era outra. Salvador da Bahia não interessava a ninguém. Literalmente, o interesse era zero. O que estava em jogo era não irritar os portugueses. Por que mandaram tamanha frota? Porque no ano de 1622, o Império Português perdeu Ormuz. E Ormuz, junto com Malaca e Goa, eram os três pontos mais importantes do Império Português. Então, a perda de Ormuz foi uma catástrofe. E uma boa parte da nobreza portuguesa começou a criticar de maneira muito forte a Monarquia Hispânica, acusando-a de ser responsável pela perda de Ormuz, e quando chega a notícia que perderam também Salvador, imagina a situação em Madri. Em Madri eles devem ter pensado: "Não podemos consentir, tolerar mais uma perda portuguesa". Então, por que o rei se envolve tanto? Por que essa frota imensa? Porque não podiam tolerar mais uma perda portuguesa. Quando a frota chega a Salvador, é curioso, a cidade era minúscula. Era uma cidade de 4 ou 5 mil habitantes. Do ponto de vista econômico, o Brasil inteiro, imagina Salvador, o Brasil inteiro era 4,7% da receita total. Não era quase nada. Porém, do ponto de vista estratégico era importante? Sim. Por quê? Porque Salvador era um lugar de escala para as frotas que iam para a Índia. E porque, talvez, os holandeses, se lá ficassem, iam organizar frotas em todo o sistema de navegação

do Atlântico Sul. Eles podiam quebrar o poder ibérico no Atlântico Sul. Então, a importância da operação militar não era para recuperar Salvador, mas para evitar um grande problema estratégico e político. A nossa discussão, entre mim e Irene, era muito boa por isso. Ela dizia que Salvador era o centro da Monarquia Hispânica. Eu dizia, não, que o centro da Monarquia era Potosí, pois lá estava a prata. Potosí que era importante. Porque também chegavam notícias que diziam que os holandeses queriam ir a Potosí. Se eles tivessem uma base em Salvador, poderiam atacar Potosí. Essas ideias que os holandeses tinham na cabeça, mas hoje sabemos que era impossível. Na época os holandeses não sabiam das impossibilidades, pois não tinham conhecimentos detalhados da geografia.

Ricardo Lara: Para finalizar, qual a sua compreensão sobre o denominado pensamento do sul global? Qual a importância de um pensamento global unificado de ciência? A importância dos pensadores latino-americanos?

José Manuel Santos: Falo sempre que não podemos esquecer uma coisa muito interessante. A história da América, tal e como hoje sabemos, fundamentalmente a história social e política, que é uma história social da política, vem de uma geração de historiadores, muitos deles nascidos na América. Foram eles quem, de alguma maneira, conheceram os arquivos locais. Por exemplo, na América Hispânica, a história da América era feita sempre a partir de Sevilha. Chega um momento em que surgem grandes historiadores latino-americanos, e tem muitos nomes na Argentina, no México, no Peru, no Brasil. São muitos. Para mim, grandes referências, digo sempre, importantes historiadores brasileiros, são Sérgio Buarque de Holanda e Evaldo Cabral de Melo. Sem Evaldo Cabral de Melo não saberíamos nada, literalmente. Ele que coloca toda a questão da guerra dos holandeses nessa estratégia global, da guerra entre a Monarquia hispânica e a holandesa. Sobre a questão da diplomacia depois de 1640, ele fez um estudo extraordinário sobre Portugal e a diplomacia, cujo título *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*, em que aborda a importância do Brasil nessas negociações. Um historiador absoluto, historiador extraordinário, não entenderíamos nada sem ele. Agora, Sérgio Buarque de Holanda, no livro, *Raízes do Brasil*, é uma obra que me abriu os meus olhos. Atualmente, estão surgindo novas interpretações da história colonial. Acho bom, não podemos esquecer que a história econômica, social e política foi feita por sujeitos que não eram apenas os europeus. A entrada forte da história indígena, histórias de pessoas concretas, está mudando completamente a visão que temos dos impérios. Eu li há pouco uma tese muito importante de um historiador espanhol, Pablo Ibañez, sobre a conquista do Maranhão desde o ponto de vista indígena. E o que ele demonstra? Antes pensávamos que os franceses, os portugueses, os espanhóis, os holandeses faziam guerras no Brasil. Não somente. Os indígenas eram os que sabiam como fazer a guerra, sabiam quando tinham que atacar, conheciam as trilhas, conheciam os rios. Os europeus dependiam absolutamente deles. Essas guerras que são europeias, eram guerras indígenas também. Porque a questão era essa: conseguir aliados indígenas. É muito interessante, tem uma discussão entre Jerônimo de Albuquerque Maranhão e Diogo de Campos Moreno. Este último esteve em Flandres, tinha formação militar tipicamente europeia, pensava na guerra nos termos europeus, mas quando chegou ao Maranhão, o Jerônimo de Albuquerque Maranhão diz: “sargento, não se equivoque, aqui a guerra não é como na Europa”. No Brasil a guerra tem outra lógica. Diogo de Campos Moreno escreve que conseguiu as primeiras vitórias contra os franceses pela artilharia, pelos ataques com armas de fogo. Ele coloca a tecnologia europeia como fundamental, mas não foi assim. São os indígenas que fazem toda a estratégia de guerra. Isso já foi demonstrado. Portanto, gosto muito que realmente mudemos o foco dos colonos de origem europeia, num cenário que, na verdade, dependeu absolutamente de escravizados africanos e de aliados indígenas. Então isso está mudando. A história colonial é muito complexa. Evaldo Cabral de Mello fala algo que eu gosto muito, diz ele que: o historiador tem que calçar o sapato do morto. Temos que entrar na lógica da história para entender melhor. Não podemos nunca esquecer que isso é um esforço muito complicado, mas que devemos tentar. Porque, hoje, percebo que têm perguntas anacrônicas para os estudos históricos, principalmente os estudos históricos coloniais. Queremos resolver determinadas questões sem documentação. Isso é um novo nacionalismo, às vezes um continentalismo sem cabimento, é uma anticiência, é uma situação muito ruim.

Ricardo Lara: Professor José Manuel, agradeço sua atenção, disponibilidade e oportunidade de debater assuntos tão importantes para os estudos da formação socioeconômica do Brasil. Espero que a entrevista desperte novas pesquisas sobre a União Ibérica e suas consequências para a história mundial.

Referências

SANTOS, J. M. Historia global, historia mundial. Algunos aspectos de la formación histórica de un mundo globalizado. Revista Estudios, (16), 6-17, 2002.

SANTOS, J. M. As relações históricas Espanha-Portugal e a independência do Brasil: comparações, influências e intervenções. JANUS. NET, e-journal of International Relations. Lisboa: Vol. 14, N. 2, DT2, 2024.

SANTOS, J. M. Histórias Conectadas - Ensaios sobre História Global, Comparada e Colonial na Idade Moderna (Brasil, Ásia e América Hispânica). Rio de Janeiro: Autografia, 2016.

Notas

¹ Centro de Estudos Brasileiros (CEB). Disponível em: <https://cebusal.es/historia/?lang=pt-br#>. Acesso em: 21 jun. 2024.

² Artigo disponível em: <https://www.revistas.ucr.ac.cr/index.php/estudios/article/view/26647>. Acesso em: 09 jun. 2024.

³ Artigo disponível: <https://janusnet-ojs.autonoma.pt/index.php/janus/article/view/68>. Acesso em: 03 jun. 2024.

⁴ Cabildo correspondia a câmara municipal e se encarregava da administração das cidades coloniais, oferecia representatividade legal à cidade. Era uma instituição por meio da qual moradores das cidades coloniais resolviam questões administrativas, econômicas e políticas.

Ricardo Lara

ricardolarauf@gmail.com

Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Pós-doutorado pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

UFSC

R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/nº – Trindade

Florianópolis – SC – Brasil

CEP:88040-900

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições do autor

O autor é responsável por todas as etapas da elaboração do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

O autor consente a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe

Jaime Hillesheim – Comissão Editorial

ERRATA

No artigo “Arte e desfeticização na obra tardia de György Lukács” de Ronaldo Vielmi Fortes, com número de DOI: [10.1590/1982-0259.2024.e95783](https://doi.org/10.1590/1982-0259.2024.e95783), publicado no periódico Revista Katálysis, v. 27, n. 1, 2024, na página 01, no resumo em português:

Onde se lia:

“Este trabalho objetiva analisar o papel exercido pelo cárcere e o encarceramento de mulheres considerando as conformações do sistema hetero-patriarcal-racista-capitalista implementado no Brasil. A metodologia consistiu em estudo bibliográfico e documental, sendo que os resultados mostraram que os estabelecimentos prisionais se constituíram em tecnologias repressivas utilizadas para a formação e a consolidação do projeto de nação branca, classista, racista e sexista, como forma de atendimento às demandas de estruturação e desenvolvimento do capitalismo. Em tempos de fragilização dos vínculos trabalhistas e de uberização do trabalho, o cárcere tem assumido um papel proeminente na gestão da pobreza por meio da violência, repressão e segregação, aprofundando as expressões da questão social decorrentes de desemprego, pobreza e insegurança alimentar que afetam mais efetivamente as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, sobretudo, mulheres negras moradoras das periferias urbanas.”

Leia-se:

“Cumpra neste artigo destacar na última obra estética de György Lukács, *Die Eigenart des Ästhetischen*, a determinação da função social da arte como reflexo da realidade destinado à desfeticização dos indivíduos. Como reflexo peculiar da realidade a arte é determinada como uma força antagonista às tendências degenerativas e deformadoras provenientes das determinações postas pelas contradições da sociabilidade. A atividade estética se dirige às necessidades mais profundas do humano. Visa remover as máscaras que aparecem como formas naturais da vida, voltando-se contra as desfigurações da essência do humano; desse modo, a arte revela a dimensão mais ampla da vida do gênero como fundamento e princípio da existência do ser social.”



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.